EDITAL DE LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2021-PMB | FOLHA nº 09

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 149/2021

TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2021

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACIR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR

INTERESSADO: SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

AUTUAÇÃO

Nesta data, autuei o presente processo na Comissão Permanente de Licitação.

Em 21 de julho de 2021.

Cibele Gusmão Pontolan da Silva
Presidente da Comissão de Licitação

VOLUME II

(Doc. Habilitação, Proposta de Preços, Relatórios, Ata, Homologação, Contrato)

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ

TERMO DE ABERTURA DE VOLUME

ABRO nesta data, o 2º volume dos autos do Processo Administrativo 149/2021-PMB, que tem como assunto o TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2021-PMB cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACIR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR, que se inicia nesta folha 219 (duzentos e dezenove) em decorrência do encerramento do 1º volume, à folha 218 (duzentos e dezoito).

Bandeirantes-PR, 26 de agosto de 2021.

Marcos de Moraes
Comissão de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ

DOCUMENTOS

DE

HABILITAÇÃO

221

AL CONSTRUÇÃO DE EDIF.E SERVICOS DE TERRAPLANAGEM EIRELLI
END ROD. PR 160 ,47 SL 02 - CORNÉLIO PROCÓPIO PR
CNPJ Nº 38.026.840/0001-04
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES PR

OBJETO CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACIR CASTANHO
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2021
ENVELOPE N º01 - HABILITAÇÃO

MODELO N° 02

MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

Ao Sr.

Presidente da Comissão de Licitações

Ref.: Edital do Pregão Presencial nº 03/2021- PMB
Processo administrativo nº 149/2021- PMB

Pelo presente instrumento, a empresa AL CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS E SERV. DE TERRAPLANAGEM EIRELI, sob o CNPJ n° 38.026.840/0001-04 e inscrito no CICAD n° 9085672697, no endereço RODOVIA PR 160, n° 47 Sala 02, VILA INDEPENDÊNCIA na cidade de Cornélio Procópio no estado do Paraná, através de seu representante legal infra-assinado, que:

1) Declara, expressamente, que se sujeita às condições estabelecidas no edital de Tomada de Preços em referência, em consideração e dos respectivos modelos, adendos e documentos, que acatará integralmente qualquer decisão que venha a ser tomada pelo licitador quanto à qualificação apenas das proponentes que hajam atendido às condições estabelecidas e demonstrem integral possibilidade de executar a(s) obra(s) e/ou os serviços.

2) Declara, expressamente, que para os fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei n.º 8.666/93, acrescido pela Lei n.º 9.854/99, que não empregamos menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menores de 16 (dezesseis) anos. Ressalva ainda, que, caso empregue menores na condição de aprendiz (a partir de 14 anos, deverá informar tal situação no mesmo documento).

3) Declara, expressamente, que para todos os fins de direito que não se encontra inadimplente ou em processo de falência ou recuperação judicial, que não está impedida de participar de licitações ou contratar com qualquer órgão da administração pública bem como declara a inexistência de fatos supervenientes impeditivos da qualificação ou que comprometam a idoneidade da proponente nos termos do artigo 32, parágrafo 2°, e artigo 97 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

4) Declaramos para os fins de direito, na qualidade de Proponente participante, que: a) Cumprimos plenamente os requisitos de habilitação constante no edital 03/2021 – PMB,

b) Assumimos inteira responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados, sujeitando-nos a

construcaoterraplanagemal@hotmail.com
Rodovia PR 160 N 47 | sala 2

INSC Estadual: 9085672697
INSC Municipal 54-16973
CNPJ: 38.026.840/0001-04

eventuais averiguações que se façam necessárias;
c) Comprometemo-nos a manter, durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
d) Comprometemo-nos a repassar na proporção correspondente, eventuais reduções de preços decorrentes de mudanças de alíquotas de impostos incidentes sobre o fornecimento do(s) objeto(s), em função de alterações de legislação correspondente, publicada durante a vigência do Contrato;
e) Temos conhecimento e submetemo-nos ao disposto na Lei nº 8.078 – Código de Defesa do Consumidor, bem como, ao Edital e Anexos da TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2021-PMB, realizado pelo Município de Bandeirantes, Estado do Paraná.

5) Declaramos para os devidos fins que NENHUM sócio desta empresa exerce cargo ou função pública impeditiva de relacionamento comercial com a Administração Pública.

6) Declaramos de que a empresa não contratará empregados com incompatibilidade com as autoridades contratantes ou ocupantes de cargos de direção ou de assessoramento até o terceiro grau, na forma da Súmula Vinculante nº 013 do STF (Supremo Tribunal Federal).

7) Declaramos para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente e este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, concordo que o Contrato seja encaminhado para o seguinte endereço:
E-mail: construcaoterraplanagemal@hotmail.com
Telefone: **(43) 3523-9131**

OBS. Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Sistema de Protocolo deste Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.

8) Declaramos, para os fins de direito que possuímos Conta Corrente/Poupança de pessoa jurídica em instituição financeira conforme descrição abaixo:

Banco: Agência nº: **0051**
Nome da agência: **BRADESCO**
Cidade da agência: **CORNÉLIO PROCÓPIO**
Endereço da agência: **RUA: MATO GROSSO, N° 220**
Conta nº: **8214-7**
Titular: **Al CONSTRUÇÃO DE EDIFICIOS E TERRAPLANAGEM**

9) Declaramos que a empresa está legalmente enquadrada na condição de:

( )Microempresa (ME), ou
(X)Empresa de pequeno porte (EPP), ou
( )Micro empreendedor individual (MEI), ou
( )Demais

construcaoterraplanagemal@hotmail.com
Rodovia PR 160 N 47 | sala 2

INSC Estadual: 9085672697
INSC Municipal 54-16973
CNPJ: 38.026.840/0001-04

10) Nomeamos e constituímos o senhor(a) EDSON SUNAO TOMIYAMA, portador da Cédula de Identidade Civil, RG nº 1.952.192-1 SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 535.716.499-15, CREA/CAU nº 19.256/D expedido pela Secretaria de Segurança Pública do estado do Paraná, para ser o(a) responsável para acompanhar a execução do Contrato, referente ao Pregão Eletrônico n.º Nº 03/2021 e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus Anexos e Contrato.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Bandeirantes, 14 de outubro de 2021

ANDRE LUIZ DE LIMA:00735099901

Assinado de forma digital por ANDRE LUIZ DE LIMA:00735099901
Dados: 2021.10.20 09:16:38 -03'00'

Representante legal
André Luiz de Lima
RG nº 5.165.889-0
Procurador

construcaoterraplanagemal@hotmail.com
Rodovia PR 160 N 47 | sala 2

INSC Estadual: 9085672697
INSC Municipal 54-16973
CNPJ: 38.026.840/0001-04

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORNÉLIO PROCÓPIO
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

225

ALVARÁ DE AUTORIZAÇÃO

Alvará Nº: 250/2020
Inscrição Municipal: 54-16973
Reg. Livro: 162
Folha: 16973

Em caso de encerramento, paralisação, mudança de endereço, de ramo, ou qualquer outra alteração, procurar o Departamento da Receita para as providências necessárias, evitando problemas futuros.

O Departamento de Receita e Rendas, em virtude do que consta no processo protocolado sob nº 12348/2020 de 27/08/2020 concede, enquanto satisfazer as exigências da Legislação em vigor AUTORIZAÇÃO a:

NOME / RAZÃO SOCIAL

AL CONSTRUCAO DE EDIFICIOS E SERV. DE TERRAPLANAGEM EIRELI

Nome Fantasia: AL CONSTRUCOES

CNPJ: 36.026.840/0001-04

ENDEREÇO

Logradouro: RODOVIA PR 160 Número: 47
Complemento: SALA 02 CEP: 86300-000
Bairro: VILA INDEPENDÊNCIA
Distrito:
Cidade: Cornelio Procopio UF: PR

ATIVIDADE PRINCIPAL E ACESSÓRIAS

CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS, FABRICAÇÃO DE ARTIGOS DE VIDRO, OBRAS DE TERRAPLANAGEM, COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, SERVIÇOS DE ENGENHARIA E DEMAIS ATIVIDADES RELACIONADAS NO CARTÃO DO CNPJ.

CONFERE COM ORIGINAL
DATA 22/10/2021
ASSINATURA

OBSERVAÇÕES

ALVARÁ DE AUTORIZAÇÃO CONF. PROT. Nº 12348 DE 27/08/2020. EMPRESA ESTÁ SUJEITA À COBRANÇA DE TAXA DE PUBLICIDADE (FACHADA, MUROS, PLACAS E OU SIMILARES), DE ACORDO COM O ART. 160 DA LEI MUNICIPAL 093/08 DE 13/11/08 E LEI COMPLEMENTAR Nº 065/02.CONF. RECOM.DA PROM, DEVE O CONTR.DESTIN.OS RESÍD. RECICL ÀS COOP ASSOC.DE CATAD. INSCR. NESTE MUNIC CONF LEI 12305/10 DECR.7404/10,EXC.AS HIPÓT.DE INVIABILIDADE.

Cornélio Procópio(PR), 23 de Setembro de 2020.

GERALDO ALVES
Secretário Municipal de Administração

CLAUDEMIR MASSUCATO
Diretor do Departamento de Receita e Rendas

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE CORNÉLIO PROCÓPIO

CARTORIO DISTRIBUIDOR & ANEXOS
AVENIDA SANTOS DUMONT, 811 - CENTRO
CORNÉLIO PROCÓPIO/PR - 86300-000

TITULAR
INALDO BORCHERS MUELLER
JURAMENTADO
ALEXANDRE ALVES FERREIRA

Certidão Negativa

Certifico, a pedido de parte interessada, que revendo os livros e arquivos de distribuição de FALÊNCIA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL e EXTRAJUDICIAL, sob minha guarda neste cartório, verifiquei NÃO CONSTAR nenhum registro em andamento contra:

AL CONSTRUCAO DE EDIFICIOS E SERVICOS DE TERRAPLANAGEM EIRELI

inscrita no CNPJ nº 38.026.840/0001-04, estabelecida nesta cidade e Comarca de Cornélio Procópio, Estado do Paraná, no período compreendido entre a presente data e os últimos 20 anos que a antecedem.

CORNÉLIO PROCÓPIO/PR, 14 de Outubro de 2021

ALEXANDRE ALVES FERREIRA

Poder Judiciário
CARTÓRIO DO DISTRIBUIDOR E ANEXOS
Inaldo Borchers Müeller
Distribuidor e Anexos
Av. Santos Dumont, 811
Centro - Fone (43) 3523-8118
CEP 86300-000 - Cornélio Procópio - PR

Custas = R$ 33,66
Página 0001/0001

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE CORNÉLIO PROCÓPIO

CARTORIO DISTRIBUIDOR & ANEXOS
AVENIDA SANTOS DUMONT, 811 - CENTRO
CORNÉLIO PROCÓPIO/PR - 86300-000

TITULAR
INALDO BORCHERS MUELLER
JURAMENTADO
ALEXANDRE ALVES FERREIRA

Certidão Negativa

Certifico, a pedido de parte interessada, que revendo os livros e arquivos de distribuição de CONCORDATA, sob minha guarda neste cartório, verifiquei NÃO CONSTAR nenhum registro em andamento contra:

AL CONSTRUCAO DE EDIFICIOS E SERVICOS DE TERRAPLANAGEM EIRELI

inscrita no CNPJ nº 38.026.840/0001-04, estabelecida nesta cidade e Comarca de Cornélio Procópio, Estado do Paraná, no período compreendido entre a presente data e os últimos 20 anos que a antecedem.

CORNÉLIO PROCÓPIO/PR, 14 de Outubro de 2021

ALEXANDRE ALVES FERREIRA

Poder Judiciário
CARTÓRIO DO
DISTRIBUIDOR E ANEXOS
Inaldo Borchers Müeller
Distribuidor e Anexos
Av. Santos Dumont, 811
Centro - Fone (43) 3523-8118
CEP 86300-000 - Cornélio Procópio - PR

Custas = R$ 33,66
Página 0001/0001

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CORNÉLIO PROCÓPIO
ESTADO DO PARANÁ - CNPJ [illegible]

CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL

[illegible] 007/2020

[illegible]

"AL CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS E SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM - EIRELI"

[illegible]

[illegible] Cornélio Procópio, 01 de dezembro de 2020

[illegible]
Presidente da Comissão Permanente de [illegible]

[illegible]
Diretor [illegible]

CONFERE COM ORIGINAL
DATA 02/06/2021
ASSINATURA

ATO CONSTITUTIVO DA EIRELI
AL CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS E SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM EIRELI

LUIZ FELIPE VIRGINELLI, brasileiro, maior, solteiro, nascido em 14/02/1995, natural de Cornélio Procópio-pr, Empresário, inscrito no CPF/MF sob nº. 106.906.459-96, portador da Carteira de identidade civil nº.13.487.482-1/SSP/PR, expedida em 09/03/2012, residente e domiciliado na Rua Clarice Lispector, 29, Anexo Fundos, Jardim Seminário, Cornélio Procópio-PR, CEP: 86300-000, por esse instrumento constitui **EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA**, conforme segue:

CAPÍTULO PRIMEIRO
DA DENOMINAÇÃO, DA SEDE, DO OBJETO, DO INÍCIO E DO PRAZO DE DURAÇÃO

CLÁUSULA PRIMEIRA: - A EIRELI girará sob o nome empresarial de AL CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS E SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM EIRELI.

CLÁUSULA SEGUNDA: - O prazo de duração da EIRELI é de tempo indeterminado e o inicio das operações sociais, para todos os efeitos, é a data do registro do instrumento constitutivo.É garantida a continuidade da pessoa jurídica diante do impedimento por força maior ou impedimento temporário ou permanente do titular, podendo a empresa ser alterada para atender uma nova situação.

CLÁUSULA TERCEIRA : - A EIRELI terá a sua sede na Rua Rodovia Pr 160, 47, Sala 02, Vila Independência, CEP: 86300-000 em Cornélio Procópio-PR, que é seu domicilio, podendo, a qualquer tempo, a critério de seu titular, abrir ou fechar filiais em qualquer parte do território Nacional.

CLÁUSULA QUARTA: O objeto social da EIRELI será: **CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS; MONTAGEM E INSTALAÇÃO DE SISTEMAS E EQUIPAMENTOS DE ILUMINAÇÃO E SINALIZAÇÃO EM VIAS PÚBLICAS, PORTOS, E AEROPORTOS; FABRICAÇÃO DE ARTIGOS DE VIDRO; FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS METÁLICAS; COMÉRCIO VAREJISTA DE VIDROS; CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS E FERROVIAS; SERVIÇOS DE ENGENHARIA; INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRICA; INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS, SANITÁRIAS E DE GÁS; INSTALAÇÃO DE PORTAS, JANELAS, TETOS, DIVISÓRIAS E ARMÁRIOS EMBUTIDOS DE QUALQUER MATERIAL; MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ANDAIMES E OUTRAS ESTRUTURAS TEMPORÁRIAS; COMÉRCIO ATACADISTA DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO; COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO; SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM EM TERRENOS URBANOS E CULTIVOS.**

22 10 2021

CAPÍTULO SEGUNDO
DO CAPITAL, DA CESSÃO DE QUOTAS E DA RESPONSABILIDADE DO TITULAR

CLÁUSULA QUINTA: O capital da EIRELI na importância de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais) dividido em 300.000 (trezentas mil) quotas de valor nominal R$ 1,00 (um real), o qual está totalmente Integralizadas, em moeda corrente do Pais.

Nome	(%)	Quotas	Valor R$
LUIZ FELIPE VIRGINELLI	100	300.000	300.000,00

CLÁUSULA SEXTA: A responsabilidade do titular é limitada ao capital integralizado da empresa que será regida pelo regime jurídico da empresa Limitada e supletivamente pela lei da Sociedade Anônima.

CAPÍTULO TERCEIRO
DA ADMINISTRAÇÃO DA EIRELI

CLÁUSULA SÉTIMA: A administração da EIRELI caberá ao titular **LUIZ FELIPE VIRGINELLI**, dispensado de caução, a quem caberá dentre outras atribuições, a representação ativa e passiva, judicial e extrajudicial, desta EIRELI, sendo a responsabilidade do titular limitada ao capital integralizado.

Parágrafo Primeiro: O titular poderá fixar uma retirada mensal, a titulo de "pro labore" observadas as disposições regulamentares pertinentes.

Parágrafo Segundo: - Faculta-se ao administrador, nos limites de seus poderes, constituir procuradores em nome da EIRELI, devendo ser especificado no instrumento de mandato, os atos e operações que poderão praticar e a duração do mandato, que no caso de mandato judicial, poderá ser por prazo indeterminado.

CAPÍTULO QUARTO
DO EXERCÍCIO SOCIAL, DO BALANÇO, DA DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS E PREJUÍZOS

CLÁUSULA OITAVA: O término de cada exercício social será encerrado em 31 de dezembro do ano civil, com a apresentação do balanço patrimonial e resultado econômico do ano fiscal, cabendo ao titular, os lucros ou perdas apuradas.

Parágrafo Único: Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, o empresário deliberará sobre as contas.

CAPÍTULO QUINTO
DA RETIRADA E DA EXCLUSÃO DE TITULAR

CLÁUSULA NONA: Falecendo ou interditado o titular da EIRELI, a empresa continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base

DOU 26/10/2021

na situação patrimonial da empresa, á data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo Único: O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a EIRELI se resolva em relação a seu titular.

CAPÍTULO SEXTO
DESIMPEDIMENTO

CLÁUSULA DÉCIMA - O administrador declara sob as penas da lei, que não está impedido, por lei especial, e nem condenado ou que se encontra sob os efeitos de condenação, que o proíba de exercer a administração desta EIRELI, bem como não está impedido, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa de concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.

CAPÍTULO SÉTIMO
ENQUADRAMENTO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA: O Titular declara que:

a) a sociedade se enquadra na situação de microempresa;

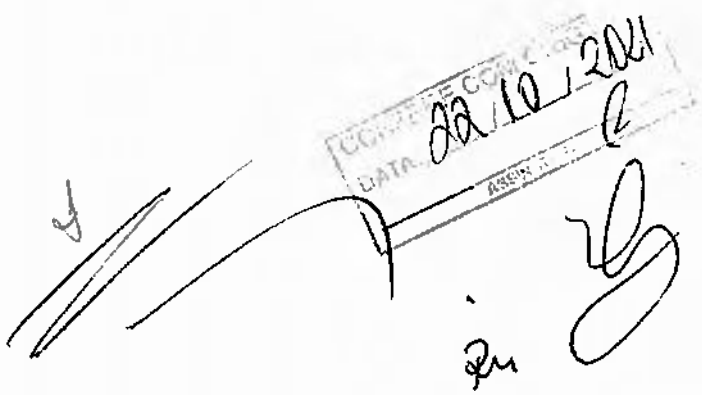
b) o valor da receita bruta anual da sociedade, no presente exercício, não excederá o limite fixado no inciso I do art. 3º da Lei Complementar nº. 123/2006, observado o disposto no § 2º do mesmo artigo;

c) a sociedade não se enquadra em quaisquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da mesma Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - O endereço do titular, constantes do Ato Constitutivo ou de sua última alteração serão válidos para o encaminhamento de convocações, cartas, avisos e etc., relativos a atos societários de seu interesse. A responsabilidade de informação de alterações destes endereços é exclusiva do Titular, que deverá fazê-lo por escrito.

CAPÍTULO OITAVO
DO FORO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: Fica eleito o foro da Comarca Cornélio Procópio-PR, por mais privilegiado que seja outro, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.



ATO CONSTITUTIVO DA EIRELI
AL CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS E SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM EIRELI

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: Declara o titular da EIRELI, para os devidos fins e efeitos de direito, que o mesmo não participa de nenhuma outra empresa, pessoa jurídica dessa modalidade.

E por estar assim justo e decidido, lavra, data e assina o presente instrumento particular de constituição de Empresa Individual de Responsabilidade Limitada, EIRELI, elaborado em via única, para que valha na melhor forma do direito, sendo esta via destinada ao registro e arquivamento na Junta Comercial do Estado do Paraná, devidamente rubricadas pelo Titular, obrigando-se fielmente pôr si e seus herdeiros a cumpri-lo em todos os seus termos.

Cornélio Procópio-PR, 27 de julho de 2020.

1º TABELIONATO

Luiz Felipe Virginelli
CPF: 106.906.459-96

CONFERE COM O ORIGINAL
DATA 22/10/2020
ASSINATURA

1º TABELIONATO DE NOTAS
Adriana Maranhão Eduardo
Tabeliã de Notas

Rua Alagoas, 375 S - Centro
CEP: 86300-000 - Cornélio Procópio - PR
Tel: (43) 3524 1223 - (43) 99624 2011 (Oi) (43) 99605 3990
E-mail: tabeliadrianaeduardo@gmail.com

Selo nº 4HaZV.XI3Dq.IvqKv, Controle: 34HtF.4pLAp
Consulte este selo em https://funarpen.com.br
Reconheço por Verdadeira a assinatura de LUIZ FELIPE VIRGINELLI em 10:17:48. Dou fé. Cornélio Procópio-PR, 30 de julho de 2020.
Em Test.º da Verdade

Alisson Eduardo de Moura - Escrevente

ALISSON EDUARDO DE MOURA
ESC. SUBSTITUTO
1º TABELIONATO DE NOTAS
CORNÉLIO PROCÓPIO - PR

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

CERTIFICO O REGISTRO EM 10/08/2020 11:20 SOB Nº 41601038286.
PROTOCOLO: 203913396 DE 31/07/2020 14:15.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12003512924. NIRE: 41601038286.
AL CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS E SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM EIRELI

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 10/08/2020
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.

2º Tabelionato de Notas

Vitor Pacheco Galego
2º TABELIÃO
AV. MINAS GERAIS 242 - CENTRO - CORNÉLIO PROCÓPIO - PR - TELEFONE 3524-1430

234

LIVRO Nº. 122-P/FLS. 063/064 PRIMEIRO TRASLADO

PROCURAÇÃO bastante que faz, **AL CONSTRUÇÃO DE EDIFICIOS E SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM EIRELI**, como a seguir se contém e declara:-

SAIBAM quantos este público instrumento de procuração bastante virem, que aos 11 (onze) dias do mês de setembro do ano 2.020 (dois mil e vinte), nesta cidade e comarca de Cornélio Procópio, Estado do Paraná, em cartório, perante mim, tabelião de notas, compareceu como outorgante, **AL CONSTRUÇÃO DE EDIFICIOS E SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado, com sede em Cornélio Procópio, Estado do Paraná, na Rodovia PR 160, nº. 47. Sala 02. Vila Independência, inscrita no CNPJ., sob número 38.026.840/0001-04, com contrato social devidamente arquivado na Junta Comercial do Paraná, sob número 41601038286, em data de 10 (dez) de agosto de 2.020 (dois mil e vinte). e certidão Simplificada da Junta Comercial do Paraná, datada de 10 (dez) de setembro de 2.020 (dois mil e vinte), que ficam arquivada sob número 063 (sessenta e três) na pasta de arquivo de contrato social sob número 041 (quarenta e um), neste ato devidamente representada pelo sócio LUIZ FELIPE VIRGINELLI, brasileiro, solteiro, maior, empresário, portador da cédula de identidade Rg., número 13.487.482-1-SSP/PR, inscrito no cpf/mf., sob número 106.906.459-96, residente e domiciliado na Rua Clarice Lispector, nº. 29 fundos. Jardim Seminário, nesta cidade de Cornélio Procópio, Estado do Paraná, reconhecida como a própria por mim tabelião de notas, na conformidade dos documentos de identificação, que me foram apresentados, examinados, e de cuja identidade e capacidade jurídica, dou fé.- E sendo aí, pela outorgante, me foi dito que por este público instrumento e na melhor forma de direito, nomeia e constitui, seu bastante procurador, **ANDRE LUIZ DE LIMA**, brasileiro, solteiro, maior, autônomo, portador da cédula de identidade Rg., número 5.165.899-0-SSP/PR, inscrito no cpf/mf., sob número 007.350.999-01, residente e domiciliado na Avenida Paraná, número 134, nesta cidade de Cornélio Procópio, Estado do Paraná, a quem confere poderes amplos e ilimitados, porém expressos e especiais, para onde com esta se apresentar, com a finalidade de administrar os negócios da empresa acima citada, praticando os seguintes atos: **a)** gerir e administrar a mencionada firma, podendo firmar contratos de qualquer natureza, inclusive de prestação de serviços, relativos a atividade econômica da pessoa jurídica outorgante, estabelecendo preço, prazo, cláusulas e condições de pagamento, receber importâncias, passar recibos, dar quitação, emitir, endossar, aceitar, assinar e quitar duplicatas, cheques, notas promissórias, assinar contratos de câmbios, importação e exportação, inclusive certificados de veículos, para o que a outorgante lhe concede os poderes constantes da cláusula "Ad-negotia" escalar serviços, liquidar seguros nos casos de acidente, transigir receber, passar recibos e dar quitação, satisfazer todas as exigências legais perante as repartições e poderes públicos, requerer e assinar o que julgar conveniente junto a Diretoria do serviço de Transito, alterar os horários, itinerários, inclusão ou substituição de carros, pagar taxas e emolumentos, em suma, resolver qualquer assunto de interesse da empresa

AUTENTICAÇÃO

VITOR PACHECO GALE
Segundo Serviço Notar
Av.Minas Gerais, 242
Fone/Fax (43) 3524-14

Autentico a presente cópia fotostát
por ser uma reprodução fiel do docume
original, que me foi apresentado, do q
dou fé.

21 DEZ 2020

Vitor Pachec
Vera Ligia Carezza Pacheco
Gines Geberson Pacheco
Rafael Carez

outorgante, inclusive adquirir e dispor dos seus veículos; b) contratar empregados, ajustar funções e salários, assinar carteiras, contratos, rescisão e homologação de contratos de trabalho, dispensá-los, fazer pagamentos e indenizações, assinando toda a documentação de natureza trabalhista; c) defender todos os direitos e interesses da empresa outorgante perante qualquer foro, instância ou tribunal, bem como perante qualquer repartição pública, sem distinção, podendo, para tanto, contratar advogados, outorgando-lhes os poderes constantes da cláusulas "Ad-judicia" e os mais especiais possíveis, acompanhar quaisquer processos de interesse da empresa outorgante que estejam em trâmite, prestar declarações, comparecer em audiências; d) representar a firma perante quaisquer bancos, entidades de crédito e instituições financeiros, mui especialmente junto ao Banco do Brasil S/A, Banco Santander S/A, Banco Itaú S/A, Banco Bradesco S/A, Caixa Econômica Federal – CEF, Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Paranapanema PR/SP - Sicredi Paranapanema PR/SP, e demais bancos e cooperativas de créditos, podendo abrir, movimentar e encerrar contas correntes, cadernetas de poupança e outras aplicações financeiras, fazer depósitos, sacar importâncias, inclusive juros e correções, efetuar resgates e aplicações financeiras, efetuar saques em contas correntes e poupança, movimentar contas com cartão eletrônico, emitir aceitar, endossar e assinar, avalizar, descontar e quitar cheques, notas promissórias, duplicatas, letras de câmbio, faturas, títulos de crédito e outros títulos que representem valor a ordem, emitir titulo de crédito e exportação, emitir titulo de crédito comercial, emitir título de crédito industrial, caucionar títulos, requisitar e retirar talões de cheques e cartão eletrônico, receber quantias de qualquer procedência, passar recibos e dar quitação, solicitar saldos e extratos de contas, renovar cadastros, cadastrar, alterar e desbloquear senhas, baixar e cancelar cheques, efetuar transferências e pagamentos por qualquer meio, sustar e contraordenar cheques, retirar cheques devolvidos, emitir títulos de crédito de qualquer natureza; pleitear empréstimos, financiamentos, assinar os referidos contratos de abertura de crédito, acertando valores, taxas, tempo, comissão e juros, estipular cláusulas e condições, autorizar débito em conta relativo a operações, utilizar o crédito aberto na forma e condições que forem ajustados, assinar menções adicionais, aditivos de qualquer espécie, inclusive assinar contratos de câmbio, importação e exportação, receber citação, intimação e notificação em procedimentos judiciais e extrajudiciais, e o que mais for necessário junto aos bancos; e) representar a empresa outorgante perante qualquer repartição pública ou particular, seja federal, estadual ou municipal, entidade autárquica e paraestatal, inclusive o INSS, Ministério do Trabalho, Vara do Trabalho, Junta de Conciliação e Julgamento, Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda, Agencias de Rendas Estadual, Cooperativas, Associações e Sindicatos, Correios e Telégrafos, Policia Federal, Alfandegas, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agraria – INCRA, Detran, podendo endossar certificados e fazer transferências, representar na Junta Comercial do Estado do Paraná, requerendo e assinando documentos, inclusive cadastros, certidões, baixas e cancelamentos, alteração e transformação contratual, estabelecendo cláusulas, condições, tempo e

2º Tabelionato de Notas

Vitor Pacheco Galego
TABELIÃO

236

obrigações, assinar toda a documentação fiscal da outorgante, fazer declaração do imposto de renda, preencher e assinar os formulários, receber notificação, citação de qualquer natureza, assinando toda a documentação fiscal, receber restituição; f) vender ou comprar veículos, pelo preço e condições que ajustar, inclusive veículos que estiverem alienados, assumindo compromisso pelos pagamentos junto a financeira competente, requerer liberação, podendo representa-la junto ao "Detran – Departamento de Trânsito" ou outra repartição competente, bem como estabelecimentos bancários e instituições financeiras, em qualquer de seus departamentos e repartições, receber o preço contratado, dar quitação, assinar contratos de financiamentos de veículos, transferência de alienação fiduciária ou de outra natureza, sub-rogar dívidas, transferir dividas de veículos alienados, preencher e assinar recibos de venda de veículo, declaração de venda ou de qualquer natureza, solicitando e fornecendo informações e dados, requerendo segunda via e demais documentos correspondentes; podendo enfim, dito procurador, em quaisquer dos casos e para dar cabal e fiel desempenho ao presente mandato, praticar todos os atos permitidos em direito e que se fizerem necessários, inclusive desistir, transigir, firmar compromissos, fazer acordos, o que tudo dará a firma outorgante por bom, firme e valioso, como se presente fosse, reservando para ela outorgante os mesmos poderes, vedado o seu substabelecimento.- **A outorgante declara, ter sido alertada da responsabilidade civil e criminal, pelos elementos declaratórios e da autenticidade dos mesmos fornecidos por seu representante, constantes neste instrumento**.- Protocolo número 357 (trezentos e cinquenta e sete), em data de 11 (onze) de setembro de 2.020 (dois mil e vinte), do livro de "Protocolo Geral" deste Serviço Notarial.- Distribuída a este Serviço Notarial.- E de como assim me disse e me pediu lhe lavrei este instrumento, o qual depois de pronto foi lido em voz alta, achou conforme, outorga, aceita e assina, declarando expressamente que dispensa a presença de testemunhas, de acordo com o Capítulo 06, Seção 03, Art. 675 e 676, do Código de Normas, da Corregedoria Geral da Justiça, deste Estado, tudo perante mim _____, tabelião de notas, que a digitei, subscreví e dou fé. Desta. C/vrc 384,62 = R$74,23. FADEP R$3,71. Furnapen-Selos R$0,80. Funrejus no valor de R$18,56, conforme guia nº 14000000006077416-4. Cornélio Procópio, 11 (onze) de setembro de 2.020 (dois mil e vinte).-

(a) _____
Luiz Felipe Virginelli

O referido é verdade ~~e dou fé~~

VITOR PACHECO GALEGO-Tabelião

FUNARPEN
SELO DIGITAL

237


VITOR PACHECO GALEGO
Segundo Serviço Notarial
Av. Minas Gerais, 242
Fone/Fax (43) 3524-1430
AUTENTICAÇÃO
Autentico a presente cópia fotostáti
por ser uma reprodução fiel do documer
original, que me foi apresentado, do q
dou fé.
21 DEZ 2020
Cornélio Procópio
PR
Vitor Pacheco Galego - Tabulião
Vera Lúcia Cardoso Pacheco
Escreventes
Tabelionato de Notas
Exclusivo para
Autenticação de Cópia
FTC40129
TABELIONATO DE NOTAS
Fernando Senna
Escrevente
Av. Minas Gerais, 242 - Loja 3
Fone: (43) 3524-1430
Cornélio Procópio - PR

238

TERMO DE AUTENTICIDADE

Eu, HELENO FLORO DA SILVA, com inscrição ativa no CRC/PR, sob o n° 028094/O-6, inscrito no CPF n° 20579632920, DECLARO, sob as penas da Lei Penal, e sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, que este documento é autêntico e condiz com o original.

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)		
CPF	N° do Registro	Nome
20579632920	028094/O-6	HELENO FLORO DA SILVA

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

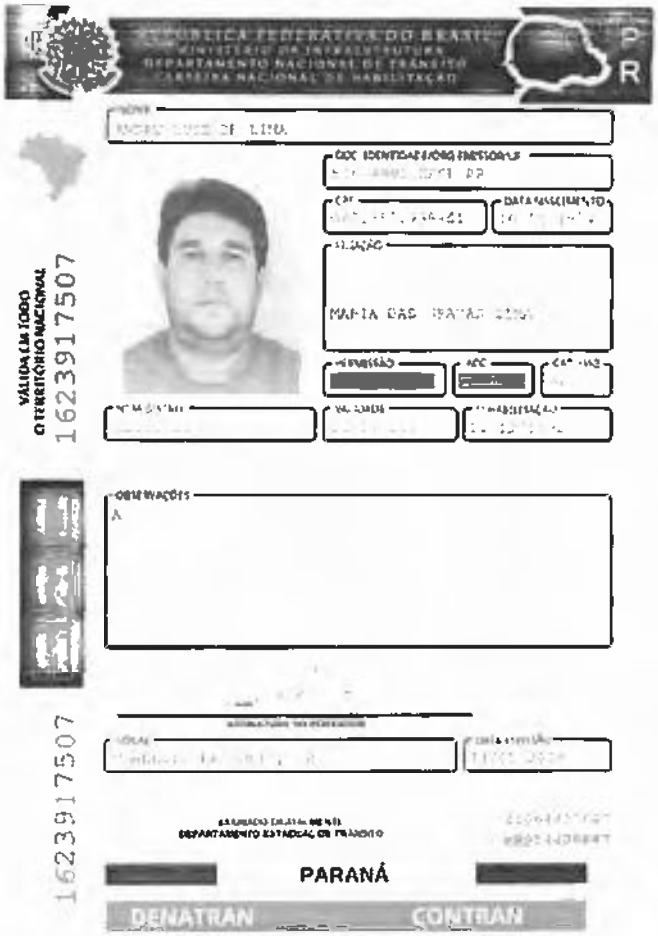
CERTIFICO O REGISTRO EM 15/01/2021 14:42 SOB Nº 20210169982.
PROTOCOLO: 210169982 DE 15/01/2021.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12100263222. CNPJ DA SEDE: 38026840000104.
NIRE: 41601038286. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 15/01/2021.
AL CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS E SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM EIRELI

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETARIO-GERAL
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

CNH Digital

Departamento Nacional de Trânsito

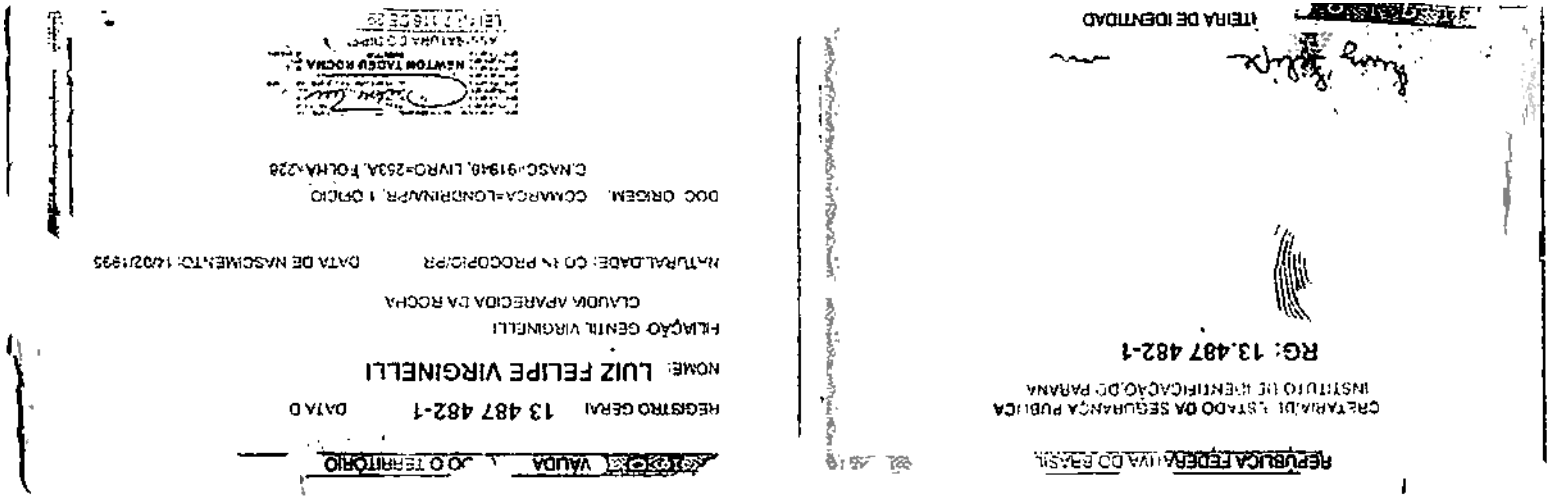


QR-CODE

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em:
< http://www.serpro.gov.br/assinador-digital >, opção Validar Assinatura.

SERPRO / DENATRAN



AUTENTICAÇÃO

Autentico a presente cópia fotostática por ser uma reproduçac fiel do documento original, que me foi apr en do que dou fé . Emol. RS4,34(VRC 20,00), Funrejus: R S . FUNDEP: RS0,22. Total: RS6,54

Corn o de 2021

co-Escrevente

FUD59 9<

2º TABELIONATO DE NOTAS
Gines Gabarron Pacheco
Av. Minas Gerais - Loja 3
Fone: 3532-7400
CONSELHEIRO PROCÓPIO - PARANÁ

Ministério da Fazenda
Receita Federal
COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO CPF

Número
106.906.459-96

Nome
LUIZ FELIPE VIRGINELLI

Nascimento
14/02/1995

SELO FUNARPEN

Notas para Cópia

FUD59498

AUTENTICAÇÃO

Autentico a presente cópia fotostática por ser uma reproduçac fiel do documento original, que me foi apresentado do que dou fé . Emol. RS4,34(VRC 20,00), Funrejus: RS1,08, Selo: RS0,90, FUNDEP: RS0,22 Total: RS6,54

C nsélho Procópio-PR, 26 de agosto de 2021

Gines Gabarron Pacheco-Escrevente

239

Governo do Estado do Paraná
Secretaria da Micro e Pequena Empresa
Junta Comercial do Estado do Paraná

JUCEPAR

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial: AL CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS E SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM EIRELI **Natureza Jurídica:** Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de Natureza Empresária)			**Protocolo:** PRC210[illegible]
NIRE (Sede) 41601036286	**CNPJ** 38.026.840/0001-04	**Arquivamento do Ato Constitutivo** 10/08/2020	**Início de Atividade** 27/07/2020
Endereço Completo Rua RODOVIA PR 160, Nº 47, SALA 02 VILA INDEPENDENCIA - Comélio Procópio/PR - CEP 86300-000			

Objeto
CONSTRUCAO DE EDIFICIOS MONTAGEM E INSTALACAO DE SISTEMAS E EQUIPAMENTOS DE ILUMINACAO E SINALIZACAO EM VIAS PUBLICAS, PORTOS, E AEROPORTOS FABRICACAO DE ARTIGOS DE VIDRO FABRICACAO DE ESTRUTURAS METALICAS COMERCIO VAREJISTA DE VIDROS CONSTRUCAO DE RODOVIAS E FERROVIAS SERVICOS DE ENGENHARIA INSTALACAO E MANUTENCAO ELETRICA INSTALACOES HIDRAULICAS, SANITARIAS E DE GAS INSTALACAO DE PORTAS, JANELAS, TETOS, DIVISORIAS E ARMARIOS EMBUTIDOS DE QUALQUER MATERIAL MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ANDAIMES E OUTRAS ESTRUTURAS TEMPORARIAS COMERCIO ATACADISTA DE MATERIAL DE CONSTRUCAO COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAL DE CONSTRUCAO SERVICOS DE TERRAPLANAGEM EM TERRENOS URBANOS E CULTIVOS.

Capital R$ 300.000,00 (trezentos mil reais) **Capital Integralizado** R$ 300.000,00 (trezentos mil reais)	**Porte** ME (Microempresa)	**Prazo de Duração** Indeterminado

Titular

Nome	CPF	Administrador	Início do Mandato	Término do Mandato
LUIZ FELIPE VIRGINELLI	106.906.459-96	S	27/07/2020	Indeterminado

Dados do Administrador

Nome	CPF	Início do Mandato	Término do Mandato
LUIZ FELIPE VIRGINELLI	106.906.459-96	27/07/2020	Indeterminado

Último Arquivamento			
Data 15/01/2021	**Número** 20210169982	**Ato/eventos** 206 / 206 - PROCURACAO	**Situação** ATIVA **Status** SEM STATUS

Esta certidão foi emitida automaticamente em 16/08/2021, às 09:01:32 (horário de Brasília).
Se impressa, verificar sua autenticidade no https://www.empresafacil.pr.gov.br, com o código XYJ3XSVS.

PRC2[illegible]

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
Secretário Geral

Data da consulta: 14/10/2021 15:46:32

Identificação do Contribuinte - CNPJ Matriz

CNPJ: **38.026.840/0001-04**
A opção pelo Simples Nacional e/ou SIMEI abrange todos os estabelecimentos da empresa

Nome Empresarial: **AL CONSTRUCAO DE EDIFICIOS E SERVICOS DE TERRAPLANAGEM EIRELI**

Situação Atual

Situação no Simples Nacional: **Optante pelo Simples Nacional desde 10/08/2020**
Situação no SIMEI: **NÃO enquadrado no SIMEI**

+ Mais Informações

Períodos Anteriores

Opções pelo Simples Nacional em Períodos Anteriores: **Não Existem**

Enquadramentos no SIMEI em Períodos Anteriores: **Não Existem**

Eventos Futuros (Simples Nacional)

Não Existem

Eventos Futuros (SIMEI)

Não Existem

Voltar | Gerar PDF

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: AL CONSTRUCAO DE EDIFICIOS E SERVICOS DE TERRAPLANAGEM EIRELI
CNPJ: 38.026.840/0001-04

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e

2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 16:31:56 do dia 20/10/2021 <hora e data de Brasília>.
Válida até 18/04/2022.
Código de controle da certidão: **FD54.0307.61EA.95C7**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

243

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 025193709-60

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **38.026.840/0001-04**
Nome: **AL CONSTRUCAO DE EDIFICIOS E SERVICOS DE TERRAPLANAGEM EIRELI**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 11/02/2022 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br

Paraná
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORNÉLIO PROCÓPIO
SECRETARIA DE FINANÇAS

244
Data: 14/10/2021 15h03min

Número	Validade
6981	13/11/2021

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

Nome / Razão Social

AL CONSTRUCAO DE EDIFICIOS E SERV. DE TERRAPLANAGEM EIRELI CNPJ: 38026840000104

Aviso

Sem débitos pendentes até a presente data.

Comprovação Junto à	Finalidade
Prefeitura M. de Cornélio Procópio - Pr.	Licitação

Mensagem

Certificamos que até a presente data não constam débitos tributários relativos à inscrição abaixo caracterizada.

A Fazenda Municipal se reserva o direito de cobrar débitos que venham a ser constatados, mesmo se referentes a períodos compreendidos nesta certidão.

Inscrição

Econômico: 11433 - Atividade principal: Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção
Endereço: RODOVIA PR 160, 47 - Bairro VILA INDEPENDÊNCIA - Compl. SALA 02 - CEP 86.300-000

Código de Controle

CW4QRFW3XXPJRNO1

A validade do documento pode ser consultada no site da prefeitura por meio do código de controle informado.

Cornélio Procópio (PR), 14 de Outubro de 2021

Av Nossa Senhora do Rocio, 233 - Centro
Cornélio Procópio (PR) - CEP: 86300-000

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
38.026.840/0001-04 MATRIZ		10/08/2020

NOME EMPRESARIAL
AL CONSTRUCAO DE EDIFICIOS E SERVICOS DE TERRAPLANAGEM EIRELI

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
AL CONSTRUCOES	ME

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
41.20-4-00 - Construção de edifícios

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
23.19-2-00 - Fabricação de artigos de vidro
25.11-0-00 - Fabricação de estruturas metálicas
42.11-1-01 - Construção de rodovias e ferrovias
43.13-4-00 - Obras de terraplenagem
43.21-5-00 - Instalação e manutenção elétrica
43.22-3-01 - Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás
43.29-1-04 - Montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos
43.30-4-02 - Instalação de portas, janelas, tetos, divisórias e armários embutidos de qualquer material
43.99-1-02 - Montagem e desmontagem de andaimes e outras estruturas temporárias
46.79-6-99 - Comércio atacadista de materiais de construção em geral
47.43-1-00 - Comércio varejista de vidros
47.44-0-99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral
71.12-0-00 - Serviços de engenharia

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
230-5 - Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de Natureza Empresári

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R RODOVIA PR 160	47	SALA 02

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
86.300-000	VILA INDEPENDENCIA	CORNELIO PROCOPIO	PR

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
AGAESSEA@GMAIL.COM	(43) 3523-1992

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	10/08/2020

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **14/10/2021** às **15:05:48** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**

246

RECEITA ESTADUAL

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA FAZENDA

Comprovante de Inscrição Cadastral - CICAD

Inscrição no CAD/ICMS	Inscrição CNPJ	Início das Atividades
90856726-97	38.026.840/0001-04	08/2020

Empresa / Estabelecimento

Nome Empresarial	AL CONSTRUCAO DE EDIFICIOS E SERVICOS DE TERRAPLANAGEM EIRELI
Título do Estabelecimento	AL CONSTRUCOES
Endereço do Estabelecimento	RUA RODOVIA PR 160, 47, SL 02 - VILA INDEPENDENCIA - CEP 86300-000 FONE: (43) 3523-1992
Município de Instalação	CORNELIO PROCOPIO - PR, DESDE 08/2020
	(Estabelecimento Matriz)

Qualificação

Situação Atual	ATIVO - SIMPLES NACIONAL / SIMPLES NACIONAL - DIA 03 DO MES+2, DESDE 06/2021
Natureza Jurídica	230-5 - EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA (EIRELI)
Atividade Econômica Principal do Estabelecimento	4744-0/99 - COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO EM GERAL
Atividade(s) Econômica(s) Secundária(s) do Estabelecimento	2319-2/00 - FABRICACAO DE ARTIGOS DE VIDRO 2511-0/00 - FABRICACAO DE ESTRUTURAS METALICAS 4679-6/99 - COMERCIO ATACADISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO EM GERAL 4743-1/00 - COMERCIO VAREJISTA DE VIDROS 4120-4/00 - CONSTRUCAO DE EDIFICIOS 4211-1/01 - CONSTRUCAO DE RODOVIAS E FERROVIAS 4313-4/00 - OBRAS DE TERRAPLENAGEM 4321-5/00 - INSTALACAO E MANUTENCAO ELETRICA 4322-3/01 - INSTALACOES HIDRAULICAS, SANITARIAS E DE GAS 4329-1/04 - MONTAGEM E INSTALACAO DE SISTEMAS E EQUIPAMENTOS DE ILUMINACAO E SINALIZACAO EM VIAS PUBLICAS, PORTOS E AEROPORTOS 4330-4/02 - INSTALACAO DE PORTAS, JANELAS, TETOS, DIVISORIAS E ARMARIOS EMBUTIDOS DE QUALQUER MATERIAL

Quadro Societário

Tipo	Inscrição	Nome Completo / Nome Empresarial	Qualificação
CPF	106.906.459-96	LUIZ FELIPE VIRGINELLI	TITULAR PESSOA FISICA

Este CICAD tem validade até 13/11/2021.

Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

CAD/ICMS Nº 90856726-97

Emitido Eletronicamente via Internet
14/10/2021 15:13:34

Dados transmitidos de forma segura
Tecnologia CELEPAR

Os dados cadastrais deste estabelecimento poderão ser confirmados via Internet www.fazenda.pr.gov.br

247

Voltar Imprimir

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 38.026.840/0001-04
Razão Social: AL CONSTRUCAO DE EDIFICIOS E SERV DE TER
Endereço: RODOVIA PR 160 47 / VILA INDEPENDENCIA / CORNELIO PROCOPIO / PR / 86300-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:27/09/2021 a 26/10/2021

Certificação Número: 2021092702154787651918

Informação obtida em 14/10/2021 14:49:24

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: AL CONSTRUCAO DE EDIFICIOS E SERVICOS DE TERRAPLANAGEM EIRELI (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 38.026.840/0001-04
Certidão nº: 36572233/2021
Expedição: 14/10/2021, às 15:07:25
Validade: 11/04/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **AL CONSTRUCAO DE EDIFICIOS E SERVICOS DE TERRAPLANAGEM EIRELI (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **38.026.840/0001-04**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

MODELO N° 03
ATESTADO DE VISITA II
DECLARAÇÃO

A/C
Comissão Permanente de Licitação
Município de Bandeirantes – PR

Ref.: Edital do Pregão Presencial nº 03/2021- PMB

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACIR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR.

AL CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS E SERV. DE TERRAPLANAGEM EIRELI, sob o CNPJ n° 38.026.840/0001-04 e inscrito no CICAD n° 9085672697, no endereço RODOVIA PR 160, n° 47 Sala 02, VILA INDEPENDÊNCIA na cidade de Cornélio Procópio no estado do Paraná, por intermédio de seu representante legal o Sr. EDSON SUNAO TOMIYAMA, portador da Cédula de Identidade Civil, RG nº 1.952.192-1 SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 535.716.499-15, CREA/CAU nº 19.256/D. DECLARA que RENUNCIA A VISITA TÉCNICA aos locais e/ou instalações do objeto licitado de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerente à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato informado que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejam avenças técnicas /ou financeiras para com a contratante.

Edson Sunao Tomiyama
Engenheiro Civil
CREA-PR 19.256/D
RNP 1709859539

Bandeirantes, 14 de outubro de 2021

ANDRE LUIZ DE LIMA:00735099901

Assinado de forma digital por ANDRE LUIZ DE LIMA:00735099901
Dados: 2021.10.20 09:17:35 -03'00'

Representante legal
André Luiz de Lima
RG nº 5.165.889-0
Procurador

construcaoterraplanagemal@hotmail.com
Rodovia PR 160 N 47 | sala 2

INSC Estadual: 9085672697
INSC Municipal 54-16973
CNPJ: 38.026.840/0001-04

MODELO N° 04

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

À Comissão de Licitação
Ref.: Edital de Tomada de Preços nº 03/2021- PMB.

Conforme o disposto no Edital em epígrafe e de acordo com a Resolução nº 218 de 29/06/73 e nº 317, de 31/10/86, do CONFEA - Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura, e Agronomia e Art. 2° da Lei n° 12.378, de 31/12/2010, declaramos que o responsável técnico pela obra, responsável técnico da empresa AL CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS E SERV. DE TERRAPLANAGEM EIRELI, sob o CNPJ n° 38.026.840/0001-04 e inscrito no CICAD n° 9085672697caso venhamos a vencer a referida licitação, é:

N°	Nome	Especialidade	CREA /CAUN°	Assinatura do responsável técnico
01	EDSON SUNAO TOMIYAMA	ENGENHEIRO CIVIL	CREA PR 19.256/D	
02	OSVALDO MOREIRA ANDRION	ENGENHEIRO CIVIL	CREA PR 20 040/D	

Declaramos, outrossim, que o(s) profissional(ais) acima relacionado(s) pertence(m) ao nosso quadro técnico de profissionais permanentes, com relacionamento junto à empresa, dentro das leis trabalhistas vigentes.

Bandeirantes, 20 de outubro de 2021

ANDRE LUIZ DE LIMA:00735099901

Assinado de forma digital por ANDRE LUIZ DE LIMA:00735099901
Dados: 2021.10.20 09:18:06 -03'00'

Representante legal
André Luiz de Lima
RG nº 5.165.889-0
Procurador

construcaoterraplanagemal@hotmail.com
Rodovia PR 160 N 47 | sala 2

INSC Estadual: 9085672697
INSC Municipal 54-16973
CNPJ: 38.026.840/0001-04

AGAESSE – CONTABILIDADE

Avenida XV de Novembro, 1217 - Centro – CEP: 86.300-000 – Cornélio Procópio – PR
Fone/Fax: (43)3523-1992
E-Mail: agaessea@gmail.com
Contador: Heleno Floro da Silva / (43)9929-8101

CAPACIDADE FINANCEIRA

Ref.: Edital de Tomada de Preço nº 03/2021

Prefeitura Municipal de Bandeirantes – PR.

Declaramos que as demonstrações abaixo correspondem a real situação da proponente. Esses índices foram obtidos no balanço do último exercício social.

Declaramos, ainda, que a qualquer tempo, desde que solicitado pelo licitador, nos comprometemos a apresentar todos os documentos ou informações que comprovarão as demonstrações.

SÃO AS DEMONSTRAÇÕES:

Tipo de índice	Valor em reais	Índice
Liquidez corrente (*LC*) LC = AC / PC	157.524,34 / 21.979,75	7,17
Liquidez geral (*LG*) LG = (*AC* + *RLP*) / (*PC* + *ELP*)	(157.524,34 + 0,00) / (21.979,75 + 0,00)	7,17
Grau de Endividamento (GE) EG = (PC + ELP) / (AC + RLP + AP)	(21.979,75 + 0,00) / (157.524,34 +0,00 + 290.000,00)	0,05

AC - ativo circulante; RLP - realizável a longo prazo;
AP - ativo permanente; ELP - exigível a longo prazo.
PC - passivo circulante;

OBS: Os índices deverão ser apresentados com 2 (duas) casas decimais, desprezando-se as demais.

Bandeirantes, 20 de outubro de 2021.

ANDRE LUIZ DE LIMA:00735099901 Assinado de forma digital por ANDRE LUIZ DE LIMA:00735099901 Dados: 2021.10.20 09:13:10 -03'00'

Representante legal
ANDRÉ LUIZ DE LIMA
RG: 5.165.899-0 /PR
Procurador

HELENO FLORO DA SILVA:20579632920 Assinado de forma digital por HELENO FLORO DA SILVA:20579632920 Dados: 2021.10.20 09:13:42 -03'00'

Contador
HELENO FLORO DA SILVA
RG: 1.331.114-1 / PR
CRC: 028094/O-6

252

Fl. 1

TERMO DE ABERTURA

LIVRO Diário Nº 001

Este Livro Diário contém, 25 (vinte e cinco) folhas, numeradas eletronicamente e seguidamente do nº 001 ao numero 025 e servirá para os lançamentos das operações próprias do estabelecimento do contribuinte abaixo descrito:

Razão Social:	**AL CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS E SERV. DE TERRAPLANAGEM EIRELI**
Endereço:	**RODOVIA PR 160, 47 - SALA 02**
Bairro:	**VILA INDEPENDÊNCIA**
Municipio:	**CORNÉLIO PROCÓPIO**
UF:	**PR**
CEP:	**86300000**
CNPJ nº:	**38.026.840/0001-04**

Registro na Junta Comercial do Paraná
Sob Registro nº 41601038286 em 10/08/2020.

Data do encerramento do exercício social: 31 de Dezembro de 2020.

CORNÉLIO PROCÓPIO-PR, 10 de Agosto de 2020

ANDRE LUIS DE LIMA
CPF: 007.350.999-01
PROCURADOR

HELENO FLORO DA SILVA
CRC: PR-028094/O-6 CPF: 205.796.329-20
CONTADOR

AL CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS E SERV. DE TERRAPLANAGEM EIRELI

253

CNPJ: 38.026.840/0001-04

Livro Diario

Data	Devedora	Credora	Documento	Ordem	Historico	Valor
10/08/2020	1.1.01.001.00001	2.3.01.001.00602		0800001	capital social	300.000,00
10/08/2020	1.1 01.001.00021	1.1.01.001.00001		0800002	valor que se transfere	300.000,00
18/08/2020	8.5.02.003.02079	1.1.01.001.00001		0800003	ABERTURA CORPO DE BOMBEIROS	86,04
18/08/2020	8.5.02.003.02074	1.1.01.001.00001		0800004	ABERTURA VIGILÂNCIA SANITÁRIA	69,95
18/08/2020	1.1.01.001.00001	1.1.01.001.00021		0800005	valor que se transfere	455,99
31/08/2020	8.5.02.003.02074	1.1.01.001.00001		0800006	ABERTURA ALVARÀ	48,50
31/08/2020	8.5.01.002.02014	1.1.01.001.00001		0800007	ABERTURA CONTADOR	500,00
31/08/2020	1.1.01.001.00001	1.1.01.001.00021		0800008	valor que se transfere	548,50
23/09/2020	8.3.01.001.00921	2.1.01.001.20005		0900001	Compra a prazo cf. nf. 314684	1.120,00
25/09/2020	1.1.02.001.20001	8.1.01.002.00776		0900002	Venda de Serviço a prazo cf. nf. 1	29.250,00
25/09/2020	1.1.02.003.00091	1.1.02.001.20001		0900003	ISS retido cf. nf. 1	585,00
30/09/2020	8.5.01.001.02000	2.1.01.004.00520		0900004	SALARIO a pagar	878,83
30/09/2020	8.5.01.001.02005	2.1.01.005.00531		0900005	F.G.T.S. a pagar	70,31
30/09/2020	2.1.01.004.00520	2.1.01.005.00530		0900006	Desconto do I.N.S.S.	65,91
30/09/2020	8.5.01.001.02003	2.1.01.005.00530		0900007	INSS empresa a pagar	175,77
30/09/2020	8.5.01.002.02014	1.1.01.001.00001		0900008	Pagto. de Honorarios Contabeis	500,00
30/09/2020	8 2.03.001 00901	1.1.02.003.00091		0900009	Compensacao ISS retido	585,00
30/09/2020	8.2.03.001.00905	2.1.01.006.00540		0900010	Simples a recolher	730,52
30/09/2020	1.1.01.001.00001	1.1.01.001.00021		0900011	valor que se transfere	1.000,00
30/09/2020	8.5.02.002.02055	1.1.01.001.00001		0900012	Pagto. de Aluguel	500,00
01/10/2020	8.3.01.001.00921	2.1.01.001 20001		1000001	Compra a prazo cf nf. 173301	438,55
01/10/2020	8.3.01.001.00921	2.1.01.001.20002		1000002	Compra a prazo cf. nf. 217160	555,00
01/10/2020	8.3.01.001.00921	2.1.01.001.20001		1000003	Compra a prazo cf. nf. 173301	689,47
01/10/2020	8.3.01.001.00920	1.1.01.001.00001		1000004	Compra a vista cf. nf. 067987	143,43
01/10/2020	2.1.01.001.20001	1.1.01.001.00001	173301	1000005	Pagamento duplicata cf. nf. 173301	0,02
03/10/2020	8.3.01.001.00920	1.1.01.001.00001		1000006	Compra a vista cf. nf. 173378	- 886,01
03/10/2020	1.1.01.001.00001	1.1.01.001.00021		1000007	valor que se transfere	1.029,46
05/10/2020	2.1.01.001.20002	1.1.01.001.00001	217160	1000008	Pagamento duplicata cf. nf. 217160	555,00
05/10/2020	1.1.01.001.00001	1.1.01.001.00021		1000009	valor que se transfere	555,00
06/10/2020	8.3.01.001.00921	2.1.01.001.20003		1000010	Compra a prazo cf. nf. 053453	709,60
06/10/2020	2.1.01.001.20003	1.1.01.001.00001	053453	1000011	Pagamento duplicata cf. nf. 053453	709,60
06/10/2020	1.1.01.001.00001	1.1.01.001.00021		1000012	valor que se transfere	709,60
07/10/2020	8.3.01.001.00920	1.1.01.001.00001		1000013	Compra a vista cf. nf. 173552	463,69
13/10/2020	8.3.01.001.00920	1.1.01.001.00001		1000014	Compra a vista cf. nf. 012194	219,00
13/10/2020	1.1.01.001.00001	1.1.01.001.00021		1000015	valor que se transfere	682,69
15/10/2020	1.1.02.001.20000	8.1.01.002.00776		1000016	Venda de Serviço a prazo cf. nf. 2	1.000,00
15/10/2020	1.1 02.001.20003	8.1.01.002 00776		1000017	Venda de Serviço a prazo cf. nf. 3	860,00
15/10/2020	8.3 01.001 00921	2 1.01.001.20004		1000018	Compra a prazo cf nf. 000448	747,00
19/10/2020	1.1.02.001.20002	8.1.01.002.00776		1000019	Venda de Serviço a prazo cf. nf. 4	900,00
20/10/2020	2.1.01.006.00540	1.1.01.001.00001		1000020	Pagto Darf Simples	730,52
20/10/2020	8.3.01.001.00920	1.1.01.001.00001		1000021	Compra a vista cf. nf. 174064	53,00
20/10/2020	1.1.01.001.00001	1.1.01.001.00021		1000022	valor que se transfere	783,52
23/10/2020	2.1.01.001.20005	1.1.01.001.00001		1000023	Pagto a Fornecedor	1.120,00
23/10/2020	8.3.01.001.00921	2.1.01.001.20001		1000024	Compra a prazo cf. nf. 174251	1.423,39
23/10/2020	8.3.01.001.00921	2.1.01.001.20001		1000025	Compra a prazo cf. nf. 174251	445,64
23/10/2020	1.1.01.001.00001	1.1.01.001.00021		1000026	valor que se transfere	1.120,00
27/10/2020	8.3.01.001.00920	1.1.01.001.00001		1000027	Compra a vista cf. nf. 412343	109,15
29/10/2020	1.1.02.001.20001	8.1.01.002.00776		1000028	Venda de Serviço a prazo cf. nf. 7	25.000,00
29/10/2020	1.1.02.001.20001	8 1.01.002.00776		1000029	Venda de Serviço a prazo cf. nf. 8	6.476,86
29/10/2020	8.3.01.001.00920	1.1.01.001.00001		1000030	Compra a vista cf. nf. 000719	279,80
29/10/2020	1.1.02.003 00091	1.1.02.001.20001		1000031	ISS retido cf. nf. 7	500,00
29/10/2020	1.1 02.003.00096	1 1 02.001.20001		1000032	INSS retido cf. nf. 7	2.750,00
29/10/2020	1.1 02.003.00091	1.1 02.001.20001		1000033	ISS retido cf. nf. 8	129,54
29/10/2020	1.1.02.003 00096	1.1.02.001.20001		1000034	INSS retido cf nf. 8	712,45
29/10/2020	1.1.01.001.00001	1.1.01.001.00021		1000035	valor que se transfere	388,95
29/10/2020	2.1.01.005.00530	1.1.02.003.00096		1000036	INSS retido cf. nf. 7	2.750,00
29/10/2020	2.1.01.005.00530	1.1.02.003.00096		1000037	INSS retido cf. nf. 8	712,45

AL CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS E SERV. DE TERRAPLANAGEM EIRELI

254

CNPJ: 38.026.840/0001-04

Livro Diario

Data	Devedora	Credora	Documento	Ordem	Historico	Valor
31/10/2020	8.5.01.001.02000	2.1.01.004.00520		1000038	SALARIO a pagar	9.342,67
31/10/2020	8.5.01.001.02000	2.1.01.004.00520		1000039	DSR s/ HORAS EXTRAS 50% a pagar	44,65
31/10/2020	8.5.01.001.02000	2.1.01.004.00520		1000040	HORAS EXTRAS 50% a pagar	232,42
31/10/2020	2.1.01.005.00530	2.1.01.004.00520		1000041	Salario familia a pagar	42,13
31/10/2020	8.5.01.001.02005	2.1.01.005.00531		1000042	F.G.T.S. a pagar	769,57
31/10/2020	2.1.01.004.00520	2.1.01.005.00530		1000043	Desconto de I.N.S.S.	758,26
31/10/2020	8.5.01.001.02001	2.1.01.004.00525		1000044	Provisao de ferias	1.129,81
31/10/2020	8.5.01.001.02003	2.1.01.005.00530		1000045	INSS empresa a pagar	1.923,95
31/10/2020	8.5.01.001.02001	2.1.01.004.00524		1000046	Provisao 13o	690,42
31/10/2020	8.2.03.001.00905	2.1.01.006.00540		1000047	Valor a Pagar	951,73
31/10/2020	2.1.01.004.00520	1.1.01.001.00001		1000048	Pagto. de Salarios e Outros	812,92
31/10/2020	2.1.01.005.00530	1.1.01.001.00001		1000049	Pagto. de I.N.S.S. conf. Guia	241,68
31/10/2020	2.1.01.005.00531	1.1.01.001.00001		1000050	Pagto. de F.G.T.S. conf. Guia	70,31
31/10/2020	8.5.01.002.02014	1.1.01.001.00001		1000051	Pagto. de Honorarios Contabeis	500,00
31/10/2020	1.1.01.001.00001	1.1.02.001.20001	1	1000052	Recebimento duplicata cf. nf. 1	28.665,00
31/10/2020	8.2.03.001.00901	1.1.02.003.00091		1000053	Compensacao ISS retido	629,54
31/10/2020	1.1.01.001.00021	1.1.01.001.00001		1000054	valor que se transfere	26.540,09
31/10/2020	8.5.02.002.02055	1.1.01.001.00001		1000055	Pagto. de Aluguel	500,00
31/10/2020	1.1.02.003.00096	2.1.01.005.00530		1000056	valor que se transfere	822,37
01/11/2020	2.1.01.001.20001	1.1.01.001.00001		1100001	Pagto a Fornecedor	1.127,00
01/11/2020	1.1.01.001.00001	1.1.01.001.00021		1100002	valor que se transfere	1.127,00
06/11/2020	1.1.02.001.20005	8.1.01.002.00776		1100003	Venda de Serviço a prazo cf. nf. 9	27.900,00
13/11/2020	1.1.02.001.20004	8.1.01.002.00776		1100004	Venda de Serviço a prazo cf. nf. 12	50.000,00
13/11/2020	1.1.02.003.00091	1.1.02.001.20004		1100005	ISS retido cf. nf. 12	1.000,00
14/11/2020	2.1.01.001.20004	1.1.01.001.00001	000448	1100006	Pagamento duplicata cf. nf. 000448	747,00
14/11/2020	1.1.01.001.00001	1.1.01.001.00021		1100007	valor que se transfere	747,00
23/11/2020	2.1.01.001.20001	1.1.01.001.00001		1100008	Pagto a Fornecedor	1.870,03
23/11/2020	1.1.01.001.00001	1.1.01.001.00021		1100009	valor que se transfere	1.870,03
24/11/2020	2.1.01.006.00540	1.1.01.001.00001		1100010	Pagto Darf Simples	951,73
24/11/2020	8.5.03.002.02160	1.1.01.001.00001		1100011	Juros e Encargos Financeiros	6,28
24/11/2020	1.1.01.001.00001	1.1.01.001.00021		1100012	valor que se transfere	958,01
27/11/2020	1.1.02.001.20003	8.1.01.002.00776		1100013	Venda de Serviço a prazo cf. nf. 13	860,00
27/11/2020	1.1.02.003.00091	1.1.02.001.20003		1100014	ISS retido cf. nf. 13	17,20
27/11/2020	1.1.02.003.00096	1.1.02.001.20003		1100015	INSS retido cf. nf. 13	94,60
27/11/2020	2.1.01.005.00530	1.1.02.003.00096		1100016	INSS retido cf. nf. 13	94,60
30/11/2020	8.5.01.001.02000	2.1.01.004.00520		1100017	SALARIO a pagar	14.344,00
30/11/2020	2.1.01.005.00530	2.1.01.004.00520		1100018	Salario familia a pagar	48,62
30/11/2020	8.5.01.001.02005	2.1.01.005.00531		1100019	F.G.T.S. a pagar	1.147,54
30/11/2020	2.1.01.004.00520	2.1.01.005.00530		1100020	Desconto de I.N.S.S.	1.149,80
30/11/2020	8.5.01.001.02001	2.1.01.004.00525		1100021	Provisao de ferias	1.396,27
30/11/2020	8.5.01.001.02003	2.1.01.005.00530		1100022	INSS empresa a pagar	2.868,80
30/11/2020	8.5.01.001.02001	2.1.01.004.00524		1100023	Provisao 13o	1.195,34
30/11/2020	1.1.01.001.00001	1.1.02.001.20003	3	1100024	Recebimento duplicata cf. nf. 3	860,00
30/11/2020	1.1.01.001.00001	1.1.02.001.20002	4	1100025	Recebimento duplicata cf. nf. 4	900,00
30/11/2020	1.1.01.001.00001	1.1.02.001.20000	2	1100026	Recebimento duplicata cf. nf. 2	1.000,00
30/11/2020	1.1.01.001.00001	1.1.02.001.20001	7	1100027	Recebimento duplicata cf nf. 7	21.750,00
30/11/2020	1.1.01.001.00001	1.1.02.001.20001	8	1100028	Recebimento duplicata cf. nf. 8	5.634,87
30/11/2020	8.2.03.001.00901	1.1.02.003.00091		1100029	Compensacao ISS retido	1.017,20
30/11/2020	1.1.01.001.00021	1.1.01.001.00001		1100030	valor que se transfere	18.521,66
30/11/2020	2.1.01.004.00520	1.1.01.001.00001		1100031	Pagto. de Salarios e Outros	8.903,61
30/11/2020	2.1.01.005.00531	1.1.01.001.00001		1100032	Pagto. de F.G.T.S. conf Guia	769,57
30/11/2020	8.5.01.002.02014	1.1.01.001.00001		1100033	Pagto. de Honorarios Contabeis	500,00
30/11/2020	8.5.01.001.02000	2.1.01.005.00531		1100034	FGTS 1ª PARC. 13ª	76,02
30/11/2020	8.2.03.001.00905	2.1.01.006.00540		1100035	Valor a Pagar	4.681,26
30/11/2020	2.1.01.004.00523	1.1.01.001.00001		1100036	Decimo Terceiro Salario 1a. Parcela	950,03
30/11/2020	8.5.02.002.02055	1.1.01.001.00001		1100037	Pagto. de Aluguel	500,00
30/11/2020	2.1.01.005.00530	1.1.02.003.00096		1100038	valor que se transfere	822,37

AL CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS E SERV. DE TERRAPLANAGEM EIRELI

255

CNPJ: 38.026.840/0001-04

Livro Diario

Data	Devedora	Credora	Documento	Ordem	Historico	Valor
07/12/2020	8.3.01.001.00920	1.1.01.001.00001		1200001	Compra a vista cf. nf. 000024	262,90
07/12/2020	8.3.01.001.00920	1.1.01.001.00001		1200002	Compra a vista cf. nf. 000024	40,50
07/12/2020	1.1.01.001.00001	1.1.01.001.00021		1200003	valor que se transfere	303,40
08/12/2020	1.1.02.001.20001	8.1.01.002.00776		1200004	Venda de Serviço a prazo cf. nf. 14	70.375,00
08/12/2020	8.3.01.001.00920	1.1.01.001.00001		1200005	Compra a vista cf. nf. 547191	38,90
08/12/2020	1.1.02.003.00091	1.1.02.001.20001		1200006	ISS retido cf. nf. 14	1.407,50
08/12/2020	1.1.02.003.00096	1.1.02.001.20001		1200007	INSS retido cf. nf. 14	7.741,25
16/12/2020	8.3.01.001.00921	2.1.01.001.20006		1200008	Compra a prazo cf. nf. 1021632	217,50
18/12/2020	2.1.01.004.00524	2.1.01.004.00523		1200009	13o. salario a pagar	3.088,26
18/12/2020	2.1.01.004.00523	1.1.01.001.00001		1200010	Pagamento de 13o. salario	1.906,65
18/12/2020	1.1.01.001.00001	1.1.01.001.00021		1200011	valor que se transfere	1.945,55
20/12/2020	8.5.01.001.02003	2.1.01.005.00530		1200012	I.N.S.S. s/ 13o.	617,65
21/12/2020	8.3.01.001.00920	1.1.01.001.00001		1200013	Compra a vista cf. nf. 110674	595,76
21/12/2020	1.1.01.001.00001	1.1.01.001.00021		1200014	valor que se transfere	595,76
28/12/2020	2.1.01.004.00521	1.1.01.001.00001		1200015	Pgto. Rescisao CLAUDIONOR PEREIRA FEITOS	2.402,67
28/12/2020	2.1.01.004.00521	1.1.01.001.00001		1200016	Pgto. Rescisao CICERO GAMA MARTINS	2.026,13
28/12/2020	2.1.01.004.00521	1.1.01.001.00001		1200017	Pgto. Rescisao ALISSON DIEGO FERREIRA DA	2.237,59
28/12/2020	1.1.01.001.00001	1.1.01.001.00021		1200018	valor que se transfere	6.666,39
30/12/2020	8.3.01.001.00920	1.1.01.001.00001		1200019	Compra a vista cf. nf. 004331	628,00
30/12/2020	1.1.01.001.00001	1.1.01.001.00021		1200020	valor que se transfere	628,00
31/12/2020	1.1.01.001.00001	1.1.02.001.20005	9	1200021	Recebimento duplicata cf. nf. 9	27.900,00
31/12/2020	1.1.01.001.00001	1.1.02.001.20004	12	1200022	Recebimento duplicata cf. nf. 12	49.000,00
31/12/2020	1.1.01.001.00001	1.1.02.001.20003	13	1200023	Recebimento duplicata cf. nf. 13	748,20
31/12/2020	8.2.03.001.00905	2.1.01.006.00540		1200024	Valor a Pagar	3.078,02
31/12/2020	8.2.03.001.00901	1.1.02.003.00091		1200025	Compensacao ISS retido	1.407,50
31/12/2020	1.2.03.001.00242	1.1.01.001.00021		1200026	TOYOTA HYLUX 2015	80.000,00
31/12/2020	8.5.01.002.02014	1.1.01.001.00001		1200027	Pagto. de Honorarios Contabeis - 13º	500,00
31/12/2020	1.2.03.001.00249	1.1.01.001.00021		1200028	RETROESCAVADEIRA	210.000,00
31/12/2020	1.1.01.001.00001	1.1.01.001.00021		1200029	valor que se transfere	32.946,90
31/12/2020	2.1.01.005.00530	1.1.01.001.00001		1200030	Pagto. de I.N.S.S. conf. Guia	3.053,01
31/12/2020	8.5.01.001.02000	2.1.01.004.00520		1200031	SALARIO a pagar	8.694,40
31/12/2020	8.5.02.004.02090	2.1.01.004.00527		1200032	PRO LABORE a pagar	1.045,00
31/12/2020	2.1.01.005.00530	2.1.01.004.00520		1200033	Salario familia a pagar	48,62
31/12/2020	8.5.01.001.02005	2.1.01.005.00531		1200034	F.G.T.S. a pagar	695,56
31/12/2020	8.5.01.001.02002	2.1.01.004.00521		1200035	IND.CONT.EXPERERIENCIA ANTEC. a pag	1.883,11
31/12/2020	2.1.01.004.00521	2.1.01.005.00530		1200036	Desconto de INSS RCT	274,98
31/12/2020	8.5.01.001.02002	2.1.01.004.00521		1200037	SALDO DE SALARIO a pagar	3.578,07
31/12/2020	2.1.01.004.00525	2.1.01.004.00521		1200038	FERIAS PROPORCIONAIS a pagar	1.110,14
31/12/2020	2.1.01.004.00525	2.1.01.004.00521		1200039	ADICIONAL DE FERIAS a pagar	370,05
31/12/2020	8.5.01.001.02005	2.1.01.005.00531		1200040	FGTS RCT a pagar	286,26
31/12/2020	2.1.01.004.00520	2.1.01.005.00530		1200041	Desconto de I.N.S.S.	688,40
31/12/2020	2.1.01.004.00527	2.1.01.005.00530		1200042	Desconto I.N.S.S. s/ pro-labore	114,95
31/12/2020	8.5.01.001.02001	2.1.01.004.00525		1200043	Provisao de ferias	1.595,99
31/12/2020	8.5.01.001.02003	2.1.01.005.00530		1200044	INSS empresa a pagar	2.663,49
31/12/2020	8.5.01.001.02001	2.1.01.004.00524		1200045	Provisao 13o	1.202,50
31/12/2020	8.5.01.001.02005	2.1.01.005.00531		1200046	F.G.T.S. 13o. salario a pagar	171,04
31/12/2020	2.1.01.004.00523	2.1.01.005.00530		1200047	Desconto de I.N.S.S. 13o. sal.	231,58
31/12/2020	2.1.01.004.00520	1.1.01.001.00001		1200048	Pagto. de Salarios e Outros	13.242,82
31/12/2020	8.5.01.002.02014	1.1.01.001.00001		1200049	Pagto. de Honorarios Contabeis	500,00
31/12/2020	2.1.01.005.00530	1.1.02.003.00096		1200050	APROVEITAMENTO DE RETENÇÃO EM NOTA Nº 14	3.693,20
31/12/2020	2.1.01.005.00530	1.1.02.003.00096		1200051	APROVEITAMENTO DE RETENÇÃO EM NOTA Nº 14	849,23
31/12/2020	9.1.01.001.02952	2.3.04.001.00672		1200052	Lucro do periodo	125.544,59
31/12/2020	8.5.02.002.02055	1.1.01.001.00001		1200053	Pagto. de Aluguel	500,00
31/12/2020	8.1.01.002.00776	9.1.01.001.02953		1200054	Encerramento do Exercicio.	212.621,86
31/12/2020	9.1.01.001.02953	8.2.03.001.00901		1200055	Encerramento do Exercicio.	3.639,24
31/12/2020	9.1.01.001.02953	8.2.03.001.00905		1200056	Encerramento do Exercicio.	9.441,53
31/12/2020	9.1.01.001.02953	8.3.01.001.00920		1200057	Encerramento do Exercicio.	3.720,14

256

AL CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS E SERV. DE TERRAPLANAGEM EIRELI

CNPJ: 38.026.840/0001-04

Livro Diario

Data	Devedora	Credora	Documento	Ordem	Historico	Valor
31/12/2020	9.1.01.001.02953	8.3.01.001.00921		1200058	Encerramento do Exercício.	6.346,15
31/12/2020	9.1.01.001.02953	8.5.01.001.02000		1200059	Encerramento do Exercício.	33.612,99
31/12/2020	9.1.01.001.02953	8.5.01.001.02001		1200060	Encerramento do Exercício.	7.210,33
31/12/2020	9.1.01.001.02953	8.5.01.001.02002		1200061	Encerramento do Exercício.	5.461,18
31/12/2020	9.1.01.001.02953	8.5.01.001.02003		1200062	Encerramento do Exercício.	8.249,66
31/12/2020	9.1.01.001.02953	8.5.01.001.02005		1200063	Encerramento do Exercício.	3.140,28
31/12/2020	9.1.01.001.02953	8.5.01.002.02014		1200064	Encerramento do Exercício.	3.000,00
31/12/2020	9.1.01.001.02953	8.5.02.002.02055		1200065	Encerramento do Exercício.	2.000,00
31/12/2020	9.1.01.001.02953	8.5.02.003.02074		1200066	Encerramento do Exercício.	118,45
31/12/2020	9.1.01.001.02953	8.5.02.003.02079		1200067	Encerramento do Exercício.	86,04
31/12/2020	9.1.01.001.02953	8.5.02.004.02090		1200068	Encerramento do Exercício.	1.045,00
31/12/2020	9.1.01.001.02953	8.5.03.002.02160		1200069	Encerramento do Exercício.	6,28
31/12/2020	9.1.01.001.02953	9.1.01.001.02952		1200070	Encerramento do Exercício.	125.544,59

AL CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS E SERV. DE TERRAPLANAGEM EIRELI

257

CNPJ: 38.026.840/0001-04

BALANCETE DE VERIFICAÇÃO LEVANTADO EM 31/08/2020

Descricao	Saldo Anterior	Debito	Credito	Saldo
ATIVO	**0,00**	**601.004,49**	**301.708,98**	**299.295,51**
CIRCULANTE	**0,00**	**601.004,49**	**301.708,98**	**299.295,51**
DISPONIVEL	**0,00**	**601.004,49**	**301.708,98**	**299.295,51**
CAIXA GERAL	**0,00**	**601.004,49**	**301.708,98**	**299.295,51**
CAIXA	0,00	301.004,49	300.704,49	300,00
FUNDO FIXO	0,00	300.000,00	1.004,49	298.995,51
PASSIVO	**0,00**	**0,00**	**300.000,00**	**300.000,00 -**
PATRIMONIO LIQUIDO	**0,00**	**0,00**	**300.000,00**	**300.000,00 -**
CAPITAL	**0,00**	**0,00**	**300.000,00**	**300.000,00 -**
CAPITAL SOCIAL	**0,00**	**0,00**	**300.000,00**	**300.000,00 -**
LUIZ FELIPE VIRGINELLI	0,00	0,00	300.000,00	300.000,00 -
RESULTADO DO EXERCÍCIO	**0,00**	**704,49**	**0,00**	**704,49**
DESPESAS OPERACIONAIS	**0,00**	**704,49**	**0,00**	**704,49**
DESPESAS COM VENDAS	**0,00**	**500,00**	**0,00**	**500,00**
UTILIDADES E SERVIÇOS	**0,00**	**500,00**	**0,00**	**500,00**
SERVICOS DE TERCEIROS - PF	0,00	500,00	0,00	500,00
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	**0,00**	**204,49**	**0,00**	**204,49**
IMPOSTOS E TAXAS	**0,00**	**204,49**	**0,00**	**204,49**
TAXAS MUNICIPAL	0,00	118,45	0,00	118,45
OUTROS IMPOSTOS E TAXAS	0,00	86,04	0,00	86,04

AL CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS E SERV. DE TERRAPLANAGEM EIRELI

258

CNPJ: 38.026.840/0001-04

BALANCETE DE VERIFICAÇÃO LEVANTADO EM 30/09/2020

Descricao	Saldo Anterior	Debito	Credito	Saldo
ATIVO	**299.295,51**	**30.835,00**	**3.170,00**	**326.960,51**
CIRCULANTE	**299.295,51**	**30.835,00**	**3.170,00**	**326.960,51**
DISPONIVEL	**299.295,51**	**1.000,00**	**2.000,00**	**298.295,51**
CAIXA GERAL	**299.295,51**	**1.000,00**	**2.000,00**	**298.295,51**
CAIXA	300,00	1.000,00	1.000,00	300,00
FUNDO FIXO	298.995,51	0,00	1.000,00	297.995,51
CRÉDITOS A REALIZAR	**0,00**	**29.835,00**	**1.170,00**	**28.665,00**
DUPLICATAS A RECEBER	**0,00**	**29.250,00**	**585,00**	**28.665,00**
AMW SANCHES PARTICIPACOES LTDA	0,00	29.250,00	585,00	28.665,00
IMPOSTOS A RECUPERAR	**0,00**	**585,00**	**585,00**	**0,00**
ISS A RECUPERAR	0,00	585,00	585,00	0,00
PASSIVO	**300.000,00 -**	**65,91**	**3.041,34**	**302.975,43 -**
CIRCULANTE	**0,00**	**65,91**	**3.041,34**	**2.975,43 -**
OBRIGAÇÕES A PAGAR	**0,00**	**65,91**	**3.041,34**	**2.975,43 -**
FORNECEDORES MAT/ SERVIÇOS OPERAC.	**0,00**	**0,00**	**1.120,00**	**1.120,00 -**
SANDRA REGINA BITOLI 45970475991	0,00	0,00	1.120,00	1.120,00 -
OBRIGAÇÕES COM PESSOAL	**0,00**	**65,91**	**878,83**	**812,92 -**
SALARIOS A PAGAR	0,00	65,91	878,83	812,92 -
OBRIGAÇÕES COM ENCARGOS SOCIAIS	**0,00**	**0,00**	**311,99**	**311,99 -**
INSS A RECOLHER	0,00	0,00	241,68	241,68 -
FGTS A RECOLHER	0,00	0,00	70,31	70,31 -
OBRIGAÇÕES FISCAIS	**0,00**	**0,00**	**730,52**	**730,52 -**
SIMPLES A RECOLHER	0,00	0,00	730,52	730,52 -
PATRIMONIO LIQUIDO	**300.000,00 -**	**0,00**	**0,00**	**300.000,00 -**
CAPITAL	**300.000,00 -**	**0,00**	**0,00**	**300.000,00 -**
CAPITAL SOCIAL	**300.000,00 -**	**0,00**	**0,00**	**300.000,00 -**
LUIZ FELIPE VIRGINELLI	300.000,00 -	0,00	0,00	300.000,00 -
RESULTADO DO EXERCÍCIO	**704,49**	**4.560,43**	**29.250,00**	**23.985,08 -**
RECEITAS	**0,00**	**0,00**	**29.250,00**	**29.250,00 -**
RECEITA BRUTA	**0,00**	**0,00**	**29.250,00**	**29.250,00 -**
VENDA DE SERVIÇOS	**0,00**	**0,00**	**29.250,00**	**29.250,00 -**
VENDA DE SERVIÇOS A PRAZO	0,00	0,00	29.250,00	29.250,00 -
DEDUÇÕES, ABATIMENTOS E AJUSTES	**0,00**	**1.315,52**	**0,00**	**1.315,52**
DEDUÇÕES	**0,00**	**1.315,52**	**0,00**	**1.315,52**
IMPOSTOS INCIDEN. S/ VENDAS	**0,00**	**1.315,52**	**0,00**	**1.315,52**
ISS S/ VENDAS	0,00	585,00	0,00	585,00
SIMPLES NACIONAL	0,00	730,52	0,00	730,52
CUSTOS	**0,00**	**1.120,00**	**0,00**	**1.120,00**
CUSTOS DAS MERCADORIAS	**0,00**	**1.120,00**	**0,00**	**1.120,00**
CUSTO MERCADORIAS VENDIDAS	**0,00**	**1.120,00**	**0,00**	**1.120,00**
COMPRA DE MERCADORIAS - A PRAZO	0,00	1.120,00	0,00	1.120,00
DESPESAS OPERACIONAIS	**704,49**	**2.124,91**	**0,00**	**2.829,40**
DESPESAS COM VENDAS	**500,00**	**1.624,91**	**0,00**	**2.124,91**
DESPESAS COM PESSOAL	**0,00**	**1.124,91**	**0,00**	**1.124,91**
SALARIOS E ORDENADOS	0,00	878,83	0,00	878,83
PREVIDENCIA SOCIAL - PATRONAL	0,00	175,77	0,00	175,77
FGTS	0,00	70,31	0,00	70,31
UTILIDADES E SERVIÇOS	**500,00**	**500,00**	**0,00**	**1.000,00**
SERVICOS DE TERCEIROS - PF	500,00	500,00	0,00	1.000,00
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	**204,49**	**500,00**	**0,00**	**704,49**
UTILIDADES E SERVIÇOS	**0,00**	**500,00**	**0,00**	**500,00**
ALUGUEL	0,00	500,00	0,00	500,00
IMPOSTOS E TAXAS	**204,49**	**0,00**	**0,00**	**204,49**
TAXAS MUNICIPAL	118,45	0,00	0,00	118,45
OUTROS IMPOSTOS E TAXAS	86,04	0,00	0,00	86,04

AL CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS E SERV. DE TERRAPLANAGEM EIRELI

CNPJ: 38.026.840/0001-04

259

BALANCETE DE VERIFICAÇÃO LEVANTADO EM 31/10/2020

Descricao	Saldo Anterior	Debito	Credito	Saldo
ATIVO	**326.960,51**	**99.625,53**	**76.052,42**	**350.533,62**
CIRCULANTE	**326.960,51**	**99.625,53**	**76.052,42**	**350.533,62**
DISPONIVEL	**298.295,51**	**60.474,31**	**39.203,44**	**319.566,38**
CAIXA GERAL	**298.295,51**	**60.474,31**	**39.203,44**	**319.566,38**
CAIXA	300,00	33.934,22	33.934,22	300,00
FUNDO FIXO	297.995,51	26.540,09	5.269,22	319.266,38
CRÉDITOS A REALIZAR	**28.665,00**	**39.151,22**	**36.848,98**	**30.967,24**
DUPLICATAS A RECEBER	**28.665,00**	**34.236,86**	**32.756,99**	**30.144,87**
AUTO POSTO PECAIM COM DE COMB E DERIV PE	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
AWW SANCHES PARTICIPACOES LTDA	28.665,00	31.476,86	32.756,99	27.384,87
CIA IGUAAU DE CAFA SOLAVEL	0,00	900,00	0,00	900,00
COPEL DISTRIBUICAO SA	0,00	860,00	0,00	860,00
IMPOSTOS A RECUPERAR	**0,00**	**4.914,36**	**4.091,99**	**822,37**
ISS A RECUPERAR	0,00	629,54	629,54	0,00
INSS A RECUPERAR	0,00	4.284,82	3.462,45	822,37
PASSIVO	**302.975,43 -**	**8.502,89**	**21.716,63**	**316.189,17 -**
CIRCULANTE	**2.975,43 -**	**8.502,89**	**21.716,63**	**16.189,17 -**
OBRIGAÇÕES A PAGAR	**2.975,43 -**	**8.502,89**	**21.716,63**	**16.189,17 -**
FORNECEDORES MAT/ SERVIÇOS OPERAC	**1.120,00 -**	**2.384,62**	**5.008,65**	**3.744,03 -**
ELETROBARROS MATERIAIS ELETRICOS LTDA.	0,00	0,02	2.997,05	2.997,03 -
ELETROTRAFO PRODUTOS ELETRICOS LTDA	0,00	555,00	555,00	0,00
FORTE CASA	0,00	709,60	709,60	0,00
SAMIA HUSSEIN MOHANNA	0,00	0,00	747,00	747,00 -
SANDRA REGINA PITOLI 69970475991	1.120,00 -	1.120,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES COM PESSOAL	**812,92 -**	**1.571,18**	**11.482,10**	**10.723,84 -**
SALARIOS A PAGAR	812,92 -	1.571,18	9.661,87	8.903,61 -
PROVISÃO PARA 13° SALÁRIO	0,00	0,00	690,42	690,42 -
PROVISÃO PARA FÉRIAS	0,00	0,00	1.129,81	1.129,81 -
OBRIGAÇÕES COM ENCARGOS SOCIAIS	**311,99 -**	**3.816,57**	**4.274,15**	**769,57 -**
INSS A RECOLHER	241,68 -	3.746,26	3.504,58	0,00
FGTS A RECOLHER	70,31 -	70,31	769,57	769,57 -
OBRIGAÇÕES FISCAIS	**730,52 -**	**730,52**	**951,73**	**951,73 -**
SIMPLES A RECOLHER	730,52 -	730,52	951,73	951,73 -
PATRIMONIO LIQUIDO	**300.000,00 -**	**0,00**	**0,00**	**300.000,00 -**
CAPITAL	**300.000,00 -**	**0,00**	**0,00**	**300.000,00 -**
CAPITAL SOCIAL	**300.000,00 -**	**0,00**	**0,00**	**300.000,00 -**
LUIZ FELIPE PEROSINELLI	300.000,00 -	0,00	0,00	300.000,00 -
RESULTADO DO EXERCÍCIO	**23.985,08 -**	**23.877,49**	**34.236,86**	**34.344,45 -**
RECEITAS	**29.250,00 -**	**0,00**	**34.236,86**	**63.486,86 -**
RECEITA BRUTA	**29.250,00 -**	**0,00**	**34.236,86**	**63.486,86 -**
VENDA DE SERVIÇOS	**29.250,00 -**	**0,00**	**34.236,86**	**63.486,86 -**
VENDA DE SERVIÇOS A PRAZO	29.250,00 -	0,00	34.236,86	63.486,86 -
DEDUÇÕES, ABATIMENTOS E AJUSTES	**1.315,52**	**1.581,27**	**0,00**	**2.896,79**
DEDUÇÕES	**1.315,52**	**1.581,27**	**0,00**	**2.896,79**
IMPOSTOS INCIDEN. S/ VENDAS	**1.315,52**	**1.581,27**	**0,00**	**2.896,79**
ISS S/ VENDAS	585,00	629,54	0,00	1.214,54
SIMPLES NACIONAL	730,52	951,73	0,00	1.682,25
CUSTOS	**1.120,00**	**7.162,73**	**0,00**	**8.282,73**
CUSTOS DAS MERCADORIAS	**1.120,00**	**7.162,73**	**0,00**	**8.282,73**
CUSTO MERCADORIAS VENDIDAS	**1.120,00**	**7.162,73**	**0,00**	**8.282,73**
COMPRA DE MERCADORIAS - A VISTA	0,00	2.154,08	0,00	2.154,08
COMPRA DE MERCADORIAS - A PRAZO	1.120,00	5.008,65	0,00	6.128,65
DESPESAS OPERACIONAIS	**2.829,40**	**15.133,49**	**0,00**	**17.962,89**
DESPESAS COM VENDAS	**2.124,91**	**14.633,49**	**0,00**	**16.758,40**
DESPESAS COM PESSOAL	**1.124,91**	**14.133,49**	**0,00**	**15.258,40**
SALARIOS E ORDENADOS	876,64	9.619,73	0,00	10.496,37

AL CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS E SERV. DE TERRAPLANAGEM EIRELI

260

CNPJ: 38.026.840/0001-04

BALANCETE DE VERIFICAÇÃO LEVANTADO EM 31/10/2020

Descricao	Saldo Anterior	Debito	Credito	Saldo
FÉRIAS E 13° SALÁRIO	0,00	1.820,23	0,00	1.820,23
PREVIDENCIA SOCIAL - PATRONAL	175,77	1.923,95	0,00	2.099,72
FGTS	70,31	769,57	0,00	839,88
UTILIDADES E SERVIÇOS	**1.000,00**	**500,00**	**0,00**	**1.500,00**
SERVICOS DE TERCEIROS - PF	1.000,00	500,00	0,00	1.500,00
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	**704,49**	**500,00**	**0,00**	**1.204,49**
UTILIDADES E SERVIÇOS	**500,00**	**500,00**	**0,00**	**1.000,00**
ALUGUEL	500,00	500,00	0,00	1.000,00
IMPOSTOS E TAXAS	**204,49**	**0,00**	**0,00**	**204,49**
TAXAS MUNICIPAL	118,45	0,00	0,00	118,45
OUTROS IMPOSTOS E TAXAS	86,04	0,00	0,00	86,04

AL CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS E SERV. DE TERRAPLANAGEM EIRELI

261

CNPJ: 38.026.840/0001-04

BALANCETE DE VERIFICAÇÃO LEVANTADO EM 30/11/2020

Descricao	Saldo Anterior	Debito	Credito	Saldo
ATIVO	**350.533,62**	**133.240,37**	**72.739,79**	**411.034,20**
CIRCULANTE	**350.533,62**	**133.240,37**	**72.739,79**	**411.034,20**
DISPONIVEL	**319.566,38**	**53.368,57**	**39.548,95**	**333.386,00**
CAIXA GERAL	**319.566,38**	**53.368,57**	**39.548,95**	**333.386,00**
CAIXA	300,00	34.846,91	34.846,91	300,00
FUNDO FIXO	319.266,38	18.521,66	4.702,04	333.086,00
CRÉDITOS A REALIZAR	**30.967,24**	**79.871,80**	**33.190,84**	**77.648,20**
DUPLICATAS A RECEBER	**30.144,87**	**78.760,00**	**31.256,67**	**77.648,20**
AUTO POSTO PECAIM COM DE COMB E DERIV PE	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00
AWW SANCHES PARTICIPACOES LTDA	27.384,87	0,00	27.384,87	0,00
CIA IGUAAU DE CAFA SOLAVEL	900,00	0,00	900,00	0,00
COPEL DISTRIBUICAO SA	860,00	860,00	971,80	748,20
ELETROTRAFO PRODUTOS ELETRICOS LTDA	0,00	50.000,00	1.000,00	49.000,00
NORMAN AUGUSTO BERNA PAPST	0,00	27.900,00	0,00	27.900,00
IMPOSTOS A RECUPERAR	**822,37**	**1.111,80**	**1.934,17**	**0,00**
ISS A RECUPERAR	0,00	1.017,20	1.017,20	0,00
INSS A RECUPERAR	822,37	94,60	916,97	0,00
PASSIVO	**316.189,17 -**	**17.434,36**	**26.907,65**	**325.662,46 -**
CIRCULANTE	**16.189,17 -**	**17.434,36**	**26.907,65**	**25.662,46 -**
OBRIGAÇÕES A PAGAR	**16.189,17 -**	**17.434,36**	**26.907,65**	**25.662,46 -**
FORNECEDORES MAT/ SERVIÇOS OPERAC.	**3.744,03 -**	**3.744,03**	**0,00**	**0,00**
ELETROBARROS MATERIAIS ELETRICOS LTDA.	2.997,03 -	2.997,03	0,00	0,00
SAMIA HUSSEIN MOHANNA	747,00 -	747,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES COM PESSOAL	**10.723,84 -**	**11.003,44**	**16.984,23**	**16.704,63 -**
SALARIOS A PAGAR	8.903,61 -	10.053,41	14.392,62	13.242,82 -
13° SALARIO A PAGAR	0,00	950,03	0,00	950,03
PROVISÃO PARA 13° SALÁRIO	690,42 -	0,00	1.195,34	1.885,76 -
PROVISÃO PARA FÉRIAS	1.129,81 -	0,00	1.396,27	2.526,08 -
OBRIGAÇÕES COM ENCARGOS SOCIAIS	**769,57 -**	**1.735,16**	**5.242,16**	**4.276,57 -**
INSS A RECOLHER	0,00	965,59	4.018,60	3.053,01 -
FGTS A RECOLHER	769,57 -	769,57	1.223,56	1.223,56 -
OBRIGAÇÕES FISCAIS	**951,73 -**	**951,73**	**4.681,26**	**4.681,26 -**
SIMPLES A RECOLHER	951,73 -	951,73	4.681,26	4.681,26 -
PATRIMONIO LIQUIDO	**300.000,00 -**	**0,00**	**0,00**	**300.000,00 -**
CAPITAL	**300.000,00 -**	**0,00**	**0,00**	**300.000,00 -**
CAPITAL SOCIAL	**300.000,00 -**	**0,00**	**0,00**	**300.000,00 -**
[illegible]	300.000,00 -	0,00	0,00	300.000,00 -
RESULTADO DO EXERCÍCIO	**34.344,45 -**	**27.732,71**	**78.760,00**	**85.371,74 -**
RECEITAS	**63.486,86 -**	**0,00**	**78.760,00**	**142.246,86 -**
RECEITA BRUTA	**63.486,86 -**	**0,00**	**78.760,00**	**142.246,86 -**
VENDA DE SERVIÇOS	**63.486,86 -**	**0,00**	**78.760,00**	**142.246,86 -**
VENDA DE SERVIÇOS A PRAZO	63.486,86 -	0,00	78.760,00	142.246,86 -
DEDUÇÕES, ABATIMENTOS E AJUSTES	**2.896,79**	**5.698,46**	**0,00**	**8.595,25**
DEDUÇÕES	**2.896,79**	**5.698,46**	**0,00**	**8.595,25**
IMPOSTOS INCIDEN. S/ VENDAS	**2.896,79**	**5.698,46**	**0,00**	**8.595,25**
ISS S/ VENDAS	1.214,54	1.017,20	0,00	2.231,74
SIMPLES NACIONAL	1.682,25	4.681,26	0,00	6.363,51
CUSTOS	**8.282,73**	**0,00**	**0,00**	**8.282,73**
CUSTOS DAS MERCADORIAS	**8.282,73**	**0,00**	**0,00**	**8.282,73**
CUSTO MERCADORIAS VENDIDAS	**8.282,73**	**0,00**	**0,00**	**8.282,73**
COMPRA DE MERCADORIAS - A VISTA	2.154,05	0,00	0,00	2.154,05
COMPRA DE MERCADORIAS - A PRAZO	6.128,68	0,00	0,00	6.128,68
DESPESAS OPERACIONAIS	**17.962,89**	**22.034,25**	**0,00**	**39.997,14**
DESPESAS COM VENDAS	**16.758,40**	**21.527,97**	**0,00**	**38.286,37**
DESPESAS COM PESSOAL	**15.258,40**	**21.027,97**	**0,00**	**36.286,37**
SALARIOS E ORDENADOS	10.498,57	14.420,02	0,00	24.918,59

AL CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS E SERV. DE TERRAPLANAGEM EIRELI

CNPJ: 38.026.840/0001-04

BALANCETE DE VERIFICAÇÃO LEVANTADO EM 30/11/2020

Fl. 11

262

Descricao	Saldo Anterior	Debito	Credito	Saldo
FÉRIAS E 13º SALÁRIO	1.820,23	2.591,61	0,00	4.411,84
PREVIDENCIA SOCIAL - PATRONAL	2.099,72	2.868,80	0,00	4.968,52
FGTS	839,88	1.147,54	0,00	1.987,42
UTILIDADES E SERVIÇOS	**1.500,00**	**500,00**	**0,00**	**2.000,00**
SERVICOS DE TERCEIROS - PF	1.500,00	500,00	0,00	2.000,00
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	1.204,49	**500,00**	**0,00**	**1.704,49**
UTILIDADES E SERVIÇOS	**1.000,00**	**500,00**	**0,00**	**1.500,00**
ALUGUEL	1.000,00	500,00	0,00	1.500,00
IMPOSTOS E TAXAS	**204,49**	**0,00**	**0,00**	**204,49**
TAXAS MUNICIPAL	118,45	0,00	0,00	118,45
OUTROS IMPOSTOS E TAXAS	86,04	0,00	0,00	86,04
RESULTADO FINANCEIRO	**0,00**	**6,28**	**0,00**	**6,28**
DESPESAS FINANCEIRAS	**0,00**	**6,28**	**0,00**	**6,28**
JUROS E MULTAS	0,00	6,28	0,00	6,28

AL CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS E SERV. DE TERRAPLANAGEM EIRELI

CNPJ: 38.026.840/0001-04

263

BALANCETE DE VERIFICAÇÃO LEVANTADO EM 31/12/2020

Descricao	Saldo Anterior	Debito	Credito	Saldo
ATIVO	**411.034,20**	**490.257,95**	**453.767,81**	**447.524,34**
CIRCULANTE	**411.034,20**	**200.257,95**	**453.767,81**	**157.524,34**
DISPONIVEL	**333.386,00**	**120.734,20**	**361.020,93**	**93.099,27**
CAIXA GERAL	**333.386,00**	**120.734,20**	**361.020,93**	**93.099,27**
CAIXA	300,00	120.734,20	27.934,93	93.099,27
FUNDO FIXO	333.086,00	0,00	333.086,00	0,00
CRÉDITOS A REALIZAR	**77.648,20**	**79.523,75**	**92.746,88**	**64.425,07**
DUPLICATAS A RECEBER	**77.648,20**	**70.375,00**	**86.796,95**	**61.226,25**
ANN SANCHES PARTICIPACOES LTDA	0,00	70.375,00	9.148,75	61.226,25
COPEL DISTRIBUICAO SA	748,20	0,00	748,20	0,00
ELETROTRAFO PRODUTOS ELETRICOS LTDA	49.000,00	0,00	49.000,00	0,00
NORMAN AUGUSTO BERNA PAPST	27.900,00	0,00	27.900,00	0,00
IMPOSTOS A RECUPERAR	**0,00**	**9.148,75**	**5.949,93**	**3.198,82**
ISS A RECUPERAR	0,00	1.407,50	1.407,50	0,00
INSS A RECUPERAR	0,00	7.741,25	4.542,43	3.198,82
NÃO CIRCULANTE	**0,00**	**290.000,00**	**0,00**	**290.000,00**
IMOBILIZADO	**0,00**	**290.000,00**	**0,00**	**290.000,00**
BENS EM OPERAÇÃO	**0,00**	**290.000,00**	**0,00**	**290.000,00**
VEÍCULOS	0,00	80.000,00	0,00	80.000,00
MAQUINAS EQUIPAMENTOS AGRICOLAS	0,00	210.000,00	0,00	210.000,00
PASSIVO	**325.662,46 -**	**35.338,28**	**157.200,16**	**447.524,34 -**
CIRCULANTE	**25.662,46 -**	**35.338,28**	**31.655,57**	**21.979,75 -**
OBRIGAÇÕES A PAGAR	**25.662,46 -**	**35.338,28**	**31.655,57**	**21.979,75 -**
FORNECEDORES MAT/ SERVIÇOS OPERAC.	**0,00**	**0,00**	**217,50**	**217,50 -**
INSTITUTO FENACON	0,00	0,00	217,50	217,50 -
OBRIGAÇÕES COM PESSOAL	**16.704,63 -**	**27.694,22**	**22.616,14**	**11.626,55 -**
SALARIOS A PAGAR	13.242,82 -	13.931,22	8.743,02	8.054,62 -
RESCISÕES CONT.TRAB. A PAGAR	0,00	6.941,37	6.941,37	0,00
13º SALARIO A PAGAR	950,03	2.138,23	3.088,26	0,00
PROVISÃO PARA 13º SALÁRIO	1.885,76 -	3.088,26	1.202,50	0,00
PROVISÃO PARA FÉRIAS	2.526,08 -	1.480,19	1.595,99	2.641,88 -
PRO-LABORE A PAGAR	0,00	114,95	1.045,00	930,05 -
OBRIGAÇÕES COM ENCARGOS SOCIAIS	**4.276,57 -**	**7.644,06**	**5.743,91**	**2.376,42 -**
INSS A RECOLHER	3.053,01 -	7.644,06	4.591,05	0,00
FGTS A RECOLHER	1.223,56 -	0,00	1.152,86	2.376,42 -
OBRIGAÇÕES FISCAIS	**4.681,26 -**	**0,00**	**3.078,02**	**7.759,28 -**
SIMPLES A RECOLHER	4.681,26 -	0,00	3.078,02	7.759,28 -
PATRIMONIO LIQUIDO	**300.000,00 -**	**0,00**	**125.544,59**	**425.544,59 -**
CAPITAL	**300.000,00 -**	**0,00**	**0,00**	**300.000,00 -**
CAPITAL SOCIAL	**300.000,00 -**	**0,00**	**0,00**	**300.000,00 -**
LUIZ FELIPE VIRGINELLI	300.000,00 -	0,00	0,00	300.000,00 -
LUCROS OU PREJUIZOS	**0,00**	**0,00**	**125.544,59**	**125.544,59 -**
LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS	**0,00**	**0,00**	**125.544,59**	**125.544,59 -**
LUCRO DO EXERCICIO	0,00	0,00	125.544,59	125.544,59 -
RESULTADO DO EXERCÍCIO	**85.371,74 -**	**30.202,15**	**70.375,00**	**125.544,59 -**
RECEITAS	**142.246,86 -**	**0,00**	**70.375,00**	**212.621,86 -**
RECEITA BRUTA	**142.246,86 -**	**0,00**	**70.375,00**	**212.621,86 -**
VENDA DE SERVIÇOS	**142.246,86 -**	**0,00**	**70.375,00**	**212.621,86 -**
VENDA DE SERVIÇOS A PRAZO	142.246,86 -	0,00	70.375,00	212.621,86 -
DEDUÇÕES, ABATIMENTOS E AJUSTES	**8.595,25**	**4.485,52**	**0,00**	**13.080,77**
DEDUÇÕES	**8.595,25**	**4.485,52**	**0,00**	**13.080,77**
IMPOSTOS INCIDEN. S/ VENDAS	**8.595,25**	**4.485,52**	**0,00**	**13.080,77**
ISS S/ VENDAS	2.231,74	1.407,50	0,00	3.639,24
SIMPLES NACIONAL	6.363,51	3.078,02	0,00	9.441,53
CUSTOS	**8.282,73**	**1.783,56**	**0,00**	**10.066,29**
CUSTOS DAS MERCADORIAS	**8.282,73**	**1.783,56**	**0,00**	**10.066,29**

AL CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS E SERV. DE TERRAPLANAGEM EIRELI

264

CNPJ: 38.026.840/0001-04

BALANCETE DE VERIFICAÇÃO LEVANTADO EM 31/12/2020

Descricao	Saldo Anterior	Debito	Credito	Saldo
CUSTO MERCADORIAS VENDIDAS	**8.282,73**	**1.783,56**	**0,00**	**10.066,29**
COMPRA DE MERCADORIAS - A VISTA	2.154,08	1.566,06	0,00	3.720,14
COMPRA DE MERCADORIAS - A PRAZO	6.128,65	217,50	0,00	6.346,15
DESPESAS OPERACIONAIS	**39.997,14**	**23.933,07**	**0,00**	**63.930,21**
DESPESAS COM VENDAS	**38.286,37**	**22.388,07**	**0,00**	**60.674,44**
DESPESAS COM PESSOAL	**36.286,37**	**21.388,07**	**0,00**	**57.674,44**
SALARIOS E ORDENADOS	24.918,59	8.694,40	0,00	33.612,99
FERIAS E 13° SALARIO	4.411,84	2.798,49	0,00	7.210,33
INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS	0,00	5.461,18	0,00	5.461,18
PREVIDENCIA SOCIAL - PATRONAL	4.968,52	3.281,14	0,00	8.249,66
FGTS	1.987,42	1.152,86	0,00	3.140,28
UTILIDADES E SERVIÇOS	**2.000,00**	**1.000,00**	**0,00**	**3.000,00**
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PF	2.000,00	1.000,00	0,00	3.000,00
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	**1.704,49**	**1.545,00**	**0,00**	**3.249,49**
UTILIDADES E SERVIÇOS	**1.500,00**	**500,00**	**0,00**	**2.000,00**
ALUGUEL	1.500,00	500,00	0,00	2.000,00
IMPOSTOS E TAXAS	**204,49**	**0,00**	**0,00**	**204,49**
TAXAS MUNICIPAL	118,45	0,00	0,00	118,45
OUTROS IMPOSTOS E TAXAS	86,04	0,00	0,00	86,04
DESPESAS GERAIS	**0,00**	**1.045,00**	**0,00**	**1.045,00**
PRO-LABORE	0,00	1.045,00	0,00	1.045,00
RESULTADO FINANCEIRO	**6,28**	**0,00**	**0,00**	**6,28**
DESPESAS FINANCEIRAS	**6,28**	**0,00**	**0,00**	**6,28**
JUROS E MULTAS	6,28	0,00	0,00	6,28
CONTAS TRANSITÓRIAS	**0,00**	**125.544,59**	**0,00**	**125.544,59**
CONTAS TRANSITÓRIAS	**0,00**	**125.544,59**	**0,00**	**125.544,59**
CONTAS TRANSITÓRIAS	**0,00**	**125.544,59**	**0,00**	**125.544,59**
PTRIMONIAIS E RESULTADOS	**0,00**	**125.544,59**	**0,00**	**125.544,59**
APURAÇÃO DE RESULTADO	0,00	125.544,59	0,00	125.544,59

AL CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS E SERV. DE TERRAPLANAGEM EIRELI

C.N.P.J.: 38.026.840/0001-04 Inscricao Estadual: 9085672697

265

BALANCO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31/12/2020

ATIVO			
CIRCULANTE			
DISPONIVEL			
CAIXA GERAL	93.099,27	93.099,27	
CRÉDITOS A REALIZAR			
DUPLICATAS A RECEBER	61.226,25		
IMPOSTOS A RECUPERAR	3.198,82	64.425,07	157.524,34
NÃO CIRCULANTE			
IMOBILIZADO			
BENS EM OPERAÇÃO	290.000,00	290.000,00	290.000,00
TOTAL DO ATIVO			447.524,34

AL CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS E SERV. DE TERRAPLANAGEM EIRELI

C.N.P.J.: 38.026.840/0001-04 Inscricao Estadual: 9085672697

266

BALANCO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31/12/2020

PASSIVO			
CIRCULANTE			
OBRIGAÇÕES A PAGAR			
FORNECEDORES MAT/ SERVIÇOS OPERAC.	217,50		
OBRIGAÇÕES COM PESSOAL	11.626,55		
OBRIGAÇÕES COM ENCARGOS SOCIAIS	2.376,42		
OBRIGAÇÕES FISCAIS	7.759,28	21.979,75	21.979,75
PATRIMONIO LIQUIDO			
CAPITAL			
CAPITAL SOCIAL	300.000,00	300.000,00	
LUCROS OU PREJUIZOS			
LUCROS ACUMULADOS	125.544,59	125.544,59	425.544,59
TOTAL DO PASSIVO			447.524,34

Reconhecemos a exatidão do presente Balanco Patrimonial no valor de R$ 447.524,34 - Quatrocentos e quarenta e sete mil quinhentos e vinte e quatro reais e trinta e quatro centavos conforme documentos apresentados.

CORNÉLIO PROCÓPIO-PR, 31 de DEZEMBRO de 2020.

ANDRÉ LUIS DE LIMA
CPF: 007.350.999-01
PROCURADOR

HELENO FLORO DA SILVA
CRC: PR-028094/O-6 CPF: 205.796.329-20
CONTADOR

AL CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS E SERV. DE TERRAPLANAGEM EIRELI

C.N.P.J.: 38.026.840/0001-04 Inscricao Estadual: 9085672697

267 Fl. 16

DEMONSTRACAO DO RESULTADO EXERCICIO EM 31/12/2020

(+)RECEITA BRUTA	
VENDA DE SERVIÇOS.....	212.621,86
(-)DEDUÇÕES	
IMPOSTOS INCIDEN. S/ VENDAS.....	13.080,77
**(=)RECEITA LIQUIDA..... **	**199.541,09**
(-)CUSTOS DAS MERCADORIAS	
CUSTO MERCADORIAS VENDIDAS.....	10.066,29
**(=)LUCRO BRUTO..... **	**189.474,80**
(-)DESPESAS COM VENDAS	
DESPESAS COM PESSOAL.....	57.674,44
UTILIDADES E SERVIÇOS.....	3.000,00
(-)DESPESAS ADMINISTRATIVAS	
UTILIDADES E SERVIÇOS.....	2.000,00
IMPOSTOS E TAXAS.....	204,49
DESPESAS GERAIS.....	1.045,30
(-)RESULTADO FINANCEIRO	
DESPESAS FINANCEIRAS.....	6,28
**(=)RESULTADO ANTES PROVISAO IR E CSL..... **	**125.544,59**
**(=)LUCRO LIQUIDO EXERCICIO..... **	**125.544,59**

Reconhecemos a exatidão da presente Demonst. do Resultado no valor de R$ 125.544,59 - Cento e vinte e cinco mil quinhentos e quarenta e quatro reais e cinqüenta e nove centavos conforme documentos apresentados.

CORNÉLIO PROCÓPIO-PR, 31 de DEZEMBRO de 2020.

ANDRÉ LUIS DE LIMA
CPF: 007.350.999-01
PROCURADOR

HELENO FLORO DA SILVA
CRC: PR-028094/O-6 CPF: 205.796.329-20
CONTADOR

AL CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS E SERV. DE TERRAPLANAGEM EIRELI

C.N.P.J.: 38.026.840/0001-04 Inscricao Estadual: 9085672697

268
Fl. 17

DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS EM 31/12/2020

(+)LUCRO DO EXERCÍCIO.....	125.544,59
SALDO FINAL DE LUCROS ACUMULADOS.....	125.544,59

Reconhecemos a exatidão da presente Demonstracao Lucros ou Prejuizos no valor de R$ 125.544,59 - Cento e vinte e cinco mil quinhentos e quarenta e quatro reais e cinqüenta e nove centavos conforme documentos apresentados.

CORNÉLIO PROCÓPIO-PR, 31 de DEZEMBRO de 2020.

ANDRÉ LUIS DE LIMA
CPF: 007.350.999-01
PROCURADOR

HELENO FLORO DA SILVA
CRC: PR-028094/O-6 CPF: 205.796.329-20
CONTADOR

AL CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS E SERV. DE TERRAPLANAGEM EIRELI

C.N.P.J.: 38.026.840/0001-04 I.E.: 9085672697

269

DMPL - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - 31/12/2020

HISTÓRICO	CAPITAL SOCIAL	LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS	TOTAL
SUBSCRIÇÃO DE CAPITAL	300.000,00		300.000,00
LUCRO DO EXERCÍCIO		125.544,59	125.544,59
SALDO FINAL	300.000,00	125.544,59	425.544,59

Reconhecemos a exatidão da presente Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido no valor de R$ 425.544,59 - quatrocentos e vinte e cinco mil quinhentos e quarenta e quatro reais e cinqüenta e nove centavos conforme documentos apresentados.

CORNÉLIO PROCÓPIO-PR, 31 de DEZEMBRO de 2020.

ANDRÉ LUIS DE LIMA
CPF: 007.350.999-01
PROCURADOR

HELENO FLORO DA SILVA
CRC: PR-028094/O-6 CPF: 205.796.329-20
CONTADOR

AL CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS E SERV. DE TERRAPLANAGEM EIRELI

CNPJ: 38.026.840/0001-04 I.E.: 9085672697

270

Demonstração do Fluxo de Caixa de 10/08/2020 a 31/12/2020 - Método Direto

ATIVIDADES OPERACIONAIS	
RECEBIMENTO DE DUPLICATAS A RECEBER	136.459,07
RECEBIMENTO DE CAPITAL SOCIAL	300.000,00
PAGAMENTO DE FORNECEDORES MAT/ SERVICOS OPERAC.	(6.128,66)
PAGAMENTO DE OBRIGACÕES COM PESSOAL	(32.482,42)
PAGAMENTO DE OBRIGACÕES COM ENCARGOS SOCIAIS	(4.134,57)
PAGAMENTO DE OBRIGACÕES FISCAIS	(1.682,25)
PAGAMENTO DE CUSTO MERCADORIAS VENDIDAS	(3.720,14)
PAGAMENTO DE UTILIDADES E SERVICOS	(3.000,00)
PAGAMENTO DE UTILIDADES E SERVICOS	(2.000,00)
PAGAMENTO DE IMPOSTOS E TAXAS	(204,49)
PAGAMENTO DE DESPESAS FINANCEIRAS	(6,28)
Acréscimo e/ou Decréscimo de Caixa Originado das Ativ. Operacionais	383.099,27
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	
BENS EM OPERACÃO	(290.000,00)
Acréscimo e/ou Decrescimo de Caixa Originado das Ativ. de Investimentos	(290.000,00)
Aumento Liquido de Caixa e Equivalentes	93.099,27
Saldo de Caixa, Bancos e Aplic. Financeira de Liquidez Imediata Inicial	0,00
Saldo de Caixa, Bancos e Aplic. Financeira de Liquidez Imediata Final	93.099,27

Reconhecemos o Aumento Liquido de Caixa e Equivalentes no valor de R$ 93.099,27 (Noventa e três mil noventa e nove reais e vinte e sete centavos)

CORNÉLIO PROCÓPIO-PR, 31 de DEZEMBRO de 2020.

ANDRÉ LUIS DE LIMA
CPF: 007.350.999-01
PROCURADOR

HELENO FLORO DA SILVA
CRC: PR-028094/O-6 CPF: 205.796.329-20
CONTADOR

AL CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS E SERV. DE TERRAPLANAGEM EIRELI Fl. 20

C.N.P.J.: 38.026.840/0001-04 I.E.: 9085672697

271

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2020

NOTA 01
A Empresa AL CONSTRUCAO DE EDIFICIOS E SERVICOS DE TERRAPLANAGEM EIRELI, é uma empresa individual de responsabilidade limitada, com sede na cidade de Cornélio Procópio, Estado do Paraná, Brasil, inscrita no CNPJ sob o nº 38 026 840/0001-04, e tem como principal atividade: o transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças intermunicipal, interestadual e internacional.

NOTA 02
As demonstrações contábeis inerentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 estão sendo apresentadas em Reais (R$) e foram aprovados pela administração no dia 20 de janeiro de 2021.
As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, tomando-se como base a Lei nº 11.638/2007 e o Pronunciamento Técnico PME - Contabilidade para Micro e Pequenas Empresas, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, Resoluções CFC nº 750/1993, 1.255/2009 e 1.282/2010, ITG 1000.

NOTA 03
Os valores a receber são registrados e mantidos no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos acrescidos das variações monetarias ou cambiais, quando aplicáveis, deduzidos de provisão para cobrir eventuais perdas na sua realização. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas estimadas na realização desses créditos. O valor estimado da provisão para créditos de liquidação duvidosa pode ser modificado em função das expectativas da Administração com relação à possibilidade de se recuperar os valores envolvidos, assim como por mudanças na situação financeira dos clientes

NOTA 04
A Empresa AL CONSTRUCAO DE EDIFICIOS E SERVICOS DE TERRAPLANAGEM EIRELI tem como prática a adoção do regime de competência para o registro das mutações patrimoniais ocorridas no exercício, assim como reconhecimento das receitas e despesas e custos, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento.

NOTA 05
A empresa está operando em sua capacidade plena sob critério da continuidade das suas atividades empresariais, não havendo qualquer previsão em contrário nos próximos 12 meses.

NOTA 06
Em conformidade com Análise economica realizada ao término da apuração desmonstra-se que a empresa apurou resultado operacional de LUCRO no exercício 2020. Assumindo novo contrato firmado com Prefeitura municipal de Sertanópolis a mesma reflete continuidade no exercício 2021.

NOTA 07
1 - Liquidez Corrente

Ativo Circulante 157.524,34

Passivo Circulante 21.979,75

= 7,17

A empresa tem R$ 7,17 para cada R$ 1,00 de dívida de curto prazo

NOTA 08
2 - Liquidez Seca

Ativo Circulante - Estoque 157.524,34

Passivo Circulante 21.979,75

= 7,17

A empresa tem R$ 7,17 para cada R$ 1,00 de dívida

NOTA 09
3 - Liquidez Geral

Ativo Circ. + Real L. Prazo 157.524,34

Passivo Circulante + Não Circulante 21.979,75

= 7,17

AL CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS E SERV. DE TERRAPLANAGEM EIRELI

C.N.P.J.: 38.026.840/0001-04 I.E.: 9085672697

272

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2020

A empresa tem R$ 7,17 para cada R$ 1,00 de divida total

NOTA 10
4 - Participação de Terceiros - (Endividamento)
Exigivel Total 21.979,75
Ativo Total 447.524,34

= 4,91

Capital Terceiros representa 4,91 p/ cento do ativo total

NOTA 11
5 - Garantia de Capitais de Terceiros

Exigivel Total 21.979,75

Patrimonio Liquido 425.544,59

= 5,17%
Capital Terceiros é garantido por 5,17 p/ cento do capital próprio

NOTA 12

6 - Imobilizado do Investimento Total

Ativo Não Circulante 290.000,00

Ativo Total 447.524,34

= 64,80%

Ativo Permanente representa 64,80 p/ cento do ativo total

NOTA 13

7 - Imobilização do Capital Próprio

Ativo Não Circulante 290.000,00

Patrimonio Liquido 425.544,59

= 68,15%

Ativo Permanente representa 68,15 p/ cento do capital próprio

NOTA 14

8 - Rentabilidade do Investimento Total

Lucro Liquido 125.544,59

Ativo Total 447.524,34

= 28,05%

O Lucro Liq. é de 28,05 p/ cento do ativo total

NOTA 15

9 - Rentabilidade do Capital Proprio

Lucro Liquido 125.544,59

Patrimonio Liquido 425.544,59

= 29,50%

O Lucro Liq. é de 29,50 p/ cento do capital próprio

NOTA 16

10 - Capital de Giro Próprio

AL CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS E SERV. DE TERRAPLANAGEM EIRELI

C.N.P.J.: 38.026.840/0001-04 I.E.: 9085672697

273

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2020

Ativo Circulante 157.524,34

At. Realizavel a Longo Prazo 0,00

= 157.524,34

Passivo Circulante 21.979,75

Passivo não Circulante 0,00

= 21.979,75

(=) Capital de Giro Próprio 135.544,59

NOTA 17

11 - GEG - Grau de Endividamento Geral

Passivo Circulante 21.979,75

(+) Passivo não circulante 0,00

= 21.979,75

Ativo Total 447.524,34

= 0,05

INTERPRETAÇÃO A empresa tem R$ 1,00 para cada R$ 0,05 de terceiros.

NOTA 18

12 - Solvencia Geral

At. circulante + At. não circul. 447.524,34

Passivo circul + Passivo não circul. 21.979,75

= 20,36

A empresa tem R$ 20,36 para cada R$ 1,00 de divida.

ANDRÉ LUIS DE LIMA
CPF: 007.350.999-01
PROCURADOR

HELENO FLORO DA SILVA
CRC: PR-028094/O-6 CPF: 205.796.329-20
CONTADOR

AL CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS E SERV. DE TERRAPLANAGEM EIRELI

Plano de Contas

Classificação	Codigo	Descricao	Encerra
1		ATIVO	N
1.1		CIRCULANTE	N
1.1.01		DISPONIVEL	N
1.1.01.001		CAIXA GERAL	N
1.1.01.001.00001	1	CAIXA	N
1.1.01.001.00021	21	FUNDO FIXO	N
1.1.02		CRÉDITOS A REALIZAR	N
1.1.02.001		DUPLICATAS A RECEBER	N
1.1.02.001.20000	3002	AUTO POSTO PECAIM COM DE COMB E DERIV PE	N
1.1.02.001.20001	3003	AWW SANCHES PARTICIPACOES LTDA	N
1.1.02.001.20002	3004	CIA IGUAAU DE CAFA SOLAVEL	N
1.1.02.001.20003	3005	COPEL DISTRIBUICAO SA	N
1.1.02.001.20004	3006	ELETROTRAFO PRODUTOS ELETRICOS LTDA	N
1.1.02.001.20005	3007	NORMAN AUGUSTO BERNA PAPST	N
1.1.02.003		IMPOSTOS A RECUPERAR	N
1.1.02.003.00091	91	ISS A RECUPERAR	N
1.1.02.003.00096	96	INSS A RECUPERAR	N
1.2		NÃO CIRCULANTE	N
1.2.03		IMOBILIZADO	N
1.2.03.001		BENS EM OPERAÇÃO	N
1.2.03.001.00242	242	VEICULOS	N
1.2.03.001.00249	249	MAQUINAS EQUIMPAMENTOS AGRICOLAS	N
2		PASSIVO	N
2.1		CIRCULANTE	N
2.1.01		OBRIGAÇÕES A PAGAR	N
2.1.01.001		FORNECEDORES MAT/ SERVIÇOS OPERAC.	N
2.1.01.001.20001	20001	ELETROBARROS MATERIAIS ELETRICOS LTDA.	N
2.1.01.001.20002	20002	ELETROTRAFO PRODUTOS ELETRICOS LTDA	N
2.1.01.001.20003	20003	FORTE CASA	N
2.1.01.001.20004	20004	SAMIA HUSSEIN MOHANNA	N
2.1.01.001.20005	20005	SANDRA REGINA PITOLI 69970475991	N
2.1.01.001.20006	20006	INSTITUTO FENACON	N
2.1.01.004		OBRIGAÇÕES COM PESSOAL	N
2.1.01.004.00520	520	SALARIOS A PAGAR	N
2.1.01.004.00521	521	RESCISÕES CONT.TRAB. A PAGAR	N
2.1.01.004.00523	523	13º SALARIO A PAGAR	N
2.1.01.004.00524	524	PROVISÃO PARA 13º SALÁRIO	N
2.1.01.004.00525	525	PROVISÃO PARA FÉRIAS	N
2.1.01.004.00527	527	PRO-LABORE A PAGAR	N
2.1.01.005		OBRIGAÇÕES COM ENCARGOS SOCIAIS	N
2.1.01.005.00530	530	INSS A RECOLHER	N
2.1.01.005.00531	531	FGTS A RECOLHER	N
2.1.01.006		OBRIGAÇÕES FISCAIS	N
2.1.01.006.00540	540	SIMPLES A RECOLHER	N
2.3		PATRIMONIO LIQUIDO	N
2.3.01		CAPITAL	N
2.3.01.001		CAPITAL SOCIAL	N
2.3.01.001.00602	602	LUIZ FELIPE VIRGINELLI	N
2.3.04		LUCROS OU PREJUIZOS	N
2.3.04.001		LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS	N
2.3.04.001.00672	672	LUCRO DO EXERCÍCIO	N
8		RESULTADO DO EXERCÍCIO	S
8.1		RECEITAS	S
8.1.01		RECEITA BRUTA	S
8.1.01.002		VENDA DE SERVIÇOS	S
8.1.01.002.00776	776	VENDA DE SERVIÇOS A PRAZO	S
8.2		DEDUÇÕES, ABATIMENTOS E AJUSTES	S
8.2.03		DEDUÇÕES	S

AL CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS E SERV. DE TERRAPLANAGEM EIRELI

Plano de Contas

Fl. 275

Classificacao	Codigo	Descricao	Encerra
8.2.03.001.		**IMPOSTOS INCIDEN. S/ VENDAS**	**S**
8.2.03.001.00901	901	ISS S/ VENDAS	S
8.2.03.001.00905	905	SIMPLES NACIONAL	S
8.3. . .		**CUSTOS**	**S**
8.3.01 .		**CUSTOS DAS MERCADORIAS**	**S**
8.3.01.001.		**CUSTO MERCADORIAS VENDIDAS**	**S**
8.3.01.001.00920	920	COMPRA DE MERCADORIAS - A VISTA	S
8.3.01.001.00921	921	COMPRA DE MERCADORIAS - A PRAZO	S
8.5. . .		**DESPESAS OPERACIONAIS**	**S**
8.5.01 .		**DESPESAS COM VENDAS**	**S**
8.5.01.001.		**DESPESAS COM PESSOAL**	**S**
8.5.01.001.02000	2000	SALARIOS E ORDENADOS	S
8.5.01.001.02001	2001	FÉRIAS E 13º SALÁRIO	S
8.5.01.001.02002	2002	INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS	S
8.5.01.001.02003	2003	PREVIDENCIA SOCIAL - PATRONAL	S
8.5.01.001.02005	2005	FGTS	S
8.5.01.002.		**UTILIDADES E SERVIÇOS**	**S**
8.5.01.002.02014	2014	SERVICOS DE TERCEIROS - PF	S
8.5.02. .		**DESPESAS ADMINISTRATIVAS**	**S**
8.5.02.002.		**UTILIDADES E SERVIÇOS**	**S**
8.5.02.002.02055	2055	ALUGUEL	S
8.5.02.003.		**IMPOSTOS E TAXAS**	**S**
8.5.02.003.02074	2074	TAXAS MUNICIPAL	S
8.5.02.003.02079	2079	OUTROS IMPOSTOS E TAXAS	S
8.5.02.004.		**DESPESAS GERAIS**	**S**
8.5.02.004.02090	2090	PRO-LABORE	S
8.5.03. .		**RESULTADO FINANCEIRO**	**S**
8.5.03.002.		**DESPESAS FINANCEIRAS**	**S**
8.5.03.002.02160	2160	JUROS E MULTAS	S
9. . . .		**CONTAS TRANSITÓRIAS**	**N**
9.1. . .		**CONTAS TRANSITÓRIAS**	**N**
9.1.01. .		**CONTAS TRANSITÓRIAS**	**N**
9.1.01.001.		**PTRIMONIAIS E RESULTADOS**	**N**
9.1.01.001.02952	2952	APURAÇÃO DE RESULTADO	S
9.1.01.001.02953	2953	ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO	N

276

Fl. 25

TERMO DE ENCERRAMENTO

LIVRO Diário Nº 001

Este Livro Diário contém, 25 (vinte e cinco) folhas, numeradas eletronicamente e seguidamente do nº 001 ao numero 025 e serviu para os lançamentos das operações próprias do estabelecimento do contribuinte abaixo descrito:

Razão Social:	**AL CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS E SERV. DE TERRAPLANAGEM EIRELI**
Endereço:	**RODOVIA PR 160, 47 - SALA 02**
Bairro:	**VILA INDEPENDÊNCIA**
Municipio:	**CORNÉLIO PROCÓPIO**
UF:	**PR**
CEP:	**86300000**
CNPJ nº:	**38.026.840/0001-04**

Registro na Junta Comercial do Paraná
Sob Registro nº 41601038286 em 10/08/2020.

Periodo de escrituração do livro:
Data de inicio: 10 de Agosto de 2020
Data de Término: 31 de Dezembro de 2020

CORNÉLIO PROCÓPIO-PR, 31 de Dezembro de 2020

ANDRÉ LUIS DE LIMA
CPF: 007.350.999-01
PROCURADOR

HELENO FLORO DA SILVA
CRC: PR-028094/O-6 CPF: 205.796.329-20
CONTADOR

277

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa AL CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS E SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM EIRELI consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF	Nome
00735099901	ANDRE LUIZ DE LIMA
20579632920	HELENO FLORO DA SILVA

CERTIFICO A AUTENTICAÇÃO EM 01/02/2021 09:45:59 SOB Nº 20210504293.
PROTOCOLO: 210504293 DE 25/01/2021. NIRE: 41601038286.
AL CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS E SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM EIRELI

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

Silvano Pereira de Andrade
RESPONSÁVEL PELA AUTENTICAÇÃO
CURITIBA, 01/02/2021

Ministério da Indústria e Comércio Exterior e Serviços

Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa

Departamento de Registro Empresarial e Integração

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

278

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - LIVRO DIGITAL

Declaro exatos os Termos de Abertura e de Encerramento do Livro Digital com características abaixo, conferido e autenticado por Silvano Pereira de Andrade, sob a autenticidade nº 12100652865 em 01/02/2021, protocolo 210504293. Para validação de Autenticação dos Termos, deverá ser acessado o Portal de Serviços / verificação de documentos do Empreendedor (http://www.empresafacil.pr.gov.br) e informar o código de verificação.

Identificação de Empresa	
Nome Empresarial:	AL CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS E SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM EIRELI
Número de Registro:	41601038286
CNPJ:	38026840000104
Município:	Cornélio Procópio

Identificação de Livro Digital	
Tipo de Livro:	DIÁRIO
Número de Ordem:	1
Período de Escrituração:	10/08/2020 - 31/12/2020

Assinante(s)	Nome	CRC/OAB
00735099901	ANDRÉ LUIZ DE LIMA	
20579632920	HELENO FLORO DA SILVA	PR028094/O-6

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

CERTIFICO A AUTENTICAÇÃO EM 01/02/2021 09:46:09 SOB Nº 20210504293.
PROTOCOLO: 210504293 DE 25/01/2021. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12100652865. NIRE: 41601038286.
AL CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS E SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM EIRELI

Silvano Pereira de Andrade
RESPONSÁVEL PELA AUTENTICAÇÃO
CURITIBA, 01/02/2021

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito a comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais

DECLARAÇÃO

AL CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS E SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM EIRELI, empresa brasiliera de direitos privada, estabelecida nesta cidade de Cornélio Procópio, Estado do Paraná, sito à Rua Rodovia PR 160, nº 47, sala 02, Vila Independência, CEP: 86.300-000, fone: (43) 3523-9131, e-mail: construcaoterraplanagemal@hotmail.com, neste ato representado por seu Sócio Administrador, o Senhor LUIZ FELIPE VERGINELLI, brasileiro, maior, solteiro, residente e domiciliado nesta cidade de Cornélio Procópio, estado do Paraná, sito à Rua Clarice Lispector, 29 – Anexo Fundos, Jardim Seminário, fone (43) 3523-9131, inscrito no CPF sob o nº 106.906.459-96, portador da cédula de identidade civil RG nº 13.487.482-1 SSP/PR, através de seu PROCURADOR devidamente registrado, o Senhor ANDRÉ LUIZ DE LIMA, brasiliero, maior solteiro, autonomo (procurador), residente e domiciliado nesta cidade de Cornélio Procópiuo, Estado do Paraná, sito à Avenida Paraná, nº 134, Centro CEP 86.300-000, fone (43) 3523-9131inscrito no CPF sob o nº 007.350.999-01, portador da cédula de identidade civil RG nº 5.165.899-0, declaram a quem interessar possa que a formalização do contrato ocorrerá na Prefeitura Municipal de Cornélio Procópio – PR, sito à avenida Minas Gerais nº 301, Centro – Cornélio Procópio – PR, contendo a identificação de todos os sócios da empresa proponente ou de quem o estatuto de constituição societária designar, bem como, o numero do CPF, endereço completo, telefone e estado civil e qualificação do representante legal que assinará o instrumento contratual.

Bandeirantes, 20 de outubro de 2021.

ANDRE LUIZ DE LIMA:00735099901

Assinado de forma digital por ANDRE LUIZ DE LIMA:00735099901
Dados: 2021.10.20 09:15:05 -03'00'

Representante legal
André Luiz de Lima
RG nº 5.165.889-0
Procurador

230

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA
E AGRONOMIA DO PARANÁ

Certidão de Registro de Pessoa Jurídica e Negativa de Débitos

O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná-CREA-PR, certifica que a empresa encontra-se regularmente registrada nos termos da Lei Federal nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, estando habilitada a exercer suas atividades no Estado do Paraná, circunscrita à(s) atribuição(ões) de seu(s) responsável(eis) técnico(s).

Certidão nº: 126659/2021 **Validade:** 31/03/2022

Razão Social: AL CONSTRUÇÃODE EDIFICIOS E SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM EIRELLI
CNPJ: 38026840000104
Num. Registro: 73872 **Registrada desde :** 26/11/2020
Capital Social: R$ 300.000,00
Endereço: RODOVIA PR160, 47 SALA 02 VILA INDEPENDENCIA
Município/Estado: CORNELIO PROCOPIO-PR **CEP:** 86300000
Objetivo Social:
Construção de edificios , montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias publicas,portos e aeroportos ,fabricação de artigo de vidro , fabricação de estruturas metálicas , comércio varejista de vidro , construção de rodovias e ferrovias , serviço de engenharia , instalação e manutenção elétrica ,instalações hidraulica sanitarias e de gas , instalação de porta e janelas teto divisorias e armarios embutidos de qualquer material, montagem e desmontagem de andaimes e outras estruturas temporarias, comercio atacadista de material de construção,comercio varejista de material de construção,serviço de terraplanagem em terrenos urbanos e cultivos.
Restrição de Atividade : Atividades da empresa restritas às atribuições de seu responsavel técnico.

Encontra-se quite com a anuidade relativa ao exercício de 2021.
Não possui débito(s) referente a processo(s) de fiscalização e/ou divida ativa até a presente data.

RESPONSÁVEL(EIS) TÉCNICOS PELA MATRIZ - CNPJ: 38026840000104
1 - EDSON SUNAO TOMIYAMA
Carteira: PR-19256/D Data de Expedição: 05/01/1988
Desde: 26/11/2020 Carga Horária: 2:0 H/D
Título: ENGENHEIRO CIVIL Situação: Regular
Lei Federal N.º 5.194/1966 - Art. 7º
Observações: Possui competência profissional para as atividades do art. 7º da Lei Federal N.º 5.194/1966 nos campos de atuação do art. 28 do Decreto Federal N.º 23.569/1933 e do art. 7º da Resolução do Confea N.º 218/1973.
Título: ENGENHEIRO CIVIL Situação: Regular
Resolução do Confea N.º 218/1973 - Art. 7º do CONFEA

Título: ENGENHEIRO CIVIL Situação: Regular
Decreto Federal N.º 23.569/1933 - Art. 28º

Para fins de: LICITAÇÕES

Certificamos que caso ocorra(m) alteração(ões) nos elementos contidos neste documento, esta Certidão perderá sua validade para todos os efeitos.
A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do CREA-PR (http://www.crea-pr.org.br), através do protocolo n.º 308029/2021, ressaltando a impossibilidade de execução de quaisquer serviços ou obras sem a participação efetiva de seu(s) responsável(eis) técnico(s).

Emitida via Internet em 15/10/2021 17:04:17

Dispensa-se a assinatura neste documento, conforme Instrução de Serviço Nº 002/2014.
A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

281

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA
E AGRONOMIA DO PARANÁ

Certidão de Registro de Pessoa Física e Positiva de Débitos

O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná-CREA-PR, certifica que o(a) profissional abaixo encontra-se regularmente registrado(a) nos termos da Lei Federal nº 5.194/66 possibilitando-o(a) a exercer sua profissão no Estado do Paraná, circunscrita à(s) atribuição(ões) constantes de seu registro.

Certidão nº: **127950/2021** Validade: 18/11/2021

Nome Civil: EDSON SUNAO TOMIYAMA
Carteira - CREA-PR Nº :PR-19256/D
Registro Nacional : 1709859539
Registrado(a) desde : 05/01/1988
Filiação : NOBORU TOMIYAMA NETO
MITTUL SAKAMOTO TOMIYAMA
Data de Nascimento : 21/07/1961
Carteira de Identidade : 19591921 CPF : 53571649915
Naturalidade : LONDRINA/PR

Título: ENGENHEIRO CIVIL
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA
Diplomação : 05/08/1985

Situação : Regular
Atribuições profissionais:
Lei Federal N.º 5.194/1966 - Art. 7º de 24/12/1966
Observações: Possui competência profissional para as atividades do art. 7º da Lei Federal N.º 5.194/1966 nos campos de atuação do art. 28 do Decreto Federal N.º 23.569/1933 e do art. 7º da Resolução do Confea N.º 218/1973.
Resolução do Confea N.º 218/1973 - Art. 7º de 29/06/1973 do CONFEA.
Decreto Federal N.º 23.569/1933 - Art. 28º de 11/12/1933

Responsabilidade Técnica/Quadro Técnico:
73872 - AL CONSTRUÇÃODE EDIFICIOS E SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM EIRELLI
CNPJ: 38026840000104
Desde: 26/11/2020 Carga Horária: 2 Horas Unidade: HORA/DIA

Possui débitos de anuidade parcelado.
Não possui débito(s) referente a processo(s) de fiscalização e/ou divida ativa até a presente data.

Para fins de: LICITAÇÕES

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do CREA-PR (http://www.crea-pr.org.br), através do protocolo n.º 310798/2021.

Emitida via Internet em 19/10/2021 14:48:20

Dispensa-se a assinatura neste documento, conforme Instrução de Serviço Nº 002/2014.
A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

282

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA
E AGRONOMIA DO PARANÁ

Certidão de Registro de Pessoa Física e Positiva de Débitos

O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná-CREA-PR, certifica que o(a) profissional abaixo encontra-se regularmente registrado(a) nos termos da Lei Federal nº 5.194/66 possibilitando-o(a) a exercer sua profissão no Estado do Paraná, circunscrita à(s) atribuição(ões) constantes de seu registro.

Certidão nº: **126663/2021** Validade: 14/11/2021

Nome Civil: OSVALDO MOREIRA ANDRION
Carteira - CREA-PR Nº :PR-20040/D
Registro Nacional : 1702273334
Registrado(a) desde : 08/08/1988
Filiação : VANOR MOREIRA ANDRION
ALICE ALVES ANDRION
Data de Nascimento : 21/09/1956
Carteira de Identidade : 1235327 CPF : 51898730997
Naturalidade : FOZ DO IGUACU/PR

Título: ENGENHEIRO CIVIL
PONTIFICIA UNIVERSIDADE CATOLICA DO PARANA
Data da Colação de Grau : 14/01/1988 Diplomação : 14/01/1988
Situação : Regular
Atribuições profissionais:
Lei Federal N.º 5.194/1966 - Art. 7º de 24/12/1966
Observações: Possui competência profissional para as atividades do art. 7º da Lei Federal N.º 5.194/1966 nos campos de atuação do art. 28 do Decreto Federal N.º 23.569/1933 e do art. 7º da Resolução do Confea N.º 218/1973.
Resolução do Confea N.º 218/1973 - Art. 7º de 29/06/1973 do CONFEA.
Decreto Federal N.º 23.569/1933 - Art. 28º de 11/12/1933

Possui débitos de anuidade parcelado.
Não possui débito(s) referente a processo(s) de fiscalização e/ou dívida ativa até a presente data.

Para fins de: LICITAÇÕES

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do CREA-PR (http://www.crea-pr.org.br), através do protocolo n.º 308038/2021.

Emitida via Internet em 15/10/2021 17:09:48

Dispensa-se a assinatura neste documento, conforme Instrução de Serviço Nº 002/2014.
A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS DE ENGENHARIA, AGRONOMIA OU ATIVIDADES AFINS

Pelo presente Instrumento, de um lado **Osvaldo Moreira Andrion**, brasileiro, engenheiro civil, portador da cédula de identidade RG nº **1.235.327-8** emitido pela **SSP/PR** e do CPF/MF nº **518.987.309-97** e registrado no CREA-SP sob nº **PR-20.040/D**, com endereço na **Rua Estanislau Zambrzycki, 430 - CEP: 85.852-200**, Foz do Iguaçu/PR, doravante denominado simplesmente **CONTRATADO**, e de outro lado a empresa **AL Construções**, inscrita no CNPJ n.º **38.026.840/0001-04** com endereço **Rua Curitiba, nº119 – CEP: 87303-020, Cornélio Procópio /PR**, por intermédio de seu representante legal, o Sr. **André Luiz de Lima** , brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade RG .nº 5.165.889-0 SSP-PR e CPF nº 007.350.999-01, residente e domiciliado, na cidade de Cornélio Procópio doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato de Prestação de Serviços Técnicos Profissionais de Engenharia, Agronomia ou atividades afins, de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1 – Constitui objeto do presente Contrato, a prestação de serviços técnicos profissionais de Engenharia pelo **CONTRATADO** para assumir acessoria Técnica e responsabilidade técnica na execução de obras.

1.1 – O **CONTRATADO** deverá recolher a Anotação de Responsabilidade Técnica referente aos serviços ora contratados, antes do início dos trabalhos.

1.2 – O **CONTRATADO** prestará serviços técnicos durante 10 horas semanais.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO

CONFERE COM O ORIGINAL
DATA: 22/10/2021
ASSINATURA

construcaoterraplanagemal@hotmail.com
Rodovia PR 160 N 47 | sala 2

INSC Estadual: 9085672697
INSC Municipal 54-16973
CNPJ: 38.026.840/0001-04

2 – Os serviços objeto do presente Contrato, deverão ser realizados pelo **CONTRATADO**, no prazo de 12 (doze) meses a contar da assinatura deste Instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PREÇOS E FORMA DE PAGAMENTO

3- O **CONTRATANTE** pagará ao **CONTRATADO**, pelos serviços contratados, o valor total de R$ 1.500,00 (Mil e quinhentos reais) mensais.

3.1- Os tributos incidentes sobre os serviços ora contratados deverão ser recolhidos pelo contribuinte, conforme definido na legislação tributária.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4- O presente Contrato vigorará durante o período de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

5 - O presente Contrato poderá ser rescindido amigavelmente a qualquer tempo, mediante notificação à parte contrária com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sem que o mero exercício de tal faculdade implique em quaisquer ônus.

CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES

A multa para as situações de atraso na execução dos trabalhos, no pagamento ou na rescisão antecipada, será de um mês de salário, ou seja, R$1500,00 (mil e quinhentos reais).

CLÁUSULA SETIMA - DO EXERCÍCIO DOS DIREITOS

7- Qualquer omissão ou tolerância das partes em exigir o estrito cumprimento dos termos e condições do presente Contrato, ou em exercer uma prerrogativa dele decorrente, não constituirá renúncia, nem afetará o direito da parte de exercê-lo a qualquer tempo.

construcaoterraplanagemal@hotmail.com
Rodovia PR 160 N 47 | sala 2

INSC Estadual: 9085672697
INSC Municipal 54-16973
CNPJ: 38.026.840/0001-04

CONFERE COM ORIGINAL
DATA: 21/10/2021
ASSINATURA

7.1- Aplicam-se ao presente Contrato as disposições do Código Civil e do Código de Defesa do Consumidor naquilo em que lhe forem compatíveis.

CLÁUSULA OITÁVA - DO FORO DE ELEIÇÃO

8- As partes de comum acordo, elegem o Fórum da Comarca Cornélio Procópio – PR , para dirimir qualquer lide oriunda do presente Contrato, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e contratadas, assinam as partes o presente Contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para os mesmos efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Cornélio Procópio, 30 de Abril de 2021.

Andre Luiz de Lima rg nº 5.165.889-0

Osvaldo Moreira Andrion, CREA: PR-20.040/D

TESTEMUNHAS:

1)_____
Nome: Edson Sunao Tomiyama
RG: 1959192 SSP/PR

2)_____
Nome:
RG :

DATA: 22 10 2021
ASSINATURA

construcaoterraplanagemal@hotmail.com
Rodovia PR 160 N 47 | sala 2

INSC Estadual: 9085672697
INSC Municipal 54-16973

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS DE ENGENHARIA, AGRONOMIA OU ATIVIDADES AFINS

Pelo presente Instrumento, de um lado **Edson Sunao Tomiyama**, brasileiro, engenheiro civil, portador da cédula de identidade RG n° **1.959.192** emitido pela SSP/PR e do CPF/MF n° 535.716.499-15 e registrado no CREA-SP sob nº **PR-19.256/D**, com endereço na AV. SANTOS DUMONT ,753 APTO 023 - CEP: 83.300-000, Cornélio Procópio/PR, doravante denominado simplesmente **CONTRATADO**, e de outro lado a empresa **AL Construções**, inscrita no CNPJ n.º**38.026.840/0001-04** com endereço rodovia PR 160 ,47 – CEP: 83.300-000, Cornélio Procópio/PR, por intermédio de seu representante legal, o Sr. **André Luiz de Lima** , brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade R.G.nº 5.165.889-0 SSP-PR e CPF nº 007.350.999-01, residente e domiciliado, na cidade de Cornélio Procópio –PR , doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato de Prestação de Serviços Técnicos Profissionais de Engenharia, Agronomia ou atividades afins, de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1 – Constitui objeto do presente Contrato, a prestação de serviços técnicos profissionais de Engenharia pelo **CONTRATADO** para assumir Responsabilidade Técnica.

1.1 – O **CONTRATADO** deverá recolher a Anotação de Responsabilidade Técnica referente aos serviços ora contratados, antes do início dos trabalhos.

1.2 – O **CONTRATADO** prestará serviços técnicos durante 20 horas semanais.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO

2 – Os serviços objeto do presente Contrato, deverão ser realizados pelo **CONTRATADO**, no prazo de 2(dois) ANOS e a contar da assinatura deste Instrumento.

DATA: 01/10/2021

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PREÇOS E FORMA DE PAGAMENTO

3- O **CONTRATANTE** pagará ao **CONTRATADO**, pelos serviços contratados, o valor total de R$ 1.500,00 (Mil e quinhentos reais) mensais.

3.1- Os tributos incidentes sobre os serviços ora contratados deverão ser recolhidos pelo contribuinte, conforme definido na legislação tributária.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4- O presente Contrato vigorará durante o período de 2 ANOS .

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

5 - O presente Contrato poderá ser rescindido amigavelmente a qualquer tempo, mediante notificação à parte contrária com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sem que o mero exercício de tal faculdade implique em quaisquer ônus.

CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES

A multa para as situações de atraso na execução dos trabalhos, no pagamento ou na rescisão antecipada, será de um mês de salário, ou seja, R$1500,00 (mil e quinhentos reais).

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESPONSABILIDADE PELOS SERVIÇOS PRESTADOS

7- Fica estabelecido, nos termos do artigo 26 do Código de Defesa do Consumidor – Lei Complementar n° 8.078, de 11 de setembro de 1990, que o **CONTRATANTE** poderá reclamar por vicios aparentes ou de fácil constatação no prazo de:

7.a- 30 (trinta) dias, em relação ao fornecimento de serviço ou produto não durável;

7.b- 90 (noventa) dias, em relação ao fornecimento de serviço ou produto durável;

CONFERE COM O ORIGINAL
DATA: 22/10/2021

7.1- A contagem do prazo decadencial retro se inicia com a efetiva entrega do produto ou do término da execução dos serviços.

CLÁUSULA OITAVA - DO EXERCÍCIO DOS DIREITOS

8- Qualquer omissão ou tolerância das partes em exigir o estrito cumprimento dos termos e condições do presente Contrato, ou em exercer uma prerrogativa dele decorrente, não constituirá renúncia, nem afetará o direito da parte de exercê-lo a qualquer tempo.

8.1- Aplicam-se ao presente Contrato as disposições do Código Civil e do Código de Defesa do Consumidor naquilo em que lhe forem compatíveis.

CLÁUSULA NONA - DO FORO DE ELEIÇÃO

9- As partes de comum acordo, elegem o Fórum da Comarca Cornélio Procópio PR , para dirimir qualquer lide oriunda do presente Contrato, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

CONFERE
DATA: 02 10 2021
ASSINATURA

E, por estarem assim justas e contratadas, assinam as partes o presente Contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para os mesmos efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Cornélio Procópio , 10 de Maio de 2021.

André Luiz de Lima RG 5.165.889-0 SSP-PR

Eng.civil Edson Sunao Tomiyama
Creo PR 19.256/D

TESTEMUNHAS:

1)_____
Nome: Leandro Marques de Oliveira
RG : 6.502.703-3/PR

2)_____
Nome: Helene Flora da Silva
RG: 15.774.114-1/PR

DATA: 22/10/2021
ASSINATURA

construcaoterraplanagemal@hotmail.com
Rodovia PR 160 N 47 | sala 2
INSC Estadual: 9085672697
INSC Municipal 54-16973

290

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO PARANÁ

Certidão de Acervo Técnico com Atestado

O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná - CREA-PR, certifica que o(a) profissional abaixo procedeu a(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART(s) referente(s) ao(s) serviço(s)/obra(s) descrito(s) nesta Certidão, integrando desta forma sua experiência profissional, conforme o Artigo 47º da Resolução nº 1025/2009, do CONFEA.

Certifica que, conforme dispõe o Artigo 2º da Lei Federal n.º 6.496/77, a ART define para os efeitos legais os responsáveis técnicos pelo empreendimento de engenharia e agronomia.

Certifica que, cabe ao(a) profissional a responsabilidade quanto a realização e conclusão do(s) serviço(s), bem como seus quantitativos, sendo de responsabilidade deste Órgão apenas a verificação da(s) atividade(s) condizente(s) com o registro e a(s) atribuição(ões) profissional(is), em conformidade com a Lei Federal n.º 5.194/66, Resoluções do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA e Instruções Normativas deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia.

Certifica que a capacidade técnico-profissional de uma pessoa jurídica é representada pelo conjunto dos acervos técnicos dos profissionais integrantes de seu quadro técnico e varia em função de alteração dos acervos técnicos dos profissionais integrantes de seu quadro técnico, conforme o Artigo 48º da Resolução 1025/2009 do CONFEA.

Certifica que, a critério do(a) profissional, esta Certidão de Acervo Técnico estará acompanhada do Atestado emitido pelo(a)(s) contratante(s) constante(s) da(s) ART(s) acervada(s), o qual será um complemento que conterá detalhamentos quanto ao(s) serviço(s)/obra(s), abrangentes aos dados desta Certidão, e que atenderá a exigência prevista no Artigo 30, § 1º, inciso I, da Lei Federal n.º 8.666/93.

Certifica que ficam cientes o(a) profissional detentor e a quem interessar possa, recebedores desta, que as informações constantes no Atestado, em desacordo com a presente Certidão de Acervo Técnico, não é(são) de responsabilidade do Crea-PR, e sim de seu(s) emitente(s), restringindo-se à presente Certidão às atividades registradas na(s) ART(s) acervada(s), conforme disposto na Lei Federal n.º 6.496/77.

Certificamos, finalmente, que quaisquer eventuais informações divergentes apresentadas em Atestado não se vinculam à presente Certidão, sendo o conteúdo daquele de responsabilidade do(s) seu(s) emitente(s).

ENGENHEIRO CIVIL
OSVALDO MOREIRA ANDRION
Carteira Profissional: PR-20040/D
Acervo Técnico Nº.: **6461/2018**
Selos de autenticidade: **A 057249**

RNP Nº: 1702273334
Protocolo Nº.: **2018/00435211**

291

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO PARANÁ

Certidão de Acervo Técnico

OSVALDO MOREIRA ANDRION
Carteira Profissional:PR-20040/D
Acervo Técnico Nº. **6461/2018**
Selos de autenticidade:**A 057249**

RNP Nº.:1702273334
Protocolo Nº.:**2018/00435211**

ART Nº.....:[illegible] 0..... Registrada:22/11/2018.....
ART Correspons.....:[illegible] .....
Empresa Executora...:MPB CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA.....
Contratante(s).....:PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU - CNPJ/CPF:
76.206.606/0001-40.....
Tipo de Contrato....:PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.....
Atividade Técnica...:EXECUÇÃO DE OBRA OU SERVIÇO TÉCNICO.....
Área de Competência.:EDIFICAÇÕES - CONSTRUÇÃO CIVIL.....
Tipo da Obra/Serviço:EDIFICAÇÕES PÚBLICAS QUALQUER ÁREA.....
Serviço Contratado..:EXECUÇÃO.....
PGRCC-PLANO GERENC. RECÍD. CONSTR. CIVIL.....
Dimensão.....:1.510,23 M2..... Área Existente:0,00 M2 .....
Área Ampliada.....:0,00 M2 ..... Área de Reforma:0,00 M2 .....
Dados Complementares:0,00 .....
Local da Obra.....:R JOSÉ SILVERIO DE OLIVEIRA, S/N LOTEAMENTO WITT...
Município/Estado....:FOZ DO IGUAÇU/PR.....
Data de Início.....:25/10/2017..... Data de Conclusão:20/09/2018.....
Docto de Conclusão...:.....
Descr. Compl. Serv..:OBRA:CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL ELOI
DORMANN.....
Observação.....

292

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO PARANÁ

Certidão de Acervo Técnico

ENGENHEIRO CIVIL
OSVALDO MOREIRA ANDRION
Carteira Profissional:PR-20040/D
Acervo Técnico Nº.:**6461/2018**
Selos de autenticidade:**A-057249**

RNP Nº.:1702273334
Protocolo Nº..**2018/00435211**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Crea-PR (http://www.crea-pr.org.br), através do protocolo n.º 2018/00435211.

Emitida via Internet em 16/04/2019 18:21:57 horas.

Dispensa-se a assinatura neste documento, conforme a Resolução Nº 317/86 e a Instrução de Serviço Nº 002/2014.
A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

293

PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
DEPARTAMENTO DE OBRAS
DIVISÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DE OBRAS CONTRATADAS

ATESTADO DE EXECUÇÃO DE OBRAS

Atestamos que a Empresa **MPB CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA - ME**, inscrita no CNPJ nº 09.372.579/0001-98, com sede na Rua Nova Cantu, 868 - Jardim Avorada, Foz do Iguaçu, executou os Serviços abaixo relacionados, dentro das exigências contratuais e normas técnicas aplicáveis.

Contrato: Nº 191/2017

Objeto: Construção do Centro Municipal de Educação Infantil Elói Lohamann - FNDE Tipo I

Local: Rua José Silvério de Oliveira S/N - Loteamento Witt - Foz do Iguaçu/Pr

Valor do Contrato: R$ 2.342.118,21

Responsáveis Técnicos: Engº Jairo de Oliveira CREA: PR-3.633/D - ART: 20175030393 e

Engº Osvaldo Moreira Andrion - CREA: PR-20.040/D - ART: 20185471815

Inicio da Obra: 25/10/2017

Término da Obra: 10/09/2018

Item	Código	Fonte	Descrição dos Serviços	Unidade	Quantidade
1			SERVIÇOS PRELIMINARES		
1.1	74209/1	SINAPI	Placa da obra - padrão Governo Federal	m²	6,00
1.2	C2851	SEINFRA	Instalação provisória de água	un	1,00
1.3	41598	SINAPI	Instalação provisória de energia elétrica em baixa tensão	un	1,00
1.4	C2849	SEINFRA	Instalações provisórias de esgoto	un	1,00
1.5	73805/1	SINAPI	Barracões provisórios (deposito, escritorio, vestiário e refeitório) com piso cimentado	m²	40,00
1.6	74077/2	SINAPI	Locação da obra (execução de gabarito)	m²	1.510,23
1.7	C2290	SEINFRA	Sondagem do terreno ; um furo de 7m a cada 200 m²	m	56,00
1.8	74220/1	SINAPI	Tapume de chapa de madeira compensada, 6mm (40x2,00m, frente do terreno)	m²	80,00
2			MOVIMENTO DE TERRAS PARA FUNDAÇÕES		
2.1			EDIFICAÇÃO		
2.1.1	94304	SINAPI	Aterro apiloado em camadas de 0,20 m com material argilo - arenoso (entre baldrames)	m³	270,40
2.1.2	73965/009	SINAPI	Escavação manual de valas em qualquer terreno exceto rocha até h=1,50 m	m³	142,17
2.1.3	94098	SINAPI	Regularização e compactação do fundo de valas	m²	263,11
2.1.4	93382	SINAPI	Reaterro apiloado de vala com material da obra	m³	58,39
2.2			MURETA		
2.2.1	73965/009	SINAPI	Escavação manual de valas em qualquer terreno exceto rocha até h=1,50 m	m³	11,26
2.2.2	94098	SINAPI	Regularização e compactação do fundo de valas	m²	17,74
2.2.3	93382	SINAPI	Reaterro apiloado de vala com material da obra	m³	6,39
2.3			CASTELO D'ÁGUA		
2.3.1	73965/009	SINAPI	Escavação manual de valas em qualquer terreno exceto rocha até h=1,50 m	m³	5,76
2.3.2	94098	SINAPI	Regularização e compactação do fundo de valas	m²	12,96
2.3.3	93382	SINAPI	Reaterro apiloado de vala com material da obra	m³	6,39
3			FUNDAÇÕES		
3.1			CONCRETO ARMADO PARA FUNDAÇÕES - BLOCOS		
3.1.1	74166/3	SINAPI	Estaco a trado (broca) d=20 cm com concreto fck=15 Mpa (sem armação)	m	390,00
3.1.2	83534	SINAPI	Lastro de concreto magro (e=3,0 cm) - preparo mecânico	m²	73,51
3.1.3	74007/1	SINAPI	Forma de madeira comum para Fundações - reaproveitamento 10X	m²	133,93
3.1.4	74254/2	SINAPI	Armação aço CA-50, Diam. 6,3 (1/4) à 12,5mm(1/2) Fornecimento/corte perda de 10%) / dobra / colocação.	kg	654,18

CREA-PR
O SELO DE AUTENTICIDADE FOI AFIXADO NA ÚLTIMA FOLHA

Eng. Valdir Lavinicki
Diretor de Obras
SOB / SMO

3.1.5	73942/2	SINAPI	Armação de aço CA-60 Diam. 3,4 a 6,0mm-Fornecimento/corte perda de 10%) / dobra / colocação.	kg	383,55
3.1.6	74157	SINAPI	Concreto para Fundação fck=25MPa, incluindo preparo, lançamento, adensamento.	m³	32,38
3.2			CONCRETO ARMADO PARA FUNDAÇÕES - VIGAS BALDRAMES		
3.2.1	74007/1	SINAPI	Forma de madeira comum para Fundações reaproveitamento 10X	m²	707,67
3.2.2	74254/2	SINAPI	Armação aço CA-50, Diam. 6.3 (1/4) à 12,5mm(1/2) Fornecimento/corte perda de 10%) / dobra / colocação.	kg	1.248,55
3.2.3	73942/2	SINAPI	Armação de aço CA-60 Diam. 3,4 a 6,0mm-Fornecimento/corte perda de 10%) / dobra / colocação.	kg	645,82
3.2.4	74157	SINAPI	Concreto para Fundação fck=25MPa, incluindo preparo, lançamento, adensamento.	m³	40,93
3.3			FUNDAÇÃO DO CASTELO D'ÁGUA		
3.3.1	74156/3	SINAPI	Estaca a trado (broca) d=30 cm com concreto fck=15 Mpa (sem armação) - 7 m	m	56,00
3.3.2	72820	SINAPI	Corte e reparo em cabeça de estaca	un	12,00
3.3.3	95240	SINAPI	Lastro de concreto magro, e=3,0 cm-reparo mecânico	m²	12,96
3.3.4	74007/1	SINAPI	Forma de madeira comum para Fundções - reaproveitamento 10X	m²	7,20
3.3.5	73990/1	SINAPI	Armação aço CA-50, para 1,0 m³ de concreto	un	6,48
3.3.6	74138/3	SINAPI	Concreto fck=25MPa, incluindo preparo, lançamento e adensamento.	m³	4,71
3.4			MURETA - BLOCOS		
3.4.1	74156/2	SINAPI	Estaca a trado (broca) d=30 cm com concreto fck=15 Mpa (sem armação) 7 m	m	52,50
3.4.2	73907/6	SINAPI	Lastro de concreto magro, e=3,0 cm-preparo mecânico	m²	27,97
3.4.3	5651	SINAPI	Forma de madeira comum para Fundações - reaproveitamento 5X	m²	21,39
3.4.4	74254/2	SINAPI	Armação aço CA-50, Diam. 6.3 (1/4) à 12,5mm(1/2) - Fornecimento/corte perda de 10%) / dobra / colocação	kg	34,36
3.4.5	73942/2	SINAPI	Armação de aço CA-60 Diam. 3,4 a 6,0mm-Fornecimento/corte perda de 10%) / dobra / colocação.	kg	37,91
3.4.6	74138/3	SINAPI	Concreto para Fundação fck=25MPa, incluindo preparo, lançamento, adensamento.	m³	2,38
3.5			MURETA - VIGAS BALDRAME		
3.5.1	74007/1	SINAPI	Forma de madeira comum para Fundações - reaproveitamento 10X	m²	28,49
3.5.2	74254/2	SINAPI	Armação aço CA-50, Diam. 6.3 (1/4) à 12,5mm(1/2) - Fornecimento/corte perda de 10%) / dobra / colocação	kg	62,91
3.5.3	73942/2	SINAPI	Armação de aço CA-60 Diam. 3,4 a 6,0mm-Fornecimento/corte perda de 10%) / dobra / colocação.	kg	26,82
3.5.4	74138/3	SINAPI	Concreto para Fundação fck=25MPa, incluindo preparo, lançamento, adensamento.	m³	1,52
4			SUPERESTRUTURA		
4.1			CONCRETO ARMADO - PILARES		
4.1.1	92264	SINAPI	Forma em chapa de madeira compensada plastificada- Pilares	m²	459,20
4.1.2	74254/2	SINAPI	Armação aço CA-50, Diam. 6.3 (1/4) à 12,5mm(1/2) - Fornecimento/corte perda de 10%) / dobra / colocação.	kg	1.730,55
4.1.3	73942/2	SINAPI	Armação de aço CA-60 Diam 3,4 a 6,0mm-Fornecimento/corte perda de 10%) / dobra / colocação.	kg	828,91
4.1.4	74138/3	SINAPI	Concreto Bombeado fck=25MPa, incluindo preparo, lançamento e adensamento.	m³	25,19
4.2			CONCRETO ARMADO - VIGAS		
4.2.1	84220	SINAPI	Forma madeira comp. plastificada 12mm p/ Estrutura corte/ Montagem/ Escoramento/ Desforma- Vigas	m²	714,44
4.2.2	74254/2	SINAPI	Armação aço CA-50, Diam. 6,3 (1/4) à 12,5mm(1/2) - Fornecimento/corte perda de 10%) / dobra / colocação.	kg	1.152,73
4.2.3	73942/2	SINAPI	Armação de aço CA-60 Diam 3,4 a 6,0mm-Fornecimento/corte perda de 10%) / dobra / colocação.	kg	581,18
4.2.4	74138/3	SINAPI	Concreto Bombeado fck=25MPa, incluindo preparo, lançamento e adensamento.	m³	41,19
4.3			CONCRETO ARMADO PARA VERGAS		
4.3.1	83901	SINAPI	Verga e contravergas pré-moldada em concreto armado fck 15Mpa - 10x10cm, conforme projeto.	m	262,10
4.4			CONCRETO ARMADO - MURETA - PILARES		
4.4.1	84220	SINAPI	Forma madeira comp plastificada 12mm p/ Estrutura corte/ Montagem/ Escoramento/ Desforma	m²	17,29

CREA-PR
O SELO DE AUTENTICIDADE FOI AFIXADO NA ÚLTIMA FOLHA

Eng. Civil Lavinicki
Diretor de Obras
DOB / SM

4.4.2	74254/2	SINAPI	Armação aço CA-50, Diam. 6,3 (1/4) à 12,5mm(1/2) - Fornecimento/corte perda de 10%) / dobra / colocação.	kg	48,82
4.4.3	73942/2	SINAPI	Armação de aço CA-60 Diam 3,4 a 6,0mm-Fornecimento/corte perda de 10%) / dobra / colocação	kg	20,36
4.4.4	74138/3	SINAPI	Concreto Bombeado fck=25MPa, incluindo preparo, lançamento e adensamento.	m³	0,80
5			SISTEMA DE VEDAÇÃO VERTICAL INTERNO E EXTERNO (PAREDES)		
5.1			ELEMENTOS VAZADOS		
5.1.1	73937/4	SINAPI	Cobogó de concreto (elemento vazado) - (6x40x40cm) assentado com argamassa traço 1:4 (cimento, areia)	m²	5,14
5.2			ALVENARIA DE VEDAÇÃO		
5.2.1	87489	SINAPI	Alvenaria de vedação de 1/2 vez em tijolos cerâmicos (dimensões nominais: 39x19x09); assentamento em argamassa no traço 1:2:8 (cimento, cal e areia) para parede interna	m²	942,93
5.2.2	73935/2	SINAPI	Alvenaria de vedação de 1 vez em tijolos cerâmicos de 08 furos (dimensões nominais: 19x19x09); assentamento em argamassa no traço 1:2:8 (cimento, cal e areia)	m²	17,07
5.2.3	87491	SINAPI	Alvenaria de vedação horizontal em tijolos cerâmicos Dimensões nominais: 14x19x39, assentamento em argamassa no traço 1:2:8 (cimento, cal e areia) para parede externa	m²	478,93
5.2.4	73988/1	SINAPI	Encunhamento (aperto de alvenaria) em tijolo cerâmicos maciços 5x10x20cm 1 vez (esp. 20cm), assentamento c/ argamassa traço1:6 (cimento e areia)	m	50,56
5.2.5	79627	SINAPI	Divisória de banheiros e sanitários em granito com espessura de 2cm polido assentado com argamassa traço 1:4	m²	22,63
5.3			ALVENARIA DA MURETA		
5.3.1	87489	SINAPI	Alvenaria de vedação de 1/2 vez em tijolos cerâmicos de 08 furos (dimensões nominais: 39x19x09); assentamento em argamassa no traço 1:2:8 (cimento, cal e areia)	m²	18,12
6			ESQUADRIAS		
6.1			PORTAS DE MADEIRA		
6.1.1	90844	SINAPI	Porta de Madeira - PM1 - 70x210, folha lisa com chapa metalica, incluso ferragens, conforme projeto de esquadrias	un	10,00
6.1.2	90844	SINAPI	Porta de Madeira - PM2 - 80x210, com veneziana, incluso ferragens, conforme projeto de esquadrias	un	5,00
6.1.3	90844	SINAPI	Porta de Madeira - PM3 - 80x210, barra e chapa metálica, incluso ferragens, conforme projeto de esquadrias	un	4,00
6.1.4	90844	SINAPI	Porta de Madeira - PM4 - 80x210, folha lisa com chapa metalica, incluso ferragens, conforme projeto de esquadrias	un	6,00
6.1.5	90844	SINAPI	Porta de Madeira - PM5 - 80x210, com barra e chapa metálica e visor incluso ferragens, conforme projeto de esquadrias	un	10,00
6.1.6		MERCADO	Porta de compensado de madeira - PM6 - 60x100, folha lisa revestida com laminado melamínico, incluso ferragens, conforme projeto de esquadrias	un	16,00
6.1.7		MERCADO	Chapa metalica (aluminio) 0,8*0,5x 1mm para as portas - fornecimento e instalação	m²	11,20
6.2			FERRAGENS E ACESSÓRIOS		
6.2.1	91307	SINAPI	Fechadura de embutir completa para portas internas	un	51,00
6.3			PORTAS EM ALUMÍNIO		
6.3.1	74071/2	SINAPI	Porta de abrir - PA1 - 100x210 em chapa de aluminio e veneziana- conforme projeto de esquadrias, inclusive ferragens	m²	2,31
6.3.2	74071/2	SINAPI	Porta de abrir - PA2 - 80x210 em chapa de aluminio com veneziana- conforme projeto de esquadrias, inclusive ferragens	m²	1,68
6.3.3	74071/2	SINAPI	Porta de abrir - PA3 - 160x210 em chapa de aluminio com veneziana- conforme projeto de esquadrias, inclusive ferragens	m²	6,72
6.3.4	68050	SINAPI	Porta de correr - PA4 - 450x210 conforme projeto de esquadrias, inclusive ferragens	m²	113,40
6.3.5	68050	SINAPI	Porta de correr - PA5 - 240x210 com vidro - conforme projeto de esquadrias, inclusive ferragens	m²	5,04
6.3.6	74071/2	SINAPI	Porta de abrir - PA6 - 120x185 - veneziana- conforme projeto de esquadrias, inclusive ferragens	m²	4,44
6.3.7	74071/2	SINAPI	Porta de abrir - PA7 - 160+90x210 - veneziana- conforme projeto de esquadrias, inclusive ferragens	m²	5,25
6.4			PORTAS DE VIDRO - PV		
6.4.1	73838/1	SINAPI	Porta de Vidro temperado - PV1 - 175x230, com ferragens, conforme projeto de esquadrias	un	1,00

CREA-PR SELO DE AUTENTICIDADE FOI AFIXADO NA ÚLTIMA FOLHA

Eng. Valdir Lavinick
Diretor de Obras
DOB / SMOP

6.4.2	73838/1	SINAPI	Porta de Vidro temperado - PV2 110x230, de abrir,com ferragens, conforme projeto de esquadrias	un	1.00
6.4.3	72120	SINAPI	Bandeiras fixas de vidro para porta PV2, conforme projeto 175x35	m²	0.61
6.5			JANELAS DE ALUMÍNIO - JA		
6.5.1	68052	SINAPI	Janela de Aluminio - JA-01, 70x125, completa conforme projeto de esquadrias - Guilhotina	m²	1.75
6.5.2	68052	SINAPI	Janela de Aluminio - JA-02, 110x145, completa conforme projeto de esquadrias - Guilhotina	m²	1.60
6.5.3	85010	SINAPI	Vidro fixo - JA-03 140x115, completa conforme projeto de esquadrias	m²	3.22
6.5.4	68052	SINAPI	Janela de Aluminio - JA-04, 140x145, completa conforme projeto de esquadrias - Guilhotina	m²	2.03
6.5.5	85010	SINAPI	Janela de Aluminio - JA-05, 200x105, completa conforme projeto de esquadrias - Fixa	m²	2.10
6.5.6	73809/1	SINAPI	Janela de Aluminio - JA-06, 210x50, completa conforme projeto de esquadrias Maxim-ar incluso vidro liso incolor, espessura 6mm	m²	2.10
6.5.7	73809/1	SINAPI	Janela de Aluminio - JA-07, 210x75, completa conforme projeto de esquadrias - Maxim-ar - incluso vidro liso incolor, espessura 6mm	m²	12.60
6.5.8	73809/1	SINAPI	Janela de Aluminio JA-08, 210x100, completa conforme projeto de esquadrias - Maxim-ar incluso vidro liso incolor, espessura 6mm	m²	6.30
6.5.9	73809/1	SINAPI	Janela de Aluminio - JA-09, 210x150, completa conforme projeto de esquadrias Maxim-ar incluso vidro liso incolor, espessura 6mm	m²	18.90
6.5.10	73809/1	SINAPI	Janela de Aluminio - JA-10, 140x150, completa conforme projeto de esquadrias - Maxim-ar Incluso vidro liso incolor espessura 6mm	m²	2.10
6.5.11	73809/1	SINAPI	Janela de Aluminio JA-11, 140x75, completa conforme projeto de esquadrias - Maxim-ar - incluso vidro liso incolor espessura 6mm	m²	6.30
6.5.12	73809/1	SINAPI	Janela de Aluminio - JA-12, 420x50, completa conforme projeto de esquadrias - Maxim-ar - incluso vidro liso incolor, espessura 6mm	m²	8.40
6.5.13	73809/1	SINAPI	Janela de Aluminio - JA-13, 420x150, completa conforme projeto de esquadrias - Maxim-ar - incluso vidro liso incolor, espessura 6mm	m²	12.60
6.5.14	73809/1	SINAPI	Janela de Aluminio - JA-14, 560x100, completa conforme projeto de esquadrias - Maxim-ar - incluso vidro liso incolor, espessura 6mm	m²	33.60
6.5.15	73809/1	SINAPI	Janela de Aluminio - JA-15, 560x150, completa conforme projeto de esquadrias - Maxim-ar -incluso vidro liso incolor, espessura 6mm	m²	16.80
6.5.16		MERCADO	Tela de nylon de proteção- fixada na esquadria	m²	20.25
6.6			VIDROS		
6.6.1	72118	SINAPI	Vidro liso temperado incolor, espessura 6mm- fornecimento e instalação	m²	10.70
6.6.2	72120	SINAPI	Vidro liso temperado incolor, espessura 10mm- fornecimento e instalação	m²	11.40
6.6.3	85005	SINAPI	Espelho cristal esp. 4mm sem moldura de madeira	m²	21.28
6.7			ESQUADRIA - GRADIL METÁLICO		
6.7.1	C4559	SEINFRA	Gradil metalico e tela de aço galvanizado , inclusive pintura - fornecimento e instalação (GR1, GR2, GR3, GR4)	m²	50.22
6.7.2		MERCADO	Portão de abrir em chapa de aço perfurada, inclusive pintura - fornecimento e instalação (PF1 e PF2)	m²	8.31
6.7.3		MERCADO	Fechamento com chapa de aço perfurada, inclusive perfis metálicos para suporte e pintura - fornecimento e instalação	m²	145.20
6.7.4	C4559	SEINFRA	Portão de abrir com gradil metalico e tela de aço galvanizado, inclusive pintura - fornecimento e instalação	m²	13.50
7			SISTEMAS DE COBERTURA		
7.1	72111	SINAPI	Estrutura metalica em tesouras	m²	1.426.85
7.2		MERCADO	Telha Sanduiche metolica	m²	1.283.33
7.3	75220	SINAPI	Cumeeira em perfil ondulado de aço zincado	m	83.25
7.4	94228	SINAPI	Calha em chapa metalica Nº 22 desenvolvimento de 50 cm	m²	186.15
7.5	72107	SINAPI	Rufo em chapa de aço galvanizado nr. 24, desenvolvimento 25 cm	m	258.90
7.6	71623	SINAPI	Pingadeira (chapim) em concreto	m	258.20

CREA-PR
O SELO DE AUTENTICIDADE PODE SER VERIFICADO NA ULTIMA PÁGINA
Valdir Lautert
Diretor de Obras
DIO - SMOB

8			IMPERMEABILIZAÇÃO		
8.1	74106/1	SINAPI	Impermeabilização com lona betuminosa em fundações, baldrames	m²	707,67
9			REVESTIMENTOS INTERNOS E EXTERNOS		
9.1	87878	SINAPI	Chapisco de aderência em paredes internas, externas, vigas, platibanda e colunas	m²	3.513,30
9.2	87535	SINAPI	Emboço para paredes internas e externas traço 1:2:9 - preparo manual - espessura 2,0 cm	m²	2.826,43
9.3	87776	SINAPI	Emboço paulista para paredes externas traço 1:2:9 - preparo manual espessura 2,5 cm	m²	686,87
9.4	75481	SINAPI	Reboco para paredes internas, externas, pórticos, vigas, traço 1:4,5 - espessura 0,5 cm	m²	2.028,45
9.5	87272	SINAPI	Revestimento cerâmico de paredes PEI IV- cerâmica 30 x 40 cm - incl. rejunte conforme projeto - branca	m²	629,61
9.6	87267	SINAPI	Revestimento cerâmico de paredes PEI IV - cerâmica 10 x 10 cm - incl. rejunte - conforme projeto azul	m²	9,21
9.7	87267	SINAPI	Revestimento cerâmico de paredes PEI IV - cerâmica 10 x 10 cm incl rejunte - conforme projeto - vermelho	m²	7,49
9.8	87267	SINAPI	Revestimento cerâmico de paredes PEI IV - cerâmica 10 x 10 cm - incl rejunte - conforme projeto branco	m²	15,17
9.9	87267	SINAPI	Revestimento cerâmico de paredes PEI IV - cerâmica 10 x 10 cm - incl. rejunte conforme projeto amarelo	m²	136,50
9.10	73886/1	SINAPI	Roda meio em madeira (largura=10cm)	m	191,30
9.11	C4294	SEINFRA	Forro de gesso acartonado estruturado - montagem e instalação	m²	498,03
9.12		MERCADO	Forro em fibra mineral removível (1250x625x16mm) apoiado sobre perfil metálico "T" invertido 24mm	m²	736,27
10			SISTEMAS DE PISOS INTERNOS E EXTERNOS (PAVIMENTAÇÃO)		
10.1			PAVIMENTAÇÃO INTERNA		
10.1.1	73907/3	SINAPI	Contrapiso e=5,0cm	m²	1.159,70
10.1.2	87650	SINAPI	Camada regularizadora e=2,0cm	m²	1.159,70
10.1.3	73892/5	SINAPI	Piso cimentado desempenado com acabamento liso e=3,0cm com junta plastica acabada 1,2m	m²	386,12
10.1.4	72815	SINAPI	Pintura de base epoxi sobre piso	m²	23,72
10.1.5	87251	SINAPI	Piso cerâmico antiderrapante PEI V - 40 x 40 cm - incl. rejunte - conforme projeto	m²	226,97
10.1.6	87257	SINAPI	Piso cerâmico antiderrapante PEI V - 60 x 60 cm - incl. rejunte - conforme projeto	m²	355,53
10.1.7	72185	SINAPI	Piso vinílico em manta e=2,0mm	m²	394,33
10.1.8	C4623	SEINFRA	Piso podotátil de alerta em borracha integrado 30x30cm, assentamento com argamassa (fornecimento e assentamento)	m²	27,90
10.1.9	C4623	SEINFRA	Piso podotátil direcional em borracha integrado 30x30cm, assentamento com argamassa (fornecimento e assentamento)	m²	22,68
10.1.10	72189	SINAPI	Rodapé vinílico h=5cm	m	191,30
10.1.11	C2284	SEINFRA	Soleira em granito cinza andorinha, L=15cm, E=2cm	m	90,00
10.1.12	C2285	SEINFRA	Soleira em granito cinza andorinha, L=30cm, E=2cm	m	1,77
10.2			PAVIMENTAÇÃO EXTERNA		
10.2.1	73892/2	SINAPI	Passeio em concreto desempenado com junta plastica a cada 1,20m e=7cm	m²	345,98
10.2.2	73907/3	SINAPI	Rampa de acesso em concreto não estrutural	m²	28,22
10.2.3	73764/4	SINAPI	Pavimetação em blocos intertravado de concreto, e= 6,0cm, FCK 35MPa, assentados sobre colchão de areia	m²	67,22
10.2.4	C4624	SEINFRA	Piso tátil de alerta em placas pré-moldadas 5MPa	m²	4,86
10.2.5	C4624	SEINFRA	Piso tátil direcional em placas pré-moldadas - 5MPa	m²	8,64
10.2.6	74223/1	SINAPI	Meio -fio (guia) de concreto pré-moldado, rejuntado com argamassa, incluindo escavação e reaterro	m	23,10
10.2.7	73692	SINAPI	Colchão de areia e=10cm	m³	7,60
10.2.8	74236/1	SINAPI	Grama batatais em placas	m²	368,56
11			PINTURA		
11.1	C1207	SEINFRA	Emassamento de paredes internas com massa acrílica - 02 demãos	m²	2.028,45
11.2	88489	SINAPI	Pintura em latex acrílico 02 demãos sobre paredes internas, externas	m²	2.715,32

CREA-PR O SELO DE AUTENTICIDADE DEVERÁ ESTAR AFIXADO NA ÚLTIMA FOLHA.

Eng. Civil Valdir Lavinicki
Diretor de Obras
Dec. SMOP

11.3	88486	SINAPI	Pintura em latex PVA 02 demãos sobre teto	m²	466,03
11.4	74065/2	SINAPI	Pintura em esmalte sintético 02 demãos em esquadrias de madeira	m²	107,10
11.5	74065/1	SINAPI	Pintura em esmalte sintético 02 demãos em rodameio de madeira	m²	19,13
11.6	79460	SINAPI	Pintura epoxi - 02 demãos	m²	172,17
12			INSTALAÇÃO HIDRÁULICA		
12.1			TUBULAÇÕES E CONEXÕES DE PVC RÍGIDO		
12.1.1	89401	SINAPI	Tubo PVC soldável Ø 20 mm, fornecimento e instalação	m	36,78
12.1.2	89446	SINAPI	Tubo PVC soldável Ø 25 mm, fornecimento e instalação	m	275,11
12.1.3	89447	SINAPI	Tubo PVC soldavel Ø 32 mm, fornecimento e instalação	m	16,43
12.1.4	89449	SINAPI	Tubo PVC soldável Ø 50 mm, fornecimento e instalação	m	115,77
12.1.5	89450	SINAPI	Tubo PVC soldável Ø 60 mm, fornecimento e instalação	m	42,95
12.1.6	89451	SINAPI	Tubo PVC soldável Ø 75mm, fornecimento e instalação	m	50,33
12.1.7	89452	SINAPI	Tubo PVC soldável Ø 85mm, fornecimento e instalação	m	94,74
12.1.8	89714	SINAPI	Tubo PVC soldável Ø 100mm, fornecimento e instalação	m	46,40
12.1.9	94715	SINAPI	Adaptador soldavel com flange livre para caixa d'agua - 110mm - 4", fornecimento e instalação	un	4,00
12.1.10	94714	SINAPI	Adaptador soldavel com flange livre para caixa d'agua - 85mm - 3", fornecimento e instalação	un	4,00
12.1.11	72789	SINAPI	Adaptador soldavel com flange livre para caixa d'agua - 20mm - 1/2", fornecimento e instalação	un	1,00
12.1.12	89616	SINAPI	Adaptador sol. curto com bolsa-rosca para registro - 110mm - 4", fornecimento e instalação	un	4,00
12.1.13	89538	SINAPI	Adaptador sol. curto com bolsa-rosca para registro - 20mm - 1/2", fornecimento e instalação	un	3,00
12.1.14	94656	SINAPI	Adaptador sol. curto com bolsa-rosca para registro - 25mm - 3/4", fornecimento e instalação	un	81,00
12.1.15	94658	SINAPI	Adaptador sol. curto com bolsa-rosca para registro - 32mm - 1", fornecimento e instalação	un	2,00
12.1.16	89596	SINAPI	Adaptador sol. curto com bolsa-rosca para registro - 60mm - 1 1/2", fornecimento e instalação	un	36,00
12.1.17	94664	SINAPI	Adaptador sol. curto com bolsa-rosca para registro - 60mm - 2", fornecimento e instalação	un	18,00
12.1.18	94666	SINAPI	Adaptador sol. curto com bolsa-rosca para registro - 75mm - 2 1/2", fornecimento e instalação	un	4,00
12.1.19	94668	SINAPI	Adaptador sol. curto com bolsa-rosca para registro - 85mm - 3", fornecimento e instalação	un	4,00
12.1.20	C0497	SEINFRA	Bucha de redução sold. curta 32mm - 25mm, fornecimento e instalação	un	1,00
12.1.21	89605	SEINFRA	Bucha de redução sold. curta 60mm - 50mm, fornecimento e instalação	un	24,00
12.1.22	C0500	SEINFRA	Bucha de redução sold. curta 75mm - 60mm, fornecimento e instalação	un	3,00
12.1.23	C0505	SEINFRA	Bucha de redução sold. curta 85mm - 75mm, fornecimento e instalação	un	7,00
12.1.24	C0508	SEINFRA	Bucha de redução sold. curta 110mm - 85mm, fornecimento e instalação	un	2,00
12.1.25	C0492	SEINFRA	Bucha de redução sold. longa 50mm-25mm, fornecimento e instalação	un	30,00
12.1.26	C0490	SEINFRA	Bucha de redução sold. longa 50mm-32mm, fornecimento e instalação	un	2,00
12.1.27	C0503	SEINFRA	Bucha de redução sold. longa 60mm-25mm, fornecimento e instalação	un	5,00
12.1.28	89630	SEINFRA	Bucha de redução sold. longa 75mm-50mm, fornecimento e instalação	un	15,00
12.1.29	C0504	SEINFRA	Bucha de redução sold. longa 85mm-60mm, fornecimento e instalação	un	4,00
12.1.30	89363	SINAPI	Joelho 45 soldável - 25mm, fornecimento e instalação	un	6,00
12.1.31	89368	SINAPI	Joelho 45 soldável - 32mm, fornecimento e instalação	un	2,00
12.1.32	89506	SINAPI	Joelho 45 soldável - 50mm, fornecimento e instalação	un	2,00
12.1.33	89524	SINAPI	Joelho 45 soldável - 75mm, fornecimento e instalação	un	2,00
12.1.34	89523	SINAPI	Joelho 45 soldável - 85mm, fornecimento e instalação	un	2,00
12.1.35	89358	SINAPI	Joelho 90 soldavel - 20mm, fornecimento e instalação	un	3,00
12.1.36	89362	SINAPI	Joelho 90 soldável - 25mm, fornecimento e instalação	un	151,00
12.1.37	89367	SINAPI	Joelho 90 soldável - 32mm, fornecimento e instalação	un	3,00
12.1.38	89501	SINAPI	Joelho 90 soldável - 50mm, fornecimento e instalação	un	20,00

CREA-PR
O SELO DE AUTENTICIDADE FOI AFIXADO NA ÚLTIMA FOLHA DO PROJETO
Valter Latnick
Diretor de Obras

12 1.39	89505	SINAPI	Joelho 90 soldável 60mm, fornecimento e instalação	un	11.00
12 1.40	89581	SINAPI	Joelho 90 soldável - 75mm, fornecimento e instalação	un	2,00
12.1.41	89521	SINAPI	Joelho 90 soldavel - 85mm, fornecimento e instalação	un	10,00
12.1.42	89529	SINAPI	Joelho 90 soldável - 110mm, fornecimento e instalação	un	7,00
12.1.43	89645	SINAPI	Joelho de redução 90° soldavel 32mm-25mm, fornecimento e instalação	un	3,00
12.1.44	89412	SINAPI	Joelho 90 soldavel com rosca 20mm - 1/2", fornecimento e instalação	un	5,00
12 1.45	90373	SINAPI	Joelho 90° soldavel com bucha de latão - 25mm - 3/4", fornecimento e instalação	un	7,00
12 1.46	89645	SINAPI	Joelho de redução 90° soldavel com bucha latão - 25mm - 1/2", fornecimento e instalação	un	88,00
12.1.47	89424	SINAPI	Luva soldável com rosca 25mm - 3/4"	un	15,00
12 1.48	89980	SINAPI	Luva de redução soldavel com bucha latão - 25mm - 1/2", fornecimento e instalação	un	14,00
12 1.49	89395	SINAPI	Tê 90 soldável - 25mm, fornecimento e instalação	un	37,00
12 1.50	89443	SINAPI	Tê 90 soldável - 32mm, fornecimento e instalação	un	1,00
12 1.51	89625	SINAPI	Tê 90 soldável - 50mm, fornecimento e instalação	un	13,00
12 1.52	89628	SINAPI	Tê 90 soldável - 60mm, fornecimento e instalação	un	12,00
12 1.53	89566	SINAPI	Tê 90 soldável - 75mm, fornecimento e instalação	un	3,00
12 1.54	89566	SINAPI	Tê 90 soldável - 85mm, fornecimento e instalação	un	9,00
12.1.55	89559	SINAPI	Tê 90 soldável 110mm, fornecimento e instalação	un	2,00
12 1.56	89622	SINAPI	Tê de redução 90 soldavel - 32mm - 25mm, fornecimento e instalação	un	3,00
12 1.57	89627	SINAPI	Tê de redução 90 soldavel 50mm - 25mm, fornecimento e instalação	un	28,00
12 1.58	89626	SINAPI	Tê de redução 90 soldavel - 50mm - 32mm, fornecimento e instalação	un	1,00
12 1.59	89630	SINAPI	Tê de redução 90 soldavel - 75mm 50mm, fornecimento e instalação	un	11,00
12 1.60	89630	SINAPI	Tê de redução 90 soldavel - 75mm - 60mm, fornecimento e instalação	un	5,00
12 1.61	89632	SINAPI	Tê de redução 90 soldavel - 85mm - 60mm, fornecimento e instalação	un	5,00
12 1.62	89632	SINAPI	Tê de redução 90 soldavel - 85mm 75mm, fornecimento e instalação	un	2,00
12 1.63	89394	SINAPI	Tê redução 90° soldavel com bucha latão B central - 25mm - 1/2", fornecimento e instalação	un	20,00
12 1.64	90374	SINAPI	Tê soldavel com bucha latão bolsa central - 25mm - 3/4", fornecimento e instalação	un	3,00
12 1.65	89439	SINAPI	Tê soldavel com rosca bolsa central - 20mm - 1/2"	un	1,00
12 1.66		MERCADO	Tubo de descarga VDE 38mm	un	26,00
12 1.67		MERCADO	Tubo de ligação latao cromado com canopla para vaso sanitario	un	26,00
12.2			TUBULAÇÕES E CONEXÕES - METAIS		
12.2.1	73870/4	SINAPI	Registro de esfera 1/2", fornecimento e instalação	un	1,00
12 2 2	74174/1	SINAPI	Registro de gaveta com canopla cromada - 1/2", fornecimento e instalação	un	1,00
12 2.3		MERCADO	Registro esfera borboleta bruto PVC - 1/2", fornecimento e instalação	un	1,00
12 2.4	74181/1	SINAPI	Registro bruto de gaveta 2", fornecimento e instalação	un	8,00
12 2.5	74180/1	SINAPI	Registro bruto de gaveta 2 1/2", fornecimento e instalação	un	2,00
12 2 6	74179/1	SINAPI	Registro bruto de gaveta 3", fornecimento e instalação	un	2,00
12.2.7	89353	SINAPI	Registro bruto de gaveta 3/4", fornecimento e instalação	un	2,00
12.2.8	74178/1	SINAPI	Registro bruto de gaveta 4" fornecimento e instalação	un	2,00
12.2.9	94495	SINAPI	Registro de gaveta com canopla cromada 1", fornecimento e instalação	un	1,00
12 2 10	94497	SINAPI	Registro de gaveta com canopla cromada 1 1/2", fornecimento e instalação	un	5,00
12 2.11	74175/1	SINAPI	Registro de gaveta com canopla cromada 3/4", fornecimento e instalação	un	31,00
12.2.12	89985	SINAPI	Registro de pressão com canopla cromada 3/4", fornecimento e instalação	un	15,00
13			DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS		
13.1			TUBULAÇÕES E CONEXÕES DE PVC		
13 1 1	89714	SINAPI	Tubo de PVC Ø100mm, fornecimento e instalação	m	237,27

CREA-PR O SELO DE AUTENTICIDADE É DE... AFIXADO NA ÚLTIMA FOLHA...

Eng. Valdi Lavinicki
Diretor de Obras
CREA / SMOS

13.1.2	89580	SINAPI	Tubo de PVC Ø150mm, fornecimento e instalação	m	107,14
13.1.3	89811	SINAPI	Curva curta 90 - 100mm, fornecimento e instalação	un	52,00
13.1.4	89746	SINAPI	Joelho 45 - 100mm, fornecimento e instalação	un	26,00
13.1.5	89744	SINAPI	Joelho 90 - 100mm, fornecimento e instalaçao	un	4,00
13.1.6	89693	SINAPI	Tê sanitario - 100mm - 100mm, fornecimento e instalação	un	4,00
13.1.7	89567	SINAPI	Junção simples - 100mm - 100mm, fornecimento e instalação	un	6,00
13.2			ACESSÓRIOS		
13.2.1		MERCADO	Ralo hemisférico (formato abacaxi) de ferro fundido, Ø100mm	un	24,00
13.2.2	72286	SINAPI	Caixa de areia sem grelha 60X60CM	un	20,00
14			INSTALAÇÃO SANITÁRIA		
14.1	89714	SINAPI	Tubo de PVC rigido 100mm, fornec. e instalação	m	213,00
14.2	89711	SINAPI	Tubo de PVC rigido 40mm, fornec. e instalação	m	125,81
14.3	89712	SINAPI	Tubo de PVC rigido 50mm, fornec. e instalação	m	136,81
14.4	89511	SINAPI	Tubo de PVC rigido 75mm, fornec. e instalação	m	92,42
14.5	89848	SINAPI	Tubo de PVC rigido 150mm, fornec. e instalação	m	37,60
14.6	90375	SINAPI	Bucha de redução PVC longa 50mm-40mm	un	37,00
14.7	89728	SINAPI	Curva PVC 90° curta - 40mm - fornecimento e instalação	un	97,00
14.8	89517	SINAPI	Curva PVC 90° curta - 75mm - fornecimento e instalação	un	23,00
14.9	89746	SINAPI	Joelho PVC 45° 100mm - fornecimento e instalação	un	7,00
14.10	89739	SINAPI	Joelho PVC 45° 75mm - fornecimento e instalação	un	4,00
14.11	89732	SINAPI	Joelho PVC 45° 50mm - fornecimento e instalação	un	62,00
14.12	89726	SINAPI	Joelho PVC 45° 40mm - fornecimento e instalação	un	49,00
14.13	89744	SINAPI	Joelho PVC 90° 100mm - fornecimento e instalação	un	26,00
14.14	89522	SINAPI	Joelho PVC 90° 75mm - fornecimento e instalação	un	35,00
14.15	89731	SINAPI	Joelho PVC 90° 50mm - fornecimento e instalação	un	3,00
14.16	89724	SINAPI	Joelho PVC 90° 40mm - fornecimento e instalação	un	19,00
14.17	89724	SINAPI	Joelho PVC 90 com anel para esgoto secundario - 40mm - 1 1/2" - fornecimento e instalação	un	65,00
14.18	89569	SINAPI	Junção PVC simples 100mm-50mm - fornecimento e instalação	un	25,00
14.19	89569	SINAPI	Junção PVC simples 100mm-75mm - fornecimento e instalação	un	2,00
14.20	89690	SINAPI	Junção PVC simples 100mm-100mm - fornecimento e instalação	un	19,00
14.21	89685	SINAPI	Junção PVC simples 75mm-50mm - fornecimento e instalação	un	5,00
14.22	89685	SINAPI	Junção PVC simples 75mm-75mm - fornecimento e instalação	un	2,00
14.23	89557	SINAPI	Redução excêntrica PVC 100mm-50mm - fornecimento e instalação	un	6,00
14.24	89549	SINAPI	Redução excêntrica PVC 75mm-50mm - fornecimento e instalação	un	5,00
14.25	89623	SINAPI	Té PVC 45° 40mm - fornecimento e instalação	un	1,00
14.26	89623	SINAPI	Té PVC 90° - 40mm - fornecimento e instalação	un	19,00
14.27	89696	SINAPI	Tê PVC sanitario 100mm-50mm - fornecimento e instalação	un	11,00
14.28	89696	SINAPI	Tê PVC sanitario 100mm-75mm - fornecimento e instalação	un	20,00
14.29	89704	SINAPI	Tê PVC sanitario 150mm-100mm - fornecimento e instalação	un	2,00
14.30	89784	SINAPI	Tê PVC sanitario 50mm-50mm - fornecimento e instalação	un	19,00
14.31	89687	SINAPI	Tê PVC sanitario 75mm-75mm - fornecimento e instalação	un	4,00
14.32	89707	SINAPI	Caixa sifonada 150x150x50mm	un	19,00
14.33	89708	SINAPI	Caixa sifonada 150x185x75mm	un	1,00
14.34	74051/2	SINAPI	Caixa de gordura simples - CG 37cm	un	7,00
14.35	72289	SINAPI	Caixa de inspeção 60x60cm	un	17,00
14.36	74104/1	SINAPI	Caixa de passagem modulada DN 30cm	un	1,00
14.37	89710	SINAPI	Ralo sifonado, PVC 100x100X40mm	un	30,00
14.38		MERCADO	Terminal de Ventilação 50mm	un	39,00
14.39	74198/2	SINAPI	Sumidouro em alvenaria 2,40 x 2,40 m	un	1,00
14.40	74197/1	SINAPI	Fossa séptica 2,30 x 2,30 m	un	1,00
15			LOUÇAS E METAIS		

CREA-PR O SELO DE AUTENTICIDADE FOI APOSTADO NA ÚLTIMA FOLHA

Engenheiro Civil
Diretor de Obras
CREA SMO

15.1	C4635	SEINFRA	Bacia Sanitária Vogue Plus, Linha Conforto com abertura, cor Branco Gelo, código P.51, DECA, ou equivalente p/ de descarga, com acessórios, bolsa de borracha para ligacao, tubo pvc ligacao - fornecimento e instalação	un	2,00
15.2	6021	SINAPI	Bacia Sanitária Convencional, código Izy P 11, DECA, ou equivalente com acessórios- fornecimento e instalação	un	4,00
15.3	72739	SINAPI	Bacia Convencional Studio Kids, código PI.15, para valvula de descarga, em louca branca, assento plastico, anel de vedação, tubo pvc ligacao - fornecimento e instalacao, Deca ou equivalente	un	20,00
15.4	40729	SINAPI	Valvula de descarga 1 1/2", com registro, acabamento em metal cromado - fornecimento e instalação	un	26,00
15.5	86901	SINAPI	Cuba de Embutir Oval cor Branco Gelo, código L.37, DECA, ou equivalente, em bancada ecomplementos (válvula, sifao e engate flexivel cromados), exceto torneira.	un	22,00
15.6		MERCADO	Cuba industrial 50x40 profundidade 30 – HIDRONOX, ou equivalente, com sifão em metal cromado 1 1/2x1 1/2", válvula em metal cromado tipo americana 3.1/2"x1.1/2" para pia - fornecimento e instalação	un	3,00
15.7	86936	SINAPI	Cuba Inox Embutir 40x34x17cm, cuba 3, básica aço inoxidável, com válvula, FRANKE, ou equivalente, com sifão em metal cromado 1.1/2x1.1/2", válvula em metal cromado tipo americana 3.1/2"x1 1/2" para pia - fornecimento e instalação	un.	15,00
15.8		MERCADO	Banheira Embutir em plástico tipo PVC, 77x45x20cm, Burigotto ou equivalente	un	4,00
15.9		MERCADO	Lavatório de canto suspenso com mesa, linha Izy codigo L101.17, DECA ou equivalente, com válvula, sifão e engate flexivel cromados, fornecimento e instalação	un	4,00
15.10	86904	SINAPI	Lavatório pequeno Ravena/Izy cor branco gelo, com coluna suspensa, codigo L915 DECA ou equivalente	un	6,00
15.11	86919	SINAPI	Tanque Grande (40 L) cor Branco Gelo, código TQ.03, DECA, ou equivalente incluso torneira cromada	un	7,00
15.12	9535	SINAPI	Chuveiro Maxi Ducha, LORENZETTI, com Mangueira plástica/desviador para duchas elétricas, código 8010-A, LORENZETTI, ou equivalente	un	15,00
15.13	C4642	SEINFRA	Assento Poliéster com abertura frontal Vogue Plus, Linha Conforto, cor Branco Gelo, código AP.52, DECA, ou equivalente	un	2,00
15.14		MERCADO	Assento plástico Izy, código AP.01, DECA, fornecimento e instalação	un	4,00
15.15		MERCADO	Papeleira Metálica Linha Izy, código 2020.C37, DECA ou equivalente, fornecimento e instalação	un	26,00
15.16		MERCADO	Ducha Higiênica com registro e derivação Izy, código 1984.C37, ACT.CR, DECA, ou equivalente, fornecimento e instalação	un.	4,00
15.17		MERCADO	Torneira elétrica LorenEasy, LORENZETTI ou equivalente, fornecimento e instalação	un	2,00
15.18		MERCADO	Torneira elétrica Fortti Maxi, com mangueira plastica, código 79004, LORENZETTI ou equivalente, fornecimento e instalação	un	4,00
15.19	73883	SINAPI	Torneira Acabamento para registro pequeno Linha Izy, código 4900.C37.PQ, DECA ou equivalente (para chuveiros), Deca ou equivalente	un	15,00
15.20	86909	SINAPI	Torneira para cozinha de mesa bica móvel Izy, código 1167.C37, DECA, ou equivalente	un	15,00
15.21	86916	SINAPI	Torneira de parede de uso geral para jardim ou tanque	un	11,00
15.22	86906	SINAPI	Torneira para lavatório de mesa bica baixa Izy, código 1193.C37, Deca ou equivalente	un	32,00
15.23		MERCADO	Dispenser Saboneteira Linha Excellence, código 7000, Melhoramento ou equivalente, fornecimento e instalação	un	26,00
15.24		MERCADO	Dispenser Toalha Linha Excellence, código 7007, Melhoramentos ou equivalente, fornecimento e instalação	un	22,00
15.25		MERCADO	Cabide metálico Izy, código 2080.C37, Deca ou equivalente, fornecimento e instalação	un	16,00
15.26		MERCADO	Barra de apoio, Linha conforto, código 2310.I.080.ESC, aço inox polido, DECA ou equivalente, fornecimento e instalação	un	8,00
15.27		MERCADO	Barra de apoio de canto para lavatório, aço inox polido,Celite ou equivalente, fornecimento e instalação	un	4,00
15.28		MERCADO	Barra de apoio de chuveiro PNE, em "L" Linha conforto código 2335.I.ESC, fornecimento e instalação	un	1,00
15.29		MERCADO	Cadeira articulada para banho, fornecimento e instalação	un	1,00
15.30		MERCADO	Gancho metálico para mochilas, fornecimento e instalação	un	188,00
15.31	74072/3	SINAPI	Barra metálica com pintura azul para proteção dos espelhos e chuveiro infantil d=1 1/4"		20,00

Secretaria de Obras

9de15

CREA-PR
O SELO DE AUTENTICIDADE ESTÁ ATIVO NA ULTIMA FOLHA

Valdir Lavinick
Diretor de Obras
CNPJ / SIAPE

16			INSTALAÇÃO DE GÁS COMBUSTÍVEL		
16.1	74139/2	SINAPI	Abrigo para Central de GLP, em concreto	m³	1,42
16.2	85014	SINAPI	Tela metálica para ventilação com requadro em alumínio	m²	0,16
16.3	73976/3	SINAPI	Tubo de Aço Galvanizado Ø 3/4". inclusive conexões	m	43,00
16.4	C1250	SEINFRA	Envelopamento de concreto - 3cm	m	42,00
16.5		MERCADO	Fita anticorrosiva 5cmx30m (2 camadas)	un	3,00
16.6		MERCADO	Válvula esfera Ø 3/4" NPT 300	un	4,00
16.7		MERCADO	União 3/4" NPT 300	un	3,00
16.8		MERCADO	Niple 3/4" NPT 300	un	6,00
16.9		MERCADO	Niple 1/2" NPT 300	un	4,00
16.10		MERCADO	Niple 1/4" NPT 300	un	4,00
16.11		MERCADO	Té redução 3/4"x1/2"	un	1,00
16.12		MERCADO	Redução 1/2" x 1/4"	un	1,00
16.13		MERCADO	Luva de redução 3/4 x 1/2"	un	2,00
16.14		MERCADO	Luva de redução 1/4" x 1/2"	un	2,00
16.15		MERCADO	Joelho 1/2" NPT 300	un	2,00
16.16		MERCADO	Regulador 1° estagio com manometro	un	1,00
16.17		MERCADO	Manômetro NPT 1/4", 0 a 300 psi	un	1,00
16.18		MERCADO	Mangueira Flexivel	m	2,00
16.19		MERCADO	Regulador 2° estágio com registro	un	2,00
16.20		MERCADO	Placa de sinalização em pvc cod 1 - (348x348) Proibido fumar	un	1,00
16.21		MERCADO	Placa de sinalização em pvc cod 6 - (348x348) Perigo Inflamável	un	1,00
17			SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIO		
17.1	72553	SINAPI	Extintor ABC - 5KG	un	7,00
17.2	72554	SINAPI	Extintor CO2 - 5KG	un	1,00
17.3	72297	SINAPI	Cotovelo 45° galvanizado 2 1/2"	un	2,00
17.4	72297	SINAPI	Cotovelo 90° galvanizado 2 1/2"	un	7,00
17.5	73976/8	SINAPI	Tubo aço carbono 2 1/2"	m	1,25
17.6	72677	SINAPI	Niple duplo aço galvanizado 2 1/2"	un	10,00
17.7	72715	SINAPI	Tê aço galvanizado 2 1/2"	un	4,00
17.8	73976/8	SINAPI	Tubo aço galvanizado 65mm - 2 1/2"2 1/2"	un	65,27
17.9		MERCADO	Adaptador storz - roscas internas 2 1/2"	un	3,00
17.10		MERCADO	Caixa para abrigo de mangueira - 90x60v17cm	un	2,00
17.11		MERCADO	Chave para conexão de mangueira tipo stroz engate rápido dupla 1 1/2" x 1 1/2"	un	3,00
17.12		MERCADO	Esguicho jato solido 1 1/2" 16mm	un	3,00
17.13		MERCADO	Mangueiras de incêndio de nylon - 1 1/2" 16mm	un	6,00
17.14	72677	SINAPI	Niple paralelo em ferro maleavel 2 1/2"	un	3,00
17.15		MERCADO	Redução giratória tipo Storz - 2 1/2 x 1 1/2"	un	3,00
17.16		MERCADO	Registro globo 2 1/2" 45°	un	3,00
17.17		MERCADO	Tampão cego com corrente tipo storz 1 1/2"	un	3,00
17.18	84798	SINAPI	Tampão de FoFo 50x50cm	un	1,00
17.19		MERCADO	Registro bruto de gaveta insutrial 2 1/2"	un	5,00
17.20	73795/6	SINAPI	Válvula de retenção vertical 2 1/2"	un	2,00
17.21		MERCADO	União de ferro conico macho-femea 2 1/2"	un	4,00
17.22	10765/ORSE	ORSE	Luminária de emergência com lampada fluorescente 9W de 1 hora	un	40,00
17.23	72947	SINAPI	Marcação no Piso 1 x 1m para extintor	m²	6,00
17.24	72947	SINAPI	Marcação no Piso - 1 x 1m para hidrante	m²	3,00
17.25		MERCADO	Conjunto motobomba trifasico BC-21 R 1 1/2 3 CV	un	2,00
17.26	C4627	SEINFRA	Placa de sinalização em pvc cod 25 - (200x200) Hidrante de incendio	un	2,00
17.27	C4628	SEINFRA	Placa de sinalização em pvc cod 12 e 13- (250x125) Saida de emergência	un	14,00
17.28	C4628	SEINFRA	Placa de sinalização em pvc cod 17 - (250x125) Mensagem "Saida"	un	3,00
17.29	C4627	SEINFRA	Placa de sinalização em pvc cod 23 - (200x200) Extintor de incêndio	un	8,00
18			INSTALAÇÕES ELÉTRICAS - 220V		

Eng. Valdir Lavinicki
Diretor de Obras
CREA/PR

CREA-PR
O SELO DE AUTENTICIDADE FOI AFIXADO NA ULTIMA FOLHA

18.1			CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO		
18.1.3	74131/5	SINAPI	Quadro de Distribuição de embutir, completo, (para 24 disjuntores monopolares, com barramento para as fases, neutro e para proteção, metálico, pintura eletrostática epóxi cor bege, c/ porta, trinco e acessórios)	un	5,00
18.1.4	74131/6	SINAPI	Quadro de Distribuição de embutir, completo, (para 32 disjuntores monopolares, com barramento para as fases, neutro e para proteção, metálico, pintura eletrostática epóxi cor bege, c/ porta, trinco e acessórios)	un	1,00
18.1.5	74131/8	SINAPI	Quadro de Distribuição de embutir, completo, (para 50 disjuntores monopolares, com barramento para as fases, neutro e para proteção, metálico, pintura eletrostática epóxi cor bege, c/ porta, trinco e acessórios)	un	2,00
18.1.6		MERCADO	Quadro de medição - fornecimento e instalação	un	1,00
18.2			DISJUNTORES		
18.2.1	74130/1	SINAPI	Disjuntor unipolar termomagnético 10A	un	27,00
18.2.2	74130/1	SINAPI	Disjuntor unipolar termomagnético 16A	un	18,00
18.2.3	74130/1	SINAPI	Disjuntor unipolar termomagnético 20A	un	2,00
18.2.4	74130/1	SINAPI	Disjuntor unipolar termomagnético 25A	un	2,00
18.2.5	74130/1	SINAPI	Disjuntor unipolar termomagnético 32A	un	12,00
18.2.6	74130/2	SINAPI	Disjuntor unipolar termomagnético 40A	un	15,00
18.2.7	74130/2	SINAPI	Disjuntor unipolar termomagnético 50A	un	7,00
18.2.8	74130/2	SINAPI	Disjuntor unipolar termomagnético 63A	un	1,00
18.2.9	74130/3	SINAPI	Disjuntor unipolar termomagnético 80A	un	1,00
18.2.10	74130/3	SINAPI	Disjuntor bipolar termomagnético 25A	un	3,00
18.2.11	74130/5	SINAPI	Disjuntor bipolar termomagnético 63A	un	3,00
18.2.12	74130/5	SINAPI	Disjuntor bipolar termomagnético 80A	un	1,00
18.2.13	74130/5	SINAPI	Disjuntor bipolar termomagnético 100A	un	1,00
18.2.14	74130/4	SINAPI	Disjuntor tripolar termomagnético 10A	un	1,00
18.2.15	74130/4	SINAPI	Disjuntor tripolar termomagnetico 25A	un	1,00
18.2.16	74130/4	SINAPI	Disjuntor tripolar termomagnético 32A	un	2,00
18.2.17	74130/5	SINAPI	Disjuntor tripolar termomagnético 80A	un	8,00
18.2.18	74130/6	SINAPI	Disjuntor tripolar termomagnético 175A	un	1,00
18.2.19	74130/7	SINAPI	Disjuntor tripolar termomagnético 300A	un	1,00
18.2.20	C4531	SEINFRA	Interruptor bipolar DR - 100A	un	3,00
18.2.21	C4530	SEINFRA	Interruptor bipolar DR - 25A	un	3,00
18.2.22	C4531	SEINFRA	Interruptor bipolar DR -63A	un	1,00
18.2.23	C4531	SEINFRA	Interruptor bipolar DR -80A	un	1,00
18.2.24	C4562	SEINFRA	Dispositivo de proteção contra surto - 175V - 40KA	un	28,00
18.2.25	C4562	SEINFRA	Dispositivo de proteção contra surto - 175V - 80KA	un	8,00
18.3			ELETRODUTOS E ACESSÓRIOS		
18.3.1	72933	SINAPI	Eletroduto PVC flexível corrugado reforçado, Ø16mm (DN 1/2"), inclusive conexões	m	2,00
18.3.2	72934	SINAPI	Eletroduto PVC flexível corrugado reforçado, Ø20mm (DN 3/4"), inclusive conexões	m	725,70
18.3.3	72935	SINAPI	Eletroduto PVC flexível corrugado reforçado, Ø25mm (DN 1"), inclusive conexões	m	461,30
18.3.4	72936	SINAPI	Eletroduto PVC flexível corrugado reforçado, Ø32mm (DN 1 1/4"), inclusive conexões	m	68,60
18.3.5	55866	SINAPI	Eletroduto PVC flexível rígido roscável, Ø50mm (DN 2"), inclusive conexões	m	2,30
18.3.6	72309	SINAPI	Eletroduto Aço Galvanizado DN 25mm (1"), inclusive conexões	m	176,00
18.3.7	72310	SINAPI	Eletroduto Aço Galvanizado DN 40mm (1 1/2") inclusive conexões	m	5,20
18.3.8	72310	SINAPI	Eletroduto Aço Galvanizado DN 32mm (1 1/4"), inclusive conexões	m	80,60
18.3.9	72311	SINAPI	Eletroduto Aço Galvanizado DN 100mm (2"), inclusive conexões	m	14,70
18.3.10	72312	SINAPI	Eletroduto Aço Galvanizado DN 62mm (2 1/2"), inclusive conexões	m	3,50
18.3.11	72316	SINAPI	Eletroduto Aço Galvanizado DN 125mm (3"), inclusive conexões	m	21,90
18.3.12	83446	SINAPI	Caixa de passagem 30x30cm em alvenaria com tampa de ferro fundido tipo leve	un	17,00
18.3.13	83447	SINAPI	Caixa de passagem 40x40cm em alvenaria com tampa de ferro fundido tipo leve	un	17,00
18.3.14	83443	SINAPI	Caixa Inspeção aterramento 250x250x400mm	un	2,00

Eng. Valdir Lavinicki
Diretor de Obras
DIOB / SMOB

CREA-PR
O SELO DE AUTENTICIDADE SERÁ AFIXADO NA ÚLTIMA FOLHA

18.3.15	83387	SINAPI	Caixa de Passagem PVC 4x2" - fornecimento e instalaçao	un	262,00
18.3.16	83386	SINAPI	Caixa de Passagem PVC 4x4" fornecimento e instalaçao	un	10,00
18.3.17	83388	SINAPI	Caixa de passage PVC Octogonal 3" - fornecimento e instalaçao	un	205,00
18.4			**CABOS E FIOS (CONDUTORES)**		
18.4.1	73860/8	SINAPI	Condutor de cobre unipolar, isolação em PVC/70°C, camada de proteção em PVC, não propagador de chamas, classe de tensão 750V, encordoamento classe 5, flexível, com a seguinte seção nominal: #2,6 mm²	m	5.146,90
18.4.2	73860/9	SINAPI	Condutor de cobre unipolar, isolação em PVC/70°C, camada de proteção em PVC, não propagador de chamas, classe de tensão 750V, encordoamento classe 5, flexível, com a seguinte seção nominal: #4 mm²	m	1.012,30
18.4.3	73860/10	SINAPI	Condutor de cobre unipolar, isolação em PVC/70°C, camada de proteção em PVC, não propagador de chamas, classe de tensão 750V, encordoamento classe 5, flexível, com a seguinte seção nominal: #6 mm²	m	2.001,80
18.4.4	73860/11	SINAPI	Condutor de cobre unipolar, isolação em PVC/70°C, camada de proteção em PVC, não propagador de chamas, classe de tensão 750V, encordoamento classe 5, flexível, com a seguinte seção nominal: #10 mm²	m	410,40
18.4.5	73860/12	SINAPI	Condutor de cobre unipolar, isolação em PVC/70°C, camada de proteção em PVC, não propagador de chamas, classe de tensão 750V, encordoamento classe 5, flexível, com a seguinte seção nominal: #16 mm²	m	906,30
18.4.6	73860/13	SINAPI	Condutor de cobre unipolar, isolação em PVC/70°C, camada de proteção em PVC, não propagador de chamas, classe de tensão 750V, encordoamento classe 5, flexível, com a seguinte seção nominal: #25 mm²	m	2.070,70
18.4.7	73860/22	SINAPI	Condutor de cobre unipolar, isolação em PVC/70°C, camada de proteção em PVC, não propagador de chamas, classe de tensão 750V, encordoamento classe 5, flexível, com a seguinte seção nominal: #35 mm²	m	235,90
18.4.8	73860/14	SINAPI	Condutor de cobre unipolar, isolação em PVC/70°C, camada de proteção em PVC, não propagador de chamas, classe de tensão 750V, encordoamento classe 5, flexível, com a seguinte seção nominal: #50 mm²	m	157,60
18.4.9	73860/15	SINAPI	Condutor de cobre unipolar, isolação em PVC/70°C, camada de proteção em PVC, não propagador de chamas, classe de tensão 750V, encordoamento classe 5, flexível, com a seguinte seção nominal: #70 mm²	m	174,70
18.4.10	C0525	SEINFRA	Condutor de cobre unipolar, isolação em PVC/70°C, camada de proteção em PVC, não propagador de chamas classe de tensão 750V, encordoamento classe 5, flexível, com a seguinte seção nominal: #120 mm²	m	102,20
18.4.11	C0529	SEINFRA	Condutor de cobre unipolar, isolação em PVC/70°C, camada de proteção em PVC, não propagador de chamas, classe de tensão 750V, encordoamento classe 5, flexível, com a seguinte seção nominal: #240 mm²	m	138,00
18.5			**ELETROCALHAS**		
18.5.1	C1158	SEINFRA	Eletrocalha lisa tipo U 50x50mm com tampa, inclusive conexões	m	31,30
18.5.2	C1161	SEINFRA	Eletrocalha lisa tipo U 75x50mm com tampa, inclusive conexões	m	18,50
18.5.3	C1159	SEINFRA	Eletrocalha lisa tipo U 75x75mm com tampa, inclusive conexões	m	11,50
18.5.4	C1160	SEINFRA	Eletrocalha lisa tipo U 100x50mm com tampa, inclusive conexões	m	36,60
18.5.5	C1155	SEINFRA	Eletrocalha lisa tipo U 100x100mm com tampa, inclusive conexões	m	12,00
18.5.6	C1154	SEINFRA	Eletrocalha lisa tipo U 150x50mm com tampa, inclusive conexões	m	1,70
18.5.7	C4535	SEINFRA	Eletrocalha lisa tipo U 150x75mm com tampa, inclusive conexões	m	3,70
18.5.8	C1154	SEINFRA	Eletrocalha lisa tipo U 200x50mm com tampa, inclusive conexões	m	3,90
18.5.9	08695	ORSE	Suporte vertical eletrocalha 120x146mm	un	7,00
18.5.10	08695	ORSE	Suporte vertical eletrocalha 120x160mm	un	3,00
18.5.11	08695	ORSE	Suporte vertical eletrocalha 70x125mm	un	6,00
18.5.12	08695	ORSE	Suporte vertical eletrocalha 70x81mm	un	18,00
18.5.13	08695	ORSE	Suporte vertical eletrocalha 70x96mm	un	22,00

Eng. Valdir Zvinicki
Diretor de Obras
MOB / SMOS

CREA-PR
O SELO DE AUTENTICIDADE FOI AFIXADO NA ÚLTIMA FOLHA

20.6.1	72935	SINAPI	Eletroduto PVC flexivel 1", inclusive conexões	m	1,30
20.6.2	72934	SINAPI	Eletroduto PVC flexivel 3/4", inclusive conexões	m	119,30
20.6.3	72309	SINAPI	Eletroduto Aço Galvanizado Ø 1", fornecimento e instalação	m	50,40
20.6.4	72310	SINAPI	Eletroduto Aço Galvanizado Ø 1.1/4", fornecimento e instalação	m	4,10
20.6.5	72311	SINAPI	Eletroduto Aço Galvanizado , Ø 2", fornecimento e instalação	m	22,00
20.6.6	C1158	SEINFRA	Eletrocalha lisa com tampa 50 x 25 mm, inclusive conexões	m	77,74
21			SISTEMA DE EXAUSTÃO MECÂNICA		
21.1		MERCADO	Coifa de Centro em Aço Inox de 1500x1000x600	un	1,00
21.2		MERCADO	Duto de ligação 1000 X 0 80mm	m	2,85
21.3		MERCADO	Chapéu chines em aluminio	un	1,00
21.4		MERCADO	Exaustor mecânico para banheiro 80m3/h com duto flexivel - kit	un	2,00
22			SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS (SPDA)		
22.1	68070	SINAPI	Pára-raios tipo Franklin em aço inox 3 pontas em haste de 3 m. x 1.1/2" tipo simples	m	3,00
22.2	C3478	SEINFRA	Vergalhão CA - 25 # 10 mm2	m	42,00
22.3	C0860	SEINFRA	Conector mini-Bar em bronze estanhado Tel-583	un	12,00
22.4		MERCADO	Parafuso fenda em aço inox 4.2 x 32mm e bucha de nylon	cj	24,00
22.5		MERCADO	Presilha em latão	un	24,00
22.6		MERCADO	Caixa de equalização de potências 200x200mm em aço com barramento, expessura 6 mm	un	1,00
22.7	73962/13	SINAPI	Escavação de vala para aterramento	m³	39,00
22.8	68059	SINAPI	Haste tipo cooppervveld 5/8" x 2,40m	un	13,00
22.9	72251	SINAPI	Cabo de cobre nu 16 mm2	m	5,00
22.10	72253	SINAPI	Cabo de cobre nu 35 mm2	m	330,00
22.11	72254	SINAPI	Cabo de cobre nu 50 mm2	m	260,00
22.12		MERCADO	Caixa de inspeção, PVC de 12", com tampa de ferro fundido,conforme detalhe no projeto	un	4,00
22.13	72263	SINAPI	Conector de bronze para haste de 5/8" e cabo de 50 mm²	un	12,00
23			SERVIÇOS COMPLEMENTARES		
23.1			GERAIS		
23.1.1	C0864	SEINFRA	Conjunto de mastros para bandeiras em tubo ferro galvanizado telescópico (alt= 7m (3mx2" + 4mx1 1/2")	un	1,00
23.1.2	C4065	SEINFRA	Bancada em granito cinza andorinha - espessura 2cm, conforme projeto	m²	46,53
23.1.3	C4065	SEINFRA	Prateleira,acabamentos em granito cinza andorinha - espessura 2cm, conforme projeto	m²	56,26
23.1.4	C2910	SEINFRA	Prateleiras e escaninhos em mdf	m²	48,02
23.1.5	C0361	SEINFRA	Bancos de concreto	m³	7,22
23.1.6	C4065	SEINFRA	Banco e acabamento em granito	m³	3,62
23.1.7	C1869	SEINFRA	Peitoril em granito cinza, largura=17,00cm espessura variável e pingadeira	m	106,80
23.2			CAIXA DÁGUA - 30.000L		
			Fornecimento e montagem de caixa d'água de 30.000 litros em fibra de vidro	ud	1,00
23.2.1		MERCADO	Alça de içamento	un	2,00
23.2.2		MERCADO	Suporte de luz piloto	un	1,00
23.2.3		MERCADO	Suporte para cinto de segurança	un	1,00
23.2.4		MERCADO	Suporte para Para-raio	un	1,00
23.2.5	73665	SINAPI	Escada interna e externa tipo marinheiro, inclusive pintura	m	9,00
23.2.6	84863	SINAPI	Guarda corpo de 1,0m de altura	m	6,97
23.2.7		MERCADO	Chapa de aço carbono de alta resistência a corrosão e de qualidade estrutural e solda interna e externa, para confecção do reservatorioconforme projeto	kg	1.702,30
23.2.8		MERCADO	Sistema de ancoragem com 6 nichos, conforme projeto	un	1,00
23.2.9	C1520	SEINFRA	Preparo de superficie, jateamento abrasivo ao metal branco (interno e externo), padrão AS 3.	m²	145,76
23.2.10	C2041	SEINFRA	Acabamento interno: duas demãos de espessura seca de primer Epox	m²	69,08
23.2.11	79460	SINAPI	Acabamento externo: uma demão de espessura seca de primer Epox	m²	69,08

Eng. Valdir Lavinicki
Diretor de Obras
CREA-PR

CREA-PR
SELO DE AUTENTICIDADE FOI AFIXADO NA ÚLTIMA FOLHA

23.2.12	C4499	SEINFRA	Pintura Externa: uma demão de poliuretano na cor amarelo	m²	69.08
24			MUROS, GRADES, PÁTIOS E SERVIÇOS FINAIS		
24.1			Muro com 2.20m altura, colunas (15x20)cm a cada 2,5 m estacas brocas armadas em		
			concreto FCK: 250Kg/cm2, com viga inferior (14x25) e cinta sup (9x10) cm chapiscado		
			e emboço paulista em ambos os lados (estacas-profund 1,50m)	m2	419.32
24.2			Muro com 0,40m altura, colunas (15x20)cm a cada 2,5 m estacas brocas armadas em		
			concreto FCK: 250Kg/cm2, com viga inferior (14x25) e cinta sup (9x10) cm , chapiscado		
			e emboço paulista em ambos os lados (estacas-profundidade=1,50 m), com grades na parte		
			SUPERIOR EM ESTRUTURA METÁLICA COM PERFIS NAS COLUNAS DE TUBO QUADRADO 10X10cm (4") - RIPAMENTO DE GRADES DE 2,5cmX2,5cm (1")	m	65.65
24.3			Execução de calçada em concreto e= 5cm	m2	436.30
24.4			Montagem de paver, incluindo materiais, mão de obra, pó, areia, terra e form paver e terraplan	m2	862.10
24.5			Plantio de grama em leiva tipo esmeralda	m2	1 464.41
24.6			PORTÃO METALICO 0,80X2,00X4	m2	6.40
24.7			PORTÃO METÁLICO 6,00X2,00	m2	12.00
24.8		SINAPI	Limpeza final da obra	m²	1.510.23

Foz do Iguaçu, 15 de Novembro de 2018

Engº Valdir Lavinicki - CREA: PR - 26.754 /D
Diretor de Obras

Eng. Valdir Lavinicki
Diretor de Obras
DIOB / SMOP

Atestado registrado mediante vinculação à respectiva ART
CREA - PR
A 057249

Edital n.º 03/2021 - PMB
TOMADA DE PREÇOS
MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR
Envelope 01 – DOC. HABILITAÇÃO

307

CONSTRUTORA GODOI ANDIRÁ EIRELI
RUA SÃO PAULO, N.º 844 - SALA 19 - CENTRO - ANDIRÁ/PR
CEP 86.380-000– FONE: (43) 3538-5549– construtoragodoi@hotmail.com
CNPJ: 10.814.967/0001-60 - I.E. 90.479.429-58 - I.M. 31.994

SERVIÇO DISTRITAL DE SÃO CASEMIRO DO TABOÃO
TABELIONATO E REGISTRO CIVIL
FORO CENTRAL DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA
RUA MATEUS LEME, 1423 - FONE/FAX: (41) 3352-3212
CEP 80520-174 - CURITIBA - PARANÁ
JOSÉ MARCELO LUCAS DE OLIVEIRA
TABELIÃO E REGISTRADOR

LIVRO 597-P
FOLHA 097/100
TRASLADO
0183193

CARTÓRIO DO TABOÃO
TABELIONATO DE NOTAS E REG. CIVIL
Rua Mateus Leme, 1423 - Centro Cívico
CEP: 80520-174 Curitiba - Paraná
FONES: (PABX) 3352-3212 - (FAX) 3352-3222

PROCURAÇÃO BASTANTE QUE FAZ CONSTRUTORA GODOI ANDIRÁ LTDA - ME, NA FORMA ABAIXO

S A I B A M todos quantos este público instrumento de procuração bastante virem que **aos vinte e nove dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito (29/06/2018)**, nesta cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, nesta Notaria, compareceu, como outorgante, **CONSTRUTORA GODOI ANDIRÁ LTDA - ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob nº 10.814.967/0001-60, com sede na Rua São Paulo, nº 844, sala 19, no bairro Centro, CEP:86.380-000, na cidade de Andirá, Estado do Paraná; com seu Contrato Social arquivado na Junta Comercial do Estado do Paraná sob NIRE nº 4160009241-4, em data de 07/05/2009, e posteriores alterações, sendo o último consolidado através da Alteração Contratual nº 03, registrado sob nº 41600092414, em data de 26/11/2013, e com seu último arquivamento sendo - Enquadramento de Microempresa, registrado sob nº 20136499309, em data de 26/11/2013, conforme certidão simplificada expedida por aquele mencionado órgão em data de 25/06/2018, cuja cópia fica digitalizada em pasta própria desta Notaria sob nº 4939, neste ato representada nos termos da Cláusula (5ª) de sua Alteração Contratual nº 03, por sua administradora ***CAROLINA DIAS GODOI***, brasileira, nascida em 27/11/1978, natural de Ourinhos/SP, filha de João Cesar Godoi e Angela Maria Dias Dos Santos Godoi, portadora da Cédula de Identidade Registro Geral nº 6.025.220-3-SSP/PR, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob nº 007.900.169-66, que se declarou plena e juridicamente capaz, divorciada, advogada, titular do email eletrônico: carolinadiasgodoi@gmail.com, residente e domiciliada à Rua da Glória, nº 425, no bairro Centro Cívico, CEP: 80.030-060, nesta cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná; a presente reconhecida como a própria por mim, Wagner Luiz Gaspar Correia da Silva, Escrevente do Tabelião que esta subscreve, conforme os documentos que me foram apresentados, do que dou fé. E aí, pela outorgante, na forma em que se acha representada, foi-me dito que nomeia e constitui seu bastante procurador, **JOÃO CESAR GODOI**, brasileiro, separado judicialmente, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade Registro Geral nº 828.832-1-SSP/PR, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob nº 152.143.039-04, residente e domiciliado à Rua Said Abid, nº 422, bairro Centro, na cidade de Andirá, Estado do Paraná, ao qual confere poderes amplos e gerais, para que possa, gerir e administrador todos os bens, negócios e interesses da ora Outorgante; podendo para tanto, dito procurador, vender, ceder, transferir, compromissar à venda, doar hipotecar, permutar, locar, sublocar, ou, por qualquer outra forma ou título, alienar ou onerar, a quem quiser, pelo preço, forma e condições que ajustar, bens móveis e imóveis, semoventes e quaisquer direitos de titularidade da outorgante; comprar quaisquer bens ou produtos, pagar e receber quantias, totais ou parciais; transmitir e

CARTÓRIO DO TABOÃO
DESDE 1891 REGISTRANDO A VIDA, DO NASCIMENTO A ETERNIDADE

SERVIÇO DISTRITAL DE SÃO CASEMIRO DO TABOÃO
TABELIONATO E REGISTRO CIVIL
CARTÓRIO DO TABOÃO
REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA
TABELIONATO DE NOTAS E REGISTRO CIVIL - 1421 - FONE/FAX: (11) 3352-3212
Rua Mateus Leme, 1420 - Centro Cívico - CEP: 80520-174 - CURITIBA - PARANÁ
CNPJ: 80520-174 ROGÉRIO MARCELO LUCAS DE OLIVEIRA
FONES: (PABX) 3352-3212 - (FAX) 3352-3227 TABELIÃO E REGISTRADOR

LIVRO 597-P
FOLHA 097/100
TRASLADO
0183193

Continuação da Página 1

receber a posse, jus, domínio, direitos e ações; responder pela evicção de direitos, na forma da Lei; representar a outorgante apresentado-se perante Cartórios de Notas, Registros de Imóveis e todos os demais Ofícios e Serventias de Justiça, perante Imobiliárias e/ou administradora de bens, e, perante Repartições Públicas, Federais, Estaduais, Municipais e Autárquicas, notadamente, junto à Prefeitura Municipal, aí requerendo, alegando, promovendo e assinando o que necessário for; assinar escrituras públicas de quaisquer natureza, inclusive de rescisão de rerratificação, com todas e quaisquer cláusulas de estilo; assinar instrumentos particulares ou rescindi-los; representar o outorgante apresentado-se perante quaisquer terceiros, e, amplamente perante Juntas Comerciais Estaduais e Cartórios de Registro de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas, aí podendo assinar contratos constitutivos, alterações contratuais, distratos sociais, e quaisquer outros documentos se fizerem necessários, inclusive podendo receber Cartas de Notificação e concordar ou discordar com o que convier; prestar fiança; aceitar, emitir e dar quitação em Notas Promissórias; representar o outorgante apresentando-se perante Estabelecimentos Bancários em Geral, inclusive Banco do Brasil S/A, Caixa Econômica Federal, Banco Bradesco S/A, Cooperativa de Crédito Rural Paranapanema - SICREDI, em quaisquer de suas agências e filiais, nesta Cidade e Fora dela, podendo abrir, movimentar e encerrar contas correntes e cadernetas de poupança, fazer depósitos e retiradas monetárias, emitir, endossar e descontar cheques, solicitar saldos, extratos de contas correntes ou de aplicações, conferir saldos e valores, requisitar talonários de cheques, conferir o que necessário for; efetuar aplicações de dinheiro e, assinar todos os demais papeis necessários e suficientes ao giro bancário; representar a outorgante apresentando-se perante as Repartições Gerais de Correios e Telégrafos, aí podendo retirar mercadorias e correspondências; admitir e contratar funcionários; rescindir contratos de trabalho e demitir funcionários; representar o outorgante apresentando-se perante o Ministério da Fazenda, especialmente perante a Secretária da Receita Federal, e aí efetuar declarações de Imposto de Renda, pagar impostos e receber restituições; perante o Ministério do Trabalho, em quaisquer de suas Delegacias Regionais; perante as Companhias Telefônicas, de Saneamento Básico de Iluminação Pública e outras, aí resolvendo quaisquer assuntos de seu interesse e conveniência; e, perante o Departamento Estadual de Trânsito - Detran, aí podendo livremente requerer, assinar e declarar o que for necessário aos interesses da outorgante, inclusive podendo pagar taxas e requerer a segunda via de documento único de transferencia e de autorização de transferencia de quaisquer veículos de sua titularidade; representar a outorgante apresentando-se, também no foro, em geral, perante qualquer Juizo, Instância ou Tribunal, podendo mover ações e defendê-la nas contrárias, seguindo umas e outras até final decisão, interpor recursos, requerer benefícios, prestar declarações, informações e esclarecimentos necessários, contratar advogados, utilizar-se inclusive dos poderes contidos na cláusula ad-judicia e mais dos para transigir, desistir, firmar compromissos e fazer acordos e, representar também a outorgante apresentado-se perante quaisquer consórcios de

 Continua na Página 3

CARTÓRIO DO TABOÃO
DESDE 1891 REGISTRANDO A VIDA, DO NASCIMENTO À ETERNIDADE

bens, promovendo o que convier; perante fundos de pensão, e saúde; Previdência Privada e aí pagar taxas de seguro, mensalidades e outras, receber restituições e benefícios, apresentar e retirar documentos e fazer provas documentais, requerer exames e atendimentos; representar a Outorgante amplamente, onde com esta se apresentar, bem como perante todos e quaisquer órgãos, departamentos e repartições Públicas Municipais, Estaduais, Federais e Autárquicas deste Estado, notadamente junto ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Paraná-CREA/PR, à Prefeitura Municipal de Curitiba, ao Poder Judiciário do Estado do Paraná, e ao Governo do Estado do Paraná, podendo, para tanto, dito Procurador, assinar documentos de habilitação, cartas proposta de preços, propostas técnicas, programas de trabalho, cronogramas, cadastros e documentos correlatos; podendo, ainda, rubricar e assinar todos os demais documentos das respectivas propostas, inclusive os documentos de concorrentes relativos a todos os processos de licitação, sejam ditas propostas de concorrência pública nacional ou internacional, tomada de preços e/ou cartas convites, inclusive pré-qualificação, nas quais a Outorgante participe ou venha a participar, podendo ainda, dito Procurador representar a Outorgante nos respectivos julgamentos de licitações e pré-qualificações, assinar atas de presença, impugnar concorrentes, prestar declarações e informações, juntar, desentranhar, retirar e assinar termos, guias, papéis e documentos que se fizerem necessários, bem como credenciar representantes, assinando as respectivas credenciais; e enfim, praticar todos os demais atos necessários e indispensáveis ao fiel e cabal desempenho do presente mandato. Pela outorgante, na forma em que se acha representada, foi-me dito, que o procurador ora constituído **poderá substabelecer** os poderes que lhe foram conferidos na presente, ***que terá o prazo de validade de 05 (cinco) anos a contar desta data***, e, finalmente, que se responsabiliza, civil e criminalmente, pela veracidade de todas as informações e declarações prestadas, sobre sua qualificação e do procurador, bem como por todo o demais disposto na presente, aceitando esta procuração em todos os seus expressos termos. Pela outorgante, foi-me apresentado Guia de Recolhimento do Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário - FUNREJUS, sob nº 14000000003745546-5, provando o recolhimento da quantia de R$18,56 (dezoito reais e cinquenta e seis centavos), equivalente a 25% sobre o valor dos emolumentos da presente. Assim o disse a outorgante, na forma em que se acha representada, do que dou fé. **Os elementos declaratórios, qualificações, identificações e poderes contidos no presente escrito foram solicitados e fornecidos pela outorgante, sendo inalteráveis após a assinatura e a emissão de traslado; assim, cientifica-se que eventuais correções somente serão levadas a efeito mediante a lavratura com cobrança de novo ato.** A pedido, lavrei a presente procuração que, depois de lida à representante legal da outorgante e achada em tudo conforme outorgou, aceita e assina, dispensando a presença das testemunhas instrumentárias, de acordo com o facultado pelo Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Paraná. . O presente escrito se encontra lançado e inscrito no "Livro Protocolo Geral" deste Serviço Notarial e Registral sob nº 0002146 em data de 29/06/2018.

CARTÓRIO DO TABOÃO
DESDE 1891 REGISTRANDO A VIDA, DO NASCIMENTO À ETERNIDADE

SERVIÇO DISTRITAL DE SÃO CASEMIRO DO TABOÃO
TABELIONATO E REGISTRO CIVIL
FORO CENTRAL DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA
RUA MATEUS LEME, 1421 - FONE/FAX: (41) 3352-3212
CEP 80520-174 - CURITIBA - PARANÁ
JOSÉ MARCELO LUCAS DE OLIVEIRA
TABELIÃO E REGISTRADOR

LIVRO 597-P
FOLHA 097/100
TRASLADO
0183193

Continuação da Página 3 Última Página

Eu, (a.), **Wagner Luiz Gaspar Correia da Silva, Escrevente**, que a escrevi. Eu, (a.), **José Marcelo Lucas de Oliveira, Tabelião**, que a subscrevi. Emolumentos: R$74,23 (VRC 384,62), Funrejus: R$18,56, Selo Funarpen: R$0,80 (Lei 13.228/2001). (aa.) CONSTRUTORA GODOI ANDIRÁ LTDA - ME, CAROLINA DIAS GODOI, Representante da Outorgante. José Marcelo Lucas de Oliveira, Tabelião. Nada mais. Trasladada, confere em tudo com o original, ao qual me reporto e dou fé.

Em Test^{o} _____ da Verdade

Curitiba-PR, 29 de junho de 2018.

Wagner Luiz Gaspar Correia da Silv
Escrevente

FUNARPEN
SELO DIGITAL
tvf6j.e6M5R.QPnvJ
KTta2.LOdOR
http://funarpen.com.br

DÉBORA CRISTYULE DE MENEZES PERUSSOLO
ESCREVENTE

CARTÓRIO DO TABOÃO
RUA MATEUS LEME, 1421 - CURITIBA - PR
CEP: 80520-174 Curitiba - Paraná
FONES: (PABX) 3352-3212 - (FAX) 3352-3222

CARTÓRIO DO TABOÃO
REGISTRA A VIDA DO NASCIMENTO À ETERNIDADE
2018
127 ANOS

CARTÓRIO DO TABOÃO
DESDE 1891 REGISTRANDO A VIDA, DO NASCIMENTO A ETERNIDADE

CONSTRUTORA GODOI ANDIRÁ EIRELI
RUA SÃO PAULO, N.º 844 – SALA 19 – CENTRO – ANDIRÁ/PR
CEP 86.380-000– FONE: (43) 3538-5549– construtoragodoi@hotmail.com
CNPJ: 10.814.967/0001-60 – I.E. 90.479.429-58 – I.M. 31.994

DECLARAÇÃO UNIFICADA

Ao Sr.
Presidente da Comissão de Licitações
Ref.: Edital da Tomada de Preços nº 03/2021- PMB
Processo administrativo nº 149/2021- PMB

Pelo presente instrumento, a empresa CONSTRUTORA GODOI ANDIRA EIRELI, CNPJ nº 10.814.967/0001-60, com sede na RUA SÃO PAULO, 844, SALA 19, ANDIRÁ-PR, através de seu representante legal infra-assinado, que:

1) Declara, expressamente, que se sujeita às condições estabelecidas no edital de Tomada de Preços em referência, em consideração e dos respectivos modelos, adendos e documentos, que acatará integralmente qualquer decisão que venha a ser tomada pelo licitador quanto à qualificação apenas das proponentes que hajam atendido às condições estabelecidas e demonstrem integral possibilidade de executar a(s) obra(s) e/ou os serviços.

2) Declara, expressamente, que para os fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei n.º 8.666/93, acrescido pela Lei n.º 9.854/99, que não empregamos menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menores de 16 (dezesseis) anos. Ressalva ainda, que, caso empregue menores na condição de aprendiz (a partir de 14 anos, deverá informar tal situação no mesmo documento).

3) Declara, expressamente, que para todos os fins de direito que não se encontra inadimplente ou em processo de falência ou recuperação judicial, que não está impedida de participar de licitações ou contratar com qualquer órgão da administração pública bem como declara a inexistência de fatos supervenientes impeditivos da qualificação ou que comprometam a idoneidade da proponente nos termos do artigo 32, parágrafo 2□, e artigo 97 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

4) Declaramos para os fins de direito, na qualidade de Proponente participante do procedimento licitatórios, que:

a) Cumprimos plenamente os requisitos de habilitação constante no edital 03/2021 – PMB,
b) Assumimos inteira responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados, sujeitando-nos a eventuais averiguações que se façam necessárias;

CONSTRUTORA GODOI ANDIRÁ EIRELI
RUA SÃO PAULO, N.º 844 – SALA 19 – CENTRO – ANDIRÁ/PR
CEP 86.380-000– FONE: (43) 3538-5549– construtoragodoi@hotmail.com
CNPJ: 10.814.967/0001-60 – I.E. 90.479.429-58 – I.M. 31.994

c) Comprometemo-nos a manter, durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
d) Comprometemo-nos a repassar na proporção correspondente, eventuais reduções de preços decorrentes de mudanças de alíquotas de impostos incidentes sobre o fornecimento do(s) objeto(s), em função de alterações de legislação correspondente, publicada durante a vigência do Contrato;
e) Temos conhecimento e submetemo-nos ao disposto na Lei nº 8.078 – Código de Defesa do Consumidor, bem como, ao Edital e Anexos da TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2021-PMB, realizado pelo Município de Bandeirantes, Estado do Paraná.

5) Declaramos para os devidos fins que NENHUM sócio desta empresa exerce cargo ou função pública impeditiva de relacionamento comercial com a Administração Pública.

6) Declaramos de que a empresa não contratará empregados com incompatibilidade com as autoridades contratantes ou ocupantes de cargos de direção ou de assessoramento até o terceiro grau, na forma da Súmula Vinculante nº 013 do STF (Supremo Tribunal Federal).

7) Declaramos para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente e este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, **concordo que o Contrato** seja encaminhado para o seguinte endereço:
   - E-mail: construtoragodoi@hotmail.com
   - Telefone: (43) 984551913
   - OBS. Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Sistema de Protocolo deste Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.

8) Declaramos, para os fins de direito que possuímos Conta Corrente/Poupança de pessoa jurídica em instituição financeira conforme descrição abaixo:
- Banco: BANCO DO BRASIL
- Agência nº: 0891-5
- Nome da agência: BANCO DO BRASIL
- Cidade da agência: ANDIRÁ, PARANÁ
- Endereço da agência: RUA SÃO PAULO, 875
- Conta nº: 18.428-4
- Titular: JOÃO CÉSAR GODOI

9) Declaramos que a empresa está legalmente enquadrada na condição de:
- (X) microempresa (ME), ou
- ( ) empresa de pequeno porte (EPP), ou
- ( ) micro empreendedor individual (MEI), ou
- ( ) demais

CONSTRUTORA GODOI ANDIRÁ EIRELI
RUA SÃO PAULO, N.º 844 – SALA 19 – CENTRO – ANDIRÁ/PR
CEP 86.380-000– FONE: (43) 3538-5549– construtoragodoi@hotmail.com
CNPJ: 10.814.967/0001-60 – I.E. 90.479.429-58 – I.M. 31.994

10) Nomeamos e constituímos o senhor(a) JOÃO CÉSAR GODOI, portador(a) do CPF/MF sob n.º152.143.039-04, e do RG. sob nº 828.832-1 expedido pela Secretaria de Segurança Pública do estado do Paraná, residente e domiciliado a Rua Said Abib, 422, para ser o(a) responsável para acompanhar a execução do Contrato, referente a Tomada de Preços n.º Nº 01/2021 e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus Anexos e Contrato.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Andirá, 21 de outubro de 2021

RESPONSÁVEL LEGAL
João César Godoi
CPF: 152.143.039-04
RG: 828.832-1

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ANDIRÁ
ESTADO DO PARANÁ – BRASIL

CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL

Registro nº: 007/2021

Exercício: 2021

A Comissão Permanente de Licitação, designada pela Portaria nº 14.903/2021, instituída pela Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal, para a verificação de processos destinados ao registro de habilitação de pessoas jurídicas interessadas no fornecimento de bens, obras e serviços à Prefeitura, a qual examinou as condições gerais referentes à capacidade jurídica, à regularidade fiscal, à capacidade técnica e idoneidade financeira de:

"CONSTRUTORA GODOI ANDIRÁ EIRELI"

Com sede: RUA SÃO PAULO, nº 844 – SALA Nº 19 – CENTRO – Andirá – PR – CEP 86.380-000

CNPJ nº: 10.814.967/0001-60

Ramo de atividade: Construção e reforma de edifícios, instalações e manutenção elétrica, hidráulica, sanitária e gás, obras de acabamento da construção, construções de instalações esportivas e obras de pavimentação em rodovias.

Certifica que a mesma se acha inscrita e registrada como Fornecedora da Prefeitura do Município de Andirá, tendo para isso apresentado os documentos exigidos pelo Edital nº 001/2021, ficando dispensada da apresentação da documentação por ocasião das tomadas de preços das repartições públicas municipais.

Este certificado terá validade até o dia 31/12/2021, não dispensando, porém, o seu portador da apresentação de outros documentos para comprovação de condições especiais exigíveis a determinados fornecimentos, obras ou serviços.

A Prefeitura poderá recusar a participação ou desclassificar a proposta do fornecedor inscrito, quando a respectiva capacidade técnica ou idoneidade financeira forem consideradas insuficientes para o vulto ou importância do fornecimento, obra ou serviço, objeto da tomada de preços.

Andirá, 22 de Julho de 2021.

IONE ELISABETH ALVES ARIB
Prefeita Municipal

MAYCON EDUARDO FLOSINO
Presidente de Comissão Permanente de Licitação

ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 03 (TRÊS).
Transformação em Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI
CONSTRUTORA GODOI ANDIRÁ LTDA.- ME
CNPJ/MF 10.814.967/0001-60

CAROLINA DIAS GODOI, brasileira, nascido em Ourinhos, SP., em 27.11.1978, separada judicialmente, administradora, CPF/MF n. ° 007.900.169-66, documento de identidade RG nº. 6.025.220-3, órgão expedidor SSP./PR., residente e domiciliado à Rua Said Abib, 422, Jardim Nova Andirá, nesta cidade de Andirá, Pr., CEP 86380-000, representado neste ato por seus procurador **JOÃO CÉSAR GODOI**, brasileiro, nascido em Taiaçu, SP., em 01.12.1951, separado judicialmente, administrador, CPF/MF nº. 152.143.039-04, documento de identidade RG 828.821-1, órgão expedidor SSP/PR., residente e domiciliado a Rua Said Abib, 422, Jardim Nova Andirá, nesta cidade de Andirá, Pr., CEP 86380-000 e conforme **PROCURAÇÃO** lavrada às folhas 174, livro 00087-P, no Cartório de Serventia de Notas e Protestos Zanoni, da Comarca de Andirá, Pr., CEP 86380.000, em data de 15.07.2009, representando a única sócia da sociedade empresarial **CONSTRUTORA GODOI ANDIRÁ LTDA. ME.**, com sede e domicilio à Rua São Paulo, 844, sala 19, centro, nesta cidade de Andirá, Estado do Paraná, CEP 86380-000, registrada na Junta Comercial do Paraná, sob nº. 41206470251, em 07.05.2009, e inscrita no CNPJ sob o n.º 10.814.967/0001-60, Resolve, na melhor forma de direito e consoante com o artigo1.033 e 980-A da Lei nº. 10.406/02, e em conformidade com a Lei 12.441/2011, alterar e transformar o Contrato Social da empresa, conforme as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO TIPO JURÍDICO

Fica Transformada esta sociedade em EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA – EIRELI, sob o nome empresarial de: **CONSTRUTORA GODOI ANDIRÁ EIRELI ME** com sub-rogação de todos os direitos e obrigações pertinentes.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO CAPITAL SOCIAL

O capital social da empresa de R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), em razão da transformação, permanece inalterado, sendo o valor de R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), totalmente integralizados em moeda nacional, que nesta data de tal, passa a constituir o capital social da empresa **CONSTRUTORA GODOI ANDIRÁ EIRELI ME**

CLÁUSULA TERCEIRA – DO ATO CONSTITUTIVO – EIRELI

Para tanto, passa a transcrever, na integra, o ato constitutivo da Transformação da referida EIRELI, com o teor a seguir:

CLAUSULA QUARTA – DA RAZÃO SOCIAL

A presente EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA – EIRELI, girará sob o nome empresarial de **CONSTRUTORA GODOI ANDIRÁ EIRELI ME**, com sede na Rua São Paulo, 844, sala 19, centro, nesta cidade de Andirá, Paraná, CEP 86380.000, com inscrição no CNPJ sob nº. 10.814.967/0001-60, podendo, a qualquer tempo, a critério de seu titular, abrir ou fechar filiais, em qualquer parte do território nacional.

CLAUSULA QUINTA – DO OBJETO SOCIAL

O ramo de atividade da empresa é **CONSTRUÇÃO E REFORMA DE EDIFÍCIOS E INSTALAÇÕES E MANUTENÇÃO ELÉTRICA, HIDRÁULICA, SANITÁRIA E GÁS,**

ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº. 03 (TRÊS).
Transformação em Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI
CONSTRUTORA GODOI ANDIRÁ LTDA.- ME
CNPJ/MF 10.814.967/0001-60.

OBRAS DE ACABAMENTO DA CONSTRUÇÃO, CONSTRUÇÕES DE INSTALAÇÕES ESPORTIVAS E OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO EM RODOVIAS.

CLAUSULA SEXTA – DO PRAZO DE DURAÇÃO

O prazo de duração é por tempo indeterminado. É garantida a continuidade da pessoa Jurídica diante do impedimento por força maior ou impedimento temporário ou permanente do titular, podendo a empresa ser alterada para atender uma nova situação.

CLAUSULA SÉTIMA – DO CAPITAL SOCIAL

O capital social é de R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), totalmente integralizado em moeda corrente nacional do País.

CLAUSULA OITAVA - DA ADMINISTRAÇÃO

A empresa será administrada pelo titular CAROLINA DIAS GODOI, a quem caberá dentre outras atribuições, a representação ativa e passiva, judicial e extrajudicial da EIRELI, sendo a responsabilidade do titular, limitado ao capital integralizado.

CLAUSULA NONA – DO EXERCÍCIO SOCIAL

O término de cada exercício social será encerrado em 31 de dezembro do ano civil, com a apresentação do balanço patrimonial e resultado econômico do ano fiscal.

CLAUSULA DÉCIMA – DA DECLARAÇÃO

Declara o titular da EIRELI, para os devidos fins e efeitos de direito, que o mesmo não participa de nenhuma outra pessoa jurídica dessa modalidade.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO

CONSOLIDAÇÃO
Transformação em Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI
CONSTRUTORA GODOI ANDIRÁ – EIRELI ME
CNPJ/MF 10.814.967/0001-60.

CAROLINA DIAS GODOI, brasileira, natural de Ourinhos, SP, separada judicialmente, nascido em 27.11.1978, administradora, portadora do CPF, 007.900.169-66 e Cédula de Identidade nº. 6.025.220-3, expedida pela SSP. Pr., residente e domiciliado a Rua Saide Abib, 422, Jardim Nova Andirá, 784, centro, CEP 86380.000.

Na condição de titular da Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI **CONSTRUTORA GODOI ANDIRÁ EIRELI ME** com sede na São Paulo, 844, sala 19, centro, na cidade de Andirá, Paraná, CEP 86380.000, inscrita no CNPJ/MF, sob nº. 10.814.967/0001-60, resolve a Consolidação Contratual, conforme as cláusulas a seguir:

ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº. 03 (TRÊS).
Transformação em Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI
CONSTRUTORA GODOI ANDIRÁ LTDA.- ME
CNPJ/MF 10.814.967/0001-60.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO TIPO JURÍDICO E RAZÃO SOCIAL

O Tipo jurídico da empresa será: EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LTDA. – EIRELI, com sub-rogação de todos os direitos e obrigações pertinentes e girará sob a Denominação social de **CONSTRUTORA GODOI ANDIRÁ EIRELI ME**, , com sede na Rua São Paulo, 844, sala 19, centro, na cidade de Andirá, Paraná., CEP 86380.000, devidamente inscrita no CNPJ/MF 10.814.967/0001-60. Podendo, a qualquer tempo, a critério de seu titular, abrir ou fechar filiais em qualquer parte do território nacional.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO CAPITAL SOCIAL

O capital social da empresa é de R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), totalmente integralizado em moeda corrente nacional do País.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO SOCIAL

O ramo de atividade da empresa é **CONSTRUÇÃO E REFORMA DE EDIFÍCIOS E INSTALAÇÕES E MANUTENÇÃO ELÉTRICA, HIDRÁULICA, SANITÁRIA E GÁS, OBRAS DE ACABAMENTO DA CONSTRUÇÃO, CONSTRUÇÕES DE INSTALAÇÕES ESPORTIVAS E OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO EM RODOVIAS.**

CLÁUSULA QUARTA – DA DURAÇÃO

O prazo de duração é por tempo indeterminado. É garantida a continuidade da pessoa jurídica diante do impedimento por força maior ou impedimento temporário ou permanente do titular, podendo a empresa ser alterada para atender uma nova situação.

CLÁUSULA QUINTA – DA ADMINISTRAÇÃO

A administração da sociedade será exercida por **CAROLINA DIAS GODOI**, a quem caberá, dentre outras atribuições, a representação ativa e passiva, judicial e extrajudicial da empresa EIRELI. A responsabilidade do titular é limitada ao capital integralizado e a empresa será regida pelo regime jurídico da empresa limitada e supletivamente pelas leis das Sociedades Anônimas.

CLÁUSULA SEXTA – DO EXERCÍCIO SOCIAL

O término de cada exercício social será encerrado em 31 de Dezembro do ano civil, com a apresentação do balanço patrimonial e resultado econômico do ano fiscal.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

O titular declara sob as penas da lei, que não está impedido, por lei especial, e nem condenado ou que se encontra sob os efeitos de condenação, que o proíba de exercer a administração desta EIRELI, bem como não esta impedido, oū em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos ou

ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº. 03 (TRÊS).
Transformação em Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI
CONSTRUTORA GODOI ANDIRÁ LTDA.- ME
CNPJ/MF 10.814.967/0001-60.

Crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa de concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA

A sociedade individual de responsabilidade limitada, obriga-se a manter efetivamente em sua organização, seção ou departamento técnico, a responsabilidade técnica dos serviços, que caberá ao profissional **JOÃO CÉSAR GODOI**, habilitado no exercício profissional na forma do Decreto nº. 23.569 de 11 de dezembro de 1.933, inscrito no CREA-PR., sob nº. 13.919, em Curitiba, Pr., Carteira Profissional nº. 6009-D, o qual gozará de absoluta independência de ação, na execução de planos, detalhes na confecção do orçamento e especificações nas obras de sua responsabilidade.

Fica eleito o foro da Cidade de Andirá, Estado do Paraná, para resolver quaisquer litígios oriundos do presente Ato.

O titular assina o presente instrumento, em 3 (três) vias de igual teor e consistência.

Andirá, 21 de outubro de 2.013.

CAROLINA DIAS GODOI
R/P João Cesar Godoi

JUNTA COMERCIAL DO PARANA
AGENCIA REGIONAL DE CORNELIO PROCOPIO
CERTIFICO O REGISTRO EM: 26/11/2013
SOB NÚMERO 41600092414
Protocolo: 13/640929-5, DE 05/11/2013
CONSTRUTORA GODOI ANDIRA EIRELI - ME
SEBASTIÃO MOTTA
SECRETARIO GERAL
Auxiliar de Paula Ferreira
RG. 8.133.469-1 - PR

320

Governo do Estado do Paraná
Secretaria da Micro e Pequena Empresa
Junta Comercial do Estado do Paraná

JUCEPAR

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial: CONSTRUTORA GODOI ANDRÁ EIRELI - ME **Natureza Jurídica:** Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de Natureza Empresária)			**Protocolo:** PRC2108800219
NIRE (Sede) 41600092414	**CNPJ** 10.814.967/0001-60	**Arquivamento do Ato Constitutivo** 07/05/2009	**Início de Atividade** 07/05/2009
Endereço Completo Rua SÃO PAULO, Nº 844, SALA 19 CENTRO - Andirá/PR - CEP 86360-000			
Objeto CONSTRUÇAO E REFORMA DE EDIFICIOS, INSTALAÇOES E MANUTENÇAO ELETRICA, HIDRAULICA, SANITARIA E GAS, OBRAS DE ACABAMENTO DA CONSTRUÇAO, CONSTRUÇOES DE INSTALAÇOES ESPORTIVAS E OBRAS DE PAVIMENTAÇAO EM RODOVIAS.			
Capital R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) **Capital Integralizado** R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais)		**Porte** ME (Microempresa)	**Prazo de Duração** Indeterminado

Titular **Nome** CAROLINA DIAS GODOI	**CPF** 007.900.169-66	**Administrador** S	**Início do Mandato** 07/05/2009	**Término do Mandato** Indeterminado
Dados do Administrador **Nome** CAROLINA DIAS GODOI	**CPF** 007.900.169-66		**Início do Mandato** 20/04/2009	**Término do Mandato** Indeterminado

Último Arquivamento **Data** 26/11/2013	**Número** 20136499309	**Ato/eventos** 315 / 315 - ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA	**Situação** ATIVA **Status** TRANSFORMADA

Esta certidão foi emitida automaticamente em 15/10/2021, às 13:07:42 (horário de Brasília).
Se impressa, verificar sua autenticidade no https://www.empresafacil.pr.gov.br, com o código GGVCTR1V.

PRC2108800219

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
Secretário Geral

Data da consulta: 21/10/2021 14:53:44

Identificação do Contribuinte - CNPJ Matriz

CNPJ: **10.814.967/0001-60**
A opção pelo Simples Nacional e/ou SIMEI abrange todos os estabelecimentos da empresa

Nome Empresarial: **CONSTRUTORA GODOI ANDIRA EIRELI**

Situação Atual

Situação no Simples Nacional: **Optante pelo Simples Nacional desde 07/05/2009**
Situação no SIMEI: **NÃO enquadrado no SIMEI**

+ Mais informações

Periodos Anteriores

Opções pelo Simples Nacional em Periodos Anteriores: **Não Existem**

Enquadramentos no SIMEI em Periodos Anteriores: **Não Existem**

Eventos Futuros (Simples Nacional)

Não Existem

Eventos Futuros (SIMEI)

Não Existem

Voltar | Gerar PDF

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: CONSTRUTORA GODOI ANDIRA EIRELI
CNPJ: 10.814.967/0001-60

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e

2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 10:38:17 do dia 28/09/2021 <hora e data de Brasília>.
Válida até 27/03/2022.
Código de controle da certidão: **C287.6E45.0015.A9D4**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

323

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 025074139-00

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **10.814.967/0001-60**
Nome: **CONSTRUTORA GODOI ANDIRA EIRELI ME**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 26/01/2022 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDIRÁ
Estado do Paraná
DIVISÃO DE CADASTRO E TRIBUTAÇÃO

Certidão Negativa de Débitos Nº 6824

CERTIFICAMOS, conforme requerido por **CONSTRUTORA GODOI ANDIRA EIRELI**, CPF/CNPJ nº **10.814.967/0001-60**, para fins **DE DIREITO**, que **NÃO CONSTAM DÉBITOS RELATIVOS A TRIBUTOS MUNICIPAIS (impostos, taxas, contribuição de melhoria e dívida ativa dos cadastros Mobiliários e Imobiliários)**, até a presente data em nome de **CONSTRUTORA GODOI ANDIRA EIRELI - ME**, CPF/CNPJ nº **10.814.967/0001-60**, situado(a) na cidade de Andirá, Estado do Paraná.

Fica ressalvado o direito da Fazenda Pública Municipal cobrar débitos posteriormente apurados, mesmo referentes a períodos compreendidos nesta Certidão.

A PRESENTE CERTIDÃO TERÁ VALIDADE ATÉ 28/10/2021

Andirá-Estado do Paraná , 28 de setembro de 2021.

Código de Autenticidade: **5F48B029C318119DED1F46FEAC7B4A1E**

325

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
10.814.967/0001-60 MATRIZ		07/05/2009

NOME EMPRESARIAL
CONSTRUTORA GODOI ANDIRA EIRELI

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
CONSTRUTORA GODOI ANDIRA	ME

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
41.20-4-00 - Construção de edifícios

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
43.21-5-00 - Instalação e manutenção elétrica
43.22-3-01 - Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás
43.30-4-99 - Outras obras de acabamento da construção
42.99-5-01 - Construção de instalações esportivas e recreativas
42.11-1-01 - Construção de rodovias e ferrovias

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
230-5 - Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de Natureza Empresári

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R SAO PAULO	844	SALA 19

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
86.380-000	CENTRO	ANDIRA	PR

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
inorcont@uol.com.br	(43) 3538-5549/ (43) 3538-3577

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	07/05/2009

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 15/10/2021 às 10:25:36 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

RECEITA ESTADUAL

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA FAZENDA

Comprovante de Inscrição Cadastral - CICAD

Inscrição no CAD/ICMS	Inscrição CNPJ	Início das Atividades
90479429-58	10.814.967/0001-60	05/2009

Empresa / Estabelecimento

Nome Empresarial	CONSTRUTORA GODOI ANDIRA EIRELI ME
Título do Estabelecimento	CONSTRUTORA GODOI ANDIRA
Endereço do Estabelecimento	RUA SAO PAULO, 844, SALA 19 - CENTRO - CEP 86380-000 FONE: (43) 3538-5549
Município de Instalação	ANDIRA - PR, DESDE 05/2009 (Estabelecimento Matriz)

Qualificação

Situação Atual	ATIVO - SIMPLES NACIONAL / SIMPLES NACIONAL - DIA 03 DO MES+2, DESDE 06/2021
Natureza Jurídica	230-5 - EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA (EIRELI)
Atividade Econômica Principal do Estabelecimento	4120-4/00 - CONSTRUCAO DE EDIFICIOS
Atividade(s) Econômica(s) Secundária(s) do Estabelecimento	4330-4/99 - OUTRAS OBRAS DE ACABAMENTO DA CONSTRUCAO 4211-1/01 - CONSTRUCAO DE RODOVIAS E FERROVIAS 4299-5/01 - CONSTRUCAO DE INSTALACOES ESPORTIVAS E RECREATIVAS 4321-5/00 - INSTALACAO E MANUTENCAO ELETRICA 4322-3/01 - INSTALACOES HIDRAULICAS, SANITARIAS E DE GAS

Quadro Societário

Tipo	Inscrição	Nome Completo / Nome Empresarial	Qualificação
CPF	007.900.169-66	CAROLINA DIAS GODOI	TITULAR PESSOA FÍSICA

Demais Integrantes

Tipo	Inscrição	Nome Completo / Nome Empresarial	Qualificação
CPF	152.143.039-04	JOAO CESAR GODOI	PROCURADOR

Este CICAD tem validade até 14/11/2021.

Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

CAD/ICMS Nº 90479429-58

Emitido Eletronicamente via Internet
15/10/2021 10:36:59

Dados transmitidos de forma segura
Tecnologia CELEPAR

Os dados cadastrais deste estabelecimento poderão ser confirmados via Internet www.fazenda.pr.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDIRÁ

Estado do Paraná

76.235.761/0001-94

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

327

ALVARÁ 2021

374

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDIRÁ concede **ALVARÁ DE LICENÇA**, PARA FISCALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS NORMAS ADMINISTRATIVAS ACERCA DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO, DA HIGIENE, SAÚDE, SEGURANÇA, ORDEM E TRANQUILIDADE PÚBLICAS.

NOME/RAZÃO SOCIAL: **CONSTRUTORA GODOI ANDIRA EIRELI - ME**

CNPJ/CPF: **10.814.967/0001-60** INSCR. ESTADUAL:

NOME FANTASIA: **CONSTRUTORA GODOI ANDIRA**

LOCALIZAÇÃO:
RUA SAO PAULO, Nº 844
SALA 19
CENTRO
ANDIRÁ
CEP: 86380-000

CADASTRO ECON. MUNICIPAL
NÚMERO INSCR. MUNICIPAL
31994

RAMO DE ATIVIDADE PRINCIPAL: INICIO DA ATIVIDADE: **07/05/2009**

CONSTRUÇÃO DE EDIFICIOS; INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRICA; INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS, SANITÁRIAS E DE GÁS; OUTRAS OBRAS DE ACABAMENTO DA CONSTRUÇÃO; CONSTRUÇÃO DE INSTALAÇÕES ESPORTIVAS E RECREATIVAS; CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS E FERROVIAS.

CNAE's DA EMPRESA:
CÓD. 4120400 S | CÓD. 4211101 N | CÓD. 4321500 N | CÓD. 4322301 N | CÓD. 4330499 N | CÓD. 4399501 N |

VÁLIDO ATÉ: 31/12/2021

OBSERVAÇÕES E/OU RESTRIÇÕES:

"PODERÁ FUNCIONAR DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO MUNICIPAL EM VIGÊNCIA"

Andirá, 8 de junho de 2021.

VISTORIA BOMBEIRO:
Nº CERTIFICADO e VALIDADE
3.9.01.21.0000870535-85
15/03/2022

FD9DDA04E92FC56AEA1DF7E40D6DC92D
Código de autenticidade

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

A) O presente ALVARÁ contêm a validade neste Documento, ficando sujeita a RENOVAÇÃO;
B) Será exigida renovação de Licença sempre que ocorrer mudanças de ramo de atividade, modificações nas características do estabelecimento ou transferência de Local;
C) Nos casos de alteração tais como: Encerramento, Mudança de Endereço, Razão Social, Ramo de Atividade, etc., o contribuinte será obrigado a comunicar a Prefeitura dentro do prazo máximo de 20 (vinte) dias;

IMPORTANTE:

AO ENCERRAR AS SUAS ATIVIDADES, FAVOR PROVIDENCIAR A BAIXA JUNTO A PREFEITURA PARA NÃO GERAR FUTUROS DÉBITOS.

ESTE ALVARÁ DEVE SER FIXADO EM LOCAL VISÍVEL

328

Voltar | Imprimir

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 10.814.967/0001-60
Razão Social: CONSTRUTORA GODOI ANDIRA EIRELI ME
Endereço: RUA SAO PAULO 844 SALA 19 / CENTRO / ANDIRA / PR / 86380-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 15/10/2021 a 13/11/2021

Certificação Número: 2021101502010839781977

Informação obtida em 15/10/2021 10:24:39

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

 329

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: CONSTRUTORA GODOI ANDIRA EIRELI (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 10.814.967/0001-60
Certidão nº: 21900307/2021
Expedição: 14/07/2021, às 16:18:46
Validade: 09/01/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **CONSTRUTORA GODOI ANDIRA EIRELI (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **10.814.967/0001-60, NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

CONSTRUTORA GODOI ANDIRÁ EIRELI
RUA SÃO PAULO, N.º 844 – SALA 19 – CENTRO – ANDIRÁ/PR
CEP 86.380-000– FONE: (43) 3538-5549– construtoragodoi@hotmail.com
CNPJ: 10.814.967/0001-60 – I.E. 90.479.429-58 – I.M. 31.994

330

DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISITA

A/C
Comissão Permanente de Licitação
Município de Bandeirantes – PR

Ref. : Edital de Tomada de Preços nº 03/2021- PMB

Objeto: **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACIR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR**

A Empresa CONSTRUTORA GODOI ANDIRA EIRELI, devidamente inscrita no CNPJ nº 10.814.967/0001-60, com endereço na Rua SÃO PAULO, nº 844, Complemento SALA 19, Bairro CENTRO, CEP. 86380-000 na cidade de ANDIRÁ estado do PARANÁ, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) JOÃO CÉSAR GODOI, portador(a) da carteira de identidade nº 828.832-1 e do Cadastro de Pessoa Física – CPF nº 152.143.039-04. DECLARA que RENUNCIA A VISITA TÉCNICA aos locais e/ou instalações do objeto licitado de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerente à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato informado que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejam avenças técnicas /ou financeiras para com a contratante.

Andirá, 21 de outubro de 2021

RESPONSÁVEL LEGAL
João César Godoi
CPF: 152.143.039-04
RG: 828.832-1

331

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA
E AGRONOMIA DO PARANÁ

Certidão de Registro de Pessoa Jurídica e Positiva de Débitos com Efeito de Negativa

O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná-CREA-PR, certifica que a empresa encontra-se regularmente registrada nos termos da Lei Federal nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, estando habilitada a exercer suas atividades no Estado do Paraná, circunscrita à(s) atribuição(ões) de seu(s) responsável(eis) técnico(s).

Certidão nº: 126324/2021 **Validade:** 01/11/2021

Razão Social: CONSTRUTORA GODOI ANDIRÁ EIRELI ME
CNPJ: 10814967000160
Num. Registro: 48400 **Registrada desde :** 29/07/2009
Capital Social: R$ 120.000,00
Endereço: RUA SÃO PAULO, 844 SALA 19 CENTRO
Município/Estado: ANDIRA-PR **CEP:** 86380000
Objetivo Social:
Construção e reformas de edifícios, instalações e manutenção elétrica, hidráulica, sanitária e gás, obras de acabamento da construção, construções de instalações esportivas e obras de pavimentação em rodovias.

Possui parcelamento de anuidade em dia no CREA-PR.
Não possui débito(s) referente a processo(s) de fiscalização e/ou dívida ativa até a presente data.

RESPONSÁVEL(EIS) TÉCNICOS PELA MATRIZ - CNPJ: 10814967000160

1 - FELIPE GUSTAVO NARDONI SILVA
Carteira: PR-179816/D Data de Expedição: 06/06/2019
Desde: 18/02/2020 Carga Horária: 2:0 H/D Até: 07/06/2020
Desde: 01/07/2020 Carga Horária: 2:0 H/D
Título: ENGENHEIRO CIVIL Situação: Regular
Resolução do Confea N.º 218/1973 - Art. 7º do CONFEA
Observações: Atribuições provisórias concedidas pelo Crea-SP.
Título: ENGENHEIRO CIVIL Situação: Regular
Decreto Federal N.º 23.569/1933 - Art. 28º
Restrições: A portos e aeroportos.
Observações: Atribuições provisórias concedidas pelo Crea-SP.
Título: ENGENHEIRO CIVIL Situação: Regular
Lei Federal N.º 5.194/1966 - Art. 7º
Observações: Atribuições provisórias concedidas pelo Crea-SP.

2 - JOÃO CESAR GODOI
Carteira: PR-6009/D Data de Expedição: 28/06/1977
Desde: 29/07/2009 Carga Horária: 4:0 H/D
Título: ENGENHEIRO CIVIL Situação: Regular
Decreto Federal N.º 23.569/1933 - Art. 28º

Título: ENGENHEIRO CIVIL Situação: Regular
Lei Federal N.º 5.194/1966 - Art. 7º
Observações: Possui competência profissional para as atividades do art. 7º da Lei Federal

N.º 5.194/1966 nos campos de atuação do art. 28 do Decreto Federal N.º 23.569/1933 e do art. 7º da Resolução do Confea N.º 218/1973.
Título: ENGENHEIRO CIVIL Situação: Regular
Decreto Federal N.º 23.569/1933 - Art. 29º

Título: ENGENHEIRO CIVIL Situação: Regular
Resolução do Confea N.º 218/1973 - Art. 7º do CONFEA

3 - WESLEY RODRIGO DE OLIVEIRA NARDONI
Carteira: PR-158610/D Data de Expedição: 03/02/2017
Desde: 29/09/2017 Carga Horária: 80: H/M Até: 24/09/2019
Desde: 09/10/2019 Carga Horária: 4:0 H/D
Título: ENGENHEIRO CIVIL Situação: Regular
Lei Federal N.º 5.194/1966 - Art. 7º
Restrições: Portos e Aeroportos.

Título: ENGENHEIRO CIVIL Situação: Regular
Resolução do Confea N.º 218/1973 - Art. 7º do CONFEA
Restrições: Portos e Aeroportos.

Anotações:
Anotado em 09/02/2021, o curso de Engenharia de Estruturas de Concreto Armado, ministrado pela Faculdade Única de Ipatinga, no período de 16/04/2020 a 23/01/2021.

Para fins de: LICITAÇÕES

Certificamos que caso ocorra(m) alteração(ões) nos elementos contidos neste documento, esta Certidão perderá sua validade para todos os efeitos.
A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do CREA-PR (http://www.crea-pr.org.br), através do protocolo n.º 307256/2021, ressaltando a impossibilidade de execução de quaisquer serviços ou obras sem a participação efetiva de seu(s) responsável(eis) técnico(s).

Emitida via Internet em 15/10/2021 10:17:57

Dispensa-se a assinatura neste documento, conforme Instrução de Serviço Nº 002/2014.
A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA
E AGRONOMIA DO PARANÁ

Certidão de Registro de Pessoa Física e Negativa de Débitos

O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná-CREA-PR, certifica que o(a) profissional abaixo encontra-se regularmente registrado(a) nos termos da Lei Federal nº 5.194/66 possibilitando-o(a) a exercer sua profissão no Estado do Paraná, circunscrita à(s) atribuição(ões) constantes de seu registro.

Certidão nº: **61720/2021** Validade: 16/11/2021

Nome Civil: JOÃO CESAR GODOI
Carteira - CREA-PR Nº :PR-6009/D
Registro Nacional : 1705114164
Registrado(a) desde : 28/06/1977
Filiação : JOSÉ BUENO DE GODOY
ANNA ZAFANELLI DE GODOY
Data de Nascimento : 01/12/1951 CPF : 15214303904
Carteira de Identidade : 8288321
Naturalidade : TAIACU/SP

Título: ENGENHEIRO CIVIL
SETOR DE TECNOLOGIA-UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA
Data da Colação de Grau : 14/12/1976 Diplomação : 14/12/1976
Situação : Regular
Atribuições profissionais:
Decreto Federal N.º 23.569/1933 - Art. 29º de 11/12/1933
Decreto Federal N.º 23.569/1933 - Art. 28º de 11/12/1933
Resolução do Confea N.º 218/1973 - Art. 7º de 29/06/1973 do CONFEA.
Lei Federal N.º 5.194/1966 - Art. 7º de 24/12/1966
Observações: Possui competência profissional para as atividades do art. 7º da Lei Federal N.º 5.194/1966 nos campos de atuação do art. 28 do Decreto Federal N.º 23.569/1933 e do art. 7º da Resolução do Confea N.º 218/1973.

Responsabilidade Técnica/Quadro Técnico:
48400 - CONSTRUTORA GODOI ANDIRÁ EIRELI ME
CNPJ: 10814967000160
Desde: 29/07/2009 Carga Horária: 4 Horas Unidade: HORA/DIA

73047 - J L GODOI CONSTRUTORA LTDA
CNPJ: 37983773000145
Desde: 26/08/2020 Carga Horária: 4 Horas Unidade: HORA/DIA

Encontra-se quite com a anuidade relativa ao exercício de 2021.
Não possui débito(s) referente a processo(s) de fiscalização e/ou dívida ativa até a presente data.

Para fins de: LICITAÇÕES

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do CREA-PR (http://www.crea-pr.org.br), através do protocolo n.º 157461/2021.

331

Emitida via Internet em 20/05/2021 13:50:05

Dispensa-se a assinatura neste documento, conforme Instrução de Serviço Nº 002/2014.
A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

CONSTRUTORA GODOI ANDIRÁ EIRELI
RUA SÃO PAULO, N.º 844 – SALA 19 – CENTRO – ANDIRÁ/PR
CEP 86.380-000– FONE: (43) 3538-5549– construtoragodoi@hotmail.com
CNPJ: 10.814.967/0001-60 – I.E. 90.479.429-58 – I.M. 31.994

335

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

À Comissão de Licitação

Ref.: Edital de Tomada de Preços nº **03/2021- PMB**

Conforme o disposto no Edital em epígrafe e de acordo com a Resolução nº 218 de 29/06/73 e nº317, de 31/10/86, do CONFEA - Conselho Federal de Engenharia e Agronomia e Art. 2º da Lei nº 12.378, de 31/12/2010, declaramos que o responsável técnico pela(s) obra(s) do(s) lote(s), caso venhamos a vencer a referida licitação, é:

Nº	Nome	Especialidade	CREA/CAU Nº	Assinatura do responsável técnico
1	João César Godoi	Engenheiro Civil	6009 / D – PR	Eng. Civil - João César Godoi CREA-PR 6009/D CPF 052.145.039-04 R.T - Construtora Godoi Andirá Eireli

Declaramos, outrossim, que o(s) profissional(ais) acima relacionado(s) pertence(m) ao nosso quadro técnico de profissionais permanentes, com relacionamento junto à empresa, dentro das leis trabalhistas vigentes.

Andirá, 21 de outubro de 2021

João César Godoi
RG: 828.832-1/PR
CREA: 6009 / D – PR

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES CONTRATANTES

CONTRATANTE: L D GODOI & GODOI LTDA., com sede em Andirá na Rua Amazonas, nº 35, sala C, centro, Cep 86380.00, no Estado do Paraná, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 10.814.967/0001-60, e no Cadastro Municipal sob o nº 31.994, neste ato representada pela sócia administradora Carolina Dias Godoi, Carteira de Identidade nº 6.025.220-3, C.P.F. nº 007.900.169-66, residente e domiciliada na Rua Said Abib, nº 422, bairro Jardim Nova Andirá, Cep 86380.000, Cidade de Andirá, no Estado do Paraná

CONTRATADO: João César Godoi,residente em Andirá, na Rua Said Abib, nº 422, bairro, Jardim Nova Andirá,Cep 86380.000, no Estado do Paraná, inscrito no C.P.F. sob o nº 152.143.039-04, Carteira do CREA/PR n.º 6009-D

As partes acima identificadas têm, entre si, justo e acertado o presente Contrato de Prestação de Serviços de Engenharia, que se regerá pelas cláusulas seguintes e pelas condições de pagamento descritas no presente.

DO OBJETO DO CONTRATO

Cláusula 1ª. - O presente contrato tem como OBJETO, a prestação, pelo CONTRATADO, de serviços de engenheiro civil, à CONTRATANTE, como Responsável Técnico, a fim de que esta possa implementar suas atividades de prestadora de serviços de engenharia, conforme especificado no Contrato Social da mesma.

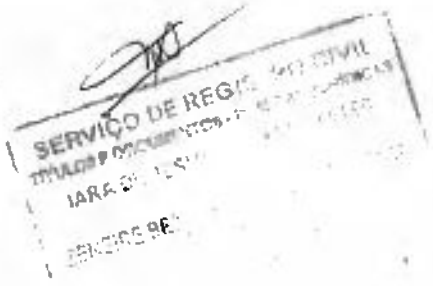
DOS SERVIÇOS

Cláusula 2ª.- Os serviços contratados neste instrumento consistem em: Elaboração de projetos, especificações, memoriais, laudos, orçamentos, direção de obras de engenharia e demais atividades inerentes as atividades previstas no Contrato Social da Empresa.

DAS OBRIGAÇÕES

Cláusula 3ª. Os serviços e as informações técnicas específicas utilizadas na consecução do projeto deverão ser utilizados única e exclusivamente para o fim estabelecido neste instrumento, não podendo a CONTRATANTE utilizá-los para outras atividades alheias.

Cláusula 4ª. A CONTRATANTE não poderá repassar as informações técnicas relativas aos serviços prestados para terceiros, salvo no caso de se tratar de necessidade para a implementação das atividades relativas aos serviços previstos no Contrato.


SERVIÇO DE REGI
TÍTULOS E DOCUMENTOS

Parágrafo primeiro. O CONTRATADO terá inteira liberdade para exercer as atividades de engenheiro sem interferência da CONTRATANTE.

Parágrafo segundo. O CONTRATADO deverá prestar quatro horas de serviços por dia à CONTRATANTE.

DO PAGAMENTO

Cláusula 8ª. Pela prestação dos serviços acertados, a CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO a quantia de R$ 2.790,00 (dois mil setecentos e noventa reais), mensais

DA RESCISÃO

Cláusula 9ª. O presente instrumento será rescindido caso uma das partes descumpra o estabelecido em qualquer uma das cláusulas deste contrato.

DA VIGENCIA

Cláusula 10ª. O contrato terá prazo de vigência indeterminado iniciando-se no dia 15/07/2009.

DO FORO

Cláusula 11ª. Para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do CONTRATO, as partes elegem o foro da comarca de Andirá, Estado do Paraná;

Por estarem assim justos e contratados, firmam o presente instrumento, em duas vias de igual teor, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

Andirá, 13 de julho de 2009.

CAROLINA DIAS GODOI

JOÃO CÉSAR GODOI

TESTEMUNHAS

Alan Jhony de Santi Bandeira-CPF 064.046.879-92

Ângela Maria Dias dos Santos-CPF 961.369.609-15

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
ANDIRÁ - PARANÁ
Protocolado sob nº 13.201.-
Registrado sob nº 11.017 - Livro B-127.-
FLS. 027 a 028.-
Andirá, 12/julho/2017.-
Iara de Jesus Negrão Xavier - Oficial

FUNARPEN
SELO DIGITAL Nº
2LjLr.Oh8Ao.Jqe9E
Controle:
YSGXU.aMeqH
Consulte esse selo em
http://funarpen.com.br

SERVIÇO DE REGISTRO CIVIL
TÍTULOS E DOCUMENTOS - PESSOAS JURÍDICAS
IARA DE JESUS NEGRÃO XAVIER
OFICIAL
ZENAIDE BEZERRA [illegible] PEREIRA
ANDIRÁ

REGISTRO CIVIL
RUA MINAS GERAIS, 231
ANDIRÁ-PR.
(043) 3538-1297
TÍTULOS E DOCUMENTOS

DECLARAÇÃO

Declaramos, para fins de comprovação de realização de atividade técnica que a empresa **CONSTRUTORA GODOI ANDIRÁ EIRELI** com sede na cidade de Andirá à Rua São Paulo, 844, sala 19, Centro, CEP 86380000,- CNPJ 10.814.967/0001-60, Inscrição Estadual 90.479.429-58, tendo como Responsável Técnico pela empresa e obra o Profissional **JOÃO CÉSAR GODOI**, Eng.º Civil, CREA-PR 6009/D, CPF 152.143.039-0, prestou ao **Município de Santa Mariana**, com sede administrativa na Rua Antônio Manoel dos Santos, n.º 151, Centro, Santa Mariana – PR, inscrita no CNPJ sob o nº 75.392.019/0001-20, os serviços abaixo relacionados com as seguintes características:

Dados da obra:

1. Contrato n.º01/2015 – ID n.º1.101.
2. Objeto do Contrato: **Execução de obra para a construção de prédio para a Câmara Municipal de Vereadores.**
3. Empresa: **CONSTRUTOTA GODOI ANDIRÁ EIRELI-ME**. com sede na cidade de Andirá à Rua São Paulo, 844, Sala 19, Centro, CEP 86380000, CNPJ 10.814.967/001-60, Inscrição Estadual 90.479.429-58
4. Contratante dos serviços: **Município de Santa Mariana**, com sede administrativa na Rua Antônio Manoel dos santos, 151, Santa Mariana – PR, inscrita no CNPJ sob o nº 75.392.019/0001-20.
5. Período de execução: maio/2015 a janeiro de 2018.
6. Endereço da obra: Rua Primo Bassi s/n, quadra 28, lote 329, Centro, Santa Mariana/Pr.
7. ART CREA/PR N.º **20152107497** quitada em 28/05/2015.
8. Área de construção: **231,17m²**
9. Descrição das atividades desenvolvidas: Construção de edificação em alvenaria com um pavimento com as seguintes características: fundação em estacas de concreto armado com 369,00m, estrutura em concreto armado com Fck=20Mpa com volume de 24,95m³, alvenaria de tijolos cerâmicos com área de 656,25m², cobertura com estrutura de madeira e telhas onduladas de fibrocimento, janelas em alumínio e vidros, portas internas de madeira e externas em vidro temperado, instalação elétrica/telefone/lógica, instalação hidro sanitária, revestimento de paredes em reboco paulista e cerâmico nas áreas molhadas, piso em porcelanato com 208,26m², pintura interna sobre massa corrida e tinta acrílica, pintura externa em textura/grafiato/acrílica, muro e gradil de fechamento, calçadas em blocos de concreto tipo paver e plantio de grama.

Santa Mariana, 28 de novembro de 2018.

Olavo Generoso Lorena
Eng.º Civil CREA 10.752/D-PR

Atestado registrado mediante vinculação à respectiva CAT
CREA - PR
A 050096

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO PARANÁ

Certidão de Acervo Técnico

JOÃO CESAR GODOI
Carteira Profissional:PR-6009/D
Acervo Técnico Nº.:**6518/2018**
Selos de autenticidade:**A 050095, A 050096**

RNP Nº.:1705114164
Protocolo Nº.:**2018/00442106**

ART Nº.....:20152107497 0..... Registrada:28/05/2015.....
Empresa Executora....:CONSTRUTORA GODOI ANDIRÁ EIRELI ME.....
Contratante(s).....:MUNICIPIO DE SANTA MARIANA - CNPJ/CPF:
75.392.019/0001-20.....
Tipo de Contrato....:PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.....
Atividade Técnica...:EXECUÇÃO DE OBRA OU SERVIÇO TÉCNICO.....
Área de Competência.:EDIFICAÇÕES - CONSTRUÇÃO CIVIL.....
Tipo de Obra/Serviço:EDIFICAÇÕES PÚBLICAS QUALQUER ÁREA.....
Serviço Contratado..:PROJETO ESTRUTURAL.....
EXECUÇÃO.....
Dimensão.....:231,17 M2..... Área Existente:0,00 M2 .....
Área Ampliada.....:0,00 M2 ..... Área de Reforma:0,00 M2 .....
Dados Complementares:1,00 PAV. .....
Local da Obra.....:RUA PRIMO BASSI, S/N CENTRO L. 329 Q. 28.....
Município/Estado....:SANTA MARIANA/PR.....
Data de Início.....:01/05/2015..... Data de Conclusão:30/11/2015.....
Docto de Conclusão..:DECLARAÇÃO PROFISSIONAL.....
Descr. Compl. Serv..:PROJETO ESTRUTURAL E EXECUÇÃO DO PREDIO DA CAMARA
MUNICIPAL.....
Observação.....:.....

DECLARAÇÃO

Declaramos, para fins de comprovação da realização de atividade técnica que a empresa **CONSTRUTORA GODOI ANDIRÁ EIRELI** com sede na cidade de Andirá à Rua São Paulo, 844, sala 19, Centro, CEP 86380000, CNPJ 10814967/0001-60, Inscrição Estadual 90479429-58, tendo como Responsável Técnico pela empresa e obra o Profissional **JOÃO CÉSAR GODOI**, Eng.º Civil, CREA-PR 6009/D, CPF 152143039-0, prestou ao **Município de Santa Mariana**, com sede administrativa na Rua Antônio Manoel dos Santos, n.º 151, Centro, Santa Mariana – PR, inscrita no CNPJ sob o nº 75.392.019/0001-20, os serviços abaixo relacionados com as seguintes características:

Dados da obra ou serviço:

1. Contrato n.º50/2014.
2. Objeto do Contrato: **Reforma da Unidade Básica de Saúde Central do Município.**
3. Empresa: **CONSTRUTORA GODOI ANDIRÁ EIRELI-ME.** com sede na cidade de Andirá à Rua São Paulo, 844, Sala 19, Centro, CEP 86380000, CNPJ 10814967/0001-60, Inscrição Estadual 90479429-58
4. Contratante dos serviços: **Município de Santa Mariana,** com sede administrativa na Rua Antônio Manoel dos santos, 151, Santa Mariana – PR, inscrita no CNPJ sob o nº 75.392.019/0001-20.
5. Período de execução: Agosto/2014 a fevereiro de 2016.
6. Endereço da obra: R. Des. Antonio F. da Costa, Centro, município de Santa Mariana/PR
7. ART-CREA/PR N.º 20145253335
8. Descrição das atividades desenvolvidas: 7.1-Área da reforma: 349,56 m²; 7.2-Demolições: de cobertura, forro, pisos, esquadrias, instalação elétrica e aparelhos sanitários. 7.3-Execução de serviços internos: 412,34 m² de cobertura em telhas cerâmicas, calhas em chapa galvanizada, 246,22m² de forro de PVC, 200,24 m² de piso cerâmico, instalações hidro sanitárias, instalações elétricas, esquadrias metálicas e de madeira e pintura geral; 7.4- Obras externas: Rampa de acesso para PNE com 17,25 m de extensão, 27,85 m² de guarda corpo e corrimão em tubo de aço galvanizado de 11/2" e muro de contenção em alvenaria e estrutura de concreto armado e 74,00 m² de gradil metálico em tubos de 2" e fechamento em tela artística malha 65mmx65mm fio 08 e pintura eletrostática.

Santa Mariana, 12 de abril de 2016.

Beatriz Ayumi Sakamoto
Engenheira Civil
CREA/SP-5068946590/D
Diretora do Depto de Desenvolvimento Urbano
Portaria 097/2014

Atestado registrado mediante vinculação à respectiva CAT
CREA - PR
A 006.225

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO PARANÁ

Certidão de Acervo Técnico

JOÃO CESAR GODOI
Carteira Profissional:PR-6009/D
Acervo Técnico Nº.:**3731/2016**
Selos de autenticidade:**A 006.223, A 006.224, A 006.225**

RNP Nº.:1705114164
Protocolo Nº.:**2016/00259707**

ART Nº.....:20145253335 0..... Registrada:17/11/2014.....
ART Correspons.....:..... ART Vinculada:.....
Empresa Executora...:CONSTRUTORA GODOI ANDIRÁ EIRELI ME.....
Contratante(s).....:MUNICIPIO DE SANTA MARIANA - CNPJ/CPF:
75.392.019/0001-20.....
Tipo de Contrato....:PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.....
Atividade Técnica...:EXECUÇÃO DE OBRA OU SERVIÇO TÉCNICO.....
Área de Competência.:EDIFICAÇÕES - CONSTRUÇÃO CIVIL.....
Tipo de Obra/Serviço:REFORMA EM EDIFICAÇÃO SEM ACRÉSCIMO DE ÁREA.....
Serviço Contratado..:EXECUÇÃO.....
Dimensão.....:349,56 M2..... Área Existente:349,56 M2 .....
Área Ampliada.....:0,00 M2 ..... Área de Reforma:349,56 M2 .....
Dados Complementares:1,00 PAV. .....
Local da Obra.....:R. DES. ANTONIO F. DA COSTA, S/N CENTRO L. 0 Q. 11..
Município/Estado....:SANTA MARIANA/PR.....
Data de Início.....:31/08/2014..... Data de Conclusão:28/02/2016.....
Docto de Conclusão..:DECLARAÇÃO PROFISSIONAL.....
Descr. Compl. Serv..:EXECUÇÃO DE REFORMA E ADAPTAÇÕES DE PRÉDIO DA UNIDADE
BASICA DA SAUDE.....
Observação.....:.....

DECLARAÇÃO

Declaramos, para fins de comprovação da realização de atividade técnica que a empresa **CONSTRUTORA GODOI ANDIRÁ EIRELI** com sede na cidade de Andirá à Rua São Paulo, 844, sala 19, Centro, CEP 86380000, CNPJ 10814967/0001-60, Inscrição Estadual 90479429-58, tendo como Responsável Técnico pela empresa e obra o Profissional **JOÃO CÉSAR GODOI**, Eng.º Civil, CREA-PR 6009/D, CPF 152143039-0, prestou ao **Município de Santa Mariana**, com sede administrativa na Rua Antônio Manoel dos Santos, n.º 151, Centro, Santa Mariana – PR, inscrita no CNPJ sob o nº 75.392.019/0001-20, os serviços abaixo relacionados com as seguintes características:

Dados da obra ou serviço:

1. Contrato n.º22/2014.
2. Objeto do Contrato: **Execução de obra de reforma do Prédio da Unidade Básica de Saúde do Distrito do Quinzópolis.**
3. Empresa: **CONSTRUTORA GODOI ANDIRÁ EIRELI-ME**. com sede na cidade de Andirá à Rua São Paulo, 844, Sala 19, Centro, CEP 86380000, CNPJ 10814967/0001-60, Inscrição Estadual 90479429-58
4. Contratante dos serviços: **Munícipio de Santa Mariana,** com sede administrativa na Rua Antônio Manoel dos santos, 151, Santa Mariana – PR, inscrita no CNPJ sob o nº 75.392.019/0001-20.
5. Período de execução: Abril/2014 a fevereiro de 2016.
6. Endereço da obra: Rua Francisco Cuqui, Lote 73, Quadra 15, Distrito do Quinzópolis, município de Santa Mariana/PR.
7. ART-CREA/PR 20143351062.
8. Descrição das atividades desenvolvidas: 7.1-Área da reforma: 215,71 m²; 7.2-Demolições: de cobertura, forro, pisos, esquadrias, instalação elétrica e aparelhos sanitários. 7.3-Execução de serviços internos: 450,00 m² de cobertura em telhas cerâmicas e 51,12 m² de cobertura em fibro cimento, calhas em chapa galvanizada, 168,27 m² de forro de PVC, 168,27 m² de piso cerâmico, instalações hidro sanitárias, instalações elétricas, esquadrias em vidro temperado e de madeira e pintura geral; 7.4- Obras externas: Rampa de acesso para PNE com 12,75 m de extensão, 14,00 m² de guarda corpo e corrimão em tubo de aço galvanizado de 40mm e muro de contenção em alvenaria e estrutura de concreto armado e 24,00 m² de gradil metálico em tubos de 2" e fechamento em tela artística malha 65mmx65mm fio 08 e pintura eletrostática.

Santa Mariana, 12 de abril de 2016.

Beatriz Ayumi Sakamoto
Engenheira Civil
CREASP-5068946590/D
Diretora do Depto. de Desenvolvimento Urbano
Portaria 097/2014

Atestado registrado mediante vinculação à respectiva GAT
CREA - PR
A 006.223

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO PARANÁ

Certidão de Acervo Técnico

JOÃO CESAR GODOI
Carteira Profissional:PR-6009/D
Acervo Técnico Nº.:**3731/2016**
Selos de autenticidade:**A 006.223, A 006.224, A 006.225**

RNP Nº.:1705114164
Protocolo Nº.:**2016/00259707**

ART Nº.....:20143351062 0..... Registrada:01/08/2014.....
ART Correspons.....: ART Vinculada:.....
Empresa Executora...:CONSTRUTORA GODOI ANDIRÁ EIRELI ME.....
Contratante(s).....:MUNICIPIO DE SANTA MARIANA - CNPJ/CPF:
75.392.019/0001-20.....
Tipo de Contrato....:PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.....
Atividade Técnica...:EXECUÇÃO DE OBRA OU SERVIÇO TÉCNICO.....
Área de Competência.:EDIFICAÇÕES - CONSTRUÇÃO CIVIL.....
Tipo de Obra/Serviço:REFORMA EM EDIFICAÇÃO SEM ACRÉSCIMO DE ÁREA.....
Serviço Contratado..:EXECUÇÃO.....
Dimensão.....:215,71 M2..... Área Existente:215,71 M2 .....
Área Ampliada.....:0,00 M2 ..... Área de Reforma:215,71 M2 .....
Dados Complementares:0,00 .....
Local da Obra.....:R. FRANCISCO CUQUI, S/N DISTRITO DO QUINZÓPOLIS L.
73 Q. 15.....
Município/Estado....:SANTA MARIANA/PR.....
Data de Início.....:07/04/2014..... Data de Conclusão:28/02/2016.....
Docto de Conclusão..:DECLARAÇÃO PROFISSIONAL.....
Descr. Compl. Serv..:EXECUÇÃO DE REFORMA E ADAPTAÇÕES DE PRÉDIO DA UNIDADE
BASICA DA SAUDE.....
Observação.....

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDIRÁ

CNPJ - 76.235.761/0001-94
Rua Mauro Cardoso de Oliveira, 190

D-E-C-L-A-R-A-Ç-Ã-O

O MUNICÍPIO DE ANDIRÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na cidade de Andirá-PR., na Rua Mauro Cardoso de Oliveira, nº 190, inscrita no CGC 76.235.761/001-94, neste ato representado pela Secretaria de educação, **SRª SIRLEI MARIA DE FREITAS AGUIAR**, brasileira, divorciada, residente e domiciliada à Rua Mauro Cardoso de Oliveira, nº 366, nesta cidade de Andirá PR., portadora do RG: 1412833, CPF/MF: 730934679/34, pela Diretora da Escola Municipal Ana Nery, **SRª MARISA APARECIDA REZENDE GOMES**, brasileira, casada, residente e domiciliada à Rua Brasília, nº 77, nesta cidade de Andirá PR., portadora do RG: 1570832, CPF/MF: 702191769-49 e pela Técnica em Edificações, **SRª RUTH RAMOS ARNAUD SAMPAIO ZAMBONI**, brasileira, casada, residente e domiciliada à Rua Guido Biancardi, nº 85, nesta cidade de Andirá PR., portadora do RG: 4.240.067-0 CPF/MF: 563.045.369-68, declaram para os devidos fins:

1 – Que a **CONSTRUTORA DIAS GODOI CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, com sede administrativa à Avenida Major Barbosa Ferraz Junior nº 1519, em Andirá PR., inscrita no CGC/MF 85.502.839/0001-80, neste ato representada pelo seu proprietário, o Sr. **JOÃO CÉSAR GODOI**, brasileiro, casado residente e domiciliado nesta cidade de Andirá Pr, portador do CPF/MF: 152.143.039-04, cumpriu todas as obrigações estipuladas no contrato de Empreitada – **CONTRATO Nº 001/2001** – celebrado o Município de Andirá em data de 01 de Agosto de 2001, cujo ojeto é "***Execução de Reforma na Escola Municipal Ana Nery***".

2 – Que o **DECOM** (Departamento estadual de Construção de Obras e Manutenção), através do Escritório Regional de Santo Antônio da Platina, pelo seu chefe, o Sr. **IVAN PEREIRA MARQUES**, Engenheiro Civil – CREA nº 13 891-D/PR, emitiu o relatório de vistoria de obras e/ou serviços, onde consta que todas as obrigações oriundas do contrato acima mencionado, foram cumpridas em sua integralidade.

Nada mais.
Andirá-PR., aos 17 de Outubro de 2002.

SIRLEI MARIA DE FREITAS AGUIAR
Secretaria Municipal

MARISA APARECIDA REZENDE GOMES
Diretora - Escola Municipal Ana Nery

RUTH RAMOS A. S. ZAMBONI
Técnica em Edificações

3.5

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO PARANÁ

Certidão de Acervo Técnico

ENGENHEIRO CIVIL
JOÃO CESAR GODOI
Carteira Profissional:PR-6009/D

Acervo Técnico Nº.:**2909/2005**
Protocolo Nº.:**2005/00127967**

ART Nº.....:1700600910006 0.... Registrada:28/08/2001.....
ART Correspons.....:..... ART Vinculada:.....
Empresa Executora...:.....
Contratante(s).....:PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDIRA.....
Tipo de Obra/Serviço:EDIFICAÇÕES DE ENSINO QUALQUER ÁREA.....
Serviço Contratado..:EXECUÇÃO.....
Dimensão.....:540,00 M2..... Área Existente:.....
Área Ampliada.....:..... Área de Reforma:540,00 M2 .....
Dados Complementares:1,00 PAV .....
Local da Obra.....:RUA SAO PAULO, 68 CENTRO.....
Município/Estado....:ANDIRA/PR.....
Data de Início.....:01/08/2001..... Data de Conclusão:30/01/2002.....
Docto de Conclusão..:DECLARACÃO PROFISSIONAL.....
Descr. Compl. Serv..:REFORMA PARCIAL DE PRÉDIO PÚBLICO COM ÁREA TOTAL DE 1500 M2. - SEM AMPLIACÃO.....
Observação.....:.....

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que, o Engenheiro Civil **João César Godoi,** Crea 6.009/D-Pr, CPF 152.143.039-04, RG 828.832-1/Pr é o responsável técnico pela execução da obra de construção do prédio para Hospital, situado a Avenida Major Barbosa Ferraz Junior, no Município de Andirá-Pr com área construída de 2.278,37 m2 conforme ART 0034551-00 registrada em 06/03/79.

Sem mais.

Hélio Bonacin
Secretário de Obras e Urbanismo

INSPETORIA DE BANDEIRANTES
Os dados constantes no presente documento, são de inteira responsabilidade do emitente. A certificação do CREA-PR limita-se às informações descritas na(s) ART(s) nºs 34551-0.
Data 14/ 10/2006
Funcionário: Mat: 1224

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA
ESTADO DO PARANÁ

Certidão de Acervo Técnico

ENGENHEIRO CIVIL
JOÃO CESAR GODOI
Carteira Profissional:PR-6009/D — Acervo Técnico Nº.:**8432/2006**

ART Nº	0034551-0 0	Registrada	06/03/1979
ART Co-Respons		ART Vinculada	
Participação	RESPONSÁVEL EXECUTOR		
Empresa Executora			
Contratante(s)	PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDIRÁ		
Tipo de Obra/Serviço	EDIFICAÇÕES DE SAÚDE QUALQUER ÁREA		
Serviço Contratado	EXECUÇÃO		
Dimensão	2.278,37 M2	Área Existente	
Área Ampliada		Área de Reforma	
Local da Obra	AV MAJOR BARBOSA FERRAZ,		
Município/Estado	ANDIRA/PR		
Data de Início	01/02/1979	Data de Conclusão	30/11/1980
Docto de Conclusão	DECLARAÇÃO PROFISSIONAL		
Descr. Compl. Serv.	OBRA EXECUTADA DIRETAMENTE PELA P.M. DE ANDIRÁ, EM CONVENIO COM A S.E.P DO PARANA		
Observação			

C.N.P.J./MF – 76.235.761/0001-94
Rua Mauro Cardoso de Oliveira, 190
*Fone: 0**-43-3538-8100 www.andira.pr.gov.br

ATESTADO

Atestamos para fins de comprovação da realização de atividade técnica que a empresa L.D.GODOI & GODOI LTDA, atualmente com a razão social **CONSTRUTORA GODOI ANDIRÁ EIRELI,** com sede na cidade de Andirá à Rua São Paulo n.º 844, sala 19, Centro, CEP 86380.000, CNPJ 10.814.967-60, Inscrição Estadual 90.479.429-58, tendo como Responsável Técnico o Profissional **JOÃO CÉSAR GODOI**, Eng.º Civil CREA-PR 6009/D, CPF 152.143.039-04, **prestou** ao **Município de Andirá**, com sede administrativa na Rua Mauro Cardoso de Oliveira, 190, Andirá – PR, inscrita no CNPJ sob o nº 76.235.761/0001-94, os serviços abaixo relacionados com as seguintes características:

Dados da obra ou serviço:

1. Contrato n.º 061/2013
2. ART n.º **20142384510**
3. Objeto do Contrato: **EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PARA A CONCLUSÃO DA OBRA PARA PREDIO DO PROINFANCIA –ESPAÇO EDUCATIVO INFANTIL TIPO C.**
4. Empresa: **L D GODOI & GODOI LTDA** (atual **CONSTRUTORA GODOI ANDIRÁ EIRELI**). com sede na cidade de Andirá à Rua Amazonas, 35, centro, CEP 86380000, CNPJ 10.814.967/0001-60, Inscrição Estadual 90.974.429-58.
5. Contratante dos serviços: **Município de Andirá**, com sede administrativa na Rua Mauro Cardoso de Oliveira, 190, Andirá – PR, inscrita no CNPJ sob o nº 76.235.761/0001-94.
6. Periodo de execução: JANEIRO/2014 a JUNHO/2018.
7. Endereço da obra: Rua José Pereira Marques, Loteamento Monte Santo, Município de Andirá Estado do Paraná.
8. Descrição das atividades desenvolvidas: Instalação de placa de obra e ligações provisórias, limpeza e regularização manual de 1.567,50m² de terreno, colocação de 10,61m² de janelas de ferro, colocação de 98,00m de rufo em concreto, instalação de 33,85 m² de divisórias em granito, instalação de portas de madeira, instalação de 13 portas em laminado naval para sanitários, execução de 2.138,11m² de pintura em látex acrílico em paredes e muros e 266,32m² de pintura em esmalte sintético, instalação elétrica e lógica exceto eletrodutos, equipamentos hidro sanitários, 487,77 m² de camada impermeabilizadora para piso em granitina, 513,25 m² de piso em granitina polido e encerado, instalação de 54,21 m² de bancadas e prateleiras em granito, instalação de castelo d'água metálico para 36,00m³, plantio de 400,00m² de grama esmeralda em placas, limpeza geral em 564,50m².

Andirá, 25 de junho de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL PMA ANDIRÁ - PR

Atestado registrado mediante vinculação à respectiva CAT
CREA - PR

Luiz Antônio Passagnolo
Engenheiro Civil CREA-PR 14.438/D

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO PARANÁ

Certidão de Acervo Técnico

JOÃO CESAR GODOI
Carteira Profissional:PR-6009/D
Acervo Técnico Nº.:**3534/2018**
Selos de autenticidade:**A 050035**

RNP Nº.:1705114164
Protocolo Nº.:**2018/00244742**

ART Nº.....:20142384510 0..... Registrada:05/06/2014.....
ART Vinculada.....:20142182739 0 .....
Empresa Executora...:L D GODOI & GODOI LTDA ME.....
Contratante(s).....:PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDIRÁ - CNPJ/CPF: 76.235.761/0001-94.....
Tipo de Contrato....:PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.....
Atividade Técnica...:EXECUÇÃO DE OBRA OU SERVIÇO TÉCNICO.....
Área de Competência.:EDIFICAÇÕES - CONSTRUÇÃO CIVIL.....
Tipo de Obra/Serviço:EDIFICAÇÕES DE ENSINO QUALQUER ÁREA.....
Serviço Contratado..:EXECUÇÃO.....
Dimensão.....:564,50 M2..... Área Existente:0,00 M2 .....
Área Ampliada.....:0,00 M2 ..... Área de Reforma:0,00 M2 .....
Dados Complementares:1,00 PAV .....
Local da Obra.....:RUA JOSE PEREIRA MARQUES, S/N LOTEAMENTO MONTE SANTO L. 0 Q. 0.....
Município/Estado....:ANDIRA/PR.....
Data de Início.....:21/01/2014..... Data de Conclusão:21/10/2014.....
Docto de Conclusão..:DECLARAÇÃO PROFISSIONAL.....
Descr. Compl. Serv..:CONCLUSÃO DO PREDIO DO ESPAÇO EDUCATIVO TIPO C, QUE ENCONTRA-SE COM ESTRUTURA, PAREDES E COBERTURA EXECUTADOS.....
Observação.....

http://creaweb.crea-pr.org.br/webrestrita_prof/Default.aspx?SESSAO=M1ufe2w9pT5m&CODPEGTO=16090

C.N.P.J./MF – 76.235.761/0001-94
Rua Mauro Cardoso de Oliveira, 190
Fone: 0**-43-3538-8100 www.andira.pr.gov.br

ATESTADO

Atestamos para fins de comprovação de realização de atividade técnica que, o Profissional **JOÃO CÉSAR GODOI**, Eng.º Civil CREA-PR 6009/D, CPF 152.143.039-04, como Responsável Técnico pela empresa **CONSTRUTORA GODOI ANDIRÁ EIRELI**. com sede na cidade de Andirá à Rua São Paulo n.º 844, sala 19, centro, CEP 86380-000, CNPJ 10.814.967/0001-60, Inscrição Estadual 90.479429-58, **prestou** a **Prefeitura Municipal de Andirá**, inscrita no CNPJ sob o nº 76.235.761/0001-94, os serviços abaixo relacionados, com as características a seguir:

Dados da obra ou serviço:

1. ART n.º **20171851163** paga em 04/05/2017
2. Objeto do Contrato: **REFORMA DO GINASIO DE ESPORTES JOSÉ ELIS FELICIANO COM ÁREA DE REFORMA DE 1.778,64m²**
3. Empresa: **CONSTRUTORA GODOI ANDIRÁ EIRELI**. com sede na cidade de Andirá, CEP 86380000, CNPJ 10.814.967/0001-60.Inscrição Estadual 90.479429-58
4. Contratante dos serviços: **Prefeitura Municipal de Andirá**, inscrita no CNPJ sob o nº 76.235.761/0001-94.
5. Período de execução: 05/04/2017 a 15/10/2018.
6. Endereço da obra: Rua Tibagi, Quadra K, Jardim Horizonte, Andirá – PR
7. Descrição das atividades desenvolvidas: 7.1-retirada de esquadrias, retirada de instalações elétricas e hidráulicas, retirada de cobertura em telhas de alumínio com 2.238,19m², demolição de alvenaria; 7.2-correção de corrosão es estrutura de concreto armado; 7.3-Reforma geral de instalações hidro-sanitárias; 7.4-reforma geral de instalações elétricas; 7.5-substituição de esquadrias; 7.6-revestimento de paredes; 7.7-revestimento de pisos; 7.8-instalação de 50,92m2 de divisórias em granito; 7.9-substituição de 2.238,19m² de cobertura em telhas de aço galvanizado, 7.10-pinturas: em paredes e tetos com área de 1.796,17m, pintura de quadra poliesportiva com 753,67m²; 7.11-substituição de 31,92m² de vidros; 7.12-instalação de equipamentos de prevenção de incêndio; 7.13-instalação de equipamentos esportivos; 7.14-plantio de 407,06m² de grama.

Atestado registrado mediante vinculação à respectiva CAT
CREA - PR

PREFEITURA MUNICIPAL
PMA
ANDIRÁ - PR

Andirá, 30 de outubro de 2018

Luiz Antonio Possagnoli
Engenheiro Civil - CREA-PR

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO PARANÁ

Certidão de Acervo Técnico

JOÃO CESAR GODOI
Carteira Profissional:PR-6009/D
Acervo Técnico Nº.:**6145/2018**
Selos de autenticidade:**A 050093**

RNP Nº.:1705114164
Protocolo Nº.:**2018/00415722**

ART Nº.....:20171851163 0..... Registrada:04/05/2017.....
Empresa Executora...:CONSTRUTORA GODOI ANDIRÁ EIRELI ME.....
Contratante(s).....:PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDIRÁ - CNPJ/CPF: 76.235.761/0001-94.....
Tipo de Contrato....:PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.....
Atividade Técnica...:EXECUÇÃO DE OBRA OU SERVIÇO TÉCNICO.....
Área de Competência.:EDIFICAÇÕES - CONSTRUÇÃO CIVIL.....
Tipo de Obra/Serviço:EDIFICAÇÕES DE ESPORTE QUALQUER ÁREA.....
Serviço Contratado..:EXECUÇÃO.....
Dimensão.....:1.778,64 M2..... Área Existente:1.778,64 M2 .....
Área Ampliada.....:0,00 M2 ..... Área de Reforma:1.778,64 M2 .....
Dados Complementares:2,00 PAV .....
Local da Obra.....:RUA TIBAGI, S/N JARDIM HORIZONTE L. 0.....
Município/Estado....:ANDIRA/PR.....
Data de Início.....:05/04/2017..... Data de Conclusão:05/09/2017.....
Docto de Conclusão..:DECLARAÇÃO PROFISSIONAL.....
Descr. Compl. Serv.:REFORMA E MELHORIAS NO PRÉDIO DO GINÁSIO DE ESPORTES JOSÉ ELIS FELICIANO, SENDO OS SERVIÇOS PRINCIPAIS: SUBSTITUIÇÃO DA COBERTURA E PLATIBANDAS METÁLICAS, SUBSTITUIÇÃO DA INSTALAÇÃO ELÉTRICA E HIDRÁULICA, INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PREVENÇÃO DE INCENDIO E PANICO, SUBSTITUIÇÃO DE AZULEJOS E PISOS CERAMICOS, PINTURA DE PAREDES E DA QUADRA DE ESPORTES.....
Observação.....:.....

CONSTRUTORA GODOI ANDIRÁ EIRELI
RUA SÃO PAULO, Nº 844 – SALA 19 – CENTRO – ANDIRÁ/PR
CEP 86.380-000– FONE: (43) 3538-5549– construtoragodoi@hotmail.com
CNPJ: 10.814.967/0001-60 – I.E. 90.479.429-58 – I.M. 31.994

352

CAPACIDADE FINANCEIRA

Ref.: Edital de Tomada de Preços nº 03/2021 - PMB

Declaramos que as demonstrações abaixo correspondem à real situação da proponente. Esses índices foram obtidos no balanço do último exercício social.

Declaramos, ainda, que a qualquer tempo, desde que solicitado pelo licitador, nos comprometemos a apresentar todos os documentos ou informações que comprovarão as demonstrações.

SÃO AS DEMONSTRAÇÕES:

Tipo de índice	Valor em reais	Índice
Liquidez geral (*LG*) LG = (*AC* + *RLP*) / (*PC* + *ELP*)	1.347.868,72+0,00 35.215,66+0,00	38,27
Liquidez corrente (*LC*) LC = AC / PC	1.347.868,72 35.215,66	38,27
Grau de endividamento (GE) GE = (PC + ELP) / (AC + RLP + AP)	35.215,66+0,00 1.367.705,35+0,00+152.669,59	0,02

AC - ativo circulante; RLP - realizável a longo prazo.;
AP - ativo permanente; ELP - exigível a longo prazo.
PC - passivo circulante;

Andirá-PR, 21 de outubro de 2021

Contabilista: Witor Dutra
CRC: PR 011282/O – 0
CPF: 024.056.799-49

João César Godoi
CPF: 152.143.039-04
RG: 828.832-1/PR

353

TERMO DE ABERTURA

Livro Diário

Número: 12 **Folha:** 1

Contém este livro 53 folhas numeradas do No. 1 ao 53 emitidas através de processamento eletronico de dados, que servirá de Livro Diário da empresa abaixo descrita na data de encerramento do exercício social 31/12/2020.

Nome da Empresa .....: CONSTRUTORA GODOI ANDIRA EIRELI ME

Ramo .....:

Endereço .....: Rua SAO PAULO, 844

Complemento .....: SALA 19

Bairro .....: CENTRO

Municipio .....: ANDIRA

Estado .....: PR

Inscrição no CNPJ .....: 10.814.967/0001-60

Inscrição Estadual.....: 9047942958

Registro na junta.....: 41600092414 Data registro: 07/05/2009

Inscrição Municipal.....: 31994

ANDIRA, 01/01/2020

CAROLINA DIAS GODOI
EMPRESÁRIA
CPF: 007.900.169-66

WITOR DUTRA
TECNICO EM CONTABILIDADE
Reg. no CRC - PR sob o No. 011282/O-0
CPF: 024.056.799-49

Folha: 0039
Número livro: 0012

354

Empresa: CONSTRUTORA GODOI ANDIRA EIRELI ME
C.N.P.J.: 10.814.967/0001-60
Insc. Junta Comercial: 41600092414 Data: 07/05/2009
Endereço: Rua SAO PAULO, 844, SALA 19, CENTRO, ANDIRA/PR, CEP 86380-000
Período: 01/01/2020 a 31/12/2020
Balanço encerrado em: 31/12/2020

BALANÇO PATRIMONIAL

Descrição	2020 31/12/2020	2019 31/12/2019
ATIVO	1.520.374,94D	1.479.477,73D
DISPONIVEL	1.347.868,72D	1.304.613,40D
CAIXA	1.347.868,72D	1.304.613,40D
CAIXA	1.347.868,72D	1.304.613,40D
VALORES A REC.CURTO PRAZO	19.836,63D	22.194,74D
IMPOSTOS A RECUPERAR	19.836,63D	22.194,74D
INSS RETIDO NA FONTE A COMPENSAR	18.918,18D	21.276,29D
FGTS A RECUPERAR	918,45D	918,45D
PERMANENTE	152.669,59D	152.669,59D
IMOBILIZADO	152.669,59D	152.669,59D
IMOBILIZACOES TECNICAS	152.669,59D	152.669,59D
VEICULOS	152.669,59D	152.669,59D
PASSIVO	1.520.374,94C	1.479.477,73C
CIRCULANTE	35.215,66C	117.549,70C
VALORES A PAGAR CURTO PRAZO	35.215,66C	117.549,70C
DIVIDAS-OBRIG.SOCIAIS/FISCAI	35.215,66C	117.549,70C
INSS A RECOLHER	6.661,71C	2.812,09C
F.G.T.S. A RECOLHER	1.657,24C	2.001,11C
SIMPLES NACIONAL	24.573,45C	110.477,95C
PARCELAMENTO SIMPLES NACIONAL	2.143,65C	2.143,65C
IRRF	179,61C	114,90C
PATRIMONIO LIQUIDO	1.485.159,28C	1.361.928,03C
PATRIMONIO LIQUIDO	120.000,00C	120.000,00C
CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO	120.000,00C	120.000,00C
CAPITAL SOCIAL	120.000,00C	120.000,00C
LUCROS/PREJUIZOS ACUMULADOS	1.365.159,28C	1.241.928,03C
LUCROS OU PREJ. ACUMULADOS	1.365.159,28C	1.241.928,03C
SALDO NO INICIO DO EXERCICIO	1.189.680,63C	1.123.763,70C
(+)LUCRO LANO DEP.PROV.P/IR	175.478,65C	118.164,33C

RECONHECEMOS A EXATIDÃO DO PRESENTE BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31/12/2020 TOTALIZANDO NO ATIVO E PASSIVO: R$ 1.520.374,94 (um milhão quinhentos e vinte mil trezentos e setenta e quatro reais e noventa e quatro centavos)

CAROLINA DIAS GODOI
EMPRESÁRIA
CPF: 007.900.169-60

WITOR DUTRA
TECNICO EM CONTABILIDADE
Reg. no CRC - PR sob o No. 011282/O-0
CPF: 024.056.799-49

Empresa: CONSTRUTORA GODOI ANDIRA EIRELI ME
C.N.P.J.: 10.814.967/0001-60
Insc. Junta Comercial: 41600092414 Data: 07/05/2009
Período: 01/01/2020 - 31/12/2020

Folha: 0040
Número livro: 0012

375

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2020

RECEITA BRUTA			
SERVIÇOS PRESTADOS	3.301.384,16	3.301.384,16	3.301.384,16
DEDUÇÕES			
SIMPLES NACIONAL	(242.491,21)	(242.491,21)	(242.491,21)
RECEITA LÍQUIDA			3.058.892,95
CMV			
COMPRA DE MATERIAIS UTILIZADOS NA PRESTAÇÃO DE SI	1.223.565,78		
TRANSPORTES E SEGUROS	5.965,65	1.229.531,43	1.229.531,43
LUCRO BRUTO			4.288.424,38
DESPESAS OPERACIONAIS			(462.945,73)
DESPESAS ADMINISTRATIVAS			
SALARIOS	(235.342,00)		
AVISO PREVIO	(32.057,23)		
DECIMO TERCEIRO SALARIO	(26.229,08)		
FERIAS GOZADAS	(2.786,67)		
DIFERENÇA SALARIAL	(1.477,00)		
FERIAS INDENIZADAS	(30.447,69)	(328.339,67)	
ENCARGOS SOCIAIS			
R.A.T.	(8.288,98)		
F.G.T.S.	(19.806,99)		
MULTAS P/RESCISAO-FGTS	(15.709,80)		
DESPESAS COM PEDÁGIO	(294,70)		
TELEFONE E TELEX	(215,18)		
MULTAS	(9.916,46)		
COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	(132.165,87)		
ALIMENTAÇÃO FUNCIONÁRIOS	(105,09)		
LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS	(131,00)		
MATERIAL P/ USO OU CONSUMO	112.258,76		
PRO-LABORE	(12.399,00)		
FALTAS	10.968,83		
HORAS EXTRAS	(822,19)		
INSS EMPRESA	(55.324,66)		
INSS DIRETORES	(2.479,80)		
IMPOSTOS E TAXAS DIVERSAS	(173,93)	(134.606,06)	(462.945,73)
RESULTADO OPERACIONAL			3.825.478,65

CAROLINE DIAS GODOI
EMPRESÁRIA
CPF: 007.900.169-16

WITOR DUTRA
TECNICO EM CONTABILIDADE
Reg. no CRC - PR sob o No. 011282/O-0
CPF: 024.056.799-49

Empresa: CONSTRUTORA GODOI ANDIRA EIRELI ME
C.N.P.J.: 10.814.967/0001-60
Insc. Junta Comercial: 41600092414 Data: 07/05/2009
Período: 01/01/2020 - 31/12/2020

Folha: 0041
Número livro: 0012

356

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2020

RESULTADO ANTES DO IR E CSL	3.825.478,65
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	3.825.478,65

CAROLINE DIAS GODOI
EMPRESÁRIA
CPF: 007.900.169-66

WITOR DUTRA
TECNICO EM CONTABILIDADE
Reg. no CRC - PR sob o No. 011282/O-0
CPF: 024.056.799-49

Empresa: CONSTRUTORA GODOI ANDIRA EIRELI ME
C.N.P.J.: 10.814.967/0001-60
Período: 01/01/2020 - 31/12/2020 -Insc. Junta Comercial: 41600092414 Data: 07/05/2009

357

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO DIRETO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

	2020	2019
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Valores Recebidos de Clientes	3.289.213,82	2.108.471,11
Valores pagos a fornecedores	1.208.704,42	126.299,80
Valores pagos a empregados	(348.249,52)	(312.934,58)
CAIXA GERADO PELAS OPERAÇÕES	4.149.668,72	1.921.836,33
Tributos pagos	(456.413,40)	(247.848,78)
FLUXO DE CAIXA ANTES DE ITENS EXTRAORDINÁRIOS	3.693.255,32	1.673.987,55
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	3.693.255,32	1.673.987,55
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Pagamentos de lucros e dividendos	(3.650.000,00)	(1.500.000,00)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(3.650.000,00)	(1.500.000,00)
Aumento nas Disponibilidades	43.255,32	173.987,55
DISPONIBILIDADES - NO INÍCIO DO PERÍODO	1.304.613,40	1.130.625,85
DISPONIBILIDADES - NO FINAL DO PERÍODO	1.347.868,72	1.304.613,40

CAROLINA DIAS GODOI
EMPRESÁRIA
CPF: 007.903.169-66

WITOR DUTRA
TECNICO EM CONTABILIDADE
Reg. no CRC - PR sob o No. 011282/O-0
CPF: 024.056.799-49

Folha: 0043
Número livro: 0012

Empresa: CONSTRUTORA GODOI ANDIRA EIRELI ME
C.N.P.J.: 10.814.967/0001-60
Período: 01/01/2020 - 31/12/2020
Insc. Junta Comercial: 41600092414 Data: 07/05/2009

353

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Histórico	CAPITAL REALIZADO AUTORIZADO Capital Social	LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS	Total
Saldo em 31/12/2019	120.000,00	118.164,33	238.164,33
Lucro Líquido	0,00	57.314,32	57.314,32
Saldo em 31/12/2020	120.000,00	175.478,65	295.478,65
Saldo em 31/12/2018	120.000,00	34.392,75	154.392,75
Lucro Líquido	0,00	83.771,58	83.771,58
Saldo em 31/12/2019	120.000,00	118.164,33	238.164,33

CAROLINA DIAS GODOI
EMPRESÁRIA
CPF: 007.900.1[illegible]

WITOR DUTRA
TECNICO EM CONTABILIDADE
Reg. no CRC - PR sob o No. 011282/O-0
CPF: 024.056.799-49

Empresa: CONSTRUTORA GODOI ANDIRA EIRELI ME
C.N.P.J.: 10.814.967/0001-60
Insc. Junta Comercial: 41600092414 Data: 07/05/2009
Realizado em 31 de Dezembro de 2020

Folha: 0044
Número livro: 0012

359

DEMONSTRAÇÃO DOS LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS

DISCRIMINAÇÃO	VALOR	
	2020	2019
LUCROS/PREJUÍZOS		
Saldo Anterior de Lucros Acumulados	1.189.680,63	1.123.763,70
Ajustes Credores de Períodos-base Anteriores	0,00	0,00
Reversão de Reservas	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00
Lucro Líquido do Ano	175.478,65	118.164,33
(-)Saldo Anterior de Prejuízo Acumulados	0,00	0,00
(-)Ajustes Devedores de Períodos-base Anteriore:	0,00	0,00
(-)Prejuízo Líquido do Ano	0,00	0,00
TOTAL	1.365.159,28	1.241.928,03
DESTINAÇÕES		
Transferências para Reservas	0,00	0,00
Dividendos ou Lucros Distribuídos, Pagos ou Cre	0,00	0,00
Parcela dos Lucros Incorporados ao Capital	0,00	0,00
Outras Destinações	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	1.365.159,28	1.241.928,03

CAROLINA DIAS GODOI
EMPRESÁRIA
CPF: 007.900.169-66

WITOR DUTRA
TECNICO EM CONTABILIDADE
Reg. no CRC - PR sob o No. 011282/O-0
CPF: 024.056.799-49

Empresa: CONSTRUTORA GODOI ANDIRA EIRELI ME
C.N.P.J.: 10.814.967/0001-60
Insc. Junta Comercial: 41600092414 Data: 07/05/2009
Período: 01/01/2020 - 31/12/2020

Folha: 0045
Número livro: 0012

30

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31/12/2020

LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	3.825.478,65
Diferença de câmbio na conversão de operações no exterior	0,00
Ativos financeiros disponíveis para venda	0,00
"Hedges" de fluxo de caixa	0,00
Outros Resultados	0,00
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	3.825.478,65

CAROLINE DIAS GODOI
EMPRESÁRIA
CPF: 007.900.169-66

WITOR DUARTE
TECNICO EM CONTABILIDADE
Reg. no CRC - PR sob o No. 011282/O-0
CPF: 024.056.799-49

Empresa: CONSTRUTORA GODOI ANDIRA EIRELI ME
C.N.P.J.: 10.814.967/0001-60

Folha: 0046
Número livro: 0012

PLANO DE CONTAS

Código	T	Classificação	Nome	Grau
1	S	1	ATIVO	1
2	S	1.1.01	DISPONIVEL	3
3	S	1.1.01.001	CAIXA	4
4		1.1.01.001.001	CAIXA	5
11	S	1.1.02	VALORES A REC.CURTO PRAZO	3
12	S	1.1.02.001	CLIENTES	4
467		1.1.02.001.001	PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDIRA	5
468		1.1.02.001.002	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIANA	5
475		1.1.02.001.009	MUNICIPIO DE BANDEIRANTES	5
539		1.1.02.001.044	MUNICIPIO DE ANDIRA	5
612		1.1.02.001.058	GINASIO DE ESP STA MARIANA	5
622		1.1.02.001.061	MURO DE ARRIMO ESC STA TEREZINHA	5
623		1.1.02.001.062	REFORMA HOSPITAL MUN CAMBARÁ	5
631		1.1.02.001.066	CENTRO DE EXPOSIÇÕES ANDIRÁ	5
632		1.1.02.001.067	DRENAGEM VILA SETTI JACAREZINHO	5
633		1.1.02.001.068	PAV CONJ HABITACIONAL NELSON GIROLDO	5
634		1.1.02.001.069	PRAÇA JARDIM BELA VISTA III	5
635		1.1.02.001.070	PRAÇA EUCLIDES TEIXEIRA TIMBURI II	5
636		1.1.02.001.071	AMPLIAÇÃO E REFORMA UBS VILA AMERICANA	5
637		1.1.02.001.072	DRENAGEM PLUVIAL JOAQUIM TAVORA	5
643		1.1.02.001.073	PAVIMENTAÇÃO MUCIPIO DE ABATIA	5
644		1.1.02.001.074	RECAPE ASFALTICO STA MARIANA	5
645		1.1.02.001.075	PAVIMENT PARANA X MT GROSSO	5
646		1.1.02.001.076	PAVIMENTAÇÃO IMPERIO DO SOL	5
647		1.1.02.001.077	PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA JAMIL AMUD	5
648		1.1.02.001.078	REFORMA SAMAE ANDIRA	5
649		1.1.02.001.079	EQUIP MECANICOS DISTR. N. S. APARECIDA	5
15	S	1.1.02.003	IMPOSTOS A RECUPERAR	4
17		1.1.02.003.002	INSS RETIDO NA FONTE A COMPENSAR	5
21	S	1.1.02.004	ADIANTAMENTOS	4
24		1.1.02.004.002	ADIANTAMENTO DE FERIAS	5
25		1.1.02.004.003	ADIANTAMENTO DE 13º SALARIO	5
73	S	2	PASSIVO	1
74	S	2.1	CIRCULANTE	2
75	S	2.1.01	VALORES A PAGAR CURTO PRAZO	3
88	S	2.1.01.003	DIVIDAS-OBRIG.SOCIAIS/FISCAI	4
90		2.1.01.003.001	INSS A RECOLHER	5
91		2.1.01.003.002	F.G.T.S. A RECOLHER	5
99		2.1.01.003.010	SIMPLES NACIONAL	5
108		2.1.01.003.103	IRRF	5
116	S	2.1.01.004	DIVIDAS INTERNAS	4
117		2.1.01.004.001	VERBAS TRABALHISTAS A PAGAR	5
119		2.1.01.004.101	PRO LABORE	5
176	S	2.4	PATRIMONIO LIQUIDO	2
188	S	2.4.05	LUCROS/PREJUIZOS ACUMULADOS	3
189	S	2.4.05.001	LUCROS OU PREJ. ACUMULADOS	4
191		2.4.05.001.001	SALDO NO INICIO DO EXERCICIO	5
196		2.4.05.001.006	(+)LUCRO L.ANO DEP.PROV.P/IR	5
204	S	2.4.05.002	ENCERRAMENTO DO EXERCICIO	4
206		2.4.05.002.001	RESULTADO DO EXERCICIO	5
215	S	9	CONTAS DE RESULTADO	1
216	S	9.1	RENDA OPERACIONAL BRUTA	2

Empresa: CONSTRUTORA GODOI ANDIRA EIRELI ME
C.N.P.J.: 10.814.967/0001-60

PLANO DE CONTAS

Código	T	Classificação	Nome	Grau
217	S	9.1.01	VENDA DE MERCADORIAS	3
218	S	9.1.01.001	VENDA DE MERCADORIAS	4
219		9.1.01.001.001	SERVIÇOS PRESTADOS	5
225	S	9.1.02	DEDUCOES DA RECEITA BRUTA	3
226	S	9.1.02.001	IMPOSTOS INCIDENTES S/VENDAS	4
232		9.1.02.001.006	SIMPLES NACIONAL	5
238	S	9.1.03	CUSTO MERCADORIAS VENDIDAS	3
239	S	9.1.03.001	CUSTO DAS MERC.REVENDIDAS	4
250		9.1.03.001.200	COMPRA DE MATERIAIS UTILIZADOS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	5
251		9.1.03.001.201	TRANSPORTES E SEGUROS	5
272	S	9.1.04	DESPESAS COM VENDAS	3
279	S	9.1.04.002	DESPESAS C/PESSOAL	4
280		9.1.04.002.001	SALARIOS	5
282		9.1.04.002.003	AVISO PREVIO	5
283		9.1.04.002.004	DECIMO TERCEIRO SALARIO	5
284		9.1.04.002.005	FERIAS GOZADAS	5
286		9.1.04.002.007	DIFERENÇA SALARIAL	5
288		9.1.04.002.009	FERIAS INDENIZADAS	5
290	S	9.1.04.003	ENCARGOS SOCIAIS	4
292		9.1.04.003.002	R.A.T.	5
294		9.1.04.003.004	F.G.T.S.	5
295		9.1.04.003.005	MULTAS P/RESCISAO-FGTS	5
301	S	9.2.01	DESPESAS ADMINISTRATIVAS	3
302	S	9.2.01.001	DESPESAS GERAIS	4
316		9.2.01.001.014	DESPESAS COM PEDÁGIO	5
324		9.2.01.001.022	TELEFONE E TELEX	5
327		9.2.01.001.025	MULTAS	5
328		9.2.01.001.026	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	5
334		9.2.01.001.032	ALIMENTAÇÃO FUNCIONÁRIOS	5
338		9.2.01.001.036	LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS	5
339		9.2.01.001.037	MATERIAL P/ USO OU CONSUMO	5
345	S	9.2.01.002	DESPESAS C/PESSOAL	4
346		9.2.01.002.001	PRO-LABORE	5
349		9.2.01.002.004	FALTAS	5
410		9.2.01.002.013	HORAS EXTRAS	5
358	S	9.2.01.003	ENCARGOS SOCIAIS	4
359		9.2.01.003.001	INSS EMPRESA	5
365		9.2.01.003.007	INSS DIRETORES	5
366	S	9.2.01.004	DESPESAS TRIBUTARIAS	4
371		9.2.01.004.005	IMPOSTOS E TAXAS DIVERSAS	5

Empresa: CONSTRUTORA GODOI ANDIRA EIRELI ME
CNPJ: 10.814.967/0001-60
Insc. Junta Comercial: 41600092414 Data: 07/05/2009

Folha: 48
Número livro: 0012

363

CONSTRUTORA GODOI ANDIRÁ LTDA ME
CNPJ/MF 10.814.967/0001-60
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2020

1. A empresa Construtora Godoi Andirá Ltda, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº 10.814.967/0001-60, constituída em 07/05/2009, tributada pelo Simples Nacional com apuração mensal, atua no ramo de atividade de Construção de edifícios, Instalação e manutenção elétrica, Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás, outras obras de acabamento da construção, Construção de instalações esportivas e recreativas, Construção de rodovias e ferrovias. Com sede no município de Andirá, Estado do Paraná, à Rua São Paulo, 844, Sala 19, Centro, CEP 86380-000.

2. As demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2020, aqui compreendidos: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), Demonstrações de Origens e Aplicações de Recursos (DOAR), Declaração de Fluxo de Caixa (DFC) foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis e dos preceitos da Legislação Comercial, Lei nº 10.406/2002 e demais legislações aplicáveis e aos Princípios Contábeis.
A demonstração do Resultado Abrangente (DRA) foi suprimida conforme facultada pela Resolução 1255/2009, e seu conteúdo está apresentado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL).
O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.
As principais práticas contábeis na elaboração das demonstrações contábeis levam em conta as características qualitativas e quantitativas conforme determina a NBC TG 1000: Compreensibilidade, Competência, Relevância, Materialidade, Confiabilidade, Primazia da Essência sobre a Forma, Prudência, Integralidade, Comparabilidade e Tempestividade, estando assim alinhadas com normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accouting Standards Board (IASB) adequadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.

3. Os administradores da empresa optaram pela contratação de contabilidade terceirizada, a qual se encontra perfeitamente atinada à legislação profissional, e estando assim, regulamentada pelo Conselho Federal de Contabilidade no que tange a questão ética e profissional e ainda conforme conteúdo do aludido contrato em todos os seus termos e assim, as presentes demonstrações refletem e espelham a realidade da empresa em todos os seus termos. Os resultados produzidos são frutos do documental remetido para contabilização pela administração da empresa, respondendo esta, pela aplicável, especialmente no tocante a Lei 11.101/2005 que informe o contribuinte das suas responsabilidades quanto as documentações e procedimentos. A responsabilidade profissional do contabilista que referenda estas demonstrações contábeis está limitada os fatos contábeis efetivamente notificados pela administração da empresa a este profissional.

4. As demonstrações contábeis estão apresentadas em REAIS, que é a moeda funcional da empresa. Assim os ativos, os passivos e os resultados apresentados nas demonstrações contábeis mesmo quanto contratados em moeda estrangeira são ajustados às diretrizes contábeis vigentes no Brasil e convertidos para Reais de acordo com as taxas de câmbio da moeda local. Os eventuais ganhos e perdas resultantes do processo de conversão são transferidos para o resultado do período atendendo ao regime de competência.

5. A empresa declara expressamente que a elaboração e a apresentação das demonstrações contábeis estão em conformidade com o NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, expedida pelo Conselho Federal de Contabilidade através da Resolução 1.255/2009. A administração da empresa também procedeu ao exame conceitual e concluiu que a empresa não possui prestação pública de contas e assim encontra-se apta a exercer a faculdade pela aplicação do previsto na Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.

6. O resultado foi apurado em 31 de dezembro de 2020 e está em obediência ao regime de competência. As demonstrações Contábeis foram elaboradas e apresentadas em conformidade com a legislação societária, conforme a Lei nº 10.406/2002 e demais legislações aplicáveis, os pronunciamentos técnicos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), pelas normas brasileiras de contabilidade expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, especialmente NBC TG 1000.

Empresa: CONSTRUTORA GODOI ANDIRA EIRELI ME
CNPJ: 10.814.967/0001-60
Insc. Junta Comercial: 41600092414 Data: 07/05/2009

Folha: 49
Número livro: - 0012 361

7. ATIVOS CIRCULANTES

A classificação das contas é realizada com base no que determina o Pronunciamento Técnico PME – Pequenas e Médias Empresas, sendo classificados como circulantes quando: a) espera realizar o ativo, ou pretender vende-lo ou consumi-lo durante o ciclo operacional normal da entidade; b) o ativo for mantido essencialmente com a finalidade de negociação; c) espera realizar o ativo no período de até doze meses da data das demonstrações contábeis; ou o ativo for caixa ou equivalente de caixa.

- **Disponibilidades:** a conta disponibilidades é composta da seguinte maneira:

Caixa	R$	1.347.868,72

- **Adiantamentos:** a conta crédito é composta da seguinte forma:

INSS Retido na Fonte	R$	18.918,18
FGTS a Recuperar	R$	918,45

8. ATIVOS NÃO CIRCULANTES

A classificação das contas é realizada com base no que determina o Pronunciamento Técnico PME – Pequenas e Médias Empresas, sendo classificados como não circulantes todos aqueles fatos contábeis que não se classificam como sendo circulantes. Os itens classificados neste grupo foram avaliados pela administração quanto a sua recuperabilidade e foram considerados que estão registrados pelos valores recuperáveis pela venda ou pelo uso.

- **Imobilizado** R$ 152.669,59

9. PASSIVO CIRCULANTE

A classificação das contas é realizada com base no que determina o Pronunciamento Técnico PME-Pequenas e Médias Empresas, sendo classificados como circulantes quando: a) espera liquidar o passivo durante o ciclo operacional normal da entidade; b) o passivo for mantido essencialmente para a finalidade de negociação; c) o passivel for exigível no período de até doze meses após a data das demonstrações contábeis; ou a entidade não tiver direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data de divulgação. (PME, item 4.7).
O Passivo Circulante sendo assim composto:

- **Obrigações Sociais:** compreendem as seguintes rubricas:

INSS a Recolher	R$	6.661,71
FGTS a Recolher	R$	1.657,24
Imposto Simples Nacional	R$	24.573,45
Parcelamento Simples Nacional	R$	2.143,65
IRRF	R$	179,61

- **Dívidas Internas:** compreendem as seguinte rubricas:

Verbas Trabalhistas a Pagar	R$	0,00
Pró Labore a Pagar	R$	0,00

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Liquido é o valor residual dos ativos reconhecidos menos os passivos reconhecidos e se contra assim subdividido:

- **O Capital Social** está representado por 120.000 quotas no valor nominal de R$ 1,00 cada. Sendo o Ingresso do titular na sociedade em 07/05/2009.

- **Lucros Acumulados:** Foram distribuídos lucros a titular na seguinte proporção:

Empresa: CONSTRUTORA GODOI ANDIRA EIRELI ME
CNPJ: 10.814.967/0001-60
Insc. Junta Comercial: 41600092414 Data: 07/05/2009

Folha: 50
Número livro: _0012

a) Para a Sócia **CAROLINA DIAS GODOI**, no valor de R$ 3.650.000,00;

Resultando a conta **Lucros Acumulados** no seguinte saldo:

Saldo Inicial	R$	1.189.680,63
Resultado do Exercício	R$	-175.478,65
Saldo Final	R$	1.365.159,28

10. EVENTOS SUBSEQUENTES

A empresa não incorreu em eventos subsequentes favoráveis e desfavoráveis entre o final do período contábil e a data da aprovação das demonstrações contábeis.

11. CONTINUIDADE DOS NEGÓCIOS

A empresa está operando em sua capacidade plena sob o critério da continuidade das suas atividades empresariais, não havendo qualquer previsão em contrário nos próximos 12 meses.

CAROLINA DIAS GODOI
SÓCIO ADMINISTRADOR
CPF/MF 007.900.169-66
RG 6.025.220-3/PR

WITOR DUTRA
TÉCNICO EM CONTABILIDADE
CRC/PR 011282/O-0
CPF/MF 024.056.799-49
RG 1.060.765/PR

Empresa: CONSTRUTORA GODOI ANDIRA EIRELI ME
CNPJ: 10.814.967/0001-60

Folha: 0051
Número livro: 0012

306

CARTA DE RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO

ANDIRA, 31/12/2020

À

INGA ORGANIZACAO CONTABIL LTDA
CRC n.º 011282/O-0
Endereço: RUA BAHIA, nº 470, CENTRO, CEP nº 86380-000
ANDIRA, PR

Prezados Senhores:

Declaramos para os devidos fins, como administrador e responsável legal da empresa CONSTRUTORA GODOI ANDIRA EIRELI ME, CNPJ 10.814.967/0001-60, que as informações relativas ao período base 31/12/2020, fornecidas a Vossas Senhorias para escrituração e elaboração das demonstrações contábeis, obrigações acessórias, apuração de impostos e arquivos eletrônicos exigidos pela fiscalização federal, estadual, municipal, trabalhista e previdenciária são fidedignas.

Também declaramos:

(a) que os controles internos adotados pela nossa empresa são de responsabilidade da administração e estão adequados ao tipo de atividade e volume de transações;

(b) que não realizamos nenhum tipo de operação que possa ser considerada ilegal, frente à legislação vigente;

(c) que todos os documentos que geramos e recebemos de nossos fornecedores estão revestidos de total idoneidade;

(d) que os estoques registrados em conta própria foram por nós avaliados, contados e levantados fisicamente e perfazem a realidade do período encerrado em 2020;

(e) que as informações registradas no sistema de gestão e controle interno, denominado , são controladas e validadas com documentação suporte adequada, sendo de nossa inteira responsabilidade todo o conteúdo do banco de dados e arquivos eletrônicos gerados.

Além disso, declaramos que não temos conhecimento de quaisquer fatos ocorridos no período base que possam afetar as demonstrações contábeis ou que as afetam até a data desta carta ou, ainda, que possam afetar a continuidade das operações da empresa.

Também confirmamos que não houve:

(a) fraude envolvendo administração ou empregados em cargos de responsabilidade ou confiança;

(b) fraude envolvendo terceiros que poderiam ter efeito material nas demonstrações contábeis;

(c) violação ou possíveis violações de leis, normas ou regulamentos cujos efeitos deveriam ser considerados para divulgação nas demonstrações contábeis, ou mesmo dar origem ao registro de provisão para contingências passivas.

Atenciosamente,

CAROLINA DIAS GODOI
EMPRESÁRIA
CPF: 007.900.169-66

Empresa: CONSTRUTORA GODOI ANDIRA EIRELI ME
Inscrição: 10.814.967/0001-60
Período: 01/01/2020 - 31/12/2020
Insc. Junta Comercial: 41600092414 Data: 07/05/2009

367

COEFICIENTES DE ANÁLISES EM 31/12/2020

Coeficiente	Fórmula	Valor	Resultado
Índice de Liquidez Geral	Ativo Circulante + Realizável Longo Prazo / Passivo Circulante + Passivo Não-Circulante	1.347.868,72 + 0,00 / 35.215,66 + 0,00	38,27
Índice de Liquidez Corrente	Ativo Circulante / Passivo Circulante	1.347.868,72 / 35.215,66	38,27
Índice de Liquidez Seca	Ativo Circulante - Estoque / Passivo Circulante	1.347.868,72 - 0,00 / 35.215,66	38,27
Índice de Solvência Geral	Ativo / Passivo Circulante + Passivo Não-Circulante	1.520.374,94 / 35.215,66 + 0,00	43,17
Capital Circulante Líquido	Ativo Circulante - Passivo Circulante	1.347.868,72 - 35.215,66	1.312.653,06
Índice de Capital de Terceiros	Passivo Circulante + Passivo Não-Circulante / Patrimônio Líquido	35.215,66 + 0,00 / 1.485.159,28	0,02
Índice de Endividamento Geral	Passivo Circulante + Passivo Não-Circulante / Passivo Total	35.215,66 + 0,00 / 1.520.374,94	0,02
Índice de Endividamento Corrente	Passivo Circulante / Patrimônio Líquido + Resultado de Exer. Futuros	35.215,66 / 1.485.159,28 + 0,00	0,02
Índice de Dívida a Curto Prazo	Passivo Circulante / Passivo Não-Circulante	35.215,66 / 0,00	0,00
Grau de Endividamento	Passivo Circulante + Passivo Não-Circulante / Ativo	35.215,66 + 0,00 / 1.520.374,94	0,02

CAROLINA DIAS GODOI
EMPRESÁRIA
CPF: 007.900.169-66

WITOR DUTRA
TECNICO EM CONTABILIDADE
Reg. no CRC - PR sob o No. 011282/O-0
CPF: 024.056.799-49

TERMO DE ENCERRAMENTO

Livro Diário

Número: 12 **Folha:** 53

Contém este livro 53 folhas numeradas do No. 1 ao 53 emitidas através de processamento eletronico de dados, que serviu de Livro Diário da empresa abaixo descrita no período de 01/01/2020 a 31/12/2020.

Nome da Empresa .....: CONSTRUTORA GODOI ANDIRA EIRELI ME

Ramo .....:

Endereço .....: Rua SAO PAULO, 844

Complemento .....: SALA 19

Bairro .....: CENTRO

Municipio .....: ANDIRA

Estado .....: PR

Inscrição no CNPJ .....: 10.814.967/0001-60

Inscrição Estadual.....: 9047942958

Registro na junta.....: 41600092414 Data registro: 07/05/2009

Inscrição Municipal.....: 31994

ANDIRA, 31/12/2020

CAROLINA DIAS GODOI
EMPRESÁRIA
CPF: 007.900.169-66

WITOR DUTRA
TECNICO EM CONTABILIDADE
Reg. no CRC - PR sob o No. 011282/O-0
CPF: 024.056.799-49

TERMO DE AUTENTICIDADE

Eu, WITOR DUTRA, com inscrição ativa no CRC/PR, sob o nº 011282, inscrito no CPF nº 02405679949, DECLARO, sob as penas da Lei Penal, e sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, que este documento é autêntico e condiz com o original.

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)		
CPF	Nº do Registro	Nome
02405679949	011282	WITOR DUTRA

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

CERTIFICO A AUTENTICAÇÃO EM 06/05/2021 09:44:10 SOB Nº 20212038393.
PROTOCOLO: 212038393 DE 05/05/2021. NIRE: 41600092414.
CONSTRUTORA GODOI ANDIRÁ EIRELI - ME

FABIO STROCINSKI
RESPONSÁVEL PELA AUTENTICAÇÃO
CURITIBA, 06/05/2021

370

Edital n.º 03/2021- PMB
TOMADA DE PREÇOS
MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR
Envelope 01 – DOC. HABILITAÇÃO

EMR CONSTRUTORA EIRELI – ME
CNPJ 18.916.042/0001-32
Fone/Fax: (18) 3351 4162 / (18) 99617 8764
Rua Moisés Guglielmetti, n.445
Vila Volga – Palmital / SP

HABILITAÇÃO JURÍDICA

Rua Moisés Guglielmetti, 445 – Vila Volga – Palmital – SP / CEP 19.970-000
Fone/Fax: (18) 3351 4162 / (18) 99617 8764 – emrconstrutora@hotmail.com.br
CNPJ:18.916.042/0001-32 Inscr. Est.:501.026.249.112 Inscr. Mun.: 00745200

ATO CONSTITUTIVO DE EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA - EIRELI, POR TRANSFORMAÇÃO DE SOCIEDADE LIMITADA

EMR CONSTRUTORA EIRELI

EDER FRANCISCO POLCELLI JUNIOR, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário, natural de Palmital/SP, nascido em 22/08/1988, portador da cédula de identidade RG nº 40.864.930-6 SSP/SP expedido em 30/04/2013, inscrito no CPF sob o nº 357.490.708-75, residente e domiciliado à Rua Moisés Guglielmetti, nº 445, Vila Volga, CEP 19970-000, nesta cidade de Palmital, Estado de São Paulo. Constitui uma Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI, sob as seguintes cláusulas:

1ª- A empresa girará sob o nome empresarial **EMR CONSTRUTORA EIRELI** e terá sede e domicilio a Rua Moisés Guglielmetti, nº 445, Vila Volga, CEP 19970-000, nesta cidade de Palmital, Estado de São Paulo.

2ª- O capital será de R$ 400.000,00 (quatrocentos mil) reais, totalmente integralizados neste ato em moeda corrente do País.

Parágrafo único – a responsabilidade do titular é limitada ao capital integralizado.

3ª- O objeto será o de Construção de edificações, casas, prédios e conjuntos habitacionais; Construção e reforma de vias urbanas, praças e calçadas; Construção e reforma de obras de alvenaria; Montagem de estruturas metálicas; Instalação e manutenção elétrica, hidráulica, sanitária e de gás; Instalação e manutenção de sistemas de centrais de ar condicionado, ventilação e refrigeração; Serviços de impermeabilização em obras de engenharia civil; Pintura de edifícios; Aplicação de revestimentos e de resinas; Serviços de acabamento em obras de engenharia civil; Serviços de limpeza e conservação em ruas, praças, calçadas e edifícios; Coleta e transporte de resíduos oriundos da limpeza, varrição e conservação de ruas, praças, calçadas e edifícios; Roçada, poda de árvores, serviços de galerias de águas pluviais, galeria de esgoto, recapeamento asfáltico.

02 10 2021

4ª- A empresa iniciou suas atividades em 09 de agosto de 2013, e seu prazo de duração é por tempo indeterminado.

5ª- A administração da empresa será exercida por **EDER FRANCISCO POLCELLI JUNIOR** com os poderes e atribuições de representar a empresa ativa, passiva, judicial e extrajudicialmente.

6ª- O exercício social coincidirá com o ano civil, sendo em 31 de dezembro de cada ano será elaborado inventário, balanço patrimonial e balanço de resultado econômico, cabendo ao titular os lucros ou perdas apurados.

7ª- Declaro que não possuo nenhuma outra empresa dessa modalidade registrada.

8ª- O Administrador declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. (art. 1.011, § 1º, CC/2002).

Palmital/SP, 30 de novembro de 2015.

EDER FRANCISCO POLCELLI JUNIOR

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
DEZ. 2015
JUCESP

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
JUCESP
NIRE
FLAVIA REGINA BRITO
SECRETÁRIA GERAL

CERTIFICO O REGISTRO SOB O NÚMERO
3560121608-2



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

EDER FRANCISCO POLCELLI JUNIOR

45064930 SSP/SP

357.490.708-75

22/08/1989

EDER FRANCISCO POLCELLI

ROSANGELA VICENTE DE F

ARIA

AB

04873140737

29/01/2010

PATRIMAL, SP

05/09/2019

SÃO PAULO

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

PROIBIDO PLASTIFICAR

18853964426

18853964426

22 10 2021

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	18.916.042/0001-32
NOME EMPRESARIAL:	EMR CONSTRUTORA EIRELI
CAPITAL SOCIAL:	R$400.000,00 (Quatrocentos mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	EDER FRANCISCO POLCELLI JUNIOR
Qualificação:	65-Titular Pessoa Física Residente ou Domiciliado no Brasil

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 24/09/2021 às 11:07 (data e hora de Brasília)

Prefeitura Municipal de Palmital
- Estado de São Paulo -

Comissão Municipal de Licitações e Julgamento – COMULJ

www.palmital.sp.gov.br - licitacoes@palmital.sp.gov.br

375

CRC - CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL

Nº 05 | 1ª - Via | **Validade de 01 (um) ano, a contar da data do presente Certificado.**

CERTIFICAMOS que a empresa **EMR CONSTRUTORA EIRELI – ME.**, estabelecida na Rua Moisés Gugliemetti, 445 – Vila Volga, em Palmital, Estado de São Paulo, CEP: 19.970-000, fone: (18) 3351-4162, Cel. (18) 99617-8764, e-mail: *emrconstrutora@hotmail.com.br*, CNPJ/MF sob nº 18.916.042/0001-32, no ramo de atividade de: ***CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCAÇÕES; CASAS; PRÉDIOS; E CONJUNTOS HABITACIONAIS; CONSTRUÇÃO E REFORMA DE VIAS URBANAS, PRAÇAS E CALÇADAS; CONSTRUÇÃO E REFORMA DE OBRAS DE ALVENARIA; MONTAGEM DE ESTRUTURAS METÁLICAS; INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRICA, HIDRÁULICA, SANITÁRIA E DE GÁS; INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SISTEMAS DE CENTRAIS DE AR CONDICIONADO, VENTILAÇÃO E REFRIGERAÇÃO; SERVIÇOS DE IMPERMEABILIZAÇÃO EM OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL; PINTURA DE EDIFÍCIO; APLICAÇÃO DE REVESTIMENTOS E DE RESINAS; SERVIÇOS DE ACABAMENTO EM OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL; SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO EM RUAS, PRAÇAS, CALÇADAS E EDIFÍCIOS; COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS ORIUNDOS DA LIMPEZA, VARRIÇÃO E CONSERVAÇÃO DE RUAS, PRAÇAS, CALÇADAS E EDIFÍCIOS; ROÇADA, PODA DE ÁRVORES; SERVIÇOS DE GALERIAS DE ÁGUAS PLUVIAIS; GALERIA DE ESGOTO; RECAPEAMENTO ASFÁLTICO***, encontra-se registrada no Cadastro de **FORNECEDORES DESTA PREFEITURA DE PALMITAL**, nos termos da Lei Federal nº 8.666 de 21/06/1993 e suas alterações.

Palmital, 10 de março de 2021.-

A COMISSÃO:

CARLOS ALBERTO SALLES

FÁBIO CALÓRIO PEREIRA

OSVANIL PAULINO BARREIROS

DATA 12 10 2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL - SP

Estado de São Paulo

CNPJ - 44.543.981/0001-99

Pça Mal Arthur da Costa e Silva,119 - CEP:19970-000 - Palmital-SP

Fone/Fax (18) 3351-9333 - e-mail: cadastro@palmital.sp.gov.br

376

ALVARÁ DE LICENÇA

EXERCÍCIO

2021

INSC. MUNICIPAL

745200-0

NOME / RAZÃO SOCIAL

EMR CONSTRUTORA EIRELI

DENOMINAÇÃO COMERCIAL

EMR CONSTRUTORA

ATIVIDADE

CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS
OBRAS DE ALVENARIA, MONTAGEM ESTRUTURAS METÁL

ENDEREÇO

R MOYZES GUGLIELMETTI
0445

CNPJ / C.P.F.	INSC.ESTADUAL
18.916.042/0001-32	

DATA DE EMISSÃO	DATA DA ABERTURA	DATA DE VALIDADE
05/04/2021	23/09/2013	31/03/2022

EMR CONSTRUTORA

CONFERE COM ORIGINAL
DATA: 22/10/2021

COLOCAR EM LUGAR BEM VISÍVEL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL

Estado de São Paulo

PALMITAL
Trabalho e Desenvolvimento

BOLETIM DE CADASTRAMENTO DE ATIVIDADES

SERVIÇO	
1 – INCLUSÃO 2 - ALTERAÇÃO	2

CADASTRO

1	NOME DO CONTRIBUINTE EMR CONSTRUTORA EIRELI - ME

NOME DA RUA RUA MOISES GUGLIELMETTI, N° 445, VILA VOLGA		2	NÚMERO E COMPLEMENTO
3	CIDADE PARA CORRESPONDÊNCIA PALMITAL/SP	4	ESTADO
5	DENOMINAÇÃO COMERCIAL (RESUMIDA) EMR CONSTRUTORA		
6	ATIVIDADE PRINCIPAL (RESUMIDA) CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS;		
7	ATIVIDADE ACESSÓRIA (RESUMIDA) OBRAS DE ALVENARIA;		
15	Cód. I.S.Q.N		

10	COD. RUA
12	DATA ABERTURA
13	CÓD. ATIVIDADE PRINC.
23	DATA ENCERRAMENTO
20	QUANT. MÁQUINA

CPF	
RG	
CNPJ	18.916.042/0001-32
CR CONTADOR	

TIPO DE INFORMAÇÃO		
1 – Nº DE EMPREGADOS 2 – Nº DE LEITOS 3 – Nº DE QUARTOS 4 – Nº DE ALUNOS 5 – Nº DE VEÍCULOS	19	

ISENÇÕES			
0 – NORMAL 1 – TAXA DE LICENÇA 2 – I.S.Q.N 3 – TAXA DE PUBLICIDADE 4 – TX. LICENÇA I.S.Q.N 5 – TX. LICENÇA E PUBLIC		6 – TX. PUBLIC. E I.S.Q.N 9 – ISENTO TOTAL 10 – ATIV. ENCERRAD	
	24		

ESCRITÓRIO:	CONTMAX – CONTABILIDADE E CONSULTORIA LTDA - ME
ENCERRAMENTO DEFINITIVO:	

SÓCIOS E DIRETORES		
NOME	ENDEREÇO	DOC. IDENTIDADE
EDER FRANCISCO POLCELLI JUNIOR	RUA MOISES GUGLIELMETTI, N° 445, VILA VOLGA	40.864.930-6

CARIMBO DA PREFEITURA MUNICIPAL	PALMITAL, 07 de DEZEMBRO de 2015 ASSINATURA DO CONTRIBUINTE

Protocolo número 2013 / fls. 276

07 / 12 / 2015

À Diretoria da Fazenda para que tome as devidas providências

7 / Dezembro / 2015

Ismênia Mendes Moraes – Prefeita Municipal

1ª VIA – PREFEITURA – 2ª VIA – ARQUIVO P.M.P. – 3ª VIA – ESCRITÓRIO P.M.P. – 4ª VIA – CONTRIBUINTE P.M.P.

CONFERE COM O ORIGINAL
DATA: 22/10/2021

REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

Rua Moisés Guglielmetti, 445 – Vila Volga – Palmital – SP / CEP-19.970-000
Fone/Fax: (18) 3351 4162 / (18) 99617 8764 – emrconstrutora@hotmail.com.br
CNPJ:18.916.042/0001-32 Inscr. Est.:501.016.249.112 Inscr. Mun : 00745202

379

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
18.916.042/0001-32 MATRIZ		19/09/2013

NOME EMPRESARIAL
EMR CONSTRUTORA EIRELI

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
EMR CONSTRUTORA	ME

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
41.20-4-00 - Construção de edifícios

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
38.11-4-00 - Coleta de resíduos não-perigosos
42.13-8-00 - Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas
42.92-8-01 - Montagem de estruturas metálicas
42.99-5-99 - Outras obras de engenharia civil não especificadas anteriormente
43.13-4-00 - Obras de terraplenagem
43.21-5-00 - Instalação e manutenção elétrica
43.22-3-01 - Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás
43.22-3-02 - Instalação e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração
43.30-4-01 - Impermeabilização em obras de engenharia civil
43.30-4-04 - Serviços de pintura de edifícios em geral
43.30-4-05 - Aplicação de revestimentos e de resinas em interiores e exteriores
43.99-1-03 - Obras de alvenaria
71.12-0-00 - Serviços de engenharia
81.11-7-00 - Serviços combinados para apoio a edifícios, exceto condomínios prediais
81.29-0-00 - Atividades de limpeza não especificadas anteriormente
81.30-3-00 - Atividades paisagísticas

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
230-5 - Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de Natureza Empresári

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R MOISES GUGLIELMETTI	445	*******

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
19.970-000	VILA VOLGA	PALMITAL	SP

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
EMRCONSTRUTORA@HOTMAIL.COM.BR	(18) 9617-8764

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	19/09/2013

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **24/09/2021** às **11:07:15** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

JUCESP

FICHA CADASTRAL SIMPLIFICADA

NESTA FICHA CADASTRAL SIMPLIFICADA, AS INFORMAÇÕES DOS QUADROS "EMPRESA", "CAPITAL", "ENDEREÇO", "OBJETO SOCIAL" E "TITULAR/SÓCIOS/DIRETORIA" REFEREM-SE À SITUAÇÃO ATUAL DA EMPRESA, NA DATA DE EMISSÃO DESTE DOCUMENTO.

A SEGUIR, SÃO INFORMADOS OS EXTRATOS DOS CINCO ÚLTIMOS ARQUIVAMENTOS REALIZADOS, SE HOUVER.

A AUTENTICIDADE DESTA FICHA CADASTRAL SIMPLIFICADA PODERÁ SER CONSULTADA NO SITE WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR, MEDIANTE O CÓDIGO DE AUTENTICIDADE INFORMADO AO FINAL DESTE DOCUMENTO.

PARA OBTER O HISTÓRICO COMPLETO DA EMPRESA, CONSULTE A FICHA CADASTRAL COMPLETA.

EMPRESA

EMR CONSTRUTORA EIRELI

TIPO: EIRELI (M.E.)

NIRE MATRIZ	DATA DA CONSTITUIÇÃO	EMISSÃO
35601216082	04/12/2015	24/09/2021 11:22:44

INÍCIO DE ATIVIDADE	CNPJ	INSCRIÇÃO ESTADUAL
09/08/2013	18.916.042/0001-32	

CAPITAL

R$ 400.000,00 (QUATROCENTOS MIL REAIS)

ENDEREÇO

LOGRADOURO: RUA MOISES GUGLIELMETTI	NÚMERO: 445	
BAIRRO: VILA VOLGA	COMPLEMENTO:	
MUNICÍPIO: PALMITAL	CEP: 19970-000	UF: SP

OBJETO SOCIAL

CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS
ATIVIDADES PAISAGÍSTICAS
OBRAS DE TERRAPLENAGEM
EXISTEM OUTRAS ATIVIDADES

TITULAR / SÓCIOS / DIRETORIA

EDER FRANCISCO POLCELLI JUNIOR, CUTIS: NÃO INF., NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF 357.490.708-75, RG/RNE: 408649306 - SP, RESIDENTE À RUA MOISES GUGLIELMETTI, 445, VILA VOLGA, PALMITAL - SP, CEP 19970-000, NA SITUAÇÃO DE TITULAR E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA.

5 ÚLTIMOS ARQUIVAMENTOS

SESSÃO: 04/12/2015

TRANSFORMADA DE NIRE 35227779923.

Documento Gratuito
Proibida a Comercialização

NUM.DOC: 918.377/15-8 SESSÃO: 04/12/2015
REGISTRO DA DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA (ME)
NUM.DOC: 038.440/16-7 SESSÃO: 04/02/2016
ARQUIVAMENTO DE DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA/EMPRESARIO - BALANCO PATRIMONIAL E DRE 2015.
NCLUSÃO DE CNPJ 18.916.042/0001-32
NUM.DOC: 133.992/17-2 SESSÃO: 07/04/2017
BALANCO PATRIMONIAL E DRE 2016., DATADA DE: 04/04/2017.

FIM DAS INFORMAÇÕES PARA NIRE: 35601216082
DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO DA BASE DE DADOS: 24/09/2021

JUCESP GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO documento gerado digitalmente

Ficha Cadastral Simplificada. Documento certificado por JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. A Junta Comercial do Estado de São Paulo, garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br sob o número de autenticidade 169398690, sexta-feira, 24 de setembro de 2021 às 11:22:44

331

Consulta Cadastral

Cadastro de Contribuintes de ICMS - Cadesp

Dados Cadastrais | Sócios e Ofício | Configuração | Estabelecimento | Declarações Eletrônicas | Parcelamento

Imprimir Voltar

IE: 501.026.249.112
CNPJ: 18.916.042/0001-32
Nome Empresarial: EMR CONSTRUTORA EIRELI

Situação: Ativo
Data da Inscrição no Estado: 19/09/2013
Regime Estadual: SN
Regime RFB: SN

Empresa - Geral

Nome Empresarial: EMR CONSTRUTORA EIRELI
Natureza Jurídica: Empresa Individual De Responsabilidade Limitada (de Natureza Empresaria)
Data Início da Atividade: 19/09/2013
CNPJ da Matriz: 18.916.042/0001-32

Porte: Microempresa
Capital Social: R$ 400.000,00
Regime Estadual: SIMPLES NACIONAL — Data Início do regime: 19/09/2013

Regime Especial de IE Única: Não — Regime Especial de IE Única por Município: Não

Participantes

CPF/CNPJ	Nome	Qualificação	Participação no Cap. Social	Data de Entrada
357.490.708-75	EDER FRANCISCO PO CELLI JUNIOR	Titular Pessoa Física Residente ou Domiciliado no Brasil	100,00 %	04/12/2015

Endereço do Participante

Logradouro: RUA MOISES GUGLIELMETTI
Nº: 445 — Complemento:
CEP: 19.970-000 — Bairro: VILA VOLGA
Município: PALMITAL — UF: SP

Contato do Participante

Telefone: (18)3351-4368 — Fax:
e-mail: CONTMAX@REDECONTMAX.COM.BR

Estabelecimento - Geral

Nome Fantasia: EMR CONSTRUTORA
CNPJ: 18.916.042/0001-32 — Data da Inscrição no Estado: 19/09/2013
IE: 501.026.249.112 — Data Início da IE: 19/09/2013
NIRE: 35.6.0121608-2

Situação Cadastral: Ativo — Data Início da Situação: 19/09/2013
Ocorrência Fiscal: Ativo

Tipo de Unidade: Unidade produtiva — Formas de Atuação: Estabelecimento Fixo

Tributário

Substituto Tributário: Não — Desde: 19/09/2013
CPR: 1200 — Data Início da CPR: 19/09/2013
CPR-ST:

CNAE Principal:	41.20-4/00 - Construção de edifícios	Data Início do CNAE Prin.: 19/09/2013
CNAE Secundários:	38.11-4/00 - Coleta de resíduos não-perigosos	Data Início do CNAE Sec.: 19/09/2013
	42.13-8/00 - Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas	Data Início do CNAE Sec.: 19/09/2013
	42.92-8/01 - Montagem de estruturas metálicas	Data Início do CNAE Sec.: 19/09/2013
	42.99-5/99 - Outras obras de engenharia civil não especificadas anteriormente	Data Início do CNAE Sec.: 19/09/2013
	43.13-4/00 - Obras de terraplenagem	Data Início do CNAE Sec.: 19/09/2013
	43.21-5/00 - Instalação e manutenção elétrica	Data Início do CNAE Sec.: 19/09/2013
	43.22-3/01 - Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás	Data Início do CNAE Sec.: 19/09/2013
	43.22-3/02 - Instalação e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração	Data Início do CNAE Sec.: 19/09/2013
	43.30-4/01 - Impermeabilização em obras de engenharia civil	Data Início do CNAE Sec.: 19/09/2013
	43.30-4/04 - Serviços de pintura de edifícios em geral	Data Início do CNAE Sec.: 19/09/2013
	43.30-4/05 - Aplicação de revestimentos e de resinas em interiores e exteriores	Data Início do CNAE Sec.: 19/09/2013
	43.99-1/03 - Obras de alvenaria	Data Início do CNAE Sec.: 19/09/2013

71.12-0/00 - Serviços de engenharia — Data Início do CNAE Sec.: 19/09/2013
81.11-7/00 - Serviços combinados para apoio a edifícios, exceto condomínios prediais — Data Início do CNAE Sec.: 19/09/2013
81.29-0/00 - Atividades de limpeza não especificadas anteriormente — Data Início do CNAE Sec.: 19/09/2013
81.30-3/00 - Atividades paisagísticas — Data Início do CNAE Sec.: 19/09/2013

DRT: DRT-11 - MARÍLIA — Posto Fiscal: PF-10 - OURINHOS

Contabilista

CRC: 2SP025236/O-5 — CPF/CNPJ: 03.539.585/0001-97
Nome: REDE CONTMAX CONTABILIDADE & CONSULTORIA LTDA ME
Data Início do Contabilista no Estabelecimento: 19/09/2013
Situação Cadastral: ATIVO

Responsável pela Organização Contábil

CRC do Responsável: 1SP235498/O-5 — CPF do Responsável: 339.400.268-08

Endereço e Contato Preferenciais do Contabilista

Tipo: Comercial
Logradouro: RUA DOUTOR LUIZ PIZZA
Nº: 249 — Complemento:
CEP: 19.814-350 — Bairro: CENTRO
Município: ASSIS — UF: SP
Telefone: (18)3324-4090 — Fax:
e-mail: tiago@redecontmax.com.br

Endereço do Estabelecimento

Logradouro: RUA MOISES GUGLIELMETTI
Nº: 445 — Complemento:
CEP: 19.970-000 — Bairro: VILA VOLGA
Município: PALMITAL — UF: SP
Referência:
Data do Início do Endereço: 09/05/2015

Contato do Estabelecimento

Telefone 1: (18)9617-8764 — Telefone 2: (18)3351-4336
Fax: — e-mail: EMRCONSTRUTORA@HOTMAIL.COM.BR

Endereço de Correspondência

Logradouro: RUA MOISES GUGLIELMETTI
Nº: 445 — Complemento:
CEP: 19.970-000 — Bairro: VILA VOLGA
Município: PALMITAL — UF: SP
Referência:

Versão 4.03

Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: EMR CONSTRUTORA EIRELI
CNPJ: 18.916.042/0001-32

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 09:08:49 do dia 24/09/2021 <hora e data de Brasília>.
Válida até 23/03/2022.
Código de controle da certidão: **8528.4A41.DF51.3F84**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Procuradoria da Dívida Ativa

383

Certidão Negativa de Débitos Tributários
da
Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ Base: 18.916.042

Ressalvado o direito de a Fazenda do Estado de São Paulo cobrar ou inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade da pessoa jurídica/física acima identificada que vierem a ser apuradas, é certificado que:

não constam débitos inscritos em Dívida Ativa de responsabilidade do Interessado(a).

Tratando-se de CRDA emitida para pessoa jurídica, a pesquisa na base de dados é feita por meio do CNPJ Base, de modo que a certidão negativa abrange todos os estabelecimentos do contribuinte, cuja raiz do CNPJ seja aquela acima informada.

Certidão nº	31569372	Folha 1 de 1
Data e hora da emissão	24/09/2021 09:15:11	(hora de Brasília)
Validade	30 (TRINTA) dias, contados da emissão.	

Certidão emitida nos termos da Resolução Conjunta SF-PGE nº 2, de 9 de maio de 2013.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.
A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio **http://www.dividaativa.pge.sp.gov.br**

Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo

334

Débitos Tributários Não Inscritos na Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ / IE: 18.916.042/0001-32

Ressalvado o direito da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo de apurar débitos de responsabilidade da pessoa jurídica acima identificada, é certificado que **não constam débitos** declarados ou apurados pendentes de inscrição na Dívida Ativa de responsabilidade do estabelecimento matriz/filial acima identificado.

Certidão nº	21090285244-07
Data e hora da emissão	24/09/2021 09:13:50
Validade	6 (seis) meses, contados da data de sua expedição.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio **www.pfe.fazenda.sp.gov.br**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL - SP

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ - 44.543.981/0001-99

SETOR DE TRIBUTAÇÃO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

- 335

********** NÚM. DE AUTENTICIDADE: 987083747987083 **********

NR 3191 /2021

Cadastro....:2 / 745200-0 CGC/CPF:18.916.042/0001-32
Contribuinte:EMR CONSTRUTORA EIRELI
Endereço....:R MOYZES GUGLIELMETTI , 445
Bairro.....:VILA VOLGA
Atividade ..:CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS

Requerente .:EMR CONSTRUTORA EIRELI

CERTIFICO que nos lançamentos existentes neste setor de tributação, NÃO existem tributos vencidos até a presente data , em nome do contribuinte e inscrição acima mencionado.

A Prefeitura se reserva no direito da cobrança de débitos que porventura se verificarem em buscas posteriores.

Era o que tínhamos a certificar. Todo o teor da referida é verdade e dá fé.

ESTA CERTIDÃO É VÁLIDA POR 30(TRINTA)DIAS A PARTIR DA DATA DE SUA EXPEDIÇÃO

PM. Palmital, 24 de Setembro de 2021

SETOR DE TRIBUTAÇÃO

********** Documento Emitido Via Internet **********

Praça Mal. Arthur da Costa e Silva, 119 - Centro - Palmital - SP
Tel: (0xx18) 3351-9333 - CEP 19.970-000

336

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 18.916.042/0001-32
Razão Social: EMR CONSTRUTORA EIRELI ME
Endereço: RUA MOISES GUGLIELMETTI 445 / VILA VOLGA / PALMITAL / SP / 19970-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 06/10/2021 a 04/11/2021

Certificação Número: 2021100601400065875834

Informação obtida em 15/10/2021 13:40:54

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: EMR CONSTRUTORA EIRELI (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 18.916.042/0001-32
Certidão nº: 29149411/2021
Expedição: 24/09/2021, às 11:02:25
Validade: 22/03/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **EMR CONSTRUTORA EIRELI (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **18.916.042/0001-32**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA-OPERACIONAL

Rua Moisés Guglielmetti, 445 – Vila Volgá – Palmital – SP / CEP: 19.970-000
Fone/Fax: (18) 3351 4162 / (18) 99617 8764 – emrconstrutora@hotmail.com.br
CNPJ:18.916.042/0001-32 Insc. Est.:511.026.249.112 Insc. Mun.: 00745200

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

339

CERTIDÃO DE REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA

Número da Certidão: *CI - 2465728/2021* ***Válida até:*** *01/12/2021*
Processo (Sipro): *F-002264/2014*

CERTIFICAMOS, que a pessoa jurídica abaixo citada se encontra registrada neste Conselho, para atividades técnicas limitadas a competência legal de seus responsáveis técnicos, nos termos da Lei nº 5.194 de 24 de dezembro de 1966.

CERTIFICAMOS, ainda, face ao estabelecido no artigo 68 da referida Lei, que a pessoa jurídica mencionada, bem como seus responsáveis técnicos anotados não se encontram em débito com o CREA-SP. **CERTIFICAMOS,** mais, que a certidão não concede a empresa o direito de executar quaisquer serviços técnicos sem a participação real, efetiva e insofismável dos responsáveis técnicos abaixo citados, e que perderá a sua validade se ocorrer qualquer modificação nos dados cadastrais nela contidos, após a data de sua expedição.

Razão Social: EMR CONSTRUTORA EIRELI - ME

CNPJ: 18.916.042/0001-32

Endereço: Rua MOISÉS GUGLIELMETTI, 445
VILA VOLGA
19970-000 - Palmital - SP

Número de registro no CREA-SP: 1967589 **Data do registro:** 30/07/2014

Capital Social: R$ **********400.000,00 reais

Observação:
Restricao de Atividades ref. ao obj. social, conf. Instr. vigente.
EXCETO PARA AS ATIVIDADES DA ÁREA DE ENGENHARIA MECÂNICA E ELÉTRICA.

Objetivo Social:
Construção de edificações, casas, prédios e conjuntos habitacionais; Construção e reforma de vias urbanas, praças e calçadas; Construção e reforma de obras de alvenaria; Montagem de estruturas metálicas; Instalação e manutenção elétrica, hidráulica, sanitária e de gás; Instalação e manutenção de sistemas de centrais de ar condicionado, ventilação e refrigeração; Serviços de impermeabilização em obras de engenharia civil; Pintura de edifícios; Aplicação de revestimentos e de resinas; Serviços de acabamento em obras de engenharia civil; Serviços de limpeza e conservação em ruas, praças, calçadas e edifícios; Coleta e transporte de resíduos oriundos da limpeza, varrição e conservação de ruas, praças, calçadas e edifícios; Roçada, poda de árvores, serviços de galerias de águas pluviais, galeria de esgoto e recapeamento asfáltico;

Responsável(is) Técnico(s):

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

Nome: *SILVIO ABUD HADDAD*

Título(s) e atribuição(ões):

ENGENHEIRO CIVIL

Do artigo 7º da Resolução 218, de 29 de junho de 1973, do CONFEA.

Origem do Registro: *CREA-SP* ***Número do Registro (CREASP):*** *0601237944*

Registro Nacional: *2603399829*

Data de Início da Responsabilidade Técnica: *01/12/2017*

Nome: *LUCAS DESCROVE FRANCO*

Título(s) e atribuição(ões):

ENGENHEIRO CIVIL

Artigo 7º da Lei Federal nº 5.194/1966, nas competências especificadas pelo artigo 7º da Resolução 218/1973, sem prejuízo ao artigo 28 do Decreto nº 23.569/1933.

ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO

Do artigo 4º, da Resolução 359, de 31 de julho de 1991, do CONFEA.

Origem do Registro: *CREA-SP* ***Número do Registro (CREASP):*** *5069955696*

Registro Nacional: *2616719835*

Data de Início da Responsabilidade Técnica: *03/04/2019*

****

Esta certidão não quita nem invalida qualquer débito ou infração em nome da empresa e/ou profissional(is), e perderá sua validade caso ocorram quaisquer alterações em seus dados acima descritos.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a) autor(a) à competente ação penal e/ou processo ético respectivo.

A autenticidade desta certidão deverá ser verificada no site: www.creasp.org.br

Código de controle da certidão: 0e0f9062-e2de-450f-8426-57b8f4e04969.

Situação cadastral extraída em 03/02/2021 13:56:09.

Emitida via Serviços Online.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

*Em caso de dúvidas, consulte 0800171811, ou site www.creasp.org.br, link Atendimento/Fale Conosco, ou ainda através da unidade **UGI ASSIS**, situada à **Rua: DIONISIO DIAS PAIAO, 355, , VILA MARIA, ASSIS-SP, CEP: 19814-170**, ou procure a unidade de atendimento mais próxima.*

SÃO PAULO, 03 de fevereiro de 2021

391

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA
E AGRONOMIA DO PARANÁ

Certidão de Registro Temporário para Participação em Licitações

O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná-CREA-PR, certifica que a empresa abaixo, encontra-se com seu registro visado, de acordo com os termos constantes do inciso II do Artigo 1º da Resolução nº 413/97 do CONFEA.

Certidão nº: **46947/2021** Validade: 31/12/2021

Razão Social: EMR CONSTRUTORA EIRELI ME
Num. Visto: 25160 CNPJ : 18916042000132
Desde : 15/04/2021
Certidão Crea Origem :2282648/2021
Endereço : RUA GERAL DA CIDADE
Nº : 445 Complemento :
Bairro : VILA VOLGA
Cep : 19970000 Município/Estado : PALMITAL-SP

Finalidade: Licitação

A presente certidão foi expedida em atendimento ao protocolo nº 00106376/2021.
A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do CREA-PR (http://www.crea-pr.org.br).

Emitida via Internet em 15/04/2021 15:34:31

Dispensa-se a assinatura neste documento, conforme Instrução de Serviço Nº 002/2014.
A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

392

CERTIDÃO DE REGISTRO PROFISSIONAL E QUITAÇÃO

Número da Certidão: *CI - 2465724/2021* ***Válida até:*** *31/12/2021*

CERTIFICAMOS, a requerimento da parte interessada e para os devidos fins que, fazendo rever os arquivos deste Conselho, foi verificado constar que o profissional abaixo mencionado se encontra registrado neste CREA-SP, nos termos da Lei nr. 5.194, de 24 dezembro de 1966, conforme dados abaixo. Certificamos, ainda, face ao estabelecido no artigo 68 da referida Lei, que o interessado não se encontra em débito com o CREA-SP.

Nome: LUCAS DESCROVE FRANCO
C.P.F.: 430.168.438-70
Endereço: Rua TEREZIANO DOS SANTOS, 702
MORADA DO SOL
19970-000 - PALMITAL - SP
Número de registro no CREA-SP: 5069955696 **Expedido em:** 14/03/2017
Registro Nacional do Profissional: 2616719835

Título(s) e atribuição(ões):

ENGENHEIRO CIVIL
Artigo 7º da Lei Federal nº 5.194/1966, nas competências especificadas pelo artigo 7º da Resolução 218/1973, sem prejuízo ao artigo 28 do Decreto nº 23.569/1933.

ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO
Do artigo 4º, da Resolução 359, de 31 de julho de 1991, do CONFEA.

ANUIDADE: *2017*	*PARCELA ÚNICA*	*NR. REC.28027180170676563*	***quitada em*** *20/04/2017*
ANUIDADE: *2018*	*PARCELA ÚNICA*	*NR. REC.28027180180173430*	***quitada em*** *29/03/2018*
ANUIDADE: *2019*	*PARCELA ÚNICA*	*NR. REC.28027150180193340*	***quitada em*** *30/01/2019*
ANUIDADE: *2020*	*PARCELA ÚNICA*	*NR. REC.238075-28027180200205902*	***quitada em*** *27/01/2020*
ANUIDADE: *2021*	*PARCELA ÚNICA*	*NR. REC.1795809-28027180210116666*	***quitada em*** *19/01/2021*

Esta certidão não quita nem invalida qualquer débito ou infração em nome do(a) profissional, e perderá sua validade caso ocorram quaisquer alterações em seus dados acima descritos.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

A falsificação deste documento constituí-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a) autor(a) à competente ação penal e/ou processo ético respectivo.

A autenticidade desta certidão deverá ser verificada no site: www.creasp.org.br

Código de controle da certidão: aa7c28b5-d042-4fc6-8b61-2d9da55c7720.

Situação cadastral extraída em 03/02/2021 13:53:05.

Emitida via Serviços Online.

Em caso de dúvidas, consulte 0800171811, ou site www.creasp.org.br link Atendimento/Fale Conosco, ou ainda através da unidade ***UGI ASSIS,*** *situada à* ***Rua: DIONISIO DIAS PAIAO, 355, , VILA MARIA, ASSIS-SP, CEP: 19814-170,*** *ou procure a unidade de atendimento mais próxima.*

SÃO PAULO, 03 de fevereiro de 2021

393

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA
E AGRONOMIA DO PARANÁ

Certidão de Registro de Pessoa Física e Negativa de Débitos

O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná-CREA-PR, certifica que o(a) profissional abaixo encontra-se regularmente registrado(a) nos termos da Lei Federal nº 5.194/66 possibilitando-o(a) a exercer sua profissão no Estado do Paraná, circunscrita à(s) atribuição(ões) constantes de seu registro.

Certidão nº: **81073/2021** Validade: 09/01/2022

Nome Civil: LUCAS DESCROVE FRANCO
Carteira - CREA-SP Nº :SP-5069955696/D Visto Nº : 173386
Registro Nacional : 2616719835
Registrado(a) desde : 14/03/2017 Dt. Expedição Visto : 21/09/2018
Filiação : IVAN CARLOS FRANCO
MARCIA HELENA DESCROVE FRANCO
Data de Nascimento : 30/03/1994
Carteira de Identidade : 49.639.888-X CPF : 43016843870
Naturalidade : ASSIS/SP

Título: ENGENHEIRO CIVIL
FACULDADE DE ENGENHARIA CAMPUS DE ILHA SOLTEIRA - UNESP
Data da Colação de Grau : 09/03/2017 Diplomação : 09/03/2017
Situação : Regular
Atribuições profissionais:
Lei Federal N.º 5.194/1966 - Art. 7º de 24/12/1966
Observações: Nas competências especificadas pelo Artigo 7º da Resolução 218/1973, artigo 28 do Decreto n.º 23.569/1933.
Decreto Federal N.º 23.569/1933 - Art. 28º de 11/12/1933
Resolução do Confea N.º 218/1973 - Art. 7º de 29/06/1973 do CONFEA.

Encontra-se quite com a anuidade relativa ao exercício de 2021.
Não possui débito(s) referente a processo(s) de fiscalização e/ou divida ativa até a presente data.

Para fins de: LICITAÇÕES

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do CREA-PR (http://www.crea-pr.org.br), através do protocolo n.º 207744/2021.

Emitida via Internet em 13/07/2021 09:09:37

Dispensa-se a assinatura neste documento, conforme Instrução de Serviço Nº 002/2014.
A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

EMR Construtora EIRELI - ME

394

CONTRATO DE TRABALHO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AUTÔNOMOS

CONTRATANTE: **EMR CONSTRUTORA EIRELI-ME**, firma estabelecida na Rua Moisés Guglielmetti, 445 – Vila Volga – Palmital – SP, inscrita no CNPJ sob o no 18.916.042/0001-32, denominada CONTRATANTE, neste ato representada pelo seu sócio **EDER FRANCISCO POCELLI JUNIOR**, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade no 40.864.930-6 SSP-SP, CPF no 357.490.708-75, residente e domiciliado na Rua Moisés Guglielmetti, 445 – Vila Volga – Palmital – SP.

CONTRATADO: **LUCAS DESCROVE FRANCO**, brasileiro, Engenheiro Civil, portador da Carteira Profissional do CREA no 5069955696, inscrito no CPF sob o no 430.168.438-70 e Carteira de Identidade nº 49.639.888-X, residente e domiciliado na Rua Tereziano dos Santos, bairro Morada do Sol , cidade de Palmital - SP.

O presente contrato se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Do objeto:

O objeto do contrato é a prestação de serviços profissionais na Área da Engenharia como Engenheiro Civil como RESPONSAVEL TÉCNICO, restrita às atribuições do contratado, conforme previsto na legislação vigente.

CLÁUSULA SEGUNDA: Da Remuneração e carga horária:

O contratado receberá remuneração no valor de R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), para uma jornada semanal de 32 (trinta e duas) horas, exercidas 8 horas diárias nas segundas-feiras, terças-feiras, quintas-feiras e sextas-feiras, com horário determinado das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00. O pagamento será efetuado mensalmente, no início do mês subsequente aquele em que fora prestado o serviço.

DATA: 22/10/2021

CLÁUSULA TERCEIRA: Do prazo:

O prazo de validade deste contrato 3 anos, iniciando em 03/04/2019, podendo ser rescindido a qualquer tempo por uma das partes desde que comunicado com antecedência de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA QUARTA: Do foro:

Fica eleito o Foro da Comarca de Palmital, para dirimir as questões decorrentes deste contrato.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente contrato, em 03 (três) vias de igual teor, na presença de duas testemunhas.

Palmital, 03 de Abril de 2019.

Éder Francisco Poleelli Junior
CPF: 357.490.708-7
CONTRATANTE

Lucas Descrove Franco
CPF: 430.168.438-70
CONTRATADO

Testemunhas:

Adriana Stoque Toral
CPF:314.506.398-79
RG: 33.127.677-X

Tiago Ignácio dos Santos
CPF: 339.400.268-08
RG: 40.618.123-8



EMR Construtora EIRELI - ME

395

ADITIVO CONTRATO DE TRABALHO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AUTÔNOMOS

CONTRATANTE: EMR CONSTRUTORA EIRELI-ME, firma estabelecida na Rua Moisés Guglielmetti, 445 – Vila Volga – Palmital – SP, inscrita no CNPJ sob o no 18.916.042/0001-32, denominada CONTRATANTE, neste ato representada pelo seu sócio **EDER FRANCISCO POCELLI JUNIOR**, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade no 40.864.930-6 SSP-SP, CPF no 357.490.708-75, residente e domiciliado na Rua Moisés Guglielmetti, 445 – Vila Volga – Palmital – SP.

CONTRATADO: LUCAS DESCROVE FRANCO, brasileiro, Engenheiro Civil, portador da Carteira Profissional do CREA no 5069955696, inscrito no CPF sob o no 430.168.438-70 e Carteira de Identidade nº 49.639.888-X, residente e domiciliado na Rua Tereziano dos Santos, n. 702, bairro Morada do Sol, cidade de Palmital - SP.

O presente aditivo de contrato resolve alterar a **CLÁUSULA SEGUNDA: Da remuneração e da carga horária**, existente no CONTRATO DE TRABALHO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AUTÔNOMOS, a qual passa a ter a seguinte redação:

DATA: 02/10/2021
ASSINATURA

CLÁUSULA SEGUNDA: Da Remuneração e carga horária:

O contratado receberá remuneração no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), para uma jornada semanal de 12 (doze) horas, exercidas 4 horas diárias nas segundas-feiras, quartas-feiras, e sextas-feiras, com horário determinado das 07:30 às 11:30. O pagamento será efetuado mensalmente, no inicio do mês subsequente aquele em que fora prestado o serviço.

Palmital, 26 de Novembro de 2019.

Eder Francisco Polcelli Junior
CPF: 357.490.708-7
CONTRATANTE

Lucas Descrove Franco
CPF: 430.168.438-70
CONTRATADO

Lucas Descrove Franco
Engenheiro Civil
CREA 5069955696

396

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

CERTIDÃO DE REGISTRO PROFISSIONAL E QUITAÇÃO

Número da Certidão: *CI - 2504218/2021* ***Válida até:*** *31/12/2021*

CERTIFICAMOS, a requerimento da parte interessada e para os devidos fins que, fazendo rever os arquivos deste Conselho, foi verificado constar que o profissional abaixo mencionado se encontra registrado neste CREA-SP, nos termos da Lei nr. 5.194, de 24 dezembro de 1966, conforme dados abaixo. Certificamos, ainda, face ao estabelecido no artigo 68 da referida Lei, que o interessado não se encontra em débito com o CREA-SP.

Nome: SILVIO ABUD HADDAD
C.P.F.: 056.081.198-51
Endereço: Rua MANOEL LEÃO REGO, 01
CENTRO
19970-060 - PALMITAL - SP
Número de registro no CREA-SP: 0601237944 **Expedido em:** 06/02/1985
Registro Nacional do Profissional: 2603399829

Título(s) e atribuição(ões):

ENGENHEIRO CIVIL
Do artigo 7º da Resolução 218, de 29 de junho de 1973, do CONFEA.

ANUIDADE: *2016*	*PARCELA ÚNICA*	*NR. REC.491950433658*	*quitada em*	*01/02/2016*
ANUIDADE: *2017*	*PARCELA ÚNICA*	*NR. REC.28027150160014770*	*quitada em*	*30/01/2017*
ANUIDADE: *2018*	*PARCELA ÚNICA*	*NR. REC.28027150170439269*	*quitada em*	*29/01/2018*
ANUIDADE: *2019*	*PARCELA ÚNICA*	*NR. REC.29202690190063317*	*quitada em*	*01/04/2019*
ANUIDADE: *2020*	*PARCELA ÚNICA*	*NR REC.29202690200002611*	*quitada em*	*31/01/2020*
ANUIDADE: *2021*	*PARCELA ÚNICA*	*NR. REC.29202690210019224*	*quitada em*	*01/02/2021*

****

Esta certidão não quita nem invalida qualquer débito ou infração em nome do(a) profissional, e perderá sua validade caso ocorram quaisquer alterações em seus dados acima descritos.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a) autor(a) à competente ação penal e/ou processo ético respectivo.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

A autenticidade desta certidão deverá ser verificada no site: www.creasp.org.br

Código de controle da certidão: 8ddc4486-9efd-4c2d-84d5-f59bf330446b.

Situação cadastral extraída em 19/03/2021 15:19:38.

Emitida via Serviços Online.

Em caso de dúvidas, consulte 0800171811, ou site www.creasp.org.br link Atendimento/Fale Conosco, ou ainda através da unidade ***UGI ASSIS,*** *situada à* ***Rua: DIONISIO DIAS PAIAO, 355, , VILA MARIA, ASSIS-SP, CEP: 19814-170,*** *ou procure a unidade de atendimento mais próxima.*

SÃO PAULO, 19 de março de 2021

397

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA
E AGRONOMIA DO PARANÁ

Certidão de Registro de Pessoa Física e Negativa de Débitos

O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná-CREA-PR, certifica que o(a) profissional abaixo encontra-se regularmente registrado(a) nos termos da Lei Federal nº 5.194/66 possibilitando-o(a) a exercer sua profissão no Estado do Paraná, circunscrita à(s) atribuição(ões) constantes de seu registro.

Certidão nº: **51467/2021** Validade: 25/10/2021

Nome Civil: SILVIO ABUD HADDAD
Carteira - CREA-SP Nº :SP-0601237944/D
Registro Nacional : 2603399829
Registrado(a) desde : 20/01/1984
Filiação : FUADE HADDAD
MARTHA ABUD HADDAD
Data de Nascimento : 12/09/1961
Carteira de Identidade : 6.281.992-6
Naturalidade : SAO PAULO/SP

Visto Nº : 186910
Dt. Expedição Visto : 22/04/2021
CPF : 05608119851

Título: ENGENHEIRO CIVIL
ESC.DE ENGENHARIA DA UNIVERSIDADE MACKENZIE
Data da Colação de Grau : 20/01/1984 Diplomação : 20/01/1984
Situação : Regular
Atribuições profissionais:
Resolução do Confea N.º 218/1973 - Art. 7º de 29/06/1973 do CONFEA.

Encontra-se quite com a anuidade relativa ao exercício de 2021.
Não possui débito(s) referente a processo(s) de fiscalização e/ou dívida ativa até a presente data.

Para fins de: LICITAÇÕES

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do CREA-PR (http://www.crea-pr.org.br), através do protocolo n.º 123786/2021.

Emitida via Internet em 28/04/2021 13:19:54

Dispensa-se a assinatura neste documento, conforme Instrução de Serviço Nº 002/2014.
A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

CONTRATO DE TRABALHO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AUTÔNOMOS

CONTRATANTE: **EMR CONSTRUTORA EIRELI-ME**, firma estabelecida na Rua Moisés Guglielmetti, nº 445 – Vila Volga – Palmital – SP, inscrita no CNPJ sob o nº 18.916.042/0001-32, denominada CONTRATANTE, neste ato representada pelo seu sócio **ÉDER FRANCISCO POCELLI JUNIOR**, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade nº 40.864.930-6 SSP-SP, CPF nº 357.490.708-75, residente e domiciliado na Rua Moisés Guglielmetti, 445 – Vila Volga – Palmital – SP.

CONTRATADO: **SILVIO ABUD HADDAD**, brasileiro, Engenheiro Civil, portador da Carteira Profissional do CREA nº 060.123.794.4, inscrito no CPF sob o nº 056.081.198-51 e Carteira de Identidade nº 6.281.992 SSP-SP, residente e domiciliado na Rua Manoel Leão Rego nº 01, Cidade de Palmital - SP.

O presente contrato se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Do objeto:

O objeto do contrato é a prestação de serviços profissionais na Área da Engenharia como Engenheiro Civil como RESPONSAVÉL TÉCNICO, restrita às atribuições do contratado, conforme previsto na legislação vigente.

CLÁUSULA SEGUNDA: Da Remuneração e carga horária:

O contratado receberá a remuneração de 2 salários mínimos vigentes, sendo nesta data o valor de R$ 1.874,00 (hum mil, oitocentos e setenta e quatro reais), para uma jornada diária de 12 (doze) horas semanais, (segunda-feira, quarta-feira e sexta-feira) no horário de 13:30h às 17:30h.

CONF. DATA: 22/10/2021

CLÁUSULA TERCEIRA: Do prazo:

O prazo de validade deste contrato é: [X] INDETERMINADO [ ] DETERMINADO, iniciando em 01/12/2017, com prazo máximo de 4 anos, podendo ser rescindido a qualquer tempo por uma das partes desde que comunicado com antecedência de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA QUARTA: Do foro:

Fica eleito o Foro da Comarca de Palmital, para dirimir as questões decorrentes deste contrato.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente contrato, em 03 (três) vias de igual teor, na presença de duas testemunhas.

Palmital, 01 de Dezembro de 2017.

Éder Francisco Polcelli Junior
CPF: 357.490.708-7
CONTRATANTE

Silvio Abud Haddad
CPF: 056.081.198-51
CONTRATADO

Testemunhas:

Adriana Stoque Toral
CPF: 314.506.398-79
RG: 33.127.677-X

Tiago Ignácio dos Santos
CPF: 339.400.268-08
RG: 40.618.123-8

EMR Construtora EIRELI - ME

399

DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISITA TÉCNICA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES - PR

COMISSÃO PERMANENTE DE JULGAMENTO E LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2021- PMB
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 149/2021 – PMB

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACIR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR

A Empresa EMR Construtora EIRELI - ME devidamente inscrita no CNPJ nº 18.916.042/0001-32, com endereço na Rua Moisés Guglielmetti, nº 445, Bairro Vila Vilga, CEP. 19970-000, na cidade de Palmital estado de São Paulo, por intermédio de seu representante legal o Sr. Eder Francisco Polcelli Junior, portador da carteira de identidade nº 40.864.930-6 SP/SSP e do Cadastro de Pessoa Física – CPF nº 357.490.708-75, **DECLARA** que **RENUNCIA A VISITA TÉCNICA** aos locais e/ou instalações do objeto licitado de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerente a natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato informado que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejam avenças técnicas /ou financeiras para com a contratante.

Palmital/SP. 15 de outubro de 2021

Eder Francisco Polcelli Junior
Proprietário – CEO
Rua Moisés Guglielmetti, 445
Vila Volga – Palmital – SP
RG 40.864.930-6 SP/SSP
CPF 357.490.708-75

EMR Construtora EIRELI - ME

INDICAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

400

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES - PR

COMISSÃO PERMANENTE DE JULGAMENTO E LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2021- PMB
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 149/2021 – PMB

A empresa **EMR CONSTRUTORA EIRELI**, estabelecida à Rua Moisés Guglielmetti, nº 445, Vila Volga, CEP 19970-000, Palmital/SP, inscrita no CNPJ sob nº 18 916.042/0001-32, neste ato representada pelo seu Titular, EDER FRANCISCO POLCELLI JUNIOR, portador da Carteira de Identidade n 40.864 930-6 SSP/SP e do CPF n. 357.490.708-75, por meio desta **INDICA**, como responsáveis técnicos **PARA TODOS OS LOTES**;

Nome: **Lucas Descrove Franco**
Especialidade: Engenheiro Civil
CREA/CAU: 5069955696 (CREA – SP)
Nº Data do Registro: 15/09/2017

Nome: **Silvio Abbud Haddad**
Especialidade: Engenheiro Civil
CREA/CAU: 0601237944 (CREA – SP)
Nº Data do Registro: 06/02/1985

Palmital/SP, 15 de outubro de 2021.

Eder Francisco Polcelli Junior
Proprietário – CEO
Rua Moisés Guglielmetti, 445
Vila Volga – Palmital – SP
RG 40 864 930-6 SP/SSP
CPF 357.490.708-75

EMR Construtora EIRELI - ME

401

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES - PR

COMISSÃO PERMANENTE DE JULGAMENTO E LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2021- PMB
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 149/2021 – PMB

Eu Eder Francisco Polcelli Junior, representante legal da empresa EMR Construtora EIRELI – ME, participante da Tomada de Preços 03 /2021, Da Prefeitura Municipal de Bandeirantes - SP

DECLARO sob as penas da lei:

- Que, sob as penas do artigo 299, do Código Penal, terá a disponibilidade, caso venha a vencer o certame, para realizar a entrega do objeto licitado, no prazo previsto no Edital e na minuta de contrato.
- A empresa licitante apresenta disponibilidade da equipe técnica e do profissional, que se responsabilizará pelos trabalhos, para plena execução do objeto licitado.
- A empresa licitante apresenta disponibilidade de aparelhamento, equipamentos e instrumentos relacionados acima que ficarão à disposição da obra, até seu término.

Palmital, 15 de outubro de 2021

EMR Construtora EIRELI – ME
CNPJ:18.916.042/0001-32
Eder Francisco Polcelli Junior
Proprietário – CEO
RG 40.864.930-6 SP/SSP
CPF 357.490.708-75

Rua Moisés Guglielmetti, 445 – Vila Volga – Palmital – SP / CEP-19.970-000
Fone/Fax: (18) 3351 4162 / (18) 99617 8764 – emrconstrutora@hotmail.com.br
CNPJ:18.916.042/0001-32 Inscr. Est.:302.026.249.112 Inscr. Mun.:00745200

EMR Construtora EIRELI - ME

402

A
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES - PR

COMISSÃO PERMANENTE DE JULGAMENTO E LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2021- PMB
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 149/2021 – PMB

Indicação da equipe e do pessoal técnico especializado disponíveis para a realização do objeto licitado:

Engenheiro Civil:

Silvio Abud Hadad
CREA/SP nº 060.123.794.4

Lucas Descrove Franco
CREA/SP nº 5069955696
Encarregado de Obra:

Gilberto Ferreira dos Santos
RG nº 26467396

Apontadora:

Adriana Stoque Toral
RG nº 33.127.677-X

Pedreiro:

Valdemar da Silva Carvalho
RG nº 249298613

Claudemir Antônio Carnio
RG nº 269319761

Servente de Pedreiro:

Bruno Henrique Boranga Ferreira dos Santos
RG nº 407024931

Serralheiro:

Henrique Fernando Vasco
RG nº 208147093

Sidnar Luiz da Silva
RG nº 496501252

Palmital/SP, 15 de outubro de 2021

Eder Francisco Polcelli Junior
Proprietário
RG 40.864.930-6 SP/SSP
CPF 357.490 708-75

Rua Moisés Guglielmetti, 445 – Vila Volga – Palmital – SP / CEP-19.970-000
Fone/Fax: (18) 3351 4162 / (18) 99617 8764 – emreconstrutora@hotmail.com.br
CNPJ:18.916.042/0001-32 Inscr. Est.:501.026.249.112 Inscr. Mun.: 00745200

403

A
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES - PR

COMISSÃO PERMANENTE DE JULGAMENTO E LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2021- PMB
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 149/2021 – PMB

Indicação das instalações e aparelhamento

1. Instalação administrativa:
EMR CONSTRUTORA EIRELI-ME, estabelecida na Rua Moises Guglielmetti nº 445 – Vila Volga, no município de Palmital, Estado de São Paulo.

2. Instalação do Canteiro:
Containners

3. Equipe Técnica:
Engenheiro, Mestre de Obra, Encarregados, etc.

4. Máquinas, Equipamentos/Instrumentos:
Equipamentos Instrumentos: Teodolito, Serra Circular de Bancada e Manual, Nivel, Serra Mármore. Furadeira. Campactador tipo sapo, Esmirilhadeira, Betoneiras 400 l, Placa Vibratória, Vibrador de concreto, Trenas, Prumos, Carrinho de mão. EPI, Andaimes, etc.

Todos os equipamentos/instrumentos necessários para a perfeita execução da obra serão disponibilizados pela empresa.

Máquinas: Todas ás máquinas necessárias para a perfeita execução da obra serão alugadas por nós.

Palmital/SP. 15 de outubro de 2021

Eder Francisco Polcelli Junior
Proprietário – CEO
Rua Moisés Guglielmetti, 445
Vila Volga – Palmital – SP
RG 40.864.930-6 SP/SSP
CPF 357.490.708-75

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAVANTES
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, OBRAS, MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA
Rua: Dr. Altino Arantes, nº 464, Centro, Chavantes/SP
Telefone: (14) 3342 9202 – CNPJ 44.563.575/0001-98
Site: www.chavantes.sp.gov.br
email: planejamento@chavantes.sp.gov.br

405

Segue a planilha quantitativa discriminando os serviços executados.

1.	REFORMA DO PRÉDIO DA PREFEITURA			UN	QTD
1.1	SERVIÇOS PRELIMINARES				
1.1.1	SINAPI	74209/1	PLACA DE OBRA EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO	M2	4,50
1.2	DEMOLIÇÃO				
1.2.1	SINAPI	97633	DEMOLIÇÃO DE REVESTIMENTO CERÂMICO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	M2	1.033,15
1.2.2	SINAPI	97622	DEMOLIÇÃO DE ALVENARIA DE BLOCO FURADO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	M3	32,49
1.2.3	CPOS	03.01.020	DEMOLIÇÃO MANUAL DE CONCRETO SIMPLES	M3	51,57
1.3	FUNDAÇÃO				
1.3.1	CPOS	12.01.040	BROCA EM CONCRETO ARMADO DIÂMETRO DE 25 CM - COMPLETA	M	55,00
1.3.2	SINAPI	93358	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA COM PROFUNDIDADE MENOR OU IGUAL A 1,30 M. AF_03/2016	M3	4,03
1.3.3	CPOS	09.01.020	FORMA EM MADEIRA COMUM PARA FUNDAÇÃO	M2	37,55
1.3.4	SINAPI	73990/1	ARMACAO ACO CA-50 P/ 1,0 M3 DE CONCRETO	UN	1,76
1.3.5	SINAPI	94970	CONCRETO FCK = 20 MPA, TRAÇO 1:2,7:3 (CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 600 L. AF_07/2016	M3	1,13
1.3.6	SINAPI	74157/4	LANCAMENTO/APLICACAO MANUAL DE CONCRETO EM FUNDACOES	M3	1,13
1.4	SUPERESTRUTURA				
1.4.1	SINAPI	92269	FABRICAÇÃO DE FÔRMA PARA PILARES E ESTRUTURAS SIMILARES, EM MADEIRA SERRADA, E = 25 MM. AF_12/2015	M2	49,70
1.4.2	SINAPI	92718	CONCRETAGEM DE PILARES, FCK = 25 MPA, COM USO DE BALDES EM EDIFICAÇÃO COM SEÇÃO MÉDIA DE PILARES MENOR OU IGUAL A 0,25 M² - LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO. AF_12/2015	M3	2,92
1.4.3	SINAPI	92723	CONCRETAGEM DE VIGAS E LAJES, FCK = 20 MPA, PARA LAJES PREMOLDADAS COM USO DE BOMBA EM EDIFICAÇÃO COM ÁREA MÉDIA DE LAJES MENOR OU IGUAL A 20 M² - LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO. AF_12/2015	M3	0,38
1.4.4	SINAPI	73990/1	ARMACAO ACO CA-50 P/ 1,0 M3 DE CONCRETO	UN	3,30
1.4.5	SINAPI	74141/1	LAJE PRE-MOLD BETA 11 P/I KN/M2 VAOS 4,40 M INCL VIGOTAS TIJOLOS ARMADURA NEGATIVA CAPEAMENTO 3CM CONCRETO 20 MPA ESCORAMENTO MATERIAL E MAO DE OBRA.	M2	8,25
1.5	ALVENARIA				
1.5.1	SINAPI	87471	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA VERTICAL DE 9X19X39CM (ESPESSURA 9 CM) DE PAREDES COM ÁREA LÍQUIDA MENOR QUE 6 M² SEM VÃOS E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF_06/2014	M2	113,15
1.5.2	SINAPI	87905	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIA (COM PRESENÇA DE VÃOS) E ESTRUTURAS DE CONCRETO DE FACHADA, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO EM BETONEIRA 400 L. AF_06/2014	M2	266,80

O PRESENTE DOCUMENTO É PARTE INTEGRANTE DA CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO EXPEDIDA PELO CREA-SP.
CAT No: 2620210007542 - 14/07/2021 11:16:40 - Autenticação Digital: IF5aTJ3Ua1xJlFGsslzl3z1KTasJkCaF.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAVANTES
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, OBRAS, MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA
Rua: Dr. Altino Arantes, nº 464, Centro, Chavantes/SP
Telefone: (14) 3342 9202 – CNPJ 44.563.575/0001-98
Site: www.chavantes.sp.gov.br
email: planejamento@chavantes.sp.gov.br

GOVERNO DE CHAVANTES
NOVO RUMO, NOVO TEMPO

1.5.3	SINAPI	87289	ARGAMASSA TRAÇO 1:1,5:7,5 (CIMENTO, CAL E AREIA MÉDIA) PARA EMBOÇO/MASSA ÚNICA/ASSENTAMENTO DE ALVENARIA DE VEDAÇÃO, PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_06/2014	M3	93,95
1.5.4	SINAPI	96358	PAREDE COM PLACAS DE GESSO ACARTONADO (DRYWALL), PARA USO INTERNO, COM DUAS FACES SIMPLES E ESTRUTURA METÁLICA COM GUIAS SIMPLES, SEM VÃOS. AF_06/2017	M2	87,59
1.6	COBERTURA				
1.6.1	SINAPI	97647	REMOÇÃO DE TELHAS, DE FIBROCIMENTO, METÁLICA E CERÂMICA, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	M2	44,22
1.6.2	SINAPI	92565	FABRICAÇÃO E INSTALAÇÃO DE ESTRUTURA PONTALETADA DE MADEIRA NÃO APARELHADA PARA TELHADOS COM ATÉ 2 ÁGUAS E PARA TELHA CERÂMICA OU DE CONCRETO, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_12/2015	M2	44,22
1.6.3	SINAPI	94198	TELHAMENTO COM TELHA CERÂMICA DE ENCAIXE, TIPO PORTUGUESA, COM MAIS DE 2 ÁGUAS, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF 07/2019	M2	44,22
1.6.4	SINAPI	1115	RUFO EXTERNO DE CHAPA DE ACO GALVANIZADA NUM 26, CORTE 28 CM	M	10,20
1.6.5	SINAPI	94227	CALHA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO NÚMERO 24, DESENVOLVIMENTO DE 33 CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF 07/2019	M	19,20
1.6.6	SINAPI	97647	REMOÇÃO DE TELHAS, DE FIBROCIMENTO, METÁLICA E CERÂMICA, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	M2	59,80
1.6.7	SINAPI	94207	TELHAMENTO COM TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO E = 6 MM, COM RECOBRIMENTO LATERAL DE 1/4 DE ONDA PARA TELHADO COM INCLINAÇÃO MAIOR QUE 10°, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO IÇAMENTO. AF_07/2019	M2	98,20
1.6.8	SINAPI	94228	CALHA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO NÚMERO 24, DESENVOLVIMENTO DE 50 CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_06/2016	M	16,00
1.6.9	SINAPI	94229	CALHA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO NÚMERO 24, DESENVOLVIMENTO DE 100 CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_06/2016	M	64,00
1.6.10	SINAPI	1116	RUFO EXTERNO DE CHAPA DE ACO GALVANIZADA NUM 26, CORTE 25 CM	M	11,46
1.6.11	SINAPI	1113	RUFO EXTERNO/INTERNO DE CHAPA DE ACO GALVANIZADA NUM 26, CORTE 33 CM	M	14,39
1.6.12	SINAPI	1114	RUFO INTERNO DE CHAPA DE ACO GALVANIZADA NUM 26, CORTE 50 CM	M	96,00
1.6.13	SINAPI	14166	POSTE CONICO CONTINUO EM ACO GALVANIZADO, RETO, ENGASTADO, H = 7 M, DIAMETRO INFERIOR = "125" MM - 18,50 NO TOTAL (USAR COMO PILARES ESTACIONAMENTO)	UN	5,00
1.6.14	SINAPI	92604	FABRICAÇÃO E INSTALAÇÃO DE TESOURA INTEIRA EM AÇO, VÃO DE 4 M, PARA TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO, METÁLICA, PLÁSTICA OU TERMOACÚSTICA, INCLUSO IÇAMENTO. AF_12/2015	UN	2,00

O PRESENTE DOCUMENTO É PARTE INTEGRANTE DA CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO EXPEDIDA PELO CREA-SP.
CAT No: 2620210007542 - 14/07/2021 11:16:40 - Autenticação Digital: IF5a1. Ba1xJfGssIzI3z1KTasJkCaF.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAVANTES
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, OBRAS, MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA
Rua: Dr. Altino Arantes, nº 464, Centro, Chavantes/SP
Telefone: (14) 3342 9202 – CNPJ 44.563.575/0001-98
Site: www.chavantes.sp.gov.br
email: planejamento@chavantes.sp.gov.br

1.6.15	SINAPI	94213	TELHAMENTO COM TELHA DE AÇO/ALUMÍNIO E = 0,5 MM, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO IÇAMENTO. AF_07/2019 (ESTACIONAMENTO OFICIAL)	M2	25,52
1.6.16	SINAPI	92580	TRAMA DE AÇO COMPOSTA POR TERÇAS PARA TELHADOS DE ATÉ 2 ÁGUAS PARA TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO, METÁLICA, PLÁSTICA OU TERMOACÚSTICA, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_07/2019	M2	25,52
1.6.17	SINAPI	92565	FABRICAÇÃO E INSTALAÇÃO DE ESTRUTURA PONTALETADA DE MADEIRA NÃO APARELHADA PARA TELHADOS COM ATÉ 2 ÁGUAS E PARA TELHA CERÂMICA OU DE CONCRETO, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_12/2015	M2	28,80
1.6.18	SINAPI	94198	TELHAMENTO COM TELHA CERÂMICA DE ENCAIXE, TIPO PORTUGUESA, COM MAIS DE 2 ÁGUAS, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_07/2019	M2	28,80
1.6.19	SINAPI	1115	RUFO EXTERNO DE CHAPA DE ACO GALVANIZADA NUM 26, CORTE 28 CM (AREA DE LAZER)	M	15,40
1.6.20	SINAPI	94227	CALHA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO NÚMERO 24, DESENVOLVIMENTO DE 33 CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_07/2019 (AREA DE LAZER)	M	15,40
1.6.21	SINAPI	97647	REMOÇÃO DE TELHAS, DE FIBROCIMENTO, METÁLICA E CERÂMICA, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	M2	28,60
1.6.22	SINAPI	94216	TELHAMENTO COM TELHA METÁLICA TERMOACÚSTICA E = 30 MM, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO IÇAMENTO. AF_07/2019	M2	28,60
1.6.23	SINAPI	92604	FABRICAÇÃO E INSTALAÇÃO DE TESOURA INTEIRA EM AÇO, VÃO DE 4 M, PARA TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO, METÁLICA, PLÁSTICA OU TERMOACÚSTICA, INCLUSO IÇAMENTO. AF_12/2015	UN	4,00
1.6.24	SINAPI	92580	TRAMA DE AÇO COMPOSTA POR TERÇAS PARA TELHADOS DE ATÉ 2 ÁGUAS PARA TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO, METÁLICA, PLÁSTICA OU TERMOACÚSTICA, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_07/2019 (AREA DE LAZER)	M2	28,60
1.6.25	SINAPI	5050	POSTE CONICO CONTINUO EM ACO GALVANIZADO, RETO, FLANGEADO, H = 3 M, DIAMETRO INFERIOR = "95" MM	UN	4,00
1.6.26	SINAPI	1115	RUFO EXTERNO DE CHAPA DE ACO GALVANIZADA NUM 26, CORTE 28 CM (ALMOXARIFADO)	M	11,00
1.6.27	CPOS	16.33.082	CALHA, RUFO, AFINS EM CHAPA GALVANIZADA Nº 26 - CORTE 0,33 M (APENAS MÃO DE OBRA)	M	57,60
1.6.28	CPOS	16.33.102	CALHA, RUFO, AFINS EM CHAPA GALVANIZADA Nº 26 - CORTE 0,50 M (APENAS MÃO DE OBRA)	M	96,00
1.7	**REVESTIMENTO**				
1.7.1	SINAPI	87251	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO ESMALTADA EXTRA DE DIMENSÕES 45 X 45 CM APLICADA EM AMBIENTES DE ÁREA MAIOR QUE 10 M2. AF_06/2014	M2	712,76
1.7.2	SINAPI	87275	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PAREDES INTERNAS COM PLACAS TIPO ESMALTADA EXTRA DE DIMENSÕES 33 X 45 CM APLICADAS EM AMBIENTES DE ÁREA MAIOR QUE 5 M² A MEIA ALTURA DAS PAREDES. AF_06/2014	M2	299,26

O PRESENTE DOCUMENTO É PARTE INTEGRANTE DA CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO EXPEDIDA PELO CREA-SP.
CAT No: 2620210007542 - 14/07/2021 11:16:40 - Autenticação Digital: IF5aTJ3Ua1xJ#GsslzI3z1KTasJkCaF.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAVANTES
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, OBRAS, MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA
Rua: Dr. Altino Arantes, nº 464, Centro, Chavantes/SP
Telefone: (14) 3342 9202 – CNPJ 44.563.575/0001-98
Site: www.chavantes.sp.gov.br
email: planejamento@chavantes.sp.gov.br

GOVERNO DE CHAVANTES
NOVO RUMO, NOVO TEMPO

1.7.3	SINAPI	20232	SOLEIRA EM GRANITO, POLIDO, TIPO ANDORINHA/ QUARTZ/ CASTELO/ CORUMBA OU OUTROS EQUIVALENTES DA REGIAO, L= *15* CM, E= *2,0* CM	M	20,90
1.7.4	CPOS	55.01.070	LIMPEZA COMPLEMENTAR E ESPECIAL DE PISO COM PRODUTOS QUÍMICOS	M2	162,97
1.7.5	CPOS	17.40.160	RESINA EPÓXI PARA PISO DE GRANILITE	M2	409,34
1.7.6	CPOS	17.10.020	PISO EM GRANILITE MOLDADO NO LOCAL	M2	246,37
1.7.7	SINAPI	5968	IMPERMEABILIZACAO DE SUPERFICIE COM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA (MEDIA), TRACO 1:3, COM ADITIVO IMPERMEABILIZANTE, E=2 CM.	M2	249,67
1.7.8	CPOS	17.01.050	REGULARIZAÇÃO DE PISO COM NATA DE CIMENTO	M2	687,40
1.8	INSTALAÇÕES HIDRAULICAS				
1.8.1	SINAPI	97663	REMOÇÃO DE LOUÇAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	UN	21,00
1.8.2	SINAPI	95469	VASO SANITARIO SIFONADO CONVENCIONAL COM LOUÇA BRANCA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2016	UN	11,00
1.8.3	SINAPI	377	ASSENTO SANITARIO DE PLASTICO, TIPO CONVENCIONAL.	UN	13,00
1.8.4	SINAPI	86941	LAVATÓRIO LOUÇA BRANCA COM COLUNA, 45 X 55 CM OU EQUIVALENTE, PADRÃO MÉDIO, INCLUSO SIFÃO TIPO GARRAFA, VÁLVULA E ENGATE FLEXÍVEL DE 40 CM EM METAL CROMADO, COM TORNEIRA CROMADA DE MESA, PADRÃO MÉDIO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2013	UN	9,00
1.8.5	SINAPI	74234/1	MICTORIO SIFONADO DE LOUCA BRANCA COM PERTENCES, COM REGISTRO DE PRESSAO 1/2" COM CANOPLA CROMADA ACABAMENTO SIMPLES E CONJUNTO PARA FIXACAO - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	4,00
1.8.6	CPOS	14.30.010	DIVISÓRIA EM PLACAS DE GRANITO COM ESPESSURA DE 3 CM (DIVISÓRIA PARA MICTÓRIOS)	M2	1,50
1.8.7	SINAPI	10228	VALVULA DE DESCARGA METALICA, BASE 1 1/2 " E ACABAMENTO METALICO CROMADO	UN	13,00
1.8.8	SINAPI	88504	CAIXA D'ÁGUA EM POLIETILENO, 500 LITROS, COM ACESSÓRIOS	UN	4,00
1.8.9	SINAPI	95472	VASO SANITARIO SIFONADO CONVENCIONAL PARA PCD SEM FURO FRONTAL COM LOUÇA BRANCA SEM ASSENTO, INCLUSO CONJUNTO DE LIGAÇÃO PARA BACIA SANITÁRIA AJUSTÁVEL - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2016	UN	2,00
1.8.10	CPOS	30.08.060	BACIA SIFONADA DE LOUÇA PARA PESSOAS COM MOBILIDADE REDUZIDA - CAPACIDADE DE 6 LITROS	UN	2,00
1.8.11	CPOS	30.01.010	BARRA DE APOIO RETA, PARA PESSOAS COM MOBILIDADE REDUZIDA, EM TUBO DE AÇO INOXIDÁVEL DE 1 1/2"	M	3,20
1.8.12	CPOS	44.01.340	TANQUE SIMPLES EM CONCRETO PRÉ-MOLDADO	UN	1,00
1.8.13	SINAPI	86883	SIFÃO DO TIPO FLEXÍVEL EM PVC 1 X 1.1/2 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UN	1,00
1.8.14	SINAPI	86877	VÁLVULA EM METAL CROMADO 1.1/2" X 1.1/2" PARA TANQUE OU LAVATÓRIO, COM OU SEM LADRÃO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2013	UN	1,00
1.8.15	SINAPI	86914	TORNEIRA CROMADA 1/2" OU 3/4" PARA TANQUE, PADRÃO MÉDIO - FORNECIMENTOE INSTALAÇÃO. AF_12/2013	UN	1,00

O PRESENTE DOCUMENTO É PARTE INTEGRANTE DA CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO EXPEDIDA PELO CREA-SP.
CAT No: 2620210007542 - 14/07/2021 11:16:40 - Autenticação Digital: IF5a1. Ea1xJffGsslzl3z1KTasJkCaF.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAVANTES
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, OBRAS, MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA
Rua: Dr. Altino Arantes, nº 464, Centro, Chavantes/SP
Telefone: (14) 3342 9202 – CNPJ 44.563.575/0001-98
Site: www.chavantes.sp.gov.br
email: planejamento@chavantes.sp.gov.br

GOVERNO DE CHAVANTES
NOVO RUMO, NOVO TEMPO

407

1.8.16	COT	01	INSTALÇÕES HIDRAULICAS DE ÁGUA E ESGOTO EM GERAL (INCLUSO CAIXA DE ESGOTO E INSTALAÇÃO DOS BANHEIROS)	VB	1,00
1.8.17	CPOS	46.02.010	TUBO DE PVC RIGIDO BRANCO, PONTAS LISAS, SOLDÁVEL, LINHA ESGOTO SÉRIE NORMAL, DN = 40 MM, INCLUSIVE CONEXÕES	M	12,00
1.8.18	CPOS	46.02.050	TUBO DE PVC RÍGIDO BRANCO PXB COM VIROLA E ANEL DE BORRACHA, LINHA ESGOTO SÉRIE NORMAL, DN = 50 MM, INCLUSIVE CONEXÕES	M	15,00
1.8.19	CPOS	46.02.070	TUBO DE PVC RÍGIDO BRANCO PXB COM VIROLA E ANEL DE BORRACHA, LINHA ESGOTO SÉRIE NORMAL, DN = 100 MM, INCLUSIVE CONEXÕES	M	42,00
1.8.20	CPOS	49.08.250	CAIXA DE AREIA EM PVC, DIÂMETRO NOMINAL DE 100 MM	UNID	3,00
1.8.21	CPOS	46.01.020	TUBO DE PVC RÍGIDO SOLDÁVEL MARROM, DN = 25 MM, (3/4"), INCLUSIVE CONEXÕES	M	58,00
1.8.22	CPOS	46.01.050	TUBO DE PVC RÍGIDO SOLDÁVEL MARROM, DN = 50 MM, (1 1/2"), INCLUSIVE CONEXÕES	M	18,00
1.8.23	CPOS	46.02.070	TUBO DE PVC RÍGIDO BRANCO PXB COM VIROLA E ANEL DE BORRACHA, LINHA ESGOTO SÉRIE NORMAL, DN = 100 MM, INCLUSIVE CONEXÕES	M	73,00
1.8.24	SINAPI	93396	BANCADA GRANITO CINZA POLIDO 0,50 X 0,60 M, INCL. CUBA DE EMBUTIR OVAL LOUÇA BRANCA 35 X 50 CM, VÁLVULA METAL CROMADO, SIFÃO FLEXÍVEL PVC, ENGATE 30 CM FLEXÍVEL PLÁSTICO E TORNEIRA CROMADA DE MESA, PADRÃO POPULAR - FORNEC. E INSTALAÇÃO. AF_12/2013	UN	2,00
1.9	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS				
1.9.1	SINAPI	97660	REMOÇÃO DE INTERRUPTORES/TOMADAS ELÉTRICAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	UN	181,00
1.9.2	CPOS	38.16.090	CAIXA COM TOMADA COM ESPELHO (RECOLOCAÇÃO EM TODOS PONTOS QUE SERÃO RETIRADOS)	UN	181,00
1.9.3	CPOS	40.20.120	PLACA DE 4" X 2"	UN	130,00
1.9.4	CPOS	40.20.140	PLACA DE 4" X 4"	UN	35,00
1.9.5	CPOS	38.07.172	CANALETAS EM PVC (FIOS) INCLUSIVE ACESSÓRIOS (NOS FIOS ELÉTRICOS QUE ESTÃO A VISTA)	M	200,00
1.9.6	COT	01	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS EM GERAL (EMBUTIR FIAÇÃO ELÉTRICA EM ALGUNS AMBIENTES)	UN	1,00
1.9.7	SINAPI	39391	LUMINARIA LED REFLETOR RETANGULAR BIVOLT, LUZ BRANCA, 50 W	UN	5,00
1.9.8	SINAPI	73953/4	LUMINÁRIAS TIPO CALHA, DE SOBREPOR, COM REATORES DE PARTIDA RÁPIDA E LÂMPADAS FLUORESCENTES 2 X 2 X 18 W, COMPLETAS, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	7,00
1.9.9	SINAPI	97617	LÂMPADA TUBULAR FLUORESCENTE T10 DE 20/40 W, BASE G13 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2017_P	UN	20,00
1.9.10	SINAPI	97586	LUMINÁRIA TIPO CALHA, DE SOBREPOR, COM 2 LÂMPADAS TUBULARES DE 36 W - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2017	UN	28,00
1.9.11	SINAPI	91953	INTERRUPTOR SIMPLES (1 MÓDULO), 10 A / 250 V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	UN	50,00
1.9.12	SINAPI	91977	INTERRUPTOR SIMPLES (6 MÓDULOS), 10 A / 250 V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	UN	2,00

O PRESENTE DOCUMENTO É PARTE INTEGRANTE DA CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO EXPEDIDA PELO CREA-SP.
CAT No: 2620210007542 - 14/07/2021 11:16:40 - Autenticação Digital: IF5aTJ3Ua1xJffGssIzI3z1KTasJkCaF.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAVANTES
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, OBRAS, MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA
Rua: Dr. Altino Arantes, nº 464, Centro, Chavantes/SP
Telefone: (14) 3342 9202 – CNPJ 44.563.575/0001-98
Site: www.chavantes.sp.gov.br
email: planejamento@chavantes.sp.gov.br

GOVERNO DE CHAVANTES
NOVO RUMO, NOVO TEMPO

1.9.13	SINAPI	92029	INTERRUPTOR PARALELO (1 MÓDULO) COM 1 TOMADA DE EMBUTIR 2P+T 10 A, CLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	UN	2,00
1.9.14	SINAPI	93040	LÂMPADA FLUORESCENTE COMPACTA 15 W 2 U, BASE E 27 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	19,00
1.9.15	SINAPI	97589	LUMINÁRIA TIPO PLAFON EM PLÁSTICO, DE SOBREPOR, COM 1 LÂMPADA DE 15 W, - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2017	UN	10,00
1.9.16	CPOS	41.13.200	LUMINÁRIA BLINDADA OVAL DE SOBREPOR OU ARANDELA, PARA LÂMPADA FLUORESCENTES COMPACTA	UN	7,00
1.9.17	SINAPI	91926	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 2,5 MM², ANTI-CHAMA 450 / 750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	M	400,00
1.9.18	SINAPI	91924	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 1,5 MM², ANTI-CHAMA 450 / 750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	M	100,00
1.9.19	SINAPI	74131/004	QUADRO DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA DE EMBUTIR, EM CHAPA METALICA, PARA 18 DISJUNTORES TERMOMAGNETICOS MONOPOLARES, COM BARRAMENTO TRIFASICO E NEUTRO, FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	1,00
1.9.20	SINAPI	74131/006	QUADRO DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA DE EMBUTIR, EM CHAPA METALICA, PARA 32 DISJUNTORES TERMOMAGNETICOS MONOPOLARES, COM BARRAMENTO TRIFASICO E NEUTRO, FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	1,00
1.9.21	CPOS	37.13.660	DISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO, TRIPOLAR 220 / 380 V, CORRENTE DE 60 A ATÉ 100 A	UN	1,00
1.9.22	CPOS	37.13.630	DISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO, BIPOLAR 220 / 380 V, CORRENTE DE 10 A ATÉ 50 A	UN	6,00
1.9.23	CPOS	37.13.600	DISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO, UNIPOLAR 127 / 220 V, CORRENTE DE 10 A ATÉ 30 A	UN	1,00
1.10	**ESQUADRIAS**				
1.10.1	SINAPI	85421	REMOCAO DE VIDRO COMUM	M2	140,61
1.10.2	CPOS	26.01.080	VIDRO LISO TRANSPARENTE DE 6 MM (JANELAS E PORTA BALCÃO - LOTERÍCA NO RH)	M2	147,03
1.10.3	CPOS	55.01.100	LIMPEZA COMPLEMENTAR E ESPECIAL DE VIDROS	M2	379,90
1.10.4	SINAPI	97644	REMOÇÃO DE PORTAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	M2	15,75
1.10.5	SINAPI	90842	KIT DE PORTA DE MADEIRA PARA PINTURA, SEMI-OCA (LEVE OU MÉDIA), PADRÃO MÉDIO, 70 X 210 CM, ESPESSURA DE 3,5 CM, ITENS INCLUSOS: DOBRADIÇAS, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DO BATENTE, FECHADURA COM EXECUÇÃO DO FURO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2015	UN	8,00
1.10.6	SINAPI	90843	KIT DE PORTA DE MADEIRA PARA PINTURA, SEMI-OCA (LEVE OU MÉDIA), PADRÃO MÉDIO, 80 X 210 CM, ESPESSURA DE 3,5 CM, ITENS INCLUSOS: DOBRADIÇAS, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DO BATENTE, FECHADURA COM EXECUÇÃO DO FURO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2015	UN	1,00

O PRESENTE DOCUMENTO É PARTE INTEGRANTE DA CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO EXPEDIDA PELO CREA-SP.
CAT No: 2620210007542 - 14/07/2021 11:16:40 - Autenticação Digital: IF5a1 a1xJffGssIzI3z1KTasJkCaF.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAVANTES
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, OBRAS, MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA
Rua: Dr. Altino Arantes, nº 464, Centro, Chavantes/SP
Telefone: (14) 3342 9202 – CNPJ 44.563.575/0001-98
Site: www.chavantes.sp.gov.br
email: planejamento@chavantes.sp.gov.br

GOVERNO DE CHAVANTES
NOVO RUMO, NOVO TEMPO

408

1.10.7	SINAPI	39485	KIT PORTA PRONTA DE MADEIRA, FOLHA LEVE (NBR 15930) DE 90 X 210 CM, E = *35* MM, COM MARCO EM ACO, NUCLEO COLMEIA, CAPA LISA EM HDF, ACABAMENTO MELAMINICO BRANCO (INCLUI MARCO, ALIZARES, DOBRADICAS E FECHADURA) (2 PORTAS PARA BANHEIRO PCD E 2 PARA FAZER 1 DE 1,45 X 2,4)	UN	6,00
1.10.8	SINAPI	90844	KIT DE PORTA DE MADEIRA PARA PINTURA, SEMI-OCA (LEVE OU MÉDIA), PADRÃO MÉDIO, 90 X 210 CM, ESPESSURA DE 3,5 CM, ITENS INCLUSOS: DOBRADIÇAS, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DO BATENTE, FECHADURA COM EXECUÇÃO DO FURO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2015	UN	5,00
1.10.9	CPOS	04.10.020	RETIRADA DE FECHADURA OU FECHO DE EMBUTIR	UN	14,00
1.10.10	SINAPI	3090	FECHADURA DE EMBUTIR PARA PORTA INTERNA, TIPO GORGES (CHAVE GRANDE), MAQUINA 40 MM, MACANETA ALAVANCA E ESPELHO EM METAL CROMADO - NIVEL SEGURANCA MEDIO - COMPLETA (TODAS AS PORTAS DO PREDIO PRINCIPAL, MENOS A DE ENTRADA)	UN	14,00
1.10.11	SINAPI	93199	CONTRAVERGA MOLDADA IN LOCO COM UTILIZAÇÃO DE BLOCOS CANALETA PARA VÃOS DE MAIS DE 1,5 M DE COMPRIMENTO. AF_03/2016	M	9,20
1.10.12	CPOS	24.01.030	CAIXILHO EM FERRO BASCULANTE, SOB MEDIDA	M2	6,42
1.10.13	SINAPI	93191	VERGA MOLDADA IN LOCO COM UTILIZAÇÃO DE BLOCOS CANALETA PARA JANELAS COM MAIS DE 1,5 M DE VÃO. AF_03/2016	M	6,20
1.11	PINTURA				
1.11.1	SINAPI	88411	APLICAÇÃO MANUAL DE FUNDO SELADOR ACRÍLICO EM PANOS COM PRESENÇA DE VÃOS DE EDIFÍCIOS DE MÚLTIPLOS PAVIMENTOS. AF_06/2014 (TODAS AS PAREDES EXTERNAS E INTERNAS)	M2	1.836,34
1.11.2	CPOS	03.10.140	REMOÇÃO DE PINTURA EM MASSA COM LIXAMENTO	M2	3.434,77
1.11.3	CPOS	03.10.080	REMOÇÃO DE PINTURA EM SUPERFÍCIES DE MADEIRA E/OU METÁLICAS COM PRODUTOS QUÍMICOS	M2	138,14
1.11.4	SINAPI	7311	TINTA ESMALTE SINTETICO PREMIUM ACETINAD (BARRADO PAREDES INTERNAS)	M2	512,65
1.11.5	CPOS	33.10.100	TEXTURA ACRILICA PARA USO INTERNO / EXTERNO, INCLUSIVE PREPARO	M2	433,67
1.11.6	SINAPI	88489	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_06/2014 (PAREDES INTERNAS E EXTERNAS)	M2	4.205,75
1.11.7	SINAPI	88488	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM TETO, DUAS DEMÃOS. AF_06/2014 (LAJE)	M2	949,50
1.11.8	SINAPI	73924/1	PINTURA ESMALTE ALTO BRILHO, DUAS DEMAOS, SOBRE SUPERFICIE METALICA	M2	441,09
1.11.9	SINAPI	73924/2	PINTURA ESMALTE ALTO ACETINADO, DUAS DEMAOS, SOBRE SUPERFICIE DE MADEIRA	M2	120,22
1.11.10	SINAPI	96126	APLICAÇÃO MANUAL DE MASSA ACRÍLICA EM PANOS DE FACHADA COM PRESENÇA DE VÃOS, DE EDIFÍCIOS DE MÚLTIPLOS PAVIMENTOS, UMA DEMÃO. AF_05/2017	M2	95,22
1.11.11	SINAPI	98561	IMPERMEABILIZAÇÃO DE PAREDES COM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA, COM ADITIVO IMPERMEABILIZANTE, E = 2 CM. AF_06/2018 (PAREDE DANIFICADA COM INFILTRAÇÃO)	M2	11,78

O PRESENTE DOCUMENTO É PARTE INTEGRANTE DA CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO EXPEDIDA PELO CREA-SP.
CAT No: 2620210007542 - 14/07/2021 11:16:40 - Autenticação Digital: IF5aTJ3Ua1xJffGsslzl3z1KTasJkCaF.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAVANTES
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, OBRAS, MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA
Rua: Dr. Altino Arantes, nº 464, Centro, Chavantes/SP
Telefone: (14) 3342 9202 – CNPJ 44.563.575/0001-98
Site: www.chavantes.sp.gov.br
email: planejamento@chavantes.sp.gov.br

GOVERNO DE CHAVANTES
NOVO RUMO, NOVO TEMPO

1.11.12	SINAPI	74245/1	PINTURA ACRILICA EM PISO CIMENTADO DUAS DEMAOS	M2	224,51
1.11.13	SINAPI	6082	PINTURA EM VERNIZ SINTETICO BRILHANTE EM MADEIRA, TRES DEMAOS	M2	39,43
1.12	OUTROS SERVIÇOS				
1.12.1	COT	04	BANCO DE CONCRETO COM ENCOSTO VAZADO 1,30 M	UN	10,00
1.12.2	CPOS	24.02.060	PORTA/PORTÃO DE ABRIR EM CHAPA, SOB MEDIDA (PORTÃO DE 4 X 2,10 E PORTA 0,9 X 2,1)	M2	10,29
1.12.3	SINAPI	83534	LASTRO DE CONCRETO, PREPARO MECÂNICO, INCLUSOS ADITIVO IMPERMEABILIZANTE, LANÇAMENTO E ADENSAMENTO	M3	46,43
1.12.4	COT	05	BAILARINA PARA EMPENAR PISO EM CONCRETO - 100 M²	UN	9,00
1.12.5	CPOS	54.01.010	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO MECANIZADA DE SUPERFÍCIE, SEM CONTROLE DO PROCTOR NORMAL.	M2	442,61
1.12.6	CPOS	11.18.040	LASTRO DE PEDRA BRITADA	M3	8,85
1.12.7	SINAPI	94992	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPESSURA 6 CM, ARMADO. AF 07/2016	M2	442,61
1.12.8	CPOS	11.16.220	NIVELAMENTO DE PISO EM CONCRETO COM ACABADORA DE SUPERFÍCIE	M2	442,61
1.12.9	CPOS	11.20.050	CORTE DE JUNTA DE DILATAÇÃO, COM SERRA DE DISCO DIAMANTADO PARA PISOS	M	233,02
1.12.10	CPOS	54.06.020	GUIA PRÉ-MOLDADA CURVA TIPO PMSP 100 - FCK 25 MPA	M	13,20
1.12.11	CPOS	54.06.040	GUIA PRÉ-MOLDADA RETA TIPO PMSP 100 - FCK 25 MPA	M	86,25
1.12.12	COT	06	CHURRASQUEIRA PINTADA, CONCRETO, VERMELHA, 65 X 55 X 228 CM	UN	2,00
1.12.13	SINAPI	1748	BANCADA/BANCA/PIA DE AÇO INOXIDAVEL (AISI 430) COM 1 CUBA CENTRAL, COM VALVULA, ESCORREDOR DUPLO, DE "0,55 X 1,40" M	UN	1,00
1.12.14	CPOS	44.03.470	TORNEIRA DE PAREDE PARA PIA COM BICA MÓVEL E AREJADOR, EM LATÃO FUNDIDO CROMADO	UN	1,00
1.12.15	CPOS	44.20.200	SIFÃO DE METAL CROMADO DE 1 1/2" X 2"	UN	1,00
1.12.16	CPOS	23.08.040	ARMÁRIO/GABINETE EMBUTIDO EM MDF SOB MEDIDA, REVESTIDO EM LAMINADO MELAMÍNICO, COM PORTAS E PRATELEIRAS (ALTURA 1,2 M)	M2	1,43
1.12.17	SINAPI	95936	FABRICAÇÃO DE FÔRMA PARA ESCADAS, COM 2 LANCES, EM MADEIRA SERRADA, E = 25 MM. AF_01/2017 (ESCADA)	M2	10,00
1.12.18	SINAPI	95946	ARMAÇÃO DE ESCADA, COM 2 LANCES, DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10,0 MM - MONTAGEM. AF_01/2017 (ESCADA)	KG	10,00
1.12.19	SINAPI	94991	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, USINADO, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO. AF_07/2016 (ESCADA)	M3	0,80
1.12.20	SINAPI	99855	CORRIMÃO SIMPLES, DIÂMETRO EXTERNO = 1 1/2", EM AÇO GALVANIZADO. AF_04/2019_P	M	17,00
1.12.21	CPOS	02.05.202	ANDAIME TORRE METÁLICO (1,5 X 1,5 M) COM PISO METÁLICO	mxmês	210,00
1.13	PAISAGISMO				

O PRESENTE DOCUMENTO É PARTE INTEGRANTE DA CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO EXPEDIDA PELO CREA-SP.
CAT No: 2620210007542 - 14/07/2021 11:16:40 - Autenticação Digital: IF5a1. Ba1xJffGsslzl3z1KTasJkCaF.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAVANTES
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, OBRAS, MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA
Rua: Dr. Altino Arantes, nº 464, Centro, Chavantes/SP
Telefone: (14) 3342 9202 – CNPJ 44.563.575/0001-98
Site: www.chavantes.sp.gov.br
email: planejamento@chavantes.sp.gov.br

GOVERNO DE CHAVANTES
NOVO RUMO, NOVO TEMPO

108

1.13.1	SINAPI	360	MUDA DE RASTEIRA/FORRACAO, AMENDOIM RASTEIRO/ONZE HORAS/AZULZINHA/IMPATIENS OU EQUIVALENTE DA REGIAO	UN	100,00
1.13.2	COT	02	GRAMA ESMERALDA EM ROLO	M2	215,00
1.13.3	SINAPI	38639	MUDA DE ARBUSTO, BUXINHO, H= "50" M	UN	8,00
1.13.4	CPOS	34.02.110	FORAÇÃO PEDRISCOS (CANTEIRO DOS FUNDOS)	M2	10,00
1.13.5	COT	03	FORMIO PLANTA	UN	6,00
1.13.6	COT	06	TERRA E COMPACTAÇÃO (CANTEIROS NO ESTACIONAMENTO)	M3	15,00
1.13.7	SINAPI	73859/2	CAPINA E LIMPEZA MANUAL DE TERRENO	M2	1.154,92
1.13.8	COT	04	MOBILIZAÇÃO DE MOVEIS	DIAR.	10,00
1.13.9	SINAPI	9537	LIMPEZA FINAL DA OBRA	M2	1.827,00

Atestamos ainda que, os serviços foram executados sem nenhuma reprovação de nossa parte no que se refere à quantidade, qualidade dos materiais e prazo de execução, portanto, não há registro que desabone a idoneidade e a capacidade técnica da referida empresa.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.

P. M. Chavantes (SP), 08 de abril de 2021.

Leticia de Oliveira Silva
Assessora dos Serviços de Obras e Engenharia
CREA/SP: 507041211-4

O PRESENTE DOCUMENTO É PARTE INTEGRANTE DA CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO EXPEDIDA PELO CREA-SP
CAT No: 2620210007542 - 14/07/2021 11:16:40 - Autenticação Digital: IF5aTJ3Ua1xJffGsslzl3z1KTasJkCaF.

Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução No. 1.025, de 30 de outubro de 2009

CREA-SP

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO
2620200005929
Atividade concluída

410

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução no. 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo - CREA-SP, o Acervo Técnico do profissional SILVIO ABUD HADDAD referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo discriminada(s):

Profissional: SILVIO ABUD HADDAD
Registro: 601237944-SP RNP: 2603399829
Título Profissional: Engenheiro Civil

Número ART: 28027230191282570 . Tipo de ART: OBRA OU SERVIÇO . Registrada em: 02/10/2019 Baixada em: 22/01/2020
Forma de Registro: INICIAL
Participação Técnica: INDIVIDUAL
Empresa Contratada: EMR CONSTRUTORA EIRELI - ME

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAVANTES
RUA ALTINO ARANTES No.: 464
Complemento: Bairro: JARDIM CONCEIÇÃO
Cidade: Chavantes UF: SP CEP: 18970174 . PAIS: BRASIL
Contrato: Celebrado em: 20/09/2019
Vinculado à ART:
Valor do Contrato: R$ 233.216,50 Tipo de contratante: PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO

Endereço da Obra/serviço: RUA MAESTRO CARLOS GOMES No.: 383
Complemento: Bairro: JARDIM CONCEIÇÃO
Cidade: Chavantes UF: SP CEP: 18970180 . PAIS: BRASIL
Data de início: 04/10/2019 Conclusão Efetiva: 22/01/2020 Coordenadas Geográficas:
Finalidade:
Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAVANTES CNPJ: 44.563.575/0001-98

Atividade Técnica: 1) Execução, Execução, Edificação de Alvenaria. 428,03000 metro quadrado.

Observações
REFORMA DE UMA ESCOLA COM REPINTURA, REVESTIMENTO PARCIAL DAS VEDAÇÕES, ESQUADRIAS, INSTALAÇÕES, PISOS E TELHADOS, DE ACORCO COM PROJETO

Informações Complementares
O atestado está vinculado apenas para atividades técnicas constantes da ART, desenvolvidas de acordo com as atribuições do profissional na área da Engenharia Civil.

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico - CAT - o atestado apresentado pelo profissional acima,contendo 7 folhas, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

Certidão de Acervo Técnico No.2620200005929
21/07/2020 16:16:39
Autenticação Digital: 3FKCnlx6CxzGfIJazAFxKfxyUA1sKT3f

A CAT à qual o atestado está vinculado é o documento que comprova o registro do atestado no CREA

A CAT à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional de pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas

A CAT é válida em todo território nacional

A CAT perderá a validade no caso de modificação dos dados técnicos qualitativos e quantitativos nela contidos, bem como de alteração da situação do registro da ART

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do CREA-SP (www.creasp.org.br)

A falsificação deste documento constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro sujeitando o autor à respectiva ação penal

CREA-SP

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAVANTES
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, OBRAS, MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA
Rua: Dr. Altino Arantes, nº 464, Centro, Chavantes/SP
Telefone: (14) 3342 9202 – CNPJ 44.563.575/0001-98
Site: www.chavantes.sp.gov.br
email: planejamento@chavantes.sp.gov.br

GOVERNO DE CHAVANTES
NOVO RUMO, NOVO TEMPO

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, para os devidos fins, que a empresa **EMR CONSTRUTORA EIRELI - ME**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) sob nº. 18.916.042/0001-32, com sede social localizada em **Rua Moisés Guglielmetti, Nº 445, bairro Vila Volga, Palmital – SP, CEP 19970-000,** executou os serviços referente à **"Reforma da Escola EMEF NELLY CAMARGO NOGUEIRA"**, localizado em Rua Maestro Carlos Gomes, bairro Jardim Conceição, no município de Chavantes – SP, totalizando 428,03 m² de reforma em conformidade com as especificações técnicas contidas no Memorial Descritivo, Projeto Básico, Proposta Comercial Apresentada, Cronograma Físico-Financeiro e demais documentos que compõe o procedimento licitatório, sob o regime de Empreitada por Preço Global, objeto do Contrato Administrativo, registrado sob nº **076/2019** proveniente do processo Licitatório – Modalidade Preço Global, registrado sob nº. **016/2019**, durante o período abaixo especificado:

- ***Data de Assinatura: 20/09/2019***
- ***Início de Execução: 04/10/2019***
- ***Prazo de Execução: 110 dias***
- ***Termino: 22/01/2020***
- ***ART Inicial: 28027230191282570***
- ***Valor Inicial:*** **R$ 233.216,50**

1. O valor global para execução da obra foi de **R$ 233.216,50 (duzentos e trinta e três mil duzentos e dezesseis reais e cinquenta centavos)**

Os serviços foram executados sob a Responsabilidade Técnica do Engenheiro Civil **Sr. Silvio Abud Haddad,** registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, do Estado de São Paulo (CREA), sob nº. **0601237944-SP**.

O PRESENTE DOCUMENTO É PARTE INTEGRANTE DA CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO EXPEDIDA PELO CREA-SP.
CAT No: 2620200005929 - 21/07/2020 16:16:39 - Autenticação Digital: 3FKC. 6CxzGfiJazAFxKfxyUA1sKT3f.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAVANTES
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, OBRAS, MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA
Rua: Dr. Altino Arantes, nº 464, Centro, Chavantes/SP
Telefone: (14) 3342 9202 – CNPJ 44.563.575/0001-98
Site: www.chavantes.sp.gov.br
email: planejamento@chavantes.sp.gov.br

Segue baixo a planilha quantitativa discriminando os serviços executados:

1.1	SERVIÇOS PRELIMINARES				
1.1.1	SINAPI	74209/1	PLACA DE OBRA DE AÇO GALVANIZADO (COLOCAR NO INÍCIO DA OBRA)	M2	4,50

1.2	RETIRADAS				
1.2.1	CPOS	04.11.100	RETIRADA DE REGISTRO (RETIRADA DE 4 VALVULAS DE VASOS SANITÁRIOS)	UN	4,00
1.2.2	CPOS	4.11.120	RETIRADA TORNEIRA (TODOS OS 6 BANHEIROS ,2 TANQUES E 1 COZINHA)	M2	9,00
1.2.3	CPOS	03.02.040	DEMOLIÇÃO MANUAL DE ALVENARIA DE ELEVAÇÃO (PORTAS DO ELEVADOR 4 ESPAÇOS E PAREDES DA AREA DE SERVIÇO SUPERIOR)	M2	13,00
1.2.4	CPOS	04.11.030	RETIRADA GRADE (PARA FAZER AREA DE SERVIÇO SUPERIOR)	M2	9,50
1.2.5	CPOS	04.11.02	RETIRADA DE LETRAS DA FACHADA	UN	24,00
1.2.6	CPOS	04.11.02	RETIRADA DE APARELHO SANITARIO (6 PIAS, 2 TANQUES E 4 PRIVADAS - BANHEIROS MASC E FEM TERREO)	UN	12,00
1.2.7	CPOS	04.11.020	RETIRADA DE PORTA (2 PORTAS DE 2,50 X 0,X80CM) PARA ELEVADOR	M	12,00
1.2.8	CPOS	04.19.120	RETIRADA DE VIDROS DA FACHADA	M2	18,09
1.2.9	CPOS	04.17.040	REMOÇÃO REFLETORES (JARDIM)	UN	2,00
1.2.10	CPOS	04.17.040	REMOÇÃO DE PLACAS DA FACHADA (COM NOME DAS ESCOLAS)	UN	2,00
1.2.11	SINAPI	4.11.120	RETIRADA DE VENEZIANAS DA FACHADA (PARA LAVAGEM E RECOLOCAÇÃO - TIRAR COM CUIDADO)	UN	400,00
1.2.12	SINAPI	73948/16	LAVAGEM DAS PEÇAS DE VENEZIANAS DA FACHADA	UN	400,00
1.2.13	SINAPI	85184	RETIRADA DE GRAMA EM PLACAS (RETIRADAS DE TODA A GRAMA DO JARDIM)	M2	149,69
1.2.14	SINAPI	98533	PODA EM ALTURA DE ÁRVORE (PODA DE ALVORE ALTA DO JARDIM)	UN	1,00
1.2.15	CPOS	03.01.260	DEMOLIÇÃO MECANIZADA DE SARJETA, GUIA, INCLUSIVE TRANSPORTE	M3	4,80
1.2.16	CPOS	03.01.220	DEMOLIÇÃO MECANIZADA DE CONCRETO SIMPLES, INCLUINDO LIMPEZA E CARREGAMENTO. (RETIRADA DE PISOS DE CIMENTO E ARGAMASSA ANTIGA DA CALÇADAS FRONTAIS)	M3	7,76
1.2.17	CPOS	04.01.040	RETIRADA DE DIVISÓRIA PLACA DE MADEIRA (BANHEIROS MASC E FEM TERREOS)	M2	8,00
1.2.18	SINAPI	97647	REMOÇÃO DE TELHAS (TODA A COBERTURA)	M2	253,00
1.2.19	CPOS	04.19.120	REMOÇÃO DE INTERRUPTORES (RETIRAR TODOS OS INTERRUPTORES PARA RECOLOCAÇÃO DE NOVOS)	UN	60,00

1.3	PISO CALÇADA FRONTAL				
1.3.1	CPOS	11.18.100	CONCRETO USINADO FCK 20MPA, 5CM (CALÇADA EXTERNA QUE RECEBERÁ PAVIMENTO DE LAJOTA E CONSTRUÇÃO DE RAMPA)	M3	7,76
1.3.2	CPOS	54.06.100	BASE EM CONCRETO COM FCK 20MPA, PARA GUIAS, SARJETAS OU SARJETOES	M3	2,97
1.3.3	SINAPI	54.06.020	GUIA PRÉ MOLDADA, CURVA PARA SARJETA	M	66,00

O PRESENTE DOCUMENTO É PARTE INTEGRANTE DA CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO EXPEDIDA PELO CREA-SP
CAT No: 2820200005929 - 21/07/2020 16:16:39 - Autenticação Digital: 3FKCnlxCxzGfJazAFxKfxyUA1sKT3I.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAVANTES
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, OBRAS, MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA
Rua: Dr. Altino Arantes, nº 464, Centro, Chavantes/SP
Telefone: (14) 3342 9202 – CNPJ 44.563.575/0001-98
Site: www.chavantes.sp.gov.br
email: planejamento@chavantes.sp.gov.br

1.3.4	SINAPI	95240	ARGAMASSA EM SOLO E CIMENTO A 5% EM PISO (CALÇADA EXTERNA QUE RECEBERÁ PAVIMENTO DE LAJOTA)	M3	7,80
1.3.5	CPOS	11.18.040	LASTRO PEDRA BRITADA, 3CM	M3	4,65
1.3.6	SINAPI	79500/2	PINTURA ACRILICA EM PISO CIMENTADO, TRES DEMAOS	M2	155,33
1.3.7	CPOS	33.03.740	Resina acrilica plastificante	M2	155,33
1.3.8	CPOS	54.04.304	PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTA DE CONCRETO 35MPA ESPESSURA DE 6CM (CALÇADA EXTERNA)	M2	155,33

1.4	ELEVADOR				
1.4.1	SINAPI	36486	ELEVADOR DE CARGA A CABO, CABINE FECHADA, 1,00 X 1,25 X 2M, GUINCHO DE EMBREAGEM, FREIO DE SEGURANÇA, LIMITADOR DE VELOCIDADE E CANCELA.	UN	1,00
1.4.2	SINAPI	12.09.140	Escavação Manual (subsolo)	M³	6,30
1.4.3	SINAPI	87905	CHAPISCO APLICADO E ALVENARIA (INTERNO E EXTERNO FECHAMENTO DO ELEVADOR)	M²	114,82
1.4.4	SINAPI	87521	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERAMICOS FURADOS NA HORIZONTAL DE 11,5X19X19CM, COM ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA (fechamento elevador , 2 portas, torre do elevador e subsolo do elevador)	M³	35,99
1.4.5	CPOS	03.01.060	demolição manual de lajes pré-moldadas (retirada onde colocará o elevador, térre e pav superior)	M²	6,50
1.4.6	SINAPI	09.01.030	Forma em madeira comum para estrutura (para estrutura vigas e pilares)	M2	30,65
1.4.7	SINAPI	92718	CONCRETAGEM DE PILARES, FCK = 25 MPA, COM USO DE BALDES EM EDIFICAÇÃO COM SEÇÃO MÉDIA DE PILARES MENOR OU IGUAL A 0,25 M² - LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO. AF_12/2015 (estrutura de vigas, pilares e subsolo do elevador)	M3	5,20
1.4.8	SINAPI	92764	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UM EDIFÍCIO DE MÚLTIPLOS PAVIMENTOS UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 16,0 MM - MONTAGEM. AF_12/2015 (amarração da estrutura de ferro vigas e pilares)	kg	130,00
1.4.9	SINAPI	92759	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UM EDIFÍCIO DE MÚLTIPLOS PAVIMENTOS UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5,0 MM - MONTAGEM. AF_12/2015 (barras para estrutura de vigas e pilares)	kg	240,00
1.4.10	SINAPI	39501	KIT PORTA PRONTA DE MADEIRA, FOLHA PESADA (NBR 15930) DE 90 X 250 CM, E = 35 MM, NUCLEO SOLIDO, CAPA LISA EM HDF, ACABAMENTO MELAMINICO BRANCO (INCLUI MARCO, ALIZARES, DOBRADICAS E FECHADURA EXTERNA) (SUBSTITUIR PORTAS QUE SERÃO RETIRADAS PARA POR O ELEVADOR (tamanho igual as existentes)	UN	3,00
1.4.11	CPOS	11.18.040	LASTRO PEDRA BRITADA, 3CM (subsolo)	M3	1,00
1.4.12	CPOS	32.17.050	REBOCO IMPERMEABILIZANTE COM CIMENTO PARA UMIDADE (subsolo)	M²	15,50
1.4.13	CPOS	17.02.220	REBOCO (fechamento elevador , 2 portas e torre do elevador)	M²	82,84

O PRESENTE DOCUMENTO É PARTE INTEGRANTE DA CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO EXPEDIDA PELO CREA-SP.
CAT No: 2620200005929 - 21/07/2020 16:16:39 - Autenticação Digital: 3FKC JCxzGfiJazAFxKfxyUA1sKT3f.

412

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAVANTES
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, OBRAS, MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA
Rua: Dr. Altino Arantes, nº 464, Centro, Chavantes/SP
Telefone: (14) 3342 9202 – CNPJ 44.563.575/0001-98
Site: www.chavantes.sp.gov.br
email: planejamento@chavantes.sp.gov.br

1.5	LAVANDERIA SUPERIOR				
1.5.1	SINAPI	39501	KIT PORTA PRONTA DE MADEIRA, FOLHA PESADA (NBR 15930) DE 90 X 210 CM, E = 35 MM, NUCLEO SOLIDO, CAPA LISA EM HDF, ACABAMENTO MELAMINICO BRANCO (INCLUI MARCO, ALIZARES, DOBRADICAS E FECHADURA EXTERNA)	UN	1,00
1.5.2	SINAPI	34367	JANELA DE CORRER EM ALUMINIO, 100 X 150 CM (A X L), 2 FLS, SEM BANDEIRA, ACABAMENTO ACET OU BRILHANTE, BATENTE/REQUADRO DE 6 A 14 CM, COM VIDRO, SEM GUARNICAO/ALIZAR (fazer mesmo modelo das existentes)	UN	1,00
1.5.3	SINAPI	87905	CHAPISCO APLICADO E ALVENARIA (INTERNO E EXTERNO)	M²	40,00
1.5.4	SINAPI	87521	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERAMICOS FURADOS NA HORIZONTAL DE 11,5X19X19CM, COM ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA	M²	20,00
1.5.5	CPOS	17.02.220	REBOCO (INTERNO E EXTERNO)	M²	40,00
1.5.6	SINAPI	87275	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PAREDES INTERNAS COM PLACAS TIPO ESMALTADA EXTRA DE DIMENSÕES 33X45 CM APLICADAS EM AMBIENTES DE ÁREA MAIOR QUE 5 M² A MEIA ALTURA DAS PAREDES. AF_06/2014 (paredes internas)	M2	30,20
1.5.7	SINAPI	09.01.030	Forma em madeira comum para estrutura (para estrutura vigas e pilares)	M2	5,60
1.5.8	SINAPI	92718	CONCRETAGEM DE PILARES, FCK = 25 MPA, COM USO DE BALDES EM EDIFICAÇÃO COM SEÇÃO MÉDIA DE PILARES MENOR OU IGUAL A 0,25 M² - LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO. AF_12/2015 (estrutura de vigas e pilares)	M3	0,70
1.5.9	SINAPI	92759	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UM EDIFÍCIO DE MÚLTIPLOS PAVIMENTOS UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5,0 MM - MONTAGEM. AF_12/2015 (barras para estrutura de vigas e pilares)	kg	60,00
1.5.10	SINAPI	92764	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UM EDIFÍCIO DE MÚLTIPLOS PAVIMENTOS UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 16,0 MM - MONTAGEM. AF_12/2015 (amarração da estrutura de ferro vigas e pilares)	kg	42,00

1.6	PAISAGISMO				
1.6.1	SINAPI	74209/1	TOTEN NOME DA ESCOLA (PLACA EM ACM BRILHANTE PARA FACHADA COM NOME DA ESCOLA - (TAMANHO 2,1X 0,80CM, DUPLO, FRENTE E COSTA)	M²	4,47
1.6.2	SINAPI	74209/1	PLACA DA SECRETARIA (PLACA EM ACM BRILHANTE PARA FACHADA COM NOME DA ESCOLA - (TAMANHO 1,50 X 1,30 CM)	M²	2,50
1.6.3	CPOS	34.01.020	LIMPEZA E REGULARIZAÇÃO DE AREAS PARA AJARDINAMENTO (JARDINS E CANTEIROS)	M²	149,69
1.6.4	SINAPI	3322	GRAMA ESMERALDA EM PLACAS (JARDIM)	M²	149,69
1.6.5	CPOS	34.03.150	ARBUSTO BUXINHO (PLANTAR NO TOTEN DE ENTRADA)	UN	8,00

1.7	ELÉTRICA				
1.7.1	CPOS	38.16.090	CAIXA COM TOMADA COM ESPELHO (RECOLOCAÇÃO EM TODOS PONTOS QUE SERÃO RETIRADOS)	M²	60,00
1.7.2	CPOS	38.07 172	CANALETAS EM PVC (FIOS) INCLUSIVE ACESSÓRIOS (NOS FIOS ELÉTRICOS QUE ESTÃO A VISTA)	M	100,00

O PRESENTE DOCUMENTO É PARTE INTEGRANTE DA CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO EXPEDIDA PELO CREA-SP.
CAT No: 2620200005929 - 21/07/2020 16:16:39 - Autenticação Digital: 3FKCnlx6CxzGfUazAFxKfxyUA1sKT3f.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAVANTES
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, OBRAS, MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA
Rua: Dr. Altino Arantes, nº 464, Centro, Chavantes/SP
Telefone: (14) 3342 9202 – CNPJ 44.563.575/0001-98
Site: www.chavantes.sp.gov.br
email: planejamento@chavantes.sp.gov.br

GOVERNO DE CHAVANTES
NOVO RUMO, NOVO TEMPO

1.8	HIDRAULICA				
1.8.1	SINAPI	11781	VALVULA DE DESCARGA METALICA, BASE (banheiros terreos masc e fem)	UN	4,00
1.8.2	SINAPI	377	ASSENTO SANITÁRIO DE PLÁSTICO ADULTO (todos os banheiros)	UN	8,00
1.8.3	CPOS	44.03.460	TORNEIRA PARA LAVATORIO EM LATÃO CROMADO PARA BANHEIROS (TODOS OS BANHEIROS)	UN	6,00
1.8.4	CPOS	44.03.400	TORNEIRA COM ROSCA PARA USO GERAL, PAREDE, EM LATÃO CROMADO (2 tanque)	UN	2,00
1.8.5	SINAPI	95470	VASO SANITARIO SIFONADO CONVENCIONAL COM LOUÇA BRANCA, INCLUSO CONJUNTO DE LIGAÇÃO PARA BACIA SANITÁRIA AJUSTÁVEL - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2016 (1 no banheiro mas e 1 banheiro fem terreo)	UN	2,00
1.8.6	SINAPI	36206	BARRA DE APOIO RETA, AÇO INOX 90CM, 3CM (PARA BANHEIROS TÉRREOS PCDS)	UN	4,00
1.8.7	SINAPI	86941	VASO SANITARIO SIFONADO CONVENCIONAL PARA PCD SEM FURO FRONTAL COM LOUÇA BRANCA SEM ASSENTO, INCLUSO CONJUNTO DE LIGAÇÃO PARA BACIA SANITÁRIA AJUSTÁVEL - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2016 (banheiros 1 masc e 1 fem terreos)	UN	2,00
1.8.8	SINAPI	44.01.240	lavatório em louça com coluna suspensa e conjunto de ligação (trocar pias dos banheiros terreos e sup)	UN	6,00
1.8.9	SINAPI	11739	RALO SINFONADO (trocar todos os ralos)	UN	10,00
1.8.10	CPOS	23.06.201	ARMARIO COMPENSADO SOB MEDIDA PARA COZINHA, (1 PARA PIA E 1 AÉREO com 1,5m de largura)	M²	2,55
1.8.11	CPOS	44.01.310	TANQUE DE LOUÇA COM COLUNA 30 LT E CONJUNTO DE INSTALAÇÃO (terreo e superior)	UN	2,00
1.8.12	CPOS	14.30.202	DIVISORIO EM PLACAS DE GRANILITE COM ESPESSURA DE 3 CM (BANHEIRO TERREOS MASC E FEM)	M²	8,00
1.8.13	CPOS	28.01.070	FERRAGEM COMPLETA PARA PORTA DE BOX DE WC TIPO LIVRE/OCUPADO (BANHEIROS TERREOS MACS E FEM.)	CJ	4,00
1.8.14	SINAPI	39483	KIT PORTA PRONTA DE MADEIRA, FOLHA LEVE (NBR 15930) DE 70 X 210 CM, E = "35" MM, COM MARCO EM ACO, NUCLEO COLMEIA, CAPA LISA EM HDF, ***ACABAMENTO MELAMINICO BRANCO*** (INCLUI MARCO, ALIZARES, DOBRADICAS E FECHADURA) (BANHEIRO INFERIORES MASC E FEM)	UN	2,00
1.8.15	SINAPI	39485	KIT PORTA PRONTA DE MADEIRA, FOLHA LEVE (NBR 15930) DE 90 X 210 CM, E = "35" MM, COM MARCO EM ACO, NUCLEO COLMEIA, CAPA LISA EM HDF, ***ACABAMENTO MELAMINICO BRANCO*** (INCLUI MARCO, ALIZARES, DOBRADICAS E FECHADURA) (BANHEIROs PCDS INFERIORES MASC E FEM)	UN	2,00
1.8.16	CPOS	44.02.200	MICTORIO SIFONADO LOUCA BRANCA SEM COMPLEMENTOS (banheiros inferiores masculino)	UN	2,00

1.9	SERVIÇOS GERAIS				
1.9.1	CPOS	28.01.020	FERRAGEM COMPLETA COM MAÇANETA TIPO ALAVANCA, PARA PORTA EXTERNA COM 1 FOLHA (TROCAR DE TODAS AS PORTAS DE MADEIRA E COLOCAR NAS NOVAS PORTAS)	CJ	14,00
1.9.2	SINAPI	72118	VIDRO TEMPERADO INCOLOR, ESPESSURA 6MM, FORNECIMENTO E INSTALACAO, INCLUSIVE MASSA PARA VEDACAO	M²	1,50
1.9.3	SINAPI	94582	JANELA DE ALUMINIO, FIXAS COM VIDROS FUMÊS (VIDROS DA FACHADA)	M²	18,09

O PRESENTE DOCUMENTO É PARTE INTEGRANTE DA CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO EXPEDIDA PELO CREA-SP
CAT No: 2620200005929 - 21/07/2020 16:16:39 - Autenticação Digital: 3FKC. 6CxzGfiJazAFxKfxyUA1sKT3f.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAVANTES
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, OBRAS, MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA
Rua: Dr. Altino Arantes, nº 464, Centro, Chavantes/SP
Telefone: (14) 3342 9202 – CNPJ 44.563.575/0001-98
Site: www.chavantes.sp.gov.br
email: planejamento@chavantes.sp.gov.br

1.9.4	CPOS	26.04.030	ESPELHO COMUM DE 3MM COM MOLDURA EM ALUMINIO (2 ESPELHO DE 1,00 X 0,60 CM - UM PARA CADA BANHEIRO SUPERIOR)	M²	1,20
1.9.5	CPOS	32.06.231	PELÍCULA DE CONTROLE SOLAR PARA VIDROS (PORTA DE ENTRADA E SAÍDA DO PRÉDIO - pav térreo)	M²	10,75
1.9.6	CPOS	55.01.070	Limpeza complementar e especial de piso com produtos químicos - banheiros terreros e hall de entrada	M²	35,00
1.9.7	CPOS	55.01.140	Limpeza de superficie com lixamento (nos cantos) banheiros terreos e hall de entrada	M²	22,80
1.9.8	CPOS	33.03.740	Resina acrílica plastificante - banheiros terreos e hall de entrada	M	35,12
1.9.9	SINAPI	11795	GRANITO PARA BANCADA, POLIDO, TIPO ANDORINHA/ QUARTZ/ CASTELO/ CORUMBA OU OUTROS EQUIVALENTES DA REGIAO, E= "2,5" CM (035x0,61mm)	m²	0,21
1.9.10	SINAPI	34391	VIDRO COMUM LAMINADO LISO INCOLOR DUPLO, ESPESSURA TOTAL 8 MM (CADA CAMADA DE 4 MM) - COLOCADO (061 x 050 mm)	m²	0,30

1.10	COBERTURA				
1.10.1	SINAPI	92539	TRAMA DE MADEIRA COMPOSTA POR RIPAS, CAIBROS E TERÇAS PARA TELHADOS DE ATÉ 2 ÁGUAS PARA TELHA DE ENCAIXE DE CERÂMICA OU DE CONCRETO, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_12/2015 (torre do elevador)	M²	10,50
1.10.2	SINAPI	94210	TELHAMENTO COM TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO E = 6 MM, COM RECOBRIMENTO LATERAL DE 1 1/4 DE ONDA PARA TELHADO COM INCLINAÇÃO MÁXIMA DE 10°, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO IÇAMENTO. AF_06/2016 (reforma do telhado existente e construção da torre do elevador)	M²	253,00
1.10.3	SINAPI	94229	CALHA EM CHAPA GALVANIZADA 100CM	M	100,00
1.10.4	SINAPI	7216	CUMEEIRA NORMAL PARA TELHA FIBROCIMENTO 2 ABAS 1050X935MM	UN	37,00
1.10.5	SINAPI	94231	RUFO EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADA CORTE 25CM (PÁTIO DE ENTRADA)	M	90,00

1.11	PINTURA				
1.11.1	CPOS	03.10.140	REMOÇÃO DE PINTURA EM MASSA COM LIXAMENTO (NAS PAREDES CRÍTICAS ONDE NECESSITAM DE LIXAMENTO PARA FICAREM COM ASPECTO LISO)	M2	1708,83
1.11.2	SINAPI	88415	APLICAÇÃO MANUAL DE FUNDO SELADOR ACRILICO (APLICAR EM TODAS AS PAREDES INTERNAS, EXTERNAS E TETO QUE TENHAM TINTA LATEX. NÃO APLICAR NAS PARETES QUE TENHAM TINTA ESMALTE. APLICAR NO MURO FRONTAL ONDE FIXA GRADE)	M2	1708,83
1.11.3	SINAPI	88489	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_06/2014 (AREA INTERNAS, EXTERNAS, TETOS E MUROS)	M2	1708,83
1.11.4	SINAPI	73924/2	PINTURA ESMALTE ACETINADO, DUAS DEMAOS, SOBRE SUPERFICIE METALICA (GRADES, PORTAS, CORRIMÃOS, PORTÕES E JANELAS)	M2	443,10
1.11.5	CPOS	33.03.350	PINTURA ESPECIAL EM ESMALTE PARA LOUSA (lousas de 4 salas)	M2	37,00
1.11.6	SINAPI	79464	PINTURA A OLEO, 2 DEMAOS (BARRADOS PAREDES ONDE JÁ ESTÃO PINTADOS COM TINTAS ESMALTE. FAZER ALTURA DE 1,50M)	M2	161,47

O PRESENTE DOCUMENTO É PARTE INTEGRANTE DA CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO EXPEDIDA PELO CREA-SP.
CAT No: 2620200005929 - 21/07/2020 16:16:39 - Autenticação Digital: 3FKCnlx6CxzGRJazAFxKfxyUA1sKT3f.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAVANTES
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, OBRAS, MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA
Rua: Dr. Altino Arantes, nº 464, Centro, Chavantes/SP
Telefone: (14) 3342 9202 – CNPJ 44.563.575/0001-98
Site: www.chavantes.sp.gov.br
email: planejamento@chavantes.sp.gov.br

GOVERNO DE CHAVANTES
NOVO RUMO. NOVO TEMPO

1.11.7	SINAPI	6082	PINTURA VERNIZ SINTETICO BRILHANTE EM MADEIRA, TRES DEMÃOS (PORTAS E BATENTES DE MADEIRA, TANTO ANTIGA QUANTO AS NOVAS Q SERÃO COLOCADAS)	M2	67,00

1.12	LIMPEZA				
1.12.1	SINAPI	73948/16	LIMPEZA FINAL DA OBRA (LIMPEZA GERAL)	M2	428,03
1.12.2	SINAPI	73948/3	LIMPEZA AZULEIJO E JANELAS DOS BANHEIROS (PISOS DOS BANHEIROS TÉRREOS MASCULINO E FEMININO) - RETIRAR ENCARDIDO DOS PISOS E JANELAS)	M2	60,00

Atestamos ainda que, os serviços foram executados sem nenhuma reprovação de nossa parte no que se refere à quantidade, qualidade dos materiais e prazo de execução, portanto, não há registro que desabone a idoneidade e a capacidade técnica da referida empresa.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.

P. M. Chavantes (SP), 19 de junho de 2020.

Letícia de Oliveira Silva
Assessora dos Serviços de Obras e Engenharia
CREA/SP: 507041211-4

O PRESENTE DOCUMENTO É PARTE INTEGRANTE DA CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO EXPEDIDA PELO CREA-SP
CAT No: 2620200005929 - 21/07/2020 16:16:39 - Autenticação Digital: 3FKCi CxzGfJazAFxKfxyUA1sKT3f.

Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução No. 1.025, de 30 de outubro de 2009

CREA-SP

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO
2620200005928
Atividade concluída

414

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução no. 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo - CREA-SP, o Acervo Técnico do profissional SILVIO ABUD HADDAD referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo discriminada(s):

Profissional: SILVIO ABUD HADDAD
Registro: 601237944-SP RNP: 2603399829
Título Profissional: Engenheiro Civil

Número ART: 28027230191282513 . Tipo de ART: OBRA OU SERVIÇO . . . . Registrada em: 02/10/2019 Baixada em: 09/07/2020
Forma de Registro: INICIAL
Participação Técnica: INDIVIDUAL
Empresa Contratada: EMR CONSTRUTORA EIRELI - ME

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAVANTES
RUA ALTINO ARANTES No.: 464
Complemento: Bairro: JARDIM CONCEIÇÃO
Cidade: Chavantes UF: SP CEP: 18970174 PAIS: BRASIL
Contrato: Celebrado em: 28/08/2019
Vinculado à ART: 28027230200468615
Valor do Contrato: R$ 212.929,98 Tipo de contratante: PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO

Endereço da Obra/serviço: RUA ALTINO ARANTES No
Complemento: Bairro: JARDIM CONCEIÇÃO
Cidade: Chavantes UF: SP CEP: 18970174 PAIS: BRASIL
Data de início: 16/09/2019 Conclusão Efetiva: 23/04/2020 Coordenadas Geográficas:
Finalidade:
Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAVANTES CNPJ: 44.563.575/0001-98

Atividade Técnica: 1) Execução, Execução, Edificação de Alvenaria. 1889,08000 metro quadrado.

Observações

REFORMA DE UMA ESCOLA E PATIO COM REPINTURA, REVESTIMENTO PARCIAL DAS VEDAÇÕES, INSTALAÇÕES, PISOS E TELHADOS, DE ACORCO COM PROJETO.

Informações Complementares

O atestado está vinculado apenas para atividades técnicas constantes da ART, desenvolvidas de acordo com as atribuições do profissional na área da Engenharia Civil.
Valor do contrato inicial - R$ 212.929,98
Valor total com aditivo - R$ 288.685,94

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico – CAT - o atestado apresentado pelo profissional acima,contendo 9 folhas, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

Certidão de Acervo Técnico No.2620200005928
21/07/2020 16:14:25
Autenticação Digital: anlKUJKG65fsKFyC3syygxUGfTAlA0Cg

A CAT a qual o atestado está vinculado é o documento que comprova o registro do atestado no CREA

A CAT à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas

A CAT é válida em todo território nacional

A CAT perderá a validade no caso de modificação dos dados técnicos qualitativos e quantitativos nela contidos bem como de alteração da situação do registro de ART

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do CREA-SP (www.creasp.org.br)

A falsificação deste documento constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro sujeitando o autor à respectiva ação penal

CREA-SP

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAVANTES
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, OBRAS, MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA
Rua: Dr. Altino Arantes, nº 464, Centro, Chavantes/SP
Telefone: (14) 3342 9202 – CNPJ 44.563.575/0001-98
Site: www.chavantes.sp.gov.br
email: planejamento@chavantes.sp.gov.br

GOVERNO DE CHAVANTES
NOVO RUMO, NOVO TEMPO

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, para os devidos fins, que a empresa **EMR CONSTRUTORA EIRELI - ME**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Juridica (CNPJ) sob nº. 18.916.042/0001-32, com sede social localizada em **Rua Moisés Guglielmetti, Nº 445, bairro Vila Volga, Palmital – SP, CEP 19970-000**, executou os serviços referente à "**Reforma da Escola EMEF NELLY MAZZANTE MACHADO**", totalizando 1889,08 m² de reforma em conformidade com as especificações técnicas contidas no Memorial Descritivo, Projeto Básico, Proposta Comercial Apresentada, Cronograma Físico-Financeiro e demais documentos que compõe o procedimento licitatório, sob o regime de Empreitada por Preço Global, objeto do Contrato Administrativo, registrado sob nº **071/2019** proveniente do processo Licitatório – Modalidade Preço Global, registrado sob nº. **013/2019**, durante o período abaixo especificado:

- ***Data de Assinatura: 28/08/2019***
- ***Início de Execução: 16/09/2019***
- ***Prazo de Execução: 220 dias***
- ***Termino: 23/04/2020***
- ***ART Inicial: 28027230191282513***
- ***Valor Inicial:* R$ 212.929,98**
- ***ART Aditivo de Valor: 28027230200468615***
- ***Aditivo de Valor: R$ 75.755,96***

1. O valor global para execução da obra foi de **R$ 288.685,94 (duzentos e oitenta e oito mil seiscentos e oitenta e cinco reais e noventa e quatro centavos).**

Os serviços foram executados sob a Responsabilidade Técnica do Engenheiro Civil **Sr. Silvio Abud Haddad,** registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, do Estado de São Paulo (CREA), sob nº. **0601237944-SP**.

Segue abaixo a planilha quantitativa discriminando os serviços executados:

O PRESENTE DOCUMENTO É PARTE INTEGRANTE DA CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO EXPEDIDA PELO CREA-SP
CAT No: 2620200005928 - 21/07/2020 16:14:25 - Autenticação Digital: anfKU...365fsKFyC3syygxUGfTAfA0Cg.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAVANTES
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, OBRAS, MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA
Rua: Dr. Altino Arantes, nº 464, Centro, Chavantes/SP
Telefone: (14) 3342 9202 – CNPJ 44.563.575/0001-98
Site: www.chavantes.sp.gov.br
email: planejamento@chavantes.sp.gov.br

1	REFORMA PRÉDIO ESCOLAR			UN	QTD
1.1	SERVIÇOS PRELIMINARES				
1.1.1	SINAPI	74209/1	PLACA DE OBRA DE AÇO GALVANIZADO (COLOCAR NO INÍCIO DA OBRA)	M2	4,50

1.2	RETIRADAS				
1.2.1	CPOS	04.11.100	RETIRADA DE REGISTRO (RETIRADA DE 8 VALVULAS DE VASOS SANITÁRIOS)	UN	8,00
1.2.2	CPOS	03.01.020	DEMOLIÇÃO MANUAL REVESTIMENTO CERÂMICO (PISO DOS CORREDORES, SALA 8 EPARETE INDICADA NA PLANTA DO BANHEIRO MASCULINO) - BANHIROS E 1 PAREDE DA LAVANDERIA	M2	241,70
1.2.3	SINAPI	97647	REMOÇÃO DE TELHAS (COBERTURA DO REFEITÓRIO)	M2	338,14
1.2.4	CPOS	4.11.120	RETIRADA TORNEIRA (BANHEIROS E COZINHA)	M2	16,00
1.2.5	CPOS	04.07.040	RETIRADA DE FORRO QUALQUER EM PLACAS OU TIRAS (REFEITÓRIO)	M2	156,05
1.2.6	CPOS	17.02.220	RETIRADA REBOCO (SALA 1, SALA DOS PROFESSORES E PARTES INDICADAS DOS CORREDORES)	M2	70,65
1.2.7	CPOS	4.40.010	RETIRADA MANUAL DE PRÉ MOLDADO (MOLDURAS DO JARDIM)	M	226,00
1.2.8	CPOS	04.08.080	RETIRADA DE ELEMENTO DE MADEIRA DE LOUSA (MOLDURA DE LOUSAS DESATIVADAS)	M2	110,40
1.2.9	CPOS	03.11.100	REMOÇÃO PARA REAPROVEITAMENTO DE BANCO E CONCRETO PRÉ MOLDADO (BANCOS INDICADOS EM PLANTA)	UN	11,00
1.2.10	CPOS	04.21.140	REMOÇÃO DE POSTES METÁLICOS (RETIRADAS DE POSTES METALICOS PEQUENOS DO JARDIM)	UN	5,00
1.2.11	SINAPI	85184	RETIRADA DE GRAMA EM PLACAS (RETIRADAS DE TODAS AS GRAMAS DO JARDIM)	M2	373,63
1.2.12	SINAPI	98533	PODA EM ALTURA DE ÁRVORE (PODA DE ALVORES ALTAS E RETIRADA DE ARVORES MENORES INDICADAS NA PLANTA)	UN	7,00
1.2.13	SINAPI	98527	REMOÇÃO DE RAIZES REMANESCENTES (REMOÇÃO DE RAIZES INDICADAS NA PLANTA)	UN	4,00
1.2.14	CPOS	03.01.220	DEMOLIÇÃO MECANIZADA DE CONCRETO SIMPLES, INCLUINDO LIMPEZA E CARREGAMENTO. (RETIRADA DE PISO DE CIMENTO DA CALDADA E RAMPA MENOR)	M3	15,50
1.2.15	CPOS	30.20.40	DEMOLIÇÃO MANUAL DE AVENARIA DE ELEVAÇÃO (MURINHO DA RAMPA DE ENTRADA)	M3	1,08
1.2.16	CPOS	04.19.120	REMOÇÃO DE INTERRUPTORES (RETIRAR TODOS OS INTERRUPTORES PARA RECOLOCAÇÃO DE NOVOS)	UN	100,00
1.2.17	CPOS	03.02.040	DEMOLIÇÃO MANUAL ALVENARIA ELEVAÇÃO (DIVISÓRIAS BANHEIROS)	M2	4,94

O PRESENTE DOCUMENTO É PARTE INTEGRANTE DA CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO EXPEDIDA PELO CREA-SP.
CAT No: 2620200005928 - 21/07/2020 16:14:25 - Autenticação Digital: anfKUJKG65fsKFyC3syygxUGfTAfA0Cg.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAVANTES
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, OBRAS, MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA
Rua: Dr. Altino Arantes, nº 464, Centro, Chavantes/SP
Telefone: (14) 3342 9202 – CNPJ 44.563.575/0001-98
Site: www.chavantes.sp.gov.br
email: planejamento@chavantes.sp.gov.br

GOVERNO DE CHAVANTES
NOVO RUMO, NOVO TEMPO

1.3	PISOS				
1.3.1	CPOS	17.10.020	PISO EM GRANILITE MOLDADO NO LOCAL (SALA 8)	M²	545,12
1.3.2	CPOS	17.10.100	SOLEIRA DE GRANILITE MOLDADA NO LOCAL (AO REDORES DAS GRELHAS)	M	62,06
1.3.3	CPOS	49.06.170	GRELHA EM ALUMINIO FUNDIDO PARA CAIXAS E CANALETAS (REFEITÓRIO)	M2	8,00
1.3.4	CPOS	11.18.040	LASTRO PEDRA BRITADA, 3CM (JARDIM - LOCAIS QUE PASSARÃO DE JARDIM PARA PISO CONCRETO)	M3	7,67
1.3.5	CPOS	11.18.100	CONCRETO USINADO FCK 20MPA, 5CM (JARDIM - LOCAIS QUE PASSARÃO DE JARDIM PARA PISO CONCRETO)	M3	12,79
1.3.6	SINAPI	95240	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM PISO, ESPESSURA DE 3CM (TODO PISO DO JARDIM, COLOCAÇÃO POR CIMA DO CONCRETO EXISTENTE)	M2	12,73
1.3.7	SINAPI	95240	ARGAMASSA EM SOLO E CIMENTO A 5% EM PISO (CALÇADA EXTERNA QUE RECEBERÁ PAVIMENTO DE LAJOTA)	M3	20,21
1.3.8	CPOS	11.18.100	CONCRETO USINADO FCK 20MPA, 5CM (CALÇADA EXTERNA QUE RECEBERÁ PAVIMENTO DE LAJOTA E CONSTRUÇÃO DE RAMPA)	M3	18,00
1.3.9	CPOS	54.04.304	PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTA DE CONCRETO 35MPA ESPESSURA DE 6CM (CALÇADA EXTERNA)	M2	478,94
1.3.10	SINAPI	40780	REGULARIZAÇÃO DE SUPERFICIE (PISO BANHEIROS E PATIO)	M2	133,00
1.3.11	SINAPI	87250	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO ESMALTADA EXTRA DE DIMENSÕES 45X45 CM APLICADA EM AMBIENTES DE ÁREA ENTRE 5 M2 E 10 M2. AF_06/2014 (imitação de granilite no pátio coberto) e (cinza liso para os banheiros)	M2	133,00
1.3.12	CPOS	55.01.070	Limpeza complementar e especial de piso com produtos químicos - GRANILITES	M²	245,12
1.3.12	CPOS	33.03.740	Resina acrílica plastificante (no granilite e lajotas externas)	M2	920,00

1.4	COBERTURA				
1.4.1	SINAPI	7184	TELHA DE FIBRA DE VIDRO ONDULADA INCOLOR 0,50X2,44 (REFEITÓRIO)	M²	70,23
1.4.2	SINAPI	94210	TELHAMENTO COM TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO E = 6 MM, COM RECOBRIMENTO LATERAL DE 1 1/4 DE ONDA PARA TELHADO COM INCLINAÇÃO MÁXIMA DE 10°, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO IÇAMENTO. AF_06/2016 (REFEITÓRIO EM PÁTIO DE ENTRADA)	M²	262,02
1.4.3	CPOS	42.05.250	BARRA CONDUTORA CHATA ALUMINIO 3/4" X 1/4" INCLUSIVE ACESSORIOS DE FIXAÇÃO (CONDUTORES DAS CALHAS)	M	30,00

O PRESENTE DOCUMENTO É PARTE INTEGRANTE DA CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO EXPEDIDA PELO CREA-SP.
CAT No: 2620200005928 - 21/07/2020 16:14:25 - Autenticação Digital: anfKU.)65fsKFyC3syygxUGfTAfA0Cg.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAVANTES
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, OBRAS, MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA
Rua: Dr. Altino Arantes, nº 464, Centro, Chavantes/SP
Telefone: (14) 3342 9202 – CNPJ 44.563.575/0001-98
Site: www.chavantes.sp.gov.br
email: planejamento@chavantes.sp.gov.br

1.4.4	SINAPI	94229	CALHA EM CHAPA GALVANIZADA 100CM (REFEITÓRIO E PÁTIO DE ENTRADA)	M	125,60
1.4.5	SINAPI	7216	CUMEEIRA NORMAL PARA TELHA FIBROCIMENTO 2 ABAS 1050X935MM (REFEITÓRIO)	UN	13,00
1.4.6	SINAPI	94231	RUFO EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADA CORTE 25CM (PÁTIO DE ENTRADA)	M	32,00
1.4.7	CPOS	36.07.060	PARA RAIOS DE DISTRIBUIÇÃO, COMPLETO (SUBSTITUIÇÃO DOS EXISTENTES)	UN	2,00
1.4.8	CPOS	38.16.250	POSTE CONDUTOR METALICO PARA DISTRIBUIÇÃO (PÁTIO DE ENTRADA)	UN	1,00
1.4.9	CPOS	22.01.010	FORRO TABUA APARELHADA MACHO E FEMEA (NO REFEITÓRIO O FORRO DEVE SEGUIR INCLINAÇÃO DO TELHADO) F (NO BEIRAL FORRO DEVE SER RETO)	UN	144,03
1.4.10	CPOS	11587	FORRO DE PVC LISO, BRANCO, REGUA DE 10 CM, ESPESSURA DE 8 MM A 10 MM (COM COLOCACAO)	UN	28,00
1.4.11	CPOS	22.01.210	TESTEIRA EM TABUA APARELHADA, LARGURA 20CM (COBERTURA DO REFEITÓRIO)	M	30,00

1.5	TOTEN DA FACHADA				
1.5.1	CPOS	14.02.040	ALVENARIA DE ELEVAÇÃO DE TIJOLO MACIÇO COMUM APARENTE (CONSTRUÇÃO DE TOTEN EM PAREDE JÁ EXISTENTE DE ENTRADA)	M²	10,50
1.5.2	SINAPI	74209/1	PLACA DE FACHADA (PLACA EM ACM BRILHANTE PARA FACHADA COM NOME DA ESCOLA - TAMANHO 2X1,2CM)	M²	3,85
1.5.3	SINAPI	74209/1	PLACAS DE INDICAÇÕES (4 PLACAS DE TAMANHO 1,00 X 0,60 CM, MATERIAL P.S., BRILHANTE, 3MM)	M²	2,40

1.6	PAISAGISMO				
1.6.1	CPOS	34.01.020	LIMPEZA E REGULARIZAÇÃO DE AREAS PARA AJARDINAMENTO (JARDINS E CANTEIROS)	M²	207,00
1.6.2	SINAPI	3322	GRAMA ESMERALDA EM PLACAS (JARDIM)	M²	184,00
1.6.3	CPOS	34.02.110	FORAÇÃO PEDRISCOS	M²	23,00
1.6.4	CPOS	34.03.150	ARBUSTO BUXINHO (PLANTAR NO TOTEN DE ENTRADA)	UN	8,00
1.6.5	CPOS	34.03.120	ARBUSTO ESPADA DE SÃO JORGE (PLANTAR NO TOTEN DE ENTRADA)	UN	17,00
1.6.6	CPOS	35.04.120	BANCO DE CONCRETO PRÉ MOLDADO, PÉS VAZADOS, 1,50M DE LARGURA (JARDIM)	UN	13,00
1.6.7	SINAPI	87521	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERAMICOS FURADOS NA HORIZONTAL DE 11,5X19X19CM, COM ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA (CANTEIRO DA ÁRVORE)	M²	6,00
1.6.8	SINAPI	87905	CHAPISCO APLICADO E ALVENARIA (CANTEIRO DA ÁRVORE)	M²	7,00
1.6.9	CPOS	17.02.220	REBOCO (CANTEIRO DA ÁRVORE)	M²	7,00

O PRESENTE DOCUMENTO É PARTE INTEGRANTE DA CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO EXPEDIDA PELO CREA-SP.
CAT No: 2620200005928 - 21/07/2020 16:14:25 - Autenticação Digital: amfKUJKG65fsKFyC3syygxUGfTAfA0Cg.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAVANTES
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, OBRAS, MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA
Rua: Dr. Altino Arantes, nº 464, Centro, Chavantes/SP
Telefone: (14) 3342 9202 – CNPJ 44.563.575/0001-98
Site: www.chavantes.sp.gov.br
email: planejamento@chavantes.sp.gov.br

1.6.10	Coteção		MESA DE CONCRETO, COM 3 BANCOS EM FORMATOS ARREDONDADOS (JARDIM)	UN	5,00

1.7	ELÉTRICA				
1.7.1	CPOS	38.16.090	CAIXA COM TOMADA COM ESPELHO (RECOLOCAÇÃO EM TODOS PONTOS QUE SERÃO RETIRADOS)	M²	100,00
1.7.3	SINAPI	39385	LUMINARIA LED PLAFON REDONDO DE SOBREPOR BIVOLT 12/13 W, D = *17* CM (BANHEIROS)	M²	4,00
1.7.4	SINAPI	93042	LÂMPADA LED 6 W BIVOLT BRANCA, FORMATO TRADICIONAL (BASE E27) - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO (BANHEIROS)	M²	4,00
1.7.5	CPOS	38.07.172	CANALETAS EM PVC (FIOS) INCLUSIVE ACESSÓRIOS (NOS FIOS ELÉTRICOS QUE ESTÃO A VISTA)	M	100,00

1.8	HIDRAULICA				
1.8.1	SINAPI	34637	CAIXA D'AGUA EM POLIETILENO 500 LITROS, COM TAMPA (cozinha)	UN	1,00
1.8.2	SINAPI	11830	TORNEIRA METALICA DE BOIA CONVENCIONAL PARA CAIXA D'AGUA, 3/4", COM HASTE METALICA E BALAO PLASTICO (cozinha)	UN	1,00
1.8.3	SINAPI	89987	REGISTRO DE GAVETA BRUTO, LATÃO, ROSCÁVEL, 3/4", COM ACABAMENTO E CANOPLA CROMADOS, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE ÁGUA. AF 12/2014 (COZINHA E BANHEIROS)	UN	3,00
1.8.4	SINAPI	65	ADAPTADOR PVC SOLDAVEL CURTO COM BOLSA E ROSCA, 25 MM X 3/4", PARA AGUA FRIA (cozinha)	UN	6,00
1.8.5	SINAPI	112	ADAPTADOR PVC SOLDAVEL CURTO COM BOLSA E ROSCA, 50 MM X1 1/2", PARA AGUA FRIA (cozinha e banheiro infantis)	UN	10,00
1.8.6	SINAPI	89373	LUVA DE REDUÇÃO, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM X 20MM, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2014 (cozinha)	UN	1,00
1.8.7	SINAPI	89376	ADAPTADOR CURTO COM BOLSA E ROSCA PARA REGISTRO, PVC, SOLDÁVEL, DN 20MM X 1/2", INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2014 (cozinha)	UN	1,00
1.8.8	SINAPI	36349	JOELHO PPR 90 GRAUS, SOLDAVEL, DN 25 MM, PARA AGUA (cozinha)	UN	1,00
1.8.9	SINAPI	9868	TUBO PVC, SOLDAVEL, DN 25 MM, AGUA FRIA (NBR-5648) (cozinha e banheiros infantis)	UN	14,00
1.8.10	SINAPI	9875	TUBO PVC, SOLDAVEL, DN 50 MM, PARA AGUA FRIA (NBR-5648) (cozinha e banheiros infantis)	UN	3,00

O PRESENTE DOCUMENTO É PARTE INTEGRANTE DA CERTIDÃO DE ACER O TÉCNICO EXPEDIDA PELO CREA-SP.
CAT No: 2620200005928 - 21/07/2020 16:14:25 - Autenticação Digital: anfKU...365fsKFyC3syygxUGfTAfA0Cg.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAVANTES
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, OBRAS, MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA
Rua: Dr. Altino Arantes, nº 464, Centro, Chavantes/SP
Telefone: (14) 3342 9202 – CNPJ 44.563.575/0001-98
Site: www.chavantes.sp.gov.br
email: planejamento@chavantes.sp.gov.br

GOVERNO DE CHAVANTES
NOVO RUMO, NOVO TEMPO

417

1.8.11	SINAPI	89388	LUVA DE REDUÇÃO, PVC, SOLDÁVEL, DN 40MM X 32MM, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2014 (cozinha)	UN	1,00
1.8.12	SINAPI	11786	VASO SANITARIO SIFONADO INFANTIL LOUCA BRANCA (BANHEIROS INFANTIS)	UN	5,00
1.8.13	SINAPI	86878	VÁLVULA EM METAL CROMADO TIPO AMERICANA 3.1/2" X 1.1/2" PARA PIA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2013	UN	4,00
1.8.14	SINAPI	44.01.270	CUBA DE LOUÇA DE EMBUTIR, OVAL (BANHEIROS INFANTIS)	UN	4,00
1.8.15	SINAPI	3540	COTOVELO, PVC, SOLDAVEL, 90 GRAUS, 50 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL (BANHEIROS INFANTIS)	UN	4,00
1.8.16	SINAPI	3529	COTOVELO, PVC, SOLDAVEL, 90 GRAUS, 25 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL (BANHEIROS INFANTIS)	UN	8,00
1.8.17	SINAPI	3529	TE , PVC, SOLDAVEL, 90 GRAUS, 25 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL (BANHEIROS INFANTIS)	UN	4,00
1.8.18	cotação	3863	LUVA PVC SOLDAVEL, 50 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL (BANHEIROS INFANTIS)	UN	4,00
1.8.19	SINAPI	3904	LUVA PVC SOLDAVEL, 25 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL (BANHEIROS INFANTIS)	UN	4,00
1.8.20	SINAPI	6024	REGISTRO PRESSAO COM ACABAMENTO E CANOPLA CROMADA, SIMPLES (BANHEIROS INFANTIS)	UN	2,00
1.8.21	SINAPI	12613	TUBO DE DESCARGA PVC, PARA LIGACAO CAIXA DE DESCARGA - EMBUTIR, 40 MM X 150 CM (BANHEIROS INFANTIS)	UN	5,00
1.8.22	SINAPI	40.20.230	TUBO DE LIGAÇÃO PARA SANITÁRIO (BANHEIROS INFANTIS)	UN	5,00
1.8.23	SINAPI	34609	MANGUEIRA - CABO FLEXIVEL PVC 750 V, 2 CONDUTORES DE 6,0 MM2 (BANHEIROS INFANTIS)	UN	4,00
1.8.24	SINAPI	86883	SIFÃO DO TIPO FLEXÍVEL EM PVC 1" X 1.1/2" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2013 (BANHEIROS INFANTIS)	UN	4,00
1.8.25	SINAPI	32.07.090	JUNTA DE VEDAÇÃO (BANHEIROS INFANTIS)	UN	5,00
1.8.26	SINAPI	11781	VALVULA DE DESCARGA METALICA, BASE (COLOCAÇÃO EM TODOS OS BANHEIROS)	UN	8,00
1.8.27	SINAPI	377	ASSENTO SANITÁRIO DE PLÁSTICO ADULTO (BANHEIROS FUNCIONÁRIOS)	UN	2,00
1.8.28	Cotação		ASSENTO SANITÁRIO DE PLÁSTICO INFANTIL (BANHEIROS MASCULIN E FEMININO INFANTIS)	UN	4,00
1.8.29	CPOS	44.03.460	TORNEIRA PARA LAVATORIO EM LATÃO CROMADO PARA BANHEIROS (TODOS OS BANHEIROS)	UN	6,00
1.8.31	SINAPI	11739	RALO SINFONADO (RALO SECO BANHEIRO INFANTIL MASCULINO)	UN	1,00
1.8.32	CPOS	44.03.400	TORNEIRA COM ROSCA PARA USO GERAL, PAREDE, EM LATÃO CROMADO (NOS 2 BEBEDOUROS)	UN	9,00

O PRESENTE DOCUMENTO É PARTE INTEGRANTE DA CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO EXPEDIDA PELO CREA-SP.
CAT No: 2620200005928 - 21/07/2020 16:14:25 - Autenticação Digital: anfKUJKG65fsKFyC3syygxUGTfAfA0Cg.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAVANTES
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, OBRAS, MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA
Rua: Dr. Altino Arantes, nº 464, Centro, Chavantes/SP
Telefone: (14) 3342 9202 – CNPJ 44.563.575/0001-98
Site: www.chavantes.sp.gov.br
email: planejamento@chavantes.sp.gov.br

GOVERNO DE CHAVANTES
NOVO RUMO, NOVO TEMPO

1.9	SERVIÇOS GERAIS				
1.9.1	SINAPI	38.16.090	REVESTIMENTO CERAMICO PARA PAREDES INTERNAS COM PLACAS TIPO ESMALTADA EXTRA (BANHEIRO MASC., LUGARESQUE ESTÃO DESFALCADOS) (BANHEIROS INFANTIS - BRANCO E 1 PAREDE DA LAVANDERIA)	M²	119,36
1.9.2	CPOS	26.01.080	VIDRO LISO TRANSPARENTE (COLOCAÇÃO NAS JANELAS QUEBRADAS) DE 6MM - 8 VIDROS	M²	1,50
1.9.3	CPOS	32.17.050	REBOCO IMPERMEABILIZANTE COM CIMENTO PARA UMIDADE (SALA 1 E CORREDOR)	M²	14,35
1.9.4	CPOS	38.07.172	CHAPA ESPESSURA 6MM PARA VENEZIANAS FINAS DAS JANELAS (41 CHAPAS) VENEZIANAS DAS JANELAS	M²	14,35
1.9.5	SINAPI	74195/1	GUARDA-CORPO COM CORRIMÃO DE FERRO BARRA CHATA 3/16 (RAMPA MENOR DE ENTRADA) CORREÇÕES DE RAMPAS PARA PROJETO CONTRA INCENDIO.	M²	7,85
1.9.6	CPOS	32.06.231	PELÍCULA DE CONTROLE SOLAR PARA VIDROS (PORTA DE ENTRADA ENTRE JARDIM E REFEITÓRIO)	M²	5,25
1.9.7	SINAPI	91305	FECHADURA DE EMBUTIR PARA PORTA DE BANHEIRO, COMPLETA, ACABAMENTO PADRÃO POPULAR, INCLUSO EXECUÇÃO DE FURO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2015	UN	6,00
1.9.8	SINAPI	91306	FECHADURA DE EMBUTIR PARA PORTAS INTERNAS, COMPLETA, ACABAMENTO PADRÃO MÉDIO, COM EXECUÇÃO DE FURO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2015	M²	1,00
1.9.9	CPOS	39484	KIT PORTA PRONTA DE MADEIRA, FOLHA LEVE (NBR 15930) DE 80 X 210 CM, E = *35* MM, COM MARCO EM ACO, NUCLEO COLMEIA, CAPA LISA EM HDF, ACABAMENTO MELAMINICO BRANCO (INCLUI MARCO, ALIZARES, DOBRADICAS E FECHADURA) - BANHERIO INFANTIL MASCULINO	UN	1,00
1.9.10	CPOS	39486	KIT PORTA PRONTA DE MADEIRA, FOLHA LEVE (NBR 15930) DE 60 X 210 CM, E = 35 MM, NUCLEO COLMEIA, ESTRUTURA USINADA PARA FECHADURA, CAPA LISA EM HDF, ACABAMENTO EM PRIMER PARA PINTURA (INCLUI MARCO, ALIZARES E DOBRADICAS) - BANHEIROS INFANTIS	UN	6,00
1.9.11	CPOS	38364	BANCADA/ BANCA EM GRANITO, POLIDO, TIPO ANDORINHA/ QUARTZ/ CASTELO/ CORUMBA OU OUTROS EQUIVALENTES DA REGIAO, COM CUBA INOX, FORMATO *150 X 60* CM, E= *2* CM COM RODAPÉ DE 5 CM (BANHEIROS INFANTIS)	M²	2,00

O PRESENTE DOCUMENTO É PARTE INTEGRANTE DA CERTIDÃO DE ACEPVO TÉCNICO EXPEDIDA PELO CREA-SP
CAT No: 262020000928 - 21/07/2020 16:14:25 - Autenticação Digital: anfKU. 365sKFyC3syygxUGfTA1A0Cg.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAVANTES
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, OBRAS, MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA
Rua: Dr. Altino Arantes, nº 464, Centro, Chavantes/SP
Telefone: (14) 3342 9202 – CNPJ 44.563.575/0001-98
Site: www.chavantes.sp.gov.br
email: planejamento@chavantes.sp.gov.br

1.9.12	CPOS	14.30.202	DIVISORIA EMPLACA DE GRANILITE COM ESPESSURA DE 3CM (BANHEIROS INFANTIS)	M²	24,00

1.10	PINTURA				
1.10.1	CPOS	03.10.140	REMOÇÃO DE PINTURA EM MASSA COM LIXAMENTO (NAS PAREDES CRÍTICAS ONDE NECESSITAM DE LIXAMENTO PARA FICAREM COM ASPECTO LISO)	M2	1.500,00
1.10.2	SINAPI	88415	APLICAÇÃO MANUAL DE FUNDO SELADOR ACRILICO (APLICAR EM TODAS AS PAREDES INTERNAS, EXTERNAS E TETO QUE TENHAM TINTA LATEX. NÃO APLICAR NAS PARETES QUE TENHAM TINTA ESMALTE. APLICAR NO MURO FRONTAL. NÃO APLICAR NOS MUROS LATEAIS E DO FUNDO)	M2	3.319,74
1.10.3	SINAPI	88489	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_06/2014 (AREA INTERNAS, EXTERNAS, TETOS E MUROS)	M2	2.635,23
1.10.4	SINAPI	73924/2	PINTURA ESMALTE ACETINADO, DUAS DEMAOS, SOBRE SUPERFICIE METALICA (GRADES, ESTRUTURAS METÁLICAS DAS COBERTURAS DA QUADRA, PORTÕES E JANELAS)	M2	460,00
1.10.5	SINAPI	73739/1	PINTURA ESMALTE ACETINADO EM MADEIRA, DUAS DEMAOS (COBERTURA REFEITORIO E PORTAS)	M2	250,00
1.10.6	CPOS	33.03.350	PINTURA ESPECIAL EM ESMALTE PARA LOUSA (lousas de 4 salas)	M2	37,00
1.10.7	CPOS	33.03.350	PINTURA ESPECIAL EM ESMALTE PARA QUADRA DE ESPORTE (QUADRA COBERTA E PÁTIO DECORADO DE ENTRADA)	M2	325,00
1.10.8	SINAPI	74245/1	PINTURA ACRÍLIA EM PISO CIMENTADO, DUAS DEMÃOS (PISO DOS FUNDOS, ESCADAS E RAMPAS DE ENTRADA) CALÇADAS EXTERNAS E PATIO FRONTAL	M2	1.189,55
1.10.9	SINAPI	79464	PINTURA A OLEO, 2 DEMAOS (BARRADOS PAREDES ONDE JÁ ESTÃO PINTADOS COM TINTAS ESMALTE)	M2	929,50
1.10.10	SINAPI	6082	PINTURA VERNIZ SINTETICO BLRILHANTE EM MADEIRA, TRES DEMÃOS (QUIOSQUE E BATENTE DAS PORTAS)	M2	250,00

1.11	LIMPEZA				
1.11.1	COTACAO		CAÇAMBA	UM	4,00
1.11.2	SINAPI	73948/16	LIMPEZA FINAL DA OBRA (LIMPEZA GERAL)	M2	1.889,08

O PRESENTE DOCUMENTO É PARTE INTEGRANTE DA CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO EXPEDIDA PELO CREA-SP.
CAT No: 2620200005928 - 21/07/2020 16:14:25 - Autenticação Digital: anfKUJKG65fsKFyC3syygxUGITAfA0Cg.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAVANTES
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, OBRAS, MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA
Rua: Dr. Altino Arantes, nº 464, Centro, Chavantes/SP
Telefone: (14) 3342 9202 – CNPJ 44.563.575/0001-98
Site: www.chavantes.sp.gov.br
email: planejamento@chavantes.sp.gov.br

GOVERNO DE CHAVANTES
NOVO RUMO, NOVO TEMPO

Atestamos ainda que, os serviços foram executados sem nenhuma reprovação de nossa parte no que se refere à quantidade, qualidade dos materiais e prazo de execução, portanto, não há registro que desabone a idoneidade e a capacidade técnica da referida empresa.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.

P. M. Chavantes (SP), 19 de junho de 2020.

Leticia de Oliveira Silva
Assessora dos Serviços de Obras e Engenharia
CREA/SP: 507041211-4

O PRESENTE DOCUMENTO É PARTE INTEGRANTE DA CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO EXPEDIDA PELO CREA-SP
CAT No: 2620200005928 - 21/07/2020 16:14:25 - Autenticação Digital: anfKU, 165fsKFyC3syygxUGfTAfA0Cg.

Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução No. 1.025, de 30 de outubro de 2009

CREA-SP

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO
2620200003984
Atividade concluída

419

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução no. 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo - CREA-SP, o Acervo Técnico do profissional SILVIO ABUD HADDAD referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo discriminada(s):

Profissional: SILVIO ABUD HADDAD
Registro: 601237944-SP RNP: 2603399829
Título Profissional: Engenheiro Civil

Número ART: 28027230180158265 Tipo de ART: OBRA OU SERVIÇO Registrada em: 14/02/2018Baixada em: 05/05/2020
Forma de Registro: INICIAL
Participação Técnica: INDIVIDUAL
Empresa Contratada: EMR CONSTRUTORA EIRELI - ME

Contratante: Prefeitura Municipal do Palmital
PRAÇA Mal Arthur da Costa e Silva No.: 119
Complemento: Bairro: Centro
Cidade: Palmital UF: SP CEP: 19970000 PAIS: BRASIL
Contrato: Celebrado em: 18/07/2016
Vinculado à ART: 28027230180194627
Valor do Contrato: R$ 429.269,41 Tipo de contratante: PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO

Endereço da Obra/serviço:AVENIDA Reginalda Leão - quadra 114 No.: 0
Complemento: Bairro: centro
Cidade: Palmital UF: SP CEP: 19970000 PAIS: BRASIL
Data de Início: 05/10/2016 Conclusão Efetiva: 26/07/2018 Coordenadas Geográficas:
Finalidade:
Proprietário: Prefeitura Municipal de Palmital CNPJ: 44.543.981/0001-99

Atividade Técnica: 1) Execução, Execução, Reforma com Ampliação, Edificação de Materiais Mistos, 785,08000 metro quadrado.

Observações

Art referente aos serviços prestados para Prefeitura Municipal de Palmital de acordo com o contrato numero 048/2016 que tem por objeto a reforma e adequação do prédio para o centro de cultura, na avenida Reginalda Leão - quadra 114 - centro, em Palmital/SP, áreas: história-administração: 212,86m2, Som-Imagem. 328,60m2, Aprendizado: 138,50m2, Trabalhos Manuais: 105,12m2, Total Construção. 785,08m2.

Informações Complementares

"Conste aditivo de prazo - prorrogação até 26/07/2018."
"Atividades e quantidades executadas conforme atestado vinculado à presente certidão."
"O atestado está vinculado apenas para atividades técnicas constantes da ART, desenvolvidas de acordo com as atribuições do profissional na área de ENGENHARIA CIVIL."

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico – CAT - o atestado apresentado pelo profissional acima,contendo 15 folhas, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

Certidão de Acervo Técnico No.2620200003984
19/05/2020 18:24:12
Autenticação Digital: C61ykCz5s63FKAtC0atBk0xFCGAaT0CK

A CAT à qual o atestado está vinculado é o documento que comprova o registro do atestado no CREA

A CAT à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou vier a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas

A CAT é válida em todo território nacional

A CAT perderá a validade no caso de modificação dos dados técnicos qualitativos e quantitativos nela contidos, bem como de alteração da situação do registro da ART

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do CREA-SP (www.creasp.org.br)

A falsificação deste documento constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro sujeitando o autor à respectiva ação penal

CREA-SP

Prefeitura Municipal de Palmital
- Estado de São Paulo -

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A Prefeitura Municipal de Palmital, ATESTA para os devidos fins, a empresa **EMR CONSTRUTORA EIRELI-ME**, estabelecida na Rua Moisés Guglielmetti, 445 – Vila Volga – Palmital – SP, inscrita no CNPJ 18.916.042/0001-32 e Inscrição Estadual nº 501.026.249.112; executou **REFORMA DO CENTRO DE CULTURA**, AV. REGINALDA LEÃO – QUADRA 114 - CENTRO, no município de Palmital, de acordo com o contrato firmado entre as partes e as características descritas abaixo:

RESUMO DO CONTRATO
OBRA: **REFORMA DO CENTRO DE CULTURA**
PROPRIETÁRIO: **PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL.**
LOCAL: **AVENIDA REGINALDA LEÃO - QUADRA 114 - CENTRO.**
CIDADE: **PALMITAL – SÃO PAULO.**
ÁREA TOTAL: **785,08 m²**
Modalidade: **TOMADA DE PREÇO Nº 05/2016.**
Valor Global do Contrato: **R$ 429.269,41**
Período do contrato: **Início 05/10/2016 - Término 05/06/2017.**
ART Nº: 28027230180158265.
1º Termo aditivo de prazo: **Início 05/10/2016 - Término 26/07/2018**
ART Nº: 28027230180194627.
Responsável Técnico: **SILVIO ABUD HADDAD - CREA nº 060.123.794-4**
CPF nº 056.081.198-51 - RG nº 6.281.992 SSP-SP

EMPREENDIMENTO: Reforma do CENTRO DE CULTURA				
PRÉDIO DE HISTÓRIA / ADMINISTRAÇÃO				
ITEM	CODIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
PREDIO DE HISTÓRIA/ADMINISTRAÇÃO				
1	Demolições e Retiradas			
1.01	30202	Demolição manual de alvenaria de fundação/embasamento	m³	4,58
1.02	30204	Demolição manual de alvenaria de elevação ou elemento vazado, incluindo revestimento	m²	56,8
1.03	30402	Demolição manual de revestimento cerâmico, incluindo a base	m²	33
1.04	40502	Retirada de piso em tacos de madeira	m²	135,72
1.05	40304	Retirada de telhamento perfil e material qualquer, exceto barro (metálico cobertura das plataformas)	m²	289,1
1.06	40302	Retirada de telhamento em barro	m²	255,67
1.07	40202	Retirada de peças lineares em madeira com seção até 60 cm² (retirada de ripamento)	m	903,1
1.08	40802	Retirada de folha de esquadria em madeira (portas e janelas sem reutilização)	un	26

O PRESENTE DOCUMENTO É PARTE INTEGRANTE DA CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO EXPEDIDA PELO CREA-SP.
CAT No: 2620200003984 - 19/05/2020 18:24:12 - Autenticação Digital: C61yk\ 163FKAIC0aIBk0xFCGAaT0CK.

Prefeitura Municipal de Palmital
- Estado de São Paulo -

420

2	Paredes e Divisórias			
2.01	140420	Alvenaria de elevação com bloco cerâmico de vedação, uso revestido, de 9 cm - 2,5 MPa	m²	46,56
3	Cobertura			
3.01	152006	Recolocação de peças lineares em madeira com seção superior a 60 cm² (ripas)	m	903,1
3.02	160203	Telha de barro tipo romana	m²	255,67
3.03	160223	Cumeeira de barro emboçado tipos: plan, romana, italiana, francesa e paulistinha	m	53,85
3.04	220101	Forro em tábuas aparelhadas macho e fêmea de pinus (Beiral predio principal e Fechamento lateral da plataforma)	m²	3,6
3.05	161206	Telhamento em chapa de aço pré-pintada com epóxi e poliéster, perfil trapezoidal, com espessura de 0,50 mm e altura 40 mm	m²	289,1
3.06	220307	Forro em lâmina de PVC	m²	180,58
4	Revestimento de Paredes			
4.01	30304	Demolição manual de revestimento em massa de parede ou teto	m²	344,05
4.02	170202	Chapisco	m²	344,05
4.03	170212	Emboço comum	m²	344,05
4.04	181102	Revestimento em placa cerâmica esmaltada para paredes de 15 x 15 cm, assentado com argamassa colante industrializada	m²	129,87
4.05	181121	Rejuntamento de placa cerâmica de 15 x 15 cm com argamassa industrializada para rejunte, juntas até 3 mm	m²	344,05
4.06	222005	Moldura de gesso simples, largura até 6,0 cm (detalhes em paredes, beirais, portas e janelas)	m	482,35
5	Pisos			
5.01	170102	Argamassa de regularização e/ou proteção (1cm)	m3	1,69
5.02	180602	Piso cerâmico esmaltado PEI 4 resistência quimica A, para áreas internas sujeitas à lavagem frequente, assentado com argamassa colante industrializada	m²	168,76
5.03	180641	Rejuntamento de piso em placas cerâmicas (30-34 x 30-34 cm) com argamassa industrializada para rejunte, juntas acima de 3 até 5 mm	m²	168,76
5.04	180604	Rodapé cerâmico esmaltado PEI-4 resistência quimica A, para áreas internas sujeitas à lavagem frequente, assentado com argamassa colante industrializada	m	136,7
5.05	180651	Rejuntamento de rodapé em placas cerâmicas até 10 cm de altura com argamassa industrializada para rejunte, juntas acima de 3 até 5 mm	m	136,7
6	Esquadrias			
6.01	240243	Porta em ferro de abrir, parte inferior chapeada, parte superior para receber vidro, sob medida	m²	8,19
7	Vidros			
7.01	260216	Vidro temperado cinza ou bronze de 10 mm (portas)	m²	14
7.02	260217	Vidro temperado cinza ou bronze de 10 mm (janelas)	m²	46
8	Pintura			
8.01	331003	Látex acrílico antimofo em massa, inclusive preparo (interno)	m²	546,84
8.02	331003	Látex acrílico antimofo em massa, inclusive preparo (externo)	m²	416,5
8.03	31010	Remoção de pintura em superfícies de madeira e/ou metálicas com locomento (madeiramento aparente)	m²	26,4

O PRESENTE DOCUMENTO É PARTE INTEGRANTE DA CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO EXPEDIDA PELO CREA-SP.
CAT No: 2620200003984 - 19/05/2020 18:24:12 - Autenticação Digital: C61ykCz5s63FKAIC0aIBk0xFCGAaT0CK.

Prefeitura Municipal de Palmital
- Estado de São Paulo -

8.04	330510	Esmalte em superfície de madeira (madeiramento aparente)	m²	39,6
8.05	331102	Esmalte em superfície metálica, inclusive preparo	m²	17
9	Instalações Hidráulica			
9.01	300801	Bacia sifonada de louça sem tampa, para pessoas com mobilidade reduzida - 6 litros	un	2
9.02	300802	Assento para bacia sanitária com abertura frontal, para pessoas com mobilidade reduzida	un	2
9.03	300102	Barra de apoio reta, para pessoas com mobilidade reduzida, em tubo de aço inoxidável de 1 1/2' x 500 mm	un	2
9.04	300103	Barra de apoio reta, para pessoas com mobilidade reduzida, em tubo de aço inoxidável de 1 1/2' x 800 mm	un	2
9.05	300112	Barra de apoio reta, para pessoas com mobilidade reduzida, em tubo de aço inoxidável de 1 1/4' x 400 mm (para portas)	un	4
9.06	300804	Lavatório de louça para canto sem coluna para pessoas com mobilidade reduzida	un	2
9.07	300113	Barra de proteção para lavatório, para pessoas com mobilidade reduzida, em tubo de alumínio acabamento com pintura epóxi	un	2
9.08	440346	Torneira para lavatório em latão fundido cromado, DN= 1/2'	un	2
9.09	440347	Torneira de parede para pia com bica móvel e arejador, em latão fundido cromado	un	1
9.10	440160	Pia com cuba simples em mármore sintético, linha comercial - sem pertences	m²	0,9
	Água Fria			
9.11	460102	Tubo de PVC rígido, DN= 25 mm, (3/4'), inclusive conexões	m	38,6
9.12	460105	Tubo de PVC rígido, DN= 50 mm, (1 1/2'), inclusive conexões	m	16,4
9.13	470202	Registro de gaveta em latão fundido cromado com canopla, DN= 3/4' - linha especial	un	2
9.14	470102	Registro de gaveta em latão fundido sem acabamento, DN= 3/4'	un	3
9.15	470105	Registro de gaveta em latão fundido sem acabamento, DN= 1 1/2'	un	1
9.16	470205	Registro de gaveta em latão fundido cromado com canopla, DN= 1 1/2' - linha especial	un	4
9.17	480202	Reservatório de fibra de vidro capacidade de 1.000 litros	un	1
9.18	480501	Torneira de bóia, DN= 3/4'	un	1
9.19	470403	Válvula de descarga com registro próprio, DN= 1 1/4'	un	2
9.20	442012	Canopla para válvula de descarga	un	2
	Esgoto			
9.21	490103	Caixa sifonada de PVC rígido de 150 x 150 x 50 mm, com grelha	un	4
9.22	460502	Tubo PVC rígido, junta elástica, tipo Vinilfort, DN= 100 mm, inclusive conexões	m	34,7
9.23	460205	Tubo de PVC rígido, PxB com anel de borracha, DN= 50 mm, inclusive conexões	m	18,9
9.24	460201	Tubo de PVC rígido, pontas lisas, DN= 40 mm, inclusive conexões	m	13,2
9.25	490302	Caixa de gordura em alvenaria, 60 x 60 x 60 cm	un	1
9.26	140203	Alvenaria de elevação de 1/2 tijolo maciço comum (para caixa de inspeção 60x60x40)	m²	3,84
9.27	170104	Lastro de concreto impermeabilizado (fundo de caixa e tampa)	m³	0,16

O PRESENTE DOCUMENTO É PARTE INTEGRANTE DA CERTIDÃO DE ACE[illegible]O TÉCNICO EXPEDIDA PELO CREA-SP.
CAT No: 2620200003984 - 19/05/2020 16:24:12 - Autenticação Digital: C61yk[illegible]s63FKAIC0alBk0xFCGAaT0CK.

Prefeitura Municipal de Palmital
- Estado de São Paulo -

421

9.28	170112	Argamassa de cimento e areia traço 1:3, com adesivo acrílico (revestimento interno e exteno da caixa de inspeção)	m²	0,19
10	Instalações Elétricas			
10.01	41807	Remoção de caixa de entrada de energia padrão residencial completa	un	1
10.02	42212	Remoção de tubulação elétrica embutida diâmetro externo acima de 50 mm	m	96
10.03	41839	Remoção de condutor embutido diâmetro externo até 6,5 mm	m	96
10.04	41906	Remoção de disjuntor termo-magnético	un	4
10.05	41912	Remoção de interruptores, tomadas, botão de campainha ou cigarra	un	15
10.06	360302	Caixa de medição polifásica (500 x 600 x 200) mm, padrão concessionárias	un	1
10.07	370321	Quadro de distribuição universal de embutir, para disjuntores 24 DIN / 18 Bolt-on - 150 A - sem componentes	un	1
10.08	371360	Disjuntor termomagnético, unipolar 127/220 V, corrente de 10 A até 30 A	un	3
10.09	371361	Disjuntor termomagnético, unipolar 127/220 V, corrente de 35 A até 50 A	un	2
10.10	371362	Disjuntor termomagnético, unipolar 127/220 V, corrente de 60 A até 70 A	un	1
10.11	371363	Disjuntor termomagnético, bipolar 220/380 V, corrente de 10 A até 50 A	un	3
10.12	371364	Disjuntor termomagnético, bipolar 220/380 V, corrente de 60 A até 100 A	un	2
10.13	381921	Eletroduto de PVC corrugado flexível reforçado, diâmetro externo de 25 mm	m	180
10.14	390201	Cabo de cobre de 1,5 mm², isolamento 750 V - isolação em PVC 70°C	m	176
10.15	390216	Cabo de cobre de 2,5 mm², isolamento 750 V - isolação em PVC 70°C	m	193
10.16	390217	Cabo de cobre de 4 mm², isolamento 750 V - isolação em PVC 70°C	m	86
10.17	390203	Cabo de cobre de 6 mm², isolamento 750 V - isolação em PVC 70°C	m	64
10.18	390204	Cabo de cobre de 10 mm², isolamento 750 V - isolação em PVC 70°C	m	52
10.19	400446	Tomada 2P+T de 20 A - 250 V, completa	cj	5
10.20	400445	Tomada 2P+T de 10 A - 250 V, completa	cj	22
10.21	400502	Interruptor com 1 tecla simples e placa	cj	5
10.22	400504	Interruptor com 2 teclas simples e placa	cj	4
10.23	412008	Plafon plástico e/ou PVC para acabamento de ponto de luz, com soquete E-27 para lâmpadas até 100W	un	35
10.24	410745	Lâmpada fluorescente compacta eletrônica "3U", base E27 de 25 W - 110 ou 220 V	un	35
10.25	411205	Projetor retangular fechado, com alojamento para reator, para lâmpadas vapor de sódio até 400 W	un	4
10.26	410553	Lâmpada de vapor metálico elipsoidal, base E40 de 400 W	un	4
10.27	410846	Reator eletromagnético de alto fator de potência, para lâmpada vapor metálico 400 W / 220 V	un	4
10.28	150303	Fornecimento e montagem de estrutura em aço ASTM-A36, sem pintura (para grade, com 7 kg cada, com chumbores para fixar em base de concreto para proteção de refletor externo)	kg	28

O PRESENTE DOCUMENTO É PARTE INTEGRANTE DA CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO EXPEDIDA PELO CREA-SP.
CAT No: 2620200003984 - 19/05/2020 18:24:12 - Autenticação Digital: C61ykCz5s63FKAIC0aIBk0xFCGAaT0CK.

Prefeitura Municipal de Palmital
- Estado de São Paulo -

10.29	110404	Concreto não estrutural executado no local, mínimo 200 kg cimento / m³ (dimensões = 50x50x5cm, aprox. 30kg/pç)	m³	0,55
11	Rampa de acessibilidade			
11.01	140105	Alvenaria de embasamento em bloco de concreto com 14 cm	m²	18,72
11.02	90102	Forma em madeira comum para fundação	m²	2,6
11.03	100104	Armadura em barra de aço CA-50 (A ou B) fyk= 500 MPa	kg	19,6
11.04	110110	Concreto usinado, fck = 20,0 MPa	m³	1,96
11.05	170212	Emboço comum	m²	14,4
11.06	170502	Piso com requadro em concreto simples sem controle de fck (esp. 5 cm)	m³	1,72
11.07	70112	Carga e remoção de terra até a distância média de 1,0 km	m³	8,64
11.08	61202	Aterro manual apiloado de área interna com maço de 30 kg	m³	8,64
11.09	240331	Corrimão tubular em aço galvanizado, diâmetro 1 1/2"	m	24
12	Serviços Complementares			
12.01	170502	Piso com requadro em concreto simples sem controle de fck (esp. 5 cm para reforma da plataforma)	m²	8,5
12.02	340210	Plantio de grama esmeralda em placas (jardins e canteiros)	m²	30
12.03	340312	Arbusto Moréia - h= 0,50 m	un	12
12.04	340302	Arbusto Azaléa - h= 0,60 a 0,80 m	un	12
12.05	340211	Forração com clorofito, mínimo de 20 mudas / m² - h= 0,15 m	m²	12
12.06	340207	Forração com Lírio Amarelo, mínimo 18 mudas / m² - h= 0,50 m	m²	12
13	Rampa de acessibilidade			
13.01	140105	Alvenaria de embasamento em bloco de concreto com 14 cm	m²	44,14
13.02	90102	Forma em madeira comum para fundação	m²	10,8
13.03	100104	Armadura em barra de aço CA-50 (A ou B) fyk= 500 MPa	kg	94,5
13.04	110110	Concreto usinado, fck = 20,0 MPa	m³	1,35
13.05	170212	Emboço comum	m²	16,28
13.06	170502	Piso com requadro em concreto simples sem controle de fck (esp. 5 cm)	m³	1,16
13.07	70112	Carga e remoção de terra até a distância média de 1,0 km	m³	13,96
13.08	61202	Aterro manual apiloado de área interna com maço de 30 kg	m³	13,96
13.09	240331	Corrimão tubular em aço galvanizado, diâmetro 1 1/2"	m	32,36
14	Fechamento de tubulações			
14.01	140105	Alvenaria de embasamento em bloco de concreto com 14 cm	m²	18
14.02	170212	Emboço comum	m²	12
14.03	170502	Piso com requadro em concreto simples sem controle de fck (esp. 5 cm)	m³	0,6
14.04	70112	Carga e remoção de terra até a distância média de 1,0 km	m³	15,6
14.05	61202	Aterro manual apiloado de área interna com maço de 30 kg	m³	15,6
15	Serviços Complementares			
15.01	170510	Piso com requadro em concreto simples com controle fck = 25 Mpa - esp=7cm, desempenado e acabado com desempenadeira mecânica e corte de juntas de dilatação de 10mm	m³	45,6
15.02	111804	Lastro de pedra britada (esp. = 5cm)	m³	21,15
EMPREENDIMENTO: Reforma do CENTRO DE CULTURA				

O PRESENTE DOCUMENTO É PARTE INTEGRANTE DA CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO EXPEDIDA PELO CREA-SP
CAT No: 2620200003984 - 19/05/2020 18:24:12 - Autenticação Digital: C61yk ...63FKAtC0aIBk0xFCGAaT0CK.

Prefeitura Municipal de Palmital
- Estado de São Paulo -

422

PREDIO DE SOM/IMAGEM				
ITEM	CODIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
PREDIO DESOM/IMAGEM				
1	Demolições e Retiradas			
1.01	30204	Demolição manual de alvenaria de elevação ou elemento vazado, incluindo revestimento	m³	22,4
1.02	30402	Demolição manual de revestimento cerâmico, incluindo a base	m²	15
1.03	30306	Demolição manual de revestimento em massa de piso	m²	111,08
1.04	40302	Retirada de telhamento em barro	m²	235,87
1.05	40202	Retirada de peças lineares em madeira com seção até 60 cm² (retirada de ripamento)	m	825,6
1.06	40802	Retirada de folha de esquadria em madeira (portas e janelas sem reutilização)	un	5
2	Paredes e Divisórias			
2.01	140420	Alvenaria de elevação com bloco cerâmico de vedação, uso revestido, de 9 cm - 2,5 MPa	m²	16,8
2.02	440221	Tampo/bancada em granito amêndoa, espessura de 2 cm	m²	1,95
3	Cobertura			
3.01	152004	Recolocação de peças lineares em madeira com seção até 60 cm²(ripamento)	m	825,6
3.02	152004	Recolocação de peças lineares em madeira com seção até 60 cm²(testeira e tabeira)	m	59,3
3.03	160203	Telha de barro tipo romana	m²	235,87
3.04	160223	Cumeeira de barro emboçado tipos: plan, romana, italiana, francesa e paulistinha	m	42,1
3.05	220101	Forro em tábuas aparelhadas macho e fêmea de pinus (Beiral predio principal e Fechamento lateral da plataforma)	m²	8,4
3.07	220307	Forro em lâmina de PVC	m²	128
4	Revestimento de Paredes			
4.01	30304	Demolição manual de revestimento em massa de parede ou teto	m²	123,6
4.02	170202	Chapisco	m²	263,42
4.03	170212	Emboço comum	m²	263,42
4.04	181102	Revestimento em placa cerâmica esmaltada para paredes de 15 x 15 cm, assentado com argamassa colante industrializada	m²	92,46
4.05	181121	Rejuntamento de placa cerâmica de 15 x 15 cm com argamassa industrializada para rejunte, juntas até 3 mm	m²	92,46
4.06	222005	Moldura de gesso simples, largura até 6,0 cm (detalhes em paredes, beirais, portas e janelas)	m	286,4
5	Pisos			
5.01	170102	Argamassa de regularização e/ou proteção (1cm)	m3	1,69
5.02	180602	Piso cerâmico esmaltado PEI-4 resistência química A, para áreas internas sujeitas à lavagem frequente, assentado com argamassa colante industrializada	m²	128
5.03	180641	Rejuntamento de piso em placas cerâmicas (30-34 x 30-34 cm) com argamassa industrializada para rejunte, juntas acima de 3 até 5 mm	m²	128
5.04	180604	Rodapé cerâmico esmaltado PEI-4 resistência química A, para áreas internas sujeitas à lavagem frequente, assentado com argamassa colante industrializada	m	72,5

O PRESENTE DOCUMENTO É PARTE INTEGRANTE DA CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO EXPEDIDA PELO CREA-SP.
CAT No: 2620200003984 - 19/05/2020 18:24:12 - Autenticação Digital: C61yCz5s63FKAIC0aIBK0xFCGAaT0CK.

Prefeitura Municipal de Palmital
- Estado de São Paulo -

5.05	180651	Rejuntamento de rodapé em placas cerâmicas até 10 cm de altura com argamassa industrializada para rejunte, juntas acima de 3 até 5 mm	m	72,5
6	Esquadrias			
6.01	240243	Porta em ferro de abrir, parte inferior chapeada, parte superior para receber vidro, sob medida	m²	6,72
7	Vidros			
7.01	260217	Vidro temperado cinza ou bronze de 10 mm (janelas)	m²	11,28
8	Pintura			
8.01	331008	Látex acrílico antimofo em massa, inclusive preparo (interno)	m²	279,3
8.02	331003	Látex acrílico antimofo em massa, inclusive preparo (externo)	m²	394,7
8.03	31010	Remoção de pintura em superfícies de madeira e/ou metálicas com lixamento (madeiramento aparente)	m²	115,7
8.04	330510	Esmalte em superfície de madeira (madeiramento aparente)	m²	231,4
8.05	331102	Esmalte em superfície metálica, inclusive preparo	m²	13,44
9	Instalações Hidráulica			
9.01	300801	Bacia sifonada de louça sem tampa, para pessoas com mobilidade reduzida - 6 litros	un	2
9.02	300802	Assento para bacia sanitária com abertura frontal, para pessoas com mobilidade reduzida	un	2
9.03	300102	Barra de apoio reta, para pessoas com mobilidade reduzida, em tubo de aço inoxidável de 1 1/2" x 500 mm	un	2
9.04	300103	Barra de apoio reta, para pessoas com mobilidade reduzida, em tubo de aço inoxidável de 1 1/2" x 800 mm	un	2
9.05	300112	Barra de apoio reta, para pessoas com mobilidade reduzida, em tubo de aço inoxidável de 1 1/4" x 400 mm (para portas)	un	4
9.06	300804	Lavatório de louça para canto sem coluna para pessoas com mobilidade reduzida	un	2
9.07	300113	Barra de proteção para lavatório, para pessoas com mobilidade reduzida, em tubo de alumínio acabamento com pintura epóxi	un	2
9.08	440346	Torneira para lavatório em latão fundido cromado, DN= 1/2"	un	4
	Água Fria			
9.09	460102	Tubo de PVC rígido, DN= 25 mm, (3/4"), inclusive conexões	m	35
9.10	460105	Tubo de PVC rígido, DN= 50 mm, (1 1/2"), inclusive conexões	m	14,7
9.11	470202	Registro de gaveta em latão fundido cromado com canopla, DN= 3/4" - linha especial	un	2
9.12	470102	Registro de gaveta em latão fundido sem acabamento, DN= 3/4"	un	3
9.13	470105	Registro de gaveta em latão fundido sem acabamento, DN= 1 1/2"	un	1
9.14	470205	Registro de gaveta em latão fundido cromado com canopla, DN= 1 1/2" - linha especial	un	4
9.15	480202	Reservatório de fibra de vidro - capacidade de 1.000 litros	un	1
9.16	480501	Torneira de bóia, DN= 3/4"	un	1
9.17	470403	Válvula de descarga com registro próprio, DN= 1 1/4"	un	2
9.18	442012	Canopla para válvula de descarga	un	2
	Esgoto			
9.19	490103	Caixa sifonada de PVC rígido de 150 x 150 x 50 mm, com grelha	un	3

O PRESENTE DOCUMENTO É PARTE INTEGRANTE DA CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO EXPEDIDA PELO CREA-SP.
CAT No: 2620200003984 - 19/05/2020 18:24:12 - Autenticação Digital: C61yk 363FKAICDaIBk0xFCGAaT0CK.

Prefeitura Municipal de Palmital
- Estado de São Paulo -

9.20	460502	Tubo PVC rígido, junta elástica, tipo Vinilfort, DN= 100 mm, inclusive conexões	m	48,7
9.21	460205	Tubo de PVC rígido, PxB com anel de borracha, DN= 50 mm, inclusive conexões	m	12,9
9.22	460201	Tubo de PVC rígido, pontas lisas, DN= 40 mm, inclusive conexões	m	8,92
9.23	140203	Alvenaria de elevação de 1/2 tijolo maciço comum (para caixa de inspeção 60x60x40)	m²	2,88
9.24	170104	Lastro de concreto impermeabilizado (fundo de caixa e tampa)	m³	0,12
9.25	170112	Argamassa de cimento e areia - traço 1:3, com adesivo acrílico (revestimento interno e exteno da caixa de inspeção)	m²	0,14
10	Instalações Elétricas			
10.01	41807	Remoção de caixa de entrada de energia padrão residencial completa	un	1
10.02	42212	Remoção de tubulação elétrica embutida diâmetro externo acima de 50 mm	m	45
10.03	41839	Remoção de condutor embutido diâmetro externo até 6,5 mm	m	124,6
10.04	41906	Remoção de disjuntor termo-magnético	un	6
10.05	41912	Remoção de interruptores, tomadas, botão de campainha ou cigarra	un	12
10.06	360302	Caixa de medição polifásica (500 x 600 x 200) mm, padrão concessionárias	un	1
10.07	370321	Quadro de distribuição universal de embutir, para disjuntores 24 DIN / 18 Bolt-on - 150 A - sem componentes	un	1
10.08	371360	Disjuntor termomagnético, unipolar 127/220 V, corrente de 10 A até 30 A	un	2
10.09	371361	Disjuntor termomagnético, unipolar 127/220 V, corrente de 35 A até 50 A	un	2
10.10	371362	Disjuntor termomagnético, unipolar 127/220 V, corrente de 60 A até 70 A	un	1
10.11	371363	Disjuntor termomagnético, bipolar 220/380 V, corrente de 10 A até 50 A	un	2
10.12	371364	Disjuntor termomagnético, bipolar 220/380 V, corrente de 60 A até 100 A	un	2
10.13	381921	Eletroduto de PVC corrugado flexível reforçado, diâmetro externo de 25 mm	m	145,8
10.14	390201	Cabo de cobre de 1,5 mm², isolamento 750 V isolação em PVC 70°C	m	159,8
10.15	390216	Cabo de cobre de 2,5 mm², isolamento 750 V - isolação em PVC 70°C	m	111,2
10.16	390217	Cabo de cobre de 4 mm², isolamento 750 V - isolação em PVC 70°C	m	68,4
10.17	390203	Cabo de cobre de 6 mm², isolamento 750 V - isolação em PVC 70°C	m	45,9
10.18	390204	Cabo de cobre de 10 mm², isolamento 750 V - isolação em PVC 70°C	m	42
10.19	400446	Tomada 2P+T de 20 A - 250 V, completa	cj	5
10.20	400445	Tomada 2P+T de 10 A - 250 V, completa	cj	16
10.21	400502	Interruptor com 1 tecla simples e placa	cj	4
10.22	400504	Interruptor com 2 teclas simples e placa	cj	4
10.23	412008	Plafon plástico e/ou PVC para acabamento de ponto de luz, com soquete E-27 para lâmpadas até 100W	un	37

O PRESENTE DOCUMENTO É PARTE INTEGRANTE DA CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO EXPEDIDA PELO CREA-SP
CAT No: 262020000384 - 19/05/2020 18:24:12 - Autenticação Digital: C1ykCz5s63FKAIC0aIBk0xFCGAaT0CK.

Prefeitura Municipal de Palmital
- Estado de São Paulo -

10.24	410745	Lâmpada fluorescente compacta eletrônica '3U', base E27 de 25 W - 110 ou 220 V	un	37
10.25	411205	Projetor retangular fechado, com alojamento para reator, para lâmpadas vapor de sódio até 400 W	un	5
10.26	410553	Lâmpada de vapor metálico elipsoidal, base E40 de 400 W	un	5
10.27	410846	Reator eletromagnético de alto fator de potência, para lâmpada vapor metálico 400 W / 220 V	un	5
11	Serviços Complementares			
11.01	170502	Piso com requadro em concreto simples sem controle de fck (esp. 5 cm para reforma da plataforma)	m³	4,62
EMPREENDIMENTO: Reforma do CENTRO DE CULTURA				
PREDIO DE APRENDIZADO				
ITEM	CODIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
PREDIO DA CASA DA CULTURA / APRENDIZADO				
1	Demolições e Retiradas			
1.01	40304	Retirada de telhamento perfil e material qualquer, exceto barro	m²	229,4
1.02	40002	Remoção de calha ou rufo	m	62
2	Cobertura			
2.01	550103	Limpeza complementar com hidrojateamento (cobertura de telhas)	m²	328,6
2.02	161206	Telhamento em chapa de aço pré-pintada com epóxi e poliéster, perfil trapezoidal, com espessura de 0,50 mm e altura 40 mm (Cobertura nas duas laterais do prédio - frente e fundo)	m²	229,4
2.04	163304	Calha, rufo, afins em chapa galvanizada nº 24 - corte 0,50 m	m	132,8
2.05	220101	Forro em tábuas aparelhadas macho e fêmea de pinus (Beiral predio principal e Fechamento lateral da plataforma)	m²	51,36
3	Revestimento de Paredes			
3.01	30304	Demolição manual de revestimento em massa de parede ou teto	m²	32
3.02	170202	Chapisco	m²	32
3.03	170212	Emboço comum	m²	32
3.04	222005	Moldura de gesso simples, largura até 6,0 cm (detalhes em paredes, beirais, portas e janelas)	m	383,5
4	Pintura			
4.01	331003	Látex acrílico antimofo em massa, inclusive preparo (interno)	m²	373,48
4.02	331003	Látex acrílico antimofo em massa, inclusive preparo (externo)	m²	515,84
4.03	31010	Remoção de pintura em superfícies de madeira e/ou metálicas com lixamento (madeiramento aparente)	m²	105,7
4.04	330510	Esmalte em superfície de madeira (madeiramento aparente)	m²	211,4
4.05	331102	Esmalte em superfície metálica, inclusive preparo	m²	25,6
4.06	330602	Acrílico para quadras e pisos cimentados	m²	272,4
5	Instalações Hidráulica			
Agua Fria				
5.01	460102	Tubo de PVC rígido, DN= 25 mm, (3/4'), inclusive conexões	m	12
5.02	460105	Tubo de PVC rígido, DN= 50 mm, (1 1/2'), inclusive conexões	m	6
5.03	470102	Registro de gaveta em latão fundido sem acabamento, DN= 3/4'	un	2

O PRESENTE DOCUMENTO É PARTE INTEGRANTE DA CERTIDÃO DE ACEF (TÉCNICO EXPEDIDA PELO CREA-SP.
CAT No: 2620200003984 - 19/05/2020 18:24:12 - Autenticação Digital: C61yki A63FKAIC0aIBk0xFCGAaT0CK.

Prefeitura Municipal de Palmital
- Estado de São Paulo -

424

5.04	470105	Registro de gaveta em latão fundido sem acabamento, DN= 1 1/2'	un	1
5.05	480202	Reservatório de fibra de vidro - capacidade de 1.000 litros	un	1
5.06	480501	Torneira de bóia, DN= 3/4"	un	1
		Esgoto		
5.07	460502	Tubo PVC rígido, junta elástica, tipo Vinilfort, DN= 100 mm, inclusive conexões	m	22
5.08	460205	Tubo de PVC rígido, PxB com anel de borracha, DN= 50 mm, inclusive conexões	m	12,9
5.09	460201	Tubo de PVC rígido, pontas lisas, DN= 40 mm, inclusive conexões	m	8,92
5.10	140203	Alvenaria de elevação de 1/2 tijolo maciço comum (para caixa de inspeção 60x60x40)	m²	2,88
5.11	170104	Lastro de concreto impermeabilizado (fundo de caixa e tampa)	m³	0,12
5.12	170112	Argamassa de cimento e areia - traço 1:3, com adesivo acrílico (revestimento interno e exteno da caixa de inspeção)	m²	0,14
6		Instalações Elétricas		
6.01	41807	Remoção de caixa de entrada de energia padrão residencial completa	un	1
6.02	42212	Remoção de tubulação elétrica embutida diâmetro externo acima de 50 mm	m	45
6.03	41839	Remoção de condutor embutido diâmetro externo até 6,5 mm	m	82
6.04	41906	Remoção de disjuntor termo-magnético	un	6
6.05	41912	Remoção de interruptores, tomadas, botão de campainha ou cigarra	un	15
6.06	360302	Caixa de medição polifásica (500 x 600 x 200) mm, padrão concessionárias	un	1
6.07	370321	Quadro de distribuição universal de embutir, para disjuntores 24 DIN / 18 Bolt-on - 150 A - sem componentes	un	1
6.08	371360	Disjuntor termomagnético, unipolar 127/220 V, corrente de 10 A até 30 A	un	2
6.09	371361	Disjuntor termomagnético, unipolar 127/220 V, corrente de 35 A até 50 A	un	2
6.10	371362	Disjuntor termomagnético, unipolar 127/220 V, corrente de 60 A até 70 A	un	1
6.11	371363	Disjuntor termomagnético, bipolar 220/380 V, corrente de 10 A até 50 A	un	
6.12	371364	Disjuntor termomagnético, bipolar 220/380 V, corrente de 60 A até 100 A	un	2
6.13	381921	Eletroduto de PVC corrugado flexível reforçado, diâmetro externo de 25 mm	m	103
6.14	390201	Cabo de cobre de 1,5 mm², isolamento 750 V - isolação em PVC 70°C	m	191,76
6.15	390216	Cabo de cobre de 2,5 mm², isolamento 750 V - isolação em PVC 70°C	m	135,84
6.16	390217	Cabo de cobre de 4 mm², isolamento 750 V - isolação em PVC 70°C	m	79,68
6.17	390203	Cabo de cobre de 6 mm², isolamento 750 V - isolação em PVC 70°C	m	55,08
6.18	390204	Cabo de cobre de 10 mm², isolamento 750 V - isolação em PVC 70°C	m	50,4
6.19	400446	Tomada 2P+T de 20 A - 250 V, completa	cj	6
6.20	400445	Tomada 2P+T de 10 A - 250 V, completa	cj	18

O PRESENTE DOCUMENTO É PARTE INTEGRANTE DA CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO EXPEDIDA PELO CREA-SP.
CAT No: 2620200003984 - 19/05/2020 18:24:12 - Autenticação Digital: C61yKCz5s63FKAIC0aIBk0xFCGAaT0CK.

Prefeitura Municipal de Palmital
- Estado de São Paulo -

6.21	400502	Interruptor com 1 tecla simples e placa	cj	4,8
6.22	400504	Interruptor com 2 teclas simples e placa	cj	4,8
6.23	412008	Plafon plástico e/ou PVC para acabamento de ponto de luz, com soquete E-27 para lâmpadas até 100W	un	16
6.24	410745	Lâmpada fluorescente compacta eletrônica "3U", base E27 de 25 W - 110 ou 220 V	un	16
6.25	411305	Luminária blindada de sobrepor ou pendente em calha fechada para 2 lâmpadas fluorescentes de 32/36/40W	un	29
6.26	411205	Projetor retangular fechado, com alojamento para reator, para lâmpadas vapor de sódio até 400 W	un	4
6.27	410553	Lâmpada de vapor metálico elipsoidal, base E40 de 400 W	un	4
6.28	410846	Reator eletromagnético de alto fator de potência, para lâmpada vapor metálico 400 W / 220 V	un	4
7	Serviços Complementares			
7.01	170502	Piso com requadro em concreto simples sem controle de fck (esp. 5 cm para reforma da plataforma)	m²	6,82

EMPREENDIMENTO: Reforma do CENTRO DE CULTURA

ÁREA EXTERNA (RAMPA, PRAÇA E ESTACIONAMENTO)

ITEM	CODIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
RAMPA PRÉDIOS DA HISTÓRIA/ADMINITRAÇÃO E DO SOM/IMAGEM				
1	Demolições e Retirados (passeios e area de circulação)			
1.01	30202	Demolição manual de alvenaria de fundação/embasamento (muro)	m³	75
1.02	30204	Demolição manual de alvenaria de elevação ou elemento vazado, incluindo revestimento (muro)	m³	20
1.03	40402	Retirada de piso em pedra, granito ou mármore (pedra para reaproveitamento)	m²	737,46
2	Pavimentação			
2.01	540403	Pavimentação em paralelepipedo, sem rejunte (sem material, pois será reapoveitado a retirada)	m²	737,46
2.02	540404	Rejuntamento de paralelepipedo com areia	m²	737,46
2.03	540602	Guia pré-moldada curva tipo PMSP 100 - fck 25 MPa	m	44,6
2.04	540604	Guia pré-moldada reta tipo PMSP 100 - fck 25 MPa	m	115,04
2.05	350402	Banco contínuo em concreto vazado (sem encosto, 150x45x45cm - Comp. x Larg x Alt.Assento)	m	12
3	Metalicas			
3.01	Cotação	Gradil/Portão, com h=1,60m, barras de h=1,50m, fixação a cada 2,50m de comprimento, Montante Principal da grade em tubo quadrado 50x30ch#16 e barras verticais e horizontais com tubo quadrado de 30x20ch#18, barras verticais com medidas de centro a centro de 100 mm e tampos em suas extremidades, pintura com tinta fundo acabamento(cor a definir), inclusive instalação, medidas da grade e portão estão especificadas no projeto. (peso especifico da grade = 18,7kg/m)	kg	935
4	Instalações Elétricas - Estacionamento			
4.01	370320	Quadro de distribuição universal de embutir, para disjuntores 16 DIN / 12 Bolt-on - 150 A - sem componentes	un	1
4.02	371363	Disjuntor termomagnético, bipolar 220/380 V, corrente de 10 A até 50 A	un	1
4.03	381922	Eletroduto de PVC corrugado flexível reforçado, diâmetro externo de 32 mm	m	40

O PRESENTE DOCUMENTO É PARTE INTEGRANTE DA CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO EXPEDIDA PELO CREA-SP.
CAT No: 2620200003984 - 19/05/2020 18:24:12 - Autenticação Digital: C61yk...63FKAICOalBk0xFCGAaT0CK.

Prefeitura Municipal de Palmital
- Estado de São Paulo -

425

4.04	390203	Cabo de cobre de 6 mm², isolamento 750 V - isolação em PVC 70°C	m	108
4.05	411025	Poste telecônico curvo duplo em aço SAE 1010/1020 galvanizado a fogo, altura de 9,00 m	un	1
4.06	411106	Luminária fechada para iluminação pública tipo pétala pequena	un	8
4.07	410553	Lâmpada de vapor metálico elipsoidal, base E40 de 400 W	un	8
4.08	410846	Reator eletromagnético de alto fator de potência, para lâmpada vapor metálico 400 W / 220 V	un	8
5	Rampa de acessibilidade e Escadas			
5.01	140105	Alvenaria de embasamento em bloco de concreto com 14 cm	m²	39,78
5.02	90102	Forma em madeira comum para fundação	m²	4,6
5.03	100104	Armadura em barra de aço CA-50 (A ou B) fyk= 500 MPa	kg	41,6
5.04	110110	Concreto usinado, fck = 20,0 MPa	m³	4,16
5.05	170212	Emboço comum	m²	55,69
5.06	170502	Piso com requadro em concreto simples sem controle de fck (esp. 5 cm)	m²	1,46
5.07	70112	Carga e remoção de terra até a distância média de 1,0 km	m³	16,81
5.08	61202	Aterro manual apiloado de área interna com maço de 30 kg	m³	16,81
5.09	330602	Acrílico para quadras e pisos cimentados	m²	29,2
5.10	240331	Corrimão tubular em aço galvanizado, diâmetro 1 1/2"	m	98,56
6	Serviços Complementares			
6.01	170502	Piso com requadro em concreto simples sem controle de fck (esp. 5 cm para reforma da plataforma)	m²	4,33
6.02	340210	Plantio de grama esmeralda em placas (jardins e canteiros)	m²	22
6.03	340312	Arbusto Moréia - h= 0,50 m	un	3
6.04	340302	Arbusto Azaléa - h= 0,60 a 0,80 m	un	3
6.05	340211	Forração com clorofito, mínimo de 20 mudas / m² - h= 0,15 m	m²	3
6.06	340207	Forração com Lírio Amarelo, mínimo 18 mudas / m² - h= 0,50 m	m²	3

EMPREENDIMENTO: Reforma do CENTRO DE CULTURA

PRÉDIO DE TRABALHO MANUAIS

ITEM	CODIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
PREDIO DE TRABALHOS MANUAIS				
1	Demolições e Retiradas			
1.01	30204	Demolição manual de alvenaria de elevação ou elemento vazado, incluindo revestimento	m³	6,09
1.02	40506	Retirada de soalho inclusive vigamento	m2	91,54
1.03	40302	Retirada de telhamento em barro	m²	105,12
1.04	40802	Retirada de folha de esquadria em madeira (portas e janelas sem reutilização)	un	8
1.05	30804	Demolição manual de forro qualquer, inclusive sistema de fixação/tarugamento	m2	105,12
1.06	40205	Retirada de estrutura em madeira tesoura - telhas de barro	m2	105,12
1.07	40306	Retirada de cumeeira ou espigão em barro	m	14,6
1.08	41102	Retirada de aparelho sanitário incluindo acessórios	un.	4
1.09	50705	Remoção de entulho de obra com caçamba metálica - material volumoso misturado por alvenaria, terra, madeira, papel, plástico e metal	m3	16

O PRESENTE DOCUMENTO É PARTE INTEGRANTE DA CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO EXPEDIDA PELO CREA-SP.
CAT No: 2620200003984 - 19/05/2020 18:24:12 - Autenticação Digital: C61ykCz5s63FKAIC0alBk0xFCGAaT0CK.

Prefeitura Municipal de Palmital
- Estado de São Paulo -

2	Paredes e Divisórias			
2.01	140420	Alvenaria de elevação com bloco cerâmico de vedação, uso revestido, de 9 cm - 2,5 MPa	m²	8,04
2.02	110110	Concreto usinado, fck = 20,0 MPa	m3	3,41
2.03	100104	Armadura em barra de aço CA-50 (A ou B) fyk= 500 MPa	kg	9,48
3	Cobertura			
3.01	150303	Fornecimento e montagem de estrutura em aço ASTM-A36, sem pintura	Kg	1.375,87
3.02	161206	Telhamento em chapa de aço pré-pintada com epóxi e poliéster, perfil trapezoidal, com espessura de 0,50 mm e altura 40 mm	m2	105,12
3.03	161220	Cumeeira em chapa de aço pré-pintada com epóxi e poliéster, perfil trapezoidal, com espessura de 0,50 mm	m	14,6
3.04	163304	Calha, rufo, afins em chapa galvanizada nº 24 - corte 0,50 m	m	41,2
3.05	220307	Forro em lâmina de PVC	m2	92,4
4	Revestimento de Paredes			
4.01	170202	Chapisco	m²	28,04
4.02	170212	Emboço comum	m²	28,04
4.03	170222	Reboco	m²	28,04
5	Pisos			
5.01	Cotação	Contrapiso	m²	92,4
5.02	61202	Aterro manual apiloado de área interna com maço de 30 kg	m3	36,96
5.03	110110	Concreto usinado, fck = 20,0 MPa	m3	6,47
5.04	111804	Lastro de pedra britada	m3	4,62
5.05	170306	Cimentado desempenado e alisado com corante (queimado)	m2	92,4
5.06	190139	Peitoril e/ou soleira em granito com espessura de 2 cm e largura de 21 até 30 cm	m	3,8
6	Esquadrias			
6.01	232016	Folha de porta veneziana maciça, sob medida	m2	11,67
6.02	230103	Caixilho de madeira fixo (parte superior da porta 2 folhas)	m2	1,57
6.03	232010	Batente de madeira para porta	m	23,3
6.04	230105	Caixilho em madeira maximar	m2	11,55
6.05	280112	Fechadura com maçaneta tipo alavanca, em poliamida, para porta interna	cj	1
6.06	280113	Fechadura com maçaneta tipo alavanca, em poliamida, para porta externa	cj	3
6.07	282042	Dobradiça em latão cromado de 3 1/2" x 3"	un.	15
7	Pintura			
7.01	331010	Textura acrílica para uso interno / externo, inclusive preparo	m2	146,26
7.02	331003	Látex acrílico antimofo em massa, inclusive preparo (interno)	m²	146,26
7.03	331003	Látex acrílico antimofo em massa, inclusive preparo (externo)	m²	154,78
7.04	331201	Esmalte em superfície de madeira, inclusive preparo	m2	42,02
8	Instalações Elétricas			
8.01	41839	Remoção de condutor embutido diâmetro externo até 6,5 mm	m	30
8.02	41912	Remoção de interruptores, tomadas, botão de campainha ou cigarra	un	16

O PRESENTE DOCUMENTO É PARTE INTEGRANTE DA CERTIDÃO DE ACE[illegible]O TÉCNICO EXPEDIDA PELO CREA-SP.
CAT No: 2620200003984 - 19/05/2020 18:24:12 - Autenticação Digital: C61yk[illegible]s63FKAICOaIBk0xFCGAaT0CK.

Prefeitura Municipal de Palmital
- Estado de São Paulo -

426

8.03	360302	Caixa de medição polifásica (500 x 600 x 200) mm, padrão concessionárias	un	1
8.04	370320	Quadro de distribuição universal de embutir, para disjuntores 16 DIN / 12 Bolt-on - 150 A - sem componentes	un	1
8.05	371360	Disjuntor termomagnético, unipolar 127/220 V, corrente de 10 A até 30 A	un	6
8.06	390201	Cabo de cobre de 1,5 mm², isolamento 750 V - isolação em PVC 70°C	m	100
8.07	390216	Cabo de cobre de 2,5 mm², isolamento 750 V - isolação em PVC 70°C	m	100
8.08	390217	Cabo de cobre de 4 mm², isolamento 750 V - isolação em PVC 70°C	m	100
8.09	400445	Tomada 2P+T de 10 A - 250 V, completa	cj	7
8.11	400504	Interruptor com 2 teclas simples e placa	cj	3
8.12	412008	Plafon plástico e/ou PVC para acabamento de ponto de luz, com soquete E-27 para lâmpadas até 100W	un	11
8.13	410745	Lâmpada fluorescente compacta eletrônica '3U', base E27 de 25 W 110 ou 220 V	un	11
9	Serviços Complementares			
9.01	550102	Limpeza final da obra	m2	105,12
PREDIO DE TRABALHOS MANUAIS				
1	Demolições e Retiradas			
1.01	30304	Demolição manual de revestimento em massa de parede ou teto	m2	129,46
2	Revestimento de Paredes			
2.01	170202	Chapisco	m²	129,49
2.02	170212	Emboço comum	m²	129,49
2.03	170222	Reboco	m²	129,49
3	Pintura			
3.01	331010	Textura acrílica para uso interno / externo, inclusive preparo	m2	209,96
3.02	331003	Látex acrílico antimofo em massa, inclusive preparo (interno e externo)	m²	55,18
3.03	331201	Esmalte em superfície de madeira, inclusive preparo	m2	31,98
4	Cobertura			
4.01	163304	Calha, rufo, afins em chapa galvanizada nº 24 - corte 0,50 m	m	28,4
5	Instalações Elétricas			
5.01	41839	Remoção de condutor embutido diâmetro externo até 6,5 mm	m	14
6	Instalações Hidráulica			
6.01	Cotação	Conexão 90 graus	un	4
7	Serviços Complementares			
7.01	Cotação	Pilar metálico	un	6

O PRESENTE DOCUMENTO É PARTE INTEGRANTE DA CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO EXPEDIDA PELO CREA-SP.
CAT No: 2620200003984 - 19/05/2020 18:24:12 - Autenticação Digital: C61ykCz5s63FKAIC0aIBk0xFCGAaT0CK.

Prefeitura Municipal de Palmital
- Estado de São Paulo -

Esclarecemos ainda, que dentro das normas estabelecidas cumpriu com as obrigações, formalidades e condições estabelecidas, nada havendo que o desabone.

E por ser o que consta em nossos arquivos, assinamos o presente para que possa produzir o efeito a que se destina.

Palmital, 29 de janeiro de 2020

FÁBIO ALBERT BASSO
-DIVISÃO DE PLANEJAMENTO-
Engenheiro Civil – CREA/SP 5.060.587.965

O PRESENTE DOCUMENTO É PARTE INTEGRANTE DA CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO EXPEDIDA PELO CREA-SP.
CAT No: 2620200003984 - 19/05/2020 18:24:12 - Autenticação Digital: C61yk. Js63FKAIC0aIBk0xFCGAaT0CK.

Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução No. 1.025, de 30 de outubro de 2009

CREA-SP

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO
2620160000108
Atividade concluída

427

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução no. 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo - CREA-SP, o Acervo Técnico do profissional WALDEMAR AUGUSTO REBELLO JUNIOR referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo discriminada(s):

Profissional: WALDEMAR AUGUSTO REBELLO JUNIOR
Registro: 601149579-SP ... RNP: 2605362329
Título Profissional: Engenheiro Civil

Número ART: 92221220160006751 . Tipo de ART: OBRA OU SERVIÇO ... Registrada em: 05/01/2016 Baixada em: 05/01/2016
Forma de Registro: SUBSTITUIÇÃO à 92221220150558606
Participação Técnica: INDIVIDUAL
Empresa Contratada: EMR CONSTRUTORA LTDA - ME

Contratante: COOPABAN-COOPERATIVA PALMITALENSE DOS BANANICULTORES
RUA JOSÉ CAMACHO ... No.: 381
Complemento: ... Bairro: DISTRITO INDUSTRIAL II
Cidade: Palmital ... UF: SP CEP: 19970000 . PAIS: BRASIL
Contrato: EDITAL 01/2015 ... Celebrado em: 14/04/2015
Vinculado à ART:
Valor do Contrato: R$ 468.300,00 ... Tipo de contratante: PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO .

Endereço da Obra/serviço:RUA JOSÉ CAMACHO ... No.: 381
Complemento: ... Bairro: DISTRITO INDUSTRIAL II
Cidade: Palmital ... UF: SP CEP: 19970000 . PAIS: BRASIL
Data de início: 27/04/2015 Conclusão Efetiva: 14/08/2015 ... Coordenadas Geográficas:
Finalidade: COMERCIAL
Proprietário: ... CPF/CNPJ:

Atividade Técnica: 1) Execução, Execução, Edificação de Alvenaria. 512,55000 metro quadrado.

Observações

EXECUÇÃO DA CONSTRUÇÃO DE UM PRÉDIO COMERCIAL, COM A MEDIDA TOTAL DE 512,55 m², para carga, descarga e armazenamento de frutas.

Informações Complementares

*O atestado está vinculado apenas para atividades técnicas constantes da ART, desenvolvidas de acordo com as atribuições do profissional na área da Engenharia Civil.

*O Atestado vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico foi objeto de laudo técnico em atendimento ao parágrafo único do artigo 58 da Resolução 1025/2009, do CONFEA.

A presente Certidão de Acervo Técnico foi analisada e expedida sob responsabilidade da unidade abaixo informada.

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico - CAT, o Atestado apresentado pelo profissional acima, contendo 3 fls. expedido pelo contratante da obra/serviço em 01/12/2015, devidamente assinado por Reginaldo José de Oliveira e Carla Guarsoni, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

Certidão de Acervo Técnico No.2620160000108
06/01/2016 17:15:31
Autenticação Digital: KI00GxCCgJICC3Jafn0nCATA60Uzkf0x

A CAT à qual o atestado está vinculado é o documento que comprova o registro do atestado no CREA.

A CAT à qual o atestado está vinculado constará prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou vier a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

A CAT é válida em todo território nacional.

A CAT perderá a validade no caso de modificação dos dados técnicos qualitativos e quantitativos nela contidos, bem como de alteração da situação do registro da ART.

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do CREA SP (www.creasp.org.br).

A falsificação deste documento constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

CREA-SP

COOPABAN

Cooperativa Palmitalense dos Bananicultores

Fone: (18) 3351-5353 - 9726-3698 - e-mail: coopaban@ig.com.br

CNPJ 04.486.922/0001-07 INSCR. EST. 568.493.116

Rua José Camacho, 381 - Distrito Industrial II - CEP 19.970-000 - PALMITAL - SP

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A COOPABAN- COOPERATIVA PALMITALENSE DOS BANANICULTORES DE PALMITAL, ESTADO DE SÃO PAULO, atendendo ao que lhe foi requerido pela empresa: EMR CONSTRUTORA LTDA, CNPJ Nº 18.916.042/0001-32, da cidade de Palmital, Estado de São Paulo, ATESTA para os devidos fins, que a mesma executou a obra descrita abaixo:

Obra: Construção de Um Prédio Comercial, com a medida total de 512,55 m², para Carga, Descarga e Armazenamento de Frutas.
Local: Rua José Camacho, nº 381 – Distrito Industrial II, em Palmital, Estado de São Paulo.
Área de Construção: 512,55 m2.

Responsável Técnico : WALDEMAR AUGUSTO REBELLO JUNIOR
CREA Nº 0601149579-SP
ART 92221220150558606
CPF 797.711.148-91
Empresa : EMR CONSTRUTORA LTDA.
CNPJ. Nº 18.916.042/0001-32
Contrato da Obra : Edital 01/2015
Valor do Contrato: R$ 468.300,00
Início da Obra: 27/04/2015
Término da obra: 14/08/2015
Recebimento Provisório: 08/09/2015
Recebimento Definitivo: 01/12/2015

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA SÃO PAULO - CREA-SP

COMPARECIMENTO DATA: 22/10/2021

ESTE DOCUMENTO É PARTE INTEGR... DA CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO EXPEDID... PELO CREA-SP SOB Nº 2620160000108 E SOMENTE SERÁ VÁLIDA ACOMPANHADA D... REFERIDA CERTIDÃO
PALMITAL 06 / 01 / 2016

CONTRATO EDITAL Nº 01/2015

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNID.	QTDE.
1	INSTALAÇÃO DO CANTEIRO DE OBRAS		
1.1	Projeto arquitetônico, Estrutural e Direção Técnica	M2	512,55
1.2	Ligação provisória de água e luz	Unid.	1,00
1.3	Locação da obra	M2	512,55
2	INFRAESTRUTURA		
2.1	Fundações Profundas		
2.1.1	Estaca moldada "in loco" diâmetro 25 cm p/ 20 T 6,00m profundidade	M	240,00
2.2.2	Estaca moldada "in loco" diâmetro 20 cm p/ 5T 3,00m profundidade	M	63,00

Carla

2.2	Baldrame e blocos		
2.2.1	Escavação manual de valas em terra, até 2 m	M3	28,82
2.2.2	Apelamento de piso ou fundo de valas c/ maço de 30 kg	M2	75,00
2.2.3	Reaterro apiloado de valas	M3	14,90
2.2.4	Lastro de brita 3 e 4 apiloado manualmente	M3	15,00
2.3	Formas – Infraestrutura		
2.3.1	Tábuas de pinho p/ fundações - utilização 2 vezes	M2	154,80
2.4	Armadura – Infraestrutura		
2.4.1	Armadura CA-50 média diâm. 3,4 a 9,52 mm (3/16 a 3/8")	KG	1.370,78
2.5	Concreto		
2.5.1	Concreto estrutural usinado controle tipo A fck 20 Mpa, inclusive lançamento e adensamento	M3	32,40
2.5.2	Alvenaria de fundação e embasamento de tijolo maciço	M3	4,72
2.5.3	Aditivo impermeabilizante p/ alvenaria de embasamento tipo cristalização	M2	80,40
3	SUPERESTRUTURA: Pilares, vergas, vigas e lajes		
3.1	Formas – Superestrutura		
3.1.1	Forma de tábuas de pinho	M2	231,80
3.2	Armadura superestrutura, pilares e vigas		
3.2.1	Armadura CA-50/60 média/grossa diâm. 6,35 a 25,40 mm (1/4" a 1")	KG	1.627,28
3.3	laje pré moldada H8	M2	82,63
3.4	Concreto – Superestrutura		
3.4.1	Concreto usinado controle tipo A fck 20 Mpa, inclusive lançamento e adensamento	M3	30,92
4	PAREDES E PAINEIS		
4.1	Alvenaria de Elevação		
4.1.1	Tij.cerâm.furados 9x19x19 cm arg.mista c/ cal hidrat. esp. 19 cm	M2	560,00
4.1.2	Tij.cerâm.furados 9x19x19 cm arg.mista c/ cal hidrat. esp. 10 cm	M2	121,00
4.1.3	Muro de arrimo	M2	51,80
5	ESQUADRIAS		
5.1	Esquadrias de vidro temperado 10 M	M2	72,62
	Portas de ferro de molas de enrolar 3,00 x3,00	Unid.	5,00
5.2.1	2 portas 0,80x2,10 (batente, porta, guarnição, dobradiça e fechadura)	Unid.	2,00
5.2.2	8 portas 0.700x2,10 (batente, porta, guarnição, dobradiça e fechadura)	Unid.	8,00
6	COBERTURA		
6.1	Estrutura Metálica	KG	5.708,72
6.1.1	Estrutura Metálica, viga isolada, fornecimento e montagem	M2	596,00
6.2	Telhas		
6.2.1	Telha de chapa galvanizada - tipo trapezoidal sanduiche com EPS	M2	510,00
6.6.2	Telha de chapa galvanizada - tipo trapezoidal	M2	86,00
8	REVESTIMENTO DE PAREDES INTERNAS		
8.1	Chapisco		
8.1.1	Chapisco c/ argamassa de cimento e areia, 1:3	M2	842,00
8.2	Emboço		
8.2.1	Emboço c/ argamassa de cimento, cal hidratada, areia 1:2:8	M2	842,00
9	REVESTIMENTO DE PAREDES EXTERNAS		

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

CERTIFICO COMARCA DATA 22/10/2024 ASSINATURA

ESTE DOCUMENTO É PARTE INTEGRANTE DA CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO EXPEDIDA PELO CREA-SP SOB Nº 2620160000108 E SOMENTE SERÁ VÁLIDA ACOMPANHADA DA REFERIDA CERTIDÃO
PALMITAL 06/10/2016

COOPABAN

Cooperativa Palmitalense dos Bananicultores

Fone: (13) 3351-3353 - 9726-3696 - e-mail: coopaban@ig.com.br

CNPJ 04.406.923/0001-07 INSCR. EST. 503.060.400.110

Rua José Camacho, 381 - Distrito Industrial II - CEP 19.970-000 - PALMITAL - SP

9.1	Chapisco		
9.1.1	Chapisco c/ argamassa de cimento e areia, 1:3	M2	560,00
9.2	Emboço		
9.2.1	Emboço c/ argamassa de cimento, cal hidratada, areia 1:1,5:6	M2	560,00
10	PISOS INTERNO e EXTERNO		
10.1	Lastro de Contrapiso desempenado e polido, Espessura 0,08 cm e Concreto 25 MPA	M2	657,75
10.2	Lastro de Contrapiso desempenado e polido, Espessura 0,08cm com malha pop 3,4mm 15x15 e Concreto 25 MPA	M3	35,58
10.3	Piso esmaltado	M2	50,00
10.4	Revestimento esmaltado	M2	110,00
11	INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS		
11.1	Rede de Água fria - Tubos soldáveis de PVC	M	187,59
11.2	Rede de Água fria - Registros	Unid.	15,00
11.3	Rede de Água fria – Equipamentos – Vasos Sanitários	Unid.	5,00
11.4	Caixa d'água cônica 1000l polietileno com tampa e acessórios	Unid.	1,00
11.5	Rede de Esgoto - Tubos de PVC e Pluviais	M	168,20
11.6	Caixa de inspeção em alvenaria 1/2 tijolo 60x60x60 cm	Unid.	1,00
12	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS		
12.1	Entrada em Baixa Tensão	M	55,00
12.1.1	Rede de Baixa Tensão - Quadros/Caixas	Unid.	1,00
12.1.2	Quadro de distribuição de luz, até 24 divisões, 332x332x95 mm, inclusive acessórios	Unid.	2,00
12.1.3	Rede de Baixa Tensão - Fios, Cabos e Condoleme flexíveis	M	1.842,00
12.1.4	Caixas de Passagem	Unid.	1,00
12.1.5	Caixa de passagem em alvenaria - 1/2 tijolo 40x40x60 cm	Unid.	1,00
12.1.6	Tomadas/ Interruptores/Espelhos	Unid.	72,00
12.1.7	Luminárias Internas	Unid.	33,00
12.1.8	Luminárias Externas	Unid.	10,00
13	PINTURA		
13.1	Pintura de Forros e Paredes Internas		
13.1.1	Látex, duas demãos em paredes internas, inclusive fundo preparador de parede	M2	842,00
13.2	Pintura em Paredes Externas		
13.2.1	Látex, duas demãos em paredes externa, inclusive fundo preparador de parede	M2	560,00
13.3	Pintura de Estrutura Metálica em duas demãos	M2	596,00
13.3.1	Fundo para Estrutura Metálica	M2	596,00
13.4	Esmalte duas demãos em esquadrias de ferro	M2	30,00

TABELIÃO DE NOTAS E DE PROTESTO
Av. Cons. Campos Bueno, 262 - Palmital
Bel. Luiz Antonio Xavier - Tabelião
RECONHEÇO por semelhança a(s) firma(s)
7 DEZ 2015
com o selo de autenticidade

CREA-SP CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA SÃO PAULO

ESTE DOCUMENTO É PARTE INTEGRANTE DA CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO EXPEDIDA PELO CREA-SP SOB Nº 2620160000502 E SOMENTE SERÁ VÁLIDA ACOMPANHADA DA REFERIDA CERTIDÃO
PALMITAL, 06 / 01 / 2016

Palmital, 01 de dezembro de 2015.

1º Tabelião de Palmital

Cooperativa Palmitalense dos Bananicultores
CNPJ nº 04.406.923/0001-07
Reginaldo José de Oliveira
Presidente

Carla Guarsoni
Carla Guarsoni
Arquiteta e Urbanista
CAU nº 138334-5

1º Tabelião de Notas Palmital - SP

CONFERE COM O ORIGINAL DATA 10/12/2015

Reconheço por SEMELHANÇA a firma de: Carla Guarsoni
Palmital - SP, 10 de dezembro de 2015.
Valor recebido conforme Tabela de Emolumentos
Vlr. unit. R$ 4,83
KENIA VICTORIA LOPES - ESCREVENTE

111682 FIRMA 1 0693AA024353

Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução No. 1.025, de 30 de outubro de 2009

CREA-SP

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO
2620160012687
Atividade concluída

429

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução no. 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo - CREA-SP, o Acervo Técnico do profissional WALDEMAR AUGUSTO REBELLO JUNIOR referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo discriminado(s):

Profissional: WALDEMAR AUGUSTO REBELLO JUNIOR
Registro: 601149579-SP RNP: 2605362329
Título Profissional: Engenheiro Civil

Número ART: 92221220160336959 . Tipo de ART: OBRA OU SERVIÇO . . . . . Registrada em: 31/03/2016Baixada em: 10/11/2016
Forma de Registro: INICIAL
Participação Técnica: INDIVIDUAL
Empresa Contratada: EMR CONSTRUTORA EIRELI - ME

Contratante: Bocardo Materiais de Construção Eirelli-Epp
RUA Melo Peixoto No.: 708
Complemento: Bairro:
Cidade: Palmital UF: SP CEP: 19970000 . PAIS: BRASIL
Contrato: Celebrado em : 04/01/2016
Vinculado à ART:
Valor do Contrato: R$ 357.870,54 Tipo de contratante: PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO

Endereço da Obra/serviço:RUA Melo peixoto No.: 750
Complemento: Bairro: Centro
Cidade: Palmital UF: SP CEP: 19970000 . PAIS: BRASIL
Data de início: 11/01/2016 Conclusão Efetiva: 11/05/2016 . . . . . Coordenadas Geográficas:
Finalidade: COMERCIAL
Proprietário: Bocardo Materiais de Construção Eirelli-Epp CNPJ: 72.685.159/0001-06

Atividade Técnica: 1) Execução, Execução, Edificação de Alvenaria, 423,00000 metro quadrado.

Observações

CONSTRUÇÃO DE UM BARRACÃO COMERCIAL , COM ÁREA TOTAL DE 423,00 M².

Informações Complementares

Atividades e quantidades executadas conforme atestado vinculado à presente certidão.
O atestado está vinculado apenas para atividades técnicas constantes da ART, desenvolvidas de acordo com as atribuições do profissional na área da ENGENHARIA CIVIL.
A presente Certidão de Acervo Técnico foi analisada e expedida sob responsabilidade da unidade abaixo informada.

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico - CAT, o Atestado apresentado pelo profissional acima, contendo 7 fls, expedido pelo contratante da obra/serviço em 01/09/2016, devidamente assinado por ENG. CLEMENTE CARLONI JUNIOR - CREA 0600884594 , a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

Certidão de Acervo Técnico No.2620160012687
02/12/2016 10:08:14
Autenticação Digital: 0sJl685a53T6TTf63fk5C6yUKfUnByy1

A CAT à qual o atestado está vinculado é o documento que comprova o registro do atestado no CREA.

A CAT à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

A CAT é válida em todo território nacional.

A CAT perderá a validade no caso de modificação dos dados técnicos qualitativos e quantitativos nela contidos, bem como de alteração da situação do registro da ART.

A autenticidade e a validade deste certidão deve ser confirmada no site do CREA-SP (www.creasp.org.br)

A falsificação deste documento constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

CREA-SP

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

BOCARDO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI - EPP, vem expedir a **EMR CONSTRUTORA EIRELI - ME, CNPJ - 18.916.042/0001-32**, da cidade de Palmital, Estado de São Paulo, **ATESTA** para os devidos fins, que a mesma executou a obra descrita abaixo:

OBRA: Construção de Predio (Barracão Comercial).
LOCAL: Rua Melo Peixoto, 750 - Palmital - SP.
ÁREA: 423,00 m²

RESPONSAVEL TÉCNICO: WALDEMAR AUGUSTO REBELLO JUNIOR
CREA Nº - 0601149579-SP
CPF Nº - 797.711.148-91
ART Nº - 92221220160336959

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA SÃO PAULO - CREA-SP

EMPRESA: EMR CONSTRUTORA EIRELI - ME.
Valor do Contrato: R$357.870,54
Inicio: 11/01/2016
Termino: 11/05/2016

ESTE DOCUMENTO É PARTE INTEGRANTE DA CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO EXPEDIDA PELO CREA-SP SOB Nº 2620160012687 E SOMENTE SERA VÁLIDA ACOMPANHADA DA REFERIDA CERTIDÃO
PALMITAL 02 / 12 / 2016

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
01	SERVIÇOS PRELIMINARES		
01.01	RETIRANDO A VEGETAÇÃO, TRONCOS ATÉ 5CM DE DIAMETRO E RASPAGEM	M²	423,00
01.02	LOCAÇÃO DE OBRA	M²	423,00
02	INFRA ESTRUTURA		
02.01	ESCAVAÇÃO MANUAL - PROFUNDIDADE ATÉ 1,80 M	M³	126,28
02.02	APILOAMENTO PARA SIMPLES REGULARIZAÇÃO	M²	60,02
02.03	LASTRO DE PEDRA BRITADA - 5CM, PARA FUNDAÇÃO	M²	60,02
02.04	LASTRO DE CONCRETO - 5CM, PARA FUNDAÇÃO	M²	60,02
02.05	REATERRO INTERNO APILOADO	M³	86,71
02.06	ESTACA PRE-MOLD CONC SEÇÃO MIN 314 CM² P/ATÉ 25 TF	M	579,18
02.07	FORMA DE MADEIRA MACIÇA, PARA FUNDAÇÃO	M²	226,96
02.08	AÇO CA 50 (A OU B) FYK=500M PA, PARA FUNDAÇÃO	KG	2.631,28
02.09	AÇO CA 60 (A OU B) FYK=600M PA, PARA FUNDAÇÃO	KG	297,61
02.10	CONCRETO DOSADO E LANÇADO FCK=25MPA, PARA FUNDAÇÃO	M³	26,91
02.11	ALVENARIA EMBASAMENTO TIJOLO BARRO MACIÇO E= 1 TIJOLO, PARA FUNDAÇÃO	M³	29,53
02.12	IMPERM RESP ALV EMBAS COM ARGAM CIM-AREIA 1:3 CONTENDO HIDROFUGO, PARA FUNDAÇÃO	M²	170,46
3	SUPER ESTRUTURA		
03.01	FORMAS DE MADEIRA MACIÇA	M²	620,06

03.02	AÇO CA 50 (A OU B) FYK=500M PA	KG	3.324,59
03.03	AÇO CA 60 (A OU B) FYK=600M PA	KG	307,19
03.04	TELA ARMADURA (MALHA AÇO CA 60 FYK=600 MPA)	KG	575,89
03.05	CONCRETO DOSADO E LANÇADO FCK=25 MPA	M³	49,34
03.06	LAJE PRÉ-FABRICADA VIGOTA TRELIÇADA UNIDIRECIONAL LT12-100GK/M²	M²	423,00
4	ALVENARIA E OUTROS ELEMENTOS DIVISÓRIOS		
04.01	ALVENARIA DE BLOCOS DE CONCRETO E=9CM CLASSE C	M²	56,66
04.02	ALVENARIA DE BLOCOS DE CONCRETO E=14CM	M²	374,89
04.03	ALVENARIA DE BLOCOS DE CONCRETO E=19CM	M²	95,80
04.04	CONCRETO GROUT. PREPARADO NO LOCAL, LANÇADO E ADENSADO	M³	2,16
04.05	ARMADURA CA 50 PARA PAREDE AUTO-PORTANTE	KG	81,77
04.06	DIVISÓRIA DE GRANILITE	M2	8,52
04.07	DIVISÓRIA EM GESSO ACARTONADO COM ESTRUTURA METALICA, AREA SECA E MOLHADA	M2	62,35
5	ELEMENTOS DE MADEIRA/COMPONENTES ESPECIAIS		
05.01	PORTA DE MADEIRA SARRAFEADA P/PINT. BAT. MADEIRA L= 72CM	UNID	2,00
05.02	PORTA DE SARRAFEADO MACICO P/BOXES L=62CM-COMPLETA	UNID	2,00
05.03	PORTA DE CORRER ACESSÍVEL SARRAFEADA MACIÇA G1-C1 P/PINTURA L=101CM	UNID	2,00
05.04	PORTA DE MADEIRA SARRAFEADA P/PINT. C/BAND. BAT. MAD. L=82CM	UNID	4,00
05.05	PORTA DE MADEIRA SARRAFEADA P/PINT. C/BAND. BAT. MAD. L=92CM	UNID	3,00
05.06	BANCADA PARA COZINHA - GRANITO	M2	1,08
05.07	PRATELEIRA DE GRANITO	M2	2,35
05.08	PRATELEIRA DE GRAMILITE - L=30CM	M	2,33
05.09	CUBA DUPLA INOX (102X40X25 CM) INCL. VÁLVULA AMERICANA	UNID	1,00
06.00.000	ELEMENTOS METÁLICOS/COMPONENTES ESPECIAIS		
06.01	ESQUADRIAS DE FERRO 90X120CM	UNID	1,00
06.02	ESQUADRIAS DE FERRO 90X150CM	UNID	8,00
06.03	ESQUADRIAS DE FERRO 180X120CM	UNID	2,00
06.04	ESQUADRIAS DE FERRO 90X90CM	UNID	18,00
06.05	ESQUADRIAS DE FERRO 180X90CM	UNID	6,00
06.06	ESQUADRIAS DE FERRO/VENTILAÇÃO CRUZADA H=30 A 45CM	M²	10,33
06.07	ESQUADRIAS DE FERRO 180X180CM	UNID	7,00
06.08	CAIXILHOS DE FERRO - BASCULANTES	M²	5,37
06.09	CAIXILHOS DE FERRO - FIXOS	M²	19,03
06.10	VENEZIANA INDUSTRIAL - ALETAS PVC MONTANTES AÇO GALVANIZADO REF 100	M²	32,60
06.11	PORTA DE FERRO (TIPO PF-1)	M²	19,53
06.12	PORTA EM CHAPA DE AÇO C/VENT. PERM (L=140CM)	UNID	1,00

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA SÃO PAULO - CREA-SP

ESTE DOCUMENTO É PARTE INTEGRANTE DA CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO EXPEDIDA PELO CREA-SP SOB Nº 26201600126827 E SOMENTE SERÁ VÁLIDA ACOMPANHADA DA REFERIDA CERTIDÃO
PALMITAL, 02/12/2016

CONFERE COM ORIGINAL
DATA: 21/10/2004

06.13	PORTA EM CHAPA DE AÇO C/VENT. PERM (L=82CM)	UNID	1,00
06.14	PORTA EM CHAPA DE AÇO 82X210CM C/VENTILAÇÃO	UNID	1,00
06.15	PORTA EM CHAPA DE AÇO 180X215CM	UNID	1,00
06.16	MONTANTE ESTRUTURAL VERTICAL P/ESQUADRIAS	M	18,79
06.17	MONTANTE ESTRUTURAL HORIZONTAL P/ESQUADRIAS	M	28,33
06.18	TAMPA INSPEÇÃO-AÇO	UNID	1,00
06.19	ALÇAPÃO PARA LAJE DE FORRO	UNID	1,00
06.20	GRADE DE PROTEÇÃO/GUICHE (122X92 CM)	UNID	1,00
07.00.000	**COBERTURA**		
07.01	ESTRUTURA METALICA DE COBERTURA	KG	11.500,00
07.02	GALVANIZAÇÃO A QUENTE DE ESTRUTURA METALICA	KG	11.500,00
07.03	GALVANIZAÇÃO A FRIO ESTRUTURA METALICA - APENAS PONTOS DE SOLDA	KG	130,00
07.04	TELHA METALICA ONDULADA DE 0,53 MM - PRÉ-PINTADA	M²	423,00
08.00.000	**INSTALAÇÕES HIDRAULICAS**		
08.01	ABRIGO E CAVALETE DE 1" COMPLETO 85X65X30CM	UNID	1,00
08.02	ABRIGO PARA GÁS COM 6 CILÍNDROS DE 45 KG	UNID	1,00
08.03	PROTEÇÃO ANTICORROSIVA PARA RAMAIS SOB A TERRA	M	3,97
08.04	VÁLVULA E REGULADOR DE PRESSÃO DE GÁS	UNID	1,00
08.05	TUBO AÇO GALV. NBR 5590-CLASSE PESADA DN 20MM (3/4") INCL. CONEXÕES	M	3,97
08.06	TUBO DE COBRE P/GÁS CLASSE A S/COST. DN=3/4 (22) SOLDA FOSCOPER	M	2,38
08.07	TUBO PVC RÍGIDO JUNTA SOLDAVEL DN 25MM (3/4") INCL. CONEXÕES	M	72,68
08.08	TUBO PVC RÍGIDO JUNTA SOLDAVEL DN 32MM (1") INCL. CONEXÕES	M	45,99
08.09	TUBO PVC RÍGIDO JUNTA SOLDAVEL DN 50MM (1.1/2") INCL. CONEXÕES	M	30,66
08.10	TUBO PVC RÍGIDO JUNTA SOLDAVEL DN 60MM (2") INCL. CONEXÕES	M	9,37
08.11	TUBO PVC RÍGIDO JUNTA SOLDAVEL DN 75MM (2.1/2") INCL. CONEXÕES	M	24,98
08.12	TUBO PVC RÍGIDO JUNTA SOLDAVEL DN 85MM (3") INCL. CONEXÕES	M	9,09
08.13	REGISTRO DE GAVETA BRUTO DN 40 MM 1.1/2"	UNID	1,00
08.14	REGISTRO DE GAVETA COM CANOPLA CROMADA DN 20MM (3/4")	UNID	7,00
08.15	REGISTRO DE GAVETA COM CANOPLA CROMADA DN 25MM (1")	UNID	2,00
08.16	REGISTRO DE PRESSÃO COM CANOPLA CROMADA DN 20MM (3/4")	UNID	2,00
08.17	VÁLVULA DE DESCARGA C/REG. INCORP. DN= (1.1/2) ACAB ANTIVANDALISMO	UNID	2,00
08.18	EXTINTORES MANUAIS DE CO^2 COM CAPACIDADE DE 6 KG	UNID	3,00
08.19	EXTINTORES MANUAIS DE PÓ QUÍMICO SECO COM CAPACIDADE DE 4KG	UNID	2,00
08.20	EXTINTORES MANUAIS DE ÁGUA PRESSURIZADA CAP. DE 10 L	UNID	3,00

CONFERE COM ORIGINAL DATA 21/12/2016

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA SÃO PAULO - CREA-SP

ESTE DOCUMENTO É PARTE INTEGRANTE DA CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO EXPEDIDA PELO CREA-SP SOB Nº 2620160012627
É SOMENTE SERÁ VÁLIDA ACOMPANHADA DA REFERIDA CERTIDÃO
PALMITAL 03/12/2016

Rua Mello Peixoto, 708 - CEP 19.970-000 - Palmital - SP.
Fone: (18) 3351-1852 - msbocardo@outlook.com – CNPJ – 72.685.159/0001-06

08.21	TUBO DE PVC RIGIDO JUNTA SOLDAVEL DN 40MM (1.1/2") INCL CONEXÕES	M	16,75
08.22	TUBO DE PVC RIGIDO JUNTA ELÁSTICA DN 50MM (2") INCL CONEXÕES	M	46,56
08.23	TUBO DE PVC RIGIDO JUNTA ELÁSTICA DN 75MM (3") INCL CONEXÕES	M	13,63
08.24	TUBO DE PVC RIGIDO JUNTA ELÁSTICA DN 100MM (4") INCL CONEXÕES	M	44,86
08.25	TUBO DE PVC RIGIDO JUNTA ELÁSTICA DN 150MM (6") INCL CONEXÕES	M	34,07
08.26	CAIXA SIFONADA DE PVC DN 150X150X50MM C/GRELHA METÁLICA	UNID	6,00
08.27	CAIXA DE GORDURA EM ALVENÁRIA	UNID	2,00
08.28	CAIXA DE INSPEÇÃO 60X60CM PARA ESGOTO	UNID	2,00
08.29	CAIXA DE INSPEÇÃO 80X80CM PARA ESGOTO	UNID	1,00
08.30	RALO SECO CONICO PVC DN 100MM C/GRELHA PVC CROMADO	UNID	3,00
08.31	TUBO PVC RÍGIDO JUNTA ELÁSTICA DN 100MM (4") INCL CONEXÕES	M	39,18
08.32	TUBO PVC RÍGIDO JUNTA ELÁSTICA DN 150MM (6") INCL CONEXÕES	M	15,10
08.33	RUFO EM CHAPA GALVANIZADA N24 - CORTE 0,33 M	M	42,47
08.34	RUFO EM CHAPA GALVANIZADA N24 - CORTE 0,50 M	M	15,44
08.35	GRELHA HEMISFÉRICA DE FERRO FUNDIDO DN 150MM (6")	UNID	8,00
08.36	TUBO AÇO GALVANIZ NBR5580-CL MÉDIA DN25MM (1")-INCL CONEXÕES	M	4,54
08.37	TUBO AÇO GALVANIZ NBR5580-CL MÉDIA DN32MM (1.1/4")-INCL CONEXÕES	M	15,90
08.38	TUBO AÇO GALVANIZ NBR5580-CL MÉDIA DN40MM (1.1/2")-INCL CONEXÕES	M	9,65
08.39	TUBO AÇO GALVANIZ NBR5580-CL MÉDIA DN80MM (3")-INCL CONEXÕES	M	7,38
08.40	REGISTRO DE GAVETA BRUTO DN 25MM(1")	UNID	4,00
08.41	REGISTRO DE GAVETA BRUTO DN 32MM(1.1/4")	UNID	3,00
08.42	REGISTRO DE GAVETA BRUTO DN 40MM(1.1/2")	UNID	2,00
08.43	VÁLVULA DE RETENÇÃO VERTICAL DE BRONZE D	UNID	2,00
08.44	VÁLVULA DE RETENÇÃO DE PÉ COM CRIVO DE BR	UNID	1,00
08.45	TORNEIRA DE BOIA EM LATÃO (BOIA PLAST) DN	UNID	1,00
08.46	BACIA SIFONADA DE LOUÇA BRANCA (VRD 6L) C/	UNID	1,14
08.47	TANQUE DE LOUÇA BRANCA PEQUENO C/COLUNA	UNID	2,27
08.48	SABONETEIRA DE LOUÇA BRANCA DE	UNID	1,14
08.49	PAPELEIRA DE LOUÇA BRANCA DE 15	UNID	6,25
08.50	CABIDE DE ÇOUÇA BRANCA COM 2 GA	UNID	1,14
08.51	VARAL/TOALHEIRO	UNID	1,14
08.52	BACIA P/SANITÁRIO ACESSÍVEL	CJ	2,00
08.53	LAVATÓRIO PARA SANITÁRIO ACESSÍVEL	CJ	2,00
08.54	CHUVEIRO SIMPLES C/ARTICULAÇÃO, LATÃO CROMADO DN 15MM (1/2")	UNID	2,00
08.57	TORNEIRA DE LAVAGEM COM CANOPLA DE 1/2"	UNID	1,00
09.00	**INSTALAÇÕES ELÉTRICAS**		

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA SÃO PAULO - CREA-SP

ESTE DOCUMENTO É PARTE INTEGRANTE DA CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO EXPEDIDA PELO CREA-SP SOB Nº 26160012684
E SOMENTE SERÁ VÁLIDA ACOMPANHADA DA REFERIDA CERTIDÃO
PALMITAL, 02/12/2016

CONFERE COM O ORIGINAL DATA 02/10/2024 ASSINATURA

09.01	ABRIGO E ENTRADA DE ENERGIA (CAIXA M OU H): AES ELETROP/BANDEIRANTE/ELEKTRO	UNID	1,00
09.02	CONJ 4 CABOS P/ENTRADA ENERGIA SECÇÃO 150MMM2 C/ELETRODUTOS	UNID	1,00
09.03	CONJ ENTRADA P/TELEFONE EM ENTRADA DE ENERGIA	UNID	1,00
09.04	DISJUNTOR TRIPOLAR TERMOMAGNÉTICO 3X10A A 3X50A	UNID	2,00
09.05	DISJUNTOR TRIPOLAR TERMOMAGNÉTICO 3X175A A 3X225A	UNID	7,00
09.06	CABO 70MM² - 750 V DE ISOLAÇÃO	M	16,00
09.07	CABO 150MM² - 750 V DE ISOLAÇÃO	M	42,00
09.08	ELETRODUTO DE PVC RIGÍDO ROSCAVEL DE 85MM INCL CONEXÕES	M	12,00
09.09	ENVELOPE DE CONCRETO PARA DUTOS	M	12,00
09.10	CAIXA EM CHAPA DE AÇO 16 COM PORTA E FECHO	M²	0,52
09.11	QUADRO GERAL - DISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO 3X200A	UNID	1,00
09.12	QUADRO GERAL - BARRAMENTO 100 A	M²	1,00
09.13	QUADRO GERAL - BARRAMENTO 200 A	M²	1,00
09.14	DISJUNTOR BIPOLAR TERMOMAGNÉTICO 2X10A A 2X50A	UNID	3,00
09.15	DISJUNTOR BIPOLAR TERMOMAGNÉTICO 2X60A A 2X100A	UNID	2,00
09.16	ELETRODUTO DE PVC RIGÍDO ROSCÁVEL DE 25MM - INCL CONEXÕES	M	62,00
09.17	ELETRODUTO DE PVC RIGÍDO ROSCÁVEL DE 32MM - INCL CONEXÕES	M	32,00
09.18	ELETRODUTO DE PVC RIGÍDO ROSCÁVEL DE 40MM - INCL CONEXÕES	M	32,00
09.19	ELETRODUTO DE PVC RIGÍDO ROSCÁVEL DE 60MM - INCL CONEXÕES	M	12,00
09.20	ENVELOPE DE CONCRETO PARA DUTOS	M	85,00
09.21	QUADRO DISTRIBUIÇÃO, DISJ. GERAL 100A P/28 A 42 DISJS.	UNID	1,00
09.22	DISJUNTOR BIPOLAR TERMOMAGNÉTICO 2X10A A [illegible]	UNID	12,00
09.23	DISJUNTOR BIPOLAR TERMOMAGNÉTICO 2X6[illegible]	UNID	3,00
09.24	DISJUNTOR UNIPOLAR TERMOMAGNÉTICO [illegible]	UNID	5,00
09.25	INTERRUPTOR AUTOMÁTICO DIFERENCIAL [illegible]	UNID	1,00
09.26	CAIXA DE PASSAGEM ESTAMPADA COM TAMPA [illegible]	UNID	8,00
09.27	CAIXA DE PASSAGEM ESTAMPADA COM TAMPA [illegible]	UNID	9,00
09.28	CAIXA DE PASSAGEM EM ALVEN[illegible]	UNID	4,00
09.29	FIO DE 4 MM² - 750 V DE ISOLAÇÃO	M	213,00
09.30	FIO DE 6 MM² - 750 V DE ISOLAÇÃO	M	97,00
09.31	CABO DE 10 MM² - 750 V DE ISOLAÇÃO	M	73,82
09.32	CABO DE 25 MM² - 750 V DE ISOLAÇÃO	M	62,00
09.33	INTERRUPTOR DE 1 TECLA SIMPLES CAIXA 4"X2" - ELETR PVC RÍGIDO	UNID	14,00
09.34	INTERRUPTOR 1 TECLA BIPOL SIMPLES CAIXA 4"X2" - ELETR PVC RÍGIDO	UNID	22,00
09.35	INTERRUPTOR 1 TECLA SIMPLES/TOMADA 2P+T PADRÃO NBR 14136 CORRENTE 10A ELETROD. PVC RÍGIDO	UNID	3,00
09.36	TOMADA 2P+T PADRÃO NBR 14136 CORRENTE 10A-250V-ELETR. PVC RÍGIDO	UNID	37,00

CONFERE COM ORIGINAL
DATA: 12/01/2017
ASSINATURA

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA SÃO PAULO - CREA-SP

ESTE DOCUMENTO É PARTE INTEGRANTE DA CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO EXPEDIDA PELO CREA-SP SOB Nº 26016022687
E SOMENTE SERÁ VALIDA ACOMPANHADA DA REFERIDA CERTIDÃO
PALMITAL, 02 / 12 / 2016

09.37	TOMADA DE PISO 2P+T PADRÃO NBR 14136 CORRENTE 10A-250V - ELETR PVC RÍGIDO	UNID	6,00
09.38	PONTO SECO PARA TELEFONE-ELETRODUTO DE PVC	UNID	3,00
09.39	PONTO SECO P/INSTALAÇÃO DE SOM/TV/ALARME/LÓGICA - ELETRODUTO PVC	UNID	9,00
09.40	LUMINÁRIA C/DIFUSOR TRANSPARENTE P/LÂMPADA FLUORESCENTE (2X32W)	UNID	12,00
09.41	ARANDELA BLINDADA	UNID	3,00
09.42	ILUMINAÇÃO AUTONOMA DE EMERGÊNCIA	UNID	6,00
09.43	LUMINÁRIA PARA LÂMPADA FLUORESCENTE (1X32w)	UNID	2,00
09.44	LUMINÁRIA PARA LÂMPADA FLUORESCENTE (2X32w)	UNID	30,00
09.45	LUMINÁRIA SOBREPOR C/REFLETOR E ALETAS P/LAMP. FLUORESCENTE (2X32W)	UNID	7,00
09.46	LUMIN. EMBUTIR C/DIFUSOR TRANSLÚCIDO P/LÂMPADA FLUORESCENTE (2X16W)	UNID	5,00
09.47	LUMIN. EMBUTIR C/DIFUSOR TRANSLÚCIDO P/LÂMPADA FLUORESCENTE (2X32W)	UNID	7,00
09.48	LUMINÁRIA PRIMÁTICA TRANSP. P/LÂMPADA A VAPOR METÁLICO A (250W)	UNID	3,00
09.49	CENTRO DE LUZ EM CAIXA FM ELETRODUTO DE PVC	UNID	70,00
09.50	LUZ DE OBSTÁCULO COM LÂMPADA DE 60W	UNID	5,00
09.51	PROJETOR MÉDIO P/VALOR DE SÓDIO 150W	UNID	3,00
09.52	CORDOALHA DE AÇO GALV A QUENTE 50MM² (3/8") C/SUP DE FIXAÇÃO	M	104,48
09.53	CORDOALHA DE AÇO GALV. A QUENTE 80MM² (7/16") SOB A TERRA	M	73,82
09.54	TERRA SIMPLES - 1 HASTE COM CAIXA DE INSPEÇÃO	UNID	5,00
09.55	CONEXÃO EXOTÉRMICA CABO/CABO	UNID	6,00
09.56	CONEXÃO EXOTÉRMICA CABO/HASTE	UNID	6,00
09.57	CONEXÃO EXOTÉRMICA EM ESTRUTURA METÁLICA	UNID	9,00
10.00	**IMPERMEABILIZAÇÃO / JUNTAS DE DILATAÇÃO**		
10.01	IMPERM C/EMULSÃO ACRÍLICA ESTRUT C/VEU DE POLIESTER E 2 DEMÃOS / 2 EST	M²	62,76
10.02	REGULARIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE P/PREPARO IMPERM 1:3 E=2,5CM	M²	28,23
11.00	**REVESTIMENTOS: TETO E PAREDE**		
11.01	CHAPISCO, EM LAJE	M²	423,00
11.02	EMBOÇO DESEMPENADO, EM LAJE	M²	423,00
11.03	CHAPISCO, EM ALVENARIA	M²	587,23
11.04	EMBOÇO, EM ALVENARIA	M²	587,23
11.05	REVESTIMENTO COM GESSO, EM ALVENARIA E LAJE	M²	508,48
11.06	REVESTIMENTO COM AZULEJOS LISOS, BRANCO BRILHANTE	M²	244,04
11.07	CHAPISCO, EXTERNO	M²	277,50
11.08	EMBOÇO DESEMPENADO, EXTERNO	M²	277,50
12.00	**PISOS INTERNOS / RODAPÉS / PEITORIS**		
12.01	LASTRO DE CONCRETO C/HIDRFUGO E=5CM	M²	428,42

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA SÃO PAULO - CREA-SP

ESTE DOCUMENTO É PARTE INTEGRANTE DA CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO EXPEDIDA PELO CREA-SP SOB Nº 2620160026827 E SOMENTE SERÁ VALIDA ACOMPANHADA DA REFERIDA CERTIDÃO
PALMITAL 02 / 12 / 2016

CONFERE COM ORIGINAL
DATA: 22/10/2021
ASSINATURA

12.02	LASTRO DE PEDRA BRITADA - 5CM	M²	428,42
12.03	ARGAMASSA DE REGULARIZAÇÃO CIM/AREIA 1:3 ESP=2,50CM	M²	428,42
12.04	CERÂMICA ESMALTADA ANTIDERRAPANTE 30X30CM A 45X45CM PEI 4	M²	77,86
12.05	CHAPAS VINILICAS(COR ESPECIFICAR) ESPESSURA [illegible]	M²	153,60
12.06	SOLEIRA EM GRANILITE L=15,5CM DESNIVEL [illegible]	M	14,76
12.07	SOLEIRA EM GRANILITE L=22CM DESNIVEL [illegible]	M	8,40
13.00	VIDROS		
13.01	VIDROS LISO COMUM INCOLOR DE 3MM	M²	118,14
13.02	VIDROS LISO COMUM INCOLOR DE 4MM	M²	15,15
14.00	PINTURA		
14.01	TINTA LATEX ECONOMICA	M²	486,90
14.02	ESMALTE	M²	485,61
14.03	ESMALTE COM MASSA NIVELADORA EM ESQUADRIAS DE MADEIRA	M²	103,76
14.04	ESMALTE EM ESQUADRIAS DE FERRO	M²	124,23
14.05	FACE EXTERNA DE CALHAS/CONDUTORES COM TINTA SINTÉTICA (ESMALTE)	M	10,22
14.06	TINTA LATEX STANDARD	M²	277,50
15.00	SERVIÇOS COMPLEMENTARES		
15.01	LASTRO DE CONCRETO - 5CM	M²	184,54
15.02	LASTRO DE PEDRA BRITADA - 5CM	M²	184,54
15.03	CIMENTADO DESEMPENADO COM JUNTA SECA E=3,5CM INCL ARG REG	M²	184,54
15.04	CANALETA DE ÁGUAS PLUVIAIS EM CONCRETO (20CM)	M	48,83
15.05	TAMPA DE CONCRETO PRÉ-MOLDADA PERF. P/CANALETA L=25CM	M	24,42
15.06	SERVIÇOS DE HIDRAULICA, PARA INSTALAÇÃO DE ÁGUA QUENTE, INCLUINDO TUBULAÇÕES EM COBRE E SEUS COMPONENTES	CONJ	1,00
15.07	LIMPEZA GERAL DA OBRA	M²	423,00

CREA-SP CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA SÃO PAULO

ESTE DOCUMENTO É PARTE INTEGRANTE DA CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO EXPEDIDA PELO CREA-SP SOB Nº 2620160002687 E SOMENTE SERA VÁLIDA ACOMPANHADA DA REFERIDA CERTIDÃO
PALMITAL 02 / 12 / 2016

CONFERE COM O ORIGINAL DATA: 22/10/2016

Palmital, 01 de Setembro de 2016

2º Tabelião de Notas Palmital - SP

Marcio Bocardo
BOCARDO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI - EPP
CNPJ – 12.685.159/0001-06
Marcio Bocardo
Socio Proprietário

CLEMENTE CARLON JUNIOR
ENGENHEIRO CIVIL
CREA/SP - 060.088.459-4

REGISTRADOR CIVIL DE PESSOAS NAT. E TAB. DE NOTAS - MUN. DE ALVINLÂNDIA-SP
Reconheço por semelhança a(s) firma(s) de: CLEMENTE CARLON JUNIOR
Alvinlândia, 29 SET 2016 de
Custas: R$ 36 Ass.:
Válido somente com o selo de autenticidade

Gabriela Pedroza Zumano
Escrevente Autorizada

1º TABELIÃO DE NOTAS E DE PROTESTO
Rua Coronel Manoel Alves Damini, 282 - Palmital-SP
Luiz Antonio Xavier - Tabelião
RECONHEÇO por semelhança a(s) firma(s) de: Marcio Bocardo
Selo(s) de autenticidade
Palmital, 10/10/2016
Válido somente com o selo de autenticidade

Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução No. 1.025, de 30 de outubro de 2009

CREA-SP

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO
2620200011433
Atividade concluída

433

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução no. 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo - CREA-SP, o Acervo Técnico do profissional LUCAS DESCROVE FRANCO referente á(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo discriminada(s):

Profissional: LUCAS DESCROVE FRANCO
Registro: 5069955698-SP . . . . . RNP: 2616719835
Título Profissional: Engenheiro Civil, Engenheiro de Segurança do Trabalho

Número ART: 28027230201365037 . Tipo de ART: OBRA OU SERVIÇO . . . . Registrada em: 04/11/2020 Baixada em: 12/11/2020
Forma de Registro: SUBSTITUIÇÃO à 28027230190740512
Participação Técnica: INDIVIDUAL
Empresa Contratada: EMR CONSTRUTORA EIRELI - ME

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAVANTES
RUA ALTINO ARANTES . . . . . No.: 464
Complemento: . . . . . Bairro: JARDIM CONCEIÇÃO
Cidade: Chavantes . . . . . UF: SP CEP: 18970174 PAIS: BRASIL
Contrato: . . . . . Celebrado em: 13/03/2019
Vinculado à ART: 28027230191503109
Valor do Contrato: R$ 111.936,32 . . . . . Tipo de contratante: PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO

Endereço da Obra/serviço: RUA MAESTRO CARLOS GOMES . . . . . No
Complemento: . . . . . Bairro: JARDIM CONCEIÇÃO
Cidade: Chavantes . . . . . UF: SP CEP: 18970180 PAIS: BRASIL
Data de início: 01/05/2019 Conclusão Efetiva: 07/12/2019 . . . . . Coordenadas Geográficas:
Finalidade:
Proprietário: . . . . . CPF/CNPJ

Atividade Técnica: 1) Execução, Execução, Cobertura Metálica, 596,00000 metro quadrado

Observações

Esta anotação de responsabilidade técnica é referente a execução de obra de reforma e cobertura da garagem da Secretaria da Educação, no município de Chavantes, estado de São Paulo.

Informações Complementares

O atestado está vinculado apenas para atividades técnicas constantes da ART, desenvolvidas de acordo com as atribuições do profissional na área da Engenharia Civil.

Houve aditivo de valor de R$ 27.332,88

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico – CAT - o atestado apresentado pelo profissional acima,contendo 4 folhas, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

Certidão de Acervo Técnico No.2620200011433
15/12/2020 13:27:41
Autenticação Digital: CkUaUfJsUxxxfasUCyGkx3kAF30Tzyas

A CAT à qual o atestado está vinculado é o documento que comprova o registro do atestado no CREA

A CAT à qual o atestado está vinculado constitui prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas

A CAT perderá a validade no caso de modificação dos dados técnicos qualitativos e quantitativos nela contidos bem como de alteração da situação do registro da ART

A autenticidade e a validade deste certidão deve ser confirmada no site do CREA-SP (www.creasp.org.br)

A falsificação deste documento constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal

A CAT é válida em todo território nacional

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAVANTES
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, OBRAS, MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA
Rua: Dr. Altino Arantes, nº 464, Centro, Chavantes/SP
Telefone: (14) 3342 9202 – CNPJ 44.563.575/0001-98
Site: www.chavantes.sp.gov.br
email: planejamento@chavantes.sp.gov.br

GOVERNO DE CHAVANTES
NOVO RUMO, NOVO TEMPO

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, para os devidos fins, que a empresa **EMR CONSTRUTORA EIRELI - ME**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) sob nº 18.916.042/0001-32, com sede social localizada em **Rua Moisés Guglielmetti, Nº 445, bairro Vila Volga, Palmital – SP, CEP 19970-000**, executou os serviços referente à "**Reforma e execução de cobertura da garagem da Secretaria da Educação**", totalizando na execução de 596 metros quadrados de cobertura metálica, localizado em Rua Maestro Carlos Gomes, bairro Jardim Conceição, município de Chavantes – SP, tudo em conformidade com as especificações técnicas contidas no Memorial Descritivo, Projeto Básico, Proposta Comercial Apresentada, Cronograma Físico-Financeiro e demais documentos que compõe o procedimento licitatório, sob o regime de Empreitada por Preço Global, objeto do Contrato Administrativo, registrado sob nº **017/2019** proveniente do processo Licitatório – Modalidade Preço Global, registrado sob nº. **04/2019**, durante o período abaixo especificado:

- ***Data de Assinatura: 13/03/2019***
- ***Início de Execução: 01/05/2019***
- ***Prazo de Execução: 270 dias***
- ***Termino: 07/12/2019***
- ***ART Inicial: 28027230190740512***
- ***Valor Inicial:* R$ 111.936,32**
- ***ART Aditivo de Valor: 28027230191503109***
- ***Aditivo de Valor: R$ 27.332,88***

1. O valor global para execução da obra foi de **R$ 139.269,20 (cento e trinta e nove mil duzentos e sessenta e nove reais e vinte centavos).**

Os serviços foram executados sob a Responsabilidade Técnica do Engenheiro Civil **Sr. Lucas Descrove Franco,** registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, do Estado de São Paulo (CREA), sob nº. **5069955696.**

O PRESENTE DOCUMENTO É PARTE INTEGRANTE DA CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO EXPEDIDA PELO CREA-SP
CAT No: 2620200011433 - 15/12/2020 13:27:41 - Autenticação Digital: CkUat UxxxlasUCyGkx3kAF30Tzyas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAVANTES
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, OBRAS, MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA
Rua: Dr. Altino Arantes, nº 464, Centro, Chavantes/SP
Telefone: (14) 3342 9202 – CNPJ 44.563.575/0001-98
Site: www.chavantes.sp.gov.br
email: planejamento@chavantes.sp.gov.br

GOVERNO DE CHAVANTES
NOVO RUMO, NOVO TEMPO

434

Segue abaixo, a planilha quantitativa discriminando os serviços executados:

GARAGEM DE ONIBUS - CHAVANTES					
ÍTEM	FONTE	CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID.	QUANTID.
GARAGEM DE ONIBUS - CHAVANTES					
1	SERVIÇOS PRELIMINARES				
1.1	SINAPI	74209/1	PLACA DE OBRA EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO	m²	4,50
1.2	CPOS172	03.01.040	Demolição manual de concreto armado	m³	1,07
1.3	CPOS172	04.08.020	Retirada de folha de esquadria em madeira	un	1,00
1.4	CPOS172	03.02.040	Demolição manual de alvenaria de elevação ou elemento vazado, incluindo revestimento	m³	3,93
1.5	CPOS172	34.13.021	Corte, recorte e remoção de árvore inclusive as raízes - diâmetro (DAP)>15cm<30cm	un	3,00
1.6	SINAPI	97633	DEMOLIÇÃO DE REVESTIMENTO CERÂMICO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	m²	46,00
1.7	SINAPI	87249	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO ESMALTADA EXTRA DE DIMENSÕES 45X45 CM APLICADA EM AMBIENTES DE ÁREA MENOR QUE 5 M2. AF_06/2014	m²	46,00
2	INFRAESTRUTURA, SUPERESTRUTURA e VEDAÇÃO				
2.1	SINAPI	93358	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALAS. AF_03/2016	m³	2,74
2.2	CPOS172	09.01.020	Forma em madeira comum para fundação	m²	17,11
2.3	CPOS172	11.01.160	Concreto usinado, fck = 30,0 MPa	m³	2,83
2.4	SINAPI	73990/1	ARMACAO ACO CA-50 P/1,0M3 DE CONCRETO	un	1,07
2.5	SINAPI	74157/4	LANCAMENTO/APLICACAO MANUAL DE CONCRETO EM FUNDACOES	m³	2,83
2.6	SINAPI	87491	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA VERTICAL DE 14X19X39CM (ESPESSURA 14CM) DE PAREDES COM ÁREA LÍQUIDA MAIOR OU IGUAL A 6M² COM VÃOS E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF_06/2014	m²	8,80
2.7	SINAPI	87907	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIA (COM PRESENÇA DE VÃOS) E ESTRUTURAS DE CONCRETO DE FACHADA, COM EQUIPAMENTO DE PROJEÇÃO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO MANUAL. AF_06/2014	m²	17,60
2.8	SINAPI	90883	ESTACA ESCAVADA MECANICAMENTE, SEM FLUIDO ESTABILIZANTE, COM 40 CM DE DIÂMETRO, ATÉ 9M DE COMPRIMENTO, CONCRETO LANÇADO POR CAMINHÃO BETONEIRA	m	60,00
2.9	SINAPI	92794	CORTE E DOBRA DE AÇO CA-50 DIÂMETRO DE 10,00MM, UTILIZADO EM ESTRUTURAS DIVERSAS, EXCETO LAJES. AF_12/2015	kg	61,57
3	ESTRUTURA METÁLICA E COBERTURA				
3.1	SINAPI	72111	ESTRUTURA METALICA EM TESOURAS OU TRELICAS, VAO LIVRE DE 15M, FORNECIMENTO E MONTAGEM, NAO SENDO CONSIDERADOS OS FECHAMENTOS METALICOS, AS COLUNAS, OS SERVICOS GERAIS EM ALVENARIA E CONCRETO, AS TELHAS DE COBERTURA E A PINTURA DE ACABAMENTO	m²	450,00
3.2	PM CHAV	001	EXECUÇÃO DE ESTRUTURA METALICA EM ACO ESTRUTURAL PERFIL "U" 5"X1/8" E CANTONEIRAS L 1" x 1/8" (INCLUINDO TIRANTES, CHAPA PARA BASE, CHUMBADORES E DEMAIS ACESSÓRIOS PARA FIXAÇÃO)	kg	3169,67

O PRESENTE DOCUMENTO É PARTE INTEGRANTE DA CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO EXPEDIDA PELO CREA-SP.
CAT No: 2620200011433 - 15/12/2020 13:27:41 - Autenticação Digital: CkUaUfJsUxxxlasUCyGkx3kAF30Tzyas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAVANTES
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, OBRAS, MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA
Rua: Dr. Altino Arantes, nº 464, Centro, Chavantes/SP
Telefone: (14) 3342 9202 – CNPJ 44.563.575/0001-98
Site: www.chavantes.sp.gov.br
email: planejamento@chavantes.sp.gov.br

GOVERNO DE CHAVANTES
NOVO RUMO, NOVO TEMPO

3.3	SINAPI	94213	TELHAMENTO COM TELHA DE AÇO/ALUMÍNIO E = 0,5 MM, COM ATÉ 2 ÁGUAS. INCLUSO IÇAMENTO. AF_06/2016	m²	596,00
4	INSTALAÇÕES HIDRAULICAS				
4.1	SINAPI	89578	TUBO PVC, SÉRIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 100 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM CONDUTORES VERTICAIS DE ÁGUAS PLUVIAIS. AF_12/2014	m	55,00
4.2	SINAPI	89586	JOELHO 45 GRAUS PARA PÉ DE COLUNA, PVC, SERIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM CONDUTORES VERTICAIS DE ÁGUAS PLUVIAIS. AF_12/2014	un	5,00
4.3	SINAPI	83448	CAIXA DE PASSGEM 50X50X60 C/ TAMPA	un	3,00
4.4	SINAPI	94229	CALHA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO NÚMERO 24, DESENVOLVIMENTO DE 100 CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_06/2016	m	40,40
4.5	SINAPI	97663	REMOÇÃO DE LOUÇAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	un	3,00
4.6	SINAPI	95470	VASO SANITARIO SIFONADO CONVENCIONAL COM LOUÇA BRANCA, INCLUSO CONJUNTO DE LIGAÇÃO PARA BACIA SANITÁRIA AJUSTÁVEL - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2016	un	1,00
4.7	SINAPI	86942	LAVATÓRIO LOUÇA BRANCA SUSPENSO, 29,5 X 39CM OU EQUIVALENTE, PADRÃO POPULAR, INCLUSO SIFÃO TIPO GARRAFA EM PVC, VÁLVULA E ENGATE FLEXÍVEL 30CM EM PLÁSTICO E TORNEIRA CROMADA DE MESA, PADRÃO POPULAR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2013	un	1,00
4.8	CPOS172	44.01.340	Tanque simples em concreto pré-moldado	un	1,00
4.9	SINAPI	10228	VALVULA DE DESCARGA METALICA, BASE 1 1/2 " E ACABAMENTO METALICO CROMADO	un	1,00
5	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS				
5.1	SINAPI	91926	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 2,5 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	m	164,30
5.2	SINAPI	95745	ELETRODUTO DE AÇO GALVANIZADO, CLASSE LEVE, DN 20 MM (3/4), APARENTE, INSTALADO EM TETO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2016_P	m	75,00
5.3	SINAPI	92867	CAIXA RETANGULAR 4" X 2" ALTA (2,00 M DO PISO), METÁLICA, INSTALADA EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	un	17,00
5.4	SINAPI	93654	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 16A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2016	un	2,00
5.5	SINAPI	74131/1	QUADRO DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA DE EMBUTIR, EM CHAPA METALICA, PARA 3 DISJUNTORES TERMOMAGNETICOS MONOPOLARES SEM BARRAMENTO FORNECIMENTO E INSTALACAO	un	1,00
5.6	SINAPI	39396	SENSOR DE PRESENCA BIVOLT COM FOTOCELULA PARA QUALQUER TIPO DE LAMPADA, POTENCIA MAXIMA "1000" W, USO EXTERNO	un	2,00
5.7	SINAPI	38889	LUMINARIA DE SOBREPOR EM CHAPA DE ACO COM ALETAS PLASTICAS, PARA 1 LAMPADA, BASE E27, POTENCIA MAXIMA 40/60 W (NAO INCLUI LAMPADA)	un	10,00
5.8	PM CHAV	002	LÂMPADA LED 50W PADRÃO E27 (FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO)	un	10,00
6	PINTURA				

O PRESENTE DOCUMENTO É PARTE INTEGRANTE DA CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO EXPEDIDA PELO CREA-SP.
CAT No: 2620200011433 - 15/12/2020 13:27:41 - Autenticação Digital: CkUaL...5UxxxiasUCyGkx3kAF30Tzyas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAVANTES
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, OBRAS, MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA
Rua: Dr. Altino Arantes, nº 464, Centro, Chavantes/SP
Telefone: (14) 3342 9202 – CNPJ 44.563.575/0001-98
Site: www.chavantes.sp.gov.br
email: planejamento@chavantes.sp.gov.br

GOVERNO DE CHAVANTES
NOVO RUMO, NOVO TEMPO

435

6.1	SINAPI	88487	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LÁTEX PVA EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_06/2014	m²	715,50
6.2	SINAPI	88488	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM TETO, DUAS DEMÃOS. AF_06/2014	m²	18,11
6.3	SINAPI	6082	PINTURA EM VERNIZ SINTETICO BRILHANTE EM MADEIRA, TRES DEMAOS	m²	2,94
6.4	SINAPI	73924/1	PINTURA ESMALTE ALTO BRILHO, DUAS DEMAOS, SOBRE SUPERFICIE METALICA	m²	87,70
6.5	SINAPI	74245/1	PINTURA ACRILICA EM PISO CIMENTADO DUAS DEMAOS	m²	40,44
7	OUTROS SERVIÇOS				
7.1	SINAPI	91010	PORTA DE MADEIRA PARA VERNIZ, SEMI-OCA (LEVE OU MÉDIA), 70X210CM, ESPESSURA DE 3,5CM, INCLUSO DOBRADIÇAS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2015	un	1,00
7.2	SINAPI	91307	FECHADURA DE EMBUTIR PARA PORTAS INTERNAS, COMPLETA, ACABAMENTO PADRÃO POPULAR, COM EXECUÇÃO DE FURO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2015	un	1,00
7.3	SINAPI	6514	FORNECIMENTO E LANCAMENTO DE BRITA N 4	m³	43,22
7.4	SINAPI	72553	EXTINTOR DE PQS 4KG - FORNECIMENTO E INSTALACAO	un	2,00
7.5	SINAPI	9537	LIMPEZA FINAL DA OBRA	m²	0,00
7.6	CPOS172	11.18.040	Lastro de pedra britada	m³	3,12

Atestamos ainda que, os serviços foram executados sem nenhuma reprovação de nossa parte no que se refere à quantidade, qualidade dos materiais e prazo de execução, portanto, não há registro que desabone a idoneidade e a capacidade técnica da referida empresa.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.

P. M. Chavantes (SP), 19 de fevereiro de 2020.

Letícia de Oliveira Silva
Assessora dos Serviços de Obras e Engenharia
CREA/SP: 507041211-4

O PRESENTE DOCUMENTO É PARTE INTEGRANTE DA CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO EXPEDIDA PELO CREA-SP
CAT No: 2620200011433 - 15/12/2020 13:27:41 - Autenticação Digital: CkUaUtJsUxxxlasUCyGkx3kAF30Tzyas.

Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução No. 1.025, de 30 de outubro de 2009

CREA-SP

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO
2620200001189
Atividade concluída

436

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução no. 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo - CREA-SP, o Acervo Técnico do profissional LUCAS DESCROVE FRANCO referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo discriminada(s).

Profissional: LUCAS DESCROVE FRANCO
Registro: 5069955696-SP RNP: 2616719835
Título Profissional: Engenheiro Civil

Número ART: 28027230191613415 Tipo de ART: OBRA OU SERVIÇO Registrada em: 05/12/2019 Baixada em: 05/12/2019
Forma de Registro: SUBSTITUIÇÃO à 28027230190743101
Participação Técnica: INDIVIDUAL
Empresa Contratada: EMR CONSTRUTORA EIRELI - ME

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO TURVO
RUA GARCIA BRAGA No.: 93
Complemento: Caixa Postal 13 Bairro: Centro
Cidade: São Pedro do Turvo UF: SP CEP: 18940039 PAIS: BRASIL
Contrato: Nº 090/2018 Celebrado em: 05/11/2018
Vinculado à ART:
Valor do Contrato: R$ 165.123,90 Tipo do contratante: PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO

Endereço da Obra/serviço: RUA VEREADOR OSCAR MARQUES DE SOUZA No.:
Complemento: Bairro: JARDIM NOVA SÃO PEDRO
Cidade: São Pedro do Turvo UF: SP CEP: 18940092 PAIS: BRASIL
Data de início: 26/11/2018 Conclusão Efetiva: 08/10/2019 Coordenadas Geográficas:
Finalidade: ESPORTIVO
Proprietário: CPF/CNPJ:
Atividade Técnica: 1) EXECUÇÃO, EXECUÇÃO, COBERTURA METÁLICA, 834,00000 METRO QUADRADO

Observações

A PRESENTE ART TEM COMO OBJETO A REFORMA E COBERTURA DE QUADRA POLIESPORTIVA COM 834,00M² DE ÁREA, COM CAPACIDADE PARA 200 PESSOAS, LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO TURVO

Informações Complementares

Atividades e quantidades executadas conforme atestado vinculado à presente certidão.

O atestado está vinculado apenas para atividades técnicas constantes da ART, desenvolvidas de acordo com as atribuições do profissional na área da Engenharia Civil.

O vínculo do profissional com a empresa contratada iniciou em 03/04/2019.

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico - CAT - o atestado apresentado pelo profissional acima, contendo 2 folhas, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes

Certidão de Acervo Técnico No.2620200001189
07/02/2020 15:08:51
Autenticação Digital: fGJg0J30gF5f3nITx0Ks3GnBgazFCU6C

A CAT à qual o atestado está vinculado é o documento que comprova o registro do atestado no CREA

A CAT à qual o atestado está vinculado constitui prova de capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou vier a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração anterior ao momento da habilitação ou da entrega das propostas

A CAT é válida em todo território nacional

A CAT perderá a validade no caso de modificação dos dados técnicos qualitativos e quantitativos nela contidos, bem como de alteração da situação do registro da ART

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do CREA-SP (www.creasp.org.br)

A falsificação deste documento constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO TURVO

Estado de São Paulo

CNPJ 44.567.014/0001-67

MUNICÍPIO VERDE AZUL

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

O **MUNICIPIO DE SÃO PEDRO DO TURVO**, com sede na Rua Garcia Braga, nº 93, Centro, no município de São Pedro do Turvo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob n.º 44.567.014/0001-67, **ATESTA** para os devidos fins de direito que a empresa **EMR** CONSTRUTORA EIRELI - **ME**, com sede à Rua **Moises Guglielmetti**, n.º 445, Vila Volga, no município de Palmital, Estado de São Paulo, portadora do CNPJ/MF n.º 18.916.042/0001-32, prestou serviços de *REFORMA E COBERTURA DE QUADRA POLIESPORTIVA NO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO TURVO - S.P.* referente ao processo licitatório 4931/2018, tomada de preço nº.007/2018, contrato nº.090/2018 com inicio das obras 26 de Novembro de 2018.

Informamos que a empresa **EMR CONSTRUTORA EIRELI - ME**, executou os serviços sob a responsabilidade do *Eng.º Civil Sr. LUCAS DESCROVE FRANCO*, portador do CREA 5069955696-SP e RNP 2616719835 e ART 28027230190743l0, onde executou os serviços conforme planilha em anexo.

N.	QUANT.	Descrição	Unid.
1		**SERVIÇOS PRELIMINARES**	
1.1	6.00	Placa de identificação para obra	m²
2		**INFRAESTRUTURA**	
2.1	168,00	Broca em concreto armado diâmetro de 25 cm - completa	m
2.2	100,00	Forma em madeira comum para fundação	m²
2.3	478,00	Armadura em barra de aço CA-50 (A ou B) fyk= 500 Mpa	kg
2.4	12,00	Concreto preparado no local, fck = 30,0 Mpa	m³

O PRESENTE DOCUMENTO É PARTE INTEGRANTE DA CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO EXPEDIDA PELO CREA-SP.
CAT No: 2620200001189 - 07/02/2020 15:06:51 - Autenticação Digital: IGJg0... JgF5f3nfTx0Ks3GnBgazFCU6C.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO TURVO

Estado de São Paulo

CNPJ 44.567.014/0001-67

MUNICÍPIO VERDE AZUL

437

2.5	12,72	Escavação manual em solo de 1ª e 2ª categoria em vala ou cava até 1,50 m	m³
4		**COBERTURA**	
4.1	7.358,66	Fornecimento e montagem de estrutura em aço ASTM-A36, sem pintura	kg
4.2	834,00	Telhamento em chapa de aço pré-pintada com epóxi e poliéster, perfil ondulado, com espessura de 0,50 mm	m²
5		**SERV. COMPLEMENTARES**	
5.1	98,00	Esmalte em superfície metálica, inclusive preparo	m²
5.3	476,00	Acrílico para quadras e pisos cimentados	m²

O valor efetuado do contrato é de R$ 165.123,90 (Cento e sessenta e cinco mil cento e vinte e três reais e noventa centavos).

Os serviços foram executados em **26/11/2018** a **08/10/2019** conforme planilha, quantitativos, prazos e normas da ABNT.

São Pedro do Turvo, 12 de Novembro de 2019.

MUNICIPIO DE SÃO PEDRO DO TURVO
CARGO: ENGº CIVIL REINALDO AP. SILVA FILHO
CREA/SP 50690369000

O PRESENTE DOCUMENTO É PARTE INTEGRANTE DA CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO EXPEDIDA PELO CREA-SP
CAT No: 2620200001189 - 07/02/2020 15:08:51 - Autenticação Digital: IGJg0J30gF5f3nfTx0Ks3GnBgazFCU6C.

Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução No. 1.025, de 30 de outubro de 2009

CREA-SP

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO
2620200001603
Atividade concluída

438

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução no. 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo - CREA-SP, o Acervo Técnico do profissional LUCAS DESCROVE FRANCO referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo discriminada(s).

Profissional: LUCAS DESCROVE FRANCO
Registro: 5069955696-SP RNP: 2616719835
Título Profissional: Engenheiro Civil, Engenheiro de Segurança do Trabalho

Número ART: 28027230191085645 . Tipo de ART: OBRA OU SERVIÇO . . . . Registrada em: 27/08/2019Baixada em: 19/11/2019
Forma de Registro: INICIAL
Participação Técnica: INDIVIDUAL
Empresa Contratada: EMR CONSTRUTORA EIRELI - ME

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAVANTES
RUA ALTINO ARANTES No.: 464
Complemento: Bairro: JARDIM CONCEIÇÃO
Cidade: Chavantes UF: SP CEP: 18970174 . PAIS: BRASIL
Contrato: 067/2019 Celebrado em: 09/08/2019
Vinculado à ART:
Valor do Contrato: R$ 19.776,54 Tipo de contratante: PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO

Endereço da Obra/serviço:RUA ALTINO ARANTES No:
Complemento: Bairro: JARDIM CONCEIÇÃO
Cidade: Chavantes UF: SP CEP: 18970174 PAIS: BRASIL
Data de início: 12/08/2019 Conclusão Efetiva: 11/09/2019 Coordenadas Geográficas:
Finalidade:
Proprietário: CPF/CNPJ:

Atividade Técnica: 1) Execução, Execução, Reforma, 208,41 metro quadrado.

Observações

A presente Anotação de Responsabilidade Técnica apresenta como objetivo certificar a execução com acompanhamento técnico para reforma de duas salas para instalação do CEJUSC no Município de Chavantes - SP. A obra contempla retiradas, instalação de rampas, fechamento do ar condicionado, implementação de esquadrias, pintura, entre outros serviços. A edificação à ser reformada apresenta 208,41 m².

Informações Complementares

O atestado está vinculado apenas para atividades técnicas constantes da ART, desenvolvidas de acordo com as atribuições do profissional na área da Engenharia Civil.

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico - CAT - o atestado apresentado pelo profissional acima,contendo 3 folhas, o quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

Certidão de Acervo Técnico No.2620200001603
21/02/2020 14:55:39
Autenticação Digital: KI6I360UzIKgsx63T0Cn60Fyis1gF635

A CAT a qual o atestado está vinculado é o documento que comprova o registro do atestado no CREA

A CAT a qual o atestado está vinculado constitui prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas

A CAT é válida em todo território nacional

A CAT perderá a validade no caso de modificação dos dados técnicos qualitativos e quantitativos nela contidos, bem como de alteração da situação do registro da ART

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do CREA-SP (www.creasp.org.br)

A falsificação deste documento constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal

CREA-SP

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAVANTES
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, OBRAS, MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA
Rua: Dr. Altino Arantes. nº 464, Centro, Chavantes/SP
Telefone: (14) 3342 9202 – CNPJ 44.563.575/0001-98
Site: www.chavantes.sp.gov.br
email: planejamento@chavantes.sp.gov.br

GOVERNO DE CHAVANTES
NOVO RUMO, NOVO TEMPO

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, para os devidos fins, que a empresa **EMR CONSTRUTORA EIRELI - ME**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) sob nº. 18.916.042/0001-32, com sede social localizada em **Rua Moisés Guglielmetti, Nº 445, bairro Vila Volga, Palmital – SP, CEP 19970-000**, executou os serviços referente à "**Reforma de duas salas para instalação do CEJUSC**", localizado em Rua Altino Arantes, bairro Jardim Conceição, município de Chavantes – SP, tudo em conformidade com as especificações técnicas contidas no Memorial Descritivo, Projeto Básico, Proposta Comercial Apresentada, Cronograma Físico-Financeiro e demais documentos que compõe o procedimento licitatório, sob o regime de Empreitada por Preço Global, objeto do Contrato Administrativo, registrado sob nº. **67/2019**.

- ***Data de Assinatura: 09/08/2019***
- ***Início de Execução (O.S): 12/08/2019***
- ***Prazo de Execução: 30 dias***
- ***Termino: 11/09/2019***
- ***Área total reformada: 208,41 m²***

1. O valor global para execução da obra foi de **R$ 19.776,54 (dezenove mil setecentos e setenta e seis reais e cinquenta e quatro centavos).**

Os serviços foram executados sob a Responsabilidade Técnica do Engenheiro Civil **Sr. Lucas Descrove Franco,** registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, do Estado de São Paulo (CREA), sob nº. **5069955696.**

Segue abaixo, a planilha quantitativa discriminando os serviços executados:

	REFORMA CEJUSC			UNID.	QUANT.
1.1	RETIRADAS				
1.1.1.	CPOS	17.02.220	RETIRADA DE REBOCO (PAREDES DOENTES E DESENHADAS)	M²	80,52
1.1.2	CPOS	03.01.220	DEMOLIÇÃO MECANIZADA DE CONCRETO SIMPLES (ONDE FICAM A RAMPAS)	M³	0,79
1.1.3	CPOS	03.02.040	DEMOLIÇÃO MANUAL DE ALVENARIA DE ELEVAÇÃO (ABERTURA DAS JANELAS)	M³	1,20

O PRESENTE DOCUMENTO É PARTE INTEGRANTE DA CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO EXPEDIDA PELO CREA-SP
CAT No: 2620200001603 - 21/02/2020 14:55:39 - Autenticação Digital: Kl6l3... ilKgsx63T0Cn60Fyls1gF635.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAVANTES
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, OBRAS, MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA
Rua: Dr. Altino Arantes, nº 464, Centro, Chavantes/SP
Telefone: (14) 3342 9202 – CNPJ 44.563.575/0001-98
Site: www.chavantes.sp.gov.br
email: planejamento@chavantes.sp.gov.br

GOVERNO DE CHAVANTES
NOVO RUMO, NOVO TEMPO

139

1.1.4	CPOS	03.04.020	RETIRADA MANUAL PISO CERÂMICO (ONDE FARÁ RAMPA INTERNA)	M²	2,97
1.1.5	CPOS	04.19.120	RETIRADA DE JANELAS (ABRIR ESPAÇO PARA 2 JANELAS)	M²	1,80
1.1.6	CPOS	04.19.120	REMOÇÃO DE INTERRUPTORES (RETIRAR TODOS OS INTERRUPTORES E CAIXINHAS PARA RECOLOCAÇÃO DE NOVOS)	UN	12,00
1.2	RAMPAS				
1.2.1	CPOS	24.03.320	CORRIMÃO TUBULAR EM AÇO GALVANIZADO, PINTADOS , DIAM 2", DUPLO PARA AS RAMPAS EXTERNAS	M	24,80
1.2.2	CPOS	11.18.100	CONCRETO USINADO FCK 20MPA, 5CM (CONSTRUÇÃO DE 2 RAMPA EXTERNA E 1 INTERNA)	M³	2,70
1.2.3	CPOS	09.01.030	FORMA DE MADEIRA COMUM PARA ESTRUTURA (RAMPA EXTERNA)	M²	6,00
1.2.4	SINAPI	87251	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO ESMALTADA EXTRA DE DIMENSÕES 45X45 CM APLICADA EM AMBIENTES DE ÁREA MAIOR QUE 10 M2. AF_06/2014	M²	3,00
1.2.5	CPOS	11.18.040	LASTRO PEDRA BRITADA, 5CM (RAMPA EXTERNA)	M³	0,68
1.3	FECHAMENTO AR CONDICIONADO				
1.3.1	SINAPI	87905	CHAPISCO APLICADO E ALVENARIA (PAREDE INTERNA E ABERTURA DE JANELA) FECHAMENTO AR CONDICIONADO	M²	5,00
1.3.2	SINAPI	87521	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERAMICOS FURADOS NA HORIZONTAL DE 11,5X19X19CM, COM ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA (FECHAMENTO AR CONDICIONADO)	M²	0,50
1.3.3	SINAPI	87251	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO ESMALTADA EXTRA DE DIMENSÕES 45X45 CM APLICADA EM AMBIENTES DE ÁREA MAIOR QUE 10 M2. AF_06/2014	M2	6,90
1.4	JANELAS				
1.4.1	SINAPI	17.10.100	Soleira em granito moldada no local (2 de tamanho 1,50 x 0,30 m)	M	6,00
1.4.2	SINAPI	38968	GRADIL "1320 X 2170" MM (A X L) EM BARRA DE ACO CHATA "25 MM X 2" MM, ENTRELACADA COM BARRA ACO REDONDA "5" MM, MALHA "65 X 132" MM, GALVANIZADO E PINTURA ELETROSTATICA, COR PRETO (para proteção das janelas)	M²	3,00
1.4.3	SINAPI	34367	JANELA DE CORRER EM ALUMINIO, 100 X 150 CM (A X L), 2 FLS, SEM BANDEIRA, ACABAMENTO ACET OU BRILHANTE, BATENTE/REQUADRO DE 6 A 14 CM, COM VIDRO, SEM GUARNICAO/ALIZAR (2 SALAS CEJUSC - TAMANHO 1,50 X1 ,00)	UN	2,00
1.5	ELÉTRICA				
1.5.1	CPOS	38.16.090	CAIXA COM TOMADA COM ESPELHO (RECOLOCAÇÃO EM TODOS PONTOS QUE SERÃO RETIRADOS - CAIXINHAS, INTERRUPTORES E ESPELHOS)	M²	12,00
1.6	PINTURA				
1.6.1	CPOS	03.10.140	REMOÇÃO DE PINTURA EM MASSA COM LIXAMENTO (NAS PAREDES CRÍTICAS ONDE NECESSITAM DE LIXAMENTO PARA FICAREM COM ASPECTO LISO)	M2	145,00
1.6.2	CPOS	23.02.060	MASSA CORRIDA A BASE DE PVA (novos rebocos)	M2	80,52
1.6.3	SINAPI	88415	APLICAÇÃO MANUAL DE FUNDO SELADOR ACRILICO - APLICAR EM TODAS AS PAREDES INTERNAS, EXTERNAS E TETO	M2	355,00
1.6.4	SINAPI	88489	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_06/2014 (AREA INTERNAS, EXTERNAS E TETOS)	M2	355,00
1.6.5	CPOS	32.17.050	REBOCO IMPERMEABILIZANTE COM CIMENTO PARA UMIDADE (recolobação de reboco que será retirado)	M2	80,52
1.6.6	SINAPI	73924/2	PINTURA ESMALTE ACETINADO, DUAS DEMAOS, SOBRE SUPERFICIE EM MADEIRA (8 PORTAS)	M2	27,00
1.7	OUTROS SERVIÇOS				
1.7.1	SINAPI	74209/1	PLACAS DA FACHADA em PVC ADESIVADO PARA IDENTIFICAÇÃO DO LOCAL (2 DE TAMANHO 2,5 X 1,5)	M2	7,50
1.7.2	SINAPI	73948/16	LIMPEZA FINAL DA OBRA (LIMPEZA GERAL)	M2	265,00

O PRESENTE DOCUMENTO É PARTE INTEGRANTE DA CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO EXPEDIDA PELO CREA-SP.
CAT No: 2620200001603 - 21/02/2020 14:55:39 - Autenticação Digital: Ki6i360UzIKgsx63T0Cn60Fyis1gF635.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAVANTES
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, OBRAS, MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA
Rua: Dr. Altino Arantes, nº 464, Centro, Chavantes/SP
Telefone: (14) 3342 9202 – CNPJ 44.563.575/0001-98
Site: www.chavantes.sp.gov.br
email: planejamento@chavantes.sp.gov.br

GOVERNO DE CHAVANTES
NOVO RUMO, NOVO TEMPO

Atestamos ainda que, os serviços foram executados sem nenhuma reprovação de nossa parte no que se refere à quantidade, qualidade dos materiais e prazo de execução, portanto, não há registro que desabone a idoneidade e a capacidade técnica da referida empresa.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.

P. M. Chavantes (SP), 01 de novembro de 2019.

Letícia de Oliveira Silva
Assessora dos Serviços de Obras e Engenharia
CREA/SP: 507041211-4

O PRESENTE DOCUMENTO É PARTE INTEGRANTE DA CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO EXPEDIDA PELO CREA-SP
CAT No: 2620200001603 - 21/02/2020 14:55:39 - Autenticação Digital: Ki6l3t JKgsx63T0Cn60Fyis1gF635.

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

Rua Moisés Guglielmetti, 445 – Vila Volga – Palmital – SP / CEP-19.970-000
Fone/Fax: (18) 3351 4162 / (18) 99617 8764 – emrconstrutora@hotmail.com.br
CNPJ:18.916.042/0001-32 Insc. Est.:501.026.249.112 Insc. Mun.: 00745200

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS

441

CERTIDÃO Nº: 2741117 FOLHA: 1/1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **PEDIDOS DE FALÊNCIA, CONCORDATAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS**, anteriores a 20/10/2021, verificou **NADA CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: **********

EMR CONSTRUTORA EIRELI, CNPJ: 18.916.042/0001-32, conforme indicação constante do pedido de certidão.**********

Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como autor (a). São apontados os feitos com situação em tramitação já cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca/Foro pode ser verificada no Comunicado SPI nº 22/2019.

Esta certidão considera os feitos distribuídos na 1ª Instância, mesmo que estejam em Grau de Recurso.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pelo pesquisado é de responsabilidade exclusiva do destinatário da certidão.

A certidão em nome de pessoa jurídica considera os processos referentes à matriz e às filiais e poderá apontar feitos de homônimos não qualificados com tipos empresariais diferentes do nome indicado na certidão (EIRELI, S/C, S/S, EPP, ME, MEI, LTDA).

Esta certidão só tem validade mediante assinatura digital.

Esta certidão é sem custas.

São Paulo, 21 de outubro de 2021

PEDIDO Nº: *0052401120*

TJSP

TERMO DE ABERTURA

LIVRO DIÁRIO

NÚMERO: 0008 FOLHA: 0001

Contém este livro 133 folhas, numeradas eletronicamente do 01 ao 133 do período 01/01/2020 a 31/12/2020, e servirão para o registro do Livro Diário nº. 0008, cujas operações próprias do estabelecimento vêm apresentadas a seguir.

Nome Empresarial.: EMR CONSTRUTORA EIRELI
Ramo : CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS
Endereço Empresarial.: MOISÉS GUGLIELMETTI, Nº. 445
Bairro : VILA VOLGA
Município.. PALMITAL – SP
Inscrição no CNPJ.: 18.916.042/0001-32
Inscrição Estadual.: 501.026.249.112
Inscrição Municipal.: 7452
Data de Constituição.: 09/08/2013
Data de Encerramento do Exercício Social: 31/12/2020

CONFERE COM A ORIGINAL
DATA: 02/10/2021
ASSINATURA

PALMITAL, 01 DE JANEIRO DE 2020.

ÉDER FRANCISCO POLCELLI JUNIOR
TITULAR - PROPRIETÁRIO
CPF.. 357.490.708-75

TIAGO IGNACIO DOS SANTOS
Reg. no CRC - SP sob nº 1SP-235458/O5
CPF.. 328.400.268-08

Oficial do Registro Civil de Palmital SP
Termo de Autenticação
Aut.º 01 Folhas 40 Livro nº 03
DECLARO autênticos os Termos de Abertura e Encerramento do presente Livro nº 08 contendo 133 folhas
Palmital, 10 de 03 de 2021
Marcos Antonio Antunes Santaella
Oficial

Marcos Antonio Antunes Santaella
Oficial do Registro Civil
10 MAR 2021
Praça Dr. Geraldo Coelho, 115
Centro - CEP 19.970-000
Fone/Fax (18) 3351-39-6

Empresa: EMR CONSTRUTORA EIRELI
C.N.P.J.: 18.916.042/0001-32
Balanço encerrado em: 31/12/2020

Folha: 0125
Número livro: 0008

BALANÇO PATRIMONIAL

Descrição	2020	2019
	31/12/2020	31/12/2019
ATIVO	**539.690,40D**	**478.221,14D**
ATIVO CIRCULANTE	**511.285,48D**	**456.342,53D**
DISPONÍVEL	**185.647,20D**	**88.401,33D**
CAIXA	**157.948,20D**	**20.122,40D**
CAIXA GERAL	157.948,20D	20.122,40D
BANCOS CONTA MOVIMENTO	**27.699,00D**	**45.275,84D**
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	27.699,00D	45.275,84D
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	**0,00**	**23.003,09D**
APLICAÇÃO CAIXA ECONOMICA FEDERAL	0,00	23.003,09D
CLIENTES	**0,00**	**157.018,87D**
DUPLICATAS A RECEBER	**0,00**	**157.018,87D**
PREFEITURA MUNCIPAL DE CHAVANTES	0,00	132.894,00D
MUNICIPIO DE SÃO PEDRO DO TURVO	0,00	24.124,87D
OUTROS CRÉDITOS	**1.513,25D**	**2.700,19D**
TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR	**1.513,25D**	**2.700,19D**
INSS A COMPENSAR	1.513,25D	2.700,19D
ESTOQUE	**324.125,03D**	**208.222,14D**
MERCADORIAS, PRODUTOS E INSUMOS	**324.125,03D**	**208.222,14D**
MATERIAIS PARA USO NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	324.125,03D	208.222,14D
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	**28.404,92D**	**21.878,61D**
IMOBILIZADO	**28.404,92D**	**21.878,61D**
IMOBILIZADO EM ANDAMENTO	**28.404,92D**	**21.878,61D**
ADIANTAMENTO DE CONSORCIO	28.404,92D	21.878,61D
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**539.690,40C**	**478.221,14C**
PASSIVO CIRCULANTE	**27.096,95C**	**50.573,12C**
FORNECEDORES	**0,00**	**9.743,16C**
FORNECEDORES	**0,00**	**9.743,16C**
COMERCIAL DE TINTAS DE MACHADO LTDA.	0,00	6.949,00C
TOCA MATERIAIS PARA CONSTRUCAO DE OURINHOS LTDA	0,00	2.300,16C
HIDRAULICA HPM COMERCIAL LTDA	0,00	494,00C
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	**17.568,40C**	**10.226,96C**
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	**17.568,40C**	**10.226,96C**
IRRF A RECOLHER	144,03C	64,74C
SIMPLES A RECOLHER	17.424,37C	10.162,22C
OBRIGAÇÕES TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA	**9.528,55C**	**30.603,00C**
OBRIGAÇÕES COM O PESSOAL	**2.423,31C**	**20.256,83C**
SALÁRIOS E REMUNERAÇÕES A PAGAR	2.423,31C	20.256,83C
OBRIGAÇÕES SOCIAIS	**7.105,24C**	**10.346,17C**
INSS A RECOLHER	5.328,53C	8.206,91C
FGTS A RECOLHER	1.776,71C	2.139,26C
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**512.593,45C**	**427.648,02C**
CAPITAL SOCIAL	**400.000,00C**	**400.000,00C**
CAPITAL SUBSCRITO	**400.000,00C**	**400.000,00C**
CAPITAL SOCIAL	400.000,00C	400.000,00C
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	**112.593,45C**	**27.648,02C**
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	**112.593,45C**	**27.648,02C**

Empresa: ENR CONSTRUTORA EIRELI
C.N.P.J.: 18.916.042/0001-32
Balanço encerrado em: 31/12/2020

Folha: 0126
Número livro: 008B

BALANÇO PATRIMONIAL

Descrição	2020 31/12/2020	2019 31/12/2019
LUCROS ACUMULADOS	112.593,45C	27.648,02C

Reconhecemos a exatidão do presente Balanço Patrimonial da empresa, encerrado nesta data, cujos valores do Ativo e Passivo mais Patrimônio Líquido importam em R$ 539.690,40 (quinhentos e trinta e nove mil seiscentos e noventa reais e quarenta centavos)

Ressalvando-se que a responsabilidade do Profissional Contabilista fica restrita apenas ao aspecto meramente técnico, tendo em vista que, reconhecidamente operou com elementos, dados e comprovantes fornecidos pela empresa, que se responsabiliza por sua exatidão e veracidade, bem como pelos estoques considerados, levantados pela referida empresa, e sob sua total e exclusiva responsabilidade.

EDER FRANCISCO POLCELLI JUNIOR
TITULAR - PROPRIETÁRIO
CPF: 357.490.708-75

TIAGO IGNÁCIO DOS SANTOS
Reg. no CRC - SP sob o No. SP-235458/O5
CPF: 339.400.268-08

Marcos Antonio Antunes Santarelli
Oficial do Registro Civil
10 MAR. 2021
Rua Dr. Geraldo Coelho, 115
Centro - CEP 19.97[illegible]-000
Fone/Fax (18) 3351-39[illegible]5

EXAMINADO
DATA 22/10/2021

Empresa: EMR CONSTRUTORA EIRELI
C.N.P.J.: 18.916.042/0001-32
Insc. Junta Comercial: 3560121608-2 Data: 04/12/2015

Folha: 0127
Número livro: 0008

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2020

Descrição	Saldo	Total
VENDAS DE PRODUTOS, MERCADORIAS E SERVIÇOS		
SERVIÇOS PRESTADOS	2.616.936,86	2.616.936,86
(-) DEDUÇÕES		
(-) SIMPLES	(188.968,80)	(188.968,80)
(=) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		2.427.968,06
CUSTOS DOS PRODUTOS, MERCADORIAS E SERVIÇOS		
SALÁRIOS E ORDENADOS	(199.319,10)	
13º SALÁRIO	(11.998,81)	
FÉRIAS	(37.857,23)	
INSS	(53.681,58)	
FGTS	(20.616,52)	
SERVIÇOS ADQUIRIDOS	(104.032,25)	
CUSTOS TOTAIS NA PRODUÇÃO DE SERVIÇOS	(1.210.010,43)	(1.637.515,92)
(=) RESULTADO OPERACIONAL BRUTO		790.452,14
(-) DESPESAS OPERACIONAIS		(4.849,73)
DESPESAS ADMINISTRATIVAS		
ÁGUA E ESGOTO	(967,68)	
TELEFONE	(1.206,12)	
DESPESAS C/ USO E CONSUMO	(2.558,00)	(4.731,80)
OUTRAS DESPESAS EM GERAL		
MULTAS DE MORA	(117,93)	(117,93)
(-) DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS		(656,98)
RECEITAS FINANCEIRAS		
JUROS DE APLICAÇÕES	276,22	276,22
(-) DESPESAS FINANCEIRAS		
JUROS E COMISSÕES BANCÁRIAS	(933,20)	(933,20)
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS		0,00
(=) RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		784.945,43
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		784.945,43

DATA 21/10/2021 ASSINATURA

Ressalvando-se que a responsabilidade do Profissional Contabilista fica restrita apenas ao aspecto meramente técnico, tendo em vista que, reconhecidamente operou com elementos, dados e comprovantes fornecidos pela empresa, que se responsabiliza por sua exatidão e veracidade, bem como pelos estoques considerados, levantados pela referida empresa, e sob sua total e exclusiva responsabilidade.

EDER FRANCISCO POLCELLI JUNIOR
TITULAR - PROPRIETÁRIO
CPF: 357.490.708-75

FLAVIA INACIO DOS SANTOS
Reg. no CRC [illegible] sob o nº [illegible]
CPF: 338.460.268-08

Marcos Antonio Antunes Senteação
Oficial do Registro Civil
1 8 MAR. 2021
Rua Dr. Geraldo Coelho, 115
Centro - CEP 19.970-000
Fone/Fax (18) 3351-3956

Empresa: EMR CONSTRUTORA EIRELI
Inscrição: 18.916.042/0001-32
Período: 01/01/2020 - 31/12/2020
Insc. Junta Comercial: 3560121608-2 Data: 04/12/2015

Folha: 0128
Número livro: 0008

COEFICIENTES DE ANÁLISES EM 31/12/2020

Coeficiente	Fórmula	Valor	Resultado
Índice de Liquidez Geral	Ativo Circulante + Realizável Longo Prazo	511.285,48 + 0,00	18,87
	Passivo Circulante + Passivo Não-Circulante	27.096,95 + 0,00	
Índice de Liquidez Corrente	Ativo Circulante	511.285,48	18,87
	Passivo Circulante	27.096,95	
Índice de Liquidez Seca	Ativo Circulante - Estoque	511.285,48 - 324.125,03	6,91
	Passivo Circulante	27.096,95	
Índice de Solvência Geral	Ativo	539.690,40	19,92
	Passivo Circulante + Passivo Não-Circulante	27.096,95 + 0,00	
Índice de Capital de Terceiros	Passivo Circulante + Passivo Não-Circulante	27.096,95 + 0,00	0,05
	Patrimônio Líquido	512.593,45	
Índice de Endividamento Geral	Passivo Circulante + Passivo Não-Circulante	27.096,95 + 0,00	0,05
	Passivo Total	539.690,40	
Grau de Endividamento	Passivo Circulante + Passivo Não-Circulante	27.096,95 + 0,00	0,05
	Ativo	539.690,40	

EDER FRANCISCO POLCELLI JUNIOR
TITULAR - PROPRIETÁRIO
CPF: 357.490.708-75

TIAGO IGNACIO DOS SANTOS
Reg. no CRC - SP sob o No. SP-235458/O5
CPF: 339.400.268-08

Marcos Antonio Antunes Santaella
Oficial do Registro Civil
10 MAR. 2021
Rua Dr. Geraldo Coelho, 115
Centro - CEP 19.970-000
Fone/Fax (18) 3351-35[illegible]6

CONFERE COM O ORIGINAL
DATA: 08/10/2021
ASSINATURA

Empresa: **EMR CONSTRUTORA EIRELI** Folha: 0129
C.N.P.J.: 18.916.042/0001-32 Número livro: 0008
Período: 01/01/2020 - 31/12/2020 Insc. Junta Comercial: 3560121608-2 Data: 04/12/2015

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO DIRETO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

ATIVIDADES OPERACIONAIS	
Valores Recebidos de Clientes	2.768.697,14
Valores pagos a fornecedores	(1.442.036,49)
Valores pagos a empregados	(247.056,76)
CAIXA GERADO PELAS OPERAÇÕES	1.079.603,89
Tributos pagos	(275.056,80)
FLUXO DE CAIXA ANTES DE ITENS EXTRAORDINÁRIOS	804.547,09
Outros recebimentos(pagamento) líquidos	(774,91)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	803.772,18
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	
Compras de Imobilizado	(6.526,31)
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(6.526,31)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	
Pagamentos de lucros e dividendos	(700.000,00)
Empréstimos tomados	111.079,91
Pagamentos de empréstimos/Debêntures	(111.079,91)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(700.000,00)
Aumento nas Disponibilidades	97.245,87
DISPONIBILIDADES - NO INÍCIO DO PERÍODO	88.401,33
DISPONIBILIDADES - NO FINAL DO PERÍODO	185.647,20

EDER FRANCISCO POLCELLI JUNIOR
TITULAR - PROPRIETÁRIO
CPF: 357.490.709-75

TIAGO IGNACIO DOS SANTOS
Reg. no CRC - SP-sob o No. SP-235458/O5
CPF: 339.400.268-08

Marcos Antonio Antures Santaella
Oficial do Registro Civil
10 MAR. 2021
Rua Dr. Geraldo Coelho, 115
Centro - CEP 19.970-000
Fone/Fax (18) 3351-39[illegible]6

21 10 2021

Empresa: EMR CONSTRUTORA EIRELI
C.N.P.J.: 18.916.042/0001-32
Período: 01/01/2020 - 31/12/2020
Inic. Junta Comercial: 35601216608-2 Data: 04/12/2015

Folha: 0130
Número livro: 6008

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Histórico	CAPITAL REALIZADO AUTORIZADO Capital Social	LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS	Total
Saldo em 31/12/2019	480.000,00	27.648,02	427.648,37
Lucro ou Prejuizo do Exercício		784.945,43	784.945,43
Dividendos Propostos		-700.000,00	-700.000,00
Saldo em 31/12/2020	480.000,00	112.593,45	512.593,45

EDER FRANCISCO POLCELLI JUNIOR
TITULAR - PROPRIETÁRIO
CPF: 357.490.708-75

TIAGO INACIO DOS SANTOS
Reg. no CRC - SP sob o No. SP-235458/O5
CPF: 399.400.268-08

Marcos Antonio Antunes Santacilia
Oficial do Registro Civil
10 MAR. 2021
Rua Dr. Geraldo Coelho, 115
Centro - CEP 19.970-000
Fone/Fax (18) 3351-39[illegible]6

JUNTA 08 10 2021
ASSIN

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

EMR CONSTRUTORA EIRELI - ME, cadastrada no CNPJ sob o número 18.916.042/0001-32, constituída em 09/08/2013, tributada pelo Simples Nacional com apuração mensal, com ramo de atividade de prestação de serviços de construção de edificações, casas, prédios e conjuntos habitacionais; construção e reforma de vias urbanas, praças e calçadas; construção e reforma de obras de alvenaria; montagem de estruturas metálicas; instalação e manutenção elétrica, hidráulica, sanitária e de gás; instalação e manutenção de sistemas de centrais de ar condicionado, ventilação e refrigeração; serviços de impermeabilização em obras de engenharia civil; pintura de edifícios; aplicação de revestimentos e de resinas; serviços de acabamento em obras de engenharia civil; serviços de limpeza e conservação em ruas, praças, calçadas e edifícios; coleta e transporte de resíduos oriundos da limpeza, varrição e conservação de ruas, praças, calçadas e edifícios; roçada, poda de árvores, serviços de galerias de águas pluviais, galeria de esgoto, recapeamento asfáltico. Com sede e foro no município de Palmital - SP - CEP 19.970-000, na Rua Moisés Guglielmetti, nº. 445, Vila Volga.

2 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2020, aqui compreendidos: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado (DR), Coeficientes de Análises, Demonstrativo de Fluxo de Caixa (DFC) e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis e dos preceitos da Legislação Comercial, Lei nº. 10.406/2002 e demais legislações aplicáveis e os Princípios Contábeis.

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionam, independentemente de recebimento ou pagamento.

A escrituração contábil foi realizada com observância das disposições contidas na ITG 1000 – Modelo Contábil para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, aprovada pela Resolução CFC nº. 1.418/2012.

As transações ou eventos materiais que não estavam cobertos pela ITG 1000 foram registrados contabilmente aplicando os procedimentos descritos na ITG 2000 – Escrituração Contábil, aprovada pela Resolução CFC nº. 1.330/2011 e ainda subsidiariamente, quando assim exigido pela aplicação na NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.

Os estoques foram registrados pelo custo de aquisição, transformação e outros custos incorridos para trazê-los ao seu local em condição de consumo ou venda. Foram mensurados e registrados pelo menor valor entre o custo e valor realizável líquido. Os estoques de produtos acabados e em elaboração são inexistentes.

O Imobilizado se compõe apenas de um consórcio em andamento, que ainda não ocorreu contemplação.

As receitas decorrentes de vendas de serviços foram apresentadas na Demonstração do Resultado de forma bruta e líquida dos tributos, bem como dos abatimentos e devoluções. O reconhecimento de prestação de serviços foi realizado na proporção do serviço prestado.
Sempre que constatado a impossibilidade de receber valores de clientes foram reconhecidas as perdas através da melhor estimativa.

3 EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata tempore*).

4. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Foram elaboradas as seguintes demonstrações contábeis: Balanço Patrimonial (Comparativo 2020/2019), Demonstração do Resultado (DR), Coeficientes de Análises, Demonstrativo de Fluxo de Caixa (DFC) e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL).

5. CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

A empresa declara não possuir contingências passivas no encerramento das referidas demonstrações contábeis.

6. DECLARAÇÃO EXPLÍCITA

A empresa declara explicitamente que está em conformidade com a ITG 1000 – Modelo Contábil para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, aprovada pela Resolução CFC nº. 1.418/2012.

DATA: 22 10 2021

7. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

7.1 CAPITAL SOCIAL

O capital social, totalmente integralizado, é de R$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), dividido em 400.000 quotas, no valor individual de R$ 1,00 (um real) cada, apresentando a seguinte composição:
Eder Francisco Polcelli Junior - 100%

7.1 LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS

Os lucros acumulados, após apurado, feito às devidas distribuições aos sócios e transferências para reservas, o valor líquido demonstrado é de R$ 112.593,45.

8. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

A empresa declara que não identificou quaisquer outras informações relevantes e que pudessem impactar na tomada de decisões dos usuários das demonstrações contábeis

EDER FRANCISCO POLCELLI JUNIOR
TITULAR - PROPRIETÁRIO
CPF.: 357.490.708-75

TIAGO IGNACIO DOS SANTOS
Reg. no CRC - SP sob o nº. SP-236158/O5
CPF.: 339.400.268-08

Marcos Antonio Antunes Santarelli
Oficial do Registro Civil
10 MAR. 2021
Rua Dr. Geraldo Coelho, 115
Centro - CEP 19.970-000
Fone/Fax (18) 3351-3055

CONFERE COM O ORIGINAL
DATA: 22/10/2021

OUTRAS COMPROVAÇÕES

Rua Moisés Guglielmetti, 445 – Vila Volga – Palmital – SP / CEP-19.970-000
Fone/Fax: (18) 3351 4162 / (18) 99617 8764 – emrconstrutora@hotmail.com.br
CNPJ:18.916.042/0001-32 Insc. Est.:501.026.249.112 Inscr. Mun.: 00745200

EMR Construtora EIRELI - ME

DECLARAÇÃO UNIFICADA

448

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES - PR

COMISSÃO PERMANENTE DE JULGAMENTO E LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2021- PMB
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 149/2021 – PMB

Ao Sr.
Presidente da Comissão de Licitações

Pelo presente instrumento, a empresa **EMR Construtora EIRELI - ME** devidamente inscrita no CNPJ nº 18.916.042/0001-32, com endereço na Rua Moisés Guglielmetti, nº 445, Bairro Vila Vilga, CEP. 19970-000, na cidade de Palmital estado de São Paulo, através de seu representante legal infra-assinado, que:

1) **Declara**, expressamente, que se sujeita às condições estabelecidas no edital de Tomada de Preços em referência, em consideração e dos respectivos modelos, adendos e documentos, que acatará integralmente qualquer decisão que venha a ser tomada pelo licitador quanto à qualificação apenas das proponentes que hajam atendido às condições estabelecidas e demonstrem integral possibilidade de executar a(s) obra(s) e/ou os serviços.

2) **Declara**, expressamente, que para os fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei n.º 8.666/93, acrescido pela Lei n.º 9.854/99, que não empregamos menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menores de 16 (dezesseis) anos. Ressalva ainda, que, caso empregue menores na condição de aprendiz (a partir de 14 anos, deverá informar tal situação no mesmo documento).

3) **Declara**, expressamente, que para todos os fins de direito que não se encontra inadimplente ou em processo de falência ou recuperação judicial, que não está impedida de participar de licitações ou contratar com qualquer órgão da administração pública bem como declara a inexistência de fatos supervenientes impeditivos da qualificação ou que comprometam a idoneidade da proponente nos termos do artigo 32, parágrafo 2°, e artigo 97 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

4) **Declaramos** para os fins de direito, na qualidade de Proponente participante do procedimento licitatórios, que:

a) Cumprimos plenamente os requisitos de habilitação constante no edital 01/2021 – PMB;
b) Assumimos inteira responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados, sujeitando-nos a eventuais averiguações que se façam necessárias;
c) Comprometemo-nos a manter, durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

Rua Moisés Guglielmetti, 445 – Vila Volga – Palmital – SP / CEP-19.970-000
Fone/Fax: (18) 3351 4162 / (18) 99617 8764 – emrconstrutora@hotmail.com.br
CNPJ:18.916.042/0001-32 Insc. Est. 301.026.249.112 Inscr. Mun.: 00745200

d) Comprometemo-nos a repassar na proporção correspondente, eventuais reduções de preços decorrentes de mudanças de alíquotas de impostos incidentes sobre o fornecimento do(s) objeto(s), em função de alterações de legislação correspondente, publicada durante a vigência do Contrato;
e) Temos conhecimento e submetemo-nos ao disposto na Lei nº 8.078 – Código de Defesa do Consumidor, bem como, ao Edital e Anexos da TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2021-PMB, realizado pelo Município de Bandeirantes, Estado do Paraná.

5) **Declaramos** para os devidos fins que NENHUM sócio desta empresa exerce cargo ou função pública impeditiva de relacionamento comercial com a Administração Pública.

6) **Declaramos** de que a empresa não contratará empregados com incompatibilidade com as autoridades contratantes ou ocupantes de cargos de direção ou de assessoramento até o terceiro grau, na forma da Súmula Vinculante nº 013 do STF (Supremo Tribunal Federal).

7) **Declaramos** para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente e este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, concordo que o Contrato seja encaminhado para o seguinte endereço: e-mail: gerencia@emrconstrutora.com e telefone: (18) 99617-8764.

OBS. Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Sistema de Protocolo deste Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos

8) **Declaramos**, para os fins de direito que possuimos Conta Corrente/Poupança de pessoa jurídica em instituição financeira conforme descrição abaixo:

Banco: Caixa Econômica Federal
Agência nº: 1197
Nome da agência: Caixa Econômica Federal de Palmital - SP
Cidade da agência: Palmital - SP
Endereço da agência: Rua Manoel Leão Rego, 448, Palmital - SP
Conta nº: 826-5
Titular: EMR CONSTRUTORA EIRELI - ME

9) **Declaramos** que a empresa está legalmente enquadrada na condição de:

(X) microempresa (ME)
( ) empresa de pequeno porte (EPP)
( ) micro empreendedor individual (MEI)
( ) demais

10) Nomeamos e constituímos o senhor EDER FRANCISCO POLCELLI JUNIOR portador(a) do CPF/MF sob n.°357.490.708-75 e do RG. sob n° 40.864.930-6 expedido pela Secretaria de Segurança Pública do estado de SP/SSP , residente e domiciliado Rua Moisés Guglielmetti, 445, Vila Volga, Palmital – SP, para ser o responsável para acompanhar a execução do Contrato, referente a Tomada de Preços n.° N° 01/2021 e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus Anexos e Contrato.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Palmital/SP, 15 de outubro de 2021

Eder Francisco Polcelli Junior
Proprietário – CEO
Rua Moisés Guglielmetti, 445
Vila Volga – Palmital – SP
RG 40.864.930-6 SP/SSP
CPF 357.490.708-75

Data da consulta: 24/09/2021 11:12:25

Identificação do Contribuinte - CNPJ Matriz

- 451

CNPJ **18.916.042/0001-32**
A opção pelo Simples Nacional e/ou SIMEI abrange todos os estabelecimentos da empresa

Nome Empresarial **EMR CONSTRUTORA EIRELI**

Situação Atual

Situação no Simples Nacional **Optante pelo Simples Nacional desde 19/09/2013**
Situação no SIMEI **NÃO enquadrado no SIMEI**

Períodos Anteriores

Opções pelo Simples Nacional em Períodos Anteriores **Não Existem**

Enquadramentos no SIMEI em Períodos Anteriores **Não Existem**

Eventos Futuros (Simples Nacional)

Não Existem

Eventos Futuros (SIMEI)

Não Existem

Voltar | Gerar PDF

INFORMAÇÕES SOBRE A LICITANTE

A
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

COMISSÃO PERMANENTE DE JULGAMENTO E LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2021- PMB
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 149/2021 – PMB

A empresa **EMR CONSTRUTORA EIRELI**, estabelecida à Rua Moisés Guglielmetti, nº 445, Vila Volga, CEP 19970-000, Palmital/SP, inscrita no CNPJ sob nº 18.916.042/0001-32, neste ato representada pelo seu Titular, no uso de suas atribuições legais vem informar os dados da empresa, do responsável pela assinatura de futuro ajuste e dados bancarios, para fins de ciência:

I) Dados da Empresa:

Razão Social: EMR CONSTRUTORA EIRELI
Endereço: Rua Moisés Guglielmetti, nº 445; Bairro: Vila Volga
Município: Palmital; Estado: São Paulo; CEP: 19970-310
Inscrição no CNPJ: 18.916.042/0001-32
Telefone: (18) 99617-8764
e-mail: emrconstrutora@hotmail.com.br

II) Dados do Representante/Procurador Participante da Sessão Pública:

Nome: EDER FRANCISCO POLCELLI JUNIOR
Nacionalidade Estado Civil:
CPF: 357.490.708-75
RG: 40.864.930-6 SSP/SP
Endereço: Rua Moisés Guglielmetti, nº 445; Bairro: Vila Volga
Município: Palmital; Estado: São Paulo; CEP: 19970-310
Telefone: (18) 99617-8764
e-mail: emrconstrutora@hotmail.com.br

III) Dados do representante legal que assinará o contrato ou a Ata de Registro de Preços:

Nome: EDER FRANCISCO POLCELLI JUNIOR
Nacionalidade Estado Civil:
CPF: 357.490.708-75
RG: 40.864.930-6 SSP/SP
Endereço: Rua Moisés Guglielmetti, nº 445; Bairro: Vila Volga
Município: Palmital; Estado: São Paulo; CEP: 19970-310
Telefone: (18) 99617-8764
e-mail: emrconstrutora@hotmail.com.br

453

IV) Endereço e Contato para Envio do Contrato para Assinatura:

Nome: EDER FRANCISCO POLCELLI JUNIOR
Nacionalidade Estado Civil
CPF: 357.490.708-75
RG: 40.864.930-6 SSP/SP
Endereço: Rua Moisés Guglielmetti, nº 445; Bairro: Vila Volga
Município: Palmital; Estado: São Paulo; CEP: 19970-310
Telefone: (18) 99617-8764
e-mail: emrconstrutora@hotmail.com.br

V) Dados bancário para pagamento
Banco: Caixa Econômica Federal Agência: 1197 Conta Corrente: 826-5

VI) Quadro Societário:

Nome: EDER FRANCISCO POLCELLI JUNIOR
CPF: 357.490.708-75
RG: 40.864.930-6 SSP/SP

Palmital/SP, 15 de outubro de 2021

Eder Francisco Polcelli Junior
CPF 357.490.708-75

Edital n.° 03/2021 – PMB.

TOMADA DE PREÇOS

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR

Envelope 02 – DOCUMENTOS HABILITAÇÃO

Proponente: RESENDE & CAVALCANTE LTDA ME

Endereço: Rua Colombo n.°210, Centro, Cornélio Procópio-PR

Telefone: (043) 3523-8813

CNPJ: 14.987.519/0001-10

RESENDE & CAVALCANTE LTDA-ME

455

SEGUNDA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

CNPJ: 14.987.519/0001-10

Pelo presente instrumento particular, **LUCIANO MOSTI RESENDE,** brasileiro, separado judicialmente, engenheiro civil, residente e domiciliado à Rua Colombo, 198, Centro, Município de Cornélio Procópio, Estado do Paraná, CEP: 86.300-000, portador da cédula de identidade sob nº 4.506.026-8, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná, em 21/05/2008, natural de São Gonçalo do Sapucaí, Estado de Minas Gerais, nascido em 28/11/1970, devidamente inscrito no CPFMF sob nº 675.784.036-72; **ANDREIA MENDES DE SOUZA CAVALCANTE**, brasileira, solteira, empresária, residente e domiciliada à Rua Colombo, 198, Centro, Município de Cornélio Procópio, Estado do Paraná, CEP: 86.300-000, portadora da cédula de identidade sob nº 7.775.934-4, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná, em 07/03/2001, natural de Cornélio Procópio, Estado do Paraná, nascida em 31/12/1982 e, devidamente cadastrada no CPFMF sob nº 047.911.639-31, sócios componentes da sociedade empresária que gira sob a razão social de **RESENDE & CAVALCANTE LTDA-ME**, com contrato social arquivado na Junta Comercial do Estado do Paraná sob nº 41207267000, em sessão de 01/02/2012, inscrita no CNPJ sob nº 14.987.519/0001-10, com sede à Av. Munhoz da Rocha, 583, Centro, Município de Leópolis, Estado do Paraná, CEP: 86.330-000, resolvem por este instrumento particular, modificar seu contrato inicial de acordo com as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica transferida a sede da empresa à Rua Colombo, 210, sala 2, Município de Cornélio Procópio, Estado do Paraná, CEP: 86.300-000

CLÁUSULA SEGUNDA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas vigentes que não colidirem com as disposições deste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA: Tendo em vista as modificações ora ajustadas e face ao contido no artigo 2.031 da lei 10.406 de 10/01/2002, **ATUALIZA-SE E CONSOLIDA-SE O CONTRATO SOCIAL**, de acordo com as cláusulas e condições seguintes, tornando sem efeito a partir desta data as cláusulas e condições contidas no contrato primitivo, que adequando às disposições da referida lei 10.406/2002, de 10/01/2002, aplicáveis a este tipo societário, passa a ter a seguinte redação:

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ - SEDE

CERTIFICO O REGISTRO EM 03/10/2016 08:28 SOB Nº 20165051175
PROTOCOLO: 165051175 DE 21/09/2016. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11601990969. NIRE: 41207267000.
RESENDE & CAVALCANTE LTDA - ME

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

Liberted Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 03/10/2016
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais

RESENDE & CAVALCANTE LTDA-ME

SEGUNDA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

CNPJ: 14.987.519/0001-10

Pelo presente instrumento particular, **LUCIANO MOSTI RESENDE,** brasileiro, separado judicialmente, engenheiro civil, residente e domiciliado à Rua Colombo, 198, Centro, Município de Cornélio Procópio, Estado do Paraná, CEP: 86.300-000, portador da cédula de identidade sob nº 4.506.026-8, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná, em 21/05/2008, natural de São Gonçalo do Sapucaí, Estado de Minas Gerais, nascido em 28/11/1970, devidamente inscrito no CPFMF sob nº 675.784.036-72; **ANDREIA MENDES DE SOUZA CAVALCANTE**, brasileira, solteira, empresária, residente e domiciliada à Rua Colombo, 198, Centro, Município de Cornélio Procópio, Estado do Paraná, CEP: 86.300-000, portadora da cédula de identidade sob nº 7.775.934-4, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná, em 07/03/2001, natural de Cornélio Procópio, Estado do Paraná, nascida em 31/12/1982 e, devidamente cadastrada no CPFMF sob nº 047.911.639-31, sócios componentes da sociedade empresária que gira sob a razão social de **RESENDE & CAVALCANTE LTDA-ME**, com sede à Rua Colombo, 210, sala 2, Município de Cornélio Procópio, Estado do Paraná, CEP: 86.300-000, com contrato social arquivado na Junta Comercial do Estado do Paraná sob nº 41207267000, em sessão de 01/02/2012, inscrita no CNPJ sob nº 14.987.519/0001-10, resolvem por este instrumento particular, consolidar seu contrato inicial de acordo com as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A sociedade girará sob o nome empresarial de **RESENDE & CAVALCANTE LTDA-ME,** tendo sua sede e foro à Rua Colombo, 210, sala 2, Município de Cornélio Procópio, Estado do Paraná, CEP: 86.300-000;

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A sociedade adotará o nome fantasia de **CONSTRUTORA RESENDE;**

PARÁGRAFO SEGUNDO: Observadas as disposições da legislação aplicável, a sociedade poderá abrir filiais, sucursais, agências e escritórios em qualquer parte do território nacional, a critério dos sócios, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios;

CLÁUSULA SEGUNDA: A sociedade tem por objeto empresarial principal o ramo de indústria da construção civil e execução de serviços técnicos de engenharia civil, CNAE 41.20-4/00 e, atividade secundária de comércio varejista de materiais para construção, CNAE: 47.44-0/99;

CLÁUSULA TERCEIRA: O prazo de duração da sociedade é por tempo indeterminado, tendo o início de suas atividades em 01/02/2012;

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ - SEDE
CERTIFICO O REGISTRO EM 03/10/2016 08:28 SOB Nº 20165051175.
PROTOCOLO: 165051175 DE 21/09/2016. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11601990969. NIRE: 41207267000
RESENDE & CAVALCANTE LTDA - ME
Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 03/10/2016
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.

RESENDE & CAVALCANTE LTDA-ME

SEGUNDA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

CNPJ: 14.987.519/0001-10

CLÁUSULA QUARTA: O capital social inteiramente subscrito e integralizado na forma prevista neste ato, na importância de R$ 150.000,00(cento e cinqüenta mil) reais, dividido em 150.000 (cento e cinqüenta mil) cotas de R$ 1,00 (um real) cada uma, fica assim distribuída aos sócios da seguinte forma:

SÓCIOS	COTAS	CAPITAL SOCIAL
LUCIANO MOSTI RESENDE	42.500	142.500,00
ANDREIA MENDES DE SOUZA CAVALCANTE	7.500	7.500,00
TOTAL	**150.000**	**150.000,00**

CLÁUSULA QUINTA: A responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, nos termos do artigo 1.052 da lei 10.406 de 10/01/2002 (código civil);

CLÁUSULA SEXTA: Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial, da demonstração de resultado do exercício e, demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros apurados, em conformidade com o artigo 1.065 da lei 10.406 de 10/01/2002(código civil);

CLÁUSULA SÉTIMA: Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador(es) quando for o caso, conforme artigos 1.071 e 1.072, § 2º e artigo 1.078 da lei 10.406 de 10/01/2002;

CLÁUSULA OITAVA: A sociedade será administrada pelo sócio **LUCIANO MOSTI RESENDE,** neste instrumento já qualificado, e a ele caberá a responsabilidade ou representação ativa e passiva da sociedade, judicial e extrajudicial, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social sempre no interesse da sociedade, ficando vedado, entretanto, o uso do nome empresarial em negócios estranhos aos fins sociais, especialmente a prestação de avais, endossos, fianças ou cauções de favor, bem como onerar ou alienar bens móveis e imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio, em conformidade com os artigos 997, VI; 1.013, 1.015 e 1.064 da lei 10.406 de 10/01/2002;

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ - SEDE

CERTIFICO O REGISTRO EM 03/10/2016 08:28 SOB Nº 20165051175.
PROTOCOLO: 165051175 DE 21/09/2016. CODIGO DE VERIFICAÇÃO:
11601990969. NIRE: 41207267009
RESENDE & CAVALCANTE LTDA - ME

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

Liberata Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 03/10/2016
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito a comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais

RESENDE & CAVALCANTE LTDA-ME

SEGUNDA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

CNPJ: 14.987.519/0001-10

CLÁUSULA NONA: Em suas deliberações, o sócio administrador adotará preferencialmente a forma estabelecida no § 3º do artigo 1.072 da lei 10.406 de 10/01/2002;

CLÁUSULA DÉCIMA: Fica estabelecido que a sociedade não terá conselho fiscal;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Ao final de cada mês os lucros serão distribuídos aos sócios, na proporção de sua participação no capital social, em substituição à retirada pró-labore;

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará com suas atividades com os herdeiros e sucessores. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do sócio remanescente, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado;

PARÁGRAFO ÚNICO: O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio, nos termos dos artigos 1.028 e 1.031 da lei 10.406 de 10/01/2002;

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: As deliberações sociais ainda que impliquem em alteração contratual serão tomadas de comum acordo por todos os sócios;

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: As quotas da sociedade são indivisíveis e não poderão ser cedidas, transferidas ou alienadas sob qualquer título a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de preços e condições o direito de preferência para sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente, de conformidade com o artigo 1.056 e 1.057 da lei 10.406 de 10/0/2002;

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: No caso de um dos sócios desejarem retirar-se da sociedade, deverá notificar por escrito a sociedade, discriminando-lhe o preço, forma e prazo de pagamento, para que o pretenso sócio remanescente exerça ou renuncie ao direito de preferência, o que deverá fazer dentro de sessenta dias contados do recebimento da notificação ou em maior prazo do sócio alienante, conforme definido pelo artigo 1.029 da

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ - SEDE
CERTIFICO O REGISTRO EM 03/10/2016 09:26 SOB Nº 20165051175.
PROTOCOLO: 165051175 DE 21/09/2016. CODIGO DE VERIFICAÇÃO:
11601990969. NIRE: 41207267000.
RESENDE & CAVALCANTE LTDA - ME

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

Liberdad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 03/10/2016
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais informados nos respectivos códigos de verificação.

RESENDE & CAVALCANTE LTDA-ME

SEGUNDA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

CNPJ: 14.987.519/0001-10

lei 10.406 de 10/01/2002. Decorrido este prazo sem que seja exercido o direito de preferência, as quotas poderão ser livremente transferidas;

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: Serão regidas pelas disposições do Código Civil (lei 10.406/2002) aplicáveis à matéria, tanto a retirada de sócio quanto a dissolução e a liquidação da sociedade.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: Os casos omissos neste contrato serão resolvidos com observância dos preceitos do Código Civil (lei 10.406/2002) e de outros dispositivos legais aplicáveis;

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: O sócio **LUCIANO MOSTI RESENDE,** já qualificado, declara sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade, nos exatos termos do artigo 1.011, § 1º, da lei 10.406 de 10/01/2002;

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: Fica eleito o foro da Comarca de Cornélio Procópio, Estado do Paraná, para dirimir qualquer ação fundada neste contrato, renunciando-se a qualquer outro por mais especial que seja.

E por se acharem em perfeito acordo, em tudo quanto neste instrumento particular foi lavrado, obrigam-se por si, herdeiros e sucessores a cumprirem o presente instrumento, assinando-o em única, na forma da legislação pertinente.

Cornelio Procópio, 22 de agosto de 2016

LUCIANO MOSTI RESENDE

ANDREIA MENDES DE SOUZA CAVALCANTE

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ - SEDE
CERTIFICO O REGISTRO EM 03/10/2016 SOB Nº 20165051175.
PROTOCOLO: 165051175 DE 21/09/2016. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11601990969. NIRE: 41207267000.
RESENDE & CAVALCANTE LTDA - ME

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 03/10/2016
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento se impresso, fica sujeito a comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais

Governo do Estado do Paraná
Secretaria da Micro e Pequena Empresa
Junta Comercial do Estado do Paraná

JUCEPAR

PARANÁ

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial: RESENDE & CAVALCANTE LTDA - ME **Natureza Jurídica:** Sociedade Empresária Limitada			**Protocolo:** PRC2108246680
NIRE (Sede) 41207267000	**CNPJ** 14.987.519/0001-10	**Data de Ato Constitutivo** 01/02/2012	**Início de Atividade** 01/02/2012
Endereço Completo Rua COLOMBO, Nº 210, SALA 2, CENTRO - Cornélio Procópio/PR - CEP 86300-000			
Objeto Social INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL E EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA CIVIL COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS P. CONSTRUÇÃO			
Capital Social R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) **Capital Integralizado** R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)		**Porte** ME (Microempresa)	**Prazo de Duração** Indeterminado

Dados do Sócio

Nome	CPF/CNPJ	Participação no capital	Espécie de sócio	Administrador	Término do mandato
LUCIANO MOSTI RESENDE	675.784.036-72	R$ 142.500,00	Sócio	S	
Nome	**CPF/CNPJ**	**Participação no capital**	**Espécie de sócio**	**Administrador**	**Término do mandato**
ANDREIA MENDES DE SOUZA CAVALCANTE	047.911.639-31	R$ 7.500,00	Sócio	N	

Dados do Administrador

Nome	CPF	Término do mandato
LUCIANO MOSTI RESENDE	675.784.036-72	

Último Arquivamento			
Data 03/10/2016	**Número** 20165051175	**Ato/eventos** 002 / 051 - CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO/ESTATUTO	**Situação** ATIVA **Status** SEM STATUS

Esta certidão foi emitida automaticamente em 06/09/2021, às 09:44:37 (horário de Brasília).
Se impressa, verificar sua autenticidade no **https://www.empresafacil.pr.gov.br**, com o código **FP54XHDQ**.

PRC2108246680

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
Secretário Geral

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CORNÉLIO PROCÓPIO
ESTADO DO PARANÁ - BRASIL
CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL

Exercício: 2021 Registro nº. 001/2021.

A Comissão Permanente de Licitação designada pela Portaria nº 016/2021 e instituída pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal em Exercício, para a verificação de processos destinados ao registro de habilitação de pessoas jurídicas interessadas no fornecimento de bens, obras e serviços à Prefeitura, a qual examinou as condições gerais referentes à capacidade jurídica, à regularidade fiscal, à capacidade técnica e idoneidade financeira de:

"RESENDE & CAVALCANTE LTDA-ME"

Endereço: Rua Colombo, 210, sala 2 – Centro, Cornélio Procópio - PR - CEP 86.300-000

CNPJ: 14.987.519/0001-10

Ramo de atividade: Indústria da construção civil e execução de serviços técnicos de engenharia civil e comércio de materiais de construção.

Certifica que a mesma se acha inscrita e registrada como Fornecedora da Prefeitura do Município de Cornélio Procópio, tendo para tanto, apresentado os documentos exigidos pelo Edital de Cadastro nº 001/2019, através do requerimento protocolado sob o nº 6405/2020 cuja exibição ficará dispensada por ocasião das tomadas de preços das repartições públicas municipais.

Este certificado terá validade até o dia 06/05/2022, pelo dispensando, porém, o seu portador da apresentação de outros documentos para comprovação de condições especiais exigíveis e determinadas fornecimentos, obras ou serviços.

A Prefeitura poderá recusar a participação ou desclassificar a proposta do fornecedor inscrito, quando a respectiva capacidade técnica ou idoneidade financeira forem consideradas insuficientes para o vulto, ou importância do fornecimento, obra ou serviço objeto da tomada de preços.

Cornélio Procópio 06 de maio de 2021.

ANA LUCIA MARTINS
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

CONFERE COM ORIGINAL
DATA: 07/10/2021
ASSINATURA

MEURY NAGIME MATUDA MARQUES
Diretora de Licitação

461

RESENDE & CAVALCANTE LTDA- ME
CNPJ/MF N.º 14.987.519/0001-10
Rua Colombo n.º 210 sala 2 - Centro- Cornélio Procópio Fone: (43) 3523 - 8813
email: construtoraresende@yahoo.com.br

Ao Sr.
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES
MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES - PR
REF.: TOMADA DE PREÇOS N.º 03/2021 – PMB.
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º149/2021 – PMB.

DECLARAÇÃO QUE SE SUJEITA ÀS CONDIÇÕES DO EDITAL

Pelo presente instrumento, a Empresa Resende & Cavalcante LTDA – ME, com CNPJ nº14.987.519/0001-10, com sede na Rua Colombo nº210, Centro, Cornélio Procópio – PR, através de seu representante legal infra-assinado, que:

Declara, expressamente, que se sujeita às Condições estabelecidas no Edital de Tomada de Preços em referência, em consideração e dos respectivos modelos, adendos e documentos, que acatará integralmente qualquer decisão que venha a ser tomada pelo licitador quanto à qualificação apenas das proponentes que hajam atendido às condições estabelecidas e demonstrem integral possibilidade de executar a(s) obra(s) e/ou os serviços.

Cornélio Procópio - PR, 21 de Outubro de 2021.

LUCIANO MOSTI RESENDE
RG 4.506.026 - 8 SSP/ PR
CPF: 675.784.036 - 72
SÓCIO GERENTE

14.987.519/0001-10
RESENDE & CAVALCANTE
LTDA - ME
Rua Colombo, 210 - Sala 2
Centro - CEP 86.3[illegible]
Cornélio Pro[illegible]
Paraná

RESENDE & CAVALCANTE LTDA- ME
CNPJ/MF N.º 14.987.519/0001-10
Rua Colombo n.º 210 sala 2 - Centro- Cornélio Procópio Fone: (43) 3523 - 8813
email: construtoraresende@yahoo.com.br

463

Ao Sr.
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES
MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES - PR
REF.: TOMADA DE PREÇOS N.º 03/2021 – PMB.
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º149/2021 – PMB.

DECLARAÇÃO DE NÃO EMPREGABILIDADE - MENOR

Pelo presente instrumento, a Empresa Resende & Cavalcante LTDA – ME, com CNPJ nº14.987.519/0001-10, com sede na Rua Colombo nº210, Centro, Cornélio Procópio – PR, através de seu representante legal infra-assinado, que:

Declara, para fins do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz (___).

Cornélio Procópio - PR, 21 de Outubro de 2021.

LUCIANO MOSTI RESENDE
RG 4.506.026 - 8 SSP/ PR
CPF: 675.784.036 - 72
SÓCIO GERENTE

14.987.519/0001-10
RESENDE & CAVALCANTE
LTDA - ME
Rua Colombo, 210 - Sala 2
Centro - CEP 86.300-000
Cornélio Procópio
Paraná

RESENDE & CAVALCANTE LTDA- ME
CNPJ/MF N.º 14.987.519/0001-10
Rua Colombo n.º 210 sala 2 - Centro- Cornélio Procópio Fone: (43) 3523 - 8813
email: construtoraresende@yahoo.com.br

464

Ao Sr.

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES - PR

REF.: TOMADA DE PREÇOS N.º 03/2021 – PMB.

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º149/2021 – PMB.

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

Pelo presente instrumento, a Empresa Resende & Cavalcante LTDA – ME, com CNPJ nº14.987.519/0001-10, com sede na Rua Colombo nº210, Centro, Cornélio Procópio – PR, através de seu representante legal infra-assinado, que;

Declara, expressamente, que para todos os fins de direito que não se encontra inadimplente ou em processo de FALÊNCIA ou RECUPERAÇÃO JUDICIAL, que não está impedida de participar de licitações ou contratar com qualquer órgão da administração pública bem como declara a INEXISTÊNCIA de FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS da qualificação ou que comprometam a idoneidade da proponente nos termos do Art. 2.º, e Art. 97 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações e que está ciente das obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Cornélio Procópio - PR, 21 de Outubro de 2021.

LUCIANO MOSTI RESENDE
RG 4.506.026 - 8 SSP/ PR
CPF: 675.784.036 - 72
SÓCIO GERENTE

14.987.519/0001-10
RESENDE & CAVALCANTE
LTDA - ME
Rua Colombo, 210 - Sala 2
Centro - CEP 86.300-000
Cornélio Procópio
Paraná

RESENDE & CAVALCANTE LTDA- ME
CNPJ/MF N.º 14.987.519/0001-10
Rua Colombo n.º 210 sala 2 - Centro- Cornélio Procópio Fone: (43) 3523 - 8813
email: construtoraresende@yahoo.com.br

Ao Sr.

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES - PR

REF.: TOMADA DE PREÇOS N.º 03/2021 – PMB.

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º149/2021 – PMB.

DECLARAÇÃO QUE SE SUJEITA ÀS CONDIÇÕES DO EDITAL

Pelo presente instrumento, a Empresa Resende & Cavalcante LTDA – ME, com CNPJ nº14.987.519/0001-10, com sede na Rua Colombo nº210, Centro, Cornélio Procópio – PR, através de seu representante legal infra-assinado, que:

Declaramos, para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente participante do procedimento licitatório que:

a) Cumprimos plenamente os requisitos de habilitação constante no Edital 03/2021 – PMB.

b) Assumimos inteira responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados sujeitando-nos a eventuais averiguações que se façam necessários.

c) Comprometemo-nos a manter, durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

d) Comprometemo-nos a repassar na proporção correspondente, eventuais reduções de preços decorrentes de mudança de alíquotas de impostos incidentes sobre o fornecimento do objeto, em função de alterações de legislação correspondente. publicada durante a vigência do Contrato.

e) Temos conhecimento e submetemo-nos ao disposto na Lei nº 8.078 – Código de Defesa do Consumidor, bem como, ao Edital e Anexo da TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2021 – PMB, realizado pelo Município de Bandeirantes, Estado do Paraná.

Cornélio Procópio - PR, 21 de Outubro de 2021.

LUCIANO MOSTI RESENDE
RG 4.506.026 - 8 SSP/ PR
CPF: 675.784.036 - 72
SÓCIO GERENTE

14.987.519/0001-10
RESENDE & CAVALCANTE
LTDA - ME
Rua Colombo, 210 - Sala 2
Centro - CEP 86.300-000
Cornélio Procópio
Paraná

RESENDE & CAVALCANTE LTDA- ME
CNPJ/MF N.º 14.987.519/0001-10
Rua Colombo n.º 210 sala 2 - Centro- Cornélio Procópio Fone: (43) 3523 - 8813
email: construtoraresende@yahoo.com.br

466

Ao Sr.
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES
MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES - PR
REF.: TOMADA DE PREÇOS N.º 03/2021 – PMB.
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º149/2021 – PMB.

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PARENTESCO COM AGENTES POLÍTICOS MUNICIPAIS

Pelo presente instrumento, a Empresa Resende & Cavalcante LTDA – ME, com CNPJ nº14.987.519/0001-10, com sede na Rua Colombo nº210, Centro, Cornélio Procópio – PR, através de seu representante legal infra-assinado, que;

Declara, sob as penas da Lei, para todos os fins de direito, que não possui no seu quadro societário companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de Agentes Políticos Municipais (Prefeito, Vice Prefeito, Secretários Municipais e Vereadores).

Cornélio Procópio - PR, 21 de Outubro de 2021.

LUCIANO MOSTI RESENDE
RG 4.506.026 - 8 SSP/ PR
CPF: 675.784.036 - 72
SÓCIO GERENTE

14.987.519/0001-10
RESENDE & CAVALCANTE
LTDA - ME
Rua Colombo, 210 - Sala 2
Centro - CEP 86.300-000
Cornélio Procópio
Paraná

RESENDE & CAVALCANTE LTDA- ME
CNPJ/MF N.º 14.987.519/0001-10
Rua Colombo n.º 210 sala 2 - Centro- Cornélio Procópio Fone: (43) 3523 - 8813
email: construtoraresende@yahoo.com.br

Ao Sr.
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES
MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES - PR
REF.: TOMADA DE PREÇOS N.º 03/2021 – PMB.
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º149/2021 – PMB.

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, a Empresa Resende & Cavalcante LTDA – ME, com CNPJ nº14.987.519/0001-10, com sede na Rua Colombo nº210, Centro, Cornélio Procópio – PR, através de seu representante legal infra-assinado, que;

Declaramos de que a Empresa não Contratará Empregados com Incompatibilidade com as autoridades contratantes ou ocupantes de cargos de direção ou de assessoramento até o terceiro grau, na forma da Súmula Vinculante nº 013 do STF (Supremo Tribunal Federal).

Cornelio Procópio - PR, 21 de Outubro de 2021.

LUCIANO MOSTI RESENDE
RG 4.506.026 - 8 SSP/ PR
CPF: 675.784.036 - 72
SÓCIO GERENTE

14.987.519/0001-10
RESENDE & CAVALCANTE
LTDA - ME
Rua Colombo, 210 - Sala 2
Centro - CEP 86.300-000
Cornélio Procópio
Paraná

RESENDE & CAVALCANTE LTDA- ME
CNPJ/MF N.º 14.987.519/0001-10
Rua Colombo n.º 210 sala 2 - Centro- Cornélio Procópio Fone: (43) 3523 - 8813
email: construtoraresende@yahoo.com.br

Ao Sr.
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES
MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES - PR
REF.: TOMADA DE PREÇOS N.º 03/2021 – PMB.
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º149/2021 – PMB.

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, a Empresa Resende & Cavalcante LTDA – ME, com CNPJ nº14.987.519/0001-10, com sede na Rua Colombo nº210, Centro, Cornélio Procópio – PR, através de seu representante legal infra-assinado, que;

Declaramos para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente a este Processo Licitatório, bem como em caso de eventual contratação, CONCORDO que o CONTRATO seja encaminhado para o seguinte endereço:
EMAIL: construtoraresende@yahoo.com.br
TELEFONE: (043) 3523-8813

OBS: Caso altere o citado email ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Sistema de Protocolo deste Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.

Cornélio Procópio - PR, 21 de Outubro de 2021

LUCIANO MOSTI RESENDE
RG 4.506.026 - 8 SSP/ PR
CPF: 675.784.036 - 72

14.987.519/0001-10
RESENDE & CAVALCANTE
LTDA - ME
Rua Colombo, 210 - Sala 2
Centro - CEP 86.300-000
Cornélio Procópio
Paraná

RESENDE & CAVALCANTE LTDA- ME
CNPJ/MF N.º 14.987.519/0001-10
Rua Colombo n.º 210 sala 2 - Centro- Cornélio Procópio Fone: (43) 3523 - 8813
email: construtoraresende@yahoo.com.br

469

Ao Sr.

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES - PR

REF.: TOMADA DE PREÇOS N.º 03/2021 – PMB.

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º149/2021

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, a Empresa Resende & Cavalcante LTDA – ME, com CNPJ nº14.987.519/0001-10, com sede na Rua Colombo nº210, Centro, Cornélio Procópio – PR, através de seu representante legal infra-assinado, que:

Declaramos, para os fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade **TOMADA DE PREÇOS N.º 03/2021**, instaurado pela Prefeitura Municipal de Bandeirantes - PR que possuímos Conta Corrente em instituição financeira conforme descrição abaixo:

- Banco: Caixa Econômica Federal
- Agência n.º: 0388
- Nome da agência: Caixa Econômica Federal
- Cidade da agência: Cornélio Procópio - PR
- Endereço da agência: Av. Minas Gerais, n.º 252 - Centro
- Conta n.º: 0004611 - 1
- Titular: RESENDE CAVALCANTE LTDA ME
- Data de abertura: 10 de março de 2018

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

Cornélio Procópio - PR, 21 de Outubro de 2021.

LUCIANO MOSTI RESENDE
RG 4.506.026 - 8 SSP/ PR
CPF 675.784.036 - 72
SÓCIO GERENTE

14.987.519/0001-10
RESENDE & CAVALCANTE
LTDA - ME
Rua Colombo, 210 - Sala 2
Centro - CEP 86.300-000
Cornélio Procópio
Paraná

RESENDE & CAVALCANTE LTDA- ME
CNPJ/MF N.º 14.987.519/0001-10
Rua Colombo n.º 210 sala 2 - Centro- Cornélio Procópio Fone: (43) 3523 - 8813
email: construtoraresende@yahoo.com.br

470

Ao Sr.

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES - PR

REF.: TOMADA DE PREÇOS N.º 03/2021 – PMB.

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º149/2021

DECLARAÇÃO DE MICRO EMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Pelo presente instrumento, a Empresa Resende & Cavalcante LTDA – ME, com CNPJ nº14.987.519/0001-10, com sede na Rua Colombo nº210, Centro, Cornélio Procópio – PR, através de seu representante legal infra-assinado, que:

A empresa RESENDE & CAVALCANTE LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o n.º 14.987.519/0001 - 10, declara sob as penas da lei, que se trata de **Micro Empresa** de acordo com a receita bruta anual, podendo receber o tratamento previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2.006 e suas alterações Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, com relação ao Processo Licitatório, estando ciente da responsabilidade administrativa, civil e penal.

Cornélio Procópio - PR, 21 de Outubro de 2021.

LUCIANO MOSTI RESENDE
RG 4.506.026 - 8 SSP/ PR
CPF: 675.784.036 - 72
SÓCIO GERENTE

14.987.519/0001-10
RESENDE & CAVALCANTE LTDA - ME
Rua Colombo, 210 - Sala 2
Centro - CEP 86.300-000
Cornélio Procópio
Paraná

RESENDE & CAVALCANTE LTDA- ME
CNPJ/MF N.º 14.987.519/0001-10
Rua Colombo n.º 210 sala 2 - Centro- Cornélio Procópio Fone: (43) 3523 - 8813
email: construtoraresende@yahoo.com.br

471

À

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES- PR

REF.: TOMADA DE PREÇOS N.º 03/2021 – PMB.

DECLARAÇÃO

Nomeamos e constituímos o Sr. Luciano Mosti Resende, portador do CPF/MF sob nº 675.784.036-72, e do RG. Sob nº 4.506.026-8, expedido pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná, residente e domiciliado na Rua Colombo nº198, Centro, Cornélio Procópio – PR, para ser o responsável para acompanhar a execução do Contrato, referente a Tomada de Preço nº 03/2021, e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus anexos e contrato.

Por ser expressão de verdade, firmamos a presente.

Cornélio Procópio - PR, 21 de Outubro de 2021.

LUCIANO MOSTI RESENDE
RG 4.506.026 - 8 SSP/ PR
CPF: 675.784.036 - 72
SÓCIO GERENTE

14.987.519/0001-10
RESENDE & CAVALCANTE
LTDA - ME
Rua Colombo, 210 - Sala 2
Centro - CEP 86.300-000
Cornélio Procópio
Paraná

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: RESENDE & CAVALCANTE LTDA
CNPJ: 14.987.519/0001-10

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e

2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 09:00:03 do dia 19/10/2021 <hora e data de Brasília>.
Válida até 17/04/2022.
Código de controle da certidão: **D1C3.FA5C.E0A6.A73E**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

473

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Divida Ativa Estadual
Nº 025118868-30

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **14.987.519/0001-10**
Nome: **RESENDE & CAVALCANTE LTDA**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 01/02/2022 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br

Paraná
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORNÉLIO PROCÓPIO
SECRETARIA DE FINANÇAS

Data: 04/10/2021 15h02min

Número	Validade
6678	03/11/2021

474

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

Nome / Razão Social

RESENDE & CAVALCANTE LTDA - ME CNPJ: 14987519000110

Aviso

Sem débitos pendentes até a presente data.

Comprovação Junto à | **Finalidade**

nsagem

Certificamos que até a presente data não constam débitos tributários relativos à inscrição abaixo caracterizada.

A Fazenda Municipal se reserva o direito de cobrar débitos que venham a ser constatados, mesmo se referentes a períodos compreendidos nesta certidão.

Inscrição

Econômico: 10139 - Atividade principal: Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção
Endereço: COLOMBO, 210 - Bairro CENTRO - Compl. SALA - 02 - CEP 86.300-000

Código de Controle

CWRIB2905DXPQ2K1

A validade do documento pode ser consultada no site da prefeitura por meio do código de controle informado.

Cornélio Procópio (PR), 04 de Outubro de 2021

Av Nossa Senhora da Penha, 210 - Centro

475

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
14.987.519/0001-10 MATRIZ		01/02/2012

NOME EMPRESARIAL
RESENDE & CAVALCANTE LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
CONSTRUTORA RESENDE	ME

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
41.20-4-00 - Construção de edifícios

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
47.44-0-99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R COLOMBO	210	SALA 2

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
86.300-000	CENTRO	CORNELIO PROCOPIO	PR

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
CONSTRUTORARESENDE@YAHOO.COM.BR	(43) 9172-3026

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	01/02/2012

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **19/10/2021** às **14:02:26** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

RECEITA ESTADUAL

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA FAZENDA

476

Comprovante de Inscrição Cadastral - CICAD

Inscrição no CAD/ICMS	Inscrição CNPJ	Início das Atividades
90824553-93	14.987.519/0001-10	08/2019

Empresa / Estabelecimento

Nome Empresarial	RESENDE & CAVALCANTE LTDA
Título do Estabelecimento	CONSTRUTORA RESENDE
Endereço do Estabelecimento	RUA COLOMBO, 210, SL 02 - CENTRO - CEP 86300-000 FONE: (43) 3531-1748
Município de Instalação	CORNELIO PROCOPIO - PR, DESDE 08/2019 (Estabelecimento Matriz)

Qualificação

Situação Atual	ATIVO - SIMPLES NACIONAL / SIMPLES NACIONAL - DIA 03 DO MES+2, DESDE 06/2021
Natureza Jurídica	206-2 - SOCIEDADE EMPRESÁRIA LTDA
Atividade Econômica Principal do Estabelecimento	4120-4/00 - CONSTRUCAO DE EDIFICIOS
Atividade(s) Econômica(s) Secundária(s) do Estabelecimento	4744-0/99 - COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO EM GERAL

Quadro Societário

Tipo	Inscrição	Nome Completo / Nome Empresarial	Qualificação
CPF	675.784.036-72	LUCIANO MOSTI RESENDE	SÓCIO-ADMINISTRADOR
CPF	047.911.639-31	ANDREIA MENDES DE SOUZA CAVALCANTE	SÓCIO

Este CICAD tem validade até 18/11/2021.

Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

CAD/ICMS Nº 90824553-93

Emitido Eletronicamente via Internet
19/10/2021 8:58:32

Dados transmitidos de forma segura
Tecnologia CELEPAR

Os dados cadastrais deste estabelecimento poderão ser confirmados via Internet www.fazenda.pr.gov.br

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORNÉLIO PROCÓPIO
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

477

ALVARÁ DE AUTORIZAÇÃO

Alvará Nº: 153/2017 **Inscrição Municipal: 54-15699** **Reg. Livro: 132** **Folha: 15699**	**Em caso de encerramento, paralisação, mudança de endereço, de ramo, ou qualquer outra alteração, procurar o Departamento da Receita para as providências necessárias, evitando problemas futuros.**

O Diretor do Departamento da Receita, em virtude do que consta no processo protocolado sob nº 6653/2017 de 24/05/2017 concede, enquanto satisfazer as exigências da Legislação em vigor AUTORIZAÇÃO a:

NOME / RAZÃO SOCIAL

RESENDE & CAVALCANTE LTDA - ME

Nome Fantasia: CONSTRUTORA RESENDE

CNPJ: 14.987.519/0001-10

ENDEREÇO

Logradouro: COLOMBO **Número:** 210
Complemento: SALA - 02 **CEP:** 86300-000
Bairro: CENTRO
Distrito:
Cidade: Cornelio Procopio **UF:** PR

ATIVIDADE PRINCIPAL E ACESSÓRIAS

CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS; COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL.

DATA: 22/10/2017
ASSINATURA

OBSERVAÇÕES

ALVARÁ DE AUTORIZAÇÃO CONF. PROT Nº 6653 DE 24/05/2017. A EMPRESA ESTÁ SUJEITA À COBRANÇA DE TAXA DE PUBLICIDADE (FACHADA, PLACAS, MUROS E OU SIMILARES), DE ACORDO COM O ART. 160 DA LEI MUNICIPAL 093/08 DE 13/11/08 E LEI COMPLEMENTAR Nº 065/02.

Cornélio Procópio(PR), 26 de Maio de 2017.

JOSÉ CARLOS GONÇALVES DE OLIVEIRA
Escriturário

ALEXANDRE LUIZ DA SILVA
Diretor do Departamento da Receita e Rendas

voltar imprimir

478

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 14.987.519/0001-10
Razão Social: RESENDE E CAVALCANTE LTDA ME
Endereço: RUA COLOMBO 210 SALA 2 / CENTRO / CORNELIO PROCOPIO / PR / 86300-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 29/09/2021 a 28/10/2021

Certificação Número: 2021092901144753479548

Informação obtida em 04/10/2021 14:51:12

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

479

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: RESENDE & CAVALCANTE LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 14.987.519/0001-10
Certidão nº: 31346628/2021
Expedição: 04/10/2021, às 14:53:23
Validade: 01/04/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **RESENDE & CAVALCANTE LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **14.987.519/0001-10, NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

RESENDE & CAVALCANTE LTDA- ME
CNPJ/MF N.º 14.987.519/0001 - 10
Rua Colombo n.º 210 sala 2 - Centro- Cornélio Procópio Fone: (43) 3523 - 8813
email: construtoraresende@yahoo.com.br

480

A/C

À Comissão Permanente de Licitação

Município de Bandeirantes – PR

Ref.: EDITAL TOMADA DE PREÇOS Nº 03/ 2021 – PMB.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACIR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR.

DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISTORIA DO LOCAL DA OBRA

A Empresa RESENDE & CAVALCANTE LTDA - ME, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º 14.987.519/0001 - 10, com endereço na Rua Colombo nº210, Centro, CEP: 86.300-000 na Cidade de Cornélio Procópio, estado do Paraná, por intermédio de seu representante legal, S.r. Luciano Mosti Resende, portador da Carteira de Identidade nº4.506.026-8 e do Cadastro de Pessoa Física – CPF nº675.784.036-72, DECLARA, que RENUNCIA A VISITA TÉCNICA aos locais e/ou instalações do objeto licitado de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerente à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato informado que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejam avenças técnicas/financeiras para a contratante.

Cornélio Procópio - PR, 21 de Outubro de 2021.

LUCIANO MOSTI RESENDE
RG 4.506.026 - 8 SSP/PR
CPF 675.784.036-72
Sócio Gerente

14.987.519/0001-10
RESENDE & CAVALCANTE
LTDA - ME
Rua Colombo, 210 - Sala 2
Centro - CEP 86.300-000
Cornélio Procópio
Paraná

Luciano M. Resende
Engenheiro Civil
CREA 58.374/D-PR

481

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA
E AGRONOMIA DO PARANÁ

Certidão de Registro de Pessoa Jurídica e Negativa de Débitos

O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná-CREA-PR, certifica que a empresa encontra-se regularmente registrada nos termos da Lei Federal nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, estando habilitada a exercer suas atividades no Estado do Paraná, circunscrita à(s) atribuição(ões) de seu(s) responsável(eis) técnico(s).

Certidão nº: 129141/2021 **Validade:** 31/03/2022

Razão Social: RESENDE & CAVALCANTE LTDA - ME
CNPJ: 14987519000110
Num. Registro: 58208 **Registrada desde :** 30/01/2015
Capital Social: R$ 150.000,00
Endereço: RUA COLOMBO, 210 SALA 2 CENTRO
Município/Estado: CORNELIO PROCOPIO-PR **CEP:** 86300000
Objetivo Social:
a sociedade tem por objetivo empresarial principal o ramo de industria da construção civil e execução de serviços técnicos de engenharia civil, cnae 41.20-4/00 e, atividade secundaria de comércio varejista de materiais para construção, cnae 47.44-0/99. CLAUSULA SEGUNDA DA PRIMEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL.

Encontra-se quite com a anuidade relativa ao exercício de 2021.
Não possui débito(s) referente a processo(s) de fiscalização e/ou dívida ativa até a presente data.

RESPONSÁVEL(EIS) TÉCNICOS PELA MATRIZ - CNPJ: 14987519000110
1 - LUCIANO MOSTI RESENDE
Carteira: PR-58374/D Data de Expedição: 21/09/2000
Desde: 30/01/2015 Carga Horária: 4:0 H/D
Título: ENGENHEIRO CIVIL Situação: Regular
Resolução do Confea N.º 218/1973 - Art. 7º do CONFEA

Para fins de: LICITAÇÕES

Certificamos que caso ocorra(m) alteração(ões) nos elementos contidos neste documento, esta Certidão perderá sua validade para todos os efeitos.
A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do CREA-PR (http://www.crea-pr.org.br), através do protocolo n.º 313317/2021, ressaltando a impossibilidade de execução de quaisquer serviços ou obras sem a participação efetiva de seu(s) responsável(eis) técnico(s).

Emitida via Internet em 21/10/2021 15:25:34

Dispensa-se a assinatura neste documento, conforme Instrução de Serviço Nº 002/2014.
A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

482

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA
E AGRONOMIA DO PARANÁ

Certidão de Registro de Pessoa Física e Negativa de Débitos

O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná-CREA-PR, certifica que o(a) profissional abaixo encontra-se regularmente registrado(a) nos termos da Lei Federal nº 5.194/66 possibilitando-o(a) a exercer sua profissão no Estado do Paraná, circunscrita à(s) atribuição(ões) constantes de seu registro.

Certidão nº: **129128/2021** Validade: 31/03/2022

Nome Civil: LUCIANO MOSTI RESENDE
Carteira - CREA-PR Nº : PR-58374/D
Registro Nacional : 1702801780
Registrado(a) desde : 21/09/2000
Filiação : PEDRO PAULO BARBOSA RESENDE
APARECIDA MOSTI RESENDE
Data de Nascimento : 28/11/1970
Carteira de Identidade : 45060268 CPF : 67578403672
Naturalidade : SAO GONCALO DO SAPUCAI/MG

Título: ENGENHEIRO CIVIL
FAC DE ENG DA UNIVERSIDADE DE ALFENAS
Data da Colação de Grau : 26/03/1999 Diplomação : 26/03/1999
Situação : Regular
Atribuições profissionais:
Resolução do Confea N.º 218/1973 - Art. 7º de 29/06/1973 do CONFEA.

Responsabilidade Técnica/Quadro Técnico:
58208 - RESENDE & CAVALCANTE LTDA - ME
CNPJ: 14987519000110
Desde: 30/01/2015 Carga Horária: 4 Horas Unidade: HORA/DIA

73829 - DATHACOM COMERCIO DE PRODUTOS LTDA
CNPJ: 32918847000146
Desde: 22/09/2021 Carga Horária: 10 Horas Unidade: HORA/SEMANA

Encontra-se quite com a anuidade relativa ao exercício de 2021.
Não possui débito(s) referente a processo(s) de fiscalização e/ou dívida ativa até a presente data.

Para fins de: LICITAÇÕES

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do CREA-PR (http://www.crea-pr.org.br), através do protocolo n.º 313302/2021.

Emitida via Internet em 21/10/2021 15:19:55

483

Dispensa-se a assinatura neste documento, conforme Instrução de Serviço Nº 002/2014.
A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

RESENDE & CAVALCANTE LTDA- ME
CNPJ/MF N.º 14.987.519/0001 - 10
Rua Colombo n.º 210 sala 2 - Centro- Cornélio Procópio Fone: (43) 3523 - 8813
email: construtoraresende@yahoo.com.br

484

À Comissão Permanente de Licitação

Ref.: EDITAL TOMADA DE PREÇOS N.º 03/ 2021 – PMB.

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Conforme o disposto no Edital em epígrafe e de acordo com a Resolução n° 218 de 29/06/73 e n° 317, de 31/10/86, do CONFEA - Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura, e Agronomia e Art. 2° da Lei n° 12.378, de 31/12/2010, declaramos que o responsável técnico pela obra do lote, caso venhamos a vencer a referida licitação, é:

Lote n°	Nome	Especialidade	CREA n°	Data do registro	Assinatura
	Luciano Mosti Resende	Engenheiro Civil	58.374 - D/PR	21/09/2000	

Luciano M. Resende
Engenheiro Civil
CREA 58.374/D-PR

Declaramos, outrossim , que o profissional acima relacionado pertence ao nosso quadro técnico de profissionais permanentes, com relacionamento junto à empresa, dentro das leis trabalhistas vigentes.

Cornélio Procópio - PR, 21 de Outubro de 2021.

LUCIANO MOSTI RESENDE
RG 4.506.026 - 8 SSP/PR
CPF 675.784.036-72
Sócio Gerente

14.987.519/0001-10
RESENDE & CAVALCANTE
LTDA - ME
Rua Colombo, 210 - Sala 2
Centro - CEP 86.300-000
Cornélio Procópio
Paraná

ATESTADO DE CONCLUSÃO DE OBRA

A CÂMARA MUNICIPAL DE CORNÉLIO PROCÓPIO, inscrita no CNPJ : 72.327.307/0001-02, situada na Rua Paraíba, 163, na cidade de Cornélio Procópio/PR, representada pelo Presidente da Câmara Helvécio Alves Badaró, brasileiro, inscrito sob CPF/MF: 204.169.549-87, portador da cédula de identidade RG: 923.327-0 SSP/PR, vem através deste, atestar para os devidos fins, execução da obra de Reforma do Prédio II da Câmara Municipal de Cornélio Procópio, Município de Cornélio Procópio, com área de 332,32 m2 (trezentos e trinta dois ponto trinta dois metros quadrados), situada na Rua Paraíba, 163, tendo seu início em 03/12/2017 e concluído em 28/04/2018, conforme ART 20180398230, Empresa contratada Resende & Cavalcante LTDA - ME, responsável pela execução da obra Eng. Civil Luciano Mosti Resende, CREA/PR: 58.374/D

Por ser expressão da verdade firmo o presente

Cornélio Procópio, 30 de abril de 2018.

Câmara Municipal de Cornélio Procópio
Helvécio Alves Badaró

CONFERE COM O ORIGINAL
DATA: 22/10/2021
ASSINATURA

Atestado registrado mediante vinculação à respectiva CAT
CREA - PR
A 060961

CONFERE COM ORIGINAL
DATA: 22 / 10 / 2021
ASSINATURA

	OBRA:	REFORMA CAMARA MUNICIPAL - PREDIO 2				BDI 20%	
	localização:	CORNÉLIO PROCÓPIO - PR					
	DATA:	novembro-17				DESONERADO	
	ITEM	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID	QUANTIDADE	PREÇO UNIT	TOTAL	TOTAL ITEM
SINAPI 10/17							974,10
	1	INSTALAÇÕES PRELIMINARES					
74209/001	1.1	PLACA DE OBRA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO (1,5x2,0m)	M²	3,00	324,70	974,10	
							11.450,58
	2	DEMOLIÇÕES E RETIRADA					
72237	2.1	RETIRADA DE ENTARUGAMENTO DE FORRO	M²	317,56	14,85	4.716,06	
72239	2.2	RETIRADA DE FORRO, INCLUSIVE RETIRADA DE PERFIS	M²	317,56	7,47	2.372,44	
85333	2.3	RETIRADA DE APARELHO DE ILUMINAÇÃO	UN	61,00	5,50	335,50	
84401	2.4	REMOÇÃO DE FIAÇÃO ELETRICA (EXTERNOS)	M	227,46	9,88	2.248,71	
85418	2.5	REMOÇÃO DE TOMADAS OU INTERRUPTORES ELETRICOS (EXTERNOS)	UN	120,00	13,37	1.604,40	
50443	2.6	RASGO EM ALVENARIA PARA RAMAIS/ DISTRIBUIÇÃO	M	20,00	10,61	212,20	
72897	2.7	CARGA MANUAL DE ENTULHO EM CAMINHÃO BASCULANTE 6 M3	M³	2,00	19,73	39,46	
							818,40
	3	REVESTIMENTO					
87530	3.1	MASSA ÚNICA, PARA RECEBIMENTO DE PINTURA, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8 PREPARO MANUAL, APLICADA EM FACES INTERNAS DE PAREDES, ESPESSURA DE 20mm, COM EXECUÇÃO DE TALISCAS. AF_06/2014	M2	36,00	37,26	818,40	
							8.236,01
	4	PAREDES E PAINEIS					
95301	4.1	PAREDE COM PLACAS DE GESSO ACARTONADO (DRYWALL), PARA USO INTERNO, COM DUAS FACES SIMPLES E ESTRUTURA METÁLICA COM GUIAS DUPLAS, COM VÃOS.	M²	52,22	69,33	8.236,01	
							4.046,01
	5	ESQUADRIAS EM GERAL/FERRAGENS					
90843	5.1	KIT DE PORTA DE MADEIRA PARA PINTURA, SEMI OCA (LEVE OU MEDIA), PADRÃO MEDIO, 80X210cm, ESPESSURA DE 3,5cm, ITENS INCLUSOS: DOBRADIÇA E INSTALAÇÕES DO BATENTE, FECHADURA COM EXECUÇÃO DO FURO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2015	UN	4,00	705,08	2.820,32	
90829	5.2	ALIZAR/ GUARNIÇÃO DE 5X1, 5cm PARA PORTA DE 80X210cm FOLHA COM PREGOS, PADRÃO MÉDIO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2015	UN	4,00	29,73	118,92	
comp 01	5.3	PORTA DE MADEIRA LISA DE CORRER DE 1 FOLHA - (1,00x2,10)M, INCLUSO ADUELA 1A, ALIZAR 1A, TRILHO E FECHADURA - COMPLETA	UN	2,00	553,42	1.106,84	
							14.272,05
	6	FORRO DE GESSO					
95114	6.1	FORRO EM DRYWALL, PARA AMBIENTES COMERCIAL, INCLUSIVE ESTRUTURA DE FIXAÇÃO. AF_05/2017_P	M²	317,56	44,94	14.272,05	
							3.411,29
	7	CABEAMENTO ESTRUTURADO					
comp 02	7.1	SWITCH 24 PORTAS 10/100/1000 MARCA HP REF J9561 II	UN	1,00	1.552,09	1.552,09	
73648/10	7.2	CABO TELEFONICO CCI-50 2 PARES (USO INTERNO) - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	100,00	1,40	500,00	
comp 03	7.3	PLACA 4x4" COM 2 (DUAS) TOMADAS DE LOGICA TIPO RJ45 CAT 6	UN	10,00	63,92	639,20	
39556	7.4	CABO DE PAR TRANCADO UTP 4 PARES, CATEGORIA 5E	M	305,00	0,92	280,60	
38103	7.5	TOMADA RJ11, 2 PIOS	UN	10,00	11,81	118,10	
39600	7.6	CONECTOR FÊMEA RJ - 45, CATEGORIA 5 E	UN	10,00	7,91	79,10	
39602	7.7	CONECTOR MACHO RJ - 45, CATEGORIA 5 E	UN	10,00	0,90	9,00	
comp 04	7.8	CERTIFICAÇÃO DO CABEAMENTO HORIZONTAL CONFORME NORMAS PARA ATENDIMENTO DA CATEGORIA 5	UN	10,00	17,42	174,20	
							17.917,61
	8	ELÉTRICA					
91928	8.1	INTERRUPTOR PARALELO (1 MÓDULO), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA	UN	6,00	23,97	143,82	
	8.1	INTERRUPTOR SIMPLES (2 MÓDULOS), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA	UN	2,00	30,53	61,06	
92023	8.3	INTERRUPTOR SIMPLES (1 MODULO) COM 1 TOMADA DE EMBUTIR 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA	UN	21,00	34,35	721,35	
92008	8.4	TOMADA BAIXA DE EMBUTIR (2 MODULOS) 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA	UN	112,00	32,62	3.653,44	
91992	8.5	TOMADA ALTA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA	UN	9,00	30,34	273,06	
comp 05	8.6	PLACA CEGA 2X4	UN	17,00	7,15	121,55	
comp 06	8.7	PLACA 4x4" COM 2 (DUAS) TOMADAS	UN	5,00	30,97	154,85	
comp 07	8.8	PLACA CEGA 4X4	UN	15,00	9,09	136,35	
91924	8.9	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 1,5 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS	M	300,00	1,69	507,00	
91926	8.10	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 2,5 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS	M	800,00	2,42	1.936,00	
91834	8.11	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO, PVC, DN 25 MM (3/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM FORRO	M	100,00	6,07	607,00	
comp 08	8.12	CAIXA DE PVC 2X4	UN	35,00	7,03	246,05	
comp 09	8.13	PLAFON DE LED QUADRADO DE EMBUTIR 30X30 4 500K	UN	61,00	54,41	3.319,01	
comp 10	8.14	PLAFON DE LED QUADRADO DE SOBREPOR 30X30 4 500K	UN	7	143,41	1.003,87	
comp 11	8.15	PLAFON DE LED QUADRADO DE SOBREPOR 225X225 4 500K	UN	20	89,41	1.788,20	
comp 12	8.16	PLAFON DE LED QUADRADO DE EMBUTIR 275X225 6 500K	UN	6,00	50,73	304,38	
comp 13	8.17	PLAFON DE LED QUADRADO DE EMBUTIR 30X30 4 500K	UN	4,00	69,41	261,64	
							24.508,09
	9	PINTURA					
		PINTURA EM TETO					
88483	9.1	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM TETO, DUAS DEMÃO(COR BRANCO NEVE)	M²	332,32	11,70	3.888,14	
88489	9.2	APLICAÇÃO E LIXAMENTO DE MASSA LÁTEX EM TETO, DUAS DEMÃOS. AF_06/2014	M²	332,32	21,97	7.301,07	
		PINTURA EM PAREDE					
88497	9.3	APLICAÇÃO E LIXAMENTO DE MASSA LÁTEX EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_06/2014	M²	214,44	12,31	2.639,76	
88489	9.4	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM PAREDES, DUAS DEMÃOS (COR LEITE QUENTE)	M²	397,49	10,18	4.231,58	

CREA-PR
O SELO DE AUTENTICIDADE FOI AFIXADO NA ÚLTIMA FOLHA

Dra. Thaliana M. de Souza
ADVOGADA OAB/PR 74.211

	OBRA:	REFORMA CAMARA MUNICIPAL - PREDIO 2				BDI 25%	
	MUNICIPIO:	CORNÉLIO PROCÓPIO - PR					
	DATA:	novembro-17				MÊS 08/17	
	ITEM	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID	QUANTIDADE	PREÇO UNIT	TOTAL	TOTAL BDI
SAPI 10417							
		PINTURA EM ESQUADRIAS DE MADEIRA					
9739/001	9.5	PINTURA ESMALTE ACETINADO EM MADEIRA, DUAS DEMAOS	M²	68,89	15,67	1.079,35	
		PINTURA EM ESQUADRIA METÁLICAS					
9145/001	9.6	PINTURA EM ESMALTE SINTETICO EM PECAS METALICAS UTILIZANDO REVOLVER/COMPRESSOR, DUAS DEMAOS, INCLUSO UMA DEMAO FUNDO OXIDO DE FERRO/ZARCAO	M²	85,84	15,94	1.368,29	
							844,24
	10	LIMPEZA					
9537	10.1	LIMPEZA FINAL DA OBRA	M²	348,00	2,44	844,24	
		CUSTO TOTAL S/BDI					66.520,45
		TOTAL COM BDI DE 25%					100.160,57

PREFEITURA DE CORNÉLIO PROCÓPIO
DATA: 02/10/2017
ASSINATURA

CÂMARA MUNICIPAL DE CORNÉLIO PROCÓPIO
AUTENTICAÇÃO
Autentico a presente cópia fotostática por ser uma reprodução fiel do documento original.
Cornélio Procópio
Carolina Di Paula Cantidio
Controladoria da Câmara Municipal

Simone Braga Arau
Arquiteta e Urbanista
CAU - A21.117-6

Dra Thatiana M. de Souza
ADVOGADA OAB/PR 74.211

CREA-PR
O SELO DE AUTENTICIDADE FOI AFIXADO NA ÚLTIMA FOLHA

488

Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009

CREA-PR

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

Certidão de Acervo Técnico
3285/2019

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná - Crea-PR, o Acervo Técnico do profissional LUCIANO MOSTI RESENDE referente à (s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo discriminada(s):

Profissional: **LUCIANO MOSTI RESENDE** RNP: **1702801780**
Registro: **PR-58374/D**
Título profissional: **ENGENHEIRO CIVIL**

Número da ART: **20180398230** Situação da ART: **BAIXA POR CONCLUSÃO DE OBRA/SERVIÇO**
Tipo de ART: ART de Obra ou Serviço Registrada em: 31/01/2018 Baixada em: 31/05/2019 Forma de registro: Inicial
Participação técnica: Individual

Empresa contratada: **RESENDE & CAVALCANTE LTDA - ME**

Contratante: **CÂMARA MUNICIPAL DE CORNÉLIO PROCÓPIO** CNPJ: **72.327.307/0001-02**

Rua: RUA PARAÍBA Nº: 163

Complemento: Bairro: CENTRO

Cidade: CORNELIO PROCOPIO UF: PR CEP: 86300-000

Contrato celebrado em 03/12/2017

Valor do contrato: R$ 0,00 Tipo de contratante: Não informado

Dimensão: 332,32 Unidade de Medida: M2

Ação Institucional:

Endereço da obra/serviço: RUA PARAÍBA Nº: 163

Bairro: CENTRO

Cidade: CORNELIO PROCOPIO UF: PR CEP: 86300-000

Coordenadas Geográficas:

Data de início: 03/12/2017 Conclusão efetiva: 28/04/2018

Finalidade: Outro

Proprietário: CPF:

Atividade Técnica: Tipo de Contrato: **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**, Atividade Técnica: **EXECUÇÃO DE OBRA OU SERVIÇO TÉCNICO**, Área de Competência: **EDIFICAÇÕES - CONSTRUÇÃO CIVIL**, Tipo de Obra/Serviço: **EDIFICAÇÕES PÚBLICAS QUALQUER ÁREA**, Serviço Contratado: **EXECUÇÃO**

Observações:
OBRA DE REFORMA DO PRÉDIO II DA CÂMARA MUNICIPAL DE CORNÉLIO PROCÓPIO

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico - CAT, conforme selos de segurança A 060961, o atestado expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

Certidão de Acervo Técnico nº 3285/2019

21/10/2021 15:26

A CAT à qual o atestado está vinculado é o documento que comprova o registro do atestado no Crea.

A CAT à qual o atestado está vinculado constitui prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

A CAT é válida em todo território nacional.

A CAT perderá a validade no caso de modificação dos dados técnicos qualitativos ou quantitativos nela contidos em razão de substituição ou anulação de ART.

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-PR, no endereço https://www.crea-pr.org.br, informando o número do protocolo: 239999/2019.

A falsificação deste documento constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

489

ATESTADO DE CONCLUSÃO DE OBRA

'Á PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ASSAÍ, inscrita no CNPJ : 76.290.709/0001-30, situada na Avenida Rio de Janeiro, 720, 1° andar na cidade de Assaí/PR, representada pelo Prefeito Municipal, Acácio Secci, brasileiro, inscrito sob CPF/MF: 458.107.889-04, portador da cédula de identidade RG: 3.471.641-2 SSP/PR, vem através deste, atestar para os devidos fins, obra de Execução de Manutenção Corretiva da Escola Municipal Professora Maria Mitiko Tsuboi, com área de 1223,10 m2 (um mil duzentos vinte três ponto dez metros quadrados), situada na Rua Manuel Ribas, 121, tendo seu início em 18/05/2018 e concluído em 08/11/2018, conforme ART 20182656032, Empresa contratada Resende & Cavalcante LTDA - ME, CNPJ: 14.987.519/0001-10 e seu responsável pela execução da obra Eng. Civil Luciano Mosti Resende, CREA/PR: 58.374/D

Por ser expressão da verdade firmo o presente

Assaí, 01 de fevereiro de 2019

Acácio Secci
Prefeito Municipal

CONFERE COM ORIGINAL
DATA: 24/10/2021
ASSINATURA

Flavio Vallini
Eng. Civil CREA/PR: 151451/D

Atestado registrado mediante vinculação à respectiva CAT
CREA-PR
A 051760

Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009

CREA-PR

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

Certidão de Acervo Técnico
478/2019

490

Número da ART: **20182656032** Situação da ART: BAIXA POR CONCLUSÃO DE OBRA/SERVIÇO
Tipo de ART: ART de Obra ou Serviço Registrada em: 18/06/2018 Baixada em: 03/12/2018 Forma de registro: Inicial
Participação técnica: Individual

Empresa contratada: **RESENDE & CAVALCANTE LTDA - ME**

Contratante: **PREFEITURA DE ASSAI** CNPJ: **76.290.709/0001-30**

Rua: AV. RIO DE JANEIRO Nº: 720

Complemento: Bairro: CENTRO

Cidade: ASSAI UF: PR CEP: 86220-000

Contrato: celebrado em 18/05/2018

Valor do contrato: R$ 112.827,79 Tipo de contratante: Pessoa Jurídica (Direito Público) brasileira

Dimensão: 1.223,10 Unidade de Medida: M2

Ação Institucional:

Endereço da obra/serviço: RUA MANUEL RIBAS Nº 121

Bairro: CENTRO

Cidade: ASSAI UF: PR CEP: 86220-000

Coordenadas Geográficas:

Data de início: 18/05/2018 Conclusão efetiva: 08/09/2018

Finalidade: Outro

Proprietário: CPF:

Atividade Técnica: Tipo de Contrato: **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS** Atividade Técnica: **EXECUÇÃO DE OBRA OU SERVIÇO TÉCNICO**. Área de Competência: **EDIFICAÇÕES - CONSTRUÇÃO CIVIL**. Tipo de Obra/Serviço: **OUTRAS OBRAS/SERVIÇOS**. Serviço Contratado: **EXECUÇÃO**

Observações:
EXECUÇÃO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA CORRETIVA DA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA MARIA MITIKO TSUBOI

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico - CAT, conforme selos de segurança A 051760, A 057251, o atestado expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

Certidão de Acervo Técnico nº 478/2019

21/10/2021 15:28

A CAT à qual o atestado está vinculado é o documento que comprova o registro do atestado no Crea.

A CAT à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

A CAT é válida em todo território nacional.

A CAT perderá a validade no caso de modificação dos dados técnicos qualitativos ou quantitativos nela contidos em razão de substituição ou anulação de ART.

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-PR, no endereço https://www.crea-pr.org.br, informando o número do protocolo: 38715/2019.

A falsificação deste documento constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

DECLARAÇÃO DE CONCLUSÃO DE OBRA

Eu, José Furlan, inscrito no CPF sob o n.º 165.088.909-72, casado, empresário, residente na Rua Rio de Janeiro n.º 182, Centro - Rancho Alegre - PR, venho através desta, DECLARAR, para os devidos fins, a contratação para elaboração e execução de um galpão em alvenaria, concreto armado, e cobertura em estrutura metálica, com uma área de 425,25m² edificado na Rua Rio de Janeiro n.º182 - Centro - Rancho Alegre -PR, tento seu início no dia 07 de fevereiro de 2018 e concluído em 07 de junho de 2018, conforme ART n.º 20180586479, empresa contratada RESENDE & CAVALCANTE LTDA - ME, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 14.987.519/0001-10, responsável pelos projetos e execução da obra o Engenheiro Civil LUCIANO MOSTI RESENDE, CREA/ PR: 58.354/D.

Por ser expressão da verdade, firmo o presente

Rancho Alegre, 09 de junho de 2018.

JOSÉ FURLAN
CPF/MF: 165.088.909 - 72
Contratante

CONFERE COM O ORIGINAL
DATA: 20/10/2021
ASSINATURA

Atestado registrado mediante vinculação à respectiva CAT
CREA - PR
A 051760

Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009

CREA-PR

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

Certidão de Acervo Técnico
3341/2018

492

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução n° 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná - Crea-PR, o Acervo Técnico do profissional LUCIANO MOSTI RESENDE referente à (s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo discriminada(s):

Profissional: **LUCIANO MOSTI RESENDE** RNP **1702801780**
Registro: **PR-58374/D**
Título profissional: **ENGENHEIRO CIVIL**

Número da ART: **20180586479** Situação da ART: **BAIXA POR CONCLUSÃO DE OBRA/SERVIÇO**
Tipo de ART: **ART de Obra ou Serviço** Registrada em: **08/02/2018** Baixada em: 08/06/2018 Forma de registro: **Inicial**
Participação técnica: **Individual**
Empresa contratada: **RESENDE & CAVALCANTE LTDA - ME**

Contratante: **JOSE FURLAN** CNPJ **165.088.909-72**
Rua: **RUA RIO DE JANEIRO** Nº: **182**
Complemento: Bairro: **CENTRO**
Cidade: **RANCHO ALEGRE** UF: **PR** CEP: **86290-000**
Contrato: celebrado em **07/02/2018**
Valor do contrato: **R$ 2.000,00** Tipo de contratante: **Pessoa Física brasileira**
Dimensão: **425,25** Unidade de Medida: **M2**
Ação Institucional:
Endereço da obra/serviço: **RUA RIO DE JANEIRO** Nº: **182**
Complemento: **QD: 03 LT: 6E7** Bairro: **CENTRO**
Cidade: **RANCHO ALEGRE** UF: **PR** CEP: **86290-000**
Coordenadas Geográficas:
Data de início: **07/02/2018** Conclusão efetiva: **07/06/2018**
Finalidade: **Outro**
Proprietário: CPF

Atividade Técnica: **Tipo de Contrato PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**, Atividade Técnica: **PROJETO E EXECUÇÃO DE OBRA OU SERVIÇO TÉCNICO**, Área de Competência: **EDIFICAÇÕES - CONSTRUÇÃO CIVIL**, Tipo de Obra/Serviço: **GALPÃO / BARRACAO FECHADO**, Serviço Contratado: **EXECUÇÃO,FORNECIMENTO / FABRICAÇÃO,MONTAGEM,PROJETO ARQUITETÔNICO,PROJETO DE PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIOS,PROJETO ELÉTRICO,PROJETO ESTRUTURAL,PROJETO HIDRÁULICO**

Observações:
BARRACÃO EM ESTRUTURA METÁLICA, PARA COMERCIO COM UMA ÁREA DE 425,25 M2.

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico - CAT, conforme selos de segurança A 051750, o atestado expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

Certidão de Acervo Técnico nº 3341/2018
21/10/2021 15:30

A CAT à qual o atestado está vinculado é o documento que comprova o registro do atestado no Crea.

A CAT à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

A CAT é válida em todo território nacional.

A CAT perderá a validade no caso de modificação dos dados técnicos qualitativos ou quantitativos nela contidos em razão de substituição ou anulação de ART.

A autencidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-PR, no endereço https://www.crea-pr.org.br, informando o número do protocolo: 232135/2018.

A falsificação deste documento constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

ATESTADO DE CONCLUSÃO DE OBRA

A CÂMARA MUNICIPAL DE CORNÉLIO PROCÓPIO, inscrita no CNPJ: 72.327.307/0001-02, situada na Rua Paraíba, 163, na cidade de Cornélio Procópio/PR, representada pelo Presidente da Câmara Helvécio Alves Badaró, brasileiro, inscrito sob CPF/MF: 204.169.549-87, portador da cédula de identidade RG: 923.327-0 SSP/PR, vem através deste, atestar para os devidos fins,execução da obra de reforma da Câmara Municipal de Cornélio Procópio, com área de 402,96 m2 (quatrocentos e dois, noventa seis metros quadrados), situada na Rua Paraíba, 163, tendo seu início em 27/07/2017 e concluído em 13/09/2017, conforme ART 20173227173, Empresa contratada Resende & Cavalcante LTDA - ME, inscrita na CNPJ 14.987.519/0001-10, responsável pela execução da obra Eng. Civil Luciano Mosti Resende, CREA/PR: 58.374/D

Por ser expressão da verdade firmo o presente

Cornélio Procópio, 14 de setembro de 2017.

Câmara Municipal de Cornélio Procópio
Helvécio Alves Badaró

CONFERE COM O ORIGINAL
DATA: 02/10/2017
ASSINATURA

Atestado registrado mediante vinculação à respectiva CAT
CREA - PR
A 051765

Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009

CREA-PR

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

Certidão de Acervo Técnico
7334/2017

494

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná - Crea-PR, o Acervo Técnico do profissional LUCIANO MOSTI RESENDE referente à (s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo discriminada(s):

Profissional: **LUCIANO MOSTI** RESENDE RNP **1702801780**
Registro: **PR-58374/D**
Título profissional: ENGENHEIRO CIVIL

Número da ART: **20173227173** Situação da ART: BAIXA POR CONCLUSÃO DE OBRA/SERVIÇO
Tipo de ART: **ART de Obra ou Serviço** Registrada em: 28/07/2017 **Baixada em: 19/12/2017** Forma de registro: Inicial
Participação técnica: Individual
Empresa contratada: **RESENDE & CAVALCANTE LTDA - ME**

Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE CORNÉLIO PROCÓPIO CNPJ: **72.327.307/0001-02**
Rua: RUA PARAÍBA Nº: **163**
Complemento: Bairro: **CENTRO**
Cidade: CORNELIO PROCOPIO UF: PR CEP: 86300-000
Contrato celebrado em 27/07/2017
Valor do contrato: R$ 0,00 Tipo de contratante: Não informado
Dimensão: 402,96 Unidade de Medida: M2
Ação Institucional:
Endereço da obra/serviço: RUA PARAÍBA Nº 163
Bairro: CENTRO
Cidade: CORNELIO PROCOPIO UF: PR CEP: 86300-000
Coordenadas Geográficas
Data de início: 27/07/2017 Conclusão efetiva: 13/09/2017
Finalidade: Outro
Proprietário: CPF:

Atividade Técnica: Tipo de Contrato: **PRESTAÇÃO** DE **SERVIÇOS**, Atividade Técnica: **EXECUÇÃO** DE OBRA OU SERVIÇO **TÉCNICO**, Área de Competência: **EDIFICAÇÕES - CONSTRUÇÃO CIVIL**, Tipo de Obra/Serviço: EDIFICAÇÕES PÚBLICAS **QUALQUER ÁREA**, Serviço Contratado: **EXECUÇÃO**

Observações:
REFORMA NO TELHADO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CORNELIO PROCÓPIO COM UMA ÁREA DE 402,96 M2

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico - CAT, conforme selos de segurança A 051765, o atestado expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

Certidão de Acervo Técnico nº 7334/2017
21/10/2021 15:31

A CAT a qual o atestado está vinculado é o documento que comprova o registro do atestado no Crea.

A CAT à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

A CAT é válida em todo território nacional.

A CAT perderá a validade no caso de modificação dos dados técnicos qualitativos ou quantitativos nela contidos em razão de substituição ou anulação de ART.

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-PR, no endereço https://www.crea-pr.org.br, informando o número do protocolo: 454146/2017.

A falsificação deste documento constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

ATESTADO DE CONCLUSÃO DE OBRA

Á INTEGRADA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL, inscrita no CNPJ : 00.993.264/0001-93, situada na Rua São Jerônimo, 200, na cidade de Londrina/PR, representada pelo eng. Jorge Osawa , brasileiro, inscrito sob CPF/MF:695.347.138-72 , portador da cédula de identidade RG:5.773.077 – SSP-SP , vem através deste, atestar para os devidos fins, a Execução da Obra de Construção de Galpão com Estrutura Metálica, com área de 600 m2 (seiscentos metros quadrados), situada na Rodovia PR 443 – KM 23, Município de Rancho Alegre – Paraná tendo seu início em 01/05/2018 e concluído em 03/12/2018, conforme ART 20181953262, Empresa contratada Resende & Cavalcante LTDA - ME, CNPJ: 14.987.519/0001-10 e seu responsável pela execução da obra Eng. Civil Luciano Mosti Resende, CREA/PR: 58.374/D

Por ser expressão da verdade firmo o presente

Londrina, 23 de janeiro de 2019

INTEGRADA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL
Eng. Civil JORGE OSAWA
CREA 85940/D-SP - Visto-PR 9132 V

CONFERE COM ORIGINAL
DATA 22/10/2021
ASS.

Atestado registrado mediante vinculação à respectiva CAT
CREA - PR
A 057251

Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009

CREA-PR

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

Certidão de Acervo Técnico

478/2019 496

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná - Crea-PR, o Acervo Técnico do profissional LUCIANO MOSTI RESENDE referente à (s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo discriminada(s):

Profissional: **LUCIANO MOSTI RESENDE** RNP: **1702801780**

Registro: **PR-58374/D**

Título profissional: **ENGENHEIRO CIVIL**

Número da ART: **20181953262** Situação da ART: **BAIXA POR CONCLUSÃO DE OBRA/SERVIÇO**
Tipo de ART: **ART de Obra ou Serviço** Registrada em: **03/05/2018** Baixada em: **03/12/2018** Forma de registro: **Inicial**
Participação técnica: **Individual**

Empresa contratada: **RESENDE & CAVALCANTE LTDA - ME**

Contratante: **INTEGRADA COOPERATIVA AGROINSDUSTRIAL** CNPJ **00.993.264/0025-60**

Rua: **R SAO JERONIMO** Nº: **200**

Complemento Bairro: **CENTRO**

Cidade: **LONDRINA** UF: **PR** CEP: **86010-480**

Contrato: celebrado em **01/05/2018**

Valor do contrato: **R$ 281.950,85** Tipo de contratante: **Não informado**

Dimensão: **600,00** Unidade de Medida: **M2**

Ação Institucional:

Endereço da obra/serviço: **RODOVIA PR-443 - KM 23** Nº: **S/N**

Complemento: **LT P/LOTE Y-55-A** Bairro: **FAZENDA CONGONHAS**

Cidade: **RANCHO ALEGRE** UF: **PR** CEP: **86290-000**

Coordenadas Geográficas:

Data de início: **01/05/2018** Conclusão efetiva: **10/08/2018**

Finalidade: **Outro**

Proprietário: CPF:

Atividade Técnica: **Tipo de Contrato: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. Atividade Técnica: PROJETO E EXECUÇÃO DE OBRA OU SERVIÇO TÉCNICO. Área de Competência: EDIFICAÇÕES - CONSTRUÇÃO CIVIL. Tipo de Obra/Serviço: GALPÃO / BARRACAO FECHADO. Serviço Contratado: EXECUÇÃO,FORNECIMENTO / FABRICAÇÃO,MONTAGEM,PROJETO ARQUITETÔNICO,PROJETO ESTRUTURAL**

Observações:
CONSTRUÇÃO DE UM GALPÃO DE 600,00 M2 COM ESTRUTURA METÁLICA

ATESTADO DE CONCLUSÃO DE OBRA

A UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Câmpus Cornélio Procópio – PR, situada na Av. Alberto Carazzai, 1640, Vila Seugling, na cidade de Cornélio Procópio – PR., inscrita no CNPJ 75.101.873/0003-51, através de seu representante abaixo assinado, ATESTA para os devidos fins que o Engenheiro Luciano Mosti Resende, portador do CPF nº 675.784.036-72 e do CREA 58374/D-PR, residente nesta cidade, responsável técnico da empresa **Luana Construções e Meio Ambiente Ltda.**, CNPJ 03.631.043/0001-63, executou em nosso terreno situado no endereço acima, em regime de Empreitada Global conforme contrato e especificações técnicas do Processo nº 004/2005, o seguinte serviço:

Execução de Obra destinada ao Fornecimento e Instalação de 10 pilares pré-moldados, fechamento da lateral, fundo e frente da Quadra de Esporte em alvenaria de tijolo aparente com 576,60 m² e pavimentação com piso sextavado de concreto com uma área de 875,36 m², situada no endereço acima, tendo seu início em 19/09/2005 e concluído em 04/12/2005, conforme ART nº 3034776168.

Atestamos ainda que a contratada e seu responsável técnico, atendeu em eficiência e qualidade todos os serviços técnicos executados, não tendo nada que o desabone até a presente data. Por ser expressão de verdade, confirmo o presente atestado, abaixo assinado.

Sendo o que temos a atestar, datamos e firmamos o presente.

Cornélio Procópio, 03 de abril de 2019.

Ricardo Di Tommaso Bastos
DEPRO-CP / CREA RJ 37.977/D

Douglas Henrique Garrido Sanches
Diretor de Planejamento e Administração

Márcio Bacometti
Diretor Geral
Câmpus de Cornélio Procópio
UTFPR

CONFERE COM ORIGINAL
DATA: 22/10/2021
ASSINATURA

Atestado registrado mediante vinculação à respectiva CAT
CREA - PR
A 057253

Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009

CREA-PR

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

Certidão de Acervo Técnico
1665/2019

498

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução n° 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná - Crea-PR, o Acervo Técnico do profissional LUCIANO MOSTI RESENDE referente à (s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo discriminada(s):

Profissional: **LUCIANO MOSTI RESENDE** RNP: **1702801780**
Registro: **PR-58374/D**
Título profissional: ENGENHEIRO CIVIL

Número da ART: **3034776168** Situação da ART: **BAIXA POR CONCLUSÃO DE OBRA/SERVIÇO**
Tipo de ART: ART de Obra ou Serviço Registrada em: 27/10/2005 Baixada em: 23/01/2017 Forma de registro: Inicial
Participação técnica: Individual

Empresa contratada: **LUANA CONSTRUÇÕES E MEIO AMBIENTE LTDA**

Contratante: **CEFET - UNIDADE DE CORNÉLIO PROCÓPIO - PR** CNPJ: **75.101.873/0003-51**

Rua: AV ALBERTO CARAZZAI Nº: 1640

Complemento Bairro: CENTRO

Cidade: CORNELIO PROCOPIO UF: PR CEP: 86300-000

Contrato celebrado em: 19/09/2005

Valor do contrato: R$ 0,00 Tipo de contratante: Pessoa Jurídica (Direito Público) brasileira

Dimensão: 1,00 Unidade de Medida: UNID

Ação Institucional:

Endereço da obra/serviço: AV ALBERTO CARAZZAI Nº 1640

Bairro: CENTRO

Cidade: CORNELIO PROCOPIO UF: PR CEP: 86300-000

Coordenadas Geográficas:

Data de início: 19/09/2005 Conclusão efetiva: 04/12/2005

Finalidade: Outro

Proprietário: CPF:

Atividade Técnica: Tipo de Contrato: **EMPREITADA**, Atividade Técnica: **EXECUÇÃO DE OBRA OU SERVIÇO TÉCNICO**, Área de Competência: **SERVIÇOS TÉC PROFISSIONAIS NA MODALIDADE CIVIL**, Tipo de Obra/Serviço: **OUTRAS OBRAS/SERVIÇOS**, Serviço Contratado: **EXECUÇÃO**

Observações:
EXECUÇÃO DE OBRA DESTINADA AO FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE 10 PILARES PRÉ MOLDADOS, FECHAMENTO DA LATERAL, FUNDO E FRENTE DA QUADRA DE ESPORTE EM ALVENARIA DE TIJOLO APARENTE COM 576,60 M2 E PAVIMENTAÇÃO COM PISO SEXTAVADO DE CONCRETO COM UMA AREA DE 875,36 M2

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico - CAT, conforme selos de segurança A 057253, o atestado expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

Certidão de Acervo Técnico nº 1665/2019
21/10/2021 15:27

A CAT à qual o atestado está vinculado é o documento que comprova o registro do atestado no Crea.

A CAT à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou vier a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

A CAT é valida em todo território nacional.

A CAT perderá a validade no caso de modificação dos dados técnicos qualitativos ou quantitativos nela contidos em razão de substituição ou anulação de ART.

A autencidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-PR, no endereço https://www.crea-pr.org.br, informando o número do protocolo: 125011/2019.

A falsificação deste documento constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

ATESTADO DE SERVIÇOS

Atestamos que a empresa **LUANA CONSTRUÇÕES E MEIO AMBIENTE LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na R. Colombo Nº 210, nesta cidade, inscrita no CNPJ/MF sob nº 03.631.043/0001-63, conforme Edital Convite 046/02, executou para a **Prefeitura Municipal de Cornélio Procópio**, a obra de construção de Centro de Geração de Renda, a saber:

* **EXECUÇÃO DE 1.180,30 M2 DE COBERTURA METÁLICA;**
* **EXECUÇÃO DE PISO ARMADO, COM CONCRETO USINADO;**
* **EXECUÇÃO DE MURO DE ARRIMO ESTRUTURADO.**

Data de inicio da obra : 15/07/2002

Data da conclusão da obra : 10/01/2003

Atestamos ainda que os serviços foram executados dentro dos prazos e especificações técnicas do projeto e planilha de serviços desta prefeitura.

Cornélio Procópio, 18 de março de 2004.

GERALDO GOMES MEDEIROS JUNIOR
Eng. Civil—CREA 21.696/D-PR
Diretor Depto de Obras

1º Ofício de Notas - Dibi M. Massud Awin

INSPETORIA DE CORNÉLIO PROCÓPIO

Os dados constantes no presente documento, são de inteira responsabilidade do emitente. A certificação do CREA-PR limita-se às informações descritas na(s) ART(s) nº(s) 2581489-0

Data 19/03/04

Funcionário: _____ Mat: 418

500

Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009

CREA-PR

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

Certidão de Acervo Técnico
735/2004

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução n° 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná - Crea-PR, o Acervo Técnico do profissional LUCIANO MOSTI RESENDE referente à (s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo discriminada(s):

Profissional: **LUCIANO MOSTI RESENDE** RNP: **1702801780**
Registro: **PR-58374/D**
Título profissional: **ENGENHEIRO CIVIL**

Número da ART: **2581489-0** Situação da ART: BAIXA POR CONCLUSÃO DE OBRA/SERVIÇO
Tipo de ART: ART de Obra ou Serviço Registrada em: 15/07/2002 Baixada em: 19/03/2004 Forma de registro: Inicial
Participação técnica: Individual

Empresa contratada: **LUANA CONSTRUÇÕES E MEIO AMBIENTE LTDA**

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL CORNÉLIO PROCÓPIO - PR** CPF:

Rua: ENDEREÇO NÃO INFORMADO Nº: S/N

Complemento: Bairro: BAIRRO NÃO INFORMADO

Cidade: UF: CEP:

Contrato celebrado em 15/07/2002

Valor do contrato: R$ 0,00 Tipo de contratante: Não informado

Dimensão: 1 180,30 Unidade de Medida: M2

Ação Institucional:

Endereço da obra/serviço: AV MINAS GERAIS ANTIGO MERCADO MUNICIPAL Nº: S/N

Bairro: CENTRO

Cidade: CORNELIO PROCOPIO UF: PR CEP: 86300-000

Coordenadas Geográficas

Data de início: 15/07/2002 Conclusão efetiva: 10/01/2003

Finalidade: Outro

Proprietário: CPF:

Atividade Técnica: Tipo de Contrato: , Atividade Técnica: , Área de Competência: , Tipo de Obra/Serviço: **EDIFICAÇÕES PÚBLICAS QUALQUER ÁREA**, Serviço Contratado: **EXECUÇÃO**

Observações:
EXECUÇÃO DE COBERTURA METÁLICA, PISO EM CONCRETO ARMADO E MURO DE ARRIMO

Certidão de Acervo Técnico nº 735/2004

21/10/2021 15:34

A CAT à qual o atestado está vinculado é o documento que comprova o registro do atestado no Crea.

A CAT à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

A CAT é válida em todo território nacional.

A CAT perderá a validade no caso de modificação dos dados técnicos qualitativos ou quantitativos nela contidos em razão de substituição ou anulação de ART.

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmado no site do Crea-PR, no endereço https://www.crea-pr.org.br, informando o número do protocolo.

A falsificação deste documento constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

ATESTADO DE CONCLUSÃO DE OBRA

AO CREA
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONÔMIA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TAMARANA, inscrita no CNPJ nº 01.613.167/0001-90, situada na Rua Izaltino José Silvestre, 643, na cidade de Tamarana/Pr., representada pelo Prefeito Municipal Sr. Paulo Mitio Nakaoka, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Tamarana/Pr, vem através deste, atestar para os devidos fins, construção de uma Creche em Alvenaria, com área de 216,71m² (duzentos e dezesseis ponto setenta e um metro quadrados), situada no Jardim Esperança tendo seu início em 24/01/2002 e concluído em 13/06/2002, conforme ART 2443747, Empresa contratada LUANA CONSTRUÇÕES E MEIO AMBIENTE LTDA., responsável pela execução da obra Eng. Civil Luciano M. Resende, Crea nº - 58.374/D - Pr.

Por ser expressão da verdade firmo o presente.

Tamarana, 14 de junho de 2002.

Paulo Mitio Nakaoka
PREFEITO MUNICIPAL

CONFERE COM O ORIGINAL
DATA 22/10/2021
ASSINATURA

TAMARANA

IONATO - RENATO ARAÚJO - CARTÓRIO
Rua Arlindo Pereira de Araújo, 141
Fone/Fax (043) 320-1272 - Tamarana - Paraná
Reconheço por semelhança a(s) firma(s) de: Paulo Mitio Nakaoka
Tamarana, 13 de junho de 2002
dou fé.

CARTÓRIO DISTRITAL
Lei 13.228 de 18/07/2001
FUNARPEN
SELO DE AUTENTICIDADE
NOTARIAL
Nº AB090602

CREA-PR

O presente Atestado foi apresentado ao CREA-PR em cumprimento a Lei Federal 8.666/93, não cabendo atestar a conclusão ou realização dos serviços, sendo a responsabilidade deste órgão a verificação da atividade profissional em conformidade com a Lei Federal 5.194/66.

Certificamos ainda que o presente Atestado é parte integrante da Certidão de Acervo Técnico nº 001801/2002 – , expedida em 20/062002, no que concerne às atividades da área da Engenharia Civil, conforme atribuições do profissional, referente a ART nº 2443747-0.

Cornélio Procópio, 20 de Junho de 2002.

Luiz Carlos Amâncio
Ass. Operações - 418

CREA-PR CREA-PR CREA-PR CREA-PR CREA-PR CREA-PR CREA-PR
CREA-PR CREA-PR CREA-PR CREA-PR CREA-PR CREA-PR CREA-PR

1º Ofício de Notas - Dibi M. Massud Amin
Rua dos Bandeirantes, 27 - Cornélio Procópio - PR
Fone: (43) 524-2011 - Fax: 524-1223
RECONHEÇO por semelhança

Lei 13.228 de 18/01/2001 FUNARPEN SELO DE AUTENTICIDADE

1 Dou Vou AB C61943

Cornélio Procópio, 20 de junho de 2002

Em testº da verdade.

Adnia Massud Amin - Escrevente Substituta
Maisa Aparecida Ferreira - Escrevente
Waldelia Oliveira Defundini - Escrevente

Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009

CREA-PR

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

Certidão de Acervo Técnico
1801/2002

502

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná - Crea-PR, o Acervo Técnico do profissional LUCIANO MOSTI RESENDE referente à (s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo discriminada(s):

Profissional: LUCIANO MOSTI RESENDE RNP 1702801780
Registro: PR-58374/D
Título profissional: ENGENHEIRO CIVIL

Número da ART: 2443747-0 **Situação da ART:** BAIXA POR CONCLUSÃO DE OBRA/SERVIÇO
Tipo de ART: ART de Obra ou Serviço **Registrada em:** 23/01/2002 **Baixada em:** 20/06/2002 **Forma de registro:** Inicial
Participação técnica: Individual

Empresa contratada: LUANA CONSTRUÇÕES E MEIO AMBIENTE LTDA

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE TAMARAMA CPF:

Rua: ENDEREÇO NÃO INFORMADO **Nº:** S/N

Complemento: **Bairro:** BAIRRO NÃO INFORMADO

Cidade: UF CEP

Contrato: celebrado em 24/01/2002

Valor do contrato: R$ 0,00 **Tipo de contratante:** Não informado

Dimensão: 216,71 **Unidade de Medida:** M2

Ação Institucional:

Endereço da obra/serviço: JARDIM ESPERANÇA **Nº:** S/Nº

Bairro JD ESPERANCA

Cidade: TAMARANA UF: PR CEP: 86125-000

Coordenadas Geográficas:

Data de início: 24/01/2002 Conclusão efetiva: 13/06/2002

Finalidade: Outro

Proprietário: CPF:

Atividade Técnica: Tipo de Contrato: , Atividade Técnica: , Área de Competência: , Tipo de Obra/Serviço: EDIFICAÇÕES DE ENSINO QUALQUER ÁREA, Serviço Contratado: EXECUÇÃO,PROJETO ARQUITETÔNICO,PROJETO DE PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIOS,PROJETO ELÉTRICO,PROJETO ESTRUTURAL,PROJETO HIDRÁULICO,PROJETO TUBULAÇÕES TELEFÔNICAS

Observações:
CRECHE

Certidão de Acervo Técnico nº 1801/2002
21/10/2021 15:34

A CAT à qual o atestado está vinculado é o documento que comprova o registro do atestado no Crea

A CAT à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

A CAT é válida em todo território nacional.

A CAT perderá a validade no caso de modificação dos dados técnicos qualitativos ou quantitativos nela contidos em razão de substituição ou anulação de ART.

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-PR, no endereço https://www.crea-pr.org.br, informando o número do protocolo.

A falsificação deste documento constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE CORNÉLIO PROCÓPIO

CARTORIO DISTRIBUIDOR & ANEXOS
AVENIDA SANTOS DUMONT, 811 - CENTRO
CORNÉLIO PROCÓPIO/PR - 86300-000

TITULAR
INALDO BORCHERS MUELLER
JURAMENTADO
ALEXANDRE ALVES FERREIRA

Certidão Negativa

Certifico, a pedido de parte interessada, que revendo os livros e arquivos de distribuição de FALÊNCIA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL e EXTRAJUDICIAL, sob minha guarda neste cartório, verifiquei NÃO CONSTAR nenhum registro em andamento contra:

RESENDE & CAVALCANTE LTDA

inscrita no CNPJ nº 14.987.519/0001-10, estabelecida nesta cidade e Comarca de Cornélio Procópio, Estado do Paraná, no período compreendido entre a presente data e os últimos 20 anos que a antecedem.

CORNÉLIO PROCÓPIO/PR, 02 de Setembro de 2021

ALEXANDRE ALVES FERREIRA

CONFERE COM O ORIGINAL
DATA 02/10/2021
ASSINATURA

Poder Judiciário
CARTÓRIO DO
DISTRIBUIDOR E ANEXOS
Inaldo Borchers Mueller
Distribuidor e Anexos
Av. Santos Dumont, 811
Centro - Fone (43) 3523-8118
CEP 86300-000 - Cornélio Procópio - PR

Custas = R$ 33,66

RESENDE & CAVALCANTE LTDA

CNPJ: 14.987.519/0001-10

Rua Colombo, 210 – Centro, Cornélio Procópio – PR.

504

CAPACIDADE FINANCEIRA

Ref.: Edital de Tomada de Preços nº 03/2021.
Processo de Licitação nº 149/2021

Declaramos que as demonstrações abaixo correspondem a real situação da proponente. Esses índices foram obtidos no balanço do último exercício social encerrado.

Declaramos, ainda, que a qualquer tempo, desde que solicitado pelo licitador, nos comprometemos a apresentar todos os documentos ou informações que comprovarão as demonstrações.

SÃO AS DEMONSTRAÇÕES:

Tipo de índice	Valor em reais	Índice
Liquidez corrente (*LC*) LC = AC / PC	1.046.760,48 34.997,54	29,91
Liquidez geral (*LG*) LG = (*AC* + *RLP*) / (*PC* + *ELP*)	1.046.760,48 34.997,54	29,91
Endividamento (E) E = (PC + ELP) / (AC + RLP + AP)	34.997,54 1.046.760,48	0,03

AC - ativo circulante; RLP - realizável a longo prazo;
AP - ativo permanente; ELP - exigível a longo prazo.
PC - passivo circulante;

OBS: Os índices deverão ser apresentados com 2 (duas) casas decimais, desprezando-se as demais.

Cornélio Procópio, 19 de outubro de 2021.

LUCIMARA FERNANDES SACHI CUNHA:64061388991
Assinado digitalmente por LUCIMARA FERNANDES SACHI CUNHA:64061388991
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e CPF A1, OU=EM BRANCO, OU=12494248000112, OU=PRESENCIAL, CN=LUCIMARA FERNANDES SACHI CUNHA:64061388991
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: sua localização de assinatura aqui
Data: 2021.10.19 09:47:52-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 11.0.1

Luciano Mosti Resende
RG: 45060268 SSP/PR
Representante legal

Lucimara Fernandes Sachi Cunha
CRC/PR 037081/O-7
Contadora

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – Sped Versão: 8.0.4

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE	CNPJ
41207267000	14.987.519/0001-10

NOME EMPRESARIAL
RESENDE & CAVALCANTE LTDA ME

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO
Livro Diário	01/01/2020 a 31/12/2020
NATUREZA DO LIVRO	**NÚMERO DO LIVRO**
DIÁRIO	5

IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH)
7A.22.25.FB.D2.D9.6B.A1.1C.6F.A3.0B.DE.E2.A8.B5.71.48.56.8B

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTES CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Contabilista	64061388991	LUCIMARA FERNANDES SACHI CUNHA:64061388991	606336374259720400 18183595204377648719	18/11/2020 a 18/11/2021	Não
Procurador	64061388991	LUCIMARA FERNANDES SACHI CUNHA:64061388991	606336374259720400 18183595204377648719	18/11/2020 a 18/11/2021	Sim

NÚMERO DO RECIBO:

7A.22.25.FB.D2.D9.6B.A1.1C.6F.A3.0B.
DE.E2.A8.B5.71.48.56.8B-3

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO

em 28/06/2021 às 15:18:15

A1.BD.88.97.50.C1.15.67
04.6E.9D.8C.11.9D.DF.96

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994. Este recibo comprova a autenticação.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.

TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO

Entidade: RESENDE & CAVALCANTE LTDA ME

Período da Escrituração: 01/01/2020 a 31/12/2020 CNPJ: 14.987.519/0001-10

Número de Ordem do Livro: 5

TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial	RESENDE & CAVALCANTE LTDA ME
NIRE	41207267000
CNPJ	14.987.519/0001-10
Número de Ordem	5
Natureza do Livro	DIÁRIO
Município	CORNÉLIO PROCÓPIO
Data do arquivamento dos atos constitutivos	01/02/2012
Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária	
Data de encerramento do exercício social	31/12/2020
Quantidade total de linhas do arquivo digital	6376

TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial	RESENDE & CAVALCANTE LTDA ME
Natureza do Livro	DIÁRIO
Número de ordem	5
Quantidade total de linhas do arquivo digital	6376
Data de início	01/01/2020
Data de término	31/12/2020

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 7A.22.25.FB.D2.D9.6B.A1.1C.6F.A3.0B.DE.E2.A8.B5.71.48.56.8B-3, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: RESENDE & CAVALCANTE LTDA ME

Período da Escrituração: 01/01/2020 a 31/12/2020 CNPJ: 14.987.519/0001-10

Número de Ordem do Livro: 5

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2020 a 31 de Dezembro de 2020

507

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO		R$ 839.943,17	R$ 1.046.760,48
CIRCULANTE		R$ 839.943,17	R$ 1.046.760,48
DISPONIVEL		R$ 838.055,93	R$ 1.035.502,08
CAIXA		R$ 838.055,93	R$ 1.035.502,08
CAIXA GERAL		R$ 838.055,93	R$ 1.035.502,08
CREDITOS		R$ 1.887,24	R$ 11.258,40
ADIANTAMENTO A FUNCIONARIOS		R$ 0,00	R$ 0,00
13O SALARIO		R$ 0,00	R$ 0,00
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS RECUP		R$ 1.887,24	R$ 11.258,40
CONTR.PREV. MATRIZ		R$ 1.887,24	R$ 11.258,40
PASSIVO		R$ 839.943,17	R$ 1.046.760,48
CIRCULANTE		R$ 34.676,78	R$ 34.997,54
PASSIVO CIRCULANTE		R$ 34.676,78	R$ 34.997,54
OBRIGACOES C/ O PESSOAL		R$ 2.894,25	R$ 4.603,61
SALARIOS E ORDENADOS A PAGAR		R$ 2.894,25	R$ 4.603,61
OBRIGACOES FISCAIS E SOCIAIS		R$ 31.782,53	R$ 30.393,93
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA A RECOLHER		R$ 13.202,25	R$ 1.380,94
FGTS A RECOLHER		R$ 649,81	R$ 600,85
PIS S/FAT. A RECOLHER		R$ 1.182,41	R$ 1.390,29
IRPJ A RECOLHER		R$ 4.500,62	R$ 5.000,24
CONTR. SOCIAL A RECOLHER		R$ 3.714,56	R$ 4.265,02
(-) ISS A RECOLHER		R$ (0,00)	R$ 233,34
COFINS A RECOLHER		R$ 5.457,28	R$ 6.416,74
ARC.TRIB.FEDERAIS 6047597		R$ 3.075,60	R$ (0,00)
(-) PARC.CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS		R$ (0,00)	R$ 10.090,05
(-) PARC.TRIB.FEDERAIS COFINS		R$ (0,00)	R$ 1.016,46
(-) PARC.TRIB.FEDERAIS PIS		R$ (0,00)	R$ (0,00)
(-) PARC.TRIB.FEDERAIS IRPJ		R$ (0,00)	R$ (0,00)
(-) PARC.TRIB.FEDERAIS CSLL		R$ (0,00)	R$ (0,00)
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		R$ 805.266,39	R$ 1.011.762,94
CAPITAL SOCIAL		R$ 150.000,00	R$ 150.000,00
CAPITAL SOCIAL		R$ 150.000,00	R$ 150.000,00
CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO		R$ 150.000,00	R$ 150.000,00
LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS		R$ 655.266,39	R$ 861.762,94
LUCROS ACUMULADOS		R$ 655.266,39	R$ 861.762,94
LUCROS ACUMULADOS		R$ 655.266,39	R$ 861.762,94

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 7A.22.25.FB.D2.D9.6B.A1.1C.6F.A3.0B.DE.E2.A8.B5.71.48.56.8B-3, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade: RESENDE & CAVALCANTE LTDA ME

Período da Escrituração: 01/01/2020 a 31/12/2020 CNPJ: 14.987.519/0001-10

Número de Ordem do Livro: 5

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2020 a 31 de Dezembro de 2020

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
CONTAS DE RESULTADO		R$ 207.898,43	R$ 206.496,55
RECEITA BRUTA DAS VENDAS E SERVICOS		R$ 372.381,12	R$ 527.848,31
VENDAS DE MERCADORIAS E SERVICOS		R$ 372.381,12	R$ 527.848,31
VENDAS DOS SERVICOS		R$ 372.381,12	R$ 527.848,31
VENDAS A VISTA		R$ 372.381,12	R$ 527.848,31
(-) (-) DEDUCOES DA RECEITA		R$ (14.487,22)	R$ (26.368,04)
(-) (-) DEDUCOES DA RECEITA BRUTA		R$ (14.487,22)	R$ (26.368,04)
(-) (-) IMPOSTOS S/VENDAS		R$ (14.487,22)	R$ (26.368,04)
(-) PIS S/ FATURAMENTO		R$ (2.420,47)	R$ (3.431,01)
(-) COFINS S/FATURAMENTO		R$ (11.171,43)	R$ (15.835,45)
(-) I.S.S.Q.N S/FATURAMENTO		R$ (895,32)	R$ (7.101,58)
(-) CUSTOS DAS MERCAD/OU SERV.VENDIDOS		R$ (134.334,31)	R$ (265.913,65)
(-) CUSTOS DAS OBRAS EXECUTADAS		R$ (134.334,31)	R$ (265.913,65)
(-) CUSTO DAS OBRAS EXECUTADAS		R$ (134.334,31)	R$ (265.913,65)
(-) SALARIOS E ORDENADOS		R$ (67.355,85)	R$ (57.579,57)
( ) FERIAS		R$ (2.447,96)	R$ (3.342,45)
(-) DECIMO TERCEIRO SALÁRIO		R$ (6.010,03)	R$ (5.007,20)
(-) CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA		R$ (19.815,94)	R$ (18.161,15)
(-) F.G.T.S		R$ (6.842,46)	R$ (5.274,35)
(-) MATERIAIS PARA OBRAS		R$ (28.869,25)	R$ (176.548,93)
(-) DESPESAS OPERACIONAIS		R$ (2.492,62)	R$ (8.553,40)
(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS		R$ (2.492,62)	R$ (8.553,40)
(-) DESPESAS GERAIS ADMINISTRATIVAS		R$ (2.492,62)	R$ (8.553,40)
(-) MATERIAL DE USO E CONSUMO		R$ (0,00)	R$ (8.553,40)
(-) RESULTADO FINANCEIRO		R$ (3.124,77)	R$ (6.969,73)
(-) RESULTADO FINANCEIRO		R$ (3.124,77)	R$ (6.969,73)
(-) DESPESAS FIINANCEIRAS		R$ (3.124,77)	R$ (6.969,73)
(-) JUROS PAGOS		R$ (2.874,77)	R$ (4.322,87)
(-) MULTAS COMPENSATÓRIAS		R$ (250,00)	R$ (2.646,86)
(-) PROVISÕES		R$ (10.043,77)	R$ (13.546,94)
(-) PROVISÕES		R$ (10.043,77)	R$ (13.546,94)
(-) PROVISÕES PARA CONTRIIBUIÇÃO SOCIAL		R$ (4.539,54)	R$ (6.204,76)
(-) PROVISÃO PARA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		R$ (4.539,54)	R$ (6.204,76)
(-) PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA		R$ (5.504,23)	R$ (7.342,18)
(-) PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA		R$ (5.504,23)	R$ (7.342,18)

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 7A.22.25.FB.D2.D9.6B.A1.1C.6F.A3.0B.DE.E2.A8.B5.71.48.56.8B-3, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 8.0.4 do Visualizador

DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS

Entidade: RESENDE & CAVALCANTE LTDA ME

Período da Escrituração: 01/01/2020 a 31/12/2020 CNPJ 14.987.519/0001-10 Número de Ordem do Livro: 5

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2020 a 31 de Dezembro de 2020

Histórico	Código de Aglutinação das Contas de Patrimônio Líquido LUCROS ACUMULADOS (R$)
do inicial de lucros acumulados	655.266,39
stes de exercícios anteriores	0,00
danças de Critérios Contábeis	0,00
ificação de Erros de Exercícios Anteriores	0,00
orporações de Lucros ao Capital Social	0,00
ersão de Reservas	0,00
Contingências	0,00
Lucros a Realizar	0,00
os do exercício	206.496,55
tinação do Lucro	0,00
serva Legal	0,00
serva Estatutária	0,00
serva de Lucros a Realizar	0,00
serva para Contingência	0,00
os sobre o Capital Próprio	0,00
dendos a Distribuir	0,00
dendos Distribuídos	0,00
DO FINAL DE LUCROS ACUMULADOS	861.762,94
as	

te documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número
..22.25.FB.D2.D9.6B.A1.1C.6F.A3.0B.DE.E2.A8.B5.71.48.56.8B-3, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

te relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped Versão 8.0.4 do Visualizador

CONTEXTO OPERACIONAL

A RESENDE & CAVALCANTE LTDA ME,é uma pessoa jurídica de direito privado, fundada em 01 Fevereiro de 2012, com sede na RUA COLOMBO, 210, CENTRO, Cidade de CORNÉLIO PROCÓPIO, Estado do PR e tem por finalidade o ramo de atividades econômicas em Construção de edificios

DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando-se a base contábil da continuidade operacional e princípio do custo histórico como base de valor, exceto quanto a certos ativos não-circulantes e, foram preparadas de acordo com as práticas adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis em vigor em 31/12/2020 e legislação societária.

PRINCIPAIS PRÁTICAS E POLÍTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

Não ocorreram mudanças significativas nas políticas contábeis das demonstrações contábeis individuais de 31 de dezembro de 2020, bem como nos métodos de cálculos utilizados em razão de ser o primeiro período de apresentação das demonstrações financeiras.

a)-Base de Mensuração:

As demonstrações contábeis individuais são apresentadas em unidade de reais ("R$"),adotada como moeda funcional, exceto quando mencionado de outra forma e foram aprovadas pela administração. As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, tomando-se a NBC TG 1000 como base, complementadas pelos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamento Contábeis - CPC, aprovados por resolução do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e por normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM. O critério de mensuração utilizado na elaboração das demonstrações contábeis considera o custo histórico, o valor líquido de realização, o valor justo ou o valor recuperável, quando aplicável.

b)-Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa compreendem os saldos de caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, com riscos insignificantes de mudança de valor, e prontamente conversíveis em caixa. São contabilizados pelo seu valor de face, que é equivalente ao seu valor justo.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa são apresentados líquidos de saldos de contas garantidas, quando aplicável.

c)-Ativos e passivos financeiros

Classificação

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros sob as seguintes categorias: (1) mensurados ao valor justo por meio do resultado, (2) empréstimos e recebíveis, (3) mantidos até o vencimento e (4) disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os instrumentos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

1) Ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são instrumentos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo.

Em geral, os instrumentos financeiros dessa categoria são classificados como aplicações financeiras de curto prazo, no ativo circulante. Aqueles com vencimento original acima de um ano podem ser classificados como aplicações financeiras de curto prazo baseado na intenção e habilidade da Administração em resgatá-los em um período menor do que um ano, bem como, considerando-se a sua

natureza de alta liquidez e pelo fato de representarem um caixa disponivel para operações correntes.

d)-Contas a receber:

As contas a receber são reconhecidas pelo valor de venda deduzida da provisão para devedores duvidosos quando esgotados os mecanismos de cobrança, ajustado a valor presente na data do balanço.

e)-Estoques:

Os estoques são contabilizados pelo custo histórico e avaliados ao final do exercicio pelo PEPS, face a empresa não adotar controle permanente de suas mercadorias e matérias-primas, deduzidos da provisão para desvalorização de estoques;

f)-Imobilizado:

O ativo imobilizado é reconhecido pelo valor de aquisição e a empresa não adota qualquer método de depreciação para esses ativos

g)-Fornecedores

Esta conta e reconhecida pelo custo histórico e ajustado a valor presente

h)-Provisões

A empresa não reconhece mensalmente e nem anualmente as provisões para férias e décimo terceiro salário;

i)-Impostos

Os impostos são reconhecidos na data do balanço pelo seu valor histórico, calculados segundo a metodologia utilizada para a empresa, no caso próprio, o SIMPLES NACIONAL;

Capital social:

O valor do capital social é demonstrado pelo valor histórico, nas datas de subscrição e integralização, sem qualquer atualização com o passar dos anos, salvo aumentos e reduções realizadas pelos sócios;

Lucros acumulados;

A conta lucros ou prejuizos acumulados representa o saldo remanescente dos lucros ou prejuizos gerados ao longo dos anos, salvo quando houver distribuição realizada pelos sócios.

CORNÉLIO PROCÓPIO , 31 Dezembro 2020

LUCIMARA FERNANDES SACHI CUNHA:64061388991

Responsável pela empresa
LUCIANO MOSTI RESENDE
SOCIO GERENTE
C.P.F. 675.784.036-72

Tecnico Contabil
LUCIMARA FERNANDES SACHI CUNHA
CRC PR . PR03708107
C.P.F. 640.613.889-91

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ

ATA
ABERTURA
JULGAMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ

ATA DA SESSÃO DE JULGAMENTO

ATA DA ABERTURA DOS ENVELOPES DOCUMENTAÇÃO E JULGAMENTO DA LICITAÇÃO 3/2021 - PMB – MODALIDADE – TOMADA DE PREÇOS

Aos 22 dias do mês deoutubro do ano 2021, às 09:10 horas, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, em sessão pública, presente a comissão de licitação constituída em 04/01/2021 através da portaria nº 1.500/2021, formada pelo presidente e membros os Srs. CIBELE GUSMAO FONTOLAN DA SILVA, MARCOS DE MORAES, JOYCE FERREIRA PARPINELLI, foi instalada a sessão de abertura e julgamento dos envelopes de documentação da licitação em epígrafe, autorizada pelo Sr. Prefeito Municipal o Sr. Jaelson Ramalho Matta, no processo, datado em 21/07/2021, tendo como objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACIR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR. Inicialmente a Comissão de Licitação, de acordo com o Edital, efetuou o credenciamento das proponentes AL CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCOS E SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM EIRELI, CONSTRUTORA GODOI ANDIRÁ EIRELI ME, EMR CONSTRUTORA EIRELI-ME, RESENDE & CAVALCANTE LTDA ME, e dos seus respectivos representantes os Srs.EDSON SUNAO TOMIYAMA, FELIPE GUSTAVO NARDONI SILVA, EDER FRANCISCO POLCELLI JUNIOR, JOCÉLIO DOS SANTOS GABRIEL, sendo que os mesmos estavam em consonância com a legislação e considerado credenciado. Após, deu-se a abertura do envelope número "1", contendo a documentação de habilitação da proponente os quais foram examinados, conferidos e rubricados pela Comissão de Licitações e representantes das proponentes, e foi constatado que a empresa CONSTRUTORA GODOI ANDIRÁ EIRELI ME não apresentou documento exigido no item 08.2 letra "e" numero "1" motivo pelo qual foi INABILITADA. A empresa AL CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCOS E SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM EIRELI não apresentou documento exigido no item 08.2 letra "d" numero "5" 1.1, motivo pelo qual foi INABILITADA. Encerrada a fase de habilitação e aberto o prazo para apresentação de intenção de recursos. O representante da empresa AL CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCOS E SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM EIRELI manifestou interesse de recursos quanto a sua inabilitação, pelo motivo de haver acordão pelo Tribunal de Contas do Paraná e o representante da empresa CONSTRUTORA GODOI ANDIRÁ EIRELI ME também manifestou intenção de recursos quanto a sua inabilitação pela não apresentação do documento. Foi aberto então o prazo de 05 (cinco) dias úteis até o dia 01/11/2021 para apresentação do recurso e será concedido mesmo prazo a partir do dia 03/11/2021 á 13/11/2021 para contrarrazões pelas demais empresas participantes se assim quizerem. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e assinada a presente Ata pela Comissão de Licitação e representante da proponente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ

CIBELE GUSMÃO FONTOLAN DA SILVA
Presidente
004.594.549-78

MARCOS DE MORAES
Membro
590.505.609-97

JOSE CELESTINO FONTOLAN
Membro
305.411.079-68

EDSON SUNAO TOMIYAMA

FELIPE GUSTAVO NARDONI SILVA

EDER FRANCISCO POLCELLI JUNIOR

JOCÉLIO DOS SANTOS GABRIEL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ

RECURSOS

E

DECISÃO

516

Assunto	**certidão federal da AL construção TP 003**
De	edson tomiyama <aledsontomy@gmail.com>
Para	<licitacao@bandeirantes.pr.gov.br>
Data	24-10-2021 18:48

- Certidao FEDERAL.pdf(~80 KB)

SEGUE EM ANEXO CERTIDÃO

Atenciosamente,

Edson S Tomiyama.

Engenheiro civil
AL CONSTRUÇÃO(43)988244383

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: AL CONSTRUCAO DE EDIFICIOS E SERVICOS DE TERRAPLANAGEM EIRELI
CNPJ: 38.026.840/0001-04

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e

2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 16:31:56 do dia 20/10/2021 <hora e data de Brasília>.
Válida até 18/04/2022.
Código de controle da certidão: **FD54.0307.61EA.95C7**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

função da alteração dos acervos técnicos dos profissionais integrantes de seu quadro técnico.

Art. 49. A Certidão de Acervo Técnico – CAT é o instrumento que certifica, para os efeitos legais ,que consta dos assentamentos do Crea a anotação da responsabilidade técnica pelas atividades

Sendo o registro dos atestados de capacidade técnico-profissional para licitações que preveem a atividade de engenharia (na acepção ampla do termo) nas entidades profissionais competentes, notadamente no CREA e no CAU, ou **quando o registro for previsto em lei, vedada a exigência de atestado de pessoa jurídica.**

Adicionamos em anexo **Acordão do Tribunal de Contas do PR**

ACORDÃO Nº 828/19- TRIBUNAL PLENO ,para melhor leitura e análise

III – DO PEDIDO

Na esteira do exposto, requer-se seja julgado provido o presente recurso, com efeito para que, reconhecendo-se a ilegalidade da decisão hostilizada, , caso contrario seria simplesmente esvaziar todo o objetivo dos comandos edilícios, com vista a ampliar o caráter competitivo do certame, evitando-se inabilitação da empresa , ainda quando da fase de habilitação.

Igualmente , lastreada nas razões , requer-se que essa Comissão de Licitação considere para a impugnação e, na hipótese não esperada disso não ocorrer, faça este subir, devidamente informado, à autoridade superior, em conformidade com o § 4°, do art. 109, da Lei n° 8666/93.

atenciosamente

ANDRE LUIZ DE LIMA:00735099901

Assinado de forma digital por ANDRE LUIZ DE LIMA:00735099901
Dados: 2021.10.21 10:39:25 -03'00'

construcaoterraplanagemal@hotmail.com
Rodovia PR 160 N 47 | sala 2

INSC Estadual: 9085672697
INSC Municipal 54-16973
CNPJ: 38.026.840/0001-04

CONSTRUTORA

Construção de Edifícios &
Serviços de Terraplanagem Eireli

RECURSO ADMINISTRATIVO

BANDEIRANTES , 26 de OUTUBRO de2.021

Ilustríssimo Senhor Presidente da Comissão de

Licitação. Ref.: EDITAL DE TOMADA DE

PREÇOS nº 003/2021.

AL CONSTRUÇÃO DE EDIFICIOS E SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM EIRELLI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº CNPJ nº 38.026.840/0001-04 , com sede na ROD. 160, nº 047 SL 02 na cidade de Cornélio Procópio , estado do Paraná. Telefone: (43)98424 2250 por seu representante legal infra-assinado, tempestivamente, vem, com fulcro na alínea "a", do inciso I, do art. 109, da Lei nº 8666 / 93, à presença de Vossa Senhoria, a fim de interpor

RECURSO ADMINISTRATIVO,

Contra a decisão dessa digna Comissão de Licitação que inabilitou a recorrente, demonstrando os motivos de seu inconformismo pelas razões a seguir articuladas:

I - DOS FATOS SUBJACENTES

Acudindo ao chamamento dessa Instituição para o certame licitacional susografado, a recorrente veio dele participar com a mais estrita observância das exigências edilícias.

DO NÃO CUMPRIMENTO REFERENTE A QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Nos termos do item 8 subitem 8.2 alínea d QUALIFICAÇÃO TÉCNICA **PARAGRAFO 5.a** do Edital, o licitante, para ser habilitado, apresentar comprovação de a **Licitante** ter executado, a qualquer tempo, serviços de obra(s) semelhante(s) em complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior compatíveis com o objeto desta licitação, através de declaração e/ou Atestado(s), em nome da própria Licitante, fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado

5. Atestado de execução de obra(s) (EMPRESA e RESPONSÁVEL TÉCNICO):

construcaoterraplanagemal@hotmail.com
Rodovia PR 160 N 47 | sala 2

INSC Estadual: 9085672697
INSC Municipal 54-16973
CNPJ: 38.026.840/0001-04

ANDRE LUIZ DE LIMA:00735099901

Assinado de forma digital por ANDRE LUIZ DE LIMA:00735099901
Dados: 2021.10.27 09:18:31 -03'00'

CONSTRUTORA

Construção de Edifícios &
Serviços de Terraplanagem Eireli

a) EMPRESA :atestado e/ou declaração de execução de no mínimo uma OBRA SEMELHANTE DE COMPLEXIDADE TECNOLÓGICA E OPERACIONAL EQUIVALENTE OU SUPERIOR às solicitadas no subitem 3.1 devidamente averbados no CREA;

.Ocorre que, essa decisão não se mostra consentânea com as normas legais aplicáveis à espécie, como adiante ficará demonstrado.

II – AS RAZÕES DA REFORMA

A Comissão de Licitação ao considerar a recorrente inabilitada sob o argumento acima enunciado, incorreu na prática de ato manifestamente ilegal.

Senão vejamos:

DO NÃO CUMPRIMENTO REFERENTE A QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Vamos citar parte do Acordão nº 128/19 do Tribunal de Contas do Paraná - TCE ,nas paginas 15 e 16 onde diz o atestado a ser registrado, embora atinente a obra executada por pessoa jurídica ,constará apenas do acervo técnico do profissional por ela responsável.

Por isso, o acervo técnico da pessoa jurídica é variável, composto pelo acervo técnico dos profissionais a ela vinculados, consoante se extrai do art. 48 da Resolução nº 1.025/2009, do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CONFEA):

Art. 48. A capacidade técnico-profissional de uma pessoa jurídica é representada pelo conjunto dos acervos técnicos dos profissionais integrantes de seu quadro técnico.

Parágrafo único. A capacidade técnico-profissional de uma pessoa jurídica varia em função da alteração dos acervos técnicos dos profissionais integrantes de seu quadro técnico.

ANDRE LUIZ DE LIMA:00735099901

Assinado de forma digital por ANDRE LUIZ DE LIMA:00735099901
Dados: 2021.10.27 09:19:20 -03'00'

construcaoterraplanagemal@hotmail.com
Rodovia PR 160 N 47 | sala 2

INSC Estadual: 9085672697
INSC Municipal 54-16973
CNPJ: 38.026.840/0001-04

CONSTRUTORA

Construção de Edifícios &
Serviços de Terraplanagem Eireli

Art. 49. A Certidão de Acervo Técnico – CAT é o instrumento que certifica, para os efeitos legais ,que consta dos assentamentos do Crea a anotação da responsabilidade técnica pelas atividades

Sendo o registro dos atestados de capacidade técnico-profissional para licitações que preveem a atividade de engenharia (na acepção ampla do termo) nas entidades profissionais competentes, notadamente no CREA e no CAU, ou **quando o registro for previsto em lei, vedada a exigência de atestado de pessoa jurídica.**

Adicionamos em anexo **Acordão do Tribunal de Contas do PR**

ACORDÃO Nº 828/19- TRIBUNAL PLENO ,para melhor leitura e análise

III – DO PEDIDO

Na esteira do exposto, requer-se seja julgado provido o presente recurso, com efeito para que, reconhecendo-se a ilegalidade da decisão hostilizada, , caso contrario seria simplesmente esvaziar todo o objetivo dos comandos edilícios, com vista a ampliar o caráter competitivo do certame, evitando-se **inabilitação** da empresa , ainda quando da fase de habilitação.

Igualmente , lastreada nas razões , requer-se que essa Comissão de Licitação considere para a impugnação e, na hipótese não esperada disso não ocorrer, faça este subir, devidamente informado, à autoridade superior, em conformidade com o § 4°, do art. 109, da Lei n° 8666/93.

atenciosamente

ANDRE LUIZ DE LIMA:00735099901

Assinado de forma digital por ANDRE LUIZ DE LIMA:00735099901
Dados: 2021.10.27 09:19:41 -03'00'

construcaoterraplanagemal@hotmail.com
Rodovia PR 160 N 47 | sala 2

INSC Estadual: 9085672697
INSC Municipal 54-16973
CNPJ: 38.026.840/0001-04

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

PROCESSO Nº: 386861/17
ASSUNTO: CONSULTA
ENTIDADE: MUNICÍPIO DE SENGÉS
INTERESSADO: NELSON FERREIRA RAMOS
RELATOR: CONSELHEIRO IVENS ZSCHOERPER LINHARES

ACÓRDÃO Nº 828/19 - Tribunal Pleno

Consulta. Qualificação técnica dos licitantes. Art. 30, caput, II, e §1º, I, da Lei nº 8.666/93. Capacidade técnico-operacional e capacidade técnico-profissional. Requisitos distintos. 1. Possibilidade de dispensa dos requisitos de capacidade técnico-operacional se o objeto da licitação apresentar baixa complexidade. Necessidade de motivação explícita e amparada em razões de ordem técnica. 2. Desnecessidade de registro dos atestados relativos à qualificação técnico-operacional nas entidades profissionais competentes por falta de previsão legal ou regulamentar, aplicando-se o disposto no art. 30, §3º da Lei nº 8.666/93. 3. Exigência de registro na entidade profissional competente apenas de atestados de capacidade técnica profissional em licitações cujo objeto seja de obras e serviços de engenharia (amplo sentido). Impossibilidade de exigência de atestados técnicos em nome da empresa. Resposta positiva para os Quesitos 1 e 2 e negativa para o Quesito 3.

1. Trata-se de consulta formulada pelo Sr. Nelson Ferreira Ramos, prefeito municipal de Sengés, por intermédio da qual indaga (peça 3):

> 1. Poderia ser dispensada em edital, a exigência da apresentação do atestado de capacidade técnica operacional, exigido no inciso II do art. 30 da Lei nº 8.666/93 para somente exigir a apresentação do atestado de capacidade técnica profissional exigida no artigo 30, § 1º, inciso I, da Lei nº 8.666/93?
>
> 2. A exigência do atestado de capacidade técnica operacional, sendo sua exigência lícita, é prescindível frente à complexidade de algumas obras? Ou seja, diante de obras que possam ser menos complexas, pode o edital deixar de exigir atestado de capacidade técnica operacional?

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 65YU.KH.JU.3XCX.P64H.0

> 3. Caso seja exigido o atestado de capacidade técnica operacional, é necessário seu registro junto ao órgão de classe, como o CREA, por exemplo?

A peça inaugural (peça 3) foi instruída com parecer jurídico (peça 4), em que defende a tese de que a qualificação técnica de empresas, para participar de processos licitatórios:

> Se divide em capacidade técnica operacional e capacidade técnica profissional. Que a capacidade técnica operacional estaria relacionada à aptidão da empresa, abrangendo atributos próprios da empresa, desenvolvido a partir do desempenho da atividade empresarial, enquanto a capacidade técnica profissional estaria relacionada à aptidão dos profissionais com acervo técnico compatível com a obra ou serviço de engenharia a ser licitado.
>
> (...)
>
> Diante dos fatos e da fundamentação jurídica apresentados, mantém-se o entendimento de que a exigência do atestado de capacidade técnica operacional (devidamente averbado no órgão competente) de empresas licitantes de obras e serviços de engenharia deve ser mantido, a fim de que seja cumprido o que determina a Lei 8.666/93.

A consulta foi recebida através do Despacho nº 1168/17 (peça 6). Na sequência, a Supervisão de Jurisprudência e Biblioteca informou que não foram encontradas decisões sobre o tema proferidas em processos de prejulgado e consulta (peça 8). No entanto, colacionou uma decisão desta Corte em processo de Representação da Lei nº 8.666/93 (Acórdão 3646/16 – Tribunal Pleno) e do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (Decisão 0511/2009 – processo 007949-02.00/08-1).

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 65YU KH JU 3XCX P64H 0

Por sua vez, a Coordenadoria de Gestão Municipal – CGM, por meio Instrução nº 4439/18 (peça 9), sugeriu as seguintes respostas:

> 1 – Não é possível ser dispensada a exigência da apresentação do atestado de capacidade técnica operacional para somente exigir apresentação do atestado de capacidade técnica profissional.
>
> 2 – Não, a exigência do atestado de capacidade técnica operacional é expressamente relevante. O edital não pode deixar de exigir o atestado de capacidade técnica operacional. Deve, contudo, ser compatível com o grau de complexidade e responsabilidade exigido pelo objeto pretendido.
>
> 3 – Sim. O registro de atestado técnico da empresa junto ao órgão de classe é de suma importância. Para que assim comprove-se a capacidade técnica operacional e a aptidão da empresa no desempenho e execução do objeto.

De modo diverso, o Ministério Público de Contas, mediante o Parecer nº 24/19 (peça 10), opinou pelo fornecimento de resposta nos seguintes termos:

> Questões 1 e 2: é possível a dispensa de demonstração de capacidade técnico-operacional como requisito de habilitação de licitantes em certames cujos objetos sejam de menor complexidade, cabendo ao gestor público motivar de maneira explícita na fase interna do processo licitatório, com base em razões de ordem técnica, as exigências que serão apostas no edital de licitação para o fim de qualificação técnica dos licitantes, demonstrando sua pertinência e proporcionalidade com o objeto licitado.
>
> Questão 3: não deve ser exigido CAT ou atestado de capacidade técnico-operacional em nome de pessoa jurídica emitido pelo CREA ou CAU, admitindo-se, como prova de capacidade técnico-operacional, atestados fornecidos por

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 65YU.KH.IU.3XCY.R64H.0

pessoa jurídica de direito público ou privado, registrados no órgão de classe em nome de profissionais vinculados ou não à empresa, desde que relativos a obras por ela executadas, além de outras exigências relacionadas às instalações, aparelhamento e pessoal técnico necessárias para a realização do objeto da licitação, se pertinente e proporcional ao objeto licitado e previstas em edital.

É o relatório.

2. O tema central da presente consulta versa sobre a possibilidade de ser dispensada em edital a exigência da apresentação do atestado de *capacidade técnica operacional*, previsto no art. 30, *caput*, II, da Lei nº 8.666/93, sendo ela substituída, exclusivamente, pela capacidade técnica profissional exigida no art. 30, §1º, I, da Lei nº 8.666/93, e, no caso em que a capacidade técnica operacional for exigida, da necessidade de registro do atestado no órgão de classe, como o CREA.

Quanto à primeira questão, corrobora-se o opinativo do Ministério Público de Contas no sentido de confirmar essa possibilidade, a depender, contudo, da dimensão e da complexidade do objeto licitado.

De início, relembre-se que, nos termos do art. 3º e §1º, I, da Lei nº 8.666/93, "*a licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a seleção da proposta mais vantajosa para a administração*", sendo, assim, "*vedado admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo*".

Isto não significa que a ampliação do número de participantes pode ser implementada indiscriminadamente de modo a comprometer a segurança dos contratos, visto que pode gerar prejuízos ao erário público.

Com efeito, a prática licitatória revela inúmeros casos de empresas que não lograram êxito em prestar adequadamente os serviços para os quais foram contratados. Para salvaguardar o interesse público o art. 37, XXI, da Constituição Federal autorizou a Administração, em processos de licitação pública, a estabelecer

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 65YULKHJL3YCY-P64H-0

"*exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.*"

O comando constitucional foi densificado pelo art. 30, *caput*, II, e §1°, I, da Lei n° 8.666/93, que estabeleceu a possibilidade de exigência de requisitos de qualificação técnica limitada a duas figuras: a comprovação da *capacidade técnica operacional* e da *capacidade técnica profissional*. *Verbis:*

> Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:
> (...)
> II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e *compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação*, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;
>
> (...)
>
> § 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a: (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)
>
> I - capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos; (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994)
>
> II - (Vetado). (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994)

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR MEDIANTE IDENTIFICADOR 65YU KH III 3XCY P64H 0

> a) (Vetado). (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994)
>
> b) (Vetado). (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994)
>
> (...)
>
> § 5º É vedada a exigência de comprovação de atividade ou de aptidão *com limitações de tempo ou de época* ou ainda *em locais específicos*, ou *quaisquer outras não previstas nesta Lei*, que inibam a participação na licitação. (destacou-se)

De modo geral, entende-se que a *qualificação técnico profissional* diz respeito à comprovação pela licitante de que dispõe, para a execução da obra ou serviço, de profissional especializado e com experiência anterior comprovada em objetos de características assemelhadas ao do que está sendo licitado. Por sua vez, a *qualificação técnico operacional* se refere à capacidade da pessoa jurídica em desempenhar o objeto, demonstrando possuir aparelhagem, pessoal e demais elementos materiais para a execução da obra ou serviço.

A este respeito, cite-se o Acórdão 1.332/2006 do Plenário do TCU, que diferenciou bem as duas espécies:

> A qualificação técnica abrange tanto a experiência empresarial quanto a experiência dos profissionais que irão executar o serviço. A primeira seria a capacidade técnico-operacional, abrangendo atributos próprios da empresa, desenvolvidos a partir do desempenho da atividade empresarial com a conjugação de diferentes fatores econômicos e de uma pluralidade de pessoas. A segunda é denominada capacidade técnico-profissional, referindo-se a existência de profissionais com acervo técnico compatível com a obra ou serviço de engenharia a ser licitado. (grifou-se)

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 65YU KH IU 3YCY P64H 0

É relevante ainda destacar que já se encontra superada na doutrina e jurisprudência a discussão decorrente do fato de que os vetos presidenciais ao inciso II, alíneas "*a*" e "*b*" do §1º, do art. 30 da Lei nº 8.666/93 da Lei nº 8.666/93 teriam afastado a figura da "*capacidade técnica operacional*", que fora disciplinada nestes dispositivos.

O entendimento vigente é de que a ausência de referência explícita a requisitos de capacitação técnico-operacional no art. 30 da Lei nº 8.666/93 não significa vedação à sua previsão, por força do próprio inciso II, que explicitamente autoriza exigência de experiência anterior "*compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação*".[1]

Assim, cite-se o seguinte precedente do TCU:

> A alegação da Representante de que a comprovação técnica deveria restringir-se à empresa não procede, pois o inciso I do § 1º do art. 30 da Lei nº 8.666/93 disciplina justamente a capacitação técnico profissional, não havendo dúvidas nesse aspecto. A controvérsia que poderia ser levantada relaciona-se à possibilidade de exigência de capacidade técnico-operacional, tendo em vista o veto presidencial ao inciso II do § 1º do art. 30, que disciplinava essa questão. No entanto, tanto a doutrina como a jurisprudência desta Corte propugnam por sua possibilidade.[2]

Por sua vez, a jurisprudência dos Tribunais de Contas e do Superior Tribunal de Justiça foi além e passou a admitir expressamente a possibilidade de exigências de *quantitativos mínimos* e *prazos máximos* para fins de comprovação da capacitação técnica operacional, desde que compatível com a dimensão e complexidade do objeto.[3]

---

[1] JUSTEN FILHO, Marçal. *Comentários à Lei de Licitações e Contratos administrativos*. 17 ed., São Paulo: RT, 2016, p. 702/703.
[2] TCU, Acórdão nº 1.332/2006, Plenário, Rel. Min. Walton Alencar Rodrigues, DOU de 07.08.2006.
[3] STJ - REsp 466.286/SP, 2ª T., Rel. Min. João Otávio de Noronha, j. em 07.10.2003, DJ de 20.10.2003; TCU - Decisão 285/2000 – Plenário, Rel. Min. Humberto Souto;

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 65YULKHJU3XCYB64H0

Como se vê, a *capacidade técnica operacional* não trata de requisito indispensável para a demonstração da qualificação técnica das licitantes e somente pode ser exigida quando for "*compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação*", por força do art. 30, II, da Lei nº 8.666/93.

Nesse contexto, entende-se que a melhor inteligência do art. 30, *caput*, II, e §1º, I, da Lei nº 8.666/93 orienta-se no sentido de que a Administração tem o dever de analisar a compatibilidade dos requisitos de *qualificação técnica operacional* com o objeto a ser executado, exigindo-os apenas quando presente essa condição, sobe pena de ofensa à competitividade.

Por consequência, para a realização de obras de pequeno vulto e complexidade, como, por exemplo, o serviço de manutenção de prédios públicos ou a construção de um pequeno número de casas populares, a comprovação da qualificação técnica das licitantes pode ser feita com base apenas em exigência de *capacidade técnica profissional*, dispensando-se a exigência de comprovação da *capacidade técnica operacional*.

Tanto é assim que se passou a admitir a contratação de serviços de engenharia de menor complexidade, que caracterizem serviços comuns, até mesmo pela modalidade Pregão, tendo o Tribunal de Contas do União editado em 2010 a Súmula nº 257 que assentou que: "*O uso do pregão nas contratações de serviços de engenharia encontra amparo na Lei nº 10.520/2002.*"

Desta forma, caberá à Administração Pública, na fase interna do processo licitatório, avaliar as características do objeto a ser adquirido para determinar a extensão das exigências a serem impostas aos licitantes, inclusive a pertinência de se exigir a comprovação de *capacidade técnico operacional*.

Importante assinalar, por outro lado, que essa exigência não pode ser afastada quando, pelas características técnicas da obra ou serviço de engenharia, estiverem presentes requisitos segundo os quais, para a segurança de sua tempestiva e correta execução, a qualificação técnica das empresas interessadas deva revestir-se de maior rigor em sua análise, sob pena de incorrer o administrador, inclusive, em responsabilidade decorrente de eventual inexecução contratual, decorrente de imperícia da contratada.

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 65YULKHJU3XCYR64H0

Nessa linha de raciocínio, aliás, é de se corroborar o entendimento de Marçal Justen Filho no sentido de que é implausível imaginar-se algum caso em que a qualificação técnica seja irrelevante para a Administração, por mais simples que seja o serviço, visto que, no mínimo, haveria a necessidade de demonstração da capacidade técnica profissional para a sua execução. *Verbis:*

> O conceito de qualificação técnica é complexo e variável, refletindo a heterogeneidade dos objetos licitados. Cada espécie de contratação pressupõe diferentes habilidades ou conhecimentos técnicos. É implausível imaginar algum caso em que a qualificação técnica seria irrelevante para a Administração. Quando muito, poderia imaginar-se que o objeto é suficientemente simples para ser executado por qualquer profissional de uma certa área. Por exemplo, suponha-se que a Administração necessite contratar serviços de marcenaria muito simples. A qualificação técnica poderá restringir-se à comprovação da titularidade da profissão de marceneiro, mas é óbvio que não poderia ser contratada pessoa destituída de qualquer habilidade nesse setor.

Diante disso, responde-se de maneira afirmativa aos **Quesitos 1 e 2**, no sentido de que há situações em que a dispensa da exigência de comprovação da *capacidade técnica operacional* pode ser justificada em razão da menor dimensão e complexidade do objeto a ser executado, limitando-se aos requisitos de *capacidade técnica profissional* disciplinados no §1º, I, do art. 30 da Lei nº 8.666/93.

No entanto, sempre caberá ao gestor público motivar de maneira explícita na fase interna do processo licitatório, com base em razões de ordem técnica, as exigências que serão apostas no edital de licitação para o fim de qualificação técnica dos licitantes, demonstrando sua pertinência e proporcionalidade com a dimensão e a complexidade do objeto.

Resta, assim, tratar do **Quesito 3**, que indaga se seria necessário o registro de atestados de *capacidade técnica operacional* junto ao órgão de classe, como, por exemplo, o registro no CREA.

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 65YULKHJL3XCY.P64H.0

Divergindo da manifestação da Unidade Técnica, mas, corroborando em parte com o opinativo ministerial, a resposta deve ser negativa.

Relembre-se que, diversamente da *capacidade técnico profissional*, que se relaciona à existência de profissionais na empresa com acervo técnico compatível com a obra ou serviço de engenharia a ser licitado, a *capacidade técnico operacional* é atributo da pessoa jurídica destinada a comprovar que possui aparelhagem, pessoal e demais elementos materiais para a execução da obra ou serviço.[4]

Desta forma, entende-se que não há justificativa para a exigência de registro dos respectivos atestados nas entidades profissionais competentes, pelas próprias características e conteúdo dos atestados voltados à comprovação da *capacidade técnico operacional* da empresa.

Aos atestados de *capacidade técnico operacional* aplica-se o art. 30, §3º da Lei nº 8.666/93, que dispõe que: "§3º *Será sempre admitida a comprovação de aptidão através de certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.*"

Este também é o entendimento do Tribunal de Contas da União, que ao ser confrontado com a mesma questão chegou à conclusão de que, por falta de previsão legal e regulamentar, não é possível exigir que os licitantes comprovem sua *capacidade técnico-operacional* por meio de atestados registrados no Crea ou que os atestados necessariamente estejam acompanhados de ART do engenheiro que acompanhou o serviço.

Por todos, citem-se os seguintes julgados do Tribunal de Contas da União, que reforçam a prevalência deste entendimento em decisões recentes:

> 1.7. Recomendar à UFRJ que exclua dos editais para contratação de empresa para a execução de obra de engenharia a exigência de registro no CREA dos atestados para comprovação da capacitação técnica operacional das

[4] Nesse sentido, cite-se Marçal Justen Filho: "Em síntese, a qualificação técnica operacional é um requisito referente à empresa que pretende executar a obra ou serviço licitados. Já a qualificação técnica profissional é requisito referente às pessoas físicas que prestam serviços à empresa licitante (ou contratada pela Administração Pública)." (*Comentários à Lei de Licitações e Contratos administrativos*. 17 ed., São Paulo: RT, 2016, p. 693/694.

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR MEDIANTE IDENTIFICADOR 65YULKHJL3YCYP64H0

licitantes, tendo em conta a recomendação inserta no subitem 1.3 do Capítulo IV combinado com o subitem 1.5.2 do Capítulo III do Manual de Procedimentos Operacionais para aplicação da Resolução CONFEA nº 1.025/2009, aprovado pela Decisão Normativa CONFEA nº 085/2011". (Acórdão 128/2012 – 2ª Câmara)

9.4. dar ciência ao Município de Itagibá/BA, de modo a evitar a repetição das irregularidades em futuros certames patrocinados com recursos federais, de que: (...) 9.4.2. a exigência de comprovação de aptidão técnica devidamente registrada junto ao Crea, dando conta de que a empresa interessada já desenvolveu serviços idênticos/semelhantes ao previsto no objeto do edital, contraria a Resolução 1.025/2009 do Confea e o Acórdão 128/2012 – TCU – 2ª Câmara; (Acórdão 655/2016 do Plenário)

1.7. Dar ciência à Fiocruz acerca das seguintes falhas constatadas no âmbito do Pregão Eletrônico 28/2016: 1.7.1. exigência de registro e/ou averbação de atestado da capacidade técnica-operacional, em nome da empresa licitante, no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – Crea, o que não está previsto no art. 30, § 3º, da Lei 8.666/1993, que ampara a exigência do referido atestado, contida no item 8.7.2 do instrumento convocatório, e contraria a Resolução Confea 1.025/2009 e os Acórdãos 128/2012-TCU-2ª Câmara e 655/2016-TCU-Plenário; (Acórdão 205/2017 - TCU – Plenário)

Reforce-se, que este entendimento é corroborado pela orientação constante do item 1.3, Capítulo IV, do Manual de Procedimentos Operacionais para aplicação da Resolução CONFEA nº 1.025/2009, que estabelece que o Crea não

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 65YU.KHJU.3YCY.P64H.0

emitirá Certidão de Acervo Técnico (CAT) em nome da pessoa jurídica para prova de *capacidade técnico-operacional* por falta de dispositivo legal. *Verbis:*

> 1.3. Recomendação
>
> Esclarecer às comissões de licitação, aos profissionais e às empresas que:
>
> (...)
>
> - O Crea não emitirá CAT em nome da pessoa jurídica contratada para prova de capacidade técnico-operacional por falta de dispositivo legal que o autorize a fazê-lo.

Diante disso, é possível concluir que a exigência do art. 30, §1º, da Lei nº 8.666/93, de que a comprovação da aptidão técnica "*será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes*", se aplica apenas aos atestados de *capacidade técnica profissional*.

Ressalte-se, por fim, que o registro dos atestados nas entidades profissionais competentes não pode ser exigido, de modo indistinto, sequer para os atestados de *capacidade técnica profissional*, uma vez que grande parte das atividades não estão submetidas ao controle por parte das respectivas entidades profissionais.

A questão é bem elucidada por Marçal Justen Filho:

> Anote-se que a alusão ao profissional ser "detentor de atestado de responsabilidade técnica" deve ser interpretada em termos. Essa construção literal se refere, claramente, a profissionais do setor de engenharia civil e arquitetura. Deve-se reputar cabível, quanto a serviços de outra natureza, a exigência de comprovação de responsabilidade técnica na modalidade cabível com a profissão enfocada.
>
> (...)

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 65YULKHJU3XCY P64H0

> [Há uma] inviabilidade de se aplicar textual e fielmente as regras do §1º nas hipóteses de licitações para obras e serviços que não sejam de engenharia. Em decorrência, deve-se reputar inaplicável a exigência de "registro" de atestados referidos a atividades relativamente às quais não haja um controle por parte das entidades profissionais competentes.
>
> (...) Não há cabimento em exigir que o médico apresente declaração registrada no CRM ou que o advogado traga declaração registrada na OAB.[5]

Em suma, a exigência de registro dos atestados de capacidade técnica profissional somente pode ser compreendida em face de obras e serviços de engenharia, pois apenas nestas atividades há a obrigação legal de que o "*profissional detentor da responsabilidade técnica*" comunique cada atuação à entidade profissional competente, notadamente ao Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CREA e ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU.

Portanto, a exigência de registro dos atestados de *capacidade técnico profissional* em entidades profissionais competentes deve ser interpretada como limitada ao exercício de atividade de engenharia (na acepção ampla do termo) ou quando o registro decorrer de previsão legal.

Esta é a jurisprudência do Tribunal de Contas da União:

> Constitui restrição indevida ao caráter competitivo da licitação a exigência, para fins de habilitação da licitante, de averbação de atestado de capacidade técnica em entidade de fiscalização profissional, sem que a lei estabeleça mecanismo pelo qual a referida entidade possa manter registro sobre cada trabalho desempenhado por seus afiliados, de modo a verificar a fidedignidade da declaração prestada por terceiro. (TCU, Acórdão 1.574/2015, Plenário, Rel. Marcos Bemquerer Costa)

---

[5] JUSTEN FILHO, Marçal. *Comentários à Lei de Licitações e Contratos administrativos*. 17 ed., São Paulo: RT, 2016, p.722/723.

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR MEDIANTE IDENTIFICADOR 65YULKHJL3XCYB64H0

> No caso em exame não está demonstrada a legalidade e a real utilidade de se exigir a autenticação de atestado de capacidade técnica por conselho profissional. Não elide a irregularidade o fato de este tópico do edital não ter sido contestado pelos licitantes (...) pois ele pode ter restringido a participação de potenciais interessados, assim como afastou invalidamente do certame a empresa. (TCU, Acórdão 3.453/2015, 1ª Câmara, Rel. Marcos Bemquerer)

Em complementação, esclareça-se, conforme a percuciente análise do *parquet*, que o atestado a ser registrado, embora atinente a obra executada por pessoa jurídica, constará apenas do acervo técnico do profissional por ela responsável.

Por isso, o acervo técnico da pessoa jurídica é variável, composto pelo acervo técnico dos profissionais a ela vinculados, consoante se extrai do art. 48 da Resolução nº 1.025/2009, do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CONFEA):

> Art. 48. A capacidade técnico-profissional de uma pessoa jurídica é representada pelo conjunto dos acervos técnicos dos profissionais integrantes de seu quadro técnico.
>
> Parágrafo único. A capacidade técnico-profissional de uma pessoa jurídica varia em função da alteração dos acervos técnicos dos profissionais integrantes de seu quadro técnico.
>
> Art. 49. A Certidão de Acervo Técnico – CAT é o instrumento que certifica, para os efeitos legais, que consta dos assentamentos do Crea a anotação da responsabilidade técnica pelas atividades consignadas no acervo técnico do profissional.

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 65YU.KH.IU.3XCY.P64H.0

Assim, com base nas orientações dispostas no item 1.3, Capítulo IV, do Manual de Procedimentos Operacionais para aplicação da Resolução CONFEA nº 1.025/2009, o atestado registrado no Crea somente fará prova da capacidade técnico-profissional nas seguintes condições:

> 1.3. Recomendação
>
> Esclarecer às comissões de licitação, aos profissionais e às empresas que:
>
> - o atestado registrado no Crea constituirá prova da capacidade técnico-profissional para qualquer pessoa jurídica desde que o profissional citado na CAT:
>
> (i) o esteja a ela vinculado como integrante de seu quadro técnico, conforme Certidão de Registro e Quitação da pessoa jurídica; ou
>
> (ii) o venha ser a ela vinculado como integrante de seu quadro técnico, conforme declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.
>
> - o atestado registrado no Crea não fará prova de capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica contratada citada no documento nos casos em que o profissional não mais estiver à ela vinculado;
>
> - o atestado não poderá ser registrado no Crea no caso em que os dados técnicos não tenham sido declarados por profissional habilitado;

Em apertada síntese, a melhor inteligência é de que o art. 30, *caput*, II, e §1º, I, da Lei nº 8.666/93 faculta a dispensa de demonstração de capacidade técnico-operacional como requisito de habilitação de licitantes em certames cujos objetos sejam de menor dimensão e complexidade.

Por outro lado, os atestados de *capacidade técnico operacional*, que dizem respeito à experiência da pessoa jurídica, não demandam registro nas entidades profissionais competentes, sendo que o registro deverá ser exigido

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 65YU.KH.III.3YCY.P64H.0

apenas em relação aos atestados de *capacidade técnico profissional*, visto que relativos à experiência anterior dos profissionais detentores da responsabilidade técnica, vedada a exigência de CAT de pessoa jurídica.

Importante assinalar que, com essa orientação, não se pretende, em nenhum momento, desestimular ou arrefecer a obrigação de exigência de registro dos atestados no respectivo órgão profissional, mas, apenas, quando pertinente essa exigência, apontar que ela deve ser feita em relação à capacidade técnico-profissional de que trata o §1°, inciso I do art. 30 da Lei de Licitações e, não, em relação ao inciso II do mesmo artigo, que trata da capacidade técnico-operacional da empresa a ser contratada.

3. Face ao exposto, **VOTO** no sentido de que a presente consulta seja conhecida e, no mérito, seja respondida nos seguintes termos:

> *Questões 1 e 2:*
> *É possível a dispensa de demonstração de capacidade técnico-operacional como requisito de habilitação de licitantes em certames cujos objetos sejam de menor complexidade, cabendo ao gestor público motivar de maneira explícita na fase interna do processo licitatório, com base em razões de ordem técnica, as exigências que serão apostas no edital de licitação para o fim de qualificação técnica dos licitantes, demonstrando sua pertinência e proporcionalidade com o objeto licitado.*
>
> *Questão 3:*
> *3.1. Não é necessário o registro dos atestados relativos à qualificação técnico-operacional nas entidades profissionais competentes por falta de previsão legal ou regulamentar, aplicando-se o disposto no art. 30, §3° da Lei n° 8.666/93.*
> *3.2. Por outro lado, é necessário o registro dos atestados de capacidade técnico-profissional para licitações que preveem a atividade de engenharia (na acepção ampla do termo) nas entidades profissionais competentes, notadamente no CREA e no CAU, ou quando o registro for previsto em lei, vedada a exigência de atestado de pessoa jurídica.*

Determino, após o trânsito em julgado da decisão, a remessa dos autos à Diretoria de Jurisprudência e Biblioteca, os registros pertinentes, no âmbito de sua competência definida no Regimento Interno e, posteriormente, à Diretoria de Protocolo, ficando desde já autorizado o encerramento do processo, nos termos do art. 398, § 1° e art. 168, VII, do Regimento Interno.

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 65YULKHJL3XCY.P64H.0

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

VISTOS, relatados e discutidos,

ACORDAM

OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro IVENS ZSCHOERPER LINHARES, por unanimidade, em:

I - Conhecer da presente consulta, uma vez presentes os pressupostos de admissibilidade, e, no mérito, responder nos seguintes termos:

Questões 1 e 2:

É possível a dispensa de demonstração de capacidade técnico-operacional como requisito de habilitação de licitantes em certames cujos objetos sejam de menor complexidade, cabendo ao gestor público motivar de maneira explícita na fase interna do processo licitatório, com base em razões de ordem técnica, as exigências que serão apostas no edital de licitação para o fim de qualificação técnica dos licitantes, demonstrando sua pertinência e proporcionalidade com o objeto licitado.

Questão 3:

3.1. Não é necessário o registro dos atestados relativos à qualificação técnico-operacional nas entidades profissionais competentes por falta de previsão legal ou regulamentar, aplicando-se o disposto no art. 30, §3º da Lei nº 8.666/93.

3.2. Por outro lado, é necessário o registro dos atestados de capacidade técnico-profissional para licitações que preveem a atividade de engenharia (na acepção ampla do termo) nas entidades profissionais competentes, notadamente no CREA e no CAU, ou quando o registro for previsto em lei, vedada a exigência de atestado de pessoa jurídica.

II - determinar, após o trânsito em julgado da decisão, a remessa dos autos à Diretoria de Jurisprudência e Biblioteca, para os registros pertinentes, no âmbito de sua competência definida no Regimento Interno e, posteriormente, à Diretoria de Protocolo, ficando desde já autorizado o encerramento do processo, nos termos do art. 398, § 1º e art. 168, VII, do Regimento Interno.

Votaram, nos termos acima, os Conselheiros ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO, FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, IVAN LELIS

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 65YU.KH.IU.3XCY.B64H.0

BONILHA e IVENS ZSCHOERPER LINHARES e os Auditores SÉRGIO RICARDO VALADARES FONSECA e CLÁUDIO AUGUSTO KANIA.

Presente o Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, FLÁVIO DE AZAMBUJA BERTI.

Sala das Sessões, 3 de abril de 2019 – Sessão nº 10.

IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Conselheiro Relator

NESTOR BAPTISTA
Presidente

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 65YULKHJU3XCXP64H0

Governo Municipal de BANDEIRANTES SiSProtocolo - Sistema de Protocolo Municipal

Protocolo:

9170/2021

Tipo:
TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2021

Protocolado em:
03/11/2021 - 09:33:36

Informa��es do Requerente:
Nome: CONSTRUTORA GODOI ANDIRÁ EIRELI-ME;
CPF/CNPJ: 10.814.967/0001-60;
Contato: ;

9170:03.11.2021. Sistema Protocolo Municipal

ao Departamento de Licitação,
para ciência e providências no pedido de Recurso Administrativo da Empresa Godoi.
Btes, 03/11/2021.
Juraltia

Jaelson R.
Prefeito Municipal

Recebido em 03/11/2021 às 16:12 hrs.

CONSTRUTORA GODOI ANDIRÁ EIRELI
RUA SÃO PAULO, N.º 844 – SALA 19 – CENTRO – ANDIRÁ/PR
CEP 86.380-000– FONE: (43) 3538-5549– construtoragodoi@hotmail.com
CNPJ: 10.814.967/0001-60 – I.E. 90.479.429-58 – I.M. 31.994

AO
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR

Ref.: **TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2021-PMB** (CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACIR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR)

CONSTRUTORA GODOI ANDIRÁ EIRELI-ME, CNPJ/MF 10.814.967/0001-60, IE 90.974.429-58, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua São Paulo, nº 844, Sala 19, Centro, CEP 86380.000, nesta cidade de Andirá Estado do Paraná, neste ato representada por seu procurador Sr. João César Godoi – RG 828.832-1 e CPF/MF 152.143.039-04-, brasileiro, casado, engenheiro civil, residente na Rua Said Abib nº 422, CEP 86380.000, em Andirá/Pr, vem, respeitosamente, perante esta Comissão de Licitação, dentro do prazo legal, interpor **RECURSO ADMINISTRATIVO** relativamente a Licitação Tomada de Preços n.º 03/2021-PMB, realizada em 22/10/2021, solicitando a reconsideração quanto a **INABILITAÇÃO** da Recorrente, expondo para tanto os fatos e fundamentos a seguir:

I – Da Tempestividade

Conforme consta na "Ata da Sessão de Julgamento" do dia 22 de outubro de 2021 a Comissão de Licitação abriu prazo **até o dia 01/11/2021,** porém este dia a Prefeitura Municipal de Bandeirantes não teve expediente, assim, como o dia 22/11/2021 é feriado nacional, o prazo limite para apresentação de Recurso passa a ser **03/11/2021**. Portanto, nossa interposição, está **dentro do prazo legal**.

II - Dos fatos

CONSTRUTORA GODOI ANDIRÁ EIRELI
RUA SÃO PAULO, N.º 844 – SALA 19 – CENTRO – ANDIRÁ/PR
CEP 86.380-000– FONE: (43) 3538-5549– construtoragodoi@hotmail.com
CNPJ: 10.814.967/0001-60 – I.E. 90.479.429-58 – I.M. 31.994

O Município de Bandeirantes instaura processo licitatório modalidade Tomada de Preços n.º 03/2021 que tem por objeto "CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACIR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR"

A Construtora Godoi, ora recorrente, com atividades na indústria da construção civil, e com sede na vizinha cidade de Andirá/PR, manifesta intensão de participar do certame, visto que o objeto licitado coincide com sua expertise e ainda presta serviço ao Município de Bandeirantes através do Contrato 208/2021-PMB- REFORMA E AMPLIAÇÃO DA PORTARIA, MURO DO PERÍMETRO E CALÇAMENTO INTERNO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL o que favorece na economicidade dos custos administrativos para uma possível nova contratação.

Assim montou sua proposta e no dia 22/10/2021 compareceu ao Certame, fase de apresentação dos documentos de Habilitação. Conferidos os documentos de todos os participantes elaborou-se a ATA DE CREDENCIAMENTO, ABERTURA E JULGAMENTO DOS ENVELOPES Nº 01 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DA LICITAÇÃO onde a Comissão de Licitação anotou "**A empresa CONSTRUTORA GODOI ANDIRÁ EIRELI ME não apresento documento exigido no item 08.2 letra "e" número 1, motivo pelo qual foi inabilitada.**"

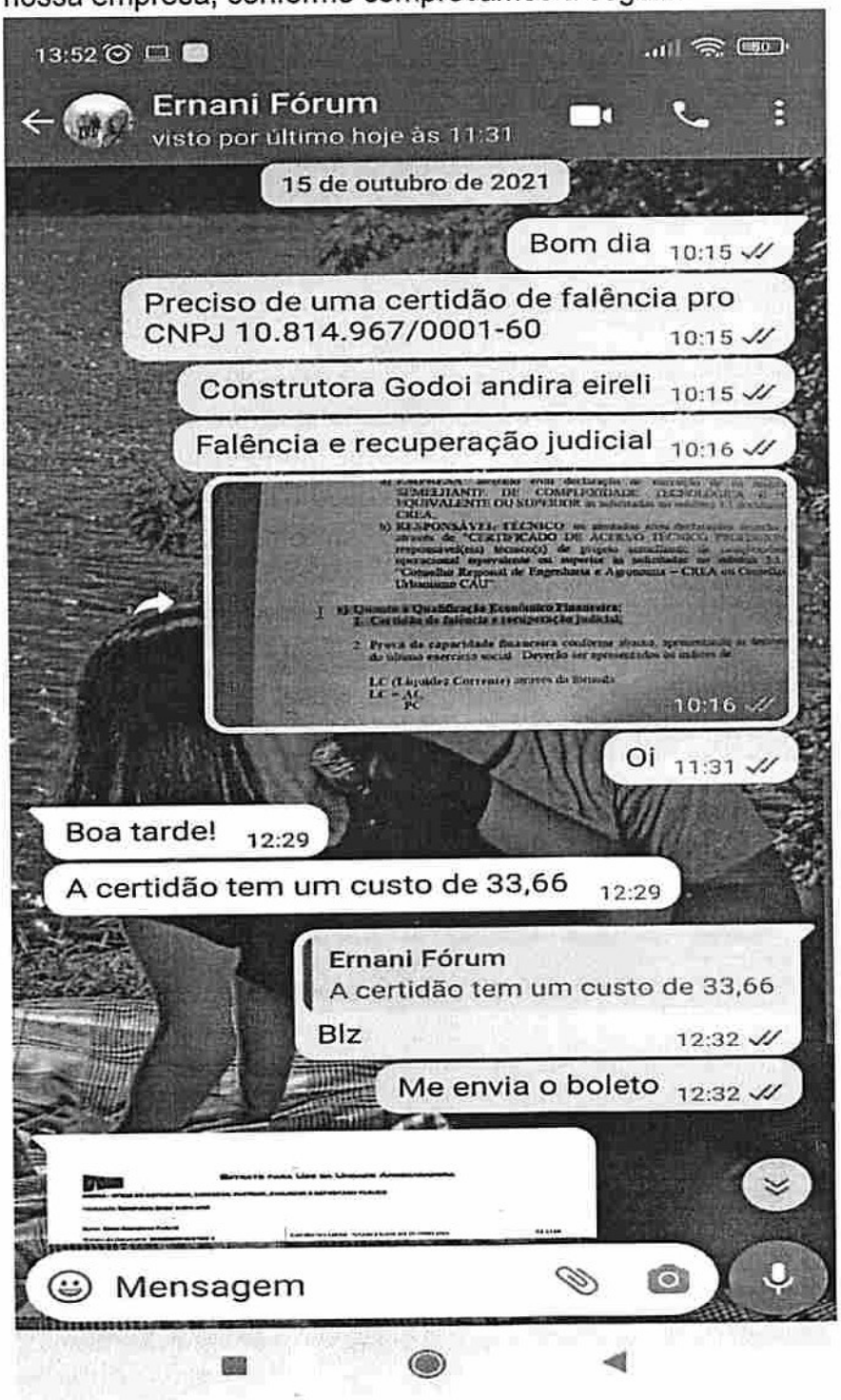
De fato, um dos documentos solicitados para a "qualificação econômico financeira" é a Certidão de Falência e Recuperação Judicial. Apesar de não constar em Ata, possivelmente pelo fato de o representante Felipe Gustavo Nardoni Silva não ter solicitado expressamente à Comissão de Licitação, tal documento, ou seja, a "Certidão de Falência e Recuperação Judicial" **foi apresentado à Comissão e aos presentes**, eletronicamente, através do arquivo em PDF, que fora enviado por WhatsApp pelo **Cartório do Distribuidor e Anexos da Comarca de Andirá**, dentro da validade. Tal ocorrência pode ser comprovada pelos membros da comissão, pelos demais presentes e também em vídeos e áudios gravados na sessão.

II – Da defesa

Como é de conhecimento geral a Pandemia provocada pelo Novo Coronavirus (Covid-19) alterou muitos procedimentos no âmbito de emissão de documentos nas mais diversas áreas. A utilização de envio de documentos em arquivos eletrônicos é frequente e plenamente aceitável.

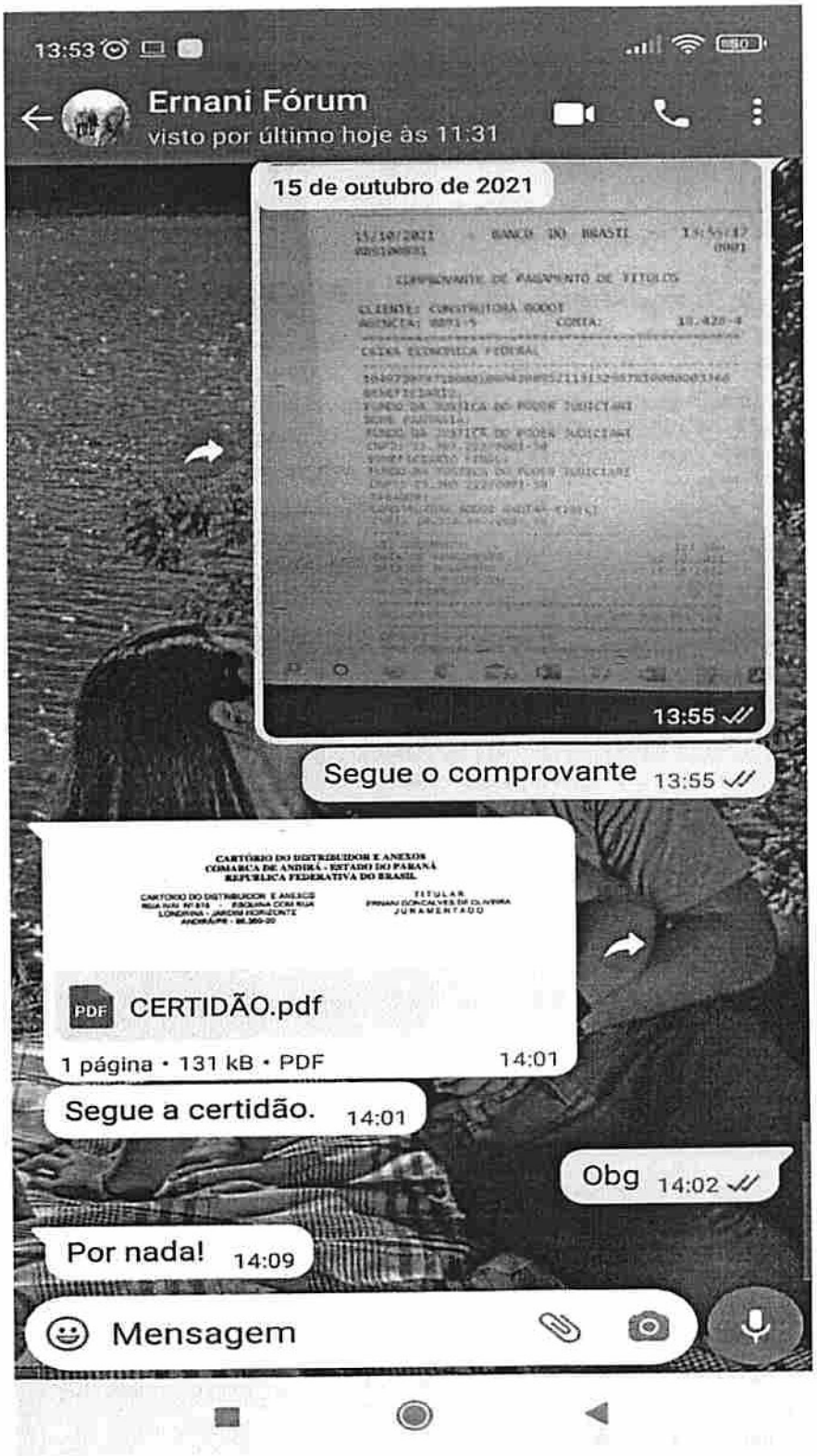
No caso do Cartório do Distribuidor da Comarca de Andirá as Certidões não são mais fornecidas fisicamente e sim enviadas, pelo distribuidor, **eletronicamente em arquivo PDF**.

Tal procedimento foi o efetivado, no caso da certidão solicitada por nossa empresa, conforme comprovamos a seguir:



Print de Mensagem de WhatsApp-solicitação da Certidão, ao Sr Ernani (distribuidor) feita pelo Sr Felipe Nardoni da Construtora Godoi

CONSTRUTORA GODOI ANDIRÁ EIRELI
RUA SÃO PAULO, N.º 844 – SALA 19 – CENTRO – ANDIRÁ/PR
CEP 86.380-000– FONE: (43) 3538-5549– construtoragodoi@hotmail.com
CNPJ: 10.814.967/0001-60 – I.E. 90.479.429-58 – I.M. 31.994



Recebimento da Certidão via WhatsSapp pelo Sr Felipe Nardoni

CONSTRUTORA GODOI ANDIRÁ EIRELI
RUA SÃO PAULO, N.º 844 – SALA 19 – CENTRO – ANDIRÁ/PR
CEP 86.380-000– FONE: (43) 3538-5549– construtoragodoi@hotmail.com
CNPJ: 10.814.967/0001-60 – I.E. 90.479.429-58 – I.M. 31.994

CARTÓRIO DO DISTRIBUIDOR E ANEXOS
COMARCA DE ANDIRÁ - ESTADO DO PARANÁ
REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CARTORIO DO DISTRIBUIDOR E ANEXOS
RUA IVAI Nº 515 - ESQUINA COM RUA LONDRINA - JARDIM HORIZONTE
ANDIRÁ/PR - 86.380-00

TITULAR
ERNANI GONCALVES DE OLIVEIRA
JURAMENTADO

Certidão Negativa

Certifico, a pedido de parte interessada, que revendo os livros e arquivos de distribuição CIVEL (Cível, Precatória, Precatória Especial, Juizado Especial, Pequenas Causas), FAZENDA (Fazenda Pública, Fazenda Pública Carta Precatória, Fazenda Pública Juizado Especial, Fazenda Pública Juizado Especial Carta Precatória), EXECUTIVO FISCAL, FALÊNCIA e/ou CONCORDATA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL e/ou EXTRAJUDICIAL sob minha guarda neste cartório, verifiquei NÃO CONSTAR nenhum registro em andamento contra:

CONSTRUTORA GODOI ANDIRA EIRELI

CNPJ 10.814.967/0001-60, no período compreendido entre a presente data e os últimos 20 anos que a antecedem.

ANDIRÁ/PR, 15 de Outubro de 2021

ERNANI GONCALVES DE OLIVEIRA
(assinado digitalmente)
Conforme Ofício Circular 43/2020 - CGJ

Afixação do Selo Funarpen Isento, Conforme Determinação do Funrejus/Funjus.
Observação: Certidão expedida de acordo com a Subseção II, Artigo 96, e Artigo 97 itens I e II, do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça

Certidão emitida em 15/10/21 arquivada em PDF no celular do Sr Felipe Nardoni

Como podemos constatar a certidão solicitada estava no WhatsApp do representante presente a sessão, apesar de, por um lapso, a certidão não ter sido impressa e inserida no Envelope n.º1, tal fato deve-se, principalmente, pela atual forma de recebimento desta, de forma eletrônica, diferentemente do tradicional no papel.

A referida certidão tem como finalidade, juntamente com o Balanço, proceder a Qualificação Econômico Financeira da licitante. Devemos ressaltar que a Recorrente cumpre contrato com o município, conforme já mencionado, sendo que as obrigações são cumpridas dentro da normalidade, não existindo nenhum desabono ou qualquer manifestação que permita a desqualificação no âmbito econômico financeiro da mesma, sendo o fato de conhecimento da Comissão e demais setores ligados a contratação de obras e serviços da Prefeitura Municipal de Bandeirantes.

Sabemos que uma licitação tem como objetivo que o poder público consiga a melhor contratação possível, ou seja, o menor preço e a garantia que os serviços sejam executados conforme previsto, todas as exigências, atividades,

preparos e estudos antes, durante e após as licitações o que se almeja é culminar com um bom contrato, ou seja, o menor valor possível para realização da obra, serviço ou bem pretendido.

De acordo com Marçal Justen Filho, a qualificação econômico-financeira direciona-se à demonstração de existência de **disponibilidade de recursos** para a satisfatória execução do objeto da contratação. Isso porque incumbe ao contratado arcar com os custos da execução contratual, pois, salvo nas hipóteses de pagamento antecipado, o contratado somente será remunerado pela execução contratual após a entrega do objeto ou do serviço prestado. E isto fica evidenciado, além do fato da certidão visualizada no WhatsApp, a **normalidade do andamento do contrato mencionado,** o permite concluir que a Recorrente tem condições de **suportar os custos de execução de um futuro contrato**.

Nessa linha, ensina Marçal Justen Filho:

*"Ora, a Administração necessita tanto de segurança **quanto de vantajosidade** em suas contratações. A finalidade da licitação é selecionar a proposta com a **qualidade adequada, pelo menor preço possível**. A conjugação de ambos os valores conduz à necessidade de **ponderação nas exigências de habilitação**. **Não é correto, por isso, estabelecer soluções extremadas**. É indispensável estabelecer requisitos de participação, **cuja eliminação seria desastrosa**. Mas tais requisitos devem ser restritos ao **mínimo necessário** para assegurar a obtenção de uma prestação adequadamente executada. Essa solução foi explicitamente consagrada no art. 37, XXI, da CF/1988, que determina que somente podem ser admitidos requisitos de habilitação que se configurem como os **mínimos possíveis**, mas sempre preservando-se a obtenção de uma **contratação adequada e satisfatória**.*

(...)

*"O objeto imediato do procedimento licitatório é a seleção da proposta que melhor atenda aos interesses da administração e, como objeto mediato, a obtenção de certa e determinada obra ou serviço que atenda aos anseios da Administração. A formalidade exigida da parte impetrante é excessiva, evidenciando obstáculo ao resguardo do **próprio interesse público**, que consiste na **obtenção do menor preço**", fundamentou na sentença.*

Realmente, a desabilitação de uma empresa que poderá, na fase de propostas, culminar em melhor preço, na proposta mais vantajosa para o poder público, nos parece desarrazoada, com excesso de formalismo, vejamos:

*"No processo licitatório (Lei n. 8.666/93), o princípio do procedimento formal "não significa que a Administração deva ser formalista a ponto de fazer exigências inúteis ou desnecessárias à licitação, como também não quer dizer que se deva anular o procedimento ou o julgamento, ou inabilitar licitantes, ou desclassificar propostas **diante de simples omissões ou irregularidades na documentação***

ou na proposta, desde que tais omissões ou irregularidades sejam irrelevantes e não causem prejuízos à Administração ou aos concorrentes" (Hely Lopes Meirelles) ". (Des. Newton Trisotto, ACMS n. (Reexame Necessário em Mandado de Segurança n. , da Capital, Relator: Des. Subst. Paulo Henrique Moritz Martins da Silva, 1º Câmara de Direito Público,j. em 17/11/2009).

Não podemos deixar de considerar a **possibilidade de diligencia** para sanar ou esclarecer aquilo que se fizer necessário nas sessões de licitações, conforme previsto na lei de Licitações- N° 8.666, Art 43, § 3.º. Tal procedimento deve ser utilizado conforme podemos confirmar pela jurisprudência abaixo:

*ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. TOMADA DE PREÇOS. CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA E CONCORDATA VENCIDA. IRREGULARIDADE SANADA COM O OFERECIMENTO DE UMA OUTRA CERTIDÃO DEVIDAMENTE ATUALIZADA, **ANTES DA ABERTURA DAS PROPOSTAS**. INABILITAÇÃO DESARRAZOADA. ATENDIMENTO AO REQUISITO DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA.*
*1. Conforme expressa previsão editalícia, poderiam participar do certame, na modalidade de tomada de preços, todos aqueles que atendessem as condições exigidas para cadastramento no sistema SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores até três dias antes da data do recebimento das propostas, nos termos do art. 22, II, parágrafo 2º, da Lei nº 8.666/93, dentre as quais a apresentação de certidão negativa de falência e concordata para as pessoas jurídicas. 2. Desarrazoado o ato da impetrada que excluiu a impetrante do certame, pelo fato de ter apresentado a aludida certidão vencida, mesmo tendo, posteriormente, **antes da abertura das propostas, oferecido uma outra certidão** devidamente atualizada; tal irregularidade não tem o condão de obstar o atendimento da exigência quanto à capacidade econômico-financeira da impetrante, podendo, em princípio, **concorrer em igualdade de condições com as demais licitantes**.*
3. Apelação e Remessa oficial improvidas. (TRF-5 - AMS: 82169 RN 2001.84.00.010099-2, Relator: Desembargadora Federal Joana Carolina Lins Pereira (Substituto), Data de Julgamento: 24/11/2005, Terceira Turma, Data de Publicação: Fonte: Diário da Justiça - Data: 17/02/2006 - Página: 890 - Nº: 35 - Ano: 2006)

Tal diligencia não efetivada seria extremamente simples, fácil e imediata, bastaria a leitura e impressão da Certidão disponibilizada em arquivo PDF **no instante da abertura dos envelopes** apresentada pelo representante da Recorrente, Sr. Felipe Nardoni, **que se manifestou no ato sobre a disponibilidade da Certidão**, enviada pelo Distribuidor.

Desta forma, temos que, ao inabilitar esta Recorrente **por excesso de formalismo e não se utilizando das atribuições que a própria Lei lhe confere** inclusive decidindo contrariamente ao entendimento da doutrina e jurisprudência conforme supra demonstrado, esta Comissão de Licitação poderá acarretar um custo adicional ao futuro contrato a ser assinado, já que ao inabilitar uma empresa pode estar **excluindo aquela de melhor proposta**.

É entendimento dos tribunais que julgam impasses surgidos em licitações que, desde que não cause prejuízo à administração pública, uma **empresa não pode ser excluída do processo de licitação por conta de questões irrelevantes, como omissões ou irregularidades formais na documentação**. São frequentes as decisões do Tribunal de Contas da União que prestigiam a adoção do **princípio do formalismo moderado e a possibilidade de saneamento de falhas ao longo do procedimento licitatório**. O objetivo primordial das licitações públicas é a busca da proposta mais vantajosa para a Administração.

Podemos endossar o exposto com o prescrito pelo TCU no acórdão 357/2015-Plenário:

"No curso de procedimentos licitatórios, a Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para ***propiciar adequado grau de certeza****, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados".*

Também temos do Tribunal de Contas da União:

"Rigor formal no exame das propostas dos licitantes não pode ser exagerado ou absoluto, sob pena de desclassificação de propostas mais vantajosas, devendo as simples omissões ou irregularidades na documentação ou na proposta, desde que irrelevantes e não causem prejuízos à Administração ou aos concorrentes, serem sanadas mediante diligências. (Acórdão 2302/2012-Plenário)

O disposto no caput do art. 41 da Lei 8.666/1993, que proíbe a Administração de descumprir as normas e o edital, deve ser aplicado mediante a consideração dos princípios basilares que norteiam o procedimento licitatório, dentre eles o da seleção da proposta mais vantajosa. (Acórdão 8482/2013-1ª Câmara)"

Como disse o professor Adilson Dallari: a "licitação não é um concurso de destreza, destinado a **selecionar o melhor cumpridor de edital.**

É entendimento dos tribunais que julgam impasses surgidos em licitações que, desde que não **cause prejuízo à administração pública**, uma empresa **não pode ser excluída** do processo de licitação por conta de questões irrelevantes, como omissões ou irregularidades formais na documentação. São

frequentes as decisões do Tribunal de Contas da União que prestigiam a adoção do princípio do **formalismo moderado e a possibilidade de saneamento de falhas ao longo do procedimento licitatório**. O objetivo primordial das licitações públicas é a busca da proposta mais vantajosa para a Administração.

Também podemos tomar como baliza decisões do **Tribunal de Contas da União**:

*"Rigor formal no exame das propostas dos licitantes não pode ser exagerado ou absoluto, **sob pena de desclassificação de propostas mais vantajosas**, devendo as simples omissões ou irregularidades na documentação ou na proposta, desde que irrelevantes e não causem prejuízos à Administração ou aos concorrentes, serem **sanadas mediante diligências**. (Acórdão 2302/2012-Plenário)*

*O disposto no caput do art. 41 da Lei 8.666/1993, que proíbe a Administração de descumprir as normas e o edital, deve ser aplicado mediante a consideração dos princípios basilares que norteiam o procedimento licitatório, dentre eles o da **seleção da proposta mais vantajosa**. (Acórdão 8482/2013-1ª Câmara)*

III – Da solicitação

Tendo em vista o exposto, esclarecido e demonstrado, requer a aceitação do presente recurso, **REFORMANDO**, vossa decisão, aqui contestada, para que a empresa **Construtora Godoi Andirá Eireli** seja considerada **HABILITADA** para prosseguir participando do certame em questão.

Nestes termos, pede e aguarda o deferimento.

Andirá, 01 de novembro de 2021.

Construtora Godoi Andirá Eireli
João César Godoi-Representante Legal

550

Assunto **RECURSO TOMADA DE PREÇOS 03/2021**
De <licitacao@bandeirantes.pr.gov.br>
Para <construcaoterraplanagemal@hotmail.com>
Data 05-11-2021 09:45

- RECURSO - CONTRUTORA GODOI.pdf(~1,2 MB)

BOM DIA
EM ANEXO ESTOU ENVIANDO RECURSO APRESENTADO PELA EMPRESA CONSTRUTORA GODOI ANDIRÁ EIRELI LTDA - ME, EM VIRTUDE DE SUA INABILITAÇÃO DA TOMADA DE PREÇOS 03/2021, PARA CONTRARRAZÕES POR ESTA EMPRESA SE ASSIM DESEJAR.
MARCOS
DEP. DE LICITAÇÕES

RECURSO TOMADA DE P...

Mensagem 1 de 7977

De **licitacao@bandeirantes.pr.gov.br**
Para **CONSTRUTORA GODOI**
Data **Hoje 09:48**

RECURSO - AL C... (~2,2 MB)

BOM DIA
EM ANEXO ESTOU ENVIANDO RECURSO APRESENTADO PELA EMPRESA AL CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS E SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM EIRELI, EM VIRTUDE DE SUA INABILITAÇÃO DA TOMADA DE PREÇOS 03/2021, PARA CONTRARRAZÕES POR ESTA EMPRESA SE ASSIM DESEJAR.
MARCOS
DEP. DE LICITAÇÕES

552

Assunto **RECURSO TOMADA DE PREÇOS 03/2021**
De <licitacao@bandeirantes.pr.gov.br>
Para <construtoraresende@yahoo.com.br>
Data 05-11-2021 09:52

- RECURSO - AL CONSTRUÇÃO.pdf(~2,2 MB)
- RECURSO - CONTRUTORA GODOI.pdf(~1,2 MB)

BOM DIA
EM ANEXO ESTOU ENVIANDO RECURSO APRESENTADO PELAS EMPRESAS CONSTRUTORA GODOI ANDIRÁ EIRELI LTDA - ME e AL CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS E SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM EIRELI, EM VIRTUDE DE SUAS INABILITAÇÕES DA TOMADA DE PREÇOS 03/2021, PARA CONTRARRAZÕES POR ESTA EMPRESA SE ASSIM DESEJAR.
MARCOS
DEP. DE LICITAÇÕES

Assunto **RECURSO TOMADA DE PREÇOS 03/2021**
De <licitacao@bandeirantes.pr.gov.br>
Para eder polcelli junior <emrconstrutora@hotmail.com.br>
Data 05-11-2021 09:51

- RECURSO - AL CONSTRUÇÃO.pdf(~2,2 MB)
- RECURSO - CONTRUTORA GODOI.pdf(~1,2 MB)

BOM DIA
EM ANEXO ESTOU ENVIANDO RECURSO APRESENTADO PELAS EMPRESAS CONSTRUTORA GODOI ANDIRÁ EIRELI LTDA - ME e AL CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS E SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM EIRELI, EM VIRTUDE DE SUAS INABILITAÇÕES DA TOMADA DE PREÇOS 03/2021, PARA CONTRARRAZÕES POR ESTA EMPRESA SE ASSIM DESEJAR.
MARCOS
DEP. DE LICITAÇÕES

ATA DA SESSÃO DE JULGAMENTO

ATA DE JULGAMENTO DE RECURSOS DA LICITAÇÃO 03/2021 - PMB – MODALIDADE – TOMADA DE PREÇOS

Aos 11 dias do mês de novembro do ano 2021, às 08:00 horas, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, em sessão pública, presente a comissão de licitação constituída em 04/01/2021 através da portaria nº 1.500/2021, formada pelo presidente e membros a Srª. CIBELE GUSMAO FONTOLAN DA SILVA, JOYCE FERREIRA PARPINELLI e do Sr. MARCOS DE MORAES. Após instalada a sessão para julgamento de recursos da licitação em epígrafe, autorizada pelo Sr. Prefeito Municipal o Sr. Jaelson Ramalho Matta, no processo datado em 21/07/2021, tendo como objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACIR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR. A comissão de licitações, atestou a apresentação de recursos pela empresa CONSTRUTORA GODOI ANDIRÁ EIRELI – ME, protocolado na data de 03/11/2021, contra sua inabilitação no processo licitatório supra, uma vez que não apresentou o documento exigido no edital item 08.2, letra "e", número "1" "*Certidão de falência e recuperação judicial*". Após prazo estipulado para contrarrazões e por não ter havido manifestação de nenhuma outra proponente, a comissão de licitações analisou e decidiu pelo NÃO PROVIMENTO DO RECURSO, haja vista não ser possível a inserção, após o protocolo dos envelopes, de documento de habilitação, mantendo a decisão inicial de considerar a empresa INABILITADA. A comissão de licitações, atestou a apresentação de recursos pela empresa AL CONSTRUÇÃO DE EDIFICIOS E SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM EIRELI, por sua inabilitação no processo licitatório supra, pelo seguinte da não apresentação de documento exigido no edital item 08.2 letras "d" número 05 letras "a" "*Atestado de execução de Obra em nome da Empresa*". Após prazo estipulado para contrarrazões e não ter havido manifestação por parte de nenhuma outra proponente, a comissão de licitações, após análise do recurso apresentado pela empresa AL CONSTRUÇÃO DE EDIFICIOS E SERVIÇOS DE TERRAPLANANGEM EIRELI, e em conformidade com os ACÓRDÃOS Nº 828/19 e Nº 2050/21 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, julgou como procedente a presente representação considerando esta empresa como HABILITADA. Na sequência foi marcado para o dia 19/11/2021 às 09:00 na sala de licitação do Município de Bandeirantes-PR a abertura

dos envelopes de proposta de preços. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e assinada a presente Ata pela Comissão de Licitação e representante da proponente.

Cibele Guzmão Pontolan da Silva
Presidente

Marcos de Moraes
Membro

Joyce Ferreira Parpinelli
Membro

556

Assunto **ATA DE DECISÃO DE RECURSO TOMADA DE PREÇOS 03/2021**

De <licitacao@bandeirantes.pr.gov.br>

Para <construtoraresende@yahoo.com.br>

Data 11-11-2021 08:02

- Ata julgamento de recursos.pdf(~177 KB)

BOM DIA
EM ANEXO ESTOU ENVIANDO ATA DE DECISÃO DA LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS 03/2021.
MARCOS
DEP. LICITAÇOES

557

Assunto	**ATA DE DECISÃO DE RECURSO TOMADA DE PREÇOS 03/2021**
De	<licitacao@bandeirantes.pr.gov.br>
Para	eder polcelli junior <emrconstrutora@hotmail.com.br>
Data	11-11-2021 08:00

- Ata julgamento de recursos.pdf(~177 KB)

BOM DIA
EM ANEXO ESTOU ENVIANDO ATA DE DECISÃO DA LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS 03/2021.
MARCOS
DEP. LICITAÇOES

558

Assunto	**ATA DE DECISÃO DE RECURSO TOMADA DE PREÇOS 03/2021**
De	<licitacao@bandeirantes.pr.gov.br>
Para	CONSTRUTORA GODOI <construtoragodoi@hotmail.com>
Data	11-11-2021 07:59

- Ata julgamento de recursos.pdf(~177 KB)

BOM DIA
EM ANEXO ESTOU ENVIANDO ATA DE DECISÃO DA LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS 03/2021.
MARCOS
DEP. LICITAÇOES

559

Assunto **ATA DE DECISÃO DE RECURSO TOMADA DE PREÇOS 03/2021**
De <licitacao@bandeirantes.pr.gov.br>
Para <construcaoterraplanagemal@hotmail.com>
Data 11-11-2021 07:58

- Ata julgamento de recursos.pdf(~177 KB)

BOM DIA
EM ANEXO ESTOU ENVIANDO ATA DE DECISÃO DA LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS 03/2021.
MARCOS
DEP. LICITAÇOES

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ

560

PROPOSTA

DE

PREÇOS

AL CONSTRUÇÃO DE EDIF.E SERVICOS DE TERRAPLANAGEM EIRELLI
END ROD. PR 160 ,47 SL 02 - CORNÉLIO PROCÓPIO PR
CNPJ Nº 38.026.840/0001-04
561
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES PR

OBJETO CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACIR CASTANHO
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2021
ENVELOPE N º02 - PROPOSTA DE PREÇOS

MODELO 5

AL CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS E SERV. DE TERRAPLANAGEM EIRELI, sob o CNPJ nº 38.026.840/0001-04 e inscrito no CICAD nº 9085672697, Rodovia PR 160, nº , Sala 02, Vila Independência, Telefone (43) 9-8424-2250 construcaoterraplanagemal@hotmail.com

À Comissão de Licitação
Ref. Edital de Tomada de Preços nº 003/2021

PROPOSTA DE PREÇOS

Prezados Senhores,

Apresentamos e submetemos à apreciação de V. S.ª nossa proposta de preços relativo à execução de PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACIR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES – PR, do lote nº 01 da licitação em epígrafe.

LOTE 01:

Lote	QTD	UN	Descrição	VLR Máximo Unitário	VLR Máximo Total
01	01	UND	- Execução de projeto de reforma na escola Municipal Prefeito Moacir Castanho do Município de Bandeirantes – PR. - Os serviços deverão ser executados conforme discriminados na planilha de serviços com os seguintes tópicos: 1. Demolições necessárias 2. Construção de estruturas 3. Instalações hidrosanitárias 4. Coberturas 5. Calçamento 6. Esquadrias 7. Instalações elétricas 8. Revestimentos 9. Pintura 10. Acabamento 11. Limpeza - Conforme cronograma físico financeiro, memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma e projeto, anexos deste edital.	897.196,27	897.196,27
VALOR TOTAL					897.196,27

O preço, proposto para execução do objeto do lote é de R$ 897.196,27 (oitocentos e noventa e sete mil, cento e noventa e seis reais e vinte e sete centavos).

O prazo de execução do objeto do referido lote é de (180 – cento e oitenta) dias, contado a partir do 10º dia da data da assinatura do Contrato de Empreitada.

construcaoterraplanagemal@hotmail.com
Rodovia PR 160 N 47 | sala 2

INSC Estadual: 9085672697
INSC Municipal 54-16973
CNPJ: 38.026.840/0001-04

ANDRE LUIZ DE LIMA:00735099901 Assinado de forma digital por ANDRE LUIZ DE LIMA:00735099901 Dados: 2021.10.21 18:35:31 -03'00'

O prazo de validade da proposta de preços é de 60 (sessenta) dias a partir do 10º dia da data limite estabelecida para recebimento das propostas (envelopes nº 1 e nº 2) pela comissão de Licitação.

Declaro que em expressa referência de submissão da proposta ao edital, que nos preços mantidos na proposta escrita, estão incluídos todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e outros de quaisquer natureza que se fizerem indispensáveis à perfeita contratação do objeto da licitação.

Atenciosamente,

Bandeirantes, 20 de outubro de 2021

ANDRE LUIZ DE LIMA:00735099901

Assinado de forma digital por ANDRE LUIZ DE LIMA:00735099901
Dados: 2021.10.21 18:36:03 -03'00'

Representante legal
André Luiz de Lima
RG nº 5.165.889-0
Procurador

construcaoterraplanagemal@hotmail.com
Rodovia PR 160 N 47 | sala 2

INSC Estadual: 9085672697
INSC Municipal 54-16973
CNPJ: 38.026.840/0001-04

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO
GERÊNCIA DE CUSTOS E ORÇAMENTOS

PRÓPRIO: Reforma da Escola Municipal Pr
MUNICÍPIO: Bandeirantes
EMPRESA:

DATA: 14/05/21
TIPO OBRA: Reforma
PROTOCOLO:
PRAZO EXECUÇÃO: 180 DIAS

ITEM	SERVIÇOS	ÍNDICE	30	% NO PERÍODO	60	% NO PERÍODO	90	% NO PERÍODO	120	% NO PERÍODO	150	% NO PERÍODO	180	% NO PERÍODO	BDI 26,0100% VALOR SERVIÇO C/ BDI	VALOR PLANILHA S/ BDI
01	SERVIÇOS PRELIMINARES	2,81%	20.190,83	80,00%	5.047,71	20,00%									25.238,54	20.028,99
02	ESTRUTURAS E VEDAÇÕES	4,49%	6.039,75	15,00%	16.105,99	40,00%	10.066,24	25,00%	4.026,50	10,00%	4.026,50	10,00%			40.264,98	31.953,79
03	COBERTURA	1,65%			6.668,63	45,00%	8.150,55	55,00%							14.819,18	11.760,32
04	ESQUADRIAS	40,93%					73.447,28	20,00%	91.809,11	25,00%	201.980,03	55,00%			367.236,42	291.434,35
05	INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS	4,97%	8.919,79	20,00%	26.759,37	60,00%					6.689,84	15,00%	2.229,95	5,00%	44.598,94	35.393,18
06	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	5,92%	10.621,47	20,00%	15.932,20	30,00%	21.242,94	40,00%					5.310,73	10,00%	53.107,34	42.145,34
07	REVESTIMENTOS	24,82%			22.264,17	10,00%	44.528,35	20,00%	66.792,52	30,00%	66.792,52	30,00%	22.264,17	10,00%	222.641,74	176.685,77
08	OUTROS	4,06%			7.286,10	20,00%					7.286,10	20,00%	21.858,31	60,00%	36.430,51	28.910,81
09	PREVENÇÃO DE INCÊNDIO	0,35%											3.153,04	100,00%	3.153,04	2.502,21
10	PINTURA	10,00%							17.941,12	20,00%	13.455,84	15,00%	58.308,63	65,00%	89.705,59	71.189,26
11		0,00%														
12		0,00%														
13		0,00%														
14		0,00%														
15		0,00%														
16		0,00%														
17		0,00%														
18		0,00%														
19		0,00%														
20		0,00%														
VALOR DA PARCELA DETERMINADA COM BASE NO PREÇO MÁXIMO		100,00%	45.771,83	5,10%	100.064,18	11,15%	157.435,37	17,55%	180.569,24	20,13%	300.230,83	33,46%	113.124,83	12,61%	897.196,27	712.004,03
VALOR PROPOSTO		R$ 897.196,27	**45.771,83**	5,10%	**100.064,18**	11,15%	**157.435,37**	17,55%	**180.569,24**	20,13%	**300.230,83**	33,46%	**113.124,83**	12,61%	**897.196,27**	
DESCONTO PROPOSTO / VALOR DAS PARCELAS		0,000000%														
TOTAL ACUMULADO COM O DESCONTO PROPOSTO			45.771,83	5,10%	145836,01	16,25%	303.271,37	33,80%	483.840,62	53,93%	784.071,45	87,39%	897.196,28	100,00%		

ANDRE LUIZ DE LIMA:00735099901

Assinado de forma digital por ANDRE LUIZ DE LIMA:00735099901
Dados: 2021.10.21 16:05:30 -03'00'

564

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

Reforma da Escola Municipal Prefeito Moacyr Castanho

TABELAS DE REFERÊNCIA: SINAPI/PR (FEVEREIRO/2021), SINAPI/PR (MAIO/2021) E PRED (MAIO/2021) VERSÃO 1.0

DATA: 14/05/2021

ENDEREÇO: Rua Prefeito Agenor Ferreira dos Santos, nº 907

MUNICIPIO: Bandeirantes

LEVANTAMENTO Nº:

RESPONSÁVEL TÉCNICO: Ricardo José Silva Rivolli

PROTOCOLO Nº:

ORGÃO: Prefeitura Municipal de Bandeirantes

TIPO DE OBRA/SERVIÇO: Reforma

ART Nº:

REG. CREA: 158606/D

ITEM	CÓDIGO DO SERVIÇO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	MATERIAL	MÃO DE OBRA	CUSTO UNITÁRIO	MATERIAL	MÃO DE OBRA	CUSTO TOTAL	SUBTOTAL
1		SERVIÇOS PRELIMINARES						R$ 6.988,81	R$ 13.624,02		R$ 20.612,83
1.1	4813	PLACA DE OBRA (PARA CONSTRUCAO CIVIL) EM CHAPA GALVANIZADA *N. 22*, ADESIVADA, DE *2,0 X 1,125* M	M2	1,00	293,76	0,00	293,76	293,76	0,00	293,76	
1.2	97622	DEMOLIÇÃO DE ALVENARIA DE BLOCO FURADO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	M3	4,68	13,28	29,41	42,70	62,17	137,65	199,82	
1.3	97631	DEMOLIÇÃO DE ARGAMASSAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	M2	367,45	0,71	1,80	2,51	259,74	661,15	920,88	
1.4	97633	DEMOLIÇÃO DE REVESTIMENTO CERÂMICO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	M2	247,43	5,07	12,06	17,13	1.253,82	2.984,63	4.238,45	
1.5	97639	REMOÇÃO DE PLACAS E PILARETES DE CONCRETO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	M2	78,00	4,39	10,75	15,14	342,27	838,48	1.180,75	
1.6	97644	REMOÇÃO DE PORTAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	M2	34,00	2,01	4,98	7,00	68,35	169,48	237,84	
1.7	97645	REMOÇÃO DE JANELAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	M2	75,00	12,13	13,75	25,88	909,51	1.031,37	1.940,88	
1.8	97660	REMOÇÃO DE INTERRUPTORES/TOMADAS ELÉTRICAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	UN	5,00	0,10	0,39	0,50	0,50	1,97	2,48	
1.9	97661	REMOÇÃO DE CABOS ELÉTRICOS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	M	130,00	0,10098	0,40392	0,5049	13,13	52,51	65,64	
1.10	97662	REMOÇÃO DE TUBULAÇÕES (TUBOS E CONEXÕES) DE ÁGUA FRIA, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	M	20,00	0,07	0,28	0,36	1,47	5,69	7,16	
1.11	97663	REMOÇÃO DE LOUÇAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	UN	6,00	2,62	6,61	9,23	15,70	39,66	55,36	
1.12	97664	REMOÇÃO DE ACESSÓRIOS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	UN	12,00	0,29	0,85	1,15	3,53	10,24	13,77	
1.13	COMP 001	DEMOLIÇÃO DE CALÇAMENTO EM CONCRETO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO	M2	741,52	3,27	7,96	11,23	2.423,35	5.901,80	8.325,15	
1.14	97640	REMOÇÃO DE FORROS DE DRYWALL, PVC E FIBROMINERAL, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	M2	36,77	0,34	0,98	1,32	12,49	36,12	48,61	
1.15	100981	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE ENTULHO EM CAMINHÃO BASCULANTE 6 M³ - CARGA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (CAÇAMBA DE 0,80 M³ / 111 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF_07/2020	M3	141,61	4,80	0,97	5,77	679,89	137,80	817,69	
1.16	97647	REMOÇÃO DE TELHAS, DE FIBROCIMENTO, METÁLICA E CERÂMICA, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	M2	8,05	0,72	1,83	2,54	5,76	14,71	20,47	
1.17	97655	REMOÇÃO DE TRAMA METÁLICA PARA COBERTURA, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	M2	8,05	7,89	8,68	16,57	63,55	69,83	133,39	
1.18	COMP 002	RETIRADA DE GRADE FERRO, DE FORMA MANUAL	M2	73,43	2,10	5,41	7,51	154,37	397,04	551,40	
1.19	COMP 003	RETIRADA DE ALAMBRADO EM TELA DE AÇO GALVANIZADA, DE FORMA MANUAL, PRESO EM GANCHO	M2	116,00	0,52	1,35	1,87	60,70	156,54	217,24	
1.20	98524	LIMPEZA MANUAL DE VEGETAÇÃO EM TERRENO COM ENXADA.AF_05/2018	M2	509,40	0,72	1,92	2,63	364,75	977,35	1.342,10	
2		ESTRUTURAS E VEDAÇÕES			0,00	0,00		R$ 21.462,11	R$ 11.423,10		R$ 32.885,21

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

Reforma da Escola Municipal Prefeito Moacyr Castanho

TABELAS DE REFERÊNCIA: SINAPI/PR (FEVEREIRO/2021), SINAPI/PR (MAIO/2021) E PRED (MAIO/2021) VERSÃO 1.0

DATA: 14/05/2021

ENDEREÇO: **Rua Prefeito Agenor Ferreira dos Santos, nº 907**

MUNICIPIO: **Bandeirantes**

LEVANTAMENTO Nº:

RESPONSÁVEL TÉCNICO: **Ricardo José Silva Rivolli**

PROTOCOLO Nº:

ORGÃO: Prefeitura Municipal de Bandeirantes

TIPO DE OBRA/SERVIÇO: Reforma

ART Nº:

REG. CREA: **158606/D**

ITEM	CÓDIGO DO SERVIÇO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	MATERIAL	MÃO DE OBRA	CUSTO UNITÁRIO	MATERIAL	MÃO DE OBRA	CUSTO TOTAL	SUBTOTAL
2.1	87525	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA HORIZONTAL DE 14X9X19CM (ESPESSURA 14CM, BLOCO DEITADO) DE PAREDES COM ÁREA LÍQUIDA MAIOR OU IGUAL A 6M² COM VÃOS E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF_06/2014	M2	71,63	61,50	59,17	120,67	4.405,02	4.238,65	8.643,67	
2.2	87524	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA HORIZONTAL DE 9X14X19CM (ESPESSURA 9CM) DE PAREDES COM ÁREA LÍQUIDA MAIOR OU IGUAL A 6M² COM VÃOS E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO MANUAL. AF_06/2014	M2	79,95	40,02	38,90	78,91	3.199,25	3.109,71	6.308,96	
2.3	96116	FORRO EM RÉGUAS DE PVC, FRISADO, PARA AMBIENTES COMERCIAIS, INCLUSIVE ESTRUTURA DE FIXAÇÃO. AF_05/2017_P	M2	36,77	49,48	7,39	56,87	1.819,39	271,73	2.091,11	
2.4	96121	ACABAMENTOS PARA FORRO (RODA-FORRO EM PERFIL METÁLICO E PLÁSTICO). AF_05/2017	M	463,76	7,56	2,16	9,71	3.503,77	1.000,47	4.504,24	
2.5	92451	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA DE VIGA, ESCORAMENTO COM GARFO DE MADEIRA, PÉ-DIREITO SIMPLES, EM CHAPA DE MADEIRA RESINADA, 2 UTILIZAÇÕES. AF_12/2015	M2	1,86	79,44	39,77	119,21	147,77	73,97	221,73	
2.6	92741	CONCRETAGEM DE VIGAS E LAJES, FCK=20 MPA, PARA QUALQUER TIPO DE LAJE COM BALDES EM EDIFICAÇÃO TÉRREA, COM ÁREA MÉDIA DE LAJES MENOR OU IGUAL A 20 M² - LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO. AF_12/2015	M3	0,48	368,38	169,21	537,58	176,82	81,22	258,04	
2.7	92718	CONCRETAGEM DE PILARES, FCK = 25 MPA, COM USO DE BALDES EM EDIFICAÇÃO COM SEÇÃO MÉDIA DE PILARES MENOR OU IGUAL A 0,25 M² - LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO. AF_12/2015	M3	0,07	356,37	120,20	476,57	24,05	8,11	32,17	
2.8	92415	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA DE PILARES RETANGULARES E ESTRUTURAS SIMILARES, PÉ-DIREITO SIMPLES, EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA RESINADA, 2 UTILIZAÇÕES. AF_09/2020	M2	1,80	53,34	34,12	87,46	96,00	61,42	157,42	
2.9	92777	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UMA EDIFICAÇÃO TÉRREA OU SOBRADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 8,0 MM - MONTAGEM. AF_12/2015	KG	37,78	13,29	2,62	15,91	502,20	98,84	601,04	
2.10	92967	MARTELO PERFURADOR PNEUMÁTICO MANUAL, HASTE 25 X 75 MM, 21 KG - CHI DIURNO. AF_12/2015	CHI	20,00	5,88	12,77	18,65	117,69	255,39	373,08	
2.11	98522	ALAMBRADO EM MOURÕES DE CONCRETO, COM TELA DE ARAME GALVANIZADO (INCLUSIVE MURETA EM CONCRETO). AF_05/2018	M	70,97	105,26	31,33	136,59	7.470,15	2.223,59	9.693,74	
3		**COBERTURA**			0,00	0,00		**R$ 11.040,94**	**R$ 1.062,15**		**R$ 12.103,09**
3.1	94228	CALHA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO NÚMERO 24, DESENVOLVIMENTO DE 50 CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_06/2016	M	97,50	76,94	8,56	85,50	7.501,41	835,08	8.336,50	
3.2	94231	RUFO EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO NÚMERO 24, CORTE DE 25 CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_06/2016	M	29,01	45,34	4,36	49,70	1.315,31	126,50	1.441,81	
3.3	92568	TRAMA DE AÇO COMPOSTA POR RIPAS, CAIBROS E TERÇAS PARA TELHADOS DE ATÉ 2 ÁGUAS PARA TELHA DE ENCAIXE DE CERÂMICA OU DE CONCRETO, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_12/2015	M2	8,06	191,60	7,67	199,27	1.544,26	61,86	1.606,12	

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

Reforma da Escola Municipal Prefeito Moacyr Castanho

TABELAS DE REFERÊNCIA: SINAPI/PR (FEVEREIRO/2021), SINAPI/PR (MAIO/2021) E PRED (MAIO/2021) VERSÃO 1.0

DATA: 14/05/2021

ENDEREÇO: Rua Prefeito Agenor Ferreira dos Santos, nº 907

MUNICIPIO: Bandeirantes

LEVANTAMENTO Nº:

RESPONSÁVEL TÉCNICO: Ricardo José Silva Rivolli

PROTOCOLO Nº:

ORGÃO: Prefeitura Municipal de Bandeirantes

TIPO DE OBRA/SERVIÇO: Reforma

ART Nº:

REG. CREA: 158606/D

ITEM	CÓDIGO DO SERVIÇO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	MATERIAL	MÃO DE OBRA	CUSTO UNITÁRIO	MATERIAL	MÃO DE OBRA	CUSTO TOTAL	SUBTOTAL
3.4	94213	TELHAMENTO COM TELHA DE AÇO/ALUMÍNIO E = 0,5 MM, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO IÇAMENTO. AF_07/2019	M2	4,46	78,31	2,40	80,70	348,85	10,67	359,52	
3.5	94449	TELHAMENTO COM TELHA ONDULADA DE FIBRA DE VIDRO E = 0,6 MM, PARA TELHADO COM INCLINAÇÃO MAIOR QUE 10°, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO IÇAMENTO. AF_06/2016	M2	8,06	41,08	3,48	44,56	331,11	28,04	359,15	
4		**ESQUADRIAS**			0,00	0,00		**R$ 228.909,02**	**R$ 71.020,02**		**R$ 299.929,04**
4.1	94807	PORTA EM AÇO DE ABRIR TIPO VENEZIANA SEM GUARNIÇÃO, 87X210CM, FIXAÇÃO COM PARAFUSOS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2015	UN	14,00	693,71	20,76	714,47	9.712,00	290,58	10.002,58	
4.2	COMP 004	PORTA EM AÇO DE ABRIR TIPO VENEZIANA SEM GUARNIÇÃO, 60X210CM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UN	10,00	395,08	20,77	415,85	3.950,80	207,74	4.158,54	
4.3	COMP 005	PORTA EM AÇO DE ABRIR TIPO VENEZIANA SEM GUARNIÇÃO, 70X210CM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UN	2,00	411,03	20,77	431,81	822,07	41,55	863,62	
4.4	COMP 006	PORTA EM AÇO DE ABRIR TIPO VENEZIANA SEM GUARNIÇÃO, 80X210CM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UN	3,00	415,62	20,77	436,40	1.246,87	62,32	1.309,20	
4.5	3097	FECHADURA ROSETA REDONDA PARA PORTA DE BANHEIRO, EM ACO INOX (MAQUINA, TESTA E CONTRA-TESTA) E EM ZAMAC (MACANETA, LINGUETA E TRINCOS) COM ACABAMENTO CROMADO, MAQUINA DE 40 MM, INCLUINDO CHAVE TIPO TRANQUETA	UN	10,00	56,53	0,00	56,53	565,30	0,00	565,30	
4.6	3080	FECHADURA ESPELHO PARA PORTA EXTERNA, EM ACO INOX (MAQUINA, TESTA E CONTRA -TESTA) E EM ZAMAC (MACANETA, LINGUETA E TRINCOS) COM ACABAMENTO CROMADO, MAQUINA DE 40 MM, INCLUINDO CHAVE TIPO CILINDRO	UN	28,00	50,49	0,00	50,49	1.413,72	0,00	1.413,72	
4.7	100687	KIT DE PORTA DE MADEIRA FRISADA, SEMI-OCA (LEVE OU MÉDIA), PADRÃO MÉDIO, 60X210CM, ESPESSURA DE 3,5CM, ITENS INCLUSOS: DOBRADIÇAS, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DE BATENTE, FECHADURA COM EXECUÇÃO DO FURO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	UN	1,00	596,36	142,66	739,02	596,36	142,66	739,02	
4.8	100689	KIT DE PORTA DE MADEIRA FRISADA, SEMI-OCA (LEVE OU MÉDIA), PADRÃO MÉDIO, 80X210CM, ESPESSURA DE 3,5CM, ITENS INCLUSOS: DOBRADIÇAS, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DE BATENTE, FECHADURA COM EXECUÇÃO DO FURO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	UN	4,00	645,90	152,44	798,34	2.583,58	609,77	3.193,35	
4.9	100874	PUXADOR PARA PCD, FIXADO NA PORTA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	2,00	245,90	18,18	264,08	491,81	36,35	528,16	
4.10	4910	PORTA DE ENROLAR MANUAL COMPLETA, PERFIL MEIA CANA CEGA, EM ACO GALVANIZADO NATURAL, CHAPA NUMERO 24 (INSTALADA)	M2	3,78	565,50	0,00	565,50	2.137,58	0,00	2.137,58	
4.11	94559	JANELA DE AÇO TIPO BASCULANTE PARA VIDROS, COM BATENTE, FERRAGENS E PINTURA ANTICORROSIVA. EXCLUSIVE VIDROS, ACABAMENTO, ALIZAR E CONTRAMARCO. FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	M2	176,34	502,77	100,29	603,06	88.658,50	17.685,40	106.343,91	
4.12	102162	INSTALAÇÃO DE VIDRO LISO INCOLOR, E = 4 MM, EM ESQUADRIA DE ALUMÍNIO OU PVC, FIXADO COM BAGUETE. AF_01/2021_P	M2	35,27	288,13	23,22	311,35	10.162,44	818,84	10.981,27	

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

Reforma da Escola Municipal Prefeito Moacyr Castanho

TABELAS DE REFERÊNCIA: SINAPI/PR (FEVEREIRO/2021), SINAPI/PR (MAIO/2021) E PRED (MAIO/2021) VERSÃO 1.0

DATA: 14/05/2021

ENDEREÇO: **Rua Prefeito Agenor Ferreira dos Santos, nº 907**

MUNICÍPIO: **Bandeirantes**

LEVANTAMENTO Nº:

RESPONSÁVEL TÉCNICO: **Ricardo José Silva Rivolli**

PROTOCOLO Nº:

ORGÃO: Prefeitura Municipal de Bandeirantes

TIPO DE OBRA/SERVIÇO: Reforma

ART Nº:

REG. CREA: **158606/D**

ITEM	CÓDIGO DO SERVIÇO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	MATERIAL	MÃO DE OBRA	CUSTO UNITÁRIO	MATERIAL	MÃO DE OBRA	CUSTO TOTAL	SUBTOTAL
4.13	94562	JANELA DE AÇO DE CORRER COM 4 FOLHAS PARA VIDRO, COM BATENTE, FERRAGENS E PINTURA ANTICORROSIVA. EXCLUSIVE VIDROS, ALIZAR E CONTRAMARCO. FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	M2	7,08	526,59	45,77	572,36	3.728,27	324,06	4.052,34	
4.14	99862	GRADIL EM ALUMÍNIO FIXADO EM VÃOS DE JANELAS, FORMADO POR TUBOS DE 3/4". AF_04/2019	M2	216,18	243,58	225,45	469,03	52.657,58	48.738,13	101.395,71	
4.15	COT 003	PORTA PANTOGRÁFICA METÁLICA - 2 FOLHAS - 2,09X2,50M	UN	1,00	3.090,60	0,00	3.090,60	3.090,60	0,00	3.090,60	
4.16	COMP 007	GRADES E MONTANTES DE FERRO, INCLUSIVE PORTÃO MANUAL	M2	147,82	318,57	13,95	332,53	47.091,54	2.062,62	49.154,16	
5		**INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS**			0,00	0,00		R$ 30.210,30	R$ 6.214,51		R$ 36.424,81
5.1	86888	VASO SANITÁRIO SIFONADO COM CAIXA ACOPLADA LOUÇA BRANCA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2013	UN	3,00	439,56	17,07	456,62	1.318,67	51,20	1.369,87	
5.2	100849	ASSENTO SANITÁRIO CONVENCIONAL - FORNECIMENTO E INSTALACAO. AF_01/2020	UN	4,00	31,64	2,93	34,57	126,57	11,71	138,29	
5.3	21112	VALVULA DE DESCARGA EM METAL CROMADO PARA MICTORIO COM ACIONAMENTO POR PRESSAO E FECHAMENTO AUTOMATICO	UN	10,00	183,80	0,00	183,80	1.838,02	0,00	1.838,02	
5.4	100848	VASO SANITÁRIO INFANTIL LOUÇA BRANCA - FORNECIMENTO E INSTALACAO. AF_01/2020	UN	6,00	377,30	11,65	388,95	2.263,79	69,90	2.333,68	
5.5	100851	ASSENTO SANITÁRIO INFANTIL - FORNECIMENTO E INSTALACAO. AF_01/2020	UN	6,00	66,19	2,93	69,12	397,13	17,57	414,70	
5.6	86872	TANQUE DE LOUÇA BRANCA COM COLUNA, 30L OU EQUIVALENTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2013	UN	2,00	736,62	35,62	772,24	1.473,24	71,24	1.544,48	
5.7	86943	LAVATÓRIO LOUÇA BRANCA SUSPENSO, 29,5 X 39CM OU EQUIVALENTE, PADRÃO POPULAR, INCLUSO SIFÃO FLEXÍVEL EM PVC, VÁLVULA E ENGATE FLEXÍVEL 30CM EM PLÁSTICO E TORNEIRA CROMADA DE MESA, PADRÃO POPULAR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2013	UN	5,00	185,42	16,84	202,25	927,09	84,18	1.011,27	
5.8	86906	TORNEIRA CROMADA DE MESA, 1/2" OU 3/4", PARA LAVATÓRIO, PADRÃO POPULAR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2013	UN	2,00	41,39	1,83	43,22	82,79	3,65	86,44	
5.9	20262	SIFAO PLASTICO EXTENSIVEL UNIVERSAL, TIPO COPO	UN	4,00	10,58	0,00	10,58	42,34	0,00	42,34	
5.10	36520	BACIA SANITARIA (VASO) CONVENCIONAL PARA PCD SEM FURO FRONTAL, DE LOUCA BRANCA, SEM ASSENTO	UN	1,00	727,20	0,00	727,20	727,20	0,00	727,20	
5.11	COMP 008	BANCADA DE GRANITO CINZA POLIDO, DE 1,50 X 0,60 M, PARA PIA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	2,00	483,47	39,57	523,05	966,95	79,15	1.046,10	
5.12	86901	CUBA DE EMBUTIR OVAL EM LOUÇA BRANCA, 35 X 50CM OU EQUIVALENTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	2,00	114,15	19,17	133,32	228,31	38,34	266,64	
5.13	COMP 009	CUBA DE EMBUTIR RETANGULAR DE AÇO INOXIDÁVEL, 70X50X33CM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	2,00	1.143,64	10,82	1.154,47	2.287,29	21,65	2.308,94	
5.14	COMP 010	BANCADA DE GRANITO CINZA POLIDO, PARA PIA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M2	2,25	402,98	39,57	442,56	906,71	89,04	995,76	
5.15	86910	TORNEIRA CROMADA TUBO MÓVEL, DE PAREDE, 1/2 OU 3/4, PARA PIA DE COZINHA, PADRÃO MÉDIO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	2,00	79,14	2,21	81,35	158,28	4,42	162,71	
5.16	COT 009	BARRA DE APOIO EM U, INOX, PARA LAVATÓRIO - 50X65CM	UN	1,00	255,12	0,00	255,12	255,12	0,00	255,12	
5.17	89709	RALO SIFONADO, PVC, DN 100 X 40 MM, JUNTA SOLDÁVEL, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU EM RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_12/2014	UN	4,00	7,22	1,87	9,10	28,90	7,49	36,39	

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

Reforma da Escola Municipal Prefeito Moacyr Castanho

TABELAS DE REFERÊNCIA: SINAPI/PR (FEVEREIRO/2021), SINAPI/PR (MAIO/2021) E PRED (MAIO/2021) VERSÃO 1.0

DATA: 14/05/2021

ENDEREÇO: Rua Prefeito Agenor Ferreira dos Santos, nº 907

MUNICIPIO: Bandeirantes

LEVANTAMENTO Nº:

RESPONSÁVEL TÉCNICO: Ricardo José Silva Rivolli

PROTOCOLO Nº:

ORGÃO: Prefeitura Municipal de Bandeirantes

TIPO DE OBRA/SERVIÇO: Reforma

ART Nº:

REG. CREA: 158606/D

ITEM	CÓDIGO DO SERVIÇO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	MATERIAL	MÃO DE OBRA	CUSTO UNITÁRIO	MATERIAL	MÃO DE OBRA	CUSTO TOTAL	SUBTOTAL
5.18	89482	CAIXA SIFONADA, PVC, DN 100 X 100 X 50 MM, FORNECIDA E INSTALADA EM RAMAIS DE ENCAMINHAMENTO DE ÁGUA PLUVIAL. AF_12/2014	UN	5,00	16,52	3,61	20,13	82,62	18,04	100,66	
5.19	83716	GRELHA FF 30X90CM, 135KG, P/ CX RALO COM ASSENTAMENTO DE ARGAMASSA CIMENTO /AREIA 1:4 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	3,00	342,62	70,65	413,27	1.027,85	211,95	1.239,80	
5.20	89849	TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 150 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM SUBCOLETOR AÉREO DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_12/2014	M	165,48	46,22	9,91	56,13	7.648,70	1.639,12	9.287,82	
5.21	89855	JOELHO 45 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 150 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM SUBCOLETOR AÉREO DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_12/2014	UN	3,00	70,12	8,81	78,93	210,35	26,44	236,79	
5.22	89699	JUNÇÃO SIMPLES, PVC, SERIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 150 X 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM CONDUTORES VERTICAIS DE ÁGUAS PLUVIAIS. AF_12/2014	UN	1,00	175,06	6,14	181,20	175,06	6,14	181,20	
5.23	89714	TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_12/2014	M	6,00	28,89	19,83	48,72	173,34	118,97	292,31	
5.24	89746	JOELHO 45 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_12/2014	UN	3,00	14,29	6,68	20,98	42,88	20,05	62,93	
5.25	89778	LUVA SIMPLES, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_12/2014	UN	3,00	11,57	4,54	16,11	34,70	13,63	48,33	
5.26	89712	TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_12/2014	M	4,53	15,06	10,18	25,24	68,20	46,12	114,32	
5.27	89731	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_12/2014	UN	2,00	5,64	3,48	9,12	11,27	6,96	18,23	
5.28	89753	LUVA SIMPLES, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_12/2014	UN	2,00	5,54	2,13	7,67	11,07	4,26	15,33	
5.29	89784	TE, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 X 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_12/2014	UN	1,00	12,48	4,54	17,03	12,48	4,54	17,03	
5.30	89693	TÊ, PVC, SERIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 100 X 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM CONDUTORES VERTICAIS DE ÁGUAS PLUVIAIS. AF_12/2014	UN	1,00	61,18	3,46	64,65	61,18	3,46	64,65	
5.31	89669	LUVA SIMPLES, PVC, SERIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM CONDUTORES VERTICAIS DE ÁGUAS PLUVIAIS. AF_12/2014	UN	2,00	18,85	1,86	20,71	37,69	3,73	41,42	
5.32	89585	JOELHO 45 GRAUS, PVC, SERIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM CONDUTORES VERTICAIS DE ÁGUAS PLUVIAIS. AF_12/2014	UN	4,00	27,79	2,66	30,45	111,15	10,65	121,80	

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

Reforma da Escola Municipal Prefeito Moacyr Castanho

TABELAS DE REFERÊNCIA: SINAPI/PR (FEVEREIRO/2021), SINAPI/PR (MAIO/2021) E PRED (MAIO/2021) VERSÃO 1.0

DATA: 14/05/2021

ENDEREÇO: Rua Prefeito Agenor Ferreira dos Santos, nº 907

MUNICIPIO: Bandeirantes

LEVANTAMENTO Nº:

RESPONSÁVEL TÉCNICO: Ricardo José Silva Rivolli

PROTOCOLO Nº:

ORGÃO: Prefeitura Municipal de Bandeirantes

TIPO DE OBRA/SERVIÇO: Reforma

ART Nº:

REG. CREA: 158606/D

ITEM	CÓDIGO DO SERVIÇO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	MATERIAL	MÃO DE OBRA	CUSTO UNITÁRIO	MATERIAL	MÃO DE OBRA	CUSTO TOTAL	SUBTOTAL
5.33	89512	TUBO PVC, SERIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 100 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE ENCAMINHAMENTO. AF_12/2014	M	5,00	49,31	11,91	61,21	246,53	59,53	306,06	
5.34	98110	CAIXA DE GORDURA PEQUENA (CAPACIDADE: 19 L), CIRCULAR, EM PVC, DIÂMETRO INTERNO= 0,3 M. AF_05/2018	UN	1,00	374,18	10,28	384,46	374,18	10,28	384,46	
5.35	93358	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA COM PROFUNDIDADE MENOR OU IGUAL A 1,30 M. AF_03/2016	M3	20,00	20,60	43,93	64,53	412,00	878,53	1.290,52	
5.36	99253	CAIXA ENTERRADA HIDRÁULICA RETANGULAR EM ALVENARIA COM TIJOLOS CERÂMICOS MACIÇOS, DIMENSÕES INTERNAS: 0,6X0,6X0,6 M PARA REDE DE DRENAGEM. AF_05/2018	UN	3,00	256,22	215,11	471,33	768,67	645,32	1.413,99	
5.37	88504	CAIXA D'AGUA EM POLIETILENO, 500 LITROS, COM ACESSÓRIOS	UN	1,00	473,54	206,25	679,79	473,54	206,25	679,79	
5.38	89355	TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DN 20MM, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2014	M	85,80	6,40	8,58	14,98	548,99	736,45	1.285,44	
5.39	89356	TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2014	M	33,21	7,84	9,90	17,74	260,36	328,65	589,00	
5.40	89449	TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DN 50MM, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2014	M	38,82	15,49	0,75	16,24	601,19	29,22	630,41	
5.41	89353	REGISTRO DE GAVETA BRUTO, LATÃO, ROSCÁVEL, 3/4", FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE ÁGUA. AF_12/2014	UN	11,00	29,56	5,35	34,91	325,16	58,87	384,03	
5.42	94495	REGISTRO DE GAVETA BRUTO, LATÃO, ROSCÁVEL, 1, INSTALADO EM RESERVAÇÃO DE ÁGUA DE EDIFICAÇÃO QUE POSSUA RESERVATÓRIO DE FIBRA/FIBROCIMENTO FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2016	UN	6,00	50,98	20,75	71,72	305,86	124,48	430,34	
5.43	89393	TE, PVC, SOLDÁVEL, DN 20MM, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2014	UN	5,00	3,82	4,63	8,45	19,09	23,13	42,23	
5.44	89404	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 20MM, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2014	UN	12,00	2,04	2,07	4,11	24,46	24,90	49,35	
5.45	89395	TE, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2014	UN	6,00	4,72	5,37	10,09	28,31	32,22	60,53	
5.46	89408	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2014	UN	11,00	2,57	2,41	4,98	28,27	26,56	54,83	
5.47	COMP 011	JOELHO 90 GRAUS COM BUCHA DE LATÃO, PVC, SOLDÁVEL, DN 20MM, X 3/4 INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	13,00	16,17	4,01	20,18	210,16	52,15	262,31	
5.48	94498	REGISTRO DE GAVETA BRUTO, LATÃO, ROSCÁVEL, 2", INSTALADO EM RESERVAÇÃO DE ÁGUA DE EDIFICAÇÃO QUE POSSUA RESERVATÓRIO DE FIBRA/FIBROCIMENTO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2016	UN	10,00	112,26	21,90	134,17	1.122,62	219,03	1.341,66	
5.49	89501	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 50MM, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2014	UN	6,00	9,29	2,89	12,18	55,74	17,35	73,09	
5.50	89625	TE, PVC, SOLDÁVEL, DN 50MM, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2014	UN	8,00	15,44	3,86	19,30	123,53	30,84	154,37	

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

Reforma da Escola Municipal Prefeito Moacyr Castanho

TABELAS DE REFERÊNCIA: SINAPI/PR (FEVEREIRO/2021), SINAPI/PR (MAIO/2021) E PRED (MAIO/2021) VERSÃO 1.0

DATA: 14/05/2021

ENDEREÇO: Rua Prefeito Agenor Ferreira dos Santos, nº 907

MUNICÍPIO: Bandeirantes

LEVANTAMENTO Nº:

RESPONSÁVEL TÉCNICO: Ricardo José Silva Rivolli

PROTOCOLO Nº:

ORGÃO: Prefeitura Municipal de Bandeirantes

TIPO DE OBRA/SERVIÇO: Reforma

ART Nº:

REG. CREA: 158606/D

ITEM	CÓDIGO DO SERVIÇO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	MATERIAL	MÃO DE OBRA	CUSTO UNITÁRIO	MATERIAL	MÃO DE OBRA	CUSTO TOTAL	SUBTOTAL
5.51	89579	LUVA DE REDUÇÃO, PVC, SOLDÁVEL, DN 50MM X 25MM, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2014	UN	1,00	8,16	1,92	10,08	8,16	1,92	10,08	
5.52	86913	TORNEIRA CROMADA 1/2" OU 3/4" PARA TANQUE, PADRÃO POPULAR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2013	UN	2,00	13,94	2,92	16,86	27,89	5,84	33,73	
5.53	89970	KIT DE REGISTRO DE PRESSÃO BRUTO DE LATÃO ¾", INCLUSIVE CONEXÕES, ROSCÁVEL, INSTALADO EM RAMAL DE ÁGUA FRIA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2014	UN	1,00	30,62	10,70	41,33	30,62	10,70	41,33	
5.54	89511	TUBO PVC, SÉRIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 75 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE ENCAMINHAMENTO. AF_12/2014	M	1,00	29,50	8,69	38,19	29,50	8,69	38,19	
5.55	6081	ARGILA OU BARRO PARA ATERRO/REATERRO (COM TRANSPORTE ATE 10 KM)	M3	20,00	22,43	0,00	22,43	448,53	0,00	448,53	
6		**INSTALAÇÕES ELÉTRICAS**			0,00	0,00		**R$ 34.845,25**	**R$ 8.528,53**		**R$ 43.373,78**
6.1	101875	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO, DE EMBUTIR, COM BARRAMENTO TRIFÁSICO, PARA 12 DISJUNTORES DIN 100A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	UN	1,00	437,21	14,45	451,66	437,21	14,45	451,66	
6.2	101896	DISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO TRIPOLAR , CORRENTE NOMINAL DE 200A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	UN	1,00	523,09	35,80	558,89	523,09	35,80	558,89	
6.3	92991	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 95 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA DISTRIBUIÇÃO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	M	42,83	80,49	3,43	83,92	3.447,40	147,05	3.594,45	
6.4	92987	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 50 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA DISTRIBUIÇÃO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	M	14,28	43,86	2,33	46,19	626,35	33,30	659,65	
6.5	101882	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO, DE EMBUTIR, COM BARRAMENTO TRIFÁSICO, PARA 30 DISJUNTORES DIN 225A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	UN	1,00	1.540,36	19,54	1.559,90	1.540,36	19,54	1.559,90	
6.6	39471	DISPOSITIVO DPS CLASSE II, 1 POLO, TENSAO MAXIMA DE 275 V, CORRENTE MAXIMA DE *45* KA (TIPO AC)	UN	1,00	92,04	0,00	92,04	92,04	0,00	92,04	
6.7	93653	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 10A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2016	UN	19,00	9,24	0,94	10,18	175,64	17,79	193,43	
6.8	93654	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 16A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2016	UN	31,00	9,36	1,28	10,64	290,27	39,56	329,83	
6.9	93655	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 20A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2016	UN	2,00	9,83	1,78	11,61	19,66	3,56	23,23	
6.10	93661	DISJUNTOR BIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 16A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2016	UN	21,00	48,57	2,55	51,12	1.020,00	53,59	1.073,59	
6.11	93664	DISJUNTOR BIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 32A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2016	UN	22,00	50,45	4,92	55,37	1.109,97	108,25	1.218,22	
6.12	93665	DISJUNTOR BIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 40A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2016	UN	2,00	50,88	7,31	58,19	101,77	14,61	116,38	
6.13	91924	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 1,5 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	M	787,40	1,75	0,64	2,40	1.380,61	505,98	1.886,59	

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

Reforma da Escola Municipal Prefeito Moacyr Castanho

TABELAS DE REFERÊNCIA: SINAPI/PR (FEVEREIRO/2021), SINAPI/PR (MAIO/2021) E PRED (MAIO/2021) VERSÃO 1.0

DATA: 14/05/2021

ENDEREÇO: Rua Prefeito Agenor Ferreira dos Santos, nº 907

MUNICIPIO: Bandeirantes

LEVANTAMENTO Nº:

RESPONSÁVEL TECNICO: Ricardo José Silva Rivolli

PROTOCOLO Nº:

ORGÃO: Prefeitura Municipal de Bandeirantes

TIPO DE OBRA/SERVIÇO: Reforma

ART Nº:

REG. CREA: 158606/D

ITEM	CÓDIGO DO SERVIÇO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	MATERIAL	MÃO DE OBRA	CUSTO UNITÁRIO	MATERIAL	MÃO DE OBRA	CUSTO TOTAL	SUBTOTAL
6.14	91926	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 2,5 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	M	3.090,13	2,71	0,80	3,51	8.368,37	2.467,96	10.836,33	
6.15	91928	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 4 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	M	95,62	4,66	1,07	5,74	445,92	102,70	548,62	
6.16	91930	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 6 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	M	773,21	6,48	1,40	7,88	5.011,24	1.078,91	6.090,14	
6.17	91932	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 10 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	M	32,50	10,93	2,07	13,00	355,33	67,13	422,46	
6.18	91844	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO, PVC, DN 25 MM (3/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM LAJE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	M	316,55	3,13	2,36	5,49	990,92	746,82	1.737,75	
6.19	91845	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO REFORÇADO, PVC, DN 25 MM (3/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM LAJE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	M	35,00	4,30	2,35	6,65	150,37	82,25	232,62	
6.20	91992	TOMADA ALTA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	UN	37,00	19,07	15,40	34,47	705,47	569,95	1.275,42	
6.21	91990	TOMADA ALTA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 10 A, SEM SUPORTE E SEM PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	UN	13,00	13,66	13,43	27,09	177,58	174,59	352,17	
6.22	38091	ESPELHO / PLACA CEGA 4" X 2", PARA INSTALACAO DE TOMADAS E INTERRUPTORES	UN	137,00	2,61	0,00	2,61	357,18	0,00	357,18	
6.23	38095	ESPELHO / PLACA CEGA 4" X 4", PARA INSTALACAO DE TOMADAS E INTERRUPTORES	UN	12,00	5,52	0,00	5,52	66,21	0,00	66,21	
6.24	91993	TOMADA ALTA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 20 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	UN	2,00	21,41	15,40	36,81	42,82	30,81	73,62	
6.25	91991	TOMADA ALTA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 20 A, SEM SUPORTE E SEM PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	UN	1,00	15,54	13,16	28,71	15,54	13,16	28,71	
6.26	91996	TOMADA MÉDIA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	UN	1,00	17,08	10,31	27,39	17,08	10,31	27,39	
6.27	91994	TOMADA MÉDIA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 10 A, SEM SUPORTE E SEM PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	UN	39,00	11,68	8,34	20,01	455,40	325,08	780,48	
6.28	91997	TOMADA MÉDIA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 20 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	UN	5,00	19,42	10,31	29,73	97,12	51,55	148,67	
6.29	92000	TOMADA BAIXA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	UN	13,00	16,29	8,34	24,64	211,83	108,48	320,31	
6.30	91998	TOMADA BAIXA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 10 A, SEM SUPORTE E SEM PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	UN	46,00	10,89	6,37	17,26	500,82	293,06	793,89	
6.31	92001	TOMADA BAIXA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 20 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	UN	1,00	18,64	8,34	26,98	18,64	8,34	26,98	

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

Reforma da Escola Municipal Prefeito Moacyr Castanho

TABELAS DE REFERÊNCIA: SINAPI/PR (FEVEREIRO/2021), SINAPI/PR (MAIO/2021) E PRED (MAIO/2021) VERSÃO 1.0

DATA: 14/05/2021

ENDEREÇO: Rua Prefeito Agenor Ferreira dos Santos, nº 907

MUNICIPIO: Bandeirantes

LEVANTAMENTO Nº:

RESPONSÁVEL TÉCNICO: Ricardo José Silva Rivolli

PROTOCOLO Nº:

ORGÃO: Prefeitura Municipal de Bandeirantes

TIPO DE OBRA/SERVIÇO: Reforma

ART Nº:

REG. CREA: 158606/D

ITEM	CÓDIGO DO SERVIÇO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	MATERIAL	MÃO DE OBRA	CUSTO UNITÁRIO	MATERIAL	MÃO DE OBRA	CUSTO TOTAL	SUBTOTAL
6.32	91953	INTERRUPTOR SIMPLES (1 MÓDULO), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	UN	27,00	15,17	8,06	23,23	409,71	217,62	627,33	
6.33	COMP 012	TOMADA DE PISO COMPLETA - INSTALAÇÃO E FORNECIMENTO	UN	6,00	42,49	18,81	61,29	254,91	112,86	367,77	
6.34	COT 006	CAMPAINHA SIRENE SINALEIRO INDUSTRIA SEGURANÇA	UN	1,00	179,01	0,00	179,01	179,01	0,00	179,01	
6.35	COMP 013	VENTILADOR DE PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	28,00	151,87	26,99	178,86	4.252,47	755,70	5.008,17	
6.36	90447	RASGO EM ALVENARIA PARA ELETRODUTOS COM DIAMETROS MENORES OU IGUAIS A 40 M MM. AF_05/2015	M	53,88	1,29	3,85	5,13	69,25	207,25	276,49	
6.37	97586	LUMINÁRIA TIPO CALHA, DE SOBREPOR, COM 2 LÂMPADAS TUBULARES DE 36 W - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2017	UN	12,00	72,94	8,50	81,44	875,22	102,01	977,23	
6.38	97585	LUMINÁRIA TIPO CALHA, DE SOBREPOR, COM 2 LÂMPADAS TUBULARES DE 18 W - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2017	UN	1,00	52,47	8,51	60,98	52,47	8,51	60,98	
7		**REVESTIMENTOS**			0,00	0,00		**R$ 123.108,71**	**R$ 58.727,06**		**R$ 181.835,77**
7.1	87879	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIAS E ESTRUTURAS DE CONCRETO INTERNAS, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO EM BETONEIRA 400L. AF_06/2014	M2	582,93	1,62	1,41	3,03	941,83	824,10	1.765,93	
7.2	87777	EMBOÇO OU MASSA ÚNICA EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MANUAL, APLICADA MANUALMENTE EM PANOS DE FACHADA COM PRESENÇA DE VÃOS, ESPESSURA DE 25 MM. AF_06/2014	M2	641,22	21,77	24,96	46,73	13.956,65	16.005,12	29.961,77	
7.3	94990	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO. AF_07/2016	M3	12,39	387,37	171,23	558,59	4.799,50	2.121,48	6.920,98	
7.4	87532	EMBOÇO, PARA RECEBIMENTO DE CERÂMICA, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MANUAL, APLICADO MANUALMENTE EM FACES INTERNAS DE PAREDES, PARA AMBIENTE COM ÁREA ENTRE 5M2 E 10M2, ESPESSURA DE 20MM, COM EXECUÇÃO DE TALISCAS. AF_06/2014	M2	360,34	14,68	13,26	27,93	5.289,37	4.776,64	10.066,00	
7.5	94994	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPESSURA 8 CM, ARMADO. AF_07/2016	M2	762,21	82,64	16,86	99,50	62.987,78	12.853,65	75.841,43	
7.6	COMP 014	BANCADA DE GRANITO CINZA POLIDO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M2	1,10	402,98	39,57	442,56	443,28	43,53	486,81	
7.7	101752	PISO EM GRANILITE, MARMORITE OU GRANITINA EM AMBIENTES INTERNOS. AF_09/2020	M2	593,16	22,83	12,89	35,72	13.542,23	7.645,07	21.187,31	
7.8	101741	RODAPÉ EM MARMORITE, ALTURA 10CM. AF_09/2020	M	365,90	5,85	12,11	17,96	2.139,66	4.430,47	6.570,13	
7.9	87251	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO ESMALTADA EXTRA DE DIMENSÕES 45X45 CM APLICADA EM AMBIENTES DE ÁREA MAIOR QUE 10 M2. AF_06/2014	M2	97,19	31,34	5,77	37,11	3.045,99	561,20	3.607,18	
7.10	COMP 015	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PAREDES INTERNAS COM PLACAS TIPO ESMALTADA PADRÃO POPULAR DE DIMENSÕES 45X45 CM, ARGAMASSA TIPO AC III, APLICADAS EM AMBIENTES DE ÁREA MAIOR QUE 5 M2	M2	263,15	37,55	5,78	43,33	9.880,28	1.521,90	11.402,18	

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

Reforma da Escola Municipal Prefeito Moacyr Castanho

TABELAS DE REFERÊNCIA: SINAPI/PR (FEVEREIRO/2021), SINAPI/PR (MAIO/2021) E PRED (MAIO/2021) VERSÃO 1.0

DATA: 14/05/2021

ENDEREÇO: Rua Prefeito Agenor Ferreira dos Santos, nº 907

MUNICIPIO: Bandeirantes

LEVANTAMENTO Nº:

RESPONSÁVEL TÉCNICO: Ricardo José Silva Rivolli

PROTOCOLO Nº:

ORGÃO: Prefeitura Municipal de Bandeirantes

TIPO DE OBRA/SERVIÇO: Reforma

ART Nº:

REG. CREA: 158606/D

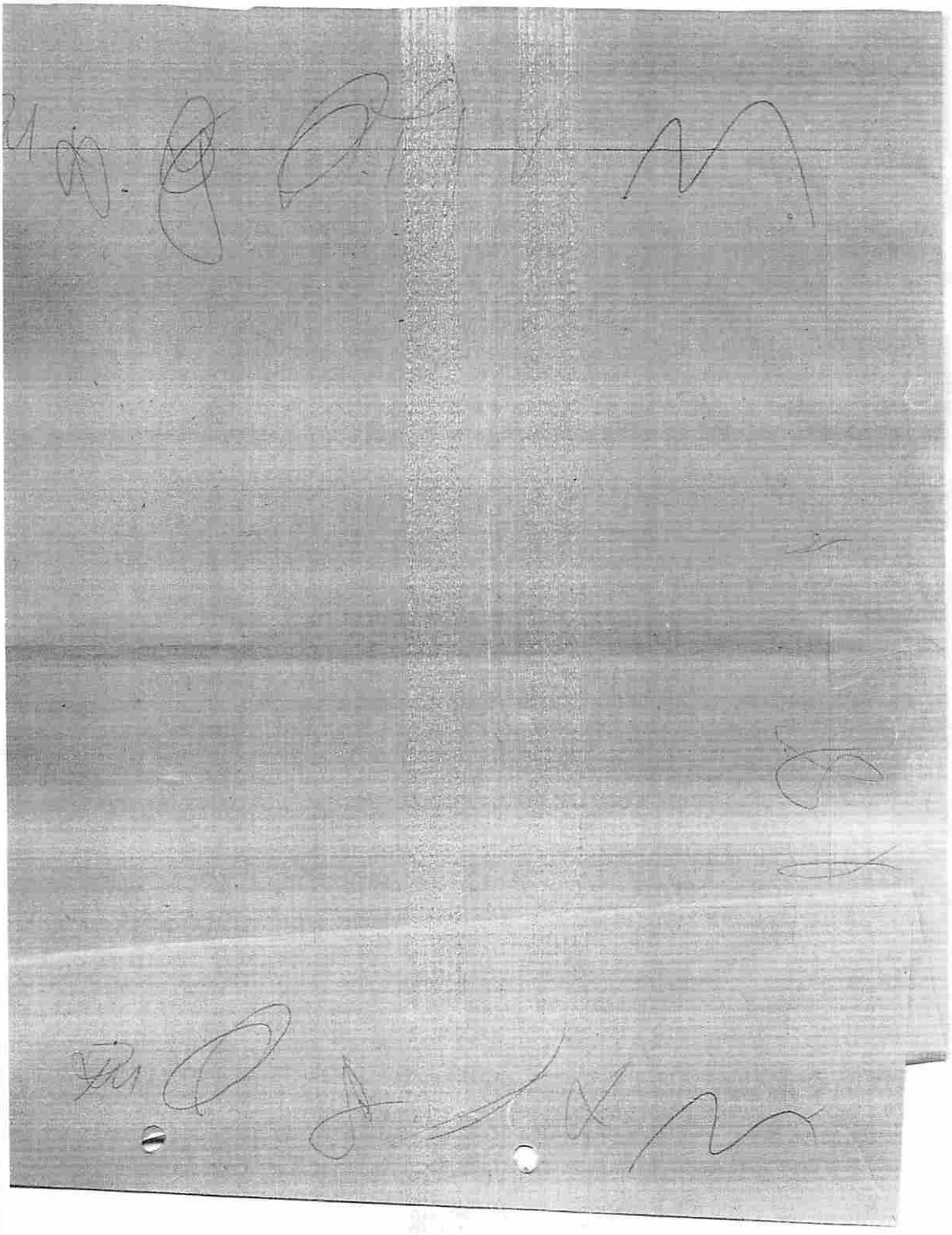
ITEM	CÓDIGO DO SERVIÇO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	MATERIAL	MÃO DE OBRA	CUSTO UNITÁRIO	MATERIAL	MÃO DE OBRA	CUSTO TOTAL	SUBTOTAL
7.11	87242	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PAREDES EXTERNAS EM PASTILHAS DE PORCELANA 5 X 5 CM (PLACAS DE 30 X 30 CM), ALINHADAS A PRUMO, APLICADO EM PANOS COM VÃOS. AF_06/2014	M2	8,86	193,22	27,63	220,85	1.711,93	244,82	1.956,75	
7.12	COMP 016	BATE MACA DE MADEIRA DE LEI, INCLUSIVE APLICAÇÃO DE VERNIZ SINTÉTICO MARÍTIMO, DUAS (2) DEMÃOS, ACABAMENTO TIPO FOSCO	M	371,92	11,75	20,70	32,45	4.370,21	7.699,08	12.069,29	
8		**OUTROS**			0,00	0,00		**R$ 23.679,66**	**R$ 6.073,83**		**R$ 29.753,49**
8.1	99837	GUARDA-CORPO DE AÇO GALVANIZADO DE 1,10M, MONTANTES TUBULARES DE 1.1/4" ESPAÇADOS DE 1,20M, TRAVESSA SUPERIOR DE 1 1/2", GRADIL FORMADO POR TUBOS HORIZONTAIS DE 1" E VERTICAIS DE 3/4", FIXADO COM CHUMBADOR MECÂNICO. AF_04/2019_P	M	16,10	541,07	140,57	681,64	8.711,21	2.263,23	10.974,44	
8.2	99855	CORRIMÃO SIMPLES, DIÂMETRO EXTERNO = 1 1/2", EM AÇO GALVANIZADO. AF_04/2019_P	M	16,10	97,95	24,17	122,12	1.577,00	389,15	1.966,16	
8.3	COT 001	BEBEDOURO INDUSTRIAL 1000L DE COLUNA FRISBEL - BEBEDOURO + FILTRO - 127V	UN	1,00	2.041,44	0,00	2.041,44	2.041,44	0,00	2.041,44	
8.4	COMP 017	QUADRO SALA DE AULA, COM PINTURA DE TINTA ESMALTE PREMIUM LOUSA E COR - SUVINIL, 4 DEMÃOS, COM MOLDURA EM MADEIRA TIPO JA	M2	76,70	28,03	29,18	57,21	2.149,64	2.238,35	4.387,99	
8.5	COT 002	ESPELHO RETANGULAR 70X50CM SIMPLES	UN	2,00	100,89	0,00	100,89	201,78	0,00	201,78	
8.6	COT 014	INSTALAÇÃO DE TUBULAÇÃO DE AÇO PARA 2 PONTOS E PARA 2 CILINDOS DE GÁS P-45 (45KG)	UN	1,00	4.738,99	0,00	4.738,99	4.738,99	0,00	4.738,99	
8.7	34723	PLACA DE SINALIZACAO EM CHAPA DE ACO NUM 16 COM PINTURA REFLETIVA	M2	0,84	678,59	0,00	678,59	570,01	0,00	570,01	
8.8	98504	PLANTIO DE GRAMA EM PLACAS. AF_05/2018	M2	509,40	7,24	2,32	9,57	3.689,59	1.183,10	4.872,70	
9		**PREVENÇÃO DE INCÊNDIO**			0,00	0,00		**R$ 2.562,92**	**R$ 12,23**		**R$ 2.575,15**
9.1	101906	EXTINTOR DE INCÊNDIO PORTÁTIL COM CARGA DE CO2 DE 4 KG, CLASSE BC - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020_P	UN	1,00	425,00	12,23	437,23	425,00	12,23	437,23	
9.2	COT 005	EXTINTOR ABC 4KG - EXTINTOR PQS 4KG TIPO ABC	UN	5,00	132,07	0,00	132,07	660,36	0,00	660,36	
9.3	37558	PLACA DE SINALIZACAO DE SEGURANCA CONTRA INCENDIO, FOTOLUMINESCENTE, RETANGULAR, *20 X 40* CM, EM PVC *2* MM ANTI-CHAMAS (SIMBOLOS, CORES E PICTOGRAMAS CONFORME NBR 13434)	UN	36,00	21,39	0,00	21,39	770,02	0,00	770,02	
9.4	37560	PLACA DE SINALIZACAO DE SEGURANCA CONTRA INCENDIO - ALERTA, TRIANGULAR, BASE DE *30* CM, EM PVC *2* MM ANTI-CHAMAS (SIMBOLOS, CORES E PICTOGRAMAS CONFORME	UN	1,00	22,58	0,00	22,58	22,58	0,00	22,58	
9.5	37556	PLACA DE SINALIZACAO DE SEGURANCA CONTRA INCENDIO, FOTOLUMINESCENTE, QUADRADA, *20 X 20* CM, EM PVC *2* MM ANTI-CHAMAS (SIMBOLOS, CORES E PICTOGRAMAS CONFORME NBR 13434) NBR 13434)	UN	14,00	13,27	0,00	13,27	185,71	0,00	185,71	
9.6	38774	LUMINARIA DE EMERGENCIA 30 LEDS, POTENCIA 2 W, BATERIA DE LITIO, AUTONOMIA DE 6HORAS	UN	22,00	22,69	0,00	22,69	499,25	0,00	499,25	
10		**PINTURA**			52,78	42,15	94,93	**R$ 44.018,84**	**R$ 29.245,45**		**R$ 73.264,29**
10.1	88489	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_06/2014	M2	2.376,01	7,97	3,70	11,67	18.932,62	8.790,14	27.722,76	

574

576

Edital n.º 03/2021- PMB
TOMADA DE PREÇOS
MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR
Envelope 02 – PROPOSTA DE PREÇOS

EMR CONSTRUTORA EIRELI – ME
CNPJ 18.916.042/0001-32
Fone/Fax: (18) 3351 4162 / (18) 99617 8764
Rua Moisés Guglielmetti, n.445
Vila Volga – Palmital / SP



EMR Construtora EIRELI - ME

577

PROPOSTA COMERCIAL

Rua Moisés Guglielmetti, 445 – Vila Volga – Palmital – SP / CEP-19.970-000
Fone/Fax: (18) 3351 4162 / (18) 99617 8764 – emrconstrutora@hotmail.com.br
CNPJ:18.916.042/0001-32 Inscr. Est.:501.026.249.112 Inscr. Mun.: 00745200

Razão Social: EMR CONSTRUTORA EIRELI
Endereço: Rua Moisés Guglielmetti, nº 445; Bairro: Vila Volga
Município: Palmital; Estado: São Paulo; CEP: 19970-310
Inscrição no CNPJ: 18.916.042/0001-32
Telefone: (18) 99617-8764
e-mail: emrconstrutora@hotmail.com.br

PROPOSTA DE PREÇOS

A/C
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES - PR

COMISSÃO PERMANENTE DE JULGAMENTO E LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2021- PMB
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 149/2021 – PMB

Prezados Senhores,

Apresentamos e submetemos à apreciação de V. Sas nossa proposta de preços relativa à execução licitação em epígrafe

Objeto: **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACIR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR**

LOTE 01:

LOTE	QTD	UND	DESCRIÇÃO	VLR MAXIMO UNTÁRIO	VLR MAXIMO TOTAL
01	01	UND	- EXECUÇÃO DE PROJETO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACIR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR. - OS SERVIÇOS DEVERÃO SER EXECUTADOS CONFORME DISCRIMINADOS NA PLANILHA DE SERVIÇOS COM OS SEGUINTES TÓPICOS: 1. DEMOLIÇÕES NECESSÁRIAS 2. CONSTRUÇÃO DAS ESTRUTURAS 3. INSTALAÇÕES HIDROSANITÁRIAS 4. COBERTURAS 5. CALÇAMENTO 6. ESQUADRIAS 7. INSTALAÇÕES ELÉTRICAS 8. REVESTIMENTOS 9. PINTURA 10. ACABAMENTO 11. LIMPEZA - CONFORME: CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CROMOGRAMA E PROJETO, ANEXOS DESTE EDITAL.	1.005.825,42	1.005.825,42
VALOR TOTAL					1.005.825,42

O preço, proposto para execução Lote 01 **é R$ 1.005.825,42 (Um milhão e cinco mil reais oitocentos e vinte e cinco reais e quarenta e dois centavos)**

O prazo de execução é de **180 (cento e oitenta)** contado a partir do 10º dia da data da assinatura do Contrato de Empreitada.

O prazo de validade da proposta de preços é de **60 (sessenta) dias** a partir do 10º dia da data limite estabelecida para o recebimento das propostas (envelopes nº 1 e nº 2) pela Comissão de Licitação.

Todos quantitativos e serviços, seguem na íntegra o proposto em planilha orçamentária apresentado no edital.

Declaro que em expressa referência de submissão da proposta ao edital, que nos preços mantidos na proposta escrita, estão incluídos todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e outros de quaisquer natureza que se fizerem indispensáveis à perfeita contratação do objeto da licitação. Atenciosamente,

Palmital/SP, 15 de outubro de 2021.

Eder Francisco Polcelli Junior
Proprietário – CEO
Rua Moisés Guglielmetti, 445
Vila Volga – Palmital – SP
RG 40.864.930-6 SP/SSP
CPF 357.490.708-75

INFORMAÇÕES SOBRE A LICITANTE

A
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

COMISSÃO PERMANENTE DE JULGAMENTO E LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 04/2021- PMB
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 165/2021 – PMB

A empresa **EMR CONSTRUTORA EIRELI**, estabelecida à Rua Moisés Guglielmetti, nº 445, Vila Volga, CEP 19970-000, Palmital/SP, inscrita no CNPJ sob nº 18.916.042/0001-32, neste ato representada pelo seu Titular, no uso de suas atribuições legais vem informar os dados da empresa, do responsável pela assinatura de futuro ajuste e dados bancarios, para fins de ciência;

I) Dados da Empresa:

Razão Social: EMR CONSTRUTORA EIRELI
Endereço: Rua Moisés Guglielmetti, nº 445; Bairro: Vila Volga
Município: Palmital; Estado: São Paulo; CEP: 19970-310
Inscrição no CNPJ: 18.916.042/0001-32
Telefone: (18) 99617-8764
e-mail: emrconstrutora@hotmail.com.br

II) Dados do Representante/Procurador Participante da Sessão Pública:

Nome: EDER FRANCISCO POLCELLI JUNIOR
Nacionalidade Estado Civil:
CPF: 357.490.708-75
RG: 40.864.930-6 SSP/SP
Endereço: Rua Moisés Guglielmetti, nº 445; Bairro: Vila Volga
Município: Palmital; Estado: São Paulo; CEP: 19970-310
Telefone: (18) 99617-8764
e-mail: emrconstrutora@hotmail.com.br

III) Dados do representante legal que assinará o contrato ou a Ata de Registro de Preços:

Nome: EDER FRANCISCO POLCELLI JUNIOR
Nacionalidade Estado Civil:
CPF: 357.490.708-75
RG: 40.864.930-6 SSP/SP
Endereço: Rua Moisés Guglielmetti, nº 445; Bairro: Vila Volga
Município: Palmital; Estado: São Paulo; CEP: 19970-310
Telefone: (18) 99617-8764
e-mail: emrconstrutora@hotmail.com.br

581

IV) Endereço e Contato para Envio do Contrato para Assinatura:

Nome: EDER FRANCISCO POLCELLI JUNIOR
Nacionalidade Estado Civil:
CPF: 357.490.708-75
RG: 40.864.930-6 SSP/SP
Endereço: Rua Moisés Guglielmetti, nº 445; Bairro: Vila Volga
Município: Palmital; Estado: São Paulo; CEP: 19970-310
Telefone: (18) 99617-8764
e-mail: emrconstrutora@hotmail.com.br

V) Dados bancário para pagamento
Banco: Caixa Econômica Federal Agência: 1197 Conta Corrente: 826-5

VI) Quadro Societário:

Nome: EDER FRANCISCO POLCELLI JUNIOR
CPF: 357.490.708-75
RG: 40.864.930-6 SSP/SP

Palmital/SP, 15 de outubro de 2021.

Eder Francisco Polcelli Junior
CPF 357.490.708-75

Edital n.° 03/2021 – PMB.

TOMADA DE PREÇOS

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR

Envelope 02 – PROPOSTA DE PREÇOS

Proponente: RESENDE & CAVALCANTE LTDA ME

Endereço: Rua Colombo n.°210, Centro, Cornélio Procópio-PR

Telefone: (043) 3523-8813

CNPJ: 14.987.519/0001-10

RESENDE & CAVALCANTE LTDA- ME
CNPJ/MF N.º 14.987.519/0001-10
Rua Colombo n.º 210 sala 2 - Centro- Cornélio Procópio Fone: (43) 3523 - 8813
email: construtoraresende@yahoo.com.br

583

À

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES - PR

REF.: TOMADA DE PREÇOS N.º 003/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 149/2021

PROPOSTA DE PREÇOS

Prezados Senhores,

Apresentamos e submetemos à apreciação de V.S.ªs nossa proposta de preços relativa à execução de serviços de reforma da Escola Municipal Moacyr, do lote n.º 01 da licitação em epígrafe.

LOTE 01:

LOTE	QTD	UND	DESCRIÇÃO	VLR MÁXIMO UNITÁRIO	VLR MÁXIMO TOTAL
01	01	UND	- Execução de projeto de reforma na Escola Municipal Prefeito Moacir Castanho do Município de Bandeirantes - PR; - Os serviços deverão ser executados conforme os seguintes tópicos: 1. Demolições Necessárias 2. Construções das Estruturas 3. Instalações Hidrosanitárias 4. Coberturas 5. Calçamento 6. Esquadrias 7. Instalações Elétricas 8. Revestimentos 9. Pintura 10. Acabamento 11. Limpeza - Conforme: Cronograma Físico Financeiro, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Cronograma e Projeto, Anexos deste Edital.	824.785,57	824.785,57
VALOR TOTAL					**824.785,57**

RESENDE & CAVALCANTE LTDA- ME
CNPJ/MF N.º 14.987.519/0001-10
Rua Colombo n.º 210 sala 2 - Centro- Cornélio Procópio Fone: (43) 3523 - 8813
email: construtoraresende@yahoo.com.br

O preço proposto para execução do objeto do lote é de R$ 824.785,57 (oitocentos e vinte e quatro mil setecentos e oitenta e cinco reais e cinqüenta e sete centavos).

O prazo de execução do objeto do referido lote é 180 (cento e oitenta) dias, contado a partir do 10° dia da data da assinatura do Contrato de Empreitada.

O prazo de validade da proposta de preços é de 60 (sessenta) dias a partir do 10° da data limite estabelecida para o recebimento das propostas (*envelopes n.° 1 e n.° 2*) pela Comissão de Licitação.

Declaro que em expressa referência de submissão da proposta ao edital, que nos preços mantidos na proposta escrita, estão incluídos todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e outros de quaisquer natureza que se fizerem indispensáveis à perfeita contratação do objeto da licitação.

Atenciosamente,

Cornélio Procópio - PR, 21 de outubro de 2021.

LUCIANO MOSTI RESENDE
RG 4.506.026 - 8 SSP/ PR
CPF: 675.784.036 - 72
SÓCIO GERENTE

14.987.519/0001-10
RESENDE & CAVALCANTE
LTDA - ME
Rua Colombo, 210 - Sala 2
Centro - CEP 86.300-000
Cornélio Procópio
Paraná

RESENDE E CAVALCANTE LTDA- ME
CNPJ/MF N.º 14.987.519/0001-10
Rua Colombo n.º 210 sala 2 - Centro- Cornélio Procópio Fone: (43) 3523 - 8813
email: construtoraresende@yahoo.com.br

REF. TOMADA DE PREÇOS N.° 003/21	PROCESSO ADMINISTRATIVO N.° 149/21
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES - PR	
OBJETO: REFORMA DA ESCOLA MUNICIPAL MOACYR CASTANHO	
TABELAS DE REFERÊNCIA: SINAPI/PR (FEVEREIRO/2021), SINAPI/PR (MAIO/2021) E PRED (MAIO/2021) VERSÃO 1.0	

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

ITEM	CÓDIGO DO SERVIÇO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	MATERIAL	MÃO DE OBRA	CUSTO UNITÁRIO	MATERIAL	MÃO DE OBRA	CUSTO TOTAL	SUBTOTAL
1		SERVIÇOS PRELIMINARES						R$ 6.244,49	R$ 12.167,90		R$ 18.412,39
1.1	4813	PLACA DE OBRA (PARA CONSTRUCAO CIVIL) EM CHAPA GALVANIZADA *N. 22*, ADESIVADA, DE *2,0 X 1,125* M	M2	1,00	262,40	0,00	262,40	262,40	0,00	262,40	
1.2	97622	DEMOLIÇÃO DE ALVENARIA DE BLOCO FURADO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	M3	4,68	11,87	26,27	38,14	55,55	122,94	178,50	
1.3	97631	DEMOLIÇÃO DE ARGAMASSAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	M2	367,45	0,63	1,61	2,24	231,49	591,59	823,09	
1.4	97633	DEMOLIÇÃO DE REVESTIMENTO CERÂMICO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	M2	247,43	4,53	10,77	15,30	1.120,86	2.664,82	3.785,68	
1.5	97639	REMOÇÃO DE PLACAS E PILARETES DE CONCRETO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	M2	78,00	3,92	9,60	13,52	305,76	748,80	1.054,56	
1.6	97644	REMOÇÃO DE PORTAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	M2	34,00	1,80	4,45	6,25	61,20	151,30	212,50	
1.7	97645	REMOÇÃO DE JANELAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	M2	75,00	10,83	12,28	23,11	812,25	921,00	1.733,25	
1.8	97660	REMOÇÃO DE INTERRUPTORES/TOMADAS ELÉTRICAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	UN	5,00	0,09	0,35	0,44	0,45	1,75	2,20	
1.9	97661	REMOÇÃO DE CABOS ELÉTRICOS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	M	130,00	0,09	0,36	0,45	11,7	46,8	58,5	
1.10	97662	REMOÇÃO DE TUBULAÇÕES (TUBOS E CONEXÕES) DE ÁGUA FRIA, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	M	20,00	0,07	0,25	0,32	1,40	5,00	6,40	
1.11	97663	REMOÇÃO DE LOUÇAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	UN	6,00	2,34	5,90	8,24	14,04	35,40	49,44	
1.12	97664	REMOÇÃO DE ACESSÓRIOS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	UN	12,00	0,26	0,76	1,02	3,12	9,12	12,24	
1.13	COMP 001	DEMOLIÇÃO DE CALÇAMENTO EM CONCRETO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO	M2	741,52	2,92	7,11	10,03	2.165,24	5.272,21	7.437,45	
1.14	97640	REMOÇÃO DE FORROS DE DRYWALL, PVC E FIBROMINERAL, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	M2	36,77	0,30	0,88	1,18	11,03	32,36	43,39	
1.15	100981	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE ENTULHO EM CAMINHÃO BASCULANTE 6 M³ - CARGA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (CAÇAMBA DE 0,80 M³ / 111 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF_07/2020	M3	141,61	4,29	0,87	5,16	607,51	123,20	730,71	
1.16	97647	REMOÇÃO DE TELHAS, DE FIBROCIMENTO, METÁLICA E CERÂMICA, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	M2	8,05	0,64	1,63	2,27	5,15	13,12	18,27	
1.17	97655	REMOÇÃO DE TRAMA METÁLICA PARA COBERTURA, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	M2	8,05	7,05	7,75	14,80	56,75	62,39	119,14	
1.18	COMP 002	RETIRADA DE GRADE FERRO, DE FORMA MANUAL	M2	73,43	1,88	4,83	6,71	138,05	354,67	492,72	
1.19	COMP 003	RETIRADA DE ALAMBRADO EM TELA DE AÇO GALVANIZADA, DE FORMA MANUAL, PRESO EM GANCHO	M2	116,00	0,47	1,21	1,68	54,52	140,36	194,88	
1.20	98524	LIMPEZA MANUAL DE VEGETAÇÃO EM TERRENO COM ENXADA.AF_05/2018	M2	509,40	0,64	1,71	2,35	326,02	871,07	1.197,09	

RESENDE E CAVALCANTE LTDA- ME
CNPJ/MF N.º 14.987.519/0001-10
Rua Colombo n.º 210 sala 2 - Centro- Cornélio Procópio Fone: (43) 3523 - 8813
email: construtoraresende@yahoo.com.br

REF. TOMADA DE PREÇOS N.° 003/21 | PROCESSO ADMINISTRATIVO N.° 149/21
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES - PR
OBJETO: REFORMA DA ESCOLA MUNICIPAL MOACYR CASTANHO
TABELAS DE REFERÊNCIA: SINAPI/PR (FEVEREIRO/2021), SINAPI/PR (MAIO/2021) E PRED (MAIO/2021) VERSÃO 1.0

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

ITEM	CÓDIGO DO SERVIÇO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	MATERIAL	MÃO DE OBRA	CUSTO UNITÁRIO	MATERIAL	MÃO DE OBRA	CUSTO TOTAL	SUBTOTAL
2		**ESTRUTURAS E VEDAÇÕES**						**R$ 19.171,08**	**R$ 10.205,35**		**R$ 29.376,43**
2.1	87525	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA HORIZONTAL DE 14X9X19CM (ESPESSURA 14CM, BLOCO DEITADO) DE PAREDES COM ÁREA LÍQUIDA MAIOR OU IGUAL A 6M² COM VÃOS E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF_06/2014	M2	71,63	54,93	52,86	107,79	3.934,64	3.786,36	7.721,00	
2.2	87524	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA HORIZONTAL DE 9X14X19CM (ESPESSURA 9CM) DE PAREDES COM ÁREA LÍQUIDA MAIOR OU IGUAL A 6M² COM VÃOS E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO MANUAL. AF_06/2014	M2	79,95	35,74	34,74	70,48	2.857,41	2.777,46	5.634,88	
2.3	96116	FORRO EM RÉGUAS DE PVC, FRISADO, PARA AMBIENTES COMERCIAIS, INCLUSIVE ESTRUTURA DE FIXAÇÃO. AF_05/2017_P	M2	36,77	44,20	6,60	50,80	1.625,23	242,68	1.867,92	
2.4	96121	ACABAMENTOS PARA FORRO (RODA-FORRO EM PERFIL METÁLICO E PLÁSTICO). AF_05/2017	M	463,76	6,75	1,93	8,68	3.130,38	895,06	4.025,44	
2.5	92451	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA DE VIGA, ESCORAMENTO COM GARFO DE MADEIRA, PÉ-DIREITO SIMPLES, EM CHAPA DE MADEIRA RESINADA, 2 UTILIZAÇÕES. AF_12/2015	M2	1,86	70,96	35,52	106,48	131,99	66,07	198,05	
2.6	92741	CONCRETAGEM DE VIGAS E LAJES, FCK=20 MPA, PARA QUALQUER TIPO DE LAJE COM BALDES EM EDIFICAÇÃO TÉRREA, COM ÁREA MÉDIA DE LAJES MENOR OU IGUAL A 20 M² - LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO. AF_12/2015	M3	0,48	329,05	151,14	480,19	157,94	72,55	230,49	
2.7	92718	CONCRETAGEM DE PILARES, FCK = 25 MPA, COM USO DE BALDES EM EDIFICAÇÃO COM SEÇÃO MÉDIA DE PILARES MENOR OU IGUAL A 0,25 M² - LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO. AF_12/2015	M3	0,07	318,32	107,37	425,69	21,49	7,25	28,73	
2.8	92415	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA DE PILARES RETANGULARES E ESTRUTURAS SIMILARES, PÉ-DIREITO SIMPLES, EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA RESINADA, 2 UTILIZAÇÕES. AF_09/2020	M2	1,80	47,64	30,48	78,12	85,75	54,86	140,62	
2.9	92777	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UMA EDIFICAÇÃO TÉRREA OU SOBRADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 8,0 MM - MONTAGEM. AF_12/2015	KG	37,78	11,87	2,34	14,21	448,45	88,41	536,85	
2.10	92967	MARTELO PERFURADOR PNEUMÁTICO MANUAL, HASTE 25 X 75 MM, 21 KG - CHI DIURNO. AF_12/2015	CHI	20,00	5,26	11,41	16,67	105,20	228,20	333,40	
2.11	98522	ALAMBRADO EM MOURÕES DE CONCRETO, COM TELA DE ARAME GALVANIZADO (INCLUSIVE MURETA EM CONCRETO). AF_05/2018	M	70,97	94,02	27,99	122,01	6.672,60	1.986,45	8.659,05	
3		**COBERTURA**						**R$ 9.861,93**	**R$ 948,91**		**R$ 10.810,84**
3.1	94228	CALHA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO NÚMERO 24, DESENVOLVIMENTO DE 50 CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_06/2016	M	97,50	68,72	7,65	76,37	6.700,20	745,88	7.446,08	
3.2	94231	RUFO EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO NÚMERO 24, CORTE DE 25 CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_06/2016	M	29,01	40,50	3,90	44,40	1.174,91	113,14	1.288,04	

586

RESENDE E CAVALCANTE LTDA- ME
CNPJ/MF N.º 14.987.519/0001-10
Rua Colombo n.º 210 sala 2 - Centro- Cornélio Procópio Fone: (43) 3523 - 8813
email: construtoraresende@yahoo.com.br

REF. TOMADA DE PREÇOS N.° 003/21	PROCESSO ADMINISTRATIVO N.° 149/21
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES - PR	
OBJETO: REFORMA DA ESCOLA MUNICIPAL MOACYR CASTANHO	
TABELAS DE REFERÊNCIA: SINAPI/PR (FEVEREIRO/2021), SINAPI/PR (MAIO/2021) E PRED (MAIO/2021) VERSÃO 1.0	

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

ITEM	CÓDIGO DO SERVIÇO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	MATERIAL	MÃO DE OBRA	CUSTO UNITÁRIO	MATERIAL	MÃO DE OBRA	CUSTO TOTAL	SUBTOTAL
3.3	92568	TRAMA DE AÇO COMPOSTA POR RIPAS, CAIBROS E TERÇAS PARA TELHADOS DE ATÉ 2 ÁGUAS PARA TELHA DE ENCAIXE DE CERÂMICA OU DE CONCRETO, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_12/2015	M2	8,06	171,14	6,86	178,00	1.379,39	55,29	1.434,68	
3.4	94213	TELHAMENTO COM TELHA DE AÇO/ALUMÍNIO E = 0,5 MM, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO IÇAMENTO. AF_07/2019	M2	4,46	69,95	2,14	72,09	311,63	9,53	321,16	
3.5	94449	TELHAMENTO COM TELHA ONDULADA DE FIBRA DE VIDRO E = 0,6 MM, PARA TELHADO COM INCLINAÇÃO MAIOR QUE 10°, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO IÇAMENTO. AF_06/2016	M2	8,06	36,70	3,11	39,81	295,80	25,07	320,87	
4		**ESQUADRIAS**						**R$ 204.472,08**	**R$ 63.438,02**		**R$ 267.910,10**
4.1	94807	PORTA EM AÇO DE ABRIR TIPO VENEZIANA SEM GUARNIÇÃO, 87X210CM, FIXAÇÃO COM PARAFUSOS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2015	UN	14,00	619,66	18,54	638,20	8.675,24	259,56	8.934,80	
4.2	COMP 004	PORTA EM AÇO DE ABRIR TIPO VENEZIANA SEM GUARNIÇÃO, 60X210CM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UN	10,00	352,90	18,56	371,46	3.529,00	185,60	3.714,60	
4.3	COMP 005	PORTA EM AÇO DE ABRIR TIPO VENEZIANA SEM GUARNIÇÃO, 70X210CM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UN	2,00	367,16	18,56	385,72	734,32	37,12	771,44	
4.4	COMP 006	PORTA EM AÇO DE ABRIR TIPO VENEZIANA SEM GUARNIÇÃO, 80X210CM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UN	3,00	371,26	18,56	389,82	1.113,78	55,68	1.169,46	
4.5	3097	FECHADURA ROSETA REDONDA PARA PORTA DE BANHEIRO, EM ACO INOX (MAQUINA, TESTA E CONTRA-TESTA) E EM ZAMAC (MACANETA, LINGUETA E TRINCOS) COM ACABAMENTO CROMADO, MAQUINA DE 40 MM, INCLUINDO CHAVE TIPO TRANQUETA	UN	10,00	50,50	0,00	50,50	505,00	0,00	505,00	
4.6	3080	FECHADURA ESPELHO PARA PORTA EXTERNA, EM ACO INOX (MAQUINA, TESTA E CONTRA -TESTA) E EM ZAMAC (MACANETA, LINGUETA E TRINCOS) COM ACABAMENTO CROMADO, MAQUINA DE 40 MM, INCLUINDO CHAVE TIPO CILINDRO	UN	28,00	45,10	0,00	45,10	1.262,80	0,00	1.262,80	
4.7	100687	KIT DE PORTA DE MADEIRA FRISADA, SEMI-OCA (LEVE OU MÉDIA), PADRÃO MÉDIO, 60X210CM, ESPESSURA DE 3,5CM, ITENS INCLUSOS: DOBRADIÇAS, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DE BATENTE, FECHADURA COM EXECUÇÃO DO FURO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	UN	1,00	532,70	127,43	660,13	532,70	127,43	660,13	
4.8	100689	KIT DE PORTA DE MADEIRA FRISADA, SEMI-OCA (LEVE OU MÉDIA), PADRÃO MÉDIO, 80X210CM, ESPESSURA DE 3,5CM, ITENS INCLUSOS: DOBRADIÇAS, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DE BATENTE, FECHADURA COM EXECUÇÃO DO FURO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	UN	4,00	576,94	136,17	713,11	2.307,76	544,68	2.852,44	
4.9	100874	PUXADOR PARA PCD, FIXADO NA PORTA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	2,00	219,65	16,24	235,89	439,30	32,48	471,78	
4.10	4910	PORTA DE ENROLAR MANUAL COMPLETA, PERFIL MEIA CANA CEGA, EM ACO GALVANIZADO NATURAL, CHAPA NUMERO 24 (INSTALADA)	M2	3,78	505,13	0,00	505,13	1.909,39	0,00	1.909,39	
4.11	94559	JANELA DE AÇO TIPO BASCULANTE PARA VIDROS, COM BATENTE, FERRAGENS E PINTURA ANTICORROSIVA. EXCLUSIVE VIDROS, ACABAMENTO, ALIZAR E CONTRAMARCO. FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	M2	176,34	449,10	89,59	538,69	79.194,29	15.798,30	94.992,59	

RESENDE E CAVALCANTE LTDA- ME
CNPJ/MF N.º 14.987.519/0001-10
Rua Colombo n.º 210 sala 2 - Centro- Cornélio Procópio Fone: (43) 3523 - 8813
email: construtoraresende@yahoo.com.br

REF. TOMADA DE PREÇOS N.° 003/21	PROCESSO ADMINISTRATIVO N.° 149/21
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES - PR	
OBJETO: REFORMA DA ESCOLA MUNICIPAL MOACYR CASTANHO	
TABELAS DE REFERÊNCIA: SINAPI/PR (FEVEREIRO/2021), SINAPI/PR (MAIO/2021) E PRED (MAIO/2021) VERSÃO 1.0	

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

ITEM	CÓDIGO DO SERVIÇO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	MATERIAL	MÃO DE OBRA	CUSTO UNITÁRIO	MATERIAL	MÃO DE OBRA	CUSTO TOTAL	SUBTOTAL
4.12	102162	INSTALAÇÃO DE VIDRO LISO INCOLOR, E = 4 MM, EM ESQUADRIA DE ALUMÍNIO OU PVC, FIXADO COM BAGUETE. AF_01/2021_P	M2	35,27	257,37	20,74	278,11	9.077,44	731,50	9.808,94	
4.13	94562	JANELA DE AÇO DE CORRER COM 4 FOLHAS PARA VIDRO, COM BATENTE, FERRAGENS E PINTURA ANTICORROSIVA. EXCLUSIVE VIDROS, ALIZAR E CONTRAMARCO. FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	M2	7,08	470,38	40,89	511,27	3.330,29	289,50	3.619,79	
4.14	99862	GRADIL EM ALUMÍNIO FIXADO EM VÃOS DE JANELAS, FORMADO POR TUBOS DE 3/4". AF_04/2019	M2	216,18	217,58	201,38	418,96	47.036,44	43.534,33	90.570,77	
4.15	COT 003	PORTA PANTOGRÁFICA METÁLICA - 2 FOLHAS - 2,09X2,50M	UN	1,00	2.760,67	0,00	2.760,67	2.760,67	0,00	2.760,67	
4.16	COMP 007	GRADES E MONTANTES DE FERRO, INCLUSIVE PORTÃO MANUAL	M2	147,82	284,56	12,46	297,02	42.063,66	1.841,84	43.905,50	
5		**INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS**						**R$ 26.986,71**	**R$ 5.551,69**		**R$ 32.538,40**
5.1	86888	VASO SANITÁRIO SIFONADO COM CAIXA ACOPLADA LOUÇA BRANCA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2013	UN	3,00	392,63	15,24	407,87	1.177,89	45,72	1.223,61	
5.2	100849	ASSENTO SANITÁRIO CONVENCIONAL - FORNECIMENTO E INSTALACAO. AF_01/2020	UN	4,00	28,27	2,62	30,89	113,08	10,48	123,56	
5.3	21112	VALVULA DE DESCARGA EM METAL CROMADO PARA MICTORIO COM ACIONAMENTO POR PRESSAO E FECHAMENTO AUTOMATICO	UN	10,00	164,18	0,00	164,18	1.641,80	0,00	1.641,80	
5.4	100848	VASO SANITÁRIO INFANTIL LOUÇA BRANCA - FORNECIMENTO E INSTALACAO. AF_01/2020	UN	6,00	337,02	10,41	347,43	2.022,12	62,46	2.084,58	
5.5	100851	ASSENTO SANITÁRIO INFANTIL - FORNECIMENTO E INSTALACAO. AF_01/2020	UN	6,00	59,12	2,62	61,74	354,72	15,72	370,44	
5.6	86872	TANQUE DE LOUÇA BRANCA COM COLUNA, 30L OU EQUIVALENTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2013	UN	2,00	657,98	31,82	689,80	1.315,96	63,64	1.379,60	
5.7	86943	LAVATÓRIO LOUÇA BRANCA SUSPENSO, 29,5 X 39CM OU EQUIVALENTE, PADRÃO POPULAR, INCLUSO SIFÃO FLEXÍVEL EM PVC, VÁLVULA E ENGATE FLEXÍVEL 30CM EM PLÁSTICO E TORNEIRA CROMADA DE MESA, PADRÃO POPULAR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2013	UN	5,00	165,62	15,04	180,66	828,10	75,20	903,30	
5.8	86906	TORNEIRA CROMADA DE MESA, 1/2" OU 3/4", PARA LAVATÓRIO, PADRÃO POPULAR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2013	UN	2,00	36,97	1,63	38,60	73,94	3,26	77,20	
5.9	20262	SIFAO PLASTICO EXTENSIVEL UNIVERSAL, TIPO COPO	UN	4,00	9,45	0,00	9,45	37,80	0,00	37,80	
5.10	36520	BACIA SANITARIA (VASO) CONVENCIONAL PARA PCD SEM FURO FRONTAL, DE LOUCA BRANCA, SEM ASSENTO	UN	1,00	649,57	0,00	649,57	649,57	0,00	649,57	
5.11	COMP 008	BANCADA DE GRANITO CINZA POLIDO, DE 1,50 X 0,60 M, PARA PIA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	2,00	431,86	35,35	467,21	863,72	70,70	934,42	
5.12	86901	CUBA DE EMBUTIR OVAL EM LOUÇA BRANCA, 35 X 50CM OU EQUIVALENTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	2,00	101,97	17,12	119,09	203,94	34,24	238,18	
5.13	COMP 009	CUBA DE EMBUTIR RETANGULAR DE AÇO INOXIDÁVEL, 70X50X33CM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	2,00	1.021,56	9,67	1.031,23	2.043,12	19,34	2.062,46	
5.14	COMP 010	BANCADA DE GRANITO CINZA POLIDO, PARA PIA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M2	2,25	359,96	35,35	395,31	809,91	79,54	889,45	
5.15	86910	TORNEIRA CROMADA TUBO MÓVEL, DE PAREDE, 1/2 OU 3/4, PARA PIA DE COZINHA, PADRÃO MÉDIO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	2,00	70,69	1,98	72,67	141,38	3,96	145,34	

RESENDE E CAVALCANTE LTDA- ME
CNPJ/MF N.º 14.987.519/0001-10
Rua Colombo n.º 210 sala 2 - Centro- Cornélio Procópio Fone: (43) 3523 - 8813
email: construtoraresende@yahoo.com.br

REF. TOMADA DE PREÇOS N.° 003/21	PROCESSO ADMINISTRATIVO N.° 149/21
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES - PR	
OBJETO: REFORMA DA ESCOLA MUNICIPAL MOACYR CASTANHO	
TABELAS DE REFERÊNCIA: SINAPI/PR (FEVEREIRO/2021), SINAPI/PR (MAIO/2021) E PRED (MAIO/2021) VERSÃO 1.0	

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

ITEM	CÓDIGO DO SERVIÇO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	MATERIAL	MÃO DE OBRA	CUSTO UNITÁRIO	MATERIAL	MÃO DE OBRA	CUSTO TOTAL	SUBTOTAL
5.16	COT 009	BARRA DE APOIO EM U, INOX, PARA LAVATÓRIO - 50X65CM	UN	1,00	227,89	0,00	227,89	227,89	0,00	227,89	
5.17	89709	RALO SIFONADO, PVC, DN 100 X 40 MM, JUNTA SOLDÁVEL, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU EM RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_12/2014	UN	4,00	6,45	1,67	8,12	25,80	6,68	32,48	
5.18	89482	CAIXA SIFONADA, PVC, DN 100 X 100 X 50 MM, FORNECIDA E INSTALADA EM RAMAIS DE ENCAMINHAMENTO DE ÁGUA PLUVIAL. AF_12/2014	UN	5,00	14,76	3,22	17,98	73,80	16,10	89,90	
5.19	83716	GRELHA FF 30X90CM, 135KG, P/ CX RALO COM ASSENTAMENTO DE ARGAMASSA CIMENTO /AREIA 1:4 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	3,00	306,04	63,11	369,15	918,12	189,33	1.107,45	
5.20	89849	TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 150 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM SUBCOLETOR AÉREO DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_12/2014	M	165,48	41,29	8,85	50,14	6.832,67	1.464,50	8.297,17	
5.21	89855	JOELHO 45 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 150 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM SUBCOLETOR AÉREO DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_12/2014	UN	3,00	62,63	7,87	70,50	187,89	23,61	211,50	
5.22	89699	JUNÇÃO SIMPLES, PVC, SERIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 150 X 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM CONDUTORES VERTICAIS DE ÁGUAS PLUVIAIS. AF_12/2014	UN	1,00	156,37	5,49	161,86	156,37	5,49	161,86	
5.23	89714	TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_12/2014	M	6,00	25,81	17,71	43,52	154,86	106,26	261,12	
5.24	89746	JOELHO 45 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_12/2014	UN	3,00	12,77	5,97	18,74	38,31	17,91	56,22	
5.25	89778	LUVA SIMPLES, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_12/2014	UN	3,00	10,33	4,06	14,39	30,99	12,18	43,17	
5.26	89712	TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_12/2014	M	4,53	13,45	9,09	22,54	60,93	41,18	102,11	
5.27	89731	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_12/2014	UN	2,00	5,03	3,11	8,14	10,06	6,22	16,28	
5.28	89753	LUVA SIMPLES, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_12/2014	UN	2,00	4,94	1,90	6,84	9,88	3,80	13,68	
5.29	89784	TE, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 X 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_12/2014	UN	1,00	11,15	4,06	15,21	11,15	4,06	15,21	
5.30	89693	TÊ, PVC, SERIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 100 X 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM CONDUTORES VERTICAIS DE ÁGUAS PLUVIAIS. AF_12/2014	UN	1,00	54,65	3,09	57,74	54,65	3,09	57,74	

RESENDE E CAVALCANTE LTDA- ME
CNPJ/MF N.º 14.967.519/0001-10
Rua Colombo n.º 210 sala 2 - Centro- Cornélio Procópio Fone: (43) 3523 - 8813
email: construtoraresende@yahoo.com.br

REF. TOMADA DE PREÇOS N.° 003/21	PROCESSO ADMINISTRATIVO N.° 149/21
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES - PR	
OBJETO: REFORMA DA ESCOLA MUNICIPAL MOACYR CASTANHO	
TABELAS DE REFERÊNCIA: SINAPI/PR (FEVEREIRO/2021), SINAPI/PR (MAIO/2021) E PRED (MAIO/2021) VERSÃO 1.0	

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

ITEM	CÓDIGO DO SERVIÇO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	MATERIAL	MÃO DE OBRA	CUSTO UNITÁRIO	MATERIAL	MÃO DE OBRA	CUSTO TOTAL	SUBTOTAL
5.31	89669	LUVA SIMPLES, PVC, SERIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM CONDUTORES VERTICAIS DE ÁGUAS PLUVIAIS. AF_12/2014	UN	2,00	16,83	1,66	18,49	33,66	3,32	36,98	
5.32	89585	JOELHO 45 GRAUS, PVC, SERIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM CONDUTORES VERTICAIS DE ÁGUAS PLUVIAIS. AF_12/2014	UN	4,00	24,82	2,38	27,20	99,28	9,52	108,80	
5.33	89512	TUBO PVC, SÉRIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 100 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE ENCAMINHAMENTO. AF_12/2014	M	5,00	44,04	10,64	54,68	220,20	53,20	273,40	
5.34	98110	CAIXA DE GORDURA PEQUENA (CAPACIDADE: 19 L), CIRCULAR, EM PVC, DIÂMETRO INTERNO= 0,3 M. AF_05/2018	UN	1,00	334,23	9,18	343,41	334,23	9,18	343,41	
5.35	93358	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA COM PROFUNDIDADE MENOR OU IGUAL A 1,30 M. AF_03/2016	M3	20,00	18,40	39,24	57,64	368,00	784,80	1.152,80	
5.36	99253	CAIXA ENTERRADA HIDRÁULICA RETANGULAR EM ALVENARIA COM TIJOLOS CERÂMICOS MACIÇOS, DIMENSÕES INTERNAS: 0,6X0,6X0,6 M PARA REDE DE DRENAGEM. AF_05/2018	UN	3,00	228,87	192,14	421,01	686,61	576,42	1.263,03	
5.37	88504	CAIXA D'AGUA EM POLIETILENO, 500 LITROS, COM ACESSÓRIOS	UN	1,00	422,99	184,23	607,22	422,99	184,23	607,22	
5.38	89355	TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DN 20MM, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2014	M	85,80	5,72	7,67	13,39	490,78	658,09	1.148,86	
5.39	89356	TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2014	M	33,21	7,00	8,84	15,84	232,47	293,58	526,05	
5.40	89449	TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DN 50MM, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2014	M	38,82	13,83	0,67	14,50	536,88	26,01	562,89	
5.41	89353	REGISTRO DE GAVETA BRUTO, LATÃO, ROSCÁVEL, 3/4", FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE ÁGUA. AF_12/2014	UN	11,00	26,40	4,78	31,18	290,40	52,58	342,98	
5.42	94495	REGISTRO DE GAVETA BRUTO, LATÃO, ROSCÁVEL, 1, INSTALADO EM RESERVAÇÃO DE ÁGUA DE EDIFICAÇÃO QUE POSSUA RESERVATÓRIO DE FIBRA/FIBROCIMENTO FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2016	UN	6,00	45,53	18,53	64,06	273,18	111,18	384,36	
5.43	89393	TE, PVC, SOLDÁVEL, DN 20MM, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2014	UN	5,00	3,41	4,13	7,54	17,05	20,65	37,70	
5.44	89404	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 20MM, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2014	UN	12,00	1,82	1,85	3,67	21,84	22,20	44,04	
5.45	89395	TE, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2014	UN	6,00	4,21	4,80	9,01	25,26	28,80	54,06	
5.46	89408	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2014	UN	11,00	2,30	2,16	4,46	25,30	23,76	49,06	
5.47	COMP 011	JOELHO 90 GRAUS COM BUCHA DE LATÃO, PVC, SOLDÁVEL, DN 20MM, X 3/4 INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	13,00	14,44	3,58	18,02	187,72	46,54	234,26	

RESENDE E CAVALCANTE LTDA- ME
CNPJ/MF N.º 14.987.519/0001-10
Rua Colombo nº 210 sala 2 - Centro Cornélio Procópio Fone: (43) 3523 - 8813
email: construtoreresende@yahoo.com.br

REF. TOMADA DE PREÇOS N.° 003/21	PROCESSO ADMINISTRATIVO N.° 149/21
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES - PR	
OBJETO: REFORMA DA ESCOLA MUNICIPAL MOACYR CASTANHO	
TABELAS DE REFERÊNCIA: SINAPI/PR (FEVEREIRO/2021), SINAPI/PR (MAIO/2021) E PRED (MAIO/2021) VERSÃO 1.0	

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

ITEM	CÓDIGO DO SERVIÇO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	MATERIAL	MÃO DE OBRA	CUSTO UNITÁRIO	MATERIAL	MÃO DE OBRA	CUSTO TOTAL	SUBTOTAL
5.48	94498	REGISTRO DE GAVETA BRUTO, LATÃO, ROSCÁVEL, 2, INSTALADO EM RESERVAÇÃO DE ÁGUA DE EDIFICAÇÃO QUE POSSUA RESERVATÓRIO DE FIBRA/FIBROCIMENTO FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2016	UN	10,00	100,38	19,57	119,95	1.003,80	195,70	1.199,50	
5.49	89501	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 50MM, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2014	UN	6,00	8,30	2,58	10,88	49,80	15,48	65,28	
5.50	89625	TE, PVC, SOLDÁVEL, DN 50MM, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2014	UN	8,00	13,79	3,44	17,23	110,32	27,52	137,84	
5.51	89579	LUVA DE REDUÇÃO, PVC, SOLDÁVEL, DN 50MM X 25MM, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2014	UN	1,00	7,29	1,71	9,00	7,29	1,71	9,00	
5.52	86913	TORNEIRA CROMADA 1/2" OU 3/4" PARA TANQUE, PADRÃO POPULAR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2013	UN	2,00	12,46	2,61	15,07	24,92	5,22	30,14	
5.53	89970	KIT DE REGISTRO DE PRESSÃO BRUTO DE LATÃO ¾", INCLUSIVE CONEXÕES, ROSCÁVEL, INSTALADO EM RAMAL DE ÁGUA FRIA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2014	UN	1,00	27,36	9,56	36,92	27,36	9,56	36,92	
5.54	89511	TUBO PVC, SÉRIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 75 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE ENCAMINHAMENTO. AF_12/2014	M	1,00	26,35	7,77	34,12	26,35	7,77	34,12	
5.55	6081	ARGILA OU BARRO PARA ATERRO/REATERRO (COM TRANSPORTE ATE 10 KM)	M3	20,00	20,03	0,00	20,03	400,60	0,00	400,60	
6		**INSTALAÇÕES ELÉTRICAS**						**R$ 31.134,44**	**R$ 7.608,99**		**R$ 38.743,43**
6.1	101875	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO, DE EMBUTIR, COM BARRAMENTO TRIFÁSICO, PARA 12 DISJUNTORES DIN 100A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	UN	1,00	390,53	12,91	403,44	390,53	12,91	403,44	
6.2	101896	DISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO TRIPOLAR , CORRENTE NOMINAL DE 200A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	UN	1,00	467,24	31,98	499,22	467,24	31,98	499,22	
6.3	92991	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 95 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA DISTRIBUIÇÃO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	M	42,83	71,90	3,07	74,97	3.079,48	131,49	3.210,97	
6.4	92987	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 50 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA DISTRIBUIÇÃO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	M	14,28	39,18	2,08	41,26	559,49	29,70	589,19	
6.5	101882	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO, DE EMBUTIR, COM BARRAMENTO TRIFÁSICO, PARA 30 DISJUNTORES DIN 225A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	UN	1,00	1.375,92	17,46	1.393,38	1.375,92	17,46	1.393,38	
6.6	39471	DISPOSITIVO DPS CLASSE II, 1 POLO, TENSAO MAXIMA DE 275 V, CORRENTE MAXIMA DE *45* KA (TIPO AC)	UN	1,00	82,21	0,00	82,21	82,21	0,00	82,21	
6.7	93653	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 10A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2016	UN	19,00	8,26	0,84	9,10	156,94	15,96	172,90	
6.8	93654	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 16A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2016	UN	31,00	8,36	1,14	9,50	259,16	35,34	294,50	
6.9	93655	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 20A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2016	UN	2,00	8,78	1,59	10,37	17,56	3,18	20,74	

RESENDE E CAVALCANTE LTDA- ME
CNPJ/MF N.º 14.987.519/0001-10
Rua Colombo n.º 210 sala 2 - Centro- Cornélio Procópio Fone: (43) 3523 - 8813
email: construtoraresende@yahoo.com.br

REF. TOMADA DE PREÇOS N.° 003/21	PROCESSO ADMINISTRATIVO N.° 149/21
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES - PR	
OBJETO: REFORMA DA ESCOLA MUNICIPAL MOACYR CASTANHO	
TABELAS DE REFERÊNCIA: SINAPI/PR (FEVEREIRO/2021), SINAPI/PR (MAIO/2021) E PRED (MAIO/2021) VERSÃO 1.0	

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

ITEM	CÓDIGO DO SERVIÇO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	MATERIAL	MÃO DE OBRA	CUSTO UNITÁRIO	MATERIAL	MÃO DE OBRA	CUSTO TOTAL	SUBTOTAL
6.10	93661	DISJUNTOR BIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 16A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2016	UN	21,00	43,39	2,28	45,67	911,19	47,88	959,07	
6.11	93664	DISJUNTOR BIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 32A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2016	UN	22,00	45,07	4,40	49,47	991,54	96,80	1.088,34	
6.12	93665	DISJUNTOR BIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 40A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2016	UN	2,00	45,45	6,53	51,98	90,90	13,06	103,96	
6.13	91924	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 1,5 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	M	787,40	1,57	0,57	2,14	1.236,22	448,82	1.685,04	
6.14	91926	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 2,5 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	M	3.090,13	2,42	0,71	3,13	7.478,11	2.193,99	9.672,10	
6.15	91928	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 4 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	M	95,62	4,17	0,96	5,13	398,74	91,80	490,53	
6.16	91930	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 6 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	M	773,21	5,79	1,25	7,04	4.476,89	966,51	5.443,40	
6.17	91932	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 10 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	M	32,50	9,77	1,85	11,62	317,53	60,13	377,65	
6.18	91844	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO, PVC, DN 25 MM (3/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM LAJE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	M	316,55	2,80	2,11	4,91	886,34	667,92	1.554,26	
6.19	91845	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO REFORÇADO, PVC, DN 25 MM (3/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM LAJE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	M	35,00	3,84	2,10	5,94	134,40	73,50	207,90	
6.20	91992	TOMADA ALTA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	UN	37,00	17,03	13,76	30,79	630,11	509,12	1.139,23	
6.21	91990	TOMADA ALTA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 10 A, SEM SUPORTE E SEM PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	UN	13,00	12,20	12,00	24,20	158,60	156,00	314,60	
6.22	38091	ESPELHO / PLACA CEGA 4" X 2", PARA INSTALACAO DE TOMADAS E INTERRUPTORES	UN	137,00	2,33	0,00	2,33	319,21	0,00	319,21	
6.23	38095	ESPELHO / PLACA CEGA 4" X 4", PARA INSTALACAO DE TOMADAS E INTERRUPTORES	UN	12,00	4,93	0,00	4,93	59,16	0,00	59,16	
6.24	91993	TOMADA ALTA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 20 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	UN	2,00	19,12	13,76	32,88	38,24	27,52	65,76	
6.25	91991	TOMADA ALTA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 20 A, SEM SUPORTE E SEM PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	UN	1,00	13,88	11,76	25,64	13,88	11,76	25,64	
6.26	91996	TOMADA MÉDIA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	UN	1,00	15,26	9,21	24,47	15,26	9,21	24,47	
6.27	91994	TOMADA MÉDIA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 10 A, SEM SUPORTE E SEM PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	UN	39,00	10,43	7,45	17,88	406,77	290,55	697,32	

RESENDE E CAVALCANTE LTDA- ME
CNPJ/MF N.º 14.987.519/0001-10
Rua Colombo n.º 210 sala 2 - Centro- Cornélio Procópio Fone: (43) 3523 - 8813
email: construtoraresende@yahoo.com.br

REF. TOMADA DE PREÇOS N.° 003/21	PROCESSO ADMINISTRATIVO N.° 149/21
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES - PR	
OBJETO: REFORMA DA ESCOLA MUNICIPAL MOACYR CASTANHO	
TABELAS DE REFERÊNCIA: SINAPI/PR (FEVEREIRO/2021), SINAPI/PR (MAIO/2021) E PRED (MAIO/2021) VERSÃO 1.0	

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

ITEM	CÓDIGO DO SERVIÇO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	MATERIAL	MÃO DE OBRA	CUSTO UNITÁRIO	MATERIAL	MÃO DE OBRA	CUSTO TOTAL	SUBTOTAL
6.28	91997	TOMADA MÉDIA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 20 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	UN	5,00	17,35	9,21	26,56	86,75	46,05	132,80	
6.29	92000	TOMADA BAIXA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	UN	13,00	14,56	7,45	22,01	189,28	96,85	286,13	
6.30	91998	TOMADA BAIXA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 10 A, SEM SUPORTE E SEM PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	UN	46,00	9,73	5,69	15,42	447,58	261,74	709,32	
6.31	92001	TOMADA BAIXA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 20 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	UN	1,00	16,65	7,45	24,10	16,65	7,45	24,10	
6.32	91953	INTERRUPTOR SIMPLES (1 MÓDULO), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	UN	27,00	13,55	7,20	20,75	365,85	194,40	560,25	
6.33	COMP 012	TOMADA DE PISO COMPLETA - INSTALAÇÃO E FORNECIMENTO	UN	6,00	37,95	16,80	54,75	227,70	100,80	328,50	
6.34	COT 006	CAMPAINHA SIRENE SINALEIRO INDUSTRIA SEGURANÇA	UN	1,00	159,90	0,00	159,90	159,90	0,00	159,90	
6.35	COMP 013	VENTILADOR DE PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	28,00	135,66	24,11	159,77	3.798,48	675,08	4.473,56	
6.36	90447	RASGO EM ALVENARIA PARA ELETRODUTOS COM DIAMETROS MENORES OU IGUAIS A 40 M MM. AF_05/2015	M	53,88	1,15	3,44	4,59	61,96	185,35	247,31	
6.37	97586	LUMINÁRIA TIPO CALHA, DE SOBREPOR, COM 2 LÂMPADAS TUBULARES DE 36 W - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2017	UN	12,00	65,15	7,59	72,74	781,80	91,08	872,88	
6.38	97585	LUMINÁRIA TIPO CALHA, DE SOBREPOR, COM 2 LÂMPADAS TUBULARES DE 18 W - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2017	UN	1,00	46,87	7,60	54,47	46,87	7,60	54,47	
7		**REVESTIMENTOS**						**R$ 109.963,53**	**R$ 52.456,71**		**R$ 162.420,24**
7.1	87879	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIAS E ESTRUTURAS DE CONCRETO INTERNAS, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO EM BETONEIRA 400L. AF_06/2014	M2	582,93	1,44	1,26	2,70	839,42	734,49	1.573,91	
7.2	87777	EMBOÇO OU MASSA ÚNICA EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MANUAL, APLICADA MANUALMENTE EM PANOS DE FACHADA COM PRESENÇA DE VÃOS, ESPESSURA DE 25 MM. AF_06/2014	M2	641,22	19,44	22,30	41,74	12.465,32	14.299,21	26.764,52	
7.3	94990	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO. AF_07/2016	M3	12,39	346,02	152,95	498,97	4.287,19	1.895,05	6.182,24	
7.4	87532	EMBOÇO, PARA RECEBIMENTO DE CERÂMICA, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MANUAL, APLICADO MANUALMENTE EM FACES INTERNAS DE PAREDES, PARA AMBIENTE COM ÁREA ENTRE 5M2 E 10M2, ESPESSURA DE 20MM, COM EXECUÇÃO DE TALISCAS. AF_06/2014	M2	360,34	13,11	11,84	24,95	4.724,06	4.266,43	8.990,48	
7.5	94994	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPESSURA 8 CM, ARMADO. AF_07/2016	M2	762,21	73,82	15,06	88,88	56.266,34	11.478,88	67.745,22	
7.6	COMP 014	BANCADA DE GRANITO CINZA POLIDO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M2	1,10	359,96	35,35	395,31	395,96	38,89	434,84	

RESENDE E CAVALCANTE LTDA- ME
CNPJ/MF N.º 14.987.519/0001-10
Rua Colombo n.º 210 sala 2 - Centro- Cornélio Procópio Fone: (43) 3523 - 6813
email: construtoraresende@yahoo.com.br

REF. TOMADA DE PREÇOS N.° 003/21	PROCESSO ADMINISTRATIVO N.° 149/21
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES - PR	
OBJETO: REFORMA DA ESCOLA MUNICIPAL MOACYR CASTANHO	
TABELAS DE REFERÊNCIA: SINAPI/PR (FEVEREIRO/2021), SINAPI/PR (MAIO/2021) E PRED (MAIO/2021) VERSÃO 1.0	

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

ITEM	CÓDIGO DO SERVIÇO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	MATERIAL	MÃO DE OBRA	CUSTO UNITÁRIO	MATERIAL	MÃO DE OBRA	CUSTO TOTAL	SUBTOTAL
7.7	101752	PISO EM GRANILITE, MARMORITE OU GRANITINA EM AMBIENTES INTERNOS. AF_09/2020	M2	593,16	20,39	11,51	31,90	12.094,53	6.827,27	18.921,80	
7.8	101741	RODAPÉ EM MARMORITE, ALTURA 10CM. AF_09/2020	M	365,90	5,22	10,82	16,04	1.910,00	3.959,04	5.869,04	
7.9	87251	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO ESMALTADA EXTRA DE DIMENSÕES 45X45 CM APLICADA EM AMBIENTES DE ÁREA MAIOR QUE 10 M2. AF_06/2014	M2	97,19	27,99	5,16	33,15	2.720,35	501,50	3.221,85	
7.10	COMP 015	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PAREDES INTERNAS COM PLACAS TIPO ESMALTADA PADRÃO POPULAR DE DIMENSÕES 45X45 CM, ARGAMASSA TIPO AC III, APLICADAS EM AMBIENTES DE ÁREA MAIOR QUE 5 M2	M2	263,15	33,54	5,17	38,71	8.826,05	1.360,49	10.186,54	
7.11	87242	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PAREDES EXTERNAS EM PASTILHAS DE PORCELANA 5 X 5 CM (PLACAS DE 30 X 30 CM), ALINHADAS A PRUMO, APLICADO EM PANOS COM VÃOS. AF_06/2014	M2	8,86	172,59	24,68	197,27	1.529,15	218,66	1.747,81	
7.12	COMP 016	BATE MACA DE MADEIRA DE LEI, INCLUSIVE APLICAÇÃO DE VERNIZ SINTETICO MARÍTIMO, DUAS (2) DEMÃOS, ACABAMENTO TIPO FOSCO	M	371,92	10,50	18,49	28,99	3.905,16	6.876,80	10.781,96	
8		OUTROS						R$ 21.151,50	R$ 5.423,31		R$ 26.574,81
8.1	99837	GUARDA-CORPO DE AÇO GALVANIZADO DE 1,10M, MONTANTES TUBULARES DE 1.1/4" ESPAÇADOS DE 1,20M, TRAVESSA SUPERIOR DE 1.1/2", GRADIL FORMADO POR TUBOS HORIZONTAIS DE 1" E VERTICAIS DE 3/4", FIXADO COM CHUMBADOR MECÂNICO. AF_04/2019_P	M	16,10	483,31	125,57	608,88	7.781,29	2.021,68	9.802,97	
8.2	99855	CORRIMÃO SIMPLES, DIÂMETRO EXTERNO = 1 1/2", EM AÇO GALVANIZADO. AF_04/2019_P	M	16,10	87,49	21,59	109,08	1.408,59	347,60	1.756,19	
8.3	COT 001	BEBEDOURO INDUSTRIAL 1000L DE COLUNA FRISBEL - BEBEDOURO + FILTRO - 127V	UN	1,00	1.823,51	0,00	1.823,51	1.823,51	0,00	1.823,51	
8.4	COMP 017	QUADRO SALA DE AULA, COM PINTURA DE TINTA ESMALTE PREMIUM LOUSA E COR - SUVINIL, 4 DEMÃOS, COM MOLDURA EM MADEIRA TIPO JA	M2	76,70	25,03	26,07	51,10	1.919,80	1.999,57	3.919,37	
8.5	COT 002	ESPELHO RETANGULAR 70X50CM SIMPLES	UN	2,00	90,12	0,00	90,12	180,24	0,00	180,24	
8.6	COT 014	INSTALAÇÃO DE TUBULAÇÃO DE AÇO PARA 2 PONTOS E PARA 2 CILINDOS DE GÁS P-45 (45KG)	UN	1,00	4.233,09	0,00	4.233,09	4.233,09	0,00	4.233,09	
8.7	34723	PLACA DE SINALIZACAO EM CHAPA DE ACO NUM 16 COM PINTURA REFLETIVA	M2	0,84	606,14	0,00	606,14	509,16	0,00	509,16	
8.8	98504	PLANTIO DE GRAMA EM PLACAS. AF_05/2018	M2	509,40	6,47	2,07	8,54	3.295,82	1.054,46	4.350,28	
9		PREVENÇÃO DE INCÊNDIO						R$ 2.300,45	R$ 10,92		R$ 2.311,37
9.1	101906	EXTINTOR DE INCÊNDIO PORTÁTIL COM CARGA DE CO2 DE 4 KG, CLASSE BC - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020_P	UN	1,00	379,63	10,92	390,55	379,63	10,92	390,55	
9.2	COT 005	EXTINTOR ABC 4KG - EXTINTOR PQS 4KG TIPO ABC	UN	5,00	117,97	0,00	117,97	589,85	0,00	589,85	
9.3	37558	PLACA DE SINALIZACAO DE SEGURANCA CONTRA INCENDIO, FOTOLUMINESCENTE, RETANGULAR, *20 X 40* CM, EM PVC *2* MM ANTI-CHAMAS (SIMBOLOS, CORES E PICTOGRAMAS CONFORME NBR 13434)	UN	36,00	19,11	0,00	19,11	687,96	0,00	687,96	

RESENDE E CAVALCANTE LTDA- ME
CNPJ/MF N.º 14.987.519/0001-10
Rua Colombo n.º 210 sala 2 - Centro- Cornélio Procópio Fone (43) 3523 - 8813
email: construtoraresende@yahoo.com.br

REF. TOMADA DE PREÇOS N.° 003/21 | PROCESSO ADMINISTRATIVO N.° 149/21
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES - PR
OBJETO: REFORMA DA ESCOLA MUNICIPAL MOACYR CASTANHO
TABELAS DE REFERÊNCIA: SINAPI/PR (FEVEREIRO/2021), SINAPI/PR (MAIO/2021) E PRED (MAIO/2021) VERSÃO 1.0

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

ITEM	CÓDIGO DO SERVIÇO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	MATERIAL	MÃO DE OBRA	CUSTO UNITÁRIO	MATERIAL	MÃO DE OBRA	CUSTO TOTAL	SUBTOTAL
9.4	37560	PLACA DE SINALIZACAO DE SEGURANCA CONTRA INCENDIO - ALERTA, TRIANGULAR, BASE DE *30* CM, EM PVC *2* MM ANTI-CHAMAS (SIMBOLOS, CORES E PICTOGRAMAS CONFORME	UN	1,00	20,17	0,00	20,17	20,17	0,00	20,17	
9.5	37556	PLACA DE SINALIZACAO DE SEGURANCA CONTRA INCENDIO, FOTOLUMINESCENTE, QUADRADA, *20 X 20* CM, EM PVC *2* MM ANTI-CHAMAS (SIMBOLOS, CORES E PICTOGRAMAS CONFORME NBR 13434) NBR 13434)	UN	14,00	11,85	0,00	11,85	165,90	0,00	165,90	
9.6	38774	LUMINARIA DE EMERGENCIA 30 LEDS, POTENCIA 2 W, BATERIA DE LITIO, AUTONOMIA DE 6HORAS	UN	22,00	20,77	0,00	20,77	456,94	0,00	456,94	
					17,03	37,65	54,68	R$ 39.319,39	R$ 26.122,38		R$ 65.441,77
10		PINTURA									
10.1	88489	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_06/2014	M2	2.376,01	7,12	3,30	10,42	16.917,19	7.840,83	24.758,02	
10.2	88488	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM TETO, DUAS DEMÃOS. AF_06/2014	M2	129,61	7,54	4,30	11,84	977,26	557,32	1.534,58	
10.3	102213	PINTURA VERNIZ (INCOLOR) ALQUÍDICO EM MADEIRA, USO INTERNO E EXTERNO, 2 DE MÃOS. AF_01/2021	M2	15,96	7,16	6,60	13,76	114,27	105,34	219,61	
10.4	100725	PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA DE FUNDO E ACABAMENTO (ESMALTE SINTÉTICO GRAFITE) PULVERIZADA SOBRE SUPERFÍCIES METÁLICAS (EXCETO PERFIL) EXECUTADO EM OBRA (POR DEMÃO). AF_01/2020	M2	1.531,35	8,47	7,36	15,83	12.970,50	11.270,71	24.241,21	
10.5	102492	PINTURA DE PISO COM TINTA ACRÍLICA, APLICAÇÃO MANUAL, 3 DEMÃOS, INCLUSO FUNDO PREPARADOR. AF_05/2021	M2	951,78	8,72	6,62	15,34	8.299,52	6.300,78	14.600,31	
10.6	100726	PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA DE FUNDO E ACABAMENTO (ESMALTE SINTÉTICO GRAFITE) APLICADA A ROLO OU PINCEL SOBRE PERFIL METÁLICO EXECUTADO EM FÁBRICA (POR DEMÃO). AF_01/2020	M2	5,00	8,13	9,48	17,61	40,65	47,40	88,05	
										TOTAL GERAL	654.539,78
										BDI	26,01%
										TOTAL GERAL	824.785,57

(OITOCENTOS E VINTE E QUATRO MIL SETECENTOS E OITENTA E CINCO REAIS E CINQUENTA E SETE CENTAVOS)

CORNÉLIO PROCÓPIO - PR, 21 DE OUTUBRO DE 2021.

Luciano M. Resende
Engenheiro Civil
CREA 58.374/D-PR

14.987.519/0001-10
RESENDE & CAVALCANTE
LTDA - ME
Rua Colombo, 210 - Sala 2
Centro - CEP 86.300-000
Cornélio Procópio
Paraná

595

RESENDE E CAVALCANTE LTDA- ME
CNPJ/MF N.º 14.987.519/0001-10
Rua Colombo n.º 210 sala 2 - Centro- Cornélio Procopio Fone: (43) 3523 - 8813
email: construtoraresende@yahoo.com.br

REF. EDITAL TOMADA DE PREÇOS N.° 003/21 | PROCESSO ADMINISTRATIVO N.° 149/21

PREFEITURA MUNCIPAL DE BANDEIRANTES - PR

OBJETO: REFORMA DA ESCOLA MUNICIPAL MOACYR CASTANHO

CRONOGRAMA

PRAZO EXECUÇÃO 180 DIAS

BDI 26,0100%

ITEM	SERVIÇOS	INDICE	30	% NO PERIODO	60	% NO PERIODO	90	% NO PERIODO	120	% NO PERIODO	150	% NO PERIODO	180	% NO PERIODO	VALOR SERVIÇO C/ BDI	VALOR PLANILHA S/ BDI
01	SERVIÇOS PRELIMINARES	2,81%	18.561,16	80,00%	4.640,29	20,00%									23.201,45	18.412,39
02	ESTRUTURAS E VEDAÇÕES	4,49%	5.552,59	15,00%	14.806,90	40,00%	9.254,31	25,00%	3.701,72	10,00%	3.701,72	10,00%			37.017,24	29.376,43
03	COBERTURA	1,65%			6.130,23	45,00%	7.492,51	55,00%							13.622,74	10.810,84
04	ESQUADRIAS	40,93%					67.518,70	20,00%	84.398,38	25,00%	185.676,43	55,00%			337.593,52	267.910,10
05	INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS	4,97%	8.200,33	20,00%	24.600,98	60,00%					6.150,25	15,00%	2.050,08	5,00%	41.001,64	32.538,40
06	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	5,92%	9.764,12	20,00%	14.646,18	30,00%	19.528,24	40,00%					4.882,06	10,00%	48.820,60	38.743,43
07	REVESTIMENTOS	24,81%			20.466,57	10,00%	40.933,15	20,00%	61.399,72	30,00%	61.399,72	30,00%	20.466,57	10,00%	204.665,74	162.420,24
08	OUTROS	4,06%			6.697,38	20,00%					6.697,38	20,00%	20.092,15	60,00%	33.486,92	26.574,81
09	PREVENÇÃO DE INCÊNDIO	0,35%											2.912,56	100,00%	2.912,56	2.311,37
10	PINTURA	10,00%							16.492,63	20,00%	12.369,48	15,00%	53.601,06	65,00%	82.463,17	65.441,77
11		0,00%														
12		0,00%														
13		0,00%														
14		0,00%														
15		0,00%														
16		0,00%														
17		0,00%														
18		0,00%														
19		0,00%														
20		0,00%														
VALOR DA PARCELA DETERMINADA COM BASE NO PREÇO MÁXIMO		100,00%	42.078,19	5,10%	91.988,54	11,15%	144.726,91	17,55%	165.992,46	20,13%	275.994,99	33,46%	104.004,49	12,61%	824.785,57	654.539,78
VALOR PROPOSTO		R$ 824.785,57	42.078,19	5,10%	91.988,54	11,15%	144.726,91	17,55%	165.992,46	20,13%	275.994,99	33,46%	104.004,49	12,61%	824.785,57	
DESCONTO PROPOSTO / VALOR DAS PARCELAS		0,000000%														
TOTAL ACUMULADO COM O DESCONTO PROPOSTO			42.078,19	5,10%	134066,73	16,25%	278.793,64	33,80%	444.786,10	53,93%	720.781,09	87,39%	824.785,58	100,00%		

Luciano M. Resende
Engenheiro Civil
CREA 58.374/D-PR

14.987.519/0001-10
RESENDE & CAVALCANTE
LTDA - ME
Rua Colombo, 210 - Sala 2
Centro - CEP 86.300-000
Cornélio Procópio
Paraná

596

RESENDE & CAVALCANTE LTDA- ME
CNPJ/MF N.º 14.987.519/0001-10
Rua Colombo n.º 210 sala 2 - Centro- Cornélio Procópio Fone: (43) 3523 - 8813
email: construtoraresende@yahoo.com.br

À

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES- PR

REF.: TOMADA DE PREÇOS N.º 03/2021 – PMB.

DECLARAÇÃO

Declaro que em expressa referência de submissão da proposta ao edital, que nos preços mantidos na proposta escrita, estão incluídos todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e outros de quaisquer natureza que se fizerem indispensáveis à perfeita contratação do objeto da licitação.

Atenciosamente,

Cornélio Procópio - PR, 21 de Outubro de 2021.

LUCIANO MOSTI RESENDE
RG 4.506.026 - 8 SSP/ PR
CPF: 675.784.036 - 72
SÓCIO GERENTE

14.987.519/0001-10
RESENDE & CAVALCANTE
LTDA - ME
Rua Colombo, 210 - Sala 2
Centro - CEP 86.300-000
Cornélio Procópio
Paraná

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ

RELATÓRIOS
ATA
ADJUDICAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO
PARECER JURÍDICO

Município de Bandeirantes - 2021

Relação de Participantes

Tomada de preços 3/2021

Código	CNPJ/CPF	Fornecedor	Status
Fornecedores enquadrados na lei complementar nº123/2006			
554888603-3	18.916.042/0001-32	EMR CONSTRUTORA EIRELI-ME	Classificado
554890486-4	38.026.840/0001-04	AL CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS E SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM EIRELI	Classificado
554890501-1	14.987.519/0001-10	RESENDE & CAVALCANTE LTDA ME	Classificado
Qtde de fornecedores: 003			

Qtde total de fornecedores: 003

Município de Bandeirantes - 2021

Mapa da Licitação

Tomada de preços 3/2021

Data abertura: 22/10/2021 Data julgamento: 22/10/2021 Data homologação:

	Produto	UN.	Quantidade	CNPJ: 18.916.042/0001-32 Preço	Marca	CNPJ: 38.026.840/0001-04 Preço	Marca	CNPJ: 14.987.519/0001-10 Preço	Marca
Lote 001 - Lote 001									
001	EXECUÇÃO DE PROJETO DE REFORMA	UN	1,00	1.005.825,42	EMR CONSTRUTORA	897.196,27	AL CONSTRUÇÃO DE	824.785,57 *	RESENDE &
	SCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACIR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR. - OS SERVIÇOS DEVERÃO SER EXECUTADOS CONFORME DISCRIMINADOS NA PLANILHA DE SERVIÇOS COM OS SEGUINTES TÓPICOS 1. DEMOLIÇÕES NECESSÁRIAS 2. CONSTRUÇÃO DAS ESTRUTURAS 3. INSTALAÇÕES HIDROSANITÁRIAS 4. COBERTURAS 5. CALÇAMENTO 6. ESQUADRIAS 7. INSTALAÇÕES ELÉTRICAS 8. REVESTIMENTOS 9. PINTURA 10. ACABAMENTO 11. LIMPEZA. - CONFORME: CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CROMOGRAMA E PROJETO, ANEXOS DESTE EDITAL.								
TOTAL DO LOTE				**1.005.825,42**		**897.196,27**		**824.785,57 ***	**0,00**
TOTAL GERAL DO FORNECEDOR									
TOTAL GANHO PELO FORNECEDOR								**824.785,57**	

CNPJ: 18.916.042/0001-32 - EMR CONSTRUTORA EIRELI-ME

CNPJ: 38.026.840/0001-04 - AL CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCOS E SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM EIRELI

CNPJ: 14.987.519/0001-10 - RESENDE & CAVALCANTE LTDA ME

FRU - Frustrado DES - Deserto EMP - Empate EME - Empate ME

Município de Bandeirantes - 2021

Classificação por lote

Tomada de preços 3/2021

Fornecedor		CNPJ/CPF	Status	Preço total
Lote 001 - Lote 001				
554890501-1	RESENDE & CAVALCANTE LTDA ME	14.987.519/0001-10	Classificado	824.785,57
554890486-4	AL CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCOS E SERVIÇOS DE	38.026.840/0001-04	Classificado	897.196,27
554888603-3	EMR CONSTRUTORA EIRELI-ME	18.916.042/0001-32	Classificado	1.005.825,42

Qtde lotes desertos : 000
Qtde lotes frustrados : 000

Município de Bandeirantes - 2021

Situação por lote/itens

Tomada de preços 3/2021

Produto					Status
Fornecedor	CNPJ/CPF	Status	Marca		Preço Unitário
Lote 001 - Lote 001					
Item 001: 24294 EXECUÇÃO DE PROJETO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACIR					**ADQUIRIDO**
554890501- RESENDE & CAVALCANTE LTDA ME	14.987.519/0001-10	Classificado	RESENDE & CAVALCANTE LTDA		824.785,57

CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR.
- OS SERVIÇOS DEVERÃO SER EXECUTADOS CONFORME DISCRIMINADOS NA PLANILHA DE SERVIÇOS COM OS SEGUINTES TÓPICOS

1. DEMOLIÇÕES NECESSÁRIAS
2. CONSTRUÇÃO DAS ESTRUTURAS
3. INSTALAÇÕES HIDROSANITÁRIAS
4. COBERTURAS
5. CALÇAMENTO
6. ESQUADRIAS
7. INSTALAÇÕES ELÉTRICAS
8. REVESTIMENTOS
9. PINTURA
10. ACABAMENTO
11. LIMPEZA
- CONFORME: CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CROMOGRAMA E PROJETO, ANEXOS DESTE EDITAL.

Qtde. itens vencedores	001
Qtde. itens frustrados	000
Qtde. itens desertos	000
Qtde. itens não apurados	000
Qtde. itens empatados	000
Qtde. itens empatados ME	000

Município de Bandeirantes - 2021

Classificação por Fornecedor

Tomada de preços 3/2021

Item	Produto/Serviço	UN.	Quantidade	Status	Marca	Modelo	Preço Unitário	Preço Total	Sel
Fornecedor:	**554890501-1 RESENDE & CAVALCANTE LTDA ME**	**CNPJ: 14.987.619/0001-10**	**Telefone: 43-3523-8813**	**Status:**	**Classificado**			824.785,57	
Email:	**contrutoraresende@yahoo.com.br**								
Representante:	**554890504- JOCÉLIO DOS SANTOS GABRIEL**								
Lote 001 - Lote 001								824.785,57	
001	24294 EXECUÇÃO DE PROJETO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACIR	UN	1,00	Classificado	RESENDE & CAVALCANTE		824.785,57	824.785,57	*

CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR
- OS SERVIÇOS DEVERÃO SER EXECUTADOS CONFORME DISCRIMINADOS NA PLANILHA DE SERVIÇOS COM OS SEGUINTES TÓPICOS

1. DEMOLIÇÕES NECESSÁRIAS
2. CONSTRUÇÃO DAS ESTRUTURAS
3. INSTALAÇÕES HIDROSANITÁRIAS
4. COBERTURAS
5. CALÇAMENTO
6. ESQUADRIAS
7. INSTALAÇÕES ELÉTRICAS
8. REVESTIMENTOS
9. PINTURA
10. ACABAMENTO
11. LIMPEZA
- CONFORME CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CROMOGRAMA E PROJETO, ANEXOS DESTE EDITAL

VALOR TOTAL: 824.785,57

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

ATA DA SESSÃO DE JULGAMENTO

ATA DA ABERTURA DOS ENVELOPES DE PROPOSTA E JULGAMENTO DA LICITAÇÃO 3/2021 - PMB – MODALIDADE – TOMADA DE PREÇOS

Aos 19 dias do mês de novembro do ano 2021, às 09:00 horas, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, em sessão pública, presente a comissão de licitação constituída em 06/01/2021 através do decreto nº 12999/2021, formada pelo presidente e membros os Srs. CIBELE GUSMÃO FONTOLAN DA SILVA, MARCOS DE MORAES, JOSE CELESTINO FONTOLAN, foi instalada a sessão de abertura e julgamento dos envelopes de proposta de preços e julgamento da licitação em epígrafe, autorizada pelo Sr. Prefeito Municipal o Sr. Jaelson Ramalho Mattra, no processo administrativo, datado em 21/07/2021, tendo como objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACIR CASTANHO DO MUNICIÍPIO DE BANDEIRANTES-PR. Inicialmente a Comissão de Licitação, atestou o comparecimento somente do representante o Sr. Jocélio dos Santos Gabriel da empresa REZENDE & CAVALCANTE LTDA ME, sendo que as outras proponentes não foram representadas. Na sequência foram abertos os envelopes nº 2 de proposta de preço contento as propostas dos licitantes habilitados, após analisados pela comissão de licitações e de acordo com o edital e com as propostas apresentadas, a Comissão de Licitação chegou a seguinte classificação:

RESENDE & CAVALCANTE LTDA ME								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Und	Qtd	Preço	Preço total
1	1	-EXECUÇÃO DE PROJETO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACIR CASTANHO DO MUNICIPIO DE BANDEIRANTES-PR: - OS SERVIÇOS DEVERÃO SER EXECUTADOS CONFORME DISPCRIMINADOS NA PLANILHA DE SERVIÇOS COM OS SEGUINTES TÓPICOS: 1. DEMOLIÇÕES NECESSÁRIAS 2. CONSTRUÇÃO DAS ESTRUTURAS 3. INSTALAÇÕES HIDROSANITÁRIAS 4. COBERTURAS 5. CALÇAMENTO 6. ESQUDRIAS 7. INSTALAÇÕES ELÉTRICAS 8. REVESTIMENTOS 9. PINTURA 10. ACABAMENTO 11. LIMPEZA - CONFORME CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTARIA, CRONOGRAMA E PROJETO, ANEXOS DESTE EDITAL	RESENDE & CAVALCANTI LTDA ME		UN	1,00	824.785,57	824.785,57

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

TOTAL	824.785,57

Perfazendo um total da licitação na modalidade Tomada de Preço sob n.º 3/2021, no valor de R$ 824.785,57 (oitocentos e vinte e quatro mil, setecentos e oitenta e cinco reais e cinquenta e sete centavos). Logo após, o Presidente da Comissão de Licitações anunciou a empresa RESENDE & CAVALCANTE LTDA ME como habilitada e vencedora do certame, em seguida foi adjudicado o item a empresa vencedora da licitação em epigrafe. Tendo em vista que estava presente a esta sessão o preposto da proponente, dá-se como feita a intimação do ato de julgamento da proposta. A contagem de prazos será feita observando-se o disposto no art. 110 da Lei 8.666/93. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e assinada a presente ATA pelo pregoeiro, equipe de apoio e representante da proponente.

CIBELE GUSMÃO FONTOLAN DA SILVA
Presidente

MARCOS DE MORAES
Membro

JOSE CELESTINO FONTOLAN
Membro

Jocélio dos Santos Gabriel
Representante Legal

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

AVISO DE RESULTADO E ADJUDICACAO
TOMADA DE PREÇOS: 03/2021 - PMB

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACIR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR

Torno público o resultado da licitação acima citada, apresentando o(s) vencedor(es) pelo critério menor preço por lote;

RESENDE & CAVALCANTE LTDA ME								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Und	Qtd	Preço	Preço total
1	1	- EXECUÇÃO DE PROJETO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACIR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR. - OS SERVIÇOS DEVERÃO SER EXECUTADOS CONFORME DISCRIMINADOS NA PLANILHA DE SERVIÇOS COM OS SEGUINTES TÓPICOS: 1. DEMOLIÇÕES NECESSÁRIAS 2. CONSTRUÇÃO DAS ESTRUTURAS 3. INSTALAÇÕES HIDROSANITÁRIAS 4. COBERTURAS 5. CALÇAMENTO 6. ESQUADRIAS 7. INSTALAÇÕES ELÉTRICAS 8. REVESTIMENTOS 9. PINTURA 10. ACABAMENTO 11. LIMPEZA - CONFORME: CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CROMOGRAMA E PROJETO, ANEXOS DESTE EDITAL.	RESENDE & CAVALCANTE LTDA		UN	1,00	824.785,57	824.785,57
TOTAL								**824.785,57**

VALOR TOTAL DOS GASTOS COM A LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2021-PMB é de R$ 824.785,57 (OITOCENTOS E VINTE E QUATRO MIL, SETECENTOS E OITENTA E CINCO REAIS E CINQUENTA E SETE CENTAVOS).

Fica assim a adjudicação por lote:

Bandeirantes-PR, 19 de novembro de 2021

Cibele Gusmão Fonsolan da Silva
Presidente da Comissão de Licitações

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ

607

Ref.: TOMADA DE PREÇOS 03/2021 -PMB- Prefeitura Municipal de Bandeirantes-PR

Prezado Senhor

Vimos através da presente, solicitar a esta consultoria que emita posicionamento quanto à possibilidade do **Tomada de Preços.** HOMOLOGAÇÃO, OBJETO CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACIR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR

Sem outro particular, aproveitamos o ensejo para reiterar-lhes nossos protestos de alta estima e distinta consideração.

Bandeirantes-PR, 29 de novembro de 2021.

Atenciosamente,

JOSE CELESTINO FONTOLAN
Diretor da Divisão de Licitações

À Assessoria Jurídica
Rua Frei Rafael Proner nº 1457 - Centro
CEP: 86.360-000 - BANDEIRANTES – PR
Caixa Postal 281

RECEBIDO EM

____/____/____

PARECER JURÍDICO Nº 1071/2021

REFERÊNCIA: **PROC. ADM. Nº 149/2021 TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2021**

INTERESSADO: **COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

ASSUNTO: **ANÁLISE JURÍDICA DO PROCESSO LICITATÓRIO.**

I - RELATÓRIO

1. Trata-se de expediente encaminhado pela comissão de licitação para análise e parecer jurídico quanto à possibilidade de homologação.

2. Esta Assessoria já analisou a minuta do edital e recomendou o cumprimento das disposições da Lei nº 8.666/93.

3. Consta publicação dos avisos de Edital no Mural de Licitações do TCE, no Diário Oficial Eletrônico do Município e no Diário do Oficial do Estado do Paraná e no Diário Oficial da União.

4. **Não consta impugnação ao edital. Foi interposto recurso contra a decisão da comissão no que tange a fase de habilitação e classificação no certame.**

5. É o relatório. Estudada a matéria, passo a opinar.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.I – ASPECTOS JURÍDICOS GERAIS.

6. Para a presente análise, tenho como referência as disposições da Lei nº 8.666/93, de modo que cabe verificar, de início, o cumprimento do prazo mínimo de **quinze dias,** entre a última publicação de aviso e a data da sessão, em conformidade com o art. 21, §2º, III da Lei nº 8.666/93. Sendo a última publicação datada de **31/08/2021** e a data para apresentação da proposta econômica e da proposta documental **22/10/2021,** tem-se por cumprido o prazo legal. Para que seja o certame homologado, a comissão deve observar durante todo o processo as disposições do Edital e da Lei nº 8.666/93, por ser a modalidade tomada de preços escolhida para reger a licitação.Dessa forma, aplicam-se os arts. 43 a 45 da Lei nº 8.666/93 no que pertine ao

julgamento dos documentos e das propostas, bem como os requisitos de habilitação e os critérios de classificação dos preços conforme o edital prescreve.

9. No decorrer da atividade, a comissão deve julgar com imparcialidade e conferir a ampla defesa e contraditório aos participantes.

10. Da leitura do caderno processual, infere-se que houve respeito aos ritos da Lei nº 8.666/93, em especial quanto à sessão de abertura, primeiramente da habilitação, julgamento dos recursos e, posteriormente, das propostas, seguindo o processo para deliberação da autoridade superior.

11. O processo seguiu com transparência, registrando respeito à ampla defesa e contraditório dos interessados no certame.

III - CONCLUSÃO

12. Diante do exposto, **OPINO** pela **POSSIBILIDADE HOMOLOGAÇÃO** da licitação. A homologação deve ocorrer somente se cumpridas as exigências da legislação aplicável, assim como, se sanados os vícios apontados no item **14** e alguns aspectos formais.

13. Assim, **recomendo** ao interessado:

(i) observar se as disposições quanto à contagem do prazo mínimo entre a última publicação do aviso e a data designada para a sessão de julgamento.

(ii) observar o julgamento imparcial de habilitação e das propostas de preços e o direito de defesa dos licitantes quanto às decisões prolatadas;

(iii) observar o cumprimento dos arts. 43 a 45 da Lei nº 8.666/93;

(iv) observar o prazo recursal de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação, nos termos do art. 109, I da Lei n 8.666/93 para encaminhar à homologação;

(v) esclarecer sobre o cadastramento ou não dos participantes nos termos do art. 22, §2º da Lei nº 8.666/93,

(vi) providenciar a numeração das folhas;

(vii) publicar o aviso de resultado e adjudicação;

(viii) coletar todas as assinaturas faltantes do processo;

(ix) apontar se houve ou não publicação no DOU.

14. Por fim, uma vez observadas as recomendações do item **13,** o processo **deve** ser submetido à decisão superior para exercício do poder hierárquico de homologar ou revogar o procedimento conforme seus critérios de mérito administrativo ou, por controle de legalidade, anular.

É o parecer, salvo melhor interpretação. Ressalte-se que o presente Parecer Jurídico foi elaborado tão somente sob o ângulo jurídico expressando a opinião de seu signatário e, por não ter densidade normativa, não alcança os critérios de conveniência e oportunidade administrativa, escoimando ainda, qualquer responsabilidade de seu signatário conforme o art.2º, § 3º da Lei n. 8.906/94 e entendimento do STJ no RHC: 39644 RJ 2013/0238250-5.

Bandeirantes, 10 de dezembro de 2021.

VINICIUS ALVES SCHERCH

Assinado de forma digital por VINICIUS ALVES SCHERCH
Dados: 2021.12.10 14:08:58 -03'00'

VINÍCIUS ALVES SCHERCH
OAB/PR 61.358

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

TERMO DE HOMOLOGACAO E ADJUDICAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS: 03/2021 - PMB

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACIR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR

Passado o prazo recursal, torno pública a homologação do procedimento de licitação, modalidade TOMADA DE PREÇOS acima citado e adjudicação do objeto ao seguinte contratado:

RESENDE & CAVALCANTE LTDA ME								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Und	Qtd	Preço	Preço total
1	1	- EXECUÇÃO DE PROJETO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACIR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR. - OS SERVIÇOS DEVERÃO SER EXECUTADOS CONFORME DISCRIMINADOS NA PLANILHA DE SERVIÇOS COM OS SEGUINTES TÓPICOS: 1. DEMOLIÇÕES NECESSÁRIAS 2. CONSTRUÇÃO DAS ESTRUTURAS 3. INSTALAÇÕES HIDROSANITÁRIAS 4. COBERTURAS 5. CALÇAMENTO 6. ESQUADRIAS 7. INSTALAÇÕES ELÉTRICAS 8. REVESTIMENTOS 9. PINTURA 10. ACABAMENTO 11. LIMPEZA - CONFORME: CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CROMOGRAMA E PROJETO, ANEXOS DESTE EDITAL.	RESENDE & CAVALCANTE LTDA		UN	1,00	824.785,57	824.785,57
TOTAL								**824.785,57**

VALOR TOTAL DOS GASTOS COM A LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2021-PMB é de R$ 824.785,57 (OITOCENTOS E VINTE E QUATRO MIL, SETECENTOS E OITENTA E CINCO REAIS E CINQUENTA E SETE CENTAVOS).

HOMOLOGO A PRESENTE LICITACAO,

Bandeirantes-PR, 10 de dezembro de 2021

Jaelson Ramalho Matta
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGACAO E ADJUDICAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS: 03/2021 - PMB

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACIR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR

Passado o prazo recursal, torno pública a homologação do procedimento de licitação, modalidade TOMADA DE PREÇOS acima citado e adjudicação do objeto ao(s) seguintes contratado(s):

EMPRESA	VLR TOTAL
RESENDE & CAVALCANTE LTDA - ME	824.785,57
T O T A L	824.785,57

VALOR TOTAL DOS GASTOS COM A LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2021-PMB é de R$ 824.785,57 (OITOCENTOS E VINTE E QUATRO MIL, SETECENTOS E OITENTA E CINCO REAIS E CINQUENTA E SETE CENTAVOS).

HOMOLOGO A PRESENTE LICITACAO.

Bandeirantes-PR, 10 de dezembro de 2021

Jaelson Ramalho Matta
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGACAO E ADJUDICAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS: 03/2021 - PMB

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACIR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR

Passado o prazo recursal, torno pública a homologação do procedimento de licitação, modalidade TOMADA DE PREÇOS acima citado e adjudicação do objeto ao(s) seguintes contratado(s):

EMPRESA	VLR TOTAL
RESENDE & CAVALCANTE LTDA - ME	824.785,57
T O T A L	824.785,57

VALOR TOTAL DOS GASTOS COM A LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2021-PMB é de R$ 824.785,57 (OITOCENTOS E VINTE E QUATRO MIL, SETECENTOS E OITENTA E CINCO REAIS E CINQUENTA E SETE CENTAVOS).

HOMOLOGO A PRESENTE LICITACAO.

Bandeirantes-PR, 10 de dezembro de 2021

Jaelson Ramalho Matta
Prefeito Municipal

613

Assunto **CONTRATO 362 - TOMADA DE PREÇOS 03-2021**
De <licitacao@bandeirantes.pr.gov.br>
Para <construtoraresende@yahoo.com.br>
Data 13-12-2021 08:57

- 362 - RESENDE.pdf(~256 KB)

BOM DIA
EM ANEXO ESTOU ENVIANDO CONTRATO PARA RUBRICA E ASSINATURA DE PREFERENCIA DIGITAL, FAVOR NOS RETORNAR O MAIS BREVE POSSÍVEL. OBRIGADO
MARCOS
DEP. LICITAÇÕES

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CONTRATO Nº 362/2021-PMB

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PREÇO UNITÁRIO DO TIPO MENOR PREÇO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR E A EMPRESA RESENDE & CAVALCANTE LTDA - ME, NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento, o Municipio de Bandeirantes-PR, pessoa jurídica de direito público, com sede a Rua Frei Rafael Proner nº 1457 Centro, nesta cidade de Bandeirantes, Estado do Paraná, inscrito no Cadastro de Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 76.235.753/0001-48, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. Jaelson Ramalho Matta, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade de Bandeirantes-PR, na Rua Vereador José Santana nº 514, Vila Macedo, CEP. 86.360-000, portador da Cédula de Identidade RG n.º 3.348.934-0, expedida pela Secretaria de Estado de Segurança Pública do Paraná e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o n.º 486.661.579-68, abaixo assinado, doravante designado **CONTRATANTE** de um lado e, de outro RESENDE & CAVALCANTE LTDA - ME - ME estabelecido na Rua Colombo nº 210, sala 2, centro, CEP. 86.300-000 na cidade de Cornélio Procópio, Estado do Paraná. Inscrito no CNPJ sob nº 14.987.519/0001-10, neste ato representada por seu Proprietário, o Senhor Luciano Mosti Resende, portador do Cadastro de Pessoa Física CPF nº 675.784.036-72 e da cédula de identidade RG nº 4.506.026-8 expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná, doravante designada **CONTRATADA**, estando as partes sujeitas as normas da Lei 8.666/93 e suas alterações subsequentes, ajustam o presente Contrato de Prestação de Serviços decorrência da TOMADA DE PREÇOS - Edital nº 03/2021-PMB, mediante as seguintes cláusulas e condições a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes, a saber:

CONDIÇÕES ESPECÍFICAS

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO E FUNDAMENTO LEGAL

Parágrafo Primeiro - O objeto do presente Contrato, licitado, é para **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACIR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR**, sob regime de Empreitada por preço global, do tipo menor preço, em consonância com os projetos, especificações técnicas, demais peças e documentos de licitação fornecida pelo CONTRATANTE, regido pelo disposto na Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, Constituição do Estado do Paraná, artigo 27, Inciso XXI, e pelas disposições deste Edital.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR

Parágrafo Primeiro - O preço global para a execução do objeto referente ao lote nº 01, deste Contrato é de R$ 824.785,57 (oitocentos e vinte e quatro mil, setecentos e oitenta e cinco reais e cinquenta e sete centavos), daqui por diante denominado "VALOR CONTRATUAL", conforme descrito abaixo:

RESENDE & CAVALCANTE LTDA ME								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Und	Qtd	Preço	Preço total
1	1	- EXECUÇÃO DE PROJETO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACIR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR. - OS SERVIÇOS DEVERÃO SER EXECUTADOS CONFORME DISCRIMINADOS NA PLANILHA DE SERVIÇOS COM OS SEGUINTES TÓPICOS: 1. DEMOLIÇÕES NECESSÁRIAS 2. CONSTRUÇÃO DAS ESTRUTURAS 3. INSTALAÇÕES HIDROSANITÁRIAS 4. COBERTURAS 5. CALÇAMENTO 6. ESQUADRIAS 7. INSTALAÇÕES ELÉTRICAS 8. REVESTIMENTOS 9. PINTURA 10. ACABAMENTO 11. LIMPEZA - CONFORME: CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CROMOGRAMA E PROJETO, ANEXOS DESTE EDITAL.	RESENDE & CAVALCANTE LTDA		UN	1,00	824.785,57	824.785,57
TOTAL								824.785,57

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS

Parágrafo Primeiro - As despesas com a obra objeto deste edital correrão à conta de recursos próprios do município de Bandeirantes-Pr, referente às seguintes dotações orçamentárias:

SECRETARIA	DESPESA/ FONTE	DOTAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMATICA	DESCRIÇÃO
Obras, Serviços e Desenvolvimento Urbano	1490-103	03005123611219603244905100000	OBRAS E INSTALAÇÕES

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E DA RESPONSABILIDADE DA FISCALIZAÇÃO

Parágrafo Primeiro - A CONTRATADA obriga-se a entregar ao CONTRATANTE o objeto deste Contrato, em estrita observância aos serviços estabelecidos no edital e inteiramente concluído em condições de aceitação e de utilização em até **180 (cento e oitenta) dias**, contados a partir do 10º dia da data da publicação da Ordem de Serviço.

Parágrafo Segundo - A fiscalização da execução dos serviços, objeto deste Contrato, será feita pelo Arquiteto o Sr. Renato Aparecido Chagas Mazzini, devidamente inscrito no CAU sob o nº A-116537-2, que assume neste ato total responsabilidade sobre a fiscalização da obra.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

Parágrafo Primeiro - O prazo de vigência do presente Contrato é de **270 (duzentos e setenta) dias**, contados a partir da data da publicação da Ordem de Serviço.

CONDIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA SEXTA - DO INÍCIO DOS SERVIÇOS

Parágrafo Primeiro - Os serviços deverão ser iniciados no máximo em até o 10º dia após a da data da publicação da Ordem de Serviço.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRAS PROVISÓRIAS

Parágrafo Primeiro - A CONTRATADA deve submeter à fiscalização, os desenhos e especificações técnicas propostos para as obras provisórias, que deverá aprová-los caso estejam adequados ao objeto deste Contrato.
Parágrafo Segundo - A CONTRATADA é responsável pelo projeto das obras provisórias.
Parágrafo Terceiro - A aprovação pela fiscalização não altera as responsabilidades da CONTRATADA pelo projeto de obras provisórias.
Parágrafo Quarto - A CONTRATADA deve obter a aprovação de terceiros para o seu projeto de obras provisórias, onde requeridas.

CLÁUSULA OITAVA - DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO

Parágrafo Primeiro - Somente poderá ser admitida alteração do prazo, com anuência expressa da CONTRATANTE, quando:
a) Ocorrer alteração do projeto e/ou especificações pelo CONTRATANTE,
b) Houver serviços extraordinários que alterem as quantidades,
c) Houver serviços complementares, obedecidos os dispositivos regulamentares,
d) Ocorrer atraso no fornecimento de dados informativos, materiais e qualquer subsídio à(s) obra(s), que estejam sob responsabilidade expressa do CONTRATANTE,
e) Ocorrer atos do CONTRATANTE que interfiram na execução contratual.
f) Ocorrer atos de terceiros que interfiram no prazo de execução ou outros devidamente justificados e aceitos pelo CONTRATANTE;
g) Ocorrer por motivos de força maior ou caso fortuito, entre outros, "*lock out*", perturbações industriais, guerras, atos de inimigo público, bloqueio, insurreições, epidemias, quarentenas, avalanches, terremotos, enchentes, explosões ou quaisquer outros acontecimentos semelhantes e equivalentes a estes, desde que estes fatos tenham influência direta sobre a execução da(s) obra(s) e que fujam ao controle seguro de qualquer das partes interessadas, as quais não consigam impedir sua ocorrência. A expressão "força maior" deve, também, incluir qualquer atraso causado por legislação, regulamentação ou atos governamentais, por ação ou omissão do CONTRATANTE, que venham causar atrasos à CONTRATADA. Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior.

Parágrafo Segundo - Enquanto perdurarem os motivos constantes do **inciso II** ou quando ocorrer a suspensão do Contrato por ordem do CONTRATANTE, cessam os deveres e responsabilidades de ambas as partes, em relação ao Contrato. Os atrasos provenientes de greves ocorridas na CONTRATADA ou atrasos por parte de suas eventuais subcontratada não poderão ser alegados como decorrentes de força maior.

Parágrafo Terceiro - Para que a CONTRATADA possa invocar os fatos indicados no *caput* como capazes de justificar quaisquer atrasos, os mesmos deverão ser comunicados ao CONTRATANTE por escrito e devidamente comprovados, no prazo máximo de 48 (*quarenta e oito*) horas do início da referida ocorrência.

Parágrafo Quarto - Os motivos invocados pela CONTRATADA serão julgados pelo CONTRATANTE após a constatação da veracidade da sua ocorrência.

Parágrafo Quinto - Após a aceitação dos motivos evocados pela CONTRATADA poderá haver acordo entre as partes para uma eventual prorrogação do prazo com a expressa anuência do CONTRATANTE.

Parágrafo Sexto - Caso a CONTRATADA não execute, total ou parcialmente, qualquer dos itens ou serviços previstos no projeto, especificações técnicas e demais documentos integrantes da licitação, o CONTRATANTE reserva-se o direito de executá-los diretamente ou através de terceiros. Ocorrendo a hipótese mencionada, a CONTRATADA responderá pelos custos, através de glosas de créditos e/ou garantias, e/ou pagamento direto ao CONTRATANTE, inclusive será declarada inidônea, ficando impedida de firmar contrato pelo prazo de até 2 (*dois*) anos, conforme gravidade da infração e dos danos decorrentes.

CLÁUSULA NONA - DA CESSÃO DO CONTRATO E SUBCONTRATAÇÃO

Parágrafo Primeiro - A CONTRATADA não poderá ceder o presente Contrato, no todo ou em parte, a nenhuma pessoa física ou jurídica, sem autorização prévia, por escrito, do CONTRATANTE.

Parágrafo Segunda - Se a CONTRATADA ceder o presente Contrato, no todo ou em parte, a uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas, sem autorização prévia, por escrito, do CONTRATANTE, deverá obrigatoriamente reassumir a execução da(s) obra(s) no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, da data da aplicação da multa, sem prejuízo de outras sanções contratuais;

Parágrafo Terceiro - Se eventualmente for concedida a subcontratação no todo ou em parte, com expressa anuência da CONTRATANTE, não reduz nem elimina as responsabilidades e obrigações da CONTRATADA para com o CONTRATANTE, em decorrência deste Contrato, nem importará em estabelecer qualquer vínculo entre o CONTRATANTE e o subcontratado, no entanto esta responde solidariamente com o subcontratante pela perfeição da prestação.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS SERVIÇOS NÃO PREVISTOS

Parágrafo Primeiro - Por determinação do CONTRATANTE fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem) na(s) obra(s), em até 25 % (vinte e cinco por cento) do preço inicial atualizado do Contrato.

Parágrafo Segundo - A supressão de serviços resultante de acordo celebrado expressamente entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA poderá ultrapassar o limite estabelecido no parágrafo anterior.

Parágrafo Terceiro - Se no Contrato não houver sido contemplado preços unitários para determinados serviços, esses serão fixados mediante acordo entre as partes, respeitados os limites estabelecidos no caput desta Cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS, DA ACEITAÇÃO E DA POSSE

Parágrafo Primeiro - O objeto deste Contrato será recebido após a comunicação da conclusão do objeto deste Contrato pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, ficando a CONTRATADA responsável pelo bom funcionamento dos serviços executados, exceto por danos que sejam de responsabilidade do CONTRATANTE.
Parágrafo Segundo - A aceitação da(s) obra(s) pelo CONTRATANTE se dará quando não houver qualquer pendência por parte da CONTRATADA.
Parágrafo Terceiro - O recebimento definitivo do objeto deste Contrato não exclui a responsabilidade civil pela qualidade da(s) obra(s), nem a ético-profissional, pela perfeita execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO, TESTES, REUNIÕES DE GERENCIAMENTO E COMUNICAÇÃO

Parágrafo Primeiro - A fiscalização da execução dos serviços, objeto deste Contrato, será feita pelo CONTRATANTE através do profissional constante do Parágrafo Primeiro da Cláusula Quarta deste contrato, qualificado e devidamente credenciado, com responsabilidades específicas e sendo a execução dos serviços supervisionada por profissionais designados pelo CONTRATANTE.
Parágrafo Segundo - A CONTRATADA deverá permitir que funcionários, engenheiros, especialistas e demais peritos enviados pelo CONTRATANTE:
a) Inspecionem a qualquer tempo a execução do objeto do presente Contrato;
b) Examinem os registros e documentos que considerarem necessários conferir;
c) Verifiquem se estão disponíveis no local da execução do objeto do presente Contrato os empregados, veículos, máquinas e equipamentos, sob pena de multa e, em caso de reincidência, na eventual rescisão contratual.
Parágrafo Terceiro - No desempenho destas tarefas, deverão os técnicos do CONTRATANTE contar com a total colaboração da CONTRATADA.
Parágrafo Quarto - A CONTRATADA deverá manter um perfeito sistema de sinalização e segurança em todos os locais de serviços, principalmente nos de trabalho em vias públicas, de acordo com as normas de segurança do trabalho.
Parágrafo Quinto - A CONTRATADA deve manter no canteiro de obra(*s*) um projeto completo e cópia das especificações técnicas os quais deverão ficar reservados para o manuseio da fiscalização e do pessoal do órgão financiador da(*s*) obra(*s*).
Parágrafo Sexto - A execução de serviços aos domingos e feriados somente será permitida com autorização prévia da fiscalização.
Parágrafo Sétimo - Qualquer serviço, material e/ou componente ou parte do mesmo, que apresente defeitos, vícios ou incorreções não revelados até o Recebimento Definitivo, deverá ser prontamente refeito, corrigido, removido, reconstruído e/ou substituído pela CONTRATADA, livre de quaisquer ônus financeiros para o CONTRATANTE.
Parágrafo Oitavo - Entende-se por defeito, vício ou incorreção oculta aquele resultante da má execução ou má qualidade de materiais empregados, não se referindo aos defeitos devidos ao desgaste normal de uso. Correrão por conta da CONTRATADA as despesas relacionadas com a correção, remoção e/ou substituição do material rejeitado.
Parágrafo Nono - Caso a CONTRATADA não execute, total ou parcialmente, qualquer dos itens ou serviços previstos, o CONTRATANTE reserva-se o direito de executá-los diretamente ou através de terceiros. Ocorrendo a hipótese mencionada, a então CONTRATADA responderá pelos custos, através de glosas de créditos e/ou garantias e/ou pagamento direto, inclusive será declarada inidônea, ficando suspensa de firmar contrato pelo prazo de até 2 anos. Conforme a gravidade da infração e dos danos decorrentes caberá, também, a aplicação do disposto no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93.

Parágrafo Décimo - A fiscalização e a CONTRATADA podem solicitar reuniões de gerenciamento um ao outro. A finalidade é revisar os planos para o trabalho remanescente e discutir os problemas potenciais.
Parágrafo Décimo Primeiro - A fiscalização e a CONTRATADA devem elaborar ata dos assuntos tratados nas reuniões de gerenciamento e distribuir cópias aos participantes da reunião. A responsabilidade das partes na tomada de providências deve ser decidida pela fiscalização e informada por escrito a todos que participaram da reunião.
Parágrafo Décimo Segundo - Toda a comunicação entre as partes deverá ser feita por escrito. A notificação tornar-se-á efetiva após o seu recebimento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA FORMA DE PAGAMENTO

Parágrafo Primeiro - O pagamento dos serviços será efetuado em moeda brasileira corrente, após as medições, apresentação correta de cada fatura dos serviços executados e documentos pertinentes, devidamente protocolados, em até 30 (trinta) dias, desde que cumpridas as cláusulas contratuais e obedecidas às condições para liberação do pagamento pelo Licitador e obedecida a ordem cronológica dos empenhos.
Parágrafo Segundo - O faturamento deverá ser protocolado, em 02 (*duas*) vias (*original e uma cópia*), no protocolo geral na sede do CONTRATANTE e deverá ser apresentado, conforme segue, de modo a padronizar condições e forma de apresentação:
Parágrafo Terceiro - Nota fiscal/fatura com discriminação resumida dos serviços executados, periodo de execução da etapa, número da licitação, número do contrato de empreitada, observação referente a retenção da contribuição previdenciária e outros dados que julgar convenientes, não apresentar rasura e/ou entrelinhas e esteja certificada pelo engenheiro fiscal;
b) cópia da guia de recolhimento da Previdência Social – GRPS de execução do serviço, devidamente quitada e autenticada em Serventia Notarial, de conformidade com o demonstrativo de dados referentes ao FGTS/INSS, e cópia da guia de recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS do último recolhimento devido, devidamente quitada e autenticada em Serventia Notarial, de conformidade com o demonstrativo de dados referentes ao FGTS/INSS, exclusivo para obra;
Parágrafo Terceiro - LIBERAÇÃO EM TODAS AS FATURAS FICA CONDICIONADA À APRESENTAÇÃO:
a) Nota fiscal nota fiscal/fatura com discriminação resumida dos serviços executados, período de execução da etapa, número da licitação, número do contrato de empreitada, observação referente a retenção da contribuição previdenciária e outros dados que julgar convenientes, não apresentar rasura e/ou entrelinhas e esteja certificada pelo engenheiro ou arquiteto fiscal;
b) Planilha de Medição da Obra de acordo com o Cronograma Fisico Financeiro;
c) CONTRATO:- Anexar uma Cópia do Contrato e aditivos vigentes;
d) CRONOGRAMA FISICO-FINANCEIRO: - Anexar Cópia do Cronograma Fisico Financeiro vigente a cada medição;
e) PROVA DE PAGAMENTO DE PESSOAL: - Folha de pagamento ou outro comprovante de pagamento assinado pelos funcionários e devidamente autenticada pelo Tabelionato, referente ao período da Medição;
f) PROVA DE RECOLHIMENTO JUNTO AO INSS: - Recolhimentos vinculados a Matrícula da Obra devidamente autenticado em Tabelionato, GPS- Guia de Recolhimento Social. No caso da Empresa optar pela retenção dos encargos previdenciários, deverá ser especificado no corpo da Nota Fiscal desmembrando de Material e Mão de Obra (este nunca inferior a 30% do valor da Nota Fiscal) e o destaque "Nota fiscal sujeita a encargos previdenciários, conforme instrução Normativa expedida pelo INSS";
g) PROVA DE RECOLHIMENTO DO FGTS – Recolhimentos vinculados ao CNPJ da Empresa, devidamente autenticado em Tabelionato, - GFPI Guia de Recolhimento do FGTS e Informações a Previdência Social;

h) CERTIDÃO NEGATIVA DO INSS – Certidão Negativa da Empresa junto ao INSS, em plena validade;
i) CERTIDÃO NEGATIVA DO FGTS - CRF – Certidão Negativa da Empresa junto ao FGTS, em plena validade;
j) CERTIDÃO NEGATIVA DE TRIBUTOS FEDERAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS DA EMPRESA, em plena validade;

Parágrafo Quarto - LIBERAÇÃO DA PRIMEIRA PARCELA FICA CONDICIONADA À APRESENTAÇÃO:

a) Toda documentação citada no item anterior 18.2.1;
b) Da guia da ART OU RRT de execução da obra pela CONTRATADA com o comprovante do recolhimento;
c) Inscrição da obra na Previdência Social mediante a apresentação da matrícula CEI - Cadastro Específico da Obra;
d) Do recolhimento da garantia de execução e adicional, se houver;
e) Nota fiscal/fatura com discriminação resumida dos serviços executados, período de execução da etapa, número da licitação, número do contrato de empreitada, observação referente a retenção da contribuição previdenciária e outros dados que julgar convenientes, não apresentar rasura e/ou entrelinhas e esteja certificada pelo engenheiro ou arquiteto fiscal;
f) Cópia da guia de recolhimento da Previdência Social – GRPS de execução do serviço, devidamente quitada e autenticada em cartório, de conformidade com o demonstrativo de dados referentes ao FGTS/INSS, e cópia da guia de recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS do último recolhimento devido, devidamente quitada e autenticada em cartório, de conformidade com o demonstrativo de dados referentes ao FGTS/INSS, exclusivo para obra;

Parágrafo Quinto - A LIBERAÇÃO DA ULTIMA PARCELA FICA CONDICIONADA À APRESENTAÇÃO

a) Da Certidão de Averbação de Obra de Construção Civil - PF, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil da matrícula CEI – Cadastro Específico da Obra para fins de averbação do imóvel no órgão Cartório de Registro de Imóveis de registro;
b) Do Termo de Recebimento Provisório;
c) Certidão de Conclusão de Obra emitida pelo Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS PENALIDADES

Parágrafo Primeiro - À CONTRATADA serão aplicadas penalidades pelo CONTRATANTE a serem apuradas na forma, a saber: **a)** multa de 0,1% (*um décimo por cento*) do valor contratual por dia consecutivo que exceder à data prevista para conclusão da(s) obra(s); **b)** multa de 1% (*um por cento*) do valor contratual quando, por ação, omissão ou negligência, a CONTRATADA infringir qualquer das demais obrigações contratuais; **c)** multa de 1% (*um por cento*) do valor contratual quando a CONTRATADA não disponibilizar os veículos, máquinas e equipamentos na obra, conforme estabelece o Parágrafo Primeiro da Cláusula Décima Nona; **d)** multa de 10% (*dez por cento*) do valor contratual quando a CONTRATADA ceder o Contrato, no todo ou em parte, a pessoa física ou jurídica, sem autorização do CONTRATANTE, devendo reassumir a execução da(s) obra(s) no prazo máximo de 15 (quinze) dias, da data da aplicação da multa, sem prejuízo de outras sanções contratuais; **e)** multa de 20% (*vinte por cento*) do valor contratual quando ocorrer o cancelamento do Contrato conforme o estabelecido na Cláusula Vigésima Segunda, Parágrafo Primeiro; **f)** suspensão do direito de participar em licitações/contratos financiados com recursos do Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios do Estado do Paraná – SFM, de recursos do CONTRATANTE, ou de qualquer órgão da administração direta ou indireta: (I) pelo prazo de até 2 (*dois*) anos quando, por culpa da CONTRATADA, ocorrer a suspensão, ou (II) declaração de inidoneidade por prazo a ser estabelecido pelo

CONTRATANTE em conformidade com a gravidade da infração cometida pela CONTRATADA, observando-se o disposto no artigo 78 e incisos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;

Parágrafo Segundo - A multa será cobrada pelo CONTRATANTE de acordo com o estabelecido pela legislação pertinente.

Parágrafo Terceiro - As penalidades previstas no *caput* poderão cumular-se, mas o montante das multas não poderá exceder a 30% (trinta por cento) do valor contratual e, também, não excluem a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA APLICAÇÃO DAS PENALIDADES

Parágrafo Primeiro - Quando da aplicação de multas, o CONTRATANTE notificará a CONTRATADA que terá prazo de 10 (*dez*) dias para recolher à Tesouraria do CONTRATANTE a importância correspondente, sob pe[illegible]de incorrer em outras sanções cabíveis.

Parágrafo Segundo - Compete ao CONTRATANTE, quando for o caso, por proposta da fiscalização, a aplicação de penalidades, tendo em vista a gravidade da falta cometida pela CONTRATADA.

Parágrafo Terceiro - É facultado à CONTRATADA recorrer, conforme estabelece a legislação vigente, quando não concordar com as penalidades aplicadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Parágrafo Primeiro - A CONTRATADA se obriga a: (a) assegurar a execução do objeto deste Contrato, a proteção e a conservação dos serviços executados bem como, na forma da Lei, respeitar rigorosamente as recomendações da ABNT; (b) manter, em todos os locais de serviços, um seguro sistema de sinalização e segurança, principalmente nos de trabalho em vias públicas, de acordo com as normas de segurança do trabalho; (c) dar ciência à fiscalização da ocorrência de qualquer fato ou condição que possa atrasar ou impedir a conclusão do objeto deste Contrato em partes ou no todo; (d) fornecer EPIs Equipamentos de Proteção Individual e outros materiais de segurança a todos os funcionários; (e) providenciar a matrícula do objeto deste Contrato no INSS; (f) não manter em seu quadro de pessoal menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não manter ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (d[illegible]sseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;

Parágrafo Segundo - Correrão a conta da CONTRATADA todas as despesas e encargos de natureza trabalhista, previdenciária, social ou tributária, de sua responsabilidade, incidentes sobre os serviços objeto deste Contrato.

Parágrafo Terceiro - A execução de serviços aos domingos e feriados somente será permitida com a autorização prévia da fiscalização e do CONTRATANTE.

Parágrafo Quarto – Deverão ser observadas pela CONTRATADA todas as condições de higiene e segurança necessárias à preservação da integridade física de seus empregados, ao Patrimônio do Município e aos materiais envolvidos na obra, de acordo com a Normas Regulamentares do Ministério do Trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Parágrafo Primeiro - O CONTRATANTE se obriga a: (a) fornecer todos os documentos e informações necessárias para a total e completa execução do objeto do presente Contrato; (b) efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA na forma estabelecida neste Contrato; (c) garantir à CONTRATADO acesso à documentação técnica necessária para a execução do objeto do presente Contrato e (d) garantir à CONTRATADO acesso às suas instalações.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DOS MATERIAIS, VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

Parágrafo Primeiro - Os materiais, veículos, máquinas e equipamentos a serem empregados nos serviços decorrentes deste Contrato serão fornecidos pela CONTRATADA e serão de primeira qualidade e excelentes condições de uso, cabendo ao CONTRATANTE, por intermédio da fiscalização, impedir o emprego daqueles que julgar impróprios.
Parágrafo Segundo - A responsabilidade pelo fornecimento em tempo hábil dos materiais, veículos, máquinas, equipamentos e mão de obra, será, exclusivamente, da CONTRATADA.
Parágrafo Terceiro - Sempre que dos documentos de licitação não constarem características determinadas em referência à mão-de-obra, materiais, veículos, maquinas e equipamentos, entender-se-á que os mesmos devem se[illegible]ovos, da melhor qualidade em suas respectivas espécies, de acordo com a finalidade a que se destinam.

CLÁUSULA DECIMA NONA - DA SEGURANÇA DA OBRA

Parágrafo Primeiro - A CONTRATADA responderá pela solidez do objeto deste Contrato, nos termos do art. 618 do Código Civil Brasileiro, bem como pelo bom andamento dos serviços, podendo o CONTRATANTE, por intermédio da fiscalização, impugná-los quando contrariarem a boa técnica ou desobedecerem aos projetos e/ou especificações técnicas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA RESPONSABILIDADE CIVIL DA CONTRATADA

Parágrafo Primeiro - A CONTRATADA assumirá integral responsabilidade por danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes da execução dos serviços ora contratados inclusive acidentes, mortes, perdas ou destruições parciais ou totais, isentando o CONTRATANTE de todas as reclamações que possam surgir com relação ao presente Contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

Parágrafo Primeiro - O CONTRATANTE se reserva o direito de rescindir o Contrato independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos. (a) quando a CONTRATADA falir, for dissolvida ou por superveniente incapacidade técnica; (b) quando a CONTRATADA transferir no todo ou em parte, o Contrato a quaisquer empresas ou consórcios de empresas sem a prévia e expressa anuência do CONTRATANTE; (c) quando houver atraso dos serviços pelo prazo de 90 (noventa) dias por parte da CONTRATADA sem justificativa aceita pelo CONTRATANTE; (d) quando houver inadimplência de Cláusulas ou condições contratuais por parte da CONTRATADA e desobediência da determinação da fiscalização; e (e) demais hipóteses mencionadas no artigo. 78 da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.
Parágrafo Segundo - Decorrido atraso na execução do objeto, de período igual ou superior a 1/3 (um terço) do prazo de execução, sem manifestação da CONTRATADA, estará caracterizada a inadimplência da mesma ficando assegurado ao CONTRATANTE o direito de tomar as medidas cabíveis para a Rescisão Contratual e a aplicação da multa em conformidade com o estabelecido na Cláusula Décima Quarta, letra d.
Parágrafo Terceiro - A rescisão do Contrato, quando motivada por qualquer dos itens acima relacionados, implicará a apuração de perdas e danos, sem embargos da aplicação das demais penalidades legais cabíveis.
Parágrafo Quarto - Declarada a rescisão do Contrato, que vigorará a partir do 10º dia da data da sua declaração, a CONTRATADA se obriga, expressamente, como ora o faz, a entregar os serviços já concluídos,

os materiais depositados e o canteiro de obras inteiramente desembaraçado, não criando dificuldades de qualquer natureza.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DAS PRÁTICAS CORRUPTAS

Parágrafo Primeiro - A CONTRATADA que tenha sido declarada, temporária ou permanentemente, incursa em práticas de corrupção em licitações e/ou em execução de contratos, está sujeita às sanções previstas na legislação vigente e nas normas do BID. Se, de acordo com o procedimento administrativo, ficar comprovado que um representante da CONTRATADA, ou quem atue em seu lugar, incorreu em práticas corruptas contrárias aos mais altos níveis éticos, o licitador poderá:

a) rejeitar qualquer proposta de adjudicação relacionada com o respectivo processo de aquisição ou contratação;

b) declarar a CONTRATADA inelegível, temporária ou permanentemente, para participar em futuras licitações ou contratos financiados com recursos advindos do CONTRATANTE.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DOS CASOS OMISSOS

Parágrafo Primeiro - Os casos omissos serão dirimidos de comum acordo entre as partes, com base na legislação em vigor.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

Parágrafo Primeiro - Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e execução do objeto contratual.

Parágrafo Segundo - Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

a) **"Prática corrupta":** oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) **"Prática fraudulenta":** a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) **"Prática colusiva":** esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitado, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;

d) **"Prática coercitiva":** causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;

e) **"Prática obstrutiva":** (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

Parágrafo Terceiro - Na hipótese de financiamento, parcial o integra, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução de um contrato financiado pelo organismo.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

Parágrafo Quarto - Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipóteses de o contrato vier a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DAS ALTERAÇÕES

Parágrafo Primeiro - Serão incorporadas a este Contrato, mediante termos aditivos, quaisquer modificações que venham a ser necessárias durante a sua vigência, decorrente das obrigações assumidas pela CONTRATADA, alterações nos projetos, nas especificações técnicas, nas quantidades, nos prazos ou nos valores para todos os fins e efeitos de direito.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - DO CONHECIMENTO DAS PARTES

Parágrafo Primeiro - Ao firmar este instrumento, declara a CONTRATADA ter plena ciência de seu conteúdo, bem como dos demais documentos vinculados ao presente Contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO E GARANTIA ADICIONAL

Parágrafo Primeiro - O valor da garantia de execução será obtido pela aplicação de **5% (cinco) por cento) sobre o valor contratual acrescido da garantia adicional se houver.**

Parágrafo Segundo - A Proponente vencedora, quando da assinatura da ORDEM DE SERVIÇOS, deverá, sob pena de decair o direito de contratação, apresentar comprovação da formalização da garantia de execução e garantia adicional, se houver. O recolhimento da garantia de execução e da garantia adicional poderá ser efetuada nas seguintes modalidades:

a) Depósito em espécie, cheque visado ou bancário, nominativo ao licitador;

b) Carta de fiança bancária, sendo obrigatório que o prazo de validade da mesma seja, no mínimo, igual ao prazo de execução do objeto deste Contrato acrescido de 6 (seis) meses, incluindo cláusula de renúncia ao benefício de ordem;

c) Seguro-garantia em apólice nominal ao licitador e emitido por seguradora brasileira ou autorizada a funcionar no Brasil, sendo obrigatório que o prazo de validade seja, no mínimo, igual ao prazo de execução do objeto deste Contrato acrescido de 6 (seis) meses.

Parágrafo Terceiro - Se ocorrer majoração do valor contratual o valor da garantia de execução será acrescido pela aplicação de 5% (*cinco por cento*) sobre o valor contratual majorado. No caso de redução do valor contratual, poderá a Contratada ajustar o valor da garantia de execução, se assim o desejar.

Parágrafo Quarto - O recolhimento da garantia de execução deverá ser efetuado na tesouraria do licitador.

Parágrafo Quinto - A Contratada perderá a garantia de execução e a garantia adicional, quando for o caso, quando:

a) da inadimplência das obrigações e/ou rescisão do termo de contrato de empreitada;

b) quando do não recebimento definitivo e/ou não aceitação pelo CONTRATANTE da(s) obra(s).

Parágrafo Sexto - A devolução da garantia de execução e da garantia adicional, quando for o caso, ou o valor que dela restar, dar-se-á mediante a:

a) aceitação pelo CONTRATANTE do objeto contratual e o termo de recebimento definitivo;

b) apresentação da certidão negativa de débitos, expedida pelo INSS, referente ao objeto contratado concluído;

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

c) comprovantes, nos casos previstos, de ligações definitivas de água e/ou energia elétrica. As despesas referentes ao consumo de água e energia, durante a execução do objeto, são de inteira responsabilidade da Contratada.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Parágrafo Único - Qualquer objeto de valor histórico ou de outro interesse ou valor significativo que venha a ser descoberto em qualquer parte do canteiro de obras e/ou local em que está sendo executado o objeto do presente edital é de propriedade do CONTRATANTE a CONTRATADA deverá notificar à fiscalização tal descoberta e aguardar instruções sobre os procedimentos a serem seguidos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - DO FORO

Parágrafo Primeiro - As partes contratantes ficam obrigadas a responder pelo cumprimento deste termo, perante o Foro da Comarca do CONTRATANTE, Estado do Paraná.

Parágrafo Segundo - Justas e contratadas, firmam as partes este instrumento, em 2 (duas) vias de igual teor, com as testemunhas presentes ao ato, a fim de que produza seus efeitos legais.

Bandeirantes-PR, 13 de dezembro de 2021

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR
Jaelson Ramalho Matta
Prefeito Municipal

RESENDE & CAVALCANTE LTDA - ME - ME
Luciano Mosti Resende
Proprietário

Renato Aparecido Chagas Mazzini
CAU: A-116537-2

Testemunhas:

José Celestino Fontolan
CPF: 305.471.079-68

José Marcio Urbano
CPF: 023.000.589-60

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ

EXTRATO DO CONTRATO

CONTRATO Nº 362/2021-PMB

TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2021 – PMB

CONTRATANTE: Município de Bandeirantes – Estado do Paraná

CONTRATADO: RESENDE & CAVALCANTE LTDA - ME

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACIR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR.

VALOR: R$ 824.785,57 (oitocentos e vinte e quatro mil, setecentos e oitenta e cinco reais e cinquenta e sete centavos).

DOTAÇÃO:

SECRETARIA	DESPESA/ FONTE	DOTAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMATICA	DESCRIÇÃO
Obras, Serviços e Desenvolvimento Urbano	1490-103	03005123611219603244905 10000	OBRAS E INSTALAÇÕES

PRAZO DE EXECUÇÃO: 180 (cento e oitenta) dias contados a partir do 10º dia da data da publicação da Ordem de Serviço.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 270 (duzentos e setenta) dias a partir do 10º dia da data da publicação da Ordem de Serviço.

Bandeirantes-PR, 13 de dezembro de 2021

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR
Jaelson Ramalho Matta
Prefeito Municipal

RESENDE & CAVALCANTE LTDA - ME - ME
Luciano Mosti Resende
Proprietário

Prefeitura Municipal De Bandeirantes

Licitações e Contratos

Extrato Contrato

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ

EXTRATO DO CONTRATO

CONTRATO Nº 362/2021-PMB

TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2021 – PMB

CONTRATANTE: Município de Bandeirantes – Estado do Paraná

CONTRATADO: RESENDE & CAVALCANTE LTDA - ME

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACIR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR.

VALOR: R$ 824.785,57 (oitocentos e vinte e quatro mil, setecentos e oitenta e cinco reais e cinquenta e sete centavos).

DOTAÇÃO:

SECRETARIA	DESPESA/ FONTE	DOTAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMATICA	DESCRIÇÃO
Obras, Serviços e Desenvolvimento Urbano	1490-103	03005123611219603244905100000	OBRAS E INSTALAÇÕES

PRAZO DE EXECUÇÃO: 180 (cento e oitenta) dias contados a partir do 10º dia da data da publicação da Ordem de Serviço.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 270 (duzentos e setenta) dias a partir do 10º dia da data da publicação da Ordem de Serviço.

Bandeirantes-PR, 13 de dezembro de 2021

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR
Jaelson Ramalho Matta
Prefeito Municipal

RESENDE & CAVALCANTE LTDA - ME - ME
Luciano Mosti Resende
Proprietário

Histórico do Empregador

O Histórico do Empregador apresenta os registros dos CRF concedidos nos últimos 24 meses, conforme Manual de Orientações Regularidade do Empregador.

Inscrição: 14.987.519/0001-10
Razão social: RESENDE E CAVALCANTE LTDA ME

Data de Emissão/Leitura	Data de Validade	Número do CRF
14/12/2021	14/12/2021 a 12/01/2022	2021121401255568705860
25/11/2021	25/11/2021 a 24/12/2021	2021112501125472653695
06/11/2021	06/11/2021 a 05/12/2021	2021110601014942754480
18/10/2021	18/10/2021 a 16/11/2021	2021101800521386819606
29/09/2021	29/09/2021 a 28/10/2021	2021092901144753479548
10/09/2021	10/09/2021 a 09/10/2021	2021091001092418702000
22/08/2021	22/08/2021 a 20/09/2021	2021082200512898836320
03/08/2021	03/08/2021 a 01/09/2021	2021080301095336496245
16/04/2021	16/04/2021 a 13/08/2021	2021041601144800941890
28/03/2021	28/03/2021 a 26/04/2021	2021032802570938913606
09/03/2021	09/03/2021 a 07/04/2021	2021030901151303312410
18/02/2021	18/02/2021 a 19/03/2021	2021021801205367999386
30/01/2021	30/01/2021 a 28/02/2021	2021013001595483814817
10/01/2021	10/01/2021 a 08/02/2021	2021011004464959016055
22/12/2020	22/12/2020 a 20/01/2021	2020122205201788283221
03/12/2020	03/12/2020 a 01/01/2021	2020120305174441748530
14/11/2020	14/11/2020 a 13/12/2020	2020111403142915490215
26/10/2020	26/10/2020 a 24/11/2020	2020102605104442910847
07/10/2020	07/10/2020 a 05/11/2020	2020100705322273631236
18/09/2020	18/09/2020 a 17/10/2020	2020091804271918125417
30/08/2020	30/08/2020 a 28/09/2020	2020083004243218475643
11/08/2020	11/08/2020 a 09/09/2020	2020081104443457285080
23/07/2020	23/07/2020 a 21/08/2020	2020072304385269853546
04/07/2020	04/07/2020 a 02/08/2020	2020070405143688316413
17/03/2020	17/03/2020 a 14/07/2020	2020031704341754156919
27/02/2020	27/02/2020 a 25/06/2020	2020022704004726295958
08/02/2020	08/02/2020 a 08/03/2020	2020020804153086539993
20/01/2020	20/01/2020 a 18/02/2020	2020012004590412050402
31/12/2019	31/12/2019 a 29/01/2020	2019123103522467311300

APÓLICE DIGITAL

Fls. nº 629
CPL

junto SEGUROS

Nossas apólices podem ser acessadas diretamente por um QR Code. A leitura do QR Code não dispensa a consulta da apólice na página da internet da Superintendência de Seguros Privados (www.susep.gov.br) ou da Junto Seguros (juntoseguros.com).

FRONTISPÍCIO DE APÓLICE SEGURO GARANTIA

DADOS DA SEGURADORA: JUNTO SEGUROS S.A.

CNPJ: 84.948.157/0001-33, registro SUSEP 05436, com sede na Rua Visconde de Nácar, 1440 – Centro - Curitiba - PR

Data de Emissão: **04/01/2022 11:49:00**
Nº Apólice Seguro Garantia: **01-0775-0354933**
Proposta: **3239243**
Controle Interno (Código Controle): **880936254**
Nº de Registro SUSEP: **05436.2022.0001.0775.0354933.000000**

DADOS DO SEGURADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES/PR

CNPJ: 76.235.753/0001-48 RUA FREI RAFAEL PRONER, 1457 - CEP: 86.360-000 - BANDEIRANTES - PR

DADOS DO TOMADOR: RESENDE & CAVALCANTE LTDA

CNPJ: 14.987.519/0001-10 - R COLOMBO 210 SL 2 - CORNELIO PROCOPIO - PR - SALA 2

DADOS DA CORRETORA:

000002.0.206618-4 **BENDA ADMR E CORRETORA DE SEGUROS LTDA**

Documento eletrônico digitalmente assinado por:

ICP Brasil Assinado digitalmente por: Gustavo Henrich

ICP Brasil Assinado digitalmente por: Roque Jr. de H. Melo

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que instituiu a Infra - estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil por: Signatários(as): Gustavo Henrich Nº de Série do Certificado: 373F9099C4267073 Roque de Holanda Melo Nº de Série do Certificado: 5C9B5C02A51A09A4

Art. 1º - Fica instituída a Infra - Estrutura de Chaves Públicas Brasileira -ICP - Brasil, para garantir a autenticidade, a integridade e a validade jurídica de documentos em forma eletrônica, das aplicações de suporte e das aplicações habilitadas que utilizem certificados digitais, bem como a realização de transações eletrônicas seguras.

Após sete dias úteis da emissão deste documento, poderá ser verificado se a apólice ou endosso foi corretamente registrado no site www.susep.gov.br da SUSEP - Superintendência de Seguros Privados, Autarquia Federal responsável pela fiscalização, normatização e controle dos mercados de seguro, previdência complementar aberta, capitalização, resseguro e corretagem de seguro. As condições contratuais / regulamento deste produto protocolizadas pela sociedade / entidade junto à Susep poderão ser consultadas no site www.susep.gov.br, de acordo com o número de processo constante da apólice / proposta.A certidão de regularidade da sociedade seguradora perante a SUSEP pode ser consultada no site www.susep.gov.br. Este produto está protocolado através do N.º de Processo SUSEP 15414.900195/2014-17 e nº 15414.900196/2014-53.
Atendimento SUSEP: 0800 021 8484.Central de Atendimento Junto: 0800 704 0301.Ouvidoria Junto: 0800 643 0301.

Nº Apólice Seguro Garantia: **01-0775-0354933**
Proposta: **3239243**
Controle Interno (Código Controle): **880936254**
Nº de Registro SUSEP: **05436.2022.0001.0775.0354933.000000**

junto SEGUROS

Fls. nº: 630
CPL

FRONTISPÍCIO DE APÓLICE SEGURO GARANTIA

Garantia contratada

Modalidade	Limite Máximo de Garantia (L.M.G)	Ramo
Executante Construtor	R$ 41.239,28	0775 - GARANTIA SEGURADO - SETOR PÚBLICO

Descrição da Garantia: Coberturas, valores e prazos previstos na Apólice:

Modalidade e Cobertura Adicional	Importância Segurada	Vigência	
		Início	Término
Executante Construtor	R$ 41.239,28	23/12/2021	19/09/2022

Demonstrativo de Prêmio:

Prêmio Líquido Executante Construtor	R$	405,06
Adicional de Fracionamento	R$	0,00
I.O.F.	R$	0,00
Prêmio Total	**R$**	**405,06**

Condições de Pagamento:	Parcela	Vencimento	Nº Carnê	Valor(R$)
	1	11/01/2022	12045618	405,06

Em atendimento à Lei 12.741/12informamos que incidem as alíquotas de 0,65% de PIS/Pasep e de 4% de COFINS sobre os prêmios de seguros, deduzidos do estabelecido em legislação específica.O(s) valor(es) acima descrito(s), é(são) devido(s) no cenário desta contratação de cobertura(s).Pode(m) sofrer alteração(ões) quando contratado(s) isoladamente ou em outra composição.

APÓLICE DIGITAL

Nº Apólice Seguro Garantia: **01-0775-0354933**
Proposta: **3239243**
Controle Interno (Código Controle): **880936254**
Nº de Registro SUSEP: **05436.2022.0001.0775.0354933.000000**

junto SEGUROS

Fls. nº 631
CPL

FRONTISPÍCIO DE APÓLICE SEGURO GARANTIA

Objeto da Garantia

Esta apólice, de riscos declarados, garante indenização, até o valor fixado na apólice, dos prejuízos causados pelo Tomador ao Segurado, em razão de inadimplemento na execução dos serviços descritos no objeto do Contrato Nº 362/2021-PMB - decorrente da TOMADA DE PREÇOS - Edital nº 03/2021- PMB.

Esta apólice é emitida de acordo com as condições da Circular da Susep n.º 477/13.

ESTA APÓLICE NÃO PODERÁ SER UTILIZADA COMO COMPLEMENTO OU ENDOSSO DE APÓLICE ANTERIORMENTE FORNECIDA POR ESTA SEGURADORA REFERENTE AO MESMO EDITAL E/OU CONTRATO OBJETO DESTE SEGURO.

APÓLICE DIGITAL



CONDIÇÕES GERAIS

CIRCULAR SUSEP 477/13 - PLANO PADRONIZADO

CAPÍTULO I - CONDIÇÕES GERAIS - RAMO 0775

SEGURO GARANTIA – SEGURADO: SETOR PÚBLICO

1. Objeto:

1.1. Este contrato de seguro garante o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo tomador perante o segurado, conforme os termos da apólice e até o valor da garantia fixado nesta, e de acordo com a(s) modalidade(s) e/ou cobertura(s) adicional(is) expressamente contratada(s), em razão de participação em licitação, em contrato principal pertinente a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, concessões e permissões no âmbito dos Poderes da União, Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, ou, ainda as obrigações assumidas em função de:

I – processos administrativos;

II – processos judiciais, inclusive execuções fiscais;

III – parcelamentos administrativos de créditos fiscais, inscritos ou não, em dívida ativa;

IV – regulamentos administrativos.

1.2. Encontram-se também garantidos por este seguro os valores devidos ao segurado, tais como multas e indenizações, oriundos do inadimplemento das obrigações assumidas pelo tomador, previstos em legislação específica, para cada caso.

2. Definições:

Aplicam-se a este seguro, as seguintes definições:

2.1. Apólice: documento, assinado pela seguradora, que representa formalmente o contrato de Seguro Garantia.

2.2. Condições Gerais: conjunto das cláusulas, comuns a todas as modalidades e/ou coberturas de um plano de seguro, que estabelecem as obrigações e os direitos das partes contratantes.

2.3. Condições Especiais: conjunto das disposições específicas relativas a cada modalidade e/ou cobertura de um plano de seguro, que alteram as disposições estabelecidas nas Condições Gerais.

2.4. Condições Particulares: conjunto de cláusulas que alteram, de alguma forma, as Condições Gerais e/ou Condições Especiais, de acordo com cada segurado.

2.5. Contrato Principal: todo e qualquer ajuste entre órgãos ou entidades da Administração Pública (segurado) e particulares (tomadores), em que haja um acordo de vontades para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas, seja qual for a denominação utilizada.

APÓLICE DIGITAL

Fls. nº 633
CPL

2.6. Endosso: instrumento formal, assinado pela seguradora, que introduz modificações na apólice de Seguro Garantia, mediante solicitação e anuência expressa das partes.

2.7. Indenização: pagamento dos prejuízos e/ou multas resultantes do inadimplemento das obrigações cobertas pelo seguro.

2.8. Limite Máximo de Garantia: valor máximo que a seguradora se responsabilizará perante o segurado em função do pagamento de indenização.

2.9. Prêmio: importância devida pelo tomador à seguradora, em função da cobertura do seguro, e que deverá constar da apólice ou endosso.

2.10. Processo de Regulação de Sinistro: procedimento pelo qual a seguradora constatará ou não a procedência da reclamação de sinistro, bem como a apuração dos prejuízos cobertos pela apólice.

2.11. Proposta de Seguro: instrumento formal de pedido de emissão de apólice de seguro, firmado nos termos da legislação em vigor.

2.12. Relatório Final de Regulação: documento emitido pela seguradora no qual se transmite o posicionamento acerca da caracterização ou não do sinistro reclamado, bem como os possíveis valores a serem indenizados.

2.13. Segurado: a Administração Pública ou o Poder Concedente.

2.14. Seguradora: a sociedade de seguros garantidora, nos termos da apólice, do cumprimento das obrigações assumidas pelo tomador.

2.15. Seguro Garantia: seguro que garante o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo tomador perante o segurado, conforme os termos da apólice.

2.16. Sinistro: o inadimplemento das obrigações do tomador cobertas pelo seguro.

2.17. Tomador: devedor das obrigações por ele assumidas perante o segurado.

3. Aceitação:

3.1. A contratação/alteração do contrato de seguro somente poderá ser feita mediante proposta assinada pelo proponente, seu representante ou por corretor de seguros habilitado. A proposta escrita deverá conter os elementos essenciais ao exame e aceitação do risco.

3.2. A seguradora fornecerá, obrigatoriamente, ao proponente, protocolo que identifique a proposta por ela recepcionada, com a indicação da data e da hora de seu recebimento.

3.3. A seguradora terá o prazo de 15 (quinze) dias para se manifestar sobre a aceitação ou não da proposta, contados da data de seu recebimento, seja para seguros novos ou renovações, bem como para alterações que impliquem modificação do risco.

3.3.1. Caso o proponente do seguro seja pessoa física, a solicitação de documentos complementares, para análise e aceitação do risco, ou da alteração proposta, poderá ser feita apenas uma vez, durante o prazo previsto no item 3.3..

3.3.2. Se o proponente for pessoa jurídica, a solicitação de documentos complementares

APÓLICE DIGITAL

Fls. nº 634
CPL

poderá ocorrer mais de uma vez, durante o prazo previsto no item 3.3., desde que a seguradora indique os fundamentos do pedido de novos elementos, para avaliação da proposta ou taxação do risco.

3.3.3. No caso de solicitação de documentos complementares, para análise e aceitação do risco, ou da alteração proposta, o prazo de 15 (quinze) dias previsto no item 3.3. ficará suspenso, voltando a correr a partir da data em que se der a entrega da documentação.

3.4. No caso de não aceitação da proposta, a seguradora comunicará o fato, por escrito, ao proponente, especificando os motivos da recusa.

3.5. A ausência de manifestação, por escrito, da seguradora, no prazo acima aludido, caracterizará a aceitação tácita do seguro.

3.6. Caso a aceitação da proposta dependa de contratação ou alteração de resseguro facultativo, o prazo aludido no item 3.3. será suspenso até que o ressegurador se manifeste formalmente, comunicando a seguradora, por escrito, ao proponente, tal eventualidade, ressaltando a consequente inexistência de cobertura enquanto perdurar a suspensão.

3.7. A emissão da apólice ou do endosso será feita em até 15 (quinze) dias, a partir da data de aceitação da proposta.

4. Valor da Garantia:

4.1. O valor da garantia desta apólice é o valor máximo nominal por ela garantido.

4.2. Quando efetuadas alterações previamente estabelecidas no contrato principal ou no documento que serviu de base para a aceitação do risco pela seguradora, o valor da garantia deverá acompanhar tais modificações, devendo a seguradora emitir o respectivo endosso.

4.3. Para alterações posteriores efetuadas no contrato principal ou no documento que serviu de base para a aceitação do risco pela seguradora, em virtude das quais se faça necessária a modificação do valor contratual, o valor da garantia poderá acompanhar tais modificações, desde que solicitado e haja o respectivo aceite pela seguradora, por meio da emissão de endosso.

5. Prêmio do Seguro:

5.1. O tomador é responsável pelo pagamento do prêmio à seguradora por todo o prazo de vigência da apólice.

5.2. Fica entendido e acordado que o seguro continuará em vigor mesmo quando o tomador não houver pagado o prêmio nas datas convencionadas.

5.2.1. Não paga pelo tomador, na data fixada, qualquer parcela do prêmio devido, poderá a seguradora recorrer à execução do contrato de contragarantia.

5.3. Em caso de parcelamento do prêmio, não será permitida a cobrança de nenhum valor adicional, a título de custo administrativo de fracionamento, devendo ser garantido ao tomador, quando houver parcelamento com juros, a possibilidade de antecipar o pagamento de qualquer uma das parcelas, com a consequente redução proporcional dos juros pactuados.

5.4. Se a data limite para o pagamento do prêmio a vista ou de qualquer uma de suas

APÓLICE DIGITAL

Fls. nº 635
CPL

parcelas coincidir com dia em que não haja expediente bancário, o pagamento poderá ser efetuado no primeiro dia útil em que houver expediente bancário.

5.5. A sociedade seguradora encaminhará o documento de cobrança diretamente ao tomador ou seu representante, observada a antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, em relação à data do respectivo vencimento.

6. Vigência:

6.1. Para as modalidades do Seguro Garantia nas quais haja a vinculação da apólice a um contrato principal, a vigência da apólice será igual ao prazo estabelecido no contrato principal, respeitadas as particularidades previstas nas Condições Especiais de cada modalidade contratada.

6.2. Para as demais modalidades, a vigência da apólice será igual ao prazo informado na mesma, estabelecido de acordo com as disposições previstas nas Condições Especiais da respectiva modalidade.

6.3. Quando efetuadas alterações de prazo previamente estabelecidas no contrato principal ou no documento que serviu de base para a aceitação do risco pela seguradora, a vigência da apólice acompanhará tais modificações, devendo a seguradora emitir o respectivo endosso.

6.4. Para alterações posteriores efetuadas no contrato principal ou no documento que serviu de base para a aceitação do risco pela seguradora, em virtude das quais se faça necessária a modificação da vigência da apólice, esta poderá acompanhar tais modificações, desde que solicitado e haja o respectivo aceite pela Seguradora, por meio da emissão de endosso.

7. Expectativa, Reclamação e Caracterização do Sinistro:

7.1. A Expectativa, Reclamação e Caracterização do Sinistro serão especificadas para cada modalidade nas Condições Especiais, quando couberem.

7.2. A seguradora descreverá nas Condições Especiais os documentos que deverão ser apresentados para a efetivação da Reclamação de Sinistro.

7.2.1. Com base em dúvida fundada e justificável, a seguradora poderá solicitar documentação e/ou informação complementar.

7.3. A Reclamação de Sinistros amparados pela presente apólice poderá ser realizada durante o prazo prescricional, nos termos da Cláusula 17 destas Condições Gerais;

7.4. Caso a seguradora conclua pela não caracterização do sinistro, comunicará formalmente ao segurado, por escrito, sua negativa de indenização, apresentando, conjuntamente, as razões que embasaram sua conclusão, de forma detalhada.

8. Indenização:

8.1. Caracterizado o sinistro, a seguradora cumprirá a obrigação descrita na apólice, até o limite máximo de garantia da mesma, segundo uma das formas abaixo, conforme for acordado entre as partes:

I – realizando, por meio de terceiros, o objeto do contrato principal, de forma a lhe dar continuidade, sob a sua integral responsabilidade; e/ou

APÓLICE DIGITAL

Fls. nº: 636
CPL

II – indenizando, mediante pagamento em dinheiro, os prejuízos e/ou multas causados pela inadimplência do tomador, cobertos pela apólice.

8.2. Do prazo para o cumprimento da obrigação:

8.2.1. O pagamento da indenização ou o início da realização do objeto do contrato principal deverá ocorrer dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data de recebimento do último documento solicitado durante o processo de regulação do sinistro.

8.2.2. Na hipótese de solicitação de documentos de que trata o item 7.2.1., o prazo de 30 (trinta) dias será suspenso, reiniciando sua contagem a partir do dia útil subsequente àquele em que forem completamente atendidas as exigências.

8.2.3. No caso de decisão judicial ou decisão arbitral, que suspenda os efeitos de reclamação da apólice, o prazo de 30 (trinta) dias será suspenso, reiniciando sua contagem a partir do primeiro dia útil subsequente a revogação da decisão.

8.3. Nos casos em que haja vinculação da apólice a um contrato principal, todos os saldos de créditos do tomador no contrato principal serão utilizados na amortização do prejuízo e/ou da multa objeto da reclamação do sinistro, sem prejuízo do pagamento da indenização no prazo devido.

8.3.1. Caso o pagamento da indenização já tiver ocorrido quando da conclusão da apuração dos saldos de créditos do tomador no contrato principal, o segurado obriga-se a devolver à seguradora qualquer excesso que lhe tenha sido pago.

9. Atualização de Valores:

9.1. O não pagamento das obrigações pecuniárias da seguradora, inclusive da indenização nos termos da Cláusula 8 destas Condições Gerais, dentro do prazo para pagamento da respectiva obrigação, acarretará em:

a) atualização monetária, a partir da data de exigibilidade da obrigação, sendo, no caso de indenização, a data de caracterização do sinistro; e

b) incidência de juros moratórios calculados "pro rata temporis", contados a partir do primeiro dia posterior ao término do prazo fixado.

9.2. O índice utilizado para atualização monetária será o IPCA/IBGE - Índice de Preços ao Consumidor Amplo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - ou índice que vier a substituí-lo, sendo calculado com base na variação positiva apurada entre o último índice publicado antes da data de obrigação de pagamento e aquele publicado imediatamente anterior à data de sua efetiva liquidação.

9.3. Os juros moratórios, contados a partir do primeiro dia posterior ao término do prazo fixado para pagamento da obrigação, serão equivalentes à taxa que estiver em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional.

9.4. O pagamento de valores relativos à atualização monetária e juros de mora será feito independente de qualquer interpelação judicial ou extrajudicial, de uma só vez, juntamente com os demais valores devidos no contrato.

10. Sub-Rogação:

APÓLICE DIGITAL

Fls. nº 637
CPL

10.1. Paga a indenização ou iniciado o cumprimento das obrigações inadimplidas pelo tomador, a seguradora sub-rogar-se-á nos direitos e privilégios do segurado contra o tomador, ou contra terceiros cujos atos ou fatos tenham dado causa ao sinistro.

10.2. É ineficaz qualquer ato do segurado que diminua ou extinga, em prejuízo do segurador, os direitos a que se refere este item.

11. Perda de Direitos:

O segurado perderá o direito à indenização na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

I – Casos fortuitos ou de força maior, nos termos do Código Civil Brasileiro;

II – Descumprimento das obrigações do tomador decorrente de atos ou fatos de responsabilidade do segurado;

III – Alteração das obrigações contratuais garantidas por esta apólice, que tenham sido acordadas entre segurado e tomador, sem prévia anuência da seguradora;

IV – Atos ilícitos dolosos ou por culpa grave equiparável ao dolo praticados pelo segurado, pelo beneficiário ou pelo representante, de um ou de outro;

V – O segurado não cumprir integralmente quaisquer obrigações previstas no contrato de seguro;

VI – Se o segurado ou seu representante legal fizer declarações inexatas ou omitir de má-fé circunstâncias de seu conhecimento que configurem agravação de risco de inadimplência do tomador ou que possam influenciar na aceitação da proposta;

VII – Se o Segurado agravar intencionalmente o risco;

12. Concorrência de Garantias:

No caso de existirem duas ou mais formas de garantia distintas, cobrindo cada uma delas o objeto deste seguro, em benefício do mesmo segurado ou beneficiário, a seguradora responderá, de forma proporcional ao risco assumido, com os demais participantes, relativamente ao prejuízo comum.

13. Concorrência de Apólices:

É vedada a utilização de mais de um Seguro Garantia na mesma modalidade para cobrir o objeto deste contrato, salvo no caso de apólices complementares.

14. Extinção da Garantia:

14.1. A garantia expressa por este seguro extinguir-se-á na ocorrência de um dos seguintes eventos, o que ocorrer primeiro, sem prejuízo do prazo para reclamação do sinistro conforme item 7.3. destas Condições Gerais:

APÓLICE DIGITAL

Fls. nº 638
CPL

I – quando o objeto do contrato principal garantido pela apólice for definitivamente realizado mediante termo ou declaração assinada pelo segurado ou devolução da apólice;

II – quando o segurado e a seguradora assim o acordarem;

III – quando o pagamento da indenização ao segurado atingir o limite máximo de garantia da apólice;

IV – quando o contrato principal for extinto, para as modalidades nas quais haja vinculação da apólice a um contrato principal, ou quando a obrigação garantida for extinta, para os demais casos; ou

V – quando do término de vigência previsto na apólice, salvo se estabelecido em contrário nas Condições Especiais.

14.2. Quando a garantia da apólice recair sobre um objeto previsto em contrato, esta garantia somente será liberada ou restituída após a execução do contrato, em consonância com o disposto no parágrafo 4º do artigo 56 da Lei Nº 8.666/1993, e sua extinção se comprovará, além das hipóteses previstas no item 14.1., pelo recebimento do objeto do contrato nos termos do art. 73 da Lei nº 8.666/93.

15. Rescisão Contratual:

15.1. No caso de rescisão total ou parcial do contrato, a qualquer tempo, por iniciativa do segurado ou da seguradora e com a concordância recíproca, deverão ser observadas as seguintes disposições:

15.1.1. Na hipótese de rescisão a pedido da sociedade seguradora, esta reterá do prêmio recebido, além dos emolumentos, a parte proporcional ao tempo decorrido;

15.1.2. Na hipótese de rescisão a pedido do segurado, a sociedade seguradora reterá, no máximo, além dos emolumentos, o prêmio calculado de acordo com a seguinte tabela de prazo curto:

Relação a ser aplicada sobre a vigência original para obtenção de prazo em dias	%-do-Prêmio	Relação a ser aplicada sobre a vigência original para obtenção de prazo em dias	%-do-Prêmio
15/365	13%	195/365	73%
30/365	20%	210/365	75%
45/365	27%	225/365	78%
60/365	30%	240/365	80%
75/365	37%	255/365	83%
90/365	40%	270/365	85%
105/365	46%	285/365	88%
120/365	50%	300/365	90%
135/365	56%	315/365	93%
150/365	60%	330/365	95%
165/365	66%	345/365	98%
180/365	70%	365/365	100%

15.1.2.1. Para prazos não previstos na tabela constante do subitem 15.1.2., deverá ser utilizado percentual correspondente ao prazo imediatamente inferior.

Fls. nº: 639
CPL

16. Controvérsias:

16.1. As controvérsias surgidas na aplicação destas Condições Contratuais poderão ser resolvidas:

I – por arbitragem; ou

II – por medida de caráter judicial.

16.2. No caso de arbitragem, deverá constar, na apólice, a cláusula compromissória de arbitragem, que deverá ser facultativamente aderida pelo segurado por meio de anuência expressa.

16.2.1. Ao concordar com a aplicação desta cláusula, o segurado estará se comprometendo a resolver todos os seus litígios com a sociedade seguradora por meio de Juízo Arbitral, cujas sentenças têm o mesmo efeito que as sentenças proferidas pelo Poder Judiciário.

16.2.2. A cláusula de arbitragem é regida pela Lei nº 9307, de 23 de setembro de 1996.

17. Prescrição:

Os prazos prescricionais são aqueles determinados pela lei.

18. Foro:

As questões judiciais entre seguradora e segurado serão processadas no foro do domicílio deste.

19. Disposições Finais

19.1. A aceitação do seguro estará sujeita à análise do risco.

19.2. As apólices e endossos terão seu início e término de vigência às 24hs das datas para tal fim neles indicadas.

19.3. O registro deste plano na Susep não implica, por parte da Autarquia, incentivo ou recomendação à sua comercialização.

19.4. Após sete dias úteis da emissão deste documento, poderá ser verificado se a apólice ou endosso foi corretamente registrado no site da Susep - www.susep.gov.br.

19.5. A situação cadastral do corretor de seguros pode ser consultada no site www.susep.gov.br, por meio do número de seu registro na Susep, nome completo, CNPJ ou CPF.

19.6. Este seguro é contratado a primeiro risco absoluto.

19.7. Considera-se como âmbito geográfico das modalidades contratadas todo o território nacional, salvo disposição em contrário nas Condições Especiais e/ou Particulares da Apólice.

19.8. Os eventuais encargos de tradução referentes ao reembolso de despesas efetuadas no

APÓLICE DIGITAL

Fls. nº 640
CPL

exterior ficarão totalmente a cargo da Sociedade Seguradora.

APÓLICE DIGITAL

Fls. nº 641
CPL

CONDIÇÕES ESPECIAIS

CAPÍTULO II - CONDIÇÕES ESPECIAIS DAS MODALIDADES - RAMO 0775

SEGURO GARANTIA PARA CONSTRUÇÃO, CONCESSÃO, FORNECIMENTO OU PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

PROCESSO SUSEP n.º 15414.900195/2014-17.

1. Objeto:

1.1. Este contrato de seguro garante a indenização, até o valor da garantia fixado na apólice, pelos prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas pelo tomador no contrato principal, para construção, fornecimento ou prestação de serviços.

1.2. Encontram-se também garantidos por este contrato de seguro os valores das multas e indenizações devidas à Administração Pública, tendo em vista o disposto na Lei nº 8.666/93.

1.3. Poderá ainda ser contratada, com verba específica independente, a Cobertura Adicional de Ações Trabalhistas e Previdenciárias, conforme descrito no Capítulo III deste Anexo.

2. Definições:

Define-se, para efeito desta modalidade, além das definições constantes do art. 6° da Lei n° 8.666/93 e do art. 2° da Lei n° 8.987/95:

I- Riscos Declarados: Itens expressamente descritos na apólice, aos quais se restringe a cobertura securitária. Ou seja, a responsabilidade da Seguradora está restrita aos riscos expressamente descritos neste documento.;

II- Prejuízo: Perda pecuniária comprovada, excedente aos valores originários previstos para a execução do objeto do contrato principal, causada pelo inadimplemento do tomador, excluindo-se qualquer prejuízo decorrente de outro ramo de seguro, tais como responsabilidade civil, lucros cessantes.

3. Vigência:

3.1. A vigência da apólice será fixada de acordo com as seguintes regras:

I – coincidindo com o prazo de vigência do contrato administrativo pertinente à execução de obras, serviços e/ou compras;

II – por períodos renováveis, no caso de concessões e permissões do serviço público.

3.2. As renovações, a que se refere o inciso II do item 3.1., não se presumem, serão precedidas de notificação escrita da seguradora ao segurado e ao tomador, com antecedência de até noventa dias da data do término de vigência da apólice em vigor, declarando seu explícito interesse na manutenção da garantia.

APÓLICE DIGITAL

Fls. nº 642
CPL

3.2.1. Fica também estabelecido que a não renovação da cobertura deste seguro, independentemente de a seguradora querer ou não renová-la, não caracterizará sinistro passível de recuperação junto a seguradora.

4. Expectativa, Reclamação e Caracterização do Sinistro:

4.1. Expectativa: tão logo realizada a abertura do processo administrativo para apurar possível inadimplência do tomador, este deverá ser imediatamente notificado pelo segurado, indicando claramente os itens não cumpridos e concedendo-lhe prazo para regularização da inadimplência apontada, remetendo cópia da notificação para a seguradora, com o fito de comunicar e registrar a Expectativa de Sinistro.

4.2. Reclamação: a Expectativa de Sinistro será convertida em Reclamação, mediante comunicação pelo segurado à seguradora, da finalização dos procedimentos administrativos que comprovem o inadimplemento do tomador, data em que restará oficializada a Reclamação do Sinistro.

4.2.1. Para a Reclamação do Sinistro será necessária a apresentação dos seguintes documentos, sem prejuízo do disposto no item 7.2.1. das Condições Gerais:

a) Cópia do contrato principal ou do documento em que constam as obrigações assumidas pelo tomador, seus anexos e aditivos se houver, devidamente assinados pelo segurado e pelo tomador;

b) Cópia do processo administrativo que documentou a inadimplência do tomador e culminou na rescisão do contrato assegurado;

c) Cópias de atas, notificações, contra notificações, documentos, correspondências, inclusive e-mails, trocados entre o segurado e o tomador, relacionados à inadimplência do tomador;

d) Planilha, relatório e/ou correspondências informando da existência de valores retidos;

e) Planilha, relatório e/ou correspondências informando os valores dos prejuízos sofridos;

f) Diário de Obras, quando aplicável;

g) Comprovantes dos pagamentos realizados pelo segurado ao tomador;

h) Cópia da publicação da rescisão unilateral do contrato assegurado em Diário Oficial;

i) Cópia do novo contrato firmado pelo segurado com a empresa sucessora do tomador no escopo contratual inadimplido, quando aplicável.

4.2.2. Sem prejuízo do disposto no art. 771 do Código Civil, fica acordado que a não formalização da Reclamação do Sinistro dentro do prazo prescricional tornará sem efeito a prévia notificação de Expectativa do Sinistro;

4.3. Caracterização: quando a seguradora tiver recebido todos os documentos listados no item 4.2.1. e, após análise, ficar comprovada a inadimplência do tomador em relação às obrigações cobertas pela apólice, o sinistro ficará caracterizado, devendo a seguradora emitir o relatório final de regulação;

APÓLICE DIGITAL

junto SEGUROS

Fls. nº 643
CPL

5. Disposições Gerais:

5.1. A presente apólice, de riscos declarados, assegura o cumprimento das obrigações diretas do tomador perante o segurado, especificamente descritas no objeto desta apólice, de acordo com a modalidade de seguro-garantia indicada na mesma, não assegurando riscos referentes a indenizações a terceiros, danos ambientais e lucros cessantes, despesas de contenção de sinistro ou despesas de salvamento, desenvolvimento e programação de qualquer tipo de software ou sistema, riscos referentes às obrigações que competem ao fabricante dos equipamentos, bem como não assegura riscos referentes a outros ramos ou modalidades de seguro ou riscos trabalhistas e previdenciários, salvo quando contratada a cobertura adicional prevista no item 1.3 das Condições Especiais, em conformidade com a legislação nacional referente ao seguro-garantia.

5.2. A inadimplência do tomador deverá ocorrer dentro do prazo de vigência da apólice. Em caso de não observação deste requisito a seguradora ficará isenta de qualquer responsabilidade.

5.3. Fica entendido e concordado que, para efeito indenitário, não estarão cobertos danos e perdas causados direta ou indiretamente por ato terrorista, comprovado com documentação hábil acompanhada de laudo circunstanciado que caracterize a natureza do atentado, independentemente de seu propósito, que tenha sido devidamente reconhecido como atentatório à ordem pública pela autoridade pública competente.

5.4. Uma vez cumpridas todas as obrigações assumidas pelo tomador para a obtenção das licenças necessárias à execução e conclusão do objeto desta garantia e se, por quaisquer motivos, alheios à vontade do tomador, o(s) órgão(s) competente(s) para conceder a(s) licença(s) requerida(s), não o fizer(em) e/ou negá-la(s), tais atos não serão motivo(s) para execução desta apólice, ficando a seguradora isenta de qualquer responsabilidade de indenização securitária.

5.5. A validade/cobertura deste documento está condicionada à aceitação/não oposição do segurado em relação a todos os seus termos. Ao aceitar este documento o segurado concorda que a seguradora não terá responsabilidade de indenizar reclamação quanto à cobertura desta garantia se for constatado que o sinistro ou inadimplemento contratual se enquadra nos termos do inciso VI, do item 11 – Perda de Direito, das Condições Gerais.

6. Ratificação:

6. Ratificação:

6.1. Ratificam-se integralmente as disposições das Condições Gerais que não tenham sido alteradas pela presente Condição Especial.

Nº Apólice Seguro Garantia: **01-0775-0354933**
Proposta: **3239243**
Controle Interno (Código Controle): **880936254**
Nº de Registro SUSEP: **05436.2022.0001.0775.0354933.000000**

Fls. nº 644
CPL

CONDIÇÕES PARTICULARES

Fica estabelecido que, especificamente para fins indenitários, esta apólice não cobrirá quaisquer prejuízos e/ou demais penalidades decorrentes da violação de normas anticorrupção perpetradas com participação dolosa do Segurado e/ou seus representantes.

"No tocante à alocação dos riscos previstos nesta garantia, havendo contrariedade e/ou divergência entre as disposições previstas na presente apólice/endosso e no contrato e/ou aditivos garantidos, prevalecerão sempre as disposições da presente apólice/endosso."

"Cabe ao tomador a conferência das condições e termos desta apólice e/ou endosso, estando de pleno acordo que a Seguradora a preste e cumpra, tal como disposto no presente documento."

APÓLICE DIGITAL

Nº Apólice Seguro Garantia: **01-0775-0354933**
Proposta: **3239243**
Controle Interno (Código Controle): **880936254**
Nº de Registro SUSEP: **05436.2022.0001.0775.0354933.000000**

Fls. nº 645
CPL

Devolução de Documento

No caso de devolução deste documento antes do final de vigência nele expresso, preencher os campos abaixo e enviar para a Seguradora.

Em conformidade com a cláusula 14 - inciso I, das Condições Gerais, estamos procedendo a devolução do documento nº **01-0775-0354933**

_____

Local e Data

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES/PR

Nome:
RG:
Cargo:

APÓLICE DIGITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

646

Memorando n° 002/2022

Bandeirantes – PR, 04 de Janeiro de 2022.

Assunto: ORDEM DE SERVIÇO

TOMADA DE PREÇO Nº 03/2021
CONTRATO PMB Nº 362/ 2021

Prezado Secretário

Solicitamos a V. Sa. que sejam tomadas as devidas providências quanto ao processo de expedição da Ordem de Serviço para início dos serviços referente a obra de **REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACIR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES/PR,** celebradas com a empresa RESENDE E CAVALCANTE LTDA - ME, CNPJ 14.987.519/0001-10.

1

Sem outro particular, aproveitamos o ensejo pra transmitir-lhe nosso protesto de alta estima e distinta consideração.

JONAS RODRIGO TAVARES DE AVILLA
Secretário de Obras e Desenvolvimento Urbano
Engenheiro Civil – Portaria 12.653/2021

Ilmo. Sr.
CLEBER BATISTA
M.D. Secretário Municipal de Administração

Ao DPto de

Compras p/

Providências

Em 04/01/22

Cleber Batista
Port.: 12.650/2021 - 01/01/2021
Secretário da Administração

ao Departamento e Compras e Departamento de Licitação
Especa-se Ordem de Serviço à empresa Resende e Carval-
cante Ltda, para dar início às obras.

Btes, 06/01/2022

Jaelson Ramalho Matta
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ

647

ORDEM DE SERVIÇO

Referente à execução dos Serviços de reforma na Escola Municipal Prefeito Moacir Castanho do Município de Bandeirantes-PR.

REFERÊNCIA

Processo Licitatório Tomada de Preços – Edital nº 03/2020 –PMB;
Valor Estimado pelo Município de Bandeirantes-PR: R$ 1.005.825,42 (hum milhão, cinco mil, oitocentos e vinte e cinco reais e quarenta e dois centavos);
Contrato nº 362/2021-PMB;
Valor do Contrato: R$ 824.785,57 (oitocentos e vinte e quatro mil, setecentos e oitenta e cinco reais e cinquenta e sete centavos);
Contratada:
CNPJ: 14.987.519/0001-10
Prazo Contratual: 270 (duzentos e setenta) dias
Prazo Execução: 180 (cento e oitenta) dias
Fiscal da Obra: Ricardo José Silva Rivolli – CREA-PR.158.606/D

Pela presente Ordem de Serviço, autorizamos a Empresa **RESENDE & CAVALCANTE LTDA - ME,** conforme contrato em referência, celebrado entre o Município de Bandeirantes-PR e esta empresa a iniciar até a data de 20 de janeiro de 2022, os serviços nele relacionados.

Bandeirantes-PR, 10 de janeiro de 2022.

Nilton De Sordi Junior
Vice-Prefeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES ESTADO DO PARANÁ

ORDEM DE SERVIÇO

Referente à execução dos Serviços de reforma na Escola Municipal Prefeito Moacir Castanho do Município de Bandeirantes-PR.

REFERÊNCIA

Processo Licitatório Tomada de Preços – Edital nº 03/2020 –PMB;
Valor Estimado pelo Município de Bandeirantes-PR: R$ 1.005.825,42 (hum milhão, cinco mil, oitocentos e vinte e cinco reais e quarenta e dois centavos);
Contrato nº 362/2021-PMB;
Valor do Contrato: R$ 824.785,57 (oitocentos e vinte e quatro mil, setecentos e oitenta e cinco reais e cinquenta e sete centavos);
Contratada:
CNPJ: 14.987.519/0001-10
Prazo Contratual: 270 (duzentos e setenta) dias
Prazo Execução: 180 (cento e oitenta) dias
Fiscal da Obra: Ricardo José Silva Rivolli – CREA-PR.158.606/D

Pela presente Ordem de Serviço, autorizamos a Empresa **RESENDE & CAVALCANTE LTDA - ME,** conforme contrato em referência, celebrado entre o Município de Bandeirantes-PR e esta empresa a iniciar até a data de 20 de janeiro de 2022, os serviços nele relacionados.

Bandeirantes-PR, 10 de janeiro de 2022.

Nilton De Sordi Junior
Vice-Prefeiro

649

Prefeitura Municipal De Bandeirantes

Assessoria Juridica

Portaria

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

PORTARIA nº 1.543/2022

Súmula: Designa servidores para exercerem a função de Fiscal de Contratos e de Obras Públicas.

NILTON DE SORDI JUNIOR, Vice-Prefeito Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

Considerando as disposições dos arts. 58, III, e 67, da Lei nº 8.666/93, estabelecendo que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado,

Considerando que os órgãos públicos devem manter fiscal formalmente designado durante a vigência dos contratos celebrados,

RESOLVE

Art. 1º - Fica designado o servidor público municipal, **RENATO APARECIDO CHAGAS MAZZINI**, portador da Carteira de Identidade RG nº 98701230/SSP/PR, inscrito no CPF sob nº 060.585.679-63, Arquiteto e Urbanista, inscrito no CAU/BR nº 116537-2, como Fiscal do Contrato e o servidor público municipal, **RICARDO JOSÉ SILVA RIVOLLI**, portador da Carteira de Identidade RG nº 108131160/SSP/PR, inscrito no CPF sob nº 089.117.789-23, Diretor da Divisão de Serviços Urbanos, inscrito no CREA-PR nº 158.606/D, como fiscal de obra, para fiscalizarem a obra abaixo discriminada:

Objeto – Reforma na Escola Municipal Prefeito Moacir Castanho do Município de Bandeirantes-PR..
Contrato Administrativo nº 362/2021- PMB
Processo Licitatório – Tomada de Preços nº 03/2021 - PMB
Executor – Resende & Cavalcante LTDA – ME.
Valor Contratual - R$824.785,57 (oitocentos e vinte e quatro mil e setecentos e oitenta e cinco reais e cinquenta e sete centavos)
Prazo de Execução - 180 (cento e oitenta) dias

Art. 2º - Constituem-se as principais atribuições do Fiscal de Contratos de Obras Públicas:

ICP Brasil

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO - Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICPBrasil, em conformidade com a MP nº 2.200-2, de 2001
Garantimos a autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site
www.bandeirantes.pr.gov.br/diario-oficial-eletronico

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

I - Zelar pelo efetivo cumprimento das obrigações contratuais assumidas e pela qualidade dos materiais fornecidos e dos serviços prestados nas obras públicas municipais;
II - Verificar se a execução de obras está sendo cumprida de acordo com o instrumento contratual e instrumento convocatórios;

III - Acompanhar, fiscalizar e atestar a execução dos serviços e obras contratadas; e

IV - Apontar a necessidade de aditamentos aos contratos de obras públicas.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, em 10 de janeiro de 2022.

Nilton de Sordi Junior
Vice- Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Fls. nº 650 *Rubrica*

Bandeirantes, 31 de Maio de 2022.

Ilmo. Sr.

CLEBER BATISTA

Secretário da Administração

Encaminha-se para o setor competente, documentação necessária a fim de formalizar processo para: ADITIVO DE META FISICA EM **5,26%** (cinco inteiros e vinte e seis centésimo por cento) **no VALOR DE R$ 43.383,72 (quarenta e três mil, trezentos e oitenta e três reais e setenta e dois centavos) - Referente ao Processo TOMADA DE PREÇO: Nº 03/2021 – C0NTRATO N.362/2021 - OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA DA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACYR CASTANHO DO MUNICIPIO DE BANDEIRANTES PR. Conforme memorando em anexo N.102 / 2022.**

Atenciosamente,

CLAUDECI APOLINÁRIO DA SILVA
DIRETOR DA DIVISÃO DE COMPRAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Fls. nº 651 *Rubrica*

Bandeirantes, 31 de Maio de 2022.

Venho pelo presente, solicitar de Vossa Excelência a autorização para a instauração de procedimento de ADITIVO DE META FISICA EM **5,26%** (cinco inteiros e vinte e seis centésimo por cento) **no VALOR DE R$ 43.383,72 (quarenta e três mil, trezentos e oitenta e três reais e setenta e dois centavos) - Referente ao Processo TOMADA DE PREÇO: Nº 03/2021 – CONTRATO N.362/2021 - OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA DA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACYR CASTANHO DO MUNICIPIO DE BANDEIRANTES PR.**

Esperando contar com a atenção de Vossa Excelência, reitero meus protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

CLEBER BATISTA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Exmo. Sr.
JAELSON RAMALHO MATTA
Prefeito Municipal
Bandeirantes – Paraná

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Fls. nº 652 *Rubrica*

Bandeirantes, 31 de Maio de 2022.

Autorizo pleiteado, devendo, entretanto, o presente processo preencher os trâmites exigidos por lei.

OBJETO: ADITIVO DE META FISICA EM **5,26%** (cinco inteiros e vinte e seis centésimo por cento) **no VALOR DE R$ 43.383,72 (quarenta e três mil, trezentos e oitenta e três reais e setenta e dois centavos) - Referente ao Processo TOMADA DE PREÇO: Nº 03/2021 – C0NTRATO N.362/2021 - OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA DA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACYR CASTANHO DO MUNICIPIO DE BANDEIRANTES PR.**

Encaminhe-se a:

1. Departamento de Contabilidade para informação dos recursos orçamentários correspondentes;

2. Comissão Permanente de Licitação para providências cabíveis ao caso;

3. Devolva-se para a Comissão Permanente de Licitação para sequência do processo.

JAELSON RAMALHO MATTA
PREFEITO MUNICIPAL

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

fls. nº: 653
CPL

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: RESENDE & CAVALCANTE LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 14.987.519/0001-10
Certidão nº: 17409223/2022
Expedição: 01/06/2022, às 09:58:34
Validade: 28/11/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **RESENDE & CAVALCANTE LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **14.987.519/0001-10**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

S. nº: 654
CPL

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: RESENDE & CAVALCANTE LTDA
CNPJ: 14.987.519/0001-10

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e

2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 11:12:28 do dia 26/03/2022 <hora e data de Brasília>.
Válida até 22/09/2022.
Código de controle da certidão: **8AA6.A117.4B16.6095**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Voltar Imprimir

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 14.987.519/0001-10
Razão Social: RESENDE E CAVALCANTE LTDA ME
Endereço: RUA COLOMBO 210 SALA 2 / CENTRO / CORNELIO PROCOPIO / PR / 86300-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:25/05/2022 a 23/06/2022

Certificação Número: 2022052501490296614500

Informação obtida em 01/06/2022 10:01:14

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

fls. nº: 656

CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

Fiscalização de Contratos de Obras Públicas

Memorando nº 102/ 2022

Ilmo.
Secretário Municipal de Administração
Nesta.

Assunto: **ADITIVO DE META-FÍSICA**
Obra: **REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACIR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR.**
TOMADA DE PREÇO N° **003/ 2021 – PMB**
CONTRATO Nº **362/ 2021 – PMB**

JUSTIFICATIVA TÉCNICA

O aditivo se fará necessário devido a alguns erros de quantitativo na soma dos serviços necessários.

Inicialmente seriam retiradas apenas as janelas e grades que estivessem quebradas, fazendo a soma destas consideradas em planilha. Em seguida, foi alterada essa quantidade para a troca de todas as janelas e grades do imóvel, que mesmo não estando quebradas, possuíam algumas falhas em suas aberturas pelo tempo de existência.

Com isso, foi considerado no serviço a área total de todas as janelas do imóvel para trocar por janelas novas, mas a retirada de todas elas não haviam sido contabilizadas, apenas das iniciais.

Portanto, será necessário a adição dos serviços de retiradas das janelas e grades faltantes, assim como a quantidade de vidro faltante para a instalação das novas.

Resumo financeiro

Valor do Contrato ..... **R$ 824.785,57** (oitocentos e vinte e quatro mil, setecentos e oitenta e cinco reais e cinquenta e sete centavos)

Valor do Acréscimo de meta-física..... **R$ 43.383,72** (quarenta e três mil, trezentos e oitenta e três reais e setenta e dois centavos) – **5,26 %**

Rua Frei Rafael Proner, 1457 - Cx Postal 281 CEP 86360-000 Tel.: (43) 3542-4525 Fax: (43) 3542-3322
CNPJ/MF 76.235.753/0001-48 - E-mail: diretordeobras@bandeirantes.pr.gov.br

RECEBIDO EM
31/5/22

s. nº: 657
CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

Fiscalização de Contratos de Obras Públicas

Valor Total..... **R$ 868.169,29** (oitocentos e sessenta e oito mil, cento e sessenta e nove reais e vinte e nove centavos).

O resultado de metafísica totaliza um acréscimo de **5,26%** sobre o valor inicial do contrato, sendo este o acréscimo de **R$ 43.383,72** (quarenta e três mil, trezentos e oitenta e três reais e setenta e dois centavos).

Sem mais, este é o parecer.

Bandeirantes, 11 de Fevereiro de 2022.

JONAS RODRIGO TAVARES AVILLA
Secretária de Obras e Desenvolvimento Urbano
Engenheiro Civil
CREA/PR 145.808/D

Rua Frei Rafael Proner, 1457 - Cx Postal 281 CEP 86360-000 Tel.: (43) 3542-4525 Fax: (43) 3542-3322
CNPJ/MF 76.235.753/0001-48 - E-mail: diretordeobras@bandeirantes.pr.gov.br

fls. nº 658
CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

Fiscalização de Contratos de Obras Públicas

Memorando nº 295/ 2022

Ilmo.
Secretário de Obras, Serviços e Desenvolvimento Urbano
Nesta,

Assunto:	**ADITIVO DE META-FÍSICA**
Obra:	**REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACIR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR.**
TOMADA DE PREÇO Nº	**003/ 2021 – PMB**
CONTRATO Nº	**362/ 2021 – PMB**

Prezado Secretário

Conforme requerido pela fiscalização, através do memorando nº 101/2022, encaminho os documentos a V.S.ª. para que sejam realizados os procedimentos administrativos quanto ao processo de Acréscimo de Meta-física entre a **contratante,** Prefeitura Municipal de Bandeirantes-PR, e a **contratada,** RESENDE & CAVALCANTE LTDA, CNPJ: 14.987.519/0001-10, para a conclusão da obra referente ao objeto pactuado neste contrato.

Valor do Contrato ..... **R$ 824.785,57** (oitocentos e vinte e quatro mil, setecentos e oitenta e cinco reais e cinquenta e sete centavos)
Valor do Acréscimo de meta-física..... **R$ 43.383,72** (quarenta e três mil, trezentos e oitenta e três reais e setenta e dois centavos) – **5,26 %**
Valor Total..... **R$ 868.169,29** (oitocentos e sessenta e oito mil, cento e sessenta e nove reais e vinte e nove centavos).

Em anexo encontra-se:

- Justificativa Técnica;
- Planilha Orçamentária de acréscimo de meta-física;

Sem outro particular, aproveitamos o ensejo pra transmitir-lhe nosso protesto de alta estima e distinta consideração.

Bandeirantes, 11 de Fevereiro de 2022

RENATO A C MAZZINI
Arquiteto e Urbanista
CAU/PR A 116537-2

Rua Frei Rafael Proner, 1457 - Cx Postal 281 CEP 86360-000 Tel.: (43) 3542-4525 Fax: (43) 3542-3322
CNPJ/MF 76.235.753/0001-48 - E-mail: diretordeobras@bandeirantes.pr.gov.br

Fls. nº: 659
CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

Fiscalização de Contratos de Obras Públicas

Memorando nº 101/ 2022

Ilmo.
Secretário de Obras, Serviços e Desenvolvimento Urbano
Nesta,

Assunto: **ADITIVO DE META-FÍSICA**
Obra: **REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACIR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR.**
TOMADA DE PREÇO N° **003/ 2021 – PMB**
CONTRATO Nº **362/ 2021 – PMB**

Prezado Secretário

Solicitamos a V. S.ª. que sejam realizados os procedimentos administrativos quanto ao pedido de Aditivo de Meta-física entre a **contratante,** Prefeitura Municipal de Bandeirantes-PR, e a **contratada,** RESENDE & CAVALCANTE LTDA, CNPJ: 14.987.519/0001-10, para a conclusão da obra referente ao objeto pactuado neste contrato.

Valor do Contrato ..... **R$ 824.785,57** (oitocentos e vinte e quatro mil, setecentos e oitenta e cinco reais e cinquenta e sete centavos)
Valor do Acréscimo de meta-física..... **R$ 43.383,72** (quarenta e três mil, trezentos e oitenta e três reais e setenta e dois centavos) – **5,26 %**
Valor Total..... **R$ 868.169,29** (oitocentos e sessenta e oito mil, cento e sessenta e nove reais e vinte e nove centavos).

Em anexo encontra-se:

- Justificativa Técnica;
- Planilha Orçamentária de acréscimo de meta-física;

Sem outro particular, aproveitamos o ensejo pra transmitir-lhe nosso protesto de alta estima e distinta consideração.

Bandeirantes, 11 de Fevereiro de 2022

Ricardo J. S. Rivolli
RICARDO JOSÉ SILVA RÍVOLLI
Fiscal de Obra
Engenheiro Civil
CREA/PR 158.606/D

fls. nº: 660

CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO

Rua Frei Rafael Proner, 1457 - Centro - CNPJ/MF 76.235.753/0001-48

PLANILHA DE ADITIVO META-FÍSICO

OBRA: REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACIR CASTANHO

DATA: 11/02/2022

LOCAL: RUA PREFEITO AGENOR FERREIRA DOS SANTOS, Nº 907 - CONJ. HAB. HUMBERTO TEIXEIRA

TABELA DE REFERÊNCIA: TABELAS DE REFERÊNCIA: SINAPI/PR (FEVEREIRO/2021), SINAPI/PR (MAIO/2021) E PRÓPRIA (MAIO/2021) VERSÃO 1.0

BDI: 26,01%

DESCONTO DA CONTRATADA: 16,00%

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNID.	QUANT.	PREÇOS (em R$)			
					UNITÁRIO DE REFERÊNCIA E DE PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DE CONTRATO	TOTAL	TOTAL COM DESCONTO DA CONTRATADA	TOTAL COM BDI
1		SERVIÇOS PRELIMINARES			-			
1.1	97645	REMOÇÃO DE JANELAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	M2	115,02	28,19	3.242,27	2.658,68	3.350,22
1.2	COMP 002	RETIRADA DE GRADE FERRO, DE FORMA MANUAL	M2	115,02	8,18	940,84	771,50	972,16
					TOTAL	4.183,11	3.430,19	4.322,38
2		ESQUADRIAS						
2.1	102162	INSTALAÇÃO DE VIDRO LISO INCOLOR, E = 4 MM, EM ESQUADRIA DE ALUMÍNIO OU PVC, FIXADO COM BAGUETE. AF_01/2021_P	M2	111,46	339,16	37.802,77	30.998,60	39.061,34
					TOTAL	37.802,77	30.998,60	39.061,34
					VALOR TOTAL DO ADITIVO	41.985,89	34.428,79	43.383,72

VALOR DO CONTRATO	R$	824.785,57
VALOR DO ADITIVO	R$	43.383,72
AUMENTO DE META-FÍSICA		5,26%
VALOR DO CONTRATO FINAL	R$	868.169,29

Ricardo J. S. Rivolli

Ricardo José Silva Rivolli

Diretor da Divisão de Serviços Urbanos

Portaria Nº 12.994/2021

Fls. nº 661
CPL

CONTABILIDADE

Oficio nº 30/2022

Bandeirantes, 06 de junho de 2022.

Prezado Senhor:

Através do presente, venho informar que existe dotação orçamentária no exercício de 2022, para o DITIVO DE META FISICA EM 5,26% (cinco inteiros e vinte e seis centésimo por cento) no VALOR DE R$43.383,72 (quarenta e três mil, trezentos e oitenta e três reais e setenta e dois centavos) - Referente ao Processo TOMADA DE PREÇO: N° 03/2021 CONTRATO N.362/2021 - OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA DA MUNICIPAL PREFEITO MOACYR CASTANHO DO MUNICIPIO DE BANDEIRANTES PR. Conforme memorando em anexo N.102/2022.

Salientamos que o Município tem que ter o equilíbrio financeiro igualando-se suas despesas com suas receitas, dessa forma esclarecemos que durante o presente exercício, poderemos ter uma arrecadação que disponibilizará recursos para o Aditivo.

Mas, no entanto, alertamos que a execução do contrato só deverá ser realizada após a verificação do saldo orçamentário e a real disponibilidade financeira, ou seja, só será feito o empenho após a devida verificação.

Assim, sugerimos que seja indicada a disponibilidade financeira pela Secretaria de Fazenda, pois seguindo essa metodologia, o Município de Bandeirantes estará observando as premissas da Lei de Responsabilidade Fiscal deixando-o numa Gestão Pública de Qualidade.

Diante das consequências e penalidades que poderão ser aplicadas aos administradores, somos pela cautela de manter as despesas dentro dos limites previsíveis, qualquer outra posição a ser tomada pelo Executivo, será de sua inteira responsabilidade.

Por fim o parecer é favorável à realização do Aditivo, por estar em consonância com os princípios básicos que norteiam a administração pública, porém a Secretaria interessada deverá alocar os recursos orçamentários suficientes para a referida despesa durante a execução do contrato.

Sem outro particular, aproveitamos o ensejo para apresentar os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Jaciani Carolina Milani Della Mura
Contadora

Ao Sr. Secretário da Administração
Cleber Batista
Prefeitura Municipal de Bandeirantes.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

Fls. nº: 662
CPL

PROTOCOLO NÚMERO 149/2021-PMB Bandeirantes-PR, 02 de junho de 2022

Ref.: TOMADA DE PREÇOS 03/2021-PMB Prefeitura Município de Bandeirantes-PR

Prezado(a) Senhor(a),

Vimos através da presente, solicitar a esta consultoria que emita posicionamento quanto à possibilidade de firmar TERMO ADITIVO ao contrato n.º 362/2021, celebrado entre esta Municipalidade e UNICLINICA S/A LTDA, firmado através do processo de Pregão Presencial acima mencionado, que tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACYR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR, nos termos da documentação anexa.

Sem outro particular, aproveitamos o ensejo para reiterar-lhes nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Cibele Gusmão Contolan da Silva
Auxiliar Administrativo – Setor de Licitação

À Assessoria Jurídica do Município de Bandeirantes-PR
Rua Frei Rafael Proner nº 1457 - Centro
CEP: 86.360-000 - BANDEIRANTES – PR
Caixa Postal 281

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ

Fls. nº: 663
CPL

MINUTA DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 362/2021 – PMB
TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2021-PMB
PRIMEIRO TERMO ADITIVO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACYR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR.

O **MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Frei Rafael Proner nº 1457 – Centro na cidade de Bandeirantes, Estado do Paraná, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 76.235.753/0001-48, neste ato devidamente representada pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, o Senhor Jaelson Ramalho Matta, residente e domiciliado na Rua: Vereador José Santana, Vila Macedo, nº 514 - CEP 86.360-000, nesta cidade de Bandeirantes, Estado do Paraná, portador da Cédula de Identidade nº 3.348.934-0, expedida pela Secretaria de Estado de Segurança Pública do Paraná e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 486.661579-68, ora denominado **CONTRATANTE** e a empresa **RESENDE & CAVALCANTE LTDA**, estabelecida na Rua: Colombo, nº 210 – Sala 2 - Centro , Cep: 86.300-000, na Cidade de Cornélio Procópio, Estado do Paraná, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 14.987.519/0001-10, devidamente representa pela Sr. Luciano Mosti Resende, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.506.026-8, expedida pela Secretaria de Estado de Segurança Pública do Paraná e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 675.784.036-72, doravante denominada CONTRATADA, celebram o presente Termo Aditivo, mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Com fundamento na alínea *d do* artigo 65 da Lei 8666/93, o CONTRATANTE decide REAJUSTAR o valor da obra:

- AUMENTANDO R$43.383,72 (quarenta e três mil trezentos e oitenta e três reais e setenta e dois centavos) equivalentes a 5,26% (cinco virgula vinte e seis porcento) passando de R$ 824.785,57 (oitocentos e vinte e quatro mil setecentos e oitenta e cinco reais cinquenta e sete centavos) para R$ 868.169,29 (oitocentos e sessenta e oito mil cento e sessenta e nove reais e vinte e nove centavos) o valor da obra referente ao objeto licitado.

CLÁUSULA SEGUNDA

O contido na cláusula que trata do VALOR CONTRATUAL será alterada, acrescentando-se ao o valor do aditivo.

Bandeirantes PR, 02 de junho de 2022.

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES
Jaelson Ramalho Matta
CONTRATANTE

RESENDE & CAVALCANTE LTDA
Luciano Mosti Resende
CONTRATADA

Testemunhas:

Cibele Gusmão Fontolan da Silva
CPF: 004.594.549-78

Weslley Rodrigo Ramos Pires
CPF: 063.945.289-27

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

Fls. nº 664
CPL

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 362/2021 – PMB
TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2021-PMB

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES, ESTADO DO PARANÁ

CONTRATADA: RESENDE & CAVALCANTE LTDA.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACYR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR.

OBJETIVO:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Com fundamento na alínea *d do* artigo 65 da Lei 8666/93, o CONTRATANTE decide REAJUSTAR o valor da obra:

- AUMENTANDO R$43.383,72 (quarenta e três mil trezentos e oitenta e três reais e setenta e dois centavos) equivalentes a 5,26% (cinco virgula vinte e seis porcento) passando de R$ 824.785,57 (oitocentos e vinte e quatro mil setecentos e oitenta e cinco reais cinquenta e sete centavos) para R$ 868.169,29 (oitocentos e sessenta e oito mil cento e sessenta e nove reais e vinte e nove centavos) o valor da obra referente ao objeto licitado.

Bandeirantes PR, 02 de junho de 2022.

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES
Jaelson Ramalho Matta
CONTRATANTE

RESENDE & CAVALCANTE LTDA
Luciano Mosti Resende
CONTRATADA

Contrato

Contrato | Itens | Dotação | Convênios | Gestor | Acompanhamento do contrato | Documento | Ocorrência | Publicação órgão oficial | Responsáveis | Subvenção | Anexos | Vinculação contábil

Tela I | Tela II | Tela III | Tela IV

Sequência	Exercício	Entidade de origem	Tipo de ato	Número	SIM-AM	Inclusão SIM-AM	Inclusão SIM-AM (Parte Contrato)
4698	2021	33	Contrato	362	3622021	13/12/2021	13/12/2021

Licitação

Modalidade	Entidade	Número	Exercício
Tomada de preços	33	3	2021

Vlr. original	Acréscimo	Anulação	Total aditivos	Vlr. atualizado
824.785,57	0,00	0,00	0,00	824.785,57

Vigência do contrato original

Início	Prazo		Fim
13/12/2021	270	Dias	09/09/2022

Período de execução

Início	Prazo		Fim
10/01/2022	180	Dias	09/07/2022

Tipo de contrato: Obras e Serviços de Engenharia

Fundamento legal: Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 e su

Forma de pagamento: CONFORME MEDIÇÃO

Forma de pagamento (SIM/AM): A Prazo

Data de entrega:

Local: 30005 ... Divisão de Educação

País: BRASIL

Garantia: Seguro Garantia

Fornecedor: 554890501 ... RESENDE & CAVALCANTE LTDA ME

Representante legal: 554890503 ... LUCIANO MOSTI RESENDE

Regime de execução: Preço Global

Limite permissível (%):

Previsão de subcontratação

- Existe previsão
- • Não existe previsão

Fornecimento

- Imediato
- • Não imediato

Recursos

Próprios		Estaduais		Federais		Operação de crédito		Total
824.785,57	+	0,00	+	0,00	+	0,00	=	824.785,57

Cadastrado: 17/12/2021 às 09:58 por MARCOS DE MORAES

Atualização: 07/02/2022 às 10:35 por RENATO APARECIDO CHAGAS MAZZINI

Fls. nº 665
CPL

Fls. nº 666
CPL

PARECER JURÍDICO Nº. 114/2022.
REFERÊNCIA: Contrato Administrativo: 362/2021. Tomada de Preço nº. 03/2021
INTERESSADO: Prefeito Municipal e Secretaria de Obras.
OBJETO: POSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO DE META FÍSICA.

I – RELATÓRIO.

O presente expediente veio a mim, por meio do Departamento de Licitação, solicitando parecer jurídico quanto à possibilidade de alteração quantitativa do objeto, a fim de adequação do projeto básico, referente à reforma da Escola Municipal Prefeito Moacyr Castanho.

Afirma que, devido alterações e readequações necessárias para compatibilização do projeto com a realidade do local durante o desenvolvimento da execução da reforma, resta necessário a alteração de Meta Física da obra, com a inclusão do serviço de retirada de janelas danificadas.

Em decorrência das alterações para adequação do projeto original, houve um aumento da meta-física no valor do contrato equivalente a 5,26%, gerando um impacto financeiro de R$ 43.383,72 (*quarenta e três mil, trezentos e oitenta e três reais e setenta e dois centavos*).

Juntamente com o pedido de parecer jurídico, vieram a mim os seguintes documentos: Minuta do Primeiro Termo Aditivo do Contrato; Solicitação do Diretor de Compras e do Secretário de Administração; autorização do Prefeito para tramitação do pleito requerido; justificativa técnica do Departamento de Obras.

S. nº 667
CPL

Relatado o pleito passamos ao Parecer.

II - OBJETO DE ANÁLISE.

Cumpre aclarar que a análise neste parecer se restringe a verificação dos requisitos formais para o aditivo de contrato. Destaca-se que a análise será restrita aos pontos jurídicos, estando excluídos quaisquer aspectos técnicos, econômicos e/ou discricionários.

Qualquer decisão de mérito administrativo cabe apenas ao Gestor, detentor da outorga popular, conseguida mediante o escrutínio democrático do voto.

III – FUNDAMENTAÇÃO.

III.I – DO AUMENTO DA META-FÍSCA DO CONTRATO.

Primordialmente ressaltamos os dispositivos legais que devem ser levados em consideração para a apuração da legalidade do pedido, a lei nº. 8.666/1993 que efetivamente regulamenta os contratos administrativos, assim leciona sobre a matéria posta a análise:

> Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de:
> I - **modificá-los, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado;**
> II - rescindi-los, unilateralmente, nos casos especificados no inciso I do art. 79 desta Lei;
> III - fiscalizar-lhes a execução;
> IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;
> V - nos casos de serviços essenciais, ocupar provisoriamente bens móveis, imóveis, pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato, na hipótese da necessidade de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pelo contratado, bem como na hipótese de rescisão do contrato administrativo.
> § 1º As cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos administrativos não poderão ser alteradas sem prévia concordância do contratado.
> **§ 2º Na hipótese do inciso I deste artigo, as cláusulas econômico-financeiras do contrato deverão ser revistas para que se mantenha o equilíbrio contratual.**

A Administração Pública, por objetivar o bem coletivo, possui a prerrogativa de alteração do contrato unilateralmente, estabelecendo uma posição vertical em relação ao contratado, chamada de "potestade pública", como bem explica o mestre Cretella Junior em sua obra Licitações e Contratos do Estado do Rio de Janeiro:

> *Administração figura como parte da relação jurídica contratual, ora ocupando posição vertical, usufruindo então os privilégios e prerrogativas, decorrentes de entidade*

Fls. nº 668
CPL

detentora de "potestade pública o que lhe garante aquela singular colocação, ora ocupando posição horizontal, tratando com o particular no mesmo plano, com ele nivelando se, perdendo então grande parte daquelas prerrogativas, oriundas de sua condição específica de poder público
(CRETELLA JÚNIOR Licitações e contratos do Estado Rio de Janeiro Forense, 1996 p 76).

Ante a "potestade pública" proveniente da supremacia do interesse público pelo privado a lei de licitações que regem os contratos administrativos assim assevera:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:
I - unilateralmente pela Administração:
a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
b) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;
II - por acordo das partes:
a) quando conveniente a substituição da garantia de execução;
b) quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
c) quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;
d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.
§ 1º O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos.
§ 2º Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos no parágrafo anterior, salvo:
I - (VETADO)
II - as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

Fls. nº 669
CPL

Do dispositivo destacamos a possibilidade de alteração do contrato de forma unilateral ou amigavelmente, a primeira diz respeito a critérios discricionários administrativos que possibilitam a imposição ao contratado de alterações qualitativas do objeto, na álea material, já a segunda forma de alteração diz respeito a um acordo mutuo das partes.

Ressalta-se que a imposição do presente caso, não se trata necessariamente de um reequilíbrio econômico-financeiro, uma vez que a alteração não tem como escopo a natureza patrimonial, mas, sim, adequar o objeto com o interesse público, sendo imperiosa a sua alteração **em razão da ocorrência de erros do projeto original**, descritos na Justificativa Técnica do Departamento de Obras, no decorrer da execução da reforma.

A ocorrência de erros da Administração no momento em que calculou equivocadamente a real necessidades do que seria trocado, ao não verificar o estado das janelas e prever a necessidade de sua retirada. Não se trata, pois de uma "*sujeição imprevista*", uma vez que não houve a demonstração de fato natural alheio ao erro humano.

Ocorre que a lei federal salvaguarda a possibilidade de alteração unilateral para modificações quantitativas em seu objeto para melhor adequação do interesse público, desde que respeitando o limite estabelecido no §1º do artigo 65 da Lei 8.666/93.

Importante ressaltar que **as referidas alterações devem estar previstas previamente no edital do referido objeto, estando inclusas no Projeto Básico** os referidos serviços, **não há como acrescer ao contrato os serviços que não foram previamente contemplados no plano de reforma**, analise esta, que deverá ser feita pelo fiscal da referida obra.

.II.II – DA MINUTA DE ADITIVO CONTRATUAL.

Em cumprimento do artigo 38, parágrafo único da Lei 8.666/93, passamos a análise da minuta do termo aditivo do contrato:

> Art. 38. O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente:
> (...);
> Parágrafo único. **As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração.**

Verificando a referida minuta, observamos a necessidade de alteração da fundamentação legal, uma vez que não se trada de reequilíbrio econômico-financeiro, mas sim readequação do objeto, apresentado no artigo 65, inciso I, alínea "b" e §1º da Lei 8.666/93.

Fls. nº. 670
CPL

IV - CONCLUSÃO.

Sendo assim a alteração contratual almejada, caso seja formalizada, deve ser devidamente fundamentada, acompanhado da Justificativa Técnica de Alteração de Meta-Física, respeitando o limite de 50%, em razão de ser reforma, analisando, ainda, as demais nuances apresentadas no presente parecer.

Podendo ser prorrogado sua vigência e execução em até 180 dias, conforme pactuado no contrato, seguindo o contrato.

Ressalta-se, ainda, que o contrato só poderá ser alterado antes da execução total da obra **e em relação aos remanescentes da execução ainda não realizada**, devendo para tanto ser feito apenas naquilo que foi previamente estabelecido em projeto básico sem acréscimos de objeto, mas apenas de quantidade.

É o parecer, salvo melhor juízo. Ressalta-se que o presente Parecer Jurídico foi elaborado tão somente sob o ângulo jurídico expressando a opinião de seu signatário e, oportunidade administrativa, escoimando ainda, qualquer responsabilidade de seu signatário conforme o art. 2º, §3º da Lei nº. 8.906/94 e entendimento do STJ no RHC: 39644 RJ 2013/0238250-5.

Bandeirantes, 03 de junho de 2022.

Leonel Lourenço Carrasco
OAB/PR nº. 47.683.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ

Fls nº: 671
CPL

Ref.: TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2021

Prefeitura Municipal de Bandeirantes-PR – Divisão de Licitação

Prezado Senhor Prefeito

Vimos através da presente, solicitar que V. Ex.ª emita posicionamento quanto à possibilidade de firmar aditivo, nos termos da minuta anexa, referente ao processo cujo o objeto é **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACYR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR.** Cabe ressaltar que consta observação feita pela Assessoria Jurídica quanto a minuta do aditivo foi acatada. Resta pois, ao Administrador, no uso de suas atribuições, deliberar pelo aceite ou não da celebração do termo aditivo.

Sem outro particular, aproveitamos o ensejo para reiterar-lhes nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Fabiana de Souza Meira Oliveira
Assistente Técnico Administrativo – Divisão de Licitação

(X) Defiro o pedido de aditivo

( ) Indefiro o pedido de aditivo

Bandeirantes, 08 de junho de 2022.

Jaelson Ramalho Matta
Prefeito Municipal

Assunto **MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES/PR | 1° TERMO ADITIVO - AUMENTO DE META FÍSICA - CONTRATO N.°362/2021 - TOMADA DE PREÇOS N.°03/2021**

De <licitacao@bandeirantes.pr.gov.br>

Para <construtoraresende@yahoo.com.br>

Data 10-06-2022 14:35

Prioridade Mais alta

Fls nº: 672
CPL

- 1º TERMO ADITIVO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO - RESENDE & CAVALCANTE.pdf(~58 KB)

Boa tarde,

Encaminho em anexo arquivo do 1° Termo Aditivo e Extrato do Termo Aditivo para aumento de meta-fisica de valores, do Contrato N.°362/2021, referente a Tomada de Preços N.°03/2021, entre o Município de Bandeirantes e a empresa RESENDE & CAVALCANTE LTDA.

Estes devem retornar devidamente assinados pelo responsável legal. Caso possua assinatura com Certificado Digital, está deverá estar presente em todas as páginas, assim retornando via correio à Prefeitura Municipal Bandeirantes - Rua Frei Rafael Proner nº 1457 - Centro - CEP 86.360-000 Bandeirantes-PR, pessoalmente ou PREFERENCIALMENTE por e-mail.

Peço por gentileza, que sejam conferidos os dados da empresa e/ou pessoa antes das assinaturas, uma vez que o mesmo é responsável pelas informações constantes no contrato/aditivo, e caso seja constatado algum erro ou equivoco, por favor entre em contato, para que possa ser realizado a alteração e enviado novamente.

Caso necessitem de uma cópia, está poderá ser obtida através do portal da transparência do município, ou por e-mail, em formato digitalizado, sendo que neste caso o contratado deverá requerer.

Fico à disposição para eventuais dúvidas e quaisquer esclarecimentos.

Favor atestar recebimento do presente e-mail.

Atenciosamente,

Fabiana Meira
Divisão de Licitação | PORTARIA n.°1.556/2022
Prefeitura Municipal de Bandeirantes-PR

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ

Fls. nº 673
CPL

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 362/2021 – PMB
TOMADA DE PREÇOS N.º 03/2021-PMB
PRIMEIRO TERMO ADITIVO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACYR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR.

O **MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Frei Rafael Proner nº 1457 – Centro na cidade de Bandeirantes, Estado do Paraná, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 76.235.753/0001-48, neste ato devidamente representada pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, o Senhor Jaelson Ramalho Matta, residente e domiciliado na Rua: Vereador José Santana, Vila Macedo, nº 514 - CEP 86.360-000, nesta cidade de Bandeirantes, Estado do Paraná, portador da Cédula de Identidade nº 3.348.934-0, expedida pela Secretaria de Estado de Segurança Pública do Paraná e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 486.661579-68, ora denominado **CONTRATANTE** e a empresa **RESENDE & CAVALCANTE LTDA**, estabelecida na Rua: Colombo, nº 210 – Sala 2 - Centro, Cep: 86.300-000, na Cidade de Cornélio Procópio, Estado do Paraná, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 14.987.519/0001-10, devidamente representa pela Sr. Luciano Mosti Resende, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.506.026-8, expedida pela Secretaria de Estado de Segurança Pública do Paraná e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 675.784.036-72, doravante denominada CONTRATADA, celebram o presente Termo Aditivo, mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Com fundamento no *§1º inciso I, alínea "b" do artigo 65 da Lei 8666/93*, o CONTRATANTE decide REAJUSTAR o valor da obra:

- AUMENTANDO R$43.383,72 (quarenta e três mil trezentos e oitenta e três reais e setenta e dois centavos) equivalentes a 5,26% (cinco virgula vinte e seis por cento) passando de R$ 824.785,57 (oitocentos e vinte e quatro mil setecentos e oitenta e cinco reais cinquenta e sete centavos) para R$ 868.169,29 (oitocentos e sessenta e oito mil cento e sessenta e nove reais e vinte e nove centavos) o valor da obra referente ao objeto licitado.

CLÁUSULA SEGUNDA

O contido na cláusula que trata do VALOR CONTRATUAL será alterada, acrescentando-se ao o valor do aditivo.

Bandeirantes PR, 10 de junho de 2022.

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES
Jaelson Ramalho Matta
CONTRATANTE

RESENDE & CAVALCANTE LTDA
Luciano Mosti Resende
CONTRATADA

Testemunhas:

Joyce Ferreira Parpinelli
CPF: 065.535.889-70

Weslley Rodrigo Ramos Pires
CPF: 063.945.289-27

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

Fls. nº 674
CPL

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 362/2021 – PMB
TOMADA DE PREÇOS N.º 03/2021-PMB

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES, ESTADO DO PARANÁ

CONTRATADA: RESENDE & CAVALCANTE LTDA.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACYR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR.

OBJETIVO:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Com fundamento no *§1º inciso I, alínea "b" do artigo 65 da Lei 8666/93*, o CONTRATANTE decide REAJUSTAR o valor da obra:

- AUMENTANDO R$43.383,72 (quarenta e três mil trezentos e oitenta e três reais e setenta e dois centavos) equivalentes a 5,26% (cinco virgula vinte e seis por cento) passando de R$ 824.785,57 (oitocentos e vinte e quatro mil setecentos e oitenta e cinco reais cinquenta e sete centavos) para R$ 868.169,29 (oitocentos e sessenta e oito mil cento e sessenta e nove reais e vinte e nove centavos) o valor da obra referente ao objeto licitado.

CLÁUSULA SEGUNDA

O contido na cláusula que trata do VALOR CONTRATUAL será alterada, acrescentando-se ao o valor do aditivo.

Bandeirantes PR, 10 de junho de 2022.

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES
Jaelson Ramalho Matta
CONTRATANTE

RESENDE & CAVALCANTE LTDA
Luciano Mosti Resende
CONTRATADA

Prefeitura Municipal De Bandeirantes

Licitações e Contratos

Extrato Contrato

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ

nº. 675
CPL

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 362/2021 – PMB
TOMADA DE PREÇOS N.º 03/2021-PMB

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES, ESTADO DO PARANÁ

CONTRATADA: RESENDE & CAVALCANTE LTDA.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACYR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR.

OBJETIVO:
CLÁUSULA PRIMEIRA
Com fundamento no *§1º inciso I, alínea "b" do artigo 65 da Lei 8666/93*, o CONTRATANTE decide REAJUSTAR o valor da obra:

- AUMENTANDO R$43.383,72 (quarenta e três mil trezentos e oitenta e três reais e setenta e dois centavos) equivalentes a 5,26% (cinco virgula vinte e seis por cento) passando de R$ 824.785,57 (oitocentos e vinte e quatro mil setecentos e oitenta e cinco reais cinquenta e sete centavos) para R$ 868.169,29 (oitocentos e sessenta e oito mil cento e sessenta e nove reais e vinte e nove centavos) o valor da obra referente ao objeto licitado.

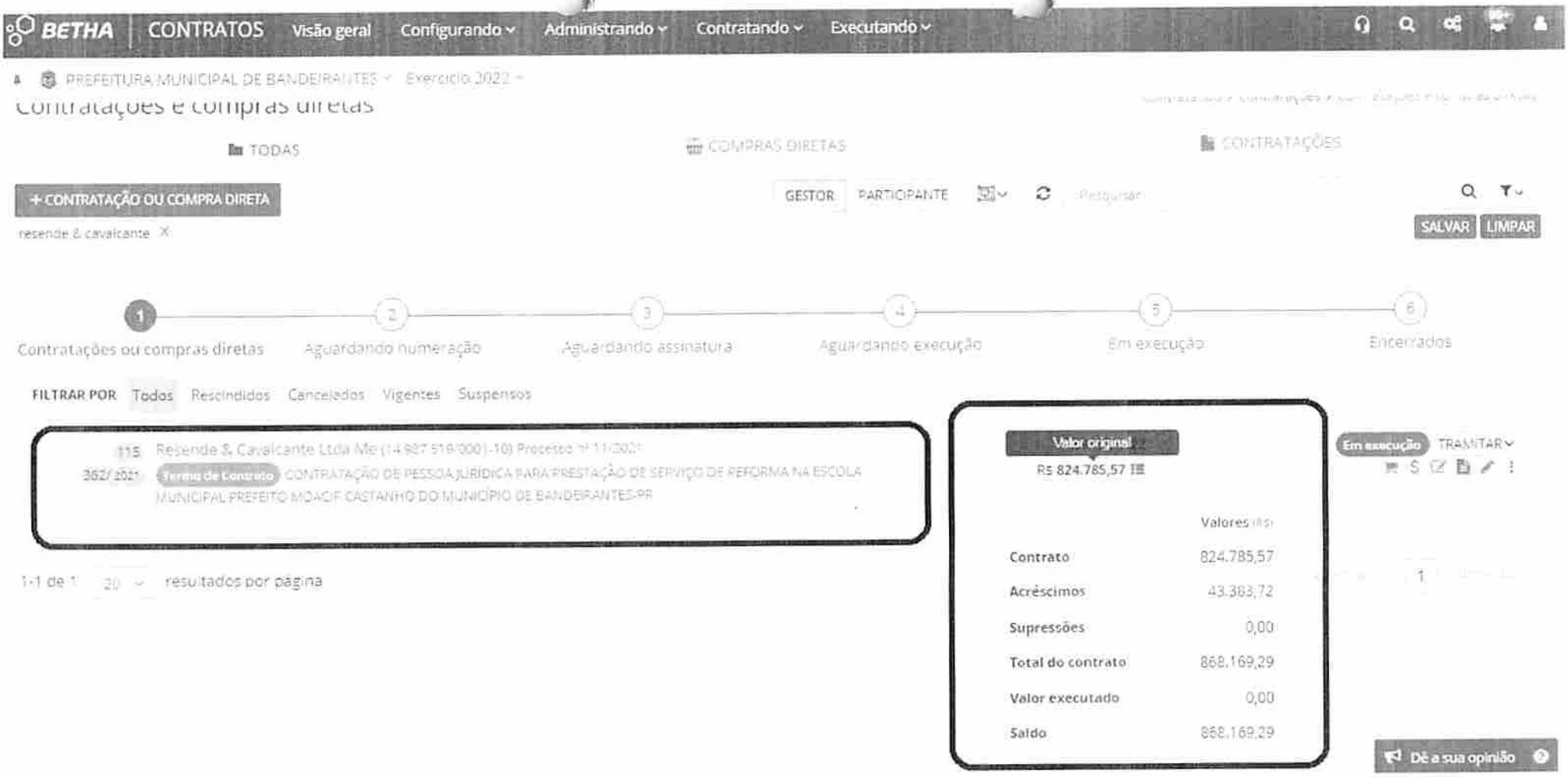
CLÁUSULA SEGUNDA
O contido na cláusula que trata do VALOR CONTRATUAL será alterada, acrescentando-se ao o valor do aditivo.

Bandeirantes PR, 10 de junho de 2022.

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES
JAELSON RAMALHO MATTA
CONTRATANTE

RESENDE & CAVALCANTE LTDA
LUCIANO MOSTI RESENDE
CONTRATADA

ICP Brasil
DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO - Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICPBrasil, em conformidade com a MP nº 2.200-2, de 2001
Garantimos a autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site
www.bandeirantes.pr.gov.br/diario-oficial-eletronico


BETHA
CONTRATOS
Visão geral
Configurando
Administrando
Contratando
Executando
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
Exercício 2022
Contratações e compras diretas
TODAS
COMPRAS DIRETAS
CONTRATAÇÕES
+ CONTRATAÇÃO OU COMPRA DIRETA
GESTOR
PARTICIPANTE
Pesquisar
SALVAR
LIMPAR
resende & cavalcante
1 Contratações ou compras diretas
2 Aguardando numeração
3 Aguardando assinatura
4 Aguardando execução
5 Em execução
6 Encerrados
FILTRAR POR Todos Rescindidos Cancelados Vigentes Suspensos
115
362/ 2021
Resende & Cavalcante Ltda Me (14.927.519/0001-10) Processo nº 11/2021
Termo de Contrato
CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACIF CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR
Valor original
R$ 824.785,57
Em execução
TRAMITAR
1-1 de 1
20
resultados por página
Valores (R$)
Contrato 824.785,57
Acréscimos 43.383,72
Supressões 0,00
Total do contrato 868.169,29
Valor executado 0,00
Saldo 868.169,29
Dê a sua opinião

676
CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Fls. nº 677 *Rubrica*

Bandeirantes, 08 de Julho de 2022.

Ilmo. Sr.

RAFAEL HENRIQUE ENEAS MARINHO
Secretário da Administração

Encaminha-se para o setor competente, documentação necessária a fim de formalizar processo para **ADITIVO DE PRAZO EM 90 DIAS PARA EXECUÇÃO - Referente ao Processo TOMADA DE PREÇO: Nº03/2021 – C0NTRATO N.362/2021 - OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR REFORMA DA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACIR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES – PR.**

Atenciosamente,

CLAUDECI APOLINÁRIO DA SILVA
DIRETOR DA DIVISÃO DE COMPRAS

Recebido (Licitação)
13/07/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Fls. nº 678 *Rubrica*

Bandeirantes, 08 de Julho de 2022.

Venho pelo presente, solicitar de Vossa Excelência a autorização para a instauração de procedimento de **ADITIVO DE PRAZO EM 90 DIAS PARA EXECUÇÃO - Referente ao Processo TOMADA DE PREÇO: Nº03/2021 – CONTRATO N.362/2021 - OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR REFORMA DA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACIR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES – PR.**

Esperando contar com a atenção de Vossa Excelência, reitero meus protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

RAFAEL HENRIQUE ENEAS MARINHO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Exmo. Sr.
JAELSON RAMALHO MATTA
Prefeito Municipal
Bandeirantes – Paraná

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Fls. nº 679 *Rubrica*

Bandeirantes, 08 de Julho de 2022.

Autorizo pleiteado, devendo, entretanto, o presente processo preencher os trâmites exigidos por lei.

OBJETO: **ADITIVO DE PRAZO EM 90 DIAS PARA EXECUÇÃO - Referente ao Processo TOMADA DE PREÇO: Nº03/2021 – C0NTRATO N.362/2021 - OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR REFORMA DA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACIR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES – PR.**

Encaminhe-se a:

1. Departamento de Contabilidade para informação dos recursos orçamentários correspondentes;

2. Comissão Permanente de Licitação para providências cabíveis ao caso;

3. Devolva-se para a Comissão Permanente de Licitação para sequência do processo.

JAELSON RAMALHO MATTA
PREFEITO MUNICIPAL

fls. nº 680

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

Solicitação

Memorando nº 383/2022

Bandeirantes –PR, 07 de Julho de 2022

Assunto: SOLICITAÇÃO DE ADITIVO DE PRAZO DE EXECUÇÃO, DO CONTRATO Nº 362/2021, TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2021.

Prezado, de acordo com a solicitação através do memorando 384/2022, encaminho a Vs. Sª. solicitação para autorização e para que sejam tomadas as devidas providências administrativas, **EM CARATER DE URGÊNCIA,** para que possa ser realizado **aditivo de prazo de EXECUÇÃO** de 90 dias. Prazo contado a partir da data final anterior.

Sem mais, reiteramos nosso protesto de estima e consideração.

Oswaldo Afonso Martins Rockenbach
Secretário de Obras e Desenvolvimento Urbano

Ilmo. Sr.
RAFAEL HENRIQUE ENEAS MARINHO
M.D. Secretário da Administração

Rua Frei Rafael Proner, 1457 - Cx Postal 281 CEP 86360-000 Tel.: (43) 3542-4525 Fax: (43) 3542-3322
CNPJ/MF 76.235.753/0001-48 - E-mail: secretariadeobras@bandeirantes.pr.gov.br

Fls. nº: 681

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

Solicitação

Memorando n° 384/2022

Bandeirantes –PR, 07 de Julho de 2022

Assunto: SOLICITAÇÃO DE ADITIVO DE PRAZO DE EXECUÇÃO, DO CONTRATO Nº 362/2021, TOMADA DE PREÇOS 03/2021.

Prezado, de acordo com a solicitação da fiscalização através do memorando 382/2022, encaminho a Vs. Sª. solicitação para autorização e para que sejam tomadas as devidas providências administrativas, **EM CARATER DE URGÊNCIA,** para que possa ser realizado **aditivo de prazo de EXECUÇÃO** de 90 dias. Prazo contado a partir da data final anterior.

Sob a justificativa anexa direcionada pela CONTRATADA e pela FISCALIZAÇÃO.

Sem mais, reiteramos nosso protesto de estima e consideração.

RENATO A C MAZZINI
Arquiteto e Urbanista
CAU Nº A 116537-2

Ilmo. Sr.
Oswaldo Afonso Martins Rockenbach
Secretário de Obras e Desenvolvimento Urbano

fls. nº 682

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

Solicitação

Memorando nº 382/2022

Bandeirantes –PR, 07 de Julho de 2022

Assunto: SOLICITAÇÃO DE ADITIVO DE PRAZO DE EXECUÇÃO, DO CONTRATO Nº 362/2021, TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2021.

Vimos através deste solicitar que sejam tomadas as devidas providências para que possa ser realizado **aditivo de prazo de EXECUÇÃO** de 90 dias. Prazo contado a partir da data final anterior.

Sob a justificativa anexa direcionada pela CONTRATADA.

Sem mais, reiteramos nosso protesto de estima e consideração.

Ricardo J. S. Rívolli

RICARDO JOSÉ SILVA RÍVOLLI
Diretor da Divisão de Serviços Urbanos
Engenheiro Civil – Portaria 12.994/2021

Ilmo. Sr.
M.D. Secretário de Obras e Desenvolvimento Urbano.

Rua Frei Rafael Proner, 1457 - Cx Postal 281 CEP 86360-000 Tel.: (43) 3542-4525 Fax: (43) 3542-3322
CNPJ/MF 76.235.753/0001-48 - E-mail: secretariadeobras@bandeirantes.pr.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

Solicitação

PARECER TÉCNICO

Objeto: Reforma na Escola Municipal Prefeito Moacir Castanho do Município de Bandeirantes/PR.
Contrato nº: 362/2021 - PMB
Tomada de Preços nº: 03/2021 - PMB

O tempo a pedido de adição, será de extrema necessidade para o término da obra em contrato. Visto que, já se passaram aproximadamente 150 dias e ainda restam alguns trabalhos a serem executados.

O atraso de cronograma se deu por conta do atraso de mão de obra com problemas pluviométricos, atraso em entrega de materiais e, ainda, por conta de um furto do motor da betoneira utilizada na obra que ocorreu em um final de semana, data em que não houve trabalho.

Sem mais, este é o parecer.

Bandeirantes, 07 de Julho de 2022.

Ricardo J.S. Rívolli

RICARDO JOSÉ SILVA RÍVOLLI
Diretor da Divisão de Serviços Urbanos
Engenheiro Civil – Portaria 12.994/2021

nº 684

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: RESENDE & CAVALCANTE LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 14.987.519/0001-10
Certidão nº: 21456670/2022
Expedição: 08/07/2022, às 08:33:01
Validade: 04/01/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **RESENDE & CAVALCANTE LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **14.987.519/0001-10**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

S. Nº 685

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: RESENDE & CAVALCANTE LTDA
CNPJ: 14.987.519/0001-10

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e

2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 11:12:28 do dia 26/03/2022 <hora e data de Brasília>.
Válida até 22/09/2022.
Código de controle da certidão: **8AA6.A117.4B16.6095**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Voltar Imprimir

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 14.987.519/0001-10
Razão Social: RESENDE E CAVALCANTE LTDA ME
Endereço: RUA COLOMBO 210 SALA 2 / CENTRO / CORNELIO PROCOPIO / PR / 86300-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:02/07/2022 a 31/07/2022

Certificação Número: 2022070201352397540683

Informação obtida em 08/07/2022 08:37:39

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

S. nº 686

Prefeitura Municipal de Bandeirantes

S. nº: 687

Governo Municipal de BANDEIRANTES

SiSProtocolo - Sistema de Protocolo Municipal

Protocolo:

4517/2022

Tipo:
SOLICITAÇÃO DE ADITIVO DE PRAZO DE EXECUÇÃO

Protocolado em:
05/07/2022 - 10:18:11

Informa��es do Requerente:
Nome: RESENDE & CAVALCANTE LTDA;
CPF/CNPJ: 14.987.519/0001-10;
Contato: (43) 3523-8813;

4517:05.07.2022. Sistema Protocolo Municipal

RESENDE & CAVALCANTE LTDA- ME
CNPJ/MF N.º 14.987.519/0001-10
Rua Colombo n.º 210 sala 2 - Centro- Cornélio Procópio Fone: (43) 3523-8813
email: construtoraresende@yahoo.com.br

S. Nº 688

SOLICITAÇÃO DE ADITIVO DE PRAZO

CONTRATO Nº 362/2021 - PMB

Á Prefeitura Municipal de Bandeirantes
Setor Licitação e Contrato

'A Prefeitura Municipal de Bandeirantes , inscrita no CNPJ 76.235.753/0001-48, situada na Rua Frei Rafael Proner, 1457, na cidade de Bandeirantes /PR, referente á Obra de Reforma na Escola Municipal Prefeito Moacyr Castanho, para os devidos fins de execução , conforme ART 1720220257748, Empresa contratada Resende & Cavalcante LTDA - ME, responsável pela execução da obra Eng. Civil Luciano Mosti Resende, CREA/PR: 58.374/D, vêem por meio desta :

Justificar, por fatos imprevisíveis, como alto índice pluviométrico no período, conforme Listagem de Precipitação em (mm), fornecido pela SEAB - Núcleo Regional de Cornélio Procópio, este documento em anexo, entre tudo a obra se encontra em andamento.

Amparado pelo que estabelece, o inciso II do parágrafo 1°, do Art. 57 da Lei 8666/93, estabelecedora das normas sobre Licitações e Contratos, que reza o seguinte:

" Art. 57 - A duração dos contratos regidos por esta Lei ficara adstrita á vigência dos respectivos créditos orçamentários, exeto quando os relativos:

II - Superviniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho á vontade das partes que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato

Sendo assim dentro do exposto venho através desta, Solicitar Aditivo de Prazo de Execução por mais 3(três) meses, para que se possam concluir os serviços do contrato n° 362 /2021 - PMB

Por ser expressão da verdade firmo o presente

Cornélio Procópio, 04 de julho de 2022

Luciano M. Resende
Sócio Gerente

14.987.519/0001-10
RESENDE & CAVALCANTE
LTDA - ME
Rua Colombo, 210 - Sala 2
Centro - CEP 86.300-000
Cornélio Procópio
Paraná

s. nº 689

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Secretaria da Agricultura e Abastecimento

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO
NÚCLEO REGIONAL DE CORNÉLIO PROCÓPIO
DERAL – DEPARTAMENTO DE ECONOMIA RURAL

LISTAGEM DE PRECIPITAÇÃO EM (mm) – MÊS DE JANEIRO DE 2022

Municípios	Dias 1, 2 e 3	Dia 4	Dia 6	Dia 9	Dia 10	Dia 11	Dia 12	Dia 13	Dias 15 e 16	Dia 18	Dia 19 e 20	Dias 26 e 27	Dias 28 a 31	Total
ABATIÁ	32	41	0	0	0	0	1	0	44	14	0	16	72	220
ANDIRÁ	10	22	0	0	0	0	35	0	39	0	0	35	180	321
ASSAÍ	17	9	0	0	18	0	10	6	22	0	0	1	15	84
BANDEIRANTES	30	12	0	0	0	0	3	5	20	13	0	40	130	253
CONGONHINHAS	5	5	0	0	5	10	0	5	16	1	0	40	20	107
CORNÉLIO PROCÓPIO	22	13	13	1	0	2	4	10	20	1	3	50	59	198
ITAMBARACÁ	40	23	1	0	0	0	27	0	19	0	0	25	105	240
JATAIZINHO	0	20	10	0	2	1	2	6	15	0	0	55	50	161
LEÓPOLIS	30	20	14	6	0	0	9	13	21	2	2	50	62	231
NOVA A. DA COLINA	50	10	12	0	0	0	0	0	42	0,5	0	20	78	211,5
NOVA FÁTIMA	2	30	8	0	0	6	0	0	20	0	0	98	40	204
NOVA STA BÁRBARA	13	15	0	0	30	1	0	0	33	1	0	10	18	121
RANCHO ALEGRE	0	20	0	0	0	0	0	12	20	0	0	12	68	132
RIBEIRÃO DO PINHAL	0	18	0	0	0	5	0	0	45	0	0	10	70	148
SANTA AMÉLIA	15	11	0	0	0	13	7	0	30	5	0	23	135	239
STA CECILIA DO PAVÃO	4	20	0	0	12	1	0	0	26	3	0	10	10	86
SANTA MARIANA	2	4	8	0	0	2	16	7	25	0	4	31	71	170
ST. ANTÔNIO DO PARAÍSO	5	20	0	0	12	4	0	0	30	11	0	8	15	105
S. JERONIMO DA SERRA	1	10	22	0	11	0	0	0,5	30	23	0	15	5	117,5
S. SEB. DA AMOREIRA	1	10	0	0	18	1	0	6	25	18	0	5	22	116
SAPOPEMA	22	3	4	0	13	1	0	0,5	30	3	0	10	10	96.5
SERTANEJA	20	15	0	12	0	0	3	1	31	0	0	3	32	117
URAÍ	40	5,5	1	0	0	8	0	5	17	0	8	15	45	144
Média regional	15,7	14,7	4,04	0,83	5,26	2,5	5,1	3,4	27	4,1	0,7	25,4	57	165,7 mm

OBS: A Média histórica é de 201 mm no NR Cornélio Procópio.
Equipe Técnica do DERAL: Paraílio Zanini, Paulo Rogério Abrão Miléo, Devanir Ladeira e Andre Marques de Oliveira.

CORNÉ

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Secretaria da Agricultura e Abastecimento

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO
NÚCLEO REGIONAL DE CORNÉLIO PROCÓPIO
DERAL – DEPARTAMENTO DE ECONOMIA RURAL

LISTAGEM DE PRECIPITAÇÃO EM (mm) – MÊS DE FEVEREIRO DE 2022

Municípios	Dias: 1 e 2	3	4 a 6	16 a 18	19 a 20	22	23	25	26 a 28	TOTAL
ABATIÁ	17	26	16	9	0	15	2	0	18	103
ANDIRÁ	10	30	5	15	0	12	1	2	7	82
ASSAÍ	1	27	30	33	10	0	0	1	3	105
BANDEIRANTES	0	38	0	10	0	0	1	0	22	71
CONGONHINHAS	12	22,5	13	60	0	2	0	0	2	111,5
CORNÉLIO PROCÓPIO	47	64	22	23	2	0	0	7	3	168
ITAMBARACÁ	0	10	10	15	29	0	1	12	1	78
JATAIZINHO	0	9	2	10	6	1	0	5	6	39
LEÓPOLIS	35	5	0	21	0	15	0	0	8	84
NOVA A. DA COLINA	2	80	0	15	5	0	1	9	2	114
NOVA FÁTIMA	10	42	10	80	0	1	0	8	0	151
NOVA STA BÁRBARA	0	40	12	34	0	0	0	22	0	108
RANCHO ALEGRE	11	3	18	25	7	2	0	2	12	80
RIBEIRÃO DO PINHAL	0	27	30	10	0	4	0	0	0	71
SANTA AMÉLIA	18	10	0	12	0	3	2	0	20	65
STA CECILIA DO PAVÃO	4	43	28	25	0	0	0	26	1	127
SANTA MARIANA	14	5	5	21	0	4	4	4	2	59
ST. ANTÔNIO DO PARAÍSO	0	15	20	85	0	0	0	0	0	120
S. JERONIMO DA SERRA	13	42	12,5	12	0	0	0	0	0	79,5
S. SEB. DA AMOREIRA	0	35	12	32	0	0	0	28	0	107
SAPOPEMA	8	25	15	3	2	0	0	0	0	53
SERTANEJA	35	10	27	5	0	15	0	0	3	95
URAÍ	5	3	12	3	10	0	0	1	7	41
Média regional	10,5 mm	26,6 mm	13 mm	24,3 mm	3,1 mm	3,2 mm	0,5 mm	5,5 mm	5,1 mm	91,82 mm

Equipe Técnica do DERAL: Paraílio Zanini, Paulo Rogério Abrão Miléo, Devanir Ladeira e Andre Marques de Oliveira.

CORNÉLIO PROCÓPIO, 8 DE MARÇO DE 2022.

fls. nº 691

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Secretaria da Agricultura e Abastecimento

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO
NÚCLEO REGIONAL DE CORNÉLIO PROCÓPIO
DERAL – DEPARTAMENTO DE ECONOMIA RURAL

LISTAGEM DE PRECIPITAÇÃO EM (mm) – MARÇO DE 2022

Municípios	Dias: 1	3	5 e 6	8	10	11 a 13	14	15	17	18 a 20	24	25 a 27	30	31	Total
ABATIÁ	11	0	31	22	20	58	9	9	0	27	51	27	11	18	294
ANDIRÁ	20	0	27	17	7	82	0	8	0	0	33	35	19	91	339
ASSAÍ	3	1	60	10	7	85	33	1	22	25	56	11	3	49	366
BANDEIRANTES	24	0	8	30	5	110	3	1	0	60	18	22	3	65	349
CONGONHINHAS	30	0	0	0	30	55	21	8	37	20	48	47	8	23	327
CORNÉLIO PROCÓPIO	27	0	3	20	8	70	15	6	5	11	142	17	5	52	381
ITAMBARACÁ	58	0	23	20	12	108	2	1	0	9	20	10	10	91	364
JATAIZINHO	2	0	30	1	10	110	25	0	0	10	95	15	4	50	352
LEÓPOLIS	48	0	0	13	18	92	3	0	0	16	56	30	48	28	352
NOVA A. DA COLINA	18	11	12	0	9	45	13	0	8	5	90	7	30	68	316
NOVA FÁTIMA	60	0	8	0	50	70	25	16	40	15	35	20	13	25	377
NOVA STA BÁRBARA	35	0	15	0	50	55	40	0	0	20	52	10	40	50	367
RANCHO ALEGRE	7	1	5	0	6	55	70	4	0	60	65	26	1	30	330
RIBEIRÃO DO PINHAL	17	0	4	10	22	78	7	11	20	22	42	60	0	14	307
SANTA AMÉLIA	18	0	22	27	10	41	1	0	0	27	50	40	1	28	265
STA CECILIA DO PAVÃO	6	3	8	0	26	37	36	0	0	4	50	18	15	29	232
SANTA MARIANA	47	2	4	30	11	61	16	4	0	15	78	31	1	38	338
ST. ANTÔNIO DO PARAÍSO	30	3	16	0	40	76	28	0	8	6	55	30	30	23	345
S. JERONIMO DA SERRA	3	0	0	16	69	60	12	5	0	25	42	43	3	25	303
S. SEB. DA AMOREIRA	18	1	0	0	40	55	85	4	0	0	40	10	25	50	328
SAPOPEMA	30	0	0	15	49	60	30	10	0	20	25	5	10	35	289
SERTANEJA	22	5	40	0	5	90	4	0	0	22	62	20	0	50	320
URAÍ	18	2	0	5	6	59	15	6	13	10	77	12	1	53	277
Média regional	24 mm	1,3 mm	13,7 mm	10,3 mm	22,2 mm	70,1 mm	21,4 mm	4,1 mm	6,6 mm	19 mm	55,7 mm	23,7 mm	12,2 mm	42,9 mm	327 mm

Equipe técnica do DERAL: Paraílio Zanini, Paulo Rogério Abrão Miléo, Devanir Ladeira e Andre Marques de Oliveira.

CORNÉLIO PROCÓPIO, 1 DE ABRIL DE 2022.

692

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Secretaria da Agricultura e Abastecimento

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO
NÚCLEO REGIONAL DE CORNÉLIO PROCÓPIO
DERAL – DEPARTAMENTO DE ECONOMIA RURAL

LISTAGEM DE PRECIPITAÇÃO EM (mm) – MÊS DE ABRIL DE 2022

Municípios	Dias: 1	4	11	12	14 e 15	23	29 e 30	TOTAL
ABATIÁ	10	14	37	12	13	6	0	92
ANDIRÁ	0	4	50	30	6	5	0	95
ASSAÍ	7	5	29	17	1	8	0	67
BANDEIRANTES	6	1	28	13	2	0	0	50
CONGONHINHAS	6	6	29	5	1	6	0	53
CORNÉLIO PROCÓPIO	7	5	43	13	2	7	0	77
ITAMBARACÁ	4	10	22	27	7	8	0	78
JATAIZINHO	0	1	20	10	2	12	22	67
LEÓPOLIS	40	15	30	13	0	8	0	106
NOVA A. DA COLINA	0	6	34	10	0	5	0	55
NOVA FÁTIMA	0	0	20	18	0	7	0	45
NOVA STA BÁRBARA	0	0	40	15	0	9	30	94
RANCHO ALEGRE	0	0	25	15	0	8	0	48
RIBEIRÃO DO PINHAL	5	1	45	4	1	5	0	61
SANTA AMÉLIA	7	18	37	17	1	3	0	83
STA CECILIA DO PAVÃO	5	4	13	11	2	0	10	45
SANTA MARIANA	9	5	39	16	3	6	0	78
ST. ANTÔNIO DO PARAÍSO	2	14	40	4	0	13	15	88
S. JERONIMO DA SERRA	0	0	10	7	0	10	28	55
S. SEB. DA AMOREIRA	0	3	40	20	0	10	18	91
SAPOPEMA	7	2	12	1	0	10	0	32
SERTANEJA	0	3	27	20	0	7	0	57
URAÍ	22	6	28	27	2	8	0	93
Média regional	6 mm	5,3 mm	30,3 mm	14,1 mm	1,9 mm	7 mm	5,3 mm	70 mm

Equipe técnica do DERAL: Paraílio Zanini, Paulo Rogério Abrão Miléo, Devanir Ladeira e Andre Marques de Oliveira

CORNÉLIO PROCÓPIO, 02 DE MAIO DE 2022.

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Secretaria da Agricultura e Abastecimento

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO
NÚCLEO REGIONAL DE CORNÉLIO PROCÓPIO
DERAL – DEPARTAMENTO DE ECONOMIA RURAL

LISTAGEM DE PRECIPITAÇÃO EM (mm) – MÊS DE MAIO DE 2022

Municípios	Dias 3 e 4	10 e 11	13 e 14	29	30	31	TOTAL
ABATIÁ	11	3	1	20	60	26	121
ANDIRÁ	12	4	5	37	38	37	133
ASSAÍ	14	3	2	18	28	27	92
BANDEIRANTES	16	6	3	23	20	34	102
CONGONHINHAS	12	2	0	12	27	32	85
CORNÉLIO PROCÓPIO	11	2,5	2,5	42	11	28	97
ITAMBARACÁ	13	36	2	17	33	48	149
JATAIZINHO	15	1	0	23	30	25	94
LEÓPOLIS	12	2	4	26	11	45	100
NOVA A. DA COLINA	10	1	1	20	21	38	91
NOVA FÁTIMA	16	1	0	18	35	52	122
NOVA STA BÁRBARA	15	2	0	20	20	50	107
RANCHO ALEGRE	7	1,5	2,5	22	4	30	67
RIBEIRÃO DO PINHAL	13	3	2	27	25	25	95
SANTA AMÉLIA	12	4	1	12	45	28	102
STA CECILIA DO PAVÃO	11	3,5	3	25	46	19	107,5
SANTA MARIANA	13	5	3	26	23	39	109
ST. ANTÔNIO DO PARAÍSO	12	2	4	13	20	30	81
S. JERONIMO DA SERRA	13	15	0	15	20	20	83
S. SEB. DA AMOREIRA	17	2	3	11	35	30	98
SAPOPEMA	4	5	4	20	53	48	134
SERTANEJA	12	5	0	30	15	40	102
URAÍ	9	1,5	2,5	31	12	30	86
Média regional	12 mm	5 mm	2 mm	22 mm	27,5 mm	34 mm	102 mm

Equipe técnica do DERAL: Paraílio Zanini, Paulo Rogério Abrão Miléo, Devanir Ladeira e Andre Marques de Oliveira

CORNÉLIO PROCÓPIO, 1 DE JUNHO DE 2022.

Fls. nº 694

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Secretaria da Agricultura e Abastecimento

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO
NÚCLEO REGIONAL DE CORNÉLIO PROCÓPIO
DERAL – DEPARTAMENTO DE ECONOMIA RURAL

LISTAGEM DE PRECIPITAÇÃO EM (mm) – MÊS DE JUNHO DE 2022

Municípios	Dias 7 e 8	9	17 a 19	20	TOTAL
ABATIÁ	4	18	35	3	60
ANDIRÁ	0	15	48	8	71
ASSAÍ	16	32	35	3	86
BANDEIRANTES	3	22	30	12	67
CONGONHINHAS	15	35	20	0	70
CORNÉLIO PROCÓPIO	1	28	40	4	73
ITAMBARACÁ	0	8	33	0	41
JATAIZINHO	10	30	38	5	83
LEÓPOLIS	0	47,5	38	0	85,5
NOVA A. DA COLINA	9,5	30	35	0	74,5
NOVA FÁTIMA	18	50	11	0	79
NOVA STA BÁRBARA	30	25	40	0	95
RANCHO ALEGRE	1	15	36	0	52
RIBEIRÃO DO PINHAL	11	27	25	0	63
SANTA AMÉLIA	15	15	11	0	41
STA CECILIA DO PAVÃO	18	42	36	0	96
SANTA MARIANA	1	11	39	0	51
ST. ANTÔNIO DO PARAÍSO	15	21	35	0	71
S. JERONIMO DA SERRA	14	22	51	0	87
S. SEB. DA AMOREIRA	15	26	45	0	86
SAPOPEMA	25	30	16	1	72
SERTANEJA	0	20	47	0	67
URAÍ	1	30	40	3	74
Média regional	10 mm	26 mm	34 mm	1,7 mm	71,7 mm

Equipe técnica do DERAL: Paraílio Zanini, Paulo Rogério Abrão Miléo, Devanir Ladeira e Andre Marques de Oliveira

CORNÉLIO PROCÓPIO, 1 DE JULHO DE 2022.

s. nº 695

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ

PROTOCOLO NÚMERO 149/2021-PMB — Bandeirantes-PR. 15 de julho de 2022.

Ref.: Tomada de Preços – 03/2021-PMB — Prefeitura Município de Bandeirantes-PR

Prezado Senhor,

Vimos através da presente, solicitar a esta consultoria que emita posicionamento quanto à possibilidade de firmar TERMO ADITIVO ao contrato n.º362/2021, celebrado entre esta Municipalidade e a empresa **RESENDE & CAVALCANTE LTDA**, firmado através do processo de Tomada de Preços acima mencionado, que tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACYR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR,** nos termos da documentação anexa.

Sem outro particular, aproveitamos o ensejo para reiterar-lhes nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Fabiana de Souza Meira Oliveira
Assistente Técnico Administrativo – Divisão de Licitação

À Assessoria Jurídica do Município de Bandeirantes-PR
Rua Frei Rafael Proner nº 1457 - Centro
CEP: 86.360-000 - BANDEIRANTES – PR
Caixa Postal 281

S. nº: 696

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 362/2021 – PMB
TOMADA DE PREÇOS N.º 03/2021-PMB
SEGUNDO TERMO ADITIVO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACYR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR.

O **MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Frei Rafael Proner nº 1457 – Centro na cidade de Bandeirantes, Estado do Paraná, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 76.235.753/0001-48, neste ato devidamente representada pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, o Senhor Jaelson Ramalho Matta, residente e domiciliado na Rua: Vereador José Santana, Vila Macedo, nº 514 - CEP 86.360-000, nesta cidade de Bandeirantes, Estado do Paraná, portador da Cédula de Identidade nº 3.348.934-0, expedida pela Secretaria de Estado de Segurança Pública do Paraná e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 486.661579-68, ora denominado **CONTRATANTE** e a empresa **RESENDE & CAVALCANTE LTDA**, estabelecida na Rua: Colombo, nº 210 – Sala 2 - Centro, Cep: 86.300-000, na Cidade de Cornélio Procópio, Estado do Paraná, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 14.987.519/0001-10, devidamente representa pela Sr. Luciano Mosti Resende, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.506.026-8, expedida pela Secretaria de Estado de Segurança Pública do Paraná e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 675.784.036-72, doravante denominada CONTRATADA, celebram o presente Termo Aditivo, mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Em atenção ao contido no memorando n.°382/2022, n.°383/2022 e n.°384/2022 de 07 de julho de 2022 da Secretaria Municipal de Obras, Serviços e Desenvolvimento Urbano e com fundamento no *artigo 57 § 1º Inciso II da Lei 8.666/93*. O CONTRATANTE decide ADITAR o Prazo de Execução em 90 (noventa) dias.

Cabe ressaltar que a justificativa para a formalização do presente aditivo encontra-se anexa, preenchendo o requisito do artigo supramencionado.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas não serão alteradas.

Bandeirantes PR, 1[illegible] de julho de 2022.

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES
JAELSON RAMALHO MATTA
CONTRATANTE

RESENDE & CAVALCANTE LTDA
LUCIANO MOSTI RESENDE
CONTRATADA

S. nº 697
Fls.

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 362/2021 – PMB
TOMADA DE PREÇOS N.º 03/2021-PMB

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES, ESTADO DO PARANÁ

CONTRATADA: RESENDE & CAVALCANTE LTDA.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACYR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR.

OBJETIVO:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Em atenção ao contido no memorando n.°382/2022, n.°383/2022 e n.°384/2022 de 07 de julho de 2022 da Secretaria Municipal de Obras, Serviços e Desenvolvimento Urbano e com fundamento no *artigo 57 § 1º Inciso II da Lei 8.666/93*. O CONTRATANTE decide ADITAR o Prazo de Execução em 90 (noventa) dias.

Cabe ressaltar que a justificativa para a formalização do presente aditivo encontra-se anexa, preenchendo o requisito do artigo supramencionado.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas não serão alteradas.

Bandeirantes/PR, 11 de julho de 2022.

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES
EVERSON RAMALHO MACEA
CONTRATANTE

RESENDE & CAVALCANTE LTDA
LUCIANO MONTE RESENDE
CONTRATADA

S. nº 698
Fl.

PARECER JURÍDICO Nº. 68/2022.
REFERÊNCIA: Processo Administrativo 149/2021. Tomada de preços nº 03/2021
INTERESSADO: Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
OBJETO: POSSIBILIDADE DE ADITIVO CONTRATUAL – prorrogação do prazo de execução em 90 (noventa) dias.

I – RELATÓRIO

Trata-se de expediente encaminhado pelo Departamento de Licitação solicitando posicionamento quanto a possibilidade de firmar 2º termo aditivo ao Contrato n. 362/2021, que tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviço de reforma na Escola Municipal Prefeito Moacir Castanho do Município de Bandeirantes-PR.

Os documentos apresentados foram o encaminhamento à Assessoria Jurídica; solicitação do Diretor de Divisão de Compras e Secretário Municipal de Administração; expediente do Prefeito Municipal autorizando o pleito; Memorandos de solicitação de aditivo nº 382/2022, 383/2022 e 384/2022 da Secretaria Municipal de Obras; Parecer técnico; documentos relativos a empresa contratada; protocolo nº 4517/2022 feito pela empresa contratada justificando o pedido de aditivo; Minuta do Termo Aditivo ao Contrato e extrato.

Na justificativa apresentada mediante protocolo, a empresa contratada afirma que o aditivo se faz necessário em razão de fatos imprevisíveis, como alto índice pluviométrico no período.

Relatado o pleito passamos ao Parecer.

II - OBJETO DE ANÁLISE

Cumpre aclarar que a análise neste parecer se restringe a verificação dos requisitos formais para o aditivo de contrato.

Destaca-se que a análise será restrita aos pontos jurídicos, estando excluídos quaisquer aspectos técnicos, econômicos e/ou discricionários, sendo que, em relação a estes, partiremos da premissa de que a Autoridade Competente se municiou dos conhecimentos específicos imprescindíveis para a sua adequação às necessidades da administração, observando os requisitos legalmente impostos.

Qualquer decisão de mérito administrativo cabe apenas ao Gestor, detentor da outorga popular, conseguida mediante o escrutínio democrático do voto.

Nº 699

III – FUNDAMENTAÇÃO

III.I – DO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE

Antes de adentrar o mérito do pedido, se faz necessário algumas explanações sobre o dever da Administração Pública e seus Gestores/Aplicadores. Desta forma, estabelece o artigo 37, *caput* da Constituição Federal:

> *Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos* ***princípios de legalidade****, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:*
> *(...)*

Diferentemente do particular, o princípio da Legalidade é restritivo em relação ao Ente Público, ou seja, enquanto o particular pode fazer tudo aquilo que a lei não veda, a Administração Pública apenas pode exercer e conceder aquilo que a lei autoriza.

Seguindo esse raciocínio Henrique Savonitti Miranda, compara as atividades de um gestor privado (Princípio da Autonomia da vontade) as de um gestor público de forma esclarecedora:

> *"O administrador privado conduz seu empreendimento com dominus, agindo com os poderes inerentes à propriedade em toda a sua extensão. Assim, tudo o que não é proibido, é permitido ao gestor privado. Diga-se, ainda, que o administrador privado pode inclusive conduzir ruinosamente seu empreendimento sem que muito possa ser feito por terceiros(...) O gestor público não age como "dono", que pode fazer o que lhe pareça mais cômodo.* ***Diz-se, então, que ao Administrador Público só é dado fazer aquilo que a lei autorize, de forma prévia e expressa.*** *Daí decorre o importante axioma da indisponibilidade, pela Administração, dos interesses públicos.".*

Desta forma, o Administrador Público deve observar o princípio da legalidade, sob pena de ser responsabilizado por improbidade administrativa. Na doutrina de Meirelles (2016, p. 93), os autores prelecionam que o administrador público está "*sujeito aos mandamentos da lei e às exigências do bem comum, e deles não pode afastar ou desviar, sob pena de praticar ato inválido e expor-se a responsabilidade disciplinar, civil e criminal*".

Os poderes conferidos à Administração Pública devem ser utilizados em benefício da coletividade, pois o bem comum é a finalidade que toda ação administrativa deve objetivar. Conforme entendimento do autor supracitado (MEIRELLES, 2016), as leis administrativas "*são de ordem pública e seus preceitos não podem ser descumpridos*", principalmente por acordo ou vontade de seus aplicadores e destinatários, uma vez que "*contêm verdadeiros poderes-deveres, irrelegáveis pelos agentes públicos*".

O que se extrai deste entendimento é que o Gestor Municipal deve observar estritamente o que leciona a Lei e seus critérios objetivos.

III.II – DO PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

Pois bem, inicialmente temos que a Administração, em casos de concorrência pública, sendo ela licitação ou chamamento, deve se ater ao Princípio da Vinculação do Edital, devendo ser observado de forma vigorosa.

A Lei 8.666/93 em seu dispositivo legal estabelece:

> *Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.*
>
> *Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.*

Com base na fundamentação legal acima o STJ assim se pronunciou sobre o princípio da vinculação do edital:

> "É ENTENDIMENTO CORRENTIO NA DOUTRINA, COMO NA JURISPRUDÊNCIA, QUE **O EDITAL, NO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO, CONSTITUI LEI ENTRE AS PARTES E É INSTRUMENTO DE VALIDADE DOS ATOS PRATICADOS NO CURSO DA LICITAÇÃO. AO DESCUMPRIR NORMAS EDITALÍCIAS, A ADMINISTRAÇÃO FRUSTRA A PRÓPRIA RAZÃO DE SER DA LICITAÇÃO E VIOLA OS PRINCÍPIOS QUE DIRECIONAM A ATIVIDADE ADMINISTRATIVA, TAIS COMO: O DA LEGALIDADE, DA MORALIDADE E DA ISONOMIA**." (STJ, MS nº 5.597/DF, 1ª S., Rel. Min. Demócrito Reinaldo, DJU 01.06.1998).

Desta forma, o edital/contrato estipula as regras para que o particular participe do certame, seja por meio de licitação, contratação direta, ou, credenciamento por meio de chamamento público.

Então, se o edital/contrato no procedimento convocatório constitui lei entre as partes, este deve ser respeitado como foi concebido, e nenhuma mudança pode ser promovida, sob pena de ferir os princípios constitucionais da isonomia, impessoalidade, moralidade e legalidade.

S. nº 701

No caso em análise, prevê a minuta do contrato que o período de execução, inicialmente estipulado em 180 (cento e oitenta) dias, pode ser prorrogado (Cláusula Oitava)

Face a tal consideração, salienta-se que a legislação federal (Lei 8666/93) apresenta a possibilidade de prorrogação do prazo do contrato administrativo desde que respeitado os critérios objetivos:

> *Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:*
> *I - aos projetos cujos produtos estejam contemplados nas metas estabelecidas no Plano Plurianual, os quais poderão ser prorrogados se houver interesse da Administração e desde que isso tenha sido previsto no ato convocatório;*
> *II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses;*
> *III - (Vetado).*
> *IV - ao aluguel de equipamentos e à utilização de programas de informática, podendo a duração estender-se pelo prazo de até 48 (quarenta e oito) meses após o início da vigência do contrato.*
> *V - às hipóteses previstas nos incisos IX, XIX, XXVIII e XXXI do art. 24, cujos contratos poderão ter vigência por até 120 (cento e vinte) meses, caso haja interesse da administração.*
> *§ 1º* ***Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo****:*
> *I - alteração do projeto ou especificações, pela Administração;*
> ***II - superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;***
> *III - interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração;*
> *IV - aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta Lei;*
> *V - impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;*
> *VI - omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.*
> *§ 2º* ***Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato****.*
> *§ 3º É vedado o contrato com prazo de vigência indeterminado.*

S. nº: 702

§ 4º Em caráter excepcional, devidamente justificado e mediante autorização da autoridade superior, o prazo de que trata o inciso II do caput deste artigo poderá ser prorrogado por até doze meses.

Dessa forma, consoante ensinamento de Luís Carlos Alcoforado tem-se que "*somente se justifica a prorrogação contratual se ocorrer um dos motivos de que tratam os incisos do § 1º do art. 57. Para a prorrogação, se impõe que a Administração apresente o motivo que a justifica, mediante manifestação por escrito, num exercício de subsunção do fato à norma, indispensável à prévia autorização da autoridade competente para celebrar o contrato. Seria despiciendo dizer, se não fosse a constatação de alguns casos em que as partes buscam a ampliação tardia do contrato, que os atos preparatórios da prorrogação devem ser ultimados antes do prazo do término da relação jurídica*" (Licitação e Contrato Administrativo. São Paulo: Ed. Brasília Jurídica, 2000. 2 ed. pp. 325/326).

Conforme demonstrado, a Administração Pública previu a possibilidade de alteração do prazo de fornecimento do contrato, ficando vinculada à regra editalícia/contratual, havendo justificativa da empresa contratada e da Secretaria de Obras do Município.

Sendo assim, uma vez que a legislação federal apresenta a possibilidade de prorrogação do prazo do contrato administrativo, tem-se que cabe ao Gestor enquadrar o motivo ensejador da prorrogação em uma das hipóteses da Lei, destacando-se que a prorrogação do contrato deve ser efetivada se houver interesse da Administração e se for aceita pelo contratado, ou seja, é ato bilateral que exige o consenso entre as partes expressamente demonstrado.

Nesse contexto, vale ressaltar que justificativa trazida acerca da necessidade de prorrogação do prazo de vigência do contrato em análise destaca, em síntese, o **comum acordo entre as partes e a valorização do funcionalismo público.**

Dessa forma, a par do que exige a legislação, mostra-se cabível o enquadramento da situação objeto de análise no inciso II do § 1º d artigo 57 da Lei 8.666/97.

III.III – DA MINUTA DE ADITIVO CONTRATUAL.

Em cumprimento do artigo 38, parágrafo único da Lei 8.666/93, passamos a análise da minuta do termo aditivo do contrato:

Art. 38. O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente:
(...);
Parágrafo único. ***As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração.***

S. nº 703
Fl. 4

Verificado a referida minuta, observamos que não há qualquer retificação a ser feita.

IV – CONCLUSÃO

Ante todo o exposto, cabe ao Gestor Público, mediante o mérito administrativo, acolher ou não a possibilidade de aditamento do prazo do contrato, levando-se em conta as análises acima descritas, ressaltando-se ser juridicamente possível a prorrogação da vigência do termo em questão.

Por derradeiro, cumpre salientar que o presente parecer tomou por base, exclusivamente, os elementos que constam até a presente data nos autos do processo administrativo em epígrafe.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Ressalta-se que o presente Parecer Jurídico foi elaborado tão somente sob o ângulo jurídico expressando a opinião de seu signatário e, oportunidade administrativa, escoimando ainda, qualquer responsabilidade de seu signatário conforme o art. 2º, §3º da Lei nº. 8.906/94 e entendimento do STJ no RHC: 39644 RJ 2013/0238250-5.

Bandeirantes, 19 de julho de 2022.

Carla M. M. S Augusto
Carla M. M. Santos Augusto
OAB/PR 88.156

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ

fls. nº: 704

Ref.: TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2021

Prefeitura Municipal de Bandeirantes-PR – Divisão de Licitação

Prezado Senhor Prefeito

Vimos através da presente, solicitar que V. Ex.ª emita posicionamento quanto à possibilidade de firmar aditivo, nos termos da minuta anexa, referente ao processo cujo o objeto é **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACYR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR.** Resta pois, ao Administrador, no uso de suas atribuições, deliberar pelo aceite ou não da celebração do termo aditivo.

Sem outro particular, aproveitamos o ensejo para reiterar-lhes nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Fabiana de Souza Meira Oliveira
Assistente Técnico Administrativo – Divisão de Licitação

(X) Defiro o pedido de aditivo
( ) Indefiro o pedido de aditivo

Bandeirantes, 19 de julho de 2022.

Jaelson Ramalho Matta
Prefeito Municipal

Assunto	**MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES/PR | 2° TERMO ADITIVO - DILATAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO - CONTRATO N. °362/2021 - TOMADA DE PREÇOS N.°03/2021**
De	<licitacao@bandeirantes.pr.gov.br>
Para	Construtoraresende <construtoraresende@yahoo.com.br>
Data	20-07-2022 12:34
Prioridade	Mais alta

roundcube

s. nº: 705

- 2º TERMO ADITIVO DILATAÇÃO DE PRAZO DE EXECUÇÃO - RESENDE & CAVALCANTE.pdf(~55 KB)

Boa tarde,

Encaminho em anexo arquivo do 2° Termo Aditivo e Extrato do Termo Aditivo ara dilatação do prazo de execução, do Contrato N.°362/2021, referente a Tomada de Preços N.°03/2021, entre o Município de Bandeirantes e a empresa RESENDE & CAVALCANTE LTDA.

Estes devem retornar devidamente assinados pelo responsável legal. Caso possua assinatura com Certificado Digital, está deverá estar presente em todas as páginas, assim retornando via correio à Prefeitura Municipal Bandeirantes - Rua Frei Rafael Proner nº 1457 - Centro - CEP 86.360-000 Bandeirantes-PR, pessoalmente ou PREFERENCIALMENTE por e-mail.

Peço por gentileza, que sejam conferidos os dados da empresa e/ou pessoa antes das assinaturas, uma vez que o mesmo é responsável pelas informações constantes no contrato/aditivo, e caso seja constatado algum erro ou equivoco, por favor entre em contato, para que possa ser realizado a alteração e enviado novamente.

Caso necessitem de uma cópia, está poderá ser obtida através do portal da transparência do municipio, ou por e-mail, em formato digitalizado, sendo que neste caso o contratado deverá requerer.

Fico à disposição para eventuais dúvidas e quaisquer esclarecimentos.

Favor atestar recebimento do presente e-mail.

Atenciosamente,

Fabiana Meira
Divisão de Licitação | PORTARIA n.°1.556/2022
Prefeitura Municipal de Bandeirantes-PR

S. nº: 706

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 362/2021 – PMB
TOMADA DE PREÇOS N.º 03/2021-PMB
SEGUNDO TERMO ADITIVO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACYR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR.

O MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Frei Rafael Proner nº 1457 – Centro na cidade de Bandeirantes, Estado do Paraná, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 76.235.753/0001-48, neste ato devidamente representada pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, o Senhor Jaelson Ramalho Matta, residente e domiciliado na Rua: Vereador José Santana, Vila Macedo, nº 514 - CEP 86.360-000, nesta cidade de Bandeirantes, Estado do Paraná, portador da Cédula de Identidade nº 3.348.934-0, expedida pela Secretaria de Estado de Segurança Pública do Paraná e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 486.661579-68, ora denominado **CONTRATANTE** e a empresa **RESENDE & CAVALCANTE LTDA**, estabelecida na Rua: Colombo, nº 210 – Sala 2 - Centro, Cep: 86.300-000, na Cidade de Cornélio Procópio, Estado do Paraná, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 14.987.519/0001-10, devidamente representa pela Sr. Luciano Mosti Resende, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.506.026-8, expedida pela Secretaria de Estado de Segurança Pública do Paraná e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 675.784.036-72, doravante denominada CONTRATADA, celebram o presente Termo Aditivo, mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Em atenção ao contido no memorando n.°382/2022, n.°383/2022 e n.°384/2022 de 07 de julho de 2022 da Secretaria Municipal de Obras, Serviços e Desenvolvimento Urbano e com fundamento no *artigo 57 § 1º Inciso II da Lei 8.666/93*. O CONTRATANTE decide ADITAR o Prazo de Execução em 90 (noventa) dias.

Cabe ressaltar que a justificativa para a formalização do presente aditivo encontra-se anexa, preenchendo o requisito do artigo supramencionado.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas não serão alteradas.

Bandeirantes PR, 20 de julho de 2022.

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES
JAELSON RAMALHO MATTA
CONTRATANTE

RESENDE & CAVALCANTE LTDA
LUCIANO MOSTI RESENDE
CONTRATADA

Testemunhas:

Marcos de Moraes
CPF: 590.503.607-97

Weslley Rodrigo Ramos Pires
CPF: 063.945.289-27

Fls. nº: 707

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 362/2021 – PMB
TOMADA DE PREÇOS N.º 03/2021-PMB

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES, ESTADO DO PARANÁ

CONTRATADA: RESENDE & CAVALCANTE LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACYR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR.

OBJETIVO:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Em atenção ao contido no memorando n.º382/2022, n.º383/2022 e n.º384/2022 de 07 de julho de 2022 da Secretaria Municipal de Obras, Serviços e Desenvolvimento Urbano e com fundamento no *artigo 57 § 1º Inciso II da Lei 8.666/93*. O CONTRATANTE decide ADITAR o Prazo de Execução em 90 (noventa) dias.

Cabe ressaltar que a justificativa para a formalização do presente aditivo encontra-se anexa, preenchendo o requisito do artigo supramencionado.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas não serão alteradas.

Bandeirantes PR, 20 de julho de 2022.

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES
JAELSON RAMALHO MATTA
CONTRATANTE

RESENDE & CAVALCANTE LTDA
LUCIANO MOSTI RESENDE
CONTRATADA

Prefeitura Municipal De Bandeirantes

Licitações e Contratos

Extrato Contrato

Fls. nº: 708

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 362/2021 – PMB
TOMADA DE PREÇOS N.º 03/2021-PMB

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES, ESTADO DO PARANÁ

CONTRATADA: RESENDE & CAVALCANTE LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACYR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR.

OBJETIVO:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Em atenção ao contido no memorando n.°382/2022, n.°383/2022 e n.°384/2022 de 07 de julho de 2022 da Secretaria Municipal de Obras, Serviços e Desenvolvimento Urbano e com fundamento no *artigo 57 § 1º Inciso II da Lei 8.666/93*. O CONTRATANTE decide ADITAR o Prazo de Execução em 90 (noventa) dias.

Cabe ressaltar que a justificativa para a formalização do presente aditivo encontra-se anexa, preenchendo o requisito do artigo supramencionado.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas não serão alteradas.

Bandeirantes PR, 20 de julho de 2022.

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES
JAELSON RAMALHO MATTA
CONTRATANTE

RESENDE & CAVALCANTE LTDA
LUCIANO MOSTI RESENDE
CONTRATADA

Fls. nº 709
CPL

3º TERMO ADITIVO
(AUMENTO DE META-FÍSICA FINANCEIRA)
PUBLICAÇÃO

Fls. nº 710
CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

Fiscalização de Contratos de Obras Públicas

Memorando nº 422/ 2022

Ilmo.
Secretário de Obras, Serviços e Desenvolvimento Urbano
Nesta,

Assunto: **3º ADITIVO DE META-FÍSICA**
Obra: **REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACIR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR.**
TOMADA DE PREÇO N° **003/ 2021 – PMB**
CONTRATO Nº **362/ 2021 – PMB**

Prezado Secretário

Solicitamos a V. S.ª. que sejam realizados os procedimentos administrativos quanto ao pedido de Aditivo de Meta-física e o **EMPENHO** da mesma quantia aditada, entre a **contratante,** Prefeitura Municipal de Bandeirantes-PR, e a **contratada,** RESENDE & CAVALCANTE LTDA, CNPJ: 14.987.519/0001-10, para a conclusão da obra referente ao objeto pactuado neste contrato.

Valor do Contrato ..... **R$ 824.785,57** (oitocentos e vinte e quatro mil, setecentos e oitenta e cinco reais e cinquenta e sete centavos)
Valor do Acréscimo de meta-física..... **R$ 9.237,59** (nove mil, duzentos e trinta e sete reais e cinquenta e nove centavos) – **1,12 %**
Valor Total..... **R$ 834.023,16** (oitocentos e trinta e quatro mil, vinte e três reais e dezesseis centavos).

Em anexo encontra-se:

- Justificativa Técnica;
- Planilha Orçamentária de acréscimo de meta-física;

Sem outro particular, aproveitamos o ensejo pra transmitir-lhe nosso protesto de alta estima e distinta consideração.

Bandeirantes, 05 de Agosto de 2022

Ricardo J. S. Rivolli

RICARDO JOSÉ SILVA RÍVOLLI
Fiscal de Obra
Engenheiro Civil
CREA/PR 158.606/D

Rua Frei Rafael Proner, 1457 - Cx Postal 281 CEP 86360-000 Tel.: (43) 3542-4525 Fax: (43) 3542-3322
CNPJ/MF 76.235.753/0001-48 - E-mail: diretordeobras@bandeirantes.pr.gov.br

S. nº 711

CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO

Rua Frei Rafael Proner, 1457 - Centro - CNPJ/MF 76.235.753/0001-48

3º PLANILHA DE ADITIVO META-FÍSICO

OBRA: REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACIR CASTANHO

DATA: 05/08/2022

LOCAL: RUA PREFEITO AGENOR FERREIRA DOS SANTOS, Nº 907 - CONJ. HAB. HUMBERTO TEIXEIRA

TABELA DE REFERÊNCIA: TABELAS DE REFERÊNCIA: SINAPI/PR (FEVEREIRO/2021), SINAPI/PR (MAIO/2021) E PINI (MAIO/2021) VERSÃO 1.0

BDI: 26,01%

DESCONTO DA CONTRATADA: 18,00%

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNID.	QUANT.	PREÇOS (em R$) UNITÁRIO DE REFERÊNCIA E DE PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DE CONTRATO	TOTAL	TOTAL COM DESCONTO DA CONTRATADA	TOTAL COM BDI
1		ESTRUTURA E VEDAÇÕES						
1.1	98522	ALAMBRADO EM MOURÕES DE CONCRETO, COM TELA DE ARAME GALVANIZADO (INCLUSIVE MURETA EM CONCRETO). AF_05/2018	M	10,30	148,79	1.532,23	1.256,45	1.583,25
					TOTAL	1.532,23	1.256,45	1.583,25
2		ESQUADRIAS						
2.1	94607	PORTA EM AÇO DE ABRIR TIPO VENEZIANA SEM GUARNIÇÃO, 87X210CM, FIXAÇÃO COM PARAFUSOS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2015	UN	1,00	778,29	778,29	638,20	804,20
					TOTAL	778,29	638,20	804,20
3		INTALAÇÕES HIDRÁULICAS						
3.1	89512	TUBO PVC, SÉRIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 100 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE ENCAMINHAMENTO. AF_12/2014	M	75,60	66,68	5.041,01	4.133,67	5.208,84
3.2	89585	JOELHO 45 GRAUS, PVC, SERIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 100 MM, JUNTA ELASTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM CONDUTORES VERTICAIS DE ÁGUAS PLUVIAIS. AF_12/2014	UN	3,00	33,17	99,51	81,60	102,82
3.3	6081	ARGILA OU BARRO PARA ATERRO/REATERRO (COM TRANSPORTE ATE 10 KM)	M3	6,80	24,43	166,22	136,30	171,76
3.4	93358	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA COM PROFUNDIDADE MENOR OU IGUAL A 1,30 M. AF_03/2016	M3	6,80	70,29	477,97	391,94	493,89
3.5	99253	CAIXA ENTERRADA HIDRÁULICA RETANGULAR EM ALVENARIA COM TIJOLOS CERÂMICOS MACIÇOS, DIMENSÕES INTERNAS: 0,6X0,6X0,6 M PARA REDE DE DRENAGEM. AF_05/2018	UN	1,00	513,43	513,43	421,02	530,52
3.6	89355	TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DN 20MM, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2014	M	10,72	16,32	174,95	143,46	180,78
3.7	89353	REGISTRO DE GAVETA BRUTO, LATÃO, ROSCÁVEL, 3/4", FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE ÁGUA. AF_12/2014	UN	2,00	38,03	76,06	62,37	78,59
3.8	89393	TE, PVC, SOLDÁVEL, DN 20MM, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2014	UN	2,00	9,20	18,40	15,09	19,01
3.9	89404	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 20MM, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2014	UN	4,00	4,48	17,92	14,69	18,52
3.10	COMP 011	JOELHO 90 GRAUS COM BUCHA DE LATÃO, PVC, SOLDÁVEL, DN 20MM, X 3/4 INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	2,00	21,98	43,96	36,05	45,42
					TOTAL	6.629,43	5.436,19	6.850,15
					VALOR TOTAL DO ADITIVO	8.939,96	7.330,84	9.237,59

VALOR DO CONTRATO	R$	824.785,57
VALOR DO ADITIVO	R$	9.237,59
AUMENTO DE META-FÍSICA		1,12%
VALOR DO CONTRATO FINAL	R$	834.023,16

Ricardo J. S. Rívolli

Ricardo José Silva Rívolli

Diretor da Divisão de Serviços Urbanos

Portaria Nº 12.994/2021

Fls. nº 712
CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

Fiscalização de Contratos de Obras Públicas

Memorando nº 423/ 2022

Ilmo.
Secretário Municipal de Administração
Nesta.

Assunto: **3º ADITIVO DE META-FÍSICA**
Obra: **REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACIR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR.**
TOMADA DE PREÇO N° **003/ 2021 – PMB**
CONTRATO Nº **362/ 2021 – PMB**

JUSTIFICATIVA TÉCNICA

O aditivo é necessário devido a alguns erros de quantitativos necessários e de imprevistos de serviços identificados durante reforma.

Nos serviços relacionados a instalação de alambrados em arame com mourões de concreto, foi-se medido, no local, um comprimento um pouco maior do que considerado em projeto, portanto deverá ser aditado essa diferença para realização do mesmo.

Da mesma forma, a quantidade de portas, com medidas para acessibilidade, foi-se calculada com erro, faltando uma unidade do mesmo material para a execução correta do serviço.

E, dos imprevistos, ao iniciar a demolição para substituição e manutenção de tubulações de águas pluviais e água fria, foi visto que a posição e comprimento das instalações antigas não se encontrava conforme previsto em projeto, tendo a necessidade de uma quantidade maior de alguns materiais e serviços para a realização correta e completa destes.

Tendo assim, as justificativas técnicas e concretas para a necessidade do valor que deverá ser aditado neste contrato.

Resumo financeiro

Valor do Contrato ..... R$ 824.785,57 (oitocentos e vinte e quatro mil, setecentos e oitenta e cinco reais e cinquenta e sete centavos)

Rua Frei Rafael Proner, 1457 - Cx Postal 281 CEP 86360-000 Tel.: (43) 3542-4525 Fax: (43) 3542-3322
CNPJ/MF 76.235.753/0001-48 - E-mail: diretordeobras@bandeirantes.pr.gov.br

Encaminho ao departamento de compras para providências

Belo 10/08/2022

Rafael Henrique Eneas Marinho
Port.: 3.437/2022 - 20/06/2022
Secretário da Administração

S. Nº 713
CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

Fiscalização de Contratos de Obras Públicas

Valor do Acréscimo de meta-física..... R$ **9.237,59** (nove mil, duzentos e trinta e sete reais e cinquenta e nove centavos) – **1,12 %**

Valor Total..... R$ **834.023,16** (oitocentos e trinta e quatro mil, vinte e três reais e dezesseis centavos).

O resultado de metafísica totaliza um acréscimo de **1,12%** sobre o valor inicial do contrato, sendo este o acréscimo de **R$ 9.237,59** (nove mil, duzentos e trinta e sete reais e cinquenta e nove centavos).

Sem mais, este é o parecer.

Bandeirantes, 05 de Agosto de 2022.

OSWALDO AFONSO MARTINS ROCKENBACH
Secretária de Obras e Desenvolvimento Urbano
Engenheiro Civil

Rua Frei Rafael Proner, 1457 - Cx Postal 281 CEP 86360-000 Tel.: (43) 3542-4525 Fax: (43) 3542-3322
CNPJ/MF 76.235.753/0001-48 - E-mail: diretordeobras@bandeirantes.pr.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

714
CPL

Fls. nº_____ Rubrica_____

Bandeirantes, 11 de Agosto de 2022.

Ilmo. Sr.

RAFAEL HENRIQUE ENEAS MARINHO

Secretário da Administração

Encaminha-se para o setor competente, documentação necessária a fim de formalizar processo para: ADITIVO DE META FISICA EM **1,12%** (um inteiros e doze centésimo por cento) **no VALOR DE R$ 9.237,59 (nove mil, duzentos e trinta e sete reais e cinquenta e nove centavos) - Referente ao Processo TOMADA DE PREÇO: Nº 03/2021 – C0NTRATO N.362/2021 - OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA DA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACYR CASTANHO DO MUNICIPIO DE BANDEIRANTES PR. Conforme memorando em anexo N.423 / 2022.**

Atenciosamente,

CLAUDECI APOLINÁRIO DA SILVA
DIRETOR DA DIVISÃO DE COMPRAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

S. nº 715
CPL

Fls. nº_____ Rubrica_____

Bandeirantes, 11 de Agosto de 2022.

Venho pelo presente, solicitar de Vossa Excelência a autorização para a instauração de procedimento de ADITIVO DE META FISICA EM **1,12%** (um inteiros e doze centésimo por cento) **no VALOR DE R$ 9.237,59 (nove mil, duzentos e trinta e sete reais e cinquenta e nove centavos) - Referente ao Processo TOMADA DE PREÇO: Nº 03/2021 – C0NTRATO N.362/2021 - OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA DA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACYR CASTANHO DO MUNICIPIO DE BANDEIRANTES PR.**

Esperando contar com a atenção de Vossa Excelência, reitero meus protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

RAFAEL HENRIQUE ENEAS MARINHO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Exmo. Sr.
JAELSON RAMALHO MATTA
Prefeito Municipal
Bandeirantes – Paraná

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Fls. nº 716 CPL

Fls. nº_____ Rubrica_____

Bandeirantes, 11 de Agosto de 2022.

Autorizo pleiteado, devendo, entretanto, o presente processo preencher os trâmites exigidos por lei.

OBJETO: ADITIVO DE META FISICA EM **1,12%** (um inteiros e doze centésimo por cento) **no VALOR DE R$ 9.237,59 (nove mil, duzentos e trinta e sete reais e cinquenta e nove centavos) - Referente ao Processo TOMADA DE PREÇO: Nº 03/2021 – C0NTRATO N.362/2021 - OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA DA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACYR CASTANHO DO MUNICIPIO DE BANDEIRANTES PR.**

Encaminhe-se a:

1. Departamento de Contabilidade para informação dos recursos orçamentários correspondentes;

2. Comissão Permanente de Licitação para providências cabíveis ao caso;

3. Devolva-se para a Comissão Permanente de Licitação para sequência do processo.

JAELSON RAMALHO MATTA
PREFEITO MUNICIPAL

S. Nº 717
CPL

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: RESENDE & CAVALCANTE LTDA
CNPJ: 14.987.519/0001-10

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e

2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 11:12:28 do dia 26/03/2022 <hora e data de Brasília>.
Válida até 22/09/2022.
Código de controle da certidão: **8AA6.A117.4B16.6095**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Fls. 718
CPL

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: RESENDE & CAVALCANTE LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 14.987.519/0001-10
Certidão nº: 25692039/2022
Expedição: 11/08/2022, às 08:07:32
Validade: 07/02/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **RESENDE & CAVALCANTE LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **14.987.519/0001-10, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

Voltar | Imprimir

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 14.987.519/0001-10
Razão Social: RESENDE E CAVALCANTE LTDA ME
Endereço: RUA COLOMBO 210 SALA 2 / CENTRO / CORNELIO PROCOPIO / PR / 86300-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:09/08/2022 a 07/09/2022

Certificação Número: 2022080901503399051711

Informação obtida em 11/08/2022 08:09:28

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

Fls. nº 720
CPL

CONTABILIDADE

Oficio nº 39/2022

Bandeirantes, 12 de agosto de 2022.

Prezado Senhor:

Através do presente, venho informar que existe dotação orçamentária no exercício de 2022, para o ADITIVO DE META FISICA EM 1,12% (um inteiros e doze centésimo por cento) no VALOR DE R$ 9.237,59 (nove mil, duzentos e trinta e sete reais e cinquenta e nove centavos) - Referente ao Processo TOMADA DE PREÇO: Nº 03/2021-CONTRATO N.362/2021 OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA DA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACYR CASTANHO DO MUNICIPIO DE BANDEIRANTES PR. Conforme memorando em anexo N.423 / 2022.

Salientamos que o Município tem que ter o equilíbrio financeiro igualando-se suas despesas com suas receitas, dessa forma esclarecemos que durante o presente exercício, poderemos ter uma arrecadação que disponibilizará recursos para o Aditivo.

Mas, no entanto, alertamos que a execução do contrato só deverá ser realizada após a verificação do saldo orçamentário e a real disponibilidade financeira, ou seja, só será feito o empenho após a devida verificação.

Assim, sugerimos que seja indicada a disponibilidade financeira pela Secretaria de Fazenda, pois seguindo essa metodologia, o Município de Bandeirantes estará observando as premissas da Lei de Responsabilidade Fiscal deixando-o numa Gestão Pública de Qualidade.

Diante das consequências e penalidades que poderão ser aplicadas aos administradores, somos pela cautela de manter as despesas dentro dos limites previsíveis, qualquer outra posição a ser tomada pelo Executivo, será de sua inteira responsabilidade.

Por fim o parecer é favorável à realização do Aditivo, por estar em consonância com os princípios básicos que norteiam a administração pública, porém a Secretaria interessada deverá alocar os recursos orçamentários suficientes para a referida despesa durante a execução do contrato.

Sem outro particular, aproveitamos o ensejo para apresentar os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Jaciani Carolina Milani Della Mura
Contadora

Ao Sr. Secretário da Administração
Rafael Henrique Eneas Marinho
Prefeitura Municipal de Bandeirantes.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ

PROTOCOLO NÚMERO 149/2021-PMB

Ref.: Tomada de Preços – 03/2021-PMB

Bandeirantes-PR, 26 de Agosto de 2022.

Prefeitura Município de Bandeirantes-PR

Prezados,

Vimos através da presente, solicitar a esta consultoria que emita posicionamento quanto à possibilidade de firmar TERMO ADITIVO ao contrato n.º362/2021, celebrado entre esta Municipalidade e a empresa **RESENDE & CAVALCANTE LTDA**, firmado através do processo de Tomada de Preços acima mencionado, que tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACYR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR,** nos termos da documentação anexa.

Sem outro particular, aproveitamos o ensejo para reiterar-lhes nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Fabiana de Souza Meira Oliveira
Assistente Técnico Administrativo – Divisão de Licitação

À Assessoria Jurídica do Município de Bandeirantes-PR
Rua Frei Rafael Proner nº 1457 - Centro
CEP: 86.360-000 - BANDEIRANTES – PR

Fls. nº 722
CPL

(MINUTA)

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 362/2021 – PMB
TOMADA DE PREÇOS N.º 03/2021-PMB
TERCEIRO TERMO ADITIVO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACYR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR.

O **MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Frei Rafael Proner nº 1457 – Centro na cidade de Bandeirantes, Estado do Paraná, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 76.235.753/0001-48, neste ato devidamente representada pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, o Senhor Jaelson Ramalho Matta, residente e domiciliado na Rua: Vereador José Santana, Vila Macedo, nº 514 - CEP 86.360-000, nesta cidade de Bandeirantes, Estado do Paraná, portador da Cédula de Identidade nº 3.348.934-0, expedida pela Secretaria de Estado de Segurança Pública do Paraná e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 486.661579-68, ora denominado **CONTRATANTE** e a empresa **RESENDE & CAVALCANTE LTDA**, estabelecida na Rua: Colombo, nº 210 – Sala 2 - Centro, Cep: 86.300-000, na Cidade de Cornélio Procópio, Estado do Paraná, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 14.987.519/0001-10, devidamente representa pela Sr. Luciano Mosti Resende, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.506.026-8, expedida pela Secretaria de Estado de Segurança Pública do Paraná e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 675.784.036-72, doravante denominada CONTRATADA, celebram o presente Termo Aditivo, mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Em atenção ao contido nos memorandos n.°422/2022 e n.°423/2022 da Secretaria Municipal de Obras, Serviços e Desenvolvimento Urbano anexos, e com fundamento no *§1º inciso I, alínea "b" do artigo 65 da Lei 8666/93*, O CONTRATANTE decide ADITAR o contrato referido **AUMENTANDO A META FÍSICA-FINANCEIRA** equivalentes a aproximadamente **1,12%** (um vírgula doze por cento), correspondente ao valor de **R$9.237,59** (nove mil duzentos e trinta e sete reais e cinquenta e nove centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA

O contido na cláusula que trata do VALOR CONTRATUAL será alterada, acrescentando-se ao o valor do aditivo.

Bandeirantes PR, 26 de agosto de 2022.

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES
JAELSON RAMALHO MATTA
CONTRATANTE

RESENDE & CAVALCANTE LTDA
LUCIANO MOSTI RESENDE
CONTRATADA

Testemunhas:

Joyce Ferreira Parpinelli
CPF: 065.535.889-70

Weslley Rodrigo Ramos Pires
CPF: 063.945.289-27

Fls. nº 123
CPL

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 362/2021 – PMB
TOMADA DE PREÇOS N.º 03/2021-PMB

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES, ESTADO DO PARANÁ

CONTRATADA: RESENDE & CAVALCANTE LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACYR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR.

OBJETIVO:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Em atenção ao contido nos memorandos n.°422/2022 e n.°423/2022 da Secretaria Municipal de Obras, Serviços e Desenvolvimento Urbano anexos, e com fundamento no *§1° inciso I, alínea "b" do artigo 65 da Lei 8666/93*, O CONTRATANTE decide ADITAR o contrato referido **AUMENTANDO A META FÍSICA-FINANCEIRA** equivalentes a aproximadamente **1,12%** (um vírgula doze por cento), correspondente ao valor de **R$9.237,59** (nove mil duzentos e trinta e sete reais e cinquenta e nove centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA

O contido na cláusula que trata do VALOR CONTRATUAL será alterada, acrescentando-se ao o valor do aditivo.

Bandeirantes PR, 26 de agosto de 2022.

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES
JAELSON RAMALHO MATTA
CONTRATANTE

RESENDE & CAVALCANTE LTDA
LUCIANO MOSTI RESENDE
CONTRATADA

Fls. nº 724
CPL

PARECER JURÍDICO Nº. 87/2022.
REFERÊNCIA: Processo Administrativo 149/2021. Tomada de Preço nº. 03/2021
INTERESSADO: Prefeito Municipal e Secretaria de Obras e Serviços Urbanos.
OBJETO: POSSIBILIDADE DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO.

I – RELATÓRIO

Trata-se de expediente encaminhado pelo Departamento de Licitação solicitando posicionamento quanto a possibilidade de firmar termo aditivo para aditar o Contrato n. 362/2021, que tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviço de reforma na Escola Municipal Prefeito Moacir Castanho do Município de Bandeirantes/PR.

Os documentos apresentados foram o encaminhamento à Assessoria Jurídica: solicitação do Diretor de Compras e Secretário Municipal de Administração; expediente do Prefeito Municipal autorizando o pleito; Justificativa técnica; Memorando nº 422/2022 da Secretaria Municipal de Obras com planilha orçamentária; documentos da empresa contratada; Ofício nº 39/2022 da contabilidade com opinião favorável à realização do aditivo; Minuta do Terceiro Termo de Aditivo e Extrato.

Na justificativa técnica, o interessado afirma que a alteração de Meta Física em 1,12%, equivalente a R$ 9.237,59, se faz necessária em razão de erros quantitativos necessários e imprevistos de serviços identificados durante a reforma.

Relatado o pleito passamos ao Parecer.

II - OBJETO DE ANÁLISE

Cumpre aclarar que a análise neste parecer se restringe à verificação dos requisitos formais para o aditivo de contrato. Destaca-se que a análise será restrita aos pontos jurídicos, estando excluídos quaisquer aspectos técnicos, econômicos e/ou discricionários.

Qualquer decisão de mérito administrativo cabe apenas ao Gestor, detentor da outorga popular, conseguida mediante o escrutínio democrático do voto.

III – FUNDAMENTAÇÃO

Primordialmente ressaltamos os dispositivos legais que devem ser levados em consideração para a apuração da legalidade do pedido, em especial, a Lei nº. 8.666/1993 que efetivamente regulamenta os contratos administrativos, dispondo em seu art. 58:

> *Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de:*
> *I - **modificá-los, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado;***
> *II - rescindi-los, unilateralmente, nos casos especificados no inciso I do art. 79 desta Lei;*
> *III - fiscalizar-lhes a execução;*
> *IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;*
> *V - nos casos de serviços essenciais, ocupar provisoriamente bens móveis, imóveis, pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato, na hipótese da necessidade de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pelo contratado, bem como na hipótese de rescisão do contrato administrativo.*
> *§ 1º As cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos administrativos não poderão ser alteradas sem prévia concordância do contratado.*
> *§ 2º **Na hipótese do inciso I deste artigo, as cláusulas econômico-financeiras do contrato deverão ser revistas para que se mantenha o equilíbrio contratual.***

A Administração Pública, por objetivar o bem coletivo, possui a prerrogativa de alteração do contrato unilateralmente, estabelecendo uma posição vertical em relação ao contratado, chamada de "potestade pública", como bem explica o mestre Cretella Junior em sua obra Licitações e Contratos do Estado do Rio de Janeiro:

> *Administração figura como parte da relação jurídica contratual, ora ocupando posição vertical, usufruindo então os privilégios e prerrogativas, decorrentes de entidade detentora de "potestade pública o que lhe garante aquela singular colocação, ora ocupando posição horizontal, tratando com o particular no mesmo plano, com ele nivelando se, perdendo então grande parte daquelas prerrogativas, oriundas de sua condição específica de poder público*
> *(CRETELLA JÚNIOR Licitações e contratos do Estado Rio de Janeiro Forense, 1996 p 76).*

Ante a "potestade pública", proveniente da supremacia do interesse público pelo privado a lei de licitações que regem os contratos administrativos, assim dispõe o art. 65 da Lei 8.666/93:

> *Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:*
> ***I - unilateralmente pela Administração:***

S. nº 725
CPL

a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
b) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;
II - por acordo das partes:
a) quando conveniente a substituição da garantia de execução;
b) quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
c) quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;
d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.
§ 1º O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos.
§ 2º Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos no parágrafo anterior, salvo:
I - (VETADO)
II - as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

Do dispositivo destacamos a possibilidade de alteração do contrato de forma unilateral ou amigavelmente. A primeira diz respeito a critérios discricionários administrativos que possibilitam a imposição ao contratado de alterações qualitativas do objeto, na álea material; já a segunda forma de alteração diz respeito a um acordo mútuo das partes.

Ainda, salienta-se o **limite legal de 50%** (cinquenta por cento) de acréscimo nos **casos de reforma**, destacando-se que o contrato em análise já foi objeto de outro acréscimo (Primeiro Termo Aditivo), no percentual de 5,26%, totalizando, assim, até o presente momento, **6,38%**.

Ressalta-se que a imposição do presente caso, não se trata necessariamente de um reequilíbrio econômico-financeiro, uma vez que a alteração não tem como

escopo a natureza patrimonial, mas, sim, adequar o objeto com o interesse público, sendo imperiosa a sua alteração **em razão de erros quantitativos necessários e imprevistos de serviços identificados durante a reforma**, descritos na Justificativa Técnica do Departamento de Obras.

A ocorrência de tais modificações/necessidades da Administração no momento em que avaliou equivocadamente a quantidade real de serviço necessário, não se trata, pois de uma "*sujeição imprevista*", uma vez que não houve a demonstração de fato natural alheio ao humano.

Nas palavras do Mestre Marçal Justen Filho:

> *A melhor adequação técnica supõe a descoberta ou revelação de circunstancias desconhecidas acerca da execução da prestação ou a constatação de que a solução técnica anteriormente adotada não era a mais adequada. Os contratos e longo prazo ou de grande especialização são mais suscetíveis a essa modalidade de alteração. Não há muito cabimento a essa hipótese nos contratos de execução instantânea ou cujo objeto seja simples e sumário.*
> *A hipótese da alínea "a" compreende as situações em que se constata supervenientemente a inadequação da concepção original, a partir da qual se promovera a contratação. Tal pode verificar-se em vista de eventos supervenientes. Assim, por exemplo, considere-se a hipótese de descoberta cientifica, que evidencia a necessidade de inovações para ampliar e assegurar a utilidade inicialmente cogitada pela Administração.*
> ***Também se admite a incidência do dispositivo para respaldar modificações derivadas de situações preexistentes, mas desconhecidas por parte dos interessados. O grande exemplo é o das "sujeições imprevistas", expressão clássica no Direito Francês e que indica eventos da natureza ou fora do controle dos seres humanos, existentes por ocasião da contratação mas cuja revelação se verifica apenas por ocasião da execução da prestação**. O grande exemplo é o da falha geológica de terreno, que impede a implantação da obra tal como inicialmente prevista.*

Desta forma, mesmo não se aplicando ao caso concreto as "*sujeições imprevistas*", deve ser observada a aplicação e permissão legal.

Importante ressaltar que **as referidas alterações devem estar previstas previamente no edital do referido objeto, estando inclusas no Projeto Básico** os referidos serviços, de forma que **não há como acrescer ao contrato os serviços que não foram previamente contemplados no plano de reforma**, analise esta, que deverá ser feita pelo fiscal da referida obra.

Rua Frei Rafael Proner 1457 – centro- CEP 86.360-000 - Tel.: (43) 542-4525 - E-mail licitacao@bandeirantes.pr.gov.br – CNPJ/MF 76.235.753/0001-48

Fls. nº 726
CPL

III.I – DA MINUTA DE ADITIVO CONTRATUAL

Em cumprimento do artigo 38, parágrafo único da Lei 8.666/93, passamos a análise da minuta do termo aditivo do contrato:

> *Art. 38. O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente:*
> *(...);*
> *Parágrafo único.* ***As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração.***

Verificada referida minuta, observamos que não há qualquer retificação a ser feita.

IV – CONCLUSÃO

Ante todo o exposto, cabe ao Gestor Público, mediante o mérito administrativo, acolher ou não a possibilidade de aditamento quantitativo ao objeto do contrato, levando-se em conta as análises acima descritas.

Sendo assim, a alteração contratual almejada, caso seja formalizada, deve ser devidamente fundamentada, acompanhada da Justificativa Técnica de Alteração de Meta-Física, com a análise das demais nuances apresentadas no presente parecer.

Ressalta-se, ainda, que o contrato só poderá ser alterado antes da execução total da obra **e em relação aos remanescentes da execução ainda não realizada**, devendo para tanto ser feito apenas naquilo que foi previamente estabelecido em projeto básico sem acréscimos de objeto, mas apenas de quantidade.

É o parecer, salvo melhor juízo. Ressalta-se que o presente Parecer Jurídico foi elaborado tão somente sob o ângulo jurídico expressando a opinião de seu signatário e, oportunidade administrativa, escoimando ainda, qualquer responsabilidade de seu signatário conforme o art. 2º, §3º da Lei nº. 8.906/94 e entendimento do STJ no RHC: 39644 RJ 2013/0238250-5.

Bandeirantes, 29 de agosto de 2022.

Carla M. M. S. Augusto
Carla M. M. Santos Augusto
OAB/PR 88.156

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ

Fls nº 727
CPL

Ref.: TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2021

Prefeitura Municipal de Bandeirantes-PR – Divisão de Licitação

Prezado Senhor Prefeito

Vimos através da presente, solicitar que V. Ex.ª emita posicionamento quanto à possibilidade de firmar aditivo, nos termos da minuta anexa, referente ao processo cujo o objeto é **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACYR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR.** Cabe ressaltar observação feita pela Assessoria Jurídica exposta no parecer. Assim, resta pois ao Administrador, no uso de suas atribuições, deliberar pelo aceite ou não da celebração do termo aditivo.

Sem outro particular, aproveitamos o ensejo para reiterar-lhes nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Fabiana de Souza Meira Oliveira
Assistente Técnico Administrativo – Divisão de Licitação

(X) Defiro o pedido de aditivo

( ) Indefiro o pedido de aditivo

Bandeirantes, 31 de agosto de 2022.

Jaelson Ramalho Matta
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 362/2021 – PMB
TOMADA DE PREÇOS N.º 03/2021-PMB
TERCEIRO TERMO ADITIVO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACYR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR.

O **MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Frei Rafael Proner nº 1457 – Centro na cidade de Bandeirantes, Estado do Paraná, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 76.235.753/0001-48, neste ato devidamente representada pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, o Senhor Jaelson Ramalho Matta, residente e domiciliado na Rua: Vereador José Santana, Vila Macedo, nº 514 - CEP 86.360-000, nesta cidade de Bandeirantes, Estado do Paraná, portador da Cédula de Identidade nº 3.348.934-0, expedida pela Secretaria de Estado de Segurança Pública do Paraná e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 486.661579-68, ora denominado **CONTRATANTE** e a empresa **RESENDE & CAVALCANTE LTDA**, estabelecida na Rua: Colombo, nº 210 – Sala 2 - Centro, Cep: 86.300-000, na Cidade de Cornélio Procópio, Estado do Paraná, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 14.987.519/0001-10, devidamente representa pela Sr. Luciano Mosti Resende, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.506.026-8, expedida pela Secretaria de Estado de Segurança Pública do Paraná e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 675.784.036-72, doravante denominada CONTRATADA, celebram o presente Termo Aditivo, mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Em atenção ao contido nos memorandos n.°422/2022 e n.°423/2022 da Secretaria Municipal de Obras, Serviços e Desenvolvimento Urbano anexos, e com fundamento no *§1º inciso I, alínea "b" do artigo 65 da Lei 8666/93*, o CONTRATANTE decide ADITAR o contrato referido **AUMENTANDO A META FÍSICA-FINANCEIRA** equivalentes a aproximadamente **1,12%** (um vírgula doze por cento), correspondente ao valor de **R$9.237,59** (nove mil duzentos e trinta e sete reais e cinquenta e nove centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA

O contido na cláusula que trata do VALOR CONTRATUAL será alterada, acrescentando-se ao o valor do aditivo.

Bandeirantes PR, 02 de setembro de 2022.

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES
JAELSON RAMALHO MATTA
CONTRATANTE

RESENDE & CAVALCANTE LTDA
LUCIANO MOSTI RESENDE
CONTRATADA

Testemunhas:

Cibele Gusmão Pontolan da Silva
CPF: 004.594.549-78

Wesliley Rodrigo Ramos Pires
CPF: 063.945.289-27

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ

729
CPL

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 362/2021 – PMB
TOMADA DE PREÇOS N.º 03/2021-PMB

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES, ESTADO DO PARANÁ

CONTRATADA: RESENDE & CAVALCANTE LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACYR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR.

OBJETIVO:
CLÁUSULA PRIMEIRA

Em atenção ao contido nos memorandos n.°422/2022 e n.°423/2022 da Secretaria Municipal de Obras, Serviços e Desenvolvimento Urbano anexos, e com fundamento no *§1º inciso I, alínea "b" do artigo 65 da Lei 8666/93*, o CONTRATANTE decide ADITAR o contrato referido **AUMENTANDO A META FÍSICA-FINANCEIRA** equivalentes a aproximadamente **1,12%** (um vírgula doze por cento), correspondente ao valor de **R$9.237,59** (nove mil duzentos e trinta e sete reais e cinquenta e nove centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA

O contido na cláusula que trata do VALOR CONTRATUAL será alterada, acrescentando-se ao o valor do aditivo.

Bandeirantes PR, 02 de setembro de 2022.

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES
JAELSON RAMALHO MATTA
CONTRATANTE

RESENDE & CAVALCANTE LTDA
LUCIANO MOSTI RESENDE
CONTRATADA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 362/2021 – PMB
TOMADA DE PREÇOS N.º 03/2021-PMB

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES, ESTADO DO PARANÁ

CONTRATADA: RESENDE & CAVALCANTE LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACYR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR.

OBJETIVO:
CLÁUSULA PRIMEIRA
Em atenção ao contido nos memorandos n.º422/2022 e n.º423/2022 da Secretaria Municipal de Obras, Serviços e Desenvolvimento Urbano anexos, e com fundamento no *§1º inciso I, alínea "b" do artigo 65 da Lei 8666/93*, o CONTRATANTE decide ADITAR o contrato referido **AUMENTANDO A META FÍSICA-FINANCEIRA** equivalentes a aproximadamente **1,12%** (um vírgula doze por cento), correspondente ao valor de **R$9.237,59** (nove mil duzentos e trinta e sete reais e cinquenta e nove centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA
O contido na cláusula que trata do VALOR CONTRATUAL será alterada, acrescentando-se ao o valor do aditivo.

Bandeirantes PR, 02 de setembro de 2022.

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES
JAELSON RAMALHO MATTA
CONTRATANTE

RESENDE & CAVALCANTE LTDA
LUCIANO MOSTI RESENDE
CONTRATADA

Fls. nº 731
CPL

4º TERMO ADITIVO
(PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA)
PUBLICAÇÃO

Fls. nº 732
CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

Solicitação

Memorando n° 450/2022

Bandeirantes –PR, 26 de Agosto de 2022

Assunto: SOLICITAÇÃO DE ADITIVO DE PRAZO DE VIGÊNCIA, DO CONTRATO Nº 362/2021, TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2021.

Vimos através deste solicitar que sejam tomadas as devidas providências para que possa ser realizado **aditivo de prazo de VIGÊNCIA** de 120 dias. Prazo contado a partir da data final anterior.

Sob a justificativa em parecer técnico anexo direcionado.

Sem mais, reiteramos nosso protesto de estima e consideração.

Ricardo J.S. Rivolli

RICARDO JOSÉ SILVA RÍVOLLI
Diretor da Divisão de Serviços Urbanos
Engenheiro Civil – Portaria 12.994/2021

Ilmo. Sr.
M.D. Secretário de Obras e Desenvolvimento Urbano.

Rua Frei Rafael Proner, 1457 - Cx Postal 281 CEP 86360-000 Tel.: (43) 3542-4525 Fax: (43) 3542-3322
CNPJ/MF 76.235.753/0001-48 - E-mail: secretariadeobras@bandeirantes.pr.gov.br

S. nº 733
CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

Solicitação

PARECER TÉCNICO

Objeto: Reforma na Escola Municipal Prefeito Moacir Castanho do Município de Bandeirantes/PR.
Contrato nº: 362/2021 - PMB
Tomada de Preços nº: 03/2021 - PMB

O tempo sedo pedido nesta adição, será de grande necessidade para que o contrato esteja em vigência durante a obra. Visto que, foram aditados alguns dias para execução e a obra continua em andamento. Tendo em vista um prazo de 120 dias para conclusão total da execução e de tempos diários para pagamento.

O atraso de cronograma se dá por conta do atraso de mão de obra com problemas pluviométricos, atraso em entrega de materiais e, ainda, por conta de um furto do motor da betoneira utilizada na obra que ocorreu em um final de semana, data em que não houve trabalho.

Sem mais, este é o parecer.

Bandeirantes, 26 de Agosto de 2022.

Ricardo J. S. Rívolli

RICARDO JOSÉ SILVA RÍVOLLI
Diretor da Divisão de Serviços Urbanos
Engenheiro Civil – Portaria 12.994/2021

Fls. nº 734
CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

Solicitação

Memorando n° 451/2022

Bandeirantes –PR, 26 de Agosto de 2022

Assunto: SOLICITAÇÃO DE ADITIVO DE PRAZO DE VIGÊNCIA, DO CONTRATO Nº 362/2021, TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2021.

Prezado, de acordo com a soiicitação através do memorando 450/2022, encaminho a Vs. Sª. solicitação para autorização e para que sejam tomadas as devidas providências administrativas, **EM CARÁTER DE URGÊNCIA,** para que possa ser realizado **aditivo de prazo de VIGÊNCIA** de 120 dias. Prazo contado a partir da data final anterior.

Sem mais, reiteramos nosso protesto de estima e consideração.

Oswaldo Afonso Martins Rockenbach
Secretário de Obras e Desenvolvimento Urbano

Oswaldo Afonso Martins Rockenbach
ENGENHEIRO CIVIL
Secretário de Obras, Serviços e Desenvolvimento Urbano
Portaria: 13.463/2022

Ilmo. Sr.
RAFAEL HENRIQUE ENEAS MARINHO
M.D. Secretário da Administração

Encaminho ao departamento de compras para providências

Belo 26/08/2022

Rafael Henrique Enes Marinho
Port. 134/04/2022 - 20/06/2022
Secretário da Administração

Nº 735
CPL

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: RESENDE & CAVALCANTE LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 14.987.519/0001-10
Certidão nº: 27917451/2022
Expedição: 26/08/2022, às 14:39:14
Validade: 22/02/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **RESENDE & CAVALCANTE LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **14.987.519/0001-10, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

736
CPL

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: RESENDE & CAVALCANTE LTDA
CNPJ: 14.987.519/0001-10

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e

2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 12:16:34 do dia 26/08/2022 <hora e data de Brasília>.
Válida até 22/02/2023.
Código de controle da certidão: **6E3D.03DE.917D.86A6**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Voltar | Imprimir

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 14.987.519/0001-10
Razão Social: RESENDE E CAVALCANTE LTDA ME
Endereço: RUA COLOMBO 210 SALA 2 / CENTRO / CORNELIO PROCOPIO / PR / 86300-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:09/08/2022 a 07/09/2022

Certificação Número: 2022080901503399051711

Informação obtida em 26/08/2022 14:44:19

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Fls. nº 738 CPL

Fls. nº_____ Rubrica_____

Bandeirantes, 26 de Agosto de 2022.

Ilmo. Sr.

RAFAEL HENRIQUE ENEAS MARINHO
Secretário da Administração

Encaminha-se para o setor competente, documentação necessária a fim de formalizar processo para **ADITIVO DE PRAZO EM 120 (CENTO E VINTE) DIAS PARA VIGÊNCIA - Referente ao Processo TOMADA DE PREÇO: Nº03/2021 – C0NTRATO N.362/2021 - OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR REFORMA DA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACIR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES – PR.**

Atenciosamente,

CLAUDECI APOLINÁRIO DA SILVA
DIRETOR DA DIVISÃO DE COMPRAS

Recebido
30/08/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

739

CPL

*Fls. nº*_____ *Rubrica*_____

Bandeirantes, 26 de Agosto de 2022.

Venho pelo presente, solicitar de Vossa Excelência a autorização para a instauração de procedimento de **ADITIVO DE PRAZO EM 120 (CENTO E VINTE) DIAS PARA VIGÊNCIA - Referente ao Processo TOMADA DE PREÇO: Nº03/2021 – C0NTRATO N.362/2021 - OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR REFORMA DA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACIR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES – PR.**

Esperando contar com a atenção de Vossa Excelência, reitero meus protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

RAFAEL HENRIQUE ENEAS MARINHO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Exmo. Sr.

JAELSON RAMALHO MATTA

Prefeito Municipal

Bandeirantes – Paraná

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

nº 740 CPL

Fls. nº_____ Rubrica_____

Bandeirantes, 26 de Agosto de 2022.

Autorizo pleiteado, devendo, entretanto, o presente processo preencher os trâmites exigidos por lei.

OBJETO: **ADITIVO DE PRAZO EM 120 (CENTO E VINTE) DIAS PARA VIGÊNCIA - Referente ao Processo TOMADA DE PREÇO: Nº03/2021 – C0NTRATO N.362/2021 - OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR REFORMA DA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACIR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES – PR.**

Encaminhe-se a:

1. Departamento de Contabilidade para informação dos recursos orçamentários correspondentes;

2. Comissão Permanente de Licitação para providências cabíveis ao caso;

3. Devolva-se para a Comissão Permanente de Licitação para sequência do processo.

JAELSON RAMALHO MATTA
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

Fls. nº 741
CPL

PROTOCOLO NÚMERO 149/2021-PMB

Ref.: Tomada de Preços – 03/2021-PMB

Bandeirantes-PR, 31 de Agosto de 2022.

Prefeitura Município de Bandeirantes-PR

Prezados,

Vimos através da presente, solicitar a esta consultoria que emita posicionamento quanto à possibilidade de firmar TERMO ADITIVO ao contrato n.º362/2021, celebrado entre esta Municipalidade e a empresa **RESENDE & CAVALCANTE LTDA**, firmado através do processo de Tomada de Preços acima mencionado, que tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACYR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR,** nos termos da documentação anexa.

Sem outro particular, aproveitamos o ensejo para reiterar-lhes nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Fabiana de Souza Meira Oliveira
Assistente Técnico Administrativo – Divisão de Licitação

À Assessoria Jurídica do Município de Bandeirantes-PR
Rua Frei Rafael Proner nº 1457 - Centro
CEP: 86.360-000 - BANDEIRANTES – PR

nº 742
CPL

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 362/2021 – PMB
TOMADA DE PREÇOS N.º 03/2021-PMB
TERMO ADITIVO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACYR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR.

O **MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Frei Rafael Proner nº 1457 – Centro na cidade de Bandeirantes, Estado do Paraná, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 76.235.753/0001-48, neste ato devidamente representada pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, o Senhor Jaelson Ramalho Matta, residente e domiciliado na Rua: Vereador José Santana, Vila Macedo, nº 514 - CEP 86.360-000, nesta cidade de Bandeirantes, Estado do Paraná, portador da Cédula de Identidade nº 3.348.934-0, expedida pela Secretaria de Estado de Segurança Pública do Paraná e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 486.661579-68, ora denominado **CONTRATANTE** e a empresa **RESENDE & CAVALCANTE LTDA**, estabelecida na Rua: Colombo, nº 210 – Sala 2 - Centro, Cep: 86.300-000, na Cidade de Cornélio Procópio, Estado do Paraná, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 14.987.519/0001-10, devidamente representa pela Sr. Luciano Mosti Resende, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.506.026-8, expedida pela Secretaria de Estado de Segurança Pública do Paraná e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 675.784.036-72, doravante denominada CONTRATADA, celebram o presente Termo Aditivo, mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Em atenção ao contido no memorando n.°451/2022 e n.°450/2022 com parecer técnico, de 26 de Agosto de 2022 da Secretaria Municipal de Obras, Serviços e Desenvolvimento Urbano e com fundamento no *artigo 57 § 1º Inciso II da Lei 8.666/93*. O CONTRATANTE decide ADITAR o Prazo de Vigência em 120 (cento e vinte) dias a partir da data final do termo vigente.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas não serão alteradas.

MINUTA

Bandeirantes/PR, 31 de agosto de 2022.

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES
JAELSON RAMALHO MATTA
CONTRATANTE

RESENDE & CAVALCANTE LTDA
LUCIANO MOSTI RESENDE
CONTRATADA

Testemunhas:

Marcos de Moraes
CPF: 590505607-97

Weslley Rodrigo Ramos Pires
CPF: 063.945.289-27

743
CPL

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 362/2021 – PMB
TOMADA DE PREÇOS N.º 03/2021-PMB

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES, ESTADO DO PARANÁ

CONTRATADA: RESENDE & CAVALCANTE LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACYR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR.

OBJETIVO:
CLÁUSULA PRIMEIRA

Em atenção ao contido no memorando n.°451/2022 e n.°450/2022 com parecer técnico, de 26 de Agosto de 2022 da Secretaria Municipal de Obras, Serviços e Desenvolvimento Urbano e com fundamento no *artigo 57 § 1º Inciso II da Lei 8.666/93*. O CONTRATANTE decide ADITAR o Prazo de Vigência em 120 (cento e vinte) dias a partir da data final do termo vigente.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas não serão alteradas.

Bandeirantes/PR, 31 de agosto de 2022.

MINUTA

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES
JAELSON RAMALHO MATTA
CONTRATANTE

RESENDE & CAVALCANTE LTDA
LUCIANO MOSTI RESENDE
CONTRATADA

Fls. nº 744
CPL

PARECER JURÍDICO Nº. 91/2022.
REFERÊNCIA: Processo Administrativo 149/2021. Tomada de preços nº 03/2021
INTERESSADO: Secretaria de Obras e Serviços Urbanos.
OBJETO: POSSIBILIDADE DE ADITIVO CONTRATUAL – prorrogação do prazo de vigência em 120 (cento e vinte) dias

I – RELATÓRIO

Trata-se de expediente encaminhado pelo Departamento de Licitação solicitando posicionamento quanto a possibilidade de firmar 4º termo aditivo ao Contrato n. 362/2021, que tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviço de reforma na Escola Municipal Prefeito Moacir Castanho do Município de Bandeirantes-PR.

Os documentos apresentados foram: Memorandos nº 450/2022 **com parecer técnico** e nº 451/2022 da Secretaria Municipal de Obras; documentos relativos a empresa contratada; solicitação do Diretor da Divisão de Compras e Secretário Municipal de Administração; despacho do Prefeito Municipal autorizando o pleito; o encaminhamento à Assessoria Jurídica; Minuta do Termo Aditivo ao Contrato constando **aditamento do prazo de vigência em 120 (cento e vinte) dias** e extrato.

No parecer técnico apresentado, a Secretaria Municipal de Obras afirma que o aditivo se faz necessário para que o contrato esteja em vigência durante a obra, sendo que o atraso do cronograma deu-se em razão do atraso de mão-de-obra com problemas pluviométricos, atraso em entrega de materiais e, ainda, por conta de furto do motor da betoneira utilizada na obra.

Relatado o pleito passamos ao Parecer.

II - OBJETO DE ANÁLISE

Cumpre aclarar que a análise neste parecer se restringe a verificação dos requisitos formais para o aditivo de contrato.

Destaca-se que a análise será restrita aos pontos jurídicos, estando excluídos quaisquer aspectos técnicos, econômicos e/ou discricionários, sendo que, em relação a estes, partiremos da premissa de que a Autoridade Competente se municiou dos conhecimentos específicos imprescindíveis para a sua adequação às necessidades da administração, observando os requisitos legalmente impostos.

Qualquer decisão de mérito administrativo cabe apenas ao Gestor, detentor da outorga popular, conseguida mediante o escrutínio democrático do voto.

Fls. nº 745
CPL

III – FUNDAMENTAÇÃO

DO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE

Antes de adentrar o mérito do pedido, se faz necessário algumas explanações sobre o dever da Administração Pública e seus Gestores/Aplicadores. Desta forma, estabelece o artigo 37, *caput* da Constituição Federal:

> *Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos* ***princípios de legalidade****, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:*
> *(...)*

Diferentemente do particular, o princípio da Legalidade é restritivo em relação ao Ente Público, ou seja, enquanto o particular pode fazer tudo aquilo que a lei não veda, a Administração Pública apenas pode exercer e conceder aquilo que a lei autoriza.

Seguindo esse raciocínio Henrique Savonitti Miranda, compara as atividades de um gestor privado (Princípio da Autonomia da vontade) as de um gestor público de forma esclarecedora:

> *"O administrador privado conduz seu empreendimento com dominus, agindo com os poderes inerentes à propriedade em toda a sua extensão. Assim, tudo o que não é proibido, é permitido ao gestor privado. Diga-se, ainda, que o administrador privado pode inclusive conduzir ruinosamente seu empreendimento sem que muito possa ser feito por terceiros(...) O gestor público não age como "dono", que pode fazer o que lhe pareça mais cômodo.* ***Diz-se, então, que ao Administrador Público só é dado fazer aquilo que a lei autorize, de forma prévia e expressa.*** *Daí decorre o importante axioma da indisponibilidade, pela Administração, dos interesses públicos.".*

Desta forma, o Administrador Público deve observar o princípio da legalidade, sob pena de ser responsabilizado por improbidade administrativa. Na doutrina de Meirelles (2016, p. 93), os autores prelecionam que o administrador público está "*sujeito aos mandamentos da lei e às exigências do bem comum, e deles não pode afastar ou desviar, sob pena de praticar ato inválido e expor-se a responsabilidade disciplinar, civil e criminal*".

Os poderes conferidos à Administração Pública devem ser utilizados em benefício da coletividade, pois o bem comum é a finalidade que toda ação administrativa deve objetivar. Conforme entendimento do autor supracitado (MEIRELLES, 2016), as leis administrativas "*são de ordem pública e seus preceitos não podem ser descumpridos*", principalmente por acordo ou vontade de seus aplicadores e destinatários, uma vez que "*contêm verdadeiros poderes-deveres, irrelegáveis pelos agentes públicos*".

O que se extrai deste entendimento é que o Gestor Municipal deve observar estritamente o que leciona a Lei e seus critérios objetivos.

Nº 746
CPL

DO PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

Pois bem, inicialmente temos que a Administração, em casos de concorrência pública, sendo ela licitação ou chamamento, deve se ater ao Princípio da Vinculação do Edital, devendo ser observado de forma vigorosa.

A Lei 8.666/93 em seu dispositivo legal estabelece:

> *Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.*
>
> *Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.*

Com base na fundamentação legal acima o STJ assim se pronunciou sobre o princípio da vinculação do edital:

> "É ENTENDIMENTO CORRENTIO NA DOUTRINA, COMO NA JURISPRUDÊNCIA, QUE **O EDITAL, NO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO, CONSTITUI LEI ENTRE AS PARTES E É INSTRUMENTO DE VALIDADE DOS ATOS PRATICADOS NO CURSO DA LICITAÇÃO. AO DESCUMPRIR NORMAS EDITALÍCIAS, A ADMINISTRAÇÃO FRUSTRA A PRÓPRIA RAZÃO DE SER DA LICITAÇÃO E VIOLA OS PRINCÍPIOS QUE DIRECIONAM A ATIVIDADE ADMINISTRATIVA, TAIS COMO: O DA LEGALIDADE, DA MORALIDADE E DA ISONOMIA**." (STJ, MS nº 5.597/DF, 1ª S., Rel. Min. Demócrito Reinaldo, DJU 01.06.1998).

Desta forma, o edital/contrato estipula as regras para que o particular participe do certame, seja por meio de licitação, contratação direta, ou, credenciamento por meio de chamamento público.

Então, se o edital/contrato no procedimento convocatório constitui lei entre as partes, este deve ser respeitado como foi concebido, e nenhuma mudança pode ser promovida, sob pena de ferir os princípios constitucionais da isonomia, impessoalidade, moralidade e legalidade.

Então, se o edital/contrato no procedimento convocatório constitui lei entre as partes, este deve ser respeitado como foi concebido, e nenhuma mudança pode ser promovida, sob pena de ferir os princípios constitucionais da isonomia, impessoalidade, moralidade e legalidade.

No caso em análise, prevê a Cláusula Quinta do contrato que o período de vigência é estipulado em 270 (duzentos e setenta) dias, **não havendo previsão de prorrogação.**

747
CPL

Por sua vez, a Cláusula Oitava, tratando "Da prorrogação de prazo", admite alteração, com anuência expressa do contratante, quando:

CLÁUSULA OITAVA - DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO

Parágrafo Primeiro - Somente poderá ser admitida alteração do prazo, com anuência expressa da CONTRATANTE, quando:

a) Ocorrer alteração do projeto e/ou especificações pelo CONTRATANTE,
b) Houver serviços extraordinários que alterem as quantidades,
c) Houver serviços complementares, obedecidos os dispositivos regulamentares,
d) Ocorrer atraso no fornecimento de dados informativos, materiais e qualquer subsídio à(s) obra(s), que estejam sob responsabilidade expressa do CONTRATANTE,
e) Ocorrer atos do CONTRATANTE que interfiram na execução contratual,
f) Ocorrer atos de terceiros que interfiram no prazo de execução ou outros devidamente justificados e aceitos pelo CONTRATANTE;
g) Ocorrer por motivos de força maior ou caso fortuito, entre outros, "*lock out*", perturbações industriais, guerras, atos de inimigo público, bloqueio, insurreições, epidemias, quarentenas, avalanches, terremotos, enchentes, explosões ou quaisquer outros acontecimentos semelhantes e equivalentes a estes, desde que estes fatos tenham influência direta sobre a execução da(s) obra(s) e que fujam ao controle seguro de qualquer das partes interessadas, as quais não consigam impedir sua ocorrência. A expressão "força maior" deve, também, incluir qualquer atraso causado por legislação, regulamentação ou atos governamentais, por ação ou omissão do CONTRATANTE, que venham causar atrasos à CONTRATADA. Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior.

Rua Frei Rafael Proner nº 1457 – Caixa Postal 281 – CEP 86.360-000 – e-mail: licitacao@bandeirantes.pr.gov.br – Tel: (43) 3542-4525 – Fax 3542-4525 - CNPJ 76.235.753/0001-48

Face a tal consideração, salienta-se que a legislação federal (Lei 8666/93) apresenta a possibilidade de prorrogação do prazo do contrato administrativo desde que respeitado os critérios objetivos:

> *Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:*
> *I - aos projetos cujos produtos estejam contemplados nas metas estabelecidas no Plano Plurianual, os quais poderão ser prorrogados se houver interesse da Administração e desde que isso tenha sido previsto no ato convocatório;*
> *II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses;*
> *III - (Vetado).*
> *IV - ao aluguel de equipamentos e à utilização de programas de informática, podendo a duração estender-se pelo prazo de até 48 (quarenta e oito) meses após o início da vigência do contrato.*
> *V - às hipóteses previstas nos incisos IX, XIX, XXVIII e XXXI do art. 24, cujos contratos poderão ter vigência por até 120 (cento e vinte) meses, caso haja interesse da administração.*
> *§ 1º* ***Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo****:*

nº 748
CPL

I - alteração do projeto ou especificações, pela Administração;
II - superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;
III - interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração;
IV - aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta Lei;
V - impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;
VI - omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.
§ 2º ***Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato****.*
§ 3º É vedado o contrato com prazo de vigência indeterminado.
§ 4º Em caráter excepcional, devidamente justificado e mediante autorização da autoridade superior, o prazo de que trata o inciso II do caput deste artigo poderá ser prorrogado por até doze meses.

Dessa forma, consoante ensinamento de Luís Carlos Alcoforado tem-se que "*somente se justifica a prorrogação contratual se ocorrer um dos motivos de que tratam os incisos do § 1º do art. 57. Para a prorrogação, se impõe que a Administração apresente o motivo que a justifica, mediante manifestação por escrito, num exercício de subsunção do fato à norma, indispensável à prévia autorização da autoridade competente para celebrar o contrato. Seria despiciendo dizer, se não fosse a constatação de alguns casos em que as partes buscam a ampliação tardia do contrato, que os atos preparatórios da prorrogação devem ser ultimados antes do prazo do término da relação jurídica*" (Licitação e Contrato Administrativo. São Paulo: Ed. Brasília Jurídica, 2000. 2 ed. pp. 325/326).

Conforme demonstrado, a Administração Pública **não previu expressamente a possibilidade de alteração do prazo de vigência do contrato**, trazendo cláusula apenas geral, ficando vinculada à regra editalícia/contratual, sendo vedado sua prorrogação, uma vez que incorreria em violação legal.

Nesse contexto, em que pese a legislação federal apresentar a possibilidade de prorrogação do prazo do contrato administrativo, tem-se que, para ser aplicada a interpretação legal, **deveria a Administração Pública apresentar no edital a possibilidade de prorrogação expressa do prazo de vigência, não podendo ser aplicada sem esta previsão no instrumento editalício.**

Como requisitos necessários para a prorrogação contratual, o TCU aponta os seguintes:

- *existência de previsão para prorrogação no edital e no contrato;*
- *objeto e escopo do contrato inalterados pela prorrogação;*
- *interesse da Administração e do contratado declarados expressamente;*
- *vantajosidade da prorrogação devidamente justificada nos autos do processo administrativo;*
- *manutenção das condições de habilitação pelo contratado;*
- *preço contratado compatível com o mercado fornecedor do objeto contratado.*

Fls. nº 749
CPL

O primeiro requisito, como se vê, é a **expressa previsão da possibilidade de prorrogação no instrumento convocatório e contrato**, salvo em relação à hipótese contida no § 4º do art. 57 da Lei, em face de seu caráter extraordinário e de imprevisão.

No caso em análise, porém, não há que se falar em superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato, vez que **era de conhecimento de todas as partes a duração e término dos contratos firmado.**

Parte da doutrina, como o mesmo Marçal Justen Filho coadunam com esse entendimento:

> *A prorrogabilidade do inc. II* ***depende de explícita autorização no ato convocatório. Omisso ele, não poderá promover-se a prorrogação.*** *Essa asserção deriva do princípio da segurança. Não é possível que se instaure a licitação sem explicita a previsão acerca do tema. Os eventuais interessados deverão ter plena ciência da possibilidade de prorrogação (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 6. Ed. São Paulo: Dialética, p. 500).*

Da mesma forma entende o Mestre Renaldo Geraldo Vicente:

> *A prorrogação do contrato prevista no inciso II está entre as chamadas prorrogações ordinárias, normais, em que é possível, de antemão, aferir-se um juízo de previsibilidade. O administrado, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosos, quando do procedimento para a contratação, prevê a possibilidade de, uma vez escoado o prazo inicial do contrato, dilatá-lo, em igual ou diferente período, até o limite de sessenta meses. [...].* ***Assim, a doutrina tem postulado no sentido de que a prorrogação do inciso II do art. 57 fica dependente da previsão no ato convocatório e contrato****; [...]." (MENDES, Renato Geraldo; VICENTE, Anadricea. Revista Zênite ILC – Informativo de Licitações e Contratos, Curitiba: Zênite, n. 65, jul. 1999. p. 504)*

Entretanto, é válido registrar que mesmo o TCU já tendo decidido pela **necessidade de previsão no edital e no contrato como condição para a prorrogação dos contratos de prestação de serviços continuados, também já considerou que a falta dessa previsão constitui falha de natureza formal** (Acórdão nº 3.351/2011, 2ª Câmara):

Nessa linha de pensamento tem-se uma corrente doutrinária que entende pela possibilidade de prorrogação do prazo dos serviços continuados, mesmo que não haja previsão expressa no documento editalício. Tal situação, destaca-se, é defendida pelo Mestre Digones Gasparini:

> *Para celebração dessas prorrogações, atendidas tais prescrições, não se exige que o edital tenham-nas previsto, até porque nada é determinado nesse sentido pelo inc. II do art. 57 dessa lei, local onde, juntamente com outras prescrições, deveria estar consignada tal exigência para que seus efeitos pudessem se impor. [...]*
> *Diga-se, ainda, que a Lei federal das Licitações e Contratos da Administração Pública, sempre que desejou fosse o instrumento convocatório o portador de mensagem sobre a possibilidade de prorrogação contratual, fez expressamente essa exigência, tal como se*

Fls. nº 750
CPL

passa, por exemplo, com o inc. I do art. 57 dessa lei. Já o mesmo não acontece com os incs. II e IV, também desse artigo, que facultam a prorrogação sem indicar, quando podiam fazê-lo, a necessidade de sua previsão no edital ou carta convite." (GASPARINI, Diogenes. Revista Zênite ILC – Informativo de Licitações e Contratos, Curitiba: Zênite, n. 114 ago. 2003, seção Doutrina/Parecer/Comentários. p. 661, grifamos.)

Referida interpretação decorre, segundo seus defensores, diretamente da lei, afastando-se o argumento de que sua ausência poderia significar quebra de isonomia ou publicidade, pois, decorrendo diretamente da lei, não se pode dizer que os participantes do certame licitatório desconhecem dessa possibilidade, conforme princípio básico insculpido no art. 3º da Lei de Introdução ao Direito.

Alegam ainda que, assim como as sanções administrativas podem ser aplicadas ao contratado independentemente de previsão no edital do certame ou no contrato administrativo, a prorrogação, ao nosso sentir, também pode ser efetivada sem que haja a mesma previsão, se demonstrada a vantajosidade para administração, haja vista o princípio da supremacia do interesse público. E, nos casos das sanções administrativos, é uníssona a doutrina em também sustentar que não fere o princípio da vinculação ao instrumento convocatório. Sendo assim, os participantes, ao se submeterem a uma licitação cujo objeto seja uma das hipóteses excepcionais, estão cientes de que poderá haver prorrogação contratual, caso preenchidos os requisitos legais.

Feitas referidas considerações, orienta-se ao setor responsável a **inclusão da cláusula de prorrogação expressa nos futuros editais e contratos**, cabendo ao Gestor, no presente caso, a análise do mérito para acolher ou não a solicitação, haja vista a existência de controvérsia doutrinária e jurisprudencial acerca da exigência de previsão expressa de possibilidade de prorrogação constar do edital e/ou do contrato administrativo.

DA MINUTA DE ADITIVO CONTRATUAL

Em cumprimento do artigo 38, parágrafo único da Lei 8.666/93, passamos a análise da minuta do termo aditivo do contrato:

> *Art. 38. O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente:*
> *(...);*
> *Parágrafo único.* ***As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração.***

Verificado a referida minuta, observamos que a fundamentação legal da minuta se encontra respaldada no artigo 57, §1º, inciso II da Lei 8.666/93, o qual prevê a *"superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato"*, havendo, na justificativa, situações que se enquadram em tais hipóteses.

Rua Frei Rafael Proner 1457 – centro- CEP 86.360-000 - Tel.: (43) 542-4525 - E-mail licitacao@bandeirantes.pr.gov.br – CNPJ/MF 76.235.753/0001-48

751
CPL

IV – CONCLUSÃO

Ante todo o exposto, **cabe ao Gestor Público, mediante o mérito administrativo, acolher ou não a possibilidade de aditamento do prazo de vigência do contrato, levando-se em conta as análises acima descritas e as hipóteses legais.**

Novamente, a referida análise é estritamente legal, baseada exclusivamente na legislação e doutrina, não incorrendo em sopesamento do mérito administrativo ou suas consequências, destaca-se que a referida análise, como dito no item II deste parecer, cabe ao Gestor Público, detentor da outorga popular, adquirida por meio do voto, e não ao Assessor Jurídico, cujo o dever é demonstrar a interpretação legal.

Por derradeiro, cumpre salientar que o presente parecer tomou por base, exclusivamente, os elementos que constam até a presente data nos autos do processo administrativo em epígrafe.

É o parecer, salvo melhor juízo. Ressalta-se que o presente Parecer Jurídico foi elaborado tão somente sob o ângulo jurídico expressando a opinião de seu signatário e, oportunidade administrativa, escoimando ainda, qualquer responsabilidade de seu signatário conforme o art. 2º, §3º da Lei nº. 8.906/94 e entendimento do STJ no RHC: 39644 RJ 2013/0238250-5.

Bandeirantes, 02 de setembro de 2022.

Carla M. M. S. Augusto

Carla M. M. Santos Augusto
OAB/PR 88.156

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

Fls. nº 752
CPL

Ref.: TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2021

Prefeitura Municipal de Bandeirantes-PR – Divisão de Licitação

Prezado Senhor Prefeito

Vimos através da presente, solicitar que V. Ex.ª emita posicionamento quanto à possibilidade de firmar aditivo, nos termos da minuta anexa, referente ao processo cujo o objeto é **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACYR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR.** Cabe ressaltar observação feita pela Assessoria Jurídica exposta no parecer. Assim, resta pois ao Administrador, no uso de suas atribuições, deliberar pelo aceite ou não da celebração do termo aditivo.

Sem outro particular, aproveitamos o ensejo para reiterar-lhes nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Fabiana de Souza Meira Oliveira
Assistente Técnico Administrativo – Divisão de Licitação

(X) Defiro o pedido de aditivo

( ) Indefiro o pedido de aditivo

Bandeirantes, 02 de setembro de 2022.

Jaelson Ramalho Matta
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ

nº 753
CPL

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 362/2021 – PMB
TOMADA DE PREÇOS N.º 03/2021-PMB
TERMO ADITIVO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACYR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR.

O MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Frei Rafael Proner nº 1457 – Centro na cidade de Bandeirantes. Estado do Paraná, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 76.235.753/0001-48, neste ato devidamente representada pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, o Senhor Jaelson Ramalho Matta, residente e domiciliado na Rua: Vereador José Santana, Vila Macedo, nº 514 - CEP 86.360-000, nesta cidade de Bandeirantes, Estado do Paraná, portador da Cédula de Identidade nº 3.348.934-0, expedida pela Secretaria de Estado de Segurança Pública do Paraná e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 486.661579-68, ora denominado **CONTRATANTE** e a empresa **RESENDE & CAVALCANTE LTDA**, estabelecida na Rua: Colombo, nº 210 – Sala 2 - Centro, Cep: 86.300-000, na Cidade de Cornélio Procópio, Estado do Paraná, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 14.987.519/0001-10, devidamente representa pela Sr. Luciano Mosti Resende, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.506.026-8, expedida pela Secretaria de Estado de Segurança Pública do Paraná e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 675.784.036-72, doravante denominada CONTRATADA, celebram o presente Termo Aditivo, mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Em atenção ao contido no memorando n.°451/2022 e n.°450/2022 com parecer técnico, de 26 de Agosto de 2022 da Secretaria Municipal de Obras, Serviços e Desenvolvimento Urbano e com fundamento no *artigo 57 §1° Inciso II da Lei 8.666/93*. O CONTRATANTE decide ADITAR o Prazo de Vigência em 120 (cento e vinte) dias a partir da data final do termo vigente.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas não serão alteradas.

Bandeirantes/PR, 02 de setembro de 2022.

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES
JAELSON RAMALHO MATTA
CONTRATANTE

RESENDE & CAVALCANTE LTDA
LUCIANO MOSTI RESENDE
CONTRATADA

Testemunhas:

Marcos de Moraes
CPF: 590503607-97

Weslley Rodrigo Ramos Pires
CPF: 063.945.289-27

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ

754
CPL

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 362/2021 – PMB
TOMADA DE PREÇOS N.º 03/2021-PMB

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES, ESTADO DO PARANÁ

CONTRATADA: RESENDE & CAVALCANTE LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACYR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR.

OBJETIVO:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Em atenção ao contido no memorando n.°451/2022 e n.°450/2022 com parecer técnico, de 26 de Agosto de 2022 da Secretaria Municipal de Obras, Serviços e Desenvolvimento Urbano e com fundamento no *artigo 57 §1° Inciso II da Lei 8.666/93*. O CONTRATANTE decide ADITAR o Prazo de Vigência em 120 (cento e vinte) dias a partir da data final do termo vigente.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas não serão alteradas.

Bandeirantes/PR, 02 de setembro de 2022.

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES
JAELSON RAMALHO MATTA
CONTRATANTE

RESENDE & CAVALCANTE LTDA
LUCIANO MOSTI RESENDE
CONTRATADA

Fls. nº 755

Prefeitura Municipal De Bandeirantes

Licitações e Contratos

Extrato Contrato

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 362/2021 – PMB
TOMADA DE PREÇOS N.º 03/2021-PMB

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES, ESTADO DO PARANÁ

CONTRATADA: RESENDE & CAVALCANTE LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACYR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR.

OBJETIVO:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Em atenção ao contido no memorando n.°451/2022 e n.°450/2022 com parecer técnico, de 26 de Agosto de 2022 da Secretaria Municipal de Obras, Serviços e Desenvolvimento Urbano e com fundamento no *artigo 57 §1º Inciso II da Lei 8.666/93*. O CONTRATANTE decide ADITAR o Prazo de Vigência em 120 (cento e vinte) dias a partir da data final do termo vigente.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas não serão alteradas.

Bandeirantes/PR, 02 de setembro de 2022.

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES
JAELSON RAMALHO MATTA
CONTRATANTE

RESENDE & CAVALCANTE LTDA
LUCIANO MOSTI RESENDE
CONTRATADA

Fls. nº. 756
CPL

5º TERMO ADITIVO
(PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO)
PUBLICAÇÃO

Prefeitura Municipal de Bandeirantes

Governo Municipal de BANDEIRANTES

SiSProtocolo - Sistema de Protocolo Municipal

757
CPL

Protocolo:

5590/2022

Tipo:
SOLICITAÇÃO DE ADITIVO DE PRAZO

Protocolado em:
27/09/2022 - 09:01:32

Informa��es do Requerente:
Nome: RESENDE & CAVALCANTE LTDA ME;
CPF/CNPJ: 14.987.519/0001-10;
Contato: (43) 3523-8813;

5590:27.09.2022. Sistema Protocolo Municipal

Recebido Dep. Licitação - 30/09/2022

RESENDE & CAVALCANTE LTDA- ME
CNPJ/MF N.º 14.987.519/0001-10
Rua Colombo n.º 210 sala 2 - Centro- Cornélio Procópio Fone: (43) 3523-8813
email: construtoraresende@yahoo.com.br

Fls. 758
CPL

SOLICITAÇÃO DE ADITIVO DE PRAZO

CONTRATO N° 362/2021-PMB

Á Prefeitura Municipal de Bandeirantes
Setor Licitação e Contrato

'A Prefeitura Municipal de Bandeirantes , inscrita no CNPJ 76.235.753/0001-48, situada na Rua Dr° Frei Rafael Proner, 1457, na cidade de Bandeirantes /PR,, referente á Obra da Reforma na Escola Municipal Prefeito Moacyr Castanho, para os devidos fins,execução, conforme ART 1720220257748, Empresa contratada Resende & Cavalcante LTDA - ME, responsável pela execução da obra Eng. Civil Luciano Mosti Resende, CREA/PR: 58.374/D, vêem por meio desta :

Justificar, por fatos imprevisíveis, como alto índice pluviométrico no período, conforme Listagem de Precipitação em (mm), fornecido pela SEAB - Núcleo Regional de Cornélio Procópio, este documento em anexo, dificuldade em encontrar mão de obra local especializada para executar os serviços específicos contratado e aumento dos serviços conforme Aditivo de Serviços, entre tudo a obra se encontra em andamento .

Amparado pelo que estabelece, o inciso II do parágrafo 1°, do Art. 57 da Lei 8666/93, estabelecedora das normas sobre Licitações e Contratos, que reza o seguinte:

" Art. 57 - A duração dos contratos regidos por esta Lei ficara adstrita á vigência dos respectivos créditos orçamentários, exeto quando os relativos:

II - Superviniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho á vontade das partes que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato

Sendo assim dentro do exposto venho através desta, Solicitar Aditivo de Prazo de Execução por mais 03(três) meses, para que se possam concluir os serviços do contrato n° 362 /2021-PMB

Por ser expressão da verdade firmo o presente

Cornélio Procópio, 26 de setembro de 2022

Luciano M. Resende
Sócio Gerente

14.987.519/0001-10
RESENDE & CAVALCANTE
LTDA - ME
Rua Colombo, 210 - Sala 2
Centro - CEP 86.300-000
Cornélio Procópio
Paraná

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Secretaria da Agricultura e Abastecimento

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO
NÚCLEO REGIONAL DE CORNÉLIO PROCÓPIO
DERAL – DEPARTAMENTO DE ECONOMIA RURAL

LISTAGEM DE PRECIPITAÇÃO EM (mm) – MÊS DE AGOSTO DE 2022

Municípios	Dias: 6 a 7	8	9	16 a 18	21	TOTAL
ABATIÁ	11	12	13	67	9	112
ANDIRÁ	8	43	6	48	12	117
ASSAÍ	5	6	28	68	3	110
BANDEIRANTES	8	40	6	45	7	106
CONGONHINHAS	9	3	15	73	1	101
CORNÉLIO PROCÓPIO	10	13	23	76	8	130
ITAMBARACÁ	10	10	10	39	10	79
JATAIZINHO	4	4	38	62	0	108
LEÓPOLIS	11	28	10	71	6	126
NOVA A. DA COLINA	5	5	25	70	5	110
NOVA FÁTIMA	13	4	27	52	5	101
NOVA STA BÁRBARA	12	10	28	85	5	140
RANCHO ALEGRE	10	22	15	62	5	114
RIBEIRÃO DO PINHAL	11	15	13	46	7	92
SANTA AMÉLIA	8	15	8	82	7	120
STA CECILIA DO PAVÃO	10	5	26	63	4	108
SANTA MARIANA	9	19	8	66	5	107
ST. ANTÔNIO DO PARAÍSO	12	11	11	62	5	101
S. JERONIMO DA SERRA	11	23	32	82	0	148
S. SEB. DA AMOREIRA	12	8	30	70	12	132
SAPOPEMA	10	23	19	86	0	138
SERTANEJA	12	10	12	90	3	127
URAÍ	7	9	21	74	8	119
Média regional	9,4 mm	14,7 mm	18,4 mm	67 mm	5,5 m	115 mm

Equipe técnica do DERAL: Paraílio Zanini, Paulo Rogério Abrão Miléo, Devanir Ladeira e Andre Marques de Oliveira

CORNÉLIO PROCÓPIO, 1 DE SETEMBRO DE 2022.

Fls. 759
CPL

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Secretaria da Agricultura e Abastecimento

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO
NÚCLEO REGIONAL DE CORNÉLIO PROCÓPIO
DERAL – DEPARTAMENTO DE ECONOMIA RURAL

LISTAGEM DE PRECIPITAÇÃO EM (mm) – 19 a 21 DE SETEMBRO DE 2022

Municípios	Dias: 5 a 7	13 a 14	19 a 21	TOTAL
ABATIÁ	110	10	72	192
ANDIRÁ	124	8	60	192
ASSAÍ	25	15	74	114
BANDEIRANTES	110	6	89	205
CONGONHINHAS	40	12	38	90
CORNÉLIO PROCÓPIO	71	13	96	180
ITAMBARACÁ	95	8	92	195
JATAIZINHO	12	15	80	107
LEÓPOLIS	120	10	74	204
NOVA A. DA COLINA	23	11	80	114
NOVA FÁTIMA	35	11	120	166
NOVA STA BÁRBARA	40	22	60	122
RANCHO ALEGRE	25	11	96	132
RIBEIRÃO DO PINHAL	62	10	69	141
SANTA AMÉLIA	81	6	92	179
STA CECILIA DO PAVÃO	32	10	43	85
SANTA MARIANA	84	7	89	180
ST. ANTÔNIO DO PARAÍSO	35	17	47	99
S. JERONIMO DA SERRA	33	17	62	112
S. SEB. DA AMOREIRA	28	20	50	98
SAPOPEMA	22	33	73	128
SERTANEJA	38	10	70	118
URAÍ	35	12	106	153
Média regional	55,6 mm	12,8 mm	75,3 mm	143,7 mm

Equipe técnica do DERAL: Paraílio Zanini, Paulo Rogério Abrão Miléo, Devanir Ladeira e Andre Marques de Oliveira

CORNÉLIO PROCÓPIO, 23 DE SETEMBRO DE 2022.

Fls. 760
CPL

nº 761
CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

Solicitação

Memorando n° 499/2022

Bandeirantes –PR, 27 de Setembro de 2022

Assunto: SOLICITAÇÃO DE ADITIVO DE PRAZO DE EXECUÇÃO, DO CONTRATO Nº 362/2021, TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2021.

Vimos através deste solicitar que sejam tomadas as devidas providências para que possa ser realizado **aditivo de prazo de EXECUÇÃO** de 60 dias. Prazo contado a partir da data final anterior.

Sob a justificativa anexa direcionada pela CONTRATADA.

Sem mais, reiteramos nosso protesto de estima e consideração.

Ricardo J.S. Rívolli

RICARDO JOSÉ SILVA RÍVOLLI
Diretor da Divisão de Serviços Urbanos
Engenheiro Civil – Portaria 12.994/2021

Ilmo. Sr.
M.D. Secretário de Obras e Desenvolvimento Urbano.

Rua Frei Rafael Proner, 1457 - Cx Postal 281 CEP 86360-000 Tel.: (43) 3542-4525 Fax: (43) 3542-3322
CNPJ/MF 76.235.753/0001-48 - E-mail: secretariadeobras@bandeirantes.pr.gov.br

s. nº 762
CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

Solicitação

PARECER TÉCNICO

Objeto: Reforma na Escola Municipal Prefeito Moacir Castanho do Município de Bandeirantes/PR.
Contrato nº: 362/2021 - PMB
Tomada de Preços nº: 03/2021 - PMB

O tempo à ser aditado, será necessário devido ao atraso do cronograma evidenciado pela CONTRATADA. A mesma passou por dificuldades em contratação de mão de obra e a quantidade alta de chuva durante os últimos meses também atrapalhou boa parte do serviço.

Tendo a solicitação a vista, deverá ser liberado apenas um prazo de 60 dias para conclusão total da execução, exigindo uma maior quantidade de volume de serviço da empresa, uma vez que a Administração necessita com urgência do imóvel em total condição de uso para o início do ano de 2023.

Sem mais, este é o parecer.

Bandeirantes, 27 de Setembro de 2022.

Ricardo J. S. Rivolli

RICARDO JOSÉ SILVA RÍVOLLI
Diretor da Divisão de Serviços Urbanos
Engenheiro Civil – Portaria 12.994/2021

Fls. 763
CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

Solicitação

Memorando n° 500/2022

Bandeirantes –PR, 27 de Setembro de 2022

Assunto: SOLICITAÇÃO DE ADITIVO DE PRAZO DE EXECUÇÃO, DO CONTRATO Nº 362/2021, TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2021.

Vimos através deste solicitar que sejam tomadas as devidas providências para que possa ser realizado **aditivo de prazo de EXECUÇÃO** de 60 dias. Prazo contado a partir da data final anterior.

Sob a justificativa anexa direcionada pela CONTRATADA.

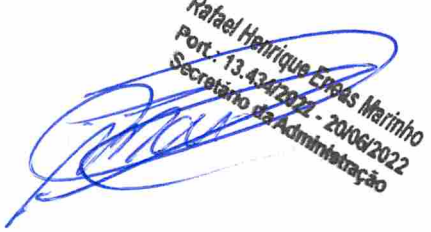
Sem mais, reiteramos nosso protesto de estima e consideração.

Oswaldo Afonso Martins Rockenbach
Secretário de Obras e Desenvolvimento Urbano

Ilmo. Sr.
RAFAEL HENRIQUE ENEAS MARINHO
M.D. Secretário da Administração

Encaminho ao compras
para providências

Bhe 28/09/2022



nº. 764
CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

Solicitação

Memorando n° 501/2022

Bandeirantes –PR, 27 de Setembro de 2022.

Assunto: SOLICITAÇÃO DE ADITIVO DE PRAZO DE EXECUÇÃO, DO CONTRATO Nº 362/2021, TOMADA DE PREÇOS 03/2021.

Prezado, de acordo com a solicitação da fiscalização através do memorando 382/2022, encaminho a Vs. Sª., solicitação para que sejam tomadas as devidas providências administrativas, **EM CARATER DE URGÊNCIA,** para que possa ser realizado **aditivo de prazo de EXECUÇÃO** de 60 dias,. Prazo contado a partir da data final anterior.

Sob a justificativa anexa direcionada pela CONTRATADA e pela FISCALIZAÇÃO.

Sem mais, reiteramos nosso protesto de estima e consideração.

RENATO A C MAZZINI
Arquiteto e Urbanista
CAU Nº A 116537-2

Ilmo. Sr.
Oswaldo Afonso Martins Rockenbach
Secretário de Obras e Desenvolvimento Urbano

Rua Frei Rafael Proner, 1457 - Cx Postal 281 CEP 86360-000 Tel.: (43) 3542-4525 Fax: (43) 3542-3322
CNPJ/MF 76.235.753/0001-48 - E-mail: arquiteto@bandeirantes.pr.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

nº 765
CPL

Fls. nº_____ Rubrica_____

Bandeirantes, 28 de Setembro de 2022.

Ilmo. Sr.

RAFAEL HENRIQUE ENEAS MARINHO
Secretário da Administração

Encaminha-se para o setor competente, documentação necessária a fim de formalizar processo para **ADITIVO DE PRAZO EM 60 (sessenta) DIAS PARA EXECUÇÃO - Referente ao Processo TOMADA DE PREÇO: Nº03/2021 – C0NTRATO N.362/2021 - OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR REFORMA DA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACIR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES – PR.**

Atenciosamente,

CLAUDECI APOLINÁRIO DA SILVA
DIRETOR DA DIVISÃO DE COMPRAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Fls. nº 766 CPL

Fls. nº _____ Rubrica_____

Bandeirantes, 28 de Setembro de 2022.

Venho pelo presente, solicitar de Vossa Excelência a autorização para a instauração de procedimento de **ADITIVO DE PRAZO EM 60 (sessenta) DIAS PARA VIGÊNCIA - Referente ao Processo TOMADA DE PREÇO: Nº03/2021 – CONTRATO N.362/2021 - OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR REFORMA DA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACIR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES – PR.**

Esperando contar com a atenção de Vossa Excelência, reitero meus protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

RAFAEL HENRIQUE ENEAS MARINHO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Exmo. Sr.
JAELSON RAMALHO MATTA
Prefeito Municipal
Bandeirantes – Paraná

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Fls. nº_____ Rubrica_____

Bandeirantes, 28 de Setembro de 2022.

Autorizo pleiteado, devendo, entretanto, o presente processo preencher os trâmites exigidos por lei.

OBJETO: **ADITIVO DE PRAZO EM 60 (sessenta) DIAS PARA VIGÊNCIA - Referente ao Processo TOMADA DE PREÇO: Nº03/2021 – C0NTRATO N.362/2021 - OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR REFORMA DA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACIR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES – PR.**

Encaminhe-se a:

1. Departamento de Contabilidade para informação dos recursos orçamentários correspondentes;

2. Comissão Permanente de Licitação para providências cabíveis ao caso;

3. Devolva-se para a Comissão Permanente de Licitação para sequência do processo.

JAELSON RAMALHO MATTA
PREFEITO MUNICIPAL

nº 768
CPL

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: RESENDE & CAVALCANTE LTDA
CNPJ: 14.987.519/0001-10

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e

2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 08:17:45 do dia 30/09/2022 <hora e data de Brasília>.
Válida até 29/03/2023.
Código de controle da certidão: **F77B.7F5A.C1A5.2D5B**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Página nº 769
CPL

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: RESENDE & CAVALCANTE LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 14.987.519/0001-10
Certidão nº: 32776588/2022
Expedição: 30/09/2022, às 08:19:29
Validade: 29/03/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **RESENDE & CAVALCANTE LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **14.987.519/0001-10, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

Voltar Imprimir

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 14.987.519/0001-10
Razão Social: RESENDE E CAVALCANTE LTDA ME
Endereço: RUA COLOMBO 210 SALA 2 / CENTRO / CORNELIO PROCOPIO / PR / 86300-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:16/09/2022 a 15/10/2022

Certificação Número: 2022091601371586665022

Informação obtida em 30/09/2022 08:21:02

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

CPL 740

771
CPL

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 362/2021 – PMB
TOMADA DE PREÇOS N.º 03/2021-PMB
TERMO ADITIVO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACYR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR.

O **MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Frei Rafael Proner nº 1457 – Centro na cidade de Bandeirantes, Estado do Paraná, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 76.235.753/0001-48, neste ato devidamente representada pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, o Senhor Jaelson Ramalho Matta, residente e domiciliado na Rua: Vereador José Santana, Vila Macedo, nº 514 - CEP 86.360-000, nesta cidade de Bandeirantes, Estado do Paraná, portador da Cédula de Identidade nº 3.348.934-0, expedida pela Secretaria de Estado de Segurança Pública do Paraná e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 486.661579-68, ora denominado **CONTRATANTE** e a empresa **RESENDE & CAVALCANTE LTDA**, estabelecida na Rua: Colombo, nº 210 – Sala 2 - Centro, Cep: 86.300-000, na Cidade de Cornélio Procópio, Estado do Paraná, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 14.987.519/0001-10, devidamente representa pela Sr. Luciano Mosti Resende, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.506.026-8, expedida pela Secretaria de Estado de Segurança Pública do Paraná e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 675.784.036-72, doravante denominada CONTRATADA, celebram o presente Termo Aditivo, mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Em atenção ao contido no memorando n.°499/2022 com parecer técnico, n.°500/2022 e n.°501/2022, de 27 de setembro de 2022 da Secretaria Municipal de Obras, Serviços e Desenvolvimento Urbano e com fundamento no *artigo 57 §1º Inciso II da Lei 8.666/93*. O CONTRATANTE decide ADITAR o prazo de execução em 60 (sessenta) dias a partir da data final do termo vigente.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas não serão alteradas.

Bandeirantes/PR, 03 de outubro de 2022.

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES
JAELSON RAMALHO MATTA
CONTRATANTE

RESENDE & CAVALCANTE LTDA
LUCIANO MOSTI RESENDE
CONTRATADA

Testemunhas:

Marcos de Moraes
CPF: 590505607-97

Weslley Rodrigo Ramos Pires
CPF: 063.945.289-27

S. nº 772
CPL

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 362/2021 – PMB
TOMADA DE PREÇOS N.º 03/2021-PMB

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES, ESTADO DO PARANÁ
CONTRATADA: RESENDE & CAVALCANTE LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACYR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR.

OBJETIVO:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Em atenção ao contido no memorando n.°499/2022 com parecer técnico, n.°500/2022 e n.°501/2022, de 27 de setembro de 2022 da Secretaria Municipal de Obras, Serviços e Desenvolvimento Urbano e com fundamento no *artigo 57 §1º Inciso II da Lei 8.666/93*. O CONTRATANTE decide ADITAR o prazo de execução em 60 (sessenta) dias a partir da data final do termo vigente.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas não serão alteradas.

Bandeirantes/PR, 03 de outubro de 2022.

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES
JAELSON RAMALHO MATTA
CONTRATANTE

RESENDE & CAVALCANTE LTDA
LUCIANO MOSTI RESENDE
CONTRATADA

nº 773

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ

PROTOCOLO NÚMERO 149/2021-PMB

Ref.: Tomada de Preços – 03/2021-PMB

Bandeirantes-PR, 03 de Outubro de 2022.

Prefeitura Município de Bandeirantes-PR

Prezados,

Vimos através da presente, solicitar a esta consultoria que emita posicionamento quanto à possibilidade de firmar TERMO ADITIVO ao contrato n.º362/2021, celebrado entre esta Municipalidade e a empresa **RESENDE & CAVALCANTE LTDA**, firmado através do processo de Tomada de Preços acima mencionado, que tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACYR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR,** nos termos da documentação anexa.

Sem outro particular, aproveitamos o ensejo para reiterar-lhes nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Fabiana de Souza Meira Oliveira
Assistente Técnico Administrativo – Divisão de Licitação

À Assessoria Jurídica do Município de Bandeirantes-PR
Rua Frei Rafael Proner nº 1457 - Centro
CEP: 86.360-000 - BANDEIRANTES – PR

Nº: 774
CPL

PARECER JURÍDICO Nº. 96/2022.
REFERÊNCIA: Processo Administrativo 149/2021. Tomada de preços nº 03/2021
INTERESSADO: Secretaria de Obras e Serviços Urbanos.
OBJETO: POSSIBILIDADE DE ADITIVO CONTRATUAL – prorrogação do prazo de vigência em 60 (sessenta) dias

I – RELATÓRIO

Trata-se de expediente encaminhado pelo Departamento de Licitação solicitando posicionamento quanto a possibilidade de firmar 4º termo aditivo ao Contrato n. 362/2021, que tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviço de reforma na Escola Municipal Prefeito Moacyr Castanho do Município de Bandeirantes-PR.

Os documentos apresentados foram o encaminhamento à Assessoria Jurídica; Protocolo nº 5590/2022 com pedido de solicitação de aditivo de prazo feito pela empresa contratada; justificativa da empresa contratada pautada no alto índice pluviométrico no período solicitando aditivo de 03 (três) meses; Memorando nº 499/2022 da Secretaria Municipal de Obras com parecer técnico; Memorandos de solicitação de aditivo nº 500/2022 e 501/2022 da Secretaria Municipal de Obras solicitando aditivo de execução de 60 dias; solicitação do Diretor de Divisão de Compras e Secretário Municipal de Administração; expediente do Prefeito Municipal autorizando o pleito; documentos relativos a empresa contratada; Minuta do Termo Aditivo ao Contrato e extrato.

Relatado o pleito passamos ao Parecer.

II - OBJETO DE ANÁLISE

Cumpre aclarar que a análise neste parecer se restringe a verificação dos requisitos formais para o aditivo de contrato.

Destaca-se que a análise será restrita aos pontos jurídicos, estando excluídos quaisquer aspectos técnicos, econômicos e/ou discricionários, sendo que, em relação a estes, partiremos da premissa de que a Autoridade Competente se municiou dos conhecimentos específicos imprescindíveis para a sua adequação às necessidades da administração, observando os requisitos legalmente impostos.

Qualquer decisão de mérito administrativo cabe apenas ao Gestor, detentor da outorga popular, conseguida mediante o escrutínio democrático do voto.

III – FUNDAMENTAÇÃO

DO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE

Antes de adentrar o mérito do pedido, se faz necessário algumas explanações sobre o dever da Administração Pública e seus Gestores/Aplicadores. Desta forma, estabelece o artigo 37, *caput* da Constituição Federal:

> *Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos* ***princípios de legalidade****, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:*
> *(...)*

Diferentemente do particular, o princípio da Legalidade é restritivo em relação ao Ente Público, ou seja, enquanto o particular pode fazer tudo aquilo que a lei não veda, a Administração Pública apenas pode exercer e conceder aquilo que a lei autoriza.

Seguindo esse raciocínio Henrique Savonitti Miranda, compara as atividades de um gestor privado (Princípio da Autonomia da vontade) as de um gestor público de forma esclarecedora:

> *"O administrador privado conduz seu empreendimento com dominus, agindo com os poderes inerentes à propriedade em toda a sua extensão. Assim, tudo o que não é proibido, é permitido ao gestor privado. Diga-se, ainda, que o administrador privado pode inclusive conduzir ruinosamente seu empreendimento sem que muito possa ser feito por terceiros(...) O gestor público não age como "dono", que pode fazer o que lhe pareça mais cômodo.* ***Diz-se, então, que ao Administrador Público só é dado fazer aquilo que a lei autorize, de forma prévia e expressa.*** *Daí decorre o importante axioma da indisponibilidade, pela Administração, dos interesses públicos.".*

Desta forma, o Administrador Público deve observar o princípio da legalidade, sob pena de ser responsabilizado por improbidade administrativa. Na doutrina de Meirelles (2016, p. 93), os autores prelecionam que o administrador público está "*sujeito aos mandamentos da lei e às exigências do bem comum, e deles não pode afastar ou desviar, sob pena de praticar ato inválido e expor-se a responsabilidade disciplinar, civil e criminal*".

Os poderes conferidos à Administração Pública devem ser utilizados em benefício da coletividade, pois o bem comum é a finalidade que toda ação administrativa deve objetivar. Conforme entendimento do autor supracitado (MEIRELLES, 2016), as leis administrativas "*são de ordem pública e seus preceitos não podem ser descumpridos*", principalmente por acordo ou vontade de seus aplicadores e destinatários, uma vez que "*contêm verdadeiros poderes-deveres, irrelegáveis pelos agentes públicos*".

O que se extrai deste entendimento é que o Gestor Municipal deve observar estritamente o que leciona a Lei e seus critérios objetivos.

Nº 775
CPL

DO PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

Pois bem, inicialmente temos que a Administração, em casos de concorrência pública, sendo ela licitação ou chamamento, deve se ater ao Princípio da Vinculação do Edital, devendo ser observado de forma vigorosa.

A Lei 8.666/93 em seu dispositivo legal estabelece:

> *Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.*
>
> *Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.*

Com base na fundamentação legal acima o STJ assim se pronunciou sobre o princípio da vinculação do edital:

> "É ENTENDIMENTO CORRENTIO NA DOUTRINA, COMO NA JURISPRUDÊNCIA, QUE **O EDITAL, NO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO, CONSTITUI LEI ENTRE AS PARTES E É INSTRUMENTO DE VALIDADE DOS ATOS PRATICADOS NO CURSO DA LICITAÇÃO. AO DESCUMPRIR NORMAS EDITALÍCIAS, A ADMINISTRAÇÃO FRUSTRA A PRÓPRIA RAZÃO DE SER DA LICITAÇÃO E VIOLA OS PRINCÍPIOS QUE DIRECIONAM A ATIVIDADE ADMINISTRATIVA, TAIS COMO: O DA LEGALIDADE, DA MORALIDADE E DA ISONOMIA**." (STJ, MS nº 5.597/DF, 1ª S., Rel. Min. Demócrito Reinaldo, DJU 01.06.1998).

Desta forma, o edital/contrato estipula as regras para que o particular participe do certame, seja por meio de licitação, contratação direta, ou, credenciamento por meio de chamamento público.

Então, se o edital/contrato no procedimento convocatório constitui lei entre as partes, este deve ser respeitado como foi concebido, e nenhuma mudança pode ser promovida, sob pena de ferir os princípios constitucionais da isonomia, impessoalidade, moralidade e legalidade.

Então, se o edital/contrato no procedimento convocatório constitui lei entre as partes, este deve ser respeitado como foi concebido, e nenhuma mudança pode ser promovida, sob pena de ferir os princípios constitucionais da isonomia, impessoalidade, moralidade e legalidade.

No caso em análise, prevê o contrato firmado entre as partes que o período de execução é inicialmente estipulado em 180 (cento e oitenta) dias (Cláusula Quarta), sem trazer previsão expressa da possibilidade de prorrogação de tal período em específico.

Por sua vez, a Cláusula Oitava, tratando "Da prorrogação de prazo", admite alteração, com anuência expressa do contratante, quando:

> CLÁUSULA OITAVA - DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO
>
> **Parágrafo Primeiro** - Somente poderá ser admitida alteração do prazo, com anuência expressa da CONTRATANTE, quando:
> a) Ocorrer alteração do projeto e/ou especificações pelo CONTRATANTE,
> b) Houver serviços extraordinários que alterem as quantidades,
> c) Houver serviços complementares, obedecidos os dispositivos regulamentares,
> d) Ocorrer atraso no fornecimento de dados informativos, materiais e qualquer subsídio à(s) obra(s), que estejam sob responsabilidade expressa do CONTRATANTE,
> e) Ocorrer atos do CONTRATANTE que interfiram na execução contratual,
> f) Ocorrer atos de terceiros que interfiram no prazo de execução ou outros devidamente justificados e aceitos pelo CONTRATANTE;
> g) Ocorrer por motivos de força maior ou caso fortuito, entre outros, "*lock out*", perturbações industriais, guerras, atos de inimigo público, bloqueio, insurreições, epidemias, quarentenas, avalanches, terremotos, enchentes, explosões ou quaisquer outros acidentes [illegible] fatos e equivalentes a estes, desde que estes fatos tenham influência direta sobre a execução dos serviços e que fujam ao controle seguro de qualquer das partes interessadas, as quais não concorram [illegible] ocorrência. A expressão "força maior" deve, também, incluir qualquer atraso causado por legislação, regulamentos ou atos governamentais, por ação ou omissão do CONTRATANTE, que venham causar atrasos à CONTRATADA. Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior.
>
> Rua Frei Rafael Proner nº 1457 – Caixa Postal 281 – CEP 86.360-000 – e-mail: licitacao@bandeirantes.pr.gov.br – Tel: (43) 3542-4525 – Fax 3542-4525 - CNPJ 76.235.753/0001-48

Face a tal consideração, salienta-se que a legislação federal (Lei 8666/93) apresenta a possibilidade de prorrogação do prazo do contrato administrativo desde que respeitado os critérios objetivos:

> *Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:*
> *I - aos projetos cujos produtos estejam contemplados nas metas estabelecidas no Plano Plurianual, os quais poderão ser prorrogados se houver interesse da Administração e desde que isso tenha sido previsto no ato convocatório;*
> *II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses;*
> *III - (Vetado).*
> *IV - ao aluguel de equipamentos e à utilização de programas de informática, podendo a duração estender-se pelo prazo de até 48 (quarenta e oito) meses após o início da vigência do contrato.*
> *V - às hipóteses previstas nos incisos IX, XIX, XXVIII e XXXI do art. 24, cujos contratos poderão ter vigência por até 120 (cento e vinte) meses, caso haja interesse da administração.*
> *§ 1º* ***Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de***

Fls. Nº 776
CPL

seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:

I - alteração do projeto ou especificações, pela Administração;

II - superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

III - interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração;

IV - aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta Lei;

V - impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;

VI - omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

§ 2º ***Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato****.*

§ 3º É vedado o contrato com prazo de vigência indeterminado.

§ 4º Em caráter excepcional, devidamente justificado e mediante autorização da autoridade superior, o prazo de que trata o inciso II do caput deste artigo poderá ser prorrogado por até doze meses.

Dessa forma, consoante ensinamento de Luís Carlos Alcoforado tem-se que "*somente se justifica a prorrogação contratual se ocorrer um dos motivos de que tratam os incisos do § 1º do art. 57. Para a prorrogação, se impõe que a Administração apresente o motivo que a justifica, mediante manifestação por escrito, num exercício de subsunção do fato à norma, indispensável à prévia autorização da autoridade competente para celebrar o contrato. Seria despiciendo dizer, se não fosse a constatação de alguns casos em que as partes buscam a ampliação tardia do contrato, que os atos preparatórios da prorrogação devem ser ultimados antes do prazo do término da relação jurídica*" (Licitação e Contrato Administrativo. São Paulo: Ed. Brasília Jurídica, 2000. 2 ed. pp. 325/326).

Conforme demonstrado, a Administração Pública **não previu expressamente a possibilidade de alteração do prazo de execução do contrato**, trazendo cláusula apenas geral, ficando vinculada à regra editalícia/contratual, sendo vedado sua prorrogação, uma vez que incorreria em violação legal.

Nesse contexto, em que pese a legislação federal apresentar a possibilidade de prorrogação do prazo do contrato administrativo, tem-se que, para ser aplicada a interpretação legal, **deveria a Administração Pública apresentar no edital a possibilidade de prorrogação expressa do prazo de execução, não podendo ser aplicada sem esta previsão no instrumento editalício.**

Como requisitos necessários para a prorrogação contratual, o TCU aponta os seguintes:

- *existência de previsão para prorrogação no edital e no contrato;*
- *objeto e escopo do contrato inalterados pela prorrogação;*
- *interesse da Administração e do contratado declarados expressamente;*
- *vantajosidade da prorrogação devidamente justificada nos autos do processo*

administrativo;
• manutenção das condições de habilitação pelo contratado;
• preço contratado compatível com o mercado fornecedor do objeto contratado.

O primeiro requisito, como se vê, é a **expressa previsão da possibilidade de prorrogação no instrumento convocatório e contrato**, salvo em relação à hipótese contida no § 4º do art. 57 da Lei, em face de seu caráter extraordinário e de imprevisão.

Parte da doutrina, como o mesmo Marçal Justen Filho coadunam com esse entendimento:

> *A prorrogabilidade do inc. II* ***depende de explícita autorização no ato convocatório. Omisso ele, não poderá promover-se a prorrogação.*** *Essa asserção deriva do princípio da segurança. Não é possível que se instaure a licitação sem explicita a previsão acerca do tema. Os eventuais interessados deverão ter plena ciência da possibilidade de prorrogação (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 6. Ed. São Paulo: Dialética, p. 500).*

Da mesma forma entende o Mestre Renaldo Geraldo Vicente:

> *A prorrogação do contrato prevista no inciso II está entre as chamadas prorrogações ordinárias, normais, em que é possível, de antemão, aferir-se um juízo de previsibilidade. O administrado, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosos, quando do procedimento para a contratação, prevê a possibilidade de, uma vez escoado o prazo inicial do contrato, dilatá-lo, em igual ou diferente período, até o limite de sessenta meses. [...].* ***Assim, a doutrina tem postulado no sentido de que a prorrogação do inciso II do art. 57 fica dependente da previsão no ato convocatório e contrato****; [...]." (MENDES, Renato Geraldo; VICENTE, Anadricea. Revista Zênite ILC – Informativo de Licitações e Contratos, Curitiba: Zênite, n. 65, jul. 1999. p. 504)*

Entretanto, é válido registrar que mesmo o TCU já tendo decidido pela **necessidade de previsão no edital e no contrato como condição para a prorrogação dos contratos de prestação de serviços continuados, também já considerou que a falta dessa previsão constitui falha de natureza formal** (Acórdão nº 3.351/2011, 2ª Câmara):

Nessa linha de pensamento tem-se uma corrente doutrinária que entende pela possibilidade de prorrogação do prazo dos serviços continuados, mesmo que não haja previsão expressa no documento editalício. Tal situação, destaca-se, é defendida pelo Mestre Digones Gasparini:

> *Para celebração dessas prorrogações, atendidas tais prescrições, não se exige que o edital tenham-nas previsto, até porque nada é determinado nesse sentido pelo inc. II do art. 57 dessa lei, local onde, juntamente com outras prescrições, deveria estar consignada tal exigência para que seus efeitos pudessem se impor. [...]*
> *Diga-se, ainda, que a Lei federal das Licitações e Contratos da Administração Pública, sempre que desejou fosse o instrumento convocatório o portador de mensagem sobre a possibilidade de prorrogação contratual, fez expressamente essa exigência, tal como se passa, por exemplo, com o inc. I do art. 57 dessa lei. Já o mesmo não acontece com os*

nº 777
CPL

incs. II e IV, também desse artigo, que facultam a prorrogação sem indicar, quando podiam fazê-lo, a necessidade de sua previsão no edital ou carta convite." (GASPARINI, Diogenes. Revista Zênite ILC – Informativo de Licitações e Contratos, Curitiba: Zênite, n. 114 ago. 2003, seção Doutrina/Parecer/Comentários. p. 661, grifamos.)

Referida interpretação decorre, segundo seus defensores, diretamente da lei, afastando-se o argumento de que sua ausência poderia significar quebra de isonomia ou publicidade, pois, decorrendo diretamente da lei, não se pode dizer que os participantes do certame licitatório desconhecem dessa possibilidade, conforme princípio básico insculpido no art. 3º da Lei de Introdução ao Direito.

Alegam ainda que, assim como as sanções administrativas podem ser aplicadas ao contratado independentemente de previsão no edital do certame ou no contrato administrativo, a prorrogação, ao nosso sentir, também pode ser efetivada sem que haja a mesma previsão, se demonstrada a vantajosidade para administração, haja vista o princípio da supremacia do interesse público. E, nos casos das sanções administrativos, é uníssona a doutrina em também sustentar que não fere o princípio da vinculação ao instrumento convocatório. Sendo assim, os participantes, ao se submeterem a uma licitação cujo objeto seja uma das hipóteses excepcionais, estão cientes de que poderá haver prorrogação contratual, caso preenchidos os requisitos legais.

Feitas referidas considerações, orienta-se ao setor responsável a **inclusão da cláusula de prorrogação do prazo de execução de forma expressa nos futuros editais e contratos**, cabendo ao Gestor, no presente caso, a análise do mérito para acolher ou não a solicitação, haja vista a existência de controvérsia doutrinária e jurisprudencial acerca da exigência de previsão expressa de possibilidade de prorrogação constar do edital e/ou do contrato administrativo.

DA MINUTA DE ADITIVO CONTRATUAL

Em cumprimento do artigo 38, parágrafo único da Lei 8.666/93, passamos a análise da minuta do termo aditivo do contrato:

> *Art. 38. O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente:*
> *(...);*
> *Parágrafo único.* ***As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração.***

Verificado a referida minuta, observamos que a fundamentação legal da minuta se encontra respaldada no artigo 57, §1º, inciso II da Lei 8.666/93, o qual prevê a *"superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato"*, havendo, na justificativa, situação que se enquadra em tais hipóteses.

IV – CONCLUSÃO

Ante todo o exposto, **cabe ao Gestor Público, mediante o mérito administrativo, acolher ou não a possibilidade de aditamento do prazo de execução do contrato em 60 (sessenta) dias, levando-se em conta as análises acima descritas e as hipóteses legais.**

Novamente, a referida análise é estritamente legal, baseada exclusivamente na legislação e doutrina, não incorrendo em sopesamento do mérito administrativo ou suas consequências.

Destaca-se que a referida análise, como dito no item III deste parecer, cabe ao Gestor Público, detentor da outorga popular, adquirida por meio do voto, e não ao Assessor Jurídico, cujo o dever é demonstrar a interpretação legal.

Por derradeiro, cumpre salientar que o presente parecer tomou por base, exclusivamente, os elementos que constam até a presente data nos autos do processo administrativo em epígrafe.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Ressalta-se que o presente Parecer Jurídico foi elaborado tão somente sob o ângulo jurídico expressando a opinião de seu signatário e, oportunidade administrativa, escoimando ainda, qualquer responsabilidade de seu signatário conforme o art. 2º, §3º da Lei nº. 8.906/94 e entendimento do STJ no RHC: 39644 RJ 2013/0238250-5.

Bandeirantes, 04 de outubro de 2022.

Carla M. M. S. Augusto
Carla M. M. Santos Augusto
OAB/PR 88.156

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ

nº 778
CPL

Ref.: TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2021

Prefeitura Municipal de Bandeirantes-PR – Divisão de Licitação

Prezado Senhor Prefeito

Vimos através da presente, solicitar que V. Ex.ª emita posicionamento quanto à possibilidade de firmar aditivo com a empresa **RESENDE & CAVALCANTE LTDA** nos termos da minuta anexa, referente ao processo cujo o objeto é **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACYR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR.** Cabe ressaltar observação feita pela Assessoria Jurídica exposta no parecer. Assim, resta pois ao Administrador, no uso de suas atribuições, deliberar pelo aceite ou não da celebração do termo aditivo.

Sem outro particular, aproveitamos o ensejo para reiterar-lhes nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Fabiana de Souza Meira Oliveira
Assistente Técnico Administrativo – Divisão de Licitação

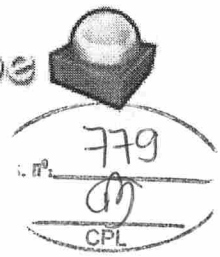
(X) Defiro o pedido de aditivo
( ) Indefiro o pedido de aditivo

Bandeirantes/PR, 05 de outubro de 2022.

Jaelson Ramalho Matta
Prefeito Municipal

Assunto	**MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES/PR | 5° TERMO ADITIVO - CONTRATO N.°362/2021 - TOMADA DE PREÇOS N.°03/2021**
De	<licitacao@bandeirantes.pr.gov.br>
Para	Construtoraresende <construtoraresende@yahoo.com.br>
Data	05-10-2022 16:35
Prioridade	Mais alta

roundcube



- 5º TERMO ADITIVO - CONTRATO 362-2021 - TP 03-2021 - PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE EXECUÇÃO - RESENDE & CAVALCANTE.pdf(~55 KB)

Prezado(s),

Encaminho em anexo arquivo do **5° Termo Aditivo** juntamente com o Extrato do Termo Aditivo do **Contrato N. °362/2021**, referente a **Tomada de Preços N.°03/2021**, entre o Município de Bandeirantes/PR e a empresa **RESENDE & CAVALCANTE LTDA.**

Estes devem retornar devidamente assinados pelo responsável legal. Caso possua assinatura com Certificado Digital, assim retornando **PREFERENCIALMENTE por e-mail,** ou via correio à Prefeitura Municipal Bandeirantes - Rua Frei Rafael Proner nº 1457 - Centro - CEP: 86.360-000 Bandeirantes-PR.

Peço por gentileza que, sejam conferidos os dados da empresa e/ou pessoa antes das assinaturas, uma vez que o mesmo é responsável pelas informações constantes no termo, e caso seja constatado algum erro ou equivoco, por favor entre em contato, para que possa ser realizado a alteração e enviado novamente.

Caso necessitem de uma cópia, está poderá ser obtida através do portal da transparência do município, ou por e-mail, em formato digitalizado, sendo que neste caso o contratado deverá requerer.

Fico à disposição para eventuais dúvidas e quaisquer esclarecimentos.

Favor atestar recebimento do presente e-mail.

Atenciosamente,

Fabiana Meira
Departamento de Licitação
Prefeitura Municipal de Bandeirantes-PR

nº. 780
CPL

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 362/2021 – PMB
TOMADA DE PREÇOS N.º 03/2021-PMB
TERMO ADITIVO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACYR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR.

O **MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Frei Rafael Proner nº 1457 – Centro na cidade de Bandeirantes, Estado do Paraná, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 76.235.753/0001-48, neste ato devidamente representada pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, o Senhor Jaelson Ramalho Matta, residente e domiciliado na Rua: Vereador José Santana, Vila Macedo, nº 514 - CEP 86.360-000, nesta cidade de Bandeirantes, Estado do Paraná, portador da Cédula de Identidade nº 3.348.934-0, expedida pela Secretaria de Estado de Segurança Pública do Paraná e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 486.661579-68, ora denominado **CONTRATANTE** e a empresa **RESENDE & CAVALCANTE LTDA**, estabelecida na Rua: Colombo, nº 210 – Sala 2 - Centro, Cep: 86.300-000, na Cidade de Cornélio Procópio, Estado do Paraná, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 14.987.519/0001-10, devidamente representa pela Sr. Luciano Mosti Resende, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.506.026-8, expedida pela Secretaria de Estado de Segurança Pública do Paraná e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 675.784.036-72, doravante denominada CONTRATADA, celebram o presente Termo Aditivo, mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Em atenção ao contido no memorando n.°499/2022 com parecer técnico, n.°500/2022 e n.°501/2022, de 27 de setembro de 2022 da Secretaria Municipal de Obras, Serviços e Desenvolvimento Urbano e com fundamento no *artigo 57, §1º, inciso II da Lei 8.666/93*. O CONTRATANTE decide ADITAR o prazo de execução em 60 (sessenta) dias a partir da data final do termo vigente.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas não serão alteradas.

Bandeirantes/PR, 05 de outubro de 2022.

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES
JAELSON RAMALHO MATTA
CONTRATANTE

RESENDE & CAVALCANTE LTDA
LUCIANO MOSTI RESENDE
CONTRATADA

Testemunhas:

Marcos de Moraes
CPF: 590503607-97

Weslley Rodrigo Ramos Pires
CPF: 063.945.289-27

Fls. nº 781
CPL

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 362/2021 – PMB
TOMADA DE PREÇOS N.º 03/2021-PMB

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES, ESTADO DO PARANÁ
CONTRATADA: RESENDE & CAVALCANTE LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACYR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR.

OBJETIVO:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Em atenção ao contido no memorando n.°499/2022 com parecer técnico, n.°500/2022 e n.°501/2022, de 27 de setembro de 2022 da Secretaria Municipal de Obras, Serviços e Desenvolvimento Urbano e com fundamento no *artigo 57, §1°, inciso II da Lei 8.666/93*. O CONTRATANTE decide ADITAR o prazo de execução em 60 (sessenta) dias a partir da data final do termo vigente.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas não serão alteradas.

Bandeirantes/PR, 05 de outubro de 2022.

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES
JAELSON RAMALHO MATTA
CONTRATANTE

RESENDE & CAVALCANTE LTDA
LUCIANO MOSTI RESENDE
CONTRATADA

Prefeitura Municipal De Bandeirantes

Licitações e Contratos

Extrato Contrato

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 362/2021 – PMB
TOMADA DE PREÇOS N.º 03/2021-PMB

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES, ESTADO DO PARANÁ
CONTRATADA: RESENDE & CAVALCANTE LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACYR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR.

OBJETIVO:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Em atenção ao contido no memorando n.°499/2022 com parecer técnico, n.°500/2022 e n.°501/2022, de 27 de setembro de 2022 da Secretaria Municipal de Obras, Serviços e Desenvolvimento Urbano e com fundamento no *artigo 57, §1º, inciso II da Lei 8.666/93*. O CONTRATANTE decide ADITAR o prazo de execução em 60 (sessenta) dias a partir da data final do termo vigente.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas não serão alteradas.

Bandeirantes/PR, 05 de outubro de 2022.

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES
JAELSON RAMALHO MATTA
CONTRATANTE

RESENDE & CAVALCANTE LTDA
LUCIANO MOSTI RESENDE
CONTRATADA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

Fls. nº 783

CPL

6° TERMO ADITIVO

PUBLICAÇÃO

RESENDE & CAVALCANTE LTDA- ME
CNPJ/MF N.º 14.987.519/0001-10
Rua Colombo n.º 210 sala 2 - Centro- Cornélio Procópio Fone: (43) 3523-8813
email: construtoraresende@yahoo.com.br

784
CPL

SOLICITAÇÃO DE ADITIVO DE PRAZO
CONTRATO N° 362/2021-PMB

Á Prefeitura Municipal de Bandeirantes
Setor Licitação e Contrato

'A Prefeitura Municipal de Bandeirantes , inscrita no CNPJ 76.235.753/0001-48, situada na Rua Dr° Frei Rafael Proner, 1457, na cidade de Bandeirantes /PR,, referente á Obra da Reforma na Escola Municipal Prefeito Moacyr Castanho, para os devidos fins,execução, conforme ART 1720220257748, Empresa contratada Resende & Cavalcante LTDA - ME, responsável pela execução da obra Eng. Civil Luciano Mosti Resende, CREA/PR: 58.374/D, vêem por meio desta :

Justificar, por fatos imprevisíveis, como alto índice pluviométrico no período, conforme Listagem de Precipitação em (mm), fornecido pela SEAB - Núcleo Regional de Cornélio Procópio, este documento em anexo, dificuldade em encontrar mão de obra local, e devido ser uma Reforma houve aumento dos serviços não previstos, conforme Aditivo de Serviços, entre tudo a obra se encontra em andamento em fase de acabamentos.

Amparado pelo que estabelece, o inciso II do parágrafo 1°, do Art. 57 da Lei 8666/93, estabelecedora das normas sobre Licitações e Contratos, que reza o seguinte:

" Art. 57 - A duração dos contratos regidos por esta Lei ficara adstrita á vigência dos respectivos créditos orçamentários, exeto quando os relativos:

II - Superviniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho á vontade das partes que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato

Sendo assim dentro do exposto venho através desta, Solicitar Aditivo de Prazo de Execução e de Vigência do contrato por mais 02(dois) meses, para que se possam concluir os serviços do contrato n° 362 /2021-PMB

Por ser expressão da verdade firmo o presente

Cornélio Procópio, 22 de novembro de 2022

Luciano M. Resende
Sócio Gerente

14.987.519/0001-10
RESENDE & CAVALCANTE
LTDA - ME
Rua Colombo, 210 - Sala 2
Centro - CEP 86.300-000
Cornélio Procópio
Paraná

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Secretaria da Agricultura e Abastecimento

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO
NÚCLEO REGIONAL DE CORNÉLIO PROCÓPIO
DERAL – DEPARTAMENTO DE ECONOMIA RURAL

LISTAGEM DE PRECIPITAÇÃO EM (mm) – 26 a 28 DE SETEMBRO DE 2022

Municípios	Dias: 5 a 7	13 a 14	19 a 21	26 a 28	TOTAL
ABATIÁ	110	10	72	78	270
ANDIRÁ	124	8	60	38	230
ASSAÍ	25	15	74	40	154
BANDEIRANTES	110	6	89	35	240
CONGONHINHAS	40	12	38	49	139
CORNÉLIO PROCÓPIO	71	13	96	56	236
ITAMBARACÁ	95	8	92	25	220
JATAIZINHO	12	15	80	60	167
LEÓPOLIS	120	10	74	34	238
NOVA A. DA COLINA	23	11	80	32	146
NOVA FÁTIMA	35	11	120	42	208
NOVA STA BÁRBARA	40	22	60	100	222
RANCHO ALEGRE	25	11	96	70	202
RIBEIRÃO DO PINHAL	62	10	69	55	196
SANTA AMÉLIA	81	6	92	60	239
STA CECILIA DO PAVÃO	32	10	43	53	138
SANTA MARIANA	84	7	89	46	226
STO. ANTÔNIO DO PARAÍSO	35	17	47	54	153
S. JERONIMO DA SERRA	33	17	62	58	170
S. SEB. DA AMOREIRA	28	20	50	43	141
SAPOPEMA	22	33	73	80	208
SERTANEJA	38	10	70	50	168
URAÍ	35	12	106	74	227
Média regional	55,6 mm	12,8 mm	75,3 mm	53,5 mm	197,3 mm

Equipe técnica do DERAL: Paraílio Zanini, Paulo Rogério Abrão Miléo, Devanir Ladeira e Andre Marques de Oliveira

CORNÉLIO PROCÓPIO, 29 DE SETEMBRO DE 2022.

786

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Secretaria da Agricultura e Abastecimento

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO
NÚCLEO REGIONAL DE CORNÉLIO PROCÓPIO
DERAL – DEPARTAMENTO DE ECONOMIA RURAL

LISTAGEM DE PRECIPITAÇÃO EM (mm) – 20 DE OUTUBRO DE 2022

Municípios	Dia: 3	5 a 6 mm	11 a 13	16 a 17	20	29 a 30	31	TOTAL
ABATIÁ	7	62	29	42	30	70	20	260
ANDIRÁ	10	90	23	30	35	23	40	251
ASSAÍ	7	74	19	48	31	60	26	265
BANDEIRANTES	10	61	20	26	20	40	23	200
CONGONHINHAS	0	76	27	50	27	95	22	297
CORNÉLIO PROCÓPIO	12	85	26	27	26	45	28	249
ITAMBARACÁ	9	85	19	37	38	38	20	246
JATAIZINHO	5	75	12	60	21	55	10	238
LEÓPOLIS	12	77	15	50	20	40	30	244
NOVA A. DA COLINA	7	80	20	30	22	53	17	229
NOVA FÁTIMA	0	78	25	90	26	60	28	307
NOVA STA BÁRBARA	0	80	45	60	20	70	10	285
RANCHO ALEGRE	20	65	23	31	15	19	22	195
RIBEIRÃO DO PINHAL	0	63	23	33	20	76	19	234
SANTA AMÉLIA	5	50	20	36	22	80	23	236
STA CECILIA DO PAVÃO	0	90	20	100	31	80	20	341
SANTA MARIANA	13	76	24	34	30	48	35	260
ST. ANTÔNIO DO PARAÍSO	0	78	30	40	31	90	23	292
S. JERONIMO DA SERRA	15	75	25	30	24	110	25	304
S. SEB. DA AMOREIRA	0	77	27	55	20	80	22	281
SAPOPEMA	0	77	22	30	40	80	25	274
SERTANEJA	18	90	20	40	25	50	15	258
URAÍ	4	80	17	35	30	60	22	248
TOTAL	6,7 mm	75,8 mm	23,1 mm	44.1 mm	26,3 mm	61,8 mm	22,8 mm	260,6 mm

Equipe técnica do DERAL: Paraílio Zanini, Paulo Rogério Abrão Miléo, Devanir Ladeira e Andre Marques de Oliveira

CORNÉLIO PROCÓPIO, 21 DE OUTUBRO DE 2022.

787

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Secretaria da Agricultura e Abastecimento

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO
NÚCLEO REGIONAL DE CORNÉLIO PROCÓPIO
DERAL – DEPARTAMENTO DE ECONOMIA RURAL

LISTAGEM DE PRECIPITAÇÃO EM (mm) – 12 a 13 DE NOVEMBRO DE 2022

Municípios	Dias: 12 e 13	Total
ABATIÁ	35	35
ANDIRÁ	40	40
ASSAÍ	23	23
BANDEIRANTES	24	24
CONGONHINHAS	33	33
CORNÉLIO PROCÓPIO	68	68
ITAMBARACÁ	59	59
JATAIZINHO	30	30
LEÓPOLIS	41	41
NOVA A. DA COLINA	35	35
NOVA FÁTIMA	26	26
NOVA STA BÁRBARA	22	22
RANCHO ALEGRE	27	27
RIBEIRÃO DO PINHAL	38	38
SANTA AMÉLIA	38	38
STA CECILIA DO PAVÃO	19	19
SANTA MARIANA	48	48
ST. ANTÔNIO DO PARAÍSO	22	22
S. JERONIMO DA SERRA	20	20
S. SEB. DA AMOREIRA	35	35
SAPOPEMA	20	20
SERTANEJA	60	60
URAÍ	38	38
Média regional	34,8 mm	34,8 mm

Equipe técnica do DERAL: Paraílio Zanini, Paulo Rogério Abrão Miléo, Devanir Ladeira e Andre Marques de Oliveira

CORNÉLIO PROCÓPIO, 16 DE NOVEMBRO DE 2022.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: RESENDE & CAVALCANTE LTDA
CNPJ: 14.987.519/0001-10

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e

2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 08:17:45 do dia 30/09/2022 <hora e data de Brasília>.
Válida até 29/03/2023.
Código de controle da certidão: **F77B.7F5A.C1A5.2D5B**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: RESENDE & CAVALCANTE LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 14.987.519/0001-10
Certidão nº: 42129601/2022
Expedição: 29/11/2022, às 08:56:35
Validade: 28/05/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **RESENDE & CAVALCANTE LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **14.987.519/0001-10, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

790

Voltar Imprimir

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 14.987.519/0001-10
Razão Social: RESENDE E CAVALCANTE LTDA ME
Endereço: RUA COLOMBO 210 SALA 2 / CENTRO / CORNELIO PROCOPIO / PR / 86300-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:12/11/2022 a 11/12/2022

Certificação Número: 2022111202043164613634

Informação obtida em 29/11/2022 08:58:58

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

Solicitação

Memorando n° 586/2022

Bandeirantes –PR, 24 de Novembro de 2022

Assunto: SOLICITAÇÃO DE ADITIVO DE PRAZO DE EXECUÇÃO, DO CONTRATO Nº 362/2021, TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2021.

Vimos através deste solicitar que sejam tomadas as devidas providências para que possa ser realizado **aditivo de prazo de EXECUÇÃO** de 60 dias. Prazo contado a partir da data final anterior.

Sob a justificativa anexa direcionada pela CONTRATADA.

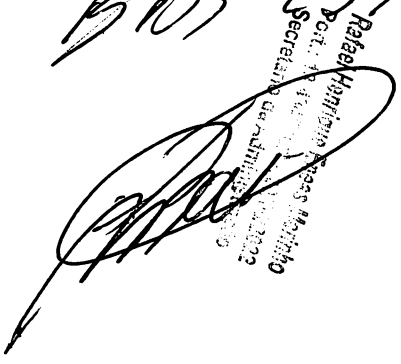
Sem mais, reiteramos nosso protesto de estima e consideração.

Oswaldo Afonso Martins Rockenbach
ENGENHEIRO CIVIL
Secretário de Obras, Serviços e Desenvolvimento Urbano
Portaria: 13.463/2022

Oswaldo Afonso Martins Rockenbach
Secretário de Obras e Desenvolvimento Urbano

Ilmo. Sr.
RAFAEL HENRIQUE ENEAS MARINHO
M.D. Secretário da Administração

Encaminho ao Setor de
Compras para providências
BSB 15/11/2022



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

Solicitação

Memorando n° 604/2022

Bandeirantes –PR, 25 de Novembro de 2022.

Assunto: SOLICITAÇÃO DE ADITIVO DE PRAZO DE EXECUÇÃO, DO CONTRATO Nº 362/2021, TOMADA DE PREÇOS 03/2021.

Prezado, de acordo com a solicitação da fiscalização através do memorando 382/2022, encaminho a Vs. Sª., solicitação para que sejam tomadas as devidas providências administrativas, para que possa ser realizado **aditivo de prazo de EXECUÇÃO** de 60 dias. Prazo contado a partir da data final anterior.

Sob a justificativa anexa direcionada pela CONTRATADA e pela FISCALIZAÇÃO.

Sem mais, reiteramos nosso protesto de estima e consideração.

RENATO A C MAZZINI
Arquiteto e Urbanista
CAU Nº A 116537-2

Ilmo. Sr.
Oswaldo Afonso Martins Rockenbach
Secretário de Obras e Desenvolvimento Urbano

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

Solicitação

Memorando n° 585/2022

Bandeirantes –PR, 24 de Novembro de 2022

Assunto: SOLICITAÇÃO DE ADITIVO DE PRAZO DE EXECUÇÃO, DO CONTRATO Nº 362/2021, TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2021.

Vimos através deste solicitar que sejam tomadas as devidas providências para que possa ser realizado **aditivo de prazo de EXECUÇÃO** de 60 dias. Prazo contado a partir da data final anterior.

Sob a justificativa anexa direcionada pela CONTRATADA.

Sem mais, reiteramos nosso protesto de estima e consideração.

Ricardo J.S. Rívolli

RICARDO JOSÉ SILVA RÍVOLLI
Diretor da Divisão de Serviços Urbanos
Engenheiro Civil – Portaria 12.994/2021

Ilmo. Sr.
M.D. Secretário de Obras e Desenvolvimento Urbano.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

Solicitação

PARECER TÉCNICO

Objeto: Reforma na Escola Municipal Prefeito Moacir Castanho do Município de Bandeirantes/PR.
Contrato nº: 362/2021 - PMB
Tomada de Preços nº: 03/2021 - PMB

Será necessário, devido ao atraso do cronograma evidenciado pela CONTRATADA em sua solicitação, mais 60 (sessenta) dias para o prazo de execução em contrato.

A empresa continua passando por dificuldades em contratação de mão de obra. O índice pluviométrico alto durante os últimos meses atrasou parte dos serviços a serem executados.

O prazo estimado deverá ser aditado considerando ainda que a Administração necessita com urgência do imóvel em total condição de uso para o início do ano de 2023.

Sem mais, este é o parecer.

Bandeirantes, 24 de Novembro de 2022.

Ricardo J. S. Rívolli

RICARDO JOSÉ SILVA RÍVOLLI
Diretor da Divisão de Serviços Urbanos
Engenheiro Civil – Portaria 12.994/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

795

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

*Fls. nº*_____ *Rubrica*_____

Bandeirantes, 25 de Novembro de 2022.

Ilmo. Sr.

RAFAEL HENRIQUE ENEAS MARINHO
Secretário da Administração

Encaminha-se para o setor competente, documentação necessária a fim de formalizar processo para **ADITIVO DE PRAZO EM 60 (sessenta) DIAS PARA EXECUÇÃO - Referente ao Processo TOMADA DE PREÇO: Nº03/2021 – C0NTRATO N.362/2021 - OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR REFORMA DA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACIR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES – PR.**

Atenciosamente,

CLAUDECI APOLINÁRIO DA SILVA
DIRETOR DA DIVISÃO DE COMPRAS

30/11/22
Recebido

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

796

Fls. nº_____ Rubrica_____

Bandeirantes, 25 de Novembro de 2022.

Venho pelo presente, solicitar de Vossa Excelência a autorização para a instauração de procedimento de **ADITIVO DE PRAZO EM 60 (sessenta) DIAS PARA EXECUÇÃO - Referente ao Processo TOMADA DE PREÇO: Nº03/2021 – C0NTRATO N.362/2021 - OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR REFORMA DA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACIR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES – PR.**

Esperando contar com a atenção de Vossa Excelência, reitero meus protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

RAFAEL HENRIQUE ENEAS MARINHO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Exmo. Sr.

JAELSON RAMALHO MATTA

Prefeito Municipal

Bandeirantes – Paraná

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

797

Fls. nº_____ Rubrica_____

Bandeirantes, 25 de Novembro de 2022.

Autorizo pleiteado, devendo, entretanto, o presente processo preencher os trâmites exigidos por lei.

OBJETO: **ADITIVO DE PRAZO EM 60 (sessenta) DIAS PARA EXECUÇÃO - Referente ao Processo TOMADA DE PREÇO: Nº03/2021 – C0NTRATO N.362/2021 - OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR REFORMA DA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACIR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES – PR.**

Encaminhe-se a:

1. Departamento de Contabilidade para informação dos recursos orçamentários correspondentes;

2. Comissão Permanente de Licitação para providências cabíveis ao caso;

3. Devolva-se para a Comissão Permanente de Licitação para sequência do processo.

JAELSON RAMALHO MATTA
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ

PROTOCOLO NÚMERO 149/2021-PMB

Ref.: Tomada de Preços – 03/2021-PMB

Bandeirantes-PR, 30 de Novembro de 2022.

Prefeitura Município de Bandeirantes-PR

Prezados,

Vimos através da presente, solicitar a esta consultoria que emita posicionamento quanto à possibilidade de firmar TERMO ADITIVO ao contrato n.º362/2021, celebrado entre esta Municipalidade e a empresa **RESENDE & CAVALCANTE LTDA**, firmado através do processo de Tomada de Preços acima mencionado, que tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACYR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR,** nos termos da documentação anexa.

Sem outro particular, aproveitamos o ensejo para reiterar-lhes nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Fabiana de Souza Meira Oliveira
Assistente Técnico Administrativo – Divisão de Licitação

À Assessoria Jurídica do Município de Bandeirantes-PR
Rua Frei Rafael Proner nº 1457 - Centro
CEP: 86.360-000 - BANDEIRANTES – PR

(MINUTA)
SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 362/2021 – PMB
TOMADA DE PREÇOS N.º 03/2021-PMB
TERMO ADITIVO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACYR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR.

O **MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Frei Rafael Proner nº 1457 – Centro na cidade de Bandeirantes, Estado do Paraná, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 76.235.753/0001-48, neste ato devidamente representada pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, o Senhor Jaelson Ramalho Matta, residente e domiciliado na Rua: Vereador José Santana, Vila Macedo, nº 514 - CEP 86.360-000, nesta cidade de Bandeirantes, Estado do Paraná, portador da Cédula de Identidade nº 3.348.934-0, expedida pela Secretaria de Estado de Segurança Pública do Paraná e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 486.661579-68, ora denominado **CONTRATANTE** e a empresa **RESENDE & CAVALCANTE LTDA**, estabelecida na Rua: Colombo, nº 210 – Sala 2 - Centro, Cep: 86.300-000, na Cidade de Cornélio Procópio, Estado do Paraná, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 14.987.519/0001-10, devidamente representa pela Sr. Luciano Mosti Resende, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.506.026-8, expedida pela Secretaria de Estado de Segurança Pública do Paraná e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 675.784.036-72, doravante denominada CONTRATADA, celebram o presente Termo Aditivo, mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Em atenção ao contido no memorando n.°586/2022, n.°604/2022 e n.°585/2022 da Secretaria Municipal de Obras, Serviços e Desenvolvimento Urbano e com fundamento no *artigo 57 § 1º Inciso II da Lei 8.666/93*. O CONTRATANTE decide ADITAR o Prazo de Execução em 60 (sessenta) dias, a partir da data final do termo vigente.

Cabe ressaltar que a justificativa para a formalização do presente aditivo encontra-se anexa, preenchendo o requisito do artigo supramencionado.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas não serão alteradas.

Bandeirantes PR, 30 de novembro de 2022.

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES
JAELSON RAMALHO MATTA
CONTRATANTE

RESENDE & CAVALCANTE LTDA
LUCIANO MOSTI RESENDE
CONTRATADA

Testemunhas:

Marcos de Moraes
CPF: 500505607-97

Weslley Rodrigo Ramos Pires
CPF: 063.945.289-27

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 362/2021 – PMB
TOMADA DE PREÇOS N.º 03/2021-PMB

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES, ESTADO DO PARANÁ
CONTRATADA: RESENDE & CAVALCANTE LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACYR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR.

OBJETIVO:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Em atenção ao contido no memorando n.°586/2022, n.°604/2022 e n.°585/2022 da Secretaria Municipal de Obras, Serviços e Desenvolvimento Urbano e com fundamento no *artigo 57 § 1º Inciso II da Lei 8.666/93*. O CONTRATANTE decide ADITAR o Prazo de Execução em 60 (sessenta) dias, a partir da data final do termo vigente.

Cabe ressaltar que a justificativa para a formalização do presente aditivo encontra-se anexa, preenchendo o requisito do artigo supramencionado.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas não serão alteradas.

Bandeirantes PR, 30 de novembro de 2022.

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES
JAILSON RAMALHO MATTA
CONTRATANTE

RESENDE & CAVALCANTE LTDA
LUCIANO MOSTI RESENDE
CONTRATADA

PARECER JURÍDICO Nº. 117/2022.
REFERÊNCIA: Processo Administrativo 149/2021. Tomada de preços nº 03/2021
INTERESSADO: Secretaria de Obras e Serviços Urbanos.
OBJETO: POSSIBILIDADE DE ADITIVO CONTRATUAL – prorrogação do prazo de execução em 60 (sessenta) dias

I – RELATÓRIO

Trata-se de expediente encaminhado pelo Departamento de Licitação solicitando posicionamento quanto a possibilidade de firmar 6º termo aditivo ao Contrato n. 362/2021, que tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviço de reforma na Escola Municipal Prefeito Moacyr Castanho do Município de Bandeirantes-PR.

Os documentos apresentados foram o encaminhamento à Assessoria Jurídica; solicitação de aditivo de prazo feito pela empresa contratada com justificativa pautada no alto índice pluviométrico; documentos da empresa contratada; Memorandos nº 585/2022, 586/2022 e 604/2022 da Secretaria Municipal de Obras com parecer técnico informando a necessidade de mais 60 dias para o prazo de execução; solicitação do Diretor de Divisão de Compras e Secretário Municipal de Administração; expediente do Prefeito Municipal autorizando o pleito; Minuta do Termo Aditivo ao Contrato e extrato.

Relatado o pleito passamos ao Parecer.

II - OBJETO DE ANÁLISE

Cumpre aclarar que a análise neste parecer se restringe a verificação dos requisitos formais para o aditivo de contrato.

Destaca-se que a análise será restrita aos pontos jurídicos, estando excluídos quaisquer aspectos técnicos, econômicos e/ou discricionários, sendo que, em relação a estes, partiremos da premissa de que a Autoridade Competente se municiou dos conhecimentos específicos imprescindíveis para a sua adequação às necessidades da administração, observando os requisitos legalmente impostos.

Qualquer decisão de mérito administrativo cabe apenas ao Gestor, detentor da outorga popular, conseguida mediante o escrutínio democrático do voto.

III – FUNDAMENTAÇÃO

DO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE

Antes de adentrar o mérito do pedido, se faz necessário algumas explanações sobre o dever da Administração Pública e seus Gestores/Aplicadores. Desta forma, estabelece o artigo 37, *caput* da Constituição Federal:

> *Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos* ***princípios de legalidade****, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:*
> *(...)*

Diferentemente do particular, o princípio da Legalidade é restritivo em relação ao Ente Público, ou seja, enquanto o particular pode fazer tudo aquilo que a lei não veda, a Administração Pública apenas pode exercer e conceder aquilo que a lei autoriza.

Seguindo esse raciocínio Henrique Savonitti Miranda, compara as atividades de um gestor privado (Princípio da Autonomia da vontade) as de um gestor público de forma esclarecedora:

> *"O administrador privado conduz seu empreendimento com dominus, agindo com os poderes inerentes à propriedade em toda a sua extensão. Assim, tudo o que não é proibido, é permitido ao gestor privado. Diga-se, ainda, que o administrador privado pode inclusive conduzir ruinosamente seu empreendimento sem que muito possa ser feito por terceiros(...) O gestor público não age como "dono", que pode fazer o que lhe pareça mais cômodo.* ***Diz-se, então, que ao Administrador Público só é dado fazer aquilo que a lei autorize, de forma prévia e expressa.*** *Daí decorre o importante axioma da indisponibilidade, pela Administração, dos interesses públicos.".*

Desta forma, o Administrador Público deve observar o princípio da legalidade, sob pena de ser responsabilizado por improbidade administrativa. Na doutrina de Meirelles (2016, p. 93), os autores prelecionam que o administrador público está "*sujeito aos mandamentos da lei e às exigências do bem comum, e deles não pode afastar ou desviar, sob pena de praticar ato inválido e expor-se a responsabilidade disciplinar, civil e criminal*".

Os poderes conferidos à Administração Pública devem ser utilizados em benefício da coletividade, pois o bem comum é a finalidade que toda ação administrativa deve objetivar. Conforme entendimento do autor supracitado (MEIRELLES, 2016), as leis administrativas "*são de ordem pública e seus preceitos não podem ser descumpridos*", principalmente por acordo ou vontade de seus aplicadores e destinatários, uma vez que "*contêm verdadeiros poderes-deveres, irrelegáveis pelos agentes públicos*".

O que se extrai deste entendimento é que o Gestor Municipal deve observar estritamente o que leciona a Lei e seus critérios objetivos.

DO PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

Pois bem, inicialmente temos que a Administração, em casos de concorrência pública, sendo ela licitação ou chamamento, deve se ater ao Princípio da Vinculação do Edital, devendo ser observado de forma vigorosa.

A Lei 8.666/93 em seu dispositivo legal estabelece:

> *Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, **da vinculação ao instrumento convocatório**, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.*
>
> *Art. 41. **A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada**.*

Com base na fundamentação legal acima o STJ assim se pronunciou sobre o princípio da vinculação do edital:

> "É ENTENDIMENTO CORRENTIO NA DOUTRINA, COMO NA JURISPRUDÊNCIA, QUE **O EDITAL, NO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO, CONSTITUI LEI ENTRE AS PARTES E É INSTRUMENTO DE VALIDADE DOS ATOS PRATICADOS NO CURSO DA LICITAÇÃO. AO DESCUMPRIR NORMAS EDITALÍCIAS, A ADMINISTRAÇÃO FRUSTRA A PRÓPRIA RAZÃO DE SER DA LICITAÇÃO E VIOLA OS PRINCÍPIOS QUE DIRECIONAM A ATIVIDADE ADMINISTRATIVA, TAIS COMO: O DA LEGALIDADE, DA MORALIDADE E DA ISONOMIA**." (STJ, MS nº 5.597/DF, 1ª S., Rel. Min. Demócrito Reinaldo, DJU 01.06.1998).

Desta forma, o edital/contrato estipula as regras para que o particular participe do certame, seja por meio de licitação, contratação direta, ou, credenciamento por meio de chamamento público.

Então, se o edital/contrato no procedimento convocatório constitui lei entre as partes, este deve ser respeitado como foi concebido, e nenhuma mudança pode ser promovida, sob pena de ferir os princípios constitucionais da isonomia, impessoalidade, moralidade e legalidade.

Então, se o edital/contrato no procedimento convocatório constitui lei entre as partes, este deve ser respeitado como foi concebido, e nenhuma mudança pode ser promovida, sob pena de ferir os princípios constitucionais da isonomia, impessoalidade, moralidade e legalidade.

No caso em análise, prevê o contrato firmado entre as partes que o período de execução é inicialmente estipulado em 180 (cento e oitenta) dias (Cláusula Quarta), sem trazer previsão expressa da possibilidade de prorrogação de tal período em específico.

Por sua vez, a Cláusula Oitava, tratando "Da prorrogação de prazo", admite alteração, com anuência expressa do contratante, quando:

CLÁUSULA OITAVA - DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO

Parágrafo Primeiro - Somente poderá ser admitida alteração do prazo, com anuência expressa da CONTRATANTE, quando:

a) Ocorrer alteração do projeto e/ou especificações pelo CONTRATANTE,
b) Houver serviços extraordinários que alterem as quantidades,
c) Houver serviços complementares, obedecidos os dispositivos regulamentares,
d) Ocorrer atraso no fornecimento de dados informativos, materiais e qualquer subsídio à(s) obra(s), que estejam sob responsabilidade expressa do CONTRATANTE,
e) Ocorrer atos do CONTRATANTE que interfiram na execução contratual,
f) Ocorrer atos de terceiros que interfiram no prazo de execução ou outros devidamente justificados e aceitos pelo CONTRATANTE,
g) Ocorrer por motivos de força maior ou caso fortuito, entre outros, "*lock out*", perturbações industriais, guerras, atos de inimigo público, bloqueio, insurreições, epidemias, quarentenas, avalanches, terremotos, enchentes, explosões ou quaisquer outros acontecimentos semelhantes e equivalentes a estes, desde que estes fatos tenham influência direta sobre a execução das obras e que fujam ao controle seguro de qualquer das partes interessadas, as quais não poderão impedir sua ocorrência. A expressão "força maior" deve, também, incluir qualquer atraso causado por legislação, regulamentação ou atos governamentais, por ação ou omissão do CONTRATANTE, que venham causar atrasos à CONTRATADA. Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior.

Rua Frei Rafael Proner nº 1457 – Caixa Postal 281 – CEP 86.360-000 – e-mail: licitacao@bandeirantes.pr.gov.br – Tel: (43) 3542-4525 – Fax 3542-4525 - CNPJ 76.235.753/0001-48

Face a tal consideração, salienta-se que a legislação federal (Lei 8666/93) apresenta a possibilidade de prorrogação do prazo do contrato administrativo desde que respeitado os critérios objetivos:

> *Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:*
> *I - aos projetos cujos produtos estejam contemplados nas metas estabelecidas no Plano Plurianual, os quais poderão ser prorrogados se houver interesse da Administração e desde que isso tenha sido previsto no ato convocatório;*
> *II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses;*
> *III - (Vetado).*
> *IV - ao aluguel de equipamentos e à utilização de programas de informática, podendo a duração estender-se pelo prazo de até 48 (quarenta e oito) meses após o início da vigência do contrato.*
> *V - às hipóteses previstas nos incisos IX, XIX, XXVIII e XXXI do art. 24, cujos contratos poderão ter vigência por até 120 (cento e vinte) meses, caso haja interesse da administração.*
> *§ 1º* ***Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de***

seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:

I - alteração do projeto ou especificações, pela Administração;

II - superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

III - interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração;

IV - aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta Lei;

V - impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;

VI - omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

§ 2º ***Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato****.*

§ 3º É vedado o contrato com prazo de vigência indeterminado.

§ 4º Em caráter excepcional, devidamente justificado e mediante autorização da autoridade superior, o prazo de que trata o inciso II do caput deste artigo poderá ser prorrogado por até doze meses.

Dessa forma, consoante ensinamento de Luís Carlos Alcoforado tem-se que "*somente se justifica a prorrogação contratual se ocorrer um dos motivos de que tratam os incisos do § 1º do art. 57. Para a prorrogação, se impõe que a Administração apresente o motivo que a justifica, mediante manifestação por escrito, num exercício de subsunção do fato à norma, indispensável à prévia autorização da autoridade competente para celebrar o contrato. Seria despiciendo dizer, se não fosse a constatação de alguns casos em que as partes buscam a ampliação tardia do contrato, que os atos preparatórios da prorrogação devem ser ultimados antes do prazo do término da relação jurídica*" (Licitação e Contrato Administrativo. São Paulo: Ed. Brasília Jurídica, 2000. 2 ed. pp. 325/326).

Conforme demonstrado, a Administração Pública **não previu expressamente a possibilidade de alteração do prazo de execução do contrato**, trazendo cláusula apenas geral, ficando vinculada à regra editalícia/contratual, sendo vedado sua prorrogação, uma vez que incorreria em violação legal.

Nesse contexto, em que pese a legislação federal apresentar a possibilidade de prorrogação do prazo do contrato administrativo, tem-se que, para ser aplicada a interpretação legal, **deveria a Administração Pública apresentar no edital a possibilidade de prorrogação expressa do prazo de execução, não podendo ser aplicada sem esta previsão no instrumento editalício.**

Como requisitos necessários para a prorrogação contratual, o TCU aponta os seguintes:

- *existência de previsão para prorrogação no edital e no contrato;*
- *objeto e escopo do contrato inalterados pela prorrogação;*
- *interesse da Administração e do contratado declarados expressamente;*
- *vantajosidade da prorrogação devidamente justificada nos autos do processo*

administrativo;
• manutenção das condições de habilitação pelo contratado;
• preço contratado compatível com o mercado fornecedor do objeto contratado.

O primeiro requisito, como se vê, é a **expressa previsão da possibilidade de prorrogação no instrumento convocatório e contrato**, salvo em relação à hipótese contida no § 4º do art. 57 da Lei, em face de seu caráter extraordinário e de imprevisão.

Parte da doutrina, como o mesmo Marçal Justen Filho coadunam com esse entendimento:

> *A prorrogabilidade do inc. II **depende de explícita autorização no ato convocatório. Omisso ele, não poderá promover-se a prorrogação.** Essa asserção deriva do princípio da segurança. Não é possível que se instaure a licitação sem explicita a previsão acerca do tema. Os eventuais interessados deverão ter plena ciência da possibilidade de prorrogação (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 6. Ed. São Paulo: Dialética, p. 500).*

Da mesma forma entende o Mestre Renaldo Geraldo Vicente:

> *A prorrogação do contrato prevista no inciso II está entre as chamadas prorrogações ordinárias, normais, em que é possível, de antemão, aferir-se um juízo de previsibilidade. O administrado, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosos, quando do procedimento para a contratação, prevê a possibilidade de, uma vez escoado o prazo inicial do contrato, dilatá-lo, em igual ou diferente período, até o limite de sessenta meses. [...]. **Assim, a doutrina tem postulado no sentido de que a prorrogação do inciso II do art. 57 fica dependente da previsão no ato convocatório e contrato**; [...]." (MENDES, Renato Geraldo; VICENTE, Anadricea. Revista Zênite ILC – Informativo de Licitações e Contratos, Curitiba: Zênite, n. 65, jul. 1999. p. 504)*

Entretanto, é válido registrar que mesmo o TCU já tendo decidido pela **necessidade de previsão no edital e no contrato como condição para a prorrogação dos contratos de prestação de serviços continuados, também já considerou que a falta dessa previsão constitui falha de natureza formal** (Acórdão nº 3.351/2011, 2ª Câmara):

Nessa linha de pensamento tem-se uma corrente doutrinária que entende pela possibilidade de prorrogação do prazo dos serviços continuados, mesmo que não haja previsão expressa no documento editalício. Tal situação, destaca-se, é defendida pelo Mestre Digones Gasparini:

> *Para celebração dessas prorrogações, atendidas tais prescrições, não se exige que o edital tenham-nas previsto, até porque nada é determinado nesse sentido pelo inc. II do art. 57 dessa lei, local onde, juntamente com outras prescrições, deveria estar consignada tal exigência para que seus efeitos pudessem se impor. [...]*
> *Diga-se, ainda, que a Lei federal das Licitações e Contratos da Administração Pública, sempre que desejou fosse o instrumento convocatório o portador de mensagem sobre a possibilidade de prorrogação contratual, fez expressamente essa exigência, tal como se passa, por exemplo, com o inc. I do art. 57 dessa lei. Já o mesmo não acontece com os*

incs. II e IV, também desse artigo, que facultam a prorrogação sem indicar, quando podiam fazê-lo, a necessidade de sua previsão no edital ou carta convite." (GASPARINI, Diogenes. Revista Zênite ILC – Informativo de Licitações e Contratos, Curitiba: Zênite, n. 114 ago. 2003, seção Doutrina/Parecer/Comentários. p. 661, grifamos.)

Referida interpretação decorre, segundo seus defensores, diretamente da lei, afastando-se o argumento de que sua ausência poderia significar quebra de isonomia ou publicidade, pois, decorrendo diretamente da lei, não se pode dizer que os participantes do certame licitatório desconhecem dessa possibilidade, conforme princípio básico insculpido no art. 3º da Lei de Introdução ao Direito.

Alegam ainda que, assim como as sanções administrativas podem ser aplicadas ao contratado independentemente de previsão no edital do certame ou no contrato administrativo, a prorrogação, ao nosso sentir, também pode ser efetivada sem que haja a mesma previsão, se demonstrada a vantajosidade para administração, haja vista o princípio da supremacia do interesse público. E, nos casos das sanções administrativos, é uníssona a doutrina em também sustentar que não fere o princípio da vinculação ao instrumento convocatório. Sendo assim, os participantes, ao se submeterem a uma licitação cujo objeto seja uma das hipóteses excepcionais, estão cientes de que poderá haver prorrogação contratual, caso preenchidos os requisitos legais.

Feitas referidas considerações, orienta-se ao setor responsável a **inclusão da cláusula de prorrogação do prazo de execução de forma expressa nos futuros editais e contratos**, cabendo ao Gestor, no presente caso, a análise do mérito para acolher ou não a solicitação, haja vista a existência de controvérsia doutrinária e jurisprudencial acerca da exigência de previsão expressa de possibilidade de prorrogação constar do edital e/ou do contrato administrativo.

DA MINUTA DE ADITIVO CONTRATUAL

Em cumprimento do artigo 38, parágrafo único da Lei 8.666/93, passamos a análise da minuta do termo aditivo do contrato:

Art. 38. O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente:
(...);
Parágrafo único. ***As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração.***

Verificado a referida minuta, observamos que a fundamentação legal da minuta se encontra respaldada no artigo 57, §1º, inciso II da Lei 8.666/93, o qual prevê a *"superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato"*, havendo, na justificativa, situação que se enquadra em tais hipóteses.

IV – CONCLUSÃO

Ante todo o exposto, **cabe ao Gestor Público, mediante o mérito administrativo, acolher ou não a possibilidade de aditamento do prazo de execução do contrato em 60 (sessenta) dias, levando-se em conta as análises acima descritas e as hipóteses legais.**

Novamente, a referida análise é estritamente legal, baseada exclusivamente na legislação e doutrina, não incorrendo em sopesamento do mérito administrativo ou suas consequências.

Destaca-se que a referida análise, como dito no item III deste parecer, cabe ao Gestor Público, detentor da outorga popular, adquirida por meio do voto, e não ao Assessor Jurídico, cujo o dever é demonstrar a interpretação legal.

Por derradeiro, cumpre salientar que o presente parecer tomou por base, exclusivamente, os elementos que constam até a presente data nos autos do processo administrativo em epígrafe.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Ressalta-se que o presente Parecer Jurídico foi elaborado tão somente sob o ângulo jurídico expressando a opinião de seu signatário e, oportunidade administrativa, escoimando ainda, qualquer responsabilidade de seu signatário conforme o art. 2º, §3º da Lei nº. 8.906/94 e entendimento do STJ no RHC: 39644 RJ 2013/0238250-5.

Bandeirantes, 05 de dezembro de 2022.

Carla M. M. S. Augusto

Carla M. M. Santos Augusto
OAB/PR 88.156

Ref.: TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2021

Prefeitura Municipal de Bandeirantes-PR – Divisão de Licitação

Prezado Senhor Prefeito

Vimos através da presente, solicitar que V. Ex.ª emita posicionamento quanto à possibilidade de firmar aditivo com a empresa **RESENDE & CAVALCANTE LTDA** nos termos da minuta anexa, referente ao processo cujo o objeto é **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACYR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR.** Cabe ressaltar observação feita pela Assessoria Jurídica exposta no parecer. Assim, resta pois ao Administrador, no uso de suas atribuições, deliberar pelo aceite ou não da celebração do termo aditivo.

Sem outro particular, aproveitamos o ensejo para reiterar-lhes nossos protestos de elevada estima e distinta consideração. .

Atenciosamente,

Fabiana de Souza Meira Oliveira
Assistente Técnico Administrativo – Divisão de Licitação

(X) Defiro o pedido de aditivo
( ) Indefiro o pedido de aditivo

Bandeirantes/PR, 05 de dezembro de 2022.

Jaelson Ramalho Matta
Prefeito Municipal

310

Assunto **MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES/PR | 6° TERMO ADITIVO - CONTRATO N.°362/2021 - TOMADA DE PREÇOS N.°03/2021**

De <licitacao@bandeirantes.pr.gov.br>

Para <construtoraresende@yahoo.com.br>

Data 07-12-2022 11:04

Prioridade Mais alta

- 6º TERMO ADITIVO PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO - RESENDE & CAVALCANTE.pdf(~57 KB)

Prezado(s),

Encaminho em anexo arquivo do 6° **Termo Aditivo** juntamente com o Extrato do Termo Aditivo do **Contrato N. °362/2021**, referente a **Tomada de Preços N.°03/2021**, entre o Município de Bandeirantes/PR e a empresa **RESENDE & CAVALCANTE LTDA.**

Estes devem retornar devidamente assinados pelo responsável legal. Caso possua assinatura com Certificado Digital, assim retornando **PREFERENCIALMENTE por e-mail,** ou via correio à Prefeitura Municipal Bandeirantes - Rua Frei Rafael Proner nº 1457 - Centro - CEP: 86.360-000 Bandeirantes-PR.

Peço por gentileza que, sejam conferidos os dados da empresa e/ou pessoa antes das assinaturas, uma vez que o mesmo é responsável pelas informações constantes no termo, e caso seja constatado algum erro ou equivoco, por favor entre em contato, para que possa ser realizado a alteração e enviado novamente.

Caso necessitem de uma cópia, está poderá ser obtida através do portal da transparência do município, ou por e-mail, em formato digitalizado, sendo que neste caso o contratado deverá requerer.

Fico à disposição para eventuais dúvidas e quaisquer esclarecimentos.

Favor atestar recebimento do presente e-mail.

Atenciosamente,

Fabiana Meira
Departamento de Licitação
Prefeitura Municipal de Bandeirantes-PR

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 362/2021 – PMB
TOMADA DE PREÇOS N.º 03/2021-PMB
TERMO ADITIVO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACYR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR.

O **MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Frei Rafael Proner nº 1457 – Centro na cidade de Bandeirantes, Estado do Paraná, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 76.235.753/0001-48, neste ato devidamente representada pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, o Senhor Jaelson Ramalho Matta, residente e domiciliado na Rua: Vereador José Santana, Vila Macedo, nº 514 - CEP 86.360-000, nesta cidade de Bandeirantes, Estado do Paraná, portador da Cédula de Identidade nº 3.348.934-0, expedida pela Secretaria de Estado de Segurança Pública do Paraná e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 486.661579-68, ora denominado **CONTRATANTE** e a empresa **RESENDE & CAVALCANTE LTDA**, estabelecida na Rua: Colombo, nº 210 – Sala 2 - Centro, Cep: 86.300-000, na Cidade de Cornélio Procópio, Estado do Paraná, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 14.987.519/0001-10, devidamente representa pela Sr. Luciano Mosti Resende, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.506.026-8, expedida pela Secretaria de Estado de Segurança Pública do Paraná e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 675.784.036-72, doravante denominada CONTRATADA, celebram o presente Termo Aditivo, mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Em atenção ao contido no memorando n.°586/2022, n.°604/2022 e n.°585/2022 da Secretaria Municipal de Obras, Serviços e Desenvolvimento Urbano e com fundamento no *artigo 57 § 1º Inciso II da Lei 8.666/93*. O CONTRATANTE decide ADITAR o **Prazo de Execução** em **60 (sessenta) dias**, a partir da data final do termo vigente.

Cabe ressaltar que a justificativa para a formalização do presente aditivo encontra-se anexa, preenchendo o requisito do artigo supramencionado.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas não serão alteradas.

Bandeirantes PR, 07 de Dezembro de 2022.

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES
JAELSON RAMALHO MATTA
CONTRATANTE

RESENDE & CAVALCANTE LTDA
LUCIANO MOSTI RESENDE
CONTRATADA

Testemunhas:

Marcos de Moraes
CPF: 590505607-97

Weslley Rodrigo Ramos Pires
CPF: 063.945.289-27

812

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 362/2021 – PMB
TOMADA DE PREÇOS N.º 03/2021-PMB

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES, ESTADO DO PARANÁ
CONTRATADA: RESENDE & CAVALCANTE LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACYR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR.

OBJETIVO:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Em atenção ao contido no memorando n.°586/2022, n.°604/2022 e n.°585/2022 da Secretaria Municipal de Obras, Serviços e Desenvolvimento Urbano e com fundamento no *artigo 57 § 1º Inciso II da Lei 8.666/93*. O CONTRATANTE decide ADITAR o **Prazo de Execução** em **60 (sessenta) dias**, a partir da data final do termo vigente.

Cabe ressaltar que a justificativa para a formalização do presente aditivo encontra-se anexa, preenchendo o requisito do artigo supramencionado.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas não serão alteradas.

Bandeirantes PR, 07 de Dezembro de 2022.

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES
JAELSON RAMALHO MATTA
CONTRATANTE

RESENDE & CAVALCANTE LTDA
LUCIANO MOSTI RESENDE
CONTRATADA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 362/2021 – PMB
TOMADA DE PREÇOS N.º 03/2021-PMB

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES, ESTADO DO PARANÁ
CONTRATADA: RESENDE & CAVALCANTE LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACYR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR.

OBJETIVO:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Em atenção ao contido no memorando n.°586/2022, n.°604/2022 e n.°585/2022 da Secretaria Municipal de Obras, Serviços e Desenvolvimento Urbano e com fundamento no *artigo 57 § 1º Inciso II da Lei 8.666/93*. O CONTRATANTE decide ADITAR o **Prazo de Execução** em **60 (sessenta) dias,** a partir da data final do termo vigente.

Cabe ressaltar que a justificativa para a formalização do presente aditivo encontra-se anexa, preenchendo o requisito do artigo supramencionado.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas não serão alteradas.

Bandeirantes PR, 07 de Dezembro de 2022.

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES
JAELSON RAMALHO MATTA
CONTRATANTE

RESENDE & CAVALCANTE LTDA
LUCIANO MOSTI RESENDE
CONTRATADA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

S. nº 814
CPL

7º TERMO ADITIVO PUBLICAÇÃO

Prefeitura Municipal de Bandeirantes

Governo Municipal de BANDEIRANTES SiSProtocolo - Sistema de Protocolo Municipal

S. nº: 815 CPL

Protocolo:

6112/2022

Tipo:
JUSTIFICATIVA DO NÃO ATENDIMENTO PELO PEI DO PISO E SIM PELO TRAFEGO E AMBIENTE ONDE SERÁ INSTALADO

Protocolado em:
28/10/2022 - 14:44:48

Informa��es do Requerente:
Nome: RESENDE & CAVALCANTE LTDA - ME;
CPF/CNPJ: 14.987.519/0001-10;
Contato: (43) 3523-8813;

6112:28.10.2022. Sistema Protocolo Municipal

RESENDE & CAVALCANTE LTDA- ME
CNPJ/MF N.º 14.987.519/0001-10
Rua Colombo n.º 210 sala 2 - Centro- Cornélio Procópio Fone: (43) 3523-8813
email: construtoraresende@yahoo.com.br

Fls: 816

JUSTIFICATIVA
CONTRATO N° 362/2021-PMB

Á Prefeitura Municipal de Bandeirantes
Setor Engenharia

'A Prefeitura Municipal de Bandeirantes , inscrita no CNPJ 76.235.753/0001-48, situada na Rua Dr° Frei Rafael Proner, 1457, na cidade de Bandeirantes /PR,, referente á Obra da Reforma na Escola Municipal Prefeito Moacyr Castanho, para os devidos fins,execução, conforme ART 1720220257748, Empresa contratada Resende & Cavalcante LTDA - ME, responsável pela execução da obra Eng. Civil Luciano Mosti Resende, CREA/PR: 58.374/D, vêem por meio desta :

Justificar, que vai executar o Revestimento Cerâmico para piso , á instalar na Secretária, Cantina e banheiros, conforme normas de recomendação do piso por Tráfego e Ambiente .

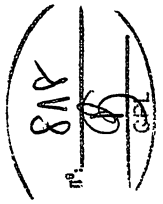
Sendo assim dentro do exposto, venho através desta, Justificar o não atendimento pelo PEI do piso, e sim pelo Tráfego e Ambiente onde vai ser instalado os pisos, atendendo as normas e garantindo á boa qualidade do produto, segue em anexo as especificações do Revestimento Cerâmico para o Piso, á ser instalado nos ambientes citados acima.

Por ser expressão da verdade firmo o presente

Cornélio Procópio, 25 de outubro de 2022

Luciano M. Resende
Sócio Gerente


RT 170052
56,00 x 56,00
Acetinado
Indicação: LD - MÉDIO TRÁFEGO
Faces: 1
Variação Tonal: 1



Tipo: Coleção Retificados

Formato: 56 x 56

Retificado e Resistente a mancha d'água

Faces: 1

Textura: Acetinado

Classificação Tonal: V1 - Aparência Uniforme

Local de Uso: LD – Indicado para uso como piso em todos os ambientes residenciais. Também pode ser utilizado em locais LA, LB e LC.

Dados Técnicos

Tamanho Técnico: 56,9x56,9

Dimensão: 569,0 mm x 569,0 mm x 7,80 mm

Junta Mínima: 2 mm

Kg/m2: 15,198 kg/m2

m2/Caixa: 2,27 m2

Peças/Caixa: 7

Peso/Caixa: 34,50 kg

Caixas/Palete: 32

m2/Palete: 72,64 m2

Peso/Palete: 1.116 kg

Tamanho/Palete: 1,10 m x 1,10 m

Recomendações para Local de Uso

LA Produto exclusivo para uso em paredes internas.

LB Indicado para uso como piso em ambientes residenciais internos com baixo tráfego e sem acesso para áreas externas. Não pode ser usado em garagens e áreas descobertas. Também pode ser utilizado em **LA**.

LC Indicado para uso como piso em todos os ambientes residenciais internos sem acesso para áreas externas. Não pode ser usado em garagens e áreas descobertas. Também pode ser utilizado em **LA e LB**

LD Indicado para uso como piso em todos os ambientes residenciais. Também pode ser utilizado em locais **LA, LB e LC**.

LE Indicado para uso como piso em todos os ambientes residenciais. Pode ser utilizado em áreas molhadas e áreas descobertas. Também pode ser utilizado em locais **LA, LB, LC e LD**.

LF Indicado para uso como piso em ambientes comerciais internos com baixo ou médio tráfego, sem trânsito de equipamentos/veículos e sem risco de queda de objetos. Também pode ser utilizado em locais **LA, LB, LC e LD**.

nº 820

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

Memorando n° 559/2022 Bandeirantes – PR, 08 de Novembro de 2022

Assunto: **SOLICITAÇÃO DE ALTERAÇÃO DE ESPECIFICAÇÃO DE SERVIÇO**

OBRA **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACIR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR**

TOMADA DE PREÇOS Nº **003/2021 - PMB**
CONTRATO PMB Nº **362/2021 - PMB**

1

Solicitamos através deste Memorando, a V. Sa. que sejam tomadas as devidas providências para autorização de alteração de especificação de serviço, referente a obra de **REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACIR CASTANHO,** celebrada com a empresa RESENDE & CAVALCANTE LTDA-ME, o Parecer Técnico do Fiscal e a Justificativa da CONTRATADA em anexo.

Sem outro particular, aproveitamos o ensejo pra transmitir-lhe nosso protesto de alta estima e distinta consideração.

Ricardo J. S. Rívolli

RICARDO JOSÉ SILVA RÍVOLLI
Diretor da Divisão de Serviços Urbanos
Engenheiro Civil – Portaria 12.994/2021

Ilmo. Sr.
M.D. Secretário de Obras e Desenvolvimento Urbano.

nº 821

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

PARECER TÉCNICO

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACIR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR
Contrato nº: 362/2021 - PMB
Tomada de Preços nº: 003/2021 - PMB

A CONTRATADA, solicitou à Fiscalização da CONTRATANTE a alteração de especificação de serviços em contrato.

O serviço se refere ao Item 7, sub-item 7.9, com descrição de "REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO ESMALTADA EXTRA DE DIMENSÕES 45X45 CM APLICADA EM AMBIENTES DE ÁREA MAIOR QUE 10 M2. AF_06/2014", baseado no Código de Serviço nº 87251 da Tabela Sinapi/PR, referência do mês de MAIO/2021, integrante da Planilha Orçamentária.

A citada, em Memorial Descritivo, página 19, solicita que as placas cerâmicas possuam a resistência do esmalte de superfície do piso a abrasão, descrito PEI 5, ideal para ambientes residenciais e comerciais com alto tráfego de pessoas. Entretanto, a CONTRATADA, sugeriu a substituição das placas cerâmicas PEI 5 por placas cerâmicas PEI 4, visto que ambas são ideais para o alto tráfego de pessoas e que, conforme acabamento, a solicitada em Memorial Descritivo, traria dificuldades na limpeza da escola, pois seu esmalte é mais áspero e propicio a impregnações de manchas, por ser indicado a áreas externas.

Visto que, o código de serviço nº 87251, da Tabela Sinapi/PR, em sua composição, é referente ao valor do Insumo nº 1287, da mesma tabela, com descrição de "PISO EM CERAMICA ESMALTADA EXTRA, PEI MAIOR OU IGUAL A 4, FORMATO MENOR OU IGUAL A 2025 CM2", que a sugestão é coesa, que a qualidade do produto não se altera e que as placas cerâmicas de PEI 4 também são fabricadas

Rua Frei Rafael Proner, 1457 - Cx Postal 281 CEP 86360-000 Tel.: (43) 3542-4525 Fax: (43) 3542-3322
CNPJ/MF 76.235.753/0001-48 - E-mail: arquiteto@bandeirantes.pr.gov.br

RR

fls. nº 822
CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

para serem resistentes a ambientes com alto tráfego interno, a alteração deverá ser aprovada.

Conforme a solicitação e demais documentações em anexo, deverá ser autorizada a alteração de especificação deste serviço em contrato.

Sem mais, este é o parecer.

Bandeirantes, 08 de Novembro de 2022

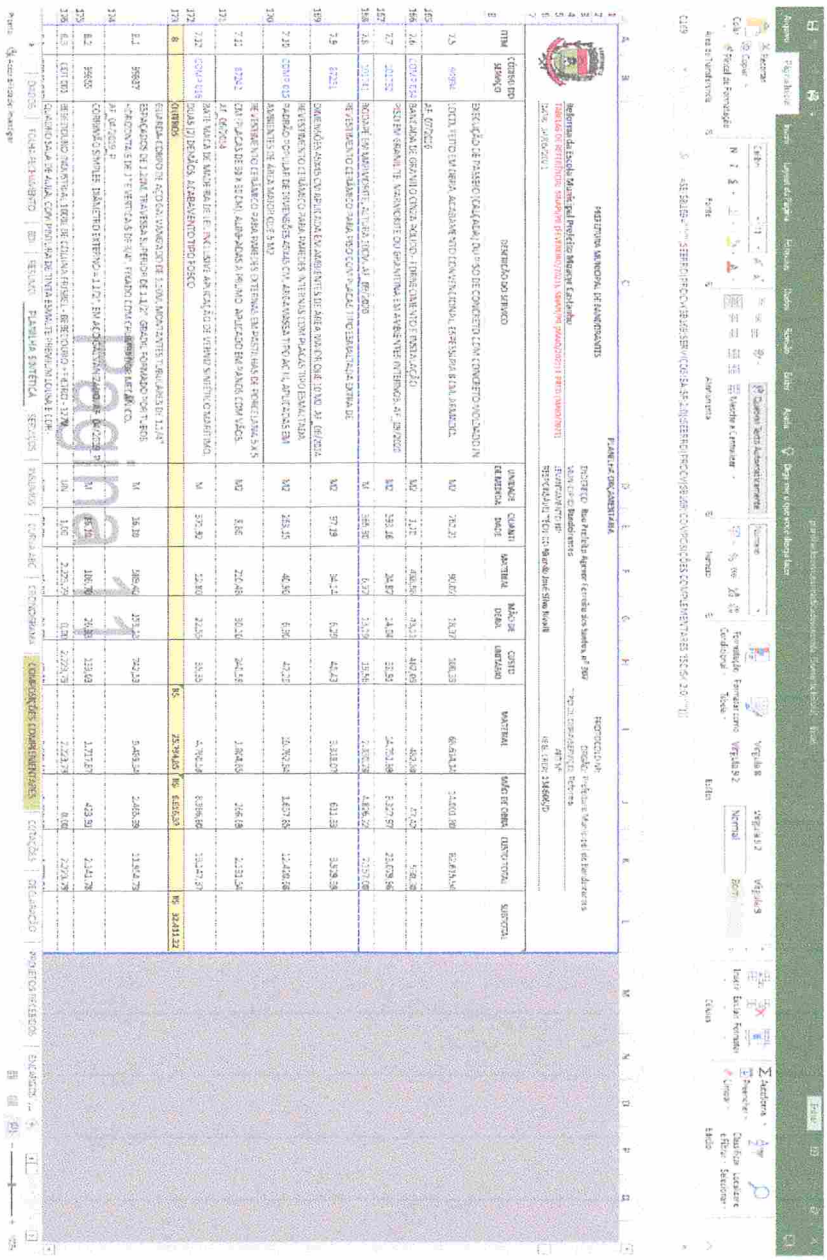
Ricardo J. S. Rívolli

RICARDO JOSÉ SILVA RÍVOLLI
Diretor da Divisão de Serviços Urbanos
Engenheiro Civil – Portaria 12.994/2021

Rua Frei Rafael Proner, 1457 - Cx Postal 281 CEP 86360-000 Tel.: (43) 3542-4525 Fax: (43) 3542-3322
CNPJ/MF 76.235.753/0001-48 - E-mail: arquiteto@bandeirantes.pr.gov.br

ANEXO

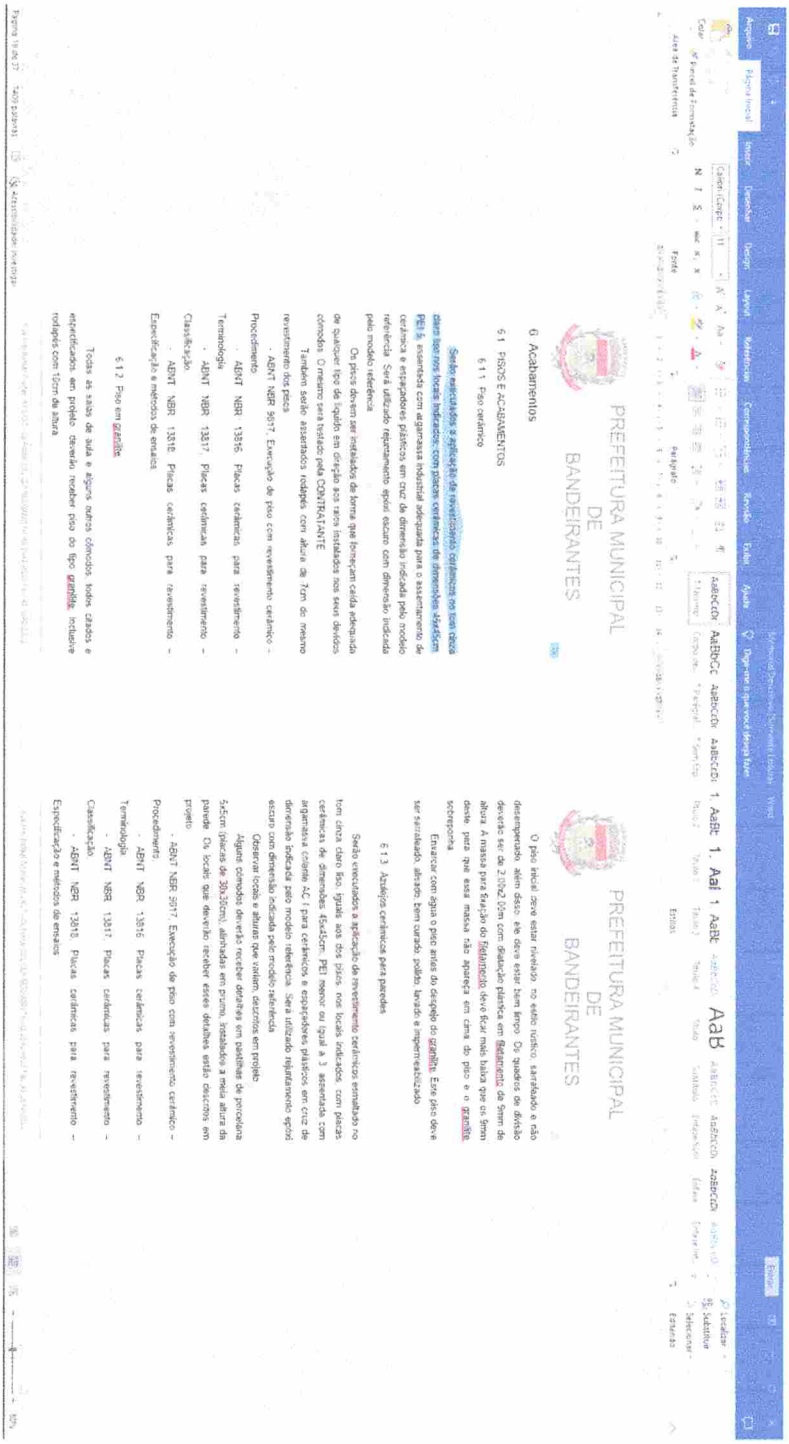
Figura 1 – Planilha Orçamentária



Fonte: Acervo do Fiscal (2022)

Rua Frei Rafael Proner, 1457 - Cx Postal 281 CEP 86360-000 Tel.: (43) 3542-4525 Fax: (43) 3542-3322
CNPJ/MF 76.235.753/0001-48 - E-mail: arquiteto@bandeirantes.pr.gov.br

Figura 2 – Memorial Descritivo



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

6 Acabamentos

6.1 PISOS E ACABAMENTOS

6.1.1 Piso cerâmico

Serão executados a aplicação de revestimento cerâmicos no tom cinza claro liso nos locais indicados com placas cerâmicas de dimensões 45x45cm PEI 3, assentada com argamassa industrial adequada para o assentamento de cerâmica e espaçadores plásticos em cruz de dimensão indicada pelo modelo referência. Será utilizado rejuntamento epóxi escuro com dimensão indicada pelo modelo referência

Os pisos devem ser instalados de forma que forneçam caída adequada de qualquer tipo de líquido em direção aos ralos instalados nos seus devidos cômodos. O mesmo será instalado pela CONTRATANTE

Também serão assentados rodapés com altura de 7cm do mesmo revestimento dos pisos

- ABNT NBR 9817: Execução de piso com revestimento cerâmico - Procedimento

- ABNT NBR 13816: Placas cerâmicas para revestimento - Terminologia

- ABNT NBR 13817: Placas cerâmicas para revestimento - Classificação

- ABNT NBR 13818: Placas cerâmicas para revestimento - Especificação e métodos de ensaios

6.1.2 Piso em granilite

Todas as salas de aula e alguns outros cômodos todos cabos e especificações em projeto receberão receber piso do tipo granilite inclusive rodapés com 10cm de altura

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

O piso inicial deve estar nivelado no estilo rústico, sarrafeado e não desempenado, além disso, ele deve estar bem limpo. Os quadros de divisão deverão ser de 2,00x2,00m com dilatação plástica em Rodapé de 9mm de altura. A massa para fixação do Rodapé deve ficar mais baixa que os 9mm deste, para que essa massa não apareça em cima do piso e o granilite sobreponha

Ensaiar com água o piso antes do deságio do granilite. Este piso deve ser sarrafeado, desde bem curado, polido, lavado e impermeabilizado

6.1.3 Azulejos cerâmicas para paredes

Serão executados a aplicação de revestimento cerâmicos esmaltado no tom cinza claro liso, igualo aos dos pisos, nos locais indicados com placas cerâmicas de dimensões 45x45cm, PEI maior ou igual a 3, assentada com argamassa colante AC-I para cerâmicos e espaçadores plásticos em cruz de dimensão indicada pelo modelo referência. Será utilizado rejuntamento epóxi escuro com dimensão indicada pelo modelo referência

Observar locais e alturas que variam, detalhes em projeto

Alguns cômodos deverão receber detalhes em pastilhas de porcelana 5x5cm (placas de 30x30cm), dimensão em projeto, instalados a meia altura da parede. Os locais que deverão receber esses detalhes estão descritos em projeto

- ABNT NBR 9817: Execução de piso com revestimento cerâmico - Procedimento

- ABNT NBR 13816: Placas cerâmicas para revestimento - Terminologia

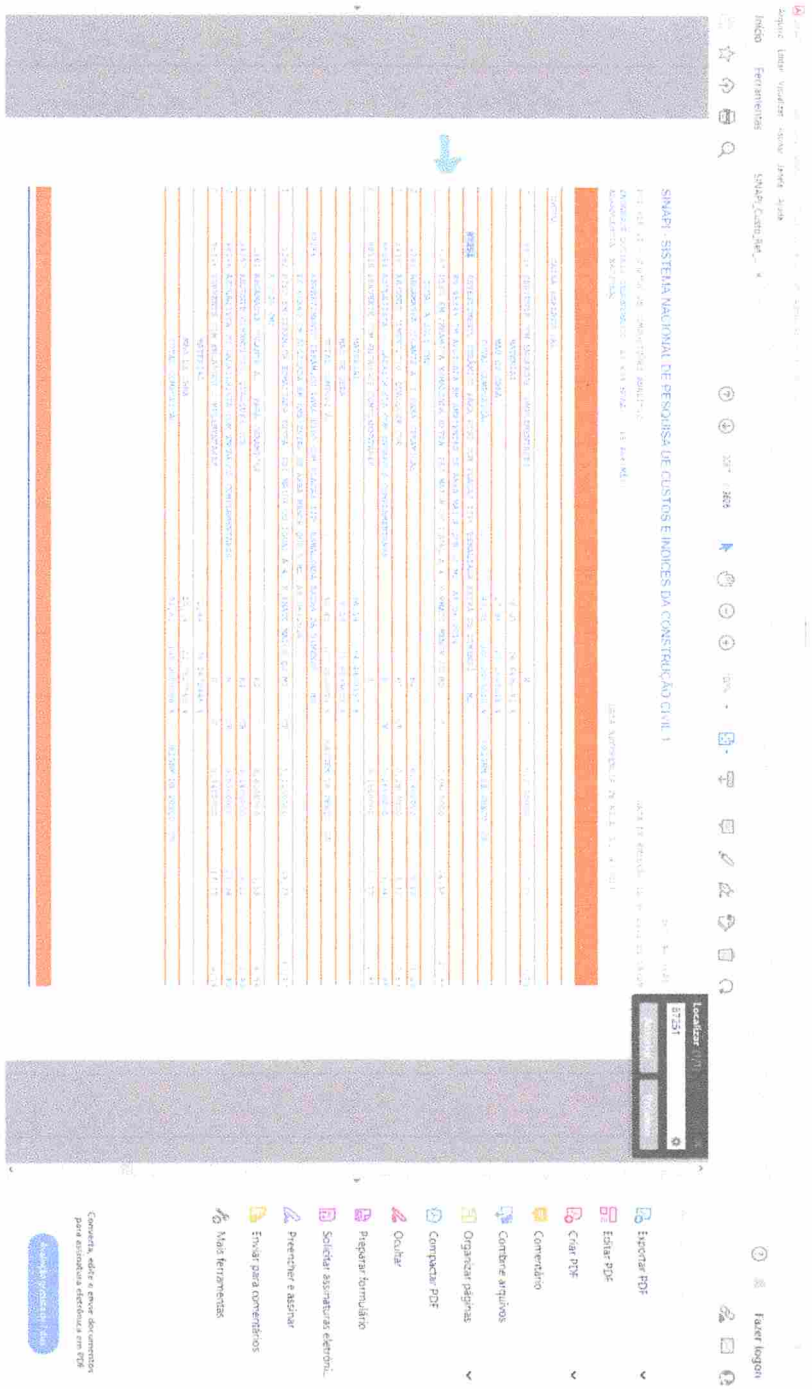
- ABNT NBR 13817: Placas cerâmicas para revestimento - Classificação

- ABNT NBR 13818: Placas cerâmicas para revestimento - Especificação e métodos de ensaios

Fonte: Acervo do Fiscal (2022)

Rua Frei Rafael Proner, 1457 - Cx Postal 281 CEP 86360-000 Tel.: (43) 3542-4525 Fax: (43) 3542-3322
CNPJ/MF 76.235.753/0001-48 - E-mail: arquiteto@bandeirantes.pr.gov.br

Figura 3 – Tabela SINAPI/PR (Maio/2021)



Fonte: Acervo do Fiscal (2022)

Rua Frei Rafael Proner, 1457 - Cx Postal 281 CEP 86360-000 Tel.: (43) 3542-4525 Fax: (43) 3542-3322
CNPJ/MF 76.235.753/0001-48 - E-mail: arquiteto@bandeirantes.pr.gov.br

nº 826

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

Memorando n° 560/2022

Bandeirantes –PR, 08 de Novembro de 2022

Assunto: **SOLICITAÇÃO DE ALTERAÇÃO DE ESPECIFICAÇÃO DE SERVIÇO**

OBRA **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACIR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR**

TOMADA DE PREÇOS Nº **003/2021 - PMB**
CONTRATO PMB Nº **362/2021 - PMB**

Solicitamos através do Memorando nº 559/2022 e Parecer Técnico, a V. Sa. que sejam tomadas as devidas providências para autorização de alteração de especificação de serviço, referente a obra de **REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACIR CASTANHO,** celebrada com a empresa RESENDE & CAVALCANTE LTDA-ME, o Parecer Técnico do Fiscal e a Justificativa da CONTRATADA em anexo.

Sob a justificativa anexa direcionada pela CONTRATADA.

7

Sem mais, reiteramos nosso protesto de estima e consideração.

Oswaldo Afonso Martins Rockenbach
Secretário de Obras e Desenvolvimento Urbano

Ilmo. Sr.
RAFAEL HENRIQUE ENEAS MARINHO
M.D. Secretário da Administração

Rua Frei Rafael Proner, 1457 - Cx Postal 281 CEP 86360-000 Tel.: (43) 3542-4525 Fax: (43) 3542-3322
CNPJ/MF 76.235.753/0001-48 - E-mail: arquiteto@bandeirantes.pr.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Fls. nº_____ Rubrica_____

827

Bandeirantes, 18 de Novembro de 2022.

Ilmo. Sr.

RAFAEL HENRIQUE ENEAS MARINHO

Secretário da Administração

Encaminha-se para o setor competente, documentação necessária a fim de formalizar processo para: **APOSTILAMENTO do item 7, sub.item 7.9 "REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO ESMALTADA EXTRA DE DIMENSÕES 45 X 45 CM APLICADA EM AMBIENTES DE ÁREA MAIOR QUE 10 M2" – SUBSTITUIR AS PLACAS DE CERÂMICAS PEI 5, POR PLACAS PEI 4 - Referente ao Processo TOMADA DE PREÇO: Nº 03/2021 – C0NTRATO N.362/2021 - OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA DA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACYR CASTANHO DO MUNICIPIO DE BANDEIRANTES PR.**

Atenciosamente,

CLAUDECI APOLINÁRIO DA SILVA
DIRETOR DA DIVISÃO DE COMPRAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

nº 828

Fls. nº_____ Rubrica_____

Bandeirantes, 18 de Novembro de 2022.

Venho pelo presente, solicitar de Vossa Excelência a autorização para a instauração de procedimento de **APOSTILAMENTO do item 7, sub.item 7.9 "REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO ESMALTADA EXTRA DE DIMENSÕES 45 X 45 CM APLICADA EM AMBIENTES DE ÁREA MAIOR QUE 10 M2" – SUBSTITUIR AS PLACAS DE CERÂMICAS PEI 5, POR PLACAS PEI 4 - Referente ao Processo TOMADA DE PREÇO: Nº 03/2021 – C0NTRATO N.362/2021 - OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA DA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACYR CASTANHO DO MUNICIPIO DE BANDEIRANTES PR.**

Esperando contar com a atenção de Vossa Excelência, reitero meus protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

RAFAEL HENRIQUE ENEAS MARINHO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Exmo. Sr.
JAELSON RAMALHO MATTA
Prefeito Municipal
Bandeirantes – Paraná

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

S. nº: 829

Fls. nº_____ Rubrica_____

Bandeirantes, 18 de Novembro de 2022.

Autorizo pleiteado, devendo, entretanto, o presente processo preencher os trâmites exigidos por lei.

OBJETO: **APOSTILAMENTO do item 7, sub.item 7.9 "REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO ESMALTADA EXTRA DE DIMENSÕES 45 X 45 CM APLICADA EM AMBIENTES DE ÁREA MAIOR QUE 10 M2" – SUBSTITUIR AS PLACAS DE CERÂMICAS PEI 5, POR PLACAS PEI 4 - Referente ao Processo TOMADA DE PREÇO: Nº 03/2021 – C0NTRATO N.362/2021 - OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA DA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACYR CASTANHO DO MUNICIPIO DE BANDEIRANTES PR.**

Encaminhe-se a:

1. Departamento de Contabilidade para informação dos recursos orçamentários correspondentes;

2. Comissão Permanente de Licitação para providências cabíveis ao caso;

3. Devolva-se para a Comissão Permanente de Licitação para sequência do processo.

JAELSON RAMALHO MATTA
PREFEITO MUNICIPAL

fls. nº 830

Voltar Imprimir

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 14.987.519/0001-10
Razão Social: RESENDE E CAVALCANTE LTDA ME
Endereço: RUA COLOMBO 210 SALA 2 / CENTRO / CORNELIO PROCOPIO / PR / 86300-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:01/12/2022 a 30/12/2022

Certificação Número: 2022120101484259342460

Informação obtida em 12/12/2022 13:25:04

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

Fls. nº 831
CPL

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: RESENDE & CAVALCANTE LTDA
CNPJ: 14.987.519/0001-10

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e

2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 08:17:45 do dia 30/09/2022 <hora e data de Brasília>.
Válida até 29/03/2023.
Código de controle da certidão: **F77B.7F5A.C1A5.2D5B**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

. nº: 832

JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: RESENDE & CAVALCANTE LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 14.987.519/0001-10
Certidão nº: 44997889/2022
Expedição: 12/12/2022, às 13:26:43
Validade: 10/06/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **RESENDE & CAVALCANTE LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **14.987.519/0001-10, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

Fls. nº 833

(MINUTA)
SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 362/2021 – PMB
TOMADA DE PREÇOS N.º 03/2021-PMB
TERMO ADITIVO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACYR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR.

O **MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Frei Rafael Proner nº 1457 – Centro na cidade de Bandeirantes, Estado do Paraná, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 76.235.753/0001-48, neste ato devidamente representada pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, o Senhor Jaelson Ramalho Matta, residente e domiciliado na Rua: Vereador José Santana, Vila Macedo, nº 514 - CEP 86.360-000, nesta cidade de Bandeirantes, Estado do Paraná, portador da Cédula de Identidade nº 3.348.934-0, expedida pela Secretaria de Estado de Segurança Pública do Paraná e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 486.661579-68, ora denominado **CONTRATANTE** e a empresa **RESENDE & CAVALCANTE LTDA**, estabelecida na Rua: Colombo, nº 210 – Sala 2 - Centro, Cep: 86.300-000, na Cidade de Cornélio Procópio, Estado do Paraná, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 14.987.519/0001-10, devidamente representa pela Sr. Luciano Mosti Resende, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.506.026-8, expedida pela Secretaria de Estado de Segurança Pública do Paraná e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 675.784.036-72, doravante denominada CONTRATADA, celebram o presente Termo Aditivo, mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Em atenção ao contido no memorando n.°559/2022 com Parecer Técnico e memorando n.°560/2022 da Secretaria Municipal de Obras, Serviços e Desenvolvimento Urbano, e com fundamento no *artigo 65, I, a da Lei 8.666/93*. O CONTRATANTE decide aditar o contrato, para realizar a substituição das placas de revestimento cerâmico denominado "PEI 5" por placas de revestimento cerâmico "PEI 4", conforme a justificativa e parecer técnico para a formalização do presente aditivo anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas não serão alteradas.

RESENDE & CAVALCANTE LTDA
CONTRATADA

nº. 834

EXTRATO DO SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 362/2021 – PMB
TOMADA DE PREÇOS N.º 03/2021-PMB

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES, ESTADO DO PARANÁ
CONTRATADA: RESENDE & CAVALCANTE LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACYR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR.

OBJETIVO:
CLÁUSULA PRIMEIRA

Em atenção ao contido no memorando n.°559/2022 com Parecer Técnico e memorando n.°560/2022 da Secretaria Municipal de Obras, Serviços e Desenvolvimento Urbano, e com fundamento no *artigo 65, I, a da Lei 8.666/93*. O CONTRATANTE decide aditar o contrato, para realizar a substituição das placas de revestimento cerâmico denominado "PEI 5" por placas de revestimento cerâmico "PEI 4", conforme a justificativa e parecer técnico para a formalização do presente aditivo anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas não serão alteradas.

Bandeirantes PR, 12 de Dezembro de 2022

RESENDE & CAVALCANTE LTDA
LUCIANO MOSER RESENDE
CONTRATADA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ

nº 835

PROTOCOLO NÚMERO 149/2021-PMB

Bandeirantes-PR, 12 de dezembro de 2022.

Ref.: Tomada de Preços – 03/2021-PMB

Prefeitura Município de Bandeirantes-PR

Prezados,

Vimos através da presente, solicitar a esta consultoria que emita posicionamento quanto à possibilidade de firmar TERMO ADITIVO ao contrato n.º362/2021, celebrado entre esta Municipalidade e a empresa **RESENDE & CAVALCANTE LTDA**, firmado através do processo de Tomada de Preços acima mencionado, que tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACYR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR,** nos termos da documentação anexa.

Sem outro particular, aproveitamos o ensejo para reiterar-lhes nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Fabiana de Souza Meira Oliveira
Assistente Técnico Administrativo – Divisão de Licitação

À Assessoria Jurídica do Município de Bandeirantes-PR
Rua Frei Rafael Proner nº 1457 - Centro
CEP: 86.360-000 - BANDEIRANTES – PR

fls. nº 836

PARECER JURÍDICO Nº. 118/2022.
REFERÊNCIA: Processo Administrativo 149/2021. Tomada de Preço nº. 03/2021
INTERESSADO: Secretaria de Obras e Serviços Urbanos.
OBJETO: POSSIBILIDADE DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO.

I – RELATÓRIO

Trata-se de expediente encaminhado pelo Departamento de Licitação solicitando posicionamento quanto a possibilidade de firmar termo aditivo no Contrato n. 362/2022, que tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviço de reforma na Escola Municipal Prefeito Moacir Castanho do Município de Bandeirantes-PR.

Os documentos apresentados foram o encaminhamento à Assessoria Jurídica; Protocolo nº 6112/2002 feito pela empresa contratada com **justificativa para substituição do revestimento cerâmico, de modo a adequá-lo às normas de recomendação do piso por tráfego e ambiente**; Memorando nº 559/2022 da Secretaria Municipal de Obras solicitando providências para seja autorizada a alteração solicitada pela empresa contratada; **Parecer técnico** da Secretaria Municipal de Obras informando que **a alteração solicitada é coesa, que a qualidade do produto não se altera e que as placas cerâmicas de PEI 4 também são fabricadas para o ambiente em que serão utilizadas**; Memorando nº 560/2022 da Secretaria Municipal de Obras; solicitação do Diretor de Compras e Secretário Municipal de Administração; expediente do Prefeito Municipal; documentos relativos à empresa contratada; Minuta do Sétimo Termo de Aditivo e Extrato.

Relatado o pleito passamos ao Parecer.

II - OBJETO DE ANÁLISE

Cumpre aclarar que a análise neste parecer se restringe à verificação dos requisitos formais para o aditivo de contrato. Destaca-se que a análise será restrita aos pontos jurídicos, estando excluídos quaisquer aspectos técnicos, econômicos e/ou discricionários.

Qualquer decisão de mérito administrativo cabe apenas ao Gestor, detentor da outorga popular, conseguida mediante o escrutínio democrático do voto.

III – FUNDAMENTAÇÃO

Primordialmente ressaltamos os dispositivos legais que devem ser levados em consideração para a apuração da legalidade do pedido, em especial, a Lei nº. 8.666/1993 que efetivamente regulamenta os contratos administrativos, dispondo em seu art. 58:

> *Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de:*
> *I - **modificá-los, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado**;*
> *II - rescindi-los, unilateralmente, nos casos especificados no inciso I do art. 79 desta Lei;*
> *III - fiscalizar-lhes a execução;*
> *IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;*
> *V - nos casos de serviços essenciais, ocupar provisoriamente bens móveis, imóveis, pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato, na hipótese da necessidade de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pelo contratado, bem como na hipótese de rescisão do contrato administrativo.*
> *§ 1º As cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos administrativos não poderão ser alteradas sem prévia concordância do contratado.*
> *§ 2º **Na hipótese do inciso I deste artigo, as cláusulas econômico-financeiras do contrato deverão ser revistas para que se mantenha o equilíbrio contratual.***

A Administração Pública, por objetivar o bem coletivo, possui a prerrogativa de alteração do contrato unilateralmente, estabelecendo uma posição vertical em relação ao contratado, chamada de "potestade pública", como bem explica o mestre Cretella Junior em sua obra Licitações e Contratos do Estado do Rio de Janeiro:

> *Administração figura como parte da relação jurídica contratual, ora ocupando posição vertical, usufruindo então os privilégios e prerrogativas, decorrentes de entidade detentora de "potestade pública o que lhe garante aquela singular colocação, ora ocupando posição horizontal, tratando com o particular no mesmo plano, com ele nivelando se, perdendo então grande parte daquelas prerrogativas, oriundas de sua condição específica de poder público*
> *(CRETELLA JÚNIOR Licitações e contratos do Estado Rio de Janeiro Forense, 1996 p 76).*

Ante a "potestade pública", proveniente da supremacia do interesse público pelo privado a lei de licitações que regem os contratos administrativos, assim dispõe o art. 65 da Lei 8.666/93:

> *Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:*
> ***I - unilateralmente pela Administração**:*
> ***a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;***
> *b) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;*
> *II - por acordo das partes:*

Fls. nº 837

a) quando conveniente a substituição da garantia de execução;
b) quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
c) quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;
d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.
§ 1º O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos.
§ 2º Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos no parágrafo anterior, salvo:
I - (VETADO)
II - as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

Do dispositivo destacamos a possibilidade de alteração do contrato de forma unilateral ou amigavelmente. A primeira diz respeito a critérios discricionários administrativos que possibilitam a imposição ao contratado de alterações qualitativas do objeto, na álea material; já a segunda forma de alteração diz respeito a um acordo mútuo das partes.

Ressalta-se que a modificação no presente caso, não se trata necessariamente de um reequilíbrio econômico-financeiro, uma vez que a alteração não tem como escopo a natureza patrimonial, mas, sim, adequar o objeto com o interesse público, sendo imperiosa a sua alteração **em razão de facilitar a limpeza da escola**, conforme descrito na Justificativa Técnica da Secretaria Municipal de Obras.

Nesse ponto, igualmente se enaltece que as informações prestadas quanto à possibilidade/necessidade de alteração são de responsabilidade da Secretaria solicitante, vez que não compete a essa Assessoria a análise técnica da situação, mas tão somente a análise dos pontos jurídicos.

Nas palavras do Mestre Marçal Justen Filho:

A melhor adequação técnica supõe a descoberta ou revelação de circunstancias desconhecidas acerca da execução da prestação ou a constatação de que a solução técnica anteriormente adotada não era a mais adequada. Os contratos e longo prazo ou de grande especialização são mais suscetíveis a essa modalidade de alteração. Não há muito cabimento a essa hipótese nos contratos de execução instantânea ou cujo objeto seja simples e sumário.

> ***A hipótese da alínea "a" compreende as situações em que se constata supervenientemente a inadequação da concepção original, a partir da qual se promovera a contratação.*** *Tal pode verificar-se em vista de eventos supervenientes. Assim, por exemplo, considere-se a hipótese de descoberta cientifica, que evidencia a necessidade de inovações para ampliar e assegurar a utilidade inicialmente cogitada pela Administração.*
> ***Também se admite a incidência do dispositivo para respaldar modificações derivadas de situações preexistentes, mas desconhecidas por parte dos interessados. O grande exemplo é o das "sujeições imprevistas", expressão clássica no Direito Francês e que indica eventos da natureza ou fora do controle dos seres humanos, existentes por ocasião da contratação mas cuja revelação se verifica apenas por ocasião da execução da prestação****. O grande exemplo é o da falha geológica de terreno, que impede a implantação da obra tal como inicialmente prevista.*

Desta forma, mesmo não se aplicando ao caso concreto as "*sujeições imprevistas*", deve ser observada a aplicação e permissão legal.

Ressalta-se que, no caso em análise, como constou na justificativa da Secretaria Municipal de Obras, está previsto na Tabela Analítica de Composição de Serviços Complementares que o valor de insumo referente ao piso cerâmico, nº 1287, pode ser de PEI maior ou igual a 4, tal como deseja a contratada e a citada Secretaria.

Ainda, destaca-se que não há manifestação de aumento de valor em razão da alteração solicitada.

III.I – DA MINUTA DE ADITIVO CONTRATUAL

Em cumprimento do artigo 38, parágrafo único da Lei 8.666/93, passamos a análise da minuta do termo aditivo do contrato:

> *Art. 38. O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente:*
> *(...);*
> *Parágrafo único.* ***As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração****.*

Verificada referida minuta, observamos que não há qualquer retificação a ser feita.

nº: 838
CPL

IV – CONCLUSÃO

Ante todo o exposto, cabe ao Gestor Público, mediante o mérito administrativo, acolher ou não a possibilidade de aditamento qualitativo ao objeto do contrato, levando-se em conta as análises acima descritas.

Sendo assim, a alteração contratual almejada, caso seja formalizada, deve ser devidamente fundamentada, acompanhada da Justificativa Técnica de Alteração, com a análise das demais nuances apresentadas no presente parecer.

Ressalta-se, ainda, que o contrato só poderá ser alterado antes da execução total da obra **e em relação aos remanescentes da execução ainda não realizada**, devendo para tanto ser feito apenas naquilo que foi previamente estabelecido em projeto básico.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Destaca-se que o presente Parecer Jurídico foi elaborado tão somente sob o ângulo jurídico expressando a opinião de seu signatário e, oportunidade administrativa, escoimando ainda, qualquer responsabilidade de seu signatário conforme o art. 2º, §3º da Lei nº. 8.906/94 e entendimento do STJ no RHC: 39644 RJ 2013/0238250-5.

Bandeirantes, 14 de dezembro de 2022.

Carla M. M. Santos Augusto

Carla M. M. Santos Augusto
OAB/PR 88.156

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ

nº 839

Ref.: TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2021

Prefeitura Municipal de Bandeirantes-PR – Divisão de Licitação

Prezado Senhor Prefeito

Vimos através da presente, solicitar que V. Ex.ª emita posicionamento quanto à possibilidade de firmar aditivo com a empresa **RESENDE & CAVALCANTE LTDA** nos termos da minuta anexa, referente ao processo cujo o objeto é **'CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACYR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR.** Cabe ressaltar observação feita pela Assessoria Jurídica exposta no parecer. Assim, resta pois ao Administrador, no uso de suas atribuições, deliberar pelo aceite ou não da celebração do termo aditivo.

Sem outro particular, aproveitamos o ensejo para reiterar-lhes nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Fabiana de Souza Meira Oliveira
Assistente Técnico Administrativo – Divisão de Licitação

(X) Defiro o pedido de aditivo

( ) Indefiro o pedido de aditivo

Bandeirantes/PR, 14 de dezembro de 2022.

Jaelson Ramalho Matta
Prefeito Municipal

Assunto **MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES/PR | 7° TERMO ADITIVO - CONTRATO N.°362/2021 - TOMADA DE PREÇOS N.°03/2021**

De DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO <licitacao@bandeirantes.pr.gov.br>

Para Construtoraresende <construtoraresende@yahoo.com.br>

Data 16-12-2022 14:09

Prioridade Mais alta

Fls. nº 840 CPL

- 7º TERMO ADITIVO - SUBSTITUIÇÃO - RESENDE & CAVALCANTE.pdf(~54 KB)

Prezado(s),

Encaminho em anexo arquivo do 7° **Termo Aditivo** juntamente com o Extrato do Termo Aditivo do **Contrato N. °362/2021**, referente a **Tomada de Preços N.°03/2021**, entre o Município de Bandeirantes/PR e a empresa **RESENDE & CAVALCANTE LTDA.**

Estes devem retornar devidamente assinados pelo responsável legal. Caso possua assinatura com Certificado Digital, assim retornando **PREFERENCIALMENTE por e-mail,** ou via correio à Prefeitura Municipal Bandeirantes - Rua Frei Rafael Proner nº 1457 - Centro - CEP: 86.360-000 Bandeirantes-PR.

Peço por gentileza que, sejam conferidos os dados da empresa e/ou pessoa antes das assinaturas, uma vez que o mesmo é responsável pelas informações constantes no termo, e caso seja constatado algum erro ou equivoco, por favor entre em contato, para que possa ser realizado a alteração e enviado novamente.

Caso necessitem de uma cópia, está poderá ser obtida através do portal da transparência do município, ou por e-mail, em formato digitalizado, sendo que neste caso o contratado deverá requerer.

Fico à disposição para eventuais dúvidas e quaisquer esclarecimentos.

Favor atestar recebimento do presente e-mail.

Atenciosamente,

Fabiana Meira

--

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
Tel.: 43-3542-4525 - RAMAL 224

Fls. nº 841
CPL

SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 362/2021 – PMB
TOMADA DE PREÇOS N.º 03/2021-PMB
TERMO ADITIVO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACYR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR.

O **MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Frei Rafael Proner nº 1457 – Centro na cidade de Bandeirantes, Estado do Paraná, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 76.235.753/0001-48, neste ato devidamente representada pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, o Senhor Jaelson Ramalho Matta, residente e domiciliado na Rua: Vereador José Santana, Vila Macedo, nº 514 - CEP 86.360-000, nesta cidade de Bandeirantes, Estado do Paraná, portador da Cédula de Identidade nº 3.348.934-0, expedida pela Secretaria de Estado de Segurança Pública do Paraná e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 486.661579-68, ora denominado **CONTRATANTE** e a empresa **RESENDE & CAVALCANTE LTDA**, estabelecida na Rua: Colombo, nº 210 – Sala 2 - Centro, Cep: 86.300-000, na Cidade de Cornélio Procópio, Estado do Paraná, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 14.987.519/0001-10, devidamente representa pela Sr. Luciano Mosti Resende, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.506.026-8, expedida pela Secretaria de Estado de Segurança Pública do Paraná e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 675.784.036-72, doravante denominada CONTRATADA, celebram o presente Termo Aditivo, mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Em atenção ao contido no memorando n.°559/2022 com Parecer Técnico e memorando n.°560/2022 da Secretaria Municipal de Obras, Serviços e Desenvolvimento Urbano, e com fundamento no *artigo 65, I, a da Lei 8.666/93*. O CONTRATANTE decide aditar o contrato, para realizar a substituição das placas de revestimento cerâmico de "PEI 5" por placas de revestimento cerâmico de "PEI 4", conforme a justificativa e parecer técnico para a formalização do presente aditivo anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas não serão alteradas.

Bandeirantes PR, 16 de Dezembro de 2022.

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES
JAELSON RAMALHO MATTA
CONTRATANTE

RESENDE & CAVALCANTE LTDA
LUCIANO MOSTI RESENDE
CONTRATADA

Testemunhas:

Marcos de Moraes
CPF: 59[illegible]607-97

Weslley Rodrigo Ramos Pires
CPF: 063.945.289-27

nº: 842

EXTRATO DO SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 362/2021 – PMB
TOMADA DE PREÇOS N.º 03/2021-PMB

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES, ESTADO DO PARANÁ
CONTRATADA: RESENDE & CAVALCANTE LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACYR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR.

OBJETIVO:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Em atenção ao contido no memorando n.°559/2022 com Parecer Técnico e memorando n.°560/2022 da Secretaria Municipal de Obras, Serviços e Desenvolvimento Urbano, e com fundamento no *artigo 65, I, a da Lei 8.666/93*. O CONTRATANTE decide aditar o contrato, para realizar a substituição das placas de revestimento cerâmico de "PEI 5" por placas de revestimento cerâmico de "PEI 4", conforme a justificativa e parecer técnico para a formalização do presente aditivo anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas não serão alteradas.

Bandeirantes PR, 16 de Dezembro de 2022.

MUNICIPIO DE BANDEIRANTES
JAELSON RAMALHO MATTA
CONTRATANTE

RESENDE & CAVALCANTE LTDA
LUCIANO MOSTI RESENDE
CONTRATADA

Prefeitura Municipal De Bandeirantes

Licitações e Contratos

Aditivos

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ

EXTRATO DO SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 362/2021 – PMB
TOMADA DE PREÇOS N.º 03/2021-PMB

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES, ESTADO DO PARANÁ
CONTRATADA: RESENDE & CAVALCANTE LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACYR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR.

OBJETIVO:
CLÁUSULA PRIMEIRA
Em atenção ao contido no memorando n.°559/2022 com Parecer Técnico e memorando n.°560/2022 da Secretaria Municipal de Obras, Serviços e Desenvolvimento Urbano, e com fundamento no *artigo 65, I, a da Lei 8.666/93*. O CONTRATANTE decide aditar o contrato, para realizar a substituição das placas de revestimento cerâmico de "PEI 5" por placas de revestimento cerâmico de "PEI 4", conforme a justificativa e parecer técnico para a formalização do presente aditivo anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA
As demais cláusulas não serão alteradas.

Bandeirantes PR, 16 de Dezembro de 2022.

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES
JAELSON RAMALHO MATTA
CONTRATANTE

RESENDE & CAVALCANTE LTDA
LUCIANO MOSTI RESENDE
CONTRATADA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

nº: 844

8º TERMO ADITIVO

PUBLICAÇÃO

Assunto	**MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES/PR | 8° TERMO ADITIVO - CONTRATO N.°362/2021 - TOMADA DE PREÇOS N.°03/2021**
De	DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO <licitacao@bandeirantes.pr.gov.br>
Para	Construtoraresende <construtoraresende@yahoo.com.br>
Data	21-12-2022 10:14
Prioridade	Mais alta

roundcube

S. nº 845
CPL

- 8º TERMO ADITIVO PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA - RESENDE & CAVALCANTE.pdf(~57 KB)

Prezado(s),

Encaminho em anexo arquivo do **8° Termo Aditivo** juntamente com o Extrato do Termo Aditivo do **Contrato N. °362/2021**, referente a **Tomada de Preços N.°03/2021**, entre o Município de Bandeirantes/PR e a empresa **RESENDE & CAVALCANTE LTDA.**

Estes devem retornar devidamente assinados pelo responsável legal. Caso possua assinatura com Certificado Digital, assim retornando **PREFERENCIALMENTE por e-mail,** ou via correio à Prefeitura Municipal Bandeirantes - Rua Frei Rafael Proner nº 1457 - Centro - CEP: 86.360-000 Bandeirantes-PR.

Peço por gentileza que, sejam conferidos os dados da empresa e/ou pessoa antes das assinaturas, uma vez que o mesmo é responsável pelas informações constantes no termo, e caso seja constatado algum erro ou equivoco, por favor entre em contato, para que possa ser realizado a alteração e enviado novamente.

Caso necessitem de uma cópia, está poderá ser obtida através do portal da transparência do município, ou por e-mail, em formato digitalizado, sendo que neste caso o contratado deverá requerer.

Fico à disposição para eventuais dúvidas e quaisquer esclarecimentos.

Favor atestar recebimento do presente e-mail.

Atenciosamente,

Fabiana Meira
--
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
Tel.: 43-3542-4525 - RAMAL 224



OBRAS - A/C RICARDO RIVOLI

ESTADO DO PARANÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

Comprovante Bandeirantes

Parâmetros: Numero_processo: 000005589/2022

Data: 07/12/2022

nº 846

Número do 000005589/2022

Assunto: ADITIVO DE PRAZO

Requerente: Resende & Cavalcante Ltda **CPF/CNPJ do requerente:** 14987519000110

Local de protocolização: 002006000 - Protocolo **Data de protocolização:** 07/12/2022

Observação: SOLICITAÇÃO DE ADITIVO DE PRAZO VIGÊNCIA CONTRATO Nº 362/2021-PMB

RESENDE & CAVALCANTE LTDA- ME
CNPJ/MF N.º 14.987.519/0001-10
Rua Colombo n.º 210 sala 2 - Centro- Cornélio Procópio Fone: (43) 3523-8813
email: construtoraresende@yahoo.com.br

Fls. Nº 847

SOLICITAÇÃO DE ADITIVO DE PRAZO VIGÊNCIA CONTRATO

CONTRATO N° 362/2021-PMB

Á Prefeitura Municipal de Bandeirantes
Setor Licitação e Contrato

'A Prefeitura Municipal de Bandeirantes , inscrita no CNPJ 76.235.753/0001-48, situada na Rua Dr° Frei Rafael Proner, 1457, na cidade de Bandeirantes /PR,, referente á Obra da Reforma na Escola Municipal Prefeito Moacyr Castanho, para os devidos fins,execução, conforme ART 1720220257748, Empresa contratada Resende & Cavalcante LTDA - ME, responsável pela execução da obra Eng. Civil Luciano Mosti Resende, CREA/PR: 58.374/D, vêem por meio desta :

Justificar, por fatos imprevisíveis, como alto índice pluviométrico no período, conforme Listagem de Precipitação em (mm), fornecido pela SEAB - Núcleo Regional de Cornélio Procópio, este documento em anexo, dificuldade em encontrar mão de obra local, e devido ser uma Reforma houve aumento dos serviços não previstos, conforme Aditivo de Serviços, entre tudo a obra se encontra em andamento em fase de acabamentos.

Amparado pelo que estabelece, o inciso II do parágrafo 1°, do Art. 57 da Lei 8666/93, estabelecedora das normas sobre Licitações e Contratos, que reza o seguinte:

" Art. 57 - A duração dos contratos regidos por esta Lei ficara adstrita á vigência dos respectivos créditos orçamentários, exeto quando os relativos:

II - Superviniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho á vontade das partes que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato

Sendo assim dentro do exposto venho através desta, Solicitar Aditivo de Prazo de Vigência do contrato, por mais 02(dois) meses, para que se possam concluir os serviços e os trâmites legais para concluir o contrato n° 362 /2021-PMB

Por ser expressão da verdade firmo o presente

Cornélio Procópio, 07 de dezembro de 2022

Luciano M. Resende
Sócio Gerente

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Secretaria da Agricultura e Abastecimento

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO
NÚCLEO REGIONAL DE CORNÉLIO PROCÓPIO
DERAL – DEPARTAMENTO DE ECONOMIA RURAL

LISTAGEM DE PRECIPITAÇÃO EM (mm) – 26 a 28 DE SETEMBRO DE 2022

Municípios	Dias: 5 a 7	13 a 14	19 a 21	26 a 28	TOTAL
ABATIÁ	110	10	72	78	270
ANDIRÁ	124	8	60	38	230
ASSAÍ	25	15	74	40	154
BANDEIRANTES	110	6	89	35	240
CONGONHINHAS	40	12	38	49	139
CORNÉLIO PROCÓPIO	71	13	96	56	236
ITAMBARACÁ	95	8	92	25	220
JATAIZINHO	12	15	80	60	167
LEÓPOLIS	120	10	74	34	238
NOVA A. DA COLINA	23	11	80	32	146
NOVA FÁTIMA	35	11	120	42	208
NOVA STA BÁRBARA	40	22	60	100	222
RANCHO ALEGRE	25	11	96	70	202
RIBEIRÃO DO PINHAL	62	10	69	55	196
SANTA AMÉLIA	81	6	92	60	239
STA CECILIA DO PAVÃO	32	10	43	53	138
SANTA MARIANA	84	7	89	46	226
STO. ANTÔNIO DO PARAÍSO	35	17	47	54	153
S. JERONIMO DA SERRA	33	17	62	58	170
S. SEB. DA AMOREIRA	28	20	50	43	141
SAPOPEMA	22	33	73	80	208
SERTANEJA	38	10	70	50	168
URAÍ	35	12	106	74	227
Média regional	55,6 mm	12,8 mm	75,3 mm	53,5 mm	197,3 mm

Equipe técnica do DERAL: Paraílio Zanini, Paulo Rogério Abrão Miléo, Devanir Ladeira e Andre Marques de Oliveira

CORNÉLIO PROCÓPIO, 29 DE SETEMBRO DE 2022.

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Secretaria da Agricultura e Abastecimento

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO
NÚCLEO REGIONAL DE CORNÉLIO PROCÓPIO
DERAL – DEPARTAMENTO DE ECONOMIA RURAL

LISTAGEM DE PRECIPITAÇÃO EM (mm) – 20 DE OUTUBRO DE 2022

Municípios	Dia: 3	5 a 6 mm	11 a 13	16 a 17	20	29 a 30	31	TOTAL
ABATIÁ	7	62	29	42	30	70	20	260
ANDIRÁ	10	90	23	30	35	23	40	251
ASSAÍ	7	74	19	48	31	60	26	265
BANDEIRANTES	10	61	20	26	20	40	23	200
CONGONHINHAS	0	76	27	50	27	95	22	297
CORNÉLIO PROCÓPIO	12	85	26	27	26	45	28	249
ITAMBARACÁ	9	85	19	37	38	38	20	246
JATAIZINHO	5	75	12	60	21	55	10	238
LEÓPOLIS	12	77	15	50	20	40	30	244
NOVA A. DA COLINA	7	80	20	30	22	53	17	229
NOVA FÁTIMA	0	78	25	90	26	60	28	307
NOVA STA BÁRBARA	0	80	45	60	20	70	10	285
RANCHO ALEGRE	20	65	23	31	15	19	22	195
RIBEIRÃO DO PINHAL	0	63	23	33	20	76	19	234
SANTA AMÉLIA	5	50	20	36	22	80	23	236
STA CECILIA DO PAVÃO	0	90	20	100	31	80	20	341
SANTA MARIANA	13	76	24	34	30	48	35	260
ST. ANTÔNIO DO PARAÍSO	0	78	30	40	31	90	23	292
S. JERONIMO DA SERRA	15	75	25	30	24	110	25	304
S. SEB. DA AMOREIRA	0	77	27	55	20	80	22	281
SAPOPEMA	0	77	22	30	40	80	25	274
SERTANEJA	18	90	20	40	25	50	15	258
URAÍ	4	80	17	35	30	60	22	248
TOTAL	6,7 mm	75,8 mm	23,1 mm	44.1 mm	26,3 mm	61,8 mm	22,8 mm	260,6 mm

Equipe técnica do DERAL: Paraílio Zanini, Paulo Rogério Abrão Miléo, Devanir Ladeira e Andre Marques de Oliveira

CORNÉLIO PROCÓPIO, 21 DE OUTUBRO DE 2022.

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Secretaria da Agricultura e Abastecimento

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO
NÚCLEO REGIONAL DE CORNÉLIO PROCÓPIO
DERAL – DEPARTAMENTO DE ECONOMIA RURAL

LISTAGEM DE PRECIPITAÇÃO EM (mm) – 28 a 30 DE NOVEMBRO DE 2022

Municípios	Dias: 12 e 13	22	28 a 30	TOTAL
ABATIÁ	35	5	0	40
ANDIRÁ	40	6	0	46
ASSAÍ	23	18	4	45
BANDEIRANTES	24	10	0	34
CONGONHINHAS	33	9	6	48
CORNÉLIO PROCÓPIO	68	8	0	76
ITAMBARACÁ	59	7	5	71
JATAIZINHO	30	36	0	66
LEÓPOLIS	41	9	0	50
NOVA A. DA COLINA	35	8	0	43
NOVA FÁTIMA	26	23	37	86
NOVA STA BÁRBARA	22	18	90	130
RANCHO ALEGRE	27	5	0	32
RIBEIRÃO DO PINHAL	38	13	20	71
SANTA AMÉLIA	38	10	0	48
STA CECILIA DO PAVÃO	19	10	88	117
SANTA MARIANA	48	6	30	84
ST. ANTÔNIO DO PARAÍSO	22	8	18	48
S. JERONIMO DA SERRA	20	15	8	43
S. SEB. DA AMOREIRA	35	12	19	66
SAPOPEMA	20	10	3	33
SERTANEJA	60	4	0	64
URAÍ	38	5	5	48
Média regional	34,8 mm	11,1 mm	14,5 mm	60,4 mm

Equipe técnica do DERAL: Paraílio Zanini, Paulo Rogério Abrão Miléo, Devanir Ladeira e Andre Marques de Oliveira

CORNÉLIO PROCÓPIO, 1 DE DEZEMBRO DE 2022.

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Secretaria da Agricultura e Abastecimento

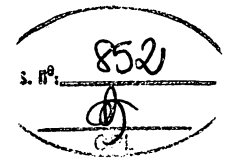
SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO
NÚCLEO REGIONAL DE CORNÉLIO PROCÓPIO
DERAL – DEPARTAMENTO DE ECONOMIA RURAL

LISTAGEM DE PRECIPITAÇÃO EM (mm) – 2 a 5 DE DEZEMBRO DE 2022

Municípios	2 a 5	TOTAL
ABATIÁ	75	75
ANDIRÁ	80	80
ASSAÍ	22	22
BANDEIRANTES	20	20
CONGONHINHAS	22	22
CORNÉLIO PROCÓPIO	88	88
ITAMBARACÁ	70	70
JATAIZINHO	80	80
LEÓPOLIS	70	70
NOVA A. DA COLINA	68	68
NOVA FÁTIMA	40	40
NOVA STA BÁRBARA	60	60
RANCHO ALEGRE	50	50
RIBEIRÃO DO PINHAL	110	110
SANTA AMÉLIA	87	87
STA CECILIA DO PAVÃO	26	26
SANTA MARIANA	115	115
ST. ANTÔNIO DO PARAÍSO	72	72
S. JERONIMO DA SERRA	80	80
S. SEB. DA AMOREIRA	33	33
SAPOPEMA	90	90
SERTANEJA	65	65
URAÍ	60	60
Média regional	64,5 mm	64,5 mm

Equipe técnica do DERAL: Paraílio Zanini, Paulo Rogério Abrão Miléo, Devanir Ladeira e Andre Marques de Oliveira

CORNÉLIO PROCÓPIO, 5 DE DEZEMBRO DE 2022.



Voltar | Imprimir

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 14.987.519/0001-10
Razão Social: RESENDE E CAVALCANTE LTDA ME
Endereço: RUA COLOMBO 210 SALA 2 / CENTRO / CORNELIO PROCOPIO / PR / 86300-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:01/12/2022 a 30/12/2022

Certificação Número: 2022120101484259342460

Informação obtida em 14/12/2022 15:07:38

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

nº: 853

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: RESENDE & CAVALCANTE LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 14.987.519/0001-10
Certidão nº: 45326930/2022
Expedição: 14/12/2022, às 15:08:49
Validade: 12/06/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **RESENDE & CAVALCANTE LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **14.987.519/0001-10, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

s. nº. 854

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: RESENDE & CAVALCANTE LTDA
CNPJ: 14.987.519/0001-10

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e

2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 08:17:45 do dia 30/09/2022 <hora e data de Brasília>.
Válida até 29/03/2023.
Código de controle da certidão: **F77B.7F5A.C1A5.2D5B**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

nº: 855

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

Solicitação

PARECER TÉCNICO

Objeto: Reforma na Escola Municipal Prefeito Moacir Castanho do Município de Bandeirantes/PR.
Contrato nº: 362/2021 - PMB
Tomada de Preços nº: 03/2021 - PMB

Será necessário, devido ao atraso do cronograma evidente em justificativa apresentada pela CONTRATADA, mais 90 (noventa) dias para o prazo de vigência de contrato.

Os serviços nos últimos meses foram atrapalhados pelo alto índice pluviométrico, além disso, alguns aditivos de contrato, por se tratar de uma reforma, também causaram um pequeno atraso no cronograma.

A empresa solicitou apenas 60 dias a mais de prazo. Porém, a Fiscalização entende, que serão necessários 90 (noventa) dias, como uma estimativa de tempo ideal, considerando o prazo de execução válido e, considerando ainda, o tempo que a Administração necessita para o processo final de contrato.

Sem mais, este é o parecer.

Bandeirantes, 12 de Dezembro de 2022.

Ricardo J. S. Rívolli

RICARDO JOSÉ SILVA RÍVOLLI
Diretor da Divisão de Serviços Urbanos
Engenheiro Civil – Portaria 12.994/2021

nº: 856
CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

Solicitação

Memorando n° 625/2022

Bandeirantes –PR, 12 de Dezembro de 2022

Assunto: SOLICITAÇÃO DE ADITIVO DE PRAZO DE VIGÊNCIA, DO CONTRATO Nº 362/2021, TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2021.

Vimos através deste solicitar que sejam tomadas as devidas providências para que possa ser realizado **aditivo de prazo de VIGÊNCIA** de 90 dias. Prazo contado a partir da data final anterior.

Sob a justificativa anexa direcionada pela CONTRATADA.

Sem mais, reiteramos nosso protesto de estima e consideração.

Ricardo J. S. Rívolli

RICARDO JOSÉ SILVA RÍVOLLI
Diretor da Divisão de Serviços Urbanos
Engenheiro Civil – Portaria 12.994/2021

Ilmo. Sr.
M.D. Secretário de Obras e Desenvolvimento Urbano.

Rua Frei Rafael Proner, 1457 - Cx Postal 281 CEP 86360-000 Tel.: (43) 3542-4525 Fax: (43) 3542-3322
CNPJ/MF 76.235.753/0001-48 - E-mail: secretariadeobras@bandeirantes.pr.gov.br

fls. nº 857

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

Solicitação

Memorando n° 626/2022

Bandeirantes –PR, 12 de Dezembro de 2022

Assunto: SOLICITAÇÃO DE ADITIVO DE PRAZO DE VIGÊNCIA, DO CONTRATO Nº 362/2021, TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2021.

Vimos através deste solicitar que sejam tomadas as devidas providências para que possa ser realizado **aditivo de prazo de VIGÊNCIA** de 90 dias. Prazo contado a partir da data final anterior.

Sob a justificativa anexa direcionada pela CONTRATADA.

Sem mais, reiteramos nosso protesto de estima e consideração.

Oswaldo Afonso Martins Rockenbach
Secretário de Obras e Desenvolvimento Urbano

Ilmo. Sr.
RAFAEL HENRIQUE ENEAS MARINHO
M.D. Secretário da Administração

Rua Frei Rafael Proner, 1457 - Cx Postal 281 CEP 86360-000 Tel.: (43) 3542-4525 Fax: (43) 3542-3322
CNPJ/MF 76.235.753/0001-48 - E-mail: secretariadeobras@bandeirantes.pr.gov.br

s. nº 858

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

Solicitação

Memorando n° 629/2022

Bandeirantes –PR, 13 de Dezembro de 2022.

Assunto: SOLICITAÇÃO DE ADITIVO DE PRAZO DE EXECUÇÃO, DO CONTRATO Nº 362/2021, TOMADA DE PREÇOS 03/2021.

Prezado, de acordo com a solicitação da fiscalização através do memorando 625/2022, encaminho a Vs. Sª., solicitação para que sejam tomadas as devidas providências administrativas, para que possa ser realizado **aditivo de prazo de VIGÊNCIA** de 90 dias, contados a partir do prazo final anterior.

Sob a justificativa anexa direcionada pela CONTRATADA e pela FISCALIZAÇÃO.

Sem mais, reiteramos nosso protesto de estima e consideração.

RENATO A C MAZZINI
Arquiteto e Urbanista
CAU Nº A 116537-2

Ilmo. Sr.
Oswaldo Afonso Martins Rockenbach
Secretário de Obras e Desenvolvimento Urbano

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

S. nº: 859

CPL

Fls. nº_____ Rubrica_____

Bandeirantes, 14 de Dezembro de 2022.

Ilmo. Sr.

RAFAEL HENRIQUE ENEAS MARINHO
Secretário da Administração

Encaminha-se para o setor competente, documentação necessária a fim de formalizar processo para **ADITIVO DE PRAZO EM 90 (noventa) DIAS PARA VIGÊNCIA - Referente ao Processo TOMADA DE PREÇO: Nº03/2021 – C0NTRATO N.362/2021 - OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR REFORMA DA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACIR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES – PR.**

Atenciosamente,

CLAUDECI APOLINÁRIO DA SILVA
DIRETOR DA DIVISÃO DE COMPRAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

S. nº 860

Fls. nº_____ Rubrica_____

Bandeirantes, 14 de Dezembro de 2022.

Venho pelo presente, solicitar de Vossa Excelência a autorização para a instauração de procedimento de **ADITIVO DE PRAZO EM 90 (noventa) DIAS PARA VIGÊNCIA - Referente ao Processo TOMADA DE PREÇO: Nº03/2021 – C0NTRATO N.362/2021 - OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR REFORMA DA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACIR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES – PR.**

Esperando contar com a atenção de Vossa Excelência, reitero meus protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

RAFAEL HENRIQUE ENEAS MARINHO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Exmo. Sr.

JAELSON RAMALHO MATTA

Prefeito Municipal

Bandeirantes – Paraná

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

S. nº: 861

Fls. nº_____ Rubrica_____

Bandeirantes, 14 de Dezembro de 2022.

Autorizo pleiteado, devendo, entretanto, o presente processo preencher os trâmites exigidos por lei.

OBJETO: **ADITIVO DE PRAZO EM 90 (noventa) DIAS PARA VIGÊNCIA - Referente ao Processo TOMADA DE PREÇO: Nº03/2021 – C0NTRATO N.362/2021 - OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR REFORMA DA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACIR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES – PR.**

Encaminhe-se a:

1. Departamento de Contabilidade para informação dos recursos orçamentários correspondentes;

2. Comissão Permanente de Licitação para providências cabíveis ao caso;

3. Devolva-se para a Comissão Permanente de Licitação para sequência do processo.

JAELSON RAMALHO MATTA
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

S. nº 862

PROTOCOLO NÚMERO 149/2021-PMB

Bandeirantes-PR, 19 de dezembro de 2022.

Ref.: Tomada de Preços – 03/2021-PMB

Prefeitura Município de Bandeirantes-PR

Prezados,

Vimos através da presente, solicitar a esta consultoria que emita posicionamento quanto à possibilidade de firmar TERMO ADITIVO ao **contrato n.º362/2021**, celebrado entre esta Municipalidade e a empresa **RESENDE & CAVALCANTE LTDA**, firmado através do processo de Tomada de Preços acima mencionado, que tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACYR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR,** nos termos da documentação anexa.

Sem outro particular, aproveitamos o ensejo para reiterar-lhes nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Fabiana de Souza Meira Oliveira
Assistente Técnico Administrativo – Divisão de Licitação

À Assessoria Jurídica do Município de Bandeirantes-PR
Rua Frei Rafael Proner nº 1457 - Centro
CEP: 86.360-000 - BANDEIRANTES – PR

S. Nº 863

(MINUTA)
OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 362/2021 – PMB
TOMADA DE PREÇOS N.º 03/2021-PMB
TERMO ADITIVO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACYR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR.

O **MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Frei Rafael Proner nº 1457 – Centro na cidade de Bandeirantes, Estado do Paraná, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 76.235.753/0001-48, neste ato devidamente representada pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, o Senhor Jaelson Ramalho Matta, residente e domiciliado na Rua: Vereador José Santana, Vila Macedo, nº 514 - CEP 86.360-000, nesta cidade de Bandeirantes, Estado do Paraná, portador da Cédula de Identidade nº 3.348.934-0, expedida pela Secretaria de Estado de Segurança Pública do Paraná e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 486.661579-68, ora denominado **CONTRATANTE** e a empresa **RESENDE & CAVALCANTE LTDA**, estabelecida na Rua: Colombo, nº 210 – Sala 2 - Centro, Cep: 86.300-000, na Cidade de Cornélio Procópio, Estado do Paraná, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 14.987.519/0001-10, devidamente representa pela Sr. Luciano Mosti Resende, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.506.026-8, expedida pela Secretaria de Estado de Segurança Pública do Paraná e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 675.784.036-72, doravante denominada CONTRATADA, celebram o presente Termo Aditivo, mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Em atenção ao contido no memorando n.°625/2022, n.°626/2022 e n.°629/2022 da Secretaria Municipal de Obras, Serviços e Desenvolvimento Urbano e com fundamento no *artigo 57 § 1º Inciso II da Lei 8.666/93*. O CONTRATANTE decide ADITAR o **Prazo de Vigência** em **90 (noventa) dias**, a partir da data final do termo vigente.

Cabe ressaltar que a justificativa para a formalização do presente aditivo encontra-se anexa, preenchendo o requisito do artigo supramencionado.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas não serão alteradas.

Bandeirantes PR, xx de Dezembro de 2022.

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES
JAELSON RAMALHO MATTA
CONTRATANTE

RESENDE & CAVALCANTE LTDA
LUCIANO MOSTI RESENDE
CONTRATADA

Testemunhas:

Marcos de Moraes
CPF: 590505607-97

Ridley Rodrigo Ramos Pires
CPF: 063.945.289-27

nº: 864

OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 362/2021 – PMB
TOMADA DE PREÇOS N.º 03/2021-PMB

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES, ESTADO DO PARANÁ
CONTRATADA: RESENDE & CAVALCANTE LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACYR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR.

OBJETIVO:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Em atenção ao contido no memorando n.°625/2022, n.°626/2022 e n.°629/2022 da Secretaria Municipal de Obras, Serviços e Desenvolvimento Urbano e com fundamento no *artigo 57 § 1º Inciso II da Lei 8.666/93*. O CONTRATANTE decide ADITAR o **Prazo de Vigência** em **90 (noventa) dias**, a partir da data final do termo vigente.

Cabe ressaltar que a justificativa para a formalização do presente aditivo encontra-se anexa, preenchendo o requisito do artigo supramencionado.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas não serão alteradas.

Bandeirantes PR, xx de Dezembro de 2022.

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES
JAELSON RAMALHO MATTA
CONTRATANTE

RESENDE & CAVALCANTE LTDA
LUCIANO MOSTI RESENDE
CONTRATADA

S. nº 865

PARECER JURÍDICO Nº. 120/2022.
REFERÊNCIA: Processo Administrativo 149/2021. Tomada de preços nº 03/2021
INTERESSADO: Secretaria de Obras e Serviços Urbanos.
OBJETO: POSSIBILIDADE DE ADITIVO CONTRATUAL – prorrogação do prazo de vigência em 90 (noventa) dias

I – RELATÓRIO

Trata-se de expediente encaminhado pelo Departamento de Licitação solicitando posicionamento quanto à possibilidade de firmar 8º termo aditivo ao Contrato n. 362/2021, que tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviço de reforma na Escola Municipal Prefeito Moacir Castanho do Município de Bandeirantes-PR.

Os documentos apresentados foram: encaminhamento à Assessoria Jurídica; comprovante de protocolo nº 5589/2022 feito pela empresa contratada solicitando aditivo por mais de 02 (dois) meses; documentos relativos a empresa contratada; **parecer técnico da Secretaria de Obras informando que os serviços foram atrapalhados pelo alto índice pluviométrico**; Memorandos nº 625/2022, 626/2022 e 629/2022 da Secretaria Municipal de Obras solicitando aditivo de prazo de vigência de 90 dias; solicitação do Diretor da Divisão de Compras e Secretário Municipal de Administração; despacho do Prefeito Municipal autorizando o pleito; Minuta do Termo Aditivo ao Contrato constando **aditamento do prazo de vigência em 90 (noventa) dias** e extrato.

No parecer técnico apresentado, a Secretaria Municipal de Obras afirma que o aditivo em prazo superior ao solicitado pela empresa se faz necessário para que seja possível alinhar o prazo de execução com o tempo que a Administração necessita para o processo final de contrato.

Relatado o pleito passamos ao Parecer.

II - OBJETO DE ANÁLISE

Cumpre aclarar que a análise neste parecer se restringe a verificação dos requisitos formais para o aditivo de contrato.

Fls. nº: 866

Destaca-se que a análise será restrita aos pontos jurídicos, estando excluídos quaisquer aspectos técnicos, econômicos e/ou discricionários, sendo que, em relação a estes, partiremos da premissa de que a Autoridade Competente se municiou dos conhecimentos específicos imprescindíveis para a sua adequação às necessidades da administração, observando os requisitos legalmente impostos.

Qualquer decisão de mérito administrativo cabe apenas ao Gestor, detentor da outorga popular, conseguida mediante o escrutínio democrático do voto.

III – FUNDAMENTAÇÃO

DO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE

Antes de adentrar o mérito do pedido, se faz necessário algumas explanações sobre o dever da Administração Pública e seus Gestores/Aplicadores. Desta forma, estabelece o artigo 37, *caput* da Constituição Federal:

> *Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos* ***princípios de legalidade****, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:*
> *(...)*

Diferentemente do particular, o princípio da Legalidade é restritivo em relação ao Ente Público, ou seja, enquanto o particular pode fazer tudo aquilo que a lei não veda, a Administração Pública apenas pode exercer e conceder aquilo que a lei autoriza.

Seguindo esse raciocínio Henrique Savonitti Miranda, compara as atividades de um gestor privado (Princípio da Autonomia da vontade) as de um gestor público de forma esclarecedora:

> *"O administrador privado conduz seu empreendimento com dominus, agindo com os poderes inerentes à propriedade em toda a sua extensão. Assim, tudo o que não é proibido, é permitido ao gestor privado. Diga-se, ainda, que o administrador privado pode inclusive conduzir ruinosamente seu empreendimento sem que muito possa ser feito por terceiros(...) O gestor público não age como "dono", que pode fazer o que lhe pareça mais cômodo.* ***Diz-se, então, que ao Administrador Público só é dado fazer aquilo que a lei autorize, de forma prévia e expressa.*** *Daí decorre o importante axioma da indisponibilidade, pela Administração, dos interesses públicos.".*

Desta forma, o Administrador Público deve observar o princípio da legalidade, sob pena de ser responsabilizado por improbidade administrativa. Na doutrina de

Fls. nº 867

Meirelles (2016, p. 93), os autores prelecionam que o administrador público está "*sujeito aos mandamentos da lei e às exigências do bem comum, e deles não pode afastar ou desviar, sob pena de praticar ato inválido e expor-se a responsabilidade disciplinar, civil e criminal*".

Os poderes conferidos à Administração Pública devem ser utilizados em benefício da coletividade, pois o bem comum é a finalidade que toda ação administrativa deve objetivar. Conforme entendimento do autor supracitado (MEIRELLES, 2016), as leis administrativas "*são de ordem pública e seus preceitos não podem ser descumpridos*", principalmente por acordo ou vontade de seus aplicadores e destinatários, uma vez que "*contêm verdadeiros poderes-deveres, irrelegáveis pelos agentes públicos*".

O que se extrai deste entendimento é que o Gestor Municipal deve observar estritamente o que leciona a Lei e seus critérios objetivos.

DO PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

Pois bem, inicialmente temos que a Administração, em casos de concorrência pública, sendo ela licitação ou chamamento, deve se ater ao Princípio da Vinculação do Edital, devendo ser observado de forma vigorosa.

A Lei 8.666/93 em seu dispositivo legal estabelece:

> *Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, **da vinculação ao instrumento convocatório**, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.*
>
> *Art. 41. **A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada**.*

Com base na fundamentação legal acima o STJ assim se pronunciou sobre o princípio da vinculação do edital:

> "É ENTENDIMENTO CORRENTIO NA DOUTRINA, COMO NA JURISPRUDÊNCIA, QUE **O EDITAL, NO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO, CONSTITUI LEI ENTRE AS PARTES E É INSTRUMENTO DE VALIDADE DOS ATOS PRATICADOS NO CURSO DA LICITAÇÃO. AO DESCUMPRIR NORMAS EDITALÍCIAS, A ADMINISTRAÇÃO FRUSTRA A PRÓPRIA RAZÃO DE SER DA LICITAÇÃO E VIOLA OS PRINCÍPIOS QUE DIRECIONAM A**

ATIVIDADE ADMINISTRATIVA, TAIS COMO: O DA LEGALIDADE, DA MORALIDADE E DA ISONOMIA." (STJ, MS nº 5.597/DF, 1ª S., Rel. Min. Demócrito Reinaldo, DJU 01.06.1998).

Desta forma, o edital/contrato estipula as regras para que o particular participe do certame, seja por meio de licitação, contratação direta, ou, credenciamento por meio de chamamento público.

Então, se o edital/contrato no procedimento convocatório constitui lei entre as partes, este deve ser respeitado como foi concebido, e nenhuma mudança pode ser promovida, sob pena de ferir os princípios constitucionais da isonomia, impessoalidade, moralidade e legalidade.

Então, se o edital/contrato no procedimento convocatório constitui lei entre as partes, este deve ser respeitado como foi concebido, e nenhuma mudança pode ser promovida, sob pena de ferir os princípios constitucionais da isonomia, impessoalidade, moralidade e legalidade.

No caso em análise, prevê a Cláusula Quinta do contrato que o período de vigência é estipulado em 270 (duzentos e setenta) dias, **não havendo previsão de prorrogação.**

Por sua vez, a Cláusula Oitava, tratando "Da prorrogação de prazo", admite alteração, com anuência expressa do contratante, quando:

CLÁUSULA OITAVA - DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO

Parágrafo Primeiro - Somente poderá ser admitida alteração do prazo, com anuência expressa da CONTRATANTE, quando:
a) Ocorrer alteração do projeto e/ou especificações pelo CONTRATANTE;
b) Houver serviços extraordinários que alterem as quantidades;
c) Houver serviços complementares, obedecidos os dispositivos regulamentares;
d) Ocorrer atraso no fornecimento de dados informativos, materiais e qualquer subsídio à(s) obra(s), que estejam sob responsabilidade expressa do CONTRATANTE;
e) Ocorrer atos do CONTRATANTE que interfiram na execução contratual;
f) Ocorrer atos de terceiros que interfiram no prazo de execução ou outros devidamente justificados e aceitos pelo CONTRATANTE;
g) Ocorrer por motivos de força maior ou caso fortuito como, entre outros, "*lock out*", perturbações industriais, guerras, atos de inimigo públicos, bloqueio, insurreições, epidemias, quarentenas, avalanches, terremotos, enchentes, explosões ou quaisquer outros acontecimentos [illegible] semelhantes a estes, desde que estes fatos tenham influência direta sobre a execução das [illegible] que fujam ao controle seguro de qualquer das partes interessadas, as quais não poderão impedir ou [illegible]. A expressão "força maior" deve, também, incluir qualquer ato [illegible] legislativos, executivos ou [illegible] governamentais, por ação ou omissão do CONTRATANTE, que venham causar atrasos à [illegible] OBRA. Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força [illegible]

Rua Frei Rafael Proner nº 1457 – Caixa Postal 281 – CEP 86.360-000 – e-mail: licitacao@bandeirantes.pr.gov.br – Tel. (43) 3542-4525 – Fax 3542-4525 - CNPJ 76.235.753/0001-48

Face a tal consideração, salienta-se que a legislação federal (Lei 8666/93) apresenta a possibilidade de prorrogação do prazo do contrato administrativo desde que respeitado os critérios objetivos:

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:
I - aos projetos cujos produtos estejam contemplados nas metas estabelecidas no Plano Plurianual, os quais poderão ser prorrogados se houver interesse da Administração e desde que isso tenha sido previsto no ato convocatório;
II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses;
III - (Vetado).
IV - ao aluguel de equipamentos e à utilização de programas de informática, podendo a duração estender-se pelo prazo de até 48 (quarenta e oito) meses após o início da vigência do contrato.
V - às hipóteses previstas nos incisos IX, XIX, XXVIII e XXXI do art. 24, cujos contratos poderão ter vigência por até 120 (cento e vinte) meses, caso haja interesse da administração.
§ 1º ***Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:***
I - alteração do projeto ou especificações, pela Administração;
II - superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;
III - interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração;
IV - aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta Lei;
V - impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;
VI - omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.
§ 2º ***Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato.***
§ 3º É vedado o contrato com prazo de vigência indeterminado.
§ 4º Em caráter excepcional, devidamente justificado e mediante autorização da autoridade superior, o prazo de que trata o inciso II do caput deste artigo poderá ser prorrogado por até doze meses.

Dessa forma, consoante ensinamento de Luís Carlos Alcoforado tem-se que "*somente se justifica a prorrogação contratual se ocorrer um dos motivos de que tratam os incisos do § 1º do art. 57. Para a prorrogação, se impõe que a Administração apresente o motivo que a justifica, mediante manifestação por escrito, num exercício de subsunção do fato à norma, indispensável à prévia autorização da autoridade competente para celebrar o contrato. Seria despiciendo dizer, se não fosse a constatação de alguns casos em que as partes buscam a ampliação tardia do contrato, que os atos preparatórios da prorrogação devem ser ultimados antes do prazo do término da relação jurídica*" (Licitação e Contrato Administrativo. São Paulo: Ed. Brasília Jurídica, 2000. 2 ed. pp. 325/326).

Conforme demonstrado, a Administração Pública **não previu expressamente a possibilidade de alteração do prazo de vigência do contrato**, trazendo cláusula apenas geral, ficando vinculada à regra editalícia/contratual, sendo vedado sua prorrogação, uma vez que incorreria em violação legal.

Nesse contexto, em que pese a legislação federal apresentar a possibilidade de prorrogação do prazo do contrato administrativo, tem-se que, para ser aplicada a interpretação legal, **deveria a Administração Pública apresentar no edital a possibilidade de prorrogação expressa do prazo de vigência, não podendo ser aplicada sem esta previsão no instrumento editalício.**

Como requisitos necessários para a prorrogação contratual, o TCU aponta os seguintes:

- *existência de previsão para prorrogação no edital e no contrato;*
- *objeto e escopo do contrato inalterados pela prorrogação;*
- *interesse da Administração e do contratado declarados expressamente;*
- *vantajosidade da prorrogação devidamente justificada nos autos do processo administrativo;*
- *manutenção das condições de habilitação pelo contratado;*
- *preço contratado compatível com o mercado fornecedor do objeto contratado.*

O primeiro requisito, como se vê, é a **expressa previsão da possibilidade de prorrogação no instrumento convocatório e contrato**, salvo em relação à hipótese contida no § 4º do art. 57 da Lei, em face de seu caráter extraordinário e de imprevisão.

No caso em análise, porém, não há que se falar em superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato, vez que **era de conhecimento de todas as partes a duração e término dos contratos firmado.**

Parte da doutrina, como o mesmo Marçal Justen Filho coadunam com esse entendimento:

nº: 871

A prorrogabilidade do inc. II ***depende de explícita autorização no ato convocatório. Omisso ele, não poderá promover-se a prorrogação.*** *Essa asserção deriva do princípio da segurança. Não é possível que se instaure a licitação sem explicita a previsão acerca do tema. Os eventuais interessados deverão ter plena ciência da possibilidade de prorrogação (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 6. Ed. São Paulo: Dialética, p. 500).*

Da mesma forma entende o Mestre Renaldo Geraldo Vicente:

A prorrogação do contrato prevista no inciso II está entre as chamadas prorrogações ordinárias, normais, em que é possível, de antemão, aferir-se um juízo de previsibilidade. O administrado, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosos, quando do procedimento para a contratação, prevê a possibilidade de, uma vez escoado o prazo inicial do contrato, dilatá-lo, em igual ou diferente período, até o limite de sessenta meses. [...]. ***Assim, a doutrina tem postulado no sentido de que a prorrogação do inciso II do art. 57 fica dependente da previsão no ato convocatório e contrato****; [...]." (MENDES, Renato Geraldo; VICENTE, Anadricea. Revista Zênite ILC – Informativo de Licitações e Contratos, Curitiba: Zênite, n. 65, jul. 1999. p. 504)*

Entretanto, é válido registrar que mesmo o TCU já tendo decidido pela **necessidade de previsão no edital e no contrato como condição para a prorrogação dos contratos de prestação de serviços continuados, também já considerou que a falta dessa previsão constitui falha de natureza formal** (Acórdão nº 3.351/2011, 2ª Câmara):

Nessa linha de pensamento tem-se uma corrente doutrinária que entende pela possibilidade de prorrogação do prazo dos serviços continuados, mesmo que não haja previsão expressa no documento editalício. Tal situação, destaca-se, é defendida pelo Mestre Digones Gasparini:

Para celebração dessas prorrogações, atendidas tais prescrições, não se exige que o edital tenham-nas previsto, até porque nada é determinado nesse sentido pelo inc. II do art. 57 dessa lei, local onde, juntamente com outras prescrições, deveria estar consignada tal exigência para que seus efeitos pudessem se impor. [...]
Diga-se, ainda, que a Lei federal das Licitações e Contratos da Administração Pública, sempre que desejou fosse o instrumento convocatório o portador de mensagem sobre a possibilidade de prorrogação contratual, fez expressamente essa exigência, tal como se passa, por exemplo, com o inc. I do art. 57 dessa lei. Já o mesmo não acontece com os incs. II e IV, também desse artigo, que facultam a prorrogação sem indicar, quando podiam fazê-lo, a necessidade de sua previsão no edital ou carta convite." (GASPARINI, Diogenes. Revista Zênite ILC – Informativo de Licitações e Contratos, Curitiba: Zênite, n. 114 ago. 2003, seção Doutrina/Parecer/Comentários. p. 661, grifamos.)

Nº: 872

Referida interpretação decorre, segundo seus defensores, diretamente da lei, afastando-se o argumento de que sua ausência poderia significar quebra de isonomia ou publicidade, pois, decorrendo diretamente da lei, não se pode dizer que os participantes do certame licitatório desconhecem dessa possibilidade, conforme princípio básico insculpido no art. 3º da Lei de Introdução ao Direito.

Alegam ainda que, assim como as sanções administrativas podem ser aplicadas ao contratado independentemente de previsão no edital do certame ou no contrato administrativo, a prorrogação, ao nosso sentir, também pode ser efetivada sem que haja a mesma previsão, se demonstrada a vantajosidade para administração, haja vista o princípio da supremacia do interesse público. E, nos casos das sanções administrativos, é uníssona a doutrina em também ostentar que não fere o princípio da vinculação ao instrumento convocatório. Sendo assim, os participantes, ao se submeterem a uma licitação cujo objeto seja uma das hipóteses excepcionais, estão cientes de que poderá haver prorrogação contratual, caso preenchidos os requisitos legais.

Feitas referidas considerações, orienta-se ao setor responsável a **inclusão da cláusula de prorrogação expressa nos futuros editais e contratos**, cabendo ao Gestor, no presente caso, a análise do mérito para acolher ou não a solicitação, haja vista a existência de controvérsia doutrinária e jurisprudencial acerca da exigência de previsão expressa de possibilidade de prorrogação constar do edital e/ou do contrato administrativo.

DA MINUTA DE ADITIVO CONTRATUAL

Em cumprimento do artigo 38, parágrafo único da Lei 8.666/93, passamos a análise da minuta do termo aditivo do contrato:

> *Art. 38. O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente:*
> *(...);*
> *Parágrafo único.* ***As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração.***

Verificado a referida minuta, observamos que a fundamentação legal da minuta se encontra respaldada no artigo 57, §1º, inciso II da Lei 8.666/93, o qual prevê a *"superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato"*, havendo, na justificativa, situações que se enquadram em tais hipóteses.

873

IV – CONCLUSÃO

Ante todo o exposto, **cabe ao Gestor Público, mediante o mérito administrativo, acolher ou não a possibilidade de aditamento do prazo de vigência do contrato, levando-se em conta as análises acima descritas e as hipóteses legais.**

Novamente, a referida análise é estritamente legal, baseada exclusivamente na legislação e doutrina, não incorrendo em sopesamento do mérito administrativo ou suas consequências, destaca-se que a referida análise, como dito no item II deste parecer, cabe ao Gestor Público, detentor da outorga popular, adquirida por meio do voto, e não ao Assessor Jurídico, cujo o dever é demonstrar a interpretação legal.

Por derradeiro, cumpre salientar que o presente parecer tomou por base, exclusivamente, os elementos que constam até a presente data nos autos do processo administrativo em epígrafe.

É o parecer, salvo melhor juízo. Ressalta-se que o presente Parecer Jurídico foi elaborado tão somente sob o ângulo jurídico expressando a opinião de seu signatário e, oportunidade administrativa, escoimando ainda, qualquer responsabilidade de seu signatário conforme o art. 2º, §3º da Lei nº. 8.906/94 e entendimento do STJ no RHC: 39644 RJ 2013/0238250-5.

Bandeirantes, 20 de dezembro de 2022.

Carla M. M. S Augusto

Carla M. M. Santos Augusto
OAB/PR 88.156

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ

Fls. nº 874

Ref.: TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2021

Prefeitura Municipal de Bandeirantes-PR – Divisão de Licitação

Prezado Senhor Prefeito

Vimos através da presente, solicitar que V. Ex.ª emita posicionamento quanto à possibilidade de firmar aditivo com a empresa **RESENDE & CAVALCANTE LTDA** nos termos da minuta anexa, referente ao processo cujo o objeto é **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACYR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR.** Cabe ressaltar observação feita pela Assessoria Jurídica exposta no parecer. Assim, resta pois ao Administrador, no uso de suas atribuições, deliberar pelo aceite ou não da celebração do termo aditivo.

Sem outro particular, aproveitamos o ensejo para reiterar-lhes nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Fabiana de Souza Meira Oliveira
Assistente Técnico Administrativo – Divisão de Licitação

(X) Defiro o pedido de aditivo
( ) Indefiro o pedido de aditivo

Bandeirantes/PR, 20 de dezembro de 2022.

Jaelson Ramalho Matta
Prefeito Municipal

875

OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 362/2021 – PMB
TOMADA DE PREÇOS N.º 03/2021-PMB
TERMO ADITIVO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACYR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR.

O **MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Frei Rafael Proner nº 1457 – Centro na cidade de Bandeirantes, Estado do Paraná, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 76.235.753/0001-48, neste ato devidamente representada pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, o Senhor Jaelson Ramalho Matta, residente e domiciliado na Rua: Vereador José Santana, Vila Macedo, nº 514 - CEP 86.360-000, nesta cidade de Bandeirantes, Estado do Paraná, portador da Cédula de Identidade nº 3.348.934-0, expedida pela Secretaria de Estado de Segurança Pública do Paraná e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 486.661579-68, ora denominado **CONTRATANTE** e a empresa **RESENDE & CAVALCANTE LTDA**, estabelecida na Rua: Colombo, nº 210 – Sala 2 - Centro, Cep: 86.300-000, na Cidade de Cornélio Procópio, Estado do Paraná, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 14.987.519/0001-10, devidamente representa pela Sr. Luciano Mosti Resende, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.506.026-8, expedida pela Secretaria de Estado de Segurança Pública do Paraná e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 675.784.036-72, doravante denominada CONTRATADA, celebram o presente Termo Aditivo, mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Em atenção ao contido no memorando n.°625/2022, n.°626/2022 e n.°629/2022 da Secretaria Municipal de Obras, Serviços e Desenvolvimento Urbano e com fundamento no *artigo 57 § 1º Inciso II da Lei 8.666/93*. O CONTRATANTE decide ADITAR o **Prazo de Vigência** em **90 (noventa) dias**, a partir da data final do termo vigente.

Cabe ressaltar que a justificativa para a formalização do presente aditivo encontra-se anexa, preenchendo o requisito do artigo supramencionado.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas não serão alteradas.

Bandeirantes PR, 21 de Dezembro de 2022.

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES
JAELSON RAMALHO MATTA
CONTRATANTE

RESENDE & CAVALCANTE LTDA
LUCIANO MOSTI RESENDE
CONTRATADA

Testemunhas:

Marcos de Moraes
CPF: 590505607-97

Weslley Rodrigo Ramos Pires
CPF: 063.945.289-27

876

OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 362/2021 – PMB
TOMADA DE PREÇOS N.º 03/2021-PMB

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES, ESTADO DO PARANÁ
CONTRATADA: RESENDE & CAVALCANTE LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACYR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR.

OBJETIVO:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Em atenção ao contido no memorando n.°625/2022, n.°626/2022 e n.°629/2022 da Secretaria Municipal de Obras, Serviços e Desenvolvimento Urbano e com fundamento no *artigo 57 § 1º Inciso II da Lei 8.666/93*. O CONTRATANTE decide ADITAR o **Prazo de Vigência** em **90 (noventa) dias**, a partir da data final do termo vigente.

Cabe ressaltar que a justificativa para a formalização do presente aditivo encontra-se anexa, preenchendo o requisito do artigo supramencionado.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas não serão alteradas.

Bandeirantes PR, 21 de Dezembro de 2022.

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES
JAELSON RAMALHO MATTA
CONTRATANTE

RESENDE & CAVALCANTE LTDA
LUCIANO MOSTI RESENDE
CONTRATADA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ

OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 362/2021 – PMB
TOMADA DE PREÇOS N.º 03/2021-PMB

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES, ESTADO DO PARANÁ
CONTRATADA: RESENDE & CAVALCANTE LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACYR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR.

OBJETIVO:
CLÁUSULA PRIMEIRA

Em atenção ao contido no memorando n.°625/2022, n.°626/2022 e n.°629/2022 da Secretaria Municipal de Obras, Serviços e Desenvolvimento Urbano e com fundamento no *artigo 57 § 1º Inciso II da Lei 8.666/93*. O CONTRATANTE decide ADITAR o **Prazo de Vigência** em **90 (noventa) dias**, a partir da data final do termo vigente.

Cabe ressaltar que a justificativa para a formalização do presente aditivo encontra-se anexa, preenchendo o requisito do artigo supramencionado.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas não serão alteradas.

Bandeirantes PR, 21 de Dezembro de 2022.

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES
JAELSON RAMALHO MATTA
CONTRATANTE

RESENDE & CAVALCANTE LTDA
LUCIANO MOSTI RESENDE
CONTRATADA

S. M. 878
CPL

9º TERMO ADITIVO PUBLICAÇÃO

S. nº 879
CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

Fiscalização de Contratos de Obras Públicas

Memorando nº 024/ 2023

Ilmo.
Secretário de Obras, Serviços e Desenvolvimento Urbano
Nesta,

Assunto: **4º ADITIVO DE META-FÍSICA**
Obra: **REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACIR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR.**
TOMADA DE PREÇO N° **003/ 2021 – PMB**
CONTRATO Nº **362/ 2021 – PMB**

Prezado Secretário

Solicitamos a V. S.ª. que sejam realizados os procedimentos administrativos quanto ao pedido de Aditivo de Meta-física e o **EMPENHO** da mesma quantia aditada, entre a **contratante,** Prefeitura Municipal de Bandeirantes-PR, e a **contratada,** RESENDE & CAVALCANTE LTDA, CNPJ: 14.987.519/0001-10, para a conclusão da obra referente ao objeto pactuado neste contrato.

Valor do Contrato ..... **R$ 824.785,57** (oitocentos e vinte e quatro mil, setecentos e oitenta e cinco reais e cinquenta e sete centavos)
Valor do Acréscimo de meta-física..... **R$ 38.445,37** (trinta e oito mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e trinta e sete centavos) – **4,6613 %**
Valor Total..... **R$ 863.230,94** (oitocentos e sessenta e três mil, duzentos e trinta reais e noventa e quatro centavos).

Em anexo encontra-se:

- Justificativa Técnica;
- Planilha Orçamentária de acréscimo de meta-física;

Sem outro particular, aproveitamos o ensejo pra transmitir-lhe nosso protesto de alta estima e distinta consideração.

Bandeirantes, 11 de Janeiro de 2023

FERNANDO CESAR DA CUNHA
Fiscal de Obra
Engenheiro Civil
CREA/PR 199.747/D

S. nº 880
CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO

Rua Frei Rafael Proner, 1457 - Centro - CNPJ/MF 76.235.753/0001-48

4º PLANILHA DE ADITIVO META-FÍSICO

OBRA: REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACIR CASTANHO **DATA:** 09/01/2023

LOCAL: RUA PREFEITO AGENOR FERREIRA DOS SANTOS, Nº 907 - CONJ. HAB. HUMBERTO TEIXEIRA

TABELA DE REFERÊNCIA: TABELAS DE REFERÊNCIA: SINAPI/PR (FEVEREIRO/2021), SINAPI/PR (MAIO/2021) E PRED (MAIO/2021) VERSÃO 1.0

BDI: 26,01% **DESCONTO DA CONTRATADA:** 18,00%

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNID.	QUANT.	PREÇOS (em R$)			
					UNITÁRIO DE REFERÊNCIA E DE PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DE CONTRATO	TOTAL	TOTAL COM DESCONTO DA CONTRATADA	TOTAL COM BDI
2		ESTRUTURA E VEDAÇÕES			-			
2.3	96116	FORRO EM RÉGUAS DE PVC, FRISADO, PARA AMBIENTES COMERCIAIS, INCLUSIVE ESTRUTURA DE FIXAÇÃO. AF_05/2017_P	M2	101,92	61,95	6.313,94	5.177,49	6.524,15
2.4	96121	ACABAMENTOS PARA FORRO (RODA-FORRO EM PERFIL METÁLICO E PLÁSTICO). AF_05/2017	M	142,70	10,58	1.509,78	1.238,03	1.560,04
2.12	87620	CONTRAPISO EM ARGAMASSA TRAÇO 1:4 (CIMENTO E AREIA), PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L, APLICADO EM ÁREAS SECAS SOBRE LAJE, ADERIDO, ESPESSURA 2CM, AF_06/2014	M2	300,87	28,60	8.604,88	7.056,08	8.891,36
					TOTAL	16.428,60	13.471,60	16.975,56
4		ESQUADRIAS			-			
4.12	102162	INSTALAÇÃO DE VIDRO LISO INCOLOR, E = 4 MM, EM ESQUADRIA DE ALUMÍNIO OU PVC, FIXADO COM BAGUETE. AF_01/2021_P	M2	35,00	339,16	11.870,60	9.733,99	12.265,81
					TOTAL	11.870,60	9.733,99	12.265,81
5		INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS						
5.38	89355	TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DN 20MM, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2014	M	4,00	16,32	65,28	53,53	67,45
5.43	89293	TE, PVC, SOLDÁVEL, DN 20MM, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2014	UN	1,00	9,20	9,20	7,54	9,51
	COMP. 011	JOELHO 90 GRAUS COM BUCHA DE LATÃO, PVC, SOLDÁVEL, DN 20MM, X 3/4 INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1,00	21,98	21,98	18,02	22,71
5.52	86913	TORNEIRA CROMADA 1/2" OU 3/4" PARA TANQUE, PADRÃO POPULAR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2013	UN	1,00	18,37	18,37	15,06	18,98
5.56	90442	RASGO EM ALVENARIA PARA RAMAIS/ DISTRIBUIÇÃO COM DIAMETROS MENORES OU IGUAIS A 40 MM. AF_05/2015	M	3,00	11,28	33,84	27,75	34,97
					TOTAL	148,67	121,91	153,62
6		INSTALAÇÕES ELÉTRICAS						
6.39	101876	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA EM PVC, DE EMBUTIR, SEM BARRAMENTO, PARA 6 DISJUNTORES - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	UN	1,00	66,82	66,82	54,79	69,04
6.40	COMP 018	ENTRADA DE ENERGIA ELÉTRICA, SUBTERRÂNEA, TRIFÁSICA, COM CAIXA DE SOBREPOR, CABO DE 95 MM2 E DISJUNTOR DIN 200A	UN	1,00	3.547,67	3.547,67	2.909,12	3.665,79
					TOTAL	3.614,49	2.963,92	3.734,83
7		REVESTIMENTOS						
7.3	94990	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO. AF_07/2016	M3	0,57	608,49	347,57	285,01	359,14
					TOTAL	347,57	285,01	359,14
8		OUTROS						
8.1	99837	GUARDA-CORPO DE AÇO GALVANIZADO DE 1,10M, MONTANTES TUBULARES DE 1.1/4" ESPAÇADOS DE 1,20M, TRAVESSA SUPERIOR DE 1.1/2", GRADIL FORMADO POR TUBOS HORIZONTAIS DE 1" E VERTICAIS DE 3/4", FIXADO COM CHUMBADOR MECÂNICO. AF_04/2019_P	M	4,80	742,53	3.564,14	2.922,63	3.682,80
8.9	100867	BARRA DE APOIO RETA, EM ACO INOX POLIDO, COMPRIMENTO 70 CM, FIXADA NA PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	1,00	306,58	306,58	251,40	316,79
8.10	100874	PUXADOR PARA PCD, FIXADO NA PORTA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	1,00	287,67	287,67	235,89	297,25
8.11	100868	BARRA DE APOIO RETA, EM ACO INOX POLIDO, COMPRIMENTO 80 CM, FIXADA NA PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	2,00	319,16	638,32	523,43	659,57
					TOTAL	4.796,71	3.933,35	4.956,41
					VALOR TOTAL DO ADITIVO	37.206,65	30.509,77	38.445,37

VALOR DO CONTRATO	R$	824.785,57
VALOR DO ADITIVO	R$	38.445,37
AUMENTO DE META-FÍSICA		4,6613%
VALOR DO CONTRATO FINAL	R$	863.230,94

FERNANDO CESAR DA CUNHA
Diretor de Obras e
Serviços Urbanos
Portaria 13.705/2023 - 04/01/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
SECRETARIA DE OBRAS, SERVIÇOS E DESENVOLVIMENTO URBANO

OBRA: REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACIR CASTANHO

MUNICÍPIO: Bandeirantes/PR **DATA:** 09/01/23

LOCAL RUA PREFEITO AGENOR FERREIRA DOS

TABELA ANALÍTICA DE COMPOSIÇÃO DE SERVIÇOS COMPLEMENTARES

CÓDIGOS		CÓDIGO COMPOSIÇÃO	DESCRIÇÃO	UNID.	COEF.	R$ UNIT.	CUSTO TOTAL (R$)			Código e Referência da Composição de Custos
ABA SERVIÇOS	ABA INSUMOS / COTAÇÃO						MAT./EQUIP	MÃO DE OBRA	TOTAL	
		COMP 018	**ENTRADA DE ENERGIA ELÉTRICA, SUBTERRÂNEA, TRIFÁSICA, COM CAIXA DE SOBREPOR, CABO DE 95 MM2 E DISJUNTOR DIN 200A**	**UNID.**					**3.547,67**	**101532**
	11864		CONECTOR METALICO TIPO PARAFUSO FENDIDO (SPLIT BOLT), PARA CABOS ATE 95 MM2	UNID.	1,0000	30,26	R$ 30,26		R$ 30,26	
	11950		BUCHA DE NYLON SEM ABA S6, COM PARAFUSO DE 4,20 X 40 MM EM ACO ZINCADO COM ROSCA SOBERBA, CABECA CHATA E FENDA PHILLIPS	UNID.	4,0000	0,41	R$ 0,41		R$ 1,64	
	34643		CAIXA INSPECAO EM POLIETILENO PARA ATERRAMENTO E PARA RAIOS DIAMETRO = 300	UNID.	1,0000	13,01	R$ 13,01		R$ 13,01	
	39809		CAIXA PARA MEDIDOR POLIFASICO, EM POLICARBONATO / TERMOPLASTICO, PARA ALOJAR 1 DISJUNTOR (PADRAO DA CONCESSIONARIA LOCAL)	UNID.	1,0000	163,97	R$ 163,97		R$ 163,97	
88247			AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,2150	17,96	R$ 5,79	R$ 12,17	R$ 3,86	
88264			ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1,9355	23,10	R$ 5,79	R$ 17,31	R$ 44,71	
93009			ELETRODUTO RÍGIDO ROSCÁVEL, PVC, DN 60 MM (2") - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	M	1,3000	22,27	R$ 18,49	R$ 3,78	R$ 28,95	

FERNANDO CESAR DA CU[illegible]
Diretor de Obras e
Serviços Urbanos
Portaria 13.705/2023 - 04/01/202[illegible]

92592			CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 95 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA DISTRIBUIÇÃO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	M	26,4000	91,48	R$ 87,74	R$ 3,74	R$ 2.415,07	
101896			DISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO TRIPOLAR , CORRENTE NOMINAL DE 200A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	UN	1,0000	608,81	R$ 569,81	R$ 39,00	R$ 608,81	
96977			CORDOALHA DE COBRE NU 50 MM², ENTERRADA, SEM ISOLADOR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2017	M	1,9500	48,37	R$ 47,40	R$ 0,97	R$ 94,32	
96986			HASTE DE ATERRAMENTO 3/4 PARA SPDA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2017	UN	1,0000	71,94	R$ 60,28	R$ 11,66	R$ 71,94	
97668			ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO, PEAD, DN 63 (2") - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2016	M	6,3000	11,29	R$ 8,19	R$ 3,10	R$ 71,13	

FERNANDO CESAR DA CUNHA
Diretor de Obras e
Serviços Urbanos
Portaria 13.705/2023 - 04/01/2023

nº 883
CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

Fiscalização de Contratos de Obras Públicas

Memorando nº 025/ 2023

Ilmo.
Secretário Municipal de Administração
Nesta.

Assunto: **4º ADITIVO DE META-FÍSICA**
Obra: **REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACIR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR.**
TOMADA DE PREÇO N° **003/ 2021 – PMB**
CONTRATO Nº **362/ 2021 – PMB**

JUSTIFICATIVA TÉCNICA

O aditivo é necessário devido a alguns erros de quantitativos, projetos existentes e de imprevistos de serviços identificados in loco.

O imóvel passou por uma pequena reforma que não foi concluída antes mesmo desta iniciar. Alguns problemas das mesmas foram descobertos com o andamento da obra, como por exemplo: os forros de PVC existentes estavam mal espaçados e mal fixados, causando desnivelamento destes, tendo a necessidade atual dos ajustes dos já deteriorados e tortos; e os pisos das salas, ao serem picoteados para aplicação de granilite, estavam completamente soltos, criando a necessidade de receber um nivelamento antes da execução do serviço.

Os serviços imprevistos em projeto a aditar são o de instalação de padrão de entrada de energia, o qual já existia e foi furtado durante a obra e a necessidade de uma torneira para limpeza dos corredores do fundo, onde os pontos existentes não dão a distância correta para este serviço ser executado.

Por fim, os erros de quantitativo em levantamento e onde as metragens de projetos não são idênticas as medidas in loco. Sendo os serviços: a instalação de vidro incolor nas esquadrias instaladas, execução de calçamento em concreto armado, instalação de guarda-corpo de proteção em rampas e degraus e barras de apoio para banheiros com necessidade de acessibilidade.

Tendo assim, as justificativas técnicas deste aditamento, reforçando a necessidade do valor que deverá ser aditado neste contrato.

S. nº 884
CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

Fiscalização de Contratos de Obras Públicas

Resumo financeiro

Valor do Contrato ..... **R$ 824.785,57** (oitocentos e vinte e quatro mil, setecentos e oitenta e cinco reais e cinquenta e sete centavos)
Valor do Acréscimo de meta-física..... **R$ 38.445,37** (trinta e oito mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e trinta e sete centavos) – **4,6613 %**
Valor Total..... **R$ 863.230,94** (oitocentos e sessenta e três mil, duzentos e trinta reais e noventa e quatro centavos).

O resultado de metafísica totaliza um acréscimo de **4,6613%** sobre o valor inicial do contrato, sendo este o acréscimo de **R$ 38.445,37** (trinta e oito mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e trinta e sete centavos).

Sem mais, este é o parecer.

Bandeirantes, 11 de Janeiro de 2023

OSWALDO AFONSO MARTINS ROCKENBACH
Secretária de Obras e Desenvolvimento Urbano
Engenheiro Civil

Rua Frei Rafael Proner, 1457 - Cx Postal 281 CEP 86360-000 Tel.: (43) 3542-4525 Fax: (43) 3542-3322
CNPJ/MF 76.235.753/0001-48 - E-mail: diretordeobras@bandeirantes.pr.gov.br

885
Página
CPL

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: RESENDE & CAVALCANTE LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 14.987.519/0001-10
Certidão nº: 1676737/2023
Expedição: 12/01/2023, às 09:34:52
Validade: 11/07/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **RESENDE & CAVALCANTE LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **14.987.519/0001-10, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

886
CPL

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: RESENDE & CAVALCANTE LTDA
CNPJ: 14.987.519/0001-10

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e

2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 08:17:45 do dia 30/09/2022 <hora e data de Brasília>.
Válida até 29/03/2023.
Código de controle da certidão: **F77B.7F5A.C1A5.2D5B**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Voltar Imprimir

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 14.987.519/0001-10
Razão Social: RESENDE E CAVALCANTE LTDA ME
Endereço: RUA COLOMBO 210 SALA 2 / CENTRO / CORNELIO PROCOPIO / PR / 86300-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:08/01/2023 a 06/02/2023

Certificação Número: 2023010801374326013701

Informação obtida em 12/01/2023 09:40:16

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

CPL 87

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Fls. nº 888 CPL

Fls. nº_____ Rubrica_____

Bandeirantes, 12 de Janeiro de 2023.

Ilmo. Sr.

RAFAEL HENRIQUE ENEAS MARINHO

Secretário da Administração

Encaminha-se para o setor competente, documentação necessária a fim de formalizar processo para: ADITIVO DE META FISICA EM: **4,6613%**, **no VALOR DE R$38.445,37 (trinta e oito mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e trinta e sete centavos) - Referente ao Processo TOMADA DE PREÇO: Nº 03/2021 – C0NTRATO N.362/2021 - OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA DA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACYR CASTANHO DO MUNICIPIO DE BANDEIRANTES PR. Conforme memorando em anexo N.025 / 2023.**

Atenciosamente,

CLAUDECI APOLINÁRIO DA SILVA
DIRETOR DA DIVISÃO DE COMPRAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Fls. nº 589 Rubrica

CPL

Bandeirantes, 12 de Janeiro de 2023.

Venho pelo presente, solicitar de Vossa Excelência a autorização para a instauração de procedimento de ADITIVO DE META FISICA EM: **4,6613%**, **no VALOR DE R$38.445,37 (trinta e oito mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e trinta e sete centavos) - Referente ao Processo TOMADA DE PREÇO: Nº 03/2021 – C0NTRATO N.362/2021 - OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA DA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACYR CASTANHO DO MUNICIPIO DE BANDEIRANTES PR.**

Esperando contar com a atenção de Vossa Excelência, reitero meus protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

RAFAEL HENRIQUE ENEAS MARINHO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Exmo. Sr.
JAELSON RAMALHO MATTA
Prefeito Municipal
Bandeirantes – Paraná

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

890
S. Nº
CPL

Fls. nº_____ Rubrica_____

Bandeirantes, 12 de Janeiro de 2023.

Autorizo pleiteado, devendo, entretanto, o presente processo preencher os trâmites exigidos por lei.

OBJETO: ADITIVO DE META FISICA EM: **4,6613%, no VALOR DE R$38.445,37 (trinta e oito mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e trinta e sete centavos) - Referente ao Processo TOMADA DE PREÇO: Nº 03/2021 – C0NTRATO N.362/2021 - OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA DA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACYR CASTANHO DO MUNICIPIO DE BANDEIRANTES PR.**

Encaminhe-se a:

1. Departamento de Contabilidade para informação dos recursos orçamentários correspondentes;

2. Comissão Permanente de Licitação para providências cabíveis ao caso;

3. Devolva-se para a Comissão Permanente de Licitação para sequência do processo.

JAELSON RAMALHO MATTA
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ

CONTABILIDADE

fls. nº 891
GPL

Oficio nº 06/2023

Bandeirantes, 13 de janeiro de 2023.

Prezado Senhor:

Através do presente, venho informar que existe dotação orçamentária no exercício de 2023, para **ADITIVO DE META FISICA EM: 4,6613%, no VALOR DE R$38.445,37 (trinta e oito mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e trinta e sete centavos) - Referente ao Processo TOMADA DE PREÇO: N° 03/2021 CONTRATO N.362/2021 OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA DA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACYR CASTANHO DO MUNICIPIO DE BANDEIRANTES PR. Conforme memorando em anexo N.025/2023.**

Salientamos que o Município tem que ter o equilíbrio financeiro igualando-se suas despesas com suas receitas, dessa forma esclarecemos que durante o presente exercício, poderemos ter uma arrecadação que disponibilizará recursos para o Aditivo.

Mas, no entanto, alertamos que a execução do contrato só deverá ser realizada após a verificação do saldo orçamentário e a real disponibilidade financeira, ou seja, só será feito o empenho após a devida verificação.

Assim, sugerimos que seja indicada a disponibilidade financeira pela Secretaria de Fazenda, pois seguindo essa metodologia, o Município de Bandeirantes estará observando as premissas da Lei de Responsabilidade Fiscal deixando-o numa Gestão Pública de Qualidade.

Diante das consequências e penalidades que poderão ser aplicadas aos administradores, somos pela cautela de manter as despesas dentro dos limites previsíveis, qualquer outra posição a ser tomada pelo Executivo, será de sua inteira responsabilidade.

Por fim o parecer é favorável à realização do Aditivo, por estar em consonância com os princípios básicos que norteiam a administração pública, porém a Secretaria interessada deverá alocar os recursos orçamentários suficientes para a referida despesa durante a execução do contrato.

Sem outro particular, aproveitamos o ensejo para apresentar os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Paulo Roberto Xavier
Port.: 12.673/2021 01/01/2021
Diretor da Divisão de Contabilidade

Ao Sr. Secretário da Administração
Rafael Henrique Eneas Marinho
Prefeitura Municipal de Bandeirantes.



Contrato → 824.785,57

- 5,26% → 43.383,72
- 1,12% → 9.237,59

+ 4,6613% → 38.445,37

▽ 11,0413% → 91.066,68 (noventa e um mil, sessenta e seis reais e sessenta e oito centavos) total

CPL
Fls. 892

893
CPL

(MINUTA)
NONO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 362/2021 – PMB
TOMADA DE PREÇOS N.º 03/2021-PMB
TERMO ADITIVO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACYR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR.

O **MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Frei Rafael Proner nº 1457 – Centro na cidade de Bandeirantes, Estado do Paraná, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 76.235.753/0001-48, neste ato devidamente representada pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, o Senhor Jaelson Ramalho Matta, residente e domiciliado na Rua: Vereador José Santana, Vila Macedo, nº 514 - CEP 86.360-000, nesta cidade de Bandeirantes, Estado do Paraná, portador da Cédula de Identidade nº 3.348.934-0, expedida pela Secretaria de Estado de Segurança Pública do Paraná e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 486.661579-68, ora denominado **CONTRATANTE** e a empresa **RESENDE & CAVALCANTE LTDA**, estabelecida na Rua: Colombo, nº 210 – Sala 2 - Centro, Cep: 86.300-000, na Cidade de Cornélio Procópio, Estado do Paraná, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº **14.987.519/0001-10**, devidamente representa pela Sr. Luciano Mosti Resende, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.506.026-8, expedida pela Secretaria de Estado de Segurança Pública do Paraná e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 675.784.036-72, doravante denominada CONTRATADA, celebram o presente Termo Aditivo, mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Em atenção ao contido nos memorandos n.°024/2023 e n.°025/2023 da Secretaria Municipal de Obras, Serviços e Desenvolvimento Urbano anexos, e com fundamento no *§1º inciso I, alínea "b" do artigo 65 da Lei 8666/93*, o CONTRATANTE decide ADITAR o contrato referido **AUMENTANDO A META FÍSICA-FINANCEIRA** equivalentes a aproximadamente **4,6613%** correspondente ao valor de **R$38.445,37** (trinta e oito mil quatrocentos e quarenta e cinco reais e trinta e sete centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA

O contido na cláusula que trata do VALOR CONTRATUAL será alterada, acrescentando-se ao o valor do aditivo.

Bandeirantes PR, 20 de janeiro de 2023.

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES
JAELSON RAMALHO MATTA
CONTRATANTE

RESENDE & CAVALCANTE LTDA
LUCIANO MOSTI RESENDE
CONTRATADA

Testemunhas:

Cibele Gusmão Fontolan da Silva
CPF: 004.594.549-78

Weslley Rodrigo Ramos Pires
CPF: 063.945.289-27

Fls. Nº 894
CPL

NONO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 362/2021 – PMB
TOMADA DE PREÇOS N.º 03/2021-PMB

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES, ESTADO DO PARANÁ
CONTRATADA: RESENDE & CAVALCANTE LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACYR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR.

OBJETIVO:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Em atenção ao contido nos memorandos n.°024/2023 e n.°025/2023 da Secretaria Municipal de Obras, Serviços e Desenvolvimento Urbano anexos, e com fundamento no *§1º inciso I, alínea "b" do artigo 65 da Lei 8666/93*, o CONTRATANTE decide ADITAR o contrato referido **AUMENTANDO A META FÍSICA-FINANCEIRA** equivalentes a aproximadamente **4,6613%** correspondente ao valor de **R$38.445,37** (trinta e oito mil quatrocentos e quarenta e cinco reais e trinta e sete centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA

O contido na cláusula que trata do VALOR CONTRATUAL será alterada, acrescentando-se ao o valor do aditivo.

Bandeirantes PR, 20 de janeiro de 2023.

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES
JAELSON RAMALHO MAITA
CONTRATANTE

RESENDE & CAVALCANTE LTDA
LUCIANO MOSTI RESENDE
CONTRATADA

S. nº 895

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ

PROTOCOLO NÚMERO 149/2021-PMB Bandeirantes-PR, 20 de Janeiro de 2023.

Ref.: Tomada de Preços – 03/2021-PMB Prefeitura Município de Bandeirantes-PR

Prezados,

Vimos através da presente, solicitar a esta consultoria que emita posicionamento quanto à possibilidade de firmar TERMO ADITIVO ao **contrato n.º362/2021**, celebrado entre esta Municipalidade e a empresa **RESENDE & CAVALCANTE LTDA**, firmado através do processo de Tomada de Preços acima mencionado, que tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACYR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR,** nos termos da documentação anexa.

Sem outro particular, aproveitamos o ensejo para reiterar-lhes nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Fabiana de Souza Meira Oliveira
Assistente Técnico Administrativo – Departamento de Licitação

À Assessoria Jurídica do Município de Bandeirantes-PR
Rua Frei Rafael Proner nº 1457 - Centro
CEP: 86.360-000 - BANDEIRANTES – PR

Fls. nº 896
CPL

PARECER JURÍDICO Nº. 4/2023.
REFERÊNCIA: Processo Administrativo 149/2021. Tomada de Preço nº. 03/2021
INTERESSADO: Prefeito Municipal e Secretaria de Obras e Serviços Urbanos.
OBJETO: POSSIBILIDADE DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO.

I – RELATÓRIO

Trata-se de expediente encaminhado pelo Departamento de Licitação solicitando posicionamento quanto a possibilidade de firmar termo aditivo para aditar o Contrato n. 362/2021, que tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviço de reforma na Escola Municipal Prefeito Moacir Castanho do Município de Bandeirantes/PR.

Os documentos apresentados foram o encaminhamento à Assessoria Jurídica; Memorando nº 024/2023 da Secretaria Municipal de Obras com planilha orçamentária; **Justificativa técnica da Secretaria Municipal de Obras**; documentos da empresa contratada; solicitação do Diretor de Compras e Secretário Municipal de Administração; expediente do Prefeito Municipal autorizando o pleito; Ofício nº 06/2023 da contabilidade com opinião favorável à realização do aditivo; Minuta do Nono Termo de Aditivo e Extrato, especificando o aumento da meta física-financeira em aproximadamente 4,6613%, correspondente ao valor de R$ 38.445,37.

Na justificativa técnica, o interessado afirma que a alteração de Meta Física se faz necessária em razão de erros quantitativos, projetos existentes e imprevistos de serviços identificados *in loco*.

Relatado o pleito passamos ao Parecer.

II - OBJETO DE ANÁLISE

Cumpre aclarar que a análise neste parecer se restringe à verificação dos requisitos formais para o aditivo de contrato. Destaca-se que a análise será restrita aos pontos jurídicos, estando excluídos quaisquer aspectos técnicos, econômicos e/ou discricionários.

Qualquer decisão de mérito administrativo cabe apenas ao Gestor, detentor da outorga popular, conseguida mediante o escrutínio democrático do voto.

Fls. nº 897
CPL

III – FUNDAMENTAÇÃO

Primordialmente ressaltamos os dispositivos legais que devem ser levados em consideração para a apuração da legalidade do pedido, em especial, a Lei nº. 8.666/1993 que efetivamente regulamenta os contratos administrativos, dispondo em seu art. 58:

> *Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de:*
> *I - **modificá-los, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado**;*
> *II - rescindi-los, unilateralmente, nos casos especificados no inciso I do art. 79 desta Lei;*
> *III - fiscalizar-lhes a execução;*
> *IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;*
> *V - nos casos de serviços essenciais, ocupar provisoriamente bens móveis, imóveis, pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato, na hipótese da necessidade de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pelo contratado, bem como na hipótese de rescisão do contrato administrativo.*
> *§ 1º As cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos administrativos não poderão ser alteradas sem prévia concordância do contratado.*
> *§ 2º **Na hipótese do inciso I deste artigo, as cláusulas econômico-financeiras do contrato deverão ser revistas para que se mantenha o equilíbrio contratual.***

A Administração Pública, por objetivar o bem coletivo, possui a prerrogativa de alteração do contrato unilateralmente, estabelecendo uma posição vertical em relação ao contratado, chamada de "potestade pública", como bem explica o mestre Cretella Junior em sua obra Licitações e Contratos do Estado do Rio de Janeiro:

> *Administração figura como parte da relação jurídica contratual, ora ocupando posição vertical, usufruindo então os privilégios e prerrogativas, decorrentes de entidade detentora de "potestade pública o que lhe garante aquela singular colocação, ora ocupando posição horizontal, tratando com o particular no mesmo plano, com ele nivelando se, perdendo então grande parte daquelas prerrogativas, oriundas de sua condição específica de poder público*
> *(CRETELLA JÚNIOR Licitações e contratos do Estado Rio de Janeiro Forense, 1996 p 76).*

Ante a "potestade pública", proveniente da supremacia do interesse público pelo privado a lei de licitações que regem os contratos administrativos, assim dispõe o art. 65 da Lei 8.666/93:

> *Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:*
> ***I - unilateralmente pela Administração**:*

Fls. nº 898
CPL

a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
b) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;
II - por acordo das partes:
a) quando conveniente a substituição da garantia de execução;
b) quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
c) quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;
d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.
§ 1º O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos.
§ 2º Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos no parágrafo anterior, salvo:
I - (VETADO)
II - as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

Do dispositivo destacamos a possibilidade de alteração do contrato de forma unilateral ou amigavelmente. A primeira diz respeito a critérios discricionários administrativos que possibilitam a imposição ao contratado de alterações qualitativas do objeto, na álea material; já a segunda forma de alteração diz respeito a um acordo mútuo das partes.

Ainda, salienta-se o **limite legal de 50%** (cinquenta por cento) de acréscimo nos **casos de reforma**, destacando-se que o contrato em análise já foi objeto de outros acréscimos – Primeiro Termo Aditivo, no percentual de 5,26% e Terceiro Termo Aditivo, no percentual de 1,12% - totalizando, assim, até o presente momento, **11,0413%.**

Ressalta-se que a imposição do presente caso, não se trata necessariamente de um reequilíbrio econômico-financeiro, uma vez que a alteração não tem como

Fls. nº 899
CPL

escopo a natureza patrimonial, mas, sim, adequar o objeto com o interesse público, sendo imperiosa a sua alteração **em razão de erros quantitativos e imprevistos de serviços identificados durante a reforma**, descritos na Justificativa Técnica do Departamento de Obras.

A ocorrência de tais modificações/necessidades da Administração no momento em que avaliou equivocadamente a quantidade real de serviço necessário, não se trata, pois de uma "*sujeição imprevista*", uma vez que não houve a demonstração de fato natural alheio ao humano.

Nas palavras do Mestre Marçal Justen Filho:

> *A melhor adequação técnica supõe a descoberta ou revelação de circunstancias desconhecidas acerca da execução da prestação ou a constatação de que a solução técnica anteriormente adotada não era a mais adequada. Os contratos e longo prazo ou de grande especialização são mais suscetíveis a essa modalidade de alteração. Não há muito cabimento a essa hipótese nos contratos de execução instantânea ou cujo objeto seja simples e sumário.*
> *A hipótese da alínea "a" compreende as situações em que se constata supervenientemente a inadequação da concepção original, a partir da qual se promovera a contratação. Tal pode verificar-se em vista de eventos supervenientes. Assim, por exemplo, considere-se a hipótese de descoberta cientifica, que evidencia a necessidade de inovações para ampliar e assegurar a utilidade inicialmente cogitada pela Administração.*
> ***Também se admite a incidência do dispositivo para respaldar modificações derivadas de situações preexistentes, mas desconhecidas por parte dos interessados. O grande exemplo é o das "sujeições imprevistas", expressão clássica no Direito Francês e que indica eventos da natureza ou fora do controle dos seres humanos, existentes por ocasião da contratação mas cuja revelação se verifica apenas por ocasião da execução da prestação**. O grande exemplo é o da falha geológica de terreno, que impede a implantação da obra tal como inicialmente prevista.*

Desta forma, mesmo não se aplicando ao caso concreto as "*sujeições imprevistas*", deve ser observada a aplicação e permissão legal.

Importante ressaltar que **as referidas alterações devem estar previstas previamente no edital do referido objeto, estando inclusas no Projeto Básico** os referidos serviços, de forma que **não há como acrescer ao contrato os serviços que não foram previamente contemplados no plano de reforma**, analise esta, que deverá ser feita pelo fiscal da referida obra.

Fls. nº 900
CPL

III.I – DA MINUTA DE ADITIVO CONTRATUAL

Em cumprimento do artigo 38, parágrafo único da Lei 8.666/93, passamos a análise da minuta do termo aditivo do contrato:

> *Art. 38. O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente:*
> *(...);*
> *Parágrafo único.* ***As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração.***

Verificada referida minuta, observamos que não há nenhuma retificação a ser feita.

IV – CONCLUSÃO

Ante todo o exposto, cabe ao Gestor Público, mediante o mérito administrativo, acolher ou não a possibilidade de aditamento quantitativo ao objeto do contrato, levando-se em conta as análises acima descritas.

Sendo assim, a alteração contratual almejada, caso seja formalizada, deve ser devidamente fundamentada, acompanhada da Justificativa Técnica de Alteração de Meta-Física, com a análise das demais nuances apresentadas no presente parecer.

Ressalta-se, ainda, que o contrato só poderá ser alterado antes da execução total da obra **e em relação aos remanescentes da execução ainda não realizada**, devendo para tanto ser feito apenas naquilo que foi previamente estabelecido em projeto básico sem acréscimos de objeto, mas apenas de quantidade.

É o parecer, salvo melhor juízo. Ressalta-se que o presente Parecer Jurídico foi elaborado tão somente sob o ângulo jurídico expressando a opinião de seu signatário e, oportunidade administrativa, escoimando ainda, qualquer responsabilidade de seu signatário conforme o art. 2º, §3º da Lei nº. 8.906/94 e entendimento do STJ no RHC: 39644 RJ 2013/0238250-5.

Bandeirantes, 23 de janeiro de 2023.

Carla M. M. Santos Augusto

Carla M. M. Santos Augusto
OAB/PR 88.156

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ

Fls. 901
CPL

Ref.: TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2021

Prefeitura Municipal de Bandeirantes-PR – Divisão de Licitação

Prezado Senhor Prefeito

Vimos através da presente, solicitar que V. Ex.ª emita posicionamento quanto à possibilidade de firmar aditivo com a empresa **RESENDE & CAVALCANTE LTDA** nos termos da minuta anexa, referente ao processo cujo o objeto é **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACYR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR.** Cabe ressaltar observação feita pela Assessoria Jurídica exposta no parecer. Assim, resta pois ao Administrador, no uso de suas atribuições, deliberar pelo aceite ou não da celebração do termo aditivo.

Sem outro particular, aproveitamos o ensejo para reiterar-lhes nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Fabiana de Souza Meira Oliveira
Assistente Técnico Administrativo – Departamento de Licitação

(X) **Defiro** o pedido de aditivo

( ) **Indefiro** o pedido de aditivo

Bandeirantes/PR, 23 de janeiro de 2023.

Jaelson Ramalho Matta
Prefeito Municipal

Assunto	**MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES/PR | 9° TERMO ADITIVO - CONTRATO N.°362/2021 - TOMADA DE PREÇOS N.°03/2021**
De	DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO <licitacao@bandeirantes.pr.gov.br>
Para	Construtoraresende <construtoraresende@yahoo.com.br>
Data	24-01-2023 13:52
Prioridade	Mais alta

roundcube

Fls. nº 902
CPL

- 9º TERMO ADITIVO AUMENTO DE META-FÍSICA FINANCEIRA - RESENDE & CAVALCANTE.pdf(~58 KB)

Prezado(s),

Encaminho em anexo arquivo do **9° Termo Aditivo** juntamente com o Extrato do Termo Aditivo do **Contrato N. °362/2021**, referente a **Tomada de Preços N.°03/2021**, entre o Município de Bandeirantes/PR e a empresa **RESENDE & CAVALCANTE LTDA.**

Estes devem retornar devidamente assinados pelo responsável legal. Caso possua assinatura com Certificado Digital, assim retornando **PREFERENCIALMENTE por e-mail,** ou via correio à Prefeitura Municipal Bandeirantes - Rua Frei Rafael Proner nº 1457 - Centro - CEP: 86.360-000 Bandeirantes-PR.

Peço por gentileza que, sejam conferidos os dados da empresa e/ou pessoa antes das assinaturas, uma vez que o mesmo é responsável pelas informações constantes no termo, e caso seja constatado algum erro ou equivoco, por favor entre em contato, para que possa ser realizado a alteração e enviado novamente.

Caso necessitem de uma cópia, está poderá ser obtida através do portal da transparência do município, ou por e-mail, em formato digitalizado, sendo que neste caso o contratado deverá requerer.

Fico à disposição para eventuais dúvidas e quaisquer esclarecimentos.

Favor atestar recebimento do presente e-mail.

Atenciosamente,

Fabiana Meira

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
Tel.: 43-3542-4525 - RAMAL 224

Fls. nº 903
CPL

NONO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 362/2021 – PMB
TOMADA DE PREÇOS N.º 03/2021-PMB
TERMO ADITIVO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACYR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR.

O **MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Frei Rafael Proner nº 1457 – Centro na cidade de Bandeirantes, Estado do Paraná, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 76.235.753/0001-48, neste ato devidamente representada pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, o Senhor Jaelson Ramalho Matta, residente e domiciliado na Rua: Vereador José Santana, Vila Macedo, nº 514 - CEP 86.360-000, nesta cidade de Bandeirantes, Estado do Paraná, portador da Cédula de Identidade nº 3.348.934-0, expedida pela Secretaria de Estado de Segurança Pública do Paraná e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 486.661579-68, ora denominado **CONTRATANTE** e a empresa **RESENDE & CAVALCANTE LTDA**, estabelecida na Rua: Colombo, nº 210 – Sala 2 - Centro, Cep: 86.300-000, na Cidade de Cornélio Procópio, Estado do Paraná, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº **14.987.519/0001-10**, devidamente representa pela Sr. Luciano Mosti Resende, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.506.026-8, expedida pela Secretaria de Estado de Segurança Pública do Paraná e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 675.784.036-72, doravante denominada CONTRATADA, celebram o presente Termo Aditivo, mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Em atenção ao contido nos memorandos n.º024/2023 e n.º025/2023 da Secretaria Municipal de Obras, Serviços e Desenvolvimento Urbano anexos, e com fundamento no *§1º inciso I, alínea "b" do artigo 65 da Lei 8666/93*, o CONTRATANTE decide ADITAR o contrato referido **AUMENTANDO A META FÍSICA-FINANCEIRA** equivalentes a aproximadamente **4,6613%** correspondente ao valor de **R$38.445,37** (trinta e oito mil quatrocentos e quarenta e cinco reais e trinta e sete centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA

O contido na cláusula que trata do VALOR CONTRATUAL será alterada, acrescentando-se ao o valor do aditivo.

Bandeirantes PR, 24 de janeiro de 2023.

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES
JAELSON RAMALHO MATTA
CONTRATANTE

RESENDE & CAVALCANTE LTDA
LUCIANO MOSTI RESENDE
CONTRATADA

Testemunhas:

Cibele Guimão Fontolan da Silva
CPF: 004.594.549-78

Weslley Rodrigo Ramos Pires
CPF: 063.945.289-27

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ

S. nº 904
CPL

NONO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 362/2021 – PMB
TOMADA DE PREÇOS N.º 03/2021-PMB

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES, ESTADO DO PARANÁ
CONTRATADA: RESENDE & CAVALCANTE LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACYR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR.

OBJETIVO:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Em atenção ao contido nos memorandos n.°024/2023 e n.°025/2023 da Secretaria Municipal de Obras, Serviços e Desenvolvimento Urbano anexos, e com fundamento no *§1º inciso I, alínea "b" do artigo 65 da Lei 8666/93*, o CONTRATANTE decide ADITAR o contrato referido **AUMENTANDO A META FÍSICA-FINANCEIRA** equivalentes a aproximadamente **4,6613%** correspondente ao valor de **R$38.445,37** (trinta e oito mil quatrocentos e quarenta e cinco reais e trinta e sete centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA

O contido na cláusula que trata do VALOR CONTRATUAL será alterada, acrescentando-se ao o valor do aditivo.

Bandeirantes PR, 24 de janeiro de 2023.

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES
JAELSON RAMALHO MATTA
CONTRATANTE

RESENDE & CAVALCANTE LTDA
LUCIANO MOSTI RESENDE
CONTRATADA

Prefeitura Municipal De Bandeirantes

Licitações e Contratos

Aditivos

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ

EXTRATO DO NONO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 362/2021 – PMB
TOMADA DE PREÇOS N.º 03/2021-PMB

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES, ESTADO DO PARANÁ
CONTRATADA: RESENDE & CAVALCANTE LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACYR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR.

OBJETIVO:
CLÁUSULA PRIMEIRA
Em atenção ao contido nos memorandos n.°024/2023 e n.°025/2023 da Secretaria Municipal de Obras, Serviços e Desenvolvimento Urbano anexos, e com fundamento no *§1º inciso I, alínea "b" do artigo 65 da Lei 8666/93*, o CONTRATANTE decide ADITAR o contrato referido **AUMENTANDO A META FÍSICA-FINANCEIRA** equivalentes a aproximadamente **4,6613%** correspondente ao valor de **R$38.445,37** (trinta e oito mil quatrocentos e quarenta e cinco reais e trinta e sete centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA
O contido na cláusula que trata do VALOR CONTRATUAL será alterada, acrescentando-se ao o valor do aditivo.

Bandeirantes PR, 24 de janeiro de 2023.

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES
JAELSON RAMALHO MATTA
CONTRATANTE

RESENDE & CAVALCANTE LTDA
LUCIANO MOSTI RESENDE
CONTRATADA

S. nº 906
CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ

TERMO ADITIVO (INDEFERIDO)

fls. nº 907
CPL

Número do 000000831/2023

Assunto: ADITIVO DE PRAZO

Requerente: Resende & Cavalcante Ltda **CPF/CNPJ do requerente:** 14987519000110

Local de protocolização: 002006000 - Protocolo **Data de protocolização:** 14/02/2023

Observação: SOLICITO O ADITIVO DE PRAZO ATE O DIA 14/03/2023, PARA QUE POSSAM CONCLUIR OS SERVIÇOS DO CONTRATO 362/2021 MPMB

RESENDE & CAVALCANTE LTDA- ME
CNPJ/MF N.º 14.987.519/0001-10
Rua Colombo n.º 210 sala 2 - Centro- Cornélio Procópio Fone: (43) 3523-8813
email: construtoraresende@yahoo.com.br

Fls. nº 908
CPL

SOLICITAÇÃO DE ADITIVO DE PRAZO
CONTRATO N° 362/2021-PMB

Á Prefeitura Municipal de Bandeirantes
Setor Licitação e Contrato

'A Prefeitura Municipal de Bandeirantes , inscrita no CNPJ 76.235.753/0001-48, situada na Rua Dr° Frei Rafael Proner, 1457, na cidade de Bandeirantes /PR,, referente á Obra da Reforma na Escola Municipal Prefeito Moacyr Castanho, para os devidos fins,execução, conforme ART 1720220257748, Empresa contratada Resende & Cavalcante LTDA - ME, responsável pela execução da obra Eng. Civil Luciano Mosti Resende, CREA/PR: 58.374/D, vêem por meio desta :

Justificar, por fatos, de ter adquirido o Gradil de Alumínio fora do estado e grande dificuldade em encontrar mão de obra local especializada para executar os serviços específicos contratado e devido ao aumento dos serviços conforme Aditivo de Serviços, assinado no dia 24/01/2023, entre tudo a obra se encontra em andamento,com mais de 80% já executado dos serviços contratados.

Amparado pelo que estabelece, o inciso II do parágrafo 1°, do Art. 57 da Lei 8666/93, estabelecedora das normas sobre Licitações e Contratos, que reza o seguinte:

" Art. 57 - A duração dos contratos regidos por esta Lei ficara adstrita á vigência dos respectivos créditos orçamentários, exeto quando os relativos:

II - Superviniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho á vontade das partes que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato

Sendo assim dentro do exposto venho através desta, Solicitar Aditivo de Prazo de Execução por mais 01(um) mês, para que se possam concluir os serviços do contrato n° 362 /2021-PMB

Por ser expressão da verdade firmo o presente

Cornélio Procópio, 13 de fevereiro de 2023

Luciano M. Resende
Sócio Gerente

14.987.519/0001-10
RESENDE & CAVALCANTE
LTDA - ME
Rua Colombo, 210 - Sala 2
Centro - CEP 86.300-000
Cornélio Procópio
Paraná

fls. nº 909
CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

Solicitação

Memorando n° 078/2023

Bandeirantes –PR, 14 de Fevereiro de 2023

Assunto: SOLICITAÇÃO DE ADITIVO DE PRAZO DE EXECUÇÃO, DO CONTRATO Nº 362/2021, TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2021.

Vimos através deste solicitar que sejam tomadas as devidas providências para que possa ser realizado **aditivo de prazo de EXECUÇÃO** de 30 dias. Prazo contado a partir da data final anterior.

Sob a justificativa anexa direcionada pela CONTRATADA.

Sem mais, reiteramos nosso protesto de estima e consideração.

FERNANDO CESAR DA CUNHA
Diretor de Obras e
Serviços Urbanos
Portaria 13.705/2023 - 04/01/2023

FERNANDO CÉSAR DA CUNHA
Diretor De Obras e Serviços Urbanos
Engenheiro Civil – Portaria 13.705/2023

Ilmo. Sr.
M.D. Secretário de Obras e Desenvolvimento Urbano.

Encaminho ao Setor
de Licitações para providências
BSB 14/02/2023

Prof. Henrique Endes Marinho
Portaria [illegible]/22 - 20/09/2022
Secretário da Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

Solicitação

PARECER TÉCNICO

Objeto: Reforma na Escola Municipal Prefeito Moacir Castanho do Município de Bandeirantes/PR.
Contrato nº: 362/2021 - PMB
Tomada de Preços nº: 03/2021 - PMB

Será necessário, devido ao atraso do cronograma evidenciado pela CONTRATADA em sua solicitação, mais 30 (trinta) dias para o prazo de execução em contrato.

A empresa continua passando por dificuldades com entrega de materiais e dificuldade em encontrar mão de obra local especializada para executar os serviços específicos em contrato e devido e devido ao aumento de serviços conforme Aditivos de Serviço, assinado no dia 24/01/2023.

O prazo estimado deverá ser aditado considerando ainda que a Administração necessita com urgência do imóvel em total condição de uso para o início do ano de 2023.

Sem mais, este é o parecer.

Bandeirantes –PR, 14 de Fevereiro de 2023.

FERNANDO CESAR DA CUNHA
Diretor de Obras e
Serviços Urbanos
Portaria 13.705/2023 - 04/01/2023

FERNANDO CÉSAR DA CUNHA
Diretor De Obras e Serviços Urbanos
Engenheiro Civil – Portaria 13.705/2023

S. nº 911
CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

Solicitação

Memorando n° 079/2023

Bandeirantes –PR, 14 de Fevereiro de 2023

Assunto: SOLICITAÇÃO DE ADITIVO DE PRAZO DE EXECUÇÃO, DO CONTRATO Nº 362/2021, TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2021.

Vimos através deste solicitar que sejam tomadas as devidas providências para que possa ser realizado **aditivo de prazo de EXECUÇÃO** de 30 dias. Prazo contado a partir da data final anterior.

Sob a justificativa anexa direcionada pela CONTRATADA.

Sem mais, reiteramos nosso protesto de estima e consideração.

Oswaldo Afonso Martins Rockenbach
Secretário de Obras e Desenvolvimento Urbano

Oswaldo Afonso Martins Rockenbach
ENGENHEIRO CIVIL
Secretário de Obras, Serviços e Desenvolvimento Urbano
Portaria nº 3.[illegible]/2022

Ilmo. Sr.
RAFAEL HENRIQUE ENEAS MARINHO

Rua Frei Rafael Proner, 1457 - Cx Postal 281 CEP 86360-000 Tel.: (43) 3542-4525 Fax: (43) 3542-3322
CNPJ/MF 76.235.753/0001-48 - E-mail: secretariadeobras@bandeirantes.pr.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ

CONTABILIDADE

Fls. nº 912
CPL

Oficio nº 17/2023

Bandeirantes, 14 de fevereiro de 2023.

Prezado Senhor:

Através do presente, venho informar que existe dotação orçamentária no exercício de 2023, para **ADITIVO DE PRAZO DE EXECUÇÃO DE 30 DIAS, ORIUNDOS DO PROCESSO LICITATÓRIO TOMADA DE PREÇOS N° 03/2021 E CONTRATO N° 362/2021, COM OBJETO: REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACIR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR.**

Salientamos que o Município tem que ter o equilíbrio financeiro igualando-se suas despesas com suas receitas, dessa forma esclarecemos que durante o presente exercício, poderemos ter uma arrecadação que disponibilizará recursos para o Aditivo.

Mas, no entanto, alertamos que a execução do contrato só deverá ser realizada após a verificação do saldo orçamentário e a real disponibilidade financeira, ou seja, só será feito o empenho após a devida verificação.

Assim, sugerimos que seja indicada a disponibilidade financeira pela Secretaria de Fazenda, pois seguindo essa metodologia, o Município de Bandeirantes estará observando as premissas da Lei de Responsabilidade Fiscal deixando-o numa Gestão Pública de Qualidade.

Diante das consequências e penalidades que poderão ser aplicadas aos administradores, somos pela cautela de manter as despesas dentro dos limites previsíveis, qualquer outra posição a ser tomada pelo Executivo, será de sua inteira responsabilidade.

Por fim o parecer é favorável à realização do Aditivo, por estar em consonância com os princípios básicos que norteiam a administração pública, porém a Secretaria interessada deverá alocar os recursos orçamentários suficientes para a referida despesa durante a execução do contrato.

Sem outro particular, aproveitamos o ensejo para apresentar os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Jaciani Carolina Milani Della Mura
Contadora

Ao Sr. Secretário da Administração
Rafael Henrique Eneas Marinho
Prefeitura Municipal de Bandeirantes.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

S. nº 913 CPL

PROTOCOLO NÚMERO 149/2021-PMB Bandeirantes-PR, 14 de Fevereiro de 2023.

Ref.: Tomada de Preços – 03/2021-PMB Prefeitura Município de Bandeirantes-PR

Prezados,

Vimos através da presente, solicitar a esta consultoria que emita posicionamento quanto à possibilidade de firmar TERMO ADITIVO ao **contrato n.º362/2021**, celebrado entre esta Municipalidade e a empresa **RESENDE & CAVALCANTE LTDA**, firmado através do processo de Tomada de Preços acima mencionado, que tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACYR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR,** nos termos da documentação anexa.

Sem outro particular, aproveitamos o ensejo para reiterar-lhes nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Fabiana de Souza Meira Oliveira
Assistente Técnico Administrativo – Departamento de Licitação

À Assessoria Jurídica do Município de Bandeirantes-PR
Rua Frei Rafael Proner nº 1457 - Centro
CEP: 86.360-000 - BANDEIRANTES – PR

nº 914
CPL

(MINUTA)
DÉCIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 362/2021 – PMB
TOMADA DE PREÇOS N.º 03/2021-PMB
TERMO ADITIVO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACYR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR.

O **MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Frei Rafael Proner nº 1457 – Centro na cidade de Bandeirantes, Estado do Paraná, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 76.235.753/0001-48, neste ato devidamente representada pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, o Senhor Jaelson Ramalho Matta, residente e domiciliado na Rua: Vereador José Santana, Vila Macedo, nº 514 - CEP 86.360-000, nesta cidade de Bandeirantes, Estado do Paraná, portador da Cédula de Identidade nº 3.348.934-0, expedida pela Secretaria de Estado de Segurança Pública do Paraná e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 486.661579-68, ora denominado **CONTRATANTE** e a empresa **RESENDE & CAVALCANTE LTDA**, estabelecida na Rua: Colombo, nº 210 – Sala 2 - Centro, Cep: 86.300-000, na Cidade de Cornélio Procópio, Estado do Paraná, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 14.987.519/0001-10, devidamente representa pela Sr. Luciano Mosti Resende, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.506.026-8, expedida pela Secretaria de Estado de Segurança Pública do Paraná e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 675.784.036-72, doravante denominada CONTRATADA, celebram o presente Termo Aditivo, mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Em atenção ao contido no memorando n.°78/2023 e n.°79/2023 e da Secretaria Municipal de Obras, Serviços e Desenvolvimento Urbano e com fundamento no *artigo 57 § 1º Inciso II da Lei 8.666/93*. O CONTRATANTE decide ADITAR o **Prazo de Execução** em **30 (trinta) dias**, a partir da data final do termo vigente.

Cabe ressaltar que a justificativa para a formalização do presente aditivo encontra-se anexa, preenchendo o requisito do artigo supramencionado.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas não serão alteradas.

Bandeirantes PR, xx de fevereiro de 2023.

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES
JAELSON RAMALHO MATTA
CONTRATANTE

RESENDE & CAVALCANTE LTDA
LUCIANO MOSTI RESENDE
CONTRATADA

Testemunhas:

Marcos de Moraes
CPF: 590505607-97

Weslley Rodrigo Ramos Pires
CPF: 063.945.289-27

Fls. nº 915
CPL

EXTRATO DO DÉCIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 362/2021 – PMB
TOMADA DE PREÇOS N.º 03/2021-PMB

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES, ESTADO DO PARANÁ
CONTRATADA: RESENDE & CAVALCANTE LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACYR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR.

OBJETIVO:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Em atenção ao contido no memorando n.°78/2023 e n.°79/2023 e da Secretaria Municipal de Obras, Serviços e Desenvolvimento Urbano e com fundamento no *artigo 57 § 1º Inciso II da Lei 8.666/93*. O CONTRATANTE decide ADITAR o **Prazo de Execução** em **30 (trinta) dias**, a partir da data final do termo vigente.

Cabe ressaltar que a justificativa para a formalização do presente aditivo encontra-se anexa, preenchendo o requisito do artigo supramencionado.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas não serão alteradas.

Bandeirantes PR, xx de fevereiro de 2023.

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES
JAELSON RAMALHO MATTA
CONTRATANTE

RESENDE & CAVALCANTE LTDA
LUCIANO MOSTI RESENDE
CONTRATADA

Fls. nº 916
CPL

PARECER JURÍDICO Nº. 13/2023.
REFERÊNCIA: Processo Administrativo 149/2021. Tomada de preços nº 03/2021
INTERESSADO: Secretaria de Obras e Serviços Urbanos.
OBJETO: POSSIBILIDADE DE ADITIVO CONTRATUAL – prorrogação do prazo de execução em 30 (trinta) dias

I – RELATÓRIO

Trata-se de expediente encaminhado pelo Departamento de Licitação solicitando posicionamento quanto à possibilidade de firmar 10º termo aditivo ao Contrato n. 362/2021, que tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviço de reforma na Escola Municipal Prefeito Moacir Castanho do Município de Bandeirantes-PR.

Os documentos apresentados foram: comprovante de protocolo nº 831/2023 feito pela empresa contratada em **14/02/2023** solicitando aditivo até **14/03/2023**; Memorandos nº 078/2023 e 079/2023 da Secretaria Municipal de Obras solicitando aditivo de prazo de execução de 30 dias; **Parecer técnico** da Secretaria de Obras informando que a empresa continua com dificuldades para entrega de materiais r mão de obra; Ofício nº 17/2023 da **Contabilidade** trazendo parecer **favorável** à realização do aditivo; encaminhamento à Assessoria Jurídica; Minuta do Termo Aditivo ao Contrato constando **aditamento do prazo de execução em 30 (trinta) dias, com fundamento no art. 57, § 1º, inciso II, da Lei nº 8.666/93** e extrato.

Relatado o pleito passamos ao Parecer.

II - OBJETO DE ANÁLISE

Cumpre aclarar que a análise neste parecer se restringe a verificação dos requisitos formais para o aditivo de contrato.

Destaca-se que a análise será restrita aos pontos jurídicos, estando excluídos quaisquer aspectos técnicos, econômicos e/ou discricionários, sendo que, em relação a estes, partiremos da premissa de que a Autoridade Competente se municiou dos conhecimentos específicos imprescindíveis para a sua adequação às necessidades da administração, observando os requisitos legalmente impostos.

Qualquer decisão de mérito administrativo cabe apenas ao Gestor, detentor da outorga popular, conseguida mediante o escrutínio democrático do voto.

Fls. nº 917
CPL

III – FUNDAMENTAÇÃO

DO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE

Antes de adentrar o mérito do pedido, se faz necessário algumas explanações sobre o dever da Administração Pública e seus Gestores/Aplicadores. Desta forma, estabelece o artigo 37, *caput* da Constituição Federal:

> *Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos* ***princípios de legalidade****, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:*
> *(...)*

Diferentemente do particular, o princípio da Legalidade é restritivo em relação ao Ente Público, ou seja, enquanto o particular pode fazer tudo aquilo que a lei não veda, a Administração Pública apenas pode exercer e conceder aquilo que a lei autoriza.

Seguindo esse raciocínio Henrique Savonitti Miranda, compara as atividades de um gestor privado (Princípio da Autonomia da vontade) as de um gestor público de forma esclarecedora:

> *"O administrador privado conduz seu empreendimento com dominus, agindo com os poderes inerentes à propriedade em toda a sua extensão. Assim, tudo o que não é proibido, é permitido ao gestor privado. Diga-se, ainda, que o administrador privado pode inclusive conduzir ruinosamente seu empreendimento sem que muito possa ser feito por terceiros(...) O gestor público não age como "dono", que pode fazer o que lhe pareça mais cômodo.* ***Diz-se, então, que ao Administrador Público só é dado fazer aquilo que a lei autorize, de forma prévia e expressa.*** *Daí decorre o importante axioma da indisponibilidade, pela Administração, dos interesses públicos.".*

Desta forma, o Administrador Público deve observar o princípio da legalidade, sob pena de ser responsabilizado por improbidade administrativa. Na doutrina de Meirelles (2016, p. 93), os autores prelecionam que o administrador público está "*sujeito aos mandamentos da lei e às exigências do bem comum, e deles não pode afastar ou desviar, sob pena de praticar ato inválido e expor-se a responsabilidade disciplinar, civil e criminal*".

Os poderes conferidos à Administração Pública devem ser utilizados em benefício da coletividade, pois o bem comum é a finalidade que toda ação administrativa deve objetivar. Conforme entendimento do autor supracitado (MEIRELLES, 2016), as leis administrativas "*são de ordem pública e seus preceitos não podem ser descumpridos*", principalmente por acordo ou vontade de seus aplicadores e destinatários, uma vez que "*contêm verdadeiros poderes-deveres, irrelegáveis pelos agentes públicos*".

nº 918
CPL

O que se extrai deste entendimento é que o Gestor Municipal deve observar estritamente o que leciona a Lei e seus critérios objetivos.

DO PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

Pois bem, inicialmente temos que a Administração, em casos de concorrência pública, sendo ela licitação ou chamamento, deve se ater ao Princípio da Vinculação do Edital, devendo ser observado de forma vigorosa.

A Lei 8.666/93 em seu dispositivo legal estabelece:

> *Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, **da vinculação ao instrumento convocatório**, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.*
>
> *Art. 41. **A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.***

Com base na fundamentação legal acima o STJ assim se pronunciou sobre o princípio da vinculação do edital:

> "É ENTENDIMENTO CORRENTIO NA DOUTRINA, COMO NA JURISPRUDÊNCIA, QUE **O EDITAL, NO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO, CONSTITUI LEI ENTRE AS PARTES E É INSTRUMENTO DE VALIDADE DOS ATOS PRATICADOS NO CURSO DA LICITAÇÃO. AO DESCUMPRIR NORMAS EDITALÍCIAS, A ADMINISTRAÇÃO FRUSTRA A PRÓPRIA RAZÃO DE SER DA LICITAÇÃO E VIOLA OS PRINCÍPIOS QUE DIRECIONAM A ATIVIDADE ADMINISTRATIVA, TAIS COMO: O DA LEGALIDADE, DA MORALIDADE E DA ISONOMIA**." (STJ, MS nº 5.597/DF, 1ª S., Rel. Min. Demócrito Reinaldo, DJU 01.06.1998).

Desta forma, o edital/contrato estipula as regras para que o particular participe do certame, seja por meio de licitação, contratação direta, ou, credenciamento por meio de chamamento público.

Então, se o edital/contrato no procedimento convocatório constitui lei entre as partes, este deve ser respeitado como foi concebido, e nenhuma mudança pode ser

Nº 919
CPL

promovida, sob pena de ferir os princípios constitucionais da isonomia, impessoalidade, moralidade e legalidade.

Então, se o edital/contrato no procedimento convocatório constitui lei entre as partes, este deve ser respeitado como foi concebido, e nenhuma mudança pode ser promovida, sob pena de ferir os princípios constitucionais da isonomia, impessoalidade, moralidade e legalidade.

No caso em análise, prevê a Cláusula Quarta do contrato que o prazo de execução foi estipulado em 180 (cento e oitenta) dias, cabendo a **realização de fiscalização da execução de serviços**, ao arquitetor Renato Aparecido Chagas Mezzani, **sem previsão de prorrogação.**

Por sua vez, a Cláusula Oitava, tratando "Da prorrogação de prazo", admite alteração, com anuência expressa do contratante, quando:

CLÁUSULA OITAVA - DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO

Parágrafo Primeiro - Somente poderá ser admitida alteração do prazo, com anuência expressa da CONTRATANTE, quando:

a) Ocorrer alteração do projeto e/ou especificações pelo CONTRATANTE;

b) Houver serviços extraordinários que alterem as quantidades;

c) Houver serviços complementares, obedecidos os [illegible] especificações;

d) Ocorrer atraso no fornecimento de dados [illegible] materiais e qualquer subsídio à(s) obra(s), que estejam sob responsabilidade expressa do CONTRATANTE;

e) Ocorrer atos do CONTRATANTE que interfiram na execução contratual;

f) Ocorrer atos de terceiros que interfiram no prazo de execução ou outros devidamente justificados e aceitos pelo CONTRATANTE;

g) Ocorrer por motivos de força maior ou caso fortuito, entre outros, "*lock out*", perturbações industriais, guerras, atos de inimigo público, bloqueio, insurreições, epidemias, quarentenas, avalanches, terremotos, enchentes, explosões ou quaisquer outros acontecimentos [illegible] equivalentes a estes, desde que estes fatos tenham influência direta sobre a execução [illegible] fugir ao controle seguro de qualquer das partes. [illegible] A expressão "força maior" deve, também, incluir [illegible] atos governamentais, por ação ou omissão do CONTRATANTE, que venham causar atrasos [illegible]. Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força [illegible]

Rua Frei Rafael Proner nº 1457 – Caixa Postal 287 – CEP 86.360-000 – e-mail: licitacao@b[illegible] – Fone (43) 3542-4525 – Fax 3542-4529 – CNPJ 76.235.753/0001-48

Face a tal consideração, salienta-se que a legislação federal (Lei 8666/93) apresenta a possibilidade de prorrogação do prazo do contrato administrativo desde que respeitado os critérios objetivos:

> *Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:*

Fls. nº 920
CPL

I - aos projetos cujos produtos estejam contemplados nas metas estabelecidas no Plano Plurianual, os quais poderão ser prorrogados se houver interesse da Administração e desde que isso tenha sido previsto no ato convocatório;
II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses;
III - (Vetado).
IV - ao aluguel de equipamentos e à utilização de programas de informática, podendo a duração estender-se pelo prazo de até 48 (quarenta e oito) meses após o início da vigência do contrato.
V - às hipóteses previstas nos incisos IX, XIX, XXVIII e XXXI do art. 24, cujos contratos poderão ter vigência por até 120 (cento e vinte) meses, caso haja interesse da administração.
§ 1º ***Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo****:*
I - alteração do projeto ou especificações, pela Administração;
II - superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;
III - interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração;
IV - aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta Lei;
V - impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;
VI - omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.
§ 2º ***Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato****.*
§ 3º É vedado o contrato com prazo de vigência indeterminado.
§ 4º Em caráter excepcional, devidamente justificado e mediante autorização da autoridade superior, o prazo de que trata o inciso II do caput deste artigo poderá ser prorrogado por até doze meses.

Dessa forma, consoante ensinamento de Luís Carlos Alcoforado tem-se que "*somente se justifica a prorrogação contratual se ocorrer um dos motivos de que tratam os incisos do § 1º do art. 57. Para a prorrogação, se impõe que a Administração apresente o motivo que a justifica, mediante manifestação por escrito, num exercício de subsunção do fato à norma, indispensável à prévia autorização da autoridade competente para celebrar o contrato. Seria despiciendo dizer, se não fosse a constatação de alguns casos em que as partes buscam a ampliação tardia do contrato, que os atos preparatórios da prorrogação devem ser ultimados*

antes do prazo do término da relação jurídica" (Licitação e Contrato Administrativo. São Paulo: Ed. Brasília Jurídica, 2000. 2 ed. pp. 325/326).

Conforme demonstrado, a Administração Pública **não previu expressamente a possibilidade de alteração do prazo de execução do contrato**, trazendo cláusula apenas geral, ficando vinculada à regra editalícia/contratual, sendo vedado sua prorrogação, uma vez que incorreria em violação legal.

Nesse contexto, em que pese a legislação federal apresentar a possibilidade de prorrogação do prazo do contrato administrativo, tem-se que, para ser aplicada a interpretação legal, **deveria a Administração Pública apresentar no edital a possibilidade de prorrogação expressa do prazo, não podendo ser aplicada sem esta previsão no instrumento editalício.**

Como requisitos necessários para a prorrogação contratual, o TCU aponta os seguintes:

- *existência de previsão para prorrogação no edital e no contrato;*
- *objeto e escopo do contrato inalterados pela prorrogação;*
- *interesse da Administração e do contratado declarados expressamente;*
- *vantajosidade da prorrogação devidamente justificada nos autos do processo administrativo;*
- *manutenção das condições de habilitação pelo contratado;*
- *preço contratado compatível com o mercado fornecedor do objeto contratado.*

O primeiro requisito, como se vê, é a **expressa previsão da possibilidade de prorrogação no instrumento convocatório e contrato**, salvo em relação à hipótese contida no § 4º do art. 57 da Lei, em face de seu caráter extraordinário e de imprevisão.

No caso em análise, porém, não há que se falar em superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato, vez que **era de conhecimento de todas as partes a duração e término dos contratos firmados, além do fato de esse não ser o primeiro pedido de prorrogação do prazo de execução.**

Parte da doutrina, como o mesmo Marçal Justen Filho coadunam com esse entendimento:

> *A prorrogabilidade do inc. II* ***depende de explícita autorização no ato convocatório. Omisso ele, não poderá promover-se a prorrogação.*** *Essa asserção deriva do princípio da segurança. Não é possível que se instaure a licitação sem explicita a previsão acerca do tema. Os eventuais interessados deverão ter plena ciência da possibilidade de prorrogação (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 6. Ed. São Paulo: Dialética, p. 500).*

S. nº 922
CPL

Da mesma forma entende o Mestre Renaldo Geraldo Vicente:

> *A prorrogação do contrato prevista no inciso II está entre as chamadas prorrogações ordinárias, normais, em que é possível, de antemão, aferir-se um juízo de previsibilidade. O administrado, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosos, quando do procedimento para a contratação, prevê a possibilidade de, uma vez escoado o prazo inicial do contrato, dilatá-lo, em igual ou diferente período, até o limite de sessenta meses. [...]. **Assim, a doutrina tem postulado no sentido de que a prorrogação do inciso II do art. 57 fica dependente da previsão no ato convocatório e contrato**; [...]." (MENDES, Renato Geraldo; VICENTE, Anadricea. Revista Zênite ILC – Informativo de Licitações e Contratos, Curitiba: Zênite, n. 65, jul. 1999. p. 504)*

Entretanto, é válido registrar que mesmo o TCU já tendo decidido pela **necessidade de previsão no edital e no contrato como condição para a prorrogação dos contratos de prestação de serviços continuados, também já considerou que a falta dessa previsão constitui falha de natureza formal** (Acórdão nº 3.351/2011, 2ª Câmara):

Nessa linha de pensamento tem-se uma corrente doutrinária que entende pela possibilidade de prorrogação do prazo dos serviços continuados, mesmo que não haja previsão expressa no documento editalício. Tal situação, destaca-se, é defendida pelo Mestre Digones Gasparini:

> *Para celebração dessas prorrogações, atendidas tais prescrições, não se exige que o edital tenham-nas previsto, até porque nada é determinado nesse sentido pelo inc. II do art. 57 dessa lei, local onde, juntamente com outras prescrições, deveria estar consignada tal exigência para que seus efeitos pudessem se impor. [...]*
> *Diga-se, ainda, que a Lei federal das Licitações e Contratos da Administração Pública, sempre que desejou fosse o instrumento convocatório o portador de mensagem sobre a possibilidade de prorrogação contratual, fez expressamente essa exigência, tal como se passa, por exemplo, com o inc. I do art. 57 dessa lei. Já o mesmo não acontece com os incs. II e IV, também desse artigo, que facultam a prorrogação sem indicar, quando podiam fazê-lo, a necessidade de sua previsão no edital ou carta convite." (GASPARINI, Diogenes. Revista Zênite ILC – Informativo de Licitações e Contratos, Curitiba: Zênite, n. 114 ago. 2003, seção Doutrina/Parecer/Comentários. p. 661, grifamos.)*

Referida interpretação decorre, segundo seus defensores, diretamente da lei, afastando-se o argumento de que sua ausência poderia significar quebra de isonomia ou publicidade, pois, decorrendo diretamente da lei, não se pode dizer que os participantes do certame licitatório desconhecem dessa possibilidade, conforme princípio básico insculpido no art. 3º da Lei de Introdução ao Direito.

Fls. nº 923
CPL

Alegam ainda que, assim como as sanções administrativas podem ser aplicadas ao contratado independentemente de previsão no edital do certame ou no contrato administrativo, a prorrogação, ao nosso sentir, também pode ser efetivada sem que haja a mesma previsão, se demonstrada a vantajosidade para administração, haja vista o princípio da supremacia do interesse público. E, nos casos das sanções administrativos, é uníssona a doutrina em também sustentar que não fere o princípio da vinculação ao instrumento convocatório. Sendo assim, os participantes, ao se submeterem a uma licitação cujo objeto seja uma das hipóteses excepcionais, estão cientes de que poderá haver prorrogação contratual, caso preenchidos os requisitos legais.

Feitas referidas considerações, orienta-se ao setor responsável a **inclusão da cláusula de prorrogação expressa nos futuros editais e contratos**, cabendo ao Gestor, no presente caso, a análise do mérito para acolher ou não a solicitação, haja vista a existência de controvérsia doutrinária e jurisprudencial acerca da exigência de previsão expressa de possibilidade de prorrogação constar do edital e/ou do contrato administrativo.

DA MINUTA DE ADITIVO CONTRATUAL

Em cumprimento do artigo 38, parágrafo único da Lei 8.666/93, passamos a análise da minuta do termo aditivo do contrato:

> *Art. 38. O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente:*
> *(...);*
> *Parágrafo único.* ***As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração.***

Verificado a referida minuta, observamos que a fundamentação legal da minuta se encontra respaldada no artigo 57, §1º, inciso II da Lei 8.666/93, o qual prevê a *"superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato"*, havendo, na justificativa, situações que se enquadram em tais hipóteses.

IV – CONCLUSÃO

Ante todo o exposto, **cabe ao Gestor Público, mediante o mérito administrativo, acolher ou não a possibilidade de aditamento do prazo de execução do contrato, levando-se em conta as análises acima descritas e as hipóteses legais.**

Novamente, a referida análise é estritamente legal, baseada exclusivamente na legislação e doutrina, não incorrendo em sopesamento do mérito administrativo ou suas consequências, destaca-se que a referida análise, como dito no item II deste parecer, cabe

Fls. nº 924
CPL

ao Gestor Público, detentor da outorga popular, adquirida por meio do voto, e não ao Assessor Jurídico, cujo o dever é demonstrar a interpretação legal.

Por derradeiro, cumpre salientar que o presente parecer tomou por base, exclusivamente, os elementos que constam até a presente data nos autos do processo administrativo em epígrafe.

É o parecer, salvo melhor juízo. Ressalta-se que o presente Parecer Jurídico foi elaborado tão somente sob o ângulo jurídico expressando a opinião de seu signatário e, oportunidade administrativa, escoimando ainda, qualquer responsabilidade de seu signatário conforme o art. 2º, §3º da Lei nº. 8.906/94 e entendimento do STJ no RHC: 39644 RJ 2013/0238250-5.

Bandeirantes, 16 de fevereiro de 2023.

Carla M. M. Santos Augusto
Carla M. M. Santos Augusto
OAB/PR 88.156

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

S. nº 925 CPL

Ref.: TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2021

Prefeitura Municipal de Bandeirantes-PR – Divisão de Licitação

Prezado Senhor Prefeito

Vimos através da presente, solicitar que V. Ex.ª emita posicionamento quanto à possibilidade de firmar aditivo com a empresa **RESENDE & CAVALCANTE LTDA** nos termos da minuta anexa, referente ao processo cujo o objeto é **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACYR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR.** Cabe ressaltar observação feita pela Assessoria Jurídica exposta no parecer. Assim, resta pois ao Administrador, no uso de suas atribuições, deliberar pelo aceite ou não da celebração do termo aditivo.

Sem outro particular, aproveitamos o ensejo para reiterar-lhes nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Fabiana de Souza Meira Oliveira
Assistente Técnico Administrativo – Departamento de Licitação

( ) **Defiro** o pedido de aditivo

(X) **Indefiro** o pedido de aditivo

Bandeirantes/PR, 16 de Fevereiro de 2023.

Jaelson Ramalho Matta
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ

SOLICITAÇÃO DE TERMO ADITIVO (INDEFERIDO)

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

Fiscalização de Contratos de Obras Públicas

Memorando nº 091/ 2023

Ilmo.
Secretário Municipal de Administração
Nesta.

Assunto: **5º ADITIVO DE META-FÍSICA**
Obra: **REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACIR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR.**
TOMADA DE PREÇO N° **003/ 2021 – PMB**
CONTRATO Nº **362/ 2021 – PMB**

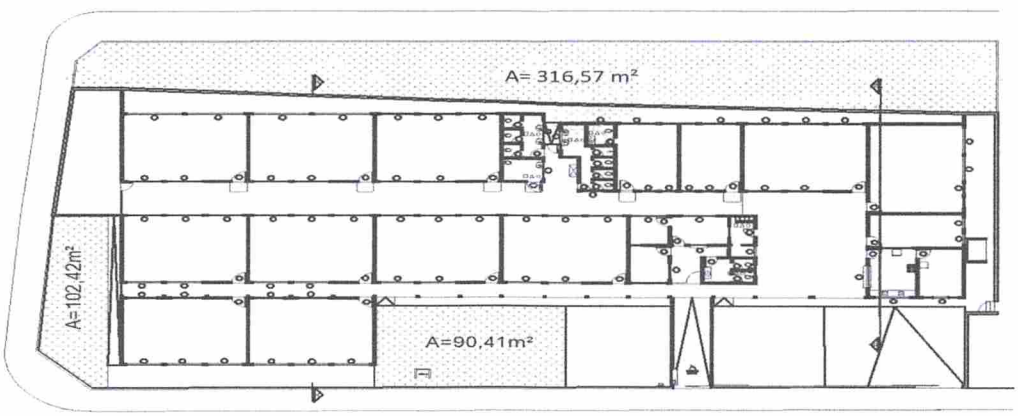
JUSTIFICATIVA TÉCNICA

O aditivo é necessário devido a um erro de quantitativo e projetos existentes.

O imóvel passou por uma pequena reforma que não foi concluída antes mesmo desta iniciar. Neste caso, houve um erro de projeto onde a metragem quadrada do serviço de limpeza e plantio de grama constava 509,40m² e nas medidas in loco foram 719,83m², passando 210,43m² do que consta em orçamento.

A empresa seguiu o projeto sem realizar as medidas antes para conferência e acabou executando o serviço, após isso se notou que as medidas não estavam de acordo com o projeto e comunicou a fiscalização para realizar a conferência e solicitar o aditivo do serviço já executado. Abaixo segue a figura do projeto antigo com as medidas erradas, e o projeto corrido com com as medidas corretas conferidas in loco pela fiscalização da obra.

Projeto antigo



316,57+102,42+90,41=**509,40m²**

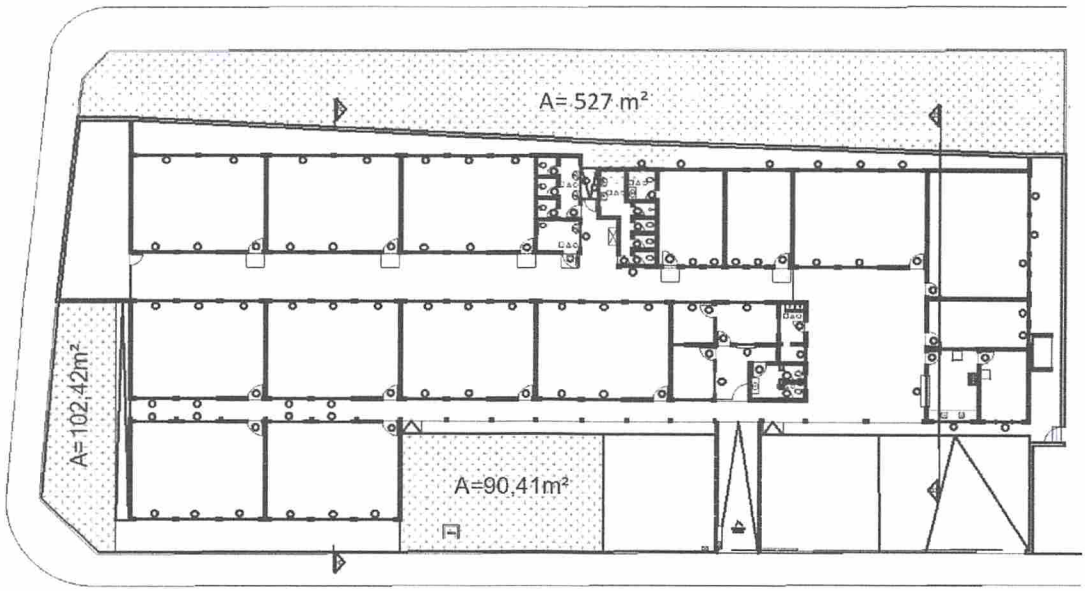
Rua Frei Rafael Proner, 1457 - Cx Postal 281 CEP 86360-000 Tel.: (43) 3542-4525 Fax: (43) 3542-3322
CNPJ/MF 76.235.753/0001-48 - E-mail: diretordeobras@bandeirantes.pr.gov.br

Fernando

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

Fiscalização de Contratos de Obras Públicas

Projeto corrigido in loco.



527+102,42+90,41=**719,83m²**

Foto – Plantio de grama já executado



Acervo fiscal 2023.

Rua Frei Rafael Proner, 1457 - Cx Postal 281 CEP 86360-000 Tel.: (43) 3542-4525 Fax: (43) 3542-3322
CNPJ/MF 76.235.753/0001-48 - E-mail: diretordeobras@bandeirantes.pr.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

Fiscalização de Contratos de Obras Públicas

Planilha orçamentaria (aditivo)

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO
Rua Frei Rafael Proner, 1457 - Centro - CNPJ/MF 76.235.753/0001-48

OBRA: REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACIR CASTANHO — BANCO: SINAPI/PR (MAIO/2021)
LOCAL: RUA PREFEITO AGENOR FERREIRA DOS SANTOS, Nº 907 - CONJ. HAB. HUMBERTO TEIXEIRA
BDI: 26,01% — DESCONTO DA CONTRATADA: 18,00%

ITEM	CÓDIGO DO SERVIÇO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	CUSTO UNITÁRIO	TOTAL
		REFORMA NA ESCOLA MOACIR CASTANHO				
1		SERVIÇOS PRELIMINARES				R$ 494,51
1.20	98524	LIMPEZA MANUAL DE VEGETAÇÃO EM TERRENO COM ENXADA AF_05/2018	M2	210,43	2,35	R$ 494,51
8.		OUTROS				R$ 1.797,07
8.8	98504	PLANTIO DE GRAMA EM PLACAS. AF_05/2018	M2	210,43	8,54	R$ 1.797,07

TOTAL R$ 2.291,58

Tendo assim, as justificativas técnicas deste aditamento, reforçando a necessidade do valor que deverá ser aditado neste contrato.

Resumo financeiro

Valor do Contrato ..... R$ 824.785,57 (oitocentos e vinte e quatro mil, setecentos e oitenta e cinco reais e cinquenta e sete centavos)
Valor do Acréscimo de meta-física..... R$ 2.291,58 dois mil, duzentos e noventa e um reais e cinquenta e oito centavos) – **0,2778%**
Valor Total..... R$ 827.077,15 (oitocentos e vinte sete mil, setenta e sete reais e quinze centavos).

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

Fiscalização de Contratos de Obras Públicas

O resultado de metafísica totaliza um acréscimo de 0,2778% sobre o valor inicial do contrato, sendo este o acréscimo de **R$ 2.291,58** (dois mil, duzentos e noventa e um reais e cinquenta e oito centavos).

Sem mais, este é o parecer.

Bandeirantes, 03 de Março de 2023

OSWALDO AFONSO MARTINS ROCKENBACH
Secretária de Obras e Desenvolvimento Urbano
Engenheiro Civil

Rua Frei Rafael Proner, 1457 - Cx Postal 281 CEP 86360-000 Tel.: (43) 3542-4525 Fax: (43) 3542-3322
CNPJ/MF 76.235.753/0001-48 - E-mail: diretordeobras@bandeirantes.pr.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

*Fls. nº*_____ *Rubrica*_____

Bandeirantes, 03 de Março de 2023.

Ilmo. Sr.

RAFAEL HENRIQUE ENEAS MARINHO

Secretário da Administração

Encaminha-se para o setor competente, documentação necessária a fim de formalizar processo para: ADITIVO DE META FISICA EM **no VALOR DE R$2.291,58 (dois mil e duzentos e noventa e um mil e cinquenta e oito centavos) - Referente ao Processo TOMADA DE PREÇO: Nº 03/2021 – C0NTRATO N.362/2021 - OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA DA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACYR CASTANHO DO MUNICIPIO DE BANDEIRANTES PR. Conforme memorando em anexo N.090 / 2023.**

Atenciosamente,

CLAUDECI APOLINÁRIO DA SILVA
DIRETOR DA DIVISÃO DE COMPRAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Fls. nº_____ Rubrica_____

Bandeirantes, 03 de Março de 2023.

Venho pelo presente, solicitar de Vossa Excelência a autorização para a instauração de procedimento de ADITIVO DE META FISICA EM: **no VALOR DE R$2.291,58 (dois mil e duzentos e noventa e um mil e cinquenta e oito centavos) - Referente ao Processo TOMADA DE PREÇO: Nº 03/2021 – C0NTRATO N.362/2021 - OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA DA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACYR CASTANHO DO MUNICIPIO DE BANDEIRANTES PR.**

Esperando contar com a atenção de Vossa Excelência, reitero meus protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

RAFAEL HENRIQUE ENEAS MARINHO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Exmo. Sr.
JAELSON RAMALHO MATTA
Prefeito Municipal
Bandeirantes – Paraná

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

*Fls. nº*_____ *Rubrica*_____

Bandeirantes, 03 de Março de 2023.

Autorizo pleiteado, devendo, entretanto, o presente processo preencher os trâmites exigidos por lei.

OBJETO: ADITIVO DE META FISICA EM: **no VALOR DE R$2.291,58 (dois mil e duzentos e noventa e um mil e cinquenta e oito centavos) - Referente ao Processo TOMADA DE PREÇO: Nº 03/2021 – C0NTRATO N.362/2021 - OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA DA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACYR CASTANHO DO MUNICIPIO DE BANDEIRANTES PR. Conforme memorando em anexo N.090 / 2023.**

Encaminhe-se a:

1. Departamento de Contabilidade para informação dos recursos orçamentários correspondentes;

2. Comissão Permanente de Licitação para providências cabíveis ao caso;

3. Devolva-se para a Comissão Permanente de Licitação para sequência do processo.

JAELSON RAMALHO MATTA
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ

CONTABILIDADE

Oficio nº 26/2023

Bandeirantes, 16 de março de 2023.

Prezado Senhor:

Através do presente, venho informar que existe dotação orçamentária no exercício de 2023, para **ADITIVO DE META FÍSICA NO VALOR DE R$ 2.291,58 REFERENTE O CONTRATO Nº 362/2021 E PROCESSO TOMADA DE PREÇO Nº 03/2021 COM OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA DA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACYR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES - PR.**

Salientamos que o Município tem que ter o equilíbrio financeiro igualando-se suas despesas com suas receitas, dessa forma esclarecemos que durante o presente exercício, poderemos ter uma arrecadação que disponibilizará recursos para o Aditivo.

Mas, no entanto, alertamos que a execução do contrato só deverá ser realizada após a verificação do saldo orçamentário e a real disponibilidade financeira, ou seja, só será feito o empenho após a devida verificação.

Assim, sugerimos que seja indicada a disponibilidade financeira pela Secretaria de Fazenda, pois seguindo essa metodologia, o Município de Bandeirantes estará observando as premissas da Lei de Responsabilidade Fiscal deixando-o numa Gestão Pública de Qualidade.

Diante das consequências e penalidades que poderão ser aplicadas aos administradores, somos pela cautela de manter as despesas dentro dos limites previsíveis, qualquer outra posição a ser tomada pelo Executivo, será de sua inteira responsabilidade.

Por fim o parecer é favorável à realização do Aditivo, por estar em consonância com os princípios básicos que norteiam a administração pública, porém a Secretaria interessada deverá alocar os recursos orçamentários suficientes para a referida despesa durante a execução do contrato.

Sem outro particular, aproveitamos o ensejo para apresentar os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Jaciani Carolina Milani Della Mura
Contadora

Ao Sr. Secretário da Administração
Rafael Henrique Eneas Marinho
Prefeitura Municipal de Bandeirantes.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: RESENDE & CAVALCANTE LTDA
CNPJ: 14.987.519/0001-10

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 14:58:53 do dia 16/03/2023 <hora e data de Brasília>.
Válida até 12/09/2023.
Código de controle da certidão: **FC6B.CAAD.04BC.F15C**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: RESENDE & CAVALCANTE LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 14.987.519/0001-10
Certidão nº: 9496150/2023
Expedição: 06/03/2023, às 09:27:20
Validade: 02/09/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **RESENDE & CAVALCANTE LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **14.987.519/0001-10, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

Voltar | Imprimir

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 14.987.519/0001-10
Razão Social: RESENDE E CAVALCANTE LTDA ME
Endereço: RUA COLOMBO 210 SALA 2 / CENTRO / CORNELIO PROCOPIO / PR / 86300-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:06/03/2023 a 04/04/2023

Certificação Número: 2023030601274005135560

Informação obtida em 06/03/2023 09:28:22

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

937

FILTROS APLICADOS:

Busca livre: 14.987.519/0001-10

Cadastro: CEIS

LIMPAR

Data da consulta: 27/03/2023 13:16:27

Data da última atualização: 03/2023 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - Acordos de Leniência) , 03/2023 (Diário Oficial da União - CEAF) , 03/2023 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CNEP) , 03/2023 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CEIS) , 03/2023 (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) - CEPIM)

DETALHAR	CADASTRO	CNPJ/CPF SANCIONADO	NOME SANCIONADO	UF SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	CATEGORIA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	VALOR DA MULTA	QUANTIDADE
Nenhum registro encontrado									

933

FILTROS APLICADOS:

Busca livre: 14.987.519/0001-10

Cadastro: CNEP

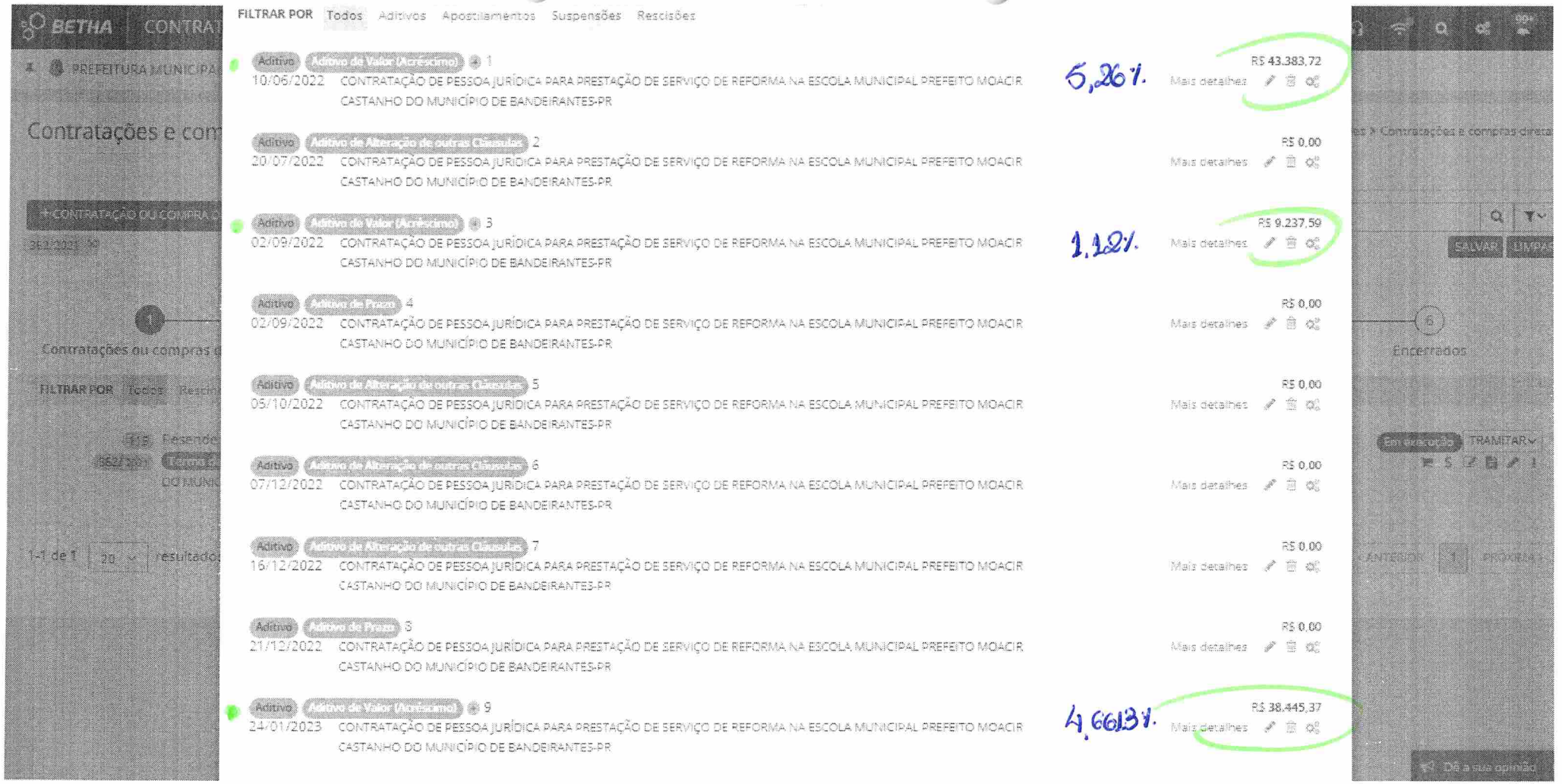
LIMPAR

Data da consulta: 27/03/2023 13:16:57

Data da última atualização: 03/2023 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - Acordos de Leniência) , 03/2023 (Diário Oficial da União - CEAF) , 03/2023 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CNEP) , 03/2023 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CEIS) , 03/2023 (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) - CEPIM)

DETALHAR	CADASTRO	CNPJ/CPF SANCIONADO	NOME SANCIONADO	UF SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	CATEGORIA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	VALOR DA MULTA	QUANTIDADE
Nenhum registro encontrado									

939



Contrato → 824.185,57

- 5,26% → 43.383,72
- 1,12% → 9.237,59
- 4,6613% → 38.445,37

+ 0,2778% → 2.291,58

→ 13,3191% → 93.358,26 (acréscimo total).

076

(MINUTA)
DÉCIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 362/2021 – PMB
TOMADA DE PREÇOS N.º 03/2021-PMB
TERMO ADITIVO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACYR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR.

O **MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Frei Rafael Proner nº 1457 – Centro na cidade de Bandeirantes, Estado do Paraná, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 76.235.753/0001-48, neste ato devidamente representada pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, o Senhor Jaelson Ramalho Matta, residente e domiciliado na Rua: Vereador José Santana, Vila Macedo, nº 514 - CEP 86.360-000, nesta cidade de Bandeirantes, Estado do Paraná, portador da Cédula de Identidade nº 3.348.934-0, expedida pela Secretaria de Estado de Segurança Pública do Paraná e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 486.661579-68, ora denominado **CONTRATANTE** e a empresa **RESENDE & CAVALCANTE LTDA**, estabelecida na Rua: Colombo, nº 210 – Sala 2 - Centro, Cep: 86.300-000, na Cidade de Cornélio Procópio, Estado do Paraná, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 14.987.519/0001-10, devidamente representa pela Sr. Luciano Mosti Resende, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.506.026-8, expedida pela Secretaria de Estado de Segurança Pública do Paraná e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 675.784.036-72, doravante denominada CONTRATADA, celebram o presente Termo Aditivo, mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Em atenção ao contido nos memorandos n.°091/2023 da Secretaria Municipal de Obras, Serviços e Desenvolvimento Urbano anexos, e com fundamento no *§1º inciso I, alínea "b" do artigo 65 da Lei 8666/93*, o CONTRATANTE decide ADITAR o contrato referido **AUMENTANDO A META FÍSICA-FINANCEIRA** equivalentes a aproximadamente **0,2778%** correspondente ao valor de **R$2.291,58** (dois mil, duzentos e noventa e um reais e cinquenta e oito centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA

O contido na cláusula que trata do VALOR CONTRATUAL será alterada, acrescentando-se ao o valor do aditivo.

Bandeirantes PR, xx de março de 2023.

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES
JAELSON RAMALHO MATTA
CONTRATANTE

RESENDE & CAVALCANTE LTDA
LUCIANO MOSTI RESENDE
CONTRATADA

Testemunhas:

Marcos de Moraes
CPF: 590505607-97

Cibele Gusmão Fontolan da Silva
CPF: 004.594.549-78

EXTRATO DO DÉCIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 362/2021 – PMB
TOMADA DE PREÇOS N.º 03/2021-PMB

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES, ESTADO DO PARANÁ
CONTRATADA: RESENDE & CAVALCANTE LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACYR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR.

OBJETIVO:
CLÁUSULA PRIMEIRA

Em atenção ao contido nos memorandos n.°091/2023 da Secretaria Municipal de Obras, Serviços e Desenvolvimento Urbano anexos, e com fundamento no *§1º inciso I, alínea "b" do artigo 65 da Lei 8666/93*, o CONTRATANTE decide ADITAR o contrato referido **AUMENTANDO A META FÍSICA-FINANCEIRA** equivalentes a aproximadamente **0,2778%** correspondente ao valor de **R$2.291,58** (dois mil, duzentos e noventa e um reais e cinquenta e oito centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA

O contido na cláusula que trata do VALOR CONTRATUAL será alterada, acrescentando-se ao o valor do aditivo.

Bandeirantes PR, xx de março de 2023.

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES
JAELSON RAMALHO MATTA
CONTRATANTE

RESENDE & CAVALCANTE LTDA
LUCIANO MOSTI RESENDE
CONTRATADA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ

PROTOCOLO NÚMERO 149/2021-PMB Bandeirantes-PR, 27 de Março de 2023.

Ref.: Tomada de Preços – 03/2021-PMB Prefeitura Município de Bandeirantes-PR

Prezados,

Vimos através da presente, solicitar a esta consultoria que emita posicionamento quanto à possibilidade de firmar TERMO ADITIVO ao **contrato n.º362/2021**, celebrado entre esta Municipalidade e a empresa **RESENDE & CAVALCANTE LTDA**, firmado através do processo de Tomada de Preços acima mencionado, que tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACYR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR,** nos termos da documentação anexa.

Sem outro particular, aproveitamos o ensejo para reiterar-lhes nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Fabiana de Souza Meira Oliveira
Assistente Técnico Administrativo – Departamento de Licitação

À Assessoria Jurídica do Município de Bandeirantes-PR
Rua Frei Rafael Proner nº 1457 - Centro
CEP: 86.360-000 - BANDEIRANTES – PR

PARECER JURÍDICO Nº. 26/2023.
REFERÊNCIA: Processo Administrativo 149/2021. Tomada de Preço nº. 03/2021
INTERESSADO: Prefeito e Secretaria de Obras e Serviços Urbanos.
OBJETO: POSSIBILIDADE DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO.

I – RELATÓRIO

Trata-se de expediente encaminhado pelo Departamento de Licitação solicitando posicionamento quanto a possibilidade de firmar termo aditivo para aditar o Contrato n. 362/2021, que tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviço de reforma na Escola Municipal Prefeito Moacir Castanho do Município de Bandeirantes/PR.

Os documentos apresentados foram o encaminhamento à Assessoria Jurídica; Memorando nº 091/2023 da Secretaria Municipal de Obras com **Justificativa técnica e Planilha Orçamentária**; solicitação do Diretor de Compras e Secretário Municipal de Administração; expediente do Prefeito autorizando o pleito; Ofício nº 26/2023 da contabilidade com opinião favorável à realização do aditivo; documentos da empresa contratada; Minuta do Décimo Termo de Aditivo e Extrato, especificando o aumento da meta física-financeira em **aproximadamente 0,2778%, correspondente ao valor de R$ 2.291,58**.

Na justificativa técnica, o interessado afirma que a alteração de Meta Física se faz necessária em razão de erros quantitativos e projetos existentes, trazendo a informação de que a contratada executou o serviço sem conferência da metragem, notando apenas depois que realizou a maior.

Relatado o pleito passamos ao Parecer.

II - OBJETO DE ANÁLISE

Cumpre aclarar que a análise neste parecer se restringe à verificação dos requisitos formais para o aditivo de contrato. Destaca-se que a análise será restrita aos pontos jurídicos, estando excluídos quaisquer aspectos técnicos, econômicos e/ou discricionários.

Qualquer decisão de mérito administrativo cabe apenas ao Gestor, detentor da outorga popular, conseguida mediante o escrutínio democrático do voto.

III – FUNDAMENTAÇÃO

Primordialmente ressaltamos os dispositivos legais que devem ser levados em consideração para a apuração da legalidade do pedido, em especial, a Lei nº. 8.666/1993 que efetivamente regulamenta os contratos administrativos, dispondo em seu art. 58:

Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de:
*I - **modificá-los, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado**;*
II - rescindi-los, unilateralmente, nos casos especificados no inciso I do art. 79 desta Lei;
III - fiscalizar-lhes a execução;
IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;
V - nos casos de serviços essenciais, ocupar provisoriamente bens móveis, imóveis, pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato, na hipótese da necessidade de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pelo contratado, bem como na hipótese de rescisão do contrato administrativo.
§ 1º As cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos administrativos não poderão ser alteradas sem prévia concordância do contratado.
*§ 2º **Na hipótese do inciso I deste artigo, as cláusulas econômico-financeiras do contrato deverão ser revistas para que se mantenha o equilíbrio contratual**.*

A Administração Pública, por objetivar o bem coletivo, possui a prerrogativa de alteração do contrato unilateralmente, estabelecendo uma posição vertical em relação ao contratado, chamada de "potestade pública", como bem explica o mestre Cretella Junior em sua obra Licitações e Contratos do Estado do Rio de Janeiro:

Administração figura como parte da relação jurídica contratual, ora ocupando posição vertical, usufruindo então os privilégios e prerrogativas, decorrentes de entidade detentora de "potestade pública o que lhe garante aquela singular colocação, ora ocupando posição horizontal, tratando com o particular no mesmo plano, com ele nivelando se, perdendo então grande parte daquelas prerrogativas, oriundas de sua condição específica de poder público
(CRETELLA JÚNIOR Licitações e contratos do Estado Rio de Janeiro Forense, 1996 p 76).

Ante a "potestade pública", proveniente da supremacia do interesse público pelo privado a lei de licitações que regem os contratos administrativos, assim dispõe o art. 65 da Lei 8.666/93:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:
***I - unilateralmente pela Administração**:*
a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
b) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;
II - por acordo das partes:
a) quando conveniente a substituição da garantia de execução;
b) quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

c) quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;
d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.
§ 1º O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos.
§ 2º Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos no parágrafo anterior, salvo:
I - (VETADO)
II - as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

Do dispositivo destacamos a possibilidade de alteração do contrato de forma unilateral ou amigavelmente. A primeira diz respeito a critérios discricionários administrativos que possibilitam a imposição ao contratado de alterações qualitativas do objeto, na álea material; já a segunda forma de alteração diz respeito a um acordo mútuo das partes.

Ainda, salienta-se o **limite legal de 50%** (cinquenta por cento) de acréscimo nos **casos de reforma**, destacando-se que o contrato em análise já foi objeto de outros acréscimos, totalizando, até o presente momento, **11,0413%.**

Ressalta-se também que, em regra, mediante justificativa é **possível aditivo em contrato para qualquer regime de execução contratual (empreitada por preço global ou empreitada por preço unitário)**, considerando que a Lei de Licitações e Contratos, como visto acima no caput do art. 65, **não estabeleceu distinção sobre o assunto**.

O citado art. 65 tem como elementar norteador o inciso XXI, do art. 37, da Constituição Federal que preconiza, entre outros comandos, que **deverão ser mantidas as condições efetivas da proposta, tendo em vista o atendimento do princípio da vedação ao enriquecimento ilícito do particular ou da Administração:**

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:
(...)
XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam

*obrigações de pagamento, **mantidas as condições efetivas da proposta**, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.*
(...)

Sendo assim, não restam dúvidas sobre a **possibilidade de aditivar determinado contrato, no interesse público e com as justificativas pertinentes e suficientes,** inclusive no regime de execução de empreitada por preço global, **quando houver alterações no projeto ou ocorrerem fatos supervenientes imprevisíveis que onerem o contrato, com respeito a necessidade de se manter o equilíbrio econômico-financeiro.**

Entretanto, em regra, **não é possível aditivar os contratos de empreitada por preço global, em razão de erro e/ou omissão nos projetos, que ocasionaram diferença entre os quantitativos previstos de alguns itens e os efetivamente utilizados na obra. Isso porque, em princípio, diferentemente da empreitada por preço unitário, na qual o pagamento é feito por unidade efetivamente empregada na obra, na empreitada por preço global se ajusta a execução das etapas previstas em cronograma físico-financeiro. Portanto, nos contratos de empreitada por preço global, os quantitativos só podem ser alterados, em princípio, se houver modificações de projetos da obra.**

Nada obstante, o Tribunal de Contas da União, no Acórdão nº 1.977/2013-Plenário, acenou com a possibilidade de que, nos contratos de empreitada por preço global, **variações significativas nos quantitativos possam ser enquadrados como álea extraordinária e, por consequência, permitir o aditivo, embora tenha evidenciado que as pequenas variações de quantitativo constatadas na execução do projeto da obra, devem ser suportados pelo contratado, se constituindo em álea ordinária.**

Desta maneira, observa-se que o TCU admitiu a possibilidade, **excepcional**, de se firmar termo aditivo, nas obras em regime de empreitada pro preço global, quando, **em virtude de erro ou omissão relevante no orçamento da Administração, se encontrarem subestimativas ou superestimativas significativas nos quantitativos da planilha orçamentária, a fim de restabelecer a equação econômico-financeira do contrato.**

Assim, é mister em cada caso concreto que a Administração, antes de se decidir pelo aditivo, **avalie se as diferenças de quantitativos podem ser considerados efetivamente substanciais.** Até porque, o regime de empreitada por preço global tornar-se-ia letra morta, transmudando-se em empreitada por preço unitário, se por qualquer diferença quantitativa insignificante de qualquer dos itens da planilha fosse concedido aditivo.

Ainda nesse aspecto, no citado Acórdão, embora a Corte de Contas não tenha estabelecido critérios objetivos para a determinação de erro substancial, é possível inferir que **a substancialidade do erro está diretamente ligada ao impacto financeiro dessas diferenças quantitativas em relação ao valor do item, bem como relativamente ao valor total do contrato.**

Importante também, para se admitir o aditivo por erros ou omissões em projeto, no caso de empreitada por preço global, **que seja verificado se a subestimativa de um item não está sendo compensada pela superestimativa de outro.** Afinal, nesse tipo de contratação, em regra, **tanto a contratada como a Administração assumem o risco de custear eventuais distorções nos**

quantitativos a serem executados. Desse modo, se a empresa contratada pleiteia a remuneração pelas diferenças quantitativas de determinadas unidades relevantes subestimadas no projeto, **também a Administração deve preocupar-se em não pagar por itens relevantes, inicialmente, superestimados.**

Posto isso, **com o intuito de auxiliar a decisão do gestor quanto à concessão ou não do aditivo, tecemos algumas observações sobre o caso concreto, com base nas orientações emanadas do Tribunal de Contas da União, anteriormente descritas.**

Primeiramente, cabe ressaltar que **o presente contrato foi firmado em 13 de dezembro de 2021, tendo como prazo de execução 180 (cento e oitenta) dias e prazo de vigência 270 (duzentos e setenta) dias.**

Após isso, o segundo termo aditivo prorrogou o prazo de execução em 90 (noventa) dias, o quarto termo aditivo prorrogou o prazo de vigência em 120 (cento e vinte) dias, o quinto termo aditivo prorrogou o prazo de execução em 60 (sessenta) dias, o sexto termo aditivo prorrogou o prazo de execução em 60 (sessenta) dias, o oitavo termo aditivo prorrogou o prazo de vigência em 90 (noventa) dias,

Dessa forma, tem-se o seguinte cenário para o termo:

Prazo de execução até 14/02/2023
Prazo de vigência até 07/04/2023

Em análise às datas, percebe-se, então, que o pedido foi feito pela Secretaria de Obras em 03/03/2023, ou seja, **fora do prazo de execução do contrato, terminado em 14/02/2023.**

Feita referida consideração, válido salientar que o Enunciado do TCU, vinculado ao Acórdão 2569/2010-Primeira Câmara, dispõe:

> *ENUNCIADO*
> *No caso de prorrogação contratual, **o termo de aditamento deve ser providenciado até o término da vigência da avença originária**. Transposta tal data, não será mais possível a prorrogação ou continuidade da execução, sendo considerado extinto o contrato.*

Nos dizeres do relator, "*a jurisprudência desta Corte de Contas se consolidou ao longo do tempo no sentido de **considerar irregular o aditamento feito após o término da vigência contratual**, ainda que amparado em um dos motivos do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666, de 1993, uma vez que o contrato original estaria formalmente extinto, de sorte que **não seria juridicamente cabível a sua prorrogação ou a continuidade da sua execução**'.*

Desta feita, com realização à possibilidade de feitura do aditivo, não se verifica impedimento, haja vista que ainda vigente o contrato, **ficando pendente de análise apenas as considerações feitas com relação à alteração qualificar-se como álea ordinária ou extraordinária.**

Nesse contexto da responsabilidade contratual citada, cabe ressaltar que a Secretaria interessada solicita aditivo de 210,43 m² de grama já colocada, a qual constava na

planilha inicial no total de 509,40 m², resultando em um acréscimo financeiro de 0,2278% do valor total do contrato.

Ante todo o exposto, considerando o entendimento do Tribunal de Contas da União, somos de parecer que:

a) a possibilidade de aditivar o contrato de execução de obra no regime de empreitada por preço global **deve ser avaliada e decidida pelo gestor, após analisar as peculiaridades do caso concreto**, considerando os critérios estabelecidos pelo TCU e o parecer emitido pela área técnica, devendo motivar adequadamente nos autos a decisão tomada, para eventual exame dos Órgãos de Controle Interno e Externo;

b) **não existem critérios e limites objetivos pré-definidos para determinação do que seria erro substancial, devendo a análise ocorrer em cada caso concreto. Nada obstante, conforme o TCU, uma das indicações para se definir o erro substancial é verificar a importância financeira desse erro relativamente ao valor global do contrato.**

Assim, caberá ao gestor, com relação ao pedido feito, bem como análise do valor, decidir pela possibilidade ou não do aditivo solicitado.

III.I – DA MINUTA DE ADITIVO CONTRATUAL

Em cumprimento do artigo 38, parágrafo único da Lei 8.666/93, passamos a análise da minuta do termo aditivo do contrato:

> *Art. 38. O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente:*
> *(...);*
> *Parágrafo único.* ***As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração.***

Verificada referida minuta, observamos que não há nenhuma retificação a ser feita.

IV – CONCLUSÃO

Ante todo o exposto, cabe ao Gestor Público, mediante o mérito administrativo, acolher ou não a possibilidade de aditamento quantitativo ao objeto do contrato, levando-se em conta as análises acima descritas.

950

Sendo assim, a alteração contratual almejada, caso seja formalizada, deve ser devidamente fundamentada, acompanhada da Justificativa Técnica de Alteração de Meta-Física, com a análise das demais nuances apresentadas no presente parecer.

Ressalta-se, ainda, que o contrato só poderá ser alterado antes da execução total da obra **e em relação aos remanescentes da execução ainda não realizada**, devendo para tanto ser feito apenas naquilo que foi previamente estabelecido em projeto básico sem acréscimos de objeto, mas apenas de quantidade.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Ressalta-se que o presente Parecer Jurídico foi elaborado tão somente sob o ângulo jurídico expressando a opinião de seu signatário e, oportunidade administrativa, escoimando ainda, qualquer responsabilidade de seu signatário conforme o art. 2º, §3º da Lei nº. 8.906/94 e entendimento do STJ no RHC: 39644 RJ 2013/0238250-5.

Bandeirantes, 04 dpe abril de 2023.

Carla M. M. S. Augusto
Carla M. M. Santos Augusto
OAB/PR 88.156

Ref.: TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2021

Prefeitura Municipal de Bandeirantes-PR – Divisão de Licitação

Prezado Senhor Prefeito

Vimos através da presente, solicitar que V. Ex.ª emita posicionamento quanto à possibilidade de firmar aditivo com a empresa **RESENDE & CAVALCANTE LTDA** nos termos da minuta anexa, referente ao processo cujo o objeto é **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACYR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR.** Cabe ressaltar observações feita pela Assessoria Jurídica exposta no parecer de que cabe ao Gestor, com relação ao pedido feito, bem como análise do valor, decidir pela possibilidade ou não do aditivo solicitado. Resta pois, ao Administrador, no uso de suas atribuições, mediante o mérito administrativo, acolher ou não a possibilidade de aditamento quantitativo ao objeto do contrato, e deliberar pelo aceite ou não da celebração do termo aditivo.

Sem outro particular, aproveitamos o ensejo para reiterar-lhes nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Fabiana de Souza Meira Oliveira
Assistente Técnico Administrativo – Departamento de Licitação

( ) **Defiro** o pedido de aditivo

(X) **Indefiro** o pedido de aditivo

Bandeirantes/PR, 05 de Abril de 2023.

Jaelson Ramalho Matta
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

10º TERMO ADITIVO
PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA
(PUBLICAÇÃO)

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

Solicitação

Memorando n° 114/2023

Bandeirantes –PR, 22 de Março de 2023

Assunto: SOLICITAÇÃO DE ADITIVO DE PRAZO DE VIGÊNCIA, DO CONTRATO Nº 362/2021, TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2021.

Vimos através deste solicitar que sejam tomadas as devidas providências para que possa ser realizado **aditivo de prazo de VIGÊNCIA** de 60 dias. Prazo contado a partir da data final anterior.

Sob a justificativa anexa direcionada pela CONTRATADA.

Sem mais, reiteramos nosso protesto de estima e consideração.

Oswaldo Afonso Martins Rockenbach
Secretário de Obras e Desenvolvimento Urbano

Ilmo. Sr.
RAFAEL HENRIQUE ENEAS MARINHO
M.D. Secretário da Administração

Encaminho ao departamento de
obras para providencias
Bto 24/03/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

Solicitação

Memorando n° 113/2023

Bandeirantes –PR, 22 de Março de 2023

Assunto: SOLICITAÇÃO DE ADITIVO DE PRAZO DE VIGÊNCIA, DO CONTRATO Nº 362/2021, TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2021.

Vimos através deste solicitar que sejam tomadas as devidas providências para que possa ser realizado **aditivo de prazo de VIGÊNCIA** de 60 dias. Prazo contado a partir da data final anterior.

Sob a justificativa anexa direcionada pela CONTRATADA.

Sem mais, reiteramos nosso protesto de estima e consideração.

FERNANDO CÉSAR DA CUNHA
Diretor De Obras e Serviços Urbanos
Engenheiro Civil – Portaria 13.705/2023

Ilmo. Sr.
M.D. Secretário de Obras e Desenvolvimento Urbano.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

Solicitação

PARECER TÉCNICO

Objeto: Reforma na Escola Municipal Prefeito Moacir Castanho do Município de Bandeirantes/PR.
Contrato nº: 362/2021 - PMB
Tomada de Preços nº: 03/2021 - PMB

Será necessário o aditamento, pois a obra se encontra próximo do término e o **prazo de vigência** para realização dos trâmites administrativos está próximo do fim.

A empresa avisou que está finalizando os trabalhos nos próximos dias, solicitando a medição final.

O prazo estimado deverá ser aditado considerando ainda que a Administração necessita com urgência do imóvel em total condição de uso, também necessitamos de um prazo maior para que possa dar tempo de realizar todo tramite legal de documentos, emissão de notas, empenho e pagamento.

Sem mais, este é o parecer.

Bandeirantes –PR, 22 de Março de 2023.

FERNANDO CÉSAR DA CUNHA
Diretor De Obras e Serviços Urbanos
Engenheiro Civil – Portaria 13.705/2023

Rua Frei Rafael Proner, 1457 - Cx Postal 281 CEP 86360-000 Tel.: (43) 3542-4525 Fax: (43) 3542-3322
CNPJ/MF 76.235.753/0001-48 - E-mail: secretariadeobras@bandeirantes.pr.gov.br

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: RESENDE & CAVALCANTE LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 14.987.519/0001-10
Certidão nº: 13204767/2023
Expedição: 29/03/2023, às 10:00:09
Validade: 25/09/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **RESENDE & CAVALCANTE LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **14.987.519/0001-10, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

Voltar Imprimir

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 14.987.519/0001-10
Razão Social: RESENDE E CAVALCANTE LTDA ME
Endereço: RUA COLOMBO 210 SALA 2 / CENTRO / CORNELIO PROCOPIO / PR / 86300-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:25/03/2023 a 23/04/2023

Certificação Número: 2023032501403492576678

Informação obtida em 29/03/2023 09:57:32

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

957

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: RESENDE & CAVALCANTE LTDA
CNPJ: 14.987.519/0001-10

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 14:58:53 do dia 16/03/2023 <hora e data de Brasília>.
Válida até 12/09/2023.
Código de controle da certidão: **FC6B.CAAD.04BC.F15C**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

FILTROS APLICADOS:

Busca livre: 14.987.519/0001-10

Cadastro: CEIS

LIMPAR

Data da consulta: 05/04/2023 15:04:56

Data da última atualização: 04/2023 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - Acordos de Leniência) , 04/2023 (Diário Oficial da União - CEAF) , 04/2023 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CNEP) , 04/2023 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CEIS) , 04/2023 (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) - CEPIM)

DETALHAR	CADASTRO	CNPJ/CPF SANCIONADO	NOME SANCIONADO	UF SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	CATEGORIA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	VALOR DA MULTA	QUANTIDADE
Nenhum registro encontrado									

959

FILTROS APLICADOS:

Busca livre: 14.987.519/0001-10

Cadastro: CNEP

LIMPAR

Data da consulta: 05/04/2023 15:05:40

Data da última atualização: 04/2023 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - Acordos de Leniência) , 04/2023 (Diário Oficial da União - CEAF) , 04/2023 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CNEP) , 04/2023 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CEIS) , 04/2023 (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) - CEPIM)

DETALHAR	CADASTRO	CNPJ/CPF SANCIONADO	NOME SANCIONADO	UF SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	CATEGORIA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	VALOR DA MULTA	QUANTIDADE
Nenhum registro encontrado									

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

*Fls. nº*_____ *Rubrica*_____

Bandeirantes, 27 de Março de 2023.

Ilmo. Sr.

RAFAEL HENRIQUE ENEAS MARINHO
Secretário da Administração

Encaminha-se para o setor competente, documentação necessária a fim de formalizar processo para **ADITIVO DE PRAZO EM 60 (sessenta) DIAS PARA VIGÊNCIA - Referente ao Processo TOMADA DE PREÇO: Nº03/2021 – C0NTRATO N.362/2021 - OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR REFORMA DA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACIR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES – PR.**

Atenciosamente,

CLAUDECI APOLINÁRIO DA SILVA
DIRETOR DA DIVISÃO DE COMPRAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

*Fls. nº*_____ *Rubrica*_____

Bandeirantes, 27 de Março de 2023.

Venho pelo presente, solicitar de Vossa Excelência a autorização para a instauração de procedimento de **ADITIVO DE PRAZO EM 60 (sessenta) DIAS PARA VIGÊNCIA - Referente ao Processo TOMADA DE PREÇO: Nº03/2021 – C0NTRATO N.362/2021 - OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR REFORMA DA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACIR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES – PR.**

Esperando contar com a atenção de Vossa Excelência, reitero meus protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

RAFAEL HENRIQUE ENEAS MARINHO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Exmo. Sr.
JAELSON RAMALHO MATTA
Prefeito Municipal
Bandeirantes – Paraná

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

*Fls. nº*_____ *Rubrica*_____

Bandeirantes, 27 de Março de 2023.

Autorizo pleiteado, devendo, entretanto, o presente processo preencher os trâmites exigidos por lei.

OBJETO: **ADITIVO DE PRAZO EM 60 (sessenta) DIAS PARA VIGÊNCIA - Referente ao Processo TOMADA DE PREÇO: Nº03/2021 – C0NTRATO N.362/2021 - OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR REFORMA DA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACIR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES – PR.**

Encaminhe-se a:

1. Departamento de Contabilidade para informação dos recursos orçamentários correspondentes;

2. Comissão Permanente de Licitação para providências cabíveis ao caso;

3. Devolva-se para a Comissão Permanente de Licitação para sequência do processo.

JAELSON RAMALHO MATTA
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ

CONTABILIDADE

Oficio nº 33/2023

Bandeirantes, 31 de março de 2023.

Prezado Senhor:

Através do presente, venho informar que existe dotação orçamentária no exercício de 2023, para *ADITIVO DE PRAZO EM 60 DIAS PARA VIGÊNCIA REFERENTE AO PROCESSO TOMADA DE PREÇO N° 03/2021, CONTRATO N° 362/2021- OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR REFORMA DA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACYR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR.*

Salientamos que o Município tem que ter o equilíbrio financeiro igualando-se suas despesas com suas receitas, dessa forma esclarecemos que durante o presente exercício, poderemos ter uma arrecadação que disponibilizará recursos para o Aditivo.

Mas, no entanto, alertamos que a execução do contrato só deverá ser realizada após a verificação do saldo orçamentário e a real disponibilidade financeira, ou seja, só será feito o empenho após a devida verificação.

Assim, sugerimos que seja indicada a disponibilidade financeira pela Secretaria de Fazenda, pois seguindo essa metodologia, o Município de Bandeirantes estará observando as premissas da Lei de Responsabilidade Fiscal deixando-o numa Gestão Pública de Qualidade.

Diante das consequências e penalidades que poderão ser aplicadas aos administradores, somos pela cautela de manter as despesas dentro dos limites previsíveis, qualquer outra posição a ser tomada pelo Executivo, será de sua inteira responsabilidade.

Por fim o parecer é favorável à realização do Aditivo, por estar em consonância com os princípios básicos que norteiam a administração pública, porém a Secretaria interessada deverá alocar os recursos orçamentários suficientes para a referida despesa durante a execução do contrato.

Sem outro particular, aproveitamos o ensejo para apresentar os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Jaciani Carolina Milani Della Mura
Contadora

Ao Sr. Secretário da Administração
Rafael Henrique Eneas Marinho
Prefeitura Municipal de Bandeirantes.

(MINUTA)
DÉCIMO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 362/2021 – PMB
TOMADA DE PREÇOS N.º 03/2021-PMB
TERMO ADITIVO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACYR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR.

O **MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Frei Rafael Proner nº 1457 – Centro na cidade de Bandeirantes, Estado do Paraná, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 76.235.753/0001-48, neste ato devidamente representada pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, o Senhor Jaelson Ramalho Matta, residente e domiciliado na Rua: Vereador José Santana, Vila Macedo, nº 514 - CEP 86.360-000, nesta cidade de Bandeirantes, Estado do Paraná, portador da Cédula de Identidade nº 3.348.934-0, expedida pela Secretaria de Estado de Segurança Pública do Paraná e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 486.661579-68, ora denominado **CONTRATANTE** e a empresa **RESENDE & CAVALCANTE LTDA**, estabelecida na Rua: Colombo, nº 210 – Sala 2 - Centro, Cep: 86.300-000, na Cidade de Cornélio Procópio, Estado do Paraná, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 14.987.519/0001-10, devidamente representa pela Sr. Luciano Mosti Resende, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.506.026-8, expedida pela Secretaria de Estado de Segurança Pública do Paraná e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 675.784.036-72, doravante denominada CONTRATADA, celebram o presente Termo Aditivo, mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Em atenção ao contido no memorando n.°114/2023 e n.°113/2023 com parecer técnico, da Secretaria Municipal de Obras, Serviços e Desenvolvimento Urbano e com fundamento no *artigo 57 § 1º Inciso II da Lei 8.666/93*. O CONTRATANTE decide ADITAR o **Prazo de Vigência** em **60 (sessenta) dias**, a partir da data final do termo vigente.

Cabe ressaltar que a justificativa para a formalização do presente aditivo encontra-se anexa, preenchendo o requisito do artigo supramencionado.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas não serão alteradas.

Bandeirantes PR, xx de Abril de 2023.

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES
JAELSON RAMALHO MATTA
CONTRATANTE

RESENDE & CAVALCANTE LTDA
LUCIANO MOSTI RESENDE
CONTRATADA

Testemunhas:

Marcos de Moraes
CPF: 590505607-97

Weslley Rodrigo Ramos Pires
CPF: 063.945.289-27

DÉCIMO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 362/2021 – PMB
TOMADA DE PREÇOS N.º 03/2021-PMB

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES, ESTADO DO PARANÁ
CONTRATADA: RESENDE & CAVALCANTE LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACYR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR.

OBJETIVO:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Em atenção ao contido no memorando n.°114/2023 e n.°113/2023 com parecer técnico, da Secretaria Municipal de Obras, Serviços e Desenvolvimento Urbano e com fundamento no *artigo 57 § 1º Inciso II da Lei 8.666/93*. O CONTRATANTE decide ADITAR o **Prazo de Vigência** em **60 (sessenta) dias**, a partir da data final do termo vigente.

Cabe ressaltar que a justificativa para a formalização do presente aditivo encontra-se anexa, preenchendo o requisito do artigo supramencionado.

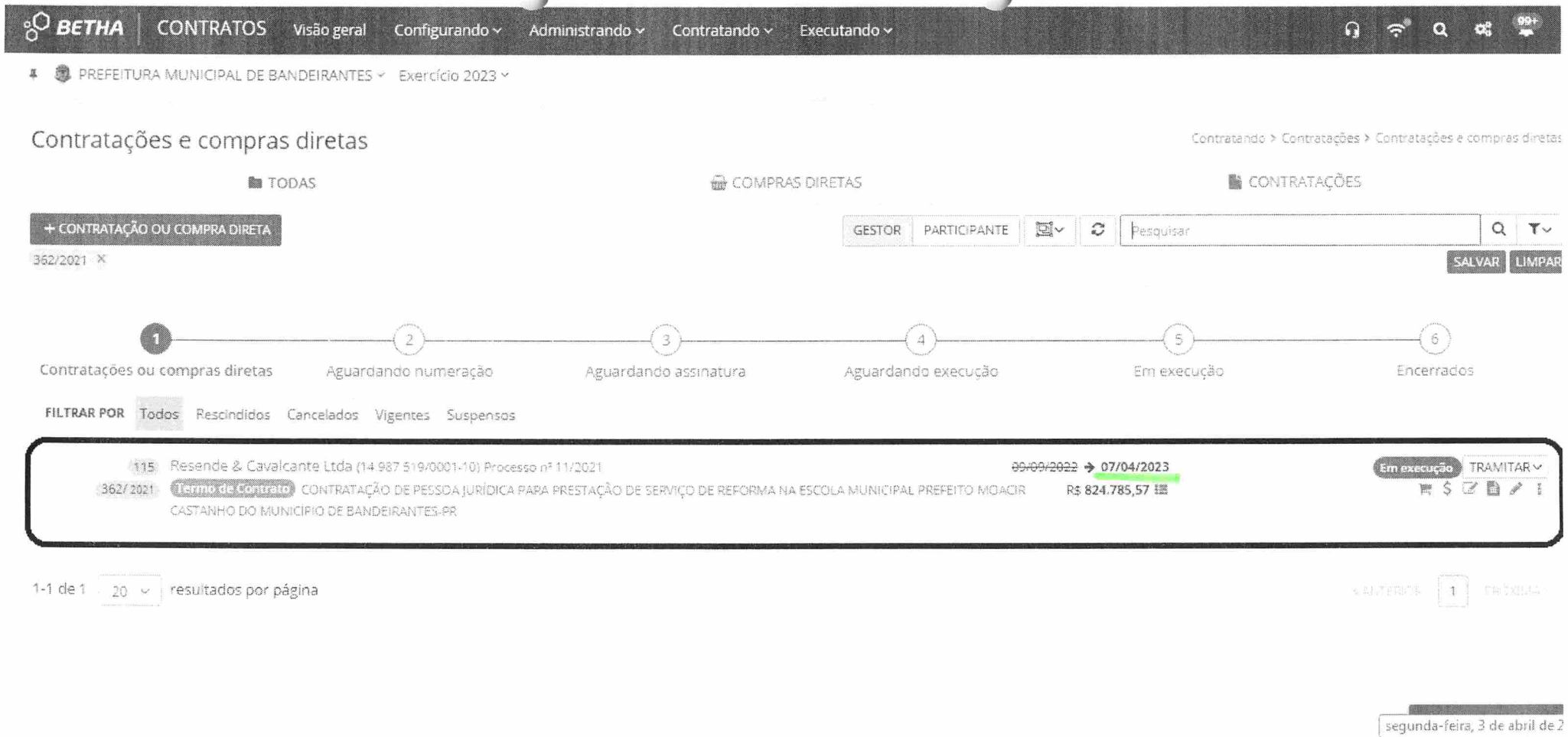
CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas não serão alteradas.

Bandeirantes PR, xx de Abril de 2023.

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES
JAELSON RAMALHO MATTA
CONTRATANTE

RESENDE & CAVALCANTE LTDA
LUCIANO MOSTI RESENDE
CONTRATADA


BETHA
CONTRATOS
Visão geral
Configurando
Administrando
Contratando
Executando
99+
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
Exercício 2023
Contratações e compras diretas
Contratando > Contratações > Contratações e compras diretas
TODAS
COMPRAS DIRETAS
CONTRATAÇÕES
+ CONTRATAÇÃO OU COMPRA DIRETA
362/2021
GESTOR
PARTICIPANTE
Pesquisar
SALVAR
LIMPAR
1 Contratações ou compras diretas
2 Aguardando numeração
3 Aguardando assinatura
4 Aguardando execução
5 Em execução
6 Encerrados
FILTRAR POR
Todos
Rescindidos
Cancelados
Vigentes
Suspensos
115
Resende & Cavalcante Ltda (14 987 519/0001-10) Processo nº 11/2021
09/09/2022 → 07/04/2023
Em execução
TRAMITAR
362/2021
Termo de Contrato
CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACIR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR
R$ 824.785,57
1-1 de 1
20
resultados por página
1
segunda-feira, 3 de abril de 2

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ

PROTOCOLO NÚMERO 149/2021-PMB Bandeirantes-PR, 03 de Abril de 2023.

Ref.: Tomada de Preços – 03/2021-PMB Prefeitura Município de Bandeirantes-PR

Prezados,

Vimos através da presente, solicitar a esta consultoria que emita posicionamento quanto à possibilidade de firmar TERMO ADITIVO ao **contrato n.º362/2021**, celebrado entre esta Municipalidade e a empresa **RESENDE & CAVALCANTE LTDA**, firmado através do processo de Tomada de Preços acima mencionado, que tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACYR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR,** nos termos da documentação anexa.

Sem outro particular, aproveitamos o ensejo para reiterar-lhes nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Fabiana de Souza Meira Oliveira
Assistente Técnico Administrativo – Departamento de Licitação

À Assessoria Jurídica do Município de Bandeirantes-PR
Rua Frei Rafael Proner nº 1457 - Centro
CEP: 86.360-000 - BANDEIRANTES – PR

PARECER JURÍDICO Nº. 27/2023.
REFERÊNCIA: Processo Administrativo 149/2021. Tomada de preços nº 03/2021
INTERESSADO: Secretaria de Obras e Serviços Urbanos.
OBJETO: POSSIBILIDADE DE ADITIVO CONTRATUAL – prorrogação do prazo de vigência em 60 (sessenta) dias

I – RELATÓRIO

Trata-se de expediente encaminhado pelo Departamento de Licitação solicitando posicionamento quanto à possibilidade de firmar 11º termo aditivo ao Contrato n. 362/2021, que tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviço de reforma na Escola Municipal Prefeito Moacir Castanho do Município de Bandeirantes-PR.

Os documentos apresentados foram: encaminhamento à Assessoria Jurídica; Memorandos nº 114/2023 e 113/2023 da Secretaria Municipal de Obras solicitando aditivo de prazo de vigência de 60 dias; **Parecer técnico da Secretaria de Obras informando que a finalização dos trabalhos acontecerá nos próximos dias, de forma que a Administração precisará de um prazo maior para realizar todo tramite legal de documentos, emissão de notas, empenho e pagamento**; documentos da empresa contratada; solicitação do Diretor da Divisão de Compras e Secretário Municipal de Administração; despacho do Prefeito autorizando o pleito; **parecer favorável da contabilidade para realização do aditivo**; Minuta do Termo Aditivo ao Contrato constando **aditamento do prazo de vigência em 60 (sessenta) dias, com fundamento no art. 57, § 1º, inciso II da Lei 8.666/93** e extrato.

Relatado o pleito passamos ao Parecer.

II - OBJETO DE ANÁLISE

Cumpre aclarar que a análise neste parecer se restringe a verificação dos requisitos formais para o aditivo de contrato.

Destaca-se que a análise será restrita aos pontos jurídicos, estando excluídos quaisquer aspectos técnicos, econômicos e/ou discricionários, sendo que, em relação a estes, partiremos da premissa de que a Autoridade Competente se municiou dos conhecimentos específicos imprescindíveis para a sua adequação às necessidades da administração, observando os requisitos legalmente impostos.

Qualquer decisão de mérito administrativo cabe apenas ao Gestor, detentor da outorga popular, conseguida mediante o escrutínio democrático do voto.

III – FUNDAMENTAÇÃO

DO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE

Antes de adentrar o mérito do pedido, se faz necessário algumas explanações sobre o dever da Administração Pública e seus Gestores/Aplicadores. Desta forma, estabelece o artigo 37, *caput* da Constituição Federal:

> *Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos* ***princípios de legalidade****, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:*
> *(...)*

Diferentemente do particular, o princípio da Legalidade é restritivo em relação ao Ente Público, ou seja, enquanto o particular pode fazer tudo aquilo que a lei não veda, a Administração Pública apenas pode exercer e conceder aquilo que a lei autoriza.

Seguindo esse raciocínio Henrique Savonitti Miranda, compara as atividades de um gestor privado (Princípio da Autonomia da vontade) as de um gestor público de forma esclarecedora:

> *"O administrador privado conduz seu empreendimento com dominus, agindo com os poderes inerentes à propriedade em toda a sua extensão. Assim, tudo o que não é proibido, é permitido ao gestor privado. Diga-se, ainda, que o administrador privado pode inclusive conduzir ruinosamente seu empreendimento sem que muito possa ser feito por terceiros(...) O gestor público não age como "dono", que pode fazer o que lhe pareça mais cômodo.* ***Diz-se, então, que ao Administrador Público só é dado fazer aquilo que a lei autorize, de forma prévia e expressa.*** *Daí decorre o importante axioma da indisponibilidade, pela Administração, dos interesses públicos.".*

Desta forma, o Administrador Público deve observar o princípio da legalidade, sob pena de ser responsabilizado por improbidade administrativa. Na doutrina de Meirelles (2016, p. 93), os autores prelecionam que o administrador público está "*sujeito aos mandamentos da lei e às exigências do bem comum, e deles não pode afastar ou desviar, sob pena de praticar ato inválido e expor-se a responsabilidade disciplinar, civil e criminal*".

Os poderes conferidos à Administração Pública devem ser utilizados em benefício da coletividade, pois o bem comum é a finalidade que toda ação administrativa deve objetivar. Conforme entendimento do autor supracitado (MEIRELLES, 2016), as leis administrativas "*são de ordem pública e seus preceitos não podem ser descumpridos*", principalmente por acordo ou vontade de seus aplicadores e destinatários, uma vez que "*contêm verdadeiros poderes-deveres, irrelegáveis pelos agentes públicos*".

O que se extrai deste entendimento é que o Gestor Municipal deve observar estritamente o que leciona a Lei e seus critérios objetivos.

DO PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

Pois bem, inicialmente temos que a Administração, em casos de concorrência pública, sendo ela licitação ou chamamento, deve se ater ao Princípio da Vinculação do Edital, devendo ser observado de forma vigorosa.

A Lei 8.666/93 em seu dispositivo legal estabelece:

> *Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.*
>
> *Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.*

Com base na fundamentação legal acima o STJ assim se pronunciou sobre o princípio da vinculação do edital:

> "É ENTENDIMENTO CORRENTIO NA DOUTRINA, COMO NA JURISPRUDÊNCIA, QUE **O EDITAL, NO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO, CONSTITUI LEI ENTRE AS PARTES E É INSTRUMENTO DE VALIDADE DOS ATOS PRATICADOS NO CURSO DA LICITAÇÃO. AO DESCUMPRIR NORMAS EDITALÍCIAS, A ADMINISTRAÇÃO FRUSTRA A PRÓPRIA RAZÃO DE SER DA LICITAÇÃO E VIOLA OS PRINCÍPIOS QUE DIRECIONAM A ATIVIDADE ADMINISTRATIVA, TAIS COMO: O DA LEGALIDADE, DA MORALIDADE E DA ISONOMIA**." (STJ, MS nº 5.597/DF, 1ª S., Rel. Min. Demócrito Reinaldo, DJU 01.06.1998).

Desta forma, o edital/contrato estipula as regras para que o particular participe do certame, seja por meio de licitação, contratação direta, ou, credenciamento por meio de chamamento público.

Então, se o edital/contrato no procedimento convocatório constitui lei entre as partes, este deve ser respeitado como foi concebido, e nenhuma mudança pode ser promovida, sob pena de ferir os princípios constitucionais da isonomia, impessoalidade, moralidade e legalidade.

Então, se o edital/contrato no procedimento convocatório constitui lei entre as partes, este deve ser respeitado como foi concebido, e nenhuma mudança pode ser promovida, sob pena de ferir os princípios constitucionais da isonomia, impessoalidade, moralidade e legalidade.

No caso em análise, prevê a Cláusula Quinta do contrato que o período de vigência é estipulado em 270 (duzentos e setenta) dias, **não havendo previsão de prorrogação.**

Por sua vez, a Cláusula Oitava, tratando "Da prorrogação de prazo", admite alteração, com anuência expressa do contratante, quando:

CLÁUSULA OITAVA - DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO

Parágrafo Primeiro - Somente poderá ser admitida alteração do prazo, com anuência expressa da CONTRATANTE, quando:

a) Ocorrer alteração do projeto e/ou especificações pelo CONTRATANTE,
b) Houver serviços extraordinários que alterem as quantidades,
c) Houver serviços complementares, obedecidos os dispositivos regulamentares,
d) Ocorrer atraso no fornecimento de dados informativos materiais e qualquer subsídio à(s) obra(s), que estejam sob responsabilidade expressa do CONTRATANTE,
e) Ocorrer atos do CONTRATANTE que interfiram na execução contratual,
f) Ocorrer atos de terceiros que interfiram no prazo de execução ou outros devidamente justificados e aceitos pelo CONTRATANTE;
g) Ocorrer por motivos de força maior ou caso fortuito, entre outros, "*lock out*", perturbações industriais, guerras, atos de inimigo público, bloqueio, insurreições, epidemias, quarentenas, avalanches, terremotos, enchentes, explosões ou quaisquer outros acontecimentos similares e equivalentes a estes, desde que estes fatos tenham influência direta sobre a execução da(s) obra(s) e que fujam ao controle seguro de qualquer das partes interessadas, as quais não consigam impedir sua ocorrência. A expressão "força maior" deve, também, incluir qualquer atraso causado por legislação, regulamentações ou atos governamentais, por ação ou omissão do CONTRATANTE, que venham causar atrasos à CONTRATADA. Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior.

Rua Frei Rafael Proner nº 1457 – Caixa Postal 281 – CEP 86.360-000 – e-mail: licitacao@bandeirantes.pr.gov.br – Tel: (43) 3542-4525 – Fax 3542-4525 - CNPJ 76.235.753/0001-48

Face a tal consideração, salienta-se que a legislação federal (Lei 8666/93) apresenta a possibilidade de prorrogação do prazo do contrato administrativo desde que respeitado os critérios objetivos:

> *Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:*
> *I - aos projetos cujos produtos estejam contemplados nas metas estabelecidas no Plano Plurianual, os quais poderão ser prorrogados se houver interesse da Administração e desde que isso tenha sido previsto no ato convocatório;*
> *II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses;*
> *III - (Vetado).*
> *IV - ao aluguel de equipamentos e à utilização de programas de informática, podendo a duração estender-se pelo prazo de até 48 (quarenta e oito) meses após o início da vigência do contrato.*
> *V - às hipóteses previstas nos incisos IX, XIX, XXVIII e XXXI do art. 24, cujos contratos poderão ter vigência por até 120 (cento e vinte) meses, caso haja interesse da administração.*
> *§ 1º* ***Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de***

seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:
I - alteração do projeto ou especificações, pela Administração;
II - superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;
III - interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração;
IV - aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta Lei;
V - impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;
VI - omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.
*§ 2º **Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato**.*
§ 3º É vedado o contrato com prazo de vigência indeterminado.
§ 4º Em caráter excepcional, devidamente justificado e mediante autorização da autoridade superior, o prazo de que trata o inciso II do caput deste artigo poderá ser prorrogado por até doze meses.

Dessa forma, consoante ensinamento de Luís Carlos Alcoforado tem-se que "***somente se justifica a prorrogação contratual se ocorrer um dos motivos de que tratam os incisos do § 1º do art. 57***. *Para a prorrogação, se impõe que a Administração apresente o motivo que a justifica, mediante manifestação por escrito, num exercício de subsunção do fato à norma, indispensável à prévia autorização da autoridade competente para celebrar o contrato. Seria despiciendo dizer, se não fosse a constatação de alguns casos em que as partes buscam a ampliação tardia do contrato, que os atos preparatórios da prorrogação devem ser ultimados antes do prazo do término da relação jurídica*" (Licitação e Contrato Administrativo. São Paulo: Ed. Brasília Jurídica, 2000. 2 ed. pp. 325/326).

Conforme demonstrado, a Administração Pública **não previu expressamente a possibilidade de alteração do prazo de vigência do contrato**, trazendo cláusula apenas geral, ficando vinculada à regra editalícia/contratual, sendo vedado sua prorrogação, uma vez que incorreria em violação legal.

Nesse contexto, em que pese a legislação federal apresentar a possibilidade de prorrogação do prazo do contrato administrativo, tem-se que, para ser aplicada a interpretação legal, **deveria a Administração Pública apresentar no edital a possibilidade de prorrogação expressa do prazo de vigência, não podendo ser aplicada sem esta previsão no instrumento editalício.**

Como requisitos necessários para a prorrogação contratual, o TCU aponta os seguintes:

- *existência de previsão para prorrogação no edital e no contrato;*
- *objeto e escopo do contrato inalterados pela prorrogação;*
- *interesse da Administração e do contratado declarados expressamente;*
- *vantajosidade da prorrogação devidamente justificada nos autos do processo*

administrativo;
• manutenção das condições de habilitação pelo contratado;
• preço contratado compatível com o mercado fornecedor do objeto contratado.

O primeiro requisito, como se vê, é a **expressa previsão da possibilidade de prorrogação no instrumento convocatório e contrato**, salvo em relação à hipótese contida no § 4º do art. 57 da Lei, em face de seu caráter extraordinário e de imprevisão.

No caso em análise, porém, malgrado a fundamentação trazida na minuta do termo aditivo, entendo que não há que se falar em superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato, vez que **era de conhecimento de todas as partes a duração e término dos contratos firmado.**

Parte da doutrina, como o mesmo Marçal Justen Filho coadunam com esse entendimento:

*A prorrogabilidade do inc. II **depende de explícita autorização no ato convocatório. Omisso ele, não poderá promover-se a prorrogação.** Essa asserção deriva do princípio da segurança. Não é possível que se instaure a licitação sem explicita a previsão acerca do tema. Os eventuais interessados deverão ter plena ciência da possibilidade de prorrogação (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 6. Ed. São Paulo: Dialética, p. 500).*

Da mesma forma entende o Mestre Renaldo Geraldo Vicente:

*A prorrogação do contrato prevista no inciso II está entre as chamadas prorrogações ordinárias, normais, em que é possível, de antemão, aferir-se um juízo de previsibilidade. O administrado, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosos, quando do procedimento para a contratação, prevê a possibilidade de, uma vez escoado o prazo inicial do contrato, dilatá-lo, em igual ou diferente período, até o limite de sessenta meses. [...]. **Assim, a doutrina tem postulado no sentido de que a prorrogação do inciso II do art. 57 fica dependente da previsão no ato convocatório e contrato**; [...]." (MENDES, Renato Geraldo; VICENTE, Anadricea. Revista Zênite ILC – Informativo de Licitações e Contratos, Curitiba: Zênite, n. 65, jul. 1999. p. 504)*

Entretanto, é válido registrar que mesmo o TCU já tendo decidido pela **necessidade de previsão no edital e no contrato como condição para a prorrogação dos contratos de prestação de serviços continuados, também já considerou que a falta dessa previsão constitui falha de natureza formal** (Acórdão nº 3.351/2011, 2ª Câmara):

Nessa linha de pensamento tem-se uma corrente doutrinária que entende pela possibilidade de prorrogação do prazo dos serviços continuados, mesmo que não haja previsão expressa no documento editalício. Tal situação, destaca-se, é defendida pelo Mestre Digones Gasparini:

Para celebração dessas prorrogações, atendidas tais prescrições, não se exige que o edital tenham-nas previsto, até porque nada é determinado nesse sentido pelo inc. II do

art. 57 dessa lei, local onde, juntamente com outras prescrições, deveria estar consignada tal exigência para que seus efeitos pudessem se impor. [...]
Diga-se, ainda, que a Lei federal das Licitações e Contratos da Administração Pública, sempre que desejou fosse o instrumento convocatório o portador de mensagem sobre a possibilidade de prorrogação contratual, fez expressamente essa exigência, tal como se passa, por exemplo, com o inc. I do art. 57 dessa lei. Já o mesmo não acontece com os incs. II e IV, também desse artigo, que facultam a prorrogação sem indicar, quando podiam fazê-lo, a necessidade de sua previsão no edital ou carta convite." (GASPARINI, Diogenes. Revista Zênite ILC – Informativo de Licitações e Contratos, Curitiba: Zênite, n. 114 ago. 2003, seção Doutrina/Parecer/Comentários. p. 661, grifamos.)

Referida interpretação decorre, segundo seus defensores, diretamente da lei, afastando-se o argumento de que sua ausência poderia significar quebra de isonomia ou publicidade, pois, decorrendo diretamente da lei, não se pode dizer que os participantes do certame licitatório desconhecem dessa possibilidade, conforme princípio básico insculpido no art. 3º da Lei de Introdução ao Direito.

Alegam ainda que, assim como as sanções administrativas podem ser aplicadas ao contratado independentemente de previsão no edital do certame ou no contrato administrativo, a prorrogação, ao nosso sentir, também pode ser efetivada sem que haja a mesma previsão, se demonstrada a vantajosidade para administração, haja vista o princípio da supremacia do interesse público. E, nos casos das sanções administrativos, é uníssona a doutrina em também sustentar que não fere o princípio da vinculação ao instrumento convocatório. Sendo assim, os participantes, ao se submeterem a uma licitação cujo objeto seja uma das hipóteses excepcionais, estão cientes de que poderá haver prorrogação contratual, caso preenchidos os requisitos legais.

Feitas referidas considerações, orienta-se ao setor responsável a **inclusão da cláusula de prorrogação expressa nos futuros editais e contratos**, **cabendo ao Gestor, no presente caso, a análise do mérito para acolher ou não a solicitação, haja vista a existência de controvérsia doutrinária e jurisprudencial acerca da exigência de previsão expressa de possibilidade de prorrogação constar do edital e/ou do contrato administrativo.**

Ainda, importa salientar que **o presente contrato já teve deferido o quarto termo aditivo, que prorrogou o prazo de vigência em 120 (cento e vinte) dias e o oitavo termo aditivo, que prorrogou o prazo de vigência em 90 (noventa) dias.**

Dessa forma, verifica-se que, com a presente solicitação, o prazo de vigência será prorrogado no total de 270 (duzentos e setenta) dias (120 + 90 + 60), o que equivale ao mesmo prazo inicialmente proposto para vigência total do termo.

Assim, uma vez que a Secretaria interessada informou em 22/03/2023 (parecer técnico) que o trabalho já estava sendo finalizado, entendo que **cabe ao Gestor avaliar a efetiva necessidade do prazo requerido (mais 60 dias), uma vez que o artigo usado na minuta prevê a necessidade de superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato.**

Saliento que o prazo de vigência do contrato é o lapso temporal dentro do qual as partes devem honrar o cumprimento dos encargos reciprocamente assumidos quando da celebração.

Este prazo é definido pela Administração Pública na fase de planejamento da licitação e da contratação, pois <u>é atribuição do Poder Público definir qual o prazo necessário para a satisfação do interesse público pela via contratual.</u>

Dessa forma, uma vez que no caso em tela **<u>não há justificativa que se enquadre na hipótese do inciso II, do § 1º, do art. 57 da Lei 8.666/93, entendo que, caso seja deferido o pedido, deverá ser feito com fundamento no inciso VI</u>**, abaixo novamente destacado:

> *Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:*
> ...
> *§ 1º Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:*
> ...
> *VI - omissão ou* ***atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, <u>sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.</u>***

DA MINUTA DE ADITIVO CONTRATUAL

Em cumprimento do artigo 38, parágrafo único da Lei 8.666/93, passamos a análise da minuta do termo aditivo do contrato:

> *Art. 38. O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente:*
> *(...);*
> *Parágrafo único.* ***As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração.***

Verificado a referida minuta, observamos que a fundamentação legal da minuta se encontra respaldada no artigo 57, §1º, inciso II da Lei 8.666/93, o qual prevê a *"superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato"*.

Todavia, uma vez que não há na justificativa alguma situação que se enquadre em tais hipóteses, mas tão somente um pedido de prazo para que a Administração tenha tempo de realizar todo o trâmite legal, entendo que a hipótese pertinente está descrita no inciso VI que, como já adiantado acima, dispõe:

VI - omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, ***sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.***

IV – CONCLUSÃO

Ante todo o exposto, **cabe ao Gestor Público, mediante o mérito administrativo, acolher ou não a possibilidade de aditamento do prazo de vigência do contrato, levando-se em conta as análises acima descritas e as hipóteses legais.**

Novamente, a referida análise é estritamente legal, baseada exclusivamente na legislação e doutrina, não incorrendo em sopesamento do mérito administrativo ou suas consequências, estaca-se que a referida análise, como dito no item II deste parecer, cabe ao Gestor Público, detentor da outorga popular, adquirida por meio do voto, e não ao Assessor Jurídico, cujo o dever é demonstrar a interpretação legal.

Por derradeiro, cumpre salientar que o presente parecer tomou por base, exclusivamente, os elementos que constam até a presente data nos autos do processo administrativo em epígrafe.

É o parecer, salvo melhor juízo. Ressalta-se que o presente Parecer Jurídico foi elaborado tão somente sob o ângulo jurídico expressando a opinião de seu signatário e, oportunidade administrativa, escoimando ainda, qualquer responsabilidade de seu signatário conforme o art. 2º, §3º da Lei nº. 8.906/94 e entendimento do STJ no RHC: 39644 RJ 2013/0238250-5.

Bandeirantes, 05 de abril de 2023.

Carla M. M. S. Augusto

Carla M. M. Santos Augusto
OAB/PR 88.156

978

(MINUTA)
DÉCIMO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 362/2021 – PMB
TOMADA DE PREÇOS N.º 03/2021-PMB
TERMO ADITIVO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACYR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR.

O **MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Frei Rafael Proner nº 1457 – Centro na cidade de Bandeirantes, Estado do Paraná, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 76.235.753/0001-48, neste ato devidamente representada pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, o Senhor Jaelson Ramalho Matta, residente e domiciliado na Rua: Vereador José Santana, Vila Macedo, nº 514 - CEP 86.360-000, nesta cidade de Bandeirantes, Estado do Paraná, portador da Cédula de Identidade nº 3.348.934-0, expedida pela Secretaria de Estado de Segurança Pública do Paraná e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 486.661579-68, ora denominado **CONTRATANTE** e a empresa **RESENDE & CAVALCANTE LTDA**, estabelecida na Rua: Colombo, nº 210 – Sala 2 - Centro, Cep: 86.300-000, na Cidade de Cornélio Procópio, Estado do Paraná, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 14.987.519/0001-10, devidamente representa pela Sr. Luciano Mosti Resende, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.506.026-8, expedida pela Secretaria de Estado de Segurança Pública do Paraná e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 675.784.036-72, doravante denominada CONTRATADA, celebram o presente Termo Aditivo, mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Em atenção ao contido no memorando n.°114/2023 e n.°113/2023 com parecer técnico, da Secretaria Municipal de Obras, Serviços e Desenvolvimento Urbano e com fundamento no *artigo 57 § 1º Inciso VI da Lei 8.666/93*. O CONTRATANTE decide ADITAR o **Prazo de Vigência** em **60 (sessenta) dias**, a partir da data final do termo vigente.

Cabe ressaltar que a justificativa para a formalização do presente aditivo encontra-se anexa, preenchendo o requisito do artigo supramencionado.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas não serão alteradas.

Bandeirantes PR, xx de Abril de 2023.

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES
JAELSON RAMALHO MATTA
CONTRATANTE

RESENDE & CAVALCANTE LTDA
LUCIANO MOSTI RESENDE
CONTRATADA

Testemunhas:

Marcos de Moraes
CPF: 590505607-97

Weslley Rodrigo Ramos Pires
CPF: 063.945.289-27

979

DÉCIMO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 362/2021 – PMB
TOMADA DE PREÇOS N.º 03/2021-PMB

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES, ESTADO DO PARANÁ
CONTRATADA: RESENDE & CAVALCANTE LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACYR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR.

OBJETIVO:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Em atenção ao contido no memorando n.°114/2023 e n.°113/2023 com parecer técnico, da Secretaria Municipal de Obras, Serviços e Desenvolvimento Urbano e com fundamento no *artigo 57 § 1º Inciso VI da Lei 8.666/93*. O CONTRATANTE decide ADITAR o **Prazo de Vigência** em **60 (sessenta) dias**, a partir da data final do termo vigente.

Cabe ressaltar que a justificativa para a formalização do presente aditivo encontra-se anexa, preenchendo o requisito do artigo supramencionado.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas não serão alteradas.

Bandeirantes PR, xx de Abril de 2023.

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES
JAELSON RAMALHO MATTA
CONTRATANTE

RESENDE & CAVALCANTE LTDA
LUCIANO MOSTI RESENDE
CONTRATADA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ

930

Ref.: TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2021

Prefeitura Municipal de Bandeirantes-PR – Divisão de Licitação

Prezado Senhor Prefeito

Vimos através da presente, solicitar que V. Ex.ª emita posicionamento quanto à possibilidade de firmar aditivo com a empresa **RESENDE & CAVALCANTE LTDA** nos termos da minuta anexa, referente ao processo cujo o objeto é **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACYR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR.** Cabe ressaltar observação quanto a fundamentação na minuta, feita pela Assessoria Jurídica exposta no parecer, esta que foi acatada e alterada. No entanto, importante salientar as observações feita pela Assessoria Jurídica exposta no parecer. Assim, resta pois ao Administrador, no uso de suas atribuições, deliberar pelo aceite ou não da celebração do termo aditivo.

Sem outro particular, aproveitamos o ensejo para reiterar-lhes nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Fabiana de Souza Meira Oliveira
Assistente Técnico Administrativo – Departamento de Licitação

(X) **Defiro** o pedido de aditivo

( ) **Indefiro** o pedido de aditivo

Bandeirantes/PR, 05 de Abril de 2023.

Jaelson Ramalho Matta
Prefeito Municipal

Rua Frei Rafael Proner, 1457-Cx. Postal 281-CEP 86.360-000-Tel: 3542-4525
E-mail licitacao@bandeirantes.gov.pr.br
CNPJ 76.235.753/0001-48

931

Assunto	**MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES/PR | 10° TERMO ADITIVO - CONTRATO N.°362/2021 - TOMADA DE PREÇOS N.°03/2021**
De	DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO <licitacao@bandeirantes.pr.gov.br>
Para	Construtoraresende <construtoraresende@yahoo.com.br>
Data	05-04-2023 15:03
Prioridade	Mais alta

- 10º TERMO ADITIVO PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA - RESENDE & CAVALCANTE.pdf(~57 KB)

Prezado(s),

Encaminho em anexo arquivo do **10° Termo Aditivo** juntamente com o Extrato do Termo Aditivo do **Contrato N. °362/2021**, referente a **Tomada de Preços N.°03/2021**, entre o Município de Bandeirantes/PR e a empresa **RESENDE & CAVALCANTE LTDA.**

Estes devem retornar devidamente assinados pelo responsável legal. Caso possua assinatura com Certificado Digital, assim retornando **PREFERENCIALMENTE por e-mail,** ou via correio à Prefeitura Municipal Bandeirantes - Rua Frei Rafael Proner nº 1457 - Centro - CEP: 86.360-000 Bandeirantes-PR.

Peço por gentileza que, sejam conferidos os dados da empresa e/ou pessoa antes das assinaturas, uma vez que o mesmo é responsável pelas informações constantes no termo, e caso seja constatado algum erro ou equivoco, por favor entre em contato, para que possa ser realizado a alteração e enviado novamente.

Caso necessitem de uma cópia, está poderá ser obtida através do portal da transparência do município, ou por e-mail, em formato digitalizado, sendo que neste caso o contratado deverá requerer.

Fico à disposição para eventuais dúvidas e quaisquer esclarecimentos.

Favor atestar recebimento do presente e-mail.

Atenciosamente,

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
Tel.: 43-3542-4525 - RAMAL 224

DÉCIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 362/2021 – PMB
TOMADA DE PREÇOS N.º 03/2021-PMB
TERMO ADITIVO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACYR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR.

O **MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Frei Rafael Proner nº 1457 – Centro na cidade de Bandeirantes, Estado do Paraná, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 76.235.753/0001-48, neste ato devidamente representada pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, o Senhor Jaelson Ramalho Matta, residente e domiciliado na Rua: Vereador José Santana, Vila Macedo, nº 514 - CEP 86.360-000, nesta cidade de Bandeirantes, Estado do Paraná, portador da Cédula de Identidade nº 3.348.934-0, expedida pela Secretaria de Estado de Segurança Pública do Paraná e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 486.661579-68, ora denominado **CONTRATANTE** e a empresa **RESENDE & CAVALCANTE LTDA**, estabelecida na Rua: Colombo, nº 210 – Sala 2 - Centro, Cep: 86.300-000, na Cidade de Cornélio Procópio, Estado do Paraná, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 14.987.519/0001-10, devidamente representa pela Sr. Luciano Mosti Resende, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.506.026-8, expedida pela Secretaria de Estado de Segurança Pública do Paraná e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 675.784.036-72, doravante denominada CONTRATADA, celebram o presente Termo Aditivo, mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Em atenção ao contido no memorando n.°114/2023 e n.°113/2023 com parecer técnico, da Secretaria Municipal de Obras, Serviços e Desenvolvimento Urbano e com fundamento no *artigo 57 § 1º Inciso VI da Lei 8.666/93*. O CONTRATANTE decide ADITAR o **Prazo de Vigência** em **60 (sessenta) dias**, a partir da data final do termo vigente.

Cabe ressaltar que a justificativa para a formalização do presente aditivo encontra-se anexa, preenchendo o requisito do artigo supramencionado.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas não serão alteradas.

Bandeirantes PR, 05 de Abril de 2023.

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES
JAELSON RAMALHO MATTA
CONTRATANTE

RESENDE & CAVALCANTE LTDA
LUCIANO MOSTI RESENDE
CONTRATADA

Testemunhas:

Marcos de Moraes
CPF: 590505607-97

Weslley Rodrigo Ramos Pires
CPF: 063.945.289-27

DÉCIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 362/2021 – PMB
TOMADA DE PREÇOS N.º 03/2021-PMB

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES, ESTADO DO PARANÁ
CONTRATADA: RESENDE & CAVALCANTE LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACYR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR.

OBJETIVO:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Em atenção ao contido no memorando n.°114/2023 e n.°113/2023 com parecer técnico, da Secretaria Municipal de Obras, Serviços e Desenvolvimento Urbano e com fundamento no *artigo 57 § 1º Inciso VI da Lei 8.666/93*. O CONTRATANTE decide ADITAR o **Prazo de Vigência** em **60 (sessenta) dias**, a partir da data final do termo vigente.

Cabe ressaltar que a justificativa para a formalização do presente aditivo encontra-se anexa, preenchendo o requisito do artigo supramencionado.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas não serão alteradas.

Bandeirantes PR, 05 de Abril de 2023.

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES
JAELSON RAMALHO MATTA
CONTRATANTE

RESENDE & CAVALCANTE LTDA
LUCIANO MOSTI RESENDE
CONTRATADA

Prefeitura Municipal De Bandeirantes

Licitações e Contratos

Aditivos

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ

EXTRATO DO DÉCIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 362/2021 – PMB
TOMADA DE PREÇOS N.º 03/2021-PMB

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES, ESTADO DO PARANÁ
CONTRATADA: RESENDE & CAVALCANTE LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACYR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR.

OBJETIVO:
CLÁUSULA PRIMEIRA

Em atenção ao contido no memorando n.°114/2023 e n.°113/2023 com parecer técnico, da Secretaria Municipal de Obras, Serviços e Desenvolvimento Urbano e com fundamento no *artigo 57 § 1º Inciso VI da Lei 8.666/93*. O CONTRATANTE decide ADITAR o **Prazo de Vigência** em **60 (sessenta) dias**, a partir da data final do termo vigente.

Cabe ressaltar que a justificativa para a formalização do presente aditivo encontra-se anexa, preenchendo o requisito do artigo supramencionado.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas não serão alteradas.

Bandeirantes PR, 05 de Abril de 2023.

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES
JAELSON RAMALHO MATTA
CONTRATANTE

RESENDE & CAVALCANTE LTDA
LUCIANO MOSTI RESENDE
CONTRATADA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

Solicitação

Memorando n° 025/2023

Bandeirantes –PR, 24 de Maio de 2023

Assunto: SOLICITAÇÃO DE ADITIVO DE PRAZO DE VIGÊNCIA, DO CONTRATO Nº 362/2021, TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2021.

Vimos através deste solicitar que sejam tomadas as devidas providências para que possa ser realizado **aditivo de prazo de VIGÊNCIA** de 60 dias. Prazo contado a partir da data final anterior.

Sem mais, reiteramos nosso protesto de estima e consideração.

MARIA DE LOURDES ALMEIDA MARCONE
Arquiteta e Urbanista - CAU A 15478-4
Secretária de Obras e Desenvolvimento Urbano

Ilmo. Sr.
RAFAEL HENRIQUE ENEAS MARINHO

Encaminho ao departamento de compras para providências

Em 24/02/2023

Rafael Henrique Eneas Martinho
Port.: 13.434/2022 - 20/06/2022
Secretário da Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

Solicitação

Memorando n° 024/2023

Bandeirantes –PR, 24 de Maio de 2023

Assunto: SOLICITAÇÃO DE ADITIVO DE PRAZO DE VIGÊNCIA, DO CONTRATO Nº 362/2021, TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2021.

Vimos através deste solicitar que sejam tomadas as devidas providências para que possa ser realizado **aditivo de prazo de VIGÊNCIA** de 60 dias. Prazo contado a partir da data final anterior.

Sem mais, reiteramos nosso protesto de estima e consideração.

Thayane F. C. Martins

THAYANE FRANCYELLE CUNHA MARTINS
Engenheira Civil – CREA/PR 164589/D
Fiscal de Obra

Ilmo. Sra.
M.D. Secretária de Obras e Desenvolvimento Urbano.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

Solicitação

PARECER TÉCNICO

Objeto: Reforma na Escola Municipal Prefeito Moacir Castanho do Município de Bandeirantes/PR.
Contrato nº: 362/2021 - PMB
Tomada de Preços nº: 03/2021 - PMB

Será necessário o aditamento, pois a obra encontrou-se sem fiscal de obra aproximadamente 35 dias, já que os profissionais do departamento de obra foram afastados e não puderam dar andamento.

Foi necessário também realizar uma justificativa sobre a documentação exigida para pagamento da ultima parcela, na qual estamos aguardando um parecer do jurídico para finalizarmos o contrato e entrega da obra.

O prazo estimado deverá ser aditado considerando ainda que possa dar tempo de realizar todo tramite legal de documentos.

Sem mais, este é o parecer.

Bandeirantes –PR, 24 de Maio de 2023.

Thayane F. C. Martins

THAYANE FRANCYELLE CUNHA MARTINS
Engenheira Civil – CREA/PR 164589/D
Fiscal de Obra

RESENDE & CAVALCANTE LTDA- ME
CNPJ/MF N.º 14.987.519/0001-10
Rua Colombo n.º 210 sala 2 - Centro- Cornélio Procópio Fone: (43) 3523-8813
email: construtoraresende@yahoo.com.br

SOLICITAÇÃO DE ADITIVO DE PRAZO
CONTRATO Nº 362/2021-PMB

À Prefeitura Municipal de Bandeirantes
Setor Licitação e Contrato

'A Prefeitura Municipal de Bandeirantes , inscrita no CNPJ 76.235.753/0001-48, situada na Rua Drº Frei Rafael Proner, 1457, na cidade de Bandeirantes /PR,, referente á Obra da Reforma na Escola Municipal Prefeito Moacyr Castanho, para os devidos fins,execução, conforme ART 1720220257748, Empresa contratada Resende & Cavalcante LTDA - ME, responsável pela execução da obra Eng. Civil Luciano Mosti Resende, CREA/PR: 58.374/D, vêem por meio desta :

Requerer, por fatos, de ter concluído á obra, conforme o Termo de Recebimento Provisório, emitido em 27/03/2023 e assinado pelos Técnicos responsáveis e o Prefeito Municipal, esse já enviado a essa municipalidade e reiterando o protocolo nº 000001871/2023 do dia 04/04/2023, até o presente momento devido à tramites internos não se concluiu o pagamento da ultima Medição e que a obra se encontra com 100% já executado dos serviços contratados.

Amparado pelo que estabelece, o inciso II do parágrafo 1º, do Art. 57 da Lei 8666/93, estabelecedora das normas sobre Licitações e Contratos, que reza o seguinte:

" Art. 57 - A duração dos contratos regidos por esta Lei ficara adstrita á vigência dos respectivos créditos orçamentários, exeto quando os relativos:

II - Superviniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho á vontade das partes que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato

Sendo assim dentro do exposto venho através desta, Solicitar Aditivo de Prazo de Vigência por mais 01(um) mês, para que se possam concluir os tramites de documentos para pagamento da ultima Medição e assim finalizar do contrato nº 362 /2021-PMB

Por ser expressão da verdade firmo o presente

Cornélio Procópio, 22 de maio de 2023

Luciano M. Resende
Sócio Gerente

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

*Fls. nº*_____

*Rubrica*_____

Bandeirantes, 24 de Maio de 2023.

Ilmo. Sr.

RAFAEL HENRIQUE ENEAS MARINHO
Secretário Municipal da Administração.

Encaminho-lhe para que direcione ao setor competente a documentação necessária para formalizar processo de **ADITIVO DE PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA DE 60 DIAS, DO CONTRATO Nº 362/2021, TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2021 DA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACIR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR**

Atenciosamente,

CLAUDECI APOLINÁRIO DA SILVA
DIRETOR DA DIVISÃO DE COMPRAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

*Fls. nº*_____

*Rubrica*_____

Bandeirantes, 24 de Maio de 2023.

Venho pelo presente, solicitar de Vossa Excelência a autorização para a instauração de procedimento de **ADITIVO DE PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA DE 60 DIAS, DO CONTRATO Nº 362/2021, TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2021 DA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACIR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR**

Esperamos contar com a atenção de Vossa Excelência, reitero meus protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

RAFAEL HENRIQUE ENEAS MARINHO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Exmo. Sr.
JAELSON RAMALHO MATTA
Prefeito Municipal
Bandeirantes – Paraná

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

*Fls. nº*_____

*Rubrica*_____

Bandeirantes, 24 de Maio de 2023.

Autorizo pleiteado, devendo, entretanto, o presente processo preencher os trâmites exigidos por lei.

OBJETO: ADITIVO DE PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA DE 60 DIAS, DO CONTRATO Nº 362/2021, TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2021 DA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACIR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR

Encaminhe-se a:

1. Departamento de Contabilidade para informação dos recursos orçamentários correspondentes;
2. Comissão Permanente de Licitação para providências cabíveis ao caso;
3. Assessoria Jurídica para parecer quanto ao edital, no caso de licitação convencional;
4. Devolva-se para a Comissão Permanente de Licitação para sequência do processo.

JAELSON RAMALHO MATTA
PREFEITO MUNICIPAL

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: RESENDE & CAVALCANTE LTDA
CNPJ: 14.987.519/0001-10

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 07:59:11 do dia 14/03/2023 <hora e data de Brasília>.
Válida até 10/09/2023.
Código de controle da certidão: **A8F2.EDE0.E7B9.F70E**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 14.987.519/0001-10

Razão Social: RESENDE E CAVALCANTE LTDA ME

Endereço: RUA COLOMBO 210 SALA 2 / CENTRO / CORNELIO PROCOPIO / PR / 86300-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:02/05/2023 a 31/05/2023

Certificação Número: 2023050201371703061848

Informação obtida em 09/05/2023 09:29:17

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: RESENDE & CAVALCANTE LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 14.987.519/0001-10
Certidão nº: 12833223/2023
Expedição: 27/03/2023, às 09:52:36
Validade: 23/09/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **RESENDE & CAVALCANTE LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **14.987.519/0001-10, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Certidão negativa correcional (CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: **RESENDE & CAVALCANTE LTDA**

CPF/CNPJ: **14.987.519/0001-10**

Certifica-se que, em consulta aos cadastros CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes relativas ao CNPJ/CPF consultado.

Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.

O Sistema CGU-PJ consolida os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.

O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

O Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) apresenta a relação de empresas que sofreram qualquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

O Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.

Certidão emitida às 15:08:44 do dia 25/05/2023 , com validade até o dia 24/06/2023.

Link para consulta da verificação da certidão https://certidoes.cgu.gov.br/

Código de controle da certidão: XagKsilNHgKJizv2dg8q

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

997

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 030488140-77

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **14.987.519/0001-10**
Nome: **RESENDE & CAVALCANTE LTDA**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 13/09/2023 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br

Emitido via Internet Pública (16/05/2023 18:03:04)

Paraná
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORNÉLIO PROCÓPIO
SECRETARIA DE FINANÇAS

Data: 18/05/2023 11h24min

Número	Validade
809	17/06/2023

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

Nome / Razão Social

RESENDE & CAVALCANTE LTDA CNPJ: 14987519000110

Aviso

Sem débitos pendentes até a presente data.

Comprovação Junto à	Finalidade

Mensagem

Certificamos que até a presente data não constam débitos tributários relativo ao cadastro econômico com a localização abaixo descrita.

A Fazenda Municipal se reserva o direito de cobrar débitos que venham a ser constatados, mesmo se referentes a períodos compreendidos nesta certidão.

Inscrição

Econômico: 10139 - Atividade principal: Construção de edifícios

Endereço: Rua RUA COLOMBO., 210 - Bairro CENTRO - Compl. SALA - 02 - CEP 86.300-000

Código de Controle

CW3VE96AO7MSJ0Q1

A validade do documento pode ser consultada no site da prefeitura por meio do código de controle informado.

Cornélio Procópio (PR), 18 de Maio de 2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CONTRATO Nº 362/2021-PMB

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PREÇO UNITÁRIO DO TIPO MENOR PREÇO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR E A EMPRESA RESENDE & CAVALCANTE LTDA - ME, NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento, o Município de Bandeirantes-PR, pessoa jurídica de direito público, com sede a Rua Frei Rafael Proner nº 1457 Centro, nesta cidade de Bandeirantes, Estado do Paraná, inscrito no Cadastro de Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 76.235.753/0001-48, neste ato representado pelo **Prefeito Municipal o Sr. Jaelson Ramalho Matta, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade de Bandeirantes-PR, na Rua Vereador José Santana nº 514, Vila Macedo, CEP. 86.360-000, portador da Cédula de Identidade RG n.º 3.348.934-0, expedida pela Secretaria de Estado de Segurança Pública do Paraná e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o n.º 486.661.579-68, abaixo assinado, doravante designado CONTRATANTE** de um lado e, de outro **RESENDE & CAVALCANTE LTDA - ME - ME estabelecido na Rua Colombo nº 210, sala 2, centro, CEP. 86.306-000 na cidade de Cornélio Procópio, Estado do Paraná. Inscrito no CNPJ sob nº 14.987.519/0001-10, neste ato representada por seu Proprietário, o Senhor Luciano Mosti Resende, portador do Cadastro de Pessoa Física CPF nº 675.784.036-72 e da cédula de identidade RG nº 4.506.026-8 expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná, doravante designada CONTRATADA**, estando as partes sujeitas as normas da Lei 8.666/93 e suas alterações subsequentes, ajustam o presente Contrato de Prestação de Serviços decorrência da TOMADA DE PREÇOS - Edital nº 03/2021-PMB, mediante as seguintes cláusulas e condições a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes, a saber:

CONDIÇÕES ESPECÍFICAS

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO E FUNDAMENTO LEGAL

Parágrafo Primeiro - O objeto do presente Contrato, licitado, é para **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MAGNO CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR**, sob regime de Empreitada por preço global, do tipo menor preço, em consonância com os projetos, especificações técnicas, demais peças e documentos de licitação fornecida pelo CONTRATANTE, regido pelo disposto na Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, Constituição do Estado do Paraná, artigo 27, Inciso XXI, e pelas disposições deste Edital.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR

Parágrafo Primeiro - O preço global para a execução do objeto referente ao lote nº 01, deste Contrato é de R$ 824.785,57 (oitocentos e vinte e quatro mil, setecentos e oitenta e cinco reais e cinquenta e sete centavos), daqui por diante denominado "VALOR CONTRATUAL", conforme descrito abaixo:

RESENDE & CAVALCANTE LTDA ME								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Und	Qtd	Preço	Preço total
1	1	- EXECUÇÃO DE PROJETO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACIR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR. - OS SERVIÇOS DEVERÃO SER EXECUTADOS CONFORME DISCRIMINADOS NA PLANILHA DE SERVIÇOS COM OS SEGUINTES TÓPICOS: 1. DEMOLIÇÕES NECESSÁRIAS 2. CONSTRUÇÃO DAS ESTRUTURAS 3. INSTALAÇÕES HIDROSANITÁRIAS 4. COBERTURAS 5. CALÇAMENTO 6. ESQUADRIAS 7. INSTALAÇÕES ELÉTRICAS 8. REVESTIMENTOS 9. PINTURA 10. ACABAMENTO 11. LIMPEZA - CONFORME: CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CROMOGRAMA E PROJETO. ANEXOS DESTE EDITAL.	RESENDE & CAVALCANTE LTDA		UN	1,00	824.785,57	824.785,57
TOTAL								824.785,57

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS

Parágrafo Primeiro - As despesas com a obra objeto deste edital correrão à conta de recursos próprios do município de Bandeirantes-Pr, referente às seguintes dotações orçamentárias:

SECRETARIA	DESPESA/ FONTE	DOTAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMATICA	DESCRIÇÃO
Obras, Serviços e Desenvolvimento Urbano	1490-103	03005123612196032449051000	OBRAS E INSTALAÇÕES

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E DA RESPONSABILIDADE DA FISCALIZAÇÃO

Parágrafo Primeiro - A CONTRATADA obriga-se a entregar ao CONTRATANTE o objeto deste Contrato, em estrita observância aos serviços estabelecidos no edital e inteiramente **concluído em condições de aceitação** e de utilização em até **180 (cento e oitenta) dias**, contados a partir do 10º dia da data da publicação da Ordem de Serviço.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

Parágrafo Segundo - A fiscalização da execução dos serviços, objeto deste Contrato, será feita pelo Arquiteto o Sr. Renato Aparecido Chagas Mazzini, devidamente inscrito no CAU sob o nº A-116537-2, que assume neste ato total responsabilidade sobre a fiscalização da obra.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

Parágrafo Primeiro - O prazo de vigência do presente Contrato é de **270 (duzentos e setenta) dias**, contados a partir da data da publicação da Ordem de Serviço.

CONDIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA SEXTA - DO INÍCIO DOS SERVIÇOS

Parágrafo Primeiro - Os serviços deverão ser iniciados no máximo em até o 10º dia após a da data da publicação da Ordem de Serviço.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRAS PROVISÓRIAS

Parágrafo Primeiro - A CONTRATADA deve submeter à fiscalização, os desenhos e especificações técnicas propostos para as obras provisórias, que deverá aprová-los caso estejam adequados ao objeto deste Contrato.
Parágrafo Segundo - A CONTRATADA é responsável pelo projeto das obras provisórias.
Parágrafo Terceiro - A aprovação pela fiscalização não alivia as responsabilidades da CONTRATADA pelo projeto de obras provisórias.
Parágrafo Quarto - A CONTRATADA deve obter a aprovação de terceiros para o seu projeto de obras provisórias, onde requeridas.

CLÁUSULA OITAVA - DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO

Parágrafo Primeiro - Somente poderá ser admitida alteração do prazo, com anuência expressa da CONTRATANTE, quando:

a) Ocorrer alteração do projeto e/ou especificações pelo CONTRATANTE.
b) Houver serviços extraordinários que alterem as quantidades.
c) Houver serviços complementares, obedecidos os limites [illegible] regulamentares.
d) Ocorrer atraso no fornecimento de dados informativos, materiais e qualquer subsídio à(s) obra(s), que estejam sob responsabilidade expressa do CONTRATANTE.
e) Ocorrer atos do CONTRATANTE que interfiram na execução contratual.
f) Ocorrer atos de terceiros que interfiram no prazo de execução ou outros devidamente justificados e aceitos pelo CONTRATANTE.
g) Ocorrer por motivos de força maior ou caso fortuito, entre outros, "*lock out*", perturbações industriais, guerras, atos de inimigo público, bloqueio, insurreições, epidemias, quarentenas, avalanches, terremotos, enchentes, explosões ou qualquer outros acontecimentos imprevisíveis e equivalentes a estes, desde que estes fatos tenham influência direta sobre a execução das obrigações que fujam ao controle seguro de qualquer das partes interessadas, as quais não poderão impedir sua ocorrência. A expressão "força maior" deve, também, incluir qualquer atraso causado por legislação, regulamentação, ou atos governamentais, por ação ou omissão do CONTRATANTE, que venham causar atrasos à CONTRATADA. Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior.

Parágrafo Segundo - Enquanto perdurarem os motivos constantes do **inciso II** ou quando ocorrer a suspensão do Contrato por ordem do CONTRATANTE, cessam os deveres e responsabilidades de ambas as partes, em relação ao Contrato. Os atrasos provenientes de greves ocorridas na CONTRATADA ou atrasos por parte de suas eventuais subcontratada não poderão ser alegados como decorrentes de força maior.
Parágrafo Terceiro - Para que a CONTRATADA possa invocar os fatos indicados no *caput* como capazes de justificar quaisquer atrasos, os mesmos deverão ser comunicados ao CONTRATANTE por escrito e devidamente comprovados, no prazo máximo de 48 (*quarenta e oito*) horas do início da referida ocorrência.
Parágrafo Quarto - Os motivos invocados pela CONTRATADA serão julgados pelo CONTRATANTE após a constatação da veracidade da sua ocorrência.
Parágrafo Quinto - Após a aceitação dos motivos evocados pela CONTRATADA poderá haver acordo entre as partes para uma eventual prorrogação do prazo com a expressa anuência do CONTRATANTE.
Parágrafo Sexto - Caso a CONTRATADA não execute, total ou parcialmente, qualquer dos itens ou serviços previstos no projeto, especificações técnicas e demais documentos integrantes da licitação, o CONTRATANTE reserva-se o direito de executá-los diretamente ou através de terceiros. Ocorrendo a hipótese mencionada, a CONTRATADA responderá pelos custos, através de glosas de créditos e/ou garantias, e/ou pagamento direto ao CONTRATANTE, inclusive será declarada inidônea, ficando impedida de firmar contrato pelo prazo de até 2 (*dois*) anos, conforme gravidade da infração e dos danos decorrentes.

CLÁUSULA NONA - DA CESSÃO DO CONTRATO E SUBCONTRATAÇÃO

Parágrafo Primeiro - A CONTRATADA não poderá ceder o presente Contrato, no todo ou em parte, a nenhuma pessoa física ou jurídica, sem autorização prévia, por escrito, do CONTRATANTE.
Parágrafo Segunda - Se a CONTRATADA ceder o presente Contrato, no todo ou em parte, a uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas, sem autorização prévia, por escrito, do CONTRATANTE, deverá obrigatoriamente reassumir a execução da(s) obra(s) no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, da data da aplicação da multa, sem prejuízo de outras sanções contratuais;
Parágrafo Terceiro - Se eventualmente for concedida a subcontratação no todo ou em parte, com expressa anuência da CONTRATANTE, não reduz nem elimina as responsabilidades e obrigações da CONTRATADA para com o CONTRATANTE, em decorrência deste Contrato, nem importará em estabelecer qualquer vínculo entre o CONTRATANTE e o subcontratado, no caso esta responde solidariamente com o subcontratante pela perfeição da prestação.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS SERVIÇOS NÃO PREVISTOS

Parágrafo Primeiro - Por determinação do CONTRATANTE fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem na(s) obra(s), em até 25 % (vinte e cinco por cento) do preço inicial atualizado do Contrato.
Parágrafo Segundo - A supressão de serviços resultante de acordo celebrado expressamente entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA poderá ultrapassar o limite estabelecido no parágrafo anterior.
Parágrafo Terceiro - Se no Contrato não houver sido contemplado preços unitários para determinados serviços, esses serão fixados mediante acordo entre as partes, respeitados os limites estabelecidos no caput desta Cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS, DA ACEITAÇÃO E DA POSSE

Parágrafo Primeiro - O objeto deste Contrato será recebido após a comunicação da conclusão do objeto deste Contrato pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, ficando a CONTRATADA responsável pelo bom funcionamento dos serviços executados, exceto por danos que sejam de responsabilidade do CONTRATANTE.
Parágrafo Segundo - A aceitação da(s) obra(s) pelo CONTRATANTE se dará quando não houver qualquer pendência por parte da CONTRATADA.
Parágrafo Terceiro - O recebimento definitivo do objeto deste Contrato não exclui a responsabilidade civil pela qualidade da(s) obra(s), nem a ético-profissional, pela perfeita execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO, TESTES, REUNIÕES DE GERENCIAMENTO E COMUNICAÇÃO

Parágrafo Primeiro - A fiscalização da execução dos serviços, objeto deste Contrato, será feita pelo CONTRATANTE através do profissional constante do Parágrafo Primeiro da Cláusula Quarta deste contrato, qualificado e devidamente credenciado, com responsabilidades específicas e sendo a execução dos serviços supervisionada por profissionais designados pelo CONTRATANTE.
Parágrafo Segundo - A CONTRATADA deverá permitir que funcionários, engenheiros, especialistas e demais peritos enviados pelo CONTRATANTE:
a) Inspecionem a qualquer tempo a execução do objeto do presente Contrato;
b) Examinem os registros e documentos que considerarem necessários conferir;
c) Verifiquem se estão disponíveis no local da execução do objeto do presente Contrato os empregados, veículos, máquinas e equipamentos, sob pena de multa e, em caso de reincidência, na eventual rescisão contratual.
Parágrafo Terceiro - No desempenho destas tarefas, deverão os técnicos do CONTRATANTE contar com a total colaboração da CONTRATADA.
Parágrafo Quarto - A CONTRATADA deverá manter um perfeito sistema de sinalização e segurança em todos os locais de serviços, principalmente nos de trabalho em vias públicas, de acordo com as normas de segurança do trabalho.
Parágrafo Quinto - A CONTRATADA deve manter no canteiro de obra(s) um projeto completo e cópia das especificações técnicas os quais deverão ficar reservados para o manuseio da fiscalização e do pessoal do órgão financiador da(s) obra(s).
Parágrafo Sexto - A execução de serviços aos domingos e feriados somente será permitida com autorização prévia da fiscalização.
Parágrafo Sétimo - Qualquer serviço, material e/ou componente ou parte do mesmo, que apresente defeitos, vícios ou incorreções não revelados até o Recebimento Definitivo, deverá ser prontamente refeito, corrigido, removido, reconstruído e/ou substituído pela CONTRATADA, livre de quaisquer ônus financeiros para o CONTRATANTE.
Parágrafo Oitavo - Entende-se por defeito, vício ou incorreção oculta aquele resultante da má execução ou má qualidade de materiais empregados, não se referindo aos defeitos devidos ao desgaste normal de uso. Correrão por conta da CONTRATADA as despesas relacionadas com a correção, remoção e/ou substituição do material rejeitado.
Parágrafo Nono - Caso a CONTRATADA não execute, total ou parcialmente, qualquer dos itens ou serviços previstos, o CONTRATANTE reserva-se o direito de executá-los diretamente ou através de terceiros. Ocorrendo a hipótese mencionada, a então CONTRATADA responderá pelos custos, através de glosas de créditos e/ou garantias e/ou pagamento direto, inclusive será declarada inidônea, ficando suspensa de firmar contrato pelo prazo de até 2 anos. Conforme a gravidade da infração e dos danos decorrentes caberá, também, a aplicação do disposto no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93.

Parágrafo Décimo - A fiscalização e a CONTRATADA podem solicitar reuniões de gerenciamento um ao outro. A finalidade é revisar os planos para o trabalho remanescente e discutir os problemas potenciais.
Parágrafo Décimo Primeiro - A fiscalização e a CONTRATADA devem elaborar ata dos assuntos tratados nas reuniões de gerenciamento e distribuir cópias aos participantes da reunião. A responsabilidade das partes na tomada de providências deve ser decidida pela fiscalização e informada por escrito a todos que participaram da reunião.
Parágrafo Décimo Segundo - Toda a comunicação entre as partes deverá ser feita por escrito. A notificação tornar-se-á efetiva após o seu recebimento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA FORMA DE PAGAMENTO

Parágrafo Primeiro - O pagamento dos serviços será efetuado em moeda brasileira corrente, após as medições, apresentação correta de cada fatura dos serviços executados e documentos pertinentes, devidamente protocolados, em até 30 (trinta) dias, desde que cumpridas as cláusulas contratuais e obedecidas às condições para liberação do pagamento pelo Licitador e obedecida a ordem cronológica dos empenhos.
Parágrafo Segundo - O faturamento deverá ser protocolado, em 02 (*duas*) vias (*original e uma cópia*), no protocolo geral na sede do CONTRATANTE e deverá ser apresentado, conforme segue, de modo a padronizar condições e forma de apresentação:
Parágrafo Terceiro - Nota fiscal/fatura com discriminação resumida dos serviços executados, período de execução da etapa, número da licitação, número do contrato de empreitada, observação referente a retenção da contribuição previdenciária e outros dados que julgar convenientes, não apresentar rasura e/ou entrelinhas e esteja certificada pelo engenheiro fiscal;
b) cópia da guia de recolhimento da Previdência Social – GRPS de execução do serviço, devidamente quitada e autenticada em Serventia Notarial, de conformidade com o demonstrativo de dados referentes ao FGTS/INSS, e cópia da guia de recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS do último recolhimento devido, devidamente quitada e autenticada em Serventia Notarial, de conformidade com o demonstrativo de dados referentes ao FGTS/INSS, exclusivo para obra;
Parágrafo Terceiro - LIBERAÇÃO EM TODAS AS FATURAS FICA CONDICIONADA À APRESENTAÇÃO:
a) Nota fiscal nota fiscal/fatura com discriminação resumida dos serviços executados, período de execução da etapa, número da licitação, número do contrato de empreitada, observação referente a retenção da contribuição previdenciária e outros dados que julgar convenientes, não apresentar rasura e/ou entrelinhas e esteja certificada pelo engenheiro ou arquiteto fiscal;
b) Planilha de Medição da Obra de acordo com o Cronograma Físico Financeiro;
c) CONTRATO:- Anexar uma Cópia do Contrato e aditivos vigentes;
d) CRONOGRAMA FISICO-FINANCEIRO: - Anexar Cópia do Cronograma Físico Financeiro vigente a cada medição;
e) PROVA DE PAGAMENTO DE PESSOAL: - Folha de pagamento ou outro comprovante de pagamento assinado pelos funcionários e devidamente autenticada pelo Tabelionato, referente ao período da Medição;
f) PROVA DE RECOLHIMENTO JUNTO AO INSS: - Recolhimentos vinculados a Matrícula da Obra devidamente autenticado em Tabelionato. GPS- Guia de Recolhimento Social. No caso da Empresa optar pela retenção dos encargos previdenciários, deverá ser especificado no corpo da Nota Fiscal desmembrando de Material e Mão de Obra (este nunca inferior a 30% do valor da Nota Fiscal) e o destaque "Nota fiscal sujeita a encargos previdenciários, conforme instrução Normativa expedida pelo INSS";
g) PROVA DE RECOLHIMENTO DO FGTS – Recolhimentos vinculados ao CNPJ da Empresa, devidamente autenticado em Tabelionato. - GFPI Guia de Recolhimento do FGTS e Informações a Previdência Social;

h) CERTIDÃO NEGATIVA DO INSS – Certidão Negativa da Empresa junto ao INSS, em plena validade;
i) CERTIDÃO NEGATIVA DO FGTS - CRF Certidão Negativa da Empresa junto ao FGTS, em plena validade;
j) CERTIDÃO NEGATIVA DE TRIBUTOS FEDERAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS DA EMPRESA, em plena validade;

Parágrafo Quarto - LIBERAÇÃO DA PRIMEIRA PARCELA FICA CONDICIONADA À APRESENTAÇÃO:

a) Toda documentação citada no item anterior 18.2.1;
b) Da guia da ART OU RRT de execução da obra pela CONTRATADA com o comprovante do recolhimento;
c) Inscrição da obra na Previdência Social mediante a apresentação da matrícula CEI - Cadastro Específico da Obra;
d) Do recolhimento da garantia de execução e adicional, se houver;
e) Nota fiscal/fatura com discriminação resumida dos serviços executados, período de execução da etapa, número da licitação, número do contrato de empreitada, observação referente a retenção da contribuição previdenciária e outros dados que julgar convenientes, não apresentar rasura e/ou entrelinhas e esteja certificada pelo engenheiro ou arquiteto fiscal;
f) Cópia da guia de recolhimento da Previdência Social GRPS de execução do serviço, devidamente quitada e autenticada em cartório, de conformidade com o demonstrativo de dados referentes ao FGTS/INSS, e cópia da guia de recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS do último recolhimento devido, devidamente quitada e autenticada em cartório, de conformidade com o demonstrativo de dados referentes ao FGTS/INSS, exclusivo para obra;

Parágrafo Quinto - A LIBERAÇÃO DA ULTIMA PARCELA FICA CONDICIONADA À APRESENTAÇÃO

a) Da Certidão de Averbação de Obra de Construção Civil - PF, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil da matrícula CEI – Cadastro Específico da Obra para fins de averbação do imóvel no órgão Cartório de Registro de Imóveis de registro;
b) Do Termo de Recebimento Provisório;
c) Certidão de Conclusão de Obra emitida pelo Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS PENALIDADES

Parágrafo Primeiro - À CONTRATADA serão aplicadas penalidades pelo CONTRATANTE a serem apuradas na forma, a saber: a) multa de 0,1% (*um décimo por cento*) do valor contratual por dia consecutivo que exceder à data prevista para conclusão da(s) obra(s); b) multa de 1% (*um por cento*) do valor contratual quando, por ação, omissão ou negligência, a CONTRATADA infringir qualquer das demais obrigações contratuais; c) multa de 1% (*um por cento*) do valor contratual quando a CONTRATADA não disponibilizar os veículos, máquinas e equipamentos na obra, conforme estabelece o Parágrafo Primeiro da Cláusula Décima Nona; d) multa de 10% (*dez por cento*) do valor contratual quando a CONTRATADA ceder o Contrato, no todo ou em parte, a pessoa física ou jurídica, sem autorização do CONTRATANTE, devendo reassumir a execução da(s) obra(s) no prazo máximo de 15 (quinze) dias, da data da aplicação da multa, sem prejuízo de outras sanções contratuais; e) multa de 20% (*vinte por cento*) do valor contratual quando ocorrer o cancelamento do Contrato conforme o estabelecido na Cláusula Vigésima Segunda, Parágrafo Primeiro; f) suspensão do direito de participar em licitações/contratos financiados com recursos do Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios do Estado do Paraná - SFM, de recursos do CONTRATANTE, ou de qualquer órgão da administração direta ou indireta: (I) pelo prazo de até 2 (*dois*) anos quando, por culpa da CONTRATADA, ocorrer a suspensão, ou (II) declaração de inidoneidade por prazo a ser estabelecido pelo

CONTRATANTE em conformidade com a gravidade da infração cometida pela CONTRATADA, observando-se o disposto no artigo 78 e incisos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;

Parágrafo Segundo - A multa será cobrada pelo CONTRATANTE de acordo com o estabelecido pela legislação pertinente.

Parágrafo Terceiro - As penalidades previstas no *caput* poderão cumular-se, mas o montante das multas não poderá exceder a 30% (trinta por cento) do valor contratual e, também, não excluem a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA APLICAÇÃO DAS PENALIDADES

Parágrafo Primeiro - Quando da aplicação de multas, o CONTRATANTE notificará a CONTRATADA que terá prazo de 10 (*dez*) dias para recolher à Tesouraria do CONTRATANTE a importância correspondente, sob pe[illegible]de incorrer em outras sanções cabíveis.

Parágrafo Segundo - Compete ao CONTRATANTE, quando for o caso, por proposta da fiscalização, a aplicação de penalidades, tendo em vista a gravidade da falta cometida pela CONTRATADA.

Parágrafo Terceiro - É facultado à CONTRATADA recorrer, conforme estabelece a legislação vigente, quando não concordar com as penalidades aplicadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Parágrafo Primeiro - A CONTRATADA se obriga a: (a) assegurar a execução do objeto deste Contrato, a proteção e a conservação dos serviços executados bem como, na forma da Lei, respeitar rigorosamente as recomendações da ABNT; (b) manter, em todos os locais de serviços, um seguro sistema de sinalização e segurança, principalmente nos de trabalho em vias públicas, de acordo com as normas de segurança do trabalho; (c) dar ciência à fiscalização da ocorrência de qualquer fato ou condição que possa atrasar ou impedir a conclusão do objeto deste Contrato em partes ou no todo; (d) fornecer EPIs Equipamentos de Proteção Individual e outros materiais de segurança a todos os funcionários; (e) providenciar a matrícula do objeto deste Contrato no INSS; (f) não manter em seu quadro de pessoal menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não manter ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (de[illegible]sseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;

Parágrafo Segundo - Correrão a conta da CONTRATADA todas as despesas e encargos de natureza trabalhista, previdenciária, social ou tributária, de sua responsabilidade, incidentes sobre os serviços objeto deste Contrato.

Parágrafo Terceiro - A execução de serviços aos domingos e feriados somente será permitida com a autorização prévia da fiscalização e do CONTRATANTE.

Parágrafo Quarto – Deverão ser observadas pela CONTRATADA todas as condições de higiene e segurança necessárias à preservação da integridade física de seus empregados, ao Patrimônio do Município e aos materiais envolvidos na obra, de acordo com a Normas Regulamentares do Ministério do Trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Parágrafo Primeiro - O CONTRATANTE se obriga a: (a) fornecer todos os documentos e informações necessárias para a total e completa execução do objeto do presente Contrato; (b) efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA na forma estabelecida neste Contrato; (c) garantir à CONTRATADO acesso à documentação técnica necessária para a execução do objeto do presente Contrato e (d) garantir à CONTRATADO acesso às suas instalações.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DOS MATERIAIS, VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

Parágrafo Primeiro - Os materiais, veículos, máquinas e equipamentos a serem empregados nos serviços decorrentes deste Contrato serão fornecidos pela CONTRATADA e serão de primeira qualidade e excelentes condições de uso, cabendo ao CONTRATANTE, por intermédio da fiscalização, impedir o emprego daqueles que julgar impróprios.
Parágrafo Segundo - A responsabilidade pelo fornecimento em tempo hábil dos materiais, veículos, máquinas, equipamentos e mão de obra, será, exclusivamente, da CONTRATADA.
Parágrafo Terceiro - Sempre que dos documentos de licitação não constarem características determinadas em referência à mão-de-obra, materiais, veículos, maquinas e equipamentos, entender-se-á que os mesmos devem ser novos, da melhor qualidade em suas respectivas espécies, de acordo com a finalidade a que se destinam.

CLÁUSULA DECIMA NONA - DA SEGURANÇA DA OBRA

Parágrafo Primeiro - A CONTRATADA responderá pela solidez do objeto deste Contrato, nos termos do art. 618 do Código Civil Brasileiro, bem como pelo bom andamento dos serviços, podendo o CONTRATANTE, por intermédio da fiscalização, impugná-los quando contrariarem a boa técnica ou desobedecerem aos projetos e/ou especificações técnicas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA RESPONSABILIDADE CIVIL DA CONTRATADA

Parágrafo Primeiro - A CONTRATADA assumirá integral responsabilidade por danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes da execução dos serviços ora contratados inclusive acidentes, mortes, perdas ou destruições parciais ou totais, isentando o CONTRATANTE de todas as reclamações que possam surgir com relação ao presente Contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

Parágrafo Primeiro - O CONTRATANTE se reserva o direito de rescindir o Contrato independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos: (a) quando a CONTRATADA falir, for dissolvida ou por superveniente incapacidade técnica; (b) quando a CONTRATADA transferir no todo ou em parte, o Contrato a quaisquer empresas ou consórcios de empresas sem a prévia e expressa anuência do CONTRATANTE; (c) quando houver atraso dos serviços pelo prazo de 90 (noventa) dias por parte da CONTRATADA sem justificativa aceita pelo CONTRATANTE; (d) quando houver inadimplência de Cláusulas ou condições contratuais por parte da CONTRATADA e desobediência da determinação da fiscalização; e (e) demais hipóteses mencionadas no artigo. 78 da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.
Parágrafo Segundo - Decorrido atraso na execução do objeto, de período igual ou superior a 1/3 (um terço) do prazo de execução, sem manifestação da CONTRATADA, estará caracterizada a inadimplência da mesma ficando assegurado ao CONTRATANTE o direito de tomar as medidas cabíveis para a Rescisão Contratual e a aplicação da multa em conformidade com o estabelecido na Cláusula Décima Quarta, letra d.
Parágrafo Terceiro - A rescisão do Contrato, quando motivada por qualquer dos itens acima relacionados, implicará a apuração de perdas e danos, sem embargos da aplicação das demais penalidades legais cabíveis.
Parágrafo Quarto - Declarada a rescisão do Contrato, que vigorará a partir do 10º dia da data da sua declaração, a CONTRATADA se obriga, expressamente, como ora o faz, a entregar os serviços já concluídos,

os materiais depositados e o canteiro de obras inteiramente desembaraçado, não criando dificuldades de qualquer natureza.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DAS PRÁTICAS CORRUPTAS

Parágrafo Primeiro - A CONTRATADA que tenha sido declarada, temporária ou permanentemente, incursa em práticas de corrupção em licitações e/ou em execução de contratos, está sujeita às sanções previstas na legislação vigente e nas normas do BID. Se, de acordo com o procedimento administrativo, ficar comprovado que um representante da CONTRATADA, ou quem atue em seu lugar, incorreu em práticas corruptas contrárias aos mais altos níveis éticos, o licitador poderá

a) rejeitar qualquer proposta de adjudicação relacionada com o respectivo processo de aquisição ou contratação;

b) declarar a CONTRATADA inelegível, temporária ou permanentemente, para participar em futuras licitações ou contratos financiados com recursos advindos do CONTRATANTE.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DOS CASOS OMISSOS

Parágrafo Primeiro - Os casos omissos serão dirimidos de comum acordo entre as partes, com base na legislação em vigor.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

Parágrafo Primeiro - Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e execução do objeto contratual.

Parágrafo Segundo - Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

a) **"Prática corrupta":** oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) **"Prática fraudulenta":** a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) **"Prática colusiva":** esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitado, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;

d) **"Prática coercitiva":** causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;

e) **"Prática obstrutiva": (i)** destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital. **(ii)** atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

Parágrafo Terceiro - Na hipótese de financiamento, parcial o integra, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução de um contrato financiado pelo organismo.

Parágrafo Quarto - Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipóteses de o contrato vier a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DAS ALTERAÇÕES

Parágrafo Primeiro - Serão incorporadas a este Contrato, mediante termos aditivos, quaisquer modificações que venham a ser necessárias durante a sua vigência, decorrente das obrigações assumidas pela CONTRATADA, alterações nos projetos, nas especificações técnicas, nas quantidades, nos prazos ou nos valores para todos os fins e efeitos de direito.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - DO CONHECIMENTO DAS PARTES

Parágrafo Primeiro - Ao firmar este instrumento declara a CONTRATADA ter plena ciência de seu conteúdo, bem como dos demais documentos vinculados ao presente Contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO E GARANTIA ADICIONAL.

Parágrafo Primeiro - O valor da garantia de execução será obtido pela aplicação de **5% (cinco) por cento)** sobre o valor contratual acrescido da garantia adicional se houver.

Parágrafo Segundo - A Proponente vencedora, quando da assinatura da ORDEM DE SERVIÇOS, deverá, sob pena de decair o direito de contratação, apresentar comprovação da formalização da garantia de execução e garantia adicional, se houver. O recolhimento da garantia de execução e da garantia adicional poderá ser efetuada nas seguintes modalidades:

a) Depósito em espécie, cheque visado ou bancário, nominativo ao licitador;

b) Carta de fiança bancária, sendo obrigatório que o prazo de validade da mesma seja, no mínimo, igual ao prazo de execução do objeto deste Contrato acrescido de 6 (seis) meses, incluindo cláusula de renúncia ao benefício de ordem;

c) Seguro-garantia em apólice nominal ao licitador e emitido por seguradora brasileira ou autorizada a funcionar no Brasil, sendo obrigatório que o prazo de validade seja, no mínimo, igual ao prazo de execução do objeto deste Contrato acrescido de 6 (seis) meses.

Parágrafo Terceiro - Se ocorrer majoração do valor contratual o valor da garantia de execução será acrescido pela aplicação de 5% (*cinco por cento*) sobre o valor contratual majorado. No caso de redução do valor contratual, poderá a Contratada ajustar o valor da garantia de execução, se assim o desejar.

Parágrafo Quarto - O recolhimento da garantia de execução deverá ser efetuado na tesouraria do licitador.

Parágrafo Quinto - A Contratada perderá a garantia de execução e a garantia adicional, quando for o caso, quando:

a) da inadimplência das obrigações e/ou rescisão do termo de contrato de empreitada;

b) quando do não recebimento definitivo e ou não aceitação pelo CONTRATANTE da(s) obra(s).

Parágrafo Sexto - A devolução da garantia de execução e da garantia adicional, quando for o caso, ou o valor que dela restar, dar-se-á mediante a:

a) aceitação pelo CONTRATANTE do objeto contratual e o termo de recebimento definitivo;

b) apresentação da certidão negativa de debitos, expedida pelo INSS, referente ao objeto contratado concluído;

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ

c) comprovantes, nos casos previstos, de ligações definitivas de água e/ou energia elétrica. As despesas referentes ao consumo de água e energia, durante a execução do objeto, são de inteira responsabilidade da Contratada.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Parágrafo Único - Qualquer objeto de valor histórico ou de outro interesse ou valor significativo que venha a ser descoberto em qualquer parte do canteiro de obras e/ou local em que está sendo executado o objeto do presente edital é de propriedade do CONTRATANTE e a CONTRATADA deverá notificar à fiscalização tal descoberta e aguardar instruções sobre os procedimentos a serem seguidos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - DO FORO

Parágrafo Primeiro - As partes contratantes ficam obrigadas a responder pelo cumprimento deste termo, perante o Foro da Comarca do CONTRATANTE, Estado do Paraná.
Parágrafo Segundo - Justas e contratadas, firmam as partes este instrumento, em 2 (duas) vias de igual teor, com as testemunhas presentes ao ato, a fim de que produza seus efeitos legais.

Bandeirantes-PR, 13 de dezembro de 2021

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR
Jaelson Ramalho Matta
Prefeito Municipal

RESENDE & CAVALCANTE LTDA - ME - ME
Luciano Mosti Resende
Proprietário

Renato Aparecido Chagas Mazzini
CAU: A-116537-2

Testemunhas:

José Celestino Montolaia
CPF: 305.[illegible].079-68

José Marcio Urbano
CPF: 023.000.589-60

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ

EXTRATO DO CONTRATO

CONTRATO Nº 362/2021-PMB

TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2021 – PMB

CONTRATANTE: Município de Bandeirantes – Estado do Paraná

CONTRATADO: RESENDE & CAVALCANTE LTDA - ME

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACIR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR.

VALOR: R$ 824.785,57 (oitocentos e vinte e quatro mil, setecentos e oitenta e cinco reais e cinquenta e sete centavos).

DOTAÇÃO:

SECRETARIA	DESPESA/ FONTE	DOTAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMATICA	DESCRIÇÃO
Obras, Serviços e Desenvolvimento Urbano	1490-103	03005123612196032449051000	OBRAS E INSTALAÇÕES

PRAZO DE EXECUÇÃO: 180 (cento e oitenta) dias contados a partir do 10º dia da data da publicação da Ordem de Serviço.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 270 (duzentos e setenta) dias a partir do 10º dia da data da publicação da Ordem de Serviço.

Bandeirantes-PR, 13 de dezembro de 2021

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR
Jaelson Ramalho Matta
Prefeito Municipal

RESENDE & CAVALCANTE LTDA - ME - ME
Luciano Mosti Resende
Proprietário

Prefeitura Municipal De Bandeirantes

Licitações e Contratos

Extrato Contrato

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ

EXTRATO DO CONTRATO

CONTRATO Nº 362/2021-PMB

TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2021 – PMB

CONTRATANTE: Município de Bandeirantes – Estado do Paraná

CONTRATADO: RESENDE & CAVALCANTE LTDA - ME

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACIR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR.

VALOR: R$ 824.785,57 (oitocentos e vinte e quatro mil, setecentos e oitenta e cinco reais e cinquenta e sete centavos).

DOTAÇÃO:

SECRETARIA	DESPESA/ FONTE	DOTAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMATICA	DESCRIÇÃO
Obras, Serviços e Desenvolvimento Urbano	1-490-103	03005123611219603244905100000	OBRAS E INSTALAÇÕES

PRAZO DE EXECUÇÃO: 180 (cento e oitenta) dias contados a partir do 10º dia da data da publicação da Ordem de Serviço.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 270 (duzentos e setenta) dias a partir do 10º dia da data da publicação da Ordem de Serviço.

Bandeirantes-PR, 13 de dezembro de 2021

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR
Jaelson Ramalho Matta
Prefeito Municipal

RESENDE & CAVALCANTE LTDA - ME - ME
Luciano Mosti Resende
Proprietário

Rua Frei Rafael Proner nº 1457 – Caixa Postal 281 – CEP 86.360-000 – e-mail: belfarao@bandeirantes.pr.gov.br – Tel. (43) 3542-4525 – Fax 3542-4525 - CNPJ 76.235.753/0001-48

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ

CONTABILIDADE

Oficio nº 53/2023

Bandeirantes, 25 de maio de 2023.

Prezado Senhor:

Através do presente, venho informar que existe dotação orçamentária no exercício de 2023, para o **ADITIVO DE PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA DE 60 DIAS, DO CONTRATO N° 362/2021, TOMADA DE PREÇOS N° 03/2021 DA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACIR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR.**

Salientamos que o Município tem que ter o equilíbrio financeiro igualando-se suas despesas com suas receitas, dessa forma esclarecemos que durante o presente exercício, poderemos ter uma arrecadação que disponibilizará recursos para o Aditivo.

Mas, no entanto, alertamos que a execução do contrato só deverá ser realizada após a verificação do saldo orçamentário e a real disponibilidade financeira, ou seja, só será feito o empenho após a devida verificação.

Assim, sugerimos que seja indicada a disponibilidade financeira pela Secretaria de Fazenda, pois seguindo essa metodologia, o Município de Bandeirantes estará observando as premissas da Lei de Responsabilidade Fiscal deixando-o numa Gestão Pública de Qualidade.

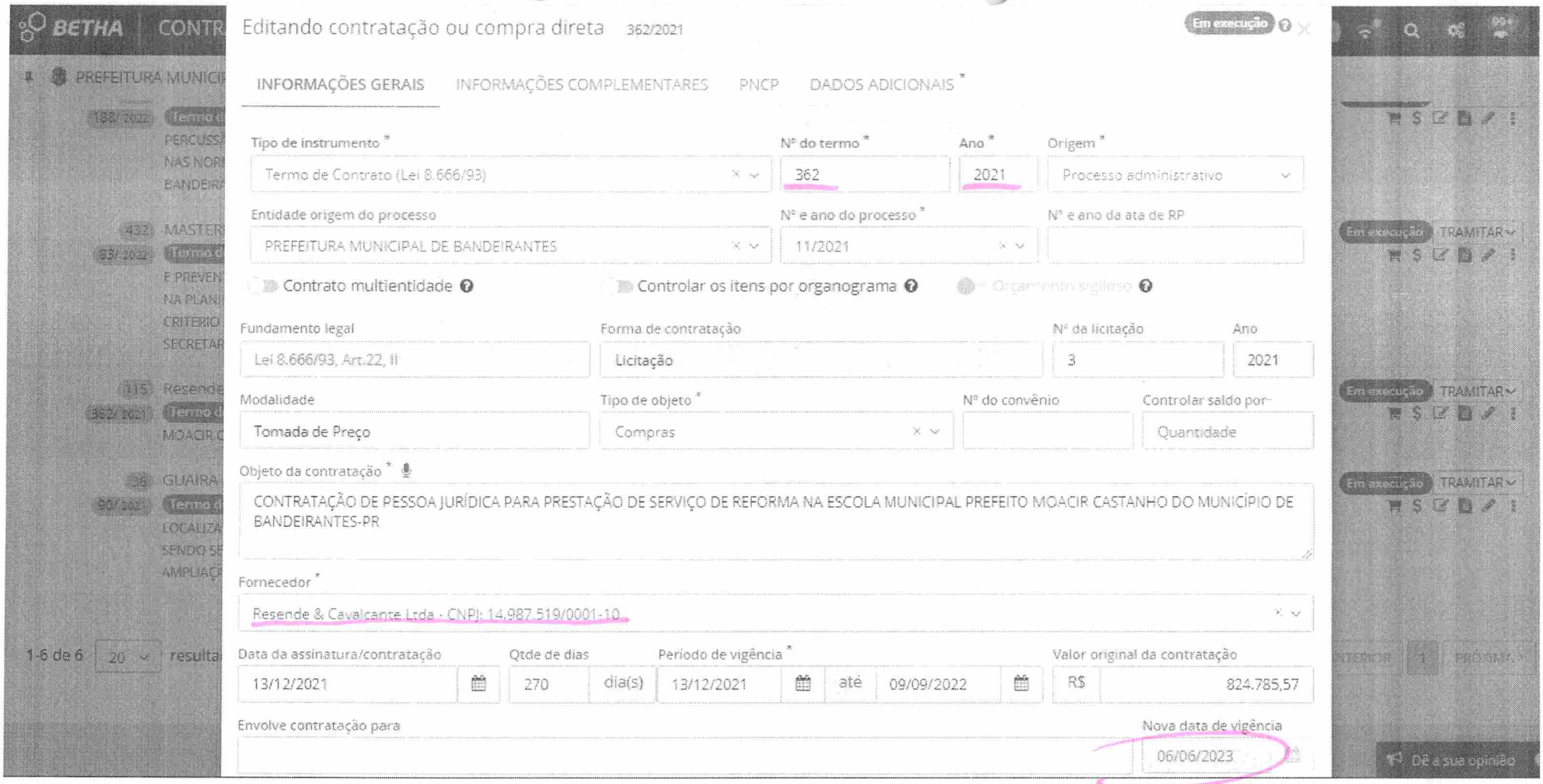
Diante das consequências e penalidades que poderão ser aplicadas aos administradores, somos pela cautela de manter as despesas dentro dos limites previsíveis, qualquer outra posição a ser tomada pelo Executivo, será de sua inteira responsabilidade.

Por fim o parecer é favorável à realização do Aditivo, por estar em consonância com os princípios básicos que norteiam a administração pública, porém a Secretaria interessada deverá alocar os recursos orçamentários suficientes para a referida despesa durante a execução do contrato.

Sem outro particular, aproveitamos o ensejo para apresentar os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Jaciani Carolina Milani Della Mura
Contadora

Ao Sr. Secretário da Administração
Rafael Henrique Eneas Marinho
Prefeitura Municipal de Bandeirantes.


BETHA
Editando contratação ou compra direta 362/2021
Em execução
INFORMAÇÕES GERAIS
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
PNCP
DADOS ADICIONAIS *
Tipo de instrumento *
Termo de Contrato (Lei 8.666/93)
Nº do termo *
362
Ano *
2021
Origem *
Processo administrativo
Entidade origem do processo
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
Nº e ano do processo *
11/2021
Nº e ano da ata de RP
Contrato multientidade
Controlar os itens por organograma
Orçamento sigiloso
Fundamento legal
Lei 8.666/93, Art.22, II
Forma de contratação
Licitação
Nº da licitação
3
Ano
2021
Modalidade
Tomada de Preço
Tipo de objeto *
Compras
Nº do convênio
Controlar saldo por
Quantidade
Objeto da contratação *
CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACIR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR
Fornecedor *
Resende & Cavalcante Ltda - CNPJ: 14.987.519/0001-10
Data da assinatura/contratação
13/12/2021
Qtde de dias
270
dia(s)
Período de vigência *
13/12/2021
até
09/09/2022
Valor original da contratação
R$
824.785,57
Envolve contratação para
Nova data de vigência
06/06/2023
Em execução
TRAMITAR
Dê a sua opinião

1007

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ

(MINUTA)

DÉCIMO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 362/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 149/2021 - TOMADA DE PREÇOS N.º 03/2021

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede a Rua Frei Rafael Proner nº 1457 Centro, nesta cidade de Bandeirantes, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 76.235.753/0001-48, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. JAELSON RAMALHO MATTA, inscrito no CPF n.º 486.661.579-68, residente e domiciliado nesta cidade.

CONTRATADA: RESENDE & CAVALCANTE LTDA, estabelecida na Rua: Colombo, nº 210 – Sala 2 - Centro, Cep: 86.300-000, na Cidade de Cornélio Procópio, Estado do Paraná, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 14.987.519/0001-10, devidamente representa pela Sr. **Luciano Mosti Resende**, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.506.026-8, expedida pela Secretaria de Estado de Segurança Pública do Paraná e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 675.784.036-72.

FINALIDADE: **Alteração do contrato epigrafado com a finalidade de aditar para prorrogar por 60 (sessenta) dias o prazo de vigência contratual.**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA JUTIFICATIVA
O presente termo aditivo encontra guarida no artigo 57 § 1º Inciso VI da Lei 8.666/93, tendo fundamento ao contido no memorando n.°25/2023 e n.°24/2023 com parecer técnico, da Secretaria Municipal de Obras, Serviços e Desenvolvimento Urbano.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO ADITIVO
Fica alterada a **Cláusula Quinta** do prazo de vigência, para prorrogar em **60 (sessenta)** dias o respectivo prazo do contrato, a contar da data de **06/06/2023.**

CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO
Continuam em pleno vigor as demais cláusulas do contrato original, não modificadas pelo presente aditivo e, por estarem justas e pactuadas, as partes assinam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

Bandeirantes, XX de maio de 2023.

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES
JAELSON RAMALHO MATTA
CONTRATANTE

RESENDE & CAVALCANTE LTDA
LUCIANO MOSTI RESENDE
CONTRATADA

Testemunhas:

Marcos de Moraes
CPF: 590505607-97

Weslley Rodrigo Ramos Pires
CPF: 063.945.289-27

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ

EXTRATO DO DÉCIMO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 362/2021-PMB
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 149/2021 - TOMADA DE PREÇOS N.º 03/2021

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES, ESTADO DO PARANÁ
CONTRATADA: RESENDE & CAVALCANTE LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACYR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR.

FINALIDADE: **Alteração do contrato epigrafado com a finalidade de aditar para prorrogar por 60 (sessenta) dias o prazo de vigência contratual.**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA JUTIFICATIVA
O presente termo aditivo encontra guarida no artigo 57 § 1º Inciso VI da Lei 8.666/93, tendo fundamento ao contido no memorando n.°25/2023 e n.°24/2023 com parecer técnico, da Secretaria Municipal de Obras, Serviços e Desenvolvimento Urbano.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO ADITIVO
Fica alterada a **Cláusula Quinta** do prazo de vigência, para prorrogar em **60 (sessenta)** dias o respectivo prazo do contrato, a contar da data de **06/06/2023.**

CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO
Continuam em pleno vigor as demais cláusulas do contrato original, não modificadas pelo presente aditivo e, por estarem justas e pactuadas, as partes assinam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

Bandeirantes, XX de maio de 2023.

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES
JAELSON RAMALHO MATTA
CONTRATANTE

RESENDE & CAVALCANTE LTDA
LUCIANO MOSTI RESENDE
CONTRATADA

LISTA DE VERIFICAÇÃO PARA ADITIVO

PROCESSO ADM.: 149 / 2021 .
OBJETO: Solicitação de Termo aditivo ao Contrato nº. 362/2021.

VERIFICAÇÃO COMUM A TODOS OS ADITIVOS	Atende plenamente a exigência?
1. Houve solicitação por parte da empresa?	(✓) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica
2. Houve solicitação por parte da administração?	(✓) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica
3. Houve ofícios de autorização das autoridades competentes?	(✓) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica
4. Apresentou notas fiscais que comprovam a alteração de valor?	( ) Sim ( ) Não (✓) Não se aplica
5. Apresentou justificativa de enquadramento nas hipóteses legais?	(✓) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica
6. Apresentou pesquisa de mercado, comprovando que está compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, e as peculiaridades do local de execução do objeto? (reequilíbrio e prorrogação de prazo)	( ) Sim ( ) Não (✓) Não se aplica
7. Apresentação de ofício indicando que houve a pesquisa de mercado e justificando caso não tenha tido retorno?	( ) Sim ( ) Não (✓) Não se aplica
8. Houve a apresentação de parecer da contabilidade indicando a existência de dotação orçamentária?	(✓) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica

9. Apresentou regularidade fiscal e trabalhista? (Federal, Estadual, Municipal, FGTS, Trabalhista – empresas com sede no município de Bandeirantes, deverão apresentar ainda alvará)	(✓) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica OBRIGATÓRIA
10. Certidão CEIS e CNEP?	(✓) Sim ( ) Não OBRIGATÓRIA

Bandeirantes, 25 de 05 de 2023.

Identificação do servidor

OBSERVAÇÕES

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ

PROTOCOLO NÚMERO 149/2021-PMB Bandeirantes-PR, 25 de Maio de 2023.

Ref.: Tomada de Preços – 03/2021-PMB Prefeitura Município de Bandeirantes-PR

Prezados,

Vimos através da presente, solicitar a esta consultoria que emita posicionamento quanto à possibilidade de firmar TERMO ADITIVO ao **contrato n.º362/2021**, celebrado entre esta Municipalidade e a empresa **RESENDE & CAVALCANTE LTDA**, firmado através do processo de Tomada de Preços acima mencionado, que tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACYR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR,** nos termos da documentação anexa.

Sem outro particular, aproveitamos o ensejo para reiterar-lhes nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Fabiana de Souza Meira Oliveira
Assistente Técnico Administrativo – Departamento de Licitação

À Assessoria Jurídica do Município de Bandeirantes-PR
Rua Frei Rafael Proner nº 1457 - Centro
CEP: 86.360-000 - BANDEIRANTES – PR

PARECER JURÍDICO Nº. 43/2023.
REFERÊNCIA: Processo Administrativo 149/2021. Tomada de preços nº 03/2021
INTERESSADO: Secretaria de Obras e Serviços Urbanos.
OBJETO: POSSIBILIDADE DE ADITIVO CONTRATUAL – prorrogação do prazo de vigência em 60 (sessenta) dias

I – RELATÓRIO

Trata-se de expediente encaminhado pelo Departamento de Licitação solicitando posicionamento quanto à possibilidade de firmar 11º termo aditivo ao Contrato n. 362/2021, que tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviço de reforma na Escola Municipal Prefeito Moacir Castanho do Município de Bandeirantes-PR.

Os documentos apresentados foram: encaminhamento à Assessoria Jurídica; Lista de verificação para aditivo feita pelo Departamento de Licitação; Memorandos nº 025/2023 e 024/2023 da Secretaria Municipal de Obras solicitando aditivo de prazo de vigência de 60 dias; **Parecer técnico da Secretaria de Obras informando que o aditamento se faz necessário pelo fato de a obra ter ficado sem fiscal, em razão do afastamento dos profissionais do departamento**; **solicitação de aditivo de prazo feito pela empresa contratada;** solicitação do Diretor da Divisão de Compras e Secretário Municipal de Administração; despacho do Prefeito autorizando o pleito; documentos da empresa contratada; cópia do contrato nº 362/2021 firmado pelo Município de Bandeirantes-PR e empresa RESENDE & CAVALCANTE LTDA – ME; Extrato do contrato; **Ofício nº 53/2023 da contabilidade com parecer favorável para realização do aditivo**; print do site Betha Contratos constante como data final da vigência o dia 06/06/2023; Minuta do Décimo PrimeiroTermo Aditivo ao Contrato constando **aditamento do prazo de vigência em 60 (sessenta) dias, com fundamento no art. 57, § 1º, inciso VI da Lei 8.666/93** e extrato.

Relatado o pleito passamos ao Parecer.

II - OBJETO DE ANÁLISE

Cumpre aclarar que a análise neste parecer se restringe a verificação dos requisitos formais para o aditivo de contrato.

Destaca-se que a análise será restrita aos pontos jurídicos, estando excluídos quaisquer aspectos técnicos, econômicos e/ou discricionários, sendo que, em relação a estes, partiremos da premissa de que a Autoridade Competente se municiou dos conhecimentos específicos imprescindíveis para a sua adequação às necessidades da administração, observando os requisitos legalmente impostos.

Qualquer decisão de mérito administrativo cabe apenas ao Gestor, detentor da outorga popular, conseguida mediante o escrutínio democrático do voto.

III – FUNDAMENTAÇÃO

DO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE

Antes de adentrar o mérito do pedido, se faz necessário algumas explanações sobre o dever da Administração Pública e seus Gestores/Aplicadores. Desta forma, estabelece o artigo 37, *caput* da Constituição Federal:

> *Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos* ***princípios de legalidade****, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:*
> *(...)*

Diferentemente do particular, o princípio da Legalidade é restritivo em relação ao Ente Público, ou seja, enquanto o particular pode fazer tudo aquilo que a lei não veda, a Administração Pública apenas pode exercer e conceder aquilo que a lei autoriza.

Seguindo esse raciocínio Henrique Savonitti Miranda, compara as atividades de um gestor privado (Princípio da Autonomia da vontade) as de um gestor público de forma esclarecedora:

> *"O administrador privado conduz seu empreendimento com dominus, agindo com os poderes inerentes à propriedade em toda a sua extensão. Assim, tudo o que não é proibido, é permitido ao gestor privado. Diga-se, ainda, que o administrador privado pode inclusive conduzir ruinosamente seu empreendimento sem que muito possa ser feito por terceiros(...) O gestor público não age como "dono", que pode fazer o que lhe pareça mais cômodo.* ***Diz-se, então, que ao Administrador Público só é dado fazer aquilo que a lei autorize, de forma prévia e expressa.*** *Daí decorre o importante axioma da indisponibilidade, pela Administração, dos interesses públicos.".*

Desta forma, o Administrador Público deve observar o princípio da legalidade, sob pena de ser responsabilizado por improbidade administrativa. Na doutrina de Meirelles (2016, p. 93), os autores prelecionam que o administrador público está "*sujeito aos mandamentos da lei e às exigências do bem comum, e deles não pode afastar ou desviar, sob pena de praticar ato inválido e expor-se a responsabilidade disciplinar, civil e criminal*".

Os poderes conferidos à Administração Pública devem ser utilizados em benefício da coletividade, pois o bem comum é a finalidade que toda ação administrativa deve objetivar. Conforme entendimento do autor supracitado (MEIRELLES, 2016), as leis administrativas "*são de ordem pública e seus preceitos não podem ser descumpridos*", principalmente por acordo ou vontade de seus aplicadores e destinatários, uma vez que "*contêm verdadeiros poderes-deveres, irrelegáveis pelos agentes públicos*".

O que se extrai deste entendimento é que o Gestor Municipal deve observar estritamente o que leciona a Lei e seus critérios objetivos.

DO PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

Pois bem, inicialmente temos que a Administração, em casos de concorrência pública, sendo ela licitação ou chamamento, deve se ater ao Princípio da Vinculação do Edital, devendo ser observado de forma vigorosa.

A Lei 8.666/93 em seu dispositivo legal estabelece:

> *Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, **da vinculação ao instrumento convocatório**, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.*
>
> *Art. 41. **A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada**.*

Com base na fundamentação legal acima o STJ assim se pronunciou sobre o princípio da vinculação do edital:

> "É ENTENDIMENTO CORRENTIO NA DOUTRINA, COMO NA JURISPRUDÊNCIA, QUE **O EDITAL, NO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO, CONSTITUI LEI ENTRE AS PARTES E É INSTRUMENTO DE VALIDADE DOS ATOS PRATICADOS NO CURSO DA LICITAÇÃO. AO DESCUMPRIR NORMAS EDITALÍCIAS, A ADMINISTRAÇÃO FRUSTRA A PRÓPRIA RAZÃO DE SER DA LICITAÇÃO E VIOLA OS PRINCÍPIOS QUE DIRECIONAM A ATIVIDADE ADMINISTRATIVA, TAIS COMO: O DA LEGALIDADE, DA MORALIDADE E DA ISONOMIA**." (STJ, MS nº 5.597/DF, 1ª S., Rel. Min. Demócrito Reinaldo, DJU 01.06.1998).

Desta forma, o edital/contrato estipula as regras para que o particular participe do certame, seja por meio de licitação, contratação direta, ou, credenciamento por meio de chamamento público.

Então, se o edital/contrato no procedimento convocatório constitui lei entre as partes, este deve ser respeitado como foi concebido, e nenhuma mudança pode ser promovida, sob pena de ferir os princípios constitucionais da isonomia, impessoalidade, moralidade e legalidade.

No caso em análise, prevê a Cláusula Quinta do contrato que o período de vigência é estipulado em 270 (duzentos e setenta) dias, **não havendo previsão de prorrogação.**

Por sua vez, a Cláusula Oitava, tratando "Da prorrogação de prazo", admite alteração, com anuência expressa do contratante, quando:

> **CLÁUSULA OITAVA - DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO**
>
> **Parágrafo Primeiro** - Somente poderá ser admitida alteração do prazo, com anuência expressa da CONTRATANTE, quando:
> a) Ocorrer alteração do projeto e/ou especificações pelo CONTRATANTE;
> b) Houver serviços extraordinários que alterem as quantidades;
> c) Houver serviços complementares, obedecidos os dispositivos regulamentares;
> d) Ocorrer atraso no fornecimento de dados informativos, materiais e qualquer subsídio à(s) obra(s), que estejam sob responsabilidade expressa do CONTRATANTE;
> e) Ocorrer atos do CONTRATANTE que interfiram na execução contratual;
> f) Ocorrer atos de terceiros que interfiram no prazo de execução ou outros devidamente justificados e aceitos pelo CONTRATANTE;
> g) Ocorrer por motivos de força maior ou caso fortuito, entre outros, "*lock out*", perturbações industriais, guerras, atos de inimigo público, bloqueio, insurreições, epidemias, quarentenas, avalanches, terremotos, enchentes, explosões ou quaisquer outros acontecimentos semelhantes e equivalentes a estes, desde que estes fatos tenham influência direta sobre a execução das obras e que fujam ao controle seguro de qualquer das partes interessadas, as quais não consigam impedir sua ocorrência. A expressão "força maior" deve, também, incluir qualquer atraso causado por legislação, regulamentação ou atos governamentais, por ação ou omissão do CONTRATANTE, que venham causar atrasos à CONTRATADA. Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior.
>
> Rua Frei Rafael Proner nº 1457 – Caixa Postal 281 – CEP 86.360-000 – e-mail: licitacao@bandeirantes.pr.gov.br – Tel: (43) 3542-4525 – Fax 3542-4525 - CNPJ 76.235.753/0001-48

Face a tal consideração, salienta-se que a legislação federal (Lei 8666/93) apresenta a possibilidade de prorrogação do prazo do contrato administrativo desde que respeitado os critérios objetivos:

> *Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:*
> *I - aos projetos cujos produtos estejam contemplados nas metas estabelecidas no Plano Plurianual, os quais poderão ser prorrogados se houver interesse da Administração e desde que isso tenha sido previsto no ato convocatório;*
> *II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses;*
> *III - (Vetado).*
> *IV - ao aluguel de equipamentos e à utilização de programas de informática, podendo a duração estender-se pelo prazo de até 48 (quarenta e oito) meses após o início da vigência do contrato.*
> *V - às hipóteses previstas nos incisos IX, XIX, XXVIII e XXXI do art. 24, cujos contratos poderão ter vigência por até 120 (cento e vinte) meses, caso haja interesse da administração.*
> *§ 1º* ***Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de***

seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:
I - alteração do projeto ou especificações, pela Administração;
II - superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;
III - interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração;
IV - aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta Lei;
V - impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;
VI - omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.
§ 2º Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato.
§ 3º É vedado o contrato com prazo de vigência indeterminado.
§ 4º Em caráter excepcional, devidamente justificado e mediante autorização da autoridade superior, o prazo de que trata o inciso II do caput deste artigo poderá ser prorrogado por até doze meses.

Dessa forma, consoante ensinamento de Luís Carlos Alcoforado tem-se que "***somente se justifica a prorrogação contratual se ocorrer um dos motivos de que tratam os incisos do § 1º do art. 57***. *Para a prorrogação, se impõe que a Administração apresente o motivo que a justifica, mediante manifestação por escrito, num exercício de subsunção do fato à norma, indispensável à prévia autorização da autoridade competente para celebrar o contrato. Seria despiciendo dizer, se não fosse a constatação de alguns casos em que as partes buscam a ampliação tardia do contrato, que os atos preparatórios da prorrogação devem ser ultimados antes do prazo do término da relação jurídica*" (Licitação e Contrato Administrativo. São Paulo: Ed. Brasília Jurídica, 2000. 2 ed. pp. 325/326).

Conforme demonstrado, a Administração Pública **não previu expressamente a possibilidade de alteração do prazo de vigência do contrato**, trazendo cláusula apenas geral, ficando vinculada à regra editalícia/contratual.

Como já exposto em outros pareceres vinculados ao presente processo, tem-se que o **TCU já considerou que a falta dessa previsão constitui falha de natureza formal** (Acórdão nº 3.351/2011, 2ª Câmara), havendo corrente doutrinária que entende pela possibilidade de prorrogação do prazo dos serviços continuados, mesmo que não haja previsão expressa no documento editalício.

Nesse contexto, **a par da justificativa apresentada pela Secretaria de Obras, a qual tem responsabilidade pelas informações prestadas, é possível entender que a alteração do prazo faz-se necessária pela ocorrência de atos do CONTRATANTE que interferiram na execução contratual (alínea e, parágrafo primeiro, cláusula oitava).**

Assim, uma vez que a Secretaria interessada informou que o aditamento é em razão (1) do afastamento dos profissionais do departamento e (2) da necessidade de verificar a documentação exigida para pagamento da última parcela, **cabe ao Gestor avaliar a efetiva necessidade do**

prazo requerido (mais 60 dias), entendendo-se, porém, como cabível, nos termos da fundamentação, a qual se refere à *"omissão ou atraso de providências a cargo da Administração".*

Saliento que o prazo de vigência do contrato é o lapso temporal dentro do qual as partes devem honrar o cumprimento dos encargos reciprocamente assumidos quando da celebração. **Este prazo é definido pela Administração Pública na fase de planejamento da licitação e da contratação, pois é atribuição do Poder Público definir qual o prazo necessário para a satisfação do interesse público pela via contratual.**

Dessa forma, uma vez que no caso em tela **há justificativa que se enquadra na hipótese do inciso VI, do § 1º, do art. 57 da Lei 8.666/93, bem como na alínea 'e', parágrafo primeiro, da Cláusula Oitava do termo contratual, entende-se pela possibilidade de deferimento do pedido.**

DA MINUTA DE ADITIVO CONTRATUAL

Em cumprimento do artigo 38, parágrafo único da Lei 8.666/93, passamos a análise da minuta do termo aditivo do contrato:

> *Art. 38. O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente:*
> *(...);*
> *Parágrafo único.* ***As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração.***

Verificado a referida minuta, observamos que não há nenhuma retificação a ser feita.

IV – CONCLUSÃO

Ante todo o exposto, **cabe ao Gestor Público, mediante o mérito administrativo, acolher ou não a possibilidade de aditamento do prazo de vigência do contrato, levando-se em conta as análises acima descritas e as hipóteses legais.**

Novamente, a referida análise é estritamente legal, baseada exclusivamente na legislação e doutrina, não incorrendo em sopesamento do mérito administrativo ou suas consequências, destaca-se que a referida análise, como dito no item II deste parecer, cabe ao Gestor Público, detentor da outorga popular, adquirida por meio do voto, e não ao Assessor Jurídico, cujo o dever é demonstrar a interpretação legal.

Por derradeiro, cumpre salientar que o presente parecer tomou por base, exclusivamente, os elementos que constam até a presente data nos autos do processo administrativo em epígrafe.

É o parecer, salvo melhor juízo. Ressalta-se que o presente Parecer Jurídico foi elaborado tão somente sob o ângulo jurídico expressando a opinião de seu signatário e, oportunidade administrativa, escoimando ainda, qualquer responsabilidade de seu signatário conforme o art. 2º, §3º da Lei nº. 8.906/94 e entendimento do STJ no RHC: 39644 RJ 2013/0238250-5.

Bandeirantes, 29 de maio de 2023.

Carla M. M. Santos Augusto

Carla M. M. Santos Augusto
OAB/PR 88.156

Ref.: TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2021

Prefeitura Municipal de Bandeirantes-PR – Divisão de Licitação

Prezado Senhor Prefeito

Vimos através da presente, solicitar que V. Ex.ª emita posicionamento quanto à possibilidade de firmar aditivo com a empresa **RESENDE & CAVALCANTE LTDA** nos termos da minuta anexa, referente ao processo cujo o objeto é **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACYR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR.** Cabe ressaltar observações feita pela Assessoria Jurídica exposta no parecer. Resta pois, ao Administrador, no uso de suas atribuições, mediante o mérito administrativo, acolher ou não a possibilidade de aditamento do contrato, e deliberar pelo aceite ou não da celebração do termo aditivo.

Sem outro particular, aproveitamos o ensejo para reiterar-lhes nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Fabiana de Souza Meira Oliveira
Assistente Técnico Administrativo – Departamento de Licitação

(X) **Defiro** o pedido de aditivo
( ) **Indefiro** o pedido de aditivo

Bandeirantes/PR, 31 de Maio de 2023.

Jaelson Ramalho Matta
Prefeito Municipal

1021

Assunto	**MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES/PR | 11° E 12° TERMO ADITIVO - CONTRATO N.°362/2021 - TOMADA DE PREÇOS N.°03/2021**
De	DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO - CONTRATOS E ADITIVOS <contratos@bandeirantes.pr.gov.br>
Para	<construtoraresende@yahoo.com.br>
Data	2023-06-01 11:22
Prioridade	Mais alta

- 11° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 362-2021 - PRAZO DE VIG. - TP 03-2021 - RESENDE & CAVALCANTE LTDA.pdf(~530 KB)
- 12° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 362-2021 - SUPRESSÃO - TP 03-2021 - RESENDE & CAVALCANTE LTDA.pdf(~533 KB)

Prezado(s),

Encaminho em anexo arquivo do **11° e 12° Termo Aditivo** juntamente com os Extratos dos Termos Aditivos do **Contrato N.°362/2021**, referente a **Tomada de Preços N.°03/2021**, entre o Município de Bandeirantes/PR e a empresa **RESENDE & CAVALCANTE LTDA.**

Estes devem retornar devidamente assinados pelo responsável legal. Caso possua assinatura com Certificado Digital, assim retornando **PREFERENCIALMENTE por e-mail,** ou via correio à Prefeitura Municipal Bandeirantes - Rua Frei Rafael Proner nº 1457 - Centro - CEP: 86.360-000 Bandeirantes-PR.

Peço por gentileza que, sejam conferidos os dados da empresa e/ou pessoa antes das assinaturas, uma vez que o mesmo é responsável pelas informações constantes no termo, e caso seja constatado algum erro ou equivoco, por favor entre em contato, para que possa ser realizado a alteração e enviado novamente.

Caso necessitem de uma cópia, está poderá ser obtida através do portal da transparência do município após assinaturas, ou por e-mail, em formato digitalizado, sendo que neste caso o contratado deverá requerer, aguardando tempo hábil para sua devolução.

Ficamos à disposição para eventuais dúvidas e quaisquer esclarecimentos.

Favor atestar recebimento do presente e-mail.

At.te,
Fabiana de Souza Meira Oliveira
Portaria n.°1600/2022

--
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO - CONTRATOS E ADITIVOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
Tel.: 43-3542-4525 - RAMAL 224

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ

DÉCIMO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 362/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 149/2021 - TOMADA DE PREÇOS N.º 03/2021

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede a Rua Frei Rafael Proner nº 1457 Centro, nesta cidade de Bandeirantes, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 76.235.753/0001-48, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. JAELSON RAMALHO MATTA, inscrito no CPF n.º 486.661.579-68, residente e domiciliado nesta cidade.

CONTRATADA: **RESENDE & CAVALCANTE LTDA**, estabelecida na Rua: Colombo, nº 210 – Sala 2 - Centro, Cep: 86.300-000, na Cidade de Cornélio Procópio, Estado do Paraná, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 14.987.519/0001-10, devidamente representa pela Sr. **Luciano Mosti Resende**, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.506.026-8, expedida pela Secretaria de Estado de Segurança Pública do Paraná e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 675.784.036-72.

FINALIDADE: **Alteração do contrato epigrafado com a finalidade de aditar para prorrogar por 60 (sessenta) dias o prazo de vigência contratual.**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA JUTIFICATIVA
O presente termo aditivo encontra guarida no artigo 57 § 1º Inciso VI da Lei 8.666/93, tendo fundamento ao contido no memorando n.º25/2023 e n.º24/2023 com parecer técnico, da Secretaria Municipal de Obras, Serviços e Desenvolvimento Urbano.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO ADITIVO
Fica alterada a **Cláusula Quinta** do prazo de vigência, para prorrogar em **60 (sessenta)** dias o respectivo prazo do contrato, a contar da data de **06/06/2023.**

CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO
Continuam em pleno vigor as demais cláusulas do contrato original, não modificadas pelo presente aditivo e, por estarem justas e pactuadas, as partes assinam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

Bandeirantes/PR, 1º de Junho de 2023.

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES
JAELSON RAMALHO MATTA
CONTRATANTE

RESENDE & CAVALCANTE LTDA
LUCIANO MOSTI RESENDE
CONTRATADA

Testemunhas:

Marcos de Moraes
CPF: 59[illegible]07-97

Weslley Rodrigo Ramos Pires
CPF: 063.945.289-27

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ

EXTRATO DO DÉCIMO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 362/2021-PMB
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 149/2021 - TOMADA DE PREÇOS N.º 03/2021

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES, ESTADO DO PARANÁ
CONTRATADA: RESENDE & CAVALCANTE LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACYR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR.

FINALIDADE: **Alteração do contrato epigrafado com a finalidade de aditar para prorrogar por 60 (sessenta) dias o prazo de vigência contratual.**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA JUTIFICATIVA
O presente termo aditivo encontra guarida no artigo 57 § 1º Inciso VI da Lei 8.666/93, tendo fundamento ao contido no memorando n.º25/2023 e n.º24/2023 com parecer técnico, da Secretaria Municipal de Obras, Serviços e Desenvolvimento Urbano.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO ADITIVO
Fica alterada a **Cláusula Quinta** do prazo de vigência, para prorrogar em **60 (sessenta)** dias o respectivo prazo do contrato, a contar da data de **06/06/2023.**

CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO
Continuam em pleno vigor as demais cláusulas do contrato original, não modificadas pelo presente aditivo e, por estarem justas e pactuadas, as partes assinam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

Bandeirantes/PR, 1° de Junho de 2023.

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES
JAELSON RAMALHO MATTA
CONTRATANTE

RESENDE & CAVALCANTE LTDA
LUCIANO MOSTI RESENDE
CONTRATADA

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

Prefeitura Municipal de Bandeirantes

Edição nº **527**
Ano **2023**
Página **22** de **27**

www.bandeirantes.pr.gov.br/diario-oficial-eletronico

Quinta-feira, 01 de Junho de 2023

Prefeitura Municipal De Bandeirantes

Licitações e Contratos

Aditivos

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

EXTRATO DO DÉCIMO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 362/2021-PMB
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 149/2021 - TOMADA DE PREÇOS N.º 03/2021

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES, ESTADO DO PARANÁ
CONTRATADA: RESENDE & CAVALCANTE LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACYR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR.

FINALIDADE: **Alteração do contrato epigrafado com a finalidade de aditar para prorrogar por 60 (sessenta) dias o prazo de vigência contratual.**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA JUTIFICATIVA
O presente termo aditivo encontra guarida no artigo 57 § 1º Inciso VI da Lei 8.666/93, tendo fundamento ao contido no memorando n.º25/2023 e n.º24/2023 com parecer técnico, da Secretaria Municipal de Obras, Serviços e Desenvolvimento Urbano.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO ADITIVO
Fica alterada a **Cláusula Quinta** do prazo de vigência, para prorrogar em **60 (sessenta)** dias o respectivo prazo do contrato, a contar da data de **06/06/2023.**

CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO
Continuam em pleno vigor as demais cláusulas do contrato original, não modificadas pelo presente aditivo e, por estarem justas e pactuadas, as partes assinam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

Bandeirantes/PR, 1º de Junho de 2023.

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES
JAELSON RAMALHO MATTA
CONTRATANTE

RESENDE & CAVALCANTE LTDA
LUCIANO MOSTI RESENDE
CONTRATADA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

Fiscalização de Contratos de Obras Públicas

Memorando n°018/2023

Bandeirantes –PR, 19 de maio de 2023.

Assunto: GLOSA DE OBRA – REFORMA ESCOLA MUNICIPAL MOACIR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES

PROCESSO LICITATÓRIO N°362/2021 – TOMADA DE PREÇO N° 003/2021

Solicitamos a V. S.ª. que sejam realizados os procedimentos administrativos quanto ao pedido de glosa da obra citada a cima. Considerando os serviços elencados no processo licitatório fazem-se necessárias esse procedimento para finalizarmos a conclusão da obra e medição final.

Os valores apontados são:

- Valor Total contratado **R$ 915.852,25 (100%)**
- Valor glosado **R$ 9.664,21 (1,05%)**
- Valor final (Contratado – Glosa) **R$906.188,04.**

Segue anexa planilha de serviços reprogramada e justificativa técnica.

Sem outro particular, aproveitamos o ensejo pra transmitir-lhe nosso protesto de alta estima e distinta consideração.

Thayane F.C. Martins

THAYANE FRANCYELLE CUNHA MARTINS
Engenheira Civil CREA N°164589/D
Fiscal de Obras Públicas

Lourdes A. Marcone

MARIA DE LOURDES ALMEIDA MARCONE
Secretário de Obras, Serviços e Desenvolvimento Urbano
Arquiteta e Urbanista – CAU A 15478-4
Secretária de Obras

Ilmo. Sr.
RAFAEL HENRIQUE ENEAS MARINHO
M.D. Secretário Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

Memorando nº 019/2023

Bandeirantes – PR, 19 de Maio de 2023.

Assunto: PARECER JURÍDICO QUANTO À ALTERAÇÃO DE META-FÍSICA DA OBRA DE REFORMA DA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACIR CASTANHO

Prezado Senhor, a Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano vem através deste, solicitar um Parecer Jurídico quanto ao procedimento de ALTERAÇÃO de Meta Física; referente à obra de citada a cima. O objeto pactuado sofreu redução em determinados itens da planilha orçamentária, devido alterações e readequações necessárias para compatibilização do projeto com a realidade do local durante o desenvolvimento da execução da obra. Desta forma, solicitamos que seja produzido este documento para que possamos dar continuidade nos trâmites e dar andamento na última medição.

Segue em anexo:

- Justificativa Técnica de alteração de Meta Física;
- Planilha de alteração de Meta Física;

1

Sem outro particular, reiteramos protestos de estima e distinta consideração.

Thayane F. C. Martins

THAYANE FRANCYELLE CUNHA MARTINS
Engenheira Civil CREA-PR 164589/D
Fiscal de Obras

MARIA DE LOURDES ALMEIDA MARCONE
Arquiteto e Urbanista CAU/BR N°A15478-4
Secretária de Obras e Serviços de
Desenvolvimento Urbano

Ilmo. Sr.
Leonel Lourenço Carrasco
Procurador Jurídico

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

JUSTIFICATIVA TÉCNICA DE ALTERAÇÃO DE META-FÍSICA

CONTRATO DE Nº 362/2021 – PMB

PROCESSO LICITATÓRIO: TOMADA DE PREÇO Nº003/2021 – PMB

OBJETO: REFORMA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACIR CASTANHO

FISCAL DA OBRA: THAYANE FRANCYELLE CUHA MARTIS
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
CONTRATADAM: RESENDE & CAVALCANTE LTDA - ME
VALOR DO CONTRATO: R$ 915.852,25 (novecentos e quinze reais e oitocentos e cinquenta e dois reais e vinte e cinco centavos.)

Faz-se necessários glosar tais serviços citados abaixo, por não haver necessidade da execução.

Itens glosados em planilha:

1.9	2.4
2.9	5.38
5.39	5.43
5.44	5.45
5.46	5.49
5.50	6.18
6.22	6.23

2

THAYANE FRANCYELLE CUNHA MARTINS
Engenheira Civil CREA-PR 164589/D
Fiscal de Obras

MARIA DE LOURDES ALMEIDA MARCONE
Arquiteto e Urbanista CAU/BR Nº A15478-4
Secretária de Obras e Serviços de
Desenvolvimento Urbano

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO

Rua Frei Rafael Proner, 1457 - Centro - CNPJ/MF 76.235.753/0001-48

OBRA: REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACIR CASTANHO **BANCO:** SINAPI/PR (MAIO/2021)

LOCAL: RUA PREFEITO AGENOR FERREIRA DOS SANTOS, Nº 907 - CONJ. HAB. HUMBERTO TEIXEIRA

BDI: 26,01% **DESCONTO DA CONTRATADA:** 18,00%

ITEM	CÓDIGO DO SERVIÇO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	CUSTO UNITÁRIO	TOTAL
		REFORMA NA ESCOLA MOACIR CASTANHO				
1		SERVIÇOS PRELIMINARES				27450,11
1.1	4813	PLACA DE OBRA (PARA CONSTRUCAO CIVIL) EM CHAPA GALVANIZADA *N. 22*, ADESIVADA, DE *2,0 X 1,125* M	M2	1,00	262,40	330,65
1.2	97622	DEMOLIÇÃO DE ALVENARIA DE BLOCO FURADO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	M3	4,68	38,14	224,92
1.3	97631	DEMOLIÇÃO DE ARGAMASSAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	M2	367,45	2,24	1.037,17
1.4	97633	DEMOLIÇÃO DE REVESTIMENTO CERÂMICO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	M2	247,43	15,30	4.770,33
1.5	97639	REMOÇÃO DE PLACAS E PILARETES DE CONCRETO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	M2	78,00	13,52	1.328,85
1.6	97644	REMOÇÃO DE PORTAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	M2	34,00	6,25	267,77
1.7	97645	REMOÇÃO DE JANELAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	M2	190,02	23,11	5.534,29
1.8	97660	REMOÇÃO DE INTERRUPTORES/TOMADAS ELÉTRICAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	UN	5,00	0,44	2,77
1.9	97661	REMOÇÃO DE CABOS ELÉTRICOS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	M	0,00	0,45	0,00
1.10	97662	REMOÇÃO DE TUBULAÇÕES (TUBOS E CONEXÕES) DE ÁGUA FRIA, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	M	20,00	0,32	8,06
1.11	97663	REMOÇÃO DE LOUÇAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	UN	6,00	8,24	62,30
1.12	97664	REMOÇÃO DE ACESSÓRIOS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	UN	12,00	1,02	15,42
1.13	COMP 001	DEMOLIÇÃO DE CALÇAMENTO EM CONCRETO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO	M2	741,52	10,03	9.371,93
1.14	97640	REMOÇÃO DE FORROS DE DRYWALL, PVC E FIBROMINERAL, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	M2	36,77	1,18	54,67
1.15	100981	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE ENTULHO EM CAMINHÃO BASCULANTE 6 M³ - CARGA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (CAÇAMBA DE 0,80 M³ / 111 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF_07/2020	M3	141,61	5,16	920,76
1.16	97647	REMOÇÃO DE TELHAS, DE FIBROCIMENTO, METÁLICA E CERÂMICA, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	M2	8,05	2,27	23,03
1.17	97655	REMOÇÃO DE TRAMA METÁLICA PARA COBERTURA, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	M2	8,05	14,80	150,13
1.18	COMP 002	RETIRADA DE GRADE FERRO, DE FORMA MANUAL	M2	188,45	6,71	1.593,03
1.19	COMP 003	RETIRADA DE ALAMBRADO EM TELA DE AÇO GALVANIZADA, DE FORMA MANUAL, PRESO EM GANCHO	M2	116,00	1,68	245,57
1.20	98524	LIMPEZA MANUAL DE VEGETAÇÃO EM TERRENO COM ENXADA AF_05/2018	M2	509,40	2,35	1.508,45
2		ESTRUTURA E VEDAÇÕES				49329,61

PLANILHA

GLOSA | DATA - 19/05/2023 | PERÍODO

R$ 9.664,21

PERÍODO				ACUMULADO		À EXECUTAR	
%	Quantidade	R$ Unit	R$ Medição	%	R$	%	R$
0%	0,00	R$ 262,40	R$ -	100%	R$ 330,65	0%	R$ 0,00
0%	0,00	R$ 38,14	R$ -	100%	R$ 224,92	0%	R$ 0,00
0%	0,00	R$ 2,24	R$ -	100%	R$ 1.037,17	0%	R$ 0,00
0%	0,00	R$ 15,30	R$ -	100%	R$ 4.770,33	0%	R$ 0,00
0%	0,00	R$ 13,52	R$ -	100%	R$ 1.328,85	0%	R$ 0,00
0%	0,00	R$ 6,25	R$ -	100%	R$ 267,77	0%	R$ 0,00
0%	0,00	R$ 23,11	R$ -	100%	R$ 5.534,29	0%	-R$ 0,00
0%	0,00	R$ 0,44	R$ -	100%	R$ 2,77	0%	R$ 0,00
0%	0,00	R$ 0,45	R$ -	#DIV/0!	R$ -	#DIV/0!	R$ -
0%	0,00	R$ 0,32	R$ -	100%	R$ 8,06	0%	R$ 0,00
0%	0,00	R$ 8,24	R$ -	100%	R$ 62,30	0%	-R$ 0,00
0%	0,00	R$ 1,02	R$ -	100%	R$ 15,42	0%	R$ 0,00
0%	0,00	R$ 10,03	R$ -	100%	R$ 9.371,93	0%	-R$ 0,00
0%	0,00	R$ 1,18	R$ -	100%	R$ 54,67	0%	R$ 0,00
0%	0,00	R$ 5,16	R$ -	100%	R$ 920,76	0%	R$ 0,00
0%	0,00	R$ 2,27	R$ -	100%	R$ 23,03	0%	-R$ 0,00
0%	0,00	R$ 14,80	R$ -	100%	R$ 150,13	0%	-R$ 0,00
0%	0,00	R$ 6,71	R$ -	100%	R$ 1.593,03	0%	R$ 0,00
0%	0,00	R$ 1,68	R$ -	100%	R$ 245,57	0%	-R$ 0,00
0%	0,00	R$ 2,35	R$ -	100%	R$ 1.508,45	0%	R$ 0,00
			R$ -				

1029

2.1	87525	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA HORIZONTAL DE 14X9X19CM (ESPESSURA 14CM, BLOCO DEITADO) DE PAREDES COM ÁREA LÍQUIDA MAIOR OU IGUAL A 6M² COM VÃOS E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF_06/2014	M2	71,63	107,79	9.729,23	0%	0,00	R$ 107,79	R$ -	100%	R$ 9.729,23	0%	R$ 0,00
2.2	87524	FURADOS NA HORIZONTAL DE 9X14X19CM (ESPESSURA 9CM) DE PAREDES COM ÁREA LÍQUIDA MAIOR OU IGUAL A 6M² COM VÃOS E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM	M2	79,95	70,48	7.100,51	0%	0,00	R$ 70,48	R$ -	100%	R$ 7.100,51	0%	-R$ 0,00
2.3	96116	FORRO EM RÉGUAS DE PVC, FRISADO, PARA AMBIENTES COMERCIAIS, INCLUSIVE ESTRUTURA DE FIXAÇÃO. AF_05/2017_P	M2	138,69	50,80	8.877,91	0%	0,00	R$ 50,80	R$ -	100%	R$ 8.877,71	0%	R$ 0,20
2.4	96121	ACABAMENTOS PARA FORRO (RODA-FORRO EM PERFIL METÁLICO E PLÁSTICO). AF_05/2017	M	142,70	8,68	1.560,81	0%	0,00	R$ 8,68	R$ -	100%	R$ 1.560,81	0%	R$ 0,00
2.5	92451	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA DE VIGA, ESCORAMENTO COM GARFO DE MADEIRA, PÉ-DIREITO SIMPLES, EM CHAPA DE MADEIRA RESINADA, 2 UTILIZAÇÕES. AF_12/2015	M2	0,19	106,48	24,96	0%	0,00	R$ 106,48	R$ -	100%	R$ 24,96	0%	-R$ 0,00
2.6	92741	QUALQUER TIPO DE LAJE COM BALDES EM EDIFICAÇÃO TÉRREA, COM ÁREA MÉDIA DE LAJES MENOR OU IGUAL A 20 M² - LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO.	M3	0,05	480,19	29,04	0%	0,00	R$ 480,19	R$ -	100%	R$ 29,04	0%	R$ 0,00
2.7	92718	CONCRETAGEM DE PILARES, FCK = 25 MPA, COM USO DE BALDES EM EDIFICAÇÃO COM SEÇÃO MÉDIA DE PILARES MENOR OU IGUAL A 0,25 M² - LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO. AF_12/2015	M3	0,01	425,69	5,43	0%	0,00	R$ 425,69	R$ -	100%	R$ 5,43	0%	R$ 0,00
2.8	92415	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA DE PILARES RETANGULARES E ESTRUTURAS SIMILARES, PÉ-DIREITO SIMPLES, EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA RESINADA, 2 UTILIZAÇÕES. AF_09/2020	M2	0,27	78,12	26,58	0%	0,00	R$ 78,12	R$ -	100%	R$ 26,58	0%	-R$ 0,00
2.9	92777	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UMA EDIFICAÇÃO TÉRREA OU SOBRADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 8,0 MM - MONTAGEM. AF_12/2015	KG	9,45	14,21	169,12	0%	0,00	R$ 14,21	R$ -	100%	R$ 169,12	0%	R$ 0,00
2.10	92967	MARTELO PERFURADOR PNEUMÁTICO MANUAL, HASTE 25 X 75 MM, 21 KG - CHI DIURNO. AF_12/2015	CHI	20,00	16,67	420,12	0%	0,00	R$ 16,67	R$ -	100%	R$ 420,12	0%	-R$ 0,00
2.11	98522	ALAMBRADO EM MOURÕES DE CONCRETO, COM TELA DE ARAME GALVANIZADO (INCLUSIVE MURETA EM CONCRETO). AF_05/2018	M	81,27	122,01	12.494,52	0%	0,00	R$ 122,01	R$ -	100%	R$ 12.494,52	0%	R$ 0,00
2.12	87620	CONTRAPISO EM ARGAMASSA TRAÇO 1:4 (CIMENTO E AREIA), PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L, APLICADO EM ÁREAS SECAS SOBRE LAJE, ADERIDO, ESPESSURA 2CM. AF_06/2014	M2	300,87	29,55	8.891,36	0%	0,00	R$ 29,55	R$ -	100%	R$ 8.891,36	0%	R$ 0,00
3		COBERTURA				13622,74				R$ -				
3.1	94228	CALHA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO NÚMERO 24, DESENVOLVIMENTO DE 50 CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_06/2016	M	97,50	76,37	9.382,80	0%	0,00	R$ 76,37	R$ -	100%	R$ 9.382,80	0%	-R$ 0,00
3.2	94231	RUFO EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO NÚMERO 24, CORTE DE 25 CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_06/2016	M	29,01	44,40	1.623,06	0%	0,00	R$ 44,40	R$ -	100%	R$ 1.623,06	0%	R$ 0,00
3.3	92568	TRAMA DE AÇO COMPOSTA POR RIPAS, CAIBROS E TERÇAS PARA TELHADOS DE ATÉ 2 ÁGUAS PARA TELHA DE ENCAIXE DE CERÂMICA OU DE CONCRETO, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_12/2015	M2	8,06	178,00	1.807,84	0%	0,00	R$ 178,00	R$ -	100%	R$ 1.807,84	0%	R$ 0,00
3.4	94213	TELHAMENTO COM TELHA DE AÇO/ALUMÍNIO E = 0,5 MM, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO IÇAMENTO. AF_07/2019	M2	4,46	72,09	404,69	0%	0,00	R$ 72,09	R$ -	100%	R$ 404,69	0%	R$ 0,00
3.5	94449	TELHAMENTO COM TELHA ONDULADA DE FIBRA DE VIDRO E = 0,6 MM, PARA TELHADO COM INCLINAÇÃO MAIOR QUE 10°, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO IÇAMENTO. AF_06/2016	M2	8,06	39,81	404,33	0%	0,00	R$ 39,81	R$ -	100%	R$ 404,33	0%	-R$ 0,00
4		ESQUADRIAS				389724,87				R$ -				
4.1	94807	PORTA EM AÇO DE ABRIR TIPO VENEZIANA SEM GUARNIÇÃO, 87X210CM, FIXAÇÃO COM PARAFUSOS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2015	UN	15,00	638,20	12.062,94	0%	0,00	R$ 638,20	R$ -	100%	R$ 12.062,94	0%	-R$ 0,00
4.2	COMP 004	PORTA EM AÇO DE ABRIR TIPO VENEZIANA SEM GUARNIÇÃO, 60X210CM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UN	10,00	371,46	4.680,77	0%	0,00	R$ 371,46	R$ -	100%	R$ 4.680,77	0%	-R$ 0,00

4.3	COMP 005	PORTA EM AÇO DE ABRIR TIPO VENEZIANA SEM GUARNIÇÃO, 70X210CM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UN	2,00	385,72	972,09	0%	0,00	R$	385,72	R$ -	100%	R$	972,09	0%	R$	0,00
4.4	COMP 006	PORTA EM AÇO DE ABRIR TIPO VENEZIANA SEM GUARNIÇÃO, 80X210CM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UN	3,00	389,82	1.473,64	0%	0,00	R$	389,82	R$ -	100%	R$	1.473,64	0%	-R$	0,00
4.5	3097	FECHADURA ROSETA REDONDA PARA PORTA DE BANHEIRO, EM ACO INOX (MAQUINA, TESTA E CONTRA-TESTA) E EM ZAMAC (MACANETA, LINGUETA E TRINCOS) COM ACABAMENTO CROMADO, MAQUINA DE 40 MM, INCLUINDO CHAVE TIPO TRANQUETA	UN	10,00	50,50	636,35	0%	0,00	R$	50,50	R$ -	100%	R$	636,35	0%	R$	0,00
4.6	3080	FECHADURA ESPELHO PARA PORTA EXTERNA, EM ACO INOX (MAQUINA, TESTA E CONTRA -TESTA) E EM ZAMAC (MACANETA, LINGUETA E TRINCOS) COM ACABAMENTO CROMADO, MAQUINA DE 40 MM, INCLUINDO CHAVE TIPO CILINDRO	UN	28,00	45,10	1.591,25	0%	0,00	R$	45,10	R$ -	100%	R$	1.591,25	0%	R$	0,00
4.7	100687	KIT DE PORTA DE MADEIRA FRISADA, SEMI-OCA (LEVE OU MÉDIA), PADRÃO MÉDIO, 60X210CM, ESPESSURA DE 3,5CM, ITENS INCLUSOS: DOBRADIÇAS, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DE BATENTE, FECHADURA COM EXECUÇÃO DO FURO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	UN	1,00	660,13	831,83	0%	0,00	R$	660,13	R$ -	100%	R$	831,83	0%	-R$	0,00
4.8	100689	KIT DE PORTA DE MADEIRA FRISADA, SEMI-OCA (LEVE OU MÉDIA), PADRÃO MÉDIO, 80X210CM, ESPESSURA DE 3,5CM, ITENS INCLUSOS: DOBRADIÇAS, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DE BATENTE, FECHADURA COM EXECUÇÃO DO FURO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	UN	4,00	713,11	3.594,36	0%	0,00	R$	713,11	R$ -	100%	R$	3.594,36	0%	-R$	0,00
4.9	100874	PUXADOR PARA PCD, FIXADO NA PORTA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	2,00	235,89	594,49	0%	0,00	R$	235,89	R$ -	100%	R$	594,49	0%	-R$	0,00
4.10	4910	PORTA DE ENROLAR MANUAL COMPLETA, PERFIL MEIA CANA CEGA, EM ACO GALVANIZADO NATURAL, CHAPA NUMERO 24 (INSTALADA)	M2	3,78	505,13	2.406,02	0%	0,00	R$	505,13	R$ -	100%	R$	2.406,02	0%	R$	0,00
4.11	94559	JANELA DE AÇO TIPO BASCULANTE PARA VIDROS, COM BATENTE, FERRAGENS E PINTURA ANTICORROSIVA. EXCLUSIVE VIDROS, ACABAMENTO, ALIZAR E CONTRAMARCO. FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	M2	176,34	538,69	119.700,17	0%	0,00	R$	538,69	R$ -	100%	R$	119.700,17	0%	-R$	0,00
4.12	102162	INSTALAÇÃO DE VIDRO LISO INCOLOR, E = 4 MM, EM ESQUADRIA DE ALUMÍNIO OU PVC, FIXADO COM BAGUETE. AF_01/2021_P	M2	181,73	278,11	63.687,39	0%	0,00	R$	278,11	R$ -	100%	R$	63.687,39	0%	R$	0,00
4.13	94562	JANELA DE AÇO DE CORRER COM 4 FOLHAS PARA VIDRO, COM BATENTE, FERRAGENS E PINTURA ANTICORROSIVA. EXCLUSIVE VIDROS, ALIZAR E CONTRAMARCO. FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	M2	7,08	511,27	4.561,30	0%	0,00	R$	511,27	R$ -	100%	R$	4.561,30	0%	-R$	0,00
4.14	99862	GRADIL EM ALUMÍNIO FIXADO EM VÃOS DE JANELAS, FORMADO POR TUBOS DE 3/4". AF_04/2019	M2	216,18	418,96	114.128,23	0%	0,00	R$	418,96	R$ -	100%	R$	114.128,23	0%	R$	0,00
4.15	COT 003	PORTA PANTOGRÁFICA METÁLICA - 2 FOLHAS - 2,09X2,50M	UN	1,00	2.760,67	3.478,72	0%	1,00	R$	2.760,67	R$ -	100%	R$	3.478,72	0%	R$	0,00
4.16	COMP 007	GRADES E MONTANTES DE FERRO, INCLUSIVE PORTÃO MANUAL	M2	147,82	297,02	55.325,32	0%	0,00	R$	297,02	R$ -	100%	R$	55.325,32	0%	-R$	0,00
5		**INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS**				**46313,69**					R$ -						
5.1	86888	VASO SANITÁRIO SIFONADO COM CAIXA ACOPLADA LOUÇA BRANCA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2013	UN	3,00	407,87	1.541,87	0%	0,00	R$	407,87	R$ -	100%	R$	1.541,87	0%	R$	0,00
5.2	100849	ASSENTO SANITÁRIO CONVENCIONAL - FORNECIMENTO E INSTALACAO. AF_01/2020	UN	4,00	30,89	155,70	0%	0,00	R$	30,89	R$ -	100%	R$	155,70	0%	-R$	0,00
5.3	21112	VALVULA DE DESCARGA EM METAL CROMADO PARA MICTORIO COM ACIONAMENTO POR PRESSAO E FECHAMENTO AUTOMATICO	UN	10,00	164,18	2.068,83	0%	0,00	R$	164,18	R$ -	100%	R$	2.068,83	0%	-R$	0,00
5.4	100848	VASO SANITÁRIO INFANTIL LOUÇA BRANCA - FORNECIMENTO E INSTALACAO. AF_01/2020	UN	6,00	347,43	2.626,78	0%	0,00	R$	347,43	R$ -	100%	R$	2.626,78	0%	-R$	0,00
5.5	100851	ASSENTO SANITÁRIO INFANTIL - FORNECIMENTO E INSTALACAO. AF_01/2020	UN	6,00	61,74	466,79	0%	0,00	R$	61,74	R$ -	100%	R$	466,79	0%	-R$	0,00
5.6	86872	TANQUE DE LOUÇA BRANCA COM COLUNA, 30L OU EQUIVALENTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2013	UN	2,00	689,80	1.738,43	0%	0,00	R$	689,80	R$ -	100%	R$	1.738,43	0%	-R$	0,00

5.7	86943	LAVATÓRIO LOUÇA BRANCA SUSPENSO, 29,5 X 39CM OU EQUIVALENTE, PADRÃO POPULAR, INCLUSO SIFÃO FLEXÍVEL EM PVC, VÁLVULA E ENGATE FLEXÍVEL 30CM EM PLÁSTICO E TORNEIRA CROMADA DE MESA, PADRÃO POPULAR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2013	UN	5,00	180,66	1.138,2	0%	0,00	R$ 180,66	R$ -	100%	R$ 1.138,25	0%	-R$ 0,00
5.8	86906	TORNEIRA CROMADA DE MESA, 1/2" OU 3/4", PARA LAVATÓRIO, PADRÃO POPULAR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2013	UN	2,00	38,60	97,2	0%	0,00	R$ 38,60	R$ -	100%	R$ 97,28	0%	-R$ 0,00
5.9	20262	SIFAO PLASTICO EXTENSIVEL UNIVERSAL, TIPO COPO	UN	4,00	9,45	47,6	0%	0,00	R$ 9,45	R$ -	100%	R$ 47,63	0%	R$ 0,00
5.10	36520	BACIA SANITARIA (VASO) CONVENCIONAL PARA PCD SEM FURO FRONTAL, DE LOUCA BRANCA, SEM ASSENTO	UN	1,00	649,57	818,5	0%	0,00	R$ 649,57	R$ -	100%	R$ 818,52	0%	R$ 0,00
5.11	COMP 008	BANCADA DE GRANITO CINZA POLIDO, DE 1,50 X 0,60 M, PARA PIA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	2,00	467,21	1.177,4	0%	0,00	R$ 467,21	R$ -	100%	R$ 1.177,46	0%	R$ 0,00
5.12	86901	CUBA DE EMBUTIR OVAL EM LOUÇA BRANCA, 35 X 50CM OU EQUIVALENTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	2,00	119,09	300,1	0%	0,00	R$ 119,09	R$ -	100%	R$ 300,13	0%	R$ 0,00
5.13	COMP 009	CUBA DE EMBUTIR RETANGULAR DE AÇO INOXIDÁVEL, 70X53X33CM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	2,00	1.031,23	2.598,9	0%	0,00	R$ 1.031,23	R$ -	100%	R$ 2.598,91	0%	-R$ 0,00
5.14	COMP 010	BANCADA DE GRANITO CINZA POLIDO, PARA PIA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M2	2,25	395,31	1.120,7	0%	0,00	R$ 395,31	R$ -	100%	R$ 1.120,79	0%	-R$ 0,00
5.15	86910	TORNEIRA CROMADA TUBO MÓVEL, DE PAREDE, 1/2 OU 3/4, PARA PIA DE COZINHA, PADRÃO MÉDIO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	2,00	72,57	183,1	0%	0,00	R$ 72,57	R$ -	100%	R$ 183,14	0%	R$ 0,00
5.16	COT 009	BARRA DE APOIO EM U, INOX, PARA LAVATÓRIO - 50X63CM	UN	1,00	227,89	287,1	0%	0,00	R$ 227,89	R$ -	100%	R$ 287,16	0%	R$ 0,00
5.17	89709	RALO SIFONADO, PVC, DN 100 X 40 MM, JUNTA SOLDÁVEL, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU EM RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_12/2014	UN	4,00	8,12	40,9	0%	0,00	R$ 8,12	R$ -	100%	R$ 40,93	0%	-R$ 0,00
5.18	89482	CAIXA SIFONADA, PVC, DN 100 X 100 X 50 MM, FORNECIDA E INSTALADA EM RAMAIS DE ENCAMINHAMENTO DE ÁGUA PLUVIAL. AF_12/2014	UN	5,00	17,98	113,2	0%	0,00	R$ 17,98	R$ -	100%	R$ 113,28	0%	R$ 0,00
5.19	83716	GRELHA FF 30X90CM, 135KG, P/ CX RALO COM ASSENTAMENTO DE ARGAMASSA CIMENTO /AREIA 1:4 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	3,00	369,15	1.395,5	0%	0,00	R$ 369,15	R$ -	100%	R$ 1.395,50	0%	-R$ 0,00
5.20	89849	TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 150 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM SUBCOLETOR AÉREO DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_12/2014	M	165,48	50,14	10.455,2	0%	0,00	R$ 50,14	R$ -	100%	R$ 10.455,27	0%	-R$ 0,00
5.21	89855	JOELHO 45 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 150 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM SUBCOLETOR AÉREO DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_12/2014	UN	3,00	70,50	266,5	0%	0,00	R$ 70,50	R$ -	100%	R$ 266,51	0%	R$ 0,00
5.22	89699	JUNÇÃO SIMPLES, PVC, SERIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 150 X 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM CONDUTORES VERTICAIS DE ÁGUAS PLUVIAIS. AF_12/2014	UN	1,00	161,86	203,9	0%	0,00	R$ 161,86	R$ -	100%	R$ 203,96	0%	-R$ 0,00
5.23	89714	TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_12/2014	M	6,00	43,52	329,0	0%	0,00	R$ 43,52	R$ -	100%	R$ 329,04	0%	-R$ 0,00
5.24	89746	JOELHO 45 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_12/2014	UN	3,00	18,74	70,8	0%	0,00	R$ 18,74	R$ -	100%	R$ 70,84	0%	R$ 0,00
5.25	89778	LUVA SIMPLES, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_12/2014	UN	3,00	14,39	54,4	0%	0,00	R$ 14,39	R$ -	100%	R$ 54,40	0%	-R$ 0,00
5.26	89712	TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_12/2014	M	4,53	22,54	128,6	0%	0,00	R$ 22,54	R$ -	100%	R$ 128,68	0%	-R$ 0,00

5.27	89731	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_12/2014	UN	2,00	8,14	**20,51**	0%	0,00	R$ 8,14	R$ -	100%	R$ 20,51	0%	R$ 0,00
5.28	89753	LUVA SIMPLES, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_12/2014	UN	2,00	6,84	**17,24**	0%	0,00	R$ 6,84	R$ -	100%	R$ 17,24	0%	R$ 0,00
5.29	89784	TE, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 X 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_12/2014	UN	1,00	15,21	**19,17**	0%	0,00	R$ 15,21	R$ -	100%	R$ 19,17	0%	R$ 0,00
5.30	89693	TÊ, PVC, SERIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 100 X 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM CONDUTORES VERTICAIS DE ÁGUAS PLUVIAIS. AF_12/2014	UN	1,00	57,74	**72,76**	0%	0,00	R$ 57,74	R$ -	100%	R$ 72,76	0%	R$ 0,00
5.31	89669	LUVA SIMPLES, PVC, SERIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM CONDUTORES VERTICAIS DE ÁGUAS PLUVIAIS. AF_12/2014	UN	2,00	18,49	**46,60**	0%	0,00	R$ 18,49	R$ -	100%	R$ 46,60	0%	R$ 0,00
5.32	89585	JOELHO 45 GRAUS, PVC, SERIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM CONDUTORES VERTICAIS DE ÁGUAS PLUVIAIS. AF_12/2014	UN	7,00	27,20	**239,92**	0%	0,00	R$ 27,20	R$ -	100%	R$ 239,92	0%	R$ 0,00
5.33	89512	TUBO PVC, SÉRIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 100 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE ENCAMINHAMENTO. AF_12/2014	M	80,60	54,68	**5.553,36**	0%	0,00	R$ 54,68	R$ -	100%	R$ 5.553,36	0%	R$ 0,00
5.34	98110	CAIXA DE GORDURA PEQUENA (CAPACIDADE: 19 L), CIRCULAR, EM PVC, DIÂMETRO INTERNO= 0,3 M. AF_05/2018	UN	1,00	343,41	**432,73**	0%	0,00	R$ 343,41	R$ -	100%	R$ 432,73	0%	R$ 0,00
5.35	93358	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA COM PROFUNDIDADE MENOR OU IGUAL A 1,30 M. AF_03/2016	M3	26,80	57,64	**1.946,54**	0%	0,00	R$ 57,64	R$ -	100%	R$ 1.946,54	0%	R$ 0,00
5.36	99253	CAIXA ENTERRADA HIDRÁULICA RETANGULAR EM ALVENARIA COM TIJOLOS CERÂMICOS MACIÇOS, DIMENSÕES INTERNAS: 0,6X0,6X0,6 M PARA REDE DE DRENAGEM. AF_05/2018	UN	4,00	421,01	**2.122,06**	0%	0,00	R$ 421,01	R$ -	100%	R$ 2.122,06	0%	R$ 0,00
5.37	88504	CAIXA D'AGUA EM POLIETILENO, 500 LITROS, COM ACESSÓRIOS	UN	1,00	607,22	**765,16**	0%	0,00	R$ 607,22	R$ -	100%	R$ 765,16	0%	R$ 0,00
5.38	89355	TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DN 20MM, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2014	M	72,90	13,39	**1.230,06**	0%	0,00	R$ 13,39	R$ -	100%	R$ 1.230,06	0%	R$ 0,00
5.39	89356	TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2014	M	13,28	15,84	**265,15**	0%	0,00	R$ 15,84	R$ -	100%	R$ 265,15	0%	R$ 0,00
5.40	89449	TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DN 50MM, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2014	M	15,14	14,50	**276,63**	0%	0,00	R$ 14,50	R$ -	100%	R$ 276,63	0%	R$ 0,00
5.41	89353	REGISTRO DE GAVETA BRUTO, LATÃO, ROSCÁVEL, 3/4", FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE ÁGUA. AF_12/2014	UN	13,00	31,18	**510,78**	0%	0,00	R$ 31,18	R$ -	100%	R$ 510,78	0%	R$ 0,00
5.42	94495	REGISTRO DE GAVETA BRUTO, LATÃO, ROSCÁVEL, 1, INSTALADO EM RESERVAÇÃO DE ÁGUA DE EDIFICAÇÃO QUE POSSUA RESERVATÓRIO DE FIBRA/FIBROCIMENTO FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2016	UN	6,00	64,06	**484,33**	0%	0,00	R$ 64,06	R$ -	100%	R$ 484,33	0%	R$ 0,00
5.43	89393	TE, PVC, SOLDÁVEL, DN 20MM, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2014	UN	4,96	7,54	**47,13**	0%	0,00	R$ 7,54	R$ -	100%	R$ 47,13	0%	R$ 0,00
5.44	89404	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 20MM, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2014	UN	14,08	3,67	**65,14**	0%	0,00	R$ 3,67	R$ -	100%	R$ 65,14	0%	R$ 0,00
5.45	89395	TE, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2014	UN	1,02	9,01	**11,58**	0%	0,00	R$ 9,01	R$ -	100%	R$ 11,58	0%	R$ 0,00
5.46	89408	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2014	UN	2,97	4,46	**16,69**	0%	0,00	R$ 4,46	R$ -	100%	R$ 16,69	0%	R$ 0,00

5.47	COMP 011	JOELHO 90 GRAUS COM BUCHA DE LATÃO, PVC, SOLDÁVEL, DN 20MM, X 3/4 INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	16,00	18,02	363,32	0%	0,00	R$	18,02	R$ -	100%	R$	363,32	0%	R$	0,00
5.48	94498	REGISTRO DE GAVETA BRUTO, LATÃO, ROSCÁVEL, 2, INSTALADO EM RESERVAÇÃO DE ÁGUA DE EDIFICAÇÃO QUE POSSUA RESERVATÓRIO DE FIBRA/FIBROCIMENTO FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2016	UN	10,00	119,95	1.511,49	0%	0,00	R$	119,95	R$ -	100%	R$	1.511,49	0%	-R$	0,00
5.49	89501	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 50MM, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2014	UN	0,00	10,88	0,00	0%	0,00	R$	10,88	R$ -	#DIV/0!	R$	-	#DIV/0!	R$	-
5.50	89625	TE, PVC, SOLDÁVEL, DN 50MM, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2014	UN	0,00	17,23	0,00	0%	0,00	R$	17,23	R$ -	#DIV/0!	R$	-	#DIV/0!	R$	-
5.51	89579	LUVA DE REDUÇÃO, PVC, SOLDÁVEL, DN 50MM X 25MM, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2014	UN	1,00	9,00	11,34	0%	0,00	R$	9,00	R$ -	100%	R$	11,34	0%	R$	0,00
5.52	86913	TORNEIRA CROMADA 1/2" OU 3/4" PARA TANQUE, PADRÃO POPULAR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2013	UN	3,00	15,07	56,96	0%	0,00	R$	15,07	R$ -	100%	R$	56,96	0%	-R$	0,00
5.53	89970	KIT DE REGISTRO DE PRESSÃO BRUTO DE LATÃO ¾", INCLUSIVE CONEXÕES, ROSCÁVEL, INSTALADO EM RAMAL DE ÁGUA FRIA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2014	UN	1,00	36,92	46,52	0%	0,00	R$	36,92	R$ -	100%	R$	46,52	0%	R$	0,00
5.54	89511	TUBO PVC, SÉRIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 75 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE ENCAMINHAMENTO. AF_12/2014	M	1,00	34,12	42,99	0%	0,00	R$	34,12	R$ -	100%	R$	42,99	0%	-R$	0,00
5.55	6081	ARGILA OU BARRO PARA ATERRO/REATERRO (COM TRANSPORTE ATE 10 KM)	M3	26,81	20,03	676,56	0%	0,00	R$	20,03	R$ -	100%	R$	676,56	0%		0,00
5.56	90443	RASGO EM ALVENARIA PARA RAMAIS/ DISTRIBUIÇÃO COM DIAMETROS MENORES OU IGUAIS A 40 MM. AF_05/2015	M	3,00	11,66	34,97	0%	0,00	R$	11,66	R$ -	100%	R$	34,97	0%		0,00
6		INSTALAÇÕES ELÉTRICAS				50903,53					R$ -						
6.1	101875	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO, DE EMBUTIR, COM BARRAMENTO TRIFÁSICO, PARA 12 DISJUNTORES DIN 100A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	UN	1,00	403,44	508,37	0%	1,00	R$	403,44	R$ -	100%	R$	508,37	0%	R$	0,00
6.2	101896	DISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO TRIPOLAR , CORRENTE NOMINAL DE 200A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	UN	1,00	499,22	629,07	0%	0,00	R$	499,22	R$ -	100%	R$	629,07	0%	-R$	0,00
6.3	92991	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 95 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA DISTRIBUIÇÃO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	M	42,83	74,97	4.046,15	0%	0,00	R$	74,97	R$ -	100%	R$	4.046,15	0%	-R$	0,00
6.4	92987	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 50 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA DISTRIBUIÇÃO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	M	14,28	41,26	742,44	0%	0,00	R$	41,26	R$ -	100%	R$	742,44	0%	R$	0,00
6.5	101882	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO, DE EMBUTIR, COM BARRAMENTO TRIFÁSICO, PARA 30 DISJUNTORES DIN 225A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	UN	1,00	1.393,38	1.755,80	0%	0,00	R$	1.393,38	R$ -	100%	R$	1.755,80	0%	-R$	0,00
6.6	39471	DISPOSITIVO DPS CLASSE II, 1 POLO, TENSAO MAXIMA DE 275 V, CORRENTE MAXIMA DE *45* KA (TIPO AC)	UN	1,00	82,21	103,59	0%	0,00	R$	82,21	R$ -	100%	R$	103,59	0%	R$	0,00
6.7	93653	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 10A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2016	UN	19,00	9,10	217,87	0%	0,00	R$	9,10	R$ -	100%	R$	217,87	0%	R$	0,00
6.8	93654	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 16A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2016	UN	31,00	9,50	371,10	0%	0,00	R$	9,50	R$ -	100%	R$	371,10	0%	-R$	0,00
6.9	93655	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 20A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2016	UN	2,00	10,37	26,13	0%	0,00	R$	10,37	R$ -	100%	R$	26,13	0%	R$	0,00
6.10	93661	DISJUNTOR BIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 16A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2016	UN	21,00	45,67	1.208,52	0%	0,00	R$	45,67	R$ -	100%	R$	1.208,52	0%	R$	0,00
6.11	93664	DISJUNTOR BIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 32A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2016	UN	22,00	49,47	1.371,42	0%	0,00	R$	49,47	R$ -	100%	R$	1.371,42	0%	-R$	0,00
6.12	93665	DISJUNTOR BIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 40A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2016	UN	2,00	51,98	131,00	0%	0,00	R$	51,98	R$ -	100%	R$	131,00	0%	-R$	0,00

6.13	91924	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 1,5 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	M	787,40	2,14	2.123,33
6.14	91926	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 2,5 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	M	3.090,13	3,13	12.187,82
6.15	91928	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 4 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	M	95,62	5,13	618,12
6.16	91930	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 6 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	M	773,21	7,04	6.859,23
6.17	91932	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 10 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	M	32,50	11,62	475,88
6.18	91844	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO, PVC, DN 25 MM (3/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM LAJE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	M	126,62	4,91	783,41
6.19	91845	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO REFORÇADO, PVC, DN 25 MM (3/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM LAJE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	M	35,00	5,94	261,97
6.20	91992	TOMADA ALTA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	UN	37,00	30,79	1.435,54
6.21	91990	TOMADA ALTA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 10 A, SEM SUPORTE E SEM PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	UN	13,00	24,20	396,43
6.22	38091	ESPELHO / PLACA CEGA 4" X 2", PARA INSTALACAO DE TOMADAS E INTERRUPTORES	UN	0,00	2,33	0,00
6.23	38095	ESPELHO / PLACA CEGA 4" X 4", PARA INSTALACAO DE TOMADAS E INTERRUPTORES	UN	0,00	4,93	0,00
6.24	91993	TOMADA ALTA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 20 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	UN	2,00	32,88	82,86
6.25	91991	TOMADA ALTA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 20 A, SEM SUPORTE E SEM PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	UN	1,00	25,64	32,31
6.26	91996	TOMADA MÉDIA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	UN	1,00	24,47	30,83
6.27	91994	TOMADA MÉDIA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 10 A, SEM SUPORTE E SEM PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	UN	39,00	17,88	878,69
6.28	91997	TOMADA MÉDIA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 20 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	UN	5,00	26,56	167,34
6.29	92000	TOMADA BAIXA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	UN	13,00	22,01	360,55
6.30	91998	TOMADA BAIXA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 10 A, SEM SUPORTE E SEM PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	UN	46,00	15,42	893,81
6.31	92001	TOMADA BAIXA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 20 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	UN	1,00	24,10	30,37
6.32	91953	INTERRUPTOR SIMPLES (1 MÓDULO), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	UN	27,00	20,75	705,97
6.33	COMP 012	TOMADA DE PISO COMPLETA - INSTALAÇÃO E FORNECIMENTO	UN	6,00	54,75	413,94
6.34	COT 006	CAMPAINHA SIRENE SINALEIRO INDUSTRIA SEGURANÇA	UN	1,00	159,90	201,49
6.35	COMP 013	VENTILADOR DE PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	28,00	159,77	5.637,13
6.36	90447	RASGO EM ALVENARIA PARA ELETRODUTOS COM DIAMETROS MENORES OU IGUAIS A 40 M MM. AF_05/2015	M	53,88	4,59	311,63

0%	0,00	R$	2,14	R$	-	100%	R$	2.123,33	0%	-R$ 0,00
0%	0,00	R$	3,13	R$	-	100%	R$	12.187,82	0%	-R$ 0,00
0%	0,00	R$	5,13	R$	-	100%	R$	618,12	0%	-R$ 0,00
0%	0,00	R$	7,04	R$	-	100%	R$	6.859,23	0%	R$ 0,00
0%	0,00	R$	11,62	R$	-	100%	R$	475,88	0%	-R$ 0,00
0%	0,00	R$	4,91	R$	-	40%	R$	783,41	60%	-R$ 0,00
0%	0,00	R$	5,94	R$	-	100%	R$	261,97	0%	R$ 0,00
0%	0,00	R$	30,79	R$	-	100%	R$	1.435,54	0%	R$ 0,00
0%	0,00	R$	24,20	R$	-	100%	R$	396,43	0%	-R$ 0,00
0%	0,00	R$	2,33	R$	-	#DIV/0!	R$	-	#DIV/0!	R$ -
0%	0,00	R$	4,93	R$	-	#DIV/0!	R$	-	#DIV/0!	R$ -
0%	0,00	R$	32,88	R$	-	100%	R$	82,86	0%	R$ 0,00
0%	0,00	R$	25,64	R$	-	100%	R$	32,31	0%	-R$ 0,00
0%	0,00	R$	24,47	R$	-	100%	R$	30,83	0%	R$ 0,00
0%	0,00	R$	17,88	R$	-	100%	R$	878,69	0%	R$ 0,00
0%	0,00	R$	26,56	R$	-	100%	R$	167,34	0%	R$ 0,00
0%	0,00	R$	22,01	R$	-	100%	R$	360,55	0%	R$ 0,00
0%	0,00	R$	15,42	R$	-	100%	R$	893,81	0%	R$ 0,00
0%	0,00	R$	24,10	R$	-	100%	R$	30,37	0%	-R$ 0,00
0%	0,00	R$	20,75	R$	-	100%	R$	705,97	0%	R$ 0,00
0%	0,00	R$	54,75	R$	-	100%	R$	413,94	0%	R$ 0,00
0%	0,00	R$	159,90	R$	-	100%	R$	201,49	0%	-R$ 0,00
0%	0,00	R$	159,77	R$	-	100%	R$	5.637,13	0%	R$ 0,00
0%	0,00	R$	4,59	R$	-	100%	R$	311,63	0%	R$ 0,00

6.37	97586	LUMINÁRIA TIPO CALHA, DE SOBREPOR, COM 2 LÂMPADAS TUBULARES DE 36 W - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2017	UN	12,00	72,74	1.099,92	0%	0,00	R$ 72,74	R$ -	100%	R$ 1.099,92	0%	-R$	0,00
6.38	97585	LUMINÁRIA TIPO CALHA, DE SOBREPOR, COM 2 LÂMPADAS TUBULARES DE 18 W - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2017	UN	1,00	54,47	68,64	0%	0,00	R$ 54,47	R$ -	100%	R$ 68,64	0%	-R$	0,00
6.39	101876	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA EM PVC, DE EMBUTIR, SEM BARRAMENTO, PARA 6 DISJUNTORES - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	UN	1,00	69,04	69,04	0%	0,00	R$ 69,04	R$ -	100%	R$ 69,04	0%	R$	0,00
6.40	COMP 018	ENTRADA DE ENERGIA ELÉTRICA, SUBTERRÂNEA, TRIFÁSICA, COM CAIXA DE SOBREPOR, CABO DE 95 MM2 E DISJUNTOR DIN 200A	UN	1,00	3.665,79	3.665,79	0%	0,00	R$ 3.665,79	R$ -	100%	R$ 3.665,79	0%	R$	0,00
7		**REVESTIMENTOS**				**205024,88**				R$ -					
7.1	87879	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIAS E ESTRUTURAS DE CONCRETO INTERNAS, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO EM BETONEIRA 400L. AF_06/2014	M2	582,93	2,70	1.983,29	0%	0,00	R$ 2,70	R$ -	100%	R$ 1.983,29	0%	R$	0,00
7.2	87777	EMBOÇO OU MASSA ÚNICA EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MANUAL, APLICADA MANUALMENTE EM PANOS DE FACHADA COM PRESENÇA DE VÃOS, ESPESSURA DE 25 MM. AF_06/2014	M2	641,22	41,74	33.725,98	0%	0,00	R$ 41,74	R$ -	100%	R$ 33.725,98	0%	-R$	0,00
7.3	94990	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO. AF_07/2016	M3	12,96	498,97	8.149,38	0%	0,00	R$ 498,97	R$ -	100%	R$ 8.149,38	0%	R$	0,00
7.4	87532	EMBOÇO, PARA RECEBIMENTO DE CERÂMICA, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MANUAL, APLICADO MANUALMENTE EM FACES INTERNAS DE PAREDES, PARA AMBIENTE COM ÁREA ENTRE 5M2 E 10M2, ESPESSURA DE 20MM, COM EXECUÇÃO DE TALISCAS. AF_06/2014	M2	360,34	24,95	11.328,91	0%	0,00	R$ 24,95	R$ -	100%	R$ 11.328,91	0%	R$	0,00
7.5	94994	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPESSURA 8 CM, ARMADO. AF_07/2016	M2	762,21	88,88	85.365,76	0%	0,00	R$ 88,88	R$ -	100%	R$ 85.365,76	0%	-R$	0,00
7.6	COMP 014	BANCADA DE GRANITO CINZA POLIDO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M2	1,10	395,31	547,94	0%	0,00	R$ 395,31	R$ -	100%	R$ 547,94	0%	R$	0,00
7.7	101752	PISO EM GRANILITE, MARMORITE OU GRANITINA EM AMBIENTES INTERNOS. AF_09/2020	M2	593,16	31,90	23.843,37	0%	0,00	R$ 31,90	R$ -	100%	R$ 23.843,36	0%		0,00
7.8	101741	RODAPÉ EM MARMORITE, ALTURA 10CM. AF_09/2020	M	365,90	16,04	7.395,57	0%	0,00	R$ 16,04	R$ -	100%	R$ 7.395,57	0%	R$	0,00
7.9	87251	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO ESMALTADA EXTRA DE DIMENSÕES 45X45 CM APLICADA EM AMBIENTES DE ÁREA MAIOR QUE 10 M2. AF_06/2014	M2	97,19	33,15	4.059,85	0%	0,00	R$ 33,15	R$ -	100%	R$ 4.059,85	0%	R$	0,00
7.10	COMP 015	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PAREDES INTERNAS COM PLACAS TIPO ESMALTADA PADRÃO POPULAR DE DIMENSÕES 45X45 CM, ARGAMASSA TIPO AC III, APLICADAS EM AMBIENTES DE ÁREA MAIOR QUE 5 M2	M2	263,15	38,71	12.836,05	0%	0,00	R$ 38,71	R$ -	100%	R$ 12.836,05	0%	R$	0,00
7.11	87242	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PAREDES EXTERNAS EM PASTILHAS DE PORCELANA 5 X 5 CM (PLACAS DE 30 X 30 CM), ALINHADAS A PRUMO, APLICADO EM PANOS COM VÃOS. AF_06/2014	M2	8,86	197,27	2.202,42	0%	0,00	R$ 197,27	R$ -	100%	R$ 2.202,42	0%	-R$	0,00
7.12	COMP 016	BATE MACA DE MADEIRA DE LEI, INCLUSIVE APLICAÇÃO DE VERNIZ SINTÉTICO MARÍTIMO, DUAS (2) DEMÃOS, ACABAMENTO TIPO FOSCO	M	371,92	28,99	13.586,35	0%	0,00	R$ 28,99	R$ -	100%	R$ 13.586,35	0%	-R$	0,00
8		**OUTROS**				**38443,33**				R$ -					
8.1	99837	GUARDA-CORPO DE AÇO GALVANIZADO DE 1,10M, MONTANTES TUBULARES DE 1.1/4" ESPAÇADOS DE 1,20M, TRAVESSA SUPERIOR DE 1.1/2", GRADIL FORMADO POR TUBOS HORIZONTAIS DE 1" E VERTICAIS DE 3/4", FIXADO COM CHUMBADOR MECÂNICO. AF_04/2019_P	M	20,90	608,88	16.035,52	0%	0,00	R$ 608,88	R$ -	100%	R$ 16.035,52	0%	-R$	0,00
8.2	99855	CORRIMÃO SIMPLES, DIÂMETRO EXTERNO = 1 1/2", EM AÇO GALVANIZADO. AF_04/2019_P	M	16,10	109,08	2.212,97	0%	0,00	R$ 109,08	R$ -	100%	R$ 2.212,97	0%	R$	0,00
8.3	COT 001	BEBEDOURO INDUSTRIAL 1000L DE COLUNA FRISBEL - BEBEDOURO + FILTRO - 127V	UN	1,00	1.823,51	2.297,80	0%	0,00	R$ 1.823,51	R$ -	100%	R$ 2.297,80	0%	R$	0,00
8.4	COMP 017	QUADRO SALA DE AULA, COM PINTURA DE TINTA ESMALTE PREMIUM LOUSA E COR - SUVINIL, 4 DEMÃOS, COM MOLDURA EM MADEIRA TIPO JA	M2	76,70	51,10	4.938,80	0%	0,00	R$ 51,10	R$ -	100%	R$ 4.938,80	0%	R$	0,00
8.5	COT 002	ESPELHO RETANGULAR 70X50CM SIMPLES	UN	2,00	90,12	227,12	0%	0,00	R$ 90,12	R$ -	100%	R$ 227,12	0%	R$	0,00

8.6	COT 014	INSTALAÇÃO DE TUBULAÇÃO DE AÇO PARA 2 PONTOS E PARA 2 CILINDOS DE GÁS P-45 (45KG)	UN	1,00	4.233,09	5.334,12
8.7	34723	PLACA DE SINALIZACAO EM CHAPA DE ACO NUM 16 COM PINTURA REFLETIVA	M2	0,84	606,14	641,60
8.8	98504	PLANTIO DE GRAMA EM PLACAS. AF_05/2018	M2	509,40	8,54	5.481,78
8.9	100367	BARRA DE APOIO RETA, EM ACO INOX POLIDO, COMPRIMENTO 70 CM, FIXADA NA PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	1,00	316,79	316,79
8.10	100874	PUXADOR PARA PCD, FIXADO NA PORTA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	1,00	297,25	297,25
8.11	100368	BARRA DE APOIO RETA, EM ACO INOX POLIDO, COMPRIMENTO 80 CM, FIXADA NA PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	2,00	329,79	659,57
9		**PREVENÇÃO DE INCÊNDIO**				**2912,56**
9.1	101906	EXTINTOR DE INCÊNDIO PORTÁTIL COM CARGA DE CO2 DE 4 KG, CLASSE BC - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020_P	UN	1,00	390,55	492,13
9.2	COT 005	EXTINTOR ABC 4KG - EXTINTOR PQS 4KG TIPO ABC	UN	5,00	117,97	743,27
9.3	37558	PLACA DE SINALIZACAO DE SEGURANCA CONTRA INCENDIO, FOTOLUMINESCENTE, RETANGULAR, *20 X 40* CM, EM PVC *2* MM ANTI-CHAMAS (SIMBOLOS, CORES E PICTOGRAMAS CONFORME NBR 13434)	UN	36,00	19,11	866,90
9.4	37560	PLACA DE SINALIZACAO DE SEGURANCA CONTRA INCENDIO - ALERTA, TRIANGULAR, BASE DE *30* CM, EM PVC *2* MM ANTI-CHAMAS (SIMBOLOS, CORES E PICTOGRAMAS CONFORME	UN	1,00	20,17	25,42
9.5	37556	PLACA DE SINALIZACAO DE SEGURANCA CONTRA INCENDIO, FOTOLUMINESCENTE, QUADRADA, *20 X 20* CM, EM PVC *2* MM ANTI-CHAMAS (SIMBOLOS, CORES E PICTOGRAMAS CONFORME NBR 13434) NBR 13434)	UN	14,00	11,85	209,05
9.6	38774	LUMINARIA DE EMERGENCIA 30 LEDS, POTENCIA 2 W, BATERIA DE LITIO, AUTONOMIA DE 6HORAS	UN	22,00	20,77	575,79
10		**PINTURA**				**82463,17**
10.1	88489	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_06/2014	M2	2.376,01	10,42	31.197,57
10.2	88488	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM TETO, DUAS DEMÃOS. AF_06/2014	M2	129,61	11,84	1.933,73
10.3	102213	PINTURA VERNIZ (INCOLOR) ALQUÍDICO EM MADEIRA, USO INTERNO E EXTERNO, 2 DE MÃOS. AF_01/2021	M2	15,96	13,76	276,73
10.4	100725	PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA DE FUNDO E ACABAMENTO (ESMALTE SINTÉTICO GRAFITE) PULVERIZADA SOBRE SUPERFÍCIES METÁLICAS (EXCETO PERFIL) EXECUTADO EM OBRA (POR DEMÃO). AF_01/2020	M2	1.531,35	15,83	30.546,35
10.5	102492	PINTURA DE PISO COM TINTA ACRÍLICA, APLICAÇÃO MANUAL, 3 DEMÃOS, INCLUSO FUNDO PREPARADOR. AF_05/2021	M2	951,78	15,34	18.397,84
10.6	100726	PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA DE FUNDO E ACABAMENTO (ESMALTE SINTÉTICO GRAFITE) APLICADA A ROLO OU PINCEL SOBRE PERFIL METÁLICO EXECUTADO EM FÁBRICA (POR DEMÃO). AF_01/2020	M2	5,00	17,61	110,95

0%	0,00	R$	4.233,09	R$ -	100%	R$	5.334,12	0%	-R$ 0,00
0%	0,00	R$	606,14	R$ -	100%	R$	641,60	0%	-R$ 0,00
0%	0,00	R$	8,54	R$ -	100%	R$	5.481,78	0%	R$ 0,00
0%	0,00	R$	316,79	R$ -	100%	R$	316,79	0%	-R$ 0,00
0%	0,00	R$	297,25	R$ -	100%	R$	297,25	0%	-R$ 0,00
0%	0,00	R$	329,79	R$ -	100%	R$	659,57	0%	R$ 0,00
				R$ -					
0%	0,00	R$	390,55	R$ -	100%	R$	492,13	0%	R$ 0,00
0%	0,00	R$	117,97	R$ -	100%	R$	743,27	0%	-R$ 0,00
0%	0,00	R$	19,11	R$ -	100%	R$	866,90	0%	-R$ 0,00
0%	0,00	R$	20,17	R$ -	100%	R$	25,42	0%	-R$ 0,00
0%	0,00	R$	11,85	R$ -	100%	R$	209,05	0%	R$ 0,00
0%	0,00	R$	20,77	R$ -	100%	R$	575,79	0%	R$ 0,00
		R$	-	R$ -					
0%	0,00	R$	10,42	R$ -	100%	R$	31.197,58	0%	0,00
0%	0,00	R$	11,84	R$ -	100%	R$	1.933,73	0%	-R$ 0,00
0%	0,00	R$	13,76	R$ -	100%	R$	276,73	0%	R$ 0,00
0%	5,23	R$	15,83	R$ -	100%	R$	30.546,35	0%	-R$ 0,00
0%	0,00	R$	15,34	R$ -	100%	R$	18.397,84	0%	R$ 0,00
0%	0,00	R$	17,61	R$ -	100%	R$	110,95	0%	R$ 0,00
				R$ -					0,00

TOTAL	R$	906.188,04	

TOTAL DESTA MEDIÇÃO	0,0000%	R$	-
TOTAL ACUMULADO	100,0000%	R$	906.188,04
SALDO			0,00

Thayane F C. Martins

THAYANE FRANCYELLE CUNHA MARTINS

Engenheiro Civil

CREA/PR - 164589/D

FISCAL DE OBRAS

1037

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Fls. nº_____ Rubrica_____

Bandeirantes, 18 de Maio de 2023.

Ilmo. Sr.

RAFAEL HENRIQUE ENEAS MARINHO

Secretário da Administração

Encaminha-se para o setor competente, documentação necessária a fim de formalizar processo para: ADITIVO E GLOSA, **VALOR DA GLOSA R$9.664,21 (Nove mil e seiscentos e sessenta e quatro reais e vinte e um centavos) - Referente ao Processo Tomada de Preço: Nº03/2021 – C0NTRATO N.362/2021 - OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA REFORMA DA ESCOLA MUNICIPAL MOACYR CASTANHO DO MUNICIPIO DE BANDEIRANTES – PR, conforme memorando Nº18/2023.**

Atenciosamente,

CLAUDECI APOLINÁRIO DA SILVA
DIRETOR DA DIVISÃO DE COMPRAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

*Fls. nº*_____ *Rubrica*_____

Bandeirantes, 18 de Maio de 2023.

Venho pelo presente, solicitar de Vossa Excelência a autorização para a instauração de procedimento de GLOSA, **- VALOR DA GLOSA R$9.664,21 (Nove mil e seiscentos e sessenta e quatro reais e vinte e um centavos) - Referente ao Processo Tomada de Preço: Nº03/2021 – C0NTRATO N.362/2021 - OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA REFORMA DA ESCOLA MUNICIPAL MOACYR CASTANHO DO MUNICIPIO DE BANDEIRANTES – PR.**

Esperando contar com a atenção de Vossa Excelência, reitero meus protestos de estima e consideração.

Atenciosamente

RAFAEL HENRIQUE ENEAS MARINHO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Exmo. Sr.
JAELSON RAMALHO MATTA
Prefeito Municipal
Bandeirantes – Paraná

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Fls. nº_____ Rubrica_____

Bandeirantes, 18 de Maio de 2023.

Autorizo pleiteado, devendo, entretanto, o presente processo preencher os trâmites exigidos por lei.

OBJETO: ADITIVO E GLOSA **VALOR DA GLOSA R$9.664,21 (Nove mil e seiscentos e sessenta e quatro reais e vinte e um centavos) - Referente ao Processo Tomada de Preço: Nº03/2021 – C0NTRATO N.362/2021 - OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA REFORMA DA ESCOLA MUNICIPAL MOACYR CASTANHO DO MUNICIPIO DE BANDEIRANTES – PR.**

Encaminhe-se a:

1. Departamento de Contabilidade para informação dos recursos orçamentários correspondentes;

2. Comissão Permanente de Licitação para providências cabíveis ao caso;

3. Devolva-se para a Comissão Permanente de Licitação para sequência do processo.

JAELSON RAMALHO MATTA
PREFEITO MUNICIPAL

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: RESENDE & CAVALCANTE LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 14.987.519/0001-10
Certidão nº: 12833223/2023
Expedição: 27/03/2023, às 09:52:36
Validade: 23/09/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **RESENDE & CAVALCANTE LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **14.987.519/0001-10, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

Dúvidas e sugestões: crdt@tst.jus.br

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: RESENDE & CAVALCANTE LTDA
CNPJ: 14.987.519/0001-10

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 07:59:11 do dia 14/03/2023 <hora e data de Brasília>.
Válida até 10/09/2023.
Código de controle da certidão: **A8F2.EDE0.E7B9.F70E**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 14.987.519/0001-10
Razão Social: RESENDE E CAVALCANTE LTDA ME
Endereço: RUA COLOMBO 210 SALA 2 / CENTRO / CORNELIO PROCOPIO / PR / 86300-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:02/05/2023 a 31/05/2023

Certificação Número: 2023050201371703061848

Informação obtida em 09/05/2023 09:29:17

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Certidão negativa correcional (CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: RESENDE & CAVALCANTE LTDA

CPF/CNPJ: 14.987.519/0001-10

Certifica-se que, em consulta aos cadastros CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM mantidos pela Corregedoria-Geral da União, NÃO CONSTAM registros de penalidades vigentes relativas ao CNPJ/CPF consultado.

Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.

O Sistema CGU-PJ consolida os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.

O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

O Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) apresenta a relação de empresas que sofreram qualquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

O Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.

Certidão emitida às 15:08:44 do dia 25/05/2023 , com validade até o dia 24/06/2023.

Link para consulta da verificação da certidão https://certidoes.cgu.gov.br/

Código de controle da certidão: XagKsilNHgKJizv2dg8q

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

1045

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 030488140-77

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **14.987.519/0001-10**
Nome: **RESENDE & CAVALCANTE LTDA**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 13/09/2023 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br

Emitido via Internet Pública (16/05/2023 18:03:04)

Paraná
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORNÉLIO PROCÓPIO
SECRETARIA DE FINANÇAS

1046

Data: 18/05/2023 11h24min

Número	Validade
809	17/06/2023

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

Nome / Razão Social

RESENDE & CAVALCANTE LTDA CNPJ: 14987519000110

Aviso

Sem débitos pendentes até a presente data.

Comprovação Junto à	Finalidade

Mensagem

Certificamos que até a presente data não constam débitos tributários relativo ao cadastro econômico com a localização abaixo descrita.

A Fazenda Municipal se reserva o direito de cobrar débitos que venham a ser constatados, mesmo se referentes a períodos compreendidos nesta certidão.

Inscrição

Econômico: 10139 - Atividade principal: Construção de edifícios

Endereço: Rua RUA COLOMBO., 210 - Bairro CENTRO - Compl. SALA - 02 - CEP 86.300-000

Código de Controle

CW3VE96AO7MSJ0Q1

A validade do documento pode ser consultada no site da prefeitura por meio do código de controle informado.

Cornélio Procópio (PR), 18 de Maio de 2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ

(MINUTA)

DÉCIMO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 362/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 149/2021 - TOMADA DE PREÇOS N.º 03/2021

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede a Rua Frei Rafael Proner nº 1457 Centro, nesta cidade de Bandeirantes, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 76.235.753/0001-48, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. JAELSON RAMALHO MATTA, inscrito no CPF n.º 486.661.579-68, residente e domiciliado nesta cidade.

CONTRATADA: RESENDE & CAVALCANTE LTDA, estabelecida na Rua: Colombo, nº 210 – Sala 2 - Centro, Cep: 86.300-000, na Cidade de Cornélio Procópio, Estado do Paraná, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 14.987.519/0001-10, devidamente representa pela Sr. **Luciano Mosti Resende**, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.506.026-8, expedida pela Secretaria de Estado de Segurança Pública do Paraná e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 675.784.036-72.

FINALIDADE: **Alteração do contrato epigrafado com a finalidade de aditar para realizar SUPRESSÃO DA META FÍSICA-FINANCEIRA equivalentes a -1,05% percentuais, correspondente ao valor de -R$9.664,21 (nove mil seiscentos e sessenta e quatro reais e vinte e um centavos).**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA JUTIFICATIVA
O presente termo aditivo encontra guarida no artigo 65, I, alínea "b" §1º e §2º da Lei 8.666/93, tendo fundamento ao contido no memorando n.º18/2023 e n.º19/2023 com justificativa técnica e planilha de alteração anexa, da Secretaria Municipal de Obras, Serviços e Desenvolvimento Urbano.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO ADITIVO
Fica alterada a **Cláusula Segunda** do valor contratual, para realizar **SUPRESSÃO DA META FÍSICA-FINANCEIRA** equivalentes a **-1,05%** percentuais, correspondente ao valor de **-R$9.664,21** (nove mil seiscentos e sessenta e quatro reais e vinte e um centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR
O contido na cláusula que trata do VALOR CONTRATUAL será alterada, **suprimindo-se** ao o valor do aditivo. Assim, o valor atualizado do contrato, após a assinatura do presente, será de **R$906.188,04** (novecentos e seis mil, cento e oitenta e oito reais e quatro centavos).

CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO
Continuam em pleno vigor as demais cláusulas do contrato original, não modificadas pelo presente aditivo e, por estarem justas e pactuadas, as partes assinam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

Bandeirantes, XX de maio de 2023.

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES
JAELSON RAMALHO MATTA
CONTRATANTE

RESENDE & CAVALCANTE LTDA
LUCIANO MOSTI RESENDE
CONTRATADA

Testemunhas:

Marcos de Moraes
CPF: 590.[illegible]607-97

Weslley Rodrigo Ramos Pires
CPF: 063.945.289-27

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

EXTRATO DO DÉCIMO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 362/2021-PMB
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 149/2021 - TOMADA DE PREÇOS N.º 03/2021

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES, ESTADO DO PARANÁ
CONTRATADA: RESENDE & CAVALCANTE LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACYR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR.

FINALIDADE: **Alteração do contrato epigrafado com a finalidade de aditar para realizar SUPRESSÃO DA META FÍSICA-FINANCEIRA equivalentes a -1,05% percentuais, correspondente ao valor de -R$9.664,21 (nove mil seiscentos e sessenta e quatro reais e vinte e um centavos).**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA JUTIFICATIVA
O presente termo aditivo encontra guarida no artigo 65, I, alínea "b" §1° e §2° da Lei 8.666/93, tendo fundamento ao contido no memorando n.°18/2023 e n.°19/2023 com justificativa técnica e planilha de alteração anexa, da Secretaria Municipal de Obras, Serviços e Desenvolvimento Urbano.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO ADITIVO
Fica alterada a **Cláusula Segunda** do valor contratual, para realizar **SUPRESSÃO DA META FÍSICA-FINANCEIRA** equivalentes a **-1,05%** percentuais, correspondente ao valor de **-R$9.664,21** (nove mil seiscentos e sessenta e quatro reais e vinte e um centavos).

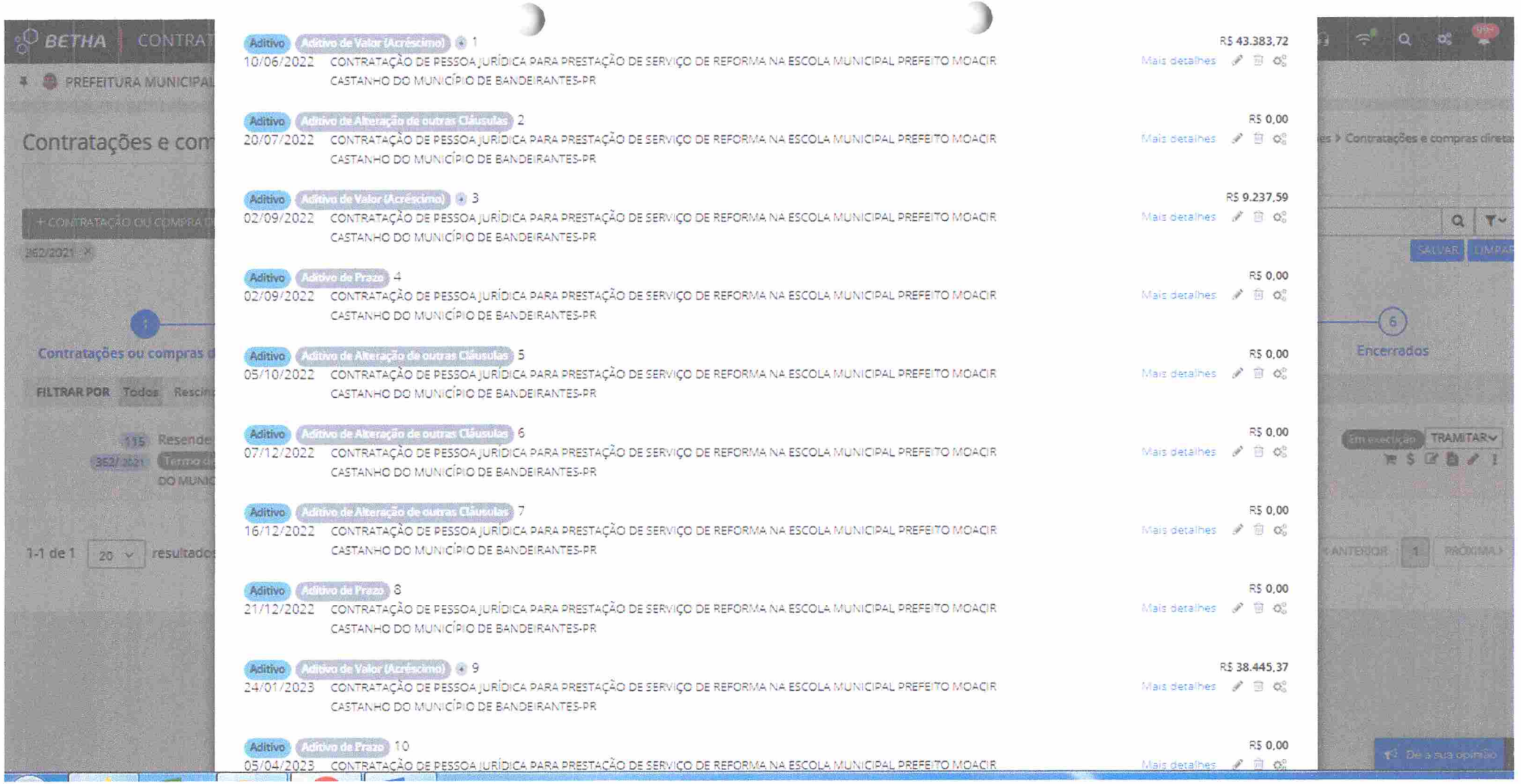
CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR
O contido na cláusula que trata do VALOR CONTRATUAL será alterada, **suprimindo-se** ao o valor do aditivo. Assim, o valor atualizado do contrato, após a assinatura do presente, será de **R$906.188,04** (novecentos e seis mil, cento e oitenta e oito reais e quatro centavos).

CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO
Continuam em pleno vigor as demais cláusulas do contrato original, não modificadas pelo presente aditivo e, por estarem justas e pactuadas, as partes assinam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

Bandeirantes, XX de maio de 2023.

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES
JAELSON RAMALHO MATTA
CONTRATANTE

RESENDE & CAVALCANTE LTDA
LUCIANO MOSTI RESENDE
CONTRATADA


Aditivo Aditivo de Valor (Acréscimo) 1
10/06/2022 CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACIR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR
R$ 43.383,72
Mais detalhes
Aditivo Aditivo de Alteração de outras Cláusulas 2
20/07/2022 CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACIR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR
R$ 0,00
Mais detalhes
Aditivo Aditivo de Valor (Acréscimo) 3
02/09/2022 CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACIR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR
R$ 9.237,59
Mais detalhes
Aditivo Aditivo de Prazo 4
02/09/2022 CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACIR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR
R$ 0,00
Mais detalhes
Aditivo Aditivo de Alteração de outras Cláusulas 5
05/10/2022 CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACIR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR
R$ 0,00
Mais detalhes
Aditivo Aditivo de Alteração de outras Cláusulas 6
07/12/2022 CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACIR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR
R$ 0,00
Mais detalhes
Aditivo Aditivo de Alteração de outras Cláusulas 7
16/12/2022 CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACIR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR
R$ 0,00
Mais detalhes
Aditivo Aditivo de Prazo 8
21/12/2022 CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACIR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR
R$ 0,00
Mais detalhes
Aditivo Aditivo de Valor (Acréscimo) 9
24/01/2023 CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACIR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR
R$ 38.445,37
Mais detalhes
Aditivo Aditivo de Prazo 10
05/04/2023 CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACIR
R$ 0,00
Mais detalhes

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ

PROTOCOLO NÚMERO 149/2021-PMB Bandeirantes-PR, 26 de Maio de 2023.

Ref.: Tomada de Preços – 03/2021-PMB Prefeitura Município de Bandeirantes-PR

Prezados,

Vimos através da presente, solicitar a esta consultoria que emita posicionamento quanto à possibilidade de firmar TERMO ADITIVO ao **contrato n.º362/2021**, celebrado entre esta Municipalidade e a empresa **RESENDE & CAVALCANTE LTDA**, firmado através do processo de Tomada de Preços acima mencionado, que tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACYR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR,** nos termos da documentação anexa.

Sem outro particular, aproveitamos o ensejo para reiterar-lhes nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Fabiana de Souza Meira Oliveira
Assistente Técnico Administrativo – Departamento de Licitação

À Assessoria Jurídica do Município de Bandeirantes-PR
Rua Frei Rafael Proner nº 1457 - Centro
CEP: 86.360-000 - BANDEIRANTES – PR

PARECER JURÍDICO Nº. 44/2023.
REFERÊNCIA: Processo Administrativo 362/2021. Tomada de Preço nº. 03/2021
INTERESSADO: Prefeito e Secretaria de Obras e Serviços Urbanos.
OBJETO: POSSIBILIDADE DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO – supressão da meta física-financeira.

I – RELATÓRIO

Trata-se de expediente encaminhado pelo Departamento de Licitação solicitando posicionamento quanto a possibilidade de firmar Décimo Segundo Termo Aditivo ao Contrato n. 362/2021, que tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviço de reforma na Escola Municipal Prefeito Moacir Castanho do Município de Bandeirantes/PR.

Os documentos apresentados foram o encaminhamento à Assessoria Jurídica; Memorandos nº 018/2023 e 019/2023 da Secretaria Municipal de Obras solicitando a alteração de meta física; **Justificativa técnica e Planilha de alteração**; solicitação do Diretor de Compras e Secretário Municipal de Administração; expediente do Prefeito autorizando o pleito; documentos da empresa contratada; Ofício nº 26/2023 da contabilidade com opinião favorável à realização do aditivo; Minuta do Décimo Segundo Termo de Aditivo e Extrato, especificando a supressão da meta física-financeira em **1,05%, correspondente ao valor de R$ 9.664,21**, o que fará com que o valor do contrato seja de R$ 906.188,04.

Na justificativa técnica, o interessado afirma que a alteração de Meta Física se faz necessária pelo fato de o objeto pactuado ter sofrido redução em determinados itens da planilha, o que somente foi verificado durante o desenvolvimento da execução da obra.

Relatado o pleito passamos ao Parecer.

II - OBJETO DE ANÁLISE

Cumpre aclarar que a análise neste parecer se restringe à verificação dos requisitos formais para o aditivo de contrato. Destaca-se que a análise será restrita aos pontos jurídicos, estando excluídos quaisquer aspectos técnicos, econômicos e/ou discricionários.

Qualquer decisão de mérito administrativo cabe apenas ao Gestor, detentor da outorga popular, conseguida mediante o escrutínio democrático do voto.

III – FUNDAMENTAÇÃO

Primordialmente ressaltamos os dispositivos legais que devem ser levados em consideração para a apuração da legalidade do pedido, em especial, a Lei nº. 8.666/1993 que efetivamente regulamenta os contratos administrativos, dispondo em seu art. 58:

> *Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de:*
> *I - **modificá-los, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado**;*
> *II - rescindi-los, unilateralmente, nos casos especificados no inciso I do art. 79 desta Lei;*
> *III - fiscalizar-lhes a execução;*
> *IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;*
> *V - nos casos de serviços essenciais, ocupar provisoriamente bens móveis, imóveis, pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato, na hipótese da necessidade de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pelo contratado, bem como na hipótese de rescisão do contrato administrativo.*
> *§ 1º As cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos administrativos não poderão ser alteradas sem prévia concordância do contratado.*
> *§ 2º **Na hipótese do inciso I deste artigo, as cláusulas econômico-financeiras do contrato deverão ser revistas para que se mantenha o equilíbrio contratual**.*

A Administração Pública, por objetivar o bem coletivo, possui a prerrogativa de alteração do contrato unilateralmente, estabelecendo uma posição vertical em relação ao contratado, chamada de "potestade pública", como bem explica o mestre Cretella Junior em sua obra Licitações e Contratos do Estado do Rio de Janeiro:

> *Administração figura como parte da relação jurídica contratual, ora ocupando posição vertical, usufruindo então os privilégios e prerrogativas, decorrentes de entidade detentora de "potestade pública o que lhe garante aquela singular colocação, ora ocupando posição horizontal, tratando com o particular no mesmo plano, com ele nivelando se, perdendo então grande parte daquelas prerrogativas, oriundas de sua condição específica de poder público*
> *(CRETELLA JÚNIOR Licitações e contratos do Estado Rio de Janeiro Forense, 1996 p 76).*

Ante a "potestade pública", proveniente da supremacia do interesse público pelo privado a lei de licitações que regem os contratos administrativos, assim dispõe o art. 65 da Lei 8.666/93:

*Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser a**lterados, com as devidas justificativas**, nos seguintes casos:*

***I - unilateralmente pela Administração**:*

a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

b) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

II - por acordo das partes:

a) quando conveniente a substituição da garantia de execução;

b) quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

c) quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

***§ 1º O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos**.*

§ 2º Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos no parágrafo anterior, salvo:

I - (VETADO)

II - as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

Do dispositivo destacamos a possibilidade de alteração do contrato de forma unilateral ou amigavelmente. A primeira diz respeito a critérios discricionários administrativos que possibilitam a imposição ao contratado de alterações qualitativas do objeto, na álea material; já a segunda forma de alteração diz respeito a um acordo mútuo das partes.

No caso em análise, salienta-se o **limite legal de 25%** (vinte e cinco por cento) de supressão nas obras, o qual se encontra respeitado, ressaltando-se, ainda, a previsão do inciso II, do § 2º do citado artigo.

Dessa forma, não restam dúvidas sobre a **possibilidade de aditar o contrato, no interesse público e com as justificativas pertinentes e suficientes,** inclusive no regime de execução de empreitada por preço global, **quando houver alterações no projeto ou ocorrerem fatos supervenientes imprevisíveis que onerem o contrato, com respeito a necessidade de se manter o equilíbrio econômico-financeiro.**

Entretanto, em regra, não é possível aditar os contratos de empreitada por preço global, em razão de erro e/ou omissão nos projetos, que ocasionaram diferença entre os quantitativos previstos de alguns itens e os efetivamente utilizados na obra. Isso porque, em princípio, diferentemente da empreitada por preço unitário, na qual o pagamento é feito por unidade efetivamente empregada na obra, na empreitada por preço global se ajusta a execução das etapas previstas em cronograma físico-financeiro. Portanto, nos contratos de empreitada por preço global, os quantitativos só podem ser alterados, em princípio, se houver modificações de projetos da obra.

Nada obstante, o Tribunal de Contas da União, no Acórdão nº 1.977/2013-Plenário, acenou com a possibilidade de que, nos contratos de empreitada por preço global, **variações significativas nos quantitativos possam ser enquadrados como álea extraordinária e, por consequência, permitir o aditivo, embora tenha evidenciado que as pequenas variações de quantitativo constatadas na execução do projeto da obra, devem ser suportados pelo contratado, se constituindo em álea ordinária.**

Desta maneira, observa-se que o TCU admitiu a possibilidade, **excepcional**, de se firmar termo aditivo, nas obras em regime de empreitada pro preço global, quando, **em virtude de erro ou omissão relevante no orçamento da Administração, se encontrarem subestimativas ou superestimativas significativas nos quantitativos da planilha orçamentária, a fim de restabelecer a equação econômico-financeira do contrato**.

Assim, é mister em cada caso concreto que a Administração, antes de se decidir pelo aditivo, **avalie se as diferenças de quantitativos podem ser considerados efetivamente substanciais.** Até porque, o regime de empreitada por preço global tornar-se-ia letra morta, transmudando-se em empreitada por preço unitário, se por qualquer diferença quantitativa insignificante de qualquer dos itens da planilha fosse concedido aditivo.

Ainda nesse aspecto, no citado Acórdão, embora a Corte de Contas não tenha estabelecido critérios objetivos para a determinação de erro substancial, é possível inferir que **a substancialidade do erro está diretamente ligada ao impacto financeiro dessas diferenças quantitativas em relação ao valor do item, bem como relativamente ao valor total do contrato.**

Importante também, para se admitir o aditivo por erros ou omissões em projeto, no caso de empreitada por preço global, **que seja verificado se a subestimativa de um item não está sendo compensada pela superestimativa de outro.** Afinal, nesse tipo de contratação, em regra, **tanto a contratada como a Administração assumem o risco de custear eventuais distorções nos quantitativos a serem executados.** Desse modo, se a empresa contratada pleiteia a remuneração pelas diferenças quantitativas de determinadas unidades relevantes subestimadas no projeto, **também a Administração deve preocupar-se em não pagar por itens relevantes, inicialmente, superestimados.**

Desta feita, **cabe ressaltar que a Secretaria interessada solicita supressão de 1,05%, resultando em um equivalente financeiro de R$ 9.664,21 sobre o valor total do contrato.**

Ante todo o exposto, considerando o entendimento do Tribunal de Contas da União, somos de parecer que:

a) a possibilidade de aditar o contrato de execução de obra no regime de empreitada por preço global **deve ser avaliada e decidida pelo gestor, após analisar as peculiaridades do caso concreto**, considerando os critérios estabelecidos pelo TCU e o parecer emitido pela área técnica, devendo motivar adequadamente nos autos a decisão tomada, para eventual exame dos Órgãos de Controle Interno e Externo;

b) não existem critérios e limites objetivos pré-definidos para determinação do que seria erro substancial, devendo a análise ocorrer em cada caso concreto. Nada obstante, conforme o TCU, uma das indicações para se definir o erro substancial é verificar a importância financeira desse erro relativamente ao valor global do contrato.

Assim, caberá ao gestor, com relação ao pedido feito, decidir pela possibilidade ou não do aditivo solicitado.

III.I – DA MINUTA DE ADITIVO CONTRATUAL

Em cumprimento do artigo 38, parágrafo único da Lei 8.666/93, passamos a análise da minuta do termo aditivo do contrato:

> *Art. 38. O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente:*
> *(...);*
> *Parágrafo único.* ***As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração.***

Verificada referida minuta, observamos que não há nenhuma retificação a ser feita.

IV – CONCLUSÃO

Ante todo o exposto, cabe ao Gestor Público, mediante o mérito administrativo, acolher ou não a possibilidade de supressão do objeto do contrato, levando-se em conta as análises acima descritas.

Sendo assim, a alteração contratual almejada, caso seja formalizada, deve ser devidamente fundamentada, acompanhada da Justificativa Técnica de Alteração de Meta-Física, com a análise das demais nuances apresentadas no presente parecer.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Ressalta-se que o presente Parecer Jurídico foi elaborado tão somente sob o ângulo jurídico expressando a opinião de seu signatário e, oportunidade administrativa, escoimando ainda, qualquer responsabilidade de seu signatário conforme o art. 2º, §3º da Lei nº. 8.906/94 e entendimento do STJ no RHC: 39644 RJ 2013/0238250-5.

Bandeirantes, 29 de maio de 2023.

Carla M. M. S. Augusto
Carla M. M. Santos Augusto
OAB/PR 88.156

Ref.: TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2021

Prefeitura Municipal de Bandeirantes-PR – Divisão de Licitação

Prezado Senhor Prefeito

Vimos através da presente, solicitar que V. Ex.ª emita posicionamento quanto à possibilidade de firmar aditivo com a empresa **RESENDE & CAVALCANTE LTDA** nos termos da minuta anexa, referente ao processo cujo o objeto é **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACYR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR.** Cabe ressaltar observações feitas pela Assessoria Jurídica exposta no parecer de que cabe ao Gestor, com relação ao pedido feito, bem como análise do valor, e decidir pela possibilidade ou não do aditivo solicitado.

Resta pois, ao Administrador, no uso de suas atribuições, mediante o mérito administrativo, acolher ou não a possibilidade de aditamento de supressão ao objeto do contrato, e deliberar pelo aceite ou não da celebração do termo aditivo.

Sem outro particular, aproveitamos o ensejo para reiterar-lhes nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Fabiana de Souza Meira Oliveira
Assistente Técnico Administrativo – Departamento de Licitação

(X) **Defiro** o pedido de aditivo

( ) **Indefiro** o pedido de aditivo

Bandeirantes/PR, 31 de Maio de 2023.

Jaelson Ramalho Matta
Prefeito Municipal

1058

Assunto	**MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES/PR | 11° E 12° TERMO ADITIVO - CONTRATO N.°362/2021 - TOMADA DE PREÇOS N.°03/2021**
De	DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO - CONTRATOS E ADITIVOS <contratos@bandeirantes.pr.gov.br>
Para	<construtoraresende@yahoo.com.br>
Data	2023-06-01 11:22
Prioridade	Mais alta

- 11° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 362-2021 - PRAZO DE VIG. - TP 03-2021 - RESENDE & CAVALCANTE LTDA.pdf(~530 KB)
- 12° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 362-2021 - SUPRESSÃO - TP 03-2021 - RESENDE & CAVALCANTE LTDA.pdf(~533 KB)

Prezado(s),

Encaminho em anexo arquivo do **11° e 12° Termo Aditivo** juntamente com os Extratos dos Termos Aditivos do **Contrato N.°362/2021**, referente a **Tomada de Preços N.°03/2021**, entre o Município de Bandeirantes/PR e a empresa **RESENDE & CAVALCANTE LTDA.**

Estes devem retornar devidamente assinados pelo responsável legal. Caso possua assinatura com Certificado Digital, assim retornando **PREFERENCIALMENTE por e-mail,** ou via correio à Prefeitura Municipal Bandeirantes - Rua Frei Rafael Proner nº 1457 - Centro - CEP: 86.360-000 Bandeirantes-PR.

Peço por gentileza que, sejam conferidos os dados da empresa e/ou pessoa antes das assinaturas, uma vez que o mesmo é responsável pelas informações constantes no termo, e caso seja constatado algum erro ou equivoco, por favor entre em contato, para que possa ser realizado a alteração e enviado novamente.

Caso necessitem de uma cópia, está poderá ser obtida através do portal da transparência do município após assinaturas, ou por e-mail, em formato digitalizado, sendo que neste caso o contratado deverá requerer, aguardando tempo hábil para sua devolução.

Ficamos à disposição para eventuais dúvidas e quaisquer esclarecimentos.

Favor atestar recebimento do presente e-mail.

At.te,
Fabiana de Souza Meira Oliveira
Portaria n.°1600/2022

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO - CONTRATOS E ADITIVOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
Tel.: 43-3542-4525 - RAMAL 224

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ

DÉCIMO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 362/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 149/2021 - TOMADA DE PREÇOS N.º 03/2021

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede a Rua Frei Rafael Proner nº 1457 Centro, nesta cidade de Bandeirantes, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 76.235.753/0001-48, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. JAELSON RAMALHO MATTA, inscrito no CPF n.º 486.661.579-68, residente e domiciliado nesta cidade.

CONTRATADA: RESENDE & CAVALCANTE LTDA, estabelecida na Rua: Colombo, nº 210 – Sala 2 - Centro, Cep: 86.300-000, na Cidade de Cornélio Procópio, Estado do Paraná, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 14.987.519/0001-10, devidamente representa pela Sr. **Luciano Mosti Resende**, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.506.026-8, expedida pela Secretaria de Estado de Segurança Pública do Paraná e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 675.784.036-72.

FINALIDADE: **Alteração do contrato epigrafado com a finalidade de aditar para realizar SUPRESSÃO DA META FÍSICA-FINANCEIRA equivalentes a -1,05% percentuais, correspondente ao valor de -R$9.664,21 (nove mil seiscentos e sessenta e quatro reais e vinte e um centavos).**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA JUTIFICATIVA
O presente termo aditivo encontra guarida no artigo 65, I, alínea "b" §1º e §2º da Lei 8.666/93, tendo fundamento ao contido no memorando n.º18/2023 e n.º19/2023 com justificativa técnica e planilha de alteração anexa, da Secretaria Municipal de Obras, Serviços e Desenvolvimento Urbano.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO ADITIVO
Fica alterada a **Cláusula Segunda** do valor contratual, para realizar **SUPRESSÃO DA META FÍSICA-FINANCEIRA** equivalentes a **-1,05%** percentuais, correspondente ao valor de **-R$9.664,21** (nove mil seiscentos e sessenta e quatro reais e vinte e um centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR
O contido na cláusula que trata do VALOR CONTRATUAL será alterada, **suprimindo-se** ao o valor do aditivo. Assim, o valor atualizado do contrato, após a assinatura do presente, será de **R$906.188,04** (novecentos e seis mil, cento e oitenta e oito reais e quatro centavos).

CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO
Continuam em pleno vigor as demais cláusulas do contrato original, não modificadas pelo presente aditivo e, por estarem justas e pactuadas, as partes assinam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

Bandeirantes/PR, 1º de Junho de 2023.

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES
JAELSON RAMALHO MATTA
CONTRATANTE

RESENDE & CAVALCANTE LTDA
LUCIANO MOSTI RESENDE
CONTRATADA

Testemunhas:

Marcos José Moraes
CPF: 5[illegible]607-97

Weslley Rodrigo Ramos Pires
CPF: 063.945.289-27

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ

EXTRATO DO DÉCIMO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 362/2021-PMB
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 149/2021 - TOMADA DE PREÇOS N.º 03/2021

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES, ESTADO DO PARANÁ
CONTRATADA: RESENDE & CAVALCANTE LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACYR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR.

FINALIDADE: **Alteração do contrato epigrafado com a finalidade de aditar para realizar SUPRESSÃO DA META FÍSICA-FINANCEIRA equivalentes a -1,05% percentuais, correspondente ao valor de -R$9.664,21 (nove mil seiscentos e sessenta e quatro reais e vinte e um centavos).**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA JUTIFICATIVA
O presente termo aditivo encontra guarida no artigo 65, I, alínea "b" §1º e §2º da Lei 8.666/93, tendo fundamento ao contido no memorando n.º18/2023 e n.º19/2023 com justificativa técnica e planilha de alteração anexa, da Secretaria Municipal de Obras, Serviços e Desenvolvimento Urbano.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO ADITIVO
Fica alterada a **Cláusula Segunda** do valor contratual, para realizar **SUPRESSÃO DA META FÍSICA-FINANCEIRA** equivalentes a **-1,05%** percentuais, correspondente ao valor de **-R$9.664,21** (nove mil seiscentos e sessenta e quatro reais e vinte e um centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR
O contido na cláusula que trata do VALOR CONTRATUAL será alterada, **suprimindo-se** ao o valor do aditivo. Assim, o valor atualizado do contrato, após a assinatura do presente, será de **R$906.188,04** (novecentos e seis mil, cento e oitenta e oito reais e quatro centavos).

CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO
Continuam em pleno vigor as demais cláusulas do contrato original, não modificadas pelo presente aditivo e, por estarem justas e pactuadas, as partes assinam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

Bandeirantes/PR, 1° de Junho de 2023.

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES
JAELSON RAMALHO MATTA
CONTRATANTE

RESENDE & CAVALCANTE LTDA
LUCIANO MOSTI RESENDE
CONTRATADA

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO
Prefeitura Municipal de Bandeirantes
www.bandeirantes.pr.gov.br/diario-oficial-eletronico
Edição nº 527
Ano 2023
Página 23 de 27
Quinta-feira, 01 de Junho de 2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ

EXTRATO DO DÉCIMO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 362/2021-PMB
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 149/2021 - TOMADA DE PREÇOS N.º 03/2021

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES, ESTADO DO PARANÁ
CONTRATADA: RESENDE & CAVALCANTE LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACYR CASTANHO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR.

FINALIDADE: **Alteração do contrato epigrafado com a finalidade de aditar para realizar SUPRESSÃO DA META FÍSICA-FINANCEIRA equivalentes a -1,05% percentuais, correspondente ao valor de -R$9.664,21 (nove mil seiscentos e sessenta e quatro reais e vinte e um centavos).**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA JUTIFICATIVA
O presente termo aditivo encontra guarida no artigo 65, I, alínea "b" §1º e §2º da Lei 8.666/93, tendo fundamento ao contido no memorando n.º18/2023 e n.º19/2023 com justificativa técnica e planilha de alteração anexa, da Secretaria Municipal de Obras, Serviços e Desenvolvimento Urbano.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO ADITIVO
Fica alterada a **Cláusula Segunda** do valor contratual, para realizar **SUPRESSÃO DA META FÍSICA-FINANCEIRA** equivalentes a **-1,05%** percentuais, correspondente ao valor de **-R$9.664,21** (nove mil seiscentos e sessenta e quatro reais e vinte e um centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR
O contido na cláusula que trata do VALOR CONTRATUAL será alterada, **suprimindo-se** ao o valor do aditivo. Assim, o valor atualizado do contrato, após a assinatura do presente, será de **R$906.188,04** (novecentos e seis mil, cento e oitenta e oito reais e quatro centavos).

CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO
Continuam em pleno vigor as demais cláusulas do contrato original, não modificadas pelo presente aditivo e, por estarem justas e pactuadas, as partes assinam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

Bandeirantes/PR, 1° de Junho de 2023.

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES
JAELSON RAMALHO MATTA
CONTRATANTE

RESENDE & CAVALCANTE LTDA
LUCIANO MOSTI RESENDE
CONTRATADA